



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1715

Quarta-feira - 01 de Abril de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Ipumirim	368	Serra Alta	824
Anchieta	3	Itá	371	Siderópolis.....	832
Antônio Carlos	3	Itapiranga.....	372	Tigrinhos	834
Arroio Trinta.....	7	Itapoá	383	Timbé do Sul	837
Ascurra.....	21	Joaçaba.....	399	Timbó	842
Atalanta.....	22	Lages	409	Treze Tílias	845
Balneário Rincão	24	Lauro Muller	445	Trombudo Central.....	853
Bela Vista do Toldo.....	24	Lebon Regis	446	Tunápolis.....	856
Benedito Novo	28	Leoberto Leal.....	472	Turvo	857
Biguaçu	29	Luzerna	472	Urussanga	893
Blumenau	34	Macieira.....	490	Vargeão.....	893
Bom Jesus do Oeste	48	Mafra	491	Vargem Bonita	894
Bom Retiro	51	Maracajá	492	Videira.....	895
Braço do Trombudo.....	51	Maravilha.....	493	Vitor Meireles.....	907
Brunópolis	55	Massaranduba.....	512	Xavantina	908
Brusque.....	55	Meleiro	513	Xaxim.....	913
Caçador.....	66	Modelo	522		
Camboriú.....	87	Navegantes.....	524	Associações	
Campo Alegre	88	Nova Trento	645	AMAVI.....	915
Campos Novos	125	Novo Horizonte	647	FECAM	915
Canoinhas.....	137	Orleans	647	GRANFPOLIS.....	915
Capinzal	158	Ouro Verde.....	649		
Caxambu do Sul.....	163	Palhoça	650	Consórcios	
Celso Ramos.....	171	Papanduva.....	690	AGIR	916
Chapadão do Lageado	172	Passo de Torres.....	692	ARIS	923
Cocal do Sul.....	208	Paulo Lopes	693	CIDEMA.....	925
Concórdia	208	Penha.....	694	CIGA	926
Cordilheira Alta	211	Peritiba.....	699	Consórcio CVC	927
Coronel Freitas.....	215	Pinheiro Preto	700		
Coronel Martins.....	217	Pomerode	702		
Correia Pinto.....	245	Ponte Serrada	710		
Corupá	248	Porto Belo.....	711		
Curitibanos	254	Porto União.....	717		
Dionísio Cerqueira	281	Pouso Redondo	718		
Erval Velho	286	Presidente Castello Branco.....	719		
Fraiburgo.....	287	Rio do Sul.....	722		
Frei Rogério	291	Salto Veloso	726		
Garopaba.....	291	Santiago do Sul.....	727		
Garuva	315	São Bento do Sul.....	728		
Gaspar	316	São Carlos	734		
Grão Pará	337	São Domingos.....	735		
Guaraciaba	342	São Joaquim	759		
Guaramirim.....	343	São José	772		
Guarujá do Sul.....	344	São José do Cedro.....	785		
Herval d'Oeste	345	São Lourenço do Oeste.....	785		
Ibiam	350	São Miguel da Boa Vista	786		
Imbituba	354	São Miguel do Oeste.....	800		
Indaial.....	355	São Pedro de Alcântara.....	809		
Iomerê	367	Schroeder	813		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Charles R. Schwambach - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Leandro Rateke, Marcus V. da Silveira e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

04 TERMO ADITIVO AO CONTRATO 6/2013 FMS QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 6/2013

Termo Aditivo Ao Contrato de Prestação de Serviços n. 6/2013, que entre si celebram de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça João Macagnan, CNPJ sob o nº 11.430.533/0001-20, Inscrição Estadual Isenta, na cidade de Água Doce, neste ato, representado pelo seu Gestor Sr. ORLANDO FÁVERO, e de outro lado o CLINIVIDA - CLINICA DE MEDICINA GERAL PREV. BRAGAGNOLO BORDIN S/S LTDA - ME estabelecida na Rua Getúlio Vargas, 768 - Centro - Joaçaba - SC, CNPJ n. 05.152.923/0001-82, neste ato representado pelo Senhor ANDRÉ LUIS BRAGAGNOLO BORDIN, brasileiro, casado, portador do CPF n. 003.923.829-62, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica prorrogado o prazo do referido contrato até 31/05/2015.

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 31 de março de 2015
ORLANDO FÁVERO ANDRÉ LUIS BRAGAGNOLO BORDIN
Gestor do FMS Clinivida
Contratante Contratada

TESTEMUNHAS:
Cristiano Savaris da Silva Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95 CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

ERRATA N 001

ERRATA 001

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2015

O Prefeito Municipal de Água Doce, Novelli Sganzerla, faz saber aos interessados que o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 004/2015 sofre as seguintes alterações:

ONDE SE LÊ:

2.1 - As inscrições serão recebidas de 23 de março de 2015 a 21 de abril de 2015, das 13:00h às 17:00h, no Departamento de Recursos Humanos, 2º andar, da Prefeitura Municipal de Água Doce, sito a Praça João Macagnan, 322 devendo, o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação.

LEIA-SE:

2.1 - As inscrições serão recebidas de 01 de abril de 2015 a 30 de abril de 2015, das 13:00h às 17:00h, no Departamento de

Recursos Humanos, 2º andar, da Prefeitura Municipal de Água Doce, sito a Praça João Macagnan, 322 devendo, o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação.

ONDE SE LÊ:

4.3 - O resultado dos candidatos aprovados será publicado oficialmente em 24 de Abril de 2015 no site da Prefeitura Municipal de Água Doce e no mural público.

LEIA-SE:

4.3 - O resultado dos candidatos aprovados será publicado oficialmente em 06 de maio de 2015 no site da Prefeitura Municipal de Água Doce e no mural público.

Água Doce, 31 de março de 2015
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO N.085/2015 DE 26-3-2015

CÂMARA DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE Praça João Macagnan Nº 322, Fone/Fax: (49) 3524- 0738, (49) 3524-778 e-mail: cmaguadoce@yahoo.com.br, site: www.cvaguadoce.sc.gov.br CEP 89654-000 - Água Doce, - Santa Catarina.

Resolução n.º 085/2015 de 26 de março de 2015

DETERMINA PONTO FACULTATIVO NO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE EM DECORRÊNCIA DOS FERIADOS DE PÁSCOA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Marli Rosa Spagnol Guerreiro, Presidente do Poder Legislativo do Município de Água Doce - SC, de acordo com o disposto na Lei Orgânica e na Resolução nº 017/2005 de 13-12-2005, denominada de Regimento Interno, apresenta para deliberação do Plenário, o seguinte Projeto de Resolução, o qual se aprovado será promulgado:

Artigo 1.º Fica considerado Ponto Facultativo nos serviços do Poder Legislativo do Município de Água Doce - SC, no dia 02 de março de 2015, (Quinta Feira - Santa).

Artigo 2.º As despesas decorrentes com a execução da presente Resolução, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal, parte destinada ao Poder Legislativo.

Artigo 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Água Doce, 26 de março de 2015
Marli Rosa Spagnol Guerreiro
Presidente

Anchieta**PREFEITURA****EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 023-2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 023/2015

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Registro de Preço visando à aquisição de Material de construção para ser utilizado na manutenção das atividades da Secretaria de Infraestrutura pelo período de até 12 (doze) meses após a data da homologação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 15/04/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 31 de março de 2015.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 024-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 024/2015

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por lote, para Aquisição Material de Pintura e Prestação de Serviço para manutenção e conservação do Ginásio Municipal Hilário Pompermayer. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 10:00 horas do dia 15/04/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 31 de março de 2015.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Antônio Carlos**PREFEITURA****EXTRATO DE ADITIVO - PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 068/2014**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 068/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 027/2014 - Carta Convite nº 004/2014. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC. Contratada: ADWWENNCY CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA; Objeto: aditar prazo e repor equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, que consiste na "contratação de empresa especializada para efetuar serviços de auditoria e consultoria para arrecadação de ICMS no município de Antônio Carlos/SC". Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o contrato, sendo que o novo vencimento dar-se-á no dia 06 de março de 2016. O novo valor anual do contrato será R\$ 16.152,00 (dezesesseis mil cento e cinquenta e dois reais).

Antônio Carlos, 05 de março de 2014.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 078/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 078/2014; Origem: Edital de Credenciamento 060/2012; Chamamento Público 002/2012. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC. Contratada: LABORATÓRIO DE ANÁLISES E PESQUISAS CLÍNICAS CONTINENTE LTDA - EPP; Objeto: Aditar o prazo do presente contrato, que consiste na "prestação de serviços na realização de exames laboratoriais relacionados nos anexos I e II do Edital de credenciamento do processo administrativo 060/2012 -PMAC, chamamento público 02/2012". Prazo: O novo vencimento dar-se-á em 30 de março de 2016. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Antônio Carlos, 27 de março de 2015

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 091/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 91/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 046/2014 - Pregão Presencial nº 033/2014. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC. Contratada: PAULO CESAR RODEN 02773709900; Objeto: Aditar quantitativamente o presente contrato que consiste na "contratação de empresas especializadas para prestação de serviço de forma contínua na manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e equipamentos rodoviários do município de Antônio Carlos/SC - Lote VII"; Valor do contrato original: R\$ 40.500,00 (quarenta mil e quinhentos reais); Valor do acréscimo: R\$ 10.125,00 (dez mil cento e vinte e cinco reais); Valor do contrato aditado: R\$ 50.625,00 (cinquenta mil seiscentos e vinte e cinco reais).

Antônio Carlos, 02 de março de 2015.
Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 128/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº. 128/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC. Contratada: TRANSPORTE AVILA LTDA; Objeto: Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. Valor: O valor do litro do óleo diesel BS-10 será R\$ 2,87 (dois reais e oitenta e sete centavos).

Antônio Carlos, 18 de março de 2015.
Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 129/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº. 129/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC. Contratada: POSTO ANTÔNIO CARLOS LTDA ME; Objeto: Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. Valor: o valor do litro da gasolina comum será de R\$ 3,23 (três reais e vinte e três centavos).

Antônio Carlos, 18 de março de 2015.
Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - SEXTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 070/2012

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº. 070/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 52/2012 - Pregão nº. 033/2012. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC. Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA; Objeto: Aditar o prazo e reajustar o valor outrora pactuado, ao objeto do contrato acima enumerado, o qual consiste na "contratação de empresa especializada para fornecimento de licença e locação de sistemas de Gestão Pública, com acesso simultâneo para usuários da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Fundo Municipal de Saúde, Instituto de Previdência - Ipreancarlos e Câmara de Vereadores de Antônio Carlos." Prazo: Fica prorrogado por mais 12(doze) meses, o prazo do contrato, cujo novo vencimento dar-se-á no dia 31 de março de 2016. Valor: O novo valor do contrato será de R\$ 45.058,32 (quarenta e cinco mil e cinquenta e oito reais e trinta e dois centavos).

Antônio Carlos, 26 de março de 2015.
Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2012

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 002/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 001/2012 - Carta Convite 001/2012. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC. Contratada: KRAUSE CONSULTORIA ASSOCIADOS S/S LTDA; Objeto: Aditar o prazo e reajustar o preço do presente contrato, que consiste na "contratação de empresa especializada para efetuar serviços de consultoria previdenciária, realizada por pessoa física ou jurídica, ao Instituto de Previdência Social dos Serviços Públicos do Município de Antônio Carlos - IPREANCARLOS". O novo vencimento dar-se-á no dia 13 de março de 2016. O novo valor da prestação dos serviços é a importância mensal de R\$ 2.057,24 (dois mil e cinquenta e sete reais e vinte e quatro centavos).

Antônio Carlos, 05 março de 2015.
Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

PORTARIA N 192/2015

PORTARIA Nº 192/2015.

Concede Insalubridade a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, ao servidor PEDRO PAULO WILL, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 01 de abril de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - . Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 31 de março de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 01 de abril de 2015.

PORTARIA N 193/2015

PORTARIA Nº 193/2015.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital do Concurso Publico nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, GRASIELA MARIA SIMÃO SILVINO, para o cargo efetivo de TECNICO DE ENFERMAGEM, a partir de 01 de abril de 2015, para atuar na Secretaria de Saude e Assistência Social, passando a fazer parte do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - . Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 31 de março de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 01 de abril de 2015.

PORTARIA N 194/2015

PORTARIA Nº 194/2015.

Concede Insalubridade a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, a servidora GRASIELA MARIA SIMÃO SILVINO, ocupante do cargo efetivo de TECNICO DE ENFERMAGEM, a partir de 01 de abril de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 31 de março de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 01 de abril de 2015.

PORTARIA N 195/2015

PORTARIA Nº 195/2015.

Concede Adicional de Titulação a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1058/2005 de 20 de dezembro de 2005,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, ADICIONAL DE TITULAÇÃO, a servidora GRASIELA MARIA SIMÃO SILVINO, ocupante do cargo efetivo de TECNICO DE ENFERMAGEM, a partir de 01 de abril de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 31 de março de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 01 de abril de 2015.

PORTARIA N 196/2015

PORTARIA Nº 196/2015.

Concede Adicional de Titulação a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1058/2005 de 20 de dezembro de 2005,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, ADICIONAL DE TITULAÇÃO, a servidora MIRELA WEBER, ocupante do cargo efetivo de TECNICO DE ENFERMAGEM, a partir de 01 de abril de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 31 de março de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 01 de abril de 2015.

PORTARIA N 197/2015

PORTARIA Nº 197/2015.

Concede Insalubridade a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, a servidora MIRELA WEBER, ocupante do cargo efetivo de TECNICO DE ENFERMAGEM, a partir de 01 de abril de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 31 de março de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 01 de abril de 2015.

PORTARIA N 198/2015

PORTARIA Nº 198/2015.

Admiti ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 001/2015,

Resolve:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, MONICA MORAES, para o cargo de ASSISTENTE SOCIAL, a partir de 01 de abril de 2015 a 31 de março de 2016, e/ou até a realização do Concurso Público, para atuar na Secretaria de Assistencia Social.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 31 de março de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 01 de abril de 2015.

PORTARIA N 199/2015

PORTARIA Nº 199/2015.

Prorroga Contratação Temporária.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 002/2014,

Considerando que esta municipalidade deflagrou Concurso Público no ano de 2014;

Considerando que na data de 05 de fevereiro de 2015, Edital nº 24, a municipalidade convocou a Candidata ANA KAROLINE SILVEIRA, a qual logrou êxito do certame acima mencionado;

Considerando que quando da apresentação da documentação exigida no Instrumento Convocatório 001/2014 pela senhora ANA KAROLINE SILVEIRA, a Procuradoria Jurídica Municipal confeccionou parecer opinando pelo Indeferimento da posse da candidata aprovada no Concurso Público;

Considerando que no dia 09 de março de 2015, Edital nº 32, a senhora JANETE WEBER, 2ª colocada no Concurso Público nº 001/2014, foi convocada para tomar posse no cargo de Fiscal de Obras e Posturas, tendo no dia 09 de março de 2015, assinado Declaração de Desistência do cargo outrora almejado;

Considerando que no último dia 10 de março de 2015, Edital nº 33, a senhora ELAINE CRISTINA MARTINS, 3ª colocada no concurso Público 001/2014 para o cargo de Fiscal de Obras e Posturas, foi convocada para tomar posse no referido cargo;

Considerando que o prazo descrito no Edital de convocação para a entrega da documentação exigida é 09 de abril de 2015, ou seja, posterior ao término do contrato de trabalho da atual Fiscal de Obras e posturas desse município;

Considerando que a municipalidade conta com apenas 01 (um) Fiscal de Obras e Posturas,

Resolve:

Artigo 1º - Prorrogar, a CONTRATAÇÃO TEMPORARIA, da servidora KARINA PRAZER DE JESUS SAUKIO, ocupante do cargo de FISCAL DE OBRAS E POSTURAS, a partir de 01 de abril de 2015 a 30 de abril.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 31 de março de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 01 de abril de 2015.

PORTARIA N 200/2015

PORTARIA Nº 200/2015.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital do Concurso Publico nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, EDUARDO LOPEZ ZIANI, para o cargo efetivo de MECANICO, a partir de 06 de abril de 2015, para atuar na Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos, passando a fazer parte do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 31 de março de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 01 de abril de 2015.

PORTARIA N 201/2015

PORTARIA Nº 201/2015.

Concede Insalubridade a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, ao servidor EDUARDO LOPEZ ZIANI, ocupante do cargo efetivo de MECANICO, a partir de 06 de abril de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 31 de março de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 01 de abril de 2015.

Arroio Trinta

PREFEITURA

DECRETO Nº 1686

DECRETO Nº 1686, de 24 de março de 2015.
Autoriza Desmembramento de Área que Especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o dispositivo no artigo 100, Inciso VII da Lei Orgânica do Município, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover o desmembramento de uma área urbana com área total de 1.310,00m², localizado na Rua Delvinio Manenti, centro, nesta cidade de Arroio Trinta, de propriedade do senhor ANDRE LUIZ FALCHETTI, inscrito no CPF nº 005.120.519-09, objeto da matrícula RG nº 4.487 do Cartório de Registro de Imóveis, Comarca de Videira - SC.

Parágrafo único. O referido desmembramento será de: área a desmembrar com 589,32, área remanescente com 720,68m², conforme o Mapa e o Memorial Descritivo apresentado.

Art. 2º este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 24 de março de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1687

DECRETO Nº 1687, de 24 de março de 2015.
Nomeia Membros para o Conselho Municipal de Educação do Município de Arroio Trinta, composto pela Câmara da Educação Básica e Câmara do FUNDEB do Município de Arroio Trinta.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município, e demais normas legais aplicáveis,

DECRETA:

Artigo 1.º Ficam nomeados os membros para composição da Câmara de Educação Básica e Câmara do FUNDEB, do Conselho Municipal de Educação do Município de Arroio Trinta.

I - CÂMARA DA EDUCAÇÃO BÁSICA:

a) 01 (UM) REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO:
TITULAR: JULIAR LUIZ MANENTI
SUPLENTE: RAQUEL CALDART GEMELI

b) 01 (UM) REPRESENTANTE DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL:
TITULAR: ROSANA NAVA ALVEZ
SUPLENTE: JOICE LIANE NAVA

c) 01 (UM) REPRESENTANTE DOS DIRETORES DE UNIDADE DE EDUCAÇÃO E ENSINO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL:

TITULAR: ADRIANA LIDANI CIVIDINI
SUPLENTE: AGOSTINHO POSSATO

d) 01 (UM) REPRESENTANTE DA APP DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA JACY FALCHETTI:
TITULAR : ELIANA SPRICIGO BRIDI
SUPLENTE: SIMONE TEXEIRA LOCATELLI

e) 01 (UM) REPRESENTANTE DAS ESCOLAS PRIVADAS:
TITULAR: ANGELA CIVIDINI
SUPLENTE: BERNARDETE MANENTI NESI

II - CÂMARA DO FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

a) REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:
TITULAR: KELI VERONA COSSA
SUPLENTE: ZENAIDE GEMELI RIGO

TITULAR: DENISE ZIMMERMANN SCHULLER
SUPLENTE: SILVANIA DE CAMARGO DOS SANTOS

b) REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:
TITULAR : SALETE CZERNIAK
SUPLENTE: JULIANA CAMPOS

c) REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:
TITULAR : SANTO POSSATO
SUPLENTE : CESAR LUIZ ALTENHOFEN

d) REPRESENTANTE DOS PROFESSORES EDUCAÇÃO BÁSICA:
TITULAR: SIRLEIA MARIA PASSONI
SUPLENTE: SILVANA BOLZON

e) REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:
TITULAR: DANIELA CAON
SUPLENTE: CLAUDETE APARECIDA MANENTI MAGRO

f) REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:
TITULAR: VANIA FERRONATO CAMPAGNIN
SUPLENTE: MARILDE ANCILIERO LIDANI

g) REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA - INDICADO PELA ENTIDADE DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS:
TITULAR : VANIA CARLA KOZLOWSKI
SUPLENTE: TACIANE NESI

h) REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
TITULAR: CLECI APARECIDA DE OLIVEIRA MORAES CIVIDINI
SUPLENTE: JOVILDE MARIA SERIGHELLI PIROLI

i) REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR:
TITULAR: EVERSON LIDANI
SUPLENTE: FRANCISCO CARICIMI

Artigo 2.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 24 de março de 2014.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

LEI Nº 1729

LEI Nº 1729, DE 26/03/2015.

Autoriza Desapropriação Amigável e Recebe em Doação, a Área de Terras que Discrimina, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições comunica que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a desapropriar amigavelmente e receber em doação área de terras de propriedade da senhora Iva Barichello Locatelli, inscrita no CPF nº 985.994.459-87, conforme abaixo:

“Área de 682,55m² (seiscentos e oitenta e dois virgula cinqüenta e cinco metros quadrados) e possui as seguintes confrontações: ao Norte: com a continuação da rua Jacob casaletti, com distância de 11,00m; ao Sul: com a continuação da rua Jacob casaletti, com distância de 11,00m; ao Leste: com a área remanescente 02, com distância de 62,92m; ao Oeste: com a área remanescente 01, com distância de 61,36m.”

Art. 2º Na área de terras referida no artigo anterior é para regularizar uma situação já consolidada, onde já existe rua a mais de 30 anos, conforme Mapa e Memorial Descritivo.

Art. 3º O Município será representado nos atos expropriatórios pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 26 de março de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 26 de março de 2015.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 099

PORTARIA Nº 099, de 02/03/2015.

Concede Progressão por Curso de Aperfeiçoamento a Servidora que Menciona, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 25 §4º da Lei Complementar nº 1.115 de 26/12/2005 - Plano de Careira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público do Município de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Progressão por Curso de Aperfeiçoamento - Progressão Horizontal - Letra “C” para a Letra “D” a servidora ROSELI SECCO FELCHILCHER, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR II - PÓS-GRADUADO (ESPECIALISTA).

Artigo 2.º - O percentual de incremento nos vencimentos de que trata o art. 1º desta Portaria será de 2% (dois por cento), conforme determina o parágrafo único do art. 20 da lei Complementar nº 1.115/2005.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente

Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 100

PORTARIA Nº 100, de 02/03/2015.

Concede Progressão por Curso de Aperfeiçoamento a Servidora que Menciona, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 25 §4º da Lei Complementar nº 1.115 de 26/12/2005 - Plano de Careira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público do Município de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Progressão por Curso de Aperfeiçoamento - Progressão Horizontal - Letra “D” para a Letra “E” a servidora MARILDE ANCILIERO LIDANI, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I - PÓS-GRADUADO.

Artigo 2.º - O percentual de incremento nos vencimentos de que trata o art. 1º desta Portaria será de 2% (dois por cento), conforme determina o parágrafo único do art. 20 da lei Complementar nº 1.115/2005.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 101

PORTARIA Nº 101, de 02/03/2015.

Concede Progressão por Curso de Aperfeiçoamento a Servidora que Menciona, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 25 §4º da Lei Complementar nº 1.115 de 26/12/2005 - Plano de Careira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público do Município de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Progressão por Curso de Aperfeiçoamento - Progressão Horizontal - Letra “D” para a Letra “E” a servidora BERNARDETE LOURDES MANENTI NESI, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I - PÓS-GRADUADO.

Artigo 2.º - O percentual de incremento nos vencimentos de que trata o art. 1º desta Portaria será de 2% (dois por cento), conforme determina o parágrafo único do art. 20 da lei Complementar nº 1.115/2005.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 102

PORTARIA Nº 102, de 02/03/2015.

Concede Progressão por Curso de Aperfeiçoamento a Servidora que Menciona, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 25 §4º da Lei Complementar nº 1.115 de 26/12/2005 - Plano de Careira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público do Município de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Progressão por Curso de Aperfeiçoamento - Progressão Horizontal - Letra "D" para a Letra "E" a servidora DANIELA CAON, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I - PÓS-GRADUADO.

Artigo 2.º - O percentual de incremento nos vencimentos de que trata o art. 1º desta Portaria será de 2% (dois por cento), conforme determina o parágrafo único do art. 20 da lei Complementar nº 1.115/2005.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 103

PORTARIA Nº 103, de 02/03/2015.

Concede Progressão por Curso de Aperfeiçoamento a Servidora que Menciona, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 25 §4º da Lei Complementar nº 1.115 de 26/12/2005 - Plano de Careira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público do Município de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Progressão por Curso de Aperfeiçoamento - Progressão Horizontal - Letra "B" para a Letra "C" a servidora DANIELA CAON, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I - PÓS-GRADUADO.

Artigo 2.º - O percentual de incremento nos vencimentos de que trata o art. 1º desta Portaria será de 2% (dois por cento), conforme determina o parágrafo único do art. 20 da lei Complementar

nº 1.115/2005.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 104

PORTARIA Nº 104, de 02/03/2015.

Concede Progressão por Curso de Aperfeiçoamento a Servidora que Menciona, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 25 §4º da Lei Complementar nº 1.115 de 26/12/2005 - Plano de Careira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público do Município de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Progressão por Curso de Aperfeiçoamento - Progressão Horizontal - Letra "D" para a Letra "E" a servidora JAQUELINE APARECIDA LEGNANI FAVARIM, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I - PÓS-GRADUADO.

Artigo 2.º - O percentual de incremento nos vencimentos de que trata o art. 1º desta Portaria será de 2% (dois por cento), conforme determina o parágrafo único do art. 20 da lei Complementar nº 1.115/2005.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 105

PORTARIA Nº 105, de 02/03/2015.

Concede Progressão por Curso de Aperfeiçoamento a Servidora que Menciona, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 25 §4º da Lei Complementar nº 1.115 de 26/12/2005 - Plano de Careira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público do Município de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Progressão por Curso de Aperfeiçoamento - Progressão Horizontal - Letra "B" para a Letra "C" a servidora DENISE ZIMMERMANN SCHULLER, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I - PÓS-GRADUADO.

Artigo 2.º - O percentual de incremento nos vencimentos de que

trata o art. 1º desta Portaria será de 2% (dois por cento), conforme determina o parágrafo único do art. 20 da lei Complementar nº 1.115/2005.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 106

PORTARIA Nº 106, de 02/03/2015.

Concede Progressão por Curso de Aperfeiçoamento a Servidora que Menciona, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 25 §4º da Lei Complementar nº 1.115 de 26/12/2005 - Plano de Careira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público do Município de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Progressão por Curso de Aperfeiçoamento - Progressão Horizontal - Letra "A" para a Letra "B" a servidora DENISE ZIMMERMANN SCHULLER, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I - PÓS-GRADUADO.

Artigo 2.º - O percentual de incremento nos vencimentos de que trata o art. 1º desta Portaria será de 2% (dois por cento), conforme determina o parágrafo único do art. 20 da lei Complementar nº 1.115/2005.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 107

PORTARIA Nº 107, de 02/03/2015.

Concede Progressão por Curso de Aperfeiçoamento a Servidora que Menciona, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 25 §4º da Lei Complementar nº 1.115 de 26/12/2005 - Plano de Careira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público do Município de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Progressão por Curso de Aperfeiçoamento - Progressão Horizontal - Letra "B" para a Letra "C" a servidora JOICE LIANE NAVA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I - PÓS-GRADUADO.

Artigo 2.º - O percentual de incremento nos vencimentos de que trata o art. 1º desta Portaria será de 2% (dois por cento), conforme determina o parágrafo único do art. 20 da lei Complementar nº 1.115/2005.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 108

PORTARIA Nº 108, de 02/03/2015.

Concede Progressão por Curso de Aperfeiçoamento a Servidora que Menciona, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 25 §4º da Lei Complementar nº 1.115 de 26/12/2005 - Plano de Careira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público do Município de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Progressão por Curso de Aperfeiçoamento - Progressão Horizontal - Letra "B" para a Letra "C" a servidora SIRLEIA MARIA PASSONI, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I - PÓS-GRADUADO.

Artigo 2.º - O percentual de incremento nos vencimentos de que trata o art. 1º desta Portaria será de 2% (dois por cento), conforme determina o parágrafo único do art. 20 da lei Complementar nº 1.115/2005.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 109

PORTARIA Nº 109, de 02/03/2015.

Concede Progressão por Curso de Aperfeiçoamento a Servidora que Menciona, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 25 §4º da Lei Complementar nº 1.115 de 26/12/2005 - Plano de Careira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público do Município de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Progressão por Curso de Aperfeiçoamento - Progressão Horizontal - Letra "D" para a Letra "E" a servidora TANIA MANENTI CONSTANTINI, ocupante do cargo efetivo de

PROFESSOR I - PÓS-GRADUADO.

Artigo 2.º - O percentual de incremento nos vencimentos de que trata o art. 1º desta Portaria será de 2% (dois por cento), conforme determina o parágrafo único do art. 20 da lei Complementar nº 1.115/2005.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 110

PORTARIA Nº 110, de 02/03/2015.

Concede Progressão por Curso de Aperfeiçoamento a Servidora que Menciona, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 25 §4º da Lei Complementar nº 1.115 de 26/12/2005 - Plano de Careira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público do Município de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Progressão por Curso de Aperfeiçoamento - Progressão Horizontal - Letra "B" para a Letra "C" a servidora KELI MANENTI, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I - GRADUADO.

Artigo 2.º - O percentual de incremento nos vencimentos de que trata o art. 1º desta Portaria será de 2% (dois por cento), conforme determina o parágrafo único do art. 20 da lei Complementar nº 1.115/2005.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 111

PORTARIA Nº 111, de 02/03/2015.

Concede Progressão por Curso de Aperfeiçoamento a Servidora que Menciona, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 25 §4º da Lei Complementar nº 1.115 de 26/12/2005 - Plano de Careira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público do Município de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Progressão por Curso de Aperfeiçoamento

- Progressão Horizontal - Letra "A" para a Letra "B" a servidora KELI MANENTI, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I - GRADUADO.

Artigo 2.º - O percentual de incremento nos vencimentos de que trata o art. 1º desta Portaria será de 2% (dois por cento), conforme determina o parágrafo único do art. 20 da lei Complementar nº 1.115/2005.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 112

PORTARIA Nº 112, de 02/03/2015.

Concede Progressão por Curso de Aperfeiçoamento a Servidora que Menciona, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 25 §4º da Lei Complementar nº 1.115 de 26/12/2005 - Plano de Careira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público do Município de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Progressão por Curso de Aperfeiçoamento - Progressão Horizontal - Letra "A" para a Letra "B" a servidora SILVANA BOLZON, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I - GRADUADO.

Artigo 2.º - O percentual de incremento nos vencimentos de que trata o art. 1º desta Portaria será de 2% (dois por cento), conforme determina o parágrafo único do art. 20 da lei Complementar nº 1.115/2005.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 113

PORTARIA Nº 113, de 02/03/2015.

Concede Progressão por Curso de Aperfeiçoamento a Servidora que Menciona, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 25 §4º da Lei Complementar nº 1.115 de 26/12/2005 - Plano de Careira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público do Município de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Progressão por Curso de Aperfeiçoamento - Progressão Horizontal - Letra "B" para a Letra "C" a servidora SILVANA BOLZON, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I - GRADUADO.

Artigo 2.º - O percentual de incremento nos vencimentos de que trata o art. 1º desta Portaria será de 2% (dois por cento), conforme determina o parágrafo único do art. 20 da lei Complementar nº 1.115/2005.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 114

PORTARIA Nº 114, de 02/03/2015.

Concede Progressão por Curso de Aperfeiçoamento a Servidora que Menciona, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 25 §4º da Lei Complementar nº 1.115 de 26/12/2005 - Plano de Careira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público do Município de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Progressão por Curso de Aperfeiçoamento - Progressão Horizontal - Letra "B" para a Letra "C" a servidora LILIAM APARECIDA BOZA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I - PÓS-GRADUADO.

Artigo 2.º - O percentual de incremento nos vencimentos de que trata o art. 1º desta Portaria será de 2% (dois por cento), conforme determina o parágrafo único do art. 20 da lei Complementar nº 1.115/2005.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 115

PORTARIA Nº 115, de 02/03/2015.

Concede Progressão por Curso de Aperfeiçoamento a Servidora que Menciona, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 25 §4º da Lei Complementar nº 1.115 de 26/12/2005 - Plano de Careira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público do Município de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Progressão por Curso de Aperfeiçoamento - Progressão Horizontal - Letra "A" para a Letra "B" a servidora FERNANDA CONSONI, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I - PÓS-GRADUADO.

Artigo 2.º - O percentual de incremento nos vencimentos de que trata o art. 1º desta Portaria será de 2% (dois por cento), conforme determina o parágrafo único do art. 20 da lei Complementar nº 1.115/2005.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 116

PORTARIA Nº 116, de 02/03/2015.

Concede Progressão por Curso de Aperfeiçoamento a Servidora que Menciona, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 25 §4º da Lei Complementar nº 1.115 de 26/12/2005 - Plano de Careira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público do Município de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Progressão por Curso de Aperfeiçoamento - Progressão Horizontal - Letra "A" para a Letra "B" a servidora IVONI BOZA COSSA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I - PÓS-GRADUADO.

Artigo 2.º - O percentual de incremento nos vencimentos de que trata o art. 1º desta Portaria será de 2% (dois por cento), conforme determina o parágrafo único do art. 20 da lei Complementar nº 1.115/2005.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 117

PORTARIA Nº 117, de 02/03/2015.

Concede Progressão por Curso de Aperfeiçoamento a Servidora que Menciona, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 25 §4º da Lei Complementar nº 1.115 de 26/12/2005 - Plano de Careira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público do Município de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Progressão por Curso de Aperfeiçoamento - Progressão Horizontal - Letra "A" para a Letra "B" a servidora ERONI APARECIDA SCHULLER BIAVA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I - PÓS-GRADUADO.

Artigo 2.º - O percentual de incremento nos vencimentos de que trata o art. 1º desta Portaria será de 2% (dois por cento), conforme determina o parágrafo único do art. 20 da lei Complementar nº 1.115/2005.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 118

PORTARIA Nº 118, de 02/03/2015.

Concede Progressão por Curso de Aperfeiçoamento a Servidora que Menciona, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 25 §4º da Lei Complementar nº 1.115 de 26/12/2005 - Plano de Careira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público do Município de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Progressão por Curso de Aperfeiçoamento - Progressão Horizontal - Letra "B" para a Letra "C" a servidora ERONI APARECIDA SCHULLER BIAVA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I - PÓS-GRADUADO.

Artigo 2.º - O percentual de incremento nos vencimentos de que trata o art. 1º desta Portaria será de 2% (dois por cento), conforme determina o parágrafo único do art. 20 da lei Complementar nº 1.115/2005.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 119

PORTARIA Nº 119, de 02/03/2015.

Concede Progressão por Curso de Aperfeiçoamento a Servidora que Menciona, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 25 §4º da Lei Complementar nº 1.115 de 26/12/2005 - Plano de Careira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público do Município de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Progressão por Curso de Aperfeiçoamento - Progressão Horizontal - Letra "B" para a Letra "C" a servidora CLECI APARECIDA MORAIS CIVIDINI, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I - PÓS-GRADUADO.

Artigo 2.º - O percentual de incremento nos vencimentos de que trata o art. 1º desta Portaria será de 2% (dois por cento), conforme determina o parágrafo único do art. 20 da lei Complementar nº 1.115/2005.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 120

PORTARIA Nº 120, de 02/03/2015.

Concede Progressão por Curso de Aperfeiçoamento a Servidora que Menciona, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 25 §4º da Lei Complementar nº 1.115 de 26/12/2005 - Plano de Careira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público do Município de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Progressão por Curso de Aperfeiçoamento - Progressão Horizontal - Letra "D" para a Letra "E" a servidora CLECI APARECIDA MORAIS CIVIDINI, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I - PÓS-GRADUADO.

Artigo 2.º - O percentual de incremento nos vencimentos de que trata o art. 1º desta Portaria será de 2% (dois por cento), conforme determina o parágrafo único do art. 20 da lei Complementar nº 1.115/2005.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 121

PORTARIA Nº 121, de 02/03/2015.

Concede Progressão por Curso de Aperfeiçoamento a Servidora que Menciona, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 25 §4º da Lei Complementar nº 1.115 de 26/12/2005 - Plano de Careira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público do Município de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Progressão por Curso de Aperfeiçoamento - Progressão Horizontal - Letra "D" para a Letra "E" a servidora ROSANA NAVA ALVES, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I - PÓS-GRADUADO.

Artigo 2.º - O percentual de incremento nos vencimentos de que trata o art. 1º desta Portaria será de 2% (dois por cento), conforme determina o parágrafo único do art. 20 da lei Complementar nº 1.115/2005.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 122

PORTARIA Nº 122, de 02/03/2015.

Concede Progressão por Curso de Aperfeiçoamento a Servidora que Menciona, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 25 §4º da Lei Complementar nº 1.115 de 26/12/2005 - Plano de Careira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público do Município de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Progressão por Curso de Aperfeiçoamento - Progressão Horizontal - Letra "D" para a Letra "E" a servidora CLAUDETE MANENTI MAGRO, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I - PÓS-GRADUADO.

Artigo 2.º - O percentual de incremento nos vencimentos de que trata o art. 1º desta Portaria será de 2% (dois por cento), conforme determina o parágrafo único do art. 20 da lei Complementar nº 1.115/2005.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 123

PORTARIA Nº 123, de 02/03/2015.

Concede Progressão por Curso de Aperfeiçoamento a Servidora que Menciona, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 25 §4º da Lei Complementar nº 1.115 de 26/12/2005 - Plano de Careira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público do Município de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Progressão por Curso de Aperfeiçoamento - Progressão Horizontal - Letra "D" para a Letra "E" a servidora ADRIANA LIDANI CIVIDINI, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I - PÓS-GRADUADO.

Artigo 2.º - O percentual de incremento nos vencimentos de que trata o art. 1º desta Portaria será de 2% (dois por cento), conforme determina o parágrafo único do art. 20 da lei Complementar nº 1.115/2005.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 124

PORTARIA Nº 124, de 02/03/2015.

Concede Progressão por Curso de Aperfeiçoamento a Servidora que Menciona, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 25 §4º da Lei Complementar nº 1.115 de 26/12/2005 - Plano de Careira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público do Município de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Progressão por Curso de Aperfeiçoamento - Progressão Horizontal - Letra "B" para a Letra "C" a servidora ADRIANA LIDANI CIVIDINI, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I - PÓS-GRADUADO.

Artigo 2.º - O percentual de incremento nos vencimentos de que trata o art. 1º desta Portaria será de 2% (dois por cento), conforme determina o parágrafo único do art. 20 da lei Complementar nº 1.115/2005.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 125

PORTARIA Nº 125, de 02/03/2015.

Concede Progressão por Curso de Aperfeiçoamento a Servidora que Menciona, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 25 §4º da Lei Complementar nº 1.115 de 26/12/2005 - Plano de Careira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público do Município de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Progressão por Curso de Aperfeiçoamento - Progressão Horizontal - Letra "B" para a Letra "C" a servidora SOLIANDRA RUZZA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I - PÓS-GRADUADO.

Artigo 2.º - O percentual de incremento nos vencimentos de que trata o art. 1º desta Portaria será de 2% (dois por cento), conforme determina o parágrafo único do art. 20 da lei Complementar nº 1.115/2005.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 126

PORTARIA Nº 126, de 02/03/2015.

Concede Progressão por Curso de Aperfeiçoamento a Servidora que Menciona, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 25 §4º da Lei Complementar nº 1.115 de 26/12/2005 - Plano de Careira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público do Município de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Progressão por Curso de Aperfeiçoamento - Progressão Horizontal - Letra "B" para a Letra "C" a servidora VANIA FERRONATTO CAMPAGNIN, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I - PÓS-GRADUADO.

Artigo 2.º - O percentual de incremento nos vencimentos de que trata o art. 1º desta Portaria será de 2% (dois por cento), conforme determina o parágrafo único do art. 20 da lei Complementar nº 1.115/2005.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 127

PORTARIA Nº 127, de 02/03/2015.

Concede Progressão por Curso de Aperfeiçoamento a Servidora que Menciona, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 25 §4º da Lei Complementar nº 1.115 de 26/12/2005 - Plano de Careira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público do Município de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Progressão por Curso de Aperfeiçoamento - Progressão Horizontal - Letra "A" para a Letra "B" a servidora VANIA FERRONATTO CAMPAGNIN, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I - PÓS-GRADUADO.

Artigo 2.º - O percentual de incremento nos vencimentos de que trata o art. 1º desta Portaria será de 2% (dois por cento), conforme determina o parágrafo único do art. 20 da lei Complementar nº 1.115/2005.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 128

PORTARIA Nº 128, de 02/03/2015.

Concede Progressão por Curso de Aperfeiçoamento a Servidora que Menciona, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 25 §4º da Lei Complementar nº 1.115 de 26/12/2005 - Plano de Careira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público do Município de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Progressão por Curso de Aperfeiçoamento - Progressão Horizontal - Letra "A" para a Letra "B" a servidora MARGARIDA DE BORTOLI, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I - PÓS-GRADUADO.

Artigo 2.º - O percentual de incremento nos vencimentos de que trata o art. 1º desta Portaria será de 2% (dois por cento), conforme determina o parágrafo único do art. 20 da lei Complementar nº 1.115/2005.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 129

PORTARIA Nº 129, de 02/03/2015.

Concede Progressão por Curso de Aperfeiçoamento a Servidora que Menciona, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 25 §4º da Lei Complementar nº 1.115 de 26/12/2005 - Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público do Município de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Progressão por Curso de Aperfeiçoamento - Progressão Horizontal - Letra "A" para a Letra "B" a servidora ELOI CRISTINA DA SILVA LIDANI, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I - PÓS-GRADUADO.

Artigo 2.º - O percentual de incremento nos vencimentos de que trata o art. 1º desta Portaria será de 2% (dois por cento), conforme determina o parágrafo único do art. 20 da lei Complementar nº 1.115/2005.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 130

PORTARIA Nº 130, de 02/03/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, SIBELE MUNARO, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Provimento Efetivo PSICÓLOGO, relativas ao período aquisitivo de 03/03/2014 à 03/03/2015 e gozo das mesmas no período de 02/03/2015 a 31/03/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 131

PORTARIA Nº 131, de 02/03/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do

Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, MARINA ROTA DE ANDRADE, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Provimento Efetivo ODONTOLOGO, relativas ao período aquisitivo de 01/03/2014 à 01/03/2015 e gozo das mesmas no período de 02/03/2015 a 31/03/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 132

PORTARIA Nº 132, de 02/03/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, IVETE RIBEIRO DE FREITAS, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Provimento Efetivo ODONTOLOGO, relativas ao período aquisitivo de 02/03/2014 à 02/03/2015 e gozo das mesmas no período de 02/03/2015 a 31/03/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 133

PORTARIA Nº 133, de 02/03/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, ROBERTO CORREA DE MELLO, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo de Provimento Efetivo BIOQUIMICO, relativas ao período aquisitivo de 02/03/2014 à 02/03/2015 e gozo das mesmas no período de 02/03/2015 a 31/03/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 134

PORTARIA Nº 134, de 02/03/2015.
Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, DONATO NEOTTI, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo de Provimento Efetivo MOTORISTA, relativas ao período aquisitivo de 15/03/2014 à 15/03/2015 e gozo das mesmas no período de 16/03/2015 a 14/04/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 135

PORTARIA Nº 135, de 02/03/2015.
Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, VALDIR ANTONIO OTTO, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo de Provimento Efetivo OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, relativas ao período aquisitivo de 02/03/2014 à 02/03/2015 e gozo das mesmas no período de 02/03/2015 a 31/03/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 136

PORTARIA Nº 136, de 02/03/2015.
Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos

Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, DIEGO LUIZ LAZARI, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, relativas ao período aquisitivo de 05/03/2014 à 05/03/2015 e gozo das mesmas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 137

PORTARIA Nº 137, de 02/03/2015.
Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, SALUTE LEGNANI NESI, brasileira, viúva, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, relativas ao período aquisitivo de 12/03/2014 à 12/03/2015 e gozo das mesmas no período de 12/03/2015 a 10/04/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 138

PORTARIA Nº 138, de 02/03/2015.
Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, IVETE ANCILIERO ZAMBONI, brasileira, viúva, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, relativas ao período aquisitivo de 02/03/2013 à 02/03/2014 e gozo das mesmas no período de 02/03/2015 a 31/03/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 139

PORTARIA Nº 139, de 02/03/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, LUCIA MARIA MANENTI, brasileira, divorciada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AGENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES, relativas ao período aquisitivo de 01/03/2014 à 01/03/2015 e gozo das mesmas no período de 02/03/2015 a 22/03/2015, e determina o pagamento de 10 (dez) dias a serem trabalhados, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de março de 2015.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 140.A

PORTARIA Nº 140.A, de 05/03/2015.

Exonera Servidor Contratado por Prazo Determinado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Exonerar a servidora municipal THAIS NOELLI ARIGONI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 009.378.339-67 e Identidade nº 4.980.573, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta - SC, admitido por contrato por prazo determinado, para exercer a função de PROFESSOR I - (MAGISTÉRIO), conforme Portaria de Homologação de Contrato de Trabalho nº 199 de 01/08/2013, a partir de 05 de março de 2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de março de 2015.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 141

PORTARIA Nº 141, de 24/03/2015.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674 de 20/01/2015,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia ao servidor municipal, MICHEL JUNIOR SERIGHELLI, admitido por concurso público para o cargo de OPERÁRIO BRAÇAL, através da Portaria nº 061 de 04/05/1998, posteriormente admitido por novo concurso público para o cargo de TÉCNICO TRIBUTÁRIO, através da Portaria de Nomeação nº 115 de 02/05/2002 relativas ao período aquisitivo de 04/05/1998 à 03/05/2003, conforme previsto na Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 24 de março de 2015.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 142

PORTARIA Nº 142, de 24/03/2015.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674 de 20/01/2015,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia ao servidor municipal, GILSON FRIEBEL, admitido por concurso público para o cargo de AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, através da Portaria de Nomeação nº 039 de 03/06/1991 relativas ao período aquisitivo de 03/06/2001 à 02/06/2006, conforme previsto na Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 24 de março de 2015.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 143

PORTARIA Nº 143, de 24/03/2015.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674 de 20/01/2015,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia a servidora municipal, LOURDES POSSATO RODRIGUES DE OLIVEIRA, admitida por concurso público para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, através da Portaria de Nomeação nº 022

de 01/03/1990 relativas ao período aquisitivo de 01/03/1990 à 28/02/1995, conforme previsto na Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 24 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 144

PORTARIA Nº 144, de 31/03/2015.

Exonera Servidor Nomeado para Cargo Comissionado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1.º - EXONERAR o servidor municipal LUIZ CIVIDINI, brasileiro, solteiro, portador da cédula de Identidade nº 287.451 e CPF sob nº 075.476.849-04, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta - SC, ocupante do cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CULTURA, a partir de 31 de março de 2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 31 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 145

PORTARIA Nº 145, de 31/03/2015.

Exonera Servidor Contratado por Prazo Determinado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Exonerar a servidora municipal LUCIMAR DA SOLER GRIFANTE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 014.453.789-30 e Identidade nº 3.484.188, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta - SC, admitido por contrato por prazo determinado, para exercer a função de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, a partir de 31 de março de 2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 31 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 146

PORTARIA Nº 146, de 31/03/2015.

Exonera Servidor que Menciona, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

RESOLVE:

Artigo 1.º - EXONERAR A PEDIDO, a servidora municipal MARIELI MARLI PERICO, brasileira, solteira, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta - SC, inscrita no CPF sob nº 063.199.709-10 e Identidade nº 5.393.322-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, admitida pela Portaria nº 207 de 01/08/2013, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 31 de março de 2015.

Artigo 2.º - Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Inciso I do Art. 45, da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 31 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 147

PORTARIA Nº 147, de 31/03/2015.

Exonera Servidor que Menciona, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

RESOLVE:

Artigo 1.º - EXONERAR A PEDIDO, a servidora municipal JULIANA DAMASCENO SOUZA, brasileira, solteira, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta - SC, inscrita no CPF sob nº 020.300.629-10, ocupante do cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRA, admitida pela Portaria nº 112 de 02/05/2002, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 31 de março de 2015.

Artigo 2.º - Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Inciso I do Art. 45, da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 31 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 148

PORTARIA Nº 148, de 31/03/2015.

Prorroga a Contratação Temporária por Prazo Determinado Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e por excepcional interesse Público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autorizar a Prorrogação da Contratação Temporária por Prazo Determinado, nos termos da Lei nº 1713 de 03/11/2014, a Senhora LISIANE FLAVIA LOCATELLI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 048.155.869-18 e Identidade nº 4.784.927, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta - SC, ocupante da função de FARMACEUTICA, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, por 20:00 (vinte) horas semanais, no horário compreendido entre 13:30 as 17:30 horas de 2.ª à 6.ª feira, com vencimentos em Lei, pelo período de 31/03/2015 à 29/05/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 31 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 149

PORTARIA Nº 149, de 31/03/2015.

Prorroga a Contratação Temporária por Prazo Determinado Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e por excepcional interesse Público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autorizar a Prorrogação da Contratação Temporária por Prazo Determinado, nos termos da Lei nº 1713 de 03/11/2014, a Senhora MARINA MORENA SEBA MULLER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 050.515.559-18 e Identidade nº 4059205999, residente e domiciliada no Município de Macieira - SC, ocupante da função de FISIOTERAPEUTA, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, por 20:00 (vinte) horas semanais, no horário compreendido entre 13:30 as 17:30 horas de 2.ª à 6.ª feira, com vencimentos em Lei, pelo período de 31/03/2015 à 29/05/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 31 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 150

PORTARIA Nº 150, de 31/03/2015.

Prorroga a Contratação Temporária por Prazo Determinado Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e por excepcional interesse Público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autorizar a Prorrogação da Contratação Temporária por Prazo Determinado, nos termos da Lei nº 1713 de 03/11/2014, a Senhora DAIANE CRISTINA PEDROSO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 009.969.699-18 e Identidade nº 5.218.398-0, residente e domiciliada no Município de Salto Veloso - SC, ocupante da função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, por 40:00 (quarenta) horas semanais, no horário compreendido entre 08:00 as 12:00 e 13:30 as 17:30 horas de 2.ª à 6.ª feira, com vencimentos em Lei, pelo período de 31/03/2015 à 29/05/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 31 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 151

PORTARIA Nº 151, de 31/03/2015.

Prorroga a Contratação Temporária por Prazo Determinado Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e por excepcional interesse Público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autorizar a Prorrogação da Contratação Temporária por Prazo Determinado, nos termos da Lei nº 1713 de 03/11/2014, a Senhora LUCIMARA APARECIDA ALVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 944.348.679-20 e Identidade nº 3.410.385, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta - SC, ocupante da função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, por 40:00 (quarenta) horas semanais, no horário compreendido entre 08:00 as 12:00 e 13:30 as 17:30 horas de 2.ª à 6.ª feira, com vencimentos em Lei, pelo período de 31/03/2015 à 29/05/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 31 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 152

PORTARIA Nº 152, de 31/03/2015.

Prorroga a Contratação Temporária por Prazo Determinado Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e por excepcional interesse Público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autorizar a Prorrogação da Contratação Temporária por Prazo Determinado, nos termos da Lei nº 1713 de 03/11/2014, a Senhora SUELENE DE LIMA SANTOS CORDEIRO, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob nº 031.643.689-50 e Identidade nº 861.219, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta - SC, ocupante da função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, por 40:00 (quarenta) horas semanais, no horário compreendido entre 08:00 as 12:00 e 13:30 as 17:30 horas de 2.ª à 6.ª feira, com vencimentos em Lei, pelo período de 31/03/2015 à 29/05/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 31 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Ascurra**PREFEITURA****RESOLUÇÃO Nº 12, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015**

Resolução nº 12, de 27 de Fevereiro de 2015.

Designa preposto da Presidência para efetuar gestão financeira e pagamento de obrigações do CIAPS, por meio eletrônico, através de conta corrente junto ao Banco do Brasil S.A.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIAPS; e Considerando-se as disposições do art. 28, §§ 1º e 2º, do Estatuto do Consórcio Público, e as dificuldades operacionais de manutenção de assinatura digital com responsabilidade concomitante para mais de um órgão público e/ou a substituição constante da habilitação do Presidente do CIAPS junto à agência bancária; Considerando-se a necessidade de desburocratização dos trabalhos do CIAPS e agilização da gestão financeira e dos pagamentos por meio eletrônico das despesas regularmente processadas, através de conta corrente mantida junto ao Banco do Brasil S.A;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor FREDY RICHARD EICHSTAEDT, CPF nº 020.366.099-45, ocupante da função de Coordenador Executivo, como preposto da Presidência do CIAPS para efetuar consulta de extratos, movimentações entre contas, aplicações financeiras e pagamentos por meio eletrônico das despesas regularmente processadas pelo Consórcio Público, através de conta corrente mantida junto ao Banco do Brasil S.A.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Apíuna - SC, em 27 de Fevereiro de 2015.

Nicanor Morro
Presidente do CIAPS

Atalanta

PREFEITURA

DECRETO 014/2015

DECRETO Nº 014/2015

"Revoga o Decreto nº 053/2014 de 30 de outubro de 2014".

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições inerentes a sua função,
DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o Decreto nº 053/2014, de 30 de outubro de 2014, que dispensa Márcio Petruy ocupante do Cargo de Fisioterapeuta lotado na Secretaria Municipal de Saúde do Registro de Ponto Eletrônico e dá Outras Providências.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 30 de março de 2015.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

DECRETO 015/2015

DECRETO Nº. 015/2015

"Dispõe sobre Inclusão de Conta Despesa no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e Abre Crédito Adicional Especial e dá Outras Providências".

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº. 1413 de 04 de março de 2015:

Art. 1º - Fica incluída a Conta Despesa 4.4.90.00.00.00.00.00.0104; no Programa 0040 - EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL, na Lei Municipal nº. 1334/2013 de 30.08.2013, Plano Plurianual - PPA, no montante de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Art. 2º - A Conta Despesa acrescida na ação que trata o artigo 1º, fica por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
12.361.0049.2.018 - Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Art. 3º - Por conta da inclusão prevista no Artigo 1º do presente Decreto, fica incluída a Conta Despesa 4.4.90.00.00.00.00.00.0104; no Programa 0040 - EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL, na Lei Municipal nº. 1391/2014 de 22.10.2014, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no montante de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Art. 4º - Por conta do disposto no Artigo 3º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado incluir na Lei Orçamentária para o exercício de 2015 a abertura de Crédito Adicional Especial, no montante de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Órgão: 05.00 Secretaria da Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 05.01 Secretaria da Educação, Cultura e Esporte

Função: 12 - Educação

Sub-Função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0040 - EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO

FUNDAMENTAL

Projeto Atividade 2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental.
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas 20.000,00

Art. 5º - As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta, 30 de março de 2015.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

DECRETO 016/2015

DECRETO N.º 016/2015.

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1418 de 25 de março de 2015:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 258.000,00 (Duzentos e cinquenta e oito mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0007.2.003 - Manutenção da Administração Geral
3.3.93.00.00.00.00.00.0080 - Aplicação Direta Decor. de Op. Entre Órgãos.... R\$ 3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0116 - Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

04.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO
04.01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO
20.606.0031.2.012 - Mecanização Agrícola
4.4.90.00.00.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas
..... R\$ 205.000,00

07.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.243.0076.2.030 - Manutenção do Serviço de Conviv. e Fortal. de Vínculos
3.1.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 14.000,00
08.244.0076.2.042 - Manutenção dos Serviços de Proteção e Atend. Integ. a Família - PAIF
3.1.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 21.000,00

Art. 2º - Os créditos abertos por este Decreto correrão por conta do superávit financeiro do Exercício de 2014 da Fonte de Recurso 0116 - Alienação de Bens, no valor de R\$ 15.000,00; e por conta das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0007.2.003 - Manutenção da Administração Geral
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

..... R\$ 3.000,00
04.122.0008.1.002 - Construção e Reformas do Paço Municipal
4.4.90.00.00.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas
..... R\$ 205.000,00

07.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.243.0076.2.030 - Manutenção do Serviço de Conviv. e Fortal.
de Vínculos
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 14.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00
08.244.0076.2.042 - Manutenção dos Serviços de Proteção e
Atend. Integ. a Família - PAIF
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 30 de março de 2015.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

DECRETO 017/2015

DECRETO Nº. 017/2015

"Dispõe sobre Inclusão de Conta Despesa no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e Abre Crédito Adicional Especial e dá Outras Providências".

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº. 1419 de 25 de março de 2015:

Art. 1º - Fica incluída a Conta Despesa 4.4.90.00.00.00.00.00.0116; no Programa 0031 - PATRULHA MECANIZADA, na Lei Municipal nº. 1334/2013 de 30.08.2013, Plano Plurianual - PPA, no montante de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Art. 2º - A Conta Despesa acrescida na ação que trata o artigo 1º, fica por conta do superávit financeiro do Exercício de 2014 da Fonte de Recurso 0116 - Alienação de Bens, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Art. 3º - Por conta da inclusão prevista no Artigo 1º do presente Decreto, fica incluída a Conta Despesa 4.4.90.00.00.00.00.00.0116; no Programa 0031 - PATRULHA MECANIZADA, na Lei Municipal nº. 1391/2014 de 22.10.2014, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no montante de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Art. 4º - Por conta do disposto no Artigo 3º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado incluir na Lei Orçamentária para o exercício de 2015 a abertura de Crédito Adicional Especial, no montante de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Órgão: 04.00 Secretaria da Agricultura e do Desenv. Econômico
Unidade: 04.01 Secretaria da Agricultura e do Desenv. Econômico
Função: 20 - Agricultura
Sub-Função: 606 - Extensão Rural
Programa: 0031 - PATRULHA MECANIZADA
Projeto Atividade 2.012 - Mecanização Agrícola
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.0116 - Aplicações Diretas 20.000,00

Art. 5º - As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta, 30 de março de 2015.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

RESULTADO DO CONCURSO Nº. 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº. 001/2015

REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO TORNA PÚBLICO que encontra-se disponível no site www.concursosss1.com.br e no Mural da Prefeitura EDITAL QUE DIVULGA RESULTADO DOS RECURSOS, RESULTADO DA PROVA OBJETIVA E CONVOCA PARA PROVA PRÁTICA.

Balneário Rincão, 01 de Abril de 2015.

DECIO GOMES GOES

Prefeito Municipal.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015.

Edital CMDCA nº 01/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Bela Vista do Toldo/SC.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 30 de março de 2015, em sua sede localizada na Rua Estanislau Schumann, nº 1109 e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e na Lei Municipal nº 1.081/2015, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Bela Vista do Toldo/SC, e dá outras providências.

1 Do Cargo e das Vagas

1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2 Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 1.081/2015, é assegurado o direito a:

I - vencimento de R\$ 788,00(setecentos e oitenta e oito reais), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - cobertura previdenciária;

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade;

VI - gratificação natalina.

2.2.Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.5 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 8h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.

2.5.1 Plantão noturno das 17h00 às 8h00 do dia seguinte.

2.5.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.5.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

3. Do Processo de Escolha

3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 13/04/2015 a 03/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (08h00 às 17h00), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada na Rua Estanislau Schumann, 1109, centro do município de Bela Vista do Toldo/SC.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição: I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II - idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;

III - residir no município, demonstrada por comprovante de residência dos dois anos anteriores à publicação deste Edital;

IV - conclusão de ensino médio, comprovada através de Diploma de Conclusão do Ensino Médio;

V - comprovar domicílio eleitoral no município.

VI - experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente de no mínimo dois anos, que poderá ser comprovada da seguinte forma:

a) declaração fornecida por entidade cadastrada no CMDCA;

b) declaração emitida por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente;

c) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente;

VII - no ato da inscrição não estar vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VIII - estar no pleno gozo das aptidões física e mental para o exercício do cargo de conselheiro tutelar;

IX - não exercer mandato político;

X - não ter sofrido penalidade de perda de mandato de conselheiro tutelar no período vigente;

XI - Estar no gozo dos direitos políticos.

3.1.2.1 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.1.2 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.3 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.4 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia

12/06/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 15/06/2015 a 16/06/2015, no horário de atendimento ao público (08:00 às 17:00), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.2.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 17/06/2015 a 18/06/2015, no horário de atendimento ao público (08:00 às 17:00hs), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.2.2.2 A comissão eleitoral apresentará resposta quanto às impugnações até o dia 23/06/2015.

3.2.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 26/06/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

3.2.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

3.3 Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.1.2 A propaganda eleitoral será permitida através da distribuição de impressos, indicando o nome do candidato bem como suas características e propostas ou através da distribuição do curriculum vitae, sendo expressamente vedada sua afixação em prédios públicos e particulares.

3.3.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas, bonés e outros meios semelhantes, bem como por alto falante ou assemelhados fixos ou em veículos.

3.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.3.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

3.4 Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário das 08:00 às 17:00, no seguinte local:

- Escola de Educação Básica Estanislau Schumann, sito a Rua Professor Alfredo Ludka, nº 329, centro - Bela Vista do Toldo/SC

3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira de identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.4.6 O eleitor votará uma única vez em um dos cinco candidatos constantes na cédula, sendo nula a cédula que contiver mais de um nome assinalado ou que tenha qualquer tipo de inscrição que possa identificar o eleitor.

3.5 Do Voto

3.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.5.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário,

sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.5.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do candidato escolhido.

3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.6.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.1 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos: I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.8.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição.

3.8.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 05/10/2015, em edital afixado no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, no Diário Oficial Municipal - DOM, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 1.081 de 27 de março de 2015, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital,

através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Canoinhas/SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Bela Vista do Toldo, 30 de março de 2015.

SIMONE LESSAK MAGALHÃES
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

Anexo I

CALENDÁRIO REFERENTE AO EDITAL 001/2015 DO CMDCA

31/03/2015 - Publicação do Edital.

13/06/2015 a 03/06/2015 - Inscrição na sede do CMDCA das 9hs às 11hs e das 13hs às 16hs.

08/06/2015 a 11/06/2015- Análise das inscrições

12/06/2015 - Publicação da lista de candidatos com inscrição deferida e indeferida

15/06/2015 a 16/06/2015 - Prazo de impugnação

17/06/2015 a 18/06/2015 - Recurso das impugnações

19/06/2015 - Análise das impugnações

23/06/2015 - Resposta as impugnações.

26/06/2015 - Publicação da lista definitiva de candidatos aptos.

01/07/2015 - Início do período eleitoral.

01/10/2015 - Fim do período eleitoral.

04/10/2015 - Processo Unificado (Eleições)

05/10/2015 - Publicação do resultado da Eleição.

10/01/2016 - Nomeação e Posse dos Conselheiros Tutelares.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

Aviso de Licitações

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 013/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial - Registro de Preços do tipo menor preço por item. O objeto é o registro de preços para aquisição parcelada de lubrificantes e aditivos, destinados para frota municipal e seus fundos municipais.

ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 09h00min do dia 15/04/2015.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 15/04/2015 às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal De

Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro. O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo email compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 01 de Abril de 2015.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO DO CMDCA DE Nº 04/2015, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

Resolução do CMDCA DE Nº 04/2015, de 30 de março de 2015. Dispõe sobre o processo de escolha dos conselheiros tutelares do município de Bela Vista do Toldo, Santa Catarina, para o processo unificado a realizar-se no primeiro domingo do mês de outubro de 2015, nos termos da Lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS da Criança e do Adolescente - CMDCA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.023, de 20 de março de 2014 e seu Regimento Interno e a deliberação, por unanimidade, dos Conselheiros presentes na Assembleia Extraordinária realizada no dia 30 de março de 2015, e

considerando QUE:

Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente regulamentar o processo de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como convocá-lo na forma da Lei nº 1.023, de 20 de março de 2014 e do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;

O processo eleitoral será organizado mediante Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, CMDCA, sob a fiscalização do Ministério Público, nos termos do art. 139, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, ECA, com redação alterada pela Lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012, e na forma estabelecida na Lei Municipal nº 1.081, de 27 de março de 2015;

A Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014, do CONANDA.

RESOLVE:

Artigo 1º - Estabelece a abertura do processo de escolha dos conselheiros tutelares em data unificada, a realizar-se no dia 04 de outubro de 2015, conforme Edital de nº 01/2015 do CMDCA.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bela Vista do Toldo, 30 de março de 2015.
Simone Lessak Magalhães
Presidente do CMDCA

Benedito Novo

PREFEITURA

EXTRATO DO QUINTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 65/2012

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DO QUINTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 65/2012

Referente: Processo Licitatório nº 29/2012

Contratada: IPM INFORMÁTICA LTDA

Objeto do Contrato: LICENCIAMENTO DE SOFTWARES DE GESTÃO, PROVIMENTO DE DATACENTER PARA GESTÃO DE ISSQN E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Alteração: RENOVAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO PARA 2015, PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA, ADEQUAÇÃO DO EXERCÍCIO RELATIVO AO ORÇAMENTO PROGRAMA E ALTERAÇÃO DO FISCAL DO CONTRATO.

Data Assinatura: 16/03/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015 - FMS

AVISO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015 - FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE objetivando a AQUISIÇÃO DE FOSSAS SÉPTICAS E SUMIDOUROS PARA O SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO DISTRIBUÍDO GRATUITAMENTE À POPULAÇÃO CARENTE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 06/04/2015, às 13h59min do dia 17/04/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 17/04/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (17/04/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (17/04/2015), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar subestabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de subestabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 06/04/2015.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados - CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 31 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação - Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

AVISO DE SUSPENSÃO TP 66/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE SUSPENSÃO TP 66/2015 PMB

A Diretoria de Licitações e Contratos vem, por meio dessa, comunicar às empresas interessadas no Processo de Licitação TP 66/2015 PMB, que a mesma fica SUSPENSA, tendo em vista ao recebimento de vários questionamentos que necessitam da análise do Engenheiro responsável da Prefeitura Municipal de Biguaçu. Nada mais a expor.

Biguaçu, 31 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

CONVÊNIO Nº 09/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 009/2015

CONVENIENTES - A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, através da Associação Bonsai de Karatê-Dô.

OBJETO - O presente instrumento tem por objeto o apoio financeiro à Beneficiada que menciona para atender despesas com a manutenção dos serviços de oferta de vagas para crianças e adolescentes no Projeto Pequeno Mestre com aulas de Karatê-Dô, autorizado pela Lei nº 3543/2015.

VALOR: R\$ 62.200,00 (sessenta e dois mil e duzentos reais).

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA - 14 meses, contados da assinatura do convênio.

DATA E ASSINATURAS - Biguaçu, 31 de março de 2015 - Ramon Wollinger - Prefeito Municipal e Silvia Regina Cechinel - Presidente da Associação Bonsai de Karatê-Dô.

DECRETO Nº 040/2015

DECRETO Nº 040/2015 DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3514/2014 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3530/2014 - Lei Orçamentária para 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2015, Lei Municipal nº 3530/2014:

06. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

0601.04.121.0002.2007	Mant. da Secretaria de Planejamento Gestão	15.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	15.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	15.000,00

18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1801.10.301.0004.2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	12.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	12.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	12.000,00
1801.10.3050.004.2046	Ações de Vig. Epidemiológica e Ambiental de Saúde	48.187,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.2.28.000107	Pessoal e Encargos Sociais	13.657,00
3.3.90.00/0.2.28.000120	Outras Despesas Correntes	34.530,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.2.28.000107	Outras Despesas Correntes	13.657,00
4.4.90.00/0.2.28.000120	Investimentos	34.530,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 25 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 041/2015

DECRETO Nº 041/2015 DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2015.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3514/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 149.216,07 (Cento e quarenta e nove mil, duzentos e dezesseis reais e sete centavos) a dotação abaixo indicada, por conta do Superávit Financeiro de 2014, apurado em fonte de recurso:

3. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0301.04.122.0002.2011	Manutenção da Secretaria de Administração	33.000,00
4.4.90.00/0.3.85.000100	Investimentos	33.000,00

9. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTE

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0901.26.782.0007.2076	Manut. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Transporte	33.000,00
4.4.90.00/0.3.85.000100	Investimentos	33.000,00

18. FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1801.10.305.0004.2046	Ações de Vig. Epidemiológica Ambiental Saúde	83.216,07
4.4.90.00/0.6.28.000107	Investimentos	33.000,00
3.3.90.00/0.6.28.000107	Outras Despesas Correntes	50.216,07

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 25 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 043/2015

DECRETO Nº 043/2015 DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, declara a vacância do cargo público da servidora RITA DE CASSIA MAIKOT SAGAS, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 à servidora RITA DE CASSIA MAIKOT SAGAS, detentora da matrícula funcional nº 505, portadora do CPF nº 038.558.399-05, inscrita no RG nº 971.592, PIS/PASEP nº 1801322687-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I 40 horas - Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 3.522,93 (três mil quinhentos e vinte e dois reais e noventa e três centavos), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV, da Lei Complementar Municipal nº 54/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos do Magistério Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir de 01/04/2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 31 de março de 2015.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 45/2015

DECRETO Nº 045/2015 DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, declara a vacância do cargo público da servidora ROSIMÉRIS SANTOS DA SILVA, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 à servidora ROSIMÉRIS SANTOS DA SILVA, detentora da matrícula funcional nº 520, portadora do CPF nº 416.034.869-68, inscrita no RG nº 989.175-7, PIS/PASEP nº 1086497626-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I 30HS - Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 3.183,22 (três mil cento e oitenta e três reais e vinte e dois

centavos), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV, da Lei Complementar municipal nº 54/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos do Magistério Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir de sua publicação, operando seus efeitos a contar de 01/04/2015, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 31 de março de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DL 90/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 90/2015 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VIGAS DE EUCALIPTO PARA RECONSTRUÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO INFERNINHO LOCALIZADA NO BAIRRO DE SOROCABA DE DENTRO.

EMPRESA CONTRATADA: MADEIREIRA CANTO DO RIACHO LTDA EPP

VALOR: R\$ 6.120,00 (seis mil cento e vinte reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2015

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

15.01.2.070.33.90.30.51.00.00.00

JUSTIFICATIVA: Devido à necessidade da aquisição de vigas de eucalipto para reconstrução da ponte sobre o Rio Inferninho localizada no Bairro de Sorocaba de Dentro. Optou-se por Dispensa de Licitação, tendo em vista que os valores totais previstos para a aquisição desse objeto para o ano de 2014 não ultrapassarão o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), possibilitando assim a realização de Processo de Dispensa de Licitação de acordo com o art.24, II da Lei 8.666/93.

II- para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria Municipal de Agricultura apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 30 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 3543/2015

LEI Nº 3543/2015 DE 31 DE MARÇO DE 2015

AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS A ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou a ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir R\$ 62.200,00 (sessenta e dois mil e duzentos reais) à "ASSOCIAÇÃO BONSAI DE KARATÊ-DÔ", CNPJ n. 02.196.168/0001-40, mediante convênio, pagável em 10 (dez) parcelas mensais, no valor de R\$ 6.220,00 (seis mil, duzentos e vinte reais), destinados a atender despesas de manutenção da referida entidade e constantes do objeto do seu estatuto, conforme Plano de Aplicação apresentado e aprovado pelo Executivo Municipal.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da Lei Orçamentária Anual de 2015 com a seguinte classificação: 1301.27.812.0005.2050 - Apoio ao Esporte Amador, através do Grupo de Natureza de Despesa: 3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º A entidade beneficiada por esta lei deverá prestar contas de cada parcela recebida no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do seu recebimento, na forma estabelecida nas normas de controle interno, sob pena de suspensão dos pagamentos e instauração de tomada de contas especial.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 31 de Março de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Lei nº 3543/2015, de 31/03/2015

Sancionada em 31/03/2015

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

RETIFICAÇÃO PP 24/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPAL DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

RETIFICAÇÃO DO PP 24/2015 PMB

Comunicamos às empresas interessadas no PP 24/2015 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA IDENTIFICAÇÃO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO", que devido a um pedido de impugnação da Empresa Nilcatex Textil Ltda, o edital passa a ter as seguintes alterações:

Onde lê-se:

Anexo 01

Item	Quantidade	Unid.	Valor Referência	Especificação
1	5.700,00	UN	19,90	CAMISETA DE MALHA DE TECIDO 67% DE POILESTER E 33% DE VISCOSE NA COR BRANCA, COM RIBANA NA GOLA NA COR AZUL ROYAL, MANGA CURTA E DEVERÃO SER FORNECIDAS COM O BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL BORDADO NO PEITO E ESCRITO EM AZUL REDE MUNICIPAL DE ENSINO - BIGUAÇU. CONFORME MODELO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. TAMANHOS 14, 16, P, M, G, GG, EXG

Leia-se:

Anexo 01

Item	Quantidade	Unid.	Valor Referência	Especificação
1	5.700,00	UN	19,90	CAMISETA: A peça deverá ser em tecido de malha com 67% de Poliéster e 33% de Viscose na cor branca. Gola Azul royal, redonda em ribana 65.5% poliéster, 31,5% Viscose e mais 3% de elastano, com uma variação de mais ou menos 3%, estrutura 1 x 1 com 2 cm de largura, aplicada com maquina galoneira 2 agulhas. As bainhas das mangas devem acabar em 2 cm com arremate na overlock, barra deve ser acabada com 2 cm com auxilio da galoneira de 2 agulhas. No meio das costas (decote interno) da camiseta deverá ser costurada uma etiqueta do fabricante em tecido branco com os caracteres tipográficos dos indicativos, na cor preta, devendo informar a razão social, CNPJ, tamanho da peça, composição do tecido, instruções de lavagem, semestre e ano de fabricação. Fechamento interno em overlock com 3,5 fios/cm, tolerância de 0,5 pontos por cm e costuras linha 100% poliéster 120. . BORDADO E ESTAMPA Na frente da peça, bordado no lado esquerdo a bandeira do Município de Biguaçu com 10 cm de largura pela altura proporcional, abaixo bordado REDE MUNICIPAL com 10cm de extensão pela altura proporcional em caixa alta, Arial Black. Abaixo, distante 1cm da expressão REDE MUNICIPAL, deverá ser estampado 3 (três) listras com 2cm de largura pelo comprimento de toda a peça, nas cores idênticas ao da Bandeira de Biguaçu, na seguinte ordem: a primeira em azul, ao lado, espaço em branco de 2cm.; a segunda em amarelo, novamente espaço em branco de 2cm e a terceira na cor verde, fechando 10cm de largura.

Onde lê-se:

IX- DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO.

1- Os materiais desta licitação deverão ser fornecidos no prazo de 5 (cinco) dias após a AF (Autorização de Fornecimento), cuja emissão se dará pelo Setor de Compras.

Leia-se:

IX- DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO.

1- Os materiais desta licitação deverão ser fornecidos no prazo de 30 (trinta) dias após a AF (Autorização de Fornecimento), cuja emissão se dará pelo Setor de Compras.

ORIENTAÇÕES QUANTO A CONFECCÃO DA CAMISA:

Produtos acabado em cm:

		00	02	04	06	08	10	12	14	16	P	M	G	GG
A	Comprimento total	38,0	42,0	45,0	48,0	51,0	56,0	59,0	61,0	63,0	67,0	70,0	73,0	76,0
B	Largura peito	32,0	34,0	36,0	38,0	40,0	42,0	44,0	46,0	48,0	50,0	53,0	56,0	59,0
C	Comprimento manga	10,0	11,0	12,0	13,0	14,0	16,0	17,0	18,0	18,0	19,0	20,0	21,0	22,0
D	Barra e bainhas	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0

Laudo da malha:

1) Composição: 67% poliéster e 33% de Viscose - Norma 20/05 e 20ª/05 DA AATCC

2) Gramatura: 150g/m² - Norma NBR 1059/08

3) Estrutura: Meia Malha - Norma NBR 13462/95

4) Espessura: 0,49mm - Norma NBR 1337/05

5) Solidez de Cor a Lavagem Domestica: Norma NBR ISSO 105 C06/10 A1S

Migração Poliéster = 5;

Migração do Algodão = 4

Alteração = 4/5

Laudo Ribana:

6) Composição: Composição: 65.5% Poliéster, 31,5% Viscose e 3% de elastano: Norma 20/05 e 20ª/05 DA AATCC

7) Estrutura: 1x1 - Norma NBR 13462/35

8) Cor - Calculo da Diferença de Cor Aceitável: Norma 173/92 da AATCC - Iluminante D65 - Espaço de Cor: CIELAB (1976):

L* = 28,98

a* = 4,71

b* = - 37,01

Δ < 1,20

O vencedor deverá entregar na secretaria da educação no setor administrativo - Rua Hermógenes Prazeres nº 59, Centro - Biguaçu, das 13:00h às 18:00h, uma amostra da camiseta pronta e acabada, devidamente bordada e estampada em até 3 (três) dias uteis após o pregão

com os laudos emitidos por laboratório credenciado pelo INMETRO. Os laudos deverão ter data inferior a 12 meses da data da entrega das amostras. O brasão do Município de Biguaçu em alta definição poderá ser solicitado através do e-mail gaby_dallwitt@hotmail.com.

Diante do exposto o referido processo será aberto na seguinte data:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:

Até às 16:45 horas, do dia 16/04/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

Às 17:00 horas, do dia 16/04/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura

As demais cláusulas do Edital permanecem inalteradas.

Biguaçu, 31 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.082/2015

LEI Nº 8.082, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

DENOMINA DE "RUA CARLOS GUILHERME HENNINGS", PROLONGAMENTO DE VIA PÚBLICA, "RUA ERICH LÜBKE" E "RUA ELVIRA LÜBKE", VIAS PÚBLICAS, LOCALIZADAS NO BAIRRO SALTO WEISSBACH.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominado com o mesmo nome de Rua Carlos Guilherme Hennings, o prolongamento da referida via pública em mais 199,00 metros, descrita como rua "A" do loteamento residencial Lübke, totalizando 369,00m (trezentos e sessenta e nove metros) de extensão, localizada no Bairro Salto Weissbach.

Art. 2º As vias públicas descritas nos incisos deste artigo, localizadas no Bairro Salto Weissbach, são assim denominadas:

I - Rua Erich Lübke, a via pública localizada no lado par do prolongamento ora denominado de Rua Carlos Guilherme Hennings, ao lado dos lotes 07 e 26, descrita como rua "B" do loteamento Residencial Lübke, cadastrada sob o nº 4.338, com 143,00m (cento e quarenta e três metros) de extensão;

II - Rua Elvira Lübke, a via pública localizada no lado par do prolongamento ora denominado de Rua Carlos Guilherme Hennings, ao lado dos lotes 27 e 55, descrita como rua "C" do loteamento Residencial Lübke, cadastrada sob o nº 4.339, com 216,00m (duzentos e dezesseis metros), de extensão.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 27 de março de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.083/2015

LEI Nº 8.083, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

DENOMINA DE "RUA IZETA SALUTE BIZ", VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO BADENFURT.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada de Rua Izeta Salute Biz, a via pública localizada no lado par da rua Rua Lindolfo Christmann, ao lado da casa nº 50, descrita como rua "B" do loteamento Ana Luiza, cadastrada sob nº 3.444, com 26,00m (vinte e seis metros) de extensão, localizada no Bairro Badenfurt.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 27 de março de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.593/2015

DECRETO Nº 10.593, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO UMA ÁREA DE TERRAS PERTENCENTE A MANOEL ANASTÁCIO DA CONCEIÇÃO E UMA ÁREA DE TERRAS PERTENCENTE A LAURA MARIA DOS ANJOS, AMBAS situadas na rua BRUNO HOELTGEBAUN E DESTINADAS À IMPLANTAÇÃO DE PASSEIO PÚBLICO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação, as seguintes áreas de terras:

I - a área de terras sem benfeitorias, pertencente a Manoel Anastácio da Conceição, situada nesta cidade, no bairro Fortaleza, na Rua Bruno Hoeltgebaun, contendo 14,10m², fazendo frente em 12,00m com o lado ímpar da Rua Bruno Hoeltgebaun, fundos em 12,00m com terras remanescentes do Espólio de Manoel Anastácio da Conceição; estremando pelo lado direito em 1,07m com o leito da Rua Bruno Hoeltgebaun e pelo lado esquerdo em 1,28m com o leito da Rua Bruno Hoeltgebaun, integrante do terreno inscrito no cadastro técnico municipal sob o nº 29.799 e transcrito no Livro 3-A, fls. 168, sob nº 2.302 do 1º Ofício de Registro de Imóveis dessa Comarca.

II - a área de terras sem benfeitorias, pertencente a Laura Maria dos Anjos, situada nesta cidade, no bairro Fortaleza, na Rua Bruno Hoeltgebaun, contendo 18,78m², fazendo frente em 16,00m com o lado ímpar da Rua Bruno Hoeltgebaun, fundos em 16,14m com terras remanescentes de Laura Maria dos Anjos; estremando pelo lado direito em 1,02m com o leito da Rua Bruno Hoeltgebaun e pelo lado esquerdo em 1,46m com o leito da Rua Bruno Hoeltgebaun, integrante do terreno inscrito no cadastro técnico municipal sob nº 29.798 e matriculado sob o nº 7.919 no 3º Ofício de Registro de Imóveis dessa Comarca.

Parágrafo único. Os imóveis descritos neste artigo são destinados à implantação de passeio público.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 23 de março de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.573/2015

PORTARIA Nº 18.573, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIO ESCOLAR E CONCEDE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento

na Lei Complementar n. 849, de 05/04/2012, e de conformidade com os Memorandos ns. 120 e 121, de 19/03/2015, subscritos pela Secretária Municipal de Educação, resolve:

DESIGNAR os servidores públicos municipais abaixo nominados, ocupantes do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, concedendo-lhes a gratificação de que trata o art. 1º, I, da Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, equivalente a 20%:

FRANCIELE WIPPEL TARNOWSKI, para o exercício da função de Secretário Escolar do CEI "Profª Lenyr Peiter Starke", a contar de 05 de março de 2015;

EDUARDO MORSCH, para o exercício da função de Secretário Escolar do CEI "Manoela Reinert", a contar de 09 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 23 de março de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.575/2015

PORTARIA Nº 18.575, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA RAFAEL KRAETZER PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE MONITORAMENTO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CIDADÃO - SEDECI.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

RAFAEL KRAETZER, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Monitoramento, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão - SEDECI, no dia 25 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 25 de março de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.576/2015

PORTARIA Nº 18.576, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

DESIGNA CHRISTIAN ROGÉRIO CÂMARA DE ABREU PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DESIGNAR

o servidor público municipal CHRISTIAN ROGÉRIO CÂMARA DE ABREU, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Informática, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor

de Projetos Institucionais, FGC-30%, a contar de 01 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 25 de março de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.577/2015

PORTARIA Nº 18.577, DE 25 DE MARÇO DE 2015.
TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CIDADÃOS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO,

de acordo com o art. 16, §4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, por não terem tomado posse no prazo legal, conforme Memorando nº 75/2015, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, a nomeação dos seguintes cidadãos:

DANIELA DENARDIN, nomeada através da Portaria nº 18.414, de 05 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Ginecologista, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

MONICA HELEN WINNIKOW, nomeada através da Portaria nº 18.414, de 05 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Ginecologista, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

BRUNA KOCH BORGES, nomeada através da Portaria nº 18.413, de 05 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral ESF, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

GLAUCE YUMI NOZAKI, nomeada através da Portaria nº 18.413, de 05 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral ESF, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

THAIS BATISTA RODRIGUES BARBOSA, nomeada através da Portaria nº 18.531, de 09 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral ESF, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

ALISSON PIOVEZANI, nomeado através da Portaria nº 18.414, de 05 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Pediatra, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

SANTOLINA ALEXANDRE, nomeada através da Portaria nº 18.539, de 10 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

SANDRA MARCHESINI DE SOUZA, nomeada através da Portaria nº 18.539, de 10 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

FATIMA DE LUCCA DOS SANTOS, nomeada através da Portaria nº 18.539, de 10 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo

Concurso Público nº 002/2014;

ELIZANGELA PATRICIA DE SOUZA TOMAZ, nomeada através da Portaria nº 18.539, de 10 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

JOSSIMARA FERREIRA DA SILVA RODRIGUES, nomeada através da Portaria nº 18.539, de 10 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

CRISLEINE MORGANA TELLES FAGUNDES, nomeada através da Portaria nº 18.539, de 10 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

ROBERTA ANALINE DESCHAMPS HASS, nomeada através da Portaria nº 18.539, de 10 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

LEILA REGINA PEIXE GUBERT, nomeada através da Portaria nº 18.539, de 10 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 25 de março de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.578/2015

PORTARIA Nº 18.578, DE 25 DE MARÇO DE 2015.
TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CIDADÃOS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO,

de acordo com o art. 16, §4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, por não terem tomado posse no prazo legal, conforme Memorando nº 75/2015, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, a nomeação dos seguintes cidadãos:

FERNANDO VARGAS GARCIA, nomeado através da Portaria nº 18.433, de 10 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Cirurgião Geral, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2011;

DANYN SCHMIDT CÓRDOVA, nomeado através da Portaria nº 18.433, de 10 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2011;

WELLINGTON DE SOUZA, nomeado através da Portaria nº 18.455, de 17 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente de Defesa Civil, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2011;

FABIANE OECHSLER, nomeada através da Portaria nº 18.455, de 17 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Fisioterapeuta, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

ROSIMERE GONÇALVES TIMM, nomeada através da Portaria nº 18.541, de 10 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor de Matemática, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2011;

RAQUEL FURLANETTO, nomeada através da Portaria nº 18.541, de 10 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor de Português, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2011;

ELISABETE RIBEIRO DOS SANTOS, nomeada através da Portaria nº 18.434, de 10 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

MARCO AURELIO RODRIGUES, nomeado através da Portaria nº 18.434, de 10 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

JUSSANA TAINA CANABARRO, nomeada através da Portaria nº 18.455, de 17 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

FERNANDA LUZZANI, nomeada através da Portaria nº 18.456, de 17 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

SILVANA ITUNA PLANQUE, nomeada através da Portaria nº 18.519, de 05 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

ADRIANA ARNOLD VARELA, nomeada através da Portaria nº 18.540, de 10 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

LENON DOEGE TAMANINI, nomeado através da Portaria nº 18.540, de 10 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

ISOLDE DO AMARAL, nomeada através da Portaria nº 18.540, de 10 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

LUCIANA OLIVEIRA SILVA, nomeada através da Portaria nº 18.540, de 10 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 25 de março de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.579/2015

PORTARIA Nº 18.579, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LAWRENCE SILVA CAMPOS, PARA FISCALIZAR OS SERVIÇOS REFERENTES AO CONTRATO Nº 231/2014.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 59, VII, e 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Blumenau, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

DESIGNAR o servidor público municipal abaixo indicado, para fiscalizar os serviços referentes ao Contrato nº 231-2014, que objetiva a execução de obras de contenção de encostas na Rua Eduardo Schwartz, Bairro Fortaleza, item 02 (dois), da Cláusula Primeira do Edital de Concorrência nº 03-021/2014:

LAWRENCE SILVA CAMPOS, servidor público municipal, matrícula nº 22873-7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 25 de março de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.580/2015

PORTARIA Nº 18.580, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

ALTERA O PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SERGIO LUIZ DA SILVA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 102 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e alterações posteriores, regulamentado pelo Decreto nº 8.616, de 1º de fevereiro de 2008, resolve:

ALTERAR o percentual de gratificação de condução do servidor público municipal SERGIO LUIZ DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEDEC, concedida pela Portaria nº 12.230/2008, para GC de 30% (trinta por cento), a contar de 01 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 25 de março de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.581/2015

PORTARIA Nº 18.581, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDSON FAGUNDES, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE OPERADOR DE MÁQUINAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 102 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e alterações posteriores, regulamentado pelo Decreto nº 8.616, de 1º de fevereiro de 2008, resolve:

CONCEDER

gratificação de condução calculada sobre o valor do padrão de vencimento "A", da faixa de vencimento "I", da categoria 7, carga horária de 40 horas semanais, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, previsto na Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, o servidor público municipal:

EDSON FAGUNDES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, GC de 10% (dez por cento), a contar de 05 de janeiro de 2015, conforme Memorando SEDEAD nº 226/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 25 de março de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.582/2015

PORTARIA Nº 18.582, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA EDNA NAZÁRIO VIEIRA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIRETOR ADJUNTO DA E.B.M. "LORE SITA BOLLMANN" E CONCEDE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011, e de conformidade com o Memorando nº 117/2015, de 18/03/2015, da Secretaria Municipal de Educação, resolve:

NOMEAR,

a contar de 01 de abril de 2015,
EDNA NAZÁRIO VIEIRA, servidora pública municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para o exercício da função de Diretor Adjunto da EBM "Lore Sita Bollmann", concedendo-lhe a gratificação de que trata o art. 1º, II, da Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 25 de março de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.583/2015

PORTARIA Nº 18.583, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 71/2015, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção

Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 001/2014, a contar de 23 de março de 2015:

IGOR FELIPE MAÇANEIRO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

DORLI SCHOELLER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

TAIS FRENZEL DA ROSA NOGUEZ, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista Buço Maxilo Facial, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "II", Padrão de Vencimento A;

MARY ELIANE ARAUJO DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

IRENE DE MATTOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ALESSANDRO CRISTALDO MARQUES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MURYEL CRISTINE DALLABRIDA VARGAS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MILENE ALVES CARDOSO DE SOUZA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Fonoaudiólogo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

TIAGO HOFFMANN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Informática, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

RENAN WILLIAM BAUMGARTEL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Informática, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

NISAEI DOS SANTOS JUNIOR, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Informática, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

BRUNO FERRASSO FARIAS, para ocupar o cargo de provimento

efetivo de Técnico em Agropecuária, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 25 de março de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.584/2015

PORTARIA Nº 18.584, DE 25 DE MARÇO DE 2015.
NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 71/2015, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 001/2014, a contar de 23 de março de 2015:

VALDENIR ERN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

VANIR TERESINHA KLAUMANN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LIGIA CRISTINA LOOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MIRNA GIELAND, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ANTONIO FABIO PEREIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

DENISE CESARIO BERNARDO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

FABIANO SILVERIO VERSIANI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional

Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARIO GONSALVES INACIO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JOÃO CARLOS DE MOURA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ROMILDA APARECIDA DE JESUS VICENTE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CELSON LUIZ RAMOS CASTANHA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ELIETE GEISER SCHRAMM, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 25 de março de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.585/2015

PORTARIA Nº 18.585, DE 25 DE MARÇO DE 2015.
NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 71/2015, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, a contar de 23 de março de 2015:

JANIR SCOTTINI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

MARCELI PEREIRA SOARES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

MICHELLE AMANDA MOTTA THOMAZ DE ALMEIDA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

SUZANA CRISTINA ROSA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

CAMILA DEBORTOLI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

CHARA ELI PLANCA DELLAGIUSTINA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

GLEICIANE BASTOS VALENTE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

FERNANDA SPIAZZI DOS REIS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

RODRIGO WALTRICH GILLI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

GILSON DA SILVA SANTOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

FABIANO NAZARENO DA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 25 de março de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.586/2015

PORTARIA Nº 18.586, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE EXONERAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SANDRA REGINA FARINA DE LIMA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO a servidora pública municipal SANDRA REGINA FARINA DE LIMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 20 de março de 2015, conforme Processo Administrativo nº 2103/03/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 26 de março de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.587/2015

PORTARIA Nº 18.587, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE EXONERAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO aos seguintes servidores públicos municipais:

ALLAN PATRICK DOS SANTOS, matrícula nº 230162, do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 10 de março de 2015, conforme Processo Administrativo nº 2154/03/2015;

SHEILA ALINE NARDELLI, matrícula nº 226351, do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, a contar de 24 de março de 2015, conforme Processo Administrativo nº 2194/03/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 26 de março de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.589/2015

PORTARIA Nº 18.589, DE 27 DE MARÇO DE 2015

DESIGNA MEMBRO PARA A PRIMEIRA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI - I, DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e nos termos da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, da Lei Complementar Municipal nº 438, de 22 de dezembro de 2003, do Decreto nº 6.156, de 15 de junho de 1998 e alterações posteriores, e do art. 5º do Decreto

nº 8.310, de 04 de dezembro de 2006, resolve:

DESIGNAR,

para a Primeira Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI I, do Município com as atribuições previstas no art. 17, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e no Decreto nº 8.310, de 04 de dezembro de 2006, para o período de 01 (um) ano, a contar de 13 de fevereiro de 2015:

FRED LUDWIG, representante titular do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 27 de março de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.590/2015

PORTARIA Nº 18.590, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

RECONDUZ MEMBROS PARA A PRIMEIRA

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI - I, DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e nos termos da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, da Lei Complementar Municipal nº 438, de 22 de dezembro de 2003, do Decreto nº 6.156, de 15 de junho de 1998 e alterações posteriores, e do art. 5º do Decreto

nº 8.310, de 04 de dezembro de 2006, resolve:

RECONDUZIR,

para a Primeira Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI I, do Município com as atribuições previstas no art. 17, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e no Decreto nº 8.310, de 04 de dezembro de 2006, para o período de 01 (um) ano, a contar de 13 de fevereiro de 2015:

LUCINÉIA HENKELS ZIMMERMANN e EMERSON LUIZ ANDRADE, representantes titular e suplente, respectivamente, do Sindicato dos Condutores de Veículos e Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas e Passageiros de Blumenau, designados pelas Portarias nº 17.576, de 24/02/2014 e nº 17.577, de 24/02/2014;

SANDRA IARA BALDO ZIEGLER, representante suplente, do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, designada pela Portaria nº 17.576, de 24/02/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 27 de março de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO FINANCIAMENTO Nº 0423.689-68 - CEF

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO FINANCIAMENTO Nº0423.689.68 - CEF

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº0423.689.68

Partes: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

OBJETO: O contrato tem por objetivo o aporte de contrapartida para realização de obras e serviços decorrentes de operação (ões) de crédito e/ou repasse firmados pelo TOMADOR, no âmbito do PAC caracterizada(s) no(s) CONTRATO (S) ORIGINAL (IS) relacionados no anexo I.

FUNDAMENTO LEGAL: Contrato de financiamento nº0423.689.68.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DESEMBOLSO

Fica alterado o nº da conta bancária individualizada do TOMADOR, vinculada a este CONTRATO, indicada nos subitens 3.1 e 3.2 da CLÁUSULA TERCEIRA - DESEMBOLSO do CONTRATO, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"3.1 - Os recursos de que trata o item 3, os quais equivalem aos recursos da contrapartida do(s) CONTRATO(s) ORIGINAL(IS), são creditados - em até 3 (três) dias úteis após o recebimento da documentação exigida - na conta bancária individualizada do TOMADOR, vinculada a este CONTRATO, aberta na agência da CAIXA-Blumenau - 0411, sob o Nº. 006-329-1 e são obrigatoriamente creditados na conta bancária individualizada vinculada ao(s) CONTRATO(s) ORIGINAL(IS), em nome do TOMADOR."

"3.2 - No caso de reembolso de contrapartida já aportada, os recursos de que trata o item 3 são creditados - em até 3 (três) dias úteis após o recebimento da documentação exigida - na conta bancária individualizada do TOMADOR, vinculada a este CONTRATO, aberta na agência da CAIXA-Blumenau/SC - 0411, sob o Nº. 006- 329-1, e são repassados para a conta movimento do Tomador, após comprovação do aporte da CONTRAPARTIDA no CONTRATO ORIGINAL do valor correspondente ao valor reembolsado. O TOMADOR compromete-se a entregar à CAIXA documento que comprove o recebimento do BANCO DO DEPOSITÁRIO em acatar a solicitação de bloqueio e resgate ora mencionada, sob pena de não liberação dos recursos."

DATA: 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº 29.072/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.072, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

CEDE O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

HELMUTH STREY AO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA - 88ª ZONA ELEITORAL - BLUMENAU.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, resolve:

CEDER

com ônus para o Município, o servidor público municipal HELMUTH STREY, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - 88ª Zona Eleitoral - Blumenau, a contar de 05 de fevereiro de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº 2015/03/001765.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 31 de março de 2015.
RONALDO ROGERIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.073/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.073, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

CEDE O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PEDRO PAULO SABEL AO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, resolve:

CEDER

com ônus para o Município, o servidor público municipal PEDRO PAULO SABEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras e Posturas, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, a contar de 01 de abril de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº 2015/03/002376.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,

em 31 de março de 2015.

RONALDO ROGERIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.074/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.074, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

CEDE O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

SERGIO FERNANDES MATEUS AO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, resolve:

CEDER

com ônus para o Município, o servidor público municipal SERGIO FERNANDES MATEUS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras e Posturas, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, a contar de 01 de abril de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº 2015/03/002376.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,

em 31 de março de 2015.

RONALDO ROGERIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO Nº 063/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 063/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

ACQUA LIFE COMERCIAL EIRELI

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE PROJETORES MULTIMÍDIA, LÂMPADAS E TELAS RETRÁTEIS PARA PROJEÇÃO, COM GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 004/2015 e Ata de Registro de Preços nº. 019/2015, firmado em 19 de março de 2015.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Equipamento	Marca/Modelo	Prazo de Garantia (em meses)	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	35933	55	Peça	<p>Projektor de multimídia, com as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Projektor multimídia com 3xLCD; - Compatibilidade de sinais: NTSC / PAL / PALN / SECAM / DHTV; - Possibilidade de inversão de imagem; - 3000:1 ou superior (contraste); - 3500 ANSI Lumens ou superior (luminosidade); - Vida útil lâmpada: mínima de 4000 horas, em alto brilho (uso normal); - Resolução real (nativa): XGA (1024/768); - Distância de uso: de 1,7 à 6m; - Tamanho da imagem: de 60" a 200" (polegadas) ou superior; - 1 entrada VGA (Mini D-sub 15 pin); - 1 entrada HDMI; - 1 entrada Vídeo composto (1 RCA); - 1 entrada S-vídeo (Mini DIN 4 pin); - 1 entrada Áudio (2 RCA); - 1 entrada USB tipo B x 1 (vídeo e controle); - Alimentação: 110-240V ac (automático); - Idioma: Português e Inglês; - Tipos de projeção: Teto / Frontal / Traseiro; - Cores: 16,7 Milhões (24 bits); - Operação: Direct Power On/Off (permite ligar diretamente na energia); - Cabos VGA para PC; - Cabo USB; - Cabo de alimentação (NBR 14136); - Controle remoto sem fio com pilha ou bateria; - Mala para transporte; - Alto falante embutido com no mínimo 1 Watt; - Ajuste de trapézio: até $\pm 30^\circ$; <p>- Deve ser acompanhado do manual em língua original do fabricante e em língua portuguesa;</p> <p>- Garantia: 36 (trinta e seis) meses para o equipamento e de 3 (três) meses para a lâmpada que o integra, com assistência técnica no Estado de Santa Catarina.</p>	Epson X24+	36	2.300,00	126.500,00
2	28911	40	Peça	Lâmpada ELPLP-41 / 170W / 2000 horas (alto brilho) / tipo UHE / com módulo case (housing) original completo / para projetores Epson PowerLite S5.	Epson / ELPLP-41	3	430,00	17.200,00
3	32619	20	Peça	Lâmpada ELPLP-54 / 200W – 160W / 2400 horas / tipo UHE / com módulo case (housing) original completo / para projetores Epson PowerLite S8+.	Epson / ELPLP-54	3	434,00	8.680,00
4	32620	10	Peça	Lâmpada ELPLP-58 / 200W – 150W / 4000 horas / tipo UHE / com módulo case (housing) original completo / para projetores Epson PowerLite S10+.	Epson/ ELPLP-58	3	449,00	4.490,00
Preço Total Registrado (em R\$)								156.870,00

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega do(s) equipamento(s), desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 31/03/2015.

EXTRATO Nº 064/2015 - FURB
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 064/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU e RCHISTO SOLUÇÕES, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS LABORATORIAIS LTDA.

OBJETO: SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TREINAMENTO DE PROGRAMAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DURANTE O PRAZO DE GARANTIA DO EQUIPAMENTO DENOMINADO "LEITORA DE MICRO-PLACAS TECAN INFINITE 200 PRO", DESTINADO AO CONVÊNIO PRÓ-EQUIPAMENTOS Nº. 0.1.14.0049.00, FIRMADO ENTRE A FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS (FINEP) E A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU (FURB).

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº 025/2015 e Contrato nº. 22/2015, firmado em 13 de março de 2015.

PREÇO: Pelo objeto contratado, não ocorrerão dispêndios financeiros relacionados com os serviços de mão de obra e peças necessárias aos serviços de assistência técnica, durante o prazo de garantia e os serviços de instalação e treinamento, conforme termos da Proposta TEC-0167-ID_2013, da CONTRATADA e de sua representada.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo deste Contrato ficará vinculado ao prazo de garantia do equipamento, ou seja, de 12 (doze) meses a partir do embarque do mesmo.

DATA: 31/03/2015.

PORTARIA Nº 1.063/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.063/2014, DE 25 DE AGOSTO DE 2014
Designa, em substituição, integrante do Comitê de Ética na Pesquisa em Seres Humanos - CEPH da FURB.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 4º da Resolução nº 055/2012, de 12 de dezembro de 2012 e, ainda, o teor do MEMORANDO Nº 092/2014/CCSA, oriundo do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA, DESIGNA o Professor

RICARDO LUIZ WUST CORREA DE LYRA

para, em substituição ao Prof. Hélio da Silva, designado pela Portaria nº 043/2014, de 3 de fevereiro de 2014, integrar o CEPH/FURB, na condição de representante do CCSA.

Blumenau, 25 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.064/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.064/2014, DE 26 DE AGOSTO DE 2014
Designa, em substituição, integrante da Comissão Permanente da Carreira do Magistério - CPCM da FURB.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 39 da Lei Complementar Municipal nº 745, de 19 de março de 2010 e, ainda, o teor do MEMORANDO Nº 091/2014/CCSA, oriundo da direção do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA,

DESIGNA o Professor

RICARDO LUIZ WUST CORREA DE LYRA

para, em substituição à Profª. Iara Regina dos Santos Parisotto, designada pela Portaria nº 029/2014, de 29 de janeiro de 2014, integrar a CPCM/FURB, na condição de representante do CCSA, a contar de 20 de agosto de 2014.

Blumenau, 26 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.065/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.065/2014, DE 26 DE AGOSTO DE 2014
Remove, a pedido, a Servidora Maurizete Mayer.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o disposto no art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, REMOVE, A PEDIDO, a Servidora

MAURIZETE MAYER

cadastro funcional nº 2042, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, da Divisão de Apoio a Extensão para a Divisão de Pós-Graduação, a contar desta data.

Blumenau, 26 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.066/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.066/2014, DE 26 DE AGOSTO DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Thair Ibrahim Abdel Hamid Mustafa.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

THAIR IBRAHIM ABDEL HAMID MUSTAFA

cadastro funcional nº 2793, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Elétrica e de Telecomunicações, para participar de Conferência Internacional na Suécia (EMC Europe 2014) e visita técnica à University of Nottingham/UK, em Gothenburg/Suécia e Nottingham/Reino Unido, no período de 29 de agosto a 8 de setembro de 2014.

Blumenau, 26 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.067/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.067/2014, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Luciane Coutinho de Azevedo Campanella.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

LUCIANE COUTINHO DE AZEVEDO CAMPANELLA

cadastro funcional nº 6050, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Ciências Farmacêuticas, para participar do X Congresso Internacional de Nutrição Funcional, em São Paulo - SP, no período de 11 a 13 de setembro de 2014.

Blumenau, 26 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.068/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.068/2014, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Simone Riske Koch.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

SIMONE RISKE KOCH

cadastro funcional nº 9629, ocupante do cargo de Professora Universitária, lotada no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, para, atendendo a convite do Ministério da Educação, participar de reunião técnica, relativamente à elaboração da proposta para discussão nacional sobre Direitos à Aprendizagem e ao Desenvolvimento na Educação Básica - Base Nacional Comum do Currículo, em Brasília - DF, nos dias 26 e 27 de agosto de 2014.

Blumenau, 26 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.069/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.069/2014, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Marilda Angioni.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

MARILDA ANGIONI

cadastro funcional nº 3956, ocupante do cargo de Assistente Social, lotada na Divisão de Apoio à Extensão, para participar do 32º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul - SEURS, em Curitiba - PR, no período de 10 a 12 de setembro de 2014.

Blumenau, 26 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.070/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.070/2014, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Denise Del Prá Netto Machado.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

DENISE DEL PRÁ NETTO MACHADO

cadastro funcional nº 1989, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Administração, para participar de(o):

- encontro sobre Práticas de Inovação - Vale do Silício e Brasil, em Curitiba - PR, no dia 28 de agosto de 2014; e
- XXXVIII Encontro da Associação Nacional de pós-Graduação e Pesquisa em Administração - EnANPAD 2014, no Rio de Janeiro - RJ, no período de 13 a 17 de setembro de 2014.

Blumenau, 26 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.071/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.071/2014, DE 27 DE AGOSTO DE 2014

Reenquadra servidores na Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos da FURB.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, à vista das conclusões da Comissão Permanente da Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos, com base na Lei Complementar nº 744, de 19 de março de 2010, REENQUADRA os servidores adiante nominados, conforme as seguintes situações:

Cod	Nome	Cargo	Referência de Vencimento	LC 744/2010	A contar de
3812	Alessandro Carvalho Back Netto	Auxiliar de Serviços Administrativos	37	Art. 24 § 6º	06/06/2014
9920	Ana Lucia Tomaz	Assistente Administrativo	32	Art. 24 § 3º	08/08/2014
9724	Anayara Jackeline Formento	Auxiliar de Serviços Administrativos	22	Art. 24 § 3º	10/06/2014
9377	Bruna Iten Bittelbrunn	Auxiliar de Serviços Administrativos	21	Art. 24 § 6º	07/08/2014
3086	Carla de Cássia Nardelli Vieira	Assistente Administrativo	51	Art. 24 § 6º	13/05/2014
9725	Cassia Aparecida de Souza	Assistente Administrativo	33	Art. 24 §§ 3º e 4º	30/05/2014
9726	César Augusto Rosa	Assistente Administrativo	32	Art. 24 § 3º	30/05/2014
9719	Clarice Katlin Piaz Klock de Lima	Assistente Administrativo	34	Art. 24 §§ 3º e 4º	29/05/2014
9731	Daniela Cristofolletti	Assistente Operacional	11	Art. 24 § 5º	01/06/2014
9737	Elen Letícia Evelyn Paulino	Enfermeiro	47	Art. 24 § 4º	30/05/2014
3599	Fabiana Riscarolli	Auxiliar de Serviços Administrativos	38	Art. 24 § 6º	22/04/2014
3953	Fábio Ferrari	Marceneiro	43	Art. 24 § 7º	24/06/2014
9520	Fagner da Rosa	Auxiliar de Serviços Administrativos	22	Art. 24 § 3º	18/06/2014
9728	Graziele Avi Welter	Auxiliar de Serviços Administrativos	23	Art. 24 §§ 3º e 4º	31/05/2014
5650	Guilherme Rosa da Silva	Auxiliar em Assuntos de Informática	38	Art. 24 § 2º	04/08/2014
9402	Guilherme Vargas	Auxiliar de Serviços Administrativos	22	Art. 24 § 3º	22/07/2014
2698	Jane Cristina Casas	Bibliotecário	71	Arts. 13 a 16	17/06/2014
9406	Jean Fabrício Bertoldi	Auxiliar de Serviços Administrativos	22	Art. 24 § 3º	11/08/2014
3796	Jemerson Luiz de Souza	Motorista	44	Art. 24 § 7º	09/07/2014
9716	João Santiago da Costa	Pedreiro	26	Art. 24 § 5º	10/06/2014
9740	José Antônio Henriques Lamônica	Assistente Administrativo	32	Art. 24 § 3º	30/05/2014
9516	Kalyane Lima Bianchini	Auxiliar de Serviços Administrativos	22	Art. 24 § 3º	08/08/2014
4105	Larissa Schmitz	Auxiliar de Laboratório - Odontologia	38	Art. 24 § 2º	08/08/2014
9912	Luiz Angelo Heinzen	Analista de Suporte	57	Art. 24 § 4º	06/08/2014
2369	Marcia Luciana Rosa Tensini	Assistente Administrativo	56	Art. 24 § 2º	12/08/2014
2028	Mauro Schramm	Analista de Sistemas	74	Arts. 13 a 16, e 24 § 3º	23/07/2014
9739	Mayara Xavier da Silva	Farmacêutico	47	Art. 24 § 4º	30/05/2014
5649	Rodrigo Antonio Müller	Técnico em Assuntos de Informática	51	Art. 24 § 2º	03/08/2014
9664	Samuel Paulo Müller	Analista Clínico	47	Art. 24 § 4º	24/06/2014
9777	Sue Elen Pereira	Auxiliar de Serviços Administrativos	22	Art. 24 § 3º	16/07/2014
3126	Tarcízio Laurindo	Motorista	47	Art. 24 § 7º	10/07/2014
9413	Vera Christiane de Souza Brandes	Auxiliar de Serviços Administrativos	23	Art. 24 § 6º	12/08/2014

Blumenau, 27 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.072/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.072/2014, DE 27 DE AGOSTO DE 2014

Concede licença prêmio à Servidora Mara Butzke Hinkeldey.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 746/2010, de 19 de março de 2010, CONCEDE LICENÇA PREMIO - 03 (três) dias -, no período de 3 a 5 de setembro de 2014, referente ao período aquisitivo de 1º de março de 1998 a 28 de fevereiro de 2003, à Servidora

MARA BUTZKE HINKELDEY

cadastro funcional nº 869, ocupante do cargo de Administrador Educacional, lotada na Secretaria de Expediente e Documentação.

Blumenau, 27 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.073/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.073/2014, DE 28 DE AGOSTO DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Arian Grasmuk.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

ARIAN GRASMUK

cadastro funcional nº 5735, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Artes, para participar do 10º Colóquio de Moda - 7º Edição Internacional, em Caxias do Sul - RS, no período de 30 de agosto a 3 de setembro de 2014.

Blumenau, 28 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.074/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.074/2014, DE 28 DE AGOSTO DE 2014

Reconduz integrantes da Comissão de Avaliação de Projetos e Relatórios de Pesquisa - CAP para o período 2014-2016.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando, ainda, o teor do MEMORANDO Nº 112/2014/DAP, de 21 de agosto de 2014, oriundo da Chefia da Divisão de Apoio à Pesquisa,

1. RECONDUZ as docentes adiante nominadas:

1.1 representante da Área: Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes.

Profª. MARIA JOSÉ RIBEIRO

1.2 representante da Área: Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde.

Profª. ALESSANDRA BEIRITH

1.3 representante da Área: Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Profª. IÊDA MARIA BEGNINI

Blumenau, 28 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.075/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.075/2014, DE 29 DE AGOSTO DE 2014
Concede licença remunerada à Servidora Gicele Maria Cervi.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

GICELE MARIA CERVI

cadastro funcional nº 3996, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Educação, para participar do XI Colóquio sobre Questões Curriculares/VII Colóquio Luso-Brasileiro e I Colóquio Luso-Afro-Brasileiro sobre Questões Curriculares, no Complexo Pedagógico I, Campus Gualtar, na Universidade do Minho, em Braga - Portugal, no período de 15 a 20 de setembro de 2014.

Blumenau, 29 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.076/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.076/2014, DE 29 DE AGOSTO DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Adolfo Ramos Lamar.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

ADOLFO RAMOS LAMAR

cadastro funcional nº 3972, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Educação, para participar de atividade científica no escritório regional da UNESCO, em Havana - Cuba, no período de 8 a 12 de setembro de 2014.

Blumenau, 29 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.077/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.077/2014, DE 29 DE AGOSTO DE 2014
Concede licença remunerada à Servidora Marilda Angioni.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

MARILDA ANGIONI

cadastro funcional nº 9834, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Serviço Social, para participar do 32º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul - SEURS, em Curitiba - PR, no período de 10 a 12 de setembro de 2014.

Blumenau, 29 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.078/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.078/2014, DE 29 DE AGOSTO DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Romeu Hausmann.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155

da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

ROMEY HAUSMANN

cadastro funcional nº 4705, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Elétrica e de Telecomunicações, banca examinadora de dissertação de mestrado, relativamente ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, em Florianópolis - SC, no dia 29 de agosto de 2014.

Blumenau, 29 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.079/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.079/2014, DE 29 DE AGOSTO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Maurício Capobianco Lopes.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

MAURÍCIO CAPOBIANCO LOPES

cadastro funcional nº 2630, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Sistemas e Computação, para participar do XXXVIII Encontro da ANPAD - EnANPAD 2014, no Rio de Janeiro - RJ, no período de 14 a 17 de setembro de 2014.

Blumenau, 29 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 1.080/2014 - FURB

PORTARIA Nº 1.080/2014, DE 29 DE AGOSTO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Everaldo Artur Grahl.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

EVERALDO ARTUR GRAHL

cadastro funcional nº 2375, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Sistemas e Computação, para participar do XVII Encontro Anual da Rede PAEX, em Nova Lima - MG, no período de 14 a 16 de setembro de 2014.

Blumenau, 29 de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº. 4689/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4689/2015 de 31 de Março de 2015.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 0356/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4641/15 de 05 de Janeiro de 2015, sob o Processo de Licitação nº 0356/2015, que tem por objeto CONSTRUÇÃO DE TORRE METALICA PARA REPETIDORA DE SINAL DE TV ABERTA FABRICADA EM AÇO, COM SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGA ATMOSFÉRICA EM TORRE REPETIDORA DE SINAL DE TELECOMUNICAÇÃO.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	Marcos Roberto Mattern& Cia Ltda ME (Metalúrgica Sabrina)	Torre metálica fabricada em aço estrutural laminado unida por soldas e com uniões parafusadas com altura de 30 m e com perfil quadrada de lateral 150 mm conforme planta anexa	1,00	7.500,00
2	LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA.	Haste terra	10,00	288,00
3	LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA.	Conector	12,00	243,00
4	LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA.	Malha Cobre 50 mm	150,00	3.562,50
5	LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA.	Mão de Obra Elétrica	24,00	2.280,00
6	LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA.	Caixa de inspeção plástica para padrão	2,00	250,80
7	LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA.	Caixa DPS	1,00	250,60
8	LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA.	Caixa PPR	1,00	315,00
9	LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA.	DPS	1,00	115,50
10	LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA.	Mastro Captor Franklin	1,00	92,00
11	LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA.	Sinalizador	1,00	51,15

sete mil e quinhentos reais	7.500,00
sete mil quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos	7.448,55

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,
aos 31/03/15.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4690/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº. 4690/2015 de 31 de Março de 2015.
Cancela o processo licitatório nº 689/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;
D E C R E T A:

Art. 1º. Fica cancelado o Processo de Licitação nº. 689/2015, que tem por objeto a contratação de seguros para veículos da municipalidade no Exercício de 2015.

Art. 2º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,
aos 31/03/15.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº. 356/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº. 0356/2015

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento que realizara processo de dispensa por justificativa para contratação de empresa para execução de Torre de TV e para-raios para instalação de antenas para transmissão de sinal de TV aberta.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 31 de Março de 2015.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 055/2015 DE 31 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 055/2015, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA a pedido Servidora Municipal SRA. SOLANGE DEJANIRA GARMATZ LAUX, matrícula nº 645-9, portadora do CIC sob. nº 034.419.279-23, lotada no Departamento Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo eletivo de Conselheira Tutelar, nomeada em 06/01/2014 através da Portaria nº 007/2014, sendo sua exoneração a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 31 de março de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 056/2015 DE 31 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 056/2015, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE férias por merecimento a Servidora Municipal Sra. ONEIDE ROEDER WILSMANN, matrícula nº 661-0, portador do CIC sob. nº 782.037.169-20, lotada no Departamento de Assistência Social, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, período aquisitivo de 12 de março de 2014 a 11 de março de 2015, período de concessão de 01 de abril de 2015 a 30 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 31 de Março de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 749/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 749/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2015

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 15 de Abril de 2015, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a emissão de seguros para frota municipal no Exercício de 2015.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, ou no site: www.bomjesusdoeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 01 de Abril de 2015.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

Bom Retiro**PREFEITURA****MINUTA TOMADA DE PREÇO 01/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
MINUTA EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 01/2015

O Município de Bom Retiro torna público Edital Tomada de Preço 01/2015, Contratação de empresa para Reforma do Centro de Eventos e Exposição do Parque Municipal de Exposição Dieter Horning. Abertura Tomada de Preço: dia 17/04/15 às 14h30min, na Prefeitura de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro. Maiores informações pelo Fone/Fax: (049) 32770183. Edital disponível no website: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 01 de abril de 2015.
Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo**PREFEITURA****DECRETO 037/2015**

DECRETO Nº037/2015.
Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente.

Romildo Teske, Prefeito Municipal em exercício de Braço do Trombudo em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0821/2014 de 17.12.2014, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e quinze, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais), conforme segue:

03 - SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS E PLANEJAMENTO
01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0.004 - Pagamento de Dívida Interna Casas Populares
(25) - 3.2.90.00.00.00.00.00 0.0.0000.000000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 28.000,00

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais), como segue:

03 - SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS E PLANEJAMENTO
01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0.004 - Pagamento de Dívida Interna Casas Populares
(26) - 4.6.90.00.00.00.00.00 0.0.0000.000000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 28.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 30 de março de 2015.
Romildo Teske
Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO DE CONTRATO 05 2015 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 05/2015 FMS
Contratante: Fundo Municipal de Saude
CNPJ 11.481.782/0001-44,
Sito a Rua Leopoldo Joenck, 119
Braço do Trombudo - SC.
Contratada: Assistel Assistencia em Telecomunicações Ltda ME
CNPJ: 73.715.856/0001-17
sito a Rua Caetano Ce, 56
Rio do Sul -SC
Objeto: Manutenção de central telefônica intelbrás 10040, configurada 04 linhas e 12 ramais, bem como Kit DVR de 8 canais, 05 câmeras instaladas na Unidade Básica de Saúde - Centro.
Valor: R\$ 5.985,00 (cinco mil, novecentos e oitenta e cinco reais)
Vigência até 31.12..2015.
Data da assinatura: 31.03.2015

Romildo Teske
Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO DE CONTRATO 06 2015 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 06/2015 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saude

CNPJ 11.481.782/0001-44,

Sito a Rua Leopoldo Joenck, 119

Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Alto Vale Net Ltda ME

CNPJ: 09.319.668/000170

sito a Ribeirão Xaxim, 57

Agrolândia -SC

Objeto: Acesso a internet via rádio com velocidade de 600 K (Unidade de Saúde Serril)

Valor: R\$ 699,10 (seiscentos e noventa e nove reais e dez centavos)

Vigência até 31.12..2015.

Data da assinatura: 31.03.2015

Romildo Teske

Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO DE CONTRATO 31 2015

EXTRATO DE CONTRATO 31/2015

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Assistel Assistência em Telecomunicações Ltda ME

CNPJ: 73.715.856/0001-17

com Sede na Rua Caetano Ce, 56,

Rio do Sul - SC

Objeto: Contratação de serviço de locação e manutenção de central telefônica com capacidade de 08 linhas telefônicas e 48 ramais.

Valor: R\$ 7.920,00 (sete mil e novecentos e vinte reais)

Vigência até 31.12.2015.

Data da assinatura: 31.03.2015

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11 2015 PMBT
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Página: 1/2

Número do Registro de Preços: 11/2015

Data do Registro: 30/03/2015

Válido até: 30/03/2016

Objeto da Compra:

Contratação de empresa para realização de aulas de violão e bateria para iniciantes e aulas de gaita, teclado e vocal para todos os níveis, conforme especificado no Anexo I deste Edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Contratação de empresa para realização de aulas de violão e bateria para iniciantes e aulas de gaita, teclado e vocal para todos os níveis, com duração mínima de 45 minutos cada aula, a ser realizado no município de Braço do Trombudo, nos dias, horários e locais designados pela Secretaria Municipal competente. (15876)	aula	VALDECIR PINCEGER 0573236906 (9382)		0	20.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Página: 2/2

Número do Registro de Preços: 11/2015		Data do Registro: 30/03/2015		Válido até: 30/03/2016			
Objeto da Compra: Contratação de empresa para realização de aulas de violão e bateria para iniciantes e aulas de galta, teclado e vocal para todos os níveis, conforme especificado no Anexo I deste Edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2015
PROCESSO Nº 11/2015

(9382) - VALDECIR PINCEGER 05733236906

Braço do Trombudo, 30 de Março de 2015.

Brunópolis**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO 20/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS
Processo Licitatório nº 20/2015 - Edital de Pregão Presencial nº 20/2015

Objeto: Contratação de serviços de mão-de-obra mecânica para manutenção das máquinas e veículos da frota municipal. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 09:00min do dia 16/04/2015, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armindo Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital está disponível no endereço eletrônico na Internet www.brunopolis.sc.gov.br. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Nilso Stedile
Prefeito Municipal em Exercício

Brusque**PREFEITURA****PORTARIA Nº 9.702, DE 27 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA Nº 9.702, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 97 da Lei Complementar nº 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Jiane Mara de Melo Heil, matrícula 10111-0, ocupante do cargo efetivo de Arquiteta, gratificação de função de confiança no percentual de 20% (vinte por cento) sobre seu vencimento, a partir de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2015.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.703, DE 27 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.703, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 97 da Lei Complementar nº 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Katiuscia Viviane Liesenberg, matrícula 1028820-0-0, ocupante do cargo efetivo de Arquiteta, gratificação de função de confiança no percentual de 20% (vinte por cento) sobre seu vencimento, a partir de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2015.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.707, DE 27 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.707, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 97 da Lei Complementar nº 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Jorge Luiz Bonamente, matrícula 3883-0, ocupante do cargo efetivo de Arquiteto, gratificação de função de confiança no percentual de 20% (vinte por cento) sobre seu vencimento, a partir de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.710, DE 27 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.710, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 97 da Lei Complementar nº 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Dionys Claudinei Tulio, matrícula 941190-1, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Edificações, gratificação de função de confiança no percentual de 20% (vinte por cento) sobre seu vencimento, a partir de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

EDITAL Nº 010/2015 HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO N. 010/2015

1. O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 7.055/2013, considerando a relação final de classificados do Edital do Processo Seletivo n. 010/2015, publicado no diário oficial dos municípios, site e mural da Prefeitura Municipal de Brusque, torna público aos interessados:

2. A Homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 010/2015 da Prefeitura Municipal de Brusque, com a relação dos candidatos classificados publicados na data de 31 de março de 2015, no site da Prefeitura Municipal de Brusque.

3. As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Processo Seletivo, serão preenchidos, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

4. HOMOLOGO o Resultado Final do Processo Seletivo n. 010/2015, da Prefeitura Municipal de Brusque.

Brusque, 31 de março de 2015.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 786/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 786/2015

O Diretor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013; Considerando as reiteradas solicitações realizadas pela Secretaria de Educação diante da falta de profissionais da área administrativa;

Considerando que um dos pilares do trabalho técnico a ser desenvolvido pela área de administrativa de qualquer organização está centrado na distribuição qualitativa e quantitativa de sua força de trabalho;

Considerando tratar-se, de uma unidade escolar, levando em conta de ser atividades extremamente complexa, tendo em vista as diversas atividades desenvolvidas, como prestação de contas junto a organismos federais, bem como a diversidade do potencial humano que interage nas rotinas diárias na comunidade escolar; Considerando a necessidade premente de se estabelecer uma política adequada de movimentação do pessoal técnico-administrativo no âmbito interno da secretaria, respeitando a legislação vigente, as necessidades organizacionais e a qualidade de vida do servidor em seu local de trabalho;

RESOLVE:

Art. 1º - Remover de ofício, com fundamento no parágrafo único, artigo 45, Lei 147/2009, o servidor ocupante de cargo efetivo de agente administrativo, DIEGO FAGUNDES, matrícula nº 56778, para a Unidade Escolar João Hassmann do bairro Guarani.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tornando sem efeito a portaria de afastamento do cargo efetivo nº 278/2012.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de março de 2015.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 9.709, DE 27 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.709, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 97 da Lei Complementar nº 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Mauro Sérgio Fernandes, matrícula 4147936-1, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Civil, gratificação de função de confiança no percentual de 20% (vinte por cento) sobre seu vencimento, a partir de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.714, DE 27 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.714, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 87 da Lei Complementar nº 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Maria Olga Rodrigues Martins, matrícula n.º 870889-0, ocupante do cargo em comissão de Coordenadora, lotada na Fundação Municipal do Meio Ambiente, gratificação de representação no percentual de 15% (quinze por cento) sobre seu vencimento, a partir de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.717, DE 27 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.717, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei n.º 2.174/97 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Thiago Costa de Lima, matrícula 1040960-0, gratificação no percentual de 20% (vinte por cento) sobre seu vencimento, a partir de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 7.587, DE 27 DE MARÇO DE 2015

DECRETO nº 7.587, DE 27 DE MARÇO DE 2015

Fixa o valor das tarifas do SAMAE e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso I, alínea "j" e art. 82, inc. XX da Lei Orgânica do Município e na forma ordenada na Lei nº 1.970/94, e considerando a decisão do Processo Administrativo nº 004/2015 da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, cujo objeto é a revisão tarifária dos serviços públicos prestados pelo SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, que aprovou o reajuste de 8,18% (Oito Vírgula Dezoito Por Cento), referente ao INPC acumulado do período de Março de 2014 à Fevereiro de 2015, acrescido de 0,50% (Zero vírgula cinquenta por cento) de aumento real:

DECRETA:

Art. 1º - As tarifas de água, vencíveis a partir de 01/05/2015, passam a vigorar, segundo a tabela abaixo:

TARIFAS DE ÁGUA

Categoria Residencial, Pública e Assistencial	Valor (R\$)
Até 10m³	23,68
De 11 a 15m³	23,68 + 4,37 p/m³ excedente
De 16 a 20m³	45,53 + 5,58 p/m³ excedente
De 21 a 25m³	73,43 + 6,35 p/m³ excedente
De 26 a 50m³	105,18 + 7,01 p/m³ excedente
Acima de 50m³	280,43 + 7,36 p/m³ excedente

Categoria Comercial e Industrial	Valor (R\$)
Até 10m ³	56,05
De 11 a 30m ³	56,05 + 5,32 p/m ³ excedente
De 31 a 100m ³	162,45 + 6,40 p/m ³ excedente
Acima de 100m ³	610,45 + 7,69 p/m ³ excedente

Categoria Mista	Valor (R\$)
Até 10m ³	53,10
De 11 a 15m ³	53,10 + 4,37 p/m ³ excedente
De 16 a 20m ³	74,95 + 5,58 p/m ³ excedente
De 21 a 25m ³	102,85 + 6,35 p/m ³ excedente
De 26 a 50m ³	134,60 + 7,01 p/m ³ excedente
Acima de 50m ³	309,85 + 7,36 p/m ³ excedente

Art. 2º - A Taxa de Ligação de Água, será cobrada de acordo com a seguinte tabela:

Ligação com diâmetro de ½"
1 parcela de R\$ 328,23
2 parcelas de R\$164,11
3 parcelas de R\$109,41
4 parcelas de R\$ 82,05
5 parcelas de R\$ 65,64

Obs.: a) O pagamento da 1ª parcela será lançado na 1ª fatura de água.

b) Cada ligação tem direito no máximo à 12 m de tubo PEAD.

Ligação com diâmetro acima de 1/2"
Cabe contrato especial de ligação de acordo com o diâmetro a instalar, respeitando o custo do material, mão-de-obra e hidrômetro.

Art. 3º- As demais taxas, serão cobradas da seguinte forma:

1- Reestabelecimento do fornecimento de água:

- a) no cavalete por falta de pagamento R\$ 54,38
b) no cavalete p/ falta de pagamento c/ lacre violado R\$ 111,51
c) no cavalete p/ falta de pagamento c/ lacre violado e retirada de hidrômetro R\$ 250,25
d) no colar de tomada R\$ 183,61
e) da ligação desligada R\$ 54,38

2- Interrupção no fornecimento:

- Por solicitação do usuário R\$ 21,76

3- Levantar Cavalete:

- Por solicitação do usuário R\$ 49,16

4- Custo da mão-de-obra p/ hora:

- a) Encanador R\$ 8,11
b) Auxiliar de encanador R\$ 5,06
c) Motorista R\$ 8,48

5- Consumo de Água de Circos, Parques, CTG, etc...

- a) p/ final de semana R\$ 108,94
b) custo fixo até 15 dias R\$ 217,83

6- Verificação de Hidrômetros:

- Por solicitação do usuário R\$ 36,72

7- Deslocamento de cavalete:

- Por solicitação do usuário R\$ 110,87
- Por conta própria R\$ 138,71

8 - Mudança de ligação: (pagto. similar art.2º) R\$ 328,23

9- Violação do lacre do Hidrômetro: R\$ 70,70

10- Inversão/violação do Hidrômetro: R\$ 217,65

11- Hidrômetro danificado pelo usuário: R\$ 217,65

12- Taxa de expediente (Emissão 2ª via): R\$ 3,18

13- Ligação clandestina, derivação p/ outro prédio ou torneira antes do Hidrômetro: (mais estimativa do custo não medido) R\$ 324,22

14-Instalação de moto-bomba direto no ramal predial: R\$ 291,04

15- Hidrômetro furtado: R\$ 138,73

16- Hidrômetro furtado c/ B.O: R\$ 81,67

17- Violação da ligação: R\$ 138,73

18- Retirada do Hidrômetro: R\$ 138,73

- Por conta própria R\$ 152,59

19- Exame físico químico: R\$ 389,22

20- Exame bacteriológico:

..... R\$ 128,39

21- Pipa residencial (5m³):
..... R\$ 291,75

22- Pipa industrial/ Comercial: (5m³)
..... R\$ 291,75

23- Pipa piscina: (5m³)
..... R\$ 291,75

24 - Interligação de Loteamentos:

a) Interligação Lot. Rede 60mm
..... R\$ 983,37

b) Interligação Lot. Rede 85mm
..... R\$ 1.229,21

c) Interligação Lot. Rede 110mm
.... R\$ 1.409,50

25 - Interligação de Desmembramento:
..... R\$ 303,94/entradas

26 - Interligação de Entrada Rede:
..... R\$ 303,94/entradas

27 - Fornecimento água potável direto do hidrante
..... R\$ 2,13/m³
Autorizado pelo SAMAE

Art. 4º O novo valor da Tarifa de Água entrará em vigor 30 (trinta) dias após a publicação deste Decreto na imprensa oficial do Município, conforme determina o art. 39 da Lei Federal nº 11.445/2007.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 7.061/13.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2015
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

EDITAL Nº 010/2015 RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO

RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO N. 010/2015

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA RESULTADO FINAL do Processo Seletivo para o cargo de ENGENHEIRO CIVIL, conforme segue:

ENGENHEIRO CIVIL

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	NOTA
001	GREYSI MICHELE GULES	14,2
002	BRUNA CARLS	13,6
003	JÉSSICA TRETTIN DOS SANTOS	8,2
004	RAFAEL LOPES DE LIMA	8

005	DORIVAL MANOEL DE SOUZA JUNIOR	7,3
006	WALDIR SKIGUEHARU TOKUDA	5,9
007	JONATHAN RAFAEL OTTO	5
008	PRICILA DONBROSKI DA SILVA	4,4
-	MAYARA KIZE VASSALO PEREIRA	1

Brusque, 31 de março de 2015.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

EXTRATO DO CONTRATO 042/2015 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 042/2015

ESPÉCIE: fornecimento de ETA modular. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Concorrência. PROCESSO LICITATÓRIO: 060/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2015.80002.17.512.301.1192.4490519900.6000; VIGÊNCIA: até 27/03/2016. DATA DA ASSINATURA: 27 de março de 2015; VALOR: R\$ 4.150.000,00. CONTRATADA: Gratt Industria de Maquinas Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 30 de março de 2015.

PUBLIQUE-SE

Rogério Ristow

PORTARIA Nº 772/2015 IBPREV

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 772/2015

Concede benefício de Aposentadoria Voluntária a Anita Motta Pianezzer

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13, e com fundamento no artigos 33, I, d, 37 e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 40, §1º, III, b, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 20, de 16/12/98.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 207/2012, benefício de Aposentadoria Voluntária a ANITA MOTTA PIANEZZER, CPF 810.941.169-04.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 12/03/2015, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de Março de 2015.

DIEGO FAGUNDES

Secretário de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 773/2015 IBPREV

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 773/2015

Concede benefício de Aposentadoria Voluntária a Florentina Rassweiler

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13, e com fundamento no artigos 33, I, d, 37 e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 40, §1º, III, b, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 20, de 16/12/98.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 15/2014, benefício de Aposentadoria Voluntária a FLORENTINA RASSWEILLER, CPF 398.625.009-30.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 28/03/2015, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de Março de 2015.

DIEGO FAGUNDES

Secretário de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 774/2015 IBPREV

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 774/2015

Concede benefício de Aposentadoria Voluntária à Ivana Regina Pehnk Bottamedi

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13, e com fundamento no artigos 33, I, c, 61 e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 6º da Emenda Constitucional nº. 41/2003.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 188/2013, benefício de Aposentadoria Voluntária a IVANA REGINA PEHNK BOTTAMEDI, CPF 432.972.349-20.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com vigência a partir de 03/03/2015, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de Março de 2015.

DIEGO FAGUNDES

Secretário de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 789/2015, DE 31 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 789/2015, de 31 de março de 2015.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 2222/2014 - referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 25/2014 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, o feriado ocorridos em data de 17 de fevereiro de 2015 e ponto facultativo ocorrido em 16 de fevereiro de 2015.

Considerando, férias da Presidente da Comissão Processante;

Considerando, o acúmulo de serviço por parte da Presidente da Comissão Processante;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada contra a servidora ELIANE SCHOLESSER, ocupante do cargo de professora de educação física ACT, do Centro de Educação Infantil Sofia Dubiella, mat. 69526.2-05, portadora do CPF nº 022.707.890.08, para apurar os fatos conforme encaminha através de Denúncia/ despacho datada de 09 de setembro de 2014, encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos, bem como ofício nº 20/2014 encaminhado pela diretoria do Centro de Ed. Inf. Sofia Dubiella, onde em tese podem configurar a infrigência aos seguintes dispositivos art. 188, I, e art. 179 da Lei Complementar 147/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 31 de março de 2015.

DIEGO FAGUNDES

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 2329/2014, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA Nº 2329/2014, de 28 de outubro de 2014.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 1953/2013 - referente ao Processo Administrativo de Sindicância nº 04/2013 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, o grande número de testemunhas a ser ouvidas;

Considerando a dificuldade de localizar as testemunhas ;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante em desfavor das servidoras: DULCE NEIDA CONTREIRAS BELLODI, portadora do CPF nº 325.866.088-36, ocupante do cargo de provimento efetivo de psicóloga - termo de posse datado de 26 setembro de 2011, e PAMELA GARCIA VOGEL-BACHER, portadora do CPF nº 065.752.239-23, contratada para exercer as funções do cargo de Enfermeira desde 07/03/2012, para apurar os fatos constante da denúncia/memorandos nº 394/2013 (datado de 13/08/2013) e Despacho/ Denúncia encaminhada pelo Departamento de Recursos Humanos datada de 11/09/2013, em tese por: prescrever medicamentos e emitiram atestados, considerando que as mesmas não são profissionais médicas, em desacordo com os artigos: 1º) Exercício irregular de suas atribuições (art.178 da LC147/2009); 2º) Ato de omissão ou Comissão que resultou prejuízo (art. 179 - caput da LC 147/2009); 3º) Não

exerceu com zelo e dedicação as atribuições do cargo, emprego ou função; Não observou as normas legais e regulamentares; (art. 174, I, VI da LC 147/2009); Cometer à pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargos que seja de sua competência ou de subordinado; Proceder de forma desidiosa (art. 175 VI e XIX da LC 147/2009); Improbidade administrativa; Transgressão (art. 188, inciso IX), sem prejuízo de outros que poderão surgir no curso da Sindicância.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 28 de outubro de 2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 31 de outubro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 83/2015, DE 19 DE JANEIRO DE 2015

PORTARIA Nº 83/2015, de 19 de janeiro de 2015.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 2272/2014, 2352/2014 e 2514/2014 - referente ao Processo Administrativo de Exoneração nº 08/2014 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13

RESOLVE

Considerando, as férias dos advogados, bem como membros da comissão e pessoas a arroladas como testemunha;

Considerando o grande número de testemunhas a ser localizada e ouvidas;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor da servidora PATRÍCIA MEURER, Servidora ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Trânsito, lotada na Secretaria Municipal de Trânsito e Mobilidade, Matrícula nº 81338.9, estando em estágio probatório, portadora do CPF nº 061.155.959-59, para apurar os fatos narrados na Denúncia/ despacho datado de 01 de setembro de 2014, encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos, por julgada incapaz, conforme Decreto 6.287/2010 e seu art.11 Parag. 5º e art.13 letra B, bem como alteração no Decreto 6.617/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 19 de janeiro de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 30 de janeiro de 2015.

DIEGO FAGUNDES

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 9.704, DE 27 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.704, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 97 da Lei Complementar nº 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Lisandra Buss Cervi, matrícula 312045-1, ocupante do cargo efetivo de Arquiteta, lotada na Secretaria de Obras, gratificação de função de confiança no percentual de 20% (vinte por cento) sobre seu vencimento, a partir de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.705, DE 27 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.705, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 97 da Lei Complementar nº 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Anderson Constantini, matrícula 847640-0, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Florestal, lotado na Fundação Municipal do Meio Ambiente, gratificação de função de confiança no percentual de 20% (vinte por cento) sobre seu vencimento, a partir de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.706, DE 27 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.706, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 97 da Lei Complementar nº 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Elisangela Picolotto, matrícula 872148-0, ocupante do cargo efetivo de Arquiteta, gratificação de função de confiança no percentual de 20% (vinte por cento) sobre seu vencimento, a partir de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2015.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.708, DE 27 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.708, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 97 da Lei Complementar nº 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Norene Felsky Odawara, matrícula 624829-2, ocupante do cargo efetivo de Arquiteta, gratificação de função de confiança no percentual de 20% (vinte por cento) sobre seu vencimento, a partir de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2015.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.711, DE 27 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.711, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 97 da Lei Complementar nº 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Jesse Brayan dos Santos, matrícula 4116844-1, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Civil, gratificação de função de confiança no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre seu vencimento, a partir de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2015.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.712, DE 27 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.712, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 97 da Lei Complementar nº 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Roberto Battisti Rockenbach, matrícula 633488-0, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Civil, gratificação de função de confiança no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre seu vencimento, a partir de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2015.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.713, DE 27 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.713, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 87 da Lei Complementar nº 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Rogério Adilson Lana, matrícula nº 565296-0, ocupante do cargo em comissão de Diretor, lotado na Secretaria de Obras, gratificação de representação no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre seu vencimento, a partir de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2015.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.715, DE 27 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.715, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 87 da Lei Complementar nº 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Francielle da Camino, matrícula n.º 4143132-1, ocupante do cargo em comissão de Coordenadora, lotada na Fundação Municipal do Meio Ambiente, gratificação de representação no percentual de 15% (quinze por cento) sobre seu vencimento, a partir de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2015.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.716, DE 27 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.716, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 87 da Lei Complementar nº 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Jaimer Francisco Werner, matrícula n.º 1061518-1, ocupante do cargo em comissão de Coordenador, lotado na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, gratificação de representação no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre seu vencimento, a partir de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2015.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.718, DE 27 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.718, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei n.º 2.174/97 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Greysi Michele Gules Siqueira, matrícula 1017748-0, gratificação no percentual de 20% (vinte por cento) sobre seu vencimento, a partir de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2015.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.719, DE 27 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.719, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei n.º 2.174/97 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Cintia Fernanda Gonçalves Schlindwein, matrícula 485322-0, gratificação no percentual de 20% (vinte por cento) sobre seu vencimento, a partir de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2015.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.720, DE 27 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.720, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei n.º 2.174/97 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Patricia Zimmermann, matrícula 680630-3, gratificação no percentual de 15% (quinze por cento) sobre seu vencimento, a partir de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.721, DE 27 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.721, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 97 da Lei Complementar nº 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Vanderleia Ana Felisbino Mannrich, matrícula 511544-3, ocupante do cargo efetivo de Professora, gratificação de função de confiança no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre seu vencimento, a partir de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.722, DE 27 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.722, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Calvin Eduardo Bittencourt Mafra, matrícula 859303-0, do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Fundação Municipal do Meio Ambiente, a partir de 02 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de março de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.723, DE 27 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.723, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, a servidora Ione Deolindo Maleski, matrícula 681270-1, ocupante do cargo efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Educação, a partir de 17 de março de 2015.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de março de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.724, DE 27 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.724, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, a servidora Katiusa Evaristo Vellozo, matrícula 4122763-1, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga, lotada na Secretaria de Saúde, a partir de 02 de março de 2015.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de março de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.725, DE 27 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.725, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, o servidor Wealth Karlo Francotti, matrícula 719188-0, ocupante do cargo efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria de Educação, a partir de 11 de março de 2015.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de março de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.726, DE 27 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.726, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Wealth Karlo Francotti, matrícula 719188-1, do cargo em comissão de Diretor da Escola de Ensino Fundamental Paquetá, lotado na Secretaria de Educação, a partir de 13 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de março de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9727, DE 30 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA nº 9727, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

Designa servidora para coordenar o Projeto de Intercâmbio Juvenil Alemanha/Brasil 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município, Considerando o Termo de Parceria firmado com a região de Karlsruhe, Estado de Baden Württemberg, e os termos da Lei Ordinária Municipal nº 3.385, de 05 de abril de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Rosana Paza, matrícula nº 10123504-7, lotada na Secretaria de Educação do Município, para coordenar o Projeto de Intercâmbio Juvenil Alemanha/Brasil - 2015.

Art.2º Caberá à servidora designada coordenar os trabalhos de planejamento do Intercâmbio, realizando suas atividades mediante funções específicas, como:

I - comunicação entre Alemanha e Município de Brusque, no idioma inglês;

II - comunicação entre as famílias dos intercambistas brusquenses;

III - participação na comissão de seleção dos candidatos intercambistas;

IV - realização de prova de seleção de candidatos;

V - auxílio à comissão e correção das provas;

VI - programar e realizar reunião com as famílias hospedeiras dos

intercambistas brusquenses;
VII - acompanhar os candidatos intercambistas brusquenses à Alemanha, durante o período de 1º a 13 de junho de 2015;
VIII - acompanhar os intercambistas alemães em Brusque, no período de 25 de outubro a 7 de novembro de 2015.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

GLEUSA LUCI FISCHER

Secretaria de Educação do Município

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Publicado na Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de março de 2015.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015 - FMS

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE APARELHO DE ULTRASSONOGRAFIA DESTINADO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 16/04/2015 às 14h00min do dia.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 16/04/2015 às 14h10min do dia.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 31 de março de 2015.

ROSELAINE DE ALMEIDA PERICO

Secretaria de Saúde

EXTRATO EDITAL 001/2015 - PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR

O MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, torna público a abertura das inscrições no PROCESSO SELETIVO PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR, que se regerá pelas normas estabelecidas neste edital e demais legislações vigentes.

TABELA DE VAGAS

IMPORTANTE: VAGAS POR EQUIPES E BAIRROS DE ABRANGÊNCIA, OS CANDIDATOS DEVERÃO APRESENTAR COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA PARA A QUAL SE INSCREVEU.

ESF/EACS LOCAL	BAIRRO/LOTEAMENTO (RESIDÊNCIA)	TOTAL DE VAGAS	JORNADA DE TRABALHO	VENCIMENTO R\$	REQUISITO
Assentamento Hermínio Gonçalves	Assentamento Hermínio Gonçalves	CR	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Berger	Berger	CR	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Berger	Araucária	CR	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Berger	Loteamento Santo Antônio	CR	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Alto Bonito	Alto Bonito	01	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Bom Sucesso	Jardim Dileta	01	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Bom Sucesso	Caçanjurê	01	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Bom Sucesso	Lote. Monge João Maria	01	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Bom Sucesso	Vereda Dos Trevos	01	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Bom Sucesso	Bom Sucesso	02	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Caic	Caic	CR	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Caic	Mirassol	CR	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Caic	Ulisses Guimarães	01	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Caic	Santa Terezinha	01	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Caic	Martello – Próximo Caic	CR	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Centro	Bello	03	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006

Centro	Centro	02	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Centro	Gioppo	01	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Martello	Martello	01	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Martello	Km 1	01	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Morada Do Sol	Martello	CR	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Morada Do Sol	Lotem. Morada Do Sol	CR	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Santa Catarina	Tabajara	CR	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Santa Catarina	Santa Catarina	CR	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Santa Catarina	Der	01	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Santa Clara	Santa Catarina	CR	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Santa Clara	Santa Clara	CR	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Municípios	Municípios	01	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Municípios	Reunidas	01	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Rancho Fundo	Rancho Fundo	01	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Rancho Fundo	São Cristóvão	01	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Sorgatto	Bom Jesus	01	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006

Sorgatto	Sorgatto	02	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Sorgatto	Figueroa	01	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Sorgatto	Vila Paraíso	01	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Sorgatto	Centro	CR	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Taquara Verde	Taquara Verde	06	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Industrial	Industrial	CR	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006
Castelhano	Castelhano/Interior	CR	40 Horas/Semanais	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental concluído e residir na micro área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste Edital, conforme Lei Federal Nº. 11.350/2006

CR - CADASTRO RESERVA

2.2 - Período de inscrição: Serão realizadas pela Internet através do site www.altovaleconcursos.com.br no período de 06.04.2015 a 29.04.2015.

O texto completo do edital encontra-se publicado no site www.altovaleconcursos.com.br e www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 30 de março de 2015
ROSELAINE DE ALMEIDA PÉRICO
Secretária de Saúde de Caçador

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal

LEI Nº 3.214

LEI Nº 3.214, de 31 de março de 2015.

Dispõe sobre os princípios e diretrizes para a garantia dos direitos da Criança e do Adolescente, estabelece a estrutura e o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Fundo Municipal da Infância e Adolescência, do Conselho Tutelar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI :

TÍTULO I DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta Lei passa a regular, com fundamento na Lei Orgânica, as normas gerais referentes aos Princípios e Diretrizes para a Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência e ao Conselho Tutelar, sem prejuízo da respectiva legislação complementar, supletiva ou regulamentar.

TÍTULO II PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 2º É assegurada com absoluta prioridade, à criança e ao adolescente, a realização dos seus direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, como dever concorrente da família, da

comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público Municipal, articulado aos Poderes Públicos Federal e Estadual.

TÍTULO III DISPOSIÇÕES FUNDAMENTAIS DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

Art. 3º A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente compreende todo um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais do Município, integradas às ações governamentais e não governamentais do Estado e da União, bem como aos seus programas específicos, quando for o caso.

Art. 4º Os órgãos e serviços para garantir a absoluta prioridade de que trata o art. 2º desta Lei, são os seguintes:

I - órgãos:

a) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

b) Conselho Tutelar;

c) Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA;

d) Fórum Permanente de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente (Fórum DCA).

II - serviços: todos os serviços, programas e projetos destinados ao atendimento e acompanhamento de criança e adolescente.

Art. 5º São linhas de ação e diretrizes de atendimento, além dos serviços assegurados pelos órgãos criados no Município para garantir a absoluta prioridade de que trata o art. 2º desta Lei:

I - as políticas sociais básicas de nutrição, habitação, educação, saúde, recreação, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outras que devam assegurar os direitos da criança e do adolescente;

II - a Política de Assistência Social através de seus programas, projetos e serviços nos termos da sua legislação;

III - a integração eficiente e operacional de todos os órgãos e serviços responsáveis para o atendimento inicial e sequente à criança e ao adolescente que dele necessitar, preferencialmente num mesmo local e com todos os recursos materiais e humanos necessários;

IV - a mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.

TÍTULO IV DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

CAPÍTULO I CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Seção I Da Natureza

Art. 6º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, é órgão deliberativo, fiscalizador e controlador da política de atendimentos aos direitos da criança e do adolescente e das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas.

Seção II Da Competência

Art. 7º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - formular e coordenar a política municipal dos direitos da criança e do adolescente com garantias de promoção, defesa e orientação, visando proteção integral da criança e do adolescente;

II - deliberar prioridades para a consecução das ações, bem como para a captação e aplicação de recursos do Fundo da Infância e Adolescência - FIA, obedecendo aos instrumentos do Orçamento Público;

III - cumprir e fazer cumprir, em âmbito municipal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, as Constituições Estadual e Federal, a Lei Orgânica do Município, a presente Lei e toda legislação atinente a direitos e interesses da criança e do adolescente;

IV - zelar pela execução da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, atendidas suas peculiaridades, de suas famílias, de seus grupos de convivência social na zona rural ou urbana a que estiverem vinculados;

V - solicitar do Município e das Entidades que executam o atendimento à criança e ao adolescente, o apoio técnico especializado de assessoramento ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Conselho Tutelar, visando efetivar os princípios, diretrizes e os direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente;

VI - elencar e sugerir as prioridades a serem incluídas no Planejamento Integrado e Orçamentário do Município, cujos destinatários sejam as crianças e os adolescentes;

VII - acompanhar, fiscalizar e controlar a execução da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como dos programas, projetos e serviços das entidades que executam o atendimento à criança e ao adolescente;

VIII - estabelecer em ação conjunta com entidades que executam o atendimento à criança e ao adolescente a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, orientação, proteção integral e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

IX - estabelecer programas de aperfeiçoamento e atualização dos Servidores Públicos Municipais e outros que estejam diretamente ligados à execução da Política Municipal de Atenção dos Direitos da Criança e do Adolescente;

X - estimular e incentivar a atualização permanente dos servidores das instituições governamentais e não governamentais envolvidas no atendimento à família, à criança e ao adolescente, respeitando a descentralização político-administrativa contemplada na Constituição Federal;

XI - divulgar as políticas sociais de proteção social básica, especial e de proteção integral das crianças e adolescentes;

XII - registrar e inscrever as entidades governamentais e não governamentais, programas, projetos e serviços que operam no município, fazendo cumprir as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;

XIII - elaborar e alterar o seu Regimento Interno, com a aprovação de no mínimo 2/3 (dois terços) do total dos seus membros;

XIV - manter comunicação com os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado, da União e de outros Municípios, com Conselhos Tutelares, bem como, com organismos nacionais e internacionais que atuam na proteção, defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente, propondo ao Município, convênio de mútua cooperação na forma da lei;

XV - deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência;

XVI - regulamentar tema de sua competência, através de resoluções aprovadas por, no mínimo 2/3 (dois terços) do total dos seus membros, inclusive sobre o Fundo Municipal da Infância e Adolescência;

XVII - manter registro e/ou inscrição das entidades, bem como arquivo de todos planos, projetos, serviços, relatórios, pesquisas, estudos e outros que tenham relação direta ou indireta às suas competências e atribuições;

XVIII - proporcionar integral apoio ao Conselho Tutelar do Município, propondo, incentivando e acompanhando programas de prevenção e atendimento biopsicossocial às crianças e aos adolescentes para o perfeito cumprimento dos princípios e das diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como encaminhar devidamente as denúncias de violação dos seus direitos;

XIX - regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a eleição e a posse dos membros do Conselho Tutelar do Município;

XX - sugerir modificações nas estruturas organizacionais das secretarias e órgãos da Administração Pública Direta, Indireta e funcional, ligados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

XXI - reunir-se ordinariamente e extraordinariamente, conforme dispuser o seu regimento Interno;

XXII - deliberar sobre o relatório trimestral a ser encaminhando pelo Conselho Tutelar.

Art. 8º As decisões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito de suas atribuições e competências, vinculam as ações governamentais e não governamentais em respeito aos princípios constitucionais da participação popular e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

Art. 9º Fica vedada à criação de programas, projetos e serviços de caráter compensatório pela ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas e especiais no Município sem a prévia aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 10. As deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA serão transformadas em Resoluções e estas deverão ser homologadas pelo Prefeito Municipal e posteriormente publicadas, na sua íntegra, em órgão de imprensa oficial do Município.

§ 1º Não o sendo homologada pelo Prefeito Municipal, acompanhada da exposição de motivos pela não homologação, a mesma integrará a pauta da reunião ordinária subsequente ou extraordinária, convocada para tal fim. Acolhida a justificativa, tornar-se-á sem efeito a Resolução. Mantidos os termos da Resolução, será novamente encaminhada ao Prefeito Municipal para homologação e publicação na sua íntegra, em órgão de imprensa oficial do município.

§ 2º Caso o Prefeito Municipal, mantenha sua decisão de não homologação da Resolução, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança representará ao Ministério Público visando à adoção de providências cabíveis.

Art. 11. Nos termos do disposto no art. 89 da Lei nº 8.069 de 1990 a função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é considerada de interesse público relevante

e não será remunerada em qualquer hipótese.

Seção III

Da estrutura necessária ao funcionamento do Conselho Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 12. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto de 10 (dez) membros, sendo:

I - 05 (cinco) conselheiros titulares, com respectivos suplentes, representando e indicados pelos seguintes órgãos e entidades governamentais do Município:

a) 01 (um) representante da Secretaria de Educação;

b) 02 (dois) representantes da Secretaria de Assistência Social e Habitação;

c) 01 (um) representante da Secretaria de Saúde;

d) 01 (um) representante da Fundação Municipal de Esportes.

II - 05 (cinco) conselheiros titulares, com respectivos suplentes, representantes de entidades não governamentais, sediadas no Município.

Art. 13. As entidades não governamentais serão escolhidas bianualmente em fórum próprio convocado pelo Prefeito Municipal, obedecendo aos princípios gerais de escolha que deverão incorporar o regimento a ser aprovado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. No ato de inscrição da entidade para participar do processo de eleição do segmento não governamental a compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, a mesma deverá apresentar, em documento específico, a indicação de seus representantes a membro titular e suplente.

Art. 14. São requisitos para exercer a função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residir no Município;

IV - experiência e/ou identificação no trato com a criança e o adolescente.

Art. 15. O mandato do conselheiro representante de entidade governamental e não governamental é de 2 (dois) anos, facultada a uma recondução.

Art. 16. O exercício da função de Conselheiro Titular e Suplente requer disponibilidade para o efetivo desempenho de suas funções, em razão do interesse público e da prioridade absoluta assegurada aos direitos da criança e do adolescente.

Art. 17. O Conselheiro representante de órgão ou entidade governamental poderá ser substituído a qualquer tempo, devendo o seu afastamento ser previamente comunicado e justificado para que não haja prejuízo das atividades do Conselho, no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. A autoridade competente deverá designar o novo Conselheiro governamental no prazo máximo da realização da Assembleia Ordinária subsequente ao afastamento.

Art. 18. Os Conselheiros indicados pelas entidades eleitas, juntamente com os representantes governamentais, serão empossados pelo Prefeito Municipal e na mesma data será realizada a eleição dentre seus membros, de uma diretoria composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário-Geral e um Tesoureiro a ser indicado pelo Poder Executivo Municipal, com atribuições disciplinadas no regimento interno.

Parágrafo único. A representação do Conselho será exercida por seu Presidente em todos os atos inerentes ao seu exercício.

Seção IV Dos Impedimentos e da Perda do Mandato

Art. 19. Estão impedidos de compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - conselhos de políticas públicas;

II - representante de órgãos de outras esferas de governo;

III - conselheiros tutelares;

IV - autoridade judiciária;

V - autoridade legislativa;

VI - representante do Ministério Público;

VII - representante da Defensoria Pública com atuação no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente ou em exercício na Comarca e Foro Regional.

Art. 20. Perderá o mandato o Conselheiro que, no exercício da titularidade:

I - incidir em faltas injustificadas a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas;

II - sofrer suspensão cautelar quando dirigente de entidade, em conformidade com o art. 191, parágrafo único da Lei nº 8.069 de 1990 ou aplicada alguma das sanções previstas no art. 97 desta mesma Lei, após procedimento de apuração de irregularidade cometida em entidade de atendimento nos termos dos arts. 191 a 193 do mesmo diploma legal.

Art. 21. A cassação do mandato do Conselheiro junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em qualquer hipótese, demandará a instauração de procedimento administrativo específico, com a garantia do contraditório e da ampla defesa, devendo a decisão ser tomada por maioria absoluta de votos dos integrantes do Conselho.

§ 1º Na perda de mandato de Conselheiro representante de órgão ou entidade governamental e não governamental, assumirá o seu suplente, na falta ou impedimento deste, quem for indicado pelo órgão ou entidade respectiva.

§ 2º Nas ausências justificadas e nos impedimentos dos Conselheiros, assumirão os seus respectivos suplentes.

Seção V Da Publicação dos Atos

Art. 22. Os atos deliberativos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão ser publicados na sua íntegra e no órgão oficial a que o Município estiver vinculado.

Art. 23. A aludida publicação deverá ocorrer na primeira oportunidade subsequente à reunião do Conselho Municipal dos Direitos

da Criança e do Adolescente.

Seção VI Do Regimento Interno

Art. 24. O regimento interno do CMDCA deverá conter, dentre outros, os seguintes itens:

I - a estrutura funcional mínima composta por plenário, presidência, comissões e secretaria executiva, definindo suas atribuições;

II - a forma de escolha dos membros da diretoria do Conselho;

III - a forma de substituição dos membros da diretoria, na falta ou impedimento dos mesmos;

IV - a forma de convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho com comunicação aos integrantes do órgão, titulares e suplentes de modo que seja garantida a presença de todos os seus membros e a participação da população em geral;

V - a forma de inclusão das matérias em pauta de discussão e deliberações com a prévia comunicação aos Conselheiros;

VI - a possibilidade de discussão de temas que não tenham sido previamente incluídos em pauta;

VII - o quórum mínimo necessário à instalação das sessões ordinárias e extraordinárias do CMDCA;

VIII - as comissões e grupos de trabalho, que deverão ser compostos de forma paritária;

IX - a forma como ocorrerá a discussão das matérias da pauta;

X - a forma como se dará a participação dos presentes na Assembleia Ordinária;

XI - a garantia da publicidade das assembleias ordinárias, salvo os casos expressos de obrigatoriedade de sigilo;

XII - a forma como serão efetuadas as deliberações e votações das matérias, com previsão de solução em caso de empate;

XIII - a forma como será deflagrado e conduzido o procedimento administrativo com vista a exclusão de organização da sociedade civil ou de seu representante, quando da reiteração de faltas injustificadas e/ou prática de ato incompatível com a função, observada a legislação específica;

XIV - a forma como será deflagrada a substituição do representante do órgão público quando tal se fizer necessário.

Seção VII Da Estrutura Administrativa

Art. 25. Os recursos humanos e estrutura física, técnica, administrativa e institucional necessários ao adequado e ininterrupto funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão disponibilizados pela Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. A Administração Pública Municipal deverá instruir dotação orçamentária específica, frente à exposição de motivos apresentada pelo CMDCA em face de suas necessidades, para o bom desempenho de suas atribuições.

TÍTULO V DO REGISTRO DAS ENTIDADES E PROGRAMAS DE ATENDIMENTO

CAPÍTULO I

ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

Art. 26. Cabe ao CMDCA:

I - efetuar o registro das organizações da sociedade civil sediadas no Município de Caçador que prestem atendimento a criança, adolescente e suas respectivas famílias, executando os programas a que se refere o art. 90, caput e, no que couberem, as medidas previstas nos arts. 101, 112 e 129, da Lei nº 8.069 de 1990 (ECA);

II - efetuar a inscrição nos programas, projetos e serviços de atendimento a criança, adolescente e suas respectivas famílias executados no Município de Caçador por entidade governamental e não governamental.

Art. 27. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA deverá:

I - solicitar as entidades governamentais e não governamentais a apresentação até o dia 30 de abril de cada ano, o Relatório de atividades do ano anterior e Plano de Ação do ano vigente;

II - realizar a cada dois anos, o recadastramento das entidades e dos programas, projetos e serviços em execução certificando-se de sua contínua adequação à política de promoção dos direitos da criança e do adolescente traçada quando houver mudanças institucionais;

III - expedir resolução indicando a relação de documentos a serem fornecidos pela entidade para fins de registro, considerando o disposto nos arts. 91 a 94, da Lei nº 8.069 de 1990.

Art. 28. Quando do registro de entidades ou inscrição de programas, projetos e serviços, bem como a sua renovação, o CMDCA, com o auxílio de órgãos públicos, deverá certificar-se da adequação da entidade e/ou dos programas, projetos e serviços às normas e princípios estatutários pertinentes, bem como a outros requisitos específicos que venham justificadamente a exigir por meio de resolução própria.

§ 1º Será negado registro à entidade, nas hipóteses relacionadas no art. 91, parágrafo único, da Lei nº 8.069 de 1990 e em outras situações definidas em resolução do CMDCA.

§ 2º Verificada a ocorrência de alguma das hipóteses acima, a qualquer momento a entidade será notificada a apresentar sua defesa.

§ 3º Rejeitada a defesa, o CMDCA poderá cassar o registro concedido à entidade ou programa, projeto ou serviço comunicando-se o fato à autoridade judiciária, Ministério Público e Conselho Tutelar.

Art. 29. No caso de alguma entidade estar, comprovadamente, atendendo crianças ou adolescentes sem o devido registro no CMDCA, deverá o fato ser levado de imediato ao conhecimento da autoridade judiciária, Ministério Público e Conselho Tutelar para tomada das medidas cabíveis na forma disposta nos arts. 95, 97, 191, 192 e 193, da Lei nº 8.069 de 1990.

Art. 30. O CMDCA expedirá ato próprio dando publicidade ao registro das entidades e inscrição de programas, projetos e serviços que preencherem os requisitos exigidos, sem prejuízo de sua imediata comunicação ao Juízo da Infância e da Juventude e ao Conselho Tutelar, conforme previsto no art. 90, caput, da Lei nº 8.069 de 1990.

CAPÍTULO II

FIA - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

Seção I

Da Natureza

Art. 31. O Fundo Municipal da Infância e da Adolescência é o órgão captador de recursos, tendo como gestor e/ou ordenador de despesas servidores designados pelo Poder Executivo, autoridade de cujos atos resultará emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos do Fundo.

§ 1º Os recursos do Fundo da Infância e da Adolescência devem ter um registro próprio, de modo que a disponibilidade de caixa, receita e despesa, fique identificada de forma individualizada e transparente.

§ 2º A destinação dos recursos do Fundo da Infância e da Adolescência, em qualquer caso, dependerá de prévia deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo a resolução que a materializar ser anexada à documentação respectiva, para fins de controle de legalidade e prestação de contas.

§ 3º As providências administrativas necessárias à liberação dos recursos, após a deliberação do Conselho, deverão observar o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, sem prejuízo do efetivo e integral respeito às normas e princípios relativos à administração dos recursos públicos.

§ 4º As providências administrativas necessárias à liberação dos recursos, após a deliberação do Conselho, deverão observar o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, sem prejuízo do efetivo e integral respeito às normas e princípios relativos à administração dos recursos públicos.

Art. 32. Compete ao Departamento de Contabilidade do Município:

I - registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefício da criança e do adolescente pelo Estado e pela União;

II - registrar os recursos captados pelo Município através de convênios ou por doações ao Fundo;

III - manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito pelo Município, nos termos das resoluções do Conselho de Direitos;

IV - liberar os recursos a serem aplicados em benefício de crianças e adolescentes, nos termos das resoluções, ao Conselho dos Direitos;

V - administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, segundo as Resoluções do Conselho Municipal de Direitos;

VI - executar todas as atividades administrativas, contábeis e financeiras, com vistas a operacionalizar as ações atinentes aos objetivos do Fundo conforme deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VII - elaborar e fazer encaminhar aos órgãos competentes, as prestações de contas relativas a recursos recebidos da União, Estado ou Município, através de subvenções, auxílios, convênios e outros, observadas as normas estabelecidas pelo órgão liberador de recursos, e legislação pertinente;

VIII - elaborar e fazer encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

na forma e prazo regulamentares, os balancetes mensais e trimestrais e o balanço anual relativo às atividades do Fundo;

IX - apresentar, trimestralmente, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ou sempre que por este for solicitado, as origens e aplicações dos recursos captados pelo Fundo.

Art. 33. Os recursos do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência serão depositados em conta corrente, em nome do Fundo, junto aos estabelecimentos oficiais, ficando seu gestor responsável pela aplicação dos recursos quando sua utilização não acontecer no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Os recursos do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência serão aplicados em conformidade com o Plano de Aplicação aprovado preliminarmente pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 34. Os recursos do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência deverão ser utilizados ou aplicados de acordo com as reais demandas do Município, deliberadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 35. Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em relação ao Fundo de Infância e Adolescência, sem prejuízo das demais atribuições:

I - elaborar anualmente o plano de aplicação dos recursos do Fundo, considerando as metas estabelecidas para o período, em conformidade com o plano de ação;

II - elaborar editais fixando os procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo da Infância e da Adolescência, em consonância com o estabelecido no plano de aplicação e obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade;

III - publicar os projetos selecionados com base nos editais a serem financiados pelo Fundo da Infância e da Adolescência;

IV - monitorar e avaliar a aplicação dos recursos do Fundo da Infância e da Adolescência, por intermédio de balancetes trimestrais, relatório financeiro e o balanço anual do fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem prejuízo de outras formas, garantindo a devida publicização dessas informações, em sintonia com o disposto em legislação específica;

V - monitorar e fiscalizar os programas, projetos e ações financiadas com os recursos do Fundo, segundo critérios e meios definidos pelos próprios Conselhos, bem como solicitar aos responsáveis, a qualquer tempo, as informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação das atividades apoiadas pelo Fundo da Infância e da Adolescência;

VI - desenvolver atividades relacionadas à ampliação da captação de recursos para o Fundo;

VII - mobilizar a sociedade para participar no processo de fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo da Infância e da Adolescência.

Art. 36. Deve ser vedada a utilização dos recursos do Fundo da Infância e da Adolescência para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. Além das condições estabelecidas no caput, deve

ser vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo da Infância e da Adolescência para:

I - a transferência sem a deliberação do respectivo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

III - manutenção e funcionamento do trabalho do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - o financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente;

V - investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.

Art. 37. Nos processos de seleção de projetos aos quais as entidades e os órgãos públicos ou privados representados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente figurem como beneficiários dos recursos do Fundo da Infância e da Adolescência, seus representantes estão impedidos de participar da comissão de avaliação e deverão abster-se do direito de voto, quando das deliberações.

Art. 38. O financiamento de projetos pelo Fundo da Infância e da Adolescência deve estar condicionado à previsão orçamentária e à disponibilidade financeira dos recursos.

Seção II

Da Receita do Fundo Municipal da Infância e Adolescência

Art. 39. Constitui receita do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente:

I - doações de contribuintes do Imposto de Renda e outros incentivos governamentais;

II - dotação configurada anualmente no orçamento do Município;

III - rendas adicionais que a lei estabelecer no decurso de cada exercício;

IV - doações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências e legados de entidades nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais;

V - remuneração oriunda de aplicações financeiras;

VI - receitas oriundas de multas aplicadas sobre infração que envolva criança e adolescente, respeitadas as competências das esferas governamentais e dos seus repasses ao Município;

VII - receitas provenientes de convênios, acordos, contratos realizados entre o Município e entidades governamentais e não governamentais;

VIII - receitas oriundas de transferências de Recursos do Fundo Estadual da Infância e Adolescência e Fundo Nacional da Infância e Adolescência, nos termos do parágrafo único do art. 261, parágrafo único da Lei nº 8.069 de 1990.

IX - outras legalmente constituídas.

CAPÍTULO III DO CONSELHO TUTELAR

Seção I**Da Natureza, Composição e Funcionamento**

Art. 40. Fica criado o Conselho Tutelar de Caçador, órgão municipal de caráter permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, com vinculação orçamentária ao Gabinete do Prefeito.

Parágrafo único. Constará da Lei Orçamentária Municipal previsão dos recursos necessários ao seu funcionamento em conformidade com o art. 134 da Lei nº 8.069 de 1990.

Art. 41. O Conselho Tutelar é composto de 5 (cinco) membros escolhidos pela comunidade local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

§ 1º Todos os candidatos que participarem do pleito, a partir do 6º (sexto) mais votado, será considerado suplente.

§ 2º Sempre que necessária a convocação de suplente, e não houver nenhum na lista, cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar processo de escolha suplementar para preenchimento das vagas, para o restante do mandato dos demais membros.

§ 3º Os Conselheiros Tutelares Suplentes serão convocados de acordo com a ordem de votação e receberão remuneração proporcional aos dias que atuarem no órgão, sem prejuízo da remuneração dos Titulares quando em gozo de Licenças e férias regulamentares.

Art. 42. O Servidor Público Municipal que vier a exercer mandato de Conselheiro Tutelar cuja jornada de trabalho seja igual ou superior a 20 horas semanais, ficará licenciado do seu cargo efetivo, podendo, entretanto, optar por sua remuneração.

Art. 43. O Conselho Tutelar funcionará em sua sede, nos dias úteis, das 8 horas às 12 horas e das 13h30min às 17h30min e, nos demais dias e horários, em regime de plantão ou sobreaviso, para os casos emergenciais.

§ 1º O Regimento Interno do Conselho Tutelar definirá a dinâmica de atendimento, tanto no horário normal como durante o plantão ou sobreaviso, explicitando os procedimentos a serem neles adotados.

§ 2º O Poder Público Municipal garantirá a estrutura necessária ao seu funcionamento, como: sede, mobiliário, equipamento de informática, telefone, veículo, pessoal de apoio administrativo, além de outros.

§ 3º Será feita ampla divulgação do seu endereço físico e eletrônico e de seu número de telefone.

Art. 44. A jornada de trabalho do Conselheiro Tutelar é de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 45. O exercício da função de Conselheiro Tutelar exige, além da carga horária semanal de trabalho, seja no expediente diário, seja no plantão ou sobreaviso, sua participação, a critério da maioria dos membros do Conselho Tutelar, em reuniões de trabalho fora da sede do Conselho, e sua eventual presença em atos públicos.

Seção II**Da Manutenção do Conselho Tutelar**

Art. 46. A Lei Orçamentária Municipal deverá estabelecer, preferencialmente dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar, incluindo (conforme

Resolução nº 170 de 10 de dezembro de 2014):

I - o processo de escolha dos conselheiros tutelares;

II - custeio com remuneração e formação continuada;

III - custeio das atividades inerentes as atribuições dos conselheiros, inclusive para as despesas com adiantamentos e diárias, quando necessário deslocamento para outros municípios, em serviço;

IV - manutenção geral da sede, necessárias ao funcionamento do órgão.

Art. 47. O Conselho Tutelar funcionará em local de fácil acesso, que ofereça acessibilidade e contará ainda com as seguintes garantias mínimas ao seu funcionamento:

I - placa indicativa da sede;

II - salas mobiliadas para atendimento individual pelos conselheiros tutelares, equipadas com computador com acesso à internet, sendo no mínimo 01(um) com impressora;

III - sala para recepção e atendimento ao público;

IV - sala para os serviços administrativos com computador com acesso à internet com impressora;

V - cozinha e área de serviço;

VI - 1 (uma) central telefônica e no mínimo telefone 01 (um) telefone móvel;

VII - veículos exclusivos para desempenho das atribuições dos conselheiros tutelares;

VIII - mobiliário e material de expediente adequado ao funcionamento do órgão;

IX - banheiros com acessibilidade e fraldário.

Art. 48. O Conselho Tutelar contará com uma estrutura de recursos humanos, destinada a dar suporte necessário ao seu funcionamento.

Parágrafo único. Para a finalidade do caput, devem ser consideradas as seguintes funções permanentes, a serem desempenhadas por servidores públicos municipais efetivos, com perfil adequado às especificidades das atribuições do Conselho Tutelar, a saber:

I - motorista;

II - agente de limpeza e conservação;

III - telefonista;

IV - agente administrativo;

V - suporte técnico para atendimento da pessoa com deficiência.

Art. 49. Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA), ou sistema equivalente.

Parágrafo único. Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo

atendimento de crianças e adolescentes, com atuação no município, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Seção III Da Remuneração

Art. 50. A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada.

Art. 51. Os Conselheiros Tutelares nesta qualidade, não serão considerados servidores do quadro da Administração Municipal, todavia, cada um receberá mensalmente a título de gratificação, o valor de quatro pisos salariais do Município, sendo assegurado o direito a:

I - cobertura previdenciária, pelo Regime Geral de Previdência Social;

II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de um 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III - licença maternidade;

IV - licença paternidade;

V - gratificação natalina.

Parágrafo único. Constará da lei orçamentária municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares.

Art. 52. Os Conselheiros Tutelares terão direito a diárias, adiantamento ou ajuda de custo para assegurar a indenização de suas despesas pessoais quando, fora do seu município, participarem de eventos de formação, seminários, conferências, encontros e outras atividades semelhantes e nas situações de representação do Conselho, às expensas do Fundo Municipal da Infância e Adolescência, quando devidamente deliberado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 53. Excepcionalmente, nos moldes do art. 44, terá direito a diária, adiantamento ou ajuda de custo, o Conselheiro Tutelar que acompanhar a criança ou adolescente para outro município.

Seção IV Das Atribuições e dos Deveres

Art. 54. Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições constantes no art. 136 da Lei Federal nº 8.069 de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, obedecendo aos princípios da administração pública conforme o disposto no art. 37 da Constituição Federal.

Art. 55. Além das atribuições estabelecidas na Lei Federal nº 8.069 de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente incumbe também ao Conselho Tutelar:

I - receber petições, denúncias, declarações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido;

II - elaborar seu regimento interno, em prazo não superior a 6 (seis) meses após a posse, visando normatizar o funcionamento administrativo do órgão;

III - encaminhar seu regimento interno para publicação no órgão oficial a que o Município estiver vinculado, bem como, afixá-lo em local visível na sede do órgão e encaminhá-lo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

IV - apreciar as propostas de alterações de seu Regimento Interno, encaminhadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, quando houver;

V - encaminhar relatório trimestral ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, ao Ministério Público e ao juiz da Vara da Infância e da Juventude, contendo a síntese dos dados referentes ao exercício de suas atribuições, bem como, as demandas e deficiências na implementação das políticas públicas, de modo que sejam definidas estratégias e deliberadas providências necessárias para solucionar os problemas existentes;

VI - articular ações para o estrito cumprimento de suas atribuições de modo a agilizar o atendimento junto aos órgãos governamentais e não governamentais encarregados da execução das políticas de atendimento de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias;

VII - observar as normas e princípios contidos na Constituição, na Lei Federal nº 8.069, de 1990, na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, promulgada pelo Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, bem como, nas Resoluções do CONANDA e demais legislações pertinentes;

VIII - participar de eventos relacionados a política de atendimento a criança e ao adolescente e, em especial, naqueles relacionados a formação continuada.

Art. 56. No exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

I - nas salas de sessões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - nas salas e dependências das delegacias e demais órgãos de segurança pública;

III - nas entidades de atendimento nas quais se encontrem crianças e adolescentes;

IV - em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

Parágrafo único. Sempre que necessário o integrante do Conselho Tutelar poderá requisitar o auxílio dos órgãos locais de segurança pública, observados os princípios constitucionais da proteção integral e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

Seção V Da Escolha dos Conselheiros

Art. 57. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar serão exigidos os critérios do art. 133, da Lei nº 8.069 de 1990:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residir no Município de Caçador por no mínimo 01 (um) ano.

§ 1º Os requisitos adicionais devem ser compatíveis com as atribuições do Conselho Tutelar, observada a Lei nº 8.069 de 1990.

§ 2º Entre os requisitos adicionais para candidatura a membro do Conselho Tutelar devem ser consideradas:

I - a experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

II - comprovação de, no mínimo, conclusão de ensino superior na área das Ciências Humanas e Biológicas;

III - participação em capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com carga horária de doze horas e frequência de 100%;

IV - realização de prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente, de caráter eliminatório, com média mínima de 6,0, assegurado prazo para interposição de recurso junto à comissão especial eleitoral, a partir da data da publicação dos resultados no Diário Oficial do Município.

Art. 58. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Caçador ocorrerá em consonância com o disposto no § 1º do art. 139 da Lei Federal nº 8.069 de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 59. Os conselheiros tutelares serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do município de Caçador/SC, em procedimento estabelecido nesta lei e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizado pelo Ministério Público.

§ 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente instituirá a Comissão Especial Eleitoral, que deverá ser constituída por conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observada a composição paritária entre os mesmos:

a) poderão compor a Comissão Especial Eleitoral, até 2 (dois) integrantes alheios ao Conselho, a título de colaboradores, desde que aprovados pela plenária do Conselho;

b) a constituição e atribuições da Comissão Especial Eleitoral deverão constar em resolução emitida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§ 3º A candidatura será individual e cada eleitor apto a participar do processo citado poderá votar em apenas 1 (um) dos candidatos.

§ 4º Podem votar os cidadãos maiores de dezesesseis anos, que possuam título de eleitor, no município, até 3 (três) meses antes do processo de escolha.

§ 5º A posse dos conselheiros tutelares será dada pelo Prefeito Municipal e ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

Art. 60. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será organizado mediante edital de Convocação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma desta Lei sem prejuízo no disposto na Lei nº 8.069 de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações.

§ 1º O edital a que se refere o caput deverá ser publicado com antecedência mínima de 6 (seis) meses antes da realização da eleição.

§ 2º A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações:

a) sobre as atribuições do Conselho Tutelar;

b) importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores;

c) demais disposições da Lei nº 8.069 de 1990, especialmente o art. 88, inciso VII;

d) outras informações que o CMDCA entender importante para condução do processo eleitoral.

Art. 61. O processo de eleição para o Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados.

§ 1º Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

§ 2º Em qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá enviar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

§ 3º A posse dos conselheiros tutelares será dada pelo Prefeito Municipal e ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

Seção VI Do Mandato

Art. 62. O mandato do Conselheiro Tutelar será de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução.

§ 1º O mandato dos atuais membros do Conselho Tutelar, eleitos de acordo com os critérios definidos na Lei nº 2.436, de 20 de abril de 2007, fica prorrogado até a posse dos novos conselheiros tutelares a serem eleitos de acordo com as alterações promovidas por esta Lei.

§ 2º O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

§ 3º No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Art. 63. Perderá o mandato o Conselheiro Tutelar que:

I - comprovada conduta incompatível com a confiança e outorga pela comunidade;

II - receber esta penalidade em processo administrativo-disciplinar;

III - deixar de residir no Município;

IV - for condenado por decisão irrecurável pela prática de crime ou contravenção penal;

V - abandonar o serviço por 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. A perda do mandato será decretada por ato do Prefeito Municipal, após deliberação neste sentido pela maioria de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Seção VII

Do Processo Administrativo Disciplinar

Art. 64. Qualquer servidor público que vier a ter ciência de irregularidade na atuação do Conselho Tutelar é obrigado a tomar as providências necessárias para sua imediata apuração, assim como, a qualquer cidadão é facultado a realização de denúncias.

§ 1º Caberá ao Gabinete do Prefeito, através de comissão designada para coordenar e executar todas as atividades relativas à apuração disciplinar dos conselheiros tutelares de Caçador.

§ 2º O Processo Administrativo Disciplinar a que for submetido o membro do Conselho Tutelar, terá como referência os termos da Lei Complementar nº 56 de 20 de dezembro de 2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador.

Art. 65. São penalidades disciplinares aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

I - advertência;

II - suspensão;

III - destituição da função.

Art. 66. Na aplicação das penalidades, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, as agravantes e as atenuantes.

Art. 67. A suspensão será aplicada nos casos de reincidência das faltas punidas com advertência ou faltas graves, mediante processo administrativo disciplinar, não podendo exceder 30(trinta) dias, implicando o não pagamento da remuneração pelo prazo que durar.

Art. 68. O conselheiro tutelar será destituído da função nos seguintes casos:

I - prática de crime contra a administração pública ou contra a criança e o adolescente;

II - incontinência pública ou conduta escandalosa no exercício da função;

III - ofensa física em serviço, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

IV - posse em cargo, emprego ou outra função pública remunerados.

Art. 69. O ato de imposição da penalidade do art. 63, mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 70. Da sindicância, que não excederá o prazo de 30 (trinta) dias, poderá resultar:

I - o arquivamento da denúncia;

II - a aplicação da penalidade de advertência ou suspensão;

III - a instauração de processo disciplinar.

Art. 71. Como medida cautelar e a fim de que o conselheiro não venha interferir na apuração de irregularidade, poderá a autoridade competente determinar o seu afastamento do exercício da função, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

CAPÍTULO IV

FÓRUM PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FÓRUM DCA.

Art. 72. Fica criado o Fórum Permanente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - Fórum DCA, instância de articulação e organização de todas as entidades que se vinculam à Política Municipal de Atenção a Criança e ao Adolescente ou na defesa da garantia dos direitos sociais da criança e do adolescente.

Art. 73. O Fórum Permanente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - Fórum DCA, constitui-se num espaço privilegiado de articulação da sociedade e de exercício democrático de participação popular, em defesa dos direitos da Criança e do Adolescente, visando implementar plena e eficazmente a Política Municipal de Atenção a Criança e ao Adolescente, preconizados pela Legislação Municipal, Estadual e Federal.

Art. 74. O Fórum Permanente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - Fórum DCA, tem por finalidade exercer o controle social da Política Municipal de Atenção a Criança e ao Adolescente, acompanhar a instalação, implementação, estruturação e composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e ao Adolescente.

§ 1º Constitui-se numa das atribuições do Fórum Permanente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - Fórum DCA, a escolha dos membros representantes dos segmentos da sociedade civil, para a composição do Conselho Municipal de dos Direitos da Criança e ao Adolescente, sob o acompanhamento de representante do Ministério Público.

§ 2º É também atribuição do Fórum Permanente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - Fórum DCA, a promoção de estudos, debates sobre a política de Atenção a Criança e ao Adolescente, a proposição de programas, projetos e serviços; acompanhar as ações desenvolvidas pelas instituições vinculadas a esta política pública no município e o trabalho do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

Art. 75. O Fórum Permanente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - Fórum DCA, organizará seu Regimento Interno, sob o qual será conduzido seu trabalho.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 76. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 77. Ficam revogadas as Leis nºs 2.436, de 20 de abril de 2007 e 3.035, de 05 de setembro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 31 de março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.165

PORTARIA Nº 25.165, de 06 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR a pedido, o contrato em caráter temporário do Servidor Público Municipal DIEGO ANDRE BRIDI, ocupante do cargo de Professor de Educação, matrícula nº 20, lotado junto a Fundação Municipal de Esportes de Caçador, com efeitos a contar de 01 de Fevereiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.167

PORTARIA Nº 25.167, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Conv.	Período Aquisitivo
1086	Larissa Fleck Savaris	Professora	006	1/3	01/02/2008 a 01/02/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
06 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.203

PORTARIA Nº 25.203, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 52, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006, e ainda o que prevê o art. 40, § 19 da Constituição Federal, combinando com as Emendas Constitucionais nº 41 e 47,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal CLEMARE APARECIDA COELHO, matrícula nº 938, ocupante do cargo de Professora, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, o pagamento do ABONO DE PERMANÊNCIA, por ter completado o tempo de contribuição e continuar desempenhando suas funções, com efeitos a contar de 01 de Fevereiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.287

PORTARIA Nº 25.287, de 11 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 113, §2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal MARIA CECILIA BEREZANSKI, ocupante do cargo de Merendeira, matrícula nº 10447, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, percebendo 2/3 (dois terços) da remuneração, no período de 60 (sessenta) dias, com efeitos a contar de 02 de Fevereiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.314

PORTARIA nº 25.314, de 18 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestado no período de 15/01/2015 a 14/02/2015, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
6959	Adriana Moreira Bairro	36h
2512	Altino Inácio Carneiro	40h
13363	Ana Maria Ribeiro dos Santos	10h
10832	Ana Paula Castilho Souza	10h
11151	Andrea Romão Martins	10h

11185	Cristiane Baldicera Granemann	10h
13204	Doraci Maia Ruppel	43h
13191	Edmar Sampaio	60h
8612	Elizeni Batista do Amaral	25h
7665	Eloá de Paula	60h
11139	Eunice Misayo Ueda	10h
4081	Fatima Rozana Gomes Damaceno	60h
13201	Gerson José Teles de Souza	60h
5791	Ivone Tibes de Lima	24h
13207	João Berthier Brasil Neto	60h
342	João Pedro Soares	10h
10470	Liane Capelin	10h
11060	Lucas Filipini Chaves	10h
2529	Lucia Ribeiro Luz Cavaletti	24h
9043	Marcelo Silvia Alves	40h
7746	Santina Piacentini	60h
13318	Simone Casagrande	27h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Beatriz Ribeiro dos Santos
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PORTARIA Nº 25.315

PORTARIA nº 25.315, de 18 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, prestado no período de 15/01/2015 a 14/02/2015, especificando: código, nome dos servidores e número de horas prestadas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
12857	Doraci Maia Ruppel	49h
7665	Eloá de Paula	28h
4081	Fatima Rozana Damaceno	98h
13201	Gerson José Teles de Souza	49h
13207	João Berthier Brasil Neto	122h
3384	Lucimeri Aparecida Vieira da Silva	240h
7746	Santina Piacentini	91h
13318	Simone Casagrande	28h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Beatriz Ribeiro dos Santos
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PORTARIA Nº 25.338

PORTARIA Nº 25.338, de 24 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato em caráter temporário da Servidora Pública Municipal JUSSARA APARECIDA DA SILVA, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil, matrícula nº 11507, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, com efeitos a contar de 02 de Fevereiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.345

PORTARIA Nº 25.345, de 26 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, Licença para Tratamento de Saúde, especificando: código, nome dos servidores, cargo, número de dias e período do afastamento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Nº de dias	A contar de:
9384	Dianamar Aparecida Gomes	Enfermeira	180	25/02/2015
4594	Gelson Luiz Savi	Fiscal de Postura	90	14/02/2015
918	Samuel Flores Alves	Encanador	90	15/02/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.346

PORTARIA Nº 25.346, de 26 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR, a pedido, o contrato em caráter temporário da Servidora Pública Municipal LAIS SUELLEN NASCIMENTO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Professora Monitora, matrícula nº 13380, lotada junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, com efeitos a contar de 20 de Fevereiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Beatriz Ribeiro dos Santos
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PORTARIA Nº 25.361

PORTARIA Nº 25.361, de 03 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR por tempo determinado, as cidadãs a seguir relacionadas, para atuar junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, motivo da contratação e período, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Motivo da Contratação	Período da Contratação
Carla Luzia Carvalho	Professor Monitor	02	20h	Falta de servidores concursados	05/03/2015 a 31/12/2015
Cristina Rese Teixeira	Monitor	09	35h	Falta de servidores concursados	02/03/2015 a 31/12/2015
Thais Andressa Hepp	Professor Monitor	02	20h	Falta de servidores concursados	03/03/2015 a 31/12/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 03 de Março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Beatriz Ribeiro dos Santos
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PORTARIA Nº 25.436

PORTARIA Nº 25.436, de 27 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR os contratos por prazo determinado dos Servidores Públicos Municipais, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, abaixo relacionados, especificando: código, nome, cargo e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	A contar de:
13766	Antonio Amarildo de Mello	Auxiliar de Serviços Gerais	27/03/2015
13768	Eliane Maria Furtado Alves Carlin Navroski	Auxiliar de Enfermagem	27/03/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de Março 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 32-2015 – PR – 16-2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 32-2015 - PR - 16-2015 - PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015

OBJETO; CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DE ESCADARIA E CALÇADA ENTRE A RUA JOSÉ GIOPPO E RUA CARAGUATÁ NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 16/04/2015 as 16h00min

ABERTURA DOS ENVELOPES: 16/04/2015 as 16h10min

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, ou no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor, Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 31 de março de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

IPASC**PORTARIA N.º 798, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA n.º 798, de 02 de março de 2015.

Encerra benefício de aposentadoria de CELIA LEITE DA CRUZ.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006

RESOLVEM:

Art. 1º Encerrar o pagamento do benefício de aposentadoria de CELIA LEITE DA CRUZ, matrícula IPASC nº 1341, a contar de 28 de Fevereiro de 2015, em razão de seu falecimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 02 de março de 2015.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

Diala Marchi Gonçalves Bridi

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

PORTARIA N.º 799, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA n.º 799, de 05 de março de 2015.

Aposenta o Servidor VALDIR DOS SANTOS.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006, em conformidade à Constituição Federal/1988, com a redação da alínea "a", do inciso III, do §1º, §2º e §3º, todos do art. 40, mais o previsto no art. 36, incisos I, II e III, da Lei Complementar nº 93/2006,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder aposentadoria por idade ao Servidor VALDIR DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 401.100.529-00, a contar de 04 de março de 2015, Matrícula 2515 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais, Referência 01, Nível 06, carga horária de 44 horas, lotado na Secretaria de Infraestrutura, passando à Matrícula nº 3354, no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício de aposentadoria por idade, com proventos proporcionais, correspondentes a 100% (cem por cento) do resultado da média apurada dos salários de contribuição, no valor de R\$ 1.008,91 (hum mil e oito reais e noventa e um centavos), na espécie sem paridade, a serem pagos pelo IPASC, a contar de 04 de março de 2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 05 de março de 2015.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

Diala Marchi Gonçalves Bridi
DIRETORA ADMINISTRATIVA.**PORTARIA N.º 802, DE 09 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA n.º 802, de 09 de março de 2015.

Aposenta o Servidor WILSON SCHWANTES.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006, em conformidade à Constituição Federal/1988, com a redação do art. 7º, da Emenda Constitucional nº 41, de 29/12/2003, e dos incisos I, II, III e parágrafo único do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47, de 06/07/2005, mais o previsto nos incisos I, II, III e parágrafo único do art. 49, da Lei Complementar nº 93/2006,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder aposentadoria ao Servidor WILSON SCHWANTES, inscrito no CPF/MF sob o nº 384.243.209-72, com matrícula nº 411 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Motorista de Caminhão, Referência 10, Nível 08, carga horária de 44 horas, lotado na Secretaria de Infraestrutura, a contar de 03 de março de 2015, passando à matrícula nº 3355, no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício de aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais, correspondentes a 100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição do mês de fevereiro de 2015, na espécie com paridade, compreendendo o valor dos vencimentos básicos de R\$ 1.613,24 (hum mil, seiscentos e treze reais e vinte e quatro centavos), adicional de triênio de R\$ 435,57 (quatrocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e sete centavos) e adicional de 25 anos - 6ª parte de R\$ 341,54 (trezentos e quarenta e um reais e cinquenta e quatro centavos), totalizando o benefício de aposentadoria em R\$ 2.390,35 (dois mil, trezentos e noventa reais e trinta e cinco centavos), a serem pagos pelo IPASC, a contar de 03 de março de 2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 09 de março de 2015.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

Diala Marchi Gonçalves Bridi

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

PORTARIA N.º 803, DE 09 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA n.º 803, de 09 de março de 2015.

Aposenta o Servidor EURICO WAGNER.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006, em conformidade à Constituição Federal/1988, com a redação da alínea "b", do inciso III, do §1º, §2º e §3º, todos do art. 40, mais o previsto no art. 37, incisos I, II e III, da Lei Complementar nº 93/2006,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder aposentadoria por idade ao Servidor EURICO WAGNER, inscrito no CPF sob o nº 072.664.649-00, a contar de 09 de março de 2015, Matrícula 1382 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Guarda Patrimonial Municipal, Referência 10, Nível 08, carga horária de 44 horas, lotado na Secretaria de Administração, passando à Matrícula nº 3356, no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício de aposentadoria por idade, com proventos proporcionais, correspondentes a 49,54% do resultado da média apurada dos salários de contribuição de R\$ 1.451,35 (hum mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e trinta e cinco centavos), na espécie sem paridade, correspondendo o benefício de aposentadoria ao valor de R\$ 718,99 (setecentos e dezoito reais e noventa e nove centavos), acrescidos da complementação de R\$ 119,38 (cento e dezenove reais e trinta e oito centavos) para atingir o piso municipal de R\$ 838,37(oitocentos e trinta e oito reais e trinta e sete centavos), nos termos do art. 64, da LCM nº 93/2006, a serem pagos pelo IPASC, a contar de 09 de março de 2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 09 de março de 2015.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

Diala Marchi Gonçalves Bridi

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

PORTARIA N.º 804, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA n.º 804, de 25 de março de 2015.

Aposenta a Servidora MIRNA MINGOTTI.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006, em conformidade à Constituição Federal/1988, com a redação do art. 7º, da Emenda Constitucional nº 41, de 29/12/2003, e dos incisos I, II, III e parágrafo único do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47, de 06/07/2005, mais o previsto nos incisos I, II, III e parágrafo único do art. 49, da Lei Complementar nº 93/2006,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder aposentadoria a Servidora MIRNA MINGOTTI, inscrita no CPF/MF sob o nº 449.641.619-00, com matrícula nº 883 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Telefonista, Referência 14, Nível 11, carga horária de 30 horas, lotado na Secretaria de Saúde, a contar de 25 de março de 2015, passando à matrícula nº 3357, no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício de aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais, correspondentes a 100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição do mês de fevereiro de 2015, na espécie com paridade, compreendendo o valor dos vencimentos básicos de R\$ 2.130,16 (dois mil, cento e trinta reais e dezesseis centavos), adicional de triênio de R\$ 447,34 (quatrocentos e quarenta e sete reais e trinta e quatro centavos) e adicional de 25 anos - 6ª parte de R\$ 429,67 (quatrocentos e vinte e nove reais e sessenta e sete centavos), totalizando o benefício de aposentadoria em R\$ 3.007,17 (três mil e sete reais e dezessete centavos), a serem pagos pelo IPASC, a contar de 25 de março de 2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 25 de março de 2015.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

Diala Marchi Gonçalves Bridi

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

RELAÇÃO DE COMPRAS EFETUADAS- FEVEREIRO2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.686/93)

Página: 1/2

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ARTES GRAFICAS S.R. LTDA. - EPP	ARTE CARTILHA	37	1,000	120,0000	120,00
CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A.	CERTIFICAÇÃO DIGITAL	41	1,000	145,0000	145,00
CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A.	CERTIFICAÇÃO DIGITAL	42	1,000	215,0000	215,00
CLAUDECIR HECKLER 04104100986	INSTALAÇÃO DE CABO DE REDE	38	1,000	85,0000	85,00
COMÉRCIO DE EMBALAGENS CAÇADOR LTDA. E	COPOS DESCARTÁVEIS 110 ML	48	10,000	5,5000	55,00
COMÉRCIO DE EMBALAGENS CAÇADOR LTDA. E	COPOS DESCARTÁVEIS 300ML	48	10,000	5,6000	56,01
COMÉRCIO DE EMBALAGENS CAÇADOR LTDA. E	DESINFETANTE	48	12,000	4,9900	59,88
COMÉRCIO DE EMBALAGENS CAÇADOR LTDA. E	LUVAS	48	1,000	12,5000	12,50
COMÉRCIO DE EMBALAGENS CAÇADOR LTDA. E	MULTI-USO/LIMPEZA EM GERAL	48	4,000	4,4900	17,96
COMÉRCIO DE EMBALAGENS CAÇADOR LTDA. E	SACO P/ LIXO 28X30CM C/ 50UN	48	1,000	1,7500	1,75
COMÉRCIO DE EMBALAGENS CAÇADOR LTDA. E	SACO P/ LIXO PCT P/ 15LT	48	10,000	8,7000	87,00
COMÉRCIO DE EMBALAGENS CAÇADOR LTDA. E	SACO P/ LIXO PCT P/ 30LT	48	10,000	8,7000	87,00
COMÉRCIO DE EMBALAGENS CAÇADOR LTDA. E	TOALHA DE PAPEL	48	4,000	4,5898	18,36
COMÉRCIO DE EMBALAGENS CAÇADOR LTDA. E	TOALHA DE PAPEL C/1000 INTERFOLHAS	48	6,000	12,9000	77,40
COMÉRCIO DE EMBALAGENS CAÇADOR LTDA. E	TOALHA DE ROSTO 42X72CM	48	4,000	6,5000	26,00
DAATA CONSULTORIA S/C LTDA.	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DO CALCULO ATUARIAL 2015 COM EMISSÃO DE NOTA TÉCNICA ATUARIAL E DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL E DEMAIS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.		1,000	4,750,0000	4,750,00
EVELIZE MARIA BARZOTTO AGUIAR ME	TONER COMPATIVEL	40	2,000	90,0000	180,00
EVELIZE MARIA BARZOTTO AGUIAR ME	TONER COMPATIVEL	40	1,000	60,0000	60,00
EVELIZE MARIA BARZOTTO AGUIAR ME	TONER COMPATIVEL	40	1,000	80,0000	80,00
EVELIZE MARIA BARZOTTO AGUIAR ME	TONER COMPATIVEL	40	8,000	50,0000	400,00
IVONICE TERESINHA PIARDONA -ME MINA AGUA	ÁGUA MINERAL GARRAFÃO C/ 20 LT	36	4,000	13,0000	52,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	AÇUCAR PCT C/ 5KG	45	3,000	7,6800	23,04
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	ADOÇANTE 100ML	45	1,000	4,5900	4,59
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	ÁGUA SANITÁRIA	45	2,000	4,7900	9,58
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	CAFÉ TRADICIONAL PCT C/ 500 GRAMAS COM SELO DE QUALIDADE.	45	10,000	7,9900	79,90
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	CERA LÍQUIDA VERMELHA	45	4,000	8,3900	33,56
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	CHÁ 15G	45	1,000	3,9900	3,99
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	CHÁ 15G	45	1,000	4,9900	4,99
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	CHÁ DIVERSOS SABORES COM 15 UNIDADES EM SACHES	45	1,000	9,4800	9,48
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	CHÁ MATE TRADICIONAL EMBALADO EM SAQUINHOS COM NO MINIMO 25 UNIDADES	45	1,000	3,8900	3,89
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	COLORO 500 ML	45	1,000	8,4900	8,49
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	DESINFETANTE	45	2,000	1,2900	2,58
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	DETERGENTE DE USO EM GERAL	45	1,000	4,4800	4,48
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	ESPONJA	45	1,000	1,8900	1,89
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	ESPONJA C/ 03 UN	45	3,000	4,1900	12,57
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ 103 C/ 30UN	45	5,000	2,8900	14,45

ESTADO DE SANTA CATARINA
IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/2

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	FÓSFORO	45	1,000	2,9900	2,99
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	LEITE EM PÓ DESNATADO 280GR	45	2,000	14,9500	29,90
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	LUVAS	45	4,000	10,9800	43,92
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	MULTIUSO CLORO ATIVO	45	1,000	5,4900	5,49
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	MULTIUSO CLORO ATIVO	45	2,000	4,0900	8,18
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	MULTIUSO/LIMPEZA EM GERAL	45	1,000	5,4900	5,49
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	MULTIUSO/LIMPEZA EM GERAL	45	2,000	4,2900	8,58
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	NAFTALINA 50G	45	1,000	1,7900	1,79
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	NEUTRALIZADOR DE ODORES	45	2,000	10,9800	21,96
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	ODORIZANTE DE ODORES	45	2,000	9,6900	19,38
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	ODORIZANTE DE AMBIENTE REFIL DE 8G	45	2,000	15,9800	31,96
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	PAPEL HIG. NEUTRO C/ 16 ROLOS	45	3,000	21,3900	64,17
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	SABONETE LIQ. REFIL 220 ML	45	6,000	5,9800	35,88
Total Geral do Mês -->					7.083,03

RELAÇÃO DE COMPRAS EFETUADAS- JANEIRO 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Janeiro/2015
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/1

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DIONI WELICZ ALVES DE FRANÇA	CÓPIAS DE CHAVES	14	3,000	6,0000	18,00
DIONI WELICZ ALVES DE FRANÇA	FECHADURA PORTA DE VIDRO	14	1,000	85,0000	85,00
IVONICE TERESINHA PIERDONA -ME MINA AGUA	ÁGUA MINERAL GARRAFÃO C/ 20 LT	13	4,000	12,0000	48,00
LÁPIS & CIA PAPELARIA LTDA ME	LÁPIS	17	10,000	0,9000	9,00
LÁPIS & CIA PAPELARIA LTDA ME	LIVRO ATA 100 FOLHAS	17	1,000	6,8000	6,80
ODILAR LUIZ TESSER - ME/ DISTRIB. MINASGAS	GÁS BOTIJÃO C/ P-13	16	1,000	53,0000	53,00
Total Geral do Mês -->					219,80

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2015 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 018/2015 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 020/2015 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PESADO HORA/MÁQUINA, PARA SERVIÇO DE LIMPEZA DE DIVERSAS ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 31/03/2016

1ª Publicação.

DL 003/15 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 003/2015 - FMS

Data: 31/03/2015

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COM 167M2 DE ÁREA CONSTRUÍDA, PELO PERÍODO DE 12 MESES, PARA SER O CENTRO DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO - CEDIT, SITUADO A RUA OSMAR DUTRA DE MELO Nº52, CENTRO - CAMBORIÚ-SC.

Valor total: 42.000,00 (Quarenta e Dois Mil Reais)

Secretaria: Secretaria de Saúde.

Locador: G LAFFITTE INCORPORAÇÕES E EMPREED. IMBO. LTDA

Embasamento legal: artigo 24, inciso "X", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 31 de Março de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

PR 26/15 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/2015-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA UTILIZAR EM EVENTOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 16 (Dezesseis) de Abril de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 31 de Março de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

LEI Nº 4.280 DE 31 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 4.280 DE 31 DE MARÇO DE 2015

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 3.425 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2008, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º. Ficam revogados os §§ 1º a 6º do art. 32 da Lei nº 3.425, de 25 de Novembro de 2008, passando o caput a vigorar com a seguinte redação, acrescido de Parágrafo único:

“Art.32. A escolha dos Conselheiros Tutelares e seus suplentes dar-se-á pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município, em processo conduzido por uma comissão especial nomeada por decreto e constituída por composição paritária entre conselheiros representantes do governo e da sociedade civil”.

“Parágrafo único: O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) expedirá resolução regulamentadora do processo de escolha dos conselheiros tutelares e suplentes podendo adotar, no todo ou em parte, o conteúdo de resolução assemelhada que tenha sido expedido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) ou pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/SC)”.

Art.2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
31 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

CONVÊNIO Nº 03/2015

CONVÊNIO Nº 03/2015.

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. PELO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A FECAMPO - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE.

CONCEDENTE: Município de Campo Alegre, pelo Fundo Municipal de Assistência Social, com sede na Rua Irã. Amália Gheller, nº 22, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.610.999/0001-53, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, portador do CPF/MF nº 379.515.489-87 e a Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social, Srª. CAROLINA DA COSTA TELMA, portadora do CPF/MF nº 061.299.189-09, com mesmo endereço profissional.

CONVENENTE: FECAMPO - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO

ALEGRE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.788.216/0001-90, com sede na Rod. SC 418, nº 1.111, Centro, Município de Campo Alegre/SC, neste ato representada pelo seu presidente Sr. IVO KESTERING, brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº 093.003.509-78;

Os convenientes acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e Lei Municipal nº 4.254 de 04 de Março de 2015, mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente Convênio:

Cláusula Primeira - OBJETO

O objeto de presente Convênio para continuidade ao ensino de arte e artesanato “Promoção da Cultura, Defesa e Conservação do Patrimônio Histórico e Artístico da Região” no Município de Campo Alegre/SC.

Cláusula Segunda - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

2.1 O CONVENIENTE deverá prestar contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

2.1.1 A Prestação de Contas será instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão;
II	Cópia dos comprovantes das despesas realizadas;
III	Extrato da conta corrente e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
IV	Contratos se houver;
V	Cópia das ordens bancárias, das transferências eletrônicas ou dos cheques emitidos;
VI	Demonstrativo detalhado das horas técnicas efetivamente realizadas nas contratações de serviços, especialmente os de assessoria e assistência, de consultoria, de capacitação e promoção de seminários e congêneres, indicando o profissional, sua qualificação, a data, o número de horas trabalhadas e o valor;
VII	Relatório de cumprimento do objeto/finalidade;
VIII	Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, se houver e indicação de sua localização;
IX	Relação dos serviços prestados se houver;
X	Relação dos treinados ou capacitados, se houver;
XI	Relação com o nome, número do CPF/MF, endereço e telefone dos beneficiados, em caso de doação;
XII	Fotografias dos bens permanentes adquiridos e das obras executadas se houver;
XIII	Comprovante de devolução dos bens remanescentes, conforme previsto no Termo de Convênio, se for o caso;
XIV	Manifestação do controle interno do conveniente quanto à regular aplicação dos recursos no objeto do Convênio; e
XV	Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver.

2.1.2 A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do CONVENIENTE.

2.1.3 É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques ou transferências.

2.1.4 Os cheques deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE.

2.1.5 Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão

integrar a prestação de contas ao CONCEDENTE.

2.1.6 Os recursos financeiros repassados poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

2.1.7 O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 4.254 de 04 de Março de 2015, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

2.1.8 O saldo não aplicado dos recursos financeiros será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a prestação de contas.

2.1.9 São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro do CONVENIENTE.

2.1.10 Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes a partir da publicação da Lei nº 4.254 de 04 de Março de 2015.

Cláusula Terceira - DO VALOR

O CONCEDENTE repassará ao CONVENIENTE Subvenção Social de até R\$ 14.500,00 (quatorze mil, quinhentos reais).

Cláusula Quarta - PRAZOS DE EXECUÇÃO

A execução do presente objeto inicia-se da assinatura deste Convênio e encerra-se com a aprovação total da prestação de contas pelo Controle Interno.

Cláusula Quinta - CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 92.01.4012.335043.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Cláusula SEXTA - FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

A execução do Convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Agente do Controle Interno deste Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E SUA PRORROGAÇÃO

7.1 O presente Convênio inicia-se da assinatura deste e encerra-se em 31 de Dezembro de 2015.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido, de pleno direito por manifestação por escrito por qualquer das partes ora contratantes, ficando isenta a parte que manifestou tal vontade, no pagamento de qualquer indenização, a qualquer título que for.

Cláusula NONA - FORO LEGAL

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir qualquer dúvida ou solucionar qualquer conflito surgido do presente Convênio. Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC, 06 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI CAROLINA DA COSTA TELMA PELO
PELO MUNICÍPIO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

IVO KESTERTING
PELA FECAMPO - FUNDAÇÃO
EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE

Nome: JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito
CPF/MF: 005.522.529-21
Assinatura:

Nome: JOSÉ LUIS SILVA
Assessor de Gabinete do Prefeito
CPF/MF: 304.385.869-72
Assinatura:

DECRETO Nº 8.935 DE 31 DE MARÇO DE 2015**GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 8.935 DE 31 DE MARÇO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Especial suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito.		
02.01 -	Chefia de Gabinete.		
04.122.0002.2.042 -	Remuneração de Pessoal do Gabinete do Prefeito		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339049.00.896 -	Auxílio – Transporte	R\$ 4.000,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito.		
02.01 -	Chefia de Gabinete.		
04.122.0002.2.042 -	Remuneração de Pessoal do Gabinete do Prefeito		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.896 -	Aplicações Diretas		
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 4.000,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de Março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

31 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.936 DE 31 DE MARÇO DE 2015**GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 8.936 DE 31 DE MARÇO DE 2015

HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE.

O Prefeito em exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar as Resoluções do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de nº 01; 02; 03 e 04 anexas, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

31 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015
DISPÕE SOBRE A POSSE DOS NOVOS CONSELHEIROS PARA GESTÃO 2015/2016 DO CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 3.425/2008, que Dispõe Sobre as Políticas Públicas dos Direitos da Criança e do Adolescente e Reunião Ordinária do dia 10 de Fevereiro de 2015, conforme ata nº 02;

RESOLVE:

Art.1º - Ficam nomeados os seguintes Conselheiros para compor o CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para o Biênio 2015/2016:

- Túlio Cesar Jansen;
- Edithe Maricler Virmond;
- Irª. Terezinha Dagnese;
- Maira Joceli Pereira de Miranda;
- Sirlone de Souza Carneiro;
- Patrick Onghero;
- Anídia Stolf;
- Adriane Schulze de Oliveira;
- Adriana Aparecida Pykosz Ruszack;
- Olívio Odia;
- Alaércio Luis Cordeiro;
- Marilda Schadeck.
- Luci Brand Munhoz;
- Crista Ruth Pfeiffer Larsen;

Art.2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 11 de Fevereiro de 2015.
EDITHE MARICLER VIRMOND
Presidente do CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos doze dias do mês de Fevereiro de 2015.

TÚLIO CESAR JANSEN
Secretário do CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
RESOLUÇÃO Nº 02 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA GESTÃO 2015/2016 DO CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 3.425/2008, que Dispõe Sobre as Políticas Públicas dos Direitos da Criança e do Adolescente e Reunião Ordinária do dia 10 de Fevereiro de 2015, conforme ata nº 02;

RESOLVE:

Art.1º - A Diretoria do CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, para o Biênio de 2015/2016, fica composta pelos seguintes Membros:

Presidente: EDITHE MARICLER VIRMOND;

Vice Presidente: MARILDA SCHADECK;

Secretário: TÚLIO CESAR JANSEN.

Art.2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 11 de Fevereiro de 2015.
EDITHE MARICLER VIRMOND
Presidente do CMDCA
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos doze dias do mês de Fevereiro de 2015.

TÚLIO CESAR JANSEN
Secretário do CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 19 DE MARÇO DE 2015
CONSTITUI A COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES.

O CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 3.425/2008, que Dispõe Sobre as Políticas Públicas dos Direitos da Criança e do Adolescente e Reunião Ordinária do dia 17 de Março de 2015, conforme ata nº 03;

RESOLVE:

Art.1º - Fica constituída a Comissão responsável pelo Processo Eleitoral, para a escolha dos novos Conselheiros Tutelares, do Município de Campo Alegre/SC., para o Quadriênio de 2016/2019.

Parágrafo único - A Comissão de que trata o caput deste Artigo será composta pelos seguintes membros:

- EDITHE MARICLER VIRMOND;
- IVO KESTERING;
- MAIRA JOCELI PEREIRA DE MIRANDA;
- MARILDA SCHADECK;
- PATRICK ONGHERO;
- SANDRO LUIZ FRIEDRICH.

Art.2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 19 de Março de 2015.
EDITHE MARICLER VIRMOND
Presidente do CMDCA
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos dezenove dias do mês de Março de 2015.

TÚLIO CESAR JANSEN

Secretário do CMDCA Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO Nº 04 DE 31 DE MARÇO DE 2015

CONSTITUI A COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES.

O CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 3.425/2008, que Dispõe Sobre as Políticas Públicas dos Direitos da Criança e do Adolescente e Reunião Ordinária do dia 17 de Março de 2015, conforme ata nº 03;

RESOLVE:

Art.1º - Fica constituída a Comissão responsável pelo Processo Eleitoral, para a escolha dos novos Conselheiros Tutelares, do Município de Campo Alegre/SC., para o Quadriênio de 2016/2019.

Parágrafo único - A Comissão de que trata o caput deste Artigo será composta pelos seguintes membros:

- ADRIANE SCHULZE DE OLIVEIRA;
- IVO KESTERING;
- LUCIANE APARECIDA DE LIMA WOLLNER;
- MAIRA JOCELI PEREIRA DE MIRANDA;
- PATRICK ONGHERO;
- SANDRO LUIZ FRIEDRICH.

Art.2º - A Comissão instituída será presidida pelo Sr. SANDRO LUIZ FRIEDRICH e secretariada pelo Sr. IVO KESTERING.

Art.3º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 31 de Março de 2015.

ADRIANE SCHULZE DE OLIVEIRA
Presidente Interina do CMDCA
Conselho Municipal dos Direitos da
Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos trinta e um dias do mês de Março de 2015.

TÚLIO CESAR JANSEN

Secretário do CMDCA Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

EDITAL DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 002/2015

EDITAL DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 002/2015

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, resolve tornar público o presente Edital de Deferimento das Inscrições.

Art.1º Consta do Anexo I do presente Edital a lista de candidatos que tiveram suas inscrições deferidas.

Art.2º Consta do Anexo II do presente Edital a lista de candidatos que tiveram suas inscrições deferidas na condição de candidatos PNE's (Pessoas com necessidades Especiais).

Art.3º Fica aberto o prazo recursal contra o deferimento das inscrições no prazo das 08h do dia 01/04/2015 até as 23h59min do dia 06/04/2015.

Para que não se alegue ignorância, o presente Edital será afixado no mural da Prefeitura Municipal, publicado, na integra, nos endereços eletrônicos: www.mgaconcursospublicos.com.br e www.campoalegre.sc.gov.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br

Campo Alegre/SC, 31 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ANEXO I
EDITAL DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES
CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 002/2015

LISTA DE CANDIDATOS QUE TIVERAM SUAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Nº Inscrição	Nome do Candidato	RG	Cargo
32257	ADRIANA TASCHECK SCHREINER	35209259	Especialista em Assuntos Educacionais
29355	ADRIANE DINAE WEBER BRAUNINGER	33064527	Especialista em Assuntos Educacionais
23979	ARLETE SCHADECK	2377543	Especialista em Assuntos Educacionais
31580	BEATRIZ PSCHIEDT	68849802	Especialista em Assuntos Educacionais
23121	CATARINA MICHEL ADENIL FERREIRA PEREIRA	3396315	Especialista em Assuntos Educacionais
28271	CLAUDICEIA FRANCO DE OLIVEIRA TERRES	4872925	Especialista em Assuntos Educacionais
30463	CRISTINE TSCHOKE LIEBL	23707143	Especialista em Assuntos Educacionais
23369	ELIZANDRA SOUZA MARTINS	84253669	Especialista em Assuntos Educacionais
31876	EVELIN CRISTIAN WEIGLE DA SILVA RIBEIRO	3633245	Especialista em Assuntos Educacionais
31782	EVILIANE OSNILDA CUBAS MUNHOZ	2015394	Especialista em Assuntos Educacionais
29568	FABIANE VICENTE BELLI GREFFIN	3782732	Especialista em Assuntos Educacionais
29222	FLAVIA RAQUEL STAHELIN	4377503	Especialista em Assuntos Educacionais
29213	INEZ SILVANE NEPL LISCZKOVSKI	2928033	Especialista em Assuntos Educacionais
22189	JACINTA ZEZOTKO WOYAKEIVICZ	4516327	Especialista em Assuntos Educacionais
32283	JOSIANE PEREIRA GULIK	4341549	Especialista em Assuntos Educacionais
31925	JULIA GRASIELA BORGES	4174097	Especialista em Assuntos Educacionais
31761	JULIANA MILDENBERGER	4433429	Especialista em Assuntos Educacionais
30748	KARINA DA COSTA HANSEN	40801799	Especialista em Assuntos Educacionais
30813	KATIA CRISTINA RUTHES PIRES DE LIMA	2586378	Especialista em Assuntos Educacionais
30870	MARCELA JASTROMBEK DUARTE	3908711	Especialista em Assuntos Educacionais
31713	MARISA ELIANE DE LIMA BRANCO	2928379	Especialista em Assuntos Educacionais
20464	MARQUIELLI APARECIDA ROSARIO DA CRUZ	4341417	Especialista em Assuntos Educacionais
24050	MONICA KONEFAL ALVES	9790268	Especialista em Assuntos Educacionais
31042	NEONILHA BONKO SILVA	42382922	Especialista em Assuntos Educacionais
30048	ROSANE KOMINKIEWICZ	2656369	Especialista em Assuntos Educacionais
20724	SCHEILA REGINA LINO KRUEGER	3215066	Especialista em Assuntos Educacionais
19817	SILVANE RAMOS	4377563	Especialista em Assuntos Educacionais
31341	SILVETE ROSENILDA DERENIEVZ WOYECIESKOSKI	3271618	Especialista em Assuntos Educacionais
24565	TATIANE HACKE	3610584	Especialista em Assuntos Educacionais
19750	ANDREA PILATTI	4916187	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
28875	BIANCA KESTERING GREIPEL	42458315	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
24509	BIANCA ROSA	5344527	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
21721	EVELYN LOUISIANA DUVOISIN EHLKE	2920064	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
24677	GABRIELI HANTSCHAL ALVES	50187686	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
31631	JANAINA HUTTL	4358913	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
24701	JOCELINE DOS SANTOS LINZMEYER	4627101	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
30768	LUANA BRUNA RODRIGUES	4780551	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
27877	MARCELE WEITNER	3618002	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
32288	MARIA TEREZINHA CARVALHO DE LIMA	101566455	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
31691	NERLI BORGES DE SOUZA SCHOFFEL	2667336	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)

30809	REGIANE MALINOVSKI HORTZ	42455189	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
31165	ROSMARI DE OLIVEIRA	20185391	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
31698	SILMARA RODRIGUES FERREIRA	4281659	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
29557	SIMONE MICKUS	4377562	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
24913	SUELI CARDOZO	2924820	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
31549	TATIANE OLENIK PESCHISKI	40026833	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
29632	VALDIANE APARECIDA FICKNER	4206675	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
21732	VANESSA HACKE DE FARIAS	5933522	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
32009	YOLANDA STOEBERL	4798884	Professor III-Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
21511	ALAN CLEVERSON DE LIMA	4341695	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
29971	ANDREIK MICHEL WOLLNER	50845063	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
28101	ANNIE EVELYN DE LIMA	93314875	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
23621	ANTONIO ALMEIDA BURITI NETO	51345641	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
21473	BRUNA JUSTINE KOTOVICZ	47991461	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
27782	CAROLINE SIBELI BONA	4377376	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
27176	DAIANE BEATRIZ LIEBL	4316421	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
20441	DANIELA LUDWINSKY	5457888	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
31132	ERNESTINO RIBEIRO DO AMARAL DE SOUZA	5084464	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
31145	FRANCIS DA SILVA SANTOS	3786328	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
31328	INACIO SAVITSKY	5654605	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
28536	JAIR LUIS PISSOLATTO	4997426	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
27922	JEFFERSON EDUARDO BONA	33962944	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
28822	JEFFERSON MAXTERNEANI DIAS BRUNATTI	64856618	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
20947	JENICE APARECIDA DOS SANTOS	5130639	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
28076	JESSICA CRISTINA WITT	5727358	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
31933	JOAO CARLOS DA SILVA	5128463	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
31033	KARIN RANK LIEBL	4174327	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
31315	KARINA LINZMEYER	4377539	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
29864	LEOSIR FERREIRA DE SOUZA	20135190	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
27732	LUCAS DE FARIAS	4516033	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
30135	MARCIO A FELCZAK	4002564	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
20893	MARCOS GUTKNECHT	3264015	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
22524	MARIA HELENA KORNATZKI	3294763	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)

31972	MAX DANILO BORGES CAVILHA	88137221	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
20793	NAIRA CHRISTINA BORGES PORTELLA	4388268	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
32262	RENATA CHEVEN	137738341	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
31762	RENATO DALLAZEN PEREIRA	52535760	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
27713	RICIELY MARIA GOTTARDO	5334339	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
31954	ROBSON ANTONIO GONCALVES	4128520	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
21001	RODRIGO HENNINGS	4593185	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
28619	RODRIGO MUHLBAUER	4799838	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
22209	VIVIAN BRANDT FERNANDES	3357222	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
29801	WILLIAM COTHOVISKY	4793027	Professor II-Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)
23326	ADRIANO FERNANDES	47808802	Professor IV-Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental)
31767	ANA KAMILA DE RODRIGUES	4546771	Professor IV-Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental)
30656	HIRVINNG ALECSSEY KERETCH ULBIRICH	5447785	Professor IV-Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental)
31493	LUCAS ODENIR NIESPODZINSKI	5085271	Professor IV-Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental)
21503	MARIANE LOPES	4627138	Professor IV-Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental)
19866	PETER HENRY GRIMM	1083937	Professor IV-Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental)
31473	ROSANE LANG	16425707	Professor IV-Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental)
32080	ROSANGELA HRUSCHKA	3830485	Professor IV-Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental)
29868	SONIA BERNADO CORDEIRO	424563	Professor IV-Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental)
31930	ADRIANO WESTPHAL	5311879	Professor IX -Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
27930	CLEITON JESIEL DA MAIA	77502505	Professor IX -Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
29211	DALVANA GUILIANE LISZKOVSKI	134148128	Professor IX -Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
32065	EDICLER ORENICE CUBAS MUNHOZ	20154240	Professor IX -Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
26776	ESTER SUCZECK HEIDEN	46270990	Professor IX -Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
31669	GUSTAVO DE CASTRO ALVES MACHADO	135777870	Professor IX -Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
20849	LAIS GRAZIELE PASDA	5344113	Professor IX -Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
31953	RAFAEL HIRT	4316042	Professor IX -Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
20748	SAMUEL FISCHER	134856696	Professor IX -Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
28429	TANIA MARCIA CUBAS FRANCO	56660909	Professor IX -Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
30140	ANDREIA PYKOSZ KRAMAR	134336099	Professor VIII - Professor de Geografia (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
30643	ANDRIELI CHAPIESKI	6879591	Professor VIII - Professor de Geografia (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
29648	ANDRIELI CHAVES DA SILVA	5481695	Professor VIII - Professor de Geografia (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
32020	CLAUDIO FERNANDO ZESZOTKO	5344151	Professor VIII - Professor de Geografia (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)

30397	GENESIO ROBERTO CAMARGO	76397716	Professor VIII - Professor de Geografia (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
31778	HELENA CRISTINA STAFFEN KOGLER	4206738	Professor VIII - Professor de Geografia (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
24763	RICARDO ARTEN	4406202	Professor VIII - Professor de Geografia (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
22395	SERGIO RENATO MACHADO FAGUNDES	60803960	Professor VIII - Professor de Geografia (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
21185	VIVIANA APARECIDA BUENO	50844660	Professor VIII - Professor de Geografia (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
25424	CAMILA CASSIANO DE MOURA	4703602	Professor VII-Professor de Ciências (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
22589	DAIANE DERENIEVICZ	5344609	Professor VII-Professor de Ciências (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
32078	FABIANA GONCALVES	4540123	Professor VII-Professor de Ciências (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
30697	GRACIELE GOETEN DE LIMA	4237532	Professor VII-Professor de Ciências (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
31582	JANAINA LACHOWICZ WOLTER	4480683	Professor VII-Professor de Ciências (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
25882	JOICE MAIARA RICS	50841025	Professor VII-Professor de Ciências (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
27714	MARIA SALETE LOPEZ GOTTARDO	5841156	Professor VII-Professor de Ciências (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
30567	FERNANDA LEMOS MAROS	4798071	Professor VI-Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
31364	IZABELY CRISTINA FERNANDES	5311530	Professor VI-Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
28118	JAMIA JURICH PILLATI	458959	Professor VI-Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
31998	JENYFFER SCHMITCKA PACHECHNE	4316243	Professor VI-Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
31036	JOSIANE SCHROEDER	4245390	Professor VI-Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
21755	PAULO ALEXANDRE MOSER	50846345	Professor VI-Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
29000	PAULO SERGIO TAGATA	16296600	Professor VI-Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
19860	SILDONIR SOARES DE CAMARGO	28262127	Professor VI-Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
20609	SUELEN MILCZEWSKI	138840220	Professor VI-Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
20245	VIVIANE CCHALOUPEK SCHROEDER	3264150	Professor VI-Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
26575	ZELIA APARECIDA VELOZO DO AMARAL	3315378	Professor VI-Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
20396	ANA CAROLINE KROL UHLIG	4627361	Professor V-Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental.
28186	BRUNA LAIS LINZMEYER GIESE	47931922	Professor V-Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental.
27754	ELVYS MILDE DA SILVA	5018903	Professor V-Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental.
23477	ERNY KIOKO HIDAKA	263235439	Professor V-Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental.
20785	GISELE DE FATIMA BATISTA	54819628	Professor V-Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental.
30655	HIRVINNG ALECSSEY KERETCH ULBIRICH	5447785	Professor V-Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental.
31578	JENNIFER RODRIGUES SILVA	4823361	Professor V-Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental.
28625	JOSIANE DE FATIMA JANKOVSKI FUCKNER	1094617	Professor V-Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental.
28793	JULIANA DOS SANTOS DE OLIVEIRA	72476204	Professor V-Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental.
31628	LUCIANA SANTANA DURAES CUSTODIO	8917212	Professor V-Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

31561	MARIANE LOPES	4627138	Professor V-Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental.
31467	SILVIA RAFAELE KERSCHER	54579465	Professor V-Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental.
30137	ANDREIA PYKOSZ KRAMAR	134336099	Professor X -Professor de Ensino Religioso (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)
32307	JOSIANE PEREIRA GULIK	4341549	Professor X -Professor de Ensino Religioso (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)

ANEXO II
EDITAL DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES
CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 002/2015

LISTA DE CANDIDATOS QUE TIVERAM SUAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS NA CONDIÇÃO DE
CANDIDATOS PNE'S (PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS)

Inscrição	Nome	CARGO	DOCUMENTO
28393	CAROLINE LACHOWICZ	Professor IV- Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental)	5317766
20849	LAIS GRAZIELE PASDA	Professor IX - Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)	5344113
25401	FRANCESCA CONCEICAO	Professor III- Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)	48450189

EDITAL DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 003/2015

EDITAL DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 003/2015

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, resolve tornar público o presente Edital de Deferimento das Inscrições.

Art.1º Consta do Anexo I do presente Edital a lista de candidatos que tiveram suas inscrições deferidas.

Art.2º Não houve inscrições de candidatos PNE's (Pessoas com necessidades Especiais).

Art.3º Fica aberto o prazo recursal contra o deferimento das inscrições no prazo das 08h do dia 01/04/2015 até as 23h59min do dia 06/04/2015.

Para que não se alegue ignorância, o presente Edital será afixado no mural da Prefeitura Municipal, publicado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: www.mgaconcursospublicos.com.br e www.campoalegre.sc.gov.br.

Campo Alegre/SC, 31 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

ANEXO I
EDITAL DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 003/2015

LISTA DE CANDIDATOS QUE TIVERAM SUAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Nº Inscrição	Nome do Candidato	RG	Cargo
31198	ADELAIDE GREFFIN MULLER	20152205	Agente Administrativo II
24151	ADRIANA HORNIG	3959414	Agente Administrativo II
25789	ALESSANDRA KONOPICA	3771183	Agente Administrativo II
23520	ALESSANDRA PASDA	53440633	Agente Administrativo II
31777	ALESSANDRO DOS SANTOS	5311090	Agente Administrativo II
20945	ALEXANDRE MARCZAK	3397839	Agente Administrativo II
30819	ALINE FABIOLA SCHADECK	5622035	Agente Administrativo II
31812	ALINE FERRAZ DOS SANTOS	5933768	Agente Administrativo II
25847	ALISSON RIBAS DAS NEVES	6119921	Agente Administrativo II
19985	AMANDA LARISSA CARVALHO	107736840	Agente Administrativo II

19768	ANACELI ADELINA DA CRUZ	6666531	Agente Administrativo II
31979	ANDERSON DA SILVA	53443853	Agente Administrativo II
24226	ANDRESSA ADRIANE WATZKO TABBERT	4522839	Agente Administrativo II
31353	ANDRESSA APARECIDA PISKE	4627008	Agente Administrativo II
30544	ANDREZA DA ROCHA	6674720	Agente Administrativo II
21836	ANDREZA DANIELE VIEIRA DE LIMA DE MELO	5344525	Agente Administrativo II
30790	ANELISE MILENA WALDMANN	5841385	Agente Administrativo II
29671	ANELISE SCHIER	4358900	Agente Administrativo II
32268	ANGELICA NENEVE CORDEIRO	5622902	Agente Administrativo II
31538	BARBARA BEGALKE	3959299	Agente Administrativo II
31244	BIANCA DE FATIMA CAMPOLINO	5622478	Agente Administrativo II
26522	BIANCA ROSA	5344527	Agente Administrativo II
19901	BRUNA CARNEIRO	6138465	Agente Administrativo II
31489	BRUNA ELOISA SCHLOGL	6215242	Agente Administrativo II
25853	BRUNA LETISSIA CARDOZO	5887173	Agente Administrativo II
26935	BRUNA MARTHA BRUECKHEIMER	5498551	Agente Administrativo II
31529	CARLA ANDREIA VEIGA	6057518	Agente Administrativo II
29726	CARMEM ALVES DA SILVA	53440412	Agente Administrativo II
31270	CATIA LAIS DA SILVA FELICIANO PADILHA	4281576	Agente Administrativo II
28434	CAUE LOPES DE MORAIS MORAES	479010730	Agente Administrativo II
32005	CELIA ROSARIO ROCHA	4516387	Agente Administrativo II
32030	CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA	45930953	Agente Administrativo II
31994	CLARA INES GOETEN DE LIMA	4737831	Agente Administrativo II
31585	CLEIDI CORDEIRO FRIEDRICH		Agente Administrativo II
32093	CRISTIAN CONDE DA CRUZ	5735559	Agente Administrativo II
23645	CRISTIANE ERVING	4535252	Agente Administrativo II
21021	CRISTIANE MAIA	4358463	Agente Administrativo II
31674	DALTON KITZBERGER	4963967	Agente Administrativo II
30025	DAMARIS ALVES	6887261	Agente Administrativo II
31847	DAMARIS MAIARA BAHR	5933689	Agente Administrativo II
32279	DANIEL DA SILVA GONCALVES	304588969	Agente Administrativo II
30180	DANIELA SALDANHA	4062970	Agente Administrativo II
31045	DEBORA CAROLINE SILVA	7388966	Agente Administrativo II
19987	DEBORA JULIANA MACHADO	4358493	Agente Administrativo II
23625	DEBORA MARIA DAUTT XAVIER	5344937	Agente Administrativo II
31601	DEBORA MARTINS DE OLIVEIRA	5912844	Agente Administrativo II
19974	DEISY ADRIANE KERSCHER	5344564	Agente Administrativo II
28212	DENISE RODRIGUES DE FARIAS	2043743	Agente Administrativo II
27004	EDUARDA DENISE FERREIRA DE MELO	6088112	Agente Administrativo II
32175	ELAINE AUGUSTIM LEAL	5344137	Agente Administrativo II
32252	ELANE ANDRUCHECHEN BACHMANN	4377118	Agente Administrativo II
29338	ELIANE APARECIDA MACHADO	4780577	Agente Administrativo II
29154	ELISANGELA APARECIDA SIQUEIRA	4516821	Agente Administrativo II
31730	ELVIS SCHENEKEMBERG	5551532	Agente Administrativo II
32184	EMILYE CAROLYNE MUSIAL MANICA	132806756	Agente Administrativo II
24257	ERNANI TABBERT	4425563	Agente Administrativo II
31615	EULALIA GORNIACK CUSTODIO	23723351	Agente Administrativo II
30807	FABIANA OLIVEIRA CAMARGO SCHADECK	3520822	Agente Administrativo II
28964	FABIANO CHICOVIS	5887926	Agente Administrativo II
31378	FATIMA NOGUEIRA DE LIMA OSSOVSKI	6437412	Agente Administrativo II
23838	FELIPE DE SOUZA	50847775	Agente Administrativo II
31989	FERNANDO DOS SANTOS HERBST	5084703	Agente Administrativo II
26016	FRANCIELE APARECIDA DE LIMA PRESTES DE SOUZA	50847040	Agente Administrativo II

19957	FRANCIELE GORNIAC	44061188	Agente Administrativo II
32282	FRANCILINE DERENIEVICZ	5344169	Agente Administrativo II
32145	FRANCINI PAOLA TEIXEIRA WERNER	5735869	Agente Administrativo II
19886	GABRIELA MACHADO KERSCHER	123951360	Agente Administrativo II
30780	GERSON LUDWINSKI	4174769	Agente Administrativo II
25069	GIOVANI MATHEUS BORGES	5686979	Agente Administrativo II
31855	GISLAINE GOMES DOS SANTOS MICKUS	5311124	Agente Administrativo II
31384	GISLENE SAIDOK NOSSOL	2924462	Agente Administrativo II
31590	GUILHERME FOITTE	4002357	Agente Administrativo II
32106	HENRIQUE OSNI SCHWARZ	5481449	Agente Administrativo II
27288	HIGINO TOME JOSE DA SILVA NETO	6701558	Agente Administrativo II
28801	HUELITON NAIDECK		Agente Administrativo II
30387	ILIANE ELOI MASSANEIRO	5344077	Agente Administrativo II
32063	IVONEI MALINOVSKI	4174075	Agente Administrativo II
31239	JAIR BOETTGER MOTA	6057464	Agente Administrativo II
31077	JANAINA CHAVES VIEIRA	53110811	Agente Administrativo II
29966	JEANE DE FATIMA HEIDEN	5622007	Agente Administrativo II
31770	JEISI MARIANI DA ROCHA	50847104	Agente Administrativo II
31027	JENIFFER CRISTINY SIQUEIRA	4341095	Agente Administrativo II
24751	JEOVANA BORGES GOETTEN	5912803	Agente Administrativo II
28762	JHON LUCAS GARCIA KONS	54814308	Agente Administrativo II
31898	JONAS EBERT	4799572	Agente Administrativo II
29297	JORGE LUIS CORDEIRO	40225003	Agente Administrativo II
29298	JOSIANE RUDNIK	4240743	Agente Administrativo II
23007	JUCELIA RIBAS DAS NEVES	53440625	Agente Administrativo II
31681	JULIA NOGARA LOSS	5798163	Agente Administrativo II
31887	JULIO CESAR OBERGER	78530413	Agente Administrativo II
26808	KARINA BAPTISTA MOREIRA	4316908	Agente Administrativo II
30326	KARINA SCHULTER LINHARES	5311465	Agente Administrativo II
31612	KAROLINE GORNIACK CUSTODIO	5912926	Agente Administrativo II
31287	KATHLEEN CARDOSO DA SILVA	54962811	Agente Administrativo II
28136	KATIA REGINA PAVANELLI FUCKNER	4516295	Agente Administrativo II
31596	KELY CRISTIANE FRIEDRICH DREFAHL	3618341	Agente Administrativo II
31810	KELY JENTARA		Agente Administrativo II
32292	KHETLYN LETHICIA HORTZ	6206958	Agente Administrativo II
31035	LAIS DAMAZIO FRANCO	6138624	Agente Administrativo II
26830	LARISSA KAIANE CIDRAL MOREIRA	6258865	Agente Administrativo II
23941	LECIANE KARINE DE ANDRADE TORRES	4627089	Agente Administrativo II
29626	LEIDIANE LINZMEYER STOMINSKY	4799434	Agente Administrativo II
19938	LEONICE IOHANSON	4593043	Agente Administrativo II
22649	LEONILSA DE FATIMA SOUZA KROLL	7118213	Agente Administrativo II
23954	LETICIA MORGANA MOREIRA DOS SANTOS	6019823	Agente Administrativo II
24295	LILIAN MIRELI RODRIGUES	5481454	Agente Administrativo II
30949	LILIANE PEREIRA DOS SANTOS	2924081	Agente Administrativo II
19796	LUAN CESAR ENGELKE	5815495	Agente Administrativo II
27195	LUANA DE BASTIANI	5084723	Agente Administrativo II
30644	LUANA ESTEFANI DRANKA	4793886	Agente Administrativo II
25635	LUCAS FRIEDRICH	6437458	Agente Administrativo II
32165	LUCIANA LEAL RAMTHUN	6138337	Agente Administrativo II
31062	LUCIANE PRESTES DE SOUZA DA CRUZ	2372333	Agente Administrativo II
31340	LUIS GUILHERME CAVALHEIRO	90789473	Agente Administrativo II
31962	LUIZ TADEU VALERIO MUNHOZ	7168489	Agente Administrativo II
31802	LUZIA HORNIG	3270529	Agente Administrativo II

21791	MAIRA LUANA TAVARES	4406193	Agente Administrativo II
31046	MARCELA SELL	4245698	Agente Administrativo II
31055	MARCELO BARON	2375939	Agente Administrativo II
31278	MARCELO LUCAS MACHADO	69533396	Agente Administrativo II
23977	MARCIO SIQUEIRA CAMPINA	76698643	Agente Administrativo II
31572	MARIA CLAUDETE DE MELO	4080362	Agente Administrativo II
31603	MARIA CRISTINA MILCZEWSKI	2920801	Agente Administrativo II
31125	MARIA DENISE MARTINS	140124950	Agente Administrativo II
31598	MARIA ELIZETE ODIA TELMA	4245761	Agente Administrativo II
20151	MARIA JULIANE DE LIMA	3830361	Agente Administrativo II
26794	MERI ELEN BAPTISTA HIMPEL	4316907	Agente Administrativo II
19972	NATASCHI LARETSA AUGUSTIN	4627354	Agente Administrativo II
31530	NAYLA DREVECK	6138854	Agente Administrativo II
31569	PATRICIA DOS ANJOS SOARES	5933685	Agente Administrativo II
24799	PATRICIA LUCO	5084768	Agente Administrativo II
31786	PATRICK FERNANDO FRANKE	5912867	Agente Administrativo II
21812	PRICILA GREFFIN		Agente Administrativo II
30591	REGIANE RODRIGUES	5686371	Agente Administrativo II
32000	REGINA GOETEN DE LIMA	3796318	Agente Administrativo II
28743	RODRIGO BLASZKOWSKI	53440935	Agente Administrativo II
31653	ROSANGELA ODIA FUCKNER	2924407	Agente Administrativo II
32052	ROSILENE IDALENCIO	29202922	Agente Administrativo II
30133	SABRINA BEATRIZ ROSA	52304868	Agente Administrativo II
31131	SAMUEL LINK	6482125	Agente Administrativo II
31961	SANDRA ROSA BERNARDI CARVALHO	4593846	Agente Administrativo II
30111	SERGIO LUIZ ESTICA	104445942	Agente Administrativo II
31769	SILVANE FERREIRA DA SILVA TELMA	2375772	Agente Administrativo II
29739	SILVIA BOEGERSHAUSEN	44274564	Agente Administrativo II
29779	SIMONE CAROLINA FERREIRA FREITAS	75415486	Agente Administrativo II
29863	SONIA BERNADO CORDEIRO	424563	Agente Administrativo II
29247	SUELEN DE SOUZA FELIX	53441621	Agente Administrativo II
20022	SUZANA ELIZA HUMMELGEN	54579341	Agente Administrativo II
23485	TAIS DREVECK	6258321	Agente Administrativo II
30974	TATIANE MUEHLMANN TELMA	4793907	Agente Administrativo II
32209	TAYLA DE OLIVEIRA SCHROEDER	45937397	Agente Administrativo II
31206	TAYNARA MULLER	4593074	Agente Administrativo II
22127	TERESINHA BAECHTOLD	2019443	Agente Administrativo II
19994	THAISA COSTA	5933853	Agente Administrativo II
32043	VANESSA APARECIDA FOITTE	2920482	Agente Administrativo II
19889	VANESSA APARECIDA SIMAO STEUERNAGEL	5085488	Agente Administrativo II
28301	VERA LUCIA CARVALHO	4080814	Agente Administrativo II
30210	VINICIUS EDUARDO ROCHA SCHIOCHET	6629178	Agente Administrativo II
31583	WELLYNGTON CESAR WOLTER	4319635	Agente Administrativo II
27312	WESLEY FELIPE KNOEPKE	49634569	Agente Administrativo II
23485	TAIS DREVECK	6258321	Agente Administrativo II
28888	ADRIANA ROSELI MEY	2374300	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
29636	ADRIANA ZUMBACH	53440820	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
26034	ANA MARIA CAMARGO DREVECK	3271427	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
30888	ANDREA WOITECHEN	4439098	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
20041	ANGELA MARIA MILCHEVSKY	6613011	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
22422	ANGELICA LINZMEYER FUCKNER	5841800	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
31114	ARLETE DE OLIVEIRA LIMA	124103100	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
32102	BRUNA SCHWARZ	54814359	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais

21935	CLARICE ROCHA DE PAULA	54578396	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
24728	CLAUDIANE GONCALVES DE ABREU	53446100	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
24713	CLAUDINEIA GONCALVES DE ABREU	4780275	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
31862	CRISTIANE PEREIRA FERNANDES	4377408	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
31908	DENISE APARECIDA ROCHA	2015238	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
31772	DENISE IOHANSON	4593889	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
27363	DIAN EDUARDO GOMES DOS SANTOS		Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
25367	DYENIFFER FAGUNDES	45931399	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
32303	ELENICE MICKUS	46271562	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
30336	FLAVIA RIBEIRO DE LIMA	40027082	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
21109	GESSICA FRANCO BARBOSA	5481312	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
31321	GISELI DE FATIMA RODRIGUES FISCHER	3870350	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
23917	IARA NEIDE DE OLIVEIRA DE JESUS	3379758	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
30502	JANICE AMORIM CUNHA	2958318	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
24839	JORACI BORGES	4377425	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
21048	KATIA IRIS MILCHEVSKY	4627160	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
31939	LUCIMARA APARECIDA TELMA	6437644	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
31546	MARCIA ZUMBACH	53440366	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
22018	MARIA CELIA SCHMANSKY	3618125	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
25061	MARIA LUCIA ALVES FERNANDES	90884093	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
28661	MARILENE APARECIDA BINNER	53111052	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
29241	MATILDE APARECIDA BAECHTOLD	4516230	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
25087	MICHELE ENGLER DE ALMEIDA COELHO	4627678	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
31032	MIRIAN CARLA DE LIMA	4798374	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
32023	NATALIA BERTA DA SILVA	5933079	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
30938	NELITA ALVES RODRIGUES MOTA	214002610	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
21455	REGINA APARECIDA DOS SANTOS	277169811	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
21978	ROSALINA LINZMEYER RONSKA	1647009	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
27717	SALETE PTASZEK CHICOVIS	5344425	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
31968	SILVANA EMIDIA SOARES DE CAMARGO	52301664	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
31377	SIMONE BRUSKE	4425293	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
31943	SIRLENE APARECIDA MALCHOVSKI	127404186	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
29291	SONIA HABOVSKY STAHELIN	2922202	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
20062	TEREZINHA FIALKA DOS SANTOS	7412897	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
31314	VERA LUCIA DOS SANTOS NUNES	3959487	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
23917	IARA NEIDE DE OLIVEIRA DE JESUS	3379758	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
19919	ROSELY DE FATIMA OLIVEIRA DA SILVA	5640146	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais
31781	JOSE MORACI DE JESUS DOS SANTOS	3397094	Agente Operacional I-Auxiliar Operacional
31202	ROSEMILDA VAZ TORRES	4406766	Agente Operacional I-Auxiliar Operacional
32050	DAVID ROGERIO MARIANO	439193345	Agente Operacional III Agente de Manutenção
32139	DJONATAN DE JESUS WERNER	5735895	Agente Operacional III Agente de Manutenção
24703	ANDERSON ROSA	4080410	Agente Operacional III-Operador de Máquinas e Equipamentos
30452	ANDRE FELIPE TAVARES PLOSZAI	5085643	Agente Operacional III-Operador de Máquinas e Equipamentos
31504	CRISTIANO CUNHA	3618398	Agente Operacional III-Operador de Máquinas e Equipamentos
30107	JAIME LUIZ DAVID JUNIOR	5794711	Agente Operacional III-Operador de Máquinas e Equipamentos
31494	JANEI FELICIANO	3633084	Agente Operacional III-Operador de Máquinas e Equipamentos
29829	SILVANEI MAIA	4174395	Agente Operacional III-Operador de Máquinas e Equipamentos
31518	CARLOS ALBERTO FERREIRA	4963479	Agente Operacional III-Veículos Pesados
29194	CLAUDINEI VAZ	4358951	Agente Operacional III-Veículos Pesados

23690	DALTON NENEVE	4341468	Agente Operacional III-Veículos Pesados
29158	ERNANIS MARCELO SIQUEIRA	4425526	Agente Operacional III-Veículos Pesados
23978	JAIR VAZ TORRES	78022752	Agente Operacional III-Veículos Pesados
30967	JOELCIO TELMA	4002187	Agente Operacional III-Veículos Pesados
32088	OTAIR AUGUSTINHO CARNEIRO	1369976	Agente Operacional III-Veículos Pesados
21431	SILVERIO TELMA	4358008	Agente Operacional III-Veículos Pesados
31565	ANTONIO JURANDIR DOS SANTOS	7145194	Agente Operacional V-Pedreiro / Carpinteiro
31973	ANTONIO ROBERTO GONCALVES	3610111	Agente Operacional V-Pedreiro / Carpinteiro
31906	DIEGO DE SOUZA LUZ	4593736	Agente Operacional V-Pedreiro / Carpinteiro
31058	DIOGENES CARVALHO	3230423	Agente Operacional V-Pedreiro / Carpinteiro
31899	EDSON JOSE VAGELESKI	55261272	Agente Operacional V-Pedreiro / Carpinteiro
31848	SIDNEI CECHELERO	4528315	Agente Operacional V-Pedreiro / Carpinteiro
31318	ANA CLAUDIA LINK	4535854	Assistente Social
22821	ANDRESSA TORINELLI		Assistente Social
31625	ANGELA MARIA ALVES	3264779	Assistente Social
31683	ARIANE RUIZ PALOMA		Assistente Social
31965	BRUNA PATRICIA PEREIRA	6998026	Assistente Social
25922	CRISTINA SIOMARA NIESPONGINSKI	4782560	Assistente Social
32047	DAIANE GONCALVES DE LIMA	5575983	Assistente Social
31775	DANIELA RAMOS SCHLICKMANN	4425449	Assistente Social
20338	ESTER DE OLIVEIRA	4316347	Assistente Social
21415	FRANCIELLE ADELFI HANTES	4868791	Assistente Social
20327	JESSICA DE JESUS VIEIRA	4769137	Assistente Social
30265	JOSI MARIA NEIDERT	2925568	Assistente Social
31815	LANDIVO GERALDO DE OLIVEIRA	58154962	Assistente Social
29673	LIA MARA TEIXEIRA	5447275	Assistente Social
31453	LUCIANO PENA DE OLIVEIRA	1072721	Assistente Social
32014	MAGALI ENGEL	37864335	Assistente Social
23782	MARIA ELI DA SILVEIRA	3771827	Assistente Social
22339	MARLENE ALVES DE LIMA	4242290	Assistente Social
25341	MIRELY F BINNER	4245939	Assistente Social
31555	MONICA ROSA MARIA ZANCHETIN TOBIAS	4522336	Assistente Social
29279	NAIR CARNIEL	7194911	Assistente Social
26978	REGIANE RAUTH	2929394	Assistente Social
31818	RICARDO WOLNEI GRUBER	2926850	Assistente Social
31774	ROSANGELA BERGMANN	23709731	Assistente Social
28850	SILVANIA CARVALHO	2018286	Assistente Social
23452	SUSAN KATY BARON LIS	4799171	Assistente Social
31581	VALERIA AUGUSTO DE FRANCA	3923150	Assistente Social
29034	VANUSA DE LIMA	3115430	Assistente Social
31052	ALYSSON ORLANDO LIEBL	3270536	Contador
31800	CLAUDIO HARMEL	1099804	Contador
27970	ELIZIANE SMENTCOSKI	50856901	Contador
28804	EVANDRO JOSE NOGUEIRA	3270329	Contador
28051	GESSICA MAIRA ARBIGAUS	45936501	Contador
20730	GILCEIA SCHOLZE	45930490	Contador
20644	HARRI JOSE FENDRICH	46274381	Contador
31352	KELI CRISTINA ZACLIKEVIC DE LIMA	106890781	Contador
22525	MARCIA ZIGOVSKI	103398240	Contador
30911	RONEI JOSE DUMS	4406536	Contador
30250	ROSELI ALBERTI NOVAK	6224059	Contador
32036	SARAH JENIFFER TOMANINE UNISESKY	4963724	Contador
31922	SUELEN APARECIDA DE ANDRADE	4799474	Contador

29952	DARLENO GONCALVES SZLACHTA	108304170	Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente
22977	ARI DE ARAUJO MARQUES	51329913	Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente
31390	CALAN HENRIQUE WOHL	4281060	Instrutor de Música - TECLADO
22253	FABIANO CHICOVIS	5887926	Instrutor de Música – VIOLÃO
31276	GABRIEL ENGLER	5084667	Instrutor de Música – VIOLÃO
31001	RODRIGO IDALENCIO	4245842	Instrutor de Música – VIOLÃO
29506	ANTONIO ASSIS CARVALHO	2922586	Motorista da Saúde
32217	AUGUSTO SCHROEDER	4406535	Motorista da Saúde
32040	CARLOS CHRISTIAN PISKE	5085833	Motorista da Saúde
20050	CASSIANO TADEU FUCKNER	4593994	Motorista da Saúde
27730	CLAUDIO ATHAYDE	17462861	Motorista da Saúde
31091	CLEBER ALAN DA ROCHA	4593720	Motorista da Saúde
30769	FRANCISCO CLEITON NENEVE	4128021	Motorista da Saúde
31844	GRACIELE HAASE SCALABRINI	6044940	Motorista da Saúde
25187	SEGIO OSMAR HUMMELGEN	3870441	Motorista da Saúde
31346	SIDNEI TELMA	4080256	Motorista da Saúde
32298	VINICIO DE SOUZA	2377531	Motorista da Saúde
29114	ALTAIR DA ROCHA	29231256	Motorista de Transporte de Pessoas
20000	ANDERSON DA ROCHA	5084648	Motorista de Transporte de Pessoas
31274	ANTONIO SILVIO NENEVE	16416228	Motorista de Transporte de Pessoas
30801	CLAUDENIR FERREIRA DA CRUZ	3786166	Motorista de Transporte de Pessoas
32128	CLEBERTON PEREIRA DE OLIVEIRA	4017104	Motorista de Transporte de Pessoas
19740	CRISTIANO MUNHOZ	4358209	Motorista de Transporte de Pessoas
29479	DANIEL ALBERTO CORREA	29269199	Motorista de Transporte de Pessoas
31822	DIEISON CARLOS KERSCHER	3786338	Motorista de Transporte de Pessoas
31461	JOSE VANDERLEI LOURENCO	5085124	Motorista de Transporte de Pessoas
31949	JULIANO SCHOEFFEL		Motorista de Transporte de Pessoas
32204	MARCIO KRUGER	2926180	Motorista de Transporte de Pessoas
31026	RAFAEL NEGHERBON	3396787	Motorista de Transporte de Pessoas
32222	RODRIGO HRUSCHKA CUBAS	4593663	Motorista de Transporte de Pessoas
31941	ADILSO TELMA	4316491	Motorista de Veículos Leves
31830	ADRIANO LOURENCO	4593955	Motorista de Veículos Leves
30862	ALAERCIO LUIS CORDEIRO	29204887	Motorista de Veículos Leves
27722	ANSELMO PAULO CHICOVIS	83313200	Motorista de Veículos Leves
31919	DANILO DOMINGUES	46273530	Motorista de Veículos Leves
30464	ELIANDRO FARIAS DUARTE	4433157	Motorista de Veículos Leves
29657	FABIO NEI DE OLIVEIRA	47803045	Motorista de Veículos Leves
32064	JANDIR DA SILVA FELICIANO	3959227	Motorista de Veículos Leves
30348	JOSE VALDIR SOARES	52303365	Motorista de Veículos Leves
22321	LEOMAR DIAS MACHADO	2924004	Motorista de Veículos Leves
27904	MAURICIO IVO WOHL	4358764	Motorista de Veículos Leves
29009	NEURACY NUNES DA SILVA JUNIOR	5778008	Motorista de Veículos Leves
32231	RAFAEL SGROTT	3618471	Motorista de Veículos Leves
21977	RONALDO GOES TORRES	69680119	Motorista de Veículos Leves
25504	VALMIR PAULO BATISTA	11937505	Motorista de Veículos Leves
20654	WILSON ANTONIO FRAGOSO	4109366	Motorista de Veículos Leves

EDITAL DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015**EDITAL DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015**

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, resolve tornar público o presente Edital de Deferimento das Inscrições.

Art.1º Consta do Anexo I do presente Edital a lista de candidatos que tiveram suas inscrições deferidas.

Art.2º Consta do Anexo II do presente Edital a lista de candidatos que tiveram suas inscrições deferidas na condição de candidatos PNE's (Pessoas com necessidades Especiais).

Art.3º Fica aberto o prazo recursal contra o deferimento das inscrições no prazo das 08h do dia 01/04/2015 até as 23h59min do dia 06/04/2015.

Para que não se alegue ignorância, o presente Edital será afixado no mural da Prefeitura Municipal, publicado, na integra, nos endereços eletrônicos: www.mgaconcursospublicos.com.br e www.campoalegre.sc.gov.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br

Campo Alegre/SC, 31 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

ANEXO I**EDITAL DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES****PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015****LISTA DE CANDIDATOS QUE TIVERAM SUAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS**

Nº Insc	Nome do Candidato	RG	Cargo
24307	ANELORE EDINA KAUTNICK DE SOUZA	3633443	Agente Administrativo II
31171	DOROTEIA BIAOBOCK BRUSKE	23776137	Agente Administrativo II
27841	FRANCIELI DENISE DE OLIVEIRA	6206722	Agente Administrativo II
23656	GABRIELA NUNES SILVEIRA	5622087	Agente Administrativo II
32266	GUILHERME FOITTE	4002357	Agente Administrativo II
29973	JEANE DE FATIMA HEIDEN	5622007	Agente Administrativo II
26079	JEFFERSON JEAN DA MAIA	109883000	Agente Administrativo II
32104	JONAS DE OLIVEIRA SANTANA	412935	Agente Administrativo II
32158	JOSE EDUARDO LADER	46273662	Agente Administrativo II
23852	JULIANA DE FATIMA MACHADO PEREIRA	2374809	Agente Administrativo II
19779	KARLA CRISTHIANY CAVALHEIRO	531146407	Agente Administrativo II
31031	LUCAS EDUARDO CAMPOLINO	4281685	Agente Administrativo II
25798	MARCOS ROBERTO VALIM	3959203	Agente Administrativo II
32167	PALOMA SCHREINER	99110317	Agente Administrativo II
25364	SARAH HELENA BAIMLER	5344257	Agente Administrativo II
31701	ADRIANA NOGARA	1793992	Agente Administrativo III (Administrativo)
27436	ALINE ESTELA MILCZVSKY	46272151	Agente Administrativo III (Administrativo)
31591	ALINE NICOLLE TAMANINI	4904603	Agente Administrativo III (Administrativo)
22795	EDSON LUIZ WEDDERHOFF	1092275	Agente Administrativo III (Administrativo)
29341	ELIANE APARECIDA MACHADO	4780577	Agente Administrativo III (Administrativo)
31038	EZEQUIEL SILVIO SOARES	67396081	Agente Administrativo III (Administrativo)
32038	FABIANA LARISSA MICHALSKY REISER	6215803	Agente Administrativo III (Administrativo)
31875	FRANCILOIZE WILHIANE BAR	4630458	Agente Administrativo III (Administrativo)
24332	GISELDA PUTTI KRIGER	3682847	Agente Administrativo III (Administrativo)
20125	GISELI KUSS	4793418	Agente Administrativo III (Administrativo)
32090	ICLEA ELISA DE MELO	99548088	Agente Administrativo III (Administrativo)
24813	LEONARDO JOSE HERMES DE OLIVEIRA		Agente Administrativo III (Administrativo)
32082	MARCELA CRISTINA PACHECO	82521780	Agente Administrativo III (Administrativo)
32199	MAYCKOL WALTRICK	4321865	Agente Administrativo III (Administrativo)
28181	SABRINA ZWIFKA	54575621	Agente Administrativo III (Administrativo)
20887	SUELI GROSSL	2373306	Agente Administrativo III (Administrativo)

32299	VANESSA CONCEICAO DE FATIMA KOEPEL	4089986	Agente Administrativo III (Administrativo)
32304	VANESSA HOFMANN	2375520	Agente Administrativo III (Administrativo)
32157	VIVIANE HRUSCHKA JONK	4593065	Agente Administrativo III (Administrativo)
24887	KETLYN HINKEL CARVALHO	129599014	Agente Administrativo III (Administrativo)
23397	ELIZANDRA SOUZA MARTINS	84253669	Agente Administrativo III (Educação)
32058	JANEIVA GLAUCI SCHOLZE	4245769	Agente Administrativo III (Educação)
25770	JANIVIA GLACI SCHOLZE WOHL	4002398	Agente Administrativo III (Educação)
20809	ROSEMERY DO AMARAL DREVECK	2378658	Agente Administrativo III (Educação)
20018	SUELEN APARECIDA HUMMELGEN	4316817	Agente Administrativo III (Educação)
30166	SUELYAN CRISTINA AUGUSTIM	39593711	Agente Administrativo III (Educação)
28966	GABRIELA MACHADO KERSCHER	123951360	Agente Comunitário de Saúde Bairro Belo Horizonte
31842	LUCIANE PRESTES DE SOUZA DA CRUZ	2372333	Agente Comunitário de Saúde Bairro Cascatas (Conjunto Habitacional Bela Vista)
29641	PATRICIA DA SILVA FARIAS	4627749	Agente Comunitário de Saúde Bairro Cascatas (Conjunto Habitacional Bela Vista)
31666	ELENICE MICKUS	46271562	Agente Comunitário de Saúde Bairro Cascatas (Vila Cedro)
27112	INGRIT FRANCINI PEREIRA BARBOSA	6138690	Agente Comunitário de Saúde Bairro Cascatas (Vila Cedro)
23513	IVETE MARIA LOPES ALEXANDRE	784162	Agente Comunitário de Saúde Bairro Cascatas (Vila Cedro)
20856	JUREMA ISOLDE GREIPEL	2374179	Agente Comunitário de Saúde- Bairro Santo Antônio e Cascatas
20908	LEONICE IOHANSON	4593043	Agente Comunitário de Saúde- Bairro Santo Antônio e Cascatas
31405	CLARICE NIONE PISKE	4358885	Agente Comunitário de Saúde Distrito de Bateias de Baixo
26215	LUANA CORREA DE MELO	6694135	Agente Comunitário de Saúde Distrito de Bateias de Baixo
31138	SILVANI GONCALVES DA CRUZ	105595085	Agente Comunitário de Saúde Distrito de Bateias de Baixo
30597	ALINE DE SOUZA FREITAS	6661111	Agente Comunitário de Saúde- Distrito de Fragosos
23390	ANA RUTH LIMA PRUSSAK	8187739	Agente Comunitário de Saúde- Distrito de Fragosos
30930	NELITA ALVES RODRIGUES MOTA	214002610	Agente Comunitário de Saúde- Distrito de Fragosos
30810	PATRICIA LILIANE SAROVISKI	4358443	Agente Comunitário de Saúde- Distrito de Fragosos
28627	RAQUEL DE OLIVEIRA PEREIRA	47935774	Agente Comunitário de Saúde- Distrito de Fragosos
29645	SANDRA DA CONCEICAO ZADOROSNY	2242780	Agente Comunitário de Saúde- Distrito de Fragosos
20652	SILMARA MAIA	40800202	Agente Comunitário de Saúde- Distrito de Fragosos
21695	JONAS WRUCK	390234722	Agente Comunitário de Saúde- Distrito de Fragosos
20652	SILMARA MAIA	40800202	Agente Comunitário de Saúde- Distrito de Fragosos
31650	MARIA JOANA DO ROSARIO KATZMANN	52305988	Agente Comunitário de Saúde- Localidade de São Miguel
31773	DENISE IOHANSON	4593889	Agente Comunitário de Saúde- Localidades de Avenca do Rio Negro e Capinzal
27573	DIRONETE APARECIDA RIBEIRO	4080869	Agente Comunitário de Saúde- Localidades de Avenca do Rio Negro e Capinzal
26174	GABRIELA DERENIEVICZ DOMINGUES	6206721	Agente Comunitário de Saúde- Localidades de Saltinho, Lavrinha e Mutirão (Bateias de Baixo)
28893	ADRIANA ROSELI MEY	2374300	Agente Operacional I-Auxiliar de Serviços Gerais
26490	CLAUDINEIA GONCALVES DE ABREU	4780275	Agente Operacional I-Auxiliar de Serviços Gerais
32240	ESTELA KOHLBECK	5622003	Agente Operacional I-Auxiliar de Serviços Gerais
31305	GESSICA FRANCO BARBOSA	5481312	Agente Operacional I-Auxiliar de Serviços Gerais
21067	KATIA IRIS MILCHEVSKY	4627160	Agente Operacional I-Auxiliar de Serviços Gerais
31964	RAQUEL DE OLIVEIRA PEREIRA	47935774	Agente Operacional I-Auxiliar de Serviços Gerais
21983	ROSALINA LINZMEYER RONSKA	1647009	Agente Operacional I-Auxiliar de Serviços Gerais
32202	ROSENILDA FERREIRA DE MELLO	7112545	Agente Operacional I-Auxiliar de Serviços Gerais
31967	ANTONIO JOARES DE LIMA	29026623	Agente Operacional II-Vigia
31857	MARCIO JOSE DOS SANTOS	4780499	Agente Operacional II-Vigia
20417	SIDINEI JOSE ODIA	29202930	Agente Operacional II-Vigia
19928	BRUNO ZANDI VIEIRA	6727849	Agente Operacional II-Vigia
32243	ANDERSON DE SOUZA	3985643	Agente Operacional IV
23752	KAUANA CUBAS	5481394	Agente Operacional IV
31692	MARCIA PAWLOWYTSCH	3874467	Assistente Social
32100	ROSEMERI BUENO DE LIMA	4301182	Assistente Social

24673	ANA CARLA CARVALHO SOARES	3,0013E+11	Assistente Social
30015	ALINE SOARES DE LIMA	6215697	Atendente de Sala
29162	ANA LUIZA DE LIMA	7007605	Atendente de Sala
26028	ANA MARIA CAMARGO DREVECK	3271427	Atendente de Sala
23451	ANDREZA DANIELE VIEIRA DE LIMA DE MELO	5344525	Atendente de Sala
26519	BIANCA ROSA	5344527	Atendente de Sala
20800	BRUNA FERNANDA GRUBER	43587305	Atendente de Sala
19815	CARLA SANDREA DA SILVA SIDRONE DE FREITAS	3319776	Atendente de Sala
31313	CAROLINI DA SILVA	5311135	Atendente de Sala
31870	CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA	45930953	Atendente de Sala
24733	CLAUDIANE GONCALVES DE ABREU	53446100	Atendente de Sala
29958	DANIELA ARMELINDA OLIBONI	4281559	Atendente de Sala
32067	EDICLER ORENICE CUBAS MUNHOZ	20154240	Atendente de Sala
22147	ELIANA FLORIANO GUMZ	11925116	Atendente de Sala
31099	ELIZANGELA ADRIANA MICHASLSKY	3633043	Atendente de Sala
23777	EMLYN SORAYA EHLKE	4799237	Atendente de Sala
31618	EULALIA GORNIAK CUSTODIO	23723351	Atendente de Sala
25403	EVILIN FERRAZ DOS SANTOS	6088611	Atendente de Sala
31988	FERNANDO DOS SANTOS HERBST	5084703	Atendente de Sala
30830	FLAVIA BIANCA DE LIMA	6206711	Atendente de Sala
31570	GIZELE DRANKA WOICIEKOVSKI	5841276	Atendente de Sala
27420	GRACIELE CALISTRO	6437154	Atendente de Sala
25484	JANINE APARECIDA STELZNER	5933045	Atendente de Sala
28250	JOICE MICHELI STEILEIN	2926185	Atendente de Sala
30850	JOSIMARA ELOISA LUCO	5084756	Atendente de Sala
22885	JUCELIA RIBAS DAS NEVES	53440625	Atendente de Sala
31720	JULIANE WIELIVICK	5841504	Atendente de Sala
30679	KALITA DAMARES GARCIA	6206931	Atendente de Sala
21240	KARIN ELAINE WAGNER DE LIMA	4377606	Atendente de Sala
31119	KARMEN FABIANE CAVALHEIRO	5311463	Atendente de Sala
30804	LILIAN CRISTINA MASS	6110949914	Atendente de Sala
31805	LUZIA HORNIG	3270529	Atendente de Sala
23372	MARLI RIBEIRO	35208899	Atendente de Sala
31766	MAYARA DE FATIMA SCHLOEGL	6138441	Atendente de Sala
29983	MORGANA DO NASCIMENTO	4341825	Atendente de Sala
31247	NOELI DE FATIMA FERNANDES STUEPP	3786554	Atendente de Sala
24811	PATRICIA LUCO	5084768	Atendente de Sala
30710	QUEILA FRANSINE GARCIA	5622030	Atendente de Sala
30555	RICOBERT JOHANSON JUNIOR	4174759	Atendente de Sala
22742	ROCKSANDRA ALVES MARIN LINS	80572220	Atendente de Sala
20667	ROSANE APARECIDA ROPKE	3786063	Atendente de Sala
31920	ROSANE CARITAS NUNES DE OLIVEIRA	6931016	Atendente de Sala
31359	SANDRA GREIN	55119468	Atendente de Sala
31738	SILMARA APARECIDA FARIA BAUMGARTNER	4703170	Atendente de Sala
29561	SIMONE MICKUS	4377562	Atendente de Sala
29210	SOLANGE RIBEIRO	50848321	Atendente de Sala
30975	TATIANE MUEHLMANN TELMA	4793907	Atendente de Sala
32316	THAIS BORGES RADOLL IDALENCIO	5841877	Atendente de Sala
29196	VANESSA LIMA AGAPITO	84156825	Atendente de Sala
32122	ELISIANE ETELVINA WOLLNER	5622009	Auxiliar de Odontologia
29620	GABRIELA ALINE BAIMLER	5344256	Auxiliar de Odontologia
20038	GISLAINE GOMES DOS SANTOS MICKUS	5311124	Auxiliar de Odontologia
21427	JOILCE BUENO NEVES BAPTISTA	50842056	Auxiliar de Odontologia

23974	LUCIA UNISESKY	10927085	Auxiliar de Odontologia
31126	MARIA DENISE MARTINS	140124950	Auxiliar de Odontologia
30984	MARIA VALDELEI APARECIDA MIRANDA CRUZ	4703975	Auxiliar de Odontologia
28534	PRISCILA ALMEIDA PSCHIEDT HEIDEN	2923667	Auxiliar de Odontologia
31792	SILMARA ELISA PSCHIEDT RUJANOWSKY	16418891	Auxiliar de Odontologia
32086	SILVANE COSTA	3520604	Auxiliar de Odontologia
29746	SILVIA BOEGERSHAUSEN	44274564	Auxiliar de Odontologia
32154	VANESSA ADRIANE DE SOUZA LUZ	4516000	Auxiliar de Odontologia
32296	EMANUELE CRISTINA GIRELLI CECCATO	135678660	Enfermeiro
27555	FLAVIA TRINDADE DOS SANTOS	5239691	Enfermeiro
24327	JOSEANE APARECIDA FERNANDES DOS SANTOS	2928586	Enfermeiro
26851	KARINA DOS SANTOS	3265369	Enfermeiro
22194	LUIS EDUARDO MACHADO	5084716	Enfermeiro
28792	MARIA CARMEM ONGHERO	900599	Enfermeiro
28996	NADIA MARIA MALCHOVSKI	103399050	Enfermeiro
31760	PATRICIA NATALI DOS SANTOS	103281709	Enfermeiro
31958	ROSANGELA CORDEIRO	3119653	Enfermeiro
20281	DANIELA ALMEIDA DE OLIVEIRA	788904116	Enfermeiro
20279	DANIELA ALMEIDA DE OLIVEIRA	788904116	Enfermeiro
31567	ALEX ROMANIUK	65412764	Engenheiro Agrônomo
19983	ANDREIA BROSOWSKY	5311284	Engenheiro Agrônomo
31814	BRUNA HASSE CERNY	93548701	Engenheiro Agrônomo
29212	BRUNA RAMALHO	4341645	Engenheiro Agrônomo
30208	ELIZABETE CRISTINE BONADEU	5526151	Engenheiro Agrônomo
27038	ISABELA LETICIA PESSENTI	54677661	Engenheiro Agrônomo
26660	LILIAN SCHAFASCHECK	5192647	Engenheiro Agrônomo
29710	LUCAS TREVISAN	4622352	Engenheiro Agrônomo
32003	MARCEL BAUER	4406191	Engenheiro Agrônomo
31047	NAOKI KITANO	3734090	Engenheiro Agrônomo
20567	ADRIANE PCZIECZEK	4245560	Engenheiro Civil
31658	ANA KAROLINY FERRARI	4903459	Engenheiro Civil
24237	DANIEL ESTEVAO BONIFACIO	5136089	Engenheiro Civil
21929	DEBORA HARMEL	4627018	Engenheiro Civil
29473	DIMITRI FABRICIO CARVALHO RODERMEL	101894061	Engenheiro Civil
29604	ERIC BEUTHER	5230248	Engenheiro Civil
23519	ERICO CELSO JURGENSEN	483128	Engenheiro Civil
32151	EVERTON PODSKARBI	94669405	Engenheiro Civil
31584	FERNANDO ROCHA PEIXER	4000078	Engenheiro Civil
31086	GEORGE DROZCZAK	41206053	Engenheiro Civil
20253	JOSIMAR PHILIPPI MACHADO	5539941	Engenheiro Civil
28416	MATEUS VALANDRO	3765568	Engenheiro Civil
30962	RAFAEL REBELO	4944513	Engenheiro Civil
30741	TIAGO BASSANI	4172601	Engenheiro Civil
31877	VINICIUS KROLOW	68885795	Engenheiro Civil
22995	GABRIELA CRISTOFOLINI	4174489	Farmacêutico
32041	MONICA GORNIK	40803880	Farmacêutico
32132	PRISCILA DE ANDRADE VALENTIM	7276247	Farmacêutico
31589	GEANE APARECIDA KMIETIK	2370456	Fiscal da Vigilância Sanitária
31686	CAROLINE RODRIGUES REICHER	4377903	Fisioterapeuta
31985	JULIANE CREMA CARVALHO	71227766	Fisioterapeuta
24061	LUZIANE FABIANI	2062903791	Fisioterapeuta
20835	MARIA ROZANE DOS PASSOS	2860285	Fisioterapeuta
30130	NATALIA MEIRA RIBEIRO VIEIRA		Fisioterapeuta

29226	SARAH REGINA CARDOSO	4780665	Fisioterapeuta
24844	LUIZA LYA PESSOA NERY	210535050	Fonoaudiólogo
32098	KONRAD MUSIALOWSKI		Instrutor de Informática
31468	SILVIA RAFAELE KERSCHER	54579465	Instrutor de Informática
30587	OLIVIA VIAL	11968095	Médico II-40 horas semanais
29227	CLAUDINEI VAZ	4358951	Motorista da Saúde
31605	JOAO TELMA	3396766	Motorista da Saúde
32133	MARCOS ROBERTO BUENO DE LIMA	9329503340	Motorista da Saúde
22039	RONALDO GOES TORRES	69680119	Motorista da Saúde
29115	ALTAIR DA ROCHA	29231256	Motorista de Transporte de Pessoas
30773	ANDERSON DA ROCHA	5084648	Motorista de Transporte de Pessoas
19748	CRISTIANO MUNHOZ	4358209	Motorista de Transporte de Pessoas
31074	CLAUDIO ATHAYDE	17462861	Motorista de Veículos Leves
31927	JEISON MOREIRA	4516851	Motorista de Veículos Leves
25422	ANA CAROLINA PIMENTEL CESAR	5135819	Nutricionista
31866	ANA PAULA DELL AGNELO PACHEWSKY	62197234	Nutricionista
20153	ANDRESSA PLOZAI	5311652	Nutricionista
25590	ANDRIELLI DE FATIMA ROSARIO DA CRUZ	5481429	Nutricionista
31990	ANTONIO CESARIO SOBRINHO FILHO	6715149	Nutricionista
31731	BRUNA APARECIDA DA SILVA	5128459	Nutricionista
32180	CAROLINE PACHECO	5609411	Nutricionista
30392	CATARINA YOSHI KIRIYA	52534064	Nutricionista
31162	DEBORA BRUSKE	6437436	Nutricionista
29469	EMILENE NEUMANN	2923760	Nutricionista
31690	FRANCIELI GRINGS	2070256033	Nutricionista
19754	JESSICA SABRINA	5841552	Nutricionista
28869	JOSIANE HILLESHEIM	3927297	Nutricionista
32024	JULIANA DITZEL MELO	73680336	Nutricionista
31500	LUCIANE STOEBERL	20173342	Nutricionista
25216	MONYA NASCIMENTO DOS ANJOS	4377394	Nutricionista
31991	RENATA JOAO SANTANA	52142434	Nutricionista
30721	ROBERTA MARIA BECKER	52208761	Nutricionista
28932	TAMIRYS KOCK	4780363	Nutricionista
31446	VANE MARIA DORNELES DUARTE	9033809543	Nutricionista
31560	ALESSANDRA CRISTINA SIVIERO ROBL	2923564	Odontólogo I-20 horas semanais
26356	ALESSANDRO TOMAZ OLIVEIRA DA SILVA	95198899	Odontólogo I-20 horas semanais
29702	CAIO MASTELLA ENKE	5388677	Odontólogo I-20 horas semanais
19955	CAMILA JULIANA MATTHIES	4113336	Odontólogo I-20 horas semanais
22591	CARLOS GUSTAVO DA SILVA IAGER	7010360341	Odontólogo I-20 horas semanais
31918	JACKSON BRUNO BUTTELBRUN	4128516	Odontólogo I-20 horas semanais
30600	MAYARA PAOLA DE SIQUERA	84748609	Odontólogo I-20 horas semanais
32142	NAIARA NIESCIUR BECKERT	101043703	Odontólogo I-20 horas semanais
22544	PRISCILA BINDER ROSA	61243844	Odontólogo I-20 horas semanais
26353	ALESSANDRO TOMAZ OLIVEIRA DA SILVA	95198899	Odontólogo II-40 horas semanais
28424	ANA PAULA CORREA PANZIERA	109891983	Odontólogo II-40 horas semanais
31803	ANDRESSA SALVADOR	8102247321	Odontólogo II-40 horas semanais
20995	CAMILA THOMAZ DOS SANTOS	4647097	Odontólogo II-40 horas semanais
21667	CARLOS ALBERTO MARCONDES	42208434	Odontólogo II-40 horas semanais
31622	CAROLINA FLORES SILVANO	38791544	Odontólogo II-40 horas semanais
31942	DAIANE APARECIDA DA SILVA	125249272	Odontólogo II-40 horas semanais
32070	DEBORA HENRICH BRINHOSA	4594224	Odontólogo II-40 horas semanais
22719	DESIREE DA SILVA BAPTISTA	3205475	Odontólogo II-40 horas semanais
19940	EDHER TONY MEIRA	3959001	Odontólogo II-40 horas semanais

30085	EDUARDO AUGUSTO RIGON	15776358	Odontólogo II-40 horas semanais
31480	ERICO FRANCISCO BERTOZZI DIAS	100893894	Odontólogo II-40 horas semanais
31251	FABIOLA DESCHAMPS	3068340	Odontólogo II-40 horas semanais
31203	FELIPE ALEXANDRE SIMAS	4406896	Odontólogo II-40 horas semanais
30955	FRANKLIN ADEMAR DORN	48327700	Odontólogo II-40 horas semanais
31923	ISMAEL ANTONIO MARTINS PATUZZI	1075056646	Odontólogo II-40 horas semanais
32042	ISRAEL DE SOUZA LANDA JOSE	44284675	Odontólogo II-40 horas semanais
31909	JOAO DIAS SOBRINHO FILHO	327378864	Odontólogo II-40 horas semanais
31587	LAIS STEINWANDT LOPES	82289780	Odontólogo II-40 horas semanais
22365	LAYS PRISCILLA JUCA NEGRISOLI	6126387	Odontólogo II-40 horas semanais
31334	LORENA DE OLIVEIRA DINIZ BRAMMER	6591706	Odontólogo II-40 horas semanais
23159	MATEUS CARDOSO PEREIRA	5745470	Odontólogo II-40 horas semanais
25762	NATHALIA DA SILVA BARUFFI	5449842	Odontólogo II-40 horas semanais
28431	OTAVIO VIACELI	7100100382	Odontólogo II-40 horas semanais
32197	PAMELA DE OLIVEIRA	4870140	Odontólogo II-40 horas semanais
25971	PRISCILA DA SILVA MASSARI	3288761805	Odontólogo II-40 horas semanais
30271	RAQUEL HAIDE SANTOS ALDRIGUE	96422784	Odontólogo II-40 horas semanais
31600	RENATO MEDEIROS	43230717	Odontólogo II-40 horas semanais
31697	RODRIGO PEREIRA DE MATOS	356222226	Odontólogo II-40 horas semanais
26996	THAYS RIBEIRO DA SILVA	1364747804	Odontólogo II-40 horas semanais
32291	TIAGO MUCELIN	89170184	Odontólogo II-40 horas semanais
31640	VAGNER PIMENTA PEDRO	108602376	Odontólogo II-40 horas semanais
25520	ALEXANDRA GUERRA	3603872	Psicólogo
31024	ANDRE FELIPE DE CASTRO MELO	2925324	Psicólogo
31851	CAMILA SUELEN DOS SANTOS	4875253	Psicólogo
23951	CAROLINA BECKERT POLLI	5288373	Psicólogo
29701	CAROLINE SEMBALISTA SOUZA	5447092	Psicólogo
31070	CASSIO HEIDEN MAOSKI	91293951	Psicólogo
25673	ELISANE CORDEIRO	4535455	Psicólogo
28557	FERNANDA MANUELLA BORNHAUSEN	6169265	Psicólogo
28846	FERNANDA PADILHA	4002863	Psicólogo
32259	IDELAIDE FORTESCKI	6632109	Psicólogo
28507	ISABELLE CRISTINE ARTMANN MATOS	5951646	Psicólogo
32071	JAQUELINE BENOIT	7409074	Psicólogo
29216	LEILA REGINA WERLICH	4648680	Psicólogo
28781	LEONARDO FERRAZ NOGUEIRA		Psicólogo
31344	NATALI CRISTINE SIMONETTI	3646737	Psicólogo
20933	PEDRO HENRIQUE VAZ DE ALCANTARA	29267064	Psicólogo
23301	RENAN GOMES CORREA PEDRO	111003653	Psicólogo
31363	SILVIANA INEZ VIEIRA LILLA	1646307	Psicólogo
22619	STEFANI VITACZIK	50846078	Psicólogo
31796	SUELI VANESSA DE OLIVEIRA RIBEIRO	4703685	Psicólogo
31258	SUZETE VIDAL TEIXEIRA	104744087	Psicólogo
30411	THAYSE GLEVINSKI	5345124	Psicólogo
31726	VANESSA BAIER	4516597	Psicólogo
23922	KELI ADRIANA MINELA GODOI		Psicólogo
23924	KELI ADRIANA MINELA GODOI		Psicólogo
20528	ADRIANO HENRIQUE NILSEN	6266425	Técnico de Enfermagem
32019	IVANIR APARECIDA CORDEIRO DA CRUZ	2019969	Técnico de Enfermagem
24776	IZOLETE HANTSCHER	2373937	Técnico de Enfermagem
30650	JAISON ALBUQUERQUE	4245479	Técnico de Enfermagem
24060	JAQUELINE JEDNORALSKI	6169567	Técnico de Enfermagem
19761	MARCELA FONTANELLA	4406439	Técnico de Enfermagem

28727	SAMANTA MARGARETE DA COSTA	33967520	Técnico de Enfermagem
26782	SUELI TEREZINHA GORNIK	4245528	Técnico de Enfermagem
28286	VERA LUCIA CARVALHO	4080814	Técnico de Enfermagem
30468	JANINE ZATTAR	4242014	Terapeuta Ocupacional
26429	MORGANA PAULA KOMINKIEWICZ LANZZARIN	5407055	Terapeuta Ocupacional
29887	VALDIRENE GREISI MALLON SCROEDER	3397823	Terapeuta Ocupacional

ANEXO II
EDITAL DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

LISTA DE CANDIDATOS QUE TIVERAM SUAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS NA CONDIÇÃO DE
CANDIDATOS PNE'S (PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS)

Inscrição	Nome	CARGO	DOCUMENTO
25195	ZOE MARIA KUCHNIER SEPKA	Assistente Social	1094259

EDITAL DE RESULTADO PRELIMINAR (CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2015)**GABINETE DO PREFEITO****EDITAL DE RESULTADO PRELIMINAR (CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2015)**

O Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, resolve tornar público o presente Edital de Resultado Preliminar que será regido pelas instruções especiais constantes do presente instrumento, elaborado em conformidade com os ditames da Legislação Federal e Municipal vigentes e pertinentes.

Art. 1º Consta no Anexo I deste Edital a lista e notas dos candidatos em ordem de classificação.

Art. 2º Consta no Anexo II deste Edital o gabarito homologado após julgamento dos recursos contra o gabarito preliminar.

Art. 3º Consta no Anexo III deste Edital as respostas aos recursos interpostos contra as questões e gabarito preliminar.

Art. 4º Fica aberto prazo recursal no período das **08h do dia 01 de abril às 23h59min59seg. do dia 06 de abril de 2015**. Para envio do recurso o candidato deverá acessar o link de Recurso no site www.mgaconcursospublicos.com.br e protocolar seu recurso, da forma que determina o Edital de Abertura.

Para que não se alegue ignorância, o presente Edital será afixado no Mural da Sede da Prefeitura Municipal, publicado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: www.mgaconcursospublicos.com.br e www.campoalegre.sc.gov.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br

Campo Alegre/SC, 31 de
março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ANEXO I
EDITAL DE RESULTADO PRELIMINAR
(CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2015)

LISTA E NOTAS DOS CANDIDATOS EM ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

				Cargo: Médico I		C
Ordem	Inscrição	Candidato	Documento	Cargo	Portuguesa	
4	18282	ROBERTO ALEXANDRE PEREIRA BUTRON	32840617	Médico I	24	
3	18393	RICARDO GOMES MARTINS	10590459	Médico I	18	
1	18350	JOSE FIRMINO COUTO COSTA EVELYN SOARES	145134288	Médico I	---	
2	18439	MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO	1272571	Médico I	---	
5	18399	SHEILA ANTONA DE OLIVEIRA	9313798	Médico I	---	

Cargo: Médico II						
Ordem	Inscrição	Candidato	Documento	Cargo	Lingua Portuguesa	Conhec. Locais
12	18377	JOSE FIRMINO COUTO COSTA EVELYN SOARES	145134288	Médico II	21	21
10	18203	JAIME RIBEIRO FREITAS	53751680	Médico II	24	21
13	18149	ROBERTO KOZENKO DE OLIVEIRA	4004845899	Médico II	15	24
11	17599	JANINE LOUISE DA SILVA MASO	3780343916	Médico II	3	21
6	17812	CESAR VINICIUS DE MORAES PETISCO	944256	Médico II	---	---
7	18405	CINTIA SIMONE FETT	6046496649	Médico II	---	---

8	17933	CLEONICE MOREIRA MORAES	251126	Médico II		
9	17567	EMERSON MACHADO	141001183	Médico II		
14	18363	YARA GROTT	4994071	Médico II		

Cargo: Médico III						
Ordem	Inscrição	Candidato	Documento	Cargo	Língua F	
15	18302	VERONICA DEL CARMEN COWEN PINTO	5686405	Médico III		

Cargo: Médico IV						
Ordem	Inscrição	Candidato	Documento	Cargo	Língua Portuguesa	Conhe
23	18383	RICARDO GOMES MARTINS	10590459	Médico IV	24	
20	18408	JULIA TEUBER FURTADO	53466926	Médico IV	18	
17	18215	CHRISTINA DE MEDEIROS	45439923	Médico IV	24	
24	18004	RODRIGO ELLER	4838049	Médico IV	21	21
	18000	JOSE FIRMINO COUTO COSTA EVELYN SOARES	145134288	Médico IV		
19		ONIVALDO DA COSTA MENEZES	20443	Médico IV	24	24
21	18444	DA COSTA MENEZES	20443	Médico IV	18	12
	17928	CESAR VINICIUS DE MORAES PETISCO	944256	Médico IV		
16		CLEONICE MOREIRA MORAES	251126	Médico IV		
18	17934			Médico IV		

22	17835	PAULO ISSAO KANASHIRO	20945150	Médico IV	---	---
----	-------	-----------------------------	----------	-----------	-----	-----

_____ 5

ANEXO II
EDITAL DE RESULTADO PRELIMINAR
(CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2015)

**GABARITO HOMOLOGADO APÓS JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O
GABARITO PRELIMINAR**

Superior			
MÉDICO I			
1	D	16	C
2	C	17	A
3	B	18	A
4	A	19	A
5	C	20	A
6	D	21	D
7	B	22	D
8	C	23	A
9	D	24	C
10	A	25	B
11	A	26	B
12	B	27	D
13	A	28	A
14	C	29	C
15	C	30	A

Superior			
MÉDICO II			
1	D	16	C
2	C	17	A
3	B	18	A
4	A	19	A
5	C	20	A
6	D	21	D
7	B	22	D

8	C	23	A
9	D	24	C
10	A	25	B
11	A	26	B
12	B	27	D
13	A	28	A
14	C	29	C
15	C	30	A

Superior			
MÉDICO III (PEDIATRA)			
1	B	16	B
2	D	17	C
3	A	18	A
4	A	19	X
5	C	20	B
6	A	21	A
7	B	22	B
8	C	23	C
9	B	24	B
10	A	25	B
11	D	26	D
12	A	27	D
13	D	28	B
14	A	29	C
15	C	30	B

Superior			
MÉDICO IV (PLANTONISTA)			
1	B	16	B
2	D	17	C
3	A	18	A
4	A	19	X
5	C	20	B
6	A	21	A
7	B	22	B
8	C	23	C
9	B	24	C
10	A	25	A
11	D	26	D

12	A	27	C
13	D	28	D
14	A	29	C
15	C	30	C

ANEXO II
EDITAL DE RESULTADO PRELIMINAR
(CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2015)

**RESPOSTAS AOS RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA AS QUESTÕES E GABARITO
PRELIMINAR**

Nº Protocolo: 20150324.171902.18383.67.475.10598

Em resposta ao recurso interposto a MGA Concursos esclarece que, a Banca Examinadora revendo a questão de nº 19, das provas de Médico III e IV, concluiu que o enunciado da mesma não infere a clareza necessária para uma correta interpretação, devendo a mesma ser anulada. Sendo assim Recurso deferido.

Nº Protocolo: 20150325.181307.18149.67.475.10310

Em resposta ao recurso interposto a MGA Concursos esclarece que, a Banca Examinadora revendo a questão de nº 01, relativamente a palavra em comento, não concorda com a argumentação do candidato, pois a palavra Táxi possui 4 letras e 5 fonemas, já que o “x” tem som de “ks”. Sendo assim, recurso indeferido.

LEI Nº 4.278 DE 31 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.278 DE 31 DE MARÇO DE 2015

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE Á RECEBER EQUIPAMENTOS EM DOAÇÃO, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação da APP - Associação de Pais e Professores da EMEB - ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA - PAULO FUECKNER os bens adquiridos com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola PDDE, para a referida Unidade Escolar Municipal, sita a Rua Principal, nº, na Localidade de Bateias de Cima, Município de Campo Alegre/SC., os equipamentos abaixo descritos e avaliados:

DESCRIÇÃO DO BEM	DATA DE AQUISIÇÃO	QUANTIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
TV PHILCO 32 LEDPH 32N62DG	29/08/2014	02	R\$ 799,90	R\$ 1.599,80
PROJETOR SONY VPL-DX130B 2800 LUMENS	22/09/2014	01	R\$1.483,20	R\$ 1.483,20

Parágrafo único: Os equipamentos descritos no caput deste Artigo estarão instalados e sob a guarda na sede da Unidade Escolar: EMEB - ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PAULO FUECKNER, sita a Rua Principal, nº, na localidade de Bateias de Cima, Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Os equipamentos recebidos em doação conforme descrição do Artigo primeiro desta Lei, integrarão o Patrimônio da Secretaria Municipal de Educação, do Município de Campo Alegre/SC, para todos os efeitos legais e contábeis.

Art.3º) As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de Dotação Orçamentária da Secretaria Municipal de Educação, nos respectivos Orçamentos anuais.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

31 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.279 DE 31 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.279 DE 31 DE MARÇO DE 2015

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE Á RECEBER EQUIPAMENTOS EM DOAÇÃO, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação da APP - Associação de Pais e Professores da EMEB - ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA - MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES os bens adquiridos com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola PDDE, para a referida Unidade Escolar Municipal, sita a Rua Benjamin Constant, nº 500, Centro, Município de Campo Alegre/SC., os equipamentos abaixo descritos e avaliados:

DESCRIÇÃO DO BEM	DATA DE AQUISIÇÃO	QUANTIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL TINTA EPSON 555 TANQUE	15/10/2014	01	R\$1.185,00	R\$1.185,00
PROJETORLG BE325S VGA	15/10/2014	01	R\$1.386,45	R\$1.386,45
ENCERADEIRA DC350 SUPER PLUS 350MM 220V	22/09/2014	01	R\$1.483,20	R\$ 1.483,20

Parágrafo único: Os equipamentos descritos no caput deste Artigo estarão instalados e sob a guarda na sede da Unidade Escolar: EMEB - ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA - MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES, sita a Rua Benjamin Constant, nº 500, Centro,

Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Os equipamentos recebidos em doação conforme descrição do Artigo primeiro desta Lei, integrarão o Patrimônio da Secretaria Municipal de Educação, do Município de Campo Alegre/SC, para todos os efeitos legais e contábeis.

Art.3º) As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de Dotação Orçamentária da Secretaria Municipal de Educação, nos respectivos Orçamentos anuais.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
31 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.281 DE 31 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.281 DE 31 DE MARÇO DE 2015

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE Á RECEBER EQUIPAMENTOS EM DOAÇÃO, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação da APP - Associação de Pais e Professores da CMEI - CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "CHAPEUZINHO VERMELHO", os bens adquiridos com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola PDDE, para a referido Centro municipal de Educação Infantil, situado a Rua Prof. Rufino Blaszkowsky, nº 134, Distrito de Bateias de Baixo, Município de Campo Alegre/SC., os equipamentos abaixo descritos e avaliados:

DESCRIÇÃO DO BEM	DATA DE AQUISIÇÃO	QUANTIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
FORNO MICROONDAS CONSUL ESPELHADO 20 L	26/08/2014	01	R\$ 333,00	R\$ 333,00
REPRODUTOR DE DVD PHILCO DVD GAME/KARAOKÉ	26/08/2014	02	R\$ 168,00	R\$ 336,00

Parágrafo único: Os equipamentos descritos no caput deste Artigo estarão instalados e sob a guarda na sede da Unidade Escolar: CMEI - CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "CHAPEUZINHO VERMELHO", situado a Rua Prof. Rufino Blaszkowsky, nº 134, Distrito de Bateias de Baixo, Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Os equipamentos recebidos em doação conforme descrição

do Artigo primeiro desta Lei, integrarão o Patrimônio da Secretaria Municipal de Educação, do Município de Campo Alegre/SC, para todos os efeitos legais e contábeis.

Art.3º) As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de Dotação Orçamentária da Secretaria Municipal de Educação, nos respectivos Orçamentos anuais.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
31 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 02 DE 31 DE MARÇO DE 2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER.

PORTARIA Nº 02 DE 31 DE MARÇO DE 2015

TORNA PÚBLICA A CLASSIFICAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS CONCORRENTES

AO EDITAL DE APOIO À CULTURA

Nº 001/2015

O Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em conformidade com o item 4.11 do Edital de Apoio à Cultura Concurso 001/2014, Resolve:

Art.1º) Tornar pública a Classificação dos Projetos Culturais inscritos para o Edital de Apoio à Cultura Concurso nº 001/2015, de acordo com avaliação da CAP (Comissão de Análise de Projetos), conforme Anexo Único desta Portaria.

Art.2º) Conforme item 4.13 do Edital de Apoio à Cultura Concurso nº 001/2015, cabe recurso ao Conselho de Administração do FMC - Fundo Municipal de Cultura, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo este submeter o pedido a novo encaminhamento ao Conselho Municipal de Cultura, que deverá deliberar sobre o assunto no mesmo prazo, conforme artigo 47 do Decreto Municipal nº 6.240.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer do Município de Campo Alegre/SC., em 31 de Março de 2015.

ERNESTO LARSEN
Secretário Municipal de Cultura,
Turismo, Esporte e Lazer.

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/04/2015.

GABRIEL ENGLER
Coordenador de Cultura

ANEXO ÚNICO
Portaria nº 02/2015

**CLASSIFICAÇÃO DOS PROJETOS NO EDITAL
DE APOIO À CULTURA CONCURSO Nº 001/2015**

SELECIONADOS:

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	PROJETO	VALOR DO APOIO R\$	PONTUAÇÃO
1º	Criança Musical Para Ouvir e Fazer	4.995,00	65
2º	Livro Lugares e Olhares	3.000,00	65
3º	Cerâmica nas Escolas	4.999,40	62

Tabela 2 - Não selecionados

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	PROJETO	PONTUAÇÃO
4º	Aulas de Violão e Teclado	61

Tabela 3 - Não Habilitado

PROJETO	MOTIVO
Edição do Livro de Poesias de uma Garota. Autora Chaiane Valuthky	Incoerência Orçamentária.

PORTARIA Nº 11.852 DE 31 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.852 DE 31 DE MARÇO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, CÉSAR ELOIR MOURA, Matrícula Funcional nº 000703, Registro no Sistema sob nº 955147, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, ocupante do Cargo Público e exercendo a função de Agente Operacional IV, referente ao período 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 01 de Abril de 2015 a 15 de Abril de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
31 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PREGÃO 11/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para Contratação de empresa que detém autorização do órgão competente (ANATEL) para prestar serviço de telefonia móvel digital com tecnologia GSM, no Estado de Santa Catarina, por intermédio de 16 (dezesesseis) Códigos de Acesso, com o fornecimento de 16 (dezesesseis) Estações Móveis (através de comodato gratuito), devidamente ativadas (habilitadas), associadas a um Plano Pós-Pago de Serviço, sem franquia global, com estimativa mensal de 3.600 minutos, conforme relação abaixo:

1 - "Assinatura Básica Mensal"	Qtde mensal estimada	Valor Unitário por assinatura (R\$)	Valor Mensal Assinatura Básica (para 32 acessos)
Assinatura mensal (acessos).....	16	8,00	128,00
2 - "VC/VC1"	Tempo mensal estimado de uso (em minutos)	Valor p/ minuto (R\$)	Valor Total
Operadora proponente/operadora proponente	1.200	0,30	360,00
Operadora proponente para outras operadoras	1.200	0,30	360,00
Operadora proponente para telefone fixo	300	0,30	90,00
Valor Total VC/VC1			810,00
....			
3 - "VC2"	Tempo mensal estimado de uso (em minutos)	Valor p/ minuto	Valor Total
Operadora proponente/operadora proponente	200	0,50	100,00
Operadora proponente para outras operadoras	200	1,20	240,00
Operadora proponente para telefone fixo	50	0,70	35,00
Valor Total "VC2"			375,00
.....			
4 - "VC3"	Tempo mensal estimado de uso (em minutos)	Valor p/ minuto	Valor Total
Operadora proponente/operadora proponente	200	0,60	120,00
Operadora proponente para outras operadoras	200	1,30	260,00

Operadora proponente para telefone fixo	50	0,80	40,00
Valor Total VC3			375,00
.....			
5 – “Outros serviços”	Tempo mensal estimado de uso	Valor unitário (min/mensagem/unid)	Valor Total
DSL-1 – recebimento de ligação dentro do Estado, na área de cobertura de operadora, em cidade c/ DDD diferente.	20 Minutos	0,50	10,00
DSL-2 – recebimento de ligações em outro Estado.	20 Minutos	0,50	10,00
AD – Adicional de deslocamento.	20 Minutos	0,50	10,00
Mensagens SMS (torpedo)	25 Mensagem	0,50	10,00
Intra-grupo zero	4 Unidade	6,00	24,00
Acesso a Caixa Postal (por minuto)	20 Minutos	0,30	6,00
Valor Total “Outros Serviços”			65,00
TOTAL GLOBAL para fins de julgamento de proposta (Soma: “1 - Valor Mensal Assinatura Básica (para 16 acessos)” + “2 - Valor Total VC/VC1” + “3 - Valor Total VC2” + “4 - Valor Total VC3” + Valor Total “5 - Outros Serviços”) ..			1.798,00
.....			

Critério julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL (Soma de todos os itens).

- Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 14/04/2015, às 11 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até 10 horas e 45 minutos, do dia 14/04/2015, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

As despesas oriundas da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício 2015, na seguinte classificação:

O crédito orçamentário necessário ao atendimento das despesas da presente licitação correrá à conta das Dotações Orçamentárias dos respectivos exercícios financeiros classificadas como “outros serviços de serviços - pessoa jurídica”, de qualquer Órgão/Unidade do Orçamento do Município de Campo Alegre e demais órgãos participantes deste Registro de Preços.

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone “Licitação” / “Pregão” / “Pregão 11/2015 FMS”.

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 31 de março de 2015.
Carolina da Costa Telma
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

PREGÃO 39/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para Contratação de empresa que detém autorização do órgão competente (ANATEL) para prestar serviço de telefonia móvel digital com tecnologia GSM, no Estado de Santa Catarina, por intermédio 36 (trinta e seis) Códigos de Acesso, com o fornecimento de 36 (trinta e seis) Estações Móveis (através de comodato gratuito), devidamente ativadas (habilitadas), associadas a um Plano Pós-Pago de Serviço, sem franquia global, com estimativa mensal de 5.000 minutos, conforme relação abaixo:

1 - “Assinatura Mensal acesso a internet com franquia de 3GB”	Qtde mensal estimada	Valor Unitário por assinatura (R\$)	Valor Mensal Assinatura Básica (para 01 acesso)
Assinatura mensal (acessos).....	01	64,90	64,90

1 - “Assinatura Básica Mensal”	Qtde mensal estimada	Valor Unitário por assinatura (R\$)	Valor Mensal Assinatura Básica (para 35 acessos)
Assinatura mensal (acessos).....	35	8,00	280,00

2 – “VC/VC1”	Tempo mensal estimado de uso (em minutos)	Valor p/ minuto (R\$)	Valor Total
Operadora proponente/operadora proponente	2.000	0,30	600,00
Operadora proponente para outras operadoras	1.400	0,30	420,00
Operadora proponente para telefone fixo	850	0,30	255,00
Valor Total VC/VC1			1.275,00
....			

3 – “VC2”	Tempo mensal estimado de uso (em minutos)	Valor p/ minuto	Valor Total
Operadora proponente/operadora proponente	100	0,50	50,00
Operadora proponente para outras operadoras	100	0,90	90,00
Operadora proponente para telefone fixo	50	0,70	70,00
Valor Total “VC2”			210,00
.....			

4 – "VC3"	Tempo mensal estimado de uso (em minutos)	Valor p/ minuto	Valor Total
Operadora proponente/operadora proponente	100	0,50	50,00
Operadora proponente para outras operadoras	100	0,90	90,00
Operadora proponente para telefone fixo	50	0,70	70,00
Valor Total VC3			210,00
.....			
5 – "Outros serviços"	Tempo mensal estimado de uso	Valor unitário (min/mensagem/unid)	Valor Total
DSL-1 – recebimento de ligação dentro do Estado, na área de cobertura de operadora, em cidade c/DDD diferente.	80 Minutos	0,70	56,00
DSL-2 – recebimento de ligações em outro Estado.	50 Minutos	0,70	35,00
AD – Adicional de deslocamento.	80 Minutos	0,70	56,00
Mensagens SMS (torpedo)	200 Mensagem	0,30	60,00
Intra-grupo zero	35 Unidades	6,00	210,00
Acesso a Caixa Postal (por minuto)	30 Minutos	0,30	9,00
Valor Total "Outros Serviços"			426,00
.....			
TOTAL GLOBAL para fins de julgamento de proposta (Soma: "1 -Valor Mensal Assinatura Básica (para 35 acessos)" + "Assinatura Mensal acesso a internet com franquia de 3GB" (1 acesso) + "2 - Valor Total VC/VC1" + "3 - Valor Total VC2" + "4 - Valor Total VC3" + Valor Total "5 - Outros Serviços")			2.465,90
.....			

Critério julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL (Soma de todos os itens).

- Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 14/04/2015, às 09 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até 8 horas e 45 minutos, do dia 14/04/2015, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

As despesas oriundas da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício 2015, na seguinte classificação:

O crédito orçamentário necessário ao atendimento das despesas da presente licitação correrá à conta das Dotações Orçamentárias dos respectivos exercícios financeiros classificadas como "outros serviços de serviços - pessoa jurídica", de qualquer Órgão/Unidade do Orçamento do Município de Campo Alegre e demais órgãos participantes deste Registro de Preços.

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 39/2015".

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 31 de março de 2015.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 01/2015

DISPÕE SOBRE A POSSE DOS NOVOS CONSELHEIROS PARA GESTÃO 2015/2016 DO CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 3.425/2008, que Dispõe Sobre as Políticas Públicas dos Direitos da Criança e do Adolescente e Reunião Ordinária do dia 10 de Fevereiro de 2015, conforme ata nº 02;

RESOLVE:

Art.1º - Ficam nomeados os seguintes Conselheiros para compor o CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para o Biênio 2015/2016:

- Túlio Cesar Jansen;
- Edithe Maricler Virmond;
- Irª. Terezinha Dagnese;
- Maira Joceli Pereira de Miranda;
- Sirlone de Souza Carneiro;
- Patrick Onghero;
- Anídia Stolf;
- Adriane Schulze de Oliveira;
- Adriana Aparecida Pykosz Ruszack;
- Olívio Odia;
- Alaércio Luis Cordeiro;
- Marilda Schadeck.
- Luci Brand Munhoz;
- Crista Ruth Pfeiffer Larsen;

Art.2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 11 de Fevereiro de 2015.
EDITHE MARICLER VIRMOND
Presidente do CMDCA
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos doze dias do mês de Fevereiro de 2015.

TÚLIO CESAR JANSEN
Secretário do CMDCA Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015
DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA
GESTÃO 2015/2016 DO CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DI-
REITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 3.425/2008, que Dispõe Sobre as Políticas Públicas dos Direitos da Criança e do Adolescente e Reunião Ordinária do dia 10 de Fevereiro de 2015, conforme ata nº 02;

RESOLVE:

Art.1º - A Diretoria do CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, para o Biênio de 2015/2016, fica composta pelos seguintes Membros:

Presidente: EDITHE MARICLER VIRMOND;

Vice Presidente: MARILDA SCHADECK;

Secretário: TÚLIO CESAR JANSEN.

Art.2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 11 de Fevereiro de 2015.
EDITHE MARICLER VIRMOND
Presidente do CMDCA
Conselho Municipal dos Direitos da
Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos doze dias do mês de Fevereiro de 2015.

TÚLIO CESAR JANSEN
Secretário do CMDCA Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 19 DE MARÇO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 19 DE MARÇO DE 2015
CONSTITUI A COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEI-
TORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES.

O CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 3.425/2008, que Dispõe Sobre as Políticas Públicas dos Direitos da Criança e do Adolescente e Reunião Ordinária do dia 17 de Março de 2015, conforme ata nº 03;

RESOLVE:

Art.1º - Fica constituída a Comissão responsável pelo Processo

Eleitoral, para a escolha dos novos Conselheiros Tutelares, do Município de Campo Alegre/SC., para o Quadriênio de 2016/2019.

Parágrafo único - A Comissão de que trata o caput deste Artigo será composta pelos seguintes membros:

- EDITHE MARICLER VIRMOND;
- IVO KESTERING;
- MAIRA JOCELI PEREIRA DE MIRANDA;
- MARILDA SCHADECK;
- PATRICK ONGHERO;
- SANDRO LUIZ FRIEDRICH.

Art.2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 19 de Março de 2015.
EDITHE MARICLER VIRMOND
Presidente do CMDCA
Conselho Municipal dos Direitos da
Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos dezanove dias do mês de Março de 2015.

TÚLIO CESAR JANSEN
Secretário do CMDCA Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO Nº 04 DE 31 DE MARÇO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 04 DE 31 DE MARÇO DE 2015

CONSTITUI A COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES.

O CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 3.425/2008, que Dispõe Sobre as Políticas Públicas dos Direitos da Criança e do Adolescente e Reunião Ordinária do dia 17 de Março de 2015, conforme ata nº 03;

RESOLVE:

Art.1º - Fica constituída a Comissão responsável pelo Processo Eleitoral, para a escolha dos novos Conselheiros Tutelares, do Município de Campo Alegre/SC., para o Quadriênio de 2016/2019.

Parágrafo único - A Comissão de que trata o caput deste Artigo será composta pelos seguintes membros:

- ADRIANE SCHULZE DE OLIVEIRA;
- IVO KESTERING;
- LUCIANE APARECIDA DE LIMA WOLLNER;
- MAIRA JOCELI PEREIRA DE MIRANDA;
- PATRICK ONGHERO;
- SANDRO LUIZ FRIEDRICH.

Art.2º - A Comissão instituída será presidida pelo Sr. SANDRO LUIZ FRIEDRICH e secretariada pelo Sr. IVO KESTERING.

Art.3º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 31 de Março de 2015.

ADRIANE SCHULZE DE OLIVEIRA
Presidente Interina do CMDCA
Conselho Municipal dos Direitos da
Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos trinta e um dias do mês de Março de 2015.

TÚLIO CESAR JANSEN
Secretário do CMDCA Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

Campos Novos**PREFEITURA****AVISO PP 17/2015 CONTRATAÇÃO SERVIÇOS MEDICOS - SAUDE**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 13/04/2015 às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS E MÉDICOS (VÁRIAS ESPECIALIDADES), PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL E NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 01 de abril de 2.015.

Nelson Luiz de Paula

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA 441/15

PORTARIA Nº 441/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JANAINE PAGANINI DE MATTOS

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JANAINE PAGANINI DE MATTOS, para exercer o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 03 de Fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 443/15

PORTARIA Nº 443/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SUZANE DE JESUS

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SUZANE DE JESUS, para exercer o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 05 de Fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 444/15

PORTARIA Nº 444/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ADELIR SURDI

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ADELIR SURDI, para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 446/15

PORTARIA Nº 446/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DORVALINO MELO DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário DORVALINO MELO DOS SANTOS, para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 10 de Fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 449/15

PORTARIA Nº 449/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOAO ADELIR DOS REIS

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JOAO ADELIR DOS REIS, para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 450/15

PORTARIA Nº 450/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOAO BATISTA REIS

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JOAO BATISTA REIS, para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 452/15

PORTARIA Nº 452/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARCELO MAI TOTI

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário MARCELO MAI TOTI, para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS, com os vencimentos previstos

em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 09 de Fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 454/15

PORTARIA Nº 454/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NEOLI ANTONIO SPIELMANN

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário NEOLI ANTONIO SPIELMANN, para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 455/15

PORTARIA Nº 455/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NILTON ALVES RIBEIRO

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário NILTON ALVES RIBEIRO, para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 09 de Fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 457/15

PORTARIA Nº 457/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SILSO FAGUNDES PINHEIRO

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SILSO FAGUNDES PINHEIRO, para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 458/15

PORTARIA Nº 458/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VILMAR BOENO GONÇALVES

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário VILMAR BOENO GONÇALVES, para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 459/15

PORTARIA Nº 459/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO WALDIR KORB

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário WALDIR KORB, para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 461/15

PORTARIA Nº 461/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALESSANDRA CASTRO DE SOUZA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ALESSANDRA CASTRO DE SOUZA, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 462/15

PORTARIA Nº 462/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANA PAULA MACHADO DE ANDRADE

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ANA PAULA MACHADO DE ANDRADE, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2015. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 463/15

PORTARIA Nº 463/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANDREIA CRISTINA MOREIRA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando que o funcionário efetivo TEREZINHA MARGARIDA ANTUNES encontra-se em auxílio doença.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ANDREIA CRISTINA MOREIRA, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 464/15

PORTARIA Nº 464/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANDREIA DAUTINA KUNEN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando que a funcionária efetiva INELVES LEMOS encontra-se em auxílio doença.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ANDREIA DAUTINA KUNEN, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 465/15

PORTARIA Nº 465/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANGELA APARECIDA SIMAS

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ANGELA APARECIDA SIMAS, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 468/15

PORTARIA Nº 468/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CREMIR DIAS DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando que a funcionária SANTA DE ALMEIDA, encontra-se em auxílio doença;

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário CREMIR DIAS DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 470/15

PORTARIA Nº 470/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELENIR DE FATIMA DE OLIVEIRA GRIZ

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando

a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ELENIR DE FATIMA DE OLIVEIRA GRIZ, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 472/15

PORTARIA Nº 472/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ERONILDA APARECIDA MACHADO FAGUNDES

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando que o funcionário efetivo ANA PAULA DOS SANTOS encontra-se em cargo comissionado.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ERONILDA APARECIDA MACHADO FAGUNDES, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 474/15

PORTARIA Nº 474/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO IDAIANE APARECIDA ANDRADE

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando que a funcionária FERNANDA MOCELIN CAMARGO, encontra-se em cargo comissionado;

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário IDAIANE APARECIDA ANDRADE, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 476/15

PORTARIA Nº 476/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO IVETE APARECIDA DA CRUZ SILVA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário IVETE APARECIDA DA CRUZ SILVA, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 477/15

PORTARIA Nº 477/13 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO IVETE DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando que a funcionária efetiva ANA MARIA VASE DOS SANTOS afastada.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário IVETE DOS SANTOS, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 478/15

PORTARIA Nº 478/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JANETE LOPES NASCIMENTO

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JANETE LOPES NASCIMENTO, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 479/15

PORTARIA Nº 479/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JAQUELINE APARECIDA MACHADO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando que a funcionária efetiva VIVIANE AP. GOES VARELA encontra-se em licença sem vencimento.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JAQUELINE APARECIDA MACHADO, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 480/15

PORTARIA Nº 480/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JESSICA MISLAINE PEREIRA DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972,

considerando que a funcionária ELADIR AGUIAR, encontra-se em auxílio doença;

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JESSICA MISLAINE PEREIRA DA SILVA, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 10 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 481/15

PORTARIA Nº 481/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JESSICA TAVARIOLI DO AMARAL

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JESSICA TAVARIOLI DO AMARAL, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 482/15

PORTARIA Nº 482/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JIANE CRISTINA PEREIRA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JIANE CRISTINA PEREIRA, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2015. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 483/15

PORTARIA Nº 483/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO KELI APARECIDA DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando que a funcionária MARIA BERNARDETE SILVA, encontra-se em auxílio doença;

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário KELI APARECIDA DOS SANTOS, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 486/15

PORTARIA Nº 486/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LUNALVA TEREZINHA VICENTE ALVES

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário LUNALVA TEREZINHA VICENTE ALVES, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Retroagindo seus efeitos a 04 de Fevereiro de 2015. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 489/15

PORTARIA Nº 489/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIA DE LOURDES GOMES

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário MARIA DE LOURDES GOMES, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 492/15

PORTARIA Nº 492/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIA NILSA DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário MARIA NILSA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Retroagindo seus efeitos a 09 de Fevereiro de 2015. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 493/15

PORTARIA Nº 493/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIA ZENIR ANTUNES TONINI

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário MARIA ZENIR ANTUNES TONINI, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2015. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 495/15

PORTARIA Nº 495/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIZETE FATIMA CHISTE BRAGHIROLI

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando que a funcionária LORENA FOSCARINI, encontra-se em auxílio doença;

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário MARIZETE FATIMA CHISTE BRAGHIROLI, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 497/15

PORTARIA Nº 497/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ONIVIA APARECIDA POLEZA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ONIVIA APARECIDA POLEZA, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 498/15

PORTARIA Nº 498/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSANE TEREZINHA SANTIN

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ROSANE TEREZINHA SANTIN, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Retroagindo seus efeitos a 03 de Fevereiro de 2015. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 499/15

PORTARIA Nº 499/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSELI ANTUNES

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ROSELI ANTUNES, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 501/15

PORTARIA Nº 501/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SANTINA DE FATIMA PENSO

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando que a funcionária MARIA DE LOURDES FAEDO, encontra-se em cargo comissionado;

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SANTINA DE FATIMA PENSO, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 502/15

PORTARIA Nº 502/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SONIA MARA TIEPO

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SONIA MARA TIEPO, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 504/15

PORTARIA Nº 504/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO TEONILA BERNADETE DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando que o funcionário efetivo DIOMAR CANUTO encontra-se em

cargo comissionado.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário TEONILA BERNADETE DA SILVA, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 505/15

PORTARIA Nº 505/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VILCIANE APARECIDA DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário VILCIANE APARECIDA DOS SANTOS, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2015. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 506/15

PORTARIA Nº 506/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANA RUBIA JACOMEL

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ANA RUBIA JACOMEL, para exercer o cargo de FONOAUDIOLOGA, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 512/15

PORTARIA Nº 512/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSELI MARIA FAGUNDES

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ROSELI MARIA FAGUNDES, para exercer o cargo de GARI, com os vencimentos previstos em lei. Retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2015. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 515/15

PORTARIA Nº 515/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FRANCISMAR DE MIRANDA SCHMIDT

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário FRANCISMAR DE MIRANDA SCHMIDT, para exercer o cargo de MÉDICO, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 796/15

PORTARIA Nº 796/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SULEICA BOEIRA DA ROSA ONEDA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, SULEICA BOEIRA DA ROSA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 820/15

PORTARIA Nº 820/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SABRINA ECCO ZIBETTI

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SABRINA ECCO ZIBETTI, para exercer o cargo de PSICOLOGA, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 20 de Fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 821/15

PORTARIA Nº 821/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JUSSARA SANTIN

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JUSSARA SANTIN, para exercer

o cargo de TÉCNICO APOIO ADMINISTRATIVO, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 823/15

PORTARIA Nº 823/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VICTOR AFONSO ZOLDAN

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário VICTOR AFONSO ZOLDAN, para exercer o cargo de TÉCNICO APOIO ADMINISTRATIVO, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 04 de Fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 893/15

PORTARIA Nº 893/15 DE 19/03/15

ALTERA CARGA HORÁRIA PERMANENTE DOS SERVIDORES QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, considerando a classificação resultante do Edital 04/2013 - SMEC, de conformidade com o disposto no Art. 17, §Único, Inciso I,II,III da Lei Complementar 07/11 de 23/09/2011 e devido a omissão de elaboração da Portaria em época oportuna,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária semanal de forma permanente, dos professores efetivos relacionados no Anexo I, atendendo ao disposto no item 2.1 e 2.2 do edital 02/2013- SMEC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
19 de março de 2015
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 915/15

PORTARIA Nº 915/15 DE 24/03/15
NOMEIA DEFENSOR QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear JOÃO MARIA MORAES JUNIOR, para fazer a defesa da funcionária GISLAINE MARIANO DA CRUZ, que está sendo investigado no Processo Administrativo instaurado pela portaria 281/15.

Art. 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e INTIME-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de março de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 916/15

PORTARIA Nº 916/15 DE 26/03/2015
NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAR IMÓVEIS BENEFICIADOS POR OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art 1º. Nomear pessoas a seguir indicadas para comporem Comissão de avaliação dos imóveis beneficiados pelas obras de pavimentação nas vias públicas no município, identificados e relacionados no anexo II da Lei Municipal nº 4.123/2015, para fins de lançamento da Contribuição de Melhoria instituída pela referida Lei.

I - Marita Forgiarini - Responsável pelo Cadastro Imobiliário Municipal;

II - Geraldo Mafioletti - Representante da Secretaria de Obras e Urbanismo;

III - Luiz Antônio Granzotto - Representante do Mercado Imobiliário;

IV - Marcos Bellincanta - Representante do Mercado Imobiliário.

Art 2º. Os membros de que trata o artigo anterior farão a avaliação apenas dos imóveis beneficiados pelas obras de pavimentação, conforme indicado no anexo II da Lei 4.123/2015, podendo requisitar para os levantamentos, se necessário, auxílio do Departamento de Engenharia do Município.

Art 3º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, comunique-se, publique-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
26 de março de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001/2015.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001/2015.

PARTÍCIPIES: O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o Município

de Campos Novos. OBJETO: Cessão do veículo marca Volkswagen, modelo Voyage, tipo sedan, combustível Álcool/Gasolina, ano/modelo 2014/2015, cor vermelha, chassi nº 9BWDB45U8FT036515, placa MLT-7247.VIGÊNCIA: 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura. DATA:

(Município), 26 de março de 2015. SIGNATÁRIOS: Onir Mocellin, pelo CBMSC e Nelson Cruz, pelo Município.

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 002/2015

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 002/2015.

PARTÍCIPIES: O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o Município

de Campos Novos. OBJETO: Cessão do veículo marca Renault, modelo Master Comac, tipo AMB, combustível Diesel, ano/modelo 2014/2015, cor vermelha, chassi nº 93YMAF4LEFJ427412, placa QHH-6147.VIGÊNCIA: 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura. DATA : Campos Novos, 26 de março de 2015. SIGNATÁRIOS: Onir Mocellin, pelo CBMSC e Nelson Cruz, pelo Município.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 18/2015

Portaria Nº 18/2015

EXONERAR A PEDIDO DA SERVIDORA ELIAMAR MARIA CANUTO DO CARGO EM COMISSÃO DE OPERADORA DE CENTRAL TELEFÔNICA.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido da Servidora, ELIAMAR MARIA CANUTO, brasileira, casada, inscrita sob CI nº 1.882.545 e CPF nº 018.173.439-71, do o cargo em Comissão de Operadora de Central Telefônica - OCT - 01, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 31 de Março de 2015.

Nelson Carafa

Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 19/2015

Portaria Nº 19/2015

REVOGA A PORTARIA Nº. 18/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Fica REVOGADA a Portaria Nº. 18/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 31 de Março de 2015.

Nelson Carafa

Presidente da Mesa

SAMAE - CAMPOS NOVOS**EXT. PP. 01/2015**SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844**AVISO LICITAÇÃO**

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 10.520/2002, Decreto 5.411/2005 e subsidiariamente com a Lei 8.666/1993, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 02/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº01/2015, tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

2-OBJETO: AQUISIÇÃO DE 1.400 (MIL E QUATROCENTAS) CAIXAS PARA PROTEÇÃO DE HIDRÔMETROS, A SEREM INCLUSAS NO ALMOXARIFADO DO SAMAE.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 14:00hs do dia 15/04/2015, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos

interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua:

Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, nos seguintes horários das

09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites

www.samaecn.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE**Canoinhas****PREFEITURA****DECRETO Nº 049/2015**

DECRETO Nº. 049/2015

RETIFICA O DECRETO Nº. 063/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RETIFICAR

Art. 1º - Fica retificado o Art. 1º do Decreto nº. 063/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

“ART 1º: Ficam nomeados os representantes que farão parte conforme Lei Nº 4.933 de 22/02/2012 do Conselho Municipal de Trânsito, Transportes e Sinalização, conforme relacionados abaixo:

I - CREA:

- Titular: Luis Alfredo Wendt
- Suplente: Wilmar Chagas

II - Associação dos Motociclistas:

- Titular: Helinton Haribert Paneitz
- Suplente: Joelcio Massaneiro

III - Assessoria Jurídica do Município:

- Titular: Douglas Antonio Conceição
- Suplente: Ivan Gilberto Krauss

IV - Sindicato dos Motoristas de Canoinhas:

- Titular: João Vitor de Lima Rodrigues
- Suplente: Ézio João Rodrigues

V - Secretaria Municipal de Planejamento:

- Titular: Gilson Luiz Guimarães
- Suplente: Dorval Padilha Junior

VI - Polícia Militar:

- Titular: João Marcos Dabrowski de Araújo
- Suplente: José Lourival Böge

VII - Câmara de Dirigentes Lojistas:

- Titular: Samuel Kluczkowski
- Suplente: Cássia Rejane Nader Salomon

VIII - CIRETRAN:

- Titular: Everton Cesar Gonchorovski
- Suplente: Angela Maria Alberti

IX - ACIC:

- Titular: Marcos Adolar Thiem
- Suplente: Nelson Revay

X - Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento:

- Titular: Jonas dos Santos Lima
- Suplente: Luis Gustavo Vieira de Britto

XI - DETRACAN:

- Titular: Lorival Schipitoski
- Suplente: Everton Cesar Gonchorovski”

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 051/2015

DECRETO Nº. 051/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica Municipal o artigo 86, inciso I, alínea "I",

CONSIDERANDO, o requerimento dos taxistas do município, de protocolo nº 6693 de 27 de novembro de 2014, justificando a majoração das tarifas do Município de Canoinhas.

CONSIDERANDO, o aumento do preço dos combustíveis, considerando que desde 2006, Decreto nº 104/2006, a tabela do município de Canoinhas não sofre reajuste:

DECRETA

Art. 1º - A tabela de tarifas para o serviço de táxi do município de Canoinhas, passa a vigorar a partir de 16/03/2015, com os seguintes valores da Unidade Taximétrica - UT:

BANDEIRADA -R\$ 4,50

BANDEIRA I -R\$ 2,40

BANDEIRA II - R\$ 2,90

HORA PARADA -R\$ 15,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 053/2015

DECRETO Nº. 053/2015

RATIFICA DECRETO Nº. 227/2014 DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município

e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RATIFICAR

Art. 1º - Fica ratificado o Decreto nº. 227/2014, que aprovou o desmembramento de terreno urbano com área de 600,00 m² (Seiscentos metros quadrados), procedido por MARIA SALETE DE OLIVEIRA, situado na Rua Saulo de Carvalho, no Bairro Jardim Esperança, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 16.283, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 17 com área de 240,00 m² e lote nº 28 com área de 360,00 m², ambos pertencentes à quadra nº 237, conforme requerimento protocolado sob nº. 4989/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL CMDCA Nº 002/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

Edital CMDCA nº 002/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Canoinhas - SC.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 30 de março de 2015, na sala de reuniões do Centro Empresarial de Canoinhas na rua Três de Maio, nº 152 e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução CONANDA nº 170/2014 e nos arts. 9º, 10º e 11º, da Lei Municipal nº 5.529 de 25 de março de 2015, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Canoinhas, e dá outras providências.

1. Do Cargo e das Vagas

1. A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

2. Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

2.1.2 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente

processo.

2. Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 5.529 de 25 de março de 2015, é assegurado o direito a:

I - vencimento será correspondente a do DIRETOR nomeado pelo prefeito (Nível 128CC-C), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - cobertura previdenciária;

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade;

VI - gratificação natalina.

2.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.5 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

2.5.1 Plantão noturno das 17h30 às 8h00 do dia seguinte.

2.5.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.5.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

3. Do Processo de Escolha

3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 20 de abril de 2015 a 03 de junho de 2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público das 8:30 às 11:30 e das 13:30 às 15:30, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Rua Três de Maio, 146, centro.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição: I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II - idade superior a vinte e um anos;

III - residir no município, demonstrada por comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital;

IV - conclusão de ensino superior, comprovada através de Diploma de Conclusão do Ensino Superior

V - experiência por no mínimo dois anos na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, que poderá ser comprovada da seguinte forma:

a) declaração fornecida por entidade cadastrada no CMDCA;

b) declaração emitidas por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente

c) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente;

3.1.2.1 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar,

no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.1.2 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.3 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.4 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 12/06/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Fórum desta Comarca e site da Prefeitura, para ciência pública.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 15/06/2015 a 19/06/2015, no horário de atendimento ao público 8:30 às 11:30 na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social.

3.2.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 22/06/2015 a 26/06/2015, no horário de atendimento ao público 8:30 às 11:30, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social.

3.2.2.2 A comissão eleitoral deverá apresentar resposta quanto às impugnações até 03/07/2015.

3.2.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 17/07/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

3.2.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015), mantidos os já escritos.

3.3 Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com "santinhos" constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.3.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor, bem ou vantagem pessoal, de qualquer natureza, inclusive brindes de

pequeno valor

3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e "santinhos" com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.3.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

3.3.9 A desobediência as regras deste edital ou as determinações da Comissão Eleitoral, acarretará a abertura de processo competente.

3.4 Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 8:00 as 17:00, no seguinte local:

◦ Universidade do Contestado - UnC - Campus de Canoinhas - Centro

3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.4.6 A candidatura será individual e cada eleitor apto a participar do processo citado poderá votar em apenas 1 (um) dos candidatos.

3.5 Do Voto

3.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.5.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.5.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e/ou número do candidato escolhido.

3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula numerada será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.6.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhe, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.1 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos: I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração dar-se-á na sede da Câmara de Vereadores do Município de Canoinhas, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.8.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá

fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato com mais idade.

4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado até 06/10/2015, em edital afixado no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar, sob pena de não se tornarem habilitados para assumir o cargo.

4.4 Serão impedidos de ser empossados os candidatos eleitos que tiverem grau de parentesco como: cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau inclusive.

5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 sem prejuízos das demais Leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante do Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município, sofrer condenação criminal ou ser condenado em processo de caráter disciplinar.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Canoinhas para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas SC 01 de abril de 2015.

VERA LÚCIA PIOTROWSKI CUBAS

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CANOINHAS.

ANEXO I

Das Inscrições	
Data: 20/04/2015 a 03/06/2015 das 8:30 as 11:30 e das 13:30 as 15:30	Local: Secretaria Municipal de Assistência Social
Publicação das candidaturas	
Data: 12/06/2015	Local: Mural do Átrio da Prefeitura Câmara de Vereadores de Canoinhas Fórum da Comarca Site da Prefeitura de Canoinhas
Impugnação das candidaturas	
Data: 15/06/2015 a 19/06/2015 das 8:30 as 11:30.	Local: Secretaria Municipal de Assistência Social
Manifestação com resposta do candidato impugnado	
Data: 22/06/2015 a 26/06/2015 das 8:30 as 11:30	Local: Secretaria Municipal de Assistência Social
Respostas às impugnações	
Data: 03/07/2015	
Publicação da relação dos candidatos com inscrições aprovada	
Data: 17/07/2015	Local: Mural do Átrio da prefeitura Câmara de Vereadores de Canoinhas Fórum da Comarca Site da Prefeitura de Canoinhas
Eleição Unificada Conselheiro Tutelar	
Data: 04/10/2015 das 8: 00 as 17:00.	Local: Universidade do Contestado – UnC – Campus Canoinhas - Centro
Publicação do resultado da eleição	
Data: até 06/10/2015	Local: Mural do Átrio da prefeitura Câmara de Vereadores de Canoinhas Fórum da Comarca Site da Prefeitura de Canoinhas
Posse dos 5 (cinco) candidatos eleitos	
Data: 10/01/2016	Local: Câmara de Vereadores de Canoinhas

PUBLICAÇÃO DA ERRATA DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 25/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/15

HOMOLOGAÇÃO: 24/03/15

ERRATA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público que na publicação realizada neste veículo no dia 27/03/2015, referente a divulgação da homologação do referida Pregão Presencial, onde lia-se, valor da despesa: R\$ 74,40, leia-se valor da despesa: R\$ 372.000,00.

DATA: 31/03/15.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº FMAS 04/2015

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 04/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMAS 04/2015

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 15/04/2015, às 15h30min, licitação para AQUISIÇÃO DE 15 (QUINZE) TRAJES, FEITOS SOB MEDIDA, PARA A DANÇA COREOGRÁFICA DOS IDOSOS QUE REPRESENTARÃO O MUNICÍPIO DE CANOINHAS NOS JASTI - JOGOS ABERTOS DA TERCEIRA IDADE. Recebimento de propostas até as 15h25min do dia 15/04/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº FMC 01/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. FMC 02/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. FMC 01/2015

A Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob n.º 02.216.925/0001-08, fará realizar no dia 16/04/2015, às 10h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SISTEMAS DE SOM PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS PROMOVIDOS PELA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 10h00min do dia 16/04/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

TERMO DO CONVÊNIO Nº 04/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 04/2015 PARTICIPES: A Prefeitura do Município de Canoinhas, por meio da Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer e a Associação de Moradores do Bairro Salto da Água Verde OBJETO: O objeto do presente convênio consiste no repasse de recurso financeiro para custear parte das despesas com a realização do Teatro da Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo". VALOR DO CONVÊNIO: Até o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), podendo serem repassados pelo município em parcela única ou ainda divididos em parcelas VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, contado da data de sua publicação SIGNATÁRIOS: Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria, pela Prefeitura do Município de Canoinhas, Sr. Alfredo Eike Bach, pela Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer e Sr. Braz Mayewski, pela Associação de Moradores do Bairro Salto da Água Verde.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº FMS 02/2015, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº FMS 06/2015. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO ABRE O PRAZO DE 5 DIAS ÚTEIS A CONTAR DA PUBLICAÇÃO DESTA PARA INTERPOSIÇÃO DE POSSÍVEIS RECURSOS QUANTO AO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 1/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nº do Processo: 6/2015 Licitação: 2/2015 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 8557 - STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA									
32	28018	ÁLCOOL IODADO 2% 1.000 ML	Fr		200,000	0,0000	5,9800	1.196,00	Venceu
60	28445	APARELHO DE BARBEAR DESCARTAVEL COM 2 LÂMINAS	vitalmax	UN	2.000,000	0,0000	0,3800	760,00	Venceu
95	27852	AGULHA DESCARTAVEL 13 X 4,5 CAIXA COM 100 UNIDADES	sr	UN	240,000	0,0000	4,0600	974,40	Venceu
96	27854	AGULHA DESCARTAVEL 20X 0,55 CAIXA COM 100 UNIDADES	sr	UN	240,000	0,0000	4,0600	974,40	Venceu
97	27856	AGULHA DESCARTAVEL 25X6 CAIXA COM 100 UNIDADES	sr	UN	240,000	0,0000	4,4800	1.075,20	Venceu
98	27857	AGULHA DESCARTAVEL 25X7 CAIXA COM 100 UNIDADES	sr	UN	1.000,000	0,0000	4,0600	4.060,00	Venceu
100	27861	AGULHA DESCARTAVEL 30 X7 CAIXA COM 100 UNIDADES	sr	UN	240,000	0,0000	4,0600	974,40	Venceu
105	34659	DISPOSITIVO ESTÉRIL DE TRANVASE PARA SOLUÇÃO FISIOLÓGICA	medsonda	UN	5.000,000	0,0000	0,6750	3.375,00	Venceu
106	45835	SONDA ENDOTRAQUEAL Nº 2,5 SEM BALÃO	vitalgold	UN	500,000	0,0000	1,7200	860,00	Venceu
107	45836	SONDA ENDOTRAQUEAL Nº 3,0 SEM BALÃO	vitalgold	UN	500,000	0,0000	1,7200	860,00	Venceu
108	45837	SONDA ENDOTRAQUEAL Nº 3,5 SEM BALÃO	vitalgold	UN	500,000	0,0000	1,7200	860,00	Venceu
109	45838	SONDA ENDOTRAQUEAL Nº 4,0 SEM BALÃO	vitalgold	UN	500,000	0,0000	1,7200	860,00	Venceu
110	45839	SONDA ENDOTRAQUEAL Nº 4,5 SEM BALÃO	vitalgold	UN	500,000	0,0000	1,7200	860,00	Venceu
111	45840	SONDA ENDOTRAQUEAL Nº 5,0 SEM BALÃO	vitalgold	UN	500,000	0,0000	1,7200	860,00	Venceu
112	45842	SONDA ENDOTRAQUEAL ORAL/NASAL COM BALÃO Nº 6,0, EM PLÁSTICO	vitalgold	UN	500,000	0,0000	2,1800	1.090,00	Venceu
113	45843	SONDA ENDOTRAQUEAL ORAL/NASAL COM BALÃO Nº 6,5, EM PLÁSTICO	vitalgold	UN	500,000	0,0000	2,1800	1.090,00	Venceu
114	45844	SONDA ENDOTRAQUEAL ORAL/NASAL COM BALÃO Nº 7,0, EM PLÁSTICO	vitalgold	UN	500,000	0,0000	2,1800	1.090,00	Venceu
115	45847	SONDA ENDOTRAQUEAL ORAL/NASAL COM BALÃO Nº 7,5, EM PLÁSTICO	vitalgold	UN	500,000	0,0000	2,1800	1.090,00	Venceu
116	45848	SONDA ENDOTRAQUEAL ORAL/NASAL COM BALÃO Nº 8,0, EM PLÁSTICO	vitalgold	UN	500,000	0,0000	2,1800	1.090,00	Venceu
117	45849	SONDA ENDOTRAQUEAL ORAL/NASAL COM BALÃO Nº 8,5, EM PLÁSTICO	vitalgold	UN	500,000	0,0000	2,1800	1.090,00	Venceu
118	45845	SONDA ENDOTRAQUEAL ORAL/NASAL COM BALÃO Nº 9,0, EM PLÁSTICO	vitalgold	UN	500,000	0,0000	2,1800	1.090,00	Venceu
119	45846	SONDA ENDOTRAQUEAL ORAL/NASAL COM BALÃO Nº 9,5, EM PLÁSTICO	vitalgold	UN	500,000	0,0000	2,1800	1.090,00	Venceu
120	45841	SONDA ENDOTRAQUEAL ORAL/NASAL COM BALÃO Nº 10,0 EM PLÁSTICO	vitalgold	UN	500,000	0,0000	2,1800	1.090,00	Venceu
147	28422	ANUSCÓPIO DESCARTÁVEL EMBALADO INDIVIDUALMENTE	vagispec	UN	1.000,000	0,0000	1,2600	1.260,00	Venceu
156	31627	CÂNULA DE GUEDEL CALIBRE Nº 0	advantive	UN	200,000	0,0000	1,6000	320,00	Venceu
157	31628	CÂNULA DE GUEDEL CALIBRE Nº 1	advantive	UN	200,000	0,0000	1,6000	320,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 2/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 6/2015 Licitação: 2/2015 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 8557 - STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA									
158	31629	CÂNULA DE GUEDEL CALIBRE Nº 2	advantive	UN	200,000	0,0000	1,6000	320,00	Venceu
159	31630	CÂNULA DE GUEDEL CALIBRE Nº 3	advantive	UN	200,000	0,0000	1,6000	320,00	Venceu
160	31631	CÂNULA DE GUEDEL CALIBRE Nº 4	advantive	UN	200,000	0,0000	1,6000	320,00	Venceu
161	31632	CÂNULA DE GUEDEL CALIBRE Nº 5	advantive	UN	200,000	0,0000	1,6000	320,00	Venceu
173	35262	ESPÁTULA DE AYRES C/ 100	theo	PCT	500,000	0,0000	3,7000	1.850,00	Venceu
180	34896	EMBALAGEM PLASTICA TRANSPARENTE DE BAIXA DENSIDADE	neklplast	UN	30.000,000	0,0000	0,0890	2.670,00	Venceu
188	48140	TUBO DE LATEX (GARROTE) Nº 203	lenmgruber	M	600,000	0,0000	2,3200	1.392,00	Venceu
191	41463	ÓCULOS DE PROTEÇÃO P ODONTOLOGIA OU CIRURGIA EMBALADO INDI	ferreira mold	UN	100,000	0,0000	2,5200	252,00	Venceu
192	40396	MASCARAS DESCARTAVEIS COM 50 UNIDADE COM ELASTICO	innova	UN	500,000	0,0000	3,6500	1.825,00	Venceu
197	38680	KIT PARA NEBULIZAÇÃO CONTENDO MASCARA ADULTO NA COR	daru	UN	500,000	0,0000	3,9800	1.990,00	Venceu
198	38681	KIT PARA NEBULIZAÇÃO CONTENDO MASCARA INFANTILDA COR	daru	UN	500,000	0,0000	3,9800	1.990,00	Venceu
199	38847	LÂMINA DE BISTURI Nº 12 CX C/ 100	advantive	CXA	100,000	0,0000	11,8000	1.180,00	Venceu
200	38854	LÂMINA DE BISTURI, Nº 15, CAIXA CONTENDO 100 UNIDADES	advantive	CXA	100,000	0,0000	11,8000	1.180,00	Venceu
201	38879	LAMINA PARA BISTURI Nº 22 COM 100 UNIDADES.	advantive	UN	12,000	0,0000	11,8000	141,60	Venceu
202	38850	LÂMINA DE BISTURI Nº 11 C/ 100 UN.	advantive	CXA	100,000	0,0000	11,8000	1.180,00	Venceu
224	35577	EVELOPES DE ELETRODOS DESCARTAVEIS PARA ECG, MEDINDO	vitalcor	UN	500,000	0,0000	5,1000	2.550,00	Venceu
245	27857	AGULHA DESCARTAVEL 25X7 CAIXA COM 100 UNIDADES	sr	UN	1.000,000	0,0000	35,0000	35.000,00	Venceu
246	27858	AGULHA DESCARTAVEL 25X8 CAIXA COM 100 UNIDADES	sr	UN	500,000	0,0000	35,0000	17.500,00	Venceu
247	27859	AGULHA DESCARTÁVEL 30 X 7 CAIXA COM 100 UNIDADES	sr	CXA	240,000	0,0000	35,0000	8.400,00	Venceu
248	27860	AGULHA DESCARTAVEL 30 X 8, CAIXA COM 100 UNIDADES	sr	CXA	240,000	0,0000	35,0000	8.400,00	Venceu
249	27863	AGULHA DESCARTÁVEL 40 X 12 CAIXA COM 100 UNIDADES	sr	CXA	500,000	0,0000	35,0000	17.500,00	Venceu
253	33075	COMPRESSA DE GAZE COM 8 DOBRAS 7,5X 7,5 COM 13 FIOS	america / herica	UN	1.000,000	0,0000	0,3800	380,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->								136.920,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 3/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 6/2015 Licitação: 2/2015 - CC Fornecedor: 9711 - PRODUTOS HOSPITALARES LTDA Data da Homologação:									
5	30987	CAIXA DE LUVAS DE LÁTEX TAMANHO GRANDE COM 100 UNIDADES	EMBRAMAC	UN	2.000,000	0,0000	10,9000	21.800,00	Venceu
6	30988	CAIXA DE LUVAS DE LÁTEX TAMANHO MÉDIO COM 100 UNIDADES	EMBRAMAC	UN	3.000,000	0,0000	10,8000	32.400,00	Venceu
7	30989	CAIXA DE LUVAS DE LÁTEX TAMANHO PEQUENO COM 100 UNIDADES	EMBRAMAC	UN	3.000,000	0,0000	10,8000	32.400,00	Venceu
8	39981	LUVAS DE LÁTEX EXTRA PEQUENO	EMBRAMAC	UN	2.000,000	0,0000	10,9000	21.800,00	Venceu
10	28907	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS COM 25 CM X 4,5 M ESTICADA	MB	UN	5.000,000	0,0000	0,5000	2.500,00	Venceu
11	28897	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS 06 CM X 4,5 M ESTICADA E 1,8 M	MB	UN	5.000,000	0,0000	0,1300	650,00	Venceu
12	28896	ATADURA DE CREPOM 13 FIO 10 CM X4,5 M, ESTICADA E 1,8 M EM	MB	UN	5.000,000	0,0000	0,2000	1.000,00	Venceu
13	28900	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS 12 CM X4,5 M, ESTICADA E 1,8 M	MB	UN	10.000,000	0,0000	0,2400	2.400,00	Venceu
14	28902	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS 15 CM X 4,5 M ESTICADA E 1,8 M	MB	UN	10.000,000	0,0000	0,3000	3.000,00	Venceu
15	28904	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS 20 CM X 4,5M ESTICADA E 1,8 M	MB	UN	10.000,000	0,0000	0,4000	4.000,00	Venceu
17	39877	LUA DE BORRACHA FORRADA GRANDE	DANI	PAR	600,000	0,0000	1,9000	1.140,00	Venceu
18	39879	LUA DE BORRACHA FORRADA TAMANHO MÉDIO	DANI	PAR	600,000	0,0000	1,9000	1.140,00	Venceu
19	39880	LUA DE BORRACHA FORRADA TAMANHO PEQUENO	DANI	PAR	600,000	0,0000	1,9000	1.140,00	Venceu
27	32245	CATETER P/ OXIGENIO TIPO ÓCULOS	MEDSONDA	UN	2.000,000	0,0000	0,6600	1.320,00	Venceu
28	41772	PALITO ABAIXADOR DE LÍNGUA, PACOTES COM 100 UNIDADES	ESTILO	PCT	500,000	0,0000	2,1500	1.075,00	Venceu
33	34345	DESINFETANTE HOSPITAL A BASE DE FENOIS SINTETICOS	VIC PHARMA	UN	200,000	0,0000	28,0000	5.600,00	Venceu
34	34347	DESINFETANTE HOSPITALAR PARA ARTIGOS SEMI-CRITICOS	RICIE	UN	500,000	0,0000	12,5000	6.250,00	Venceu
41	28899	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS 08CM X 4,5M ESTIC E 1,8M EM REP	MB	UN	5.000,000	0,0000	0,1700	850,00	Venceu
48	45900	SONDA URETRAL Nº8	MEDSONDA	UN	10.000,000	0,0000	0,3500	3.500,00	Venceu
49	45891	SONDA URETRAL Nº 10	MEDSONDA	UN	10.000,000	0,0000	0,3600	3.600,00	Venceu
50	45898	SONDA URETRAL Nº 12	MEDSONDA	UN	10.000,000	0,0000	0,3700	3.700,00	Venceu
51	45892	SONDA URETRAL Nº 14	MEDSONDA	UN	10.000,000	0,0000	0,4000	4.000,00	Venceu
52	45893	SONDA URETRAL Nº 16	MEDSONDA	UN	10.000,000	0,0000	0,4200	4.200,00	Venceu
53	35151	ESCOVA GINECOLÓGICA ESTÉRIL	KOLPLAST	UN	20.000,000	0,0000	0,1300	2.600,00	Venceu
80	32255	CATGUT SIMPLES AÇO INOX 24 UN AGULHAS AC 20 MM ½ CORPO CILIN	MEDLINE	CXA	300,000	0,0000	48,0000	14.400,00	Venceu
81	32253	CATGUT SIMPLES AÇO INOX 24 UN AGULHA AC 20 MM ½ CORPO CILIND	MEDLINE	CXA	300,000	0,0000	48,0000	14.400,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 4/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 6/2015 Licitação: 2/2015 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 9711 - PRODUTOS HOSPITALARES LTDA									
82	32255	CATGUT SIMPLES AÇO INOX 24 UN AGULHAS AC 20 MM 1/2 CORPO CILIN	MEDLINE	CXA	300,000	0,0000	48,0000	14.400,00	Venceu
83	32254	CATGUT SIMPLES AÇO INOX 24 UN AGULHAS AC 20 MM 1/2 CORPO CILI	MEDLINE	UN	300,000	0,0000	48,0000	14.400,00	Venceu
84	32256	CATGUT SIMPLES AÇO INOX 24 UN AGULHAS AC 20MM1/2 CORPO	MEDLINE	UN	300,000	0,0000	48,0000	14.400,00	Venceu
85	28062	ALGODÃO ORTOPÉDICO 06 CM	POLAR FIX	UN	2.000,000	0,0000	0,1700	340,00	Venceu
90	37330	GAZE EM ROLO TIPO QUEIJO 9,1 CM X 91 M COM 13 FIOS	MDA	ROL	1.200,000	0,0000	16,5000	19.800,00	Venceu
92	42036	PAPEL LENÇOL DESCARTÁVEL 50 X 50 CM.	FLEXPEL	ROL	1.000,000	0,0000	3,3000	3.300,00	Venceu
93	37101	FRASCOS DE PLASTICO OU MATERIAL SIMILAR TRANSPARENTE. CAPACI	CRAL	UN	100,000	0,0000	17,0000	1.700,00	Venceu
94	37092	FRASCO DE PLASTICOS OU MATERIAL SIMILAR OPACO. CAPACIDADE	CRAL	UN	100,000	0,0000	17,0000	1.700,00	Venceu
103	45465	SERINGA FIXA DESCARTÁVEL COM 1 ML E AGULHA (NÃO REMOVÍVEL	SOLIDOR	UN	20.000,000	0,0000	0,1800	3.600,00	Venceu
139	45809	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 18	MEDSONDA	UN	3.000,000	0,0000	0,4000	1.200,00	Venceu
140	45810	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 20	MEDSONDA	UN	3.000,000	0,0000	0,4500	1.350,00	Venceu
141	45811	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 22	MEDSONDA	UN	3.000,000	0,0000	0,5000	1.500,00	Venceu
142	45812	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 24	MEDSONDA	UN	3.000,000	0,0000	0,5500	1.650,00	Venceu
148	44675	RETOSGMOIDOSCOPIO DESCARTÁVEL EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	KOLPLAST	UN	1.200,000	0,0000	3,0000	3.600,00	Venceu
168	27988	ÁLCOOL 70% COM 1.000 ML	RICIE	Fr	3.000,000	0,0000	3,5000	10.500,00	Venceu
169	44862	ROLO ESPARADRAPO 5 CM X 4,5 M.	MISSNER	UN	3.000,000	0,0000	1,9000	5.700,00	Venceu
171	33075	COMPRESSA DE GAZE COM 8 DOBRAS 7,5X 7,5 COM 13 FIOS	MB	UN	7.000,000	0,0000	6,7000	46.900,00	Venceu
176	45112	SACOS P/ LIXO 100 LITROS C/ 100 UNIDADES	TECKPLAST	PCT	1.000,000	0,0000	15,0000	15.000,00	Venceu
178	45086	SACO PLASTICO BRANCO PARA LIXO HOSPITAL CAPACIDADE 100 LITRO	TECKPLAST	UN	1.000,000	0,0000	20,0000	20.000,00	Venceu
182	38868	LÂMINA DE VIDRO P/ MICROSCOPIA FOSCA 26 X 76 MM C/ 100 UNIC	LABOR	CXA	1.000,000	0,0000	2,0000	2.000,00	Venceu
183	29017	AVENTAL DESCARTÁVEL COM MANGA LONGA, EM TNT OU SIMILAR.	SKY	UN	8.000,000	0,0000	0,9000	7.200,00	Venceu
185	39252	LENÇOL PARA MACA COM ELÁSTICO EM TNT OU SIMILAR	SKY	UN	8.000,000	0,0000	0,0900	720,00	Venceu
219	29784	BOBINA DE PAPEL GRAU CIRURGICO PARA ESTERILIZAÇÃO 8X100	HOSPFLEX	UN	50,000	0,0000	15,0000	750,00	Venceu
222	31115	CAIXAS DE ENVELOPES AUTOSELANTE EM PAPEL GRAU CIRURGICO	HOSPFLEX	UN	100,000	0,0000	13,0000	1.300,00	Venceu
226	48366	VASELINA COM 1.000 ML	RICIE	UN	100,000	0,0000	12,9700	1.297,00	Venceu
228	34148	CURATIVO REDONDO PARA PUNÇÃO OU ADESIVO APOS SOLETA E		UN	50.000,000	0,0000	0,0200	1.000,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 5/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nº do Processo: 6/2015 Fornecedor: 9711 - PRODUALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA									
Licitação: 2/2015 - CC Data da Homologação:									
229	41957	PAPEL CREPADO P/ESTERILIZAÇÃO 40 X 40CM CAIXA C/ 500 UNID	HOSPFLX	CXA	50,000	0,0000	65,0000	3.250,00	Venceu
233	37775	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1%, FRASCO C/ 1.000 ML.	RICIE	Fr	200,000	0,0000	2,0500	410,00	Venceu
240	35046	EQUIPO MICRO GOTAS	LABOR	UN	1.000,000	0,0000	0,8000	800,00	Venceu
252	28009	ALCOOL ETILICO 92° COMUM COM 1.000 ML	RICIE	Fr	1.000,000	0,0000	4,5000	4.500,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->								395.132,00	
Nº do Processo: 6/2015 Fornecedor: 9962 - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.									
Licitação: 2/2015 - CC Data da Homologação:									
69	45935	SORO GLICOFISIOLÓGICO 250 ML, BOLSA SISTEMA FECHADO	Segmenta-Eurofar	UN	10.000,000	0,0000	2,4247	24.247,00	Venceu
101	27863	AGULHA DESCARTÁVEL 40 X 12 CAIXA COM 100 UNIDADES	Lamedid-Solidor-F	CXA	500,000	0,0000	4,4200	2.210,00	Venceu
165	28013	ALCOOL GEL 70 % COM 50 ML OU GRAMAS	Da Ilha	UN	1.000,000	0,0000	3,6027	3.602,70	Venceu
166	28018	ALCOOL IODADO 2% 1.000 ML	Vic Pharma	Fr	500,000	0,0000	8,2740	4.137,00	Venceu
167	28016	ALCOOL GLICERINADO 1.000 ML	Vic Pharma	LT	100,000	0,0000	4,5753	457,53	Venceu
186	48138	TUBO DE LATEX (GARROTE) Nº 201	Biosani	M	600,000	0,0000	1,2794	767,64	Venceu
193	40388	MASCARA OU RESPIRADOE PURIFICADOR DE AR DESCARTÁVEL	Aldesc	UN	2.000,000	0,0000	1,1444	2.288,80	Venceu
194	45769	SOLUÇÃO DE RIGER LACTATO COM 500ML SISTEMA FECHADO	Segmenta-Eurofar	UN	3.000,000	0,0000	2,8356	8.506,80	Venceu
215	36946	FORMOL A 37% COM 1 LITRO	Ricie-Wirath-Miyuk	LT	20,000	0,0000	10,3882	207,76	Venceu
227	45772	SOLUCAO ÉTRER A 50% COM 1.000 ML	Vic Pharma	UN	200,000	0,0000	15,1643	3.032,86	Venceu
230	27796	ÁGUA OXIGENADA 10 VOLUMES 1.000 ML	Vic Pharma	LT	400,000	0,0000	2,9589	1.183,56	Venceu
238	37093	FRASCO DE POVIDINE TOPICO 1.000 ML	Vic Pharma	UN	400,000	0,0000	14,3835	5.753,40	Venceu
239	43763	POVIDINE DEGERMANTE 1.000 ML	Vic Pharma	Fr	200,000	0,0000	12,9452	2.589,04	Venceu
Total do Fornecedor ----->								58.984,09	
Nº do Processo: 6/2015 Fornecedor: 9984 - OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA									
Licitação: 2/2015 - CC Data da Homologação:									
1	39975	LUVAS CIRURGICAS Nº 7.0 PUNHO LONGO	MAXITEX	UN	5.000,000	0,0000	0,7390	3.695,00	Venceu
3	39963	LUVAS CIRURGICA Nº 8.0 PUNHO LONGO	MAXITEX	PAR	5.000,000	0,0000	0,7390	3.695,00	Venceu
4	39976	LUVAS CIRURGICAS Nº 8.5 PUNHO LONGO	MAXITEX	UN	5.000,000	0,0000	0,7390	3.695,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 6/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 6/2015									
Fornecedor: 9984 - OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA									
			Licitação: 2/2015 - CC		Data da Homologação:				
16	39857	LUVA CIRURGICA N° 6,5	MAXITEX	PAR	5.000,000	0,0000	0,7390	3.695,00	Venceu
187	48139	TUBO DE LATEX (GARROTE) N° 202	LENGRUBER	M	600,000	0,0000	2,0900	1.254,00	Venceu
190	48147	TUBO DE SILICONE N° 202 P/ ESTENÇÃO DE OXIGÊNIO	KINNER	M	600,000	0,0000	4,2000	2.520,00	Venceu
					21.200,000			18.554,00	
Total do Fornecedor ----->									
Nr. do Processo: 6/2015									
Fornecedor: 10336 - ALIANÇA HOSPITALAR LTDA ME									
			Licitação: 2/2015 - CC		Data da Homologação:				
20	32232	CATETER INTRAVENOSO ESTÉRIL APIROGÊNICO C/ FILTRO	LABOR	UN	5.000,000	0,0000	0,6500	3.250,00	Venceu
21	32234	CATETER INTRAVENOSO ESTÉRIL APIROGÊNICO C/ FILTRO HÍDR. N°16	LABOR	UN	5.000,000	0,0000	0,5100	2.550,00	Venceu
22	32235	CATETER INTRAVENOSO ESTÉRIL APIROGÊNICO C/ FILTRO HÍDR. N°18	LABOR	UN	5.000,000	0,0000	0,5100	2.550,00	Venceu
23	32236	CATETER INTRAVENOSO ESTÉRIL APIROGÊNICO C/ FILTRO HÍDR. N°20	LABOR	UN	5.000,000	0,0000	0,5100	2.550,00	Venceu
24	32237	CATETER INTRAVENOSO ESTÉRIL APIROGÊNICO C/ FILTRO HÍDR. N°22	LABOR	UN	5.000,000	0,0000	0,5100	2.550,00	Venceu
25	32239	CATETER INTRAVENOSO ESTÉRIL APIROGÊNICO COM FILTRO HÍDRIO	LABOR	UN	5.000,000	0,0000	0,5100	2.550,00	Venceu
64	37087	FRASCO DE GEL PARA ECG COM 1.000 GRAMAS	CAITHEC	UN	1.000,000	0,0000	2,8900	2.890,00	Venceu
75	30941	CAIXA COM 24 UNIDADES CADA DE FIO DE SUTURA MONONYLON COM AG	PROCARE	UN	200,000	0,0000	16,9800	3.396,00	Venceu
78	31114	CAIXAS COM 24 UNIDADES CADA FIO DE SUTURA MONONYLON COM	PROCARE	UN	200,000	0,0000	16,9800	3.396,00	Venceu
79	31113	CAIXAS COM 24 UNIDADES CADA DE FIO DE SUTURA MONONYLON	PROCARE	UN	200,000	0,0000	16,9800	3.396,00	Venceu
86	28063	ALGODÃO ORTOPÉDICO 10 CM	ORTOFEN	UN	2.000,000	0,0000	0,2200	440,00	Venceu
87	28065	ALGODÃO ORTOPÉDICO 15 CM	ORTOFEN	UN	2.000,000	0,0000	0,3200	640,00	Venceu
88	28068	ALGODÃO ORTOPÉDICO 20 CM	ORTOFEN	UN	2.000,000	0,0000	0,4500	900,00	Venceu
99	27858	AGULHA DESCARTAVEL 25X8 CAIXA COM 100 UNIDADES	LABOR	UN	500,000	0,0000	4,4500	2.225,00	Venceu
102	27860	AGULHA DESCARTAVEL 30 X 8, CAIXA COM 100 UNIDADES	LABOR	CXA	500,000	0,0000	4,4500	2.225,00	Venceu
151	40115	MALHA TUBULAR 100% ALGODÃO 15X 15 M	ORTOFEN	UN	500,000	0,0000	6,0500	3.025,00	Venceu
152	40116	MALHA TUBULAR 100% ALGODÃO 20 X 15 M	ORTOFEN	UN	500,000	0,0000	6,4500	3.225,00	Venceu
172	41672	PACOTE DE PALITO DE MADEIRA TIPO ESPETINHO DE XIXO	TB	UN	300,000	0,0000	3,2500	975,00	Venceu
174	45116	SACOS P/ LIXO 40 LITROS C/ 100 UNIDADES	NEKPLAST	PCT	1.000,000	0,0000	8,9800	8.980,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 7/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 6/2015 Licitação: 2/2015 - CC									
Fornecedor: 10336 - ALIANÇA HOSPITALAR LTDA ME									
175	45072	SACO PARA LIXO COM 60 LITROS	NEKPLAST	UN	1.000,000	0,0000	10,8000	10.800,00	Venceu
196	46722	TERMOMETRO CLINICO DIGITAL	MD	UN	500,000	0,0000	4,2900	2.145,00	Venceu
203	30744	CABOS PARA BISTURI Nº 4	ABC	UN	20,000	0,0000	4,1000	82,00	Venceu
204	30743	CABOS PARA BISTURI Nº 3	ABC	UN	20,000	0,0000	4,1000	82,00	Venceu
216	37104	FRASCOS SOLUÇÃO DE AZUL DE MITILENO A 1% COM 1 LITRO	GB	LT	50,000	0,0000	34,0000	1.700,00	Venceu
217	29780	BOBINA DE PAPEL GRAU CIRURGICO 20X100 (CMXM)	VEDAMAX	UN	50,000	0,0000	38,0000	1.900,00	Venceu
218	29779	BOBINA DE PAPEL GRAU CIRURGICO 15X100 (CMXM) COM IDENTIFICA	VEDAMAX	UN	50,000	0,0000	29,0000	1.450,00	Venceu
221	31116	CAIXAS DE ENVELOPES AUTOSELANTE EM PAPEL GRAU CIRURGICO	VEDAMAX	UN	100,000	0,0000	19,5000	1.950,00	Venceu
223	31117	CAIXAS DE ENVELOPES AUTOSELANTE EM PAPEL GRAU	VEDAMAX	UN	100,000	0,0000	29,8000	2.980,00	Venceu
244	27855	AGULHA DESCARTÁVEL 25 X 6 CAIXA COM 100 UNIDADES	LABOR	CXA	240,000	0,0000	4,4500	1.068,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					43.030,000			75.870,00	
Nr. do Processo: 6/2015 Licitação: 2/2015 - CC									
Fornecedor: 13251 - ISAMED - MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME									
26	32251	CATETER PARA OXIGÊNIO TIPO ÓCULOS PARA RECÉM NASCIDO	MED SONDA	UN	500,000	0,0000	0,7200	360,00	Venceu
30	36624	FIXADOR CITOLÓGICO SPRAY 100 ML	ADLIN	Fr	500,000	0,0000	3,3900	1.695,00	Venceu
31	41491	ÓLEO DE GIRASSOL 900 OU 1.000 ML	LIZA	UN	300,000	0,0000	3,1100	933,00	Venceu
40	45457	SERINGA DESCARTAVEL 3 ML. SEM AGULHA	SR	UN	80.000,000	0,0000	0,0700	5.600,00	Venceu
72	30939	CAIXA COM 24 UNIDADES CADA DE FIO DE SUTURA MONONYLON	PROCARE	UN	100,000	0,0000	17,7000	1.770,00	Venceu
74	30942	CAIXA COM 24 UNIDADES CADA FIO DE SUTURA MONONYLON COM	PROCARE	UN	200,000	0,0000	17,7000	3.540,00	Venceu
121	45876	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 04	MED SONDA	UN	500,000	0,0000	0,4800	240,00	Venceu
137	45807	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 14	MED SONDA	UN	3.000,000	0,0000	0,4300	1.290,00	Venceu
138	45808	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 16	MED SONDA	UN	3.000,000	0,0000	0,4600	1.380,00	Venceu
155	41955	PAPEL CREPADO 90 X 90 COM CAIXA COM 500 UNIDADES	HOSP FLEX	UN	50,000	0,0000	78,9700	3.948,50	Venceu
181	38870	LAMINA DE VIDRO PARA MICROSCOPIO LISA 26/76 MM COM 100 UND	CRALPLAST	UN	500,000	0,0000	2,0800	1.040,00	Venceu
205	45862	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 04 EM PVC EMBALADA INDIVIDUAMENTE	MED SONDA	UN	500,000	0,0000	0,3300	165,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 8/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 6/2015 Licitação: 2/2015 - CC									
Fornecedor: 13251 - ISAMED - MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME									
206	45864	SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº 06 EM PVC EMBALADA	MED SONDA	UN	500,000	0,0000	0,3600	180,00	Venceu
208	45867	SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº 10 EM PVC EMBALADA INDI	MED SONDA	UN	500,000	0,0000	0,3800	190,00	Venceu
209	45868	SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº 12 EM PVC	MED SONDA	UN	500,000	0,0000	0,3800	190,00	Venceu
210	45870	SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº 14 EM PVC EMBALADA INDIVIDUALME	MED SONDA	UN	500,000	0,0000	0,4000	200,00	Venceu
211	45871	SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº 16 EM PVC EMBALADA INDIVIDUALMEN	MED SONDA	UN	500,000	0,0000	0,4600	230,00	Venceu
212	45872	SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº 18 EM PVC EMBALADA	MED SONDA	UN	500,000	0,0000	0,5200	260,00	Venceu
213	45874	SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº 20 ME PVC EMBALADA	MED SONDA	UN	500,000	0,0000	0,5600	280,00	Venceu
214	45875	SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº 22 EM PVC	MED SONDA	UN	500,000	0,0000	0,5600	280,00	Venceu
					93.150,000	Total do Fornecedor ----->			
Nr. do Processo: 6/2015 Licitação: 2/2015 - CC									
Fornecedor: 13526 - DIMAC/ISC MATERIAL CIRURGICO LTDA									
2	39868	LUVA CIRURGICA Nº7.5 PUNHO LONGO	DESCARPACK	PAR	5,000,000	0,0000	0,7700	3.850,00	Venceu
59	29953	BOLSA COLETORA DE URINA SISTEMA FECHADO 2.000 ML	MED URINE	UN	1,000,000	0,0000	1,8800	1.880,00	Venceu
89	28061	ALGODÃO HIDRÓFILO COM 500 GRAMAS	NÉVOA	ROL	1,000,000	0,0000	6,5400	6.540,00	Venceu
122	45877	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 06	MARK MED	UN	500,000	0,0000	0,4900	245,00	Venceu
123	45878	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 08	MARK MED	UN	500,000	0,0000	0,5200	260,00	Venceu
124	45879	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 10-	MARK MED	UN	500,000	0,0000	0,5700	285,00	Venceu
125	45880	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 12	MARK MED	UN	500,000	0,0000	0,5900	295,00	Venceu
126	45884	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 14	MARK MED	UN	500,000	0,0000	0,5900	295,00	Venceu
127	45885	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 16	MARK MED	UN	625,000	0,0000	0,6700	418,75	Venceu
128	45857	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 18	MARK MED	UN	500,000	0,0000	0,7500	375,00	Venceu
129	45881	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 20	MARK MED	UN	500,000	0,0000	0,8500	425,00	Venceu
130	45882	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 22	MARK MED	UN	500,000	0,0000	0,8900	445,00	Venceu
131	45883	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 24	MARK MED	UN	500,000	0,0000	1,0400	520,00	Venceu
132	45802	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 04	MARK MED	UN	3,000,000	0,0000	0,3500	1.050,00	Venceu
133	45803	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 06	MARK MED	UN	3,000,000	0,0000	0,3600	1.080,00	Venceu
134	45804	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 08	MARK MED	UN	3,000,000	0,0000	0,3700	1.110,00	Venceu
135	45805	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 10	MARK MED	UN	3,000,000	0,0000	0,3900	1.170,00	Venceu
136	45806	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 12	MARK MED	UN	3,000,000	0,0000	0,4200	1.260,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 9/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 6/2015 Licitação: 2/2015 - CC									
Fornecedor: 13526 - DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA Data da Homologação:									
143	28929	ATADURA GESSADA 10 X 3M	NEVADA	UN	1.200.000	0,0000	0,8900	1.068,00	Venceu
144	28931	ATADURA GESSADA 12 X 3 M	NEVADA	UN	1.200.000	0,0000	1,0700	1.284,00	Venceu
145	28933	ATADURA GESSADA 15 X 3 M	NEVADA	UN	1.200.000	0,0000	1,3400	1.608,00	Venceu
146	28938	ATADURA GESSADA 20 X 4 M	NEVADA	UN	1.200.000	0,0000	2,4300	2.916,00	Venceu
149	40121	MALHA TUBULAR 100% ALGODÃO 10 X 15M	MISO	UN	200.000	0,0000	4,2400	848,00	Venceu
150	40114	MALHA TUBULAR 100% ALGODÃO 12 X 15 M	AD PELE	UN	200.000	0,0000	4,8900	978,00	Venceu
170	44861	ROLO ESPARADRAPO 10 CM X 4,5 M	DESCARPACK	UN	3.000.000	0,0000	3,2400	9.720,00	Venceu
184	37442	GORRO DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO	DESCARPACK	UN	5.000.000	0,0000	0,0400	200,00	Venceu
207	45865	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 08 EM PVC	MARK MED	UN	500.000	0,0000	0,3700	185,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->	40.310,75			
Nr. do Processo: 6/2015 Licitação: 2/2015 - CC									
Fornecedor: 14342 - PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E Data da Homologação:									
9	41687	PACOTES COM LUVAS PLASTICAS DESCARTAVEL ESTERELIZADA 100 UN	LUPLAST	UN	1.000.000	0,0000	5,8800	5.880,00	Venceu
65	45928	SORO FISIOLÓGICO 9% 100 OU 125 ML	EUROFARMA	UN	10.000.000	0,0000	1,9300	19.300,00	Venceu
66	45930	SORO FISIOLÓGICO 9%, 250 ML., BOLSA SISTEMA FECHADO	EUROFARMA	UN	10.000.000	0,0000	2,0900	20.900,00	Venceu
67	45931	SORO FISIOLÓGICO 9%, 500 ML. BOLSA SISTEMA FECHADO	EUROFARMA	UN	10.000.000	0,0000	2,4700	24.700,00	Venceu
68	45937	SORO GLICOFISIOLÓGICO 500 ML, BOLSA SISTEMA FECHADO	EUROFARMA	UN	10.000.000	0,0000	2,5900	25.900,00	Venceu
70	45940	SORO GLICOSADO 5% 250 ML BOLSA SISTEMA FECHADO	EUROFARMA	UN	10.000.000	0,0000	2,0900	20.900,00	Venceu
71	45941	SORO GLICOSADO 5% 500 ML BOLSA FECHADO	EUROFARMA	UN	10.000.000	0,0000	2,4700	24.700,00	Venceu
231	44865	ROLO FITA MICROPORE 10 CM X 4,5M	MISSNER	UN	5.000.000	0,0000	2,6900	13.450,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->	155.730,00			

Nr. do Processo: 6/2015 Fornecedor: 16082 - BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA									
			Licitação: 2/2015 - CC		Data da Homologação:				

35	35048	EQUIPO MACRO GOTAS COM INJETOR LATERAL E SUSPIRO	TKL	UN	15.000,000	0,0000	0,6990	10.485,00	Venceu
36	35049	EQUIPO MACROGOTAS	TKL	UN	15.000,000	0,0000	0,6490	9.735,00	Venceu
37	45455	SERINGA DESCARTÁVEL 20 ML	DESCARPACK	UN	50.000,000	0,0000	0,2300	11.500,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 10/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 6/2015 Licitação: 2/2015 - CC Fornecedor: 16082 - BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA Data da Homologação:									
38	45454	SERINGA DESCARTAVEL 10 ML SEM AGULHA	DESCARPAC	UN	50.000,000	0,0000	0,1400	7.000,00	Venceu
39	45459	SERINGA DESCARTAVEL 5 ML SEM AGULHA	DESCARPAC	UN	80.000,000	0,0000	0,0900	7.200,00	Venceu
54	35292	ESPECULO GINECOLÓGICO PEQUENO DESCARTAVEL.	ADLIN	UN	5.000,000	0,0000	0,6490	3.245,00	Venceu
55	35290	ESPECULO GINECOLÓGICO GRANDE DESCARTAVEL	ADLIN	UN	2.000,000	0,0000	0,9000	1.800,00	Venceu
56	35291	ESPECULO GINECOLÓGICO MÉDIO DESCARTAVEL	ADLIN	UN	5.000,000	0,0000	0,6690	3.345,00	Venceu
57	38635	KIT GINECOLÓGICO CONENDO (ESPECULO, ESPATULA E ESCOVINHA	ADLIN	UN	5.000,000	0,0000	1,2600	6.300,00	Venceu
58	38636	KIT GINECOLÓGICO CONENDO(ESPECULO, ESPATULA E ESCOVINHA)	ADLIN	UN	5.000,000	0,0000	1,2000	6.000,00	Venceu
61	35533	FITA HOSPITALAR PARA AUTOCLAVE 19 MM X 30 M	EUROCEL	ROL	5.000,000	0,0000	1,7400	8.700,00	Venceu
73	30940	CAIXA COM 24 UNIDADES CADA DE FIO DE SUTURA MONONYLON COM	TECH NEW	UN	100,000	0,0000	12,0000	1.200,00	Venceu
76	30938	CAIXA COM 24 UN CADA DE FIO DE SUTURA MONONYLON COM AGULHAS	TECH NEW	UN	200,000	0,0000	12,0000	2.400,00	Venceu
77	31112	CAIXAS COM 24 UN CADA DE FIO DE SUTURA MONONYLON COM AGULHA	TECH NEW	UN	200,000	0,0000	12,0000	2.400,00	Venceu
104	45464	SERINGA FIXA DESC COM 1 ML E AGULHA ULTRA FINE 12,7 X 0,30	ADVANTIVE	UN	20.000,000	0,0000	1,1790	23.580,00	Venceu
153	41956	PAPEL CREPADO P/ ESTERILIZAÇÃO 30 X 30CM CAIXA C/ 500 UNID	POLAR FIX	CXA	50,000	0,0000	34,8900	1.744,50	Venceu
154	41958	PAPEL CREPADO P/ ESTERILIZAÇÃO 50 X 50CM CAIXA C/ 500 UNID	POLAR FIX	CXA	50,000	0,0000	91,9000	4.595,00	Venceu
177	45085	SACO PLASTICO BRANCO PARA LIXO HOSPITAL CAPACIDADE	NEKPLAST	UN	1.000,000	0,0000	14,9900	14.990,00	Venceu
189	48148	TUBO DE SILICONE Nº 203 P/ ESTENSAO DE OXIGÊNIO	KINNER	M	600,000	0,0000	3,8600	2.316,00	Venceu
220	29783	BOBINA DE PAPEL GRAU CIRURGICO PARA ESTERILIZAÇÃO 5X100 (CM	FARMATEX	UN	50,000	0,0000	9,0000	450,00	Venceu
225	34548	DIFUSOR POLIFIX 2 VIAS	VITALGOLD	UN	10.000,000	0,0000	0,4500	4.500,00	Venceu
232	44839	ROLO DE FITA MICROPORE 5 CM X 4,5 M	CRAL	UN	5.000,000	0,0000	1,2000	6.000,00	Venceu
234	45232	SCALP N.º 25	FARMATEX	UN	10.000,000	0,0000	0,1100	1.100,00	Venceu
235	45225	SCALP N.º 19	FARMATEX	UN	10.000,000	0,0000	0,1100	1.100,00	Venceu
236	45226	SCALP N.º 21	FARMATEX	UN	10.000,000	0,0000	0,1100	1.100,00	Venceu
237	45227	SCALP N.º 23	FARMATEX	UN	10.000,000	0,0000	0,1100	1.100,00	Venceu
241	45424	SERINGA 10ML	DESCARPAC	UN	20.000,000	0,0000	0,1700	3.400,00	Venceu
242	45459	SERINGA DESCARTAVEL 5 ML SEM AGULHA	DESCARPAC	UN	40.000,000	0,0000	0,1000	4.000,00	Venceu
243	45457	SERINGA DESCARTAVEL 3 ML SEM AGULHA	DESCARPAC	UN	40.000,000	0,0000	0,0900	3.600,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 11/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 6/2015 Licitação: 2/2015 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 16082 - BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA									
251	45469	SERINGA P/ INSULINA COM AGULHA 12.7X0,30 (LONGA) CAP. 100 UI.	DESCARPACK	UN	10.000,000	0,0000	0,2400	2.400,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			157.285,50	
Nr. do Processo: 6/2015 Licitação: 2/2015 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 16210 - ML MEDICAL, IMP. E EXP. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITA									
42	45827	SONDA DE FOLLEY N.º 10	WELL LEAD	UN	500,000	0,0000	1,6300	815,00	Venceu
43	45826	SONDA DE FOLEY Nº 12	WELL LEAD	UN	500,000	0,0000	1,6300	815,00	Venceu
44	45829	SONDA DE FOLLEY N.º 16	WELL LEAD	UN	500,000	0,0000	1,6300	815,00	Venceu
45	45830	SONDA DE FOLLEY N.º 18	WELL LEAD	UN	500,000	0,0000	1,6300	815,00	Venceu
46	45833	SONDA DE FOLLEY N.º 20	WELL LEAD	UN	500,000	0,0000	1,6300	815,00	Venceu
47	45831	SONDA DE FOLLEY N.º 22	WELL LEAD	UN	500,000	0,0000	1,6300	815,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			4.890,00	
Nr. do Processo: 6/2015 Licitação: 2/2015 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 16527 - CAMILA APARECIDA MINARI									
62	36408	FITA ADESIVA HOSPITALAR CREPE 16 X 30 M.	CIEX	UN	1.000,000	0,0000	1,3360	1.336,00	Venceu
91	32996	COLETOR PERFURO CORTANTE 7 LITROS COM 10 UNIDADES EM PAPELÃO	DESCARBOX	CXA	1.200,000	0,0000	21,4000	25.680,00	Venceu
162	28132	ALMOTOLIA EM PLÁSTICO TRANSPARENTE CAPACIDADE	HITOPLAST	UN	800,000	0,0000	1,2800	1.024,00	Venceu
163	28131	ALMOTOLIA EM PLÁSTICO ESCURO "AMBAR" COM CAPACIDADE	HITOPLAST	UN	500,000	0,0000	1,2800	640,00	Venceu
164	37095	FRASCO FRACIONADOR DE SOLUÇÕES ENTERAIS EM PLÁSTICO 300ML	BIODASE	Fr	1.000,000	0,0000	0,6680	668,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 12/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<div><div>Nr. do Processo: 6/2015 Fornecedor: 16527</div><div>Licitação: 2/2015 - CC - CAMILA APARECIDA MINARI</div><div>Data da Homologação:</div></div>									
250	45468	SERINGA FIXA DESCARTAVEL E AGULHA PARA INSULINA	INJEX	UN	10.000,000	0,0000	0,3880	3.880,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->	14.500,000		33.228,00	

Canoinhas, 31 de Março de 2015.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMAS 03/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Total dos Itens Vencedores: 3.599,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2015

Licitação.....: 3/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE 300 CAMISETAS EM MALHA, NA COR BRANCA, SENDO 100 CAMISETAS DESTINADAS AO CRAS I, 100 CAMISETAS DESTINADAS AO CRAS II E 100 CAMISETAS DESTINADAS AO CRAS III.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	31394	-	CAMISETAS EM MALHA NA COR BRANCA	-	Unidade: UN		
10788	ALVO CONFECÇÕES LTDA	ALVO	300.000	0,0000	11,9967	3.599,00	Venceu	1 *****
12335	GUSMALHAS INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA ME	GUSMALHAS	300.000	0,0000	12,0000	3.600,00	Perdeu	2

Canoinhas, Em

PAULO CESAR SAFANELLI - - Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA - - EQUIPE DE APOIO
ROBERTA JOSIANE SCHAFSCHEK - - SUPLENTE PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - - 28.754/SC
TAYNÁ MACHADO - - CRC/SC 037083/P-8

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 15/2015 - EXONERA A PEDIDO A AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

	Câmara de Vereadores de Canoinhas O Poder Legislativo aberto à Comunidade Rua: Três de Maio, nº 150 Canoinhas-SC (47) 3622-3804
--	--

PORTARIA Nº 15/2015

EXONERA A PEDIDO A AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

RESOLVE

Art. 1º - Fica exonerada a pedido da Servidora Camila Fernandes Padilha, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do quadro de Pessoal do Poder Legislativo, a partir de 01 de abril de 2015, contratada através da Portaria 64/2013 de 18/12/2013, referente ao concurso publico nº 001/2013.

Art. 2º - As despesas constantes da presente Portaria, correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 30 de março de 2015.

Gilmar Martins de Souza
Presidente

Cris Arrabar Neno Pangratz
1º Secretária 2º Secretário

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 30 de março de 2015.

RETIFICAÇÃO - RGF - ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.407.997,54	0,00
Pessoal Ativo	2.040.988,79	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	367.008,75	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	2.407.997,54	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	2.407.997,54	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	106.642.984,58	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	2,26	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	6.398.579,07	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	6.078.650,12	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5,4%	5.758.721,17	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

CANOINHAS, 30/03/2015

JOÃO ALTANIR GREIN
PRESIDENTE

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
CONTADORA CRC SC 13989/0-0

CHIQUEINHO DA SILVA
2 SECRETARIO

ETIENE J.PRADO DE ALMEIDA
CONTROLE INTERNO

Capinzal

PREFEITURA

ANEXO PARECER 001.2015 - COMED

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CAPINZAL

Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

Calendário 2015

Resumo Ensino Fundamental													
Meses	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Ensino Fundamental	00	13	21,5	19	19,5	21	17	22	21	22	20	04	200
Pré-escola	00	12	21,5	19	19,5	21	17	22	21	22	20	07	202
Creche	14	13	21,5	19	19,5	21	22	22	21	22	20	13	228

Decreto 039/2015

DECRETO Nº 039, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Regulamenta a Lei Complementar nº 147, de 4 de abril de 2012 relativo à promoção por cursos de formação e/ou capacitação dos servidores do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, usando da atribuição privativa que lhe confere o inciso V do art. 58 e alínea "a" do inciso I do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando o disposto no TÍTULO IV, CAPÍTULO III, da Lei Complementar nº 147, de 4 de abril de 2012, que dispõe sobre a reestruturação e organização do Plano de Carreira, Cargos, Vencimentos e Funções de Confiança dos servidores públicos do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto (SIMAE) e dá outras providências;

DECRETA:

Art. 1º Para atendimento do disposto no Art. 37, da Lei Complementar nº 147, de 04 de abril de 2012, caberá a direção da Autarquia a constituição de comissão específica, composta por 03 (três) servidores efetivos do quadro, para reconhecimento de diplomas e/ou certificados dos cursos de capacitação.

Parágrafo único. Compete a comissão, ainda, analisar a relação dos cursos com a área de atuação do cargo ocupado pelo servidor, mediante a emissão de parecer justificativo, em atendimento ao § 2º, do art. 40 da referida Lei Complementar.

Art. 2º Na promoção por cursos de capacitação serão considerados os cursos promovidos nas modalidades "presencial" e "à distância".

Parágrafo único. Não será concedida promoção por cursos de capacitação na modalidade "a distância" por duas vezes consecutivas, podendo somente ser intercalada com promoção na modalidade "presencial".

Art. 3º Os cursos de formação, previsto no TÍTULO IV, CAPÍTULO III, "Seção I", da Lei Complementar nº 147, de 04 de abril de 2012, devem estar registrados na instituição de ensino competente, com reconhecimento do Ministério da Educação (MEC).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 27 de março de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

FMAS CONTRATO 0122/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0122/2015 M	
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
Contratada.: M.A.J. CONSTRUÇOES E REFORMAS LTDA - ME	
Valor.....: 5.784,00 (cinco mil setecentos e oitenta e quatro reais)	
Vigência.....: Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 42/2015	
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 00066 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de horas de mão-de-obra especializada na área Hidráulica, para execução de diversos serviços, conforme solicitação de todas as Secretarias e Fundos do município de Capinzal/SC.	
Capinzal, 31 de Março de 2015	

FMS CONTRATO 0122/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0122/2015 M	
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
Contratada.: M.A.J. CONSTRUÇOES E REFORMAS LTDA - ME	
Valor.....: 40.488,00 (quarenta mil quatrocentos e oitenta e oito reais)	
Vigência.....: Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 42/2015	
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 00066 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de horas de mão-de-obra especializada na área Hidráulica, para execução de diversos serviços, conforme solicitação de todas as Secretarias e Fundos do município de Capinzal/SC.	
Capinzal, 31 de Março de 2015	

PARECER 001.2015 - COMED

INTERESSADO: Secretaria Municipal da Educação/ Escolas Municipais		UF: SC
ASSUNTO: Aprovação do calendário letivo unificado para o ano de 2015		
RELATORA: Josi Mary Côas		
PROTOCOLO: 001		
PARECER COMED Nº: 001/2015	COLEGIADO: CP	APROVADO EM: 19/03/2015

I - RELATÓRIO

O presente parecer é resultado de leituras da LDB, Constituição Federal, e pareceres do CNE: nº 05/1997 e nº 02/2003, visando aprovação do Calendário Escolar Unificado para o ano letivo de 2015 da rede municipal de ensino, em resposta ao ofício nº 09/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes do Município de Capinzal.

Considerações

Considerando-se a Lei nº 9394/96 em seu artigo 24, inciso I que disciplina sobre a carga horária mínima a ser cumprida em cada ano letivo a qual está prevista no calendário:

"Art. 24 - A educação básica, nos níveis: fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;"

Levando-se em consideração os pareceres do CNE: Parecer CEB nº2/2003 que cita também parecer da CEB nº 05/97: "As atividades escolares se realizam na tradicional sala de aula, do mesmo modo que em outros locais adequados a trabalhos teóricos e práticos, a leituras, pesquisas ou atividades em grupo, treinamento e demonstrações, contato com o meio ambiente e com as demais atividades humanas de natureza cultural e artística, visando à plenitude da formação de cada aluno. Assim, não são apenas os limites da sala de aula propriamente dita que caracterizam com exclusividade a atividade escolar de que fala a lei. Esta se caracterizará por toda e qualquer programação incluída na proposta pedagógica da instituição, com frequência exigível e efetiva orientação por professores habilitados. Os 200 dias letivos e as 800 horas anuais englobarão todo esse conjunto."

- Analisando o calendário letivo unificado apresentado de Educação Infantil - creche, pré-escola e de Ensino Fundamental - Séries Iniciais e Séries Finais.

II VOTO DA RELATORA

Após análise do calendário a relatora é favorável a sua organização e vota a favor de sua aprovação, destacando que apesar das creches da zona rural terem trabalhado 7 (sete) dias a menos que as creches da zona urbana, mesmo assim, este, o calendário escolar, encontra-se em conformidade com os 220 dias de efetivo trabalho escolar. Após, enviar cópias a todas as escolas da rede municipal de ensino. Devendo ser publicado em anexo a este parecer, o calendário escolar unificado 2015.

Capinzal(SC), 19 de março de 2015

Conselheira Josi Mary Côas - Relatora

.

III - DECISÃO DA PLENÁRIA

A plenária acompanha o voto da relatora aprovando o calendário letivo unificado para o ano de 2015 por unanimidade dos presentes.

Capinzal(SC), 19 de março de 2015

Conselheira Valquiria Maria da Silva Moresco/Presidente

Conselheira Izolete dos Santos Riqueti/Vice-Presidente

Conselheira Josi Mary Côas/Secretária _____

Conselheira Luciana Milesqui Wilbert _____

Conselheira Cinthia Maria Zocoli Campioni

Conselheiro Luiz Carlos de Paula

Conselheira Wanessa Moraes Trzcinski

Conselheira Márcia Regina Melloto

Conselheira Inês Rossetti Baron

Conselheira Noemia M^a B. Pizzamiglio

PMC CONTRATO 0115/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0115/2015		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: ADIMAC PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME		
Valor.....: 96.900,00 (noventa e seis mil e novecentos reais)		
Vigência.....: Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 39/2015 Processo_Licitatório.....: 00062 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica de máquinas pesadas da frota da municipalidade.		
Capinzal, 31 de Março de 2015		

PMC CONTRATO 0116/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0116/2015		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: AUTO MECÂNICA TOTTI & VIEIRA LTDA ME		
Valor.....: 151.480,00 (cento e cinquenta e um mil quatrocentos e oitenta reais)		
Vigência.....: Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 39/2015 Processo_Licitatório.....: 00062 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica de máquinas pesadas da frota da municipalidade.		
Capinzal, 31 de Março de 2015		

PMC CONTRATO 0117/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0117/2015		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: MANTOMAC COM. DE PECAS LTDA.		
Valor.....: 83.225,00 (oitenta e três mil duzentos e vinte e cinco reais)		
Vigência.....: Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 39/2015 Processo_Licitatório.....: 00062 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica de máquinas pesadas da frota da municipalidade.		
Capinzal, 31 de Março de 2015		

PMC CONTRATO 0118/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0118/2015		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM		
Valor.....: 148.420,00 (cento e quarenta e oito mil quatrocentos e vinte reais)		
Vigência.....: Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 39/2015 Processo_Licitatório.....: 00062 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica de máquinas pesadas da frota da municipalidade.		
Capinzal, 31 de Março de 2015		

PMC CONTRATO 0119/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº...: 0119/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
Contratada...: PAVIMAQUINAS COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA
Valor.....: 29.000,00 (vinte e nove mil reais)
Vigência.....: Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 39/2015 Processo_Licitatório.....: 00062 / 2015
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica de máquinas pesadas da frota da municipalidade.
Capinzal, 31 de Março de 2015

PMC CONTRATO 0120/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 0120/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
Contratada...: TERRAPLANA M.M & CIA LTDA - ME
Valor.....: 20.000,00 (vinte mil reais)
Vigência.....: Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2015 Processo_Licitatório.....: 00063 / 2015
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/máquina de Trator de Esteiras de no mínimo 22.500 toneladas, para execução de escavação no Loteamento Nova Capinzal.
Capinzal, 31 de Março de 2015

PMC CONTRATO 0121/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 0121/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
Contratada...: AUTO CHAPEAÇÃO SURDI LTDA ME
Valor.....: 19.800,00 (dezenove mil oitocentos reais)
Vigência.....: Início: 30/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 41/2015 Processo_Licitatório.....: 00065 / 2015
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: Aquisição de peças e serviços para recuperação do Caminhão Basculante Gord Cargo 2422, ano/modelo 2007/2008, chassi BFYCEHV98BB05264, Placa MFW 3759, da Secretaria de Infraestrutura, execução global.
Capinzal, 31 de Março de 2015

PMC CONTRATO 0122/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 0122/2015 M
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
Contratada...: M.A.J. CONSTRUÇOES E REFORMAS LTDA - ME
Valor.....: 89.652,00 (oitenta e nove mil seiscentos e cinquenta e dois reais)
Vigência.....: Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 42/2015 Processo_Licitatório.....: 00066 / 2015
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de horas de mão-de-obra especializada na área Hidráulica, para execução de diversos serviços, conforme solicitação de todas as Secretarias e Fundos do município de Capinzal/SC.
Capinzal, 31 de Março de 2015

PMC CONTRATO 0123/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 0123/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
Contratada...: BORILLI PNEUS LTDA
Valor.....: 46.820,00 (quarenta e seis mil oitocentos e vinte reais)
Vigência.....: Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 43/2015 Processo_Licitatório.....: 00068 / 2015
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa para serviços de Recapagens de Pneus, destinados à manutenção da Frota da Municipalidade.
Capinzal, 31 de Março de 2015

PMC CONTRATO 0124/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 0124/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
Contratada...: F. VACHILESKI & CIA LTDA
Valor.....: 39.050,00 (trinta e nove mil e cinquenta reais)
Vigência.....: Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 43/2015 Processo_Licitatório.....: 00068 / 2015
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa para serviços de Recapagens de Pneus, destinados à manutenção da Frota da Municipalidade.

Capinzal, 31 de Março de 2015

PMC CONTRATO 0125/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 0125/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: FM PNEUS LTDA

Valor.....: 49.098,00 (quarenta e nove mil e noventa e oito reais)

Vigência.....: Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016

Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 43/2015 Processo_Licitatório.....: 00068 / 2015

Recursos.....: Dotação:

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa para serviços de Recapagens de Pneus, destinados à manutenção da Frota da Municipalidade.

Capinzal, 31 de Março de 2015

PMC CONTRATO 0126/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 0126/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: GRANDO PNEUS LTDA ME

Valor.....: 42.840,00 (quarenta e dois mil oitocentos e quarenta reais)

Vigência.....: Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016

Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 43/2015 Processo_Licitatório.....: 00068 / 2015

Recursos.....: Dotação:

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa para serviços de Recapagens de Pneus, destinados à manutenção da Frota da Municipalidade.

Capinzal, 31 de Março de 2015

PMC CONTRATO 0127/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 0127/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP

Valor.....: 41.504,00 (quarenta e um mil quinhentos e quatro reais)

Vigência.....: Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016

Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 43/2015 Processo_Licitatório.....: 00068 / 2015

Recursos.....: Dotação:

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa para serviços de Recapagens de Pneus, destinados à manutenção da Frota da Municipalidade.

Capinzal, 31 de Março de 2015

PMC CONTRATO 0128/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 0128/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: RECAUCHUTADORA RODA LTDA

Valor.....: 41.412,00 (quarenta e um mil quatrocentos e doze reais)

Vigência.....: Início: 30/03/2015 Término: 30/03/2016

Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 43/2015 Processo_Licitatório.....: 00068 / 2015

Recursos.....: Dotação:

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa para serviços de Recapagens de Pneus, destinados à manutenção da Frota da Municipalidade.

Capinzal, 31 de Março de 2015

SIMAE**PORTARIA N º 26/2015/SIMAE-CAO**

PORTARIA N º 26/2015/SIMAE-CAO, de 01 de abril de 2015.

Nomeia servidor para o quadro funcional da Autarquia, que especifica.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

Nomear o Sr. MILTON SILVA JUNIOR, nascido em 16/02/1990, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, Padrão 2.0, Nível 01, Referencia A, do Quadro Pessoal da Autarquia, conforme Lei Complementar nº 147, de 04 de abril de 2012, do município de Capinzal, com vencimentos a partir da data de posse, devendo esta se realizar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente Portaria.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO

Diretor

Caxambu do Sul

PREFEITURA

ADITIVO 02 CONTRATO 16/2014

ADITIVO CONTRATUAL N. 02, AO CONTRATO Nº 16/2014.

O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, com endereço na(o) INDIO CONDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor VILMAR FOPPA, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa KERMES ANTONIO MARINS - ME, de Caxambu do Sul, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua América, na cidade de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 82.912.361/0001-79, representada por seu gerente Senhor KERMES ANTONIO MARINS, inscrito no CPF sob nº 533.495.989-00, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 16/2014, visando à prorrogação de prazo de vigência, de conformidade com às normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

Considerando o índice de inflação dos últimos 12 (doze) meses (fevereiro/2014 a Janeiro/2015) calculado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA /IBGE que foi de 6,92 % (seis reais e noventa e dois centavos), mais 4,13% (quatro vírgula treze por cento) referente manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, demonstrado na planilha de custos do transporte escolar apresentada pelas empresas prestadoras do serviço.

O preço anteriormente pactuado para os serviços de transporte escolar fica acrescido em 11,05 % (onze vírgula zero cinco por centos), passando de R\$ 3,70 (três reais e setenta centavos) para R\$ 4,10 (quatro reais e dez centavos) por km rodado, de conformidade com a cláusula Segunda, inciso III, do contrato originário e Art. 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas do Contrato original as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo. E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Caxambu do Sul - SC, 31 de Março de 2015.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

KERMES ANTONIO MARINS - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

1) Nome: 2) Nome:
CPF: CPF:

ADITIVO 02 CONTRATO 17/2014

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 02 AO CONTRATO Nº. 17/2014

O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC, com sede na Rua Índio Condá nº 55, Centro, na Cidade de Caxambu do Sul - SC inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29 neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor Vilmar Foppa, denominado neste ato de CONTRATANTE, e a Empresa VANDRO GIACOMELLI ME, pessoa jurídica, de direito privado, estabelecida Linha Dom José, no município de Caxambu do Sul, inscrito no CNPJ nº 09.224.897/0001-01, neste ato representada por seu representante legal Senhor Vandro Giacomelli, inscrito no CPF sob nº 987.536.229-87, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 17/2014, visando à correção dos valores, sujeição às normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

Considerando o índice de inflação dos últimos 12 (doze) meses (fevereiro/2014 a Janeiro/2015) calculado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA /IBGE que foi de 6,92 % (seis reais e noventa e dois centavos), mais 4,13% (quatro vírgula treze por cento) referente manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, demonstrado na planilha de custos do transporte escolar apresentada pelas empresas prestadoras do serviço.

O preço anteriormente pactuado para os serviços de transporte escolar fica acrescido em 11,05 % (onze vírgula zero cinco por centos), passando de R\$ 3,48 (três reais e quarenta e oito centavos) para R\$ 3,86 (três reais e oitenta e seis centavos) por km rodado, de conformidade com a cláusula Segunda, inciso III, do contrato originário e Art. 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas do Contrato original as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo. E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Caxambu do Sul - SC, 31 de Março de 2015.
VILMAR FOPPA
PrefeitoMunicipal

VANDRO GIACOMELLI ME
Contratada

Testemunhas:

1) Nome: 2) Nome:
CPF: CPF:

ADITIVO 09 CONTRATO 05/2011

ADITIVO CONTRATUAL N. 09, AO CONTRATO Nº 05/2011.

O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, com endereço na(o) INDIO CONDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor VILMAR FOPPA, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa ARI SÉRGIO ZAMBAM - ME, de Caxambu do Sul, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua AV Presidente Getúlio Vargas, n. 65, na cidade de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 12.743.566/0001-92, representada por seu gerente Senhor ARI SÉRGIO ZAMBAM, inscrito no CPF sob nº 693.115.879-15, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem

celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 05/2011, visando a correção dos valores, de conformidade com às normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

Considerando o índice de inflação dos últimos 12 (doze) meses (fevereiro/2014 a Janeiro/2015) calculado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA /IBGE que foi de 6,92 % (seis vírgula noventa e dois por cento) mais 4,13% (quatro vírgula treze por cento) referente manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, demonstrado na planilha de custos do transporte escolar apresentada pelas empresas prestadoras do serviço.

O preço anteriormente pactuado para os serviços de transporte escolar fica acrescido em mais 11,05 % (onze vírgula zero cinco por centos), passando de R\$ 3,48 (três reais e quarenta e oito centavos) para R\$ 3,86 (três reais e oitenta e seis centavos) por km rodado, de conformidade com a cláusula segunda, inciso III, do contrato originário e Art. 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas do Contrato original as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo. E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Caxambu do Sul - SC, 31 de Março de 2015.

VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

ARI SÉRGIO ZAMBAN - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

1) Nome:	2) Nome:
CPF:	CPF:

ADITIVO 09 CONTRATO 09/2011

ADITIVO CONTRATUAL N. 09, AO CONTRATO Nº 09/2011.

O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, com endereço na(o) INDIO CONDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor VILMAR FOPPA, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa NEURI BATISTA DE ALMEIDA - ME, de Caxambu do Sul, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Indio Condá, na cidade de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 04.856.877/0001-30, representada por seu gerente Senhor NEURI BATISTA DE ALMEIDA, inscrito no CPF sob nº 533.504.219-20, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 09/2011, visando a correção dos valores, de conformidade com às normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

Considerando o índice de inflação dos últimos 12 (doze) meses (fevereiro/2014 a Janeiro/2015) calculado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA /IBGE que foi de 6,92 % (seis vírgula noventa e dois por cento), mais 4,13% (quatro vírgula

treze por cento) referente manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, demonstrado na planilha de custos do transporte escolar apresentada pelas empresas prestadoras do serviço.

O preço anteriormente pactuado para os serviços de transporte escolar fica acrescido em 11,05 % (onze vírgula zero cinco por centos), passando de R\$ 2,60 (dois reais e sessenta centavos) para R\$ 2,88 (dois reais e oitenta e oito centavos) por km rodado, de conformidade com a cláusula segunda, inciso III, do contrato originário e Art. 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas do Contrato original as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo. E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Caxambu do Sul - SC, 31 de Março de 2015.

VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

NEURI BATISTA DE ALMEIDA - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

1) Nome:	2) Nome:
CPF:	CPF:

ADITIVO 09 CONTRATO 12/2011

ADITIVO CONTRATUAL N. 09, AO CONTRATO Nº 12/2011.

O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, com endereço na(o) INDIO CONDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor VILMAR FOPPA, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa AIRTON SENA MIOTTO ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Linha Consoladora, na cidade de São Domingos, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 08.446.332/0001-06, representada por seu representante Senhor AIRTON SENA MIOTTO, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 12/2011, visando a correção dos valores, de conformidade com às normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

Considerando o índice de inflação dos últimos 12 (doze) meses (fevereiro/2014 a Janeiro/2014) calculado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA /IBGE que foi de 6,92 % (seis vírgula noventa e dois por cento) mais 4,13% (quatro vírgula treze por cento) referente manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, demonstrado na planilha de custos do transporte escolar apresentada pelas empresas prestadoras do serviço.

O preço anteriormente pactuado para os serviços de transporte escolar fica acrescido em mais 11,05 % (onze vírgula zero cinco por centos), passando de R\$ 2,82 (dois reais e oitenta e dois centavos) para R\$ 3,13 (três reais e treze centavos) por km rodado, de conformidade com a cláusula segunda, inciso III, do contrato originário e Art. 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas do Contrato original as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo. E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Caxambu do Sul - SC, 31 de Março de 2015.

VILMAR FOPPA AIRTON SENA MIOTTO ME PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADA

Testemunhas:

1) Nome: 2) Nome:
CPF: CPF:

ADITIVO 10 CONTRATO 08/2011

ADITIVO CONTRATUAL N. 10, AO CONTRATO Nº 08/2011.

O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, com endereço na(o) INDIO CONDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor VILMAR FOPPA, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa LAIR MUCELINI ME, de Caxambu do Sul, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Linha Cecon, interior no município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 04.266.520/0001-00, representada por seu gerente Senhor LAIR MUCELINI, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 08/2011, visando a correção dos valores, de conformidade com às normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

Considerando o índice de inflação dos últimos 12 (doze) meses (fevereiro/2014 a Janeiro/2015) calculado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA /IBGE que foi de 6,92 % (seis reais e noventa e dois centavos) mais 4,13% (quatro vírgula treze por cento) referente manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, demonstrado na planilha de custos do transporte escolar apresentada pelas empresas prestadoras do serviço.

O preço anteriormente pactuado para os serviços de transporte escolar fica acrescido em 11,05 % (onze vírgula zero cinco por centos), passando de R\$ 3,21 (três reais e vinte e um centavos) para R\$ 3,56 (três reais e cinquenta e seis centavos) por km rodado, de conformidade com a cláusula Segunda, inciso III, do contrato originário e Art. 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas do Contrato original as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo. E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Caxambu do Sul - SC, 31 de Março de 2015.

VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

LAIR MUCELINI ME
CONTRATADA

Testemunhas:

1) Nome: 2) Nome:
CPF: CPF:

ADITIVO 11 CONTRATO 06/2011

ADITIVO CONTRATUAL N. 11, AO CONTRATO Nº 06/2011.

O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, com endereço na(o) Rua INDIO CONDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor VILMAR FOPPA, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa ARLINDO DAMO ME, de Caxambu do Sul, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Linha Damo, na cidade de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 04.265.106/0001-78, representada por seu gerente Senhor ARLINDO DAMO, inscrito no CPF sob nº 182.754.519-49, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 06/2011, visando a correção dos valores, de conformidade com às normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

Considerando o índice de inflação dos últimos 12 (doze) meses (fevereiro/2014 a Janeiro/2015) calculado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA /IBGE que foi de 6,92 % (seis vírgula noventa e dois por cento) mais 4,13% (quatro vírgula treze por cento) referente manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, demonstrado na planilha de custos do transporte escolar apresentada pelas empresas prestadoras do serviço.

O preço anteriormente pactuado para os serviços de transporte escolar fica acrescido em mais 11,05 % (onze vírgula zero cinco por centos), passando de R\$ 3,52 (três reais e cinquenta e dois centavos) para R\$ 3,90 (três reais e noventa centavos) por km rodado, de conformidade com a cláusula segunda, inciso III, do contrato originário e Art. 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas do Contrato original as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo. E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Caxambu do Sul - SC, 31 de Março de 2015.

VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

ARLINDO DAMO ME
CONTRATADA

Testemunhas:

1) Nome: 2) Nome:
CPF: CPF:

ADITIVO 11 CONTRATO 07/2011

ADITIVO CONTRATUAL N. 11, AO CONTRATO Nº 07/2011.

O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, com endereço na(o) INDIO CONDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor VILMAR FOPPA, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa KERMES ANTONIO MARINS - ME, de Caxambu do Sul, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua América, na cidade de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 82.912.361/0001-79, representada por seu gerente Senhor KERMES ANTONIO MARINS, inscrito no CPF sob nº 533.495.989-00, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 07/2011, visando a correção dos valores, de conformidade com às normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

Considerando o índice de inflação dos últimos 12 (doze) meses (fevereiro/2014 a Janeiro/2015) calculado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA /IBGE que foi de 6,92 % (seis vírgula noventa e dois centavos) mais 4,13% (quatro vírgula treze por cento) referente manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, demonstrado na planilha de custos do transporte escolar apresentada pelas empresas prestadoras do serviço.

O preço anteriormente pactuado para os serviços de transporte escolar fica acrescido em 11,05 % (onze vírgula zero cinco por centos), passando de R\$ 3,09 (três reais e nove centavos) para R\$ 3,43 (três reais e quarenta e três centavos) por km rodado, de conformidade com a cláusula segunda, inciso III, do contrato originário e Art. 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas do Contrato original as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo. E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Caxambu do Sul - SC, 31 de Março de 2015.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

KERMES ANTONIO MARINS - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

1) Nome: 2) Nome:
CPF: CPF:

ADITIVO 12 CONTRATO 29/2010

TERMO ADITIVO CONTRATUAL Nº. 12, AO CONTRATO Nº. 29/2010.

O Município de Caxambu do Sul, inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, com endereço na Rua Indio Condá, 55 na cidade de Caxambu do Sul, representado pelo Prefeito Municipal Senhor VILMAR FOPPA, inscrito no CPF sob nº 492.145.609-78 e a empresa JOSÉ VILSON DE OLIVEIRA RAMOS - ME, de Caxambu do Sul, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Cristiano

Perosa, na cidade de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 07.178.751/0001-41, representada por seu gerente Senhor JOSÉ VILSON DE OLIVEIRA RAMOS, inscrito no CPF sob nº 533.503.409-20, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 29/2010, visando a correção dos valores, de conformidade com às normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

Considerando o índice de inflação dos últimos 12 (doze) meses (fevereiro/2014 a Janeiro/2015) calculado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA /IBGE que foi de 6,92 % (seis reais e noventa e dois centavos) mais 4,13% (quatro vírgula treze por cento) referente manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, demonstrado na planilha de custos do transporte escolar apresentada pelas empresas prestadoras do serviço.

O preço anteriormente pactuado para os serviços de transporte escolar fica acrescido em mais 11,05 % (onze vírgula zero cinco por centos), passando de R\$ 3,52 (três reais e cinquenta e dois centavos) para R\$ 3,90 (três reais e noventa centavos) por km rodado, de conformidade com a cláusula Segunda, inciso III, do contrato originário e Art. 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas do Contrato original as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Caxambu do Sul/SC, 31 de Março de 2015.
VILMAR FOPPA JOSÉ V. DE O. RAMOS - ME
Prefeito Municipal Contratada

Testemunhas:

1) Nome: 2) Nome:
CPF: CPF:

ADITIVO 17 CONTRATO 10/2011

ADITIVO CONTRATUAL N. 17, AO CONTRATO Nº 10/2011.

O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, com endereço na(o) INDIO CONDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor VILMAR FOPPA, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa NEURI BATISTA DE ALMEIDA - ME, de Caxambu do Sul, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Indio Condá, na cidade de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 04.856.877/0001-30, representada por seu gerente Senhor NEURI BATISTA DE ALMEIDA, inscrito no CPF sob nº 533.504.219-20, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 10/2011, visando a correção dos valores, de conformidade com às normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

Considerando o índice de inflação dos últimos 12 (doze) meses (fevereiro/2014 a Janeiro/2015) calculado pelo Índice Nacional de

Preços ao Consumidor Amplo - IPCA /IBGE que foi de 6,92 % (seis vírgula noventa e dois por cento) mais 4,13% (quatro vírgula treze por cento) referente manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, demonstrado na planilha de custos do transporte escolar apresentada pelas empresas prestadoras do serviço.

O preço anteriormente pactuado para os serviços de transporte escolar fica acrescido em 11,05 % (onze vírgula zero cinco por centos), passando de R\$ 2,60 (dois reais e sessenta centavos) para R\$ 2,88 (dois reais e oitenta e oito centavos) por km rodado, de conformidade com a cláusula segunda, inciso III, do contrato originário e Art. 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas do Contrato original as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo. E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Caxambu do Sul - SC, 31 de Março de 2015.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

NEURI BATISTA DE ALMEIDA - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

1) Nome: 2) Nome:
CPF: CPF:

DECRETO 30/2015

DECRETO Nº.30/2015

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL ENCARGADA DE REALIZAR O PROCESSO DE ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL-SC"

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com o artigo 71, incisos IV, da Lei Orgânica Municipal c/c o Ofício CMDCA nº 006/2015, de 24 de março de 2015 e,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os conselheiros membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA, Jônatas Antônio Biazus; Fabiane Ribeiro; Leandra Rohr; Ana Carmelinda Santin, Jucelino Correa Netto e Carlos Zeli Merísio, para participar da Comissão Especial Eleitoral encarregada da realização do processo de escolha dos novos conselheiros tutelares do município de Caxambu do Sul-SC.

Art. 2º. A Comissão Especial Eleitoral será responsável pela condução e realização de todo o processo eleitoral de escolha dos novos conselheiros tutelares do município de Caxambu do Sul-SC, para o quadriênio 2016/2019.

Art. 3º. Os membros da Comissão, nomeados por este Decreto, exercerão suas atividades em caráter relevante, sem ônus para os cofres públicos municipais, não gerando direito a qualquer vencimento e demais obrigações sociais e trabalhistas.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 30 de março de 2015.

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 10/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	10/2015
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratado.:	CRISNEI ZANON
Objeto.....:	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AS ATIVIDADES DO DEPTO DE CULTURA, COMO INSTRUTOR DE DANÇA ITALIANA, PARA REALIZAÇÃO DE ENSAIS E APRESENTAÇÕES JUNTO AO GRUPO FOLKLORISTICO LACCIO D'AMORE, NAS CATEGORIA INFANTIL, JUVENIL E ADULTA COM CARGA HORÁRIA DE 10 (DEZ) HORAS SEMANAIS.
Valor.....:	R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).
Vigência.....:	Início : 10/03/2015 Término : 31/12/2015.
CAXAMBU DO SUL, 10 de Março de 2015.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO DE CONTRATO 11/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	11/2015
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratado.:	CRISNEI ZANON
Objeto.....:	UTILIZAÇÃO DE ESPAÇO EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO REGIONAL, PARA VEICULAÇÃO DE MATÉRIAS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO, AVISOS, E COMUNICADOS DE FORMA SEMANAL, SEMPRE QUE SOLICITADOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, E A DISPONIBILIZAÇÃO DE 50 EXEMPLARES (SEMANAIS) PARA DISTRIBUIÇÃO NOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO.
Valor.....:	R\$ 4.500,00(quatro mil e quinhentos reais).
Vigência.....:	Início : 11/03/2015 Término : 31/12/2015.
CAXAMBU DO SUL, 11 de Março de 2015.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO DE CONTRATO 12/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	12/2015
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratado.:	REUNIDAS TURISMO S/A
Objeto.....:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE COLETIVO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS E DE CURSOS TÉCNICOS PROFISSIONALIZANTES, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, ATÉ AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO NA CIDADE DE CHAPECÓ – SC, ATRAVÉS DA DISPONIBILIZAÇÃO DE PASSE MENSAL.
Valor.....:	R\$ 220.000,00(duzentos e vinte mil reais).
Vigência....:	Início : 27/03/2015 Término : 31/12/2015.
CAXAMBU DO SUL, 27 de Março de 2015.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO DE CONTRATO 13/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	13/2015
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratado.:	MAISATIVO INTERMEDIÇÃO DE ATIVOS LTDA.
Objeto.....:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, PELA CONTRATADA, DE ASSESSORIA NA ESTRUTURAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS, VISANDO À ALIENAÇÃO DE ATIVOS INSERVÍVEIS DO CONTRATANTE, INCLUSIVE NO QUE SE REFERE À DIVULGAÇÃO E/OU PROMOÇÃO DESSES LEILÕES ATRAVÉS DE SEU SITE ESPECÍFICO DA REDE INTERNET.
Valor.....:	10% (dez por cento) do valor do preço de arrematação dos bens o qual será pago pelo arrematante.
Vigência....:	Início : 30/03/2015 Término : 31/12/2015.
CAXAMBU DO SUL, 30 de Março de 2015.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO DE CONTRATO 14/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	14/2015
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratado.:	WALDIRENE ZAMONER.
Objeto.....:	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM INFORMÁTICA PARA ATENDIMENTO AO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS, A SER PRESTADO JUNTO AO TELE CENTRO LOCALIZADO NO BAIRRO ANTENA NO DESENVOLVIMENTO DE OFICINAS DO PROGRAMA.
Valor.....:	R\$ 15.300,00 (quinze mil e trezentos reais).
Vigência....:	Início : 31/03/2015 Término : 31/12/2015.
CAXAMBU DO SUL, 31 de Março de 2015.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

PORTARIA 20/2015

PORTARIA Nº 020/2015

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com a Seção IV, Art. 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

CONSIDERANDO, ter recebido Requerimento do Servidor Público Municipal, Senhor LUIZ ANTONIO CAMARGO, requerendo Licença sem remuneração pelo período de 10 (dez) meses contando de 02/03/2015 à 31/12/2015.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal, Sr. LUIZ ANTONIO CAMARGO, ocupante do cargo de Motorista, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, licença para tratar de interesses particulares, conforme Legislação Municipal vigente, no período de 02/03/2015 à 31/12/2015.

Art. 2º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 02 de Março 2015
VILMAR FOPPA
Prefeito

PORTARIA 21/2015

PORTARIA N. 021/2015

"DISPÕE SOBRE ADICIONAL DE NOVA TITULAÇÃO AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 71, IV da Lei Orgânica do Município, e a Seção I, artigo 13 do anexo V da Lei Complementar nº 002/2001

RESOLVE:

Art. 1º . Conceder Adicional de Titulação de 5% (cinco por cento), ao servidor público municipal Senhor CLAUDIOMIRO LEONARDI ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, por ter concluído o Curso de Ensino Fundamental, título superior aquele exigido para o cargo, ao qual foi concursado.

Art. 2º . Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º . Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 04 de Março de 2015

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 22/2015

PORTARIA N. 022/2015

"DISPÕE SOBRE ADICIONAL DE NOVA TITULAÇÃO AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 71, IV da Lei Orgânica do Município, e a Seção I, artigo 13 do anexo V da Lei Complementar nº 002/2001

RESOLVE:

Art. 1º . Conceder Adicional de Titulação de 5% (cinco por cento), ao servidor público municipal Senhor CLAUDIOMIRO LEONARDI ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, por ter concluído o Curso de Ensino Médio, título superior aquele exigido para o cargo, ao qual foi concursado.

Art. 2º . Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º . Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 04 de Março de 2015

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 23/2015

PORTARIA N. 23/2015

"DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 71, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no Art. 83 da Lei Complementar N. 001/2001, Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

Considerando o recebimento do requerimento da Servidora Pública Municipal, Daniela Fernanda Schott, ocupante do Cargo de Psicóloga, no qual requer redução da carga horária e por consequência também de seu vencimento, para realização de qualificação profissional ;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica reduzida a carga horária da Servidora Pública Municipal, Daniela Fernanda Schott, ocupante do cargo de Psicóloga, com lotação junto ao CRAS, de 40 (quarenta) horas semanais, para 24 (vinte e quatro) horas semanais, com redução em seu vencimento;

Art. 2º. A servidora hora mencionada cumprirá sua jornada de trabalho nos seguintes dias da semana: Segunda, terça e quarta-feira, ficando afastada do trabalho nas quintas e sextas-feiras, por um período de 2 (dois) anos, a partir do dia 19 de março de 2015.

Art. 3º . Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 12 de março de 2015.

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 24/2015

PORTARIA Nº. 024/2015

"CONCEDE LICENÇA A GESTANTE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 70 da Lei 001/2001 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder licença Gestação a Servidora JOCILÉIA GIRARDI KNAAK, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, lotada na Secretária Municipal de Saúde, por um período de 180 dias.

Art. 2º - O período de gozo da licença a Gestante que trata o art. 1º. Será do dia 16/03/2015 à 11/09/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, em 16 de Março de 2015

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 25/2015

PORTARIA N. 25/2015

"DESIGNA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 71, IV, da Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade de colocar servidor a disposição para exercer atividades pertinentes a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Turismo e Meio Ambiente;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica Designada a Servidora Pública Municipal, Senhora Saiane Burtet do Amaral, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para desempenhar função junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Turismo e Meio Ambiente do Município de Caxambu do Sul.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul-SC, 30 de março de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Certifico que esta portaria
Foi publicada em data supra

IVAN CARLOS BELLEI

Sec. Municipal de Administração,
Finanças e Planejamento

Celso Ramos

PREFEITURA

CONTRATO 68 A 71/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

Relação dos Contratos

Página: 1/1

Seqü. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
194	68/2015	31/03/2015	31/03/2016	36/2015	Não	68.800,00		SERVIÇOS HORAS	HOMEM/ VI OFICINA MECANICA G. F.
Objeto: O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS/Homens para a prestação de serviços de MANUTENÇÃO MECÂNICA e ELÉTRICA e ESPECIALIZADA para veículos, máquinas e equipamentos da Frota Oficial do Município e Fundo Municipal de Saúde de Celso Ramos, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos necessários para sua execução e eventual fornecimento de peças genuínas sem exclusividade, conforme especificações e delimitações constantes neste Edital.									
195	69/2015	31/03/2015	31/03/2016	36/2015	Não	19.800,00		SERVIÇOS HORAS	HOMEM/ VI AUTOPEÇAS E MECANICA ANITENSE LTDA
Objeto: O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS/Homens para a prestação de serviços de MANUTENÇÃO MECÂNICA e ELÉTRICA e ESPECIALIZADA para veículos, máquinas e equipamentos da Frota Oficial do Município e Fundo Municipal de Saúde de Celso Ramos, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos necessários para sua execução e eventual fornecimento de peças genuínas sem exclusividade, conforme especificações e delimitações constantes neste Edital.									
196	70/2015	31/03/2015	31/03/2016	36/2015	Não	384.575,00		SERVIÇOS HORAS	HOMEM/ VI IRMAOS GRASSI LTDA
Objeto: O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS/Homens para a prestação de serviços de MANUTENÇÃO MECÂNICA e ELÉTRICA e ESPECIALIZADA para veículos, máquinas e equipamentos da Frota Oficial do Município e Fundo Municipal de Saúde de Celso Ramos, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos necessários para sua execução e eventual fornecimento de peças genuínas sem exclusividade, conforme especificações e delimitações constantes neste Edital.									
197	71/2015	31/03/2015	31/03/2016	36/2015	Não	130.700,00		SERVIÇOS HORAS	HOMEM/ VI MIRANDA & MIRANDA LTDA
Objeto: O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS/Homens para a prestação de serviços de MANUTENÇÃO MECÂNICA e ELÉTRICA e ESPECIALIZADA para veículos, máquinas e equipamentos da Frota Oficial do Município e Fundo Municipal de Saúde de Celso Ramos, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos necessários para sua execução e eventual fornecimento de peças genuínas sem exclusividade, conforme especificações e delimitações constantes neste Edital.									

Total: 4

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

179.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 179/2015

- Considerando, os efeitos da Portaria n. 161/2015 de 11/03/2015, que concede Licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública PATRICIA MACHADO PEREIRA.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Edital nº. 02/2015-SMECE;

RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário EVILANEA DE OLIVEIRA, para exercer as funções do cargo de Professora - ACT - 15 horas, Nível I, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na disciplina de Geografia, no Centro Educacional e Esportivo Valdomiro Manoel Chiquio, pelo período de 01.04.2015 a 06.06.2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 31 de março de 2015.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

180.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 180/2015

- Considerando, os efeitos da Portaria n. 165/2015 de 16/03/2015, que concede Licença Maternidade a Servidora Pública MARINELMA RAYMUNDO.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99, e tendo em vista o Edital nº. 02/2015-SMECE;

RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário ANGÉLICA SILVEIRA SYPRIANI PEREIRA, para exercer as funções do cargo de Professora - ACT - 20 horas, Nível I, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na turma do 2º ano, no Centro Educacional de Ensino Fundamental Professor Verny Passig, pelo período de 01.04.2015 a 13.07.2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 31 de março de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

181.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIANº 181/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, c/c com as Leis Complementares nº. 007 de 23.12.99 e 008 de 23.12.99, e tendo em vista a homologação do Resultado do Concurso Público nº. 02/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os candidatos aprovados no Concurso Público nº. 02/2014, para preenchimento do cargo de provimento efetivo, conforme Anexo Único, adjunto a esta Portaria, e disposições do art. 8º, Anexos I, II, III e IV da Lei Complementar nº. 007 de 23.12.99 e art. 13 da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99.

Art. 2º A posse deverá ocorrer no prazo de até trinta dias contados da publicação deste ato nos meios oficiais de publicação, com apresentação dos documentos previstos no art. 15 da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99.

Art. 3º O presente ato tornar-se-á sem efeito, se no decorrer do prazo fixado no art. 2º desta Portaria, o candidato não tomar posse, conforme determina o art. 14, §2º da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 31 de março de 2015.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

CLAS.	NOME	CARGO
5º	Tiago Neuhaus	Operador de Equipamento – 40 horas

CLAS.	NOME	CARGO
5º	Djohn Lenon Klettenberg	Operário – 40 horas

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 31 de março de 2015.

JOSE BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2015

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 14 de abril de 2015, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios e produtos de panificação em geral para atender a necessidade oriunda de eventos especiais, de interesse público, como cursos, seminários e encontros, promovidos pelo Município de Chapadão do Lageado, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas no presente Edital e anexos. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 01 de abril de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2015
INEXIGIBILIDADE Nº 4/2015

O Município de Chapadão do Lageado - SC, através do Fundo Municipal de Saúde/FMS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que estará realizando inscrição para o PROCESSO DE CREDENCIAMENTO de prestadores de serviços especializados na área da saúde, no período de 01 de abril de 2015 à 31 de dezembro de 2015, a título precário e sem vínculo empregatício, nos termos e condições constantes neste Edital e na Lei n. 8.666/1993. PRO-CEDIMENTO: a) Médico; b) Psiquiatra. As inscrições deverão ser feitas na Secretaria Municipal da Fazenda, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, no período de 01 de abril de 2015 à 31 de dezembro de 2015, não sendo aceita qualquer outra forma de inscrição. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 01 de abril de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 1/34

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 20/03/2015		Válido até: 20/03/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Soro Sist Fechado Fisiológico 0,9% 0500 MI (6880)	Un	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Segmenta-Eur	0	2,9600	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	EURO	0	3,0000	2
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	3,0800	3
2	Soro Sist Fechado Fisiológico 0,9% 0250 MI (6879)	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	EURO	0	2,4700	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Segmenta-Eur	0	2,8430	2
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	2,8800	3
3	PAPEL CREPADO PARA AUTOCLAVE 40X40 (411102)	Cx	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	109,0000	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	POLAR	0	110,0000	2
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	140,0000	3
4	PAPEL CREPADO PARA AUTOCLAVE 30X30 (411103)	Cx	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	69,0000	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	POLAR	0	70,0000	2
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	79,2000	3
5	ESCOVA PARA LAVAR MATERIAIS CONTAMINADOS (6700)	Un	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	2,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 20/03/2015		Válido até: 20/03/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	AGULHA 20X5.5, EMBALAGEM COM 100 UND CADA (413607);	Cx	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Vic Pharma	0	2,0350	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	LABOR	0	5,0000	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Lamedid-Solidi	0	5,2000	2
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	5,2000	3
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	5,3000	4
7	AGUA DESTILADA PARA INJEÇÃO DE 10 ML (411105)	Un	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Samtec	0	0,2250	1
8	AGUA OXIGENADA 10 VOLUMES 1000 ML (1712);	Lt	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	3,5000	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Vic Pharma	0	3,6500	2
9	AGULHA DESCARTAVEL 25X8, CAIXA COM 100 UNIDADES (409572)	Cx	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	3,7000	3
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	LABOR	0	5,0000	1
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	5,1000	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Enbramac	0	5,2000	3
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	5,3000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2015

Página: 3/34

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 20/03/2015		Válido até: 20/03/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	AGULHA DESCARTAVEL 40X12, CAIXA COM 100 UNIDADES (409573);	Cx	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Enbramac	0	6,7500	1
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	6,9000	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	LABOR	0	7,0000	3
11	AGULHA DESCARTAVEL 30X70, CAIXA COM 100 UNIDADES (413608);	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	LABOR	0	5,0000	1
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	5,1000	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Enbramac	0	5,2000	3
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	5,3000	4
12	AGULHA PARA SUTURA TRAUMATICA 1/2 CIRCULO TAMANHO 08 (6717)	Un	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	11,2000	1
13	ALCOOL HOSPITALAR 70% 1000 ML (2611)	Lt	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	4,8500	1
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	4,9000	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	DA ILHA	0	4,9000	3
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Da Ilha	0	5,0530	4
14	ANDADOR DE ALUMINIO ARTICULADO PRATA C/ RODIZIO E REGULAGEM (409577)	Un	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	AG	0	155,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 20/03/2015		Válido até: 20/03/2016		Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
15	ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO RESISTENTE À QUEDAS E LIVRE DE LÁTEX. VISOR COM LUMA LEITURA FÁCIL E PRECISA. PÉRA GRANDE PARA RÁPIDA INSUFLAÇÃO DO MANGUITO. BRAÇADEIRA COM FECHAMENTO EM VELCRO RESISTENTE E LAVÁVEL. MANÔMETRO MOLDADEO EM ABS OU LIGA TERMOPLÁSTICA PROPORCIONANDO DURABILIDADE E ABSORÇÃO DE IMPACTOS E CHOQUES. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E MATERIAIS POR PERÍODO DE 2 ANOS E 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE CALIBRAÇÃO. DEVERÁ ACOMPANHAR OS SEGUINTES ACESSÓRIOS: 01 BRAÇADEIRA COM MANGUITO ADULTO, 01 BOLSA COM ZIPER PARA ACONDICIONAMENTO E MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS. (409578)	Un	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	315,0000	2	
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	320,0000	3	
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	SOLIDOR	0	200,0000	1	
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	230,0000	2	
16	ATADURA DE CREPOM. 18 FIOS CMF. MEDINDO 06 CM DE LARGURA COM 1,8C METROS DE COMPRIMENTO DESENROLADA EM REPOUSO, CONTEENDO MASSA POR UNIDADE DE 18 GR CONFECCIONADA COM COMPOSIÇÃO DE FIOS 100% ALGODÃO OU MISTA, COM ACABAMENTO NA LATERAL SEM FIOS SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, APRESENTANDO ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE, UNIFORMEMENTE ENROLADA, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE FALHAS E LANUGEM, NÃO ABRASIVA, AMOLDÁVEL, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME NORMAS ABNT, NBR 14.056. ACONDICIONADA EM PACOTES CONTEENDO 12 UNIDADES. VALIDADE DO PRODUTO: SESENTA MESES, CONTER Nº DE LOTE, CONSTANDO PRODUTO INTERNO E DADOS EXTERNOS DE IDENTIFICAÇÃO CONFORME PORTARIA INMETRO Nº 106/2003. PARA ESTE ITEM OS PROPONENTES DEVERÃO APRESENTAR OS SEGUINTES DOCUMENTOS: CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO CONFORME RDC 59/00 E RDC 95/00 EMISSO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO DO PRODUTO CONFORME RDC 185/01 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE. (409581)	Un	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	235,0000	3	
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	TEXCARE	0	0,3500	1	
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	0,3720	2	
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	230,0000	2	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 5/34

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 20/03/2015		Válido até: 20/03/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

17	ATADURA DE CREPOM. 18 FIOS CM². MEDINDO 15 CM DE LARGURA COM 1,8C METROS DE COMPRIMENTO DESENROLADA EM REPOUSO; CONTEUDO MASSA POR UNIDADE DE 18 GR CONFECCIONADA COM COMPOSIÇÃO DE FIOS 100% ALGODÃO OU MISTA; COM ACABAMENTO NA LATERAL SEM FIOS SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, APRESENTANDO ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE, UNIFORMEMENTE ENROLADA, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE FALHAS E LANUGEM, NÃO ABRASIVA, AMOLDÁVEL, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME NORMAS ABNT, NBR 14.056 ACONDICIONADA EM PACOTES CONTENDO 12 UNIDADES, VALIDADE DO PRODUTO: SESENTA MESES, CONTER Nº DE LOTE, CONSTATANDO PRODUTO INTERNO E DADOS EXTERNOS DE IDENTIFICAÇÃO CONFORME PORTARIA INMETRO Nº 106/2003. PARA ESTE ITEM OS PROPONENTES DEVERÃO APRESENTAR OS SEGUINTE DOCUMENTOS: CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO CONFORME RDC 59/00 E RDC 95/00 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO DO PRODUTO CONFORME RDC 185/01 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE. (409583)	Un	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)	Andreoni Textil	0	0,3870	3
						0,8400	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	TEXCARE	0	0,8500	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Andreoni Textil	0	0,9190	3
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	0,9300	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015			Data do Registro: 20/03/2015		Válido até: 20/03/2016		Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
18	ATADURA DE CREPOM, 18 FIOS CM², MEDINDO 20 CM DE LARGURA COM 1,8C METROS DE COMPRIMENTO DESENLADA EM REPOUSO, CONTEENDO MASSA POR UNIDADE DE 18 GR CONFECCIONADA COM COMPOSIÇÃO DE FIOS 100% ALGODÃO OU MISTA, COM ACABAMENTO NA LATERAL SEM FIOS SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, APRESENTANDO ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE, UNIFORMEMENTE ENROLADA, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE FALHAS E LANUGEM, NÃO ABRASIVA, AMOLDÁVEL, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME NORMAS ABNT, NBR 14.056, ACONDICIONADA EM PACOTES CONTEENDO 12 UNIDADES, VALIDADE DO PRODUTO: SESENTA MESES, CONTER Nº DE LOTE, CONSTANDO PRODUTO INTERNO E DADOS EXTERNOS DE IDENTIFICAÇÃO CONFORME PORTARIA INMETRO Nº 106/2003. PARA ESTE ITEM OS PROPONENTES DEVERÃO APRESENTAR OS SEGUINTE DOCUMENTOS: CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO CONFORME RDC 59/00 E RDC 96/00 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO DO PRODUTO CONFORME RDC 185/01 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE: (409584)	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	TEXCARE	0	1,0500	1		
19	ATADURA DE CREPOM, 18 FIOS CM², MEDINDO 10 CM DE LARGURA COM 1,8C METROS DE COMPRIMENTO DESENLADA EM REPOUSO, CONTEENDO MASSA POR UNIDADE DE 18 GR CONFECCIONADA COM COMPOSIÇÃO DE FIOS 100% ALGODÃO OU MISTA, COM ACABAMENTO NA LATERAL SEM FIOS SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, APRESENTANDO ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE, UNIFORMEMENTE ENROLADA, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE FALHAS E LANUGEM, NÃO ABRASIVA, AMOLDÁVEL, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME NORMAS ABNT, NBR 14.056, ACONDICIONADA EM PACOTES CONTEENDO 12 UNIDADES, VALIDADE DO PRODUTO: SESENTA MESES, CONTER Nº DE LOTE, CONSTANDO PRODUTO INTERNO E DADOS EXTERNOS DE IDENTIFICAÇÃO CONFORME PORTARIA INMETRO Nº 106/2003. PARA ESTE ITEM OS PROPONENTES DEVERÃO APRESENTAR OS SEGUINTE DOCUMENTOS: CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO CONFORME RDC 59/00 E RDC 96/00 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO DO PRODUTO CONFORME RDC 185/01 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE: (409582)	Un	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	0,5000	1		
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	1,1800	2		
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	1,2300	3		
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	0,5000	1		
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	TEXCARE	0	0,5100	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 7/34

Número do Registro de Preços: 1/2015			Data do Registro: 20/03/2015		Válido até: 20/03/2016			Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
20	COMPRESSA GAZE HIDRÓFILA, MEDINDO 7,5 CM X 7,5 CM DOBRADA, 13 FIOS CM², NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO, SENDO TIPO TELA 20 CM X 40 CM ABERTA OU TIPO CROCHE 10CM X 40CM ABERTA, ALVEJADA E HIDROFILIZADA, ISENTA DE RESÍDUOS E IMPUREZAS, MANCHAS, FALHAS, SEM FILAMENTO RADIOPACO, DEVEM SER BRANQUEADAS, PURIFICADAS, ISENTA DE ALVEJANTE ÓPTICO E AMIDO POSSUIR PH COM INTERVALO ENTRE 5,0 E 8,0 APRESENTAR HIDROFILIDADE MENOR OU IGUAL A 15 SEGUNDOS, TRAMA FECHADA, TEXTURA UNIFORME, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS ABNT NBR 13.843, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA COM 500 UNIDADES, GARANTINDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO, VALIDADE DO PRODUTO: SESENTA MESES, CONTER Nº DE LOTE, CONSTANDO PRODUTO INTERNO E DADOS EXTERNOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA CONFORME PORTARIA INMETRO 106/2003. (409599)	Pct	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Andreoni Textil	0	0,6110	3			
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	17,9000	1			
21	Curativo Tipo Bandaid Normal 19 X 7,5 C/35 (6895)	Cx	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	18,0000	2			
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	MHOUSE	0	20,0000	3			
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Higie Topp	0	3,0500	1			
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	3,1000	2			
22	ESCOVA GINECOLOGICA ESTERIL EMBALADAS INDIVIDUALMENTE (409593)	Un	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	3,2400	3			
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	ADLIN	0	0,3200	1			
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	0,3300	2			
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Kolplast	0	0,3680	3			

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 8/34

Número do Registro de Preços: 1/2015			Data do Registro: 20/03/2015		Válido até: 20/03/2016		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	Gel P/Ecg/Ultra Som 1000 GR (6906)	Fis	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	4,1500	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	CAITHEC	0	4,2000	2
			METROMED COM. DE MATERIAS MED.HOSP.LTDA (772)		0	4,4500	3
25	LANCETAS DESC. P/ LANCETADOR (409609)	Un	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Glicomed-Acca	0	0,1260	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	PREMIUM	0	0,5000	2
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	0,6000	3
26	Scalp N. 19 (6932)	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	SOLIDOR	0	0,1500	1
			METROMED COM. DE MATERIAS MED.HOSP.LTDA (772)		0	0,1600	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Lamedia-Solidi	0	0,1690	3
27	Scalp N. 21 (6933)	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	SOLIDOR	0	0,1500	1
			METROMED COM. DE MATERIAS MED.HOSP.LTDA (772)		0	0,1600	2
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	0,1700	3
28	Scalp N. 23 (6934)	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	SOLIDOR	0	0,1500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 9/34

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 20/03/2015		Válido até: 20/03/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	Scalp N. 25 (6935)	Un	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	0,1600	2
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	0,1700	3
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	SOLIDOR	0	0,1500	1
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	0,1600	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Lamedid-Solidi	0	0,1700	3
30	Scalp N. 27 (6936)	Un	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	0,1700	4
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	SOLIDOR	0	0,1500	1
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	0,1600	2
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	0,1700	3
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	0,1200	1
31	SERINGA DESCARTAVEL S/ AGULHA 05 ML (4675)	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	LABOR	0	0,1300	2
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	0,1300	3
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	SR	0	0,1320	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 20/03/2015		Válido até: 20/03/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
32	SERINGA DESCARTAVEL S/ AGULHA 10 ML (4673)	Un	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	0,1700	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	LABOR	0	0,1800	2
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	0,2100	3
33	SERINGA DESC. S/AGULHA 3 ML (409616)	Un	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	0,0800	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	LABOR	0	0,0900	2
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	0,1100	3
34	SERINGA DESCARTAVEL S/ AGULHA 20 ML (4674)	Un	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	0,3200	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	LABOR	0	0,3300	2
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	0,3600	3
35	SERINGA DESCARTÁVEL COM AGULHA 1ML AGULHA 13/4,5 (413613)	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	LABOR	0	0,2200	1
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	0,2300	2
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	0,2500	3
36	SOLUÇÃO LUGOL FORTE 5,00% 1000 ML (2632)	Lt	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	90,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 11/34

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 20/03/2015		Válido até: 20/03/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N°04 (4656)	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	MEDSONDA	0	0,4300	1
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	0,4600	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Biosani	0	0,4900	3
38	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N°06 (4657)	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	MEDSONDA	0	0,4400	1
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	0,4600	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Biosani	0	0,4990	3
39	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N°08 (4658)	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	MEDSONDA	0	0,4500	1
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	0,4800	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Biosani	0	0,5070	3
40	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N°10 (4659)	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	MEDSONDA	0	0,4600	1
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	0,5100	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Biosani	0	0,5420	3
41	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N°12 (4660)	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	MEDSONDA	0	0,4800	1
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	0,5200	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Biosani	0	0,5420	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 20/03/2015		Válido até: 20/03/2016		Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
42	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N°14 (4661)	Un	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Biosani	0	0,5440	3	
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	MEDSONDA	0	0,5000	1	
			METROMED COM. DE MATERIAS MED.HOSP.LTDA (772)		0	0,5300	2	
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Biosani	0	0,5640	3	
43	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N°18 (4663)	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	SOLIDOR	0	0,5300	1	
			METROMED COM. DE MATERIAS MED.HOSP.LTDA (772)		0	0,6200	2	
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Biosani	0	0,6490	3	
44	SONDA ENDO PVC C/ BALÃO N° 06,0 (4648)	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	SOLIDOR	0	3,2000	1	
			METROMED COM. DE MATERIAS MED.HOSP.LTDA (772)		0	3,3000	2	
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Lamedid-Solid	0	3,5020	3	
45	SONDA ENDO PVC C/ BALÃO N° 06,5 (4649)	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	SOLIDOR	0	3,0000	1	
			METROMED COM. DE MATERIAS MED.HOSP.LTDA (772)		0	3,3000	2	
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Lamedid-Solid	0	3,3190	3	
46	SONDA ENDO PVC C/ BALÃO N° 07,0 (4650)	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	SOLIDOR	0	3,2000	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 20/03/2015 Válido até: 20/03/2016									
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
47	SONDA ENDO PVC C/ BALÃO N° 07,5 (4651)	Un	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Lamedid-Solidi	0	3,4860	2		
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	3,5000	3		
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	SOLIDOR	0	3,2000	1		
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	3,5000	2		
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Lamedid-Solidi	0	3,5390	3		
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	SOLIDOR	0	3,0000	1		
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	3,3000	2		
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Lamedid-Solidi	0	3,3340	3		
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	SOLIDOR	0	3,2000	1		
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Lamedid-Solidi	0	3,5970	2		
49	SONDA ENDO PVC C/ BALÃO N° 08,5 (4653)	Un	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	3,6000	3		
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	SOLIDOR	0	3,2000	1		
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Lamedid-Solidi	0	3,6550	3		
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	3,6000	2		
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	SOLIDOR	0	3,2000	1		
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	3,6000	2		
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Lamedid-Solidi	0	3,6550	3		
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	SOLIDOR	0	3,2000	1		
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	3,6000	2		
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Lamedid-Solidi	0	3,6550	3		
50	SONDA ENDO PVC C/ BALÃO N° 09,0 (4654)	Un	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Lamedid-Solidi	0	3,6550	3		
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	SOLIDOR	0	3,2000	1		
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	3,6000	2		
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Lamedid-Solidi	0	3,6550	3		
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	SOLIDOR	0	3,2000	1		
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	3,6000	2		
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Lamedid-Solidi	0	3,6550	3		
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	SOLIDOR	0	3,2000	1		
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	3,6000	2		
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Lamedid-Solidi	0	3,6550	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 14/34

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 20/03/2015 Válido até: 20/03/2016							
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
51	SONDA VESICAL DE FOLEY 2 VIAS N° 16 (4646)	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	SOLIDOR	0	2,0000	1
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	2,2000	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Lamedid-Solid	0	2,2100	3
52	SONDA VESICAL DE FOLEY 2 VIAS N° 18 (4647)	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	SOLIDOR	0	2,0000	1
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	2,2000	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Lamedid-Solid	0	2,2430	3
53	SONDA VESICAL DE ALIVIO N°16 (4664)	Un	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	0,5500	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Biosani	0	0,5980	2
54	SONDA VESICAL DE ALIVIO N°18 (4665)	Un	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	0,6500	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Biosani	0	0,6570	2
55	SORO FISIOLÓGICO SISTEMA ABERTO EMB. DE 500ML (413614)	Un	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Famax	0	1,6000	1
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	1,6600	2
56	Tintura De Iodo 2% 1000 MI (6911)	Lta	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	18,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 15/34

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 20/03/2015		Válido até: 20/03/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
57	HIPOCLORITO DE SODIO 1% (866)	Lt	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Vic Pharma	0	19,9880	2
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	3,5000	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Ricie-Wirath-M	0	3,5540	2
58	AGULHA DESCARTAVEL 25X7, CAIXA COM 100 UNIDADES (409570)	Cx	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	LABOR	0	4,8000	1
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	5,1000	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Enbramac	0	5,2240	3
59	ALGODÃO HIDRÓFILO, CONSTITUÍDO DE FIBRAS 100% ALGODÃO BRANCO ALVEJADO, ISENTO DE IMPUREZAS, MACIO, COM BOA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO E RETENÇÃO DE LÍQUIDOS, EMBALADO EM ROLOS DE 500 GR (413615)	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	FAROL	0	10,0000	1
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	11,4000	2
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	12,0000	3
60	ESPATULA DE AYRES PCT COM 100 UND (PREVENTIVO) (413616)	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	ESTILO	0	5,0000	1
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	5,4400	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Thecto	0	5,4660	3
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	5,5000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 16/34

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 20/03/2015 Válido até: 20/03/2016									
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
61	ESPEQULO VAGINAL DESCARTAVEL MODELO COLLINS PEQUENO LUBRIFICADO, ESTERIL, EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRURGICO. (409598)	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	ADLIN	0	1,2000	1		
	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)				0	1,3300	2		
	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)		Adlin		0	1,4330	3		
62	ESPEQULO VAGINAL DESCARTAVEL MODELO COLLINS MÉDIO LUBRIFICADO ESTERIL, EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRURGICO (409596)	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	ADLIN	0	1,4000	1		
	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)				0	1,5500	2		
	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)				0	1,5500	3		
	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)		Kolplast		0	1,6290	4		
63	ESPEQULO VAGINAL DESCARTAVEL MODELO COLLINS GRANDE LUBRIFICADO, ESTERIL, EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRURGICO. (409597)	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	ADLIN	0	1,9000	1		
	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)				0	2,0000	2		
	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)				0	2,1000	3		
66	FITA ADESIVA 16 MM X50M (876)	un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	MISSNER	0	2,5000	1		
	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)				0	2,6600	2		
	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)		Polar Fix		0	2,6650	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 17/34

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 20/03/2015		Válido até: 20/03/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	2,7500	4
67	FITA MICROPORE 5.0 CM x 10.0 MTS (1743)	RI	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	4,0500	1
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	4,1000	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	MISSNER	0	4,2000	3
68	FIXADOR CITOLÓGICO 100 ML SPRAY (6693)	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	ADLIN	0	6,0000	1
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	6,2000	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Adlin	0	6,5910	3
69	LAMINA DE BISTURI N° 12 CX C/100 UNIDADES (411107)	Cx	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	17,9000	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	SOLIDOR	0	18,0000	2
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	19,5000	3
70	LÂMINA DE BISTURI N° 23 CX C/ 100 UND (6698)	Cx	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	17,9000	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	SOLIDOR	0	18,0000	2
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	19,5000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 20/03/2015		Válido até: 20/03/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
71	LUA PARA PROCEDIMENTOS, TAMANHO GRANDE, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL FLEXÍVEL, COM BAINHA, AMBIDESTRA, COM PERFEITA ADAPTAÇÃO AO FORMATO ANATOMICO DA MÃO E AJUSTE AO ANTEBRAÇO, MATERIAL RESISTENTE, SEM FUROS, QUE PERMITA SENSIBILIDADE TÁTIL, LEVEMENTE LUBRIFICADAS COM PÓ BIO ABSORVÍVEL ATÓXICO, EMBALADA EM CAIXAS COM 100 UNIDADES COM ABERTURA QUE PERMITA A RETIRADA DAS LUVAS UMA A UMA, COM IDENTIFICAÇÃO EM LINGUA PORTUGUESA DA MARCA,FABRICANTE, LOTE E PRAZO DE VALIDADE. (409612)	Cx	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Nugard	0	19,8000	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	NUGARD	0	20,0000	2
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	21,5000	3
72	LUA PARA PROCEDIMENTOS, TAMANHO MEDIO, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL FLEXÍVEL, COM BAINHA, AMBIDESTRA, COM PERFEITA ADAPTAÇÃO AO FORMATO ANATOMICO DA MÃO E AJUSTE AO ANTEBRAÇO, MATERIAL RESISTENTE, SEM FUROS, QUE PERMITA SENSIBILIDADE TÁTIL, LEVEMENTE LUBRIFICADAS COM PÓ BIO ABSORVÍVEL ATÓXICO, EMBALADA EM CAIXAS COM 100 UNIDADES COM ABERTURA QUE PERMITA A RETIRADA DAS LUVAS UMA A UMA, COM IDENTIFICAÇÃO EM LINGUA PORTUGUESA DA MARCA,FABRICANTE, LOTE E PRAZO DE VALIDADE. (409611)	Cx	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	19,0000	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	NUGARD	0	20,0000	2
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	21,5000	3
73	LUA PARA PROCEDIMENTOS, TAMANHO PEQUENO, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL FLEXÍVEL, COM BAINHA, AMBIDESTRA, COM PERFEITA ADAPTAÇÃO AO FORMATO ANATOMICO DA MÃO E AJUSTE AO ANTEBRAÇO, MATERIAL RESISTENTE, SEM FUROS, QUE PERMITA SENSIBILIDADE TÁTIL, LEVEMENTE LUBRIFICADAS COM PÓ BIO ABSORVÍVEL ATÓXICO, EMBALADA EM CAIXAS COM 100 UNIDADES COM ABERTURA QUE PERMITA A RETIRADA DAS LUVAS UMA A UMA, COM IDENTIFICAÇÃO EM LINGUA PORTUGUESA DA MARCA,FABRICANTE, LOTE E PRAZO DE VALIDADE. (409610)	Cx	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	NUGARD	0	19,7500	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Nugard	0	19,8000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 20/03/2015 Válido até: 20/03/2016							
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
74	PROTETOR OCULAR ADULTO (5605)	Cx	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	20.0000	3
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	21.5000	4
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Cral	0	0.6700	1
75	PROTETOR SOLAR FPS 30, EMBALAGEM COM 200ML (413618)	Un	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	15.5500	1
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	16.5000	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Cosmoderma	0	17.0400	3
76	LOCAO OLEOSA A BASE DE GIRASSOL VITAMINA A E ACIDO LINOLEICO, ACIDO CAPRILICO, ACIDO CAPRICO LECITINA DE SOJA E ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS/TCM QUE REVITALIZA A PELE AUXILIANDO NA PREVENCAO DE ESCARAS. FRASCO DE 500 ML. (409619)	Fis	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Rivka	0	25.4200	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	KELDRIN	0	60.0000	2
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	68.0000	3
77	SORO GLICOSADO 5 % 500 ML (3106)	Un	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	68.0000	4
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	3.1500	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Fresenius Kabi	0	3.1780	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 20/03/2015		Válido até: 20/03/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
78	VASELINA SÓLIDA POTE COM 500 GR (6703)	Un	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	17,7000	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Vic Pharma	0	18,4850	2
79	TERMOMETRO DIGITAL (5611)	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	STAR	0	5,0000	1
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	15,0000	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Lamedid-Solidi	0	15,7880	3
80	AGUA DEIONIZADA GALÃO DE 5 LT (5608)	Lt	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	5,9000	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	CAITHEC	0	6,0000	2
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	6,2000	3
81	CLOREXIDINA 2,0% DEGERMANTE 1000 ML (41112)	Lt	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	11,6000	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Vic Pharma	0	11,9470	2
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	12,4200	3
82	CLOREXIDINA 0,2% AQUOSA (TÓPICO) 1000 ML (41113)	Lt	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	15,5000	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Vic Pharma	0	15,8060	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 20/03/2015		Válido até: 20/03/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	16,2000	3
83	HASTES FLEXIVEIS TIPO COTONETE C/ 75 (4642)	Cx	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	0,8300	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	COTTON	0	0,9000	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Higie Topp	0	1,0650	3
84	ESPARADRAPO 10 X 4,5 (516)	Rl	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	MISSNER	0	5,5000	1
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	5,6600	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Missner	0	5,8100	3
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	5,9000	4
85	FITA ADESIVA AUTOCLAVE 19 MM x 30 MTS (2622)	Rl	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	MISSNER	0	3,0000	1
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	3,3000	2
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	3,4000	3
86	GERMI-RIO 5000 ML (3365)	Un	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Ricie-Wirath-M	0	25,5000	1
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	26,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 20/03/2015		Válido até: 20/03/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
87	LUVAS CIRURGICA TAMANHO 8,5 (413619)		METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	26,4000	3
		Pares	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	MAXITEX	0	1,3000	1
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	1,3500	2
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	1,4000	3
		Pares	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	1,0000	1
88	LUA CIRURGICA ESTERIL Nº 8,0 (1747)		ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Maxitex	0	1,0980	2
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	1,1000	3
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	MAXITEX	0	1,1000	4
		Cx	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	LABOR	0	4,5500	1
89	MASCARA BRANCA COM ELASTICO, COM 50 UN (1032)		METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	6,3300	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Descarpack	0	6,3570	3
		Lt	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	15,7000	1
90	PVPI - TOPICO 1000 ML (993)		ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Vic Pharma	0	15,8960	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015										Data do Registro: 20/03/2015		Válido até: 20/03/2016			
Objeto da Compra:										A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.								
91	PVPI DEGERMANTE 1000 ML (1759)	Lt	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	16,2000	3								
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Vic Pharma	0	15,5700	1								
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	15,7000	2								
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	16,0000	3								
92	VASELINA LIQUIDA 1 LITRO (865)	un	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	18,7000	1								
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Vic Pharma	0	19,5030	2								
93	COLETOR MATERIAL PERFUROCORTANTE COM 13 LITROS EM MATERIAL RESISTENTE A PERFURACOES, IMPERMEAVEL, COM SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO PRATICO E SEGURO AO MANUSEIO. O PRODUTO DEVERA APRESENTAR LAUDO ANALITICO QUE COMPROVE CUMPRIMENTO DA NBR 3853. (409589)	Un	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	3,3500	1								
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	EMBALAIRE	0	3,4000	2								
94	EQUIPO PARA SORO MICROGOTAS UN. (408030)	Un	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	3,6600	3								
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	1,4000	1								
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	1,4200	2								
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Biosani	0	1,4900	3								

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 24/34

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 20/03/2015		Válido até: 20/03/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
95	TERMOMETRO DIGITAL MAX/MIN P/VACINA (409620)	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	INCOTERM	0	50,0000	1
	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)				0	51,5000	2
	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)				0	52,0000	3
96	APARELHO DE OTOSCOPIO (413620)	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	MIKATOS	0	300,0000	1
	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)				0	305,0000	2
	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)			MD	0	349,0750	3
97	OXIMETRO DE PULSO C/ CURVA PLESTIMOGRAFICA. (4715)	Un	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	400,0000	1
	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)				0	405,0000	2
	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)			SOLMEDIC	0	410,0000	3
98	PINÇA ANATOMICA 14 CM (411119)	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	ABC	0	6,0000	1
	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)				0	7,0000	2
	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)				0	7,1000	3
99	TESOURA CIRURGICA 10 CM RETA, (409621)	Un	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Abc	0	17,6000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 25/34

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 20/03/2015		Válido até: 20/03/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
100	PINÇA ANATOMICA DENTE DE RATO (413621)	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	ABC	0	18,0000	2
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	18,5000	3
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	19,0000	4
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	7,1000	1
101	PINÇA CIRURGICA MOSQUITO 12 CM RETA (411121)	Un	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	7,4000	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Abc	0	7,6050	3
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	13,4000	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	ABC	0	13,5000	2
102	PINÇA CIRURGICA MOSQUITO 10 CM CURVA (411124)	Un	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	14,1300	3
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Abc	0	14,5900	4
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	13,4000	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	ABC	0	13,5000	2
103	KIT DE AGULHAS (PONTEIRAS) PARA ELETROCAUTERIO (411126)	Un	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	125,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 20/03/2015		Válido até: 20/03/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
104	STOPPER ADESIVO C/100 BRANCO (409591)		ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	EMI	0	127,0000	2
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED HOSP.LTDA (772)		0	128,0000	3
		Cx	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	LABOR	0	20,0000	1
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED HOSP.LTDA (772)		0	21,6200	2
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	22,0000	3
105	CATETER PERIFERICO Nº 16 DISPOSITIVO CURTO DE POLIURETANO PARA INFUSÃO DE MEDIA DURAÇÃO, FLEXÍVEL POR FORA, SISTEMA PASSIVO DE SEGURANÇA PARA PREVENÇÃO DE ACIDENTES: A ATIVAÇÃO SEGURA INDEPENDE DA AÇÃO DO USUÁRIO, AGULHA COM BISEL CURTO E TRIFACETADO DE FÁCIL INTRODUÇÃO, GARANTIA DE INTEGRIDADE E AJUSTE ADEQUADO DO DISPOSITIVO INTERNO QUANDO DA RETIRADA DA AGULHA, DE EXTREMIDADE LISA E CÔNICA, CAMADA TRANSPARENTE DE REFLUXO, CONECTOR LUER QUE SE ADAPTE EM QUALQUER EQUIPO E SERINGA, COM PROTETOR DE AGULHA, ATÓXICO, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTEUDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, NUMERO DO LOTE: (409566)	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	LABOR	0	0,6500	1
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	0,7500	2
106	CATETER PERIFERICO Nº 18 DISPOSITIVO CURTO DE POLIURETANO PARA INFUSÃO DE MEDIA DURAÇÃO, FLEXÍVEL POR FORA, SISTEMA PASSIVO DE SEGURANÇA PARA PREVENÇÃO DE ACIDENTES: A ATIVAÇÃO SEGURA INDEPENDE DA AÇÃO DO USUÁRIO, AGULHA COM BISEL CURTO E TRIFACETADO DE FÁCIL INTRODUÇÃO, GARANTIA DE INTEGRIDADE E AJUSTE ADEQUADO DO DISPOSITIVO INTERNO QUANDO DA RETIRADA DA AGULHA, DE EXTREMIDADE LISA E CÔNICA, CAMADA TRANSPARENTE DE REFLUXO, CONECTOR LUER QUE SE ADAPTE EM QUALQUER EQUIPO E SERINGA, COM PROTETOR DE AGULHA, ATÓXICO, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTEUDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, NUMERO DO LOTE (409567)	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	LABOR	0	0,6500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 27/34

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 20/03/2015 Válido até: 20/03/2016						
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
107	CATETER PERIFERICO Nº 20 DISPOSITIVO CURTO DE POLIURETANO PASEGURANÇA PARA PREVENÇÃO DE ACIDENTES; A ATIVAÇÃO SEGURA INDEPENDE DA AÇÃO DO USUÁRIO. AGULHA COM BISEL CURTO E TRIFACETADO DE FÁCIL INTRODUÇÃO, GARANTIA DE INTEGRIDADE E AJUSTE ADEQUADO DO DISPOSITIVO INTERNO. QUANDO DA RETIRADA DA AGULHA, DE EXTREMIDADE LISA E CÔNICA, CAMADA TRANSPARENTE DE REFLUXO. CONECTOR LUER QUE SE ADAPTE EM QUALQUER EQUIPO E SERINGA, COM PROTETOR DE AGULHA, ATÓXICO, ESTERIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM ABERTURA ASÉPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. (409568)	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	LABOR	0	0,6500
108	NYLON PRETO 3-0 C AG 2,0 CM CAIXA COM 24 UND (413622)	Un	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	29,0000
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	PROCARE	0	30,0000
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	32,7000
109	NYLON PRETO 4-0 C AG 2,0 CM CAIXA COM 24 UND (413623)	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	PROCARE	0	30,0000
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	32,7000
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	33,0000
110	NYLON PRETO 5-0 C/AG 2,0CM CX COM 24 UND (409605)	Cx	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	PROCARE	0	20,0000
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	22,2000
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Lamedid-Solid	0	22,8900
111	FIO DE SEDA S/AGULHA Nº 3 (411127)	Un	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	38,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 20/03/2015		Válido até: 20/03/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
112	SONAR PORTÁTIL PARA BATIMENTO CARDÍACO FETAL (411128)	Un	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	455,0000	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	MD	0	460,0000	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	MARTEC	0	480,0000	3
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	510,0000	4
113	ALCOOL HOSPITALAR 96,0% 92,8 INPM 1000 ML (1715)	Lt	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	5,1000	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Da Ilha	0	5,4070	2
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	5,4800	3
114	FITA MICROPORE 10CMX10MT (411129)	Rl	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	MISSNER	0	7,0000	1
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	7,9000	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Missner	0	7,9460	3
115	AGULHA PARA SUTURA TRAUMATICA 1/2 CIRCULO TAMANHO 000 (6718)	Un	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	11,9000	1
116	AGULHA PARA SUTURA TRAUMATICA 1/2 CIRCULO TAMANHO 04 (6716)	Un	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	11,9000	1
117	AGULHA DESCARTÁVEL 25X6 CAIXA COM 100 UND (413624)	Un	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	LABOR	0	4,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 29/34

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 20/03/2015		Válido até: 20/03/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
118	LENÇOL DESCARTÁVEL BRANCO PARA MACA MEDINDO 70 CM X 50 MTS (413625)	RI	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	5,0000	2
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	5,1700	3
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Lamedid-Solida	0	5,2000	4
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	WOLLPEL	0	7,6000	1
119	PINÇA DE CHERON 24/25 CM (413626)	Un	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Granell	0	7,6500	2
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	7,8000	3
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	8,2500	4
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	29,0000	1
120	AVENTAL DESCARTÁVEL MANGA LONGA (413627)	Un	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	29,9500	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	ADLIN	0	30,0000	3
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	1,0400	1
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	1,0500	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	SKY	0	1,1100	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 20/03/2015 Válido até: 20/03/2016									
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
121	EQUIPO PARA Sonda NASOGASTRICA (413628)	Un	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	1,2200	1		
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Medplast	0	1,2690	2		
122	BOLSA COLETORA DE URINA 2000ML (413629)	Un	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	2,1200	1		
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	SOLIDOR	0	2,2000	2		
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	2,6300	3		
123	GASE TIPO QUELHO 11 FIOS 91 MMX 91MTS (413630)	RI	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	42,0000	1		
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	TEXCARE	0	46,0000	2		
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	48,6000	3		
124	FRASCO PARA ALIMENTAÇÃO NASOGASTRICA 300ML (413631)	Un	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Biobase	0	0,8500	1		
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	COMPOJET	0	0,8700	2		
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	0,9000	3		
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	0,9400	4		
125	LUVA CIRURGICA ESTERIL Nº 7,5 (1746)	Pares	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	0,9900	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015								Data do Registro: 20/03/2015		Válido até: 20/03/2016	
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.											
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.				
126	LUA CIRURGICA ESTERIL Nº 7,0 (413632)	Pares	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	1,0000	2				
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	MAXITEX	0	1,0000	3				
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Maxitex	0	1,0020	4				
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Maxitex	0	0,9800	1				
127	MULETA AUXILIAR COM REGULAGEM DE ALTURA (1,35 A 1,50 MTS) GRANDE, EM ALUMINIO (413633)	Un	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	0,9900	2				
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	1,0000	3				
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	MAXITEX	0	1,0000	4				
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Baxmann	0	44,5000	1				
128	MULETA COM SUPORTE DE ANTEBRAÇO COM REGULAGEM DE ALTURA (1,0 A 1,25 MTS) EM ALUMINIO (413634)	Un	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	45,0000	2				
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	MAXMAN	0	45,0000	3				
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	45,9000	4				
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	39,0000	1				
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	MAXMAN	0	40,0000	2				

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 20/03/2015		Válido até: 20/03/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

129	CADEIRA DE RODAS PARA BANHO (413635)	Un	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	41,1000	3
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Carci	0	43,5070	4
			PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD (1852)		0	160,0000	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (4062)	MAXMAN	0	165,0000	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (603)	Prolife	0	170,2560	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 33/34

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 20/03/2015		Válido até: 20/03/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA (772)		0	172.0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 34/34

Número do Registro de Preços: 1/2015								Data do Registro: 20/03/2015		Válido até: 20/03/2016	
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.											
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

- REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2015
- PROCESSO Nº 29/2015
- (603) - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA
- (772) - METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSPLTDA
- (1852) - PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD
- (4062) - ALIANÇA HOSPITALAR LTDA

Chapadão do Lageado, 20 de Março de 2015.

Cocal do Sul**PREFEITURA****EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01/PMCS/2015**

CONTRATO Nº: 81/2014

ADITIVO Nº: 01/2015

TIPO DE ADITIVO: SEGUNDO TA - ACRÉSCIMO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: CONSTRUTORA BS LTDA - ME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 56/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº. 07/PMCS/2014

Objeto do Contrato: contratação de empresa para fornecimento de material e construção de muro em alvenaria com cerca/ porções metálicos, no colégio cristo rei, no município de cocal do sul. Objeto do Aditivo: acréscimo de 3,98% (três virgula noventa e oito por cento) ao valor do contrato firmado entre as partes assinatura:

Vigência: início: 27/02/2015 término: 31/12/2015

Valor:R\$ 3.500 (três mil e quinhentos reais).

Concórdia**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 4/2015-PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 4/2015- PMC

Sistema de Registro de Preços

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição, durante o exercício de 2015, de materiais de consumo, gêneros alimentícios, higiene, limpeza, copa e cozinha para atender as necessidades das Secretarias, Fundo, Fundações e Polícia Civil, com recursos oriundos dos governos Federal, Estadual e Municipal, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 22/04/2015 no endereço Eletrônico www.cidadecompras.com.br

Abertura: dia 22/04/2015 as 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 31 de março de 2015.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2015 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2015 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra) Para execução de reforma e ampliação da EBM Parque de Exposições, situada na Rua Vitor Sopelsa, Parque de Exposições com recursos oriundos do convênio FUNDEB, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

.

COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL

Para fins do disposto no § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, comunicamos às licitantes: KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, FORMATTO ENGENHARIA LTDA - EPP, BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELLI EPP, que a licitante RJUNIOR CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA-ME, interpôs, na data de 27 de março de 2015, recurso administrativo pugnando pela revisão do julgamento da fase de classificação do certame. Desejando, V. Sª poderá impugná-lo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da publicação deste aviso, estando os autos abertos à consulta desde já.

Concórdia, SC, 31 de março de 2015

Leonice Parizotto Camargo

Presidente da CPL

EXTRATO 1º TA CONTRATO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 1/2011-PMC

Contrato Nº : TP1/2011/2011

Aditivo Nº : 1TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : LANCHONETE MAIS SABOR LTDA ME

Licitação : Concorrência para Concessão 1/2011

Objeto : concessão de imóvel(is)

Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 31/03/2016

Assinatura : 06/03/2015

Valor R\$: 2.504,53 (Dois Mil, Quinhentos e Quatro Reais e Cinquenta e Três Centavos)

EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 318/2014 -PMC

Contrato Nº : 318/2014

Aditivo Nº : 6 TA/2015

Tipo Aditivo : Acréscimo/Supressão

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 8/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica em CAUQ das ruas Isidoro Simioni e Fiorelo Fiamentti, localizadas neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo D do Edital.

Vigência : Início: 24/03/2015 Término: 16/05/2015

Assinatura : 24/03/2015

Valor Acrescido R\$: 11.426,03 (Onze Mil, Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Três Centavos)

Valor Suprimido R\$: 18.054,20(dezoito mil e cinquenta e quatro reais e vinte centavos)

Dotação : 121 - 08.001.1009.344905198000000.01000001

Dotação : 127 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

EXTRATO 7º TA CONTRATO Nº 188/2014 -PMC

Contrato Nº : 188/2014

Aditivo Nº : 7 TA/2015

Tipo Aditivo : Acréscimo/Supressão

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 2/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica de diversas ruas, localizadas neste Município, com recursos oriundos de Financiamento com a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina SA -BADESC, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo D do Edital.

Vigência : Início: 17/03/2015 Término: 20/04/2015

Assinatura : 17/03/2015

Valor Acrescido R\$: 62.715,22 (Sessenta e Dois Mil, Setecentos e Quinze Reais e Vinte e Dois Centavos)

Valor Suprimido R\$: 216.260,41(duzentos e dezesseis mil e duzentos e sessenta reais e quarenta e um centavos)

Dotação : 127 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

Dotação : 129 - 08.001.1009.344905198000000.01830000

EXTRATO 7º TA CONTRATO Nº 318/2014 -PMC

Contrato Nº : 318/2014

Aditivo Nº : 7 TA/2015

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 8/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica em CAUQ das ruas Isidoro Simioni e Fiorelo Fiamentti, localizadas neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo D do Edital.

Vigência : Início: 27/03/2015 Término: 16/06/2015

Assinatura : 27/03/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 121 - 08.001.1009.344905198000000.01000001

Dotação : 127 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2015

O Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, torna público que ratificou o ato da Senhora NOELI WOLOSZYN BRUM DE OLIVEIRA, Diretora de Ação Social, que declarou dispensável a licitação, nos termos do inciso X, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 30 de março de 2015, referente Locação de um imóvel, novo, com 748,36m² localizado na Rua Carlos Gomes esquina com a Rua Oswaldo Zandavalli, nº 511, Centro, neste Município, para instalação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação - SEDES, Conselho Tutelar, Bolsa Família, PRONATEC, a favor da empresa: IMOBILIÁRIA MUNARETTO LTDA, no valor total de R\$ 129.480,00 (cento e vinte e nove mil quatrocentos e oitenta reais).

LAURI GARBOSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA PRÓXIMA SESSÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCORDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2015 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de instalação e manutenção elétrica, em regime de empreitada por preço global (material e mão de obra), para execução de serviços especializados na manutenção do sistema de iluminação pública, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA A PRÓXIMA SESSÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Apresentaram-se para participar do certame as empresas: NEIVALDO ZAMPRONIO E CIA LTDA - ME e LIDER MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. Aberta a sessão as empresas NEIVALDO ZAMPRONIO E CIA LTDA - ME e LIDER MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA., comprovaram através da Certidão Simplificada da Junta Comercial, documento este, exigido no subitem 5.1.2 do Edital, que é Microempresa (ME), ou Empresa de Pequeno Porte (EPP). Em seguida, procedeu-se à abertura dos Envelopes nº 01 - Documentação de Habilitação, constatando-se que: a Licitante LIDER MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA., apresentou a Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais, relativa ao Estado da sede da licitante, com prazo de validade expirado. Descumprindo o requisito do item 5.1, alínea C, do Edital, e por assim sendo, foi julgada PRÉ-HABILITADA. Já a licitante NEIVALDO ZAMPRONIO E CIA LTDA - ME apresentou sua documentação de habilitação de acordo com os requisitos exigidos no Edital e sendo assim foi julgada HABILITADA. Em razão da apresentação da Certidão Simplificada comprovando o enquadramento como EPP, a licitante LIDER MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. Fará jus ao prazo de 04 (quatro) dias úteis, concedido no item 8.4 do edital, para regularização da documentação, sendo que o interessado deverá efetuar o protocolo até o dia 09 (nove) de abril de 2015, no horário de atendimento do protocolo da Prefeitura Municipal, das 8:00 hrs às 17:00 hrs. Em razão do direito de reapresentação da nova documentação de habilitação a presidente da Comissão oficializa que será publicado o resumo da sessão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br), em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, o pertinente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea "a", do citado diploma legal, será contado a partir da data em que for veiculada a referida publicação, e desde já convoca as licitantes a comparecer neste mesmo local, às 08:30 (oito horas e trinta minutos) do próximo dia 13(treze) de abril de 2014, para participar da sessão de abertura e julgamento da nova documentação de habilitação, bem como o envelope nº 2, contendo a proposta.

Concórdia, SC, 31 de março de 2015.
LEONICE PARIZOTTO CAMARGO
Presidente da C.P.L

RESOLUÇÃO Nº 104/2015 DE 30 DE MARÇO DE 2015-CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº 104/2015 DE 30 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a constituição da Comissão de Ética para conduzir processo administrativo disciplinar em face das Conselheiras Tutelares Sirlei Franchin Rovani, Marinez Oliveira dos Santos, Helmi Erni Gosenheimer, Jaqueline Menegetti, Márcia Inês Lorenzetti e Marli da Silva.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei nº 8.069/90, Leis Complementares Municipais nº 593, de 21 de setembro de 2011, nº 629 de 12 de dezembro de 2012, Resolução nº 39, de 08 de setembro de 2009 e deliberação da plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de 05 de fevereiro de 2015 e considerando:

O cartão ponto dos Conselheiros Tutelares no período de janeiro a dezembro de 2014;

Averiguação prévia realizada pela servidora Isabel Cristina Tagliari da Silva, em janeiro de 2015;

Que as conselheiras infringiram, em tese, o disposto no inciso III, VI e XIV, Art. 7º, da Resolução nº 39/2009 e se comprovada à denúncia, poderão sofrer penalidade de suspensão ou perda de mandato, conforme Art. 8º da Resolução nº 39/2009.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar processo administrativo disciplinar para apurar a veracidade dos fatos envolvendo as Conselheiras Tutelares SIRLEI FRANCHIN ROVANI, MARINEZ OLIVEIRA DOS SANTOS, HELMI ERNI GOSENHEIMER, JAQUELINE MENEGETTI, MÁRCIA INÊS LORENZETTI E MARLI DA SILVA.

Art. 2º Designar a servidora pública e os conselheiros municipais abaixo relacionados para compor a Comissão de Ética e proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face do presente processo administrativo disciplinar:

I - Presidente: SILVANA CASAGRANDE - Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo de Pedagoga;

II - Secretário: DIOMAR JOSÉ PERIN - Conselheira Titular Governamental do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - Vogal I: ELAINE DA CUNHA VANCIN - Conselheira Titular Não-Governamental do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Parágrafo Único - Neste processo não haverá participação de conselheiro tutelar, conforme prevê a Resolução 39/2009, em virtude de todas estarem citadas no processo administrativo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor nesta data

ARMINDO DA SILVA
Presidente do CMDCA

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 150/2015

DECRETO N. 150/2015 DE 31 DE MARÇO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE DE SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 20 da Lei Complementar Nº 018/2001

DECRETA

Art. 1º Declara estável, a partir de 04 de abril de 2015, o servidor Municipal Sr. LUCIANO RODRIGO DA SILVA, ocupante do cargo de Motorista, 40 horas, por ter atingido a média de pontos exigida nas avaliações semestrais, durante o período de Estágio Probatório e pelo cumprimento do disposto no art. 20 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3 º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 31 de março de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 151/2015

DECRETO N. 151/2015 DE 31 DE MARÇO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE DE SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 20 da Lei Complementar Nº 018/2001

DECRETA

Art. 1º Declara estável, a partir de 04 de abril de 2015, o servidor Municipal Sr. FABIANO MORESCO, ocupante do cargo de Motorista, 40 horas, por ter atingido a média de pontos exigida nas avaliações semestrais, durante o período de Estágio Probatório e pelo cumprimento do disposto no art. 20 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3 º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 31 de março de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 152/2015

DECRETO N. 152/2015 DE 31 DE MARÇO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE DE SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 20 da Lei Complementar Nº 018/2001

DECRETA

Art. 1º Declara estável, a partir de 04 de abril de 2015, à servidora Municipal Sra. LUANA PAULA MORESCO, ocupante do cargo de Professor Habilidades Artísticas e Culturais, 20 horas, por ter atingido a média de pontos exigida nas avaliações semestrais, durante o período de Estágio Probatório e pelo cumprimento do disposto no art. 20 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3 º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 31 de março de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 153/2015

DECRETO N. 153/2015 DE 31 DE MARÇO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE DE SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 20 da Lei Complementar Nº 018/2001

DECRETA

Art. 1º Declara estável, a partir de 13 de abril de 2015, o servidor Municipal Sr. ELEANDRO FANTINEL, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, 40 horas, por ter atingido a média de pontos exigida nas avaliações semestrais, durante o período de Estágio Probatório e pelo cumprimento do disposto no art. 20 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3 º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 31 de março de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 154/2015

DECRETO N. 154/2015 DE 31 DE MARÇO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE DE SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 20 da Lei Complementar Nº 018/2001

DECRETA

Art. 1º Declara estável, a partir de 13 de abril de 2015, o servidor Municipal Sr. HIGOR TRESSOLDI, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, 40 horas, por ter atingido a média de pontos exigida nas avaliações semestrais, durante o período de Estágio Probatório e pelo cumprimento do disposto no art. 20 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3 º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 31 de março de 2015.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 155/2015

DECRETO N. 155/2015 DE 31 DE MARÇO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE DE SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 20 da Lei Complementar Nº 018/2001

DECRETA

Art. 1º Declara estável, a partir de 13 de abril de 2015, o servidor Municipal Sr. SILVANO ANDREIS GABRIEL, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, 40 horas, por ter atingido a média de pontos exigida nas avaliações semestrais, durante o período de Estágio Probatório e pelo cumprimento do disposto no art. 20 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3 º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 31 de março de 2015.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 156/2015

DECRETO N. 156/2015 DE 31 DE MARÇO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE DE SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 20 da Lei

Complementar Nº 018/2001

DECRETA

Art. 1º Declara estável, a partir de 17 de abril de 2015, o servidor Municipal Sr. MAICON ADÃO DEFILTRO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, 40 horas, por ter atingido a média de pontos exigida nas avaliações semestrais, durante o período de Estágio Probatório e pelo cumprimento do disposto no art. 20 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3 º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 31 de março de 2015.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 157/2015

DECRETO Nº 157/2015, DE 31 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. CARMEN APARECIDA TRESSOLDI WARKEN, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 31 de março de 2015.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 158/2015

DECRETO Nº 158/2015, DE 31 DE MARÇO DE 2015

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1134/2014,

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 12.367.2506 - Apoio a Educação Especial.
Modalidade de Aplicação: 335000 - 52
Fonte de Recursos: 1.0.00 - Ordinários - R\$ 5.400,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 27/03/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 31 de março de 2015.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

DECRETO N. 159/2015

DECRETO Nº 159/2015, DE 01 DE ABRIL DE 2015

“ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO Nº 119/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o Decreto Nº 119/2015 no seguinte termo:

ONDE SE LÊ:

Art. 1º Fica alterada a partir de 01 de abril de 2015 a carga horária da Servidora Municipal, Sra. SALETE VARNIER ZANLUCHI, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 20 (vinte) horas semanais para 10 (dez) horas semanais, conforme solicitação anexa.

LEIA-SE:

Art. 1º Fica alterada a partir de 06 de abril de 2015 a carga horária da Servidora Municipal, Sra. SALETE VARNIER ZANLUCHI, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 20 (vinte) horas semanais para 10 (dez) horas semanais, conforme solicitação anexa.

Art. 2º Os demais artigos permanecem inalterados e em pleno vigor.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 01 de abril de 2015.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

LEI N. 1142/2015 " CONCEDE INCENTIVO ESTRUTURAL À EMPRESA QUE CONSTITUIRÁ SUA SEDE NO MUNICÍPIO - DEJAIR"

LEI N.1142/2015

“CONCEDE INCENTIVO ESTRUTURAL À SOCIEDADE EMPRESÁRIA que constituirá sua sede NO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA LEI 215/97, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder executivo municipal autorizado a conceder os incentivos estruturais previstos no artigo 7º da Lei Municipal n. 215/97, à Sociedade Empresária DEJAIR JOSE CAUS - ME, inscrita no CNPJ sob o n. 07.823.458/0001-90.

§ 1º O benefício consiste na Cessão de Uso de imóvel de propriedade da municipalidade, parte dos lotes coloniais números 61, 41 e 42, 43, localizados na Linha Ipiranga e na Linha Bento Gonçalves, no Município de Cordilheira Alta, medindo 1.029,32m² de área, matrícula n. 43.734, contendo um barracão de 240m², o qual está sendo concedido mediante pedido da interessada e documentos comprobatórios nos termos da Lei, e conforme determina a Resolução n. 001/2015, do Conselho de Desenvolvimento Econômico, anexa a este.

§ 2º A cessão referida no caput deste artigo dar-se-á para fim específico de instalação da Sociedade Empresária Dejaire Jose Caus - ME, tendo como objetivo principal a fabricação de alimentos e de pratos prontos, excluída qualquer outra atividade.

§ 3º A Sociedade Empresária terá 06 (seis) meses para implantar-se no imóvel cedido, a contar da assinatura do termo de cessão de uso.

§ 4º O prazo de duração desta Cessão de Uso é de 10 (dez) anos.

Art. 2. A Sociedade Empresária poderá manifestar interesse na compra do imóvel no prazo de duração da Cessão, firmando-se preço compatível com os praticados no mercado imobiliário.

Art. 3º A beneficiada fica obrigada a cumprir as cominações de disposições superiores aplicáveis à espécie.

Art. 4º Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 31 de março de 2015.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

MENSAGEM N. 07/2015

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Cumprimentando-os cordialmente, sirvo-me do presente Projeto de Lei, com fundamento nas atribuições de meu cargo e com fulcro no que determina a Lei Orgânica Municipal, para na forma regimental desta Casa de Leis, submetê-lo respeitosamente à apreciação de Vossas Excelências.

O Projeto de Lei n. 05/2015 refere-se à concessão de incentivo estrutural à sociedade empresária DEJAIR JOSE CAUS - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 07.823.458/0001-90, nos termos do Artigo 7º e seguintes da Lei Municipal n. 215/1997.

O benefício consiste na Cessão de Uso de imóvel de propriedade da municipalidade, pelo prazo de 10 (dez) anos, que será utilizado para instalação da sede da Sociedade Empresária Dejaire Jose Caus - ME.

A Lei Municipal n. 215/1997 além de estabelecer as normas referentes à política de desenvolvimento econômico, trata, também, sobre a concessão de incentivos e estímulo para implantação e expansão de empreendimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços no município de Cordilheira Alta.

Vale frisar que uma das prioridades da Administração Municipal é fomentar e ampliar o desenvolvimento econômico do município de Cordilheira Alta. Dessa forma, por meio dos incentivos à iniciativa privada, busca-se contribuir com as empresas que aqui já estão instaladas e, além disso, atrair novos investidores para se implantarem no município.

Assim, dirijo-me a Vossas Excelências para encaminhar o projeto de lei em epígrafe, na expectativa de sua aprovação, consignando meus sinceros respeitos e admiração ao trabalho de cada um dos Nobres Vereadores.

Cordilheira Alta, SC, 05 de março de 2015.

Cordialmente,

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

**LEI N. 1143/2015 " CONCEDE INCENTIVO
ESTRUTURAL COOPERATIVA AGRICULTURA
FAMILIAR"**

LEI N.1143/2015

"Concede Incentivo estrutural À SOCIEDADE EMPRESÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e fica sancionada e promulgada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder incentivo estrutural à sociedade empresária COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 00.648.563/0013-24, nos termos da Lei Municipal n. 215/1997 e Resolução n. 002/2015, emitida pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico do Município de Cordilheira Alta.

Parágrafo Único - O incentivo estrutural consiste na disponibilização de máquinas para realizarem obras de terraplenagem no imóvel registrado no Cartório de Registros de Imóveis de Chapecó sob a matrícula n. 97.883, localizado neste município, na Linha Campina do Gregório.

Art. 2º A sociedade empresária beneficiada fica obrigada a cumprir as determinações da Lei Municipal n. 215/1997, bem como as cominações superiores aplicáveis à espécie.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 31 de março de 2015.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Coronel Freitas

PREFEITURA

DECRETO N. 7.124

DECRETO Nº. 7.124, 19 de março de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 15/2015, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 15/2015 - Pregão Presencial Nº. 09/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: TIAGO DE MACEDO 05436556957, com o item nº 1, no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de março de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N. 7.125

DECRETO Nº. 7.125, 20 de março de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 19/2015, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 19/2015 - Pregão Presencial Nº. 13/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Absoluto Distribuidora Ltda-ME, com os itens 6, 15, 46, 72, no valor de R\$ 19.707,45 (dezenove mil, setecentos e sete reais e quarenta e cinco centavos); Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda-ME, com os itens 2, 3, 5, 10, 12, 17, 27, 30, 32, 33, 36 a 38, 41, 42, 45, 51, 54, 58, 63 a 65, 67, 71, 75, 76, 79, 80, 81, no valor de R\$ 12.317,67 (doze mil, trezentos dezessete reais e sessenta e sete centavos); Panificadora Avenida Eireli-ME, com os itens 13, 14, 31, 55, 61, 70, 73, R\$ 42.637,00 (quarenta e dois mil, seiscentos e trinta e sete reais); SCS Comércio Ltda, com os itens 1, 4, 11, 16, 18, 19, 24, 25, 28, 35, 39, 40, 43, 44, 49, 50, 52, 53, 60, 68, 69, 74, 84, 87,

no valor de R\$ 59.022,85 (cinquenta e nove mil, vinte e dois reais e oitenta e cinco centavos); Supermercado Zucco&Zucco Ltda-ME, com os itens 7 a 9, 20 a 22, 26, 29, 34, 47, 48, 56, 57, 59, 62, 66, 77, 78, 82, 83, 85, 86, 88, no valor de R\$ 33.320,25 (trinta e três mil,, trezentos e vinte reais e vinte e cinco centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de março de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N. 7.126

DECRETO Nº. 7.126, 24 de março de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 22/2015, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 22/2015 - Pregão Presencial Nº. 16/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Center Comércio de Papeis Ltda-ME, com os itens 3, 4, 10, 11, 14, 23, 24, 33, 47, 48, 55, 57, 74, 84, 88, 89, 97, 99, 100, 101, 107, 110, 111, 114, 126, 127, 130, 131, 133 a 135, 141, 143, no valor de R\$ 4.618,75 (quatro mil, seiscentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos); DLG Livraria e Bazar Ltda - ME, com os itens 1, 2, 8, 19 a 21, 34, 38, 40, 41, 49, 50, 54, 60, 64, 65, 68, 69, 71 a 73, 77, 78, 80, 85, 102 a 106, 108, 117 a 119, 128, 129, 137, no valor de R\$ 7.979,25 (sete mil, novecentos e setenta e nove reais e vinte e cinco centavos); L.B.C. Livraria e Bazar Ltda, com os itens 13, 36, 37, 70, 120, 121, 124, 132, no valor de R\$ 33.796,90 (trinta e três mil, setecentos e noventa e seis reais e noventa centavos); RB Papelaria e Bazar Ltda-ME, com os itens 5 a 7, 9, 12, 15 a 18, 22, 25 a 32, 35, 39, 42 a 46, 52, 53, 56, 58, 59, 61 a 63, 66, 67, 75, 76, 79, 81 a 83, 86, 87, 90 a 96, 98, 109, 112, 113, 115, 116, 122, 123, 125, 136, 138 a 140, 142, no valor de R\$ 13.413,45 (treze mil, quatrocentos e treze reais e quarenta e cinco centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de março de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N. 7.127

DECRETO Nº. 7.127, 24 de março de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 13/2015, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 13/2015 - Tomada de Preços Nº. 03/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Construtora Guilherme Arthur Ltda - ME, no valor de R\$ 53.201,50 (cinquenta e três mil, duzentos e um reais e cinquenta centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de março de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DESISTÊNCIA DE ITEM DO PREGÃO PRESENCIAL Nº10/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

=====

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

ATA DE DESISTÊNCIA DE ITEM DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015 DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS. Aos vinte e sete dias do mês de março de Dois Mil e Quinze, as 10h30min, na sala de reuniões da prefeitura Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Avenida Santa Catarina 1022, Centro, reuniram-se o presidente da comissão e Equipe de Apoio, para efetuar a análise do da desistência da empresa TONER MAIS LTDA ME do item 01 do referido processo licitatório, tendo em vista Que a mesma não assinou o contrato desistindo do item. Fica, portanto desclassificado do item, chamando-se o segundo colocado do presente processo. Esta ata será publicada no site da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial dos Municípios. Nada mais havendo a tratar foi lavrado-se a presente ata, que após lida será assinada pelos membros da Comissão de Licitação.

Coronel Freitas (SC), 27 de Março de 2015

FLAVIA ROLIM DE MOURA

PREGOEIRA

CASIANE F. CARVALHO

MEMBRO

PAULO C. STRADA

MEMBRO

JUCILAINE BORTOLOSSO

MEMBRO

LUIS CARLOS OSS

MEMBRO

PREGÃO PRESENCIAL Nº23/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Pregão Presencial Nº 23/2015

Objeto: A AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO DE COMBATE À INCÊNDIO, ZERO QUILOMETRO, FABRICAÇÃO NACIONAL; ANO DE FABRICAÇÃO E ANO DE MODELO IGUAL OU SUPERIOR AO ANO DE 2015, E AQUISIÇÃO DE IMPLANTOS PARA COMBATE DE INCÊNDIO CONFORME ANEXO D .

Tipo: Menor Preço Por Item

Entrega dos envelope: até as 14:30 horas do dia 16/04/2015

Abertura dos envelopes: na sequência às 14:30 horas do dia

16/04/2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:30 às 17:30 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 31 de março de 2015

Mauri J. Zucco

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº. 067, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 067, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas, pela Lei Municipal nº 489, de 02 de dezembro de 2008 e pela Lei Orgânica Municipal, resolve;

NOMEAR:

Art. 1º Os membros do Conselho Municipal De Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB -, conforme abaixo:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Educação, indicado pelo Poder Executivo Municipal:

Titular - Maria Nilce Marmentini Somavila

Suplente - Neimar Cassol

II - Representantes dos professores das escolas públicas municipais:

Titular - Lucimara Bolzan May

Suplente - Marines Luzia Basso

III- Representantes dos diretores das escolas públicas municipais:

Titular - Fatima Tomazeli Basso

Suplente - Daiane Hahn de Lima

IV - Representantes dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais:

Titular - Marines Bento

Suplente - Salete Gonçalves

V - Representantes dos pais de alunos das escolas públicas municipais:

Titulares - Marcionei Bottega

Elenice dos Santos

Suplentes - Sandra Cecatto Crestani

Nedio Pertussatti

VI - Representantes dos estudantes da educação básica pública:

Titular - Géssica do Prado

Suplente - Sandra Mara Bolzan

VII - Representantes do Conselho Municipal de educação:

Titular - Vilma Giroto Pertussatti

Suplente - Maria Lucia M. Picetti

VIII - Representantes do Conselho Tutelar:

Titular - Leila Jung

Suplente - Josiane Smaniotto

IX - Representantes de estudantes da educação básica pública indicados pela entidade de estudantes secundaristas:

Titular - Gilberto de Oliveira

Suplente - Lais Cristina Scarioto

X - Representantes do Poder Executivo Municipal:

Titular - Rudinei Smaniotto

Suplente - Evandro Belatto

Art. 2º O Conselho Municipal De Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB terá um presidente escolhido pelos membros.

Art. 3º O mandato dos Membros do Conselho Municipal De Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período, a critério da entidade a qual representa.

Art. 4º Os Membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, não serão remunerados, uma vez que trata-se de órgão de apoio ao Setor Educacional do Município sem vínculo empregatício e constituir-se-á de relevante serviço público.

Art. 5º As competências, funcionamento e demais disposições conforme previsto na Lei que Institui o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, serão tratados e definidas no Regimento Interno.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário, em especial Decreto nº. 098, de 18 de março de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins, SC, em 30 de março de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 049 DE 31 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº. 049 DE 31 DE MARÇO DE 2015.

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 01/2015 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 01/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (anexa).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 31 de março de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

RESOLUÇÃO Nº 01/2015

RESOLUÇÃO Nº 01/2015

Dispõe sobre a realização de eleições para o Conselho Tutelar do Município e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O REGIMENTO INTERNO, LEI MUNICIPAL Nº 594, DE 07 DE MAIO de 2013 E ARTIGO 139 DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE;

RESOLVE:

Art. 1º Deverão ser realizadas as eleições ao Conselho Tutelar do Município de Coronel Martins-SC, para escolha dos membros titulares e suplentes, conforme normas a serem baixadas pelo CM-DCA, ouvida a Comissão de Eleição.

Art. 2º - Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados, para comporem a COMISSÃO DE ELEIÇÃO, que serão responsáveis pelas avaliações prévias e outras tarefas atinentes ao processo de eleição dos membros do Conselho Tutelar do Município de Coronel Martins:

Presidente: Rudinei Smaniotto

Vice Presidente: Gilson Eduardo Pahl

Secretaria: Katia Ramos De Amaral

Membros: Raquel Adriana Souza e Lorete Zanco Mores

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Coronel Martins-SC, em 31 de março de 2015.

Rudinei Smaniotto

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Esta Resolução foi Registrada e Publicada na data supra.

Katia Ramos De Amaral

Secretário(a) do CMDCA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RRFO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APLICAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	164.725,00	164.725,00	16.652,98	10,11
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	35.700,00	35.700,00	0,00	0,00
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	23.100,00	23.100,00	10.996,00	47,60
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	55.000,00	55.000,00	4.409,44	8,02
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	44.100,00	44.100,00	1.247,54	2,83
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.575,00	1.575,00	0,00	0,00
Divida Ativa dos Impostos	3.780,00	3.780,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Divida Ativa	1.470,00	1.470,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	10.278.500,00	10.278.500,00	1.776.810,39	17,28
Cota-Parte FPM	6.800.000,00	6.800.000,00	1.213.210,47	17,84
Cota-Parte ITR	4.200,00	4.200,00	0,00	0,00
Cota-Parte IPVA	115.500,00	115.500,00	16.276,74	14,09
Cota-Parte ICMS	3.300.000,00	3.300.000,00	539.068,96	16,34
Cota-Parte IP-Estado	42.000,00	42.000,00	8.048,15	19,16
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	16.800,00	16.800,00	6,07	0,04
Desoneração ICMS (LC 87/96)	16.800,00	16.800,00	6,07	0,04
TOTAL DAS RECEITAS PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	10.443.225,00	10.443.225,00	1.793.263,37	17,17

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	632.940,00	632.940,00	75.698,50	11,96
Provenientes da União	632.940,00	632.940,00	75.698,50	11,96
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	7.350,00	7.350,00	16,38	0,22
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	640.290,00	640.290,00	75.714,88	11,83

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.537.630,00	2.537.630,00	1.215.852,24	47,91	479.916,44	18,91
Pessoal e Encargos Sociais	1.321.950,00	1.321.950,00	179.086,98	13,55	179.086,98	13,55
Outras Despesas Correntes	1.215.680,00	1.215.680,00	1.036.765,26	85,28	300.829,46	24,75
DESPESAS DE CAPITAL	50.295,00	50.295,00	7.939,00	15,78	7.939,00	15,78
Investimentos	50.295,00	50.295,00	7.939,00	15,78	7.939,00	15,78

Continua 1/4

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (fe)*100	Até o Bimestre (g)	% (ge)*100
DESPESAS DE CAPITAL	50.296,00	50.296,00	7.939,00	15,78	7.939,00	15,78
Investimentos	50.296,00	50.296,00	7.939,00	15,78	7.939,00	15,78
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.587.925,00	2.587.925,00	1.223.791,24	47,29	487.855,44	18,85
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	620.865,00	620.865,00	229.485,43	18,75	100.389,96	20,58
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	620.865,00	620.865,00	229.485,43	18,75	100.389,96	20,58
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM	-	-	0,00	0,00	-	-
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	620.865,00	620.865,00	229.485,43	18,75	100.389,96	20,58
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.967.060,00	1.967.060,00	994.305,81	81,25	387.465,48	79,42
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						21,61
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]³						118.475,97

Continua 2/4

Município de Coronel Martins - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (i)				
0,00			0,00	0,00	
0,00			0,00	0,00	
TOTAL (VIII)					
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (k)				
-			-	-	
DESPESAS COM SAUDE (Por Subfunção)					
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	2.570.610,00	1.222.278,24	99,63	486.292,44	99,53
Vigilância Sanitária	4.200,00	1.234,00	0,10	1.234,00	0,25
Vigilância Epidemiológica	17.115,00	3.279,00	0,27	1.079,00	0,22
TOTAL	2.591.925,00	1.226.791,24	100,00	488.605,44	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

Coronel Martins, 31/03/2015

DIRCEU FAVRETTO PREFEITO MUNICIPAL	EDERSON DA SILVA PRADO CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7	ANDRIUS ANTONIO MAY CONTROLADOR INTERNO
---------------------------------------	---	--

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	164.725,00	164.725,00	16.852,98	10,11
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	40.950,00	40.950,00	0,00	0,00
1.1.1- IPTU	35.700,00	35.700,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.050,00	1.050,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	3.150,00	3.150,00	0,00	0,00
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.050,00	1.050,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	23.100,00	23.100,00	10.996,00	47,60
1.2.1- ITBI	23.100,00	23.100,00	10.996,00	47,60
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	56.575,00	56.575,00	4.409,44	7,79
1.3.1- ISS	55.000,00	55.000,00	4.409,44	8,02
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	525,00	525,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	630,00	630,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	420,00	420,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	44.100,00	44.100,00	1.247,54	2,83
1.4.1- IRRF	44.100,00	44.100,00	1.247,54	2,83
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.278.500,00	10.278.500,00	1.776.610,39	17,28
2.1- Cota-Parte FPM	6.800.000,00	6.800.000,00	1.213.210,47	17,84
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.800.000,00	6.800.000,00	1.213.210,47	17,84
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.300.000,00	3.300.000,00	539.068,96	16,34
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº67/1996	16.800,00	16.800,00	6,07	0,04
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	42.000,00	42.000,00	8.048,15	19,16
2.5- Cota-Parte ITR	4.200,00	4.200,00	0,00	0,00
2.6- Cota-Parte IPVA	115.500,00	115.500,00	16.276,74	14,09
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	10.443.225,00	10.443.225,00	1.793.263,37	17,17
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	197.300,00	197.300,00	31.382,22	15,91
5.1- Transferências do Salário-Educação	86.100,00	86.100,00	26.684,50	30,99
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	44.000,00	44.000,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	63.000,00	63.000,00	4.697,72	7,46
5.5- Outras Transferências do FNDE	4.200,00	4.200,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	99.750,00	99.750,00	75.244,45	75,43
6.1- Transferências de Convênios	99.750,00	99.750,00	73.125,01	73,31
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	2.119,44	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	297.050,00	297.050,00	106.626,67	35,90
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.055.700,00	2.055.700,00	353.097,50	17,18
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.360.000,00	1.360.000,00	242.228,19	17,81
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	660.000,00	660.000,00	107.624,77	16,31
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.360,00	3.360,00	3,03	0,09
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	8.400,00	8.400,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	840,00	840,00	0,00	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	23.100,00	23.100,00	3.241,51	14,03
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	803.250,00	803.250,00	148.546,68	18,49
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	798.000,00	798.000,00	148.546,68	18,61
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	5.250,00	5.250,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.257.700,00	-1.257.700,00	-204.550,82	16,26
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	561.750,00	561.750,00	109.404,38	19,48	109.404,38	19,48
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	561.750,00	561.750,00	109.404,38	19,48	109.404,38	19,48
14- OUTRAS DESPESAS	241.500,00	241.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	241.500,00	241.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	803.250,00	803.250,00	109.404,38	13,62	109.404,38	13,62
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						109.404,38
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						73,65
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						26,35
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	2.610.806,25	2.610.806,25	448.315,84	17,17		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	40.000,00	40.000,00	15.514,59	38,79	6.371,43	15,93
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.030.875,00	2.030.875,00	334.206,85	16,46	258.839,59	12,75
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	803.250,00	803.250,00	109.404,38	13,62	109.404,38	13,62
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.227.625,00	1.227.625,00	224.804,47	18,31	149.435,21	12,17
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.070.875,00	2.070.875,00	349.723,44	16,89	265.211,02	12,81
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-204.550,82
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						-
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						-204.550,82
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						469.761,84
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						26,20
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	86.100,00	86.100,00	52.343,09	60,79	22.656,94	26,31
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	210.950,00	698.315,63	1.476,00	0,21	1.476,00	0,21
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	297.050,00	784.415,63	53.819,09	6,87	24.132,94	3,08
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.367.925,00	2.855.290,63	403.542,53	14,11	289.343,96	10,14

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	148.546,68	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	148.546,68	0,00

Coronel Martins, 31/03/2015

DIRCEU FAVRETTO
PREFEITO MUNICIPALEDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7ANDRIUS ANTONIO MAY
CONTROLADOR INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO 2015/ BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00		
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)				
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Continua 1/4				

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
APORTES REALIZADOS						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA						
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2015		2014	
Caixa			0,00		0,00	
			Continua 2/4			

Município de Coronel Martins - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	2015	2014	
		0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS
		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Recetta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Recetta de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00

Continua 3/4

Município de Coronel Martins - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Coronel Martins, 31/03/2015

DIRCEU FAVRETTO

PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON DA SILVA PRADO

CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

ANDRIUS ANTONIO MAY

CONTROLADOR INTERNO

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO 2015/ BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Município de Coronel Martins - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		10.830.465,00		
Previsão Atualizada		10.830.465,00		
Receitas Realizadas		2.033.324,19		
Déficit Orçamentário		3.550.380,90		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		53.616,10		
DESPESAS				
Dotação Inicial		10.830.465,00		
Créditos Adicionais		666.180,13		
Dotação Atualizada		11.496.645,13		
Despesas Empenhadas		3.539.484,74		
Despesas Liquidadas		2.033.324,19		
Despesas pagas		3.550.380,90		
Superavit Orçamentário		140.560,55		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		3.539.484,74		
Despesas Liquidadas		1.892.763,64		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		9.881.529,84		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-583.531,55	0,00
Resultado Primário		0,00	136.831,69	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	167.341,49	0,00	0,00	167.341,49
EXECUTIVO	167.341,49	0,00	0,00	167.341,49
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	185.450,00	0,00	140.850,00	44.600,00
EXECUTIVO	185.450,00	0,00	140.850,00	44.600,00
TOTAL:	352.791,49	0,00	140.850,00	211.941,49
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		469.761,84	25%	26,20
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		109.404,38	60%	73,65
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		159.183,82	878.318,03	

Continua 1/2

Município de Coronel Martins - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	15,00		0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Coronel Martins, 31/03/2015

DIRCEU FAVRETTO
PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

ANDRIUS ANTONIO MAY
CONTROLADOR INTERNO

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.830.465,00	10.830.465,00	2.033.324,19	18,77	2.033.324,19	18,77	8.797.140,81
RECEITAS CORRENTES	10.830.465,00	10.830.465,00	1.779.349,19	16,43	1.779.349,19	16,43	9.051.115,81
RECEITA TRIBUTÁRIA	212.400,00	212.400,00	18.145,38	8,54	18.145,38	8,54	194.254,62
IMPOSTOS	157.900,00	157.900,00	16.652,98	10,55	16.652,98	10,55	141.247,02
TAXAS	29.300,00	29.300,00	1.492,40	5,09	1.492,40	5,09	27.807,60
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	25.200,00	25.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.200,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	12.600,00	12.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.600,00
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	12.600,00	12.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.600,00
RECEITA PATRIMONIAL	22.680,00	22.680,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.680,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	22.680,00	22.680,00	3.728,86	16,44	3.728,86	16,44	18.951,14
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.050,00	1.050,00	3.728,86	16,44	3.728,86	16,44	18.951,14
Outras Receitas Agropecuárias	1.050,00	1.050,00	1.400,00	133,33	1.400,00	133,33	-350,00
RECEITA DE SERVIÇOS	64.050,00	64.050,00	4.047,25	6,32	4.047,25	6,32	60.002,75
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.169.400,00	10.169.400,00	1.736.182,11	17,07	1.736.182,11	17,07	8.433.217,89
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.069.650,00	10.069.650,00	1.736.182,10	17,24	1.736.182,10	17,24	8.333.467,90
Transf. de Conv.	99.750,00	99.750,00	0,01	0,00	0,01	0,00	99.749,99
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	348.285,00	348.285,00	15.845,59	4,55	15.845,59	4,55	332.439,41
Multas e Juros de Mora	20.055,00	20.055,00	2.903,59	14,48	2.903,59	14,48	17.151,41
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.150,00	3.150,00	1.487,26	47,21	1.487,26	47,21	1.662,74
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	17.430,00	17.430,00	5.024,05	28,82	5.024,05	28,82	12.405,95
RECEITAS DIVERSAS	307.650,00	307.650,00	6.430,69	2,09	6.430,69	2,09	301.219,31
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	253.975,00	0,00	253.975,00	0,00	-253.975,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	253.975,00	0,00	253.975,00	0,00	-253.975,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	253.975,00	0,00	253.975,00	0,00	-253.975,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	10.830.465,00	10.830.465,00	2.033.324,19	18,77	2.033.324,19	18,77	8.797.140,81
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	10.830.465,00	10.830.465,00	2.033.324,19	18,77	2.033.324,19	18,77
DEFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	10.830.465,00	10.830.465,00	2.033.324,19	18,77	2.033.324,19	18,77
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	310.473,72	—	—	53.616,10	—
Superávit Financeiro	—	310.473,72	—	—	53.616,10	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	10.830.465,00	11.496.645,13	3.539.484,74	3.539.484,74	7.957.160,39	1.892.763,64	1.892.763,64	9.603.881,49	1.517.056,71
DESPESAS CORRENTES	10.430.945,00	10.452.843,28	3.377.341,92	3.377.341,92	8.719.263,46	1.733.579,82	1.733.579,82	8.719.263,46	1.391.431,89
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.783.300,00	5.783.300,00	848.615,63	848.615,63	4.934.684,37	819.115,63	819.115,63	4.964.184,37	752.095,29
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	112.000,00	112.000,00	0,00	0,00	112.000,00	0,00	0,00	112.000,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.535.645,00	4.557.543,28	2.528.726,29	2.528.726,29	2.028.816,99	914.464,19	914.464,19	3.643.079,09	639.336,60
DESPESAS DE CAPITAL	393.220,00	1.037.501,85	162.142,82	162.142,82	878.318,03	159.183,82	159.183,82	878.318,03	125.624,82
INVESTIMENTOS	263.220,00	907.501,85	162.142,82	162.142,82	745.359,03	159.183,82	159.183,82	748.318,03	125.624,82
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.300,00	6.300,00	0,00	0,00	6.300,00	0,00	0,00	6.300,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	10.830.465,00	11.496.645,13	3.539.484,74	3.539.484,74	7.957.160,39	1.892.763,64	1.892.763,64	11.496.645,13	1.517.056,71
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	10.830.465,00	11.496.645,13	3.539.484,74	3.539.484,74	7.957.160,39	1.892.763,64	1.892.763,64	11.496.645,13	1.517.056,71
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	140.560,55	—	2.033.324,19
TOTAL (XIV) = (XI + XIII)	10.830.465,00	11.496.645,13	3.539.484,74	3.539.484,74	—	1.892.763,64	2.033.324,19	—	3.550.380,90

FONTE:

Coronel Martins, 31/03/2015

DIRCEU FAVRETTO PREFEITO MUNICIPAL	EDERSON DA SILVA PRADO CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7	ANDRIUS ANTONIO MAY CONTROLADOR INTERNO
---------------------------------------	---	--

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		%	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		%	SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)			No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.830.465,00	11.496.645,13	3.539.484,74	3.539.484,74	100,00	7.957.160,39	1.892.763,64	1.892.763,64	100,00	9.603.881,49
Legislativa	561.750,00	561.750,00	121.910,77	121.910,77	3,44	439.839,23	72.745,37	72.745,37	3,84	489.004,63
Ação Legislativa	561.750,00	561.750,00	121.910,77	121.910,77	3,44	439.839,23	72.745,37	72.745,37	3,84	489.004,63
Administração	1.610.750,00	1.610.781,20	647.713,25	647.713,25	18,30	963.067,95	282.028,94	282.028,94	14,90	1.328.752,26
Administração Geral	1.610.750,00	1.610.781,20	647.713,25	647.713,25	18,30	963.067,95	282.028,94	282.028,94	14,90	1.328.752,26
Segurança Pública	24.600,00	24.600,00	10.074,84	10.074,84	0,28	14.525,16	4.268,14	4.268,14	0,23	20.331,86
Policimento	14.100,00	14.100,00	10.074,84	10.074,84	0,28	4.025,16	4.268,14	4.268,14	0,23	9.831,86
Defesa Civil	10.500,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	10.500,00
Assistência Social	508.680,00	514.179,55	130.041,12	130.041,12	3,67	384.138,43	91.912,87	91.912,87	4,86	422.266,68
Assistência à Criança e ao Adolescente	112.050,00	112.050,00	12.964,66	12.964,66	0,37	99.085,34	12.964,66	12.964,66	0,68	99.085,34
Assistência Comunitária	396.630,00	402.129,55	117.076,46	117.076,46	3,31	285.053,09	78.948,21	78.948,21	4,17	323.181,34
Saúde	2.713.250,00	2.713.250,00	1.233.638,80	1.233.638,80	34,85	1.479.611,20	493.577,67	493.577,67	26,08	2.219.672,33
Atenção Básica	2.570.610,00	2.570.610,00	1.222.278,24	1.222.278,24	34,53	1.348.331,76	486.292,44	486.292,44	25,69	2.084.317,56
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	12.075,00	12.075,00	0,00	0,00	0,00	12.075,00	0,00	0,00	0,00	12.075,00
Vigilância Sanitária	9.450,00	9.450,00	2.834,00	2.834,00	0,08	6.616,00	2.069,48	2.069,48	0,11	7.380,52
Vigilância Epidemiológica	17.115,00	17.115,00	3.279,00	3.279,00	0,09	13.836,00	1.079,00	1.079,00	0,06	16.036,00
Alimentação e Nutrição	104.000,00	104.000,00	5.247,56	5.247,56	0,15	98.752,44	4.136,75	4.136,75	0,22	99.863,25
Educação	2.344.925,00	2.832.290,63	402.066,53	402.066,53	11,36	2.430.224,10	287.867,96	287.867,96	15,21	2.544.422,67
Ensino Fundamental	2.323.925,00	2.811.290,63	402.066,53	402.066,53	11,36	2.409.224,10	287.867,96	287.867,96	15,21	2.523.422,67
Ensino Médio	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00
Urbanismo	178.500,00	208.113,80	58.273,25	58.273,25	1,65	149.840,55	48.720,10	48.720,10	2,57	159.393,70
Infra-Estrutura Urbana	52.500,00	82.113,80	29.613,80	29.613,80	0,84	52.500,00	29.613,80	29.613,80	1,56	52.500,00
Serviços Urbanos	117.600,00	117.600,00	28.659,45	28.659,45	0,81	88.940,55	19.106,30	19.106,30	1,01	98.493,70
Transporte Rodoviário	8.400,00	8.400,00	0,00	0,00	0,00	8.400,00	0,00	0,00	0,00	8.400,00
Habitação	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Habitação Urbana	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Saneamento	12.600,00	12.600,00	0,00	0,00	0,00	12.600,00	0,00	0,00	0,00	12.600,00
Saneamento Básico Urbano	12.600,00	12.600,00	0,00	0,00	0,00	12.600,00	0,00	0,00	0,00	12.600,00
Agricultura	985.300,00	1.047.950,00	385.253,47	385.253,47	10,88	662.696,53	299.459,95	299.459,95	15,82	748.490,05
Extensão Rural	695.500,00	758.150,00	237.125,46	237.125,46	6,70	521.024,54	170.504,39	170.504,39	9,01	587.645,61
Promoção da Produção Agropecuária	289.800,00	289.800,00	148.128,01	148.128,01	4,19	141.671,99	128.955,56	128.955,56	6,81	160.844,44
Transporte	1.357.210,00	1.363.577,53	352.612,38	352.612,38	9,96	1.010.965,15	192.667,69	192.667,69	10,18	1.170.909,84
Transporte Rodoviário	1.357.210,00	1.363.577,53	352.612,38	352.612,38	9,96	1.010.965,15	192.667,69	192.667,69	10,18	1.170.909,84
Desporto e Lazer	161.600,00	236.252,42	105.873,28	105.873,28	2,99	130.379,14	94.491,62	94.491,62	4,99	141.760,80
Desporto Comunitário	161.600,00	236.252,42	105.873,28	105.873,28	2,99	130.379,14	94.491,62	94.491,62	4,99	141.760,80

Continua 1/2

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.830.465,00	11.496.645,13	3.539.484,74	3.539.484,74	7.957.160,39	1.892.763,64	100,00	9.603.881,49
Encargos Especiais	355.000,00	355.000,00	92.027,05	92.027,05	262.972,95	25.023,33	1,32	329.976,67
Outros Encargos Especiais	355.000,00	355.000,00	92.027,05	92.027,05	262.972,95	25.023,33	1,32	329.976,67
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.300,00	6.300,00	0,00	0,00	6.300,00	0,00	0,00	6.300,00
TOTAL (III) = (I + II)	10.830.465,00	11.496.645,13	3.539.484,74	3.539.484,74	7.957.160,39	1.892.763,64	100,00	9.603.881,49

FONTE:

Coronel Martins, 31/03/2015

DIREU FAVRETTO
PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

ANDRIUS ANTONIO MAY
CONTROLADOR INTERNO

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

Município de Coronel Martins - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	TOTAL (ÚLT. 12 MES)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.028.891,03	713.587,82	1.020.821,33	983.276,28	828.745,11	896.623,41	902.275,68	891.221,89	866.902,08	1.273.095,05	1.118.789,10	1.013.657,59	11.653.656,37
RECEITA TRIBUTÁRIA	11.153,25	1.370,63	1.644,27	13.044,12	31.622,95	12.140,36	31.136,25	53.327,12	15.073,31	2.498,40	4.102,38	14.043,00	194.462,64
IRPJ	0,00	0,00	0,00	0,00	14.131,34	1.812,44	1.985,57	1.181,93	250,48	620,93	0,00	0,00	28.712,69
IRPJ-F	0,00	638,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.265,39	0,00	3.572,51	0,00	1.247,54	9.744,01
ISS	392,99	645,85	227,06	1.917,78	230,23	1.941,69	2.657,04	13.167,21	1.483,67	10.887,97	1.426,18	2.981,26	37.955,93
ITBI	536,00	0,00	1.170,00	0,00	3.400,00	6.125,00	25.096,00	34.492,72	12.644,00	-15.266,00	2.946,00	8.350,00	79.094,72
Outras Receitas Tributárias	10.244,26	86,21	247,21	3.395,34	13.921,38	2.260,83	2.109,64	889,87	686,16	2.610,99	28,20	1.464,20	37.955,29
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	90,57	4.891,25	1.449,81	1.119,98	92,35	1.095,15	1.215,09	1.278,21	1.159,83	1.343,52	2.075,26	1.653,60	17.460,62
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	600,00	430,00	560,00	1.489,70	1.000,00	370,00	850,00	1.203,39	700,00	700,00	7.906,09
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	9.483,21	2.645,48	2.032,45	3.431,14	2.554,84	2.690,64	1.992,63	1.897,07	964,72	3.726,35	1.548,87	2.497,38	35.594,78
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	801.435,12	1.035.595,52	1.008.052,48	993.411,74	788.727,57	874.407,15	859.810,09	829.566,57	944.365,01	1.263.088,16	1.104.774,62	984.504,99	11.463.739,02
Cota-Parte do FPM	377.179,84	430.199,49	573.315,69	429.911,32	369.175,63	448.594,34	393.170,92	371.049,06	491.984,12	791.690,36	600.262,11	612.926,36	5.890.941,26
Cota-Parte do ICMS	247.006,31	241.985,54	246.897,49	246.695,38	231.383,19	242.690,38	260.095,39	293.478,79	295.706,27	284.338,45	287.265,82	251.786,82	3.106.338,23
Cota-Parte do IPVA	7.854,86	10.230,39	17.765,98	10.704,52	11.065,55	9.117,87	8.744,20	7.452,37	4.388,89	3.982,76	6.890,86	9.365,88	107.614,13
Cota-Parte do ITR	41,71	0,00	0,00	0,00	0,00	121,26	1.601,69	2.845,54	18,75	20,14	0,00	0,00	4.649,09
Outras Transferências Correntes	103.077,98	285.111,41	95.739,32	208.723,36	111.512,96	103.961,35	125.136,51	104.838,37	74.419,38	104.641,30	128.547,11	35.575,43	1.482.306,08
Transferências da LC 81/1989	2.694,11	2.925,05	3.180,38	3.024,01	3.110,75	3.020,59	3.072,51	3.226,03	3.708,24	3.656,74	4.721,01	3.327,14	38.776,94
Transferências da LC 87/196	1,24	1.072,66	1.072,44	1.070,96	1.070,11	1.070,34	1.070,33	1.070,76	1.071,24	2.140,16	3,03	3,04	10.716,31
Transferências do FUNDEB	63.587,07	64.070,98	70.081,20	66.200,11	61.379,78	65.660,62	67.008,54	70.005,63	73.088,12	72.598,25	77.054,68	71.492,00	822.296,88
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	206.429,88	-330.035,06	7.142,32	3.640,30	5.127,40	4.680,81	6.419,62	4.182,92	4.486,21	7.294,23	5.336,97	10.259,62	-65.466,78
DEDUÇÕES (II)	126.298,68	136.631,20	167.884,34	136.020,35	122.511,58	140.214,43	132.856,74	130.203,28	158.517,18	166.101,25	178.817,54	174.479,96	1.772.136,53
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	126.298,68	136.631,20	167.884,34	136.020,35	122.511,58	140.214,43	132.856,74	130.203,28	158.517,18	166.101,25	178.817,54	174.479,96	1.772.136,53
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	902.292,35	576.956,62	853.236,99	847.255,93	706.233,53	756.408,98	769.418,94	761.018,61	808.384,90	1.112.993,80	940.171,56	839.177,63	9.881.529,84

FONTE:
Coronel Martins, 31/03/2015

DIRETOR FAURETO
PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR ORÇ/SC 028.061/0-7

ANDRILUS ANTONIO MAY
CONTROLADOR INTERNO

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Município de Coronel Martins - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESES DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Coronel Martins, 31/03/2015

DIRCEU FAVRETTO
PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

ANDRIUS ANTONIO MAY
CONTROLADOR INTERNO

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO R

Município de Coronel Martins - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00			0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	1.037.501,85	162.142,82	159.183,82	0,00	875.359,03
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.037.501,85	162.142,82	159.183,82	0,00	875.359,03
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.037.501,85	-162.142,82	-	-	-875.359,03

FONTE:

Coronel Martins, 31/03/2015

DIRCEU FAVRETTO
PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

ANDRIUS ANTONIO MAY
CONTROLADOR INTERNO

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Município de Coronel Martins - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	578.243,53	578.243,53	578.243,53
DEDUÇÕES (II)	307.816,70	307.816,70	515.641,32
Disponibilidade de Caixa Bruta	493.266,70	493.266,70	935.948,25
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	185.450,00	185.450,00	420.306,93
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	270.426,83	270.426,83	62.602,21
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	270.426,83	270.426,83	62.602,21

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2015 (C - A)
VALOR	-207.824,62	-207.824,62

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Coronel Martins, 31/03/2015

DIRCEU FAVRETTO
PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

ANDRIUS ANTONIO MAY
CONTROLADOR INTERNO

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL R

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	10.807.785,00	1.775.620,33	1.848.416,98
Receita Tributária	212.400,00	18.145,38	5.546,13
I.P.T.U.	35.700,00	0,00	0,00
I.S.S.	55.000,00	4.409,44	1.184,36
I.T.B.I.	23.100,00	10.996,00	1.872,18
I.R.R.F.	44.100,00	1.247,54	0,00
Outras Receitas Tributárias	54.500,00	1.492,40	2.489,59
Receita de Contribuição	12.600,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	12.600,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	22.680,00	3.728,86	2.527,54
(-) Aplicações Financeiras	22.680,00	3.728,86	2.527,54
Transferências Correntes	10.169.400,00	1.736.182,11	1.641.288,33
F.P.M.	5.440.000,00	970.982,28	894.902,75
I.C.M.S.	2.640.000,00	431.444,19	402.779,49
Convênios	99.750,00	0,01	0,00
Outras Transferências Correntes	1.989.650,00	333.755,63	343.606,09
Demais Receitas Correntes	413.385,00	21.292,84	201.582,52
Dívida Ativa	17.430,00	5.024,05	9.161,07
Diversas Receitas Correntes	395.955,00	16.268,79	192.421,45
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	253.975,00	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	253.975,00	0,00
Convênios	0,00	253.975,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	253.975,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	10.807.785,00	2.029.595,33	1.848.416,98

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	10.452.843,28	3.377.341,92	2.962.818,45	1.733.579,82	1.606.784,07
Pessoal e Encargos Sociais	5.783.300,00	848.615,63	817.347,96	819.115,63	811.050,08
Juros e Encargos da Dívida (IX)	112.000,00	0,00	42.600,32	0,00	11.352,36
Outras Despesas Correntes	4.557.543,28	2.528.726,29	2.102.870,17	914.464,19	784.381,63
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	10.340.843,28	3.377.341,92	2.920.218,13	1.733.579,82	1.595.431,71
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.037.501,85	162.142,82	87.521,64	159.183,82	78.429,44
Investimentos	907.501,85	162.142,82	76.611,00	159.183,82	76.611,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	130.000,00	0,00	10.910,64	0,00	1.818,44
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	907.501,85	162.142,82	76.611,00	159.183,82	76.611,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	6.300,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	11.254.645,13	3.539.484,74	2.996.829,13	1.892.763,64	1.672.042,71
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-446.860,13	-1.509.889,41	-1.148.412,15	136.831,69	176.374,27
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

Coronel Martins, 31/03/2015

DIRCEU FAVRETTO
PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

ANDRIUS ANTONIO MAY
CONTROLADOR INTERNO

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		RP NÃO PROCESSADOS										R\$ 1,00		
		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014						
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	185.450,00	140.850,00	-	44.600,00	-	167.341,49	-	-	-	167.341,49	211.941,49	
	EXECUTIVO													
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	185.450,00	140.850,00	0,00	44.600,00	0,00	167.341,49	0,00	0,00	0,00	167.341,49	211.941,49	
	SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E LAZER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124.596,88	0,00	0,00	0,00	124.596,88	124.596,88	
	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE	0,00	185.450,00	140.850,00	0,00	44.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.600,00	
	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERV.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.744,61	0,00	0,00	0,00	42.744,61	42.744,61	
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	TOTAL (III) = (I + II):	0,00	185.450,00	140.850,00	0,00	44.600,00	0,00	167.341,49	0,00	0,00	0,00	167.341,49	211.941,49	
	FONTE:													

FONTE:

Coronel Martins, 31/03/2015

DIRCEU FAVRETTI PREFEITO MUNICIPAL	EDERSON DA SILVA PRADO CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7	ANDRIS ANTONIO MAY CONTROLADOR INTERNO
---------------------------------------	---	---

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Município de Coronel Martins - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO APAGAR (g) = (d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.850,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.850,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.850,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	-140.850,00	-140.850,00

FONTE:

Coronel Martins, 31/03/2015

DIRCEU FAIVRETTO
PREFEITO MUNICIPALEDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR CRC/SC 028.061/0-7ANDRIUS ANTONIO MAY
CONTROLADOR INTERNO

Correia Pinto

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA - PROCESSO 16/2015 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA - PROCESSO 16/2015 PMCP, PARA O ANO DE 2015

COMPRA DE ALIMENTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR

Considerando os termos da resolução nº. 038/2009 do FNDE, em seu art. 18 a qual determina que pelo menos 30% dos recursos repassados pelo FNDE deverão obrigatoriamente ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, estando em conformidade com art. 14 da Lei 11947/2009; considerando o contido no artigo 37 da CF/88, especialmente quanto à publicidade e impessoalidade na contratação com a administração pública.

A Secretária Municipal de Educação, Lucia Raquel Rodrigues Ortiz, faz saber a todos os interessados, que nos 20 (vinte) dias subsequentes a presente publicação, estará recebendo no Setor de Alimentação Escolar, localizado na Rua Vitória-Régia, s/n. bairro Pró-flor, CEP 88535-00, os envelopes contendo as seguintes documentações:

Grupo Informal: Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF); cópia do RG (Identidade); Cópia da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) principal ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante; Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar devidamente preenchido e assinado pelo agricultor cadastrado; Certificado de Orgânico; Carteira de saúde e Certificado de cursos na área, no caso de quem manipula alimentos; Para os produtos derivados de carnes e peixes, laticínios, panificados, ovos, produtos de origem vegetal minimamente manipulados/congelados (ex. frutas congeladas, polpas, pinhão descascado, aipim descascado, vegetais congelados, entre outros). Apresentar registro ou requerimento no Serviço de Inspeção Municipal (SIM). Em caso de requerimento apresentar 2 boletins de visitas técnicas do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) demonstrando aptidão para produção e registro. Apresentar cópia da carteira de saúde; Apresentar laudo de análise de água utilizada no processamento destes alimentos. Será solicitado no decorrer do ano de 2015, sendo possível readequar caso tenha resultado insatisfatório.

Dados Bancários: Agência e nº. da conta corrente, a conta deverá ser no nome do agricultor cadastrado. Xerox e original de todos os documentos pedidos para autenticação.

Grupo Formal: cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); Cópia da DAP Jurídica para associações e cooperativas; Prova de Regularidade junto ao INSS, FGTS, Receita Federal, mediante a apresentação de certidão negativa. Cópia do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica; Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar; Para os produtos derivados de carnes e peixes, laticínios, panificados, ovos, produtos de origem

vegetal minimamente manipulados/congelados (ex. frutas congeladas, polpas, pinhão descascado, aipim descascado, vegetais congelados, entre outros). Apresentar registro ou requerimento no Serviço de Inspeção Municipal (SIM). Em caso de requerimento apresentar 2 boletins de visitas técnicas do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) demonstrando aptidão para produção e registro. Apresentar cópia da carteira de saúde; Apresentar laudo de análise de água utilizada no processamento destes alimentos. Será solicitado no decorrer do ano de 2015, sendo possível readequar caso tenha resultado insatisfatório. Dados Bancários: Agência e nº. da conta corrente. Xerox e original de todos os documentos pedidos para autenticação.

Para fins de realização de cadastro de aptidão do agricultor a venda de gêneros alimentícios para a merenda escolar. No dia 22 de abril de 2015, a partir das 08:30 horas, no Setor de Alimentação Escolar, deste município uma comissão fará avaliação e aprovação da documentação. Será aprovado o proponente que apresentar toda a documentação exigida, no prazo estipulado por este edital/compra direta, desde que sejam atendidas para entrega as condições higiênico-sanitárias, qualidade e emissão de nota fiscal do produto (bloco de produtor). Os gêneros alimentícios elencados a seguir podem sofrer alterações quando ocorrer a necessidade de substituição de produtos.

Os documentos não poderão apresentar emendas, rasuras ou resalvas.

Lista de alimentos, quantidade e preços de produtos a serem adquiridos pela Secretaria Municipal de Educação ao longo do ano de 2015 que poderão ser revistos conforme a necessidade.

	PRODUTOS	QUANT.	UN	PREÇOS	ORGÂNICO
IT					
1	ABOBORA MENINA	300	KG	1,81	2,35
2	ABOBRINHA	900	KG	1,60	
3	ACELGA (MAÇO 400G)	700	UN	1,82	2,37
4	AGRIÃO (MAÇO 250G)	950	MÇS	1,00	1,30
5	AIPIM COM CASCA	1100	KG	1,40	1,82
6	AIPIM DESC. CONGELADO	1500	KG	3,08	4,00
7	ALECRIM DESISDRATADO (MAÇO 150G)	50	MÇS	1,80	2,34
8	ALFACE AMERICANA	2200	UN	1,50	1,95
9	ALFACE	4000	UN	1,15	1,50
10	ALHO	100	KG	13,18	17,13
11	ALHO PORÓ (MAÇO 150G)	400	MÇS	13,21	17,17
12	ALMEIRÃO (MAÇO 300G)	800	MÇS	1,54	2,00
13	AMEIXA CAMBARÁ	500	KG	2,60	3,38
14	AMENDOIM DESCASCADO E TORRADO	1000	KG	7,54	9,80
15	AMORA IN NATURA	80	KG	9,23	11,99
16	AMORA CONGELADA	80	KG	7,70	10,00
18	ARITICUM (FRUTA DO CONDE)	100	KG	5,74	7,46
19	ARROZ PARBOILIZADO	400	KG	2,22	2,88
20	ARROZ INTEGRAL	300	KG	3,13	
21	AÇÚCAR MASCAVO	300	KG	7,80	10,14
22	BATATA DOCE	1000	KG	1,90	2,47
23	BATATA INGLESA	2500	KG	2,50	

24	BATATA SALSA	1200	KG	3,40	4,42
	BATATA YAKON	100	KG	7,00	
25	BANANA	4500	KG	1,66	
26	BETERRABA	1100	KG	2,19	2,85
27	BERINJELA	450	KG	2,25	
28	BRÓCOLIS CHINÊS	3000	UN	2,15	2,79
29	BEBIDA LÁCTEA (SABOR MORANGO E COCO)	2000	LT	3,00	
30	CAPIM CIDREIRA	600	MÇS	0,80	1,04
31	CAQUI CAFÉ	800	KG	2,40	
32	CARA	80	KG	2,05	2,66
33	CARNE SUÍNA(EM CUBOS)	1000	KG	15,00	
34	CARNE SUÍNA(TIPO LOMBO)	1000	KG	15,00	
	CARNE MOÍDA CONGELADA	1000	KG	15,00	
35	CEBOLA DE CABEÇA	1500	KG	2,31	3,00
36	CENOURA	1000	KG	2,20	2,86
37	CANELA EM RAMA	20	KG	70,00	
38	COUVE FLOR	2000	UN	2,31	3,00
39	COUVE MANTEIGA (MAÇO 150G)	2000	MÇ	1,52	1,98
40	CAMOMILA (KG)	80	KG	0,62	0,81
41	CHICÓRIA	1600	UN	2,20	2,86
42	CHUCHU	650	KG	1,11	1,44
43	LARANJA DA ÍNDIA – XINXIM (FORTUNELA SP)	60	KG	3,24	4,21
45	COENTRO	150	MÇS	3,00	3,90
46	DOCE DE LEITE (C/ INSPEÇÃO)	300	KG	9,80	12,74
47	DOCE DE FRUTAS ARTESANAL ABÓBORA C/ COCO	200	KG	11,10	14,43
48	DOCE DE FRUTAS ARTESANAL DE JILA	200	KG	11,10	14,43
49	DOCE DE JILA EM TABLETE	100	KG	14,25	18,52
50	DOCE DE FIGO ARTESANAL	200	KG	11,10	14,43
51	DOCE DE PESSEGO ARTESANAL	200	KG	11,10	14,43
52	DOCE DE UVA ARTESANAL	200	KG	11,10	14,43
53	GELÉIA DE MORANGO ARTESANAL	150	KG	11,10	14,43
54	POLPA PARA SUCO DE MORANGO	100	KG	10,00	13,00
55	GELÉIA DE MIRTILO ARTESANAL	100	KG	11,00	14,30
56	POLPA PARA SUCO DE MIRTILO	150	KG	12,00	
57	GELÉIA DE AMORA ARTESANAL	80	KG	11,00	14,30
58	POLPA PARA SUCO DE AMORA	100		7,70	10,00
59	GELÉIA DE FRUTAS (PHISALIS)	80	KG	11,10	
60	POLPA PARA SUCO DE PHISALIS	100	KG	15,00	19,50
61	ERVA DOCE	30	KG	36,00	46,80

62	ERVILHA DEBULHADA	400	KG	6,16	8,00
63	EXTRATO DE TOMATE	200	KG	7,40	9,62
64	ESPINAFRE (MAÇO 500G)	900	MÇS	1,15	1,49
65	ESPINHEIRA SANTA	20	KG	50,00	65,00
66	FARINHA DE MILHO	400	KG	2,35	3,05
67	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL	400	KG	2,60	3,38
68	FARINHA DE TRIGO REFINADA	2000	KG	2,18	
69	FAVA	200	KG	4,20	5,46
70	FEIJÃO PRETO	3200	KG	4,00	5,35
71	FIGO	200	KG	3,08	4,00
72	FILÉ DE PEIXE (TILÁPIA)	1000	KG	19,80	
73	FRANGO A PASSARINHA (COM REGISTRO NOS ÓRGÃOS COMPETENTES)	2000	KG	8,45	
74	GOIABA SERRANA	150	KG	2,00	2,60
75	GRÃO DE BICO	300	KG	7,80	10,14
76	GENGIBRE FRESCO	20	KG	38,45	51,00

77	HORTELÃ FRESCA (MAÇO 150G)	600	MÇS	2,75	3,57
78	INHAME	80	KG	2,13	2,78
79	IOGURTE ARTESANAL COCO, MORANGO, AMEIXA, AMORA (COM INSPEÇÃO)	3000	LTS	4,50	5,85
80	LARANJA	3000	KG	1,60	2,08
81	LIMÃO	1000	KG	1,42	1,84
82	LEITE DE VACA UHT INTEGRAL -LONGA VIDA (C/ INSPEÇÃO)	24000	LT	2,30	
83	LOURO (MAÇO 200G)	30	KG	3,45	4,48
84	MAÇÃ	2500	KG	3,29	5,00
85	MANJERONA FRESCO (100G)	350	MÇ	1,00	1,30
86	MANJERICAO FRESCO(MÇO 200G)	500	MÇ	1,80	2,34
87	MARACUJÁ	100	KG	4,29	5,57
88	MEL (C/ INSPECAO)	100	KG	11,20	14,56
89	MELADO DE CANA (C/ INSPEÇÃO)	100	KG	7,96	10,34
90	MELANCIA	4500	KG	1,02	1,32
91	MELÃO	200	KG	2,60	3,38
92	MILHO PIPOCA	100	KG	2,64	3,43
93	MILHO VERDE/ESPIGA SEM PALHA	1000	KG	3,08	4,00
94	MIRTILO IN NATURA	100	KG	31,00	40,30
95	MIRTILO CONGELADO	100	KG	12,00	15,60
96	MORANGA CABUTIÁ	2000	KG	1,80	2,34
97	MORANGO IN NATURA	1500	KG	13,85	18,00
98	MORANGO CONGELADO	600	KG	10,00	13,00
99	MOSTARDA	400	MÇS	1,15	1,49
100	NABO	600	KG	1,60	2,08
101	NATA (C/ INSPEÇÃO)	200	KG	18,00	

102	OVOS CAIPIRA (C/ INSPEÇÃO)	1700	DZ	4,00	
103	PEPINO	550	KG	1,60	2,08
104	PIMENTA CAMBUCI	500	KG	3,85	5,00
105	PEPINO JAPONÊS	250	KG	2,52	3,27
106	PERA	400	KG	3,00	3,90
107	PESSEGO	400	KG	2,74	3,56
08	PHISALIS IN NATURA	600	KG	20,00	
109	PHISALIS CONGELADO	600	KG	15,40	
110	PIMENTÃO	600	KG	3,02	3,93
111	PINHÃO COM CASCA	2000	KG	3,08	
112	PINHÃO DESCASCADO TRITURADO E CONGELADO	1500	KG	6,16	
113	QUEIJO COLONIAL/ SERRANO (C/ INSPEÇÃO)	400	KG	14,63	
114	KIWI	2000	KG	2,92	3,66
115	RABANETE MAÇO - 1 KG	750	MÇS	2,30	2,99

116	RADITE (MAÇO 400G)	900	MÇS	1,15	1,18
117	REPOLHO ROXO	700	UN	2,26	2,94
118	REPOLHO VERDE	1000	UN	2,10	2,73
119	RÚCULA (MAÇO 300G)	1000	MÇS	1,54	2,00
120	RICOTA	600	KG	14,00	
121	ORÉGANO (200G)	20	GR	5,48	7,12
122	SALSÃO (MAÇO)	300	MÇ	2,36	3,06
123	SEMENTE DE LINHAÇA	150	KG	9,64	
124	SEMENTE DE GERGELIM	80	KG	15,00	
125	SUCO DE UVA INTEGRAL	2000	LTS	6,15	7,99
126	TEMPERO VERDE (MAÇO 300G)	2000	MÇS	2,17	2,82
127	TOMATE	1500	KG	3,08	4,00
128	TOMATE CEREJA	800	KG	4,62	6,00
129	UVA	700	KG	3,46	4,49
130	VAGEM	500	KG	3,22	4,16
131	VERGAMOTA	3400	KG	2,58	3,35
132	BOLO DE CENOURA INTEGRAL	800	KG	15,00	
133	BOLO NEGA MALUCA	800	KG	15,00	
134	BOLO TIPO CUCA	650	KG	15,00	
135	BOLO TIPO CUCA C/ BANANA INTEGRAL	650	KG	15,00	
136	BOLO DE FUBÁ	650	KG	15,00	
137	BISCOITO DE PÃO CASEIRO INTEGRAL	500	KG	10,00	
138	BISCOITO CASEIRO DOCE C/ COCO	500	KG	12,00	
139	MACARRÃO CASEIRO	1000	KG	10,00	
140	MACARRÃO CASEIRO INTEGRAL	1000	KG	12,00	
141	PÃO CASEIRO	800		9,00	
142	PÃO CASEIRO INTEGRAL	800	KG	10,00	
143	PÃO CASEIRO DE AIPIM	600	KG	10,00	

144	PÃO CASEIRO DE INHAME	500	KG	10,00	
145	PÃO CASEIRO DE CARAH	200	KG	10,00	
146	PÃO CASEIRO DE MILHO	500	KG	9,00	
147	BISCOITO CASEIRO DE ESPINAFRE	300	KG	12,00	
148	BISCOITO CASEIRO DE CENOURA	300	KG	12,00	
149	BISCOITO CASEIRO DE BETERRABA	300	KG	12,00	
150	PÃO CASEIRO TRICO-LOR TRANÇADO	300	KG	13,00	
151	PÃO PARA CACHORRO QUENTE	800			
152	BOLACHA CASEIRA DE COCO	650	KG	12,00	
153	BOLACHA DE POLVILHO	650	KG	13,00	
154	BOLACHA DE FUBÁ	650	KG	13,00	
155	BOLACHA CASEIRA DE AMENDOIM	650	KG	12,00	

155	BOLACHA CASEIRA DE AMENDOIM	650	KG	12,00	
156	BOLACHA CASEIRA DE ARARUTA	500	KG	12,00	
157	BOLACHA DE PÃO DE MEL	4000		20,00	
158	BOLACHA CASEIRA TIPO SEQUILHOS	500	KG	12,00	
159	PASTEL ASSADO DE FRANGO E CARNE	200	KG	23,50	
160	ESFIRRA DE CARNE E FRANGO INTEGRAL	200	KG	23,50	
161	PÃO TIPO CUCA ALEMÃ	500	KG	12,00	
162	TORTEI	500	KG	9,30	
163	IGNHOLINI	500	KG	19,95	

Correia Pinto, 01 de abril de 2015.

Vânio Forster

Prefeito Municipal

Lúcia Raquel Rodrigues Ortiz

Secretária de Educação

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 867/15

DECRETO Nº 867/15

AUTORIZA A IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS, A FAZER USO DO ESPAÇO PÚBLICO NA PRAÇA MUNICIPAL ARTUR MÜLLER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o uso do espaço público da Praça Artur Müller, no dia 25 de abril de 2015, das 17:00 às 22:30 horas, bem como a interdição da Avenida Getúlio Vargas no percurso de frente a Praça Municipal, para a realização evento evangélico, tendo como responsável a Igreja Evangélica Assembléia de Deus.

Art. 2º - Toda a limpeza (principalmente dos banheiros), segurança, zelo e integridade do patrimônio público, relativamente ao local da realização do evento, fica sob inteira responsabilidade da Igreja Evangélica Assembléia de Deus.

Art. 3º - A autorização para uso do espaço público não acarreta em prejuízo a necessidade de observância aos ditames do Código de Posturas e demais Leis, inclusive no tocante a vedação ao consumo de bebidas alcoólicas em espaços públicos e vedação ao embarço a fluidez regular do trânsito.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

25 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 868/15

DECRETO Nº 868/15

AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CORUPAENSE DOS ARTESÃOS - ACART, A FAZER USO DO ESPAÇO PÚBLICO NA PRAÇA MUNICIPAL ARTUR MÜLLER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o uso do espaço público da Praça Artur Müller, no dia 04 de abril de 2015, das 08 às 17 horas, para a realização de feira, tendo como responsável a Associação Corupaense dos Artesãos - ACART.

Art. 2º - Toda a limpeza (principalmente dos banheiros), segurança, zelo e integridade do patrimônio público, relativamente ao

local da realização do evento, fica sob inteira responsabilidade da Associação Corupaense dos Artesãos - ACART.

Art. 3º - A autorização para uso do espaço público não acarreta em prejuízo a necessidade de observância aos ditames do Código de Posturas e demais Leis, inclusive no tocante a vedação ao consumo de bebidas alcoólicas em espaços públicos e vedação ao embarço a fluidez regular do trânsito.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

25 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 869/15

DECRETO Nº 869/15

AUTORIZA A CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTA DE JARAGUÁ DO SUL - CDL, A FAZER USO DO ESPAÇO PÚBLICO NA PRAÇA MUNICIPAL ARTUR MÜLLER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o uso do espaço público da Praça Artur Müller, no dia 11 de abril de 2015, das 09 às 13 horas, para a realização ações gratuitas voltadas à comunidade, tais como distribuição de pipoca, pintura facial, entre outras, tendo como responsável a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTA DE JARAGUÁ DO SUL - CDL.

Art. 2º - Toda a limpeza (principalmente dos banheiros), segurança, zelo e integridade do patrimônio público, relativamente ao local da realização do evento, fica sob inteira responsabilidade da CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTA DE JARAGUÁ DO SUL - CDL.

Art. 3º - A autorização para uso do espaço público não acarreta em prejuízo a necessidade de observância aos ditames do Código de Posturas e demais Leis, inclusive no tocante a vedação ao consumo de bebidas alcoólicas em espaços públicos e vedação ao embarço a fluidez regular do trânsito.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

25 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

LEI Nº 2178/15

LEI Nº 2178/15

DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, O CONSELHO TUTELAR E A COMISSÃO DE ÉTICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes de que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

Art. 1º - É assegurada com absoluta prioridade à criança e ao adolescente a efetivação dos seus direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, como dever concorrente da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público Municipal, articulado aos Poderes Público Federal e Estadual.

Art. 2º - A Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente dar-se-á através do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente que constitui - se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais, não governamentais da comunidade e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, proteção, defesa e controle para a efetivação dos direitos integrais.

Parágrafo Único - A Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente obedecerá aos princípios, diretrizes e critérios estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, no Estatuto da Criança e do Adolescente e Legislações afins.

Art. 3º - Garantirão a efetivação e absoluta prioridade de que tratam os artigos 1º e 2º desta lei os seguintes órgãos e instâncias:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

II - Conselho Tutelar.

III - Órgãos da Administração Direta e Indireta que integram o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO II
DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA.**SEÇÃO I**
DA NATUREZA DO CONSELHO

Art. 4º - O CMDCA é órgão deliberativo da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, controlador e fiscalizador das ações em todos os níveis, no sentido da implementação desta mesma política e responsável por fixar critérios de utilização através do Plano de Aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhe ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da Proteção Integral e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes da Constituição da República Federativa do Brasil, do Estatuto da Criança e do Adolescente e legislações afins.

SEÇÃO II
DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 5º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança

e do Adolescente:

I - Deliberar, controlar e articular a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para a efetiva garantia da sua promoção, proteção, defesa e orientação, visando à proteção integral da criança e do adolescente;

II - Cumprir e fazer cumprir, em âmbito municipal, a Constituição da República Federativa do Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente e legislações afins relacionados aos direitos e interesses da criança e do adolescente;

III - Apreciar e deliberar, para encaminhamento ao Poder Executivo, a proposta orçamentária dos recursos destinados às ações finalísticas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;

IV - Deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;

V - Aprovar o Relatório Anual de Gestão dos recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;

VI - Participar da elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VII - Aprovar o Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VIII - Acompanhar o alcance dos resultados dos pactos estabelecidos com a rede prestadora de serviços, governamental e não governamental;

IX - Registrar as Entidades Não Governamentais que prestam atendimento à criança e adolescente nos termos da lei, com comunicação ao Conselho Tutelar e ao Poder Judiciário;

X - Abertura de edital estabelecendo critérios para inscrição de Projetos e Programas das Entidades governamentais e não governamentais que atendam os direitos da criança e do adolescente;

XI - Estabelecer ao Município conjuntamente com a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação demais Secretarias e órgãos do Município a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, orientação, proteção integral e defesa dos direitos da Criança e do Adolescente;

XII - Estabelecer na Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, a formação continuada dos atores envolvidos, direta e indiretamente, no atendimento a criança e ao adolescente, inclusive do Conselho Tutelar;

XIII - Convocar e coordenar a realização da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XIV - Organizar, acompanhar, fiscalizar e conduzir o processo de escolha do Conselho Tutelar, comunicando ao Ministério Público o andamento do processo;

XV - Dar posse aos membros do Conselho Tutelar, os quais serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal;

XVI - Conhecer, apreciar o Regimento Interno do Conselho Tutelar, após Decreto pelo Poder Executivo;

XVII - Proporcionar apoio ao Conselho Tutelar integrando ações, no sentido de garantir os princípios e diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente;

XVIII - Elaborar e alterar, quando necessário, seu regimento interno;

XIX - Elaborar e publicar resoluções que indicam princípios e diretrizes norteadores de Políticas Públicas de atendimento à criança e ao adolescente;

XX - Reunir-se ordinariamente e extraordinariamente, conforme seu regimento;

XXI - Receber, avaliar e encaminhar possíveis irregularidades cometidas pelos Conselheiros (as) Tutelares no exercício de suas funções, observando a legislação vigente, encaminhar para o Chefe do Poder Executivo sugerindo abertura de Sindicância ou Processo Administrativo competente.

Parágrafo Único - A alteração do regimento interno, constante no inciso XVIII, somente será possível, mediante a aprovação de dois terços de seus membros.

SEÇÃO III DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 6º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA é composto por 11 membros, contando com 11 suplentes, sendo:

I - 5 (cinco) conselheiros titulares com seus respectivos suplentes, indicados pelo Chefe do Poder Executivo, sendo estes representantes das seguintes entidades governamental do município:

- a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação;
- b) Executivo Municipal;
- c) Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;
- d) Secretaria Municipal de Educação;
- e) Secretaria Municipal de Saúde.

II - 5 (cinco) conselheiros titulares e com seus respectivos suplentes não governamentais dos seguintes segmentos, sendo:

- a) 02 (dois) representantes de entidade que prestam atendimento direto a criança e adolescente;
- b) 01 (um) representantes de entidade Rotary Club;
- d) 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- e) 01 (um) representante das Instituições Religiosas, Educacional, Cultural e Assistencial.

III - 01 Membro adolescente com quinze anos completos, com seu respectivo suplente, com direito a presença e voz, contudo, sem direito a voto.

Art. 7º - Os representantes titulares e suplentes das organizações não governamentais não poderão ser ocupantes de cargos comissionados ou de função gratificada do Município de Corupá e serão indicados pela própria Entidade. O representante e o suplente, de que trata o inciso III, do art. 6º, serão escolhidos durante a realização da conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para tal finalidade;

§ 1º - Na hipótese de desistência do conselheiro titular eleito, e ou, da dissolução da organização a qual o conselheiro representa,

assumirá o assento, o suplente do respectivo segmento.

§ 2º - A nomeação dos conselheiros não-governamentais dar-se-á por Ato do Poder Executivo, no prazo máximo de 30 dias, após o processo de indicação.

Art. 8º - O representante governamental poderá ser substituído a qualquer tempo.

Art. 9º - O mandato dos representantes das organizações governamentais e não governamentais é de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, sendo o seu exercício considerado de interesse público relevante, não remunerado.

Art. 10º - O suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do CMDCA será exercido por profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, inclusive enquanto ouvidoria responsável pelo encaminhamento das denúncias pertinentes ao Sistema de Garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes, a ser divulgado em toda a comunidade.

Art. 11 - Os membros do Conselho, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a posse, deverão reunir-se em Assembléia com a finalidade de eleger os integrantes da Coordenação Geral que terá a seguinte composição:

I - Presidente

II - Vice Presidente

III - 1º Secretário (a)

IV - 2º Secretário (a)

Parágrafo Único - A escolha dos membros da Coordenação Geral será feita a exemplo de toda e qualquer votação da plenária deste conselho, com quorum e votação de mais de cinquenta por cento de seus membros, com direito a um voto por cadeira, tendo direito a voto os representantes titulares, e na ausência os respectivos suplentes.

CAPÍTULO III DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA

SEÇÃO I DA NATUREZA E DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR

Art. 12 - O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é um mecanismo de gestão instituído pelo Poder Público Municipal, captador e aplicador de recursos, a serem utilizados, segundo diretrizes e deliberações do CMDCA, estando sua estrutura de execução e controle contábil, inclusive para prestação de contas na forma da lei vinculada a Secretaria de Administração e Fazenda.

§ 1º - Fica autorizado o Município, através do órgão gestor, firmar convênios, custear ações emergenciais/eventuais através de auxílio financeiro, mediante resolução do CMDCA.

§ 2º - O gestor do Fundo será indicado pelo Chefe do poder Executivo Municipal e terá as seguintes atribuições:

I - registrar os recursos orçamentários próprios do/ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes pelo Estado e pela União;

II - registrar os recursos captados pelo Município, através de convênios ou por doações do FIA;

III - manter controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito pelo Município, nos termos das resoluções do CMDCA;

IV - liberar os recursos a serem aplicados em benefício de crianças e adolescentes, segundo resoluções do CMDCA;

V - administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, baseado nas resoluções do CMDCA, ordenando as respectivas despesas;

VI - prestar contas semestralmente da aplicação dos recursos do FIA ao CMDCA e/ou sempre que por este solicitado.

SEÇÃO II DOS RECURSOS DO FUNDO

Art. 13 - Os recursos do Fundo serão constituídos de:

I - Receitas provenientes de multas estabelecidas como penalidades aos violadores dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme consta na Constituição da República Federativa do Brasil, Estatuto da Criança e do Adolescente e legislações afins;

II - Deduções de pessoas físicas e jurídicas decorrentes do Imposto de Renda devido, de acordo com a Legislação Federal;

III - Contribuições resultantes de campanhas de arrecadação de Fundos;

IV - Transferências das esferas nacional, estadual e municipal;

V - Rendas eventuais, inclusive os resultantes de depósitos e aplicações financeiras;

VI - Receitas provenientes de convênios, acordos, contratos realizados entre o Município e organizações governamentais e não governamentais que tenham destinação específica.

SEÇÃO III DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS

Art. 14 - Os recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente serão aplicados de acordo com o estabelecido nesta Lei, e os deliberados pelo CMDCA, através de resoluções específicas para:

I - Estudos e diagnósticos na área dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Formação de conselheiros de direitos governamentais e não governamentais, tutelares e profissionais;

III - Divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente;

IV - Programas de proteção e sócio-educativo previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente;

V - Seminários, fóruns, reuniões voltados à temática "criança" e "adolescente";

VI - Publicações de experiências, estudos e pesquisas referentes aos Direitos da Criança e do Adolescente;

VII - Campanhas de conscientização, materiais orientativos, estruturas para campanha, ações de divulgação na mídia escrita e falada;

VIII - Programas e projetos que prestam atendimento direto a criança e adolescente, devidamente inscritos no CMDCA.

CAPÍTULO IV DO CONSELHO TUTELAR

SEÇÃO I DA NATUREZA COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIAS

Art. 15 - O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, conforme definidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 1º - O Conselho Tutelar estará vinculado administrativamente a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, sendo esta, a responsável por prestar assessoramento técnico, garantindo a efetivação dos princípios, diretrizes e direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 2º - A autonomia que se refere o caput deste artigo, significa que o Conselho Tutelar não depende da autorização de qualquer órgão ou entidade para exercer suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;

SEÇÃO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 16 - O Conselho Tutelar será composto de cinco membros, com mandato de quatro anos, pelo processo unificado de escolha mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do município de Corupá, realizada no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, permitida uma recondução de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, mediante participação em novo processo de escolha.

§ 1º - A recondução de que trata o caput deste artigo consistirá na possibilidade do Conselheiro Tutelar participar novamente do processo de escolha.

§ 2º - O Conselheiro tutelar que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.

§ 3º - Os Conselheiros Tutelares suplentes serão convocados de acordo com a ordem de votação e receberão remuneração proporcional aos dias que atuarem no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando no gozo de licença e férias regulamentares, sendo estes convocados;

§ 4º - A suplência será exercida por ordem de classificação dos candidatos, a partir do processo de votação, sendo estes convocados:

I - quando a licença a que faz jus o titular exceder a trinta dias;

II - no caso de renúncia ou perda de mandato de um Conselheiro Tutelar titular;

III - nas ausências e impedimentos legais superiores há trinta dias.

SEÇÃO III DA COMPETÊNCIA

Art. 17 - Compete ao Conselho Tutelar:

I - Zelar pelo atendimento dos direitos da criança e do adolescente, cumprindo as atribuições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente;

II - Subsidiar o Executivo Municipal e o Conselho Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA no estabelecimento das necessidades e das demandas locais a respeito das políticas sociais básicas do Município, identificando a ausência ou oferta irregular dos serviços públicos fundamentais ao bem estar da criança e do adolescente;

III - Colaborar com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA na elaboração do Plano Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente, com a indicação de Políticas Sociais Básicas e de Proteção Especial.

SEÇÃO IV DO FUNCIONAMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 18 - A Sede do Conselho funcionará de segunda a sexta-feira das 8:00h às 18:00h para atendimento do público e execução de suas atividades.

§ 1º - Sem prejuízo do disposto no Art. 19º, os Conselheiros Tutelares cumprirão o horário de atendimento da Sede do Conselho Tutelar no horário de trabalho que será das 8h às 14h00 ou das 12h às 18h, com um intervalo de quinze minutos, devendo ter no mínimo 2 conselheiros(as) por período de trabalho, sendo a forma de registro estabelecida pela Secretaria a qual é vinculado administrativamente, obedecida a circunstância própria funcional de atendimento do Conselheiro Tutelar;

§ 2º - Os Conselheiros Tutelares elaborarão escalas de plantões para atendimento permanente no período de horário, noturno, finais de semana e feriados, devendo, nesta hipótese, o plantonista estar munido de meio de comunicação a ser disponibilizado pelo município.

§ 3º - A divulgação de escala de Plantão será encaminhada ao CMDCA e fixada no quadro de publicações oficiais do Município e feita, ainda, nas instituições que compõe o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Art. 19 - O exercício da função de Conselheiro Tutelar deverá ser de tempo integral, vedado o desempenho de qualquer outra atividade profissional pública ou particular remunerada;

Parágrafo Único - O exercício efetivo da função de Conselheiro constituirá serviço relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até julgamento definitivo.

Art. 20 - O Conselho Tutelar funcionará em sede própria e/ou instalações cedidas pelo Município.

Art. 21 - Os Conselheiros Tutelares receberão como subsídio mensal, o equivalente ao fator 18 do ANEXO XI - TABELA DE VALORES REMUNERATÓRIOS POR FATOR SALARIAL da Lei Complementar Municipal 014/09 e o reajuste será com base no índice geral concedido ao funcionalismo público municipal.

Parágrafo Único - O servidor público municipal investido no mandato de Conselheiro Tutelar será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração de carreira.

Art. 22 - Constará da Lei Orçamentária Municipal a previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e o subsídio dos seus membros.

Art. 23 - O tempo de serviço prestado no exercício do mandato de Conselheiro Tutelar será computado para todos os efeitos legais.

Art. 24 - O Conselheiro Tutelar que não seja, simultaneamente,

ocupante de cargo efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional, não estabelecerá vínculo empregatício de qualquer natureza com o Município, sendo-lhe assegurada a percepção das seguintes vantagens:

I - Recebimento de subsídio mensal estabelecida nesta lei na mesma data dos demais servidores públicos municipais;

II - Licenças para tratamento de saúde, maternidade/paternidade, matrimônio e outras, da mesma forma que conferidas aos servidores municipais admitidos em caráter temporário (ACT);

III - Descanso remunerado de 30 dias com acréscimo de 1/3 do subsídio relativo ao período imediatamente anterior;

IV - Bonificação natalina no valor equivalente a um subsídio mensal;

V - inclusão na mesma modalidade de Previdência Social assegurada aos servidores municipais admitidos em caráter temporário (ACT), durante o período que durar o mandato;

VI - Cobertura Previdenciária.

§ 1º - Em caso de recondução ao cargo em mandatos consecutivos o Conselheiro Tutelar terá direito ao descanso remunerado previsto no inciso III deste artigo;

§ 2º - Caso mais que um dos conselheiros (as) sejam reconduzidos, será elaborada uma escala subsequente de descanso e será convocado um suplente para cumprir o período de férias dos conselheiros reconduzidos, caso a soma de todos ultrapassem trinta dias;

§ 3º - O descanso remunerado de 30 dias dos Conselheiros Tutelares serão anuais e usufruídas alternados, permitido o afastamento de um Conselheiro por vez;

§ 4º - O descanso remunerado de 30 dias do Conselheiro Tutelar com vínculo efetivo com o Município será usufruído proporcionalmente ao tempo trabalhado, sendo que, ao término do mandato o Conselheiro Tutelar terá direito a férias remuneradas referente ao cargo que ocupa junto à Municipalidade.

SEÇÃO V DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS

Art. 25 - São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:

I - reconhecida idoneidade moral, comprovada através de certidão de antecedentes;

II - idade superior a 21 anos;

III - residir no Município de Corupá, por, no mínimo, 02 (dois) anos;

IV - comprovação de, no mínimo, conclusão do ensino médio;

V - estar no gozo dos direitos políticos;

VI - possuir conhecimento ou prova equivalente de curso de informática básica ou ser aprovado em exame de suficiência de conhecimento em informática básica;

VII - comprovar experiência de no mínimo 2 (dois) anos na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

VIII - Participar com 100% (cem por cento) de frequência no curso de capacitação sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e Legislações afins, a ser ministrado para os candidatos (as), cuja a carga horária constará no edital processo de escolha;

IX - Ser aprovado em prova de conhecimentos específicos sobre as Legislações atinentes aos direitos da criança e do adolescente;

X - Possuir Carteira Nacional de Habilitação Categoria B ou superior.

§ 1º - A prova a que se refere o inciso IX abrangerá a Legislação atinente aos Direitos da Criança e ao Adolescente indicada no edital;

§ 2º - O não comparecimento à prova de conhecimentos específicos exclui o candidato do processo de escolha para Conselheiro Tutelar do Município de Corupá.

§ 3º - Considerar-se-á aprovado na prova de conhecimentos específicos o candidato que obtiver no mínimo 60% (sessenta por cento) de acerto nas questões da prova.

Art. 26 - O membro do CMDCA que pretender concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar, deverá se desvincular do CMDCA nos 15 (quinze) dias anteriores à data fixada para a reunião, que discutirá a elaboração do edital de convocação para o processo de escolha do Conselho Tutelar.

Parágrafo Único - A homologação da candidatura de membros do Conselho Tutelar a cargos eletivos deverá implicar em afastamento do mandato, por incompatibilidade com exercício da função.

Art. 27 - Os candidatos que preencherem os requisitos constantes no artigo 25º serão escolhidos através de sufrágio universal facultativo, tendo cada eleitor direito a um voto;

Art. 28 - Caberá ao CMDCA, por meio de resolução, prever a forma de registro das candidaturas, especificação dos critérios, prazos para impugnações, processo de escolha, proclamação dos escolhidos e posse dos Conselheiros Tutelares, divulgando amplamente todos os procedimentos.

Art. 29 No decorrer do exercício de sua função os conselheiros deverão participar de capacitações municipais e/ou regionais e/ou estaduais e/ou nacionais.

Parágrafo Único: A participação de capacitações será de acordo com a organização interna do Conselho Tutelar e relevância do tema e deverá ser previamente aprovada em reunião ordinária do CMDCA e comunicada à Secretaria ao qual estão administrativamente vinculados para deliberação de recursos financeiros.

SEÇÃO VI DA PERDA DO MANDATO

Art. 30 - O Conselheiro Tutelar, a qualquer tempo, pode ter seu mandato suspenso ou cassado, no caso de descumprimento de suas atribuições, prática de atos ilícitos ou conduta incompatível com a confiança outorgada pela comunidade mediante processo administrativo ou penal ou caso deixar de residir no município durante o exercício do mandato.

Parágrafo Único - A perda do mandato será decretada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante provocação do Ministério Público, do Executivo Municipal ou de qualquer interessado, assegurando-se a imparcialidade dos responsáveis pela apuração, o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Art. 31 - Serão impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar

cônjuges, companheiros (as) em união estável ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau inclusive.

Parágrafo Único - Entende-se o impedimento de Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca, Foro Regional ou Distrital.

CAPÍTULO V

SEÇÃO I DA COMISSÃO DE ÉTICA

Art. 32 - A Comissão de Ética é o órgão responsável pela apuração de irregularidades cometidas pelos Conselheiros Tutelares no exercício da função e, sempre que necessário, será composta por 4 Conselheiros dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo 2 governamentais e outros 2 não governamentais, bem como por advogado e/ou assessor jurídico do município, pode ser convidado um Conselheiro Tutelar;

§ 1º - A Coordenação da Comissão será escolhida entre seus membros.

§ 2º - A Comissão de Ética reunir-se-á sempre que necessário, sendo o material e equipamentos, disponibilizados pela Secretaria a qual o Conselho Tutelar está vinculado.

§ 3º - A função de membro da Comissão de Ética é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Art. 33 - Compete à Comissão de Ética receber, avaliar e encaminhar processo administrativo disciplinar para o Chefe do Executivo Municipal, que por sua vez encaminhará para Comissão Sindicante e/ou de Processo Administrativo Disciplinar Municipal.

CAPÍTULO VI

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34 - A Organização funcional do CMDCA e Conselho Tutelar, estabelecidos nesta lei, serão definidos em Regimento Interno.

Art. 35 - Fica o Poder Executivo encarregado de suprir os recursos necessários decorrentes do cumprimento desta Lei.

Art. 36 - Os casos omissos deverão ser resolvidos pelas disposições da Constituição da República Federativa do Brasil, Estatuto da Criança e do Adolescente e legislações afins.

Art. 37 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do primeiro processo de escolha unificada de Conselheiros (as) Tutelares, conforme a Lei 12.696, de 25 de julho de 2012 revogando-se as disposições ao contrário.

Parágrafo único: Terão efeitos imediatos os termos desta lei que versam sobre o processo eleitoral para Conselheiros Tutelares e composição e competências do CMDCA.

Prefeitura do Município de Corupá, em 31 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos trinta e um dias do mês de março de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3285/15

PORTARIA Nº 3285/15

LICENCIA O SR. NORBERTO ADLER BAÜMLE DO CARGO DE FISIOTERAPEUTA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com o Art. 95-R da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009, e

Considerando o pedido de Licença para participar de ação de capacitação formulado pelo Servidor Norberto Adler Baumle;

Considerando que o Servidor fora aprovado na avaliação de servidor em estágio probatório;

Considerando que a Lei Complementar nº 014/2009 ampara o pedido formulado pelo servidor, em seu artigo 95 - R.

Considerando que o artigo 95-R da Lei Complementar 014/2009, com redação da Lei Complementar 053/15, dita: "Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao Chefe do Executivo, licença não remunerada, por até seis meses, para participar de ação de capacitação".

RESOLVE:

Art. 1º - Fica licenciado na forma do Art. 95-R, da Lei Complementar Municipal 014/09, por Motivo de Ação de Capacitação, pelo prazo de 06 (seis) meses, o SR. NORBERTO ADLER BAÜMLE, do cargo de Fisioterapeuta, nomeado pela portaria nº 116/07 de 02 de abril de 2007.

Art. 2º- A licença não será remunerada, e enquanto perdurar a licença não será considerado para qualquer efeito de vantagem pessoal, para contagem de triênio ou tempo para aposentadoria, na forma do Art. 95-R, § 4º da Lei Complementar 14/09:

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
31 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos**PREFEITURA****RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 196/2014**

9ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC NOVEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 196/2014

Contratado:INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA -caçador

C.N.P.J:83.054.924/0001-06

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 294/2013 Numero do Processo: 294/2013

Numero do Contrato: 196/2014

Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAUDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO , SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 13/11/2014

Data da Publicação no Diário Oficial: 13/11/2014

Vigência: 13/11/2014 A 31/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:320,17

Forma de Pagamento: À VISTA

ESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 168/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 168/2014

Contratado: MARLON EISING ATACADISTA

C.N.P.J:17.361.216/0001-85

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 292/2013 Numero do Processo: 292/2013

Numero do Contrato: 168/2014

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUNTEÇÃO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, ESPORTES, DUCAÇÃO AÇÃO SOCIAL, PLANEJAMENTO, PARA POLICIA MILITAR E PARA PROGRAMAS, CREAS, ABRIGO TEMPORARIO, CASA DE PROTEÇÃO, PARA DEPARTAMENTOS: HORTO FLORESTAL, CEMITÉRIO, LIMPEZA PÚBLICA,

AEROPORTO, TERMINAL URBANO, PRAÇA CENTENARIO, RODOVIARIA, CADASTRO ÚNICO.

Data da Assinatura: 03/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 03/10/2014
Vigência: 03/10/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:94,00
Forma de Pagamento:A VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 17/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL CULTURA-CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 17/2014

Contratado:NET DONIL INFORMATICA E MATERIAIS ELETRICOS LTDA

CNPJ: 10.349.258/0001-51
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 183/2014 Numero do Processo: 183/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 17/2014

Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CAMERAS NAS DEMAIS MATERIAS PARA VIGILANCIA ELETRONICA DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE SAUDE, MUSEU ANTONIO GRANEMANN DE SOUZA, CEI BERNARDO BERNECK E PAÇO MUNICIPAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL E PLANTA COM LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

Data da Assinatura: 05/11/2014
Vigência: 05/11/2014 A 07/08/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 129,18
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 18/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL CULTURA-CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 18/2014

Contratado:TELEVISÃO XANXERE LTDA
CNPJ: 80.746.647/0001-04
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/COMPRAS E SERVIÇOS
Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo: 0/0
Numero do Contrato ou aditivo: 18/2014
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE TELEVISÃO REGIONAL PARA

PRODUÇÃO E VEICULAÇÃO DE CONTEUDO A RESPEITO DO NATAL E VOLA DO PAI NOEL, QUE ACONTECERA NO DIA 04/12/2014 AS 20 HORAS, NA AVENIDA SALOMÃO CARNEIRO DE ALMEIDA, SENDO UM PROGRAMA ESPECIAL DE 30 MINUTOS DE DURAÇÃO, MAIS DE 48 CHAMADAS.

Data da Assinatura: 28/11/2014
Vigência: 28/11/2014 A 28/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 3.500,00
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 19/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL CULTURA-CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 19/2014

Contrato Nº.: 19/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL CULTURA - CURITIBANOS
Contratada.: POPINHAKI ALMEIDA CONSTRUÇÕES LTDA
Valor : 37.020,05 (trinta e sete mil e vinte reais e cinco centavos)
Vigência : Início: 03/12/2014 Término: 03/01/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 6/2014
Recursos : Dotação: 2.060.4.4.90.00.00.00.00 (6) Saldo: 37.320,79

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DAS "CASAS AJUDANTE DO PAI NOEL", CONFORME ANEXO I E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 20/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL CULTURA-CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 20/2014

Contrato Nº.: 20/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL CULTURA - CURITIBANOS
Contratada.: GUILHERME KAOE DE DOMENICO PASSOS
Valor : 14.600,00 (quatorze mil seiscentos reais)
Vigência : Início: 03/12/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 67/2014
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.060.3.3.90.00.00.00.00 (5) Saldo: 99.017,07
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO PARA OS EVENTOS QUE SERÃO REALIZADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO

MUNICIPAL DA CULTURA E ADMINISTRAÇÃO NO ANO DE 2014,
CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 23/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 23/2014
CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ:05.919.156/000-94
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 294/2013 NUMERO DO PROCESSO:
294/2013
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 23/2014
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS
AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE,
SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER,
CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data Assinatura : 20/10/2014
Vigência: 02/10/2014 a 31/12/2014
Programa de trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero
Número do Empenho:
Valor:142,76
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 24/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 24/2014
CONTRATADO: SUPER VAREJO CORDOVA DE ALIMENTOS ME
CNPJ:83.197.277/0001-23
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 294/2013 NUMERO DO PROCESSO:
294/2013
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 24/2014
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS
AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE,
SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER,
CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data Assinatura : 02/10/2014
Vigência: 02/10/2014 a 31/12/2014
Programa de trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero
Número do Empenho:
Valor:38,55
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 25/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 25/2014
CONTRATADO: RECAPADORA ROCHEMBACH LTDA
CNPJ:81.327.868/0001-00
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 20/2014 NUMERO DO PROCESSO:
20/2014
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 25/2014
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETORES, CÂMARAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM, VULCANIZAÇÃO, CÂMBIO, CONserto de PNEUS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIAS DE TRANSPORTES, OBRAS E VICINAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2º BBM DE CURITIBANOS, POLÍCIA CIVIL E POLÍCIA MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data Assinatura : 07/10/2014
Vigência: 07/10/2014 a 31/12/2014
Programa de trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero
Número do Empenho:
Valor:13,00
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 26/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 26/2014
CONTRATADO: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA ME
CNPJ:10.314.036/0001-01
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 248/2014 NUMERO DO PROCESSO:
248/2014
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 26/2014
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA CONSUMO

INTERNO DO 2ºBATALHÃO DE BOMBEIRO MILITAR DE CURITIBANOS E DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data Assinatura : 20/10/2014

Vigência: 20/10/2014 a 31/12/2014

Programa de trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero

Número do Empenho:

Valor:196,80

Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 27/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 27/2014

CONTRATADO: COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ:05.758.684/0001-09

MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL

NÚMERO DA LICITAÇÃO: 17/2014 NUMERO DO PROCESSO: 17/2014

NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 27/2014

FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COPOS DESCARTAVEIS PARA USO NAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE OBRAS, PLANEJAMENTO, ESPORTES, AEROPORTO MUNICIPAL, EDUCAÇÃO E 2ºBBM DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data Assinatura : 20/10/2014

Vigência: 20/10/2014 a 31/12/2014

Programa de trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero

Número do Empenho:

Valor:53,00

Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 28/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 28/2014

CONTRATADO: COMERCIO DE MAT. DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB

CNPJ:17.476.071/0001-68

MODALIDADE:TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA

NÚMERO DA LICITAÇÃO: 1/2014 NUMERO DO PROCESSO: 1/2014

NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 28/2014

FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ DIA 07/12/2014 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAS E MAO DE OBRA PARA REFORMA/ AMPLIAÇÃO DE 8 UNIDADES SANITARIAS NO MUNICIPIO DE CURITIBANOS, CONFORME CONVENIO Nº 2013TR004004 ENTRE O FUNDO DE HABITAÇÃO POPUPAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA -FUNDHAB E PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORANDO E JUSTIFICATIVA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO EM ANEXO.

Data Assinatura : 07/11/2014

Vigência: 07/11/2014 a 07/12/2014

Programa de trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero

Número do Empenho:

Valor:0,00

Forma de Pagamento:

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 29/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 29/2014

CONTRATADO: GERHARDT E PELEGRINI LTDA

CNPJ:82.156.977/0001-67

MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL

NÚMERO DA LICITAÇÃO: 297/2014 NUMERO DO PROCESSO: 297/2014

NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 29/2014

FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: ADITIVO DE R\$27,14, REFERENTE A AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUNTENÇÃO DA FROTA DE VEICULOS E CAMINHOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO DE SAUDE, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data Assinatura : 17/11/2014

Vigência: 17/11/2014 a 31/12/2014

Programa de trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero

Número do Empenho:

Valor:57,14

Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 30/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 30/2014

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ:05.919.156/0001-94

MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL

NÚMERO DA LICITAÇÃO: 294/2014 NUMERO DO PROCESSO: 294/2014

NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 30/2014

FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS AS SECRETARIADE DE ADMINISTRAÇÃO , SECRETARIA DE SAUDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO , SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data Assinatura : 21/11/2014

Vigência: 21/11/2014 a 31/12/2014

Programa de trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero

Número do Empenho:

Valor:708,80

Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 31/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 31/2014
CONTRATADO: SUPER VAREJAO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA ME

CNPJ:83.197.277/0001-83

MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL

NÚMERO DA LICITAÇÃO: 294/2013 NUMERO DO PROCESSO: 294/2013

NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 31/2014

FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS AS SECRETARIADE DE ADMINISTRAÇÃO , SECRETARIA DE SAUDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO , SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data Assinatura : 21/11/2014

Vigência: 21/11/2014 a 31/12/2014

Programa de trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero

Número do Empenho:

Valor:192,75

Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 32/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 32/2014
CONTRATADO: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA ME.

CNPJ:10.314.036/0001-01

MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL

NÚMERO DA LICITAÇÃO: 248/2014 NUMERO DO PROCESSO: 248/2014

NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 32/2014

FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE AGUA MINERAL PARA CONSUMO INTERNO NO 2º BATALHÃO DE BOMBARDIROS MILITAR DE CURITIBANOS E DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data Assinatura : 21/11/2014

Vigência: 21/11/2014 a 31/12/2014

Programa de trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero

Número do Empenho:

Valor:96,80

Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 33/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 33/2014

Contrato Nº.: 33/2014

Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS

Contratada...: DINAMICA COM. SUPR PARA INFORMÁTICA LTDA ME

Valor : 104,08 (cento e quatro reais e oito centavos)

Vigência : Início: 04/12/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 301/2013

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação: 2.067.3.3.90.00.00.00.00 (4) Saldo: 154.875,80

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER E SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 34/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 34/2014

Aditivo Nº : 34/2014 - Contrato Nº: 22/2014
Contratante...: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada...: COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 05/12/2014 Término: 25/12/2014
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA REFORMA/AMPLIAÇÃO DE 8 UNIDADES SANITÁRIAS NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME CONVENIO Nº 2013TR004004 ENTRE O FUNDO DE HABITAÇÃO POPULAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FUNDHAB E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL E MEMORIAL DESCRITIVO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 161/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 161/2014

Contratado: SAMARA FATIMA P GIACOMINI ME
C.N.P.J:03.362.334/0001-01
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 240/2014 Número do Processo: 240/2014
Número do Contrato: 161/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 03/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 03/10/2014
Vigência: 03/10/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor:2.580,00
Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 162/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 162/2014

Contratado: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA ME
C.N.P.J:05.919.156/0001-94
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 292/2013 Número do Processo: 292/2013
Número do Contrato: 162/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, ESPORTES, DUCAÇÃO AÇÃO SOCIAL, PLANEJAMENTO, PARA POLÍCIA MILITAR E PARA PROGRAMAS, CREAS, ABRIGO TEMPORÁRIO, CASA DE PROTEÇÃO, PARA DEPARTAMENTOS: HORTO FLORESTAL, CEMITÉRIO, LIMPEZA PÚBLICA, AEROPORTO, TERMINAL URBANO, PRAÇA CENTENÁRIO, RODOVIÁRIA, CADASTRO ÚNICO.
Data da Assinatura: 03/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 03/10/2014
Vigência: 03/10/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor:79,50
Forma de Pagamento:Á VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 163/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 163/2014

Contratado: CELIA REGINA WAMBOMMEL ME
C.N.P.J:04.195.853/0001-87
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 292/2013 Número do Processo: 292/2013
Número do Contrato: 163/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, ESPORTES, DUCAÇÃO AÇÃO SOCIAL, PLANEJAMENTO, PARA POLÍCIA MILITAR E PARA PROGRAMAS, CREAS, ABRIGO TEMPORÁRIO, CASA DE PROTEÇÃO, PARA DEPARTAMENTOS: HORTO FLORESTAL, CEMITÉRIO, LIMPEZA PÚBLICA, AEROPORTO, TERMINAL URBANO, PRAÇA CENTENÁRIO, RODOVIÁRIA, CADASTRO ÚNICO.

Data da Assinatura: 03/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 03/10/2014
Vigência: 03/10/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:21,60
Forma de Pagamento:Á VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 164/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 164/2014

Contratado: COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA
C.N.P.J:05.758.684/0001-09
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 292/2013 Numero do Processo: 292/2013
Numero do Contrato: 164/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUNTEÇÃO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, ESPORTES, DUCAÇÃO AÇÃO SOCIAL, PLANEJAMENTO, PARA POLICIA MILITAR E PARA PROGRAMAS, CREAS, ABRIGO TEMPORARIO, CASA DE PROTEÇÃO, PARA DEPARTAMENTOS: HORTO FLORESTAL, CEMITÉRIO, LIMPEZA PÚBLICA, AEROPORTO, TERMINAL URBANO, PRAÇA CENTENARIO, RODOVIARIA, CADASTRO ÚNICO.

Data da Assinatura: 03/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 03/10/2014
Vigência: 03/10/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:56,75
Forma de Pagamento:Á VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 165/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 165/2014

Contratado: DINÂMICA COM. DE SUP. P/INFORMATICA ESCR. LTDA ME.
C.N.P.J:07.072.908/0001-50
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 292/2013 Numero do Processo: 292/2013
Numero do Contrato: 165/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUNTEÇÃO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, ESPORTES, DUCAÇÃO AÇÃO SOCIAL,

PLANEJAMENTO, PARA POLICIA MILITAR E PARA PROGRAMAS, CREAS, ABRIGO TEMPORARIO, CASA DE PROTEÇÃO, PARA DEPARTAMENTOS: HORTO FLORESTAL, CEMITÉRIO, LIMPEZA PÚBLICA, AEROPORTO, TERMINAL URBANO, PRAÇA CENTENARIO, RODOVIARIA, CADASTRO ÚNICO.

Data da Assinatura: 03/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 03/10/2014
Vigência: 03/10/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:435,39
Forma de Pagamento:A VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 166/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 166/2014

Contratado: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA -Caçador
.N.P.J:83.054.924/0001-06
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 292/2013 Numero do Processo: 292/2013
Numero do Contrato: 166/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUNTEÇÃO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, ESPORTES, DUCAÇÃO AÇÃO SOCIAL, PLANEJAMENTO, PARA POLICIA MILITAR E PARA PROGRAMAS, CREAS, ABRIGO TEMPORARIO, CASA DE PROTEÇÃO, PARA DEPARTAMENTOS: HORTO FLORESTAL, CEMITÉRIO, LIMPEZA PÚBLICA, AEROPORTO, TERMINAL URBANO, PRAÇA CENTENARIO, RODOVIARIA, CADASTRO ÚNICO.

Data da Assinatura: 03/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 03/10/2014
Vigência: 03/10/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:28,90
Forma de Pagamento:A VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 167/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 167/2014

Contratado: JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME
.N.P.J.:13.965.228/0001-68
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 292/2013 Número do Processo: 292/2013
Número do Contrato: 167/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUNTEÇÃO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, ESPORTES, EDUCAÇÃO AÇÃO SOCIAL, PLANEJAMENTO, PARA POLÍCIA MILITAR E PARA PROGRAMAS, CRIAS, ABRIGO TEMPORÁRIO, CASA DE PROTEÇÃO, PARA DEPARTAMENTOS: HORTO FLORESTAL, CEMITÉRIO, LIMPEZA PÚBLICA, AEROPORTO, TERMINAL URBANO, PRAÇA CENTENÁRIO, RODOVIÁRIA, CADASTRO ÚNICO.

Data da Assinatura: 03/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 03/10/2014
Vigência: 03/10/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor:15,00
Forma de Pagamento:A VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 169/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 169/2014

Contratado: PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA EPP
C.N.P.J.:17.361.216/0001-85
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 292/2013 Número do Processo: 292/2013
Número do Contrato: 169/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUNTEÇÃO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, ESPORTES, EDUCAÇÃO AÇÃO SOCIAL, PLANEJAMENTO, PARA POLÍCIA MILITAR E PARA PROGRAMAS, CRIAS, ABRIGO TEMPORÁRIO, CASA DE PROTEÇÃO, PARA DEPARTAMENTOS: HORTO FLORESTAL, CEMITÉRIO, LIMPEZA PÚBLICA, AEROPORTO, TERMINAL URBANO, PRAÇA CENTENÁRIO, RODOVIÁRIA, CADASTRO ÚNICO.

Data da Assinatura: 03/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 03/10/2014

Vigência: 03/10/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor:53,60
Forma de Pagamento:A VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 170/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 170/2014

Contratado: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA ME .
C.N.P.J.:10.314.036/0001-01
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 292/2013 Número do Processo: 292/2013
Número do Contrato: 170/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUNTEÇÃO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, ESPORTES, EDUCAÇÃO AÇÃO SOCIAL, PLANEJAMENTO, PARA POLÍCIA MILITAR E PARA PROGRAMAS, CRIAS, ABRIGO TEMPORÁRIO, CASA DE PROTEÇÃO, PARA DEPARTAMENTOS: HORTO FLORESTAL, CEMITÉRIO, LIMPEZA PÚBLICA, AEROPORTO, TERMINAL URBANO, PRAÇA CENTENÁRIO, RODOVIÁRIA, CADASTRO ÚNICO.

Data da Assinatura: 03/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 03/10/2014
Vigência: 03/10/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor:55,90
Forma de Pagamento:A VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 171/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 171/2014

Contratado: CAPACHOS E CAPACHOS IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA ME
C.N.P.J.:03.282.853/0001-51
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 215/2014 Número do Processo: 215/2014
Número do Contrato: 171/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE TAPETES TIPO CAPACHO PARA USO NAS

SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, PROCON, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, E SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 10/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/10/2014
Vigência: 10/10/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:264,00
Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 172/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 172/2014

Contratado: AUTO POSTO CIDADE DE CURITIBANOS LTDA.
C.N.P.J:03.268.180/0001-85
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 52/2014 Numero do Processo: 52/2014
Numero do Contrato: 172/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE OLEO DIESEL PARA S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ABRIL A DEZEMBRO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 13/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 13/10/2014
Vigência: 13/10/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:1.976,80
Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 173/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 173/2014

Contratado: GRAFICA GUARAMIRIM LTDA.
C.N.P.J:78.218.187/000191-
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 180/2014 Numero do Processo: 180/2014

Numero do Contrato: 173/2014
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DESTINADOS A ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E IMPRENSA, 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 14/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 14/10/2014
Vigência: 14/10/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:1.900,00
Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 174/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 174/2014

Contratado:POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME
C.N.P.J:14.292.313/0001-75
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 180/2014 Numero do Processo: 180/2014
Numero do Contrato: 174/2014
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DESTINADOS A ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E IMPRENSA, 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 14/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 14/10/2014
Vigência: 14/10/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:338,00
Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 175/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 175/2014

Contratado:ANTONIO CARLOS POPINHAKI
C.N.P.J:14.108.445/0001-02
Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Numero da Licitação: 35/2014 Numero do Processo: 35/2014
Numero do Contrato: 175/2014
Fundamento Legal:

Objeto: INEXIGIBILIDADE PARA AQUISIÇÃO DE 120 INSCRIÇÕES PARA CURSO DE FINANÇAS PESSOAIS, DIVIDIDAS EM 04 TURMAS SENDO CARGA HORARIO DE 10 HORAS CADA DESTINADOS AOS BENEFICIARIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA, CONFORME ART 25, INCISO II, LEI 8.666/93, MEMORANDO E JUSTIFICATIVA EM ANEXO.

Data da Assinatura: 20/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 20/10/2014
Vigência: 20/10/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:10.800,00
Forma de Pagamento:À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 176/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 176/2014

Contratado:PROSABOR IND. COM. ALIMENTOS LTDA
C.N.P.J:96.587.837/0001-58
Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Numero da Licitação: 6/2014 Numero do Processo: 6/2014
Numero do Contrato: 176/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA A PRODUÇÃO DE LEITE DE SOJA, QUE SERÁ DISTRIBUIDO PARA AS FÁILIAS DO MUNICIPIO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 21/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 21/10/2014
Vigência: 21/10/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:1.400,00
Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 177/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 177/2014

Contratado:AP OESTE DISTRIBUIDORA ALIMENTOS LTDA
C.N.P.J:05.919.156/0001-94
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 4/2014 Numero do Processo: 4/2014
Numero do Contrato: 177/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA A PRODUÇÃO DE LEITE DE SOJA, QUE SERÁ DISTRIBUIDO PARA AS FÁILIAS DO MUNICIPIO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 21/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 21/10/2014
Vigência: 21/10/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:2.370,00
Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 178/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 178/2014

Contratado:JOÃO PAULO FADEL EVENTOS ME
C.N.P.J:14.526.126/0001-09
Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Numero da Licitação: 36/2014 Numero do Processo: 36/2014
Numero do Contrato: 178/2014
Fundamento Legal:

Objeto:CONTRATATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA REALIZAÇÃO DO ESPETACULO E PALESTRA SHOW"ESTRELA MULHER" QUE ACONTECERÁ NO DIA 07/11/2014, NA FRENTE DO PINHEIROS TÊNIS CLUBE, DESTINADOS AOS BENEFICIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, CONFORME ART Nº 25, INCISO II DA LEI Nº8.666/93, MEMORANDO E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 22/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 22/10/2014
Vigência: 22/10/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:8.200,00
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 179/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 179/2014

Contratado: SC CÓPIAS LTDA
C.N.P.J.: 03.367.127/0002-12
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 152/2014 Número do Processo: 152/2014
Número do Contrato: 179/2014
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO PARA DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E FUNREBOM, REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2012 E 2013, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 23/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/02/2015
Vigência: 23/10/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.255,10
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 180/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 180/2014

Contratado: COMERCIO DE AVIAMENTOS AGULHA DE OURO LTDA
C.N.P.J.: 80.127.343/0001-50
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Número da Licitação: 37/2014 Número do Processo: 37/2014
Número do Contrato: 180/2014
Fundamento Legal:

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CURSOS, TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUVE INTERESSADOS NO PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014, NA FORMA DO ARTIGO 24 INCISO V DA LEI 8.666/93, CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 23/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/02/2015
Vigência: 23/10/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 2.353,30
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 182/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 182/2014

Contratado: REGINA TERESINHA SEBEM RODRIGUES
C.N.P.J.: 08.703.765/0001-08
Modalidade: CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Número da Licitação: 33/2014 Número do Processo: 33/2014
Número do Contrato: 182/2014
Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRODUÇÃO DO CONCURSO RAINHA DA MELHOR IDADE REALIZAR-SE NO DIA 01/11/2014 NA SEDE SOCIAL DO PINHEIRO TENIS CLUBE, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 30/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 30/10/2014
Vigência: 30/10/2014 A 30/11/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 7.030,00
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 183/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 183/2014

Contratado: GLOBO PLANALTO COMERCIO DE VAICULOS LTDA
C.N.P.J.: 83.227.421/0003-49
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Número da Licitação: 39/2014 Número do Processo: 39/2014
Número do Contrato: 183/2014
Fundamento Legal:

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO MECÂNICA DO VEÍCULO FIAT UNO MILLE VIVACE 1.0, PLACAS MLN 8172, NA FORMA DO ARTIGO 24 INCISO XVII DA LEI 8.666/93 CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 30/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 30/10/2014

Vigência: 30/10/2014 A 30/11/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:124,00
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 184/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 184/2014

Contratado:PEFON CONSTRUÇÕES LTDA
C.N.P.J11.810.172/0001-47
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA
Numero da Licitação: 11/2014 Numero do Processo: 11/2014
Numero do Contrato: 184/2014
Fundamento Legal:

Objeto:ADITIVO DE SUPRESSÃO NO VALOR DE R\$5.156,67 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO PRÉDIO DA AÇÃO SOCIAL - HABITAÇÃO, CONFORME JUSTIFICATIVA E MEMORIAL DESCRITIVO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 05/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 05/11/2014
Vigência: 05/11/2014 A 05/11/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:5.156,67
Forma de Pagamento:

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 185/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 185/2014

Contratado:BR LIVE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME
C.N.P.J:08.953.004/0001-04
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 117/2014 Numero do Processo: 117/2014
Numero do Contrato: 185/2014
Fundamento Legal:

Objeto:ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 1.185,24 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO E CONECTIVIDADE COM INTERNET FIBRA ÓPTICA E VIA RÁDIO COM 100% DE GARANTIA

PARA COLOCAÇÃO DE PONTO NO PREDIO DO CRAS, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO

Data da Assinatura: 05/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 05/11/2014
Vigência: 05/11/2014 A 22/05/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:1.185,24
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 186/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 186/2014

Contratado:RECAPADORA ROCHEMBACH LTDA
C.N.P.J:81.327.868/0001-00
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 20/2014 Numero do Processo: 20/2014
Numero do Contrato: 186/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETORES, CÂMARAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM, VULCANIZAÇÃO, CÂMBIO, CONSERV. DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E VICINAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2º BBM DE CURITIBANOS, POLÍCIA CIVIL E POLÍCIA MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 07/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 07/11/2014
Vigência: 07/11/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:390,00
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 187/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 187/2014

Contratado:ADL COMERCIAL EIRELI
C.N.P.J:15.267.298/0001-78

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 34/2014 Numero do Processo: 34/2014
Numero do Contrato: 187/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIARIO E MATERIAS PARA USO NO CREAS, BOLSA FAMILIA, CASA LAR E NA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL,CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 07/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 07/11/2014
Vigência: 07/11/2014 A 07/01/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:406,00
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 188/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 188/2014

Contratado:ANDRADE E PASSINI COMERCIO DE MATERIAIS LTDA - ME
C.N.P.J:12.526.833/0001-70
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 34/2014 Numero do Processo: 34/2014
Numero do Contrato: 188/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIARIO E MATERIAS PARA USO NO CREAS, BOLSA FAMILIA, CASA LAR E NA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL,CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 07/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 07/11/2014
Vigência: 07/11/2014 A 07/01/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:2.874,00
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 189/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 189/2014

Contratado:CELIA REGINA WAMBOMMEL ME
C.N.P.J:04.195.853/0001-87
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 34/2014 Numero do Processo: 34/2014
Numero do Contrato: 189/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIARIO E MATERIAS PARA USO NO CREAS, BOLSA FAMILIA, CASA LAR E NA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL,CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 07/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 07/11/2014
Vigência: 07/11/2014 A 07/01/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:6.909,00
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 190/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 190/2014

Contratado:L.A INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD C.N.P.J:11.924.851/0001-47
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 34/2014 Numero do Processo: 34/2014
Numero do Contrato: 190/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIARIO E MATERIAS PARA USO NO CREAS, BOLSA FAMILIA, CASA LAR E NA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL,CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 07/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 07/11/2014
Vigência: 07/11/2014 A 07/01/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:10.479,00
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO
191/2014**

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 191/2014

Contratado: NATALICIO JESUS GERALDO
C.N.P.J.: 78.216.058/0001-64
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 34/2014 Número do Processo: 34/2014
Número do Contrato: 191/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIO E MATERIAS PARA USO NO CREAS, BOLSA FAMÍLIA, CASA LAR E NA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 07/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 07/11/2014
Vigência: 07/11/2014 A 07/01/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 7.478,00
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO
192/2014**

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 192/2014

Contratado: NET- DONIL INFORMATICA E MATERIAS ELETRICOS LTDA.
C.N.P.J.: 10.349.258/0001-51
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 34/2014 Número do Processo: 34/2014
Número do Contrato: 192/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIO E MATERIAS PARA USO NO CREAS, BOLSA FAMÍLIA, CASA LAR E NA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 07/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 07/11/2014
Vigência: 07/11/2014 A 07/01/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 4.313,00
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO
193/2014**

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 193/2014

Contratado: VW COMERCIO ATACADISTA LTDA
C.N.P.J.: 10.573.408/0001-06
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 34/2014 Número do Processo: 34/2014
Número do Contrato: 193/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIO E MATERIAS PARA USO NO CREAS, BOLSA FAMÍLIA, CASA LAR E NA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 07/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 07/11/2014
Vigência: 07/11/2014 A 07/01/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 137,10
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO
194/2014**

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 194/2014

Contratado: ROMPENUVE CONSULTORIA SOCIOAMBIENTAL LTA - ME
C.N.P.J.: 07.989.930/0001-69
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 38/2014 Número do Processo: 38/2014
Número do Contrato: 194/2014
Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO E ASSESSORIA DO PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 12/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 12/11/2014
Vigência: 12/11/2014 A 12/05/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 7.900,00
Forma de Pagamento: CONFORME PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 197/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 197/2014

Contratado: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
C.N.P.J: 07.814.016/0001-87
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 294/2013 Numero do Processo: 294/2013
Numero do Contrato: 197/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAUDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 13/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 13/11/2014
Vigência: 13/11/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 1.200,07
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 198/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 198/2014

Contratado: RR CARNES E FRIOS LTDA
C.N.P.J: 17.200.631/0001-67
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 294/2013 Numero do Processo: 294/2013
Numero do Contrato: 198/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAUDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 13/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 13/11/2014
Vigência: 13/11/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 218,00
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 199/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 199/2014

Contratado: SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA
C.N.P.J: 83.197.277/0001-83
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 294/2013 Numero do Processo: 294/2013
Numero do Contrato: 199/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAUDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 13/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 13/11/2014
Vigência: 13/11/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 566,65
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 200/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 200/2014

Contratado: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA ME
C.N.P.J: 10.314.036/0001-01
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 294/2014 Numero do Processo: 294/2014
Numero do Contrato: 200/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAUDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO,

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 13/11/2014

Data da Publicação no Diário Oficial: 13/11/2014

Vigência: 13/11/2014 A 31/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:319,24

Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 201/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 201/2014

Contratado:GERHARDT E PELEGRINI LTDA

C.N.P.J:82.156.977/0001-67

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 297/2013 Numero do Processo: 297/2013

Numero do Contrato: 201/2014

Fundamento Legal:

Objeto:ADITIVO DE E\$65,87, REFERENTE A AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEICULOS E CAMINHOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIVANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO DE SAÚDE E FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 17/11/2014

Data da Publicação no Diário Oficial: 17/11/2014

Vigência: 17/11/2014 A 31/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:65,87

Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 202/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 202/2014

Contratado:DALLAROSA DISTRIBUIDORA DE BRINDES LTDA

C.N.P.J:03.257.744/0001-84

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 231/2014 Numero do Processo: 231/2014

Numero do Contrato: 202/2014

Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERSONALIZADOS PARA USO EM DIVERSAS CAMPANHAS A SEREM DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 18/11/2014

Data da Publicação no Diário Oficial: 18/11/2014

Vigência: 18/11/2014 A 31/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:3.140,00

Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 203/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 203/2014

Contratado:MIX PALESTRAS E VENTOS LTDA - EPP

C.N.P.J:13.293.855/0001-08

Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Numero da Licitação: 43/2014 Numero do Processo: 43/2014

Numero do Contrato: 203/2014

Fundamento Legal:

Objeto:INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PALESTRA "PRAZER SOU MULHER" MINISTRADA PELA PALESTRANTE LUCIA ALVES,À REALIZAR-SE NO DIA 28/11/2014 AS 14 H, FAZENDO PARTE DA SEMANA DA CAMPANHA DESENVOLVIDA PELO CREAS, NA FORMA DO ARTIGO 25 INCISO II DA LEI 8.666/93, CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 20/11/2014

Data da Publicação no Diário Oficial: 20/11/2014

Vigência: 20/11/2014 A 20/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:7.400,00

Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 204/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 204/2014

Contratado:PEFON CONSTRUÇÕES LTDA
C.N.P.J:11.810.172/0001-47
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ COMPRAS E SERV. ENGENHARIA
Numero da Licitação: 11/2014 Numero do Processo: 11/2014
Numero do Contrato: 204/2014
Fundamento Legal:

Objeto:ADITIVO DE VALOR PELO SERVIÇOS PRESTAÇÃO A MAIS, NO VALOR DE R\$23.986,10 REFERENTE À VONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO PREDIO DA AÇÃO SOCIAL - HABITAÇÃO, CONFORME MEMORANDO, MEDIÇÃO E PLANILHA DE SECRETARIA DE PLANEJAMENTO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 21/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 21/11/2014
Vigência: 21/11/2014 A 27/11/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:23.986,10
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 205/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 205/2014

Contratado:SUPERMERCADO COLORIDO LTDA ME
C.N.P.J:10.314.036/0001-01
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 2/2014 Numero do Processo: 2/2014
Numero do Contrato: 205/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE KITS DE NATALIDADE, CESTAS BASICAS E KITS DE HIGIENE PARA DISTRIBUIÇÃO AS PESSOAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL TEMPORARIA COM BASE NA LEI MUNICIPAL 5.147/2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 24/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 24/11/2014
Vigência: 24/11/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:5.845,21
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 206/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 206/2014

Contratado:PEFON CONSTRUÇÕES LTDA
C.N.P.J:11.810.172/00001-47
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/OBRAS E SERV, ENGENHARIA
Numero da Licitação: 11/2014 Numero do Processo: 11/2014
Numero do Contrato: 206/2014
Fundamento Legal:

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO PRÉDIO DA AÇÃO SOCIAL - HABITAÇÃO, CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 27/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 27/11/2014
Vigência: 27/11/2014 A 18/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:0,00
Forma de Pagamento:

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 207/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 207/2014

Contratado:RECAPADORA ROCHEMBACH LTDA
C.N.P.J:81.327.868/0001-00
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 20/2014 Numero do Processo: 20/2014
Numero do Contrato: 207/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETORES, CÂMERAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM, VULCANIZAÇÃO, CAMBAGEM, CONSERVTO DE PNEUS DOS VEICULOS E MAQUINAS DA SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E VICINAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2º BBM DE CURITIBANOS, POLICIA CIVIL E MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 28/11/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 28/11/2014
Vigência: 28/11/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:104,00
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 211/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 211/2014

Contrato Nº.: 211/2014
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CASA FAGUNDES COM. VAR. EM GERAL LTDA - ME
Valor : 3.590,80 (três mil quinhentos e noventa reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 03/12/2014 Término: 03/02/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 45/2014
Recursos : Dotação: 2.078.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.082.3.3.90.00.00.00.00.00 (48)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE OFICINAS PARA OS USUÁRIOS DO CRAS E CREAS, CONFORME ART. 24, INCISO V, DA LEI Nº 8.666/93 E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 212/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 212/2014

Contrato Nº.: 212/2014
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: COMERCIO DE AVIAMENTOS AGULHA DE OURO LTDA
Valor : 258,00 (duzentos e cinquenta e oito reais)
Vigência : Início: 03/12/2014 Término: 03/02/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 45/2014
Recursos : Dotação: 2.078.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.082.3.3.90.00.00.00.00.00 (48)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE OFICINAS PARA OS USUÁRIOS DO CRAS E CREAS, CONFORME ART. 24, INCISO V, DA LEI Nº 8.666/93 E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 213/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 213/2014

Contrato Nº.: 213/2014
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: Cor Urbana Ind. Com. Confeções Ltda ME
Valor : 1.197,00 (um mil cento e noventa e sete reais)
Vigência : Início: 03/12/2014 Término: 03/02/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 45/2014
Recursos : Dotação: 2.078.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.082.3.3.90.00.00.00.00.00 (48)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE OFICINAS PARA OS USUÁRIOS DO CRAS E CREAS, CONFORME ART. 24, INCISO V, DA LEI Nº 8.666/93 E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 214/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 214/2014

Contrato Nº.: 214/2014
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: Farmácia Preço Bom - Com. Medic. Ltda
Valor : 1.515,00 (um mil quinhentos e quinze reais)
Vigência : Início: 03/12/2014 Término: 03/02/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 45/2014
Recursos : Dotação: 2.078.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.082.3.3.90.00.00.00.00.00 (48)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE OFICINAS PARA OS USUÁRIOS DO CRAS E CREAS, CONFORME ART. 24, INCISO V, DA LEI Nº 8.666/93 E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 215/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 215/2014

Contrato Nº.: 215/2014
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada.: SC CÓPIAS LTDA
Valor : 665,83 (seiscentos e sessenta e cinco reais e oitenta e três centavos)
Vigência : Início: 03/12/2014 Término: 03/04/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 152/2014
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (7), 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (32)
Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO PARA DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E FUNREBOM, REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2012 E 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 216/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 216/2014

Contrato Nº.: 216/2014
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada.: PAROQUIA DO PLANALTO CENTRAL CATARINENSE
Valor : 4.000,00 (quatro mil reais)
Vigência : Início: 03/12/2014 Término: 18/04/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Recursos : Dotação: 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (39) Saldo: 8.135,02
Objeto : LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A SEDE DO CRAS, LOCALIZADA NA RUA JOÃO CAETANO DA SILVA Nº 98, CENTRO, CURITIBANOS, PELO PERÍODO DE 4 MESES A CONTAR DA DATA DE 18.12.2014

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 217/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 217/2014

Contrato Nº.: 217/2014
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada.: DALLAROSA DISTRIBUIDORA DE BRINDES LTDA - ME
Valor : 5.740,00 (cinco mil setecentos e quarenta reais)
Vigência : Início: 04/12/2014 Término: 04/02/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2014
Recursos : Dotação: 2.078.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (36), 2.082.3.3.90.00.00.00.00.00 (48)
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAS PERSONALIZADOS PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 218/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 218/2014

Contrato Nº.: 218/2014
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada.: EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA
Valor : 5.875,00 (cinco mil oitocentos e setenta e cinco reais)
Vigência : Início: 04/12/2014 Término: 04/02/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2014
Recursos : Dotação: 2.078.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (36), 2.082.3.3.90.00.00.00.00.00 (48)
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAS PERSONALIZADOS PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 219/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 219/2014

Aditivo Nº : 219/2014 - Contrato Nº: 72/2014
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada...: PEFON CONSTRUÇÕES LTDA
 Valor : 326,53 (trezentos e vinte e seis reais e cinquenta e três centavos)
 Vigência : Início: 10/12/2014 Término: 18/12/2014
 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 11/2014
 Recursos : Dotação: 1.005.4.4.90.00.00.00.00 (1) Saldo: 109.000,00
 Objeto : ADITIVO DE VALOR DE R\$ 326,53 PELOS SERVIÇOS A MAIS A SEREM PRESTADOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO PRÉDIO DA AÇÃO SOCIAL - HABITAÇÃO, CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 220/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 220/2014

Aditivo Nº : 220/2014 - Contrato Nº: 72/2014
 Contratante...: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
 Contratada...: PEFON CONSTRUÇÕES LTDA
 Valor : 337,60 (trezentos e trinta e sete reais e sessenta centavos)
 Vigência : Início: 10/12/2014 Término: 18/12/2014
 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 11/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : ADITIVO DE VALOR DE SUPRESSÃO DE R\$ 337,60 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO PRÉDIO DA AÇÃO SOCIAL - HABITAÇÃO, CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 221/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 221/2014

Contrato Nº.: 221/2014
 Contratante...: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
 Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
 Valor : 12.001,32 (doze mil e um reais e trinta e dois centavos)
 Vigência : Início: 11/12/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 294/2013
 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Recursos : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00 (7),
 2.076.3.3.90.00.00.00.00 (15), 2.077.3.3.90.00.00.00.00 (24),
 2.078.3.3.90.00.00.00.00 (26),
 2.076.3.3.90.00.00.00.00 (30), 2.076.3.3.90.00.00.00.00 (33),
 2.076.3.3.90.00.00.00.00 (34),
 2.076.3.3.90.00.00.00.00 (35), 2.076.3.3.90.00.00.00.00 (36),
 2.076.3.3.90.00.00.00.00 (39),

2.076.3.3.90.00.00.00.00 (40), 2.076.3.3.90.00.00.00.00 (41),
 2.077.3.3.90.00.00.00.00 (44),
 2.082.3.3.90.00.00.00.00 (48)

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 222/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 222/2014

Contrato Nº.: 222/2014
 Contratante...: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
 Contratada...: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA-caçador
 Valor : 1.378,10 (um mil trezentos e setenta e oito reais e dez centavos)
 Vigência : Início: 11/12/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 294/2013
 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Recursos : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00 (7),
 2.076.3.3.90.00.00.00.00 (15), 2.077.3.3.90.00.00.00.00 (24),
 2.078.3.3.90.00.00.00.00 (26),
 2.076.3.3.90.00.00.00.00 (30), 2.076.3.3.90.00.00.00.00 (33),
 2.076.3.3.90.00.00.00.00 (34),
 2.076.3.3.90.00.00.00.00 (35), 2.076.3.3.90.00.00.00.00 (36),
 2.076.3.3.90.00.00.00.00 (39),
 2.076.3.3.90.00.00.00.00 (40), 2.076.3.3.90.00.00.00.00 (41),
 2.077.3.3.90.00.00.00.00 (44),
 2.082.3.3.90.00.00.00.00 (48)

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 223/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 223/2014

Contrato Nº.: 223/2014
 Contratante...: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
 Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
 Valor : 460,50 (quatrocentos e sessenta reais e cinquenta

centavos)

Vigência : Início: 11/12/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 294/2013

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (7),
 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (15), 2.077.3.3.90.00.00.00.00.00 (24),
 2.078.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),
 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (30), 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (33),
 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (34),
 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (35), 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (36),
 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (39),
 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (40), 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (41),
 2.077.3.3.90.00.00.00.00.00 (44),
 2.082.3.3.90.00.00.00.00.00 (48)

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 224/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 224/2014

Contrato Nº.: 224/2014

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada.: RR CARNES E FRIOS LTDA

Valor : 327,00 (trezentos e vinte e sete reais)

Vigência : Início: 11/12/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 294/2013

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (7),
 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (15), 2.077.3.3.90.00.00.00.00.00 (24),
 2.078.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),
 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (30), 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (33),
 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (34),
 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (35), 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (36),
 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (39),
 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (40), 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (41),
 2.077.3.3.90.00.00.00.00.00 (44),
 2.082.3.3.90.00.00.00.00.00 (48)

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 225/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 225/2014

Contrato Nº.: 225/2014

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada.: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA ME.

Valor : 32.492,54 (trinta e dois mil quatrocentos e noventa e dois reais e cinquenta e quatro centavos)

Vigência : Início: 11/12/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 294/2013

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (7),
 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (15), 2.077.3.3.90.00.00.00.00.00 (24),
 2.078.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),
 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (30), 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (33),
 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (34),
 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (35), 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (36),
 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (39),
 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (40), 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (41),
 2.077.3.3.90.00.00.00.00.00 (44),
 2.082.3.3.90.00.00.00.00.00 (48)

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 226/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 226/2014

Aditivo Nº : 226/2014 - Contrato Nº: 128/2013

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada.: PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA - ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 15/12/2014 Término: 01/01/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : ADITIVO DE PRAZO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TOTALMENTE ON-LINE, INCLUINDO: MIGRAÇÃO DE DADOS, CUSTOMIZAÇÃO E TREINAMENTOS, MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA E HOSPEDAGEM, FORNECER SUPORTE TÉCNICO AO USUÁRIO, PELO PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME ANEXOS.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 227/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 227/2014

Aditivo Nº : 227/2014 - Contrato Nº: 153/2014
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CENTRAL SERVIÇOS FUNERÁRIOS LTDA ME
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 15/12/2014 Término: 20/01/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE 80 (OITENTA) SERVIÇOS FUNERÁRIOS DESTINADOS A INDIVÍDUOS OU FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA, IDENTIFICADOS NO CAD ÚNICO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 228/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 228/2014

Contrato Nº.: 228/2014
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda
Valor : 4.402,00 (quatro mil quatrocentos e dois reais)
Vigência : Início: 22/12/2014 Término: 28/02/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 46/2014
Recursos : Dotação: 2.014.4.4.90.00.00.00.00.00 (8), 2.077.4.4.90.00.00.00.00.00 (25), 2.078.4.4.90.00.00.00.00.00 (27)
Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRO- NÍCOS E DE INFORMÁTICA PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 229/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 229/2014

Contrato Nº.: 229/2014
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTD

Valor : 4.118,00 (quatro mil cento e dezoito reais)
Vigência : Início: 22/12/2014 Término: 28/02/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 46/2014
Recursos : Dotação: 2.014.4.4.90.00.00.00.00.00 (8), 2.077.4.4.90.00.00.00.00.00 (25), 2.078.4.4.90.00.00.00.00.00 (27)

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRO- NÍCOS E DE INFORMÁTICA PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 230/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 230/2014

Contrato Nº.: 230/2014
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: NATALÍCIO DE JESUS GERALDO EPP
Valor : 398,00 (trezentos e noventa e oito reais)
Vigência : Início: 22/12/2014 Término: 28/02/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 46/2014
Recursos : Dotação: 2.014.4.4.90.00.00.00.00.00 (8), 2.077.4.4.90.00.00.00.00.00 (25), 2.078.4.4.90.00.00.00.00.00 (27)

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRO- NÍCOS E DE INFORMÁTICA PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 231/2014

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 231/2014

Contrato Nº.: 231/2014
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: NET-DONIL INFORMÁTICA E MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.
Valor : 13.213,00 (treze mil duzentos e treze reais)
Vigência : Início: 22/12/2014 Término: 28/02/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 46/2014
Recursos : Dotação: 2.014.4.4.90.00.00.00.00.00 (8), 2.077.4.4.90.00.00.00.00.00 (25), 2.078.4.4.90.00.00.00.00.00 (27)

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRO- NÍCOS E DE INFORMÁTICA PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO
232/2014**

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 232/2014

Contrato Nº.: 232/2014
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada....: CENTRAL SERVIÇOS FUNERÁRIOS LTDA ME
Valor : 5.850,00 (cinco mil oitocentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 23/12/2014 Término: 20/01/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2014
Recursos : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00 (7),
2.079.3.3.90.00.00.00.00 (28)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE 80 (OITENTA) SERVIÇOS FUNERÁRIOS DESTINADOS A INDIVÍDUOS OU FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA, IDENTIFICADOS NO CAD ÚNICO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO
247/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 247/2014

Contratado:PEFON CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 11.810.172/0001-47
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/OBRAS E SERV. ENGENHARIA
Número da Licitação: 34/2013 Número do Processo: 34/2013
Número do Contrato: 246/2014
Fundamento Legal:

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA QUADRA DO NÚCLEO MUNICIPAL ROTARY E DO NÚCLEO MUNICIPAL DE CAMPO ARISTILIANO ALVES DOS SANTOS, CONFORME ANEXO I E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 01/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 01/10/2014
Vigência: 01/10/2014 A 04/01/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor:0,00
Forma de Pagamento:

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO
248/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 248/2014

Contratado:DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA
CNPJ: 85.349.579/0001-55
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/OBRAS E SERV. ENGENHARIA
Número da Licitação: 315/2013 Número do Processo: 315/2013
Número do Contrato: 248/2014
Fundamento Legal:

Objeto:PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MÃO DE OBRAS ELÉTRICA E MECÂNICA DOS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS AD PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, CORPO DE BOMBEIRO MILITAR, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, SECRETARIA MUNICIPAL E EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 01/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 01/10/2014
Vigência: 01/10/2014 A 04/01/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor:3.425,00
Forma de Pagamento: CONFORME PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E NF

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO
249/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 249/2014

Contratado:DINAMICA COM. SUPR PARA INFORMATICA LTDA ME
CNPJ: 07.072.908/0001-50
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 301/2013 Número do Processo: 301/2013
Número do Contrato: 249/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER E SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 02/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 01/10/2014
Vigência: 02/10/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:7.920,00
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 250/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 250/2014

Contratado:AUTO MECANICA LTDA
CNPJ: 83.750.703/0001-64
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 58/2014 Numero do Processo: 58/2014
Numero do Contrato: 250/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE PEÇAS GENUINAS E SERVIÇO, PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO MICROONIBUS PLACA MKJ 0699, DE USO DO TRANSPORTE ESCOLAR, E CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 06/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 06/10/2014
Vigência: 06/10/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:3.970,00
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 251/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 251/2014

Contratado:ALDOIR GOBETTI DE OLIVEIRA ME
CNPJ: 15.428.171/0001-93
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/OBRAS E SERV. ENGENHARIA
Numero da Licitação: 21/2014 Numero do Processo: 21/2014
Numero do Contrato: 251/2014
Fundamento Legal:

Objeto:ADITIVO DE PRAZO PELO PERIODO DE 08/10/2014 A 08/10/2014, REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECUPERAÇÃO DA COBERTURA E REFORMAS DIVERSAS COM PINTURA TOTAL DO GINÁSIO DE ESPORTES DO NÚCLEO MUNICIPAL LEONIZA CARVALHO AGOSTINI, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 08/10/2014

Data da Publicação no Diário Oficial: 08/11/2014
Vigência: 08/10/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:0,00
Forma de Pagamento:

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 252/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 252/2014

Contratado:SUPER VAREJAO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA ME
CNPJ:83.197.277/0001-83
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 294/2013 Numero do Processo: 294/2013
Numero do Contrato: 252/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 08/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 08/11/2014
Vigência: 08/10/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:11.677,90
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 253/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 253/2014

Contratado:DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA
CNPJ:85.349.579/0001-55
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 61/2014 Numero do Processo: 61/2014
Numero do Contrato: 253/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE PEÇAS GENUINA E SERVIÇO DE MAIO DE OBRA PARA A MANUTENÇÃO DO ONIBUS MODELO CITYCLASS

70C17 HD, PLACA MKW 6146 EM USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, UTILIZADO PARA O TRANSPORTE ESCOLAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 09/10/2014

Data da Publicação no Diário Oficial: 09/10/2014

Vigência: 09/10/2014 A 09/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:1.440,21

Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 254/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 254/2014

Contratado:CELSO FOSSATI

CNPJ:310.098.599-00

Modalidade:

Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo: 0/0

Numero do Contrato: 254/2014

Fundamento Legal:

Objeto:PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA COMPOSIÇÃO DE LAUDO DE AVALIAÇÃO DE ÁREA URBANA SITIO NO BAIRRO SÃO LUIZ.

Data da Assinatura: 14/10/2014

Data da Publicação no Diário Oficial: 14/10/2014

Vigência: 14/10/2014 A 24/11/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:1.250,00

Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 255/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 255/2014

Contratado:CASVIG-CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA

CNPJ:83.719.963/00177

Modalidade:

Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo: 0/0

Numero do Contrato: 255/2014

Fundamento Legal:

Objeto:PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MANUNTEÇÃO NO

SISTEMA DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA NOS NÚCLEOS MUNICIPAIS TERESA LEMOS PRETO, NUCLEO MUNICIPAL ALIRIO LUIZ DE ALMEIDA E NUCLEO MUNICIPAL GETULIO VARGAS, HAJA VISTO QUE HOUSE INFILTRAÇÕES PREJUDICADO O SISTEMA POR CAUSA DA CHUVA QUE ASSOLOU NOSSO MUNICIPIO NA NOITE DE 13/10/2014

Data da Assinatura: 15/10/2014

Data da Publicação no Diário Oficial: 15/10/2014

Vigência: 15/10/2014 A 15/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:1.335,00

Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 256/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 256/2014

Contratado:DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA

CNPJ:85.349.579/0001-55

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 307/2013 Numero do Processo: 307/2013

Numero do Contrato: 255/2014

Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE BATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS:PLANEJAMENTO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SAÚDE, PARA, HABITAÇÃO E AEROPORTO, PARA:CORPO DE BOMBEIROS DE CURITIBANOS.

Data da Assinatura: 20/10/2014

Data da Publicação no Diário Oficial: 20/10/2014

Vigência: 20/10/2014 A 31/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:1.246,00

Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 257/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 257/2014

Contratado:DECOR POINT COM. CONFECÇÕES E SERVIÇOS LTDA ME

CNPJ:04.619.520/0001-38

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 59/2014 Numero do Processo: 59/2014

Numero do Contrato: 257/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE CORTINAS, PERSIANAS E ACESSÓRIOS PARA USO NOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 21/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 20/10/2014
Vigência: 21/10/2014 A 30/11/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:48.739,96
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 258/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 258/2014

Contratado:DELUQUE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME
CNPJ:07.082.650/0001-72
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 59/2014 Numero do Processo: 59/2014
Numero do Contrato: 258/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE CORTINAS, PERSIANAS E ACESSÓRIOS PARA USO NOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 21/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 21/10/2014
Vigência: 21/10/2014 A 30/11/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:7.150,00
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 259/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 259/2014

Contratado:MARILENE KUSTER NEVES MONTEIRO
CNPJ:754.935.519-34

Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Numero da Licitação: 66/2014 Numero do Processo: 66/2014
Numero do Contrato: 259/2014
Fundamento Legal:

Objeto:INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA REALIZAÇÃO DE OFINA DE ARTES E CIÊNCIAS DESTINADO AOS PROFESSORES DE ARTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME ART, Nº 25, INCISO II, LEI Nº 8.666/93, MEMORANDO E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 21/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 21/10/2014
Vigência: 21/10/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:3.000,00
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 260/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 260/2014

Contratado:AUTO MECANICA GERAL LTDA -Curitiba
CNPJ:85.548.054/0003-73
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/COMPRAS E SERVIÇOS
Numero da Licitação: 68/2014 Numero do Processo: 68/2014
Numero do Contrato: 260/2014
Fundamento Legal:

Objeto:DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO E TROCA DE ÓLEO DOS 40MIL KM DI VEICULO SPIN PLACA MLJ 0114 DE USO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII DA LEI 8.666/93.

Data da Assinatura: 22/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 20/10/2014
Vigência: 22/10/2014 A 21/11/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:650,00
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 261/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 261/2014

Contratado: FERREIRA E SERAFINI AUTO ELETRICA LTDA
CNPJ: 08.887.723/0001-66
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 315/2013 Número do Processo: 315/2013
Número do Contrato: 261/2014
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MÃO DE OBRA ELETRICA E MACANICA DOS VEICULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER, CORPO DE BOMBEIRO MILITAR, POLICIA MILITAR, POLICIA CIVIL, SEC DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 22/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 20/10/2014
Vigência: 22/10/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 2.000,00
Forma de Pagamento: CONFORME PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 262/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 262/2014

Contratado: PREVINE DEDETIZADORA LTDA
CNPJ: 09.271.261/0001-10
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 56/2014 Número do Processo: 56/2014
Número do Contrato: 262/2014
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA DE DESINFECÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DAS UNIDADES DOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 22/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 22/10/2014
Vigência: 22/10/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 10.400,00
Forma de Pagamento: À VISTA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 263/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 263/2014

Contratado: SC CÓPIAS LTDA
CNPJ: 03.367.127/0002-12
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 152/2014 Número do Processo: 152/2014
Número do Contrato: 263/2014
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE DIGITALIZAÇÃO PARA DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E FUNREBOM, REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2012 E 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 23/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/10/2014
Vigência: 23/10/2014 A 23/02/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 4.217,62
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 024/2015. Objeto: Contratação de laboratório protético para confecção de próteses dentária totais (superior e inferior) e próteses dentária parcial removível (superior e inferior), destinada aos pacientes do município de Dionísio Cerqueira.. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 14/04/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 01/04/2015.
João Stahl - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
DIONÍSIO CERQUEIRA
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Assistência Social de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 009/2015. Objeto: Prestação de serviços para oficina de música para os participantes do Programa do CRAS. Entrega da documentação e propostas até as 09:30 horas do dia 14/04/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 01/04/2015.
Marilene Limberger - Gestora do FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
DIONÍSIO CERQUEIRA
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Assistência Social de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 010/2015. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte para os alunos participantes do programa Cras. Entrega da documentação e propostas até as 10:30 horas do dia 14/04/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 01/04/2015.
Marilene Limberger - Gestora do FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 050/2015. Objeto: Aquisição de materiais esportivos para a Secretaria de Educação. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 15/04/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 01/04/2015.
Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 051/2015. Objeto: Contratação de empresa para lavagem de veículo para a Administração Municipal

Entrega da documentação e propostas até as 10:30 horas do dia 15/04/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 01/04/2015.
Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 052/2015. Objeto: Contratação de empresa para consultoria e assessoria pedagógica para formação continuada dos professores Entrega da documentação e propostas até as 14:00 horas do dia 15/04/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 01/04/2015.
Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 025/2015. Objeto: Aquisição de materiais médico Hospitalar para as Unidades de Saúde do Município.. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 16/04/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 01/04/2015.
João Stahl
Gestor do FMS

TESTE SELETIVO EDITAL Nº 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA ESTADO DE SANTA CATARINA, Sr. Altair Cardoso Rittes, no uso de suas atribuições legais nos termos da LEI Nº 4.300/2013. LEI COMPLEMENTAR Nº. 4.254/2013; Lei 4252/2013, 4253/2013, 3855/2008, 3.934/2009 e Lei Orgânica do Município e suas atualizações, torna público aos interessados, que estarão abertas as inscrições ao Processo Seletivo para preenchimento de vagas para os cargos de provimento temporário, sob o Regime Estatutário, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, na classe inicial das categorias funcionais do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Dionísio Cerqueira, constantes do quadro a abaixo, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

CAPÍTULO I

1 - DO PROCESSO SELETIVO E DA QUANTIDADE DE VAGAS

1.1- O Processo Seletivo destina-se ao preenchimento de vagas, para contratação temporária de servidores municipais e compor reserva técnica, destinado a prover função, na classe inicial da categoria funcional.

1.2 - Considera-se Cadastro Positivo (reserva técnica), o quantitativo de pessoal classificado para ocupação de vagas que venham a surgir no decorrer do prazo de validade deste Processo Seletivo.

PREFEITURA

Função	Carga horária	Nº de vagas	Vencimento	Habilitação/escolaridade
Serviços Gerais	40/sem	1 + CR*	846,48	Alfabetizado

CAPÍTULO II

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 - As inscrições estarão abertas no período de 30 de março a 30 de abril de 2015, das 13:30h às 17:00h na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, nas dependências da Secretaria Municipal de Dionísio Cerqueira - SC.

2.2 - Os candidatos poderão inscrever-se somente para um dos cargos previstos neste Edital.

2.3 - A inscrição no presente Processo Seletivo, implicará desde logo, no conhecimento e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.

2.4 - São condições para inscrição:

2.4.1 - Ser brasileiro nato ou naturalizado;

2.4.2 - Encontrar-se em pleno exercício dos direitos políticos, conforme Legislação Municipal;

2.4.3 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos, na data da posse.

2.4.4 - Estar quite com as obrigações eleitorais;

2.4.5 - Ter certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;

2.4.6 - Apresentar em cópia, os documentos necessários à inscrição descritos no item 2.5 abaixo;

2.4.7 - Pagar taxa de inscrição no valor estabelecido no item 2.6.5.

2.4.8 - Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função na data da posse ao cargo.

2.4.9 - Cumprir as determinações deste Edital.

2.5 - DOCUMENTAÇÃO PARA INSCRIÇÃO

2.5.1 - Cópia legível, recente e em bom estado de Documento de Identidade;

2.5.2 - Cópia do Título de Eleitor com comprovante da última eleição ou justificativa da Justiça Eleitoral;

2.5.3 - Cópia do CPF - Cadastro de Pessoa Física;

2.5.4 - Cópia da Prova de quitação com o Serviço Militar (quando homem);

2.5.5 - Carteira Nacional de Habilitação para os cargos de Motorista e Operador;

2.5.6 - Comprovante original de pagamento da taxa de inscrição;

2.5.7 - No ato da inscrição não será solicitado comprovante da escolaridade, no entanto, o candidato que não demonstrar o preenchimento das condições estabelecidas do item 2.4.8 quando do chamamento ao provimento do cargo/função, mesmo que tenha sido inscrito e aprovado, será automaticamente desclassificado.

2.6 - Para inscrever-se, o candidato deverá atender ao que segue:

2.6.1 - Dirigir-se à Agência Bancária e recolher a importância correspondente ao cargo/função indicado no Subitem 2.6.5 deste Capítulo.

2.6.2 - O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em dinheiro.

2.6.3 - Comparecer no local, período e horário indicado no presente Edital e preencher a ficha de inscrição.

2.6.4 - Para efetivar a inscrição, o candidato deverá estar munido de Cédula de Identidade, bem como as cópias dos documentos constantes nos itens 2.5.1 a 2.5.7, para então receber o comprovante de inscrição.

2.6.5 - Taxa de Inscrição:

O valor da taxa por inscrição será:

Cargo	Valor
Auxiliar de Serviços Gerais	20,00

2.6.6 - O candidato deverá retirar o boleto para pagamento da taxa de inscrição junto ao setor de Tributação da Prefeitura Municipal no horário de expediente e recolher a importância correspondente a função indicado no Subitem 2.6 deste Capítulo.

2.6.7 - O Candidato Doador de Sangue ficará isento do pagamento da taxa de inscrição, mediante comprovação através da carteirinha de doador de sangue, a respectiva doação, não podendo ser esta inferior a 03 vezes ao ano (ou seja, doze meses), conforme Lei Municipal nº 4.036/2010.

2.7 - Da inscrição por procuração:

2.7.1 - Será admitida a inscrição por terceiros mediante procuração simples do interessado, acompanhada de originais e cópias legíveis dos documentos necessários para inscrição. Não há necessidade de reconhecimento de firma na procuração.

2.7.2 - O comprovante de inscrição será entregue ao procurador depois de efetuada a inscrição.

2.7.3 - O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador, arcando com as consequências de eventuais erros de seu representante no preenchimento da ficha de inscrição e em sua entrega.

2.8 - As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, bem como os requisitos de inscrição, que deverão ser comprovados até a data do provimento.

2.9 - O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido, salvo em caso de cancelamento do certame, qualquer que seja o motivo ensejador.

2.10 - É vedada a inscrição condicional e/ou extemporânea, por qualquer motivo.

2.11 - O comprovante de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato devendo ser apresentado no local de realização das provas.

2.12 - Após a efetivação da inscrição não serão aceitos pedidos de alteração de inscrição cargo/função a que se inscrevera o candidato.

2.13 - Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá certificar-se dos requisitos exigidos para o preenchimento da função.

2.14 - Os programas específicos para a prova objetiva serão os constantes do conteúdo programático deste Edital, (Anexo I).

2.15 - Não serão aceitas inscrições via fax, sedex, postal, internet e/ou correio eletrônico.

2.16 - O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).

2.17 - A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito, no ato da inscrição o direito de fazê-la, e deverá, no dia da prova, levar acompanhante que permanecerá, com a criança, em sala reservada para essa finalidade. Não será acrescido tempo extra para este fim.

2.18 - A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, desde que solicitados por escrito, no ato da inscrição (item 2.16 e 2.17).

2.19 - Verificada, a qualquer tempo, inexistência nas informações, irregularidade, inidoneidade ou falta de documentos exigíveis, proceder-se-á a eliminação do candidato, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

CAPÍTULO III

3. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

3.1 - As inscrições serão homologadas pelo Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, no prazo de até 02 (dois) dias úteis após o encerramento das inscrições e publicadas em documento afixado em mural próprio, na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira no endereço eletrônico www.dionisiocerqueira.sc.gov.br.

3.2 - Os candidatos que tiverem suas inscrições não homologadas

terão prazo de 01 (um) dia útil, contados a partir da publicação, para querendo, impetrar recurso a ser endereçado à Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira.

3.3 - Os recursos movidos pelos candidatos, deverão obrigatoriamente dar entrada com protocolo na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira.

CAPÍTULO IV

4 - DAS PROVAS

4.1 - A prova objetiva será obrigatória para todos os candidatos e será aplicada no dia 09 de maio de 2015, das 8:30hs às 11:30hs, nas dependências da escola Municipal Castro Alves, sito Avenida Prefeito Adelino Mangini, 410, na cidade de Dionísio Cerqueira-SC, conforme quadros abaixo, cujos programas constam deste Edital (ANEXO I):

4.2 - DA PROVA OBJETIVA: - serão aplicadas provas de conhecimentos específicos, português e matemática.

PROVAS	Nº de Questões	Peso	Nota Mínima do Conjunto das Provas 1, 2 e 3.
1 • Conhecimentos Específicos	10	0,60	2,00
2 • Português	05	0,40	
3 • Matemática	05	0,40	

4.2.1 - Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima (2,00 pontos) nas provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de português, matemática e conhecimentos específicos), conforme quadro acima.

4.3 - PROVA OBJETIVA - A prova objetiva para cada cargo/função, é de acordo com o programa constante deste Edital e terá a duração de duas horas e trinta minutos será composta de 20 (vinte) questões objetivas do tipo múltipla escolha, subdividida em 4 (quatro) alternativas: a), b), c), d). Dessas alternativas, somente UMA deverá ser assinalada.

4.6.1 - As questões da prova objetiva serão anotadas em cartão específico para respostas, fornecido para o candidato quando da realização da referida Prova. Os candidatos deverão utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

4.6.2 - À prova objetiva será atribuída nota de 0 (zero) a 10 (dez).

4.6.3 - Desde já, ficam os candidatos convocados a comparecer com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o início das provas. Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, em local, data ou horário diferente dos pré-determinados no Edital.

4.6.4 - Na prova objetiva será realizado processo de desidentificação de provas, conforme segue:

4.6.5 - O candidato receberá junto com o caderno de questões o Cartão-Resposta e o de Identificação, os quais estarão numerados na parte superior, com a mesma ordem de numeração; sendo que deverão ser conferidos pelo candidato para entrega ao final da prova escrita ao fiscal de sala.

4.6.5.1- O candidato deverá apor no CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO, em local próprio, seu nome legível, função pleiteada e assinatura, o qual será lacrado em envelope no final da prova.

4.6.5.2- O candidato deverá apor no CARTÃO-RESPOSTA as suas respostas por questão, PREENCHENDO COM (X) O CAMPO QUE SE REFERE A ALTERNATIVA CORRETA, conforme a forma correta.

4.6.5.3 - O candidato deverá opor na primeira página do caderno de PROVAS, em espaço reservado, seu nome legível, a qual será entregue, ao final da prova, ao fiscal de sala e lacrada em envelope.

4.6.5.4 - Em tempo hábil a organização do Processo Seletivo,

passará nas salas de provas para o candidato colocar a sua digital no cartão resposta, em local reservado para esse fim;

4.6.5.5 - Será atribuída nota 0 (zero) à questão da prova objetiva:

a) cuja(s) resposta(s) no cartão-resposta não corresponda(m) ao Gabarito Oficial do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal;

b) quando a(s) resposta (s) no cartão-resposta contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);

c) que contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada ao cartão-resposta;

d) que não estiver(em) assinalada(s) no cartão-resposta;

e) que estiver com nome ou assinatura do candidato;

f) cuja(s) resposta(s) for(em) preenchida(s) fora das especificações do cartão-resposta, ou seja, preenchida(s) a lápis com caneta não esferográfica ou com caneta esferográfica de cor diferente de azul, preta.

4.6.5.6- O candidato deverá transcrever as respostas do caderno de questões da prova escrita para o Cartão-Resposta, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento do Cartão-Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital. Em hipótese alguma haverá substituição do Cartão-Resposta por erro do candidato.

4.6.6 - Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão-Resposta. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este Edital e com o Cartão-Resposta, tais como: dupla marcação, marcação rasurada, marcação diversa da acima definida (item 4.6.5.2), ou emendada ou em branco.

4.6.7 - Na hipótese de anulação de questão(ões) da prova escrita, quando da sua avaliação, esta(s) será(ão) considerada(s) como respondida(s) corretamente por todos os candidatos presentes.

4.6.8 - A prova escrita para cada cargo ou especialidade versará sobre os respectivos programas constantes do ANEXO I deste Edital.

4.6.9 - Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

4.6.10 - For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outros candidatos;

4.6.11- For descortês para com qualquer dos fiscais executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;

4.6.12 - Estiver fazendo qualquer tipo de consulta ou uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico, como calculadora, celular e similares.

4.6.13 - Em hipótese alguma, o candidato poderá sair da sala de prova com qualquer material da prova. O candidato, ao terminar a prova objetiva, devolverá ao fiscal de sala o caderno de questões.

4.6.14 - Só será permitido ao candidato entregar sua prova escrita após 30 (trinta) minutos do seu início.

4.6.15 - O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal, se houver necessidade.

4.6.16 - Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

4.6.17 - No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas.

4.6.18 - Os 3 (três) últimos candidatos em cada sala de prova, somente poderão entregar a respectiva prova e retirarem-se do local simultaneamente e após assinarem o lacre do envelope das provas e dos cartões de identificações, e a ata do Processo Seletivo, juntamente com os fiscais de sala.

CAPÍTULO V

5 - DO EMPATE NA NOTA FINAL

5.1 - Ocorrendo empate no resultado final das provas, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que tiver:

5.2 - Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, na forma do dispositivo no parágrafo único do art.27 da Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (estatuto do Idoso);

- 5.3 - Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;
 5.4 - Maior número de acertos na prova de Português;
 5.5 - Maior número de acertos na prova de Matemática;
 5.6 - Sorteio Público.

CAPÍTULO VI

6 - DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

- 6.1 - A nota final, para efeito de classificação dos candidatos, será igual à soma das notas obtidas na(s) Prova(s), observando-se os limites máximos estipulados neste Edital.
 6.2 - A lista final de classificação poderá apresentar apenas os candidatos classificados, por cargo/função.
 6.3 - Para os cargos/funções os candidatos aprovados serão classificados na ordem decrescente da(s) nota(s) obtida(s).
 6.4 - Serão considerados classificados os candidatos que:
 a) Obtiverem as notas mínimas previstas nos itens 4.2.1

CAPÍTULO VII

7 - DOS RECURSOS

- 7.1 - É admitido recurso quanto a divergências:
 a) a não homologação ou indeferimento da inscrição;
 b) na formulação das questões da prova objetiva;
 c) na opção considerada como certa na prova objetiva - relativamente ao gabarito preliminar divulgado;
 d) ao resultado da divulgação da Classificação Preliminar do Processo Seletivo, para cada cargo/função.
 7.2 - Os recursos deverão ser interpostos à Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira - SC, Rua Santos Dumont nº 413, centro, no Município Dionísio Cerqueira - SC até 02 (dois) dias úteis após cada ato para as opções b, c e d do item 7.1 deste edital. Para a opção a) do item 7.1 o prazo é de 01 (um) dia útil.
 7.3 - Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique, bem como tiver indicado o nome do candidato, número de sua inscrição, cargo, endereço para correspondência e sua assinatura.
 7.4 - Se no exame dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos.
 7.5 - Se, por força de decisão favorável a impugnações, houver modificação do gabarito divulgado, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito definitivo.
 7.6 - O recurso interposto fora do respectivo prazo não será conhecido, considerando-se para tal a data e hora do respectivo protocolo.

CAPÍTULO VIII

8 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

- 8.1 - Fica delegada competência à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
 a) elaborar o edital juntamente com a Assessoria do Município;
 b) assessorar a Prefeitura quanto à realização das inscrições;
 c) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova objetiva;
 d) preparar resultado da homologação das inscrições dos candidatos inscritos;
 e) apreciar os recursos previstos no subitem 7.1 deste Edital;
 f) apresentar o relatório final, com a classificação dos candidatos;
 g) prestar informações sobre o Processo Seletivo;
 h) aplicar a prova objetiva.
 8.2 - Fica delegada competência da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira - SC, para:
 a) elaborar o Edital;
 b) divulgar o Edital;
 c) realizar as inscrições dos candidatos;
 d) divulgar a homologação das inscrições e classificações;

- e) realizar o desempate, (sorteio público), quando necessário.

CAPÍTULO IX

9 - DO PROVIMENTO DOS CARGO/FUNÇÃO

- 9.1 - Para o provimento do cargo haverá chamada pública, pelo endereço eletrônico www.dionisiocerqueira.sc.gov.br Obedecendo à ordem de classificação dos candidatos aprovados que se apresentarem na escolha.
 9.2 - Ficam advertidos os candidatos aprovados de que a nomeação e provimento no cargo/função só lhes serão deferida no caso de exibirem:
 a) a documentação comprobatória das condições previstas na inscrição e requisitos básicos (item 2.4, 2.5 e 2.6 deste Edital);
 b) atestado de boa saúde física e mental, podendo, ainda, ser solicitado exames complementares, às expensas do candidato, a serem determinadas pelo serviço Médico do Município;
 c) alvará de folha corrida judicial, para efeitos criminais, fornecidos pelo Foro de residência do candidato;
 d) declaração negativa de não acumulação de empregos/funções no serviço público, vedados em lei;
 e) Documento de Inscrição no Órgão de Classe, para os cargos que assim o exigirem;
 f) demais documentos solicitados pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, ou previsto em Legislação Municipal.
 9.3 - Os candidatos classificados e nomeados estarão regidos pelo Regime Celetista, e determinação Legal.
 9.4 - O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira - SC.
 9.5 - O Processo Seletivo terá validade por até 01 (um) ano, a contar da data de publicação e homologação do resultado final, podendo ser prorrogado nos termos da Constituição Federal.
 9.6 - Caso o candidato não possa assumir o cargo/função quando convocado ficará automaticamente desclassificado.

CAPÍTULO X

10 - CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	HORÁRIO
Recebimento das inscrições	30/03 A 30/04 de 2015	13:30 as 17:00hs
Resultado da homologação das inscrições	04/04/2015	A partir das 10h
Prova Objetiva	09/05/2015	8:30as 11:30hs
Divulgação do Gabarito Preliminar	12/05/2015	A partir das 14h
Identificação dos Candidatos em Ato Público	14/05/2015	A partir das 14h
Divulgação Resultado de Classificação Preliminar	15/05/2015	Após as 16h
Resultados Dos Recursos*	18/05/2015	A partir da 16h
Divulgação do Resultado Final	20/05/2015	Após as 16h

CAPÍTULO XI

11 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 11.1 - A aprovação no Processo Seletivo não assegura ao candidato sua nomeação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes ou necessidade futura, na ordem de classificação, ficando a nomeação condicionada às disposições pertinentes e à necessidade e conveniência da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira - SC.

11.2 - A inexatidão das informações e/ou irregularidades nos documentos apresentados no ato da inscrição, ainda que verificados posteriormente ao provimento, ocasionarão sua exoneração.

11.3 - As publicações sobre o Processo Seletivo serão feitas por Edital e publicadas no mural público da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira - SC e no endereço eletrônico www.dionisiocerqueira.sc.gov.br.

11.4 - São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

11.5 - O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Processo Seletivo é o da Comarca de Dionísio Cerqueira - SC.

Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira - SC, em 27 de março de 2015

Altair Cardoso Rittes

Prefeito Municipal

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO -

I - PORTUGUÊS

Gramática: encontros vocálicos e consonantais. Dígrafos. Classificação das sílabas. Sinais de pontuação. Sílabas tônicas. Divisão silábica. Acentuação. Frases. Substantivo (número, gênero e grau). Artigos. Adjetivos. Pronomes. Numeral e verbo. Preposição. Crase. Sujeito e predicado. Ortografia: grafia correta das palavras. As novas regras não fazem parte deste Edital.

II- MATEMÁTICA

Operações fundamentais. Frações e Operações com frações. Regra de três simples. Juros simples. Razão e proporção. Unidades de comprimento, área e volume. Porcentagem. Geometria Plana. Sistema de equações. Resolução de Problemas. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Serviços auxiliares de limpeza. Requisição de materiais necessários aos seus serviços. Normas de segurança no trabalho. Princípios fundamentais para o bom atendimento. Cuidados com a saúde. Qualidade de vida. Relacionamento humano. Conservação do mobiliário e material de trabalho. Postura profissional e apresentação pessoal. Equipamentos de segurança. Os alimentos. Proteção dos alimentos. Preparação dos alimentos. Conservação e validade dos alimentos. Noções de limpeza e higiene; Aproveitamento de nutrientes e alimentos de baixo custo. Alimentação de escolar e pré-escolar. Pirâmide de alimentos. Higiene dos alimentos. Produtos e maneiras apropriadas para limpeza de: pisos, paredes, vasos sanitários, azulejos. Meio ambiente. Destinação do lixo, reciclagem. Cuidados que devemos ter com o meio ambiente. Preservação ambiental. Educação ambiental. Aquecimento global. Atmosfera. Poluição. Saneamento básico.

ANEXO II ATRIBUIÇÕES DO CARGO

Auxiliar de Serviços Gerais

1. Limpa diariamente os móveis utilizando flanelas ou vassouras apropriadas;
2. Limpa as salas, paredes, portas, janelas, banheiros, corredores, mesas, carteiras e pisos de todas as dependências do prédio, utilizando água e produtos apropriados;
3. Prepara e serve o lanche e/ou cafezinho, quando necessário;
4. Retira o lixo das lixeiras e o coloca em local apropriado para recolhimento;

5. Limpa lixeiras e demais objetos das salas, corredores e banheiros;

6. Lava e seca os vidros das portas e janelas;

7. Verifica ao final do expediente, se as janelas estão fechadas;

8. Reúne e amontoa a poeira, fragmentos e detritos espalhados pelo pátio, que causem incomodo ou ofereçam perigo aos servidores, empregando ancinho e outros instrumentos apropriados para recolhê-los;

9. Efetua a capinação de ervas daninhas que prejudicam o aspecto e asseio do município;

10. Auxilia na remoção de móveis de uma sala para outra ou de local para outro, quando solicitado;

11. Efetua o controle dos gêneros alimentícios necessários ao preparo da merenda quando trabalhar em escolas da rede municipal de ensino, recebendo-os e armazenando-os de acordo com as normas e instruções estabelecidas, para obter melhor aproveitamento e conservação dos mesmos;

12. Seleciona os ingredientes necessários ao preparo das refeições, separando-os e medindo-os de acordo com o cardápio do dia, para facilitar a utilização dos mesmos;

13. Prepara as refeições, lavando, descascando, cortando, temperando, refogando, assando ou cozendo alimentos diversos de acordo com orientação superior, para atender ao programa alimentar estabelecido;

14. Lava e seca louças, talheres e utensílios empregados no preparo das refeições, providenciando sua lavagem e guarda, para deixá-los em condições de uso imediato;

15. Zela pela conservação dos equipamentos, ferramentas e máquinas utilizadas, observando as normas de segurança e conservação, para obter melhor aproveitamento;

16. Recebe orientação do seu superior imediato, trocando informações sobre os serviços e as ocorrências, para assegurar a continuidade do trabalho;

17. Executa tarefas inerentes à cultura de mudas de árvores em viveiros;

18. Zela pela conservação e limpeza das dependências internas e externas do local de trabalho;

19. Executa outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

ANEXO III

REQUERIMENTO PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAS

PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 001/2015 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC

Nome do Candidato: _____

Nº da inscrição: _____ Função: _____

Tipo de deficiência de que possui: _____

Código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID _____

Nome do Médico Responsável pelo laudo: _____

(OBS: Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres)

Dados especiais para aplicação das PROVAS: (marcar com X no local caso necessite de Prova Especial ou não, em caso positivo, discriminar o tipo de prova necessário)

() NÃO NECESSITA DE PROVA ESPECIAL e/ou TRATAMENTO ESPECIAL

() NECESSITA DE PROVA ESPECIAL (Discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário)

DIONÍSIO CERQUEIRA (SC), de de 2015

Assinatura do candidato

Erval Velho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 010/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 021/2015

Edital de Pregão Presencial nº 010/2015

Objeto: Contratação de serviços de transporte escolar para o ano letivo de 2015.

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 14 /04/2015.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal.

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0043_2015-PMF RP 0025

Aviso do Pregão Presencial nº 0043/2015 - PMF

Registro de Preços Nº 0025/2015 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para a contratação futura de serviços gráficos para confecção e impressão de expediente diversos para uso do órgão gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos órgãos participantes (Sanefrai e FME), durante os meses de abril a agosto de 2015. Validade da Ata de Registro de Preços: de abril a agosto de 2015. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 09:15 horas do dia 15.04.2015. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 31 de março de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº CT15PMF46_DOM

Extrato do Contrato nº CT15PMF46

Município de Fraiburgo - SC

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: Agroprata Comércio de Equipamentos Ltda. Objeto: Aquisição de equipamento agrícola para equipar a patrulha agrícola do município de Fraiburgo, constante do ITEM 3 do Edital. Valor total do contrato: R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais). Data do Contrato: 30.03.2015. Prazo de Vigência do Contrato: de 30.03.2015 a 30.06.2015. Processo Administrativo Licitatório: nº 0039/2015 - PMF. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 0002/2015. Recursos: (9.267) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Contrato de Repasse nº 805768/2014 - Processo nº 2623.1019418-35/2014); e (1.200 e 3.200) Recursos Próprios como contrapartida.

Fraiburgo (SC), 30 de março de 2015

Ivo Biazolo

Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº CT15PMF47_DOM

Extrato do Contrato nº CT15PMF47

Município de Fraiburgo - SC

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: Comercial Agrícola Capri Ltda. Objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas para equipar a patrulha agrícola do município de Fraiburgo, constantes do ITEM 2 do Edital. Valor total do contrato: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais). Data do Contrato: 30.03.2015. Prazo de Vigência do Contrato: de 30.03.2015 a 30.06.2015. Processo Administrativo Licitatório: nº 0039/2015 - PMF. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 0002/2015. Recursos: (9.267) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Contrato de Repasse nº 805768/2014 - Processo nº 2623.1019418-35/2014); e (1.200 e 3.200) Recursos Próprios como contrapartida.

Fraiburgo (SC), 30 de março de 2015

Ivo Biazolo

Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº CT15PMF48_DOM

Extrato do Contrato nº CT15PMF48

Município de Fraiburgo - SC

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: Ceifagril Comércio de Peças e Implementos Agrícolas Ltda. Objeto: Aquisição de equipamento agrícola para equipar a patrulha agrícola do município de Fraiburgo, constante do ITEM 4 do Edital. Valor total do contrato: R\$ 15.209,00 (quinze mil, duzentos e nove reais). Data do Contrato: 30.03.2015. Prazo de Vigência do Contrato: de 30.03.2015 a 30.06.2015. Processo Administrativo Licitatório: nº 0039/2015 - PMF. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 0002/2015. Recursos: (9.267) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Contrato de Repasse nº 805768/2014 - Processo nº 2623.1019418-35/2014); e (1.200 e 3.200) Recursos Próprios como contrapartida.

Fraiburgo (SC), 30 de março de 2015

Ivo Biazolo

Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº CT15PMF49_DOM

Extrato do Contrato nº CT15PMF49

Município de Fraiburgo - SC

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: Chiumento & Cia Ltda. Objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas para equipar a patrulha agrícola do município de Fraiburgo, constantes dos ITENS 1 e 5 do Edital. Valor total do contrato: R\$ 61.620,00 (sessenta e um mil, seiscentos e vinte reais). Data do Contrato: 30.03.2015. Prazo de Vigência do Contrato: de 30.03.2015 a 30.06.2015. Processo Administrativo Licitatório: nº 0039/2015 - PMF. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 0002/2015. Recursos: (9.267) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Contrato de Repasse nº 805768/2014 - Processo nº 2623.1019418-35/2014); e (1.200 e 3.200) Recursos Próprios como contrapartida.

Fraiburgo (SC), 30 de março de 2015

Ivo Biazolo

Prefeito

PORTARIA Nº 0936/2015

PORTARIA Nº 0936, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

O Prefeito de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar MICHELLE RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 058.258.169-92, nomeada no cargo de provimento efetivo de ARQUITETA, matrícula nº 8701, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo nº CT15PMF45, Processo Administrativo Licitatório nº 0041/2015, Tomada de Preços nº 0003/2015, cujo objeto é a execução dos serviços de reforma da sede da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Arnoldo Frey, Centro, neste Município de Fraiburgo/SC, com fornecimento de mão de obra e materiais, de acordo com os Projetos e Memoriais (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe a fiscal acima designada acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá

adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0937/2015

PORTARIA Nº 0937, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Revoga Licença sem Remuneração de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 2.023 de 12 de novembro de 2014, que concedeu licença sem remuneração, no período de 01 de dezembro de 2014 até 30 de novembro de 2016, para a servidora VERENE APARECIDA DE ARAUJO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 020.241.829-41, nomeada no cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, 40 horas semanais, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0938/2015

PORTARIA Nº 0938, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Concede Licença Sem Remuneração a Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 87 da Lei Complementar nº 0109, de 03 de Março de 2010; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 2443, de 24 de março de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor ANDERSON VEBER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 050.144.629-01, nomeado no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 horas semanais, licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares, no período de 01 de abril de 2015 até 01 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo, 31 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0939/2015

PORTARIA Nº 0939, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº. 013/2015, da Fundação Municipal de Esportes e Lazer:

RESOLVE:

Art. 1º Nomear BRUNO EVERLING BOEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 0051.614.579-700, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0940/2015

PORTARIA Nº 0940, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº. 0632/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARIA LUISA VANZ, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 594.025.049-15, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR - NÍVEL 3, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0941/2015

PORTARIA Nº 0941, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº. 0636/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário RAFAEL SAVIAN FERNANDES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 058.363.009-09, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 27 horas semanais, no período de 01 de abril de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0942/2015

PORTARIA Nº 0942, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº. 0637/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear RAFAEL KLAITON VERONEZE, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 095.711.119-37, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0943/2015

PORTARIA Nº 0943, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e

em conformidade com a comunicação interna nº. 0638/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ADRIANA APARECIDA MACHADO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 065.080.869-01, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de abril de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0944/2015

PORTARIA Nº 0944, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a comunicação interna n.º 0633/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 24 (vinte e quatro) para 37 (trinta e sete) horas semanais a carga horária da servidora BRUNA DEBORTOLI PEREIRA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 080.073.959-03, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, no período de 01 de abril de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0945/2015

PORTARIA Nº 0945, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna 025/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SEBASTIÃO DE OLIVEIRA, brasileiro, separado judicialmente, inscrito no CPF sob o n.º 560.765.929-15, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de abril de 2015 até 30 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 0004_2015-PMF DOM

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0004/2015 - PMF

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de construção de muro de concreto armado e alvenaria para fechamento do Cemitério, localizado na Rua Guilherme Fantinel e divisa com o lote 22 da quadra 263, bairro São José, neste Município de Fraiburgo/SC, com área de 380,00 m², com fornecimento do material e mão de obra, de acordo com os memoriais e projetos (ANEXOS AO PAL), houve a participação das empresas FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA enquadrada como EPP e LB COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME enquadrada como ME, as quais, pela apresentação regular de todos os documentos de acordo com o Edital, restaram HABILITADAS pela Comissão quando da abertura de seu Envelope de Habilitação. Desta forma, estão habilitadas para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase das PROPOSTAS DE PREÇOS nesta mesma data, nos termos do art. 43 Inciso III da Lei 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo (SC), 31 de março de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 0004_2015-PMF DOM

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 0004/2015 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de construção de muro de concreto armado e alvenaria para fechamento do Cemitério, localizado na Rua Guilherme Fantinel e divisa com o lote 22 da quadra 263, bairro São José, neste Município de Fraiburgo/SC, com área de 380,00 m², com fornecimento do material e mão de obra, de acordo com os memoriais e projetos (ANEXOS AO PAL), quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, após desistência na interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item 6.5 do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora com o menor preço global FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP no valor de R\$ 44.816,27 (quarenta e quatro mil, oitocentos e dezesseis reais e vinte e sete centavos) ficando abaixo do valor máximo estipulado pelo Município no item 2.4 do Edital, cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo (SC), 31 de março de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 05/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº 05/2015

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E O CENTRO CULTURAL EGON FREY.

GERSON DE MATIA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica homologado o Convênio entre o MUNICÍPIO DE FRAIBURGO e o CENTRO CULTURAL EGON FREY, para auxiliar a entidade no custeio das aulas, ensaios, manutenção das oficinas de artesanato e música, bem como na manutenção dos instrumentos musicais, mediante a concessão no valor global de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), em 06 (seis) parcelas mensais, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), no período de março a agosto de 2015.

Art. 2º. As despesas com a execução do convênio correrão por conta da dotação orçamentária referente o exercício de 2015 nos seguintes elementos de despesa:

Órgão	02 – GABINETE DO PREFEITO
Unidade	03 – CULTURA
Funcional	13.392.0008.2.044 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS
Elemento	3.3.50.00 - Transferências à Instituições Privadas sem fins lucrativos
Recurso	1200
Dotação	11

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, 31 de março de 2015.

GERSON DE MATIA

Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

Frei Rogério**PREFEITURA****DECRETO Nº.705 /2015 DECRETA PONTO FACULTATIVO.**

DECRETO Nº.705 /2015 DE 31 DE MARÇO DE 2015.
DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 87, inciso IV da Lei Orgânica do município.

DECRETA:

Art. 1º - Em virtude do feriado do dia 3 de abril de 2015, Sexta-Feira da Paixão, fica estabelecido ponto facultativo em todo o município no dia 2 (quinta feira) do corrente mês.

Art. 2º - As repartições públicas municipais, cujos serviços são considerados essenciais e não podem por sua natureza serem interrompidos, como posto de saúde, funcionarão na forma de plantão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Frei Rogério, 31 de março de 2015.
OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal

Garopaba**PREFEITURA****EXTRATO DO CONTRATO Nº018/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 018/2015. Processo nº 059/2015; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADO: VALTER PEREIRA; CPF: 216.001.559-87; Objeto: Locação De Imóvel Localizado Na Rodovia SC 434, S/Nº, Areias De Palhocinha, Para Uso Da Secretaria De Infra-Estrutura Para Utilização Como Deposito De Materiais Diversos; Valor Total: R\$ 11.000,40 (Onze mil reais e quarenta centavos). Data da Assinatura: 27/03/2015.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso X do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 059/2015; DL nº. 007/2015; Contratada: VALTER PEREIRA; CPF: 216.001.559-87; Objeto: Locação De Imóvel Localizado Na Rodovia SC 434, S/Nº, Areias De Palhocinha, Para Uso Da Secretaria De Infra-Estrutura Para Utilização Como Deposito De Materiais Diversos. Valor Total: R\$ 11.000,40 (Onze mil reais e quarenta centavos). Data da Assinatura: 27/03/2015.

AVISO DE LICITAÇÃO PE017/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº. 017/2015

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de execução por preço unitário, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, pretendendo a contratação empresa para fornecer licença de uso do Sistema Informatizado de Gestão da Saúde, incluindo os serviços de treinamento, implantação, conversão dos dados existentes, manutenção legal e corretiva durante o período contratual, suporte técnico, configuração, parametrização e customização para adaptar o sistema às necessidades do Município de Garopaba, com capacitação das diretorias e Unidades assistenciais de saúde, incluindo solução de equipamentos de mobilidade. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 14h00min do dia 15/04/2015. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 15/04/2015, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 31 de março de 2015
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO TP005/2015**AVISO DE LICITAÇÃO**

TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2015

Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇO, sob regime de empreitada por preço unitário, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, consoante as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº. 123/2006, bem como demais legislações pertinentes, objetivando a contratação de empresa especializada para construção da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ambrósio/Areias de Ambrósio, no bairro Ambrósio, município de Garopaba, com o fornecimento de materiais e mão de obra, conforme especificações constantes do projeto básico. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº 01 DOCUMENTAÇÃO e nº 02 PROPOSTA serão recebidos no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, Centro, Garopaba/SC, até às 13h25min do dia 17/04/2015. A sessão se dará a partir das 13h30min do dia 17/04/2015, no endereço acima especificado. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Garopaba, no horário das 13h00min às 18h00min.

Garopaba - SC, 31 de março de 2015.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 236/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 236/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ELIANA DE CASTRO SILVA

Objetivo: PROFESSOR - 20 HORAS s/h

Valor: R\$ 958,88 (novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e oito centavos) mensais

Vigência: De 02/03/2015 até 02/09/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 237/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 237/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: DANIELE LINGNER OSCAR

Objetivo: MERENDEIRA

Valor: R\$ 803,82 (oitocentos e três reais e oitenta e dois centavos) mensais

Vigência: De 02/03/2015 até 02/09/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 238/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 238/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ALINE DENISE FERREIRA

Objetivo: PROFESSOR - 20 HORAS s/h

Valor: R\$ 958,88 (novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e oito centavos) mensais

Vigência: De 02/03/2015 até 02/09/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 239/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 239/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: BRUNO SARAIVA LOPES

Objetivo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 10 HORAS

Valor: R\$ 498,62 (Quatrocentos e noventa e oito reais e sessenta e dois centavos) mensais

Vigência: De 02/03/2015 até 02/09/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 240/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 240/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: VANESSA SOUZA

Objetivo: PROFESSOR - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.994,49 (Um mil novecentos e noventa e quatro reais e quarenta e nove centavos) mensais

Vigência: De 02/03/2015 até 02/09/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 241/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 241/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JUCIMERE TEREZINHA LOPES

Objetivo: PROFESSOR - 20 HORAS s/h

Valor: R\$ 958,88 (novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e oito centavos) mensais

Vigência: De 02/03/2015 até 02/09/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 242/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 242/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: NATHÁLIA DE OLIVEIRA SANTOS

Objetivo: PROFESSOR DE INGLÊS 20 HS

Valor: R\$ 997,24 (novecentos e noventa e sete reais e vinte e quatro centavos) mensais

Vigência: De 02/03/2015 até 02/09/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 243/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 243/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ROZÁRIA AMÉRICO GONÇALVES

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 803,82 (oitocentos e três reais e oitenta e dois centavos) mensais

Vigência: De 05/03/2015 até 05/03/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 244/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 244/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ÉRICO ZANINI FEITOSA

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ÔNIBUS

Valor: R\$ 1.113,66 (Um mil cento e treze reais e sessenta e seis centavos) mensais

Vigência: De 05/03/2015 até 05/09/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 245/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 245/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: NATÁLIA GUASSELLI

Objetivo: ODONTÓLOGO - ESF

Valor: R\$ 3.539,19 (três mil quinhentos e trinta e nove reais e dezenove centavos) mensais

Vigência: De 09/03/2015 até 09/03/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 246/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 246/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARCELO VAZ DA SILVA

Objetivo: ODONTÓLOGO - ESF

Valor: R\$ 3.539,19 (três mil quinhentos e trinta e nove reais e dezenove centavos) mensais

Vigência: De 16/03/2015 até 16/03/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 247/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 247/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: SHEILA RUSCHEL

Objetivo: PROFESSOR - 40 HORAS s/h

Valor: R\$ 1.917,77 (um mil novecentos e dezessete reais e setenta e sete centavos) mensais

Vigência: De 16/03/2015 até 16/09/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 248/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 248/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARIA DE FÁTIMA DOMINGOS PACHECO

Objetivo: PROFESSOR - 20 HORAS s/h

Valor: R\$ 958,88 (novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e oito centavos) mensais

Vigência: De 16/03/2015 até 16/09/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 249/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 249/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: DÉBORA PIRES CUSTÓDIO

Objetivo: PROFESSOR - 40 HORAS s/h

Valor: R\$ 1.917,77 (um mil novecentos e dezessete reais e setenta e sete centavos) mensais

Vigência: De 16/03/2015 até 16/09/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 250/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 250/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: HELENA MARQUES

Objetivo: ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - ESF

Valor: R\$ 803,82 (oitocentos e três reais e oitenta e dois centavos) mensais

Vigência: De 16/03/2015 até 16/03/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 251/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 251/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: PAULA SOARES JERÔNIMO

Objetivo: AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS

Valor: R\$ 803,82 (oitocentos e três reais e oitenta e dois centavos) mensais

Vigência: De 16/03/2015 até 16/03/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 252/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 252/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: LUANA TEREZA SILVANO

Objetivo: ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - ESF

Valor: R\$ 803,82 (oitocentos e três reais e oitenta e dois centavos) mensais

Vigência: De 17/03/2015 até 17/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 253/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 253/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ROZIMAR PACHECO MARTINS

Objetivo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Valor: R\$ 1.007,60 (um mil e sete reais e sessenta centavos) mensais

Vigência: De 18/03/2015 até 18/09/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 254/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 254/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ELTON FILIPI COELHO

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ÔNIBUS

Valor: R\$ 1.113,66 (Um mil cento e treze reais e sessenta e seis centavos) mensais

Vigência: De 18/03/2015 até 18/09/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 255/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 255/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: TAINÁ POLITA

Objetivo: FISIOTERAPEUTA - NASF 20 HS

Valor: R\$ 894,26 (oitocentos e noventa e quatro reais e vinte e seis centavos) mensais

Vigência: De 20/03/2015 até 20/03/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 256/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 256/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: VIVIAN DE ABREU

Objetivo: PROFESSOR - 20 HORAS

Valor: R\$ 997,24 (novecentos e noventa e sete reais e vinte e quatro centavos) mensais

Vigência: De 20/03/2015 até 20/09/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 257/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 257/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: BATISTA SANTANA

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ÔNIBUS

Valor: R\$ 1.113,66 (Um mil cento e treze reais e sessenta e seis centavos) mensais

Vigência: De 20/03/2015 até 20/09/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 258/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 258/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: LILIANE GOMES WASEN

Objetivo: MONITOR DE OFICINA TERAPÊUTICA - CAPS

Valor: R\$ 580,55 (quinhentos e oitenta reais e cinquenta e cinco centavos) mensais

Vigência: De 23/03/2015 até 23/03/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 259/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 259/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: GABRIEL ROSTTIROLLA

Objetivo: MONITOR DE OFICINA TERAPÊUTICA - CAPS

Valor: R\$ 580,55 (quinhentos e oitenta reais e cinquenta e cinco centavos) mensais

Vigência: De 23/03/2015 até 23/03/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 260/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 260/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: DAMARIS MAIOCHI

Objetivo: PROFESSOR - 20 HORAS

Valor: R\$ 997,24 (novecentos e noventa e sete reais e vinte e quatro centavos) mensais

Vigência: De 24/03/2015 até 24/09/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 261/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 261/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: RAFAELA VIEIRA ADRIANO

Objetivo: PROFESSOR - 20 HORAS

Valor: R\$ 997,24 (novecentos e noventa e sete reais e vinte e quatro centavos) mensais

Vigência: De 25/03/2015 até 25/09/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 262/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 262/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: GEORGINA DORNELLES SARAIVA

Objetivo: PROFESSOR - 20 HORAS

Valor: R\$ 997,24 (novecentos e noventa e sete reais e vinte e quatro centavos) mensais

Vigência: De 26/03/2015 até 26/09/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 019/2015. Processo nº 049/2015; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADO: DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA - ME; CNPJ: 17.847.183/0001-88; Objeto: Contratação de empresa para executar Obra de Remodelação da Orla (Avenida dos Pescadores), com fornecimento de Material; Valor Total: R\$ 870.381,56 (Oitocentos e setenta mil, trezentos e oitenta e um reais e cinquenta e seis centavos). Data da Assinatura: 31/03/2015.

PORTARIA N.º 152/2015

PORTARIA N.º 152, DE 02 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 02/03/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Matrícula Funcional n.º 4700, concedidas através da Portaria n.º 143/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 03/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 153/2015.

PORTARIA N.º 153, DE 02 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, à servidora ELIANE PACHECO DA SILVA, Professora, matrícula funcional n.º 5838, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 30/01/2015.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 30/01/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 154/2015.

PORTARIA N.º 154, DE 02 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) SILCI ANTONIA MATTANA, Merendeira, matrícula funcional n.º 0787, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 05/02/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 05/02/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 155/2015.

PORTARIA N.º 155, DE 02 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora PATRÍCIA SCHOTT, Matrícula Funcional n.º 3705, referente a 2013/2014, no período de 02/03/2015 a 31/03/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 156/2015.

PORTARIA N.º 156, DE 02 DE MARÇO DE 2015.
FAZ CESSAR GRATIFICAÇÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. FAZ CESSAR, nos termos do art. 56, inciso I, da Lei n.º 1000/2005, a GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE 50%, de seus vencimentos fixos, da Secretaria Municipal de Administração, do servidor LEANDRO IZALDO SILVA, matrícula n.º 0924, em 02/03/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de março de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 157/2015.

PORTARIA N.º 157, DE 02 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, § 7º, b. e art. 83, da Lei n.º 1000/2005, LEANDRO IZALDO SILVA, Matrícula n.º 0924, para exercer as funções do cargo de DIRETOR ADMINISTRATIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PROCESSOS, da Secretaria Municipal de Administração, com Gratificação Especial de 50% do cargo ocupado, a partir de 02 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de março de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 158/2015.

PORTARIA N.º 158, DE 03 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Nos termos do art. 63, III, b, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora MARIA MADALENA TEIXEIRA PUCHALSKI, matrícula funcional n.º 5892, JUSTIFICA SUA AUSÊNCIA, por 07 (sete) dias consecutivos, a partir de 18 de fevereiro de 2015, por motivo de falecimento do pai.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 18/02/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de março de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 159/2015.

PORTARIA N.º 159, DE 03 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 15 (quinze) dias, concedidas através da Portaria n.º 691/2014 e suspensas através da Portaria n.º 801/2014, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor GILMAR PACHECO, Matrícula Funcional n.º 0016, no período de 19/02/2015 a 05/03/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 19/02/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 160/2015.

PORTARIA N.º 160, DE 03 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 15 (quinze) dias, referente ao período 2012/2013, concedidas através da Portaria n.º 429/2013 e suspensas através da Portaria n.º 502/2013, e 19 (dezenove) dias referente ao período 2009/2010, concedidas através da Portaria 253/2010 e suspensas através da Portaria 310/2010, totalizando 34 (trinta e quatro) dias, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora ADRIANE DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 0009, no período de 24/02/2015 a 29/03/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 24/02/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 161/2015.

PORTARIA N.º 161, DE 03 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 20/02/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor EDER RODRIGUES DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 5161, concedidas através da Portaria n.º 043/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 20/02/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 162/2015.

PORTARIA N.º 162, DE 03 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, GRAZIELA DA SILVEIRA ESTÁCIO, CPF n.º 079.576.929-66, para exercer o cargo comissionado de COORDENADORA DE PROCESSOS DE GESTÃO DE PESSOAS, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 02 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 02/03/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de março de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 163/2015.

PORTARIA N.º 163, DE 03 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) GISELE DOS SANTOS, Agente Comunitário de Saúde, matrícula funcional n.º 5813, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 27/01/2015,

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 27/01/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 164/2015.

PORTARIA N.º 164, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) CAROLINA ROSA DE ABREU MACHADO, Agente Comunitário de Saúde, matrícula funcional n.º 5073, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 14/02/2015,

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 14/02/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 165/2015.

PORTARIA N.º 165, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, sem remuneração, nos termos do art. 123, da Lei n.º 1000/2005, à servidora JOSIANE SOARES DA SILVEIRA, Matrícula Funcional n.º 3680, por tempo indeterminado, a partir de 03/02/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/02/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de março de 2015

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 166/2015.

PORTARIA N.º 166, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) LEANDRO VIEIRA, Contrato n.º 230/2014, em 28/02/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 28/02/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 167/2015.

PORTARIA N.º 167, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 03/03/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor FÁBIO TEIXEIRA DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 3814, concedidas através da Portaria n.º 116/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/03/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 168/2015.

PORTARIA N.º 168, DE 04 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor NILTON CÉSAR RODRIGUES, Matrícula Funcional n.º 0925, referente a 2013/2014, no período de 02/03/2015 a 31/03/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/03/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 169/2015.

PORTARIA N.º 169, DE 04 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, à servidora MERI TERESINHA RODRIGUES HOFF, Matrícula Funcional n.º 0764, referente a 2006-2011, no período de 02/03/2015 a 31/03/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/03/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 170/2015.

PORTARIA N.º 170, DE 04 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor JEFERSON ÁVILA DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 3642, referente a 2012/2013, no período de 02/03/2015 a 16/03/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/03/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 171/2015.

PORTARIA N.º 171, DE 04 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora LUZIA PONCIANO, Matrícula Funcional n.º 3754, referente a 2012/2013, no período de 02/03/2015 a 16/03/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/03/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 172/2015.

PORTARIA N.º 172, DE 04 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora SUELI TERESINHA DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 3595, referente a 2013/2014, no período de 02/03/2015 a 15/03/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/03/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 173/2015.

PORTARIA N.º 173, DE 04 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 10 (dez) dias, concedidas através da Portaria n.º 014/2013 e suspensas através da Portaria n.º 048/2013, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora TULA SOUZA DO AMARAL, Matrícula Funcional n.º 3226, no período de 09/03/2015 a 18/03/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 174/2015.

PORTARIA N.º 174, DE 04 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) LUCIANE MARIA NUNES DE CARVALHO, Professora, matrícula funcional n.º 0780, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 02/03/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/03/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 176/2015.

PORTARIA N.º 176, DE 05 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) JULIA GRACIELA DE MORAES CAMPOS, Contrato n.º 278/2013, em 01/03/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/03/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 179/2015.

PORTARIA N.º 179, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) EDUARDO LICKS PEREIRA, Contrato n.º 172/2015, em 03/03/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/03/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de fevereiro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 180/2015.

PORTARIA N.º 180, DE 06 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. PRORROGAR A LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, sem remuneração, nos termos do art. 123, da Lei n.º 1000/2005, concedida através da Portaria 112/2015, da servidora ELI BOTZAN MARIA, Matrícula Funcional n.º 0760, até 04/04/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 181/2015.

PORTARIA N.º 181, DE 06 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, à servidora LISIELE DE ARAÚJO PIRES GABRIEL, Agente Administrativa, matrícula funcional n.º 4054, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 02/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 02/03/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 182/2015.

PORTARIA N.º 182, DE 09 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora PAULA PEDRON, Matrícula Funcional n.º 3011, referente a 2014/2015, no período de 09/03/2015 a 23/03/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 183/2015.

PORTARIA N.º 183, DE 09 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, à servidora ANA MARIA GONÇALVES DE OLIVEIRA, Matrícula Funcional n.º 0046, referente a 2007-2012, no período de 09/03/2015 à 07/04/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 184/2015.

PORTARIA N.º 184, DE 09 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora BIANCA CARLOS DE OLIVEIRA, Matrícula Funcional n.º 5226, referente a 2013/2014, no período de 09/03/2015 a 18/03/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 185/2015.

PORTARIA N.º 185, DE 09 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, LIZANDRA CHANE, CPF n.º 048.034.799-92, para exercer o cargo comissionado de COORDENADORA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 09 de março de 2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de março de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 186/2015.

PORTARIA N.º 186, DE 09 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Nos termos do art. 63, III, b, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora VALDIRA TEIXEIRA CORREA, matrícula funcional n.º 3689, JUSTIFICA SUA AUSÊNCIA, por 07 (sete) dias consecutivos, a partir de 18 de fevereiro de 2015, por motivo de falecimento do pai.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 18/02/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de março de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 187/2015.

PORTARIA N.º 187, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) MARCIA MARQUES DE CAMPOS, Contrato n.º 322/2014, em 28/02/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 28/02/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 188/2015.

PORTARIA N.º 188, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) meire ellen zulmira martins, Contrato n.º 147/2015, em 06/03/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/03/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 189/2015.

PORTARIA N.º 189, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) JONPEDRO POLICARPO, Contrato n.º 364/2014, em 09/03/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 09/03/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 190/2015.

PORTARIA N.º 190, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora MARGARETE GARCIA COSTA, Diretora da Policlínica, matrícula funcional n.º 4662, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, pelo período de (79) setenta e nove dias, a partir de 21/02/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 21/02/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 191/2015.

PORTARIA N.º 191, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora GISELE DOS SANTOS, Agente Comunitário de Saúde, matrícula funcional n.º 5813, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, pelo período de (29) vinte e nove dias, a partir de 11/02/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 11/02/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 192/2015.

PORTARIA N.º 192, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora BEATRIZ DE SOUZA SALVADOR, Matrícula Funcional n.º 4989, referente a 2014/2015, no período de 23/03/2015 a 01/04/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 193/2015.

PORTARIA N.º 193, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor SIDINEY DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 4954, referente a 2014/2015, no período de 01/04/2015 a 30/04/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 194/2015.

PORTARIA N.º 194, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor CRISTIANO VIEIRA ABREU, Matrícula Funcional n.º 3702, referente a 2014/2015, no período de 01/04/2015 a 30/04/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 195/2015.

PORTARIA N.º 195, DE 12 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora ELIETE GONÇALVES, Matrícula Funcional n.º 5272, referente a 2014/2015, no período de 07/04/2015 a 06/05/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 196/2015.

PORTARIA N.º 196, DE 12 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ANTONIO MARCOS DO NASCIMENTO, Matrícula Funcional n.º 5244, referente a 2013/2014, no período de 06/04/2015 a 05/05/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 197/2015.

PORTARIA N.º 197, DE 12 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora JULIANA VIEIRA, Matrícula Funcional n.º 5315, referente a 2014/2015, no período de 01/04/2015 a 30/04/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 198/2015.

PORTARIA N.º 198, DE 13 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) PETER HEIDRICH, Contrato n.º 315/2014, em 31/03/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 199/2015.

PORTARIA N.º 199, DE 13 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora INTI DE MESQUITA ALT, Matrícula Funcional n.º 5189, referente a 2013/2014, no período de 07/04/2015 a 16/04/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de março de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 200/2015.

PORTARIA N.º 200, DE 16 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora DANIELA MARIA DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 3693, referente a 2013/2014, no período de 06/04/2015 a 05/05/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de março de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 201/2015.

PORTARIA N.º 201, DE 16 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor THIAGO QUATRIN TOSETTO, Matrícula Funcional n.º 4968, referente a 2014/2015, no período de 16/03/2015 a 14/04/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de março de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 202/2015.

PORTARIA N.º 202, DE 17 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor FABIO DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 3269, referente a 2014/2015, no período de 01/04/2015 a 30/04/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de março de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 203/2015.

PORTARIA N.º 203, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) CAROLINA ROSA DE ABREU MACHADO, Agente Comunitário de Saúde, matrícula funcional n.º 5073, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 16/02/2015,

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 16/02/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 204/2015.

PORTARIA N.º 204, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES A FAZEREM JUS AO ADICIONAL POR PLANTÃO DIFERENCIADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1.623/2012 e demais legislação vigente, os Servidores do Plantão Diferenciado do cargo de Enfermeiro e Técnico em Enfermagem da Secretaria de Saúde no período de Março de 2015:

MATRICULA	Nome
5717	Adriana Bessa da Silva
5779	Ana Cristina Almeida da Silva de Oliveira
3571	Ana Cristina da Silva Prudêncio
3764	Ana Maria de Souza Roecker
3552	Bruna da Silva
5679	Carlos Eduardo de Abreu
5800	Danúbia Cascaes Lopes
5830	Fabiúla Rodrigues Garcia
5784	Giselle de Souza Silva

5839	Gizele Aparecida dos Santos Feijó
5538	Luciane dos Santos
5831	Maria Raimunda Miranda
0794	Mariana da Silva
5752	Priscila Gonçalves Bernardi
5271	Raquel Xavier
3643	Rozilda de Amorim
5522	Rozimar Pacheco Martins
3595	Sueli Terezinha dos Santos
5593	Taís Chagas da Veiga
5692	Valmes Adriana Estevão dos Santos
5287	Vanessa Márcia Tabaczinski

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/03/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de março de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 205/2015.

PORTARIA N.º 205, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 16/03/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora SIMONE DOS SANTOS XAVIER, Matrícula Funcional n.º 5483, concedidas através da Portaria n.º 122/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 16/03/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 206/2015.

PORTARIA N.º 206, DE 17 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 03/03/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor VIRÍSSIMO BERNARDINO RODRIGUES NETO, Matrícula Funcional n.º 0015, concedidas através da Portaria n.º 128/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/03/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 207/2015.

PORTARIA N.º 207, DE 19 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 10/03/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor RAFAEL TONVILDES DE ABREU, Matrícula Funcional n.º 4957, concedidas através da Portaria n.º 129/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 10/03/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 208/2015.

PORTARIA N.º 208, DE 19 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) PEDRO HENRIQUE CAPOANI HILGERT, Contrato n.º 257/2014, em 07/03/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 07/03/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 209/2015.

PORTARIA N.º 209, DE 19 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) MARIA JULIA ALMEIDA ROSTIROLLA, Contrato n.º 242/2014, em 07/03/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 07/03/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 210/2015.

PORTARIA N.º 210, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) GUILHERME FREDERICO WEEGE, Contrato n.º 328/2014, em 07/03/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 07/03/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 211/2015.

PORTARIA N.º 211, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora MICHELINE ARANHA DE ARAÚJO LUIZ, Matrícula Funcional n.º 5553, referente a 2014/2015, no período de 16/04/2015 a 15/05/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de março de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 212/2015.

PORTARIA N.º 212, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora ROSELAINE PEDROSO, Matrícula Funcional n.º 5046, referente a 2013/2014, no período de 20/03/2015 a 03/04/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de março de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 213/2015.

PORTARIA N.º 213, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora DAMARIS DA SOUZA MATTA, Matrícula Funcional n.º 5506, referente a 2014/2015, no período de 23/03/2015 a 01/04/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de março de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 214/2015.

PORTARIA N.º 214, DE 19 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora LUZIA PONCIANO, Matrícula Funcional n.º 3754, referente a 2013/2014, no período de 19/03/2015 a 17/04/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de março de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 215/2015.

PORTARIA N.º 215, DE 19 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora MARIA APARECIDA DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 3759, referente a 2013/2014, no período de 07/04/2015 a 06/05/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de março de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 216/2015.

PORTARIA N.º 216, DE 19 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor JOSÉ GUSTAVO DE AZEVEDO MISURELI, Matrícula Funcional n.º 5132, referente a 2013/2014, no período de 01/04/2015 a 20/04/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de março de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 217/2015.

PORTARIA N.º 217, DE 24 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor VALDEMIR CARDOSO MARQUES, Matrícula Funcional n.º 4283, referente a 2013/2014, no período de 06/04/2015 a 05/05/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 218/2015.

PORTARIA N.º 218, DE 24 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora ROSINETE CARDOSO RODRIGUES, Matrícula Funcional n.º 3554, referente a 2013/2014, no período de 01/04/2015 a 15/04/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de março de 2015

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 220/2015.

PORTARIA N.º 220, DE 25 DE MARÇO DE 2015.
FAZ CESSAR LICENÇA PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. FAZ CESSAR, em 27/03/2015, LICENÇA PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO, sem remuneração, nos termos do art. 140, da Lei nº 1000/2005, concedida ao servidor SÉLIO DEFREYN, Motorista, matrícula funcional nº 0027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 221/2015.

PORTARIA N.º 221, DE 25 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, à servidora CHARLENE PACHECO DE LIMA, Professora, matrícula funcional n.º 5900, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 16/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 16/03/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 222/2015.

PORTARIA N.º 222, DE 25 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 23/03/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora PATRÍCIA SCHOTT, Matrícula Funcional n.º 3705, concedidas através da Portaria n.º 155/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 223/2015.

PORTARIA N.º 223, DE 25 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de LICENÇA-PRÊMIO, de 10 (dez) dias, concedidas através da Portaria n.º 606/2012 e suspensas através da Portaria n.º 607/2012, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora LÉIA CRISTINA DE ABREU VIEIRA, Matrícula Funcional n.º 5801, no período de 12/03/2015 a 21/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 12/03/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de março de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 224/2015.

PORTARIA N.º 224, DE 25 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 15 (quinze) dias, concedidas através da Portaria n.º 116/2015 e suspensas através da Portaria n.º 167/2015, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor FÁBIO TEIXEIRA DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 3814, no período de 24/03/2015 a 07/04/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 24/03/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 226/2015.

PORTARIA N.º 226, DE 25 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos do servidor ENÉAS GUIMARÃES NETO, Datilógrafo, Matrícula n.º 0265, o valor de R\$ 145,52 (cento e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), correspondentes a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeado, através da Portaria n.º 013/2000, conforme cálculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/03/2015, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 227/2015.

PORTARIA N.º 227, DE 25 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos da servidora SANDRA APARECIDA AMARAL, Professora, Matrícula n.º 0174, o valor de R\$ 171,55 (cento e setenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), correspondente a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeada, através da Portaria n.º 292/2013, conforme cálculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/03/2015, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 228/2015.

PORTARIA N.º 228, DE 25 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos do servidor EDINEI JOSÉ VIEIRA, Técnico em Contabilidade, Matrícula n.º 3270, o valor de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais), correspondente a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeado, através da Portaria n.º 294/2013, conforme calculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/03/2015, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 229/2015.

PORTARIA N.º 229, DE 26 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos da servidora ELIANE PEREIRA, Fiscal de Vigilância Sanitária, o valor de R\$ 269,02 (duzentos e sessenta e nove reais e dois centavos), correspondente a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeada, através da Portaria n.º 804/2010, conforme cálculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/03/2015, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 230/2015.

PORTARIA N.º 230, DE 26 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 26/03/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor THIAGO QUATRIN TOSETTO, Matrícula Funcional n.º 4968, concedidas através da Portaria n.º 201/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 231/2015.

PORTARIA N.º 231, DE 27 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 03/03/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora MARIA DAS DORES DE SOUZA GADAN, Matrícula Funcional n.º 0004, concedidas através da Portaria n.º 146/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/03/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 238/2015.

PORTARIA N.º 238, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Nos termos do art. 63, III, a, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora GISLEINE SILVA TEXEIRA DANIEL, matrícula funcional n.º 5145, JUSTIFICA SUA AUSÊNCIA, por 07 (sete) dias consecutivos, a partir de 26 de março de 2015, por motivo de casamento.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 26/03/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 239/2015.

PORTARIA N.º 239, DE 31 DE MARÇO DE 2015

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº. 20001050.1.00007/11-0, nos assentos funcionais da servidora ENEDINA VIEIRA CORREIA, detentora da matrícula funcional nº. 0059 e do cargo de provimento efetivo de SERVENTE e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art.1º. Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do (a) servidor(a) ENEDINA VIEIRA CORREIA, detentora da matrícula nº. 0059, e do cargo de provimento efetivo de Servente, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº. 20001050.1.00007/11-0, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Garopaba, 31 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 01/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 240/2015.

PORTARIA N.º 240, DE 31 DE MARÇO DE 2015

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº. 20001050.1.00044/14-7, nos assentos funcionais da servidora CONCEIÇÃO DA SILVEIRA PACHECO PEREIRA, detentora da matrícula funcional nº. 0052 e do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR 40 H e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art.1º. Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do (a) servidor(a) CONCEIÇÃO DA SILVEIRA PACHECO PEREIRA, detentora da matrícula nº. 0052, e do cargo de provimento efetivo de Professor 40 h, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº. 20001050.1.00044/14-7, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Garopaba, 31 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 01/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 241/2015.

PORTARIA N.º 241, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO N.º 004/2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Constituir COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, formada pelas servidoras municipais: GABRIELA RODRIGUES PEREIRA, mat. 5146, GRAZIELA DA SILVEIRA ESTÁCIO, mat. 6060, TATIANE NUNES DA SILVA, mat. 5714 e TULA SOUZA DO AMARAL, mat. 3226 para, sob a presidência da primeira, efetuarem o processo de avaliação referente ao Edital de Contratação de Profissionais em Caráter Temporário n.º 004/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 31 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 01/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 242/2015.

PORTARIA N.º 242, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO N.º 006/2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Constituir COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, formada pelas servidoras municipais: MARIA EUGÊNIA ALVES, mat. 3274, CLEIDE DE SOUZA, mat. 0740 e ROZELI ALEXANDRINO, mat. 0037 para, sob a presidência da primeira, efetuarem o processo de avaliação referente ao Edital de Contratação de Profissionais em Caráter Temporário n.º 006/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 31 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 01/04/2015, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva**PREFEITURA****DECRETO Nº 53/2015**

DECRETO Nº. 53, DE 31 DE MARÇO DE 2015

"DECRETA PONTO FACULTATIVO O DIA 02 DE ABRIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSÉ CHAVES, PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Considerando que o dia 02 de abril é o dia de início dos atos religiosos da Semana Santa,
Considerando que o dia 03 de abril é um Feriado Municipal Móvel e que mobiliza parcela considerável da população,
Considerando que o Estado de Santa Catarina através do Decreto nº 103 de 26 de março de 2015 estabelece ponto facultativo o dia 02 de abril de 2015,
Considerando o estabelecimento do Ponto Facultativo nos demais órgãos do Poder Legislativo e Judiciário,

DECRETA:

Art. 1o. - Em complemento ao disposto no art. 1º do Decreto nº 29 de 06 de fevereiro de 2015, excepcionalmente no dia 02 de abril de 2015 será considerado ponto facultativo no âmbito da administração pública municipal, resguardado os serviços essenciais, de acordo com as escalas definidas pelas respectivas secretarias.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 48/2015

PORTARIA Nº. 048, de 25 de março de 2015

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONSIDERANDO, Processo Nº 1039/2015;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98 SEÇÃO IV ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1o. Conceder licença sem remuneração, para tratar de interesses particulares, pelo período de 01 (um) ano a contar da data de 31 de março de 2015, à servidora pública municipal ZILDA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 31 de março de 2015.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 74/2015TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 074/2015
RETIFICAÇÃO

Pelo presente Termo, fica RETIFICADO o Contrato Administrativo nº 074/2015, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Garuva, representada pelo Prefeito Sr. José Chaves e o Contratado Rodrigo Fernando Jacomini, para prestação de serviços como Professor na rede Municipal de Ensino, nas condições fixadas neste contrato, no que tange à data de 11 de fevereiro de 2015.

Onde se lê:

"CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 1.282,69 (hum mil, duzentos e oitenta e dois reais e sessenta e nove centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais."

Lê-se:

"CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 1.387,14 (hum mil, trezentos e oitenta e sete reais e quatorze centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais."

As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 074/2015 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 13 de março de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Secretária Municipal de Educação Adriane Beatriz Moecke Galando
Contratado	
Fabio Sozin Cpf: 006.226.029-42 Testemunha	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33 Testemunha

Gaspar**PREFEITURA****PORTARIA Nº 3.607, DE 19 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA Nº 3.607, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA Sônia Regina Schmitt Rainert.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora Sônia Regina Schmitt Rainert, ocupante do cargo de Professora de Anos Iniciais, efetiva com 40 horas semanais na EEB Ervino Venturi, fica à disposição com 40 horas semanais na EJA - Educação de Jovens e Adultos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.613, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.613, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA Cleusa Elisabete Zimmermann.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora Cleusa Elisabete Zimmermann, ocupante do cargo de Professora de Anos Iniciais, lotada com 40 horas semanais na EEB Prof. Olímpio Moretto, fica à disposição com 40 horas para desempenhar atividades de orientação, supervisão e coordenação pedagógica na EEB Mário Pederneiras.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.626, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.626, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA Denusa Losey Sabel Garcia.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora Denusa Losey Sabel Garcia, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, efetiva com 20 horas no CDI Tia Maria da Silva, fica à disposição no CDI Natalia A. dos Santos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2015

OBJETO: Aquisição de colchões infantis para os CDI's da Rede Municipal. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09h do dia 16/04/2015, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro. ABERTURA: às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 01/04/2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2015

OBJETO: Registro de Preços de Materiais de Expediente - Repetição. ENTREGA DOS ENVELOPES até às 09h do dia 15/04/2015, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº 435, Centro. ABERTURA às 09h30min, Íntegra do Edital no Depto. de Compras ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 01/04/2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 6.302, DE 10 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 6.302, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Gaspar, em seu artigo 72 e com fundamento na Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Organizadora do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com a finalidade de organizar o processo de escolha dos representantes da sociedade

civil que integração o referido Conselho, com os seguintes membros:

I - José Carlos Mitterstein - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento;

II - Katia Vargas Soares - Secretaria Municipal de Educação;

III - Paula Cecília Biss Delagnelo - Secretaria Municipal de Saúde;

IV - Denis Francis Valin - Secretaria Municipal de Saúde;

V - Maristela Cizeski - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

VI - Rosangela Maria Walter Till - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

VII - Fátima Terezinha Cerutti Arruda - Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.336, DE 26 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 6.336, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, aprovados para os cargos abaixo especificados, com carga horária e lotação conforme seguem:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
ANDERSON KEINER	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40	22º	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
LUIZ CARLOS RODRIGUES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40	23º	SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 26 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.337, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.337, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

ALTERA DECRETO Nº 6.205, DE 29 DE JANEIRO DE 2015, QUE NOMEIA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO DE EMPREGO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso III do artigo 2º do Decreto nº 6.205, de 29 de janeiro de 2015, passando a vigorar conforme segue:

“III - Jorge Luiz Dellarosa representante do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Gaspar. - SINTRASPUG;”.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 26 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.338, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.338, DE 26 DE MARÇO DE 2015.
NOMEIA SONIA REGINA DE OLIVEIRA SPENGLER PARA O CARGO DE Diretora DE Controle, Avaliação e Auditoria.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Municipal nº 2.612/2005,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora SONIA REGINA DE OLIVEIRA SPENGLER, portadora do CPF nº 539.400.089-15, para exercer o cargo em comissão de Diretora de Controle, Avaliação e Auditoria, ref. 55, carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01/04/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 26 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.339, DE 30 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 6.339, DE 30 DE MARÇO DE 2015.
EXONERA O SERVIDOR CLEONES HOSTINS do cargo de Diretor Geral Auditoria.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado o servidor CLEONES HOSTINS, portador do CPF nº 007.944.929-83, do cargo em comissão de Diretor Geral Auditoria, a partir de 31/03/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Gaspar, 30 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.340, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.340, DE 30 DE MARÇO DE 2015.
NOMEIA CLEONES HOSTINS PARA O CARGO DE Secretário Municipal de Saúde.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Municipal nº

2.612/2005,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor CLEONES HOSTINS, portador do CPF nº 007.944.929-83 e do RG nº 4493229, para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Saúde, nível SEC, a partir de 01/04/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 30 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

EDITAL Nº 001/2015 - PROCESSO DE ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

EDITAL Nº 001/2015 - CMDCA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 30 de março de 2015, e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Resolução Conanda nº 170, de 10 de dezembro de 2014, a Lei Complementar Municipal 51, de 07 de dezembro de 2012, e a Resolução do CMDCA nº 004, de 30 de março de 2015, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Gaspar/SC e dá outras providências.

1. DA INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS AO CONSELHO TUTELAR

1.1. O candidato ao Conselho Tutelar deverá inscrever-se, mediante requerimento de inscrição, em anexo I, endereçado à Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ficha de inscrição, em anexo II, apresentando os seguintes documentos:

- a) Documento de identificação oficial com foto, que permita comprovar a idade superior a 21 anos;
- b) CPF;
- c) Título de eleitor;
- d) Atestado de capacidade mental firmado por médico psiquiatra, neurologista ou que possua especialização em saúde mental;
- e) Certidões civis e criminais da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina e Justiça Federal, certidões negativas de débitos fiscais municipal, estadual e federal;
- f) Certidão Original expedida pela Justiça Eleitoral comprovando a quitação eleitoral;
- g) Documento que comprove residir no município de Gaspar por, no mínimo, 02(dois) anos, mediante comprovante de fatura de água, energia elétrica, telefone fixo ou IPTU;
- h) Cópia do Certificado de Conclusão de Curso Ensino Médio;
- i) Declaração de que possui conhecimentos em informática básica, em anexo III;
- j) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida, no mínimo, de categoria B;
- k) Declaração de que possui disponibilidade para cumprir a carga horária exigida para o exercício da função, inclusive plantões, em anexo IV;
- l) Declaração de não ter sido penalizado com a destituição da função de conselheiro tutelar nos últimos cinco anos, contados a partir do trânsito em julgado da decisão administrativa ou judicial, em anexo VI.

1.1.1. As fotocópias dos documentos previstos nas letras "A, B, C, I e K" deverão vir acompanhadas dos respectivos originais.

1.2. Será admitida inscrição por procuração com firma reconhecida, específica para este fim.

1.3. As inscrições dos candidatos ao Conselho Tutelar serão registradas individualmente recebendo número sequencial.

1.4. Os candidatos poderão requerer a utilização de apelido na cédula eleitoral. Na hipótese de apelidos idênticos, terá preferência o candidato que efetuou primeiramente sua inscrição.

1.5. O membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que pretender concorrer ao cargo do Conselho Tutelar deverá pedir afastamento da função no momento que assumir ao cargo de Conselheiro Tutelar Titular.

1.6. As inscrições deverão ser feitas nos dias 16, 17, 22, 23, e 24 de abril de 2015, na Sala da Assessoria aos Conselhos, (GASCIC) na Avenida das Comunidades, n.º 133 - Centro Gaspar/SC.

1.7. Não serão admitidas inscrições após o período fixado no item 1.6 deste Edital.

2. DAS ETAPAS DE CLASSIFICAÇÃO

2.1. Os candidatos à função do Conselho Tutelar deverão passar, obrigatoriamente, pelas seguintes etapas classificatórias:

- a) inscrição;
- b) participação em curso específico;

2.2. Expirado o prazo de inscrição, a Comissão Especial Organizadora autuará os requerimentos protocolizados e analisará os documentos apresentados, conforme calendário oficial, encaminhando relação das candidaturas homologadas ao Conselho do Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para publicação.

2.3. No prazo fixado no calendário eleitoral poderão ser impugnadas as candidaturas mediante requerimento escrito, dirigido a Comissão Especial organizadora, que deverá ser protocolizado na Sala da Assessoria aos Conselhos, no horário das 09 às 12 horas e das 13 às 16 horas.

2.4. O candidato, cuja inscrição for impugnada, poderá apresentar defesa, conforme prazo estipulado no calendário oficial.

2.5. Serão indeferidas, de imediato, as impugnações desprovidas de fundamentos ou de provas.

2.6. Vencidas as fases para recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará relação no site www.gaspar.sc.gov.br, murais da Prefeitura, Fórum de Justiça, Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, com os nomes dos candidatos habilitados à próxima etapa.

2.7. Homologada a inscrição, os candidatos participarão de curso específico sobre a Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente, com carga horária de 40 (quarenta) horas, sendo considerado habilitado, nesta etapa, aquele com frequência mínima de 90 % (noventa por cento), controlada através de lista de presença assinada no início e término de cada período, conforme data e horário estabelecidos no Calendário Oficial do Processo.

2.8. O candidato apto, segundo os critérios estabelecidos no item 2.7. deste Edital, estará habilitado a concorrer à vaga do Conselho Tutelar.

2.9. Concluído o curso, a Comissão Especial Organizadora remeterá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do

Adolescente relação dos candidatos habilitados contendo nome, número da inscrição e o número do documento oficial de identificação, para publicação.

3. DA PROPAGANDA ELEITORAL

3.1. Toda propaganda eleitoral será realizada sob a responsabilidade dos candidatos, os quais poderão responder quanto aos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.2. Qualquer cidadão poderá dirigir denúncia à Comissão Especial Organizadora sobre a existência de propaganda irregular conforme as leis eleitorais, devidamente fundamentada e acompanhada de provas.

3.3. Recebida a denúncia, a Comissão Especial Organizadora procederá à análise e dará ciência, por escrito, ao candidato, concedendo-lhe o prazo de até 02 (dois) dias úteis para apresentar defesa.

3.4. As denúncias anônimas ou desprovidas de fundamento ou de provas serão rejeitadas e arquivadas.

3.4. Caberá à Comissão Organizadora a realização dos procedimentos relativos à apuração das denúncias até a decisão final, podendo ouvir testemunhas, determinar a juntada de provas e efetuar diligências.

3.6. Procedente a denúncia, a Comissão Especial Organizadora poderá determinar a suspensão da propaganda, o recolhimento do material, bem como propor ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a cassação da candidatura.

3.7. Não será permitido nenhum tipo de propaganda no dia da escolha dos candidatos, sendo que a não observância poderá ser denunciada à Comissão Especial Organizadora no prazo máximo de 02 (duas) horas da ocorrência do fato, procedendo-se a análise em igual prazo.

4. DA ESCOLHA DOS CANDIDATOS

4.1. Data da Escolha: 04 de outubro de 2015 (Domingo)

Horário: das 09h às 17h

Locais de votação:

Bateias (EEB Luiz Franzói);

Gasparinho (CEU - Centro de Artes e Esportes Unificados)

Santa Terezinha (Associação de Moradores Bairro Santa Terezinha);

Centro (Auditório da Prefeitura);

Margem Esquerda (EEB Vitório Anacleto Cardoso);

Bela Vista (Centro de Referência de Assistência Social - CRAS)

Belchior Central (EEB Belchior).

4.2. Todo cidadão gasparense que possuir a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto, poderá votar.

4.2.1. Em até 05 (cinco) candidatos, para o Conselho Tutelar.

4.3. O candidato poderá inscrever um fiscal (maior de 21 anos), por local de votação, para acompanhar todo o Processo de Votação, formulário em anexo V.

4.4. A solicitação de inscrição de fiscal deverá ser encaminhada à Comissão Especial Organizadora, instalada na sala da assessoria aos conselhos conforme calendário oficial.

4.7. Ficarão eleitos, desta nominata, para conselheiros tutelares os candidatos mais votados.

4.8. Havendo empate no número de votos, será considerado eleito o candidato que possuir a maior idade. Persistindo o empate será considerado eleito aquele que possuir o maior número de filhos.

4.9. O resultado do processo de votação poderá ser impugnado no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da publicação oficial, mediante recurso encaminhado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que analisará e julgará em igual prazo.

4.10 Os Novos Conselheiros Tutelares serão empossados por ato do prefeito Municipal, no dia 15 de dezembro de 2015.

5. CALENDÁRIO OFICIAL

Data	Processo de Escolha do Conselho Tutelar
30/03/15	Plenária Ordinária do CMDCA – Aprovação do Edital nº 001/2015.
01/04/15	Publicação Edital nº 001/2015 em jornais locais de maior circulação, no site www.gaspar.sc.gov.br , em murais da Prefeitura Municipal de Gaspar, TV Gaspar, rádio local, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Escolas, Centro de Educação Infantil, Unidades de Saúde, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência de Assistência Social (CREAS), Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculo Maria Hendricks, Fórum de Justiça e do Conselho Tutelar.
08 a 10/04/15	Prazo para impugnação do Edital nº 001/2015 – CMDCA
13/04/15	Análise e resposta dos pedidos de impugnação.

6. DOS CANDIDATOS

16, 17, 22, 23 e 24/04/2015	Inscrição dos candidatos – Horário: 09h às 12h e das 13:00h às 16:00h Local: Sala da Assessoria aos Conselhos.
27 e 28/04/2015	Análise das inscrições dos candidatos pela Comissão Especial Organizadora.
29/04/2015	Publicação da relação dos candidatos no site www.gaspar.sc.gov.br , em murais da Prefeitura Municipal de Gaspar, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Sala da Assessoria aos Conselhos – CMDCA, do Fórum de Justiça e dos Conselhos Tutelares.
30/04/15, 04 e 05/05/15	Prazo para impugnação das inscrições dos candidatos.
07 e 08/05/15	Análise dos pedidos de impugnação.
11/05/15	Publicação da análise da impugnação no site www.gaspar.sc.gov.br , a partir das 13h.
12 e 13/05/15	Prazo para apresentação da defesa.
14/05/15	Análise e julgamento da defesa.
15/05/15	Publicação da relação dos candidatos, no site www.gaspar.sc.gov.br , em murais da Prefeitura Municipal de Gaspar, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, do Fórum de Justiça e dos Conselhos Tutelares.
18/05/2015	Prazo para recurso à plenária do CMDCA.
20/05/2015	Reunião extraordinária do CMDCA para análise, decisão e publicação.

08 a 12/06/15	Curso sobre a Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente, para os candidatos à função de Conselheiro Tutelar.
15/06/15	Publicação da relação oficial dos candidatos habilitados para Eleição do Conselho Tutelar, no site www.gaspar.sc.gov.br , em murais da Prefeitura Municipal de Gaspar, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.
16 e 17/06	Inscrição de fiscais, para acompanhamento do processo de votação.
04/10/2015	Votação, das 09h às 17h, em local a ser definido pela Comissão Especial Organizadora e publicado em edital.
04/10/2015	Apuração dos votos e homologação do resultado. Local da Apuração: Sala da Assessoria aos Conselhos
05/10/2015	Publicação do resultado da votação no site www.gaspar.sc.gov.br , em murais da Prefeitura Municipal de Gaspar, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, do Fórum de Justiça e dos Conselhos Tutelares.
06 e 07/10/2015	Prazo para a impugnação do resultado da votação.
09/10/2015	Análise e julgamento, pela Comissão, dos pedidos de impugnação do resultado da votação.
13/10/2015	Análise e julgamento, pelo CMDCA, dos pedidos de impugnação do resultado da votação.
14/10/2015	Publicação do resultado final do Processo de Escolha do Conselho Tutelar Gestão 2016/2020 no site www.gaspar.sc.gov.br e em jornal local de maior circulação

DOS PROCESSOS DE TRANSIÇÃO E POSSE DOS CONSELHEIROS TUTELARES

15/12/15 a 11/01/2016	Processo de transição para os Conselheiros Tutelares eleitos
15/12/2015	Solenidade da Posse dos Conselheiros Tutelares eleitos
11/01/2016	Início efetivo das atividades dos Conselheiros Tutelares eleitos

7. A função de conselheiro tutelar será exercida com a carga horária de 30 horas semanais acrescida dos plantões.

8. A remuneração mensal será de R\$ 1.951,21 (Um mil, novecentos e cinquenta e um reais e vinte e um centavos) acrescidos de Auxílio Alimentação no valor de R\$ R\$ 400,00 (Quatrocentos reais), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais.

9. Maiores informações poderão ser obtidas na Assessoria aos Conselhos, através dos telefones (47) 3397-0068/3397-0047, ou e-mail: assessoriaconselhos@gaspar.sc.gov.br

10. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial Organizadora em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Gaspar, 30 de março de 2015.

Camila Schreiber

Presidente do CMDCA

ANEXO I

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO DO CANDIDATO A VAGA DO CONSELHO TUTELAR

Ao

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Ilma. Sra.
CAMILA SCHREIBER
Presidente

Venho através deste requerer inscrição para concorrer ao cargo do Conselho Tutelar:

Nome: _____
Profissão: _____
Local de Trabalho: _____
RG: _____
CPF: _____
Fone Residencial: _____
Comercial: _____ Celular: _____

Obs: Declaro estar de pleno acordo com o Edital nº 001/2015 do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de Gaspar, responsabilizando-me por todas as informações acima declaradas.

Nestes termos pede deferimento.
Gaspar, ____/____/____

Assinatura do Candidato

ANEXO II

FICHA DE INSCRICAO DO CANDIDATO Nº _____

Nome: _____
Nome para cédula eleitoral: _____
Estado Civil: _____ Sexo: _____
Data de Nascimento: ____/____/____ Naturalidade: _____ UF: _____
RG: _____
Nº de filhos: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ CEP: _____
Profissão: _____ Escolaridade: _____
Curso: _____ Especialização: _____
E-mail: _____ Telefone: (res.) _____
(cel.) _____

DOCUMENTOS APRESENTADOS

	Fotocópia de documento oficial com foto, que permita comprovar a idade superior a 21 anos.
	Fotocópia do CPF.
	Fotocópia do Título de Eleitor.
	Declaração do comprovante de residência no município de Gaspar
	Certidão e/ou comprovante de quitação eleitoral.
	Certidão negativa das Varas Cíveis e Criminais da Comarca de Gaspar.
	Certidão negativa da Justiça Federal, instalada no município de Gaspar.
	Fotocópia do certificado de conclusão do ensino médio.
	Atestado de médico especialista na área de saúde mental que prove boas condições de capacidade mental.
	Declaração de que possui conhecimentos em informática básica.
	Fotocópia da Carteira de habilitação válida, no mínimo, de categoria B.
	Declaração de que possui disponibilidade para cumprir a carga horária exigida para o exercício da função, inclusive plantões.
	Declaração de não foi penalizado com a destituição da função de conselheiro tutelar nos últimos cinco anos, contados a partir do trânsito em julgado da decisão administrativa ou judicial.

OBS: Declaro estar em pleno acordo com o Edital nº 001/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Assinatura do Candidato Assinatura do responsável

Data: ____/____/____ Horário: ____

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que eu, _____ portador(a) do RG _____ e CPF _____, possuo conhecimentos de informática básica, necessários para o desempenho da função de conselheiro(a) tutelar.

Gaspar, ____/____/____

Assinatura do Candidato

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que eu, _____
_____, portador(a) do RG _____
e CPF _____, possuo disponibilidade para cumprir a carga horária exigida para o exercício da função de conselheiro(a) tutelar, inclusive plantões.

Gaspar, ____/____/____

Assinatura do Candidato

ANEXO V

INSCRIÇÃO DE FISCAL

Eu _____
_____, portador (a) do RG _____ e
CPF _____, candidato a função de Conselheiro Tutelar, venho através deste requerer a inscrição de _____
_____, para desempenhar a função de fiscal para acompanhar o processo de votação eleitoral do conselho tutelar.

Local da Fiscalização:

- ☐ Bateias (EEB Luiz Franzói);
☐ Gasparinho (CEU - Centro de Artes e Esportes Unificados)
☐ Santa Terezinha (Associação de Moradores Bairro Santa Terezinha);
☐ Centro (Auditório da Prefeitura);
☐ Margem Esquerda (EEB Vitório Anacleto Cardoso);
☐ Bela Vista (Centro de Referência de Assistência Social - CRAS)
☐ Belchior Central (EEB Belchior).

Gaspar, ____/____/____

Assinatura do Candidato

ANEXO VI

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que eu, _____
_____, portador(a) do RG _____
e CPF _____, não fui penalizado com a destituição da função de conselheiro tutelar nos últimos cinco anos, contados a partir do trânsito em julgado da decisão administrativa ou judicial.

Gaspar, ____/____/____

Assinatura do Candidato

INEXIGIBILIDADE Nº 44/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 44/2015

OBJETO: Contratação de suporte técnico e atualização/updates de versões do software de Banco de Dados Oracle, sob licenciamento de nº 3845751, junto à Oracle do Brasil Sistemas Ltda. CONTRATO: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA. (59.456.277/0001-76). Valor Total Julgado: R\$ 3.150,34 (três mil, cento e cinquenta reais e trinta e quatro centavos). BASE LEGAL: Art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 30 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.605 DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.605 DE 19 DE MARÇO DE 2015.

COLOCA À DISPOSIÇÃO O SERVIDOR JACQUES COSTA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º O servidor JACQUES COSTA, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, efetivo com 40 horas semanais, sendo 20 horas na EEB Mário Pederneiras, 10 horas na EEB Angélica Costa e 10 horas na EEB Ana Lira, fica com as 10 horas da EEB Ana Lira à disposição da EEB Angélica Costa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.606 DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.606 DE 19 DE MARÇO DE 2015.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA Maria Rogéria da Silva.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora Maria Rogéria da Silva, ocupante do cargo de Professora de Artes, lotada com 40 horas semanais, sendo 15 horas na EEB Zenaide S. Costa, 15 horas na EEB Ferandino Dagnoni e 10 horas na EEB Aninha P. Rosa, fica à disposição com 30 horas na EEB Norma M. Sabel e 10 horas na EEB Vitório A. Cardoso.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.608, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.608, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

COLOCA À DISPOSIÇÃO O SERVIDOR Valentin Furtonato Boneli Neto.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º O servidor Valentin Furtonato Boneli Neto, ocupante do cargo de Professor de Ciências, lotado com 30 horas semanais, sendo 15 horas na EEB Norma M. Sabel e 15 horas na EEB Luis Franzói, fica com as 15 horas da EEB Luis Franzói à disposição da EEB Norma M. Sabel.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.609, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.609, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA Kátia Milene de Souza Fidélis.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora Kátia Milene de Souza Fidélis, ocupante do cargo de Professora de Anos Iniciais, lotada com 40 horas semanais, sendo 20 horas na EEB Norma Mônica Sabel e 20 horas na EEB Angélica Costa, fica com as 20 horas da EEB Angélica Costa à disposição da EEB Norma Mônica Sabel.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.610, DE 19 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 3.610, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA Kátia Rozana Spengler.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora Kátia Rozana Spengler, ocupante do cargo de Professora de Anos Iniciais, lotada com 40 horas semanais, sendo 20 horas na EEB Ervino Venturi e 20 horas na EEB Angélica S. Costa, fica à disposição com 40 horas na EEB Norma Mônica Sabel, para atuar no projeto Apoio Pedagógico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.611, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.611, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA Maria Clemiria Demmer Gonçalves.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora Maria Clemiria Demmer Gonçalves, ocupante do cargo de Professora de Anos Iniciais, lotada com 40 horas semanais, sendo 20 horas na EEB Zenaide S. Costa e 20 horas na EEB Angélica Costa, fica à disposição com 40 horas na EEB Zenaide S. Costa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.612, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.612, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA Tânia Regina Bernz.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora Tânia Regina Bernz, ocupante do cargo de Professora de Anos Iniciais, lotada com 40 horas semanais, sendo 20 horas na EEB Zenaide S. Costa e 20 horas na EEB Ferandino Dagnoni, fica à disposição da EEB Ervino Venturi para desempenhar atividades de orientação, supervisão e coordenação pedagógica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.614, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.614, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA Zilda Monteiro da Veiga.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora Zilda Monteiro da Veiga, ocupante do cargo de Professora de Inglês, efetiva com 40 horas semanais, sendo 10 horas na EEB Norma M. Sabel, 10 horas na EEB Luis Franzói, 10 horas na EEB Angélica Costa e 10 horas na EEB Ervino Venturi, fica com 05 horas na EEB Luiz Franzói à disposição da EEB Ervino Venturi.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.615, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.615, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA Milena Weinrich.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora Milena Weinrich, ocupante do cargo de Professora de Educação Física, efetiva com 10 horas semanais, lotada na EEB Luiz Franzói, fica à disposição na EEB Augusto Schramm.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.616, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.616, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA Kelli Cristine Silva Santos.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora Kelli Cristine Silva Santos, ocupante do cargo de Professora de Ensino Religioso, efetiva com 40 horas semanais, sendo 25 horas na EEB Zenaide S. Costa e 15 horas na EEB Luiz Franzói, fica com as 15 horas da EEB Luiz Franzói à disposição da EEB Zenaide S. Costa

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.617 DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.617 DE 19 DE MARÇO DE 2015.

COLOCA À DISPOSIÇÃO O SERVIDOR Carlos Alberto de Souza.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º O servidor Carlos Alberto de Souza, ocupante do cargo de Professor de Geografia, efetivo com 40 horas semanais na EEB Zenaide S. Costa, fica à disposição com 40 horas semanais na EEB Dolores L. Krauss.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.618, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.618, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA FERNANDA PEREIRA SAUTNER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora FERNANDA PEREIRA SAUTNER, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, efetiva com 20 horas semanais no CDI Vovó Leonida, fica à disposição no mesmo CDI para atuar em sua secretaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.619, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.619, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA Regiani Zwang.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora Regiani Zwang, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, efetiva com 40 horas semanais, sendo 20 horas na EEB Aninha P Rosa e 20 horas no CDI Fátima Regina, fica com as 20 horas do CDI Fátima Regina na EEB Aninha P Rosa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

PORTARIA Nº 3.620, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.620, DE 19 DE MARÇO DE 2015.
COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA Juliana Wachs.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora Juliana Wachs, ocupante do cargo de Berçarista, efetiva com 40 horas semanais no CDI Cachinhos de Ouro, fica à disposição no CDI Sonia Gioconda B. Buzzi.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

PORTARIA Nº 3.621, DE 19 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 3.621, DE 19 DE MARÇO DE 2015.
COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA Salvelina da Silva Hostins.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora Salvelina da Silva Hostins, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, efetiva com 40 horas semanais no CDI Dorvalina Fachini, fica à disposição com 40 horas no CDI Vovó Leonida.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

PORTARIA Nº 3.622, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.622, DE 19 DE MARÇO DE 2015.
COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA Edileia Lais Franciozi.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora Edileia Lais Franciozi, ocupante do cargo de Berçarista, efetiva com 40 horas no CDI Dep. Francisco Mastella,

fica à disposição do CDI Fátima Regina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

PORTARIA Nº 3.623, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.623, DE 19 DE MARÇO DE 2015.
COLOCA À DISPOSIÇÃO O SERVIDOR Lodemar Luciano Schmitt.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º O servidor Lodemar Luciano Schmitt, ocupante do cargo de Professor de Matemática, lotado com 40 horas semanais na EEB Luiz Franzoi, fica à disposição com 05 horas na EEB Zenaide S. Costa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

PORTARIA Nº 3.624, DE 19 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 3.624, DE 19 DE MARÇO DE 2015.
COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA Ione Deschamps.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora Ione Deschamps, ocupante do cargo de Professora de Anos Iniciais, lotada com 20 horas semanais na EEB Angélica S. Costa, fica à disposição com 20 horas para desempenhar atividades de orientação, supervisão e coordenação pedagógica na EEB Prof. Olímpio Moretto.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

PORTARIA Nº 3.625, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.625, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA MORGANA SIBELE DOS SANTOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora MORGANA SIBELE DOS SANTOS, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, efetiva na EEB Angélica Costa, fica à disposição com 40 horas semanais na EEB Norma Mônica Sabel para atuar na secretaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.627, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.627, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

COLOCA À DISPOSIÇÃO O SERVIDOR Mauricio Roberto Vieira.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º O servidor Mauricio Roberto Vieira, ocupante do cargo de Professor de Geografia, lotado com 20 horas na EEB Dolores Krauss, fica à disposição da Secretaria da EEB Aninha P. Rosa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.628, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.628, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA Vera Lucia Spengler Theiss.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora Vera Lucia Spengler Theiss, ocupante do cargo de Professora Anos Iniciais, efetiva com 40 horas na EEB Dolores Krauss, fica à disposição na mesma escola para atuar no Projeto Apoio Pedagógico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.629, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.629, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA Sandra Mara Hostins.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora Sandra Mara Hostins, ocupante do cargo de Orientadora Educacional, efetiva com 40 horas na EEB Dolores Krauss, fica à disposição da EEB Aninha P. Rosa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.630, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.630, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA Marlize Adriane Adão.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora Marlize Adriane Adão, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, efetiva com 40 horas semanais na Secretaria de Obras, fica à disposição no CDI Cachinhos de Ouro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.631, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.631, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA Maria Aparecida S. Oliveira.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora Maria Aparecida S. Oliveira, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, lotada com 40 horas semanais no CDI Vovó Leonida, fica à disposição com 20 horas para atuar na secretaria do mesmo CDI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.632, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.632, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA Marluce Paiano.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora Marluce Paiano, ocupante do cargo de Berçarista, lotada com 40 horas semanais no CDI Cachinhos de Ouro, fica à disposição com 40 horas para atuar na secretaria do mesmo CDI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.633, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.633, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

COLOCA À DISPOSIÇÃO O SERVIDOR Helio Carlos Ferreira.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

-

RESOLVE:

Art. 1º O servidor Helio Carlos Ferreira, ocupante do cargo de Professor de Geografia, lotado com 40 horas na EEB Ferandino Dagnoni, fica à disposição com 05 horas na EEB Norma M. Sabel.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.634, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.634, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA Silvia Regina Jacobsen.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora Silvia Regina Jacobsen, ocupante do cargo de Orientadora Educacional, efetiva com 40 horas na EEB Norma M. Sabel, fica à disposição na EJA - Educação de Jovens e Adultos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.635, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.635, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

COLOCA À DISPOSIÇÃO O SERVIDOR Diogo Jeferson dos Santos.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º O servidor Diogo Jeferson dos Santos, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especializados III, efetivo com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, fica à disposição da Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 03/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.636, DE 19 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 3.636, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA IONE MARIA GENTILE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora IONE MARIA GENTILE, ocupante do cargo de Professora de Educação Física, efetiva com 40 horas semanais, sendo 25 horas na EEB Norma Mônica Sabel e 15 horas na EEB Dolores Krauss, fica com as 25 horas da EEB Norma Mônica Sabel à disposição da EEB Dolores Krauss.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.637, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.637, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA Márcia de Oliveira Caetano.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora Márcia de Oliveira Caetano, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, efetiva com 40 horas no CDI Mercedes M. Beduschi, fica à disposição da secretaria do mesmo CDI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

PORTARIA Nº 3.638, DE 19 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 3.638, DE 19 DE MARÇO DE 2015.
COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA Olga Alves de Andrade.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora Olga Alves de Andrade, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, efetiva com 40 horas no CDI Sônia Gioconda B. Buzzi, fica à disposição na secretaria do mesmo CDI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

PORTARIA Nº 3.639, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.639, DE 19 DE MARÇO DE 2015.
COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA Sandra Regina Dalsóquio.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora Sandra Regina Dalsóquio, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, efetiva com 40 horas no CDI Dorvalina Fachini, fica à disposição na Secretaria do mesmo CDI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

PORTARIA Nº 3.640, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.640, DE 19 DE MARÇO DE 2015.
COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA Josiane Elena de França Oliveira.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora Josiane Elena de França Oliveira, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, efetiva com 40 horas semanais no CDI Thereza Beduschi, fica à disposição na secretaria do CDI Fátima Regina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 11/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

PORTARIA Nº 3.641, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.641, DE 19 DE MARÇO DE 2015.
COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA Carmem Lucia Cunhago.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora Carmem Lucia Cunhago, ocupante do cargo de Professora de Anos Iniciais, efetiva com 40 horas na EEB Zenaide S. Costa, fica à disposição com 40 horas na secretaria da mesma escola.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 11/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 19 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

PORTARIA Nº 3.642, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.642, DE 19 DE MARÇO DE 2015.
ESTABELECE LOTAÇÃO DE SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei 1.305/1991,

RESOLVE:

Art. 1º Os servidores abaixo, da Secretaria Municipal de Educação, ficam lotados nas seguintes unidades:

Servidor	Cargo	C/H	Lotação
Sabrina Terezinha Bailer Allegri	Professor de Ed. Infantil	40 horas	20 horas matutino CDI Dep. Francisco Mastella e 20 horas vespertino CDI Dorvalina Fachini

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

RESOLUÇÃO Nº 004/2015 - CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GASPAR/SC

RESOLUÇÃO Nº 004/2015 - CMDCA

Dispõe sobre o Regulamento do Processo de Eleição dos Membros do Conselho Tutelar de Gaspar.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 1432/93, de 24 de maio de 1993 e com base no seu Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 212/98, e no uso de suas competências.

CONSIDERANDO A Resolução do CONANDA 170, de 10 de dezembro de 2014, que altera a Resolução nº 139, de 17 de março de 2010 para dispor sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar; CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 51, de 07 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a organização, funcionamento e criação do Conselho Tutelar, sobre o regime jurídico dos conselheiros tutelares e dá outras providências;

CONSIDERANDO o processo de escolha do Conselho Tutelar Gaspar - Gestão 2013 - 2015.

CONSIDERANDO a deliberação aprovada na reunião Ordinária 12 de março de 2015.

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Instituir as normas e procedimentos para a eleição dos Membros do Conselho Tutelar de Gaspar/SC, de acordo com o artigo 3º § 1º da Resolução 170 do CONANDA.

Art. 2º - Os Membros do Conselho Tutelar serão eleitos pelo voto secreto, direto, universal e facultativo dos eleitores do Município, em eleição realizada sob a responsabilidade do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Art. 3º - A duração do mandato dos Conselheiros Tutelares será de 10/01/2016 a 09/01/2020, permitida uma recondução.

Art. 4º - Serão considerados eleitores todos os cidadãos que possuírem título de eleitor do Município de Gaspar, o qual deverá ser apresentado no ato da votação juntamente com um dos seguintes documentos originais que contenha fotos: Carteira de Identidade - RG, Carteira de Identidade Profissional ou de Classe (exemplos: OAB, CRP, CREA, CRM, CRESS), Carteira de Trabalho ou Carteira Nacional de Habilitação - CNH.

§ 1º O voto será direto, secreto, pessoal e intransferível;

§ 2º - Os eleitores votarão somente nos locais destinados pela Comissão Especial Organizadora, divulgados através de Edital específico.

CAPÍTULO II

DOS ÓRGÃOS ELEITORAIS

Art. 5º - A Comissão Especial Organizadora instituída pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá o papel de órgão executor desta Resolução.

Art. 6º - Compete a Comissão Especial Organizadora:

I - Dirigir, coordenar e executar todo o processo eleitoral do Conselho Tutelar;

II - Deferir ou indeferir os registros dos candidatos concorrentes

para o Conselho Tutelar, dar ampla publicidade às respectivas decisões.

III - Instalar as Mesas Eleitorais, em número suficiente, com função de disciplinar, fiscalizar, receber e apurar os votos, compostas por um Presidente, um Secretário, um Mesário e por um Suplente, cujas atribuições serão definidas nesta Resolução;

IV - Mobilizar todos os recursos necessários para realização do processo eleitoral;

V - Apreçar as impugnações e protestos apresentados no curso do processo eleitoral, conforme procedimento adotado nesta Resolução;

VI - Comunicar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente as ocorrências cuja decisão deste depender;

VII - Coordenar o cômputo dos resultados das eleições lavrando a ata geral da apuração final;

VIII - Providenciar, com antecedência, todo o material necessário para o trabalho das Mesas Eleitorais;

IX - Solicitar ao Chefe do Poder Executivo Municipal a designação de pessoas aptas ao trabalho durante o processo eleitoral;

X - Caberá à Comissão Especial Organizadora a análise dos pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão o oferecimento de impugnação em face de candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios;

§ 1º Havendo impugnação de candidatos do Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à comissão especial organizadora:

I - Notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

II - Realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;

III - Dar ampla publicidade às respectivas decisões;

§ 2º Das decisões da Comissão Especial Organizadora caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial Organizadora fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

§ 4º Cabe ainda à Comissão Especial Organizadora:

I - Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções respectivas;

II - Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha;

III - Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

IV - Escolher e divulgar os locais de votação;

V - Selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia da votação, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

VI - Solicitar, junto ao comando da Polícia Militar, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais de votação e apuração;

VII - Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação;

VIII - Resolver os casos omissos.

§ 5º O Ministério Público será notificado, com a antecedência devida, de todas as reuniões deliberativas realizadas pela Comissão Especial Organizadora e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados no decorrer do certame.

Art. 7º - Compete à Mesa Eleitoral:

I - Receber os votos dos eleitores;

II - Resolver os incidentes verificados durante os trabalhos de votação e da apuração, encaminhando à Comissão Especial Organizadora as questões não resolvidas;

III - Compor a Mesa Apuradora.

Art. 8º - Compete ao Presidente da Mesa Eleitoral:

I - Presidir a Mesa Eleitoral de acordo com esta Resolução;

II - Instalar a Mesa Eleitoral;

III - Comunicar à Comissão Especial Organizadora as ocorrências cuja solução desta depender.

Art. 9º - Compete ao Secretário da Mesa Eleitoral:

I - Lavrar a ata de sua Mesa Eleitoral;

II - Executar todas as atribuições que lhe forem conferidas pelo Presidente da Mesa e, substituí-lo em seus impedimentos.

Art. 10 - Compete ao Mesário Eleitoral:

I - Auxiliar o Presidente e o Secretário no que for solicitado;

II - Zelar pela observância dos procedimentos eleitorais.

Art. 11 - Estão impedidos de compor as Mesas Eleitorais, bem como ter acesso ou tomar qualquer tipo de decisão no processo eleitoral parentes até o terceiro grau, assim como os cônjuges, companheiros (as), sogros (as), genros, noras, cunhados, concunhado, tios, sobrinhos, padrastos e madrastras dos candidatos do Conselho Tutelar.

Parágrafo único - O grau de parentesco de que trata o caput deste artigo será aferido mediante declaração dos membros da Mesa Eleitoral, colhidas no ato da sua instalação.

Art. 12 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como órgão responsável pelo pleito, é instância superior

e final na via administrativa para julgar os recursos impetrados em face às decisões da Comissão Especial Organizadora.

Art. 13 - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como instância final, na via administrativa:

I - Baixar normas e instruções para regular o Processo Eleitoral e sua execução no que lhe compete;

II - Processar e julgar em grau de recurso:

a) Processos decorrentes de impugnações das candidaturas;

b) Intercorrências durante o processo eleitoral;

c) Processo decorrente de impugnações do resultado das eleições;

d) Demais casos decorrentes da inobservância das normas contidas nesta Resolução.

III - Publicar o calendário Eleitoral da Eleição dos candidatos que irão compor o Conselho Tutelar;

IV - Homologar os resultados finais da Eleição para o Conselho Tutelar.

CAPÍTULO III

DO SISTEMA ELEITORAL

SEÇÃO I

DA CONVOCAÇÃO PARA A ELEIÇÃO

Art. 14 - Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a convocação da eleição para o Conselho Tutelar de Gaspar, por edital publicado em jornal de circulação no Município, iniciando-se a partir deste ato, o Processo Eleitoral.

§ 1º - Esta Resolução que dispõe sobre o regulamento do processo de eleição dos membros do Conselho Tutelar, conforme Lei Municipal nº 51/2012 estará disponível no site da Prefeitura Municipal de Gaspar (www.gaspar.sc.gov.br) a partir da publicação do Edital de convocação.

§ 2º - É de responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a adequada divulgação do Processo Eleitoral a fim de garantir a mobilização necessária à legitimação do processo.

Art. 15 - O Edital de Convocação da eleição deverá conter:

I - Data da Eleição;

II - Número de vagas a preencher para a composição do Conselho Tutelar de Gaspar;

III - Horário de funcionamento e local para efeito de solicitação de registros das candidaturas;

IV - Calendário Eleitoral;

V - Remuneração Mensal;

VI - Carga horária semanal e dos plantões.

Art. 16 - No prazo estabelecido no calendário eleitoral a Comissão Especial Organizadora emitirá parecer sobre o pedido de registro de candidaturas, deferindo-o ou não.

Parágrafo único - No mesmo prazo que trata o caput deste artigo qualquer cidadão do Município de Gaspar poderá apresentar pedido de impugnação da candidatura, de forma fundamentada e documentada, sendo vedado o anonimato, nos termos do art. 5º, inciso IV da Constituição Federal.

Art. 17 - Encerrado o prazo para requerimento de registro das candidaturas, o Presidente da Comissão Especial Organizadora providenciará a imediata lavratura da ata de encerramento do prazo de registro das candidaturas, que será assinada por ele e demais membros da Comissão e candidatos presentes, que assim desejarem.

Art. 18 - As candidaturas registradas e aprovadas constarão no Edital a ser publicado no jornal de circulação do município, em data prevista no Calendário Eleitoral.

SEÇÃO II

DOS CANDIDATOS, REQUISITOS E REGISTROS DAS CANDIDATURAS.

Art. 19 - Considera-se candidato àquele que:

I - Apresentar os documentos pessoais: título de eleitor, CPF e RG (cópia autenticada);

II - Estar no pleno gozo de sua capacidade mental para o exercício do cargo de conselheiro tutelar, e apresentar no momento da inscrição exames médicos atestado por especialista na área de saúde mental que prove boas condições de saúde;

III - Apresentar Certidão Original do Distribuidor da Comarca de Gaspar; acerca da existência de ações cíveis, da Justiça Federal, da quarta região (dos últimos três anos) e criminais;

IV - Tiver idade superior a 21 anos;

V - Residir no Município no mínimo 02 (dois) anos, apresentando no ato da inscrição um comprovante de residência atual (comprovante da fatura de água, energia elétrica, telefone fixo ou IPTU).

VI - Estar no gozo dos direitos políticos, apresentando no ato da inscrição certidão expedida pela Justiça Eleitoral;

VII - Apresentar no momento da inscrição cópia autenticada do Diploma de ensino médio;

VIII - Apresentar declaração de não ter sido penalizado com a destituição da função de conselheiro tutelar nos últimos cinco anos, contados a partir do trânsito em julgado da decisão administrativa ou judicial;

IX - Apresentar declaração de que possui conhecimentos em informática básica;

X - Possuir carteira de habilitação válida, no mínimo, de categoria B;

XI - Apresentar declaração de que possui disponibilidade para cumprir a carga horária exigida para o exercício da função, inclusive plantões;

XII - Participar de curso de formação, com no mínimo 40 horas, promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente durante o processo de escolha, com frequência mínima de 90% (noventa por cento);

XII - Apresentar Certidão Negativa de Débito da Justiça Federal,

Estadual e Municipal.

Art. 20 - Ficam impedidos de se candidatar ao cargo do Conselho Tutelar os que houverem sido condenados com sentença transitada em julgado por crimes comuns e especiais, e crimes e infrações administrativas contra crianças e adolescentes, conforme disposto nos artigos 225 a 258 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único - Fica impedido de concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar, o candidato que já tiver cumprido dois mandatos consecutivos no Conselho Tutelar de Gaspar.

Art. 21 - Os Conselheiros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Gaspar poderão candidatar-se, desde que solicitem o afastamento de suas funções, no momento que assumir ao cargo de conselheiro tutelar titular.

Parágrafo único - Caso esse Conselheiro seja eleito o órgão ou entidade deverá providenciar a sua imediata substituição na forma do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 22 - A inscrição dos candidatos será individual e realizada mediante apresentação de requerimento e declarações padronizadas pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 23 - O candidato poderá registrar um apelido.

Art. 24 - Somente serão registradas as candidaturas que atenderem as exigências desta Resolução.

SEÇÃO III

DA IGUALDADE DE CONDIÇÕES AOS PARTICIPANTES DO PLEITO

Art. 25 - Será assegurada a igualdade de condições aos candidatos que se registrarem para concorrer às eleições, garantindo-se e promovendo o direito de:

I - Divulgação do Pleito nos meios de comunicação dos quais o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente possa dispor;

II - Será assegurada a acessibilidade aos candidatos e eleitores com deficiência.

SEÇÃO IV

DO PERÍODO DA VOTAÇÃO

Art. 26 - A votação para a escolha dos membros do Conselho Tutelar de Gaspar dar-se-á em 01 (um) único dia, no horário das 09:00 às 17:00 horas, sem fechar para o almoço, em locais a ser definidos pela Comissão Especial Organizadora, e divulgados através de edital.

Art. 27 - O sigilo do voto será assegurado mediante as seguintes providências:

I - Uso de cédulas oficiais devidamente rubricadas pelo Presidente e Mesário da respectiva Mesa Eleitoral, e carimbo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Isolamento do eleitor em cabine indevassável;

III - Emprego de urna que assegure a inviolabilidade do voto.

Parágrafo Único - Para votar, será obrigatória a prévia identificação, através de documento que se refere o art. 4º desta Resolução.

SEÇÃO V DA CÉDULA OFICIAL

Art. 28 - As cédulas deverão ser confeccionadas de maneira tal que, dobradas, resguardem o sigilo do voto.

Parágrafo Único - As cédulas deverão ser impressas em papel de uma única cor.

CAPITULO IV

DA ELEIÇÃO E DA VOTAÇÃO SEÇÃO I

DAS MESAS ELEITORAIS E DOS ATOS PREPARATÓRIOS DA VOTAÇÃO

Art. 29 - As Mesas Eleitorais serão instaladas em locais públicos de fácil acesso aos eleitores.

Parágrafo Único - A divulgação dos locais de votação será feita através de edital específico.

Art. 30 - A propaganda dos candidatos deverá encerrar-se 24 (vinte e quatro) horas antes da eleição, por qualquer meio de divulgação ou comunicação, não sendo permitidos faixas e cartazes próximos aos locais de votação, não sendo admitida "boca de urna" por ação de qualquer cidadão.

SEÇÃO II DA FISCALIZAÇÃO PERANTE AS MESAS

Art. 31 - Os candidatos concorrentes poderão designar 01 (um) fiscal dentre os eleitores do Município, devendo requerer o credenciamento do mesmo junto à Comissão Especial Organizadora, no local das inscrições (Avenida das Comunidades, 133 - Centro - Gaspar/SC - Sala da Assessoria aos Conselhos) no período estabelecido no Calendário Eleitoral.

Art. 32 - Será admitido em cada Mesa Eleitoral apenas 01 (um) fiscal por vez, credenciado e identificado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 33 - Se o fiscal verificar alguma irregularidade deverá comunicá-la ao Presidente da Mesa Eleitoral onde estiver atuando.

§ 1º - O Presidente da Mesa Eleitoral verificará a natureza da irregularidade apontada pelo fiscal e tomará as providências para corrigi-la, se procedentes.

§ 2º - Caso seja indeferida a irregularidade apontada pelo fiscal, o Presidente da Mesa deverá fazer com que conste em ata da Mesa Eleitoral.

§ 3º - Caso o Presidente da Mesa Eleitoral não consiga resolver a ocorrência verificada, deverá entrar em contato imediatamente com um membro da Comissão Especial Organizadora para auxiliá-lo, devendo registrar em ata as orientações recebidas e providências adotadas.

Art. 34 - Não será permitida a acumulação de cargo de fiscal com o de membro da Mesa Eleitoral, ou de qualquer outro cargo decorrente da Eleição.

Art. 35 - Os fiscais que atuarem perante as Mesas Eleitorais, deverá assinar as atas no encerramento dos trabalhos, caso estejam presentes.

Art. 36 - Os candidatos serão considerados fiscais natos.

SEÇÃO III

DO INÍCIO DA VOTAÇÃO

Art. 37 - Antes do início da votação, os membros da Mesa Eleitoral verificarão se o lugar designado para a eleição está em ordem, assim como o material remetido pela Comissão Especial Organizadora, a urna e a cabine indevassável.

Parágrafo Único - O Presidente exibirá a urna aos presentes e, depois de ter sido constatado que a mesma se encontra vazia, será lacrada, registrando em ata os presentes.

Art. 38 - Na hora designada para o início da votação, cumpridas as exigências previstas nesta Resolução, o Presidente da Mesa declarará iniciados os trabalhos.

Parágrafo Único - O recebimento dos votos terá início a partir da abertura até a hora prevista para o encerramento da votação.

SEÇÃO IV DO ATO DE VOTAR

Art.39 - Observar-se-á no ato de votar o seguinte:

I - Antes de ingressar no recinto da cabine, o eleitor deve apresentar à Mesa Eleitoral documento original com foto (Carteira de Identidade - RG, Carteira de Identidade Profissional ou de Classe - exemplos: OAB, CRP, CREA, CRM - Carteira de Trabalho ou Carteira Nacional de Habilitação - CNH) e Título de Eleitor;

II - Os mesários registrarão na folha de controle de votação, o nome do eleitor, o número do documento com foto, o número do Título de Eleitor e a Zona Eleitoral;

III - Após o registro, o eleitor assinará a folha de controle de votação, conferindo seus dados;

IV - A Mesa Eleitoral entregará ao eleitor a Cédula Oficial devidamente rubricada pelo Presidente ou Secretário, na sua ausência;

V - Se o Presidente da Mesa Eleitoral, ou o Secretário em sua ausência, ao rubricar a Cédula Oficial verificar qualquer vício, rasura ou danificação na mesma a inutilizará na presença de todos e registrará em ata tal ocorrência;

VI - O eleitor poderá escolher até 05 (cinco) candidatos de sua preferência, assinalando em espaço próprio da cédula, de modo a expressar sua vontade;

VII - Ao sair da cabine, o eleitor depositará na urna a Cédula Eleitoral, devidamente dobrada, na presença dos componentes da Mesa.

Parágrafo Único - Se o eleitor, ao receber a cédula ou, ao recolher-se à cabine de votação, por imprudência, imprevidência ou desconhecimento danificar, "errar" o voto ou de qualquer forma rasurar a Cédula Oficial NÃO poderá pedir outra ao Presidente da Mesa, DEVENDO DEPOSITAR SEU VOTO NA URNA, ainda que este seja computado como inválido.

SEÇÃO V

DO ENCERRAMENTO

Art. 40 - O Presidente da Mesa Eleitoral, verificando chegar a hora do encerramento da votação e existindo eleitores, verificará a necessidade de distribuição de senha para votação dos presentes no

recinto.

Art. 41 - Encerrada a votação será elaborada a Ata pelo Secretário, sendo a mesma assinada pelos demais membros da Mesa e pelos fiscais presentes.

Parágrafo Único - O encerramento da votação implica na lacração da urna eleitoral pelo Presidente da Mesa, assinado por todos os componentes da Mesa e pelos fiscais presentes no ato, sendo registrado em ata e assinado pelos presentes.

SEÇÃO VI

DA APURAÇÃO

Art.42 - A apuração dos votos deverá ser centralizada em um único local, previamente divulgado pela Comissão Especial Organizadora.

Art.43 - Os membros da Mesa Apuradora serão os mesmos da Mesa Eleitoral.

Art. 44 - O Presidente da Comissão Especial Organizadora determinará a abertura da apuração.

Art. 45 - O Presidente da Mesa Apuradora verificará a inviolabilidade de sua urna e após, determinará a sua abertura, contará as cédulas, verificando se as mesmas coincidem com o número de votantes.

Parágrafo único - Na fase de apuração da urna eleitoral será permitido ingresso ao recinto apenas dos candidatos, os membros da Comissão Especial Organizadora, equipe de apoio que a Comissão Especial Organizadora previamente determinar a Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e representante do Ministério Público.

Art. 46 - Não coincidindo o número de cédulas com o número de votantes, em uma determinada urna, será assegurada a recontagem dos votos, devendo ser registrada em ata as alterações.

Art. 47- Resolvidas as questões pela Mesa Apuradora, passar-se-á à apuração dos votos.

Art. 48 - As cédulas, na medida em que forem sendo abertas, serão examinadas e lidas em voz alta por um dos componentes da Mesa.

Parágrafo Único - As dúvidas relativas às cédulas somente poderão ser contestadas pelos fiscais natos.

Art. 49 - Os votos serão computados como válidos brancos ou nulos.

§ 1º - Considerar-se-á voto válido aquele que estiver assinalado pelo eleitor em espaço próprio da cédula, de modo a expressar sua vontade;

§ 2º - Considerar-se-á voto em branco aquele que não contiver manifestação do eleitor;

§ 3º - Serão nulas as cédulas que:

a) Não corresponderem ao modelo oficial;

b) Não estiverem devidamente rubricadas pelo Presidente da Mesa Eleitoral ou Secretário na sua ausência e Mesário;

c) Contiverem expressões, frases ou sinais estranhos ao Processo

Eleitoral ou não estiverem na forma que estabelece o § 1º deste artigo;

d) Contiverem votos em mais de 05 (cinco) candidatos.

Art. 50 - Somente aos Membros das Mesas de Apuração será permitido o manuseio dos votos.

Art. 51 - Terminada a apuração, o Secretário da Mesa lavrará a Ata dos Trabalhos, dela fazendo constar, além de outros dados que se tornarem necessários, o seguinte:

a) Indicação do dia, horário e local de abertura e de encerramento dos trabalhos de apuração;

b) Nomes dos componentes da Mesa Apuradora e suas funções e nomes dos fiscais natos presentes ao ato;

c) Número de assinaturas constantes das folhas de votação e o número de votos encontrados na urna;

d) Número de votos computados a cada candidato.

Art. 52 - Encerrados os trabalhos de apuração dos votos e lavrada a respectiva Ata, caberá ao Presidente da Mesa de Apuração dos votos transmitir os resultados, por escrito, à Comissão Especial Organizadora.

Art. 53 - Encerrado o trabalho de todas as Mesas de Apuração, o Presidente da Comissão Especial Organizadora pronunciará o resultado da apuração, declarará o encerramento dos trabalhos e providenciará a imediata lavratura da respectiva ata de encerramento que será assinada por ele, demais membros da Comissão, candidatos presentes que assim desejarem, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e representante do Ministério Público.

SEÇÃO VII

DAS IMPUGNAÇÕES

Art. 54 - Além da impugnação de candidatura, prevista nesta Resolução, qualquer cidadão morador do município, no gozo de seus direitos políticos, poderá apresentar impugnação quanto ao processo de apuração e do resultado da eleição do Conselho Tutelar.

Parágrafo único - A impugnação será formulada a partir de representação ou denúncia, devidamente fundamentada, sob pena de indeferimento sumário e deverá ser apresentada por escrito à Comissão Especial Organizadora, sendo vedado o anonimato (art. 5º, inciso IV da Constituição Federal), no prazo estabelecido no calendário eleitoral.

Art. 55 - A Comissão Especial Organizadora autuará o processo de impugnação por ordem numérica de entrada, e após a apreciação da representação ou denúncia, instruirá o processo com todos os documentos relacionados ao caso.

Art. 56 - Após instruir o processo de impugnação, a Comissão Especial Organizadora consultará a ata da respectiva Mesa Eleitoral.

Parágrafo Único - Se os fatos apresentados forem estranhos à Comissão Especial Organizadora determinar-se-á, conforme o caso, diligências necessárias à lucidação dos fatos, garantindo-se o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Art. 57 - As oitivas das partes e testemunhas serão tomadas em audiência designada pela Comissão Especial Organizadora, lavrando-se os termos de depoimentos e os trabalhos realizados no dia,

em ata própria, que será assinada por todos os presentes.

Parágrafo Único - A audiência será dirigida por um membro da Comissão Especial Organizadora, nomeado pelo Presidente.

Art. 58 - Após o cumprimento do estabelecido nesta Resolução, a Comissão Especial Organizadora elaborará um relatório dos fatos e da instrução, manifestando-se, ao final, através de parecer, sobre a procedência ou improcedência da representação ou denúncia que será encaminhado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para deliberação.

Art. 59 - Proferida a deliberação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Comissão Especial Organizadora dará ciência às partes recorrentes, por escrito, mediante ofício.

SEÇÃO VIII

DAS NULIDADES

Art. 60 - Será considerada nula a urna da Mesa Eleitoral quando for apurado vício previsto nesta Resolução que comprometa sua legitimidade.

Parágrafo Único - Não poderá a nulidade ser invocada por quem lhe deu causa.

SEÇÃO IX DA HOMOLOGAÇÃO

Art. 61 - Concluído os trabalhos da Comissão Eleitoral lavrar-se-á a Ata respectiva que será encaminhada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o resultado final do Pleito.

Art. 62 - Com o resultado final do Pleito o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente providenciará a classificação dos candidatos, homologando a eleição, através de edital, cuja publicação se dará em jornal de circulação do Município.

Parágrafo único - Nos casos de empate serão adotados os critérios estabelecidos: pela maior idade e maior número de filhos.

Art. 63 - Os Novos Conselheiros Tutelares serão empossados por ato do prefeito Municipal, no dia 15 de dezembro de 2015.

§ 1º - São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

§ 2º - Estende o impedimento previsto no caput deste artigo à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 64 - O descumprimento dos dispositivos legais previstos nesta Resolução implicará na exclusão do candidato ao Pleito.

Art. 65 - Os casos omissos nesta Resolução serão dirimidos pela Comissão Especial Organizadora pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Gaspar.

Gaspar, 30 de março de 2015
CAMILA SCHREIBER
PRESIDENTE DO CMDCA

ANEXO I

CALENDÁRIO ELEITORAL PARA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES 2016 / 2020

Data	Processo de Escolha do Conselho Tutelar Gestão 2016/2020
30/03/2015	Plenária Ordinária do CMDCA – Aprovação do Edital nº 001/2015
01/04/2015	Publicação Edital nº 001/2015 em jornais locais de maior circulação, no site www.gaspar.sc.gov.br , em murais da Prefeitura Municipal de Gaspar, TV Gaspar, rádio local, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Escolas, Centro de Educação Infantil, Unidades de Saúde, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência de Assistência Social (CREAS), Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculo Maria Hendricks, Fórum de Justiça e do Conselho Tutelar.
08 a 10/04/2015	Prazo para impugnação do Edital nº 001/2015
13/04/2015	Análise e resposta dos pedidos de impugnação.

1. DOS CANDIDATOS

16, 17, 22, 23 e 24/04/2015	Inscrição dos candidatos – Horário: 09h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h Local: Sala da Assessoria aos Conselhos.
27 e 28/04/2015	Análise das inscrições dos candidatos pela Comissão Especial Organizadora.
29/04/2015	Publicação da relação dos candidatos no site www.gaspar.sc.gov.br , em murais da Prefeitura Municipal de Gaspar, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Sala da Assessoria aos Conselhos – CMDCA, do Fórum de Justiça e dos Conselhos Tutelares.
30/04, 04 e 05/05/2015	Prazo para impugnação das inscrições dos candidatos.
07 e 08/05/2015	Análise dos pedidos de impugnação.
11/05/2015	Publicação da análise da impugnação no site www.gaspar.sc.gov.br , a partir das 15h.
12 e 13/05/2015	Prazo para apresentação da defesa.
14/05/2015	Análise e julgamento da defesa.
15/05/2015	Publicação da relação dos candidatos, no site www.gaspar.sc.gov.br , em murais da Prefeitura Municipal de Gaspar, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, do Fórum de Justiça e dos Conselhos Tutelares.
18/05/2015	Prazo para recurso à plenária do CMDCA.
20/05/2015	Reunião Extraordinária do CMDCA para análise, decisão e publicação.
08 a 12/06/2015	Curso sobre a Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente, para os candidatos à função de Conselheiro Tutelar.
15/06/2015	Publicação da relação oficial dos candidatos habilitados para Eleição do Conselho Tutelar, no site www.gaspar.sc.gov.br , em murais da Prefeitura Municipal de Gaspar, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.
16 e 17/06/2015	Inscrição de fiscais, para acompanhamento do processo de votação.
04/10/2015	Votação, das 09h às 17h, em local a ser definido pela Comissão Especial Organizadora e publicado em edital.
04/10/2015	Apuração dos votos e homologação do resultado. Local da Apuração: Sala da Assessoria aos Conselhos

05/10/2015	Publicação do resultado da votação no site www.gaspar.sc.gov.br , em murais da Prefeitura Municipal de Gaspar, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, do Fórum de Justiça e dos Conselhos Tutelares.
06 e 07/10/2015	Prazo para a impugnação do resultado da votação.
09/10/2015	Análise e julgamento, pela Comissão, dos pedidos de impugnação do resultado da votação.
13/10/2015	Análise e julgamento, pelo CMDCA, dos pedidos de impugnação do resultado da votação.
14/10/2015	Publicação do resultado final do Processo de Escolha do Conselho Tutelar Gestão 2016/2020 no site www.gaspar.sc.gov.br e em jornal local de maior circulação

DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO E POSSE DOS CONSELHEIROS TUTELARES

15/12/2015 a 11/01/2016	Processo de transição para os Conselheiros Tutelares eleitos
15/12/2015	Solenidade da Posse dos Conselheiros Tutelares eleitos
11/01/2016	Início efetivo das atividades dos Conselheiros Tutelares eleitos

RESOLUÇÃO Nº 005/2015 - CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GASPAR/SC
RESOLUÇÃO Nº 005/2015 - CMDCA

Aprova o Edital nº 001/2015 que torna público as Diretrizes do Processo de Escolha dos Membros que irão compor o Conselho Tutelar de Gaspar gestão 2016/2020, abre inscrições, estabelece o calendário e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 1432/93, de 24 de maio de 1993 e com base no seu Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 212/98, e no uso de suas competências.

CONSIDERANDO A Resolução do CONANDA 170, de 10 de dezembro de 2014, que altera a Resolução nº 139, de 17 de março de 2010 para dispor sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar; CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 51, de 07 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a organização, funcionamento e criação do Conselho Tutelar, sobre o regime jurídico dos conselheiros tutelares e dá outras providências; CONSIDERANDO a deliberação aprovada na reunião Ordinária 30 de março de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Edital nº 001/2015, 30 de março de 2015 que torna público as Diretrizes do Processo de Escolha dos Membros que irão compor o Conselho Tutelar de Gaspar gestão 2016/2020, abre inscrições, estabelece o calendário e dá outras providências.

Gaspar, 30 de março de 2015

CAMILA SCHREIBER

Presidente do CMDCA

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 22/2015

RESOLUÇÃO Nº 22/2015

Autoriza a abertura e o processamento de procedimento de inexigibilidade de licitação, na forma de credenciamento, para contratação de emissoras de radiodifusão sonora AM e FM.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar, no uso das atribuições contidas no art. 39, inciso I e VIII, da Lei Orgânica Municipal e art. 31, incisos I e IX, do Regimento Interno da Edilidade.

CONSIDERANDO a necessidade desta Casa Legislativa de contratar serviços contínuos de emissoras de radiodifusão sonora AM (amplitude modulada) e FM (frequência modulada) para divulgação dos atos e ações da Câmara Municipal de Gaspar;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", estabelece a inexigibilidade de licitação na forma do seu art. 25;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Presidência nº 93/2015, acompanhado de Orçamento, de Projeto Básico e de Minuta de Edital de Credenciamento por inexigibilidade de licitação;

CONSIDERANDO a existência de dotação orçamentária e financeira conforme Ofício Interno nº 051/2015; e

CONSIDERANDO que a Comissão Permanente de Licitação desta Casa foi criada e composta conforme a Resolução nº 07/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de processo de inexigibilidade de licitação, na forma de credenciamento, para contratação de serviços de emissoras de radiodifusão AM (amplitude modulada) e FM (frequência modulada) a fim de serem divulgados os atos e ações da Câmara Municipal de Gaspar na imprensa escrita, tudo conforme os seguintes documentos apensos:

I - Anexo I - Orçamento;

II - Anexo II - Projeto Básico; e

III - Anexo III - Minuta de Edital de Credenciamento por inexigibilidade de licitação.

Art. 2º A Minuta do Edital de Credenciamento (Anexo III) poderá ser adequada para melhor atendimento da demanda desta Edilidade em decorrência de parecer da Procuradoria Jurídica desta Casa de Leis.

Art. 3º O preço, condições e requisitos para execução dos serviços são os constantes do Projeto Básico e Minuta de Edital e seus Anexos apensos a esta Resolução (Anexos II e III).

Art. 4º O valor máximo para o procedimento decorrente da presente autorização será de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para até final do exercício financeiro de 2015.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Resolução serão suportadas pelo orçamento vigente da Câmara de Vereadores, na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Gaspar

Unidade: 01 - Câmara Municipal de Gaspar

Função: 01 - Legislativa
Subfunção: 031 - Ação Legislativa
Programa: 0001 - Manutenção do Legislativo
Ação: 2.200012 - Publicidade do Legislativo
Modalidade: 3.3.3.9.0.00 - Aplicações Diretas.
Dotação Disponível: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

Art. 6º A presente Resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Gabinete da Presidência, em 26 de março de 2015.

Mesa Diretora

José Hilário Melato	Ivete Mafra Hammes
Presidente	Vice Presidente
Hamilton Graf	Giovano Borges
Primeiro Secretário	Segundo Secretário

SAMAE - GASPAR

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 7/2015 - SAMAE **AVISO DE LICITAÇÃO** Pregão nº 7/2015

OBJETO: Serviços de consultoria para elaboração de estudo de revisão da fórmula de cobrança da taxa de coleta de lixo, incluindo a caracterização e identificação dos grandes geradores de resíduos sólidos com características de domiciliares do município de Gaspar/SC.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 27/04/2015

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 27/04/2015 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 24 de março de 2015.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

PORTARIA N. 36 DE 31 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA N. 36 DE 31 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Murilo Xavier da Costa Alves dos Santos no cargo de Leiturista, haja vista decisão judicial, proferida em sede de liminar, nos autos do procedimento judicial autuado sob nº. 025.12.002602-8, em trâmite na 2ª Vara da Comarca de Gaspar, Estado de SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), em 31 de março de 2015.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO N 07-2015-ASSINATURA FGTS

DECRETO Nº 07/2015, DE 26 DE MARÇO DE 2015

“NOMEIA SERVIDORES PARA ASSINATURA DE DECLARAÇÕES DE RESIDÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º. Designar os Servidores MARCIO BORBA BLASIU, MERI TEREZINHA KUELKAMP SCHLICKAMNN e ROSILDA PERIN BÖGER para assinarem, em conjunto com o Prefeito e o Vice-Prefeito de Grão-Pará, as Declarações de Residência dos interessados em retirarem o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, em virtude da Situação de Emergência pela qual passa o Município de Grão-Pará, reconhecida pelo Ministério da Integração Nacional, por meio da Portaria nº 10/2015.

Parágrafo único. Os servidores designados por este Decreto assinarão individualmente ou em conjunto com o Prefeito ou o Vice-Prefeito de Grão-Pará.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
26 de março de 2015.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 26 de março de 2015.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI MUNICIPAL N 1994-2015-CONVÊNIO APAE

LEI MUNICIPAL Nº 1.994/2015
(De 24 de março de 2015)

“AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE PEQUENO PRÍNCIPE DE GRÃO-PARÁ, E dá outras providências”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a celebrar Convênio entre o Município de Grão-Pará e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE PEQUENO PRÍNCIPE DE GRÃO-PARÁ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 95.781.076/0001-08, com sede na Rua Leoberto Leal, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais, até 31 de dezembro de 2015, no total de 10 (dez) parcelas, visando ao pagamento de despesas de custeio pela referida Entidade, conforme Plano de Aplicação a ser apresentado, na forma da Lei.

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente correrão à conta do

Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos retroativos a 1º de março de 2015.

Grão-Pará/SC, 24 de março de 2015.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 24 de março de 2015.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 59/2015 A 100/2015

Prefeitura Municipal de Grão-Pará
ESTADO DE SANTA CATARINA
RESUMO

PORTARIA Nº 0059 / 2015 DE 09 de FEVEREIRO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 75, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,
Conceder LICENÇA SEM VENCIMENTOS PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES a funcionária ANDREIA OENNING MORGAN, ocupante do cargo de Monitor do PETI, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com exercício no SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, vinculado a Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, conforme requerimento e parecer jurídico.
PORTARIA Nº. 0060 / 2015 DE 09 de FEVEREIRO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 31.º da Lei Municipal nº 990/2000 de 04/04/2000
Reduzir, temporariamente, a carga horária da funcionária ZULMA BLAZIUS HEIDEMANN, ocupante do cargo de Professor, nível I, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, passando para 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Escola Municipal Professor Gregório Wessler, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, conforme Solicitação Administrativa.
PORTARIA Nº. 0061 / 2015 DE 09 de FEVEREIRO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 31.º da Lei Municipal nº 990/2000 de 04/04/2000
Contratar, em caráter temporário, DAIANE BEZA CANDIDO, para ocupar o cargo de Professor, nível I, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercer suas funções no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas- Creche, vinculado à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, a partir desta data, em substituição a titular Sandra Aparecida Dacoregio Weber Blasius, designada para ocupar função gratificada, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS, conforme Solicitação Administrativa.
PORTARIA Nº. 0062 / 2015 DE 09 de FEVEREIRO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições,
Regularizar a carga horária das funcionárias MARIA APARECIDA NÚNCIO BECKER E TÂNIA CARA SCHLICKMANN, cupantes do cargo de Agente de Serviços Gerais, código 4.01 e TEREZA ALBERTON DE

PICOLI DE SOUZA, ocupante do cargo de Professor, nível II, a partir de 09/02/2015, reduzindo de 40 (quarenta) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais, conforme Solicitação Administrativa. PORTARIA Nº. 0063 / 2015 DE 09 de FEVEREIRO de 2015 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 18.º da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000, Contratar MARIA GORETI ANTUNES MONTEIRO, para, no período compreendido entre 09/02/2015 a 31/07/2015, exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais, código 4.01, com exercício na Escola Municipal Professor Gregório Wessler, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em substituição a titular Elizabet Cristina da Silva Martins, em gozo de licença maternidade, conforme portaria nr. 041/2015, de 02/02/2015, conforme Solicitação Administrativa anexo. PORTARIA Nº. 0064 / 2015 DE 09 de FEVEREIRO de 2015 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 29.º item I, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000 Exonerar, a partir desta data, LEONILA GESSER DELLA GIUSTINA, ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo suas funções no Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS, desde 10/03/2003, conforme portaria de nomeação nº 078/2003, de 10/03/2003, declarando a vacância do cargo especificado, na forma prevista no artigo 28º, incisos I, da Lei Municipal nº 989/2000, a pedido, conforme requerimento. PORTARIA Nº.0065 / 2015 DE 09 de FEVEREIRO de 2015 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000, Conceder férias regulamentares a MARCIA BORGHEZAN BAGIO, ocupante do cargo de Professor, nível III, a disposição da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, no período de 10/02/2015 a 11/03/2015, referente ao período aquisitivo de 24/02/2014 a 23/02/2015, conforme declaração anexa. PORTARIA Nº. 0066 / 2015 DE 09 de FEVEREIRO de 2015 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 29.º item I, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000 Exonerar a partir desta data, MARIA HELENA MICHELS DACOREGIO HEINZEN, ocupante do cargo efetivo de Professor, nível II, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com exercício na Escola Municipal Professor Gregório Wessler, declarando a vacância do cargo especificado, na forma prevista no artigo 28º, incisos I, da Lei Municipal nº 989/2000, a pedido, bem como a conversão financeira de 22 (vinte e dois) dias de licença prêmio não gozadas, conforme requerimento. PORTARIA Nº. 0067 / 2015 DE 12 de FEVEREIRO de 2015 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 29.º item I, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000 Exonerar MATILDES ANTUNES MARCOS, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, Código 4.01, 40(quarenta) horas semanais, com exercício na Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Creche, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, desde 01/06/1992,

conforme portaria de nomeação por concurso nº 214/1992, declarando a vacância do cargo especificado, na forma prevista no artigo 28º, incisos I, da Lei Municipal nº 989/2000, concedendo a despedida voluntária, conforme o que dispõe o artigo 20, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000, alterado pela Lei Municipal nº 1419/2006, de 05/07/2006, a partir de 09/02/2015, conforme requerimento e parecer jurídico em anexo. PORTARIA Nº.0068 / 2015 DE 12 de FEVEREIRO de 2015 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000, e Lei nº 1235/2003, de 18/06/2003, Exonerar ELENIR HERT, ocupante do cargo ACT de Monitor do Peti, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com exercício no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, a partir de 28/02/2015, conforme requerimento e parecer jurídico em anexo. PORTARIA Nº. 0069 / 2015 DE 12 de FEVEREIRO de 2015 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com os artigos 27 e 28, da Lei Municipal nº 990/2000, de 04/04/2000 Conceder Adicional por Nova titulação, a funcionária RITA MICHELS SCHLICKMANN DELLA GIUSTINA, ocupante do cargo de Professor, Nível II, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Creche, vinculado à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, passando para o nível III, a partir desta data, conforme Solicitação Administrativa. PORTARIA Nº. 0070 / 2015 DE 13 de FEVEREIRO de 2015 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei Municipal nº 1196/2003, de 06/02/2003, e Edital de Processo Seletivo Simplificado No 001/2011, de 08/07/2011 Contratar, temporariamente, MARIA OENNING DACOREGIO, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções no Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS, por ter sido classificada em 1º (primeiro) lugar no Processo Seletivo Simplificado nr 001/2011, de 08/07/2011, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS, a partir desta data, até a realização de processo seletivo para preenchimento de vaga. PORTARIA Nº. 0071 / 2015 DE 13 de FEVEREIRO de 2015 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei Municipal nº 1196/2003, de 06/02/2003, e Edital de Processo Seletivo Simplificado No 001/2011, de 08/07/2011 Contratar KATIA EFFTING SCHLICKMANN, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções no Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS, por ter sido classificada em 2º (primeiro) lugar no Processo Seletivo Simplificado nr 001/2011, de 08/07/2011, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS, a partir desta data, até a realização de processo seletivo para preenchimento de vaga. PORTARIA Nº. 0072 / 2015 DE 18 de FEVEREIRO de 2015 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais nºs 1604/2009, de 16/07/2009, e 1900/2012, de 18/12/2012, Exonerar GENILZA MARTINS MATTEI, ocupante da função de Conselheira Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, desde 17/01/2013, conforme portaria de nomeação nº 042/2013, de 17/01/2013, a partir desta data, a pedido conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0073 / 2015 DE 18 de FEVEREIRO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Leis Municipais nºs 1604/2009, de 16/07/2009, e 1900/2012, de 18/12/2012, Regularizar a situação funcional de ANDREIA NAZARIO, nomeando para, a partir desta data, ocupar a função de Conselheira Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente, por ter sido classificada em 9º (nono lugar no Processo Eleitoral 001/2012, de 28/12/2012, devido a

desistência da classificada em 8º (oitavo) lugar, conforme Solicitação Administrativa, cessando os efeitos da portaria nº 296/2014, de 09/10/2014.

PORTARIA Nº. 0074 / 2015 DE 20 de FEVEREIRO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 18.º da Lei Municipal n.º 991/2000, de 04/04/2000,

Contratar LIGIA MARIA HADEMANN ESSER, para ocupar o cargo de Médico, código 1.06, para ter exercício na Secretaria Municipal da Saúde

e Saneamento, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir desta data, por 180 (cento e oitenta) dias ou até a concurso público para preenchimento de vaga, conforme Solicitação Administrativa anexo.

PORTARIA Nº. 0075 / 2015 DE 20 de FEVEREIRO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

Contratar JUSSARA WEBER, para, a partir desta data, exercer a função de Estagiário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar

no Ensino Fundamental, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, até 31/12/2016, conforme solicitação administrativa..

PORTARIA Nº. 0076 / 2015 DE 27 de FEVEREIRO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

Conceder férias regulamentares a RUBERTO JOSÉ KULKAMP, ocupante do cargo efetivo de Condutor de Veículos, código 4.03, designado para

ocupar a Função Gratificada de Chefe de Setor de Desenvolvimento Rural, no período de 09/03/2015 a 08/04/2015, referente ao período aquisitivo

de 18/05/2013 a 17/05/2014.

PORTARIA Nº. 0077 / 2015 DE 27 de FEVEREIRO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei Municipal nº 1196/2003, de 06/02/2003, e Edital de Processo Seletivo Simplificado No 001/2011, de 08/07/2011

Contratar DEOLIRIA TORRES NAIZ, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais,

para exercer suas funções no Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS, por ter sido classificada em 3º (terceiro) lugar no Processo

Seletivo Simplificado nr 001/2011, de 08/07/2011, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, em substituição a titular Fabiana

Alberton Perin, em licença para tratamento de saúde pelo INSS, a partir de 28/02/2015, pelo período compreendido da licença, conforme solicitação

administrativa.

PORTARIA Nº. 0078 / 2015 DE 27 de FEVEREIRO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

Prorrogar, pelo prazo de 180 dias, ou até a realização de Concurso

Público para provimento de cargo efetivo, os efeitos da portaria nº 244/2014, de

01/09/2014, que contrata FÁBIO SCHMITZ BLASIVUS, para ocupar o cargo de Servente de Obras, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta)

horas semanais, para ter exercício na Secretaria Municipal do Planejamento, Indústria, Comércio e Desenvolvimento Urbano, sob o regime

Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS.

PORTARIA Nº. 0079 / 2015 DE 27 de FEVEREIRO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de

04/04/2000,

Prorrogar, pelo prazo de 180 dias, ou até a realização de Concurso Público para provimento de cargo efetivo, os efeitos da portaria nº 245/2014, de

01/09/2014, que contrata JOSE ERNANDE PEREIRA CEDRO, para ocupar o cargo de Servente de Obras, código 4.01, com carga horária de 40

(quarenta) horas semanais, para ter exercício na Secretaria Municipal do Planejamento, Indústria, Comércio e Desenvolvimento Urbano, sob o

regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS.

PORTARIA Nº. 0080 / 2015 DE 27 de FEVEREIRO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de

04/04/2000, e Lei Complementar 04/2013, de 11/12/2013, Prorrogar, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, ou até a realização de Concurso ou Processo Seletivo Público para provimento de cargo, os

efeitos da portaria nº 252/2014, de 01/09/2014, que contrata SA-RAH BRUNING ASCARI, para ocupar o cargo de Psicólogo, código 1.01, carga

horária de 30 (trinta) horas semanais, para ter exercício no NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família), vinculado à Secretaria Municipal da

Saúde e Saneamento, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, a partir desta data, cessando os efeitos da portaria nº 091/2013,

de 09/03/2014.

PORTARIA Nº. 0081 / 2015 DE 27 de FEVEREIRO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura, no período de 02/03/2015 a

31/03/2015.

PORTARIA Nº. 0082 / 2015 DE 27 de FEVEREIRO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei Municipal n.º 1782/2011, de 20/09/2011,

Conceder 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade à funcionária SIRELDE PIETRO BIASI, ocupante do cargo efetivo de Professor, nível

III, com exercício na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, no período compreendido entre 01/03/2015 a 02/09/2015, bem como, a

prorrogação de 60 (sessenta) dias do período de acordo com a Lei Municipal 1782/2011, de 20/09/2011, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0083 / 2015 DE 02 de MARÇO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 10º, da Lei Municipal nº 991, de

04/04/2000,

Designar DAIANE BECKER ALEXANDRE, ocupante do cargo de

Agente de Serviços Gerais, Código 4.01, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para ocupar a Função Gratificada de Chefe de Setor de Agendamento de Viagens, na Secretaria Saúde, fazendo jus a gratificação FG-02, a partir desta data, conforme Solicitação Administrativa anexo.
PORTARIA Nº. 0084 / 2015 DE 02 de MARCO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 10º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,
Designar MARLETE BLASIUS, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, código 3.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar a Função Gratificada de Chefe de Setor do Posto de Saúde de Auirê, da Secretaria Saúde, fazendo jus a gratificação FG-02, a partir desta data, conforme Solicitação Administrativa anexo.
PORTARIA Nº. 0085 / 2015 DE 02 de MARCO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 10º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,
Designar YARA JUREMA SAN ROMAN CARDOSO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, Código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar a Função Gratificada de Chefe de Setor da Recepção, na Secretaria Saúde, fazendo jus a gratificação FG-02, a partir desta data, conforme Solicitação Administrativa anexo.
PORTARIA Nº. 0086 / 2015 DE 02 de MARCO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 10º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,
Designar DENIZE REDIVO BUSSOLO, ocupante do cargo de Auxiliar de Expediente, código 3.03., carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para ocupar a Função Gratificada de Chefe de Setor do Núcleo de Apoio à Saúde da Família, na Secretaria Saúde, fazendo jus a gratificação FG-02, a partir desta data, conforme Solicitação Administrativa anexo.
PORTARIA Nº. 0087 / 2015 DE 02 de MARCO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 10º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,
Designar LUCIANA BLASIUS MICHELS RASCHE, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, código 2.01, carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para ocupar a Função Gratificada de Chefe de Turma na Recepção da Unidade Cental, na Secretaria Saúde, fazendo jus a gratificação FG-01, a partir desta data, conforme Solicitação Administrativa anexo.
PORTARIA Nº. 0088 / 2015 DE 02 de MARCO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 10º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,
Designar MARIA APARECIDA MAFIOLETTI HONORATO BAGIO, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para ocupar a Função Gratificada de Chefe de Turma da Marcação de Consulta na Unidade Cental, na Secretaria Saúde, fazendo jus a gratificação FG-01, a partir desta data, conforme Solicitação Administrativa anexo.
PORTARIA Nº. 0089 / 2015 DE 02 de MARCO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas

atribuições, e de acordo com o artigo 10º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,
Designar MARIZA DA SILVA BONETTI, ocupante do cargo de Auxiliar de Expediente, código 3.03, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para ocupar a Função Gratificada de Chefe de Turma do Tratamento Fora do Domicílio, da Secretaria Saúde, fazendo jus a gratificação FG-01, a partir desta data, conforme Solicitação Administrativa anexo.
PORTARIA Nº. 0090 / 2015 DE 02 de MARCO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições,
Regularizar a situação funcional da servidora FATIMAALBERTON, ocupante do cargo de Professor, nível I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotando-a definitivamente, no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Pré-Escola, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, conforme solicitação administrativa.
PORTARIA Nº. 0091 / 2015 DE 02 de MARCO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com os artigos 27 e 28, da Lei Municipal nº 990/2000, de 04/04/2000
Conceder Adicional por Nova titulação, a funcionária MARCIA DA SILVA DOS SANTOS GERALDI, ocupante do cargo de Professor, Nível II, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal Professor Gregório Wessler, no atendimento de aluno com Necessidades Educacionais Especiais, do 1º Ano do Ensino Fundamental e 20 (vinte) horas semanais no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Pré-Escola, passando para o nível III, a partir desta data, conforme Solicitação Administrativa.
Prefeitura Municipal de Grão-Pará
ESTADO DE SANTA CATARINA
RESUMO
PORTARIA Nº. 0092 / 2015 DE 02 de MARCO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 29.º item I, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000
Exonerar, a partir desta data, CIRLEI OENNING, ocupante do cargo de Professor, nível III, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, atuando na Escola Municipal Professor Gregório Wessler, desde 01/11/1993, conforme portaria de nomeação por concurso nº 160/1993, de 01/11/1993, declarando a vacância do cargo especificado, na forma prevista no artigo 28º, incisos I, da Lei Municipal nº 989/2000, a pedido, conforme requerimento.
PORTARIA Nº. 0093 / 2015 DE 02 de MARCO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 10.º, da Lei Municipal nº 990/2000 de 04/04/2000
Nomear SARITA PAMFIL, para, a partir desta data, ocupar o Cargo em comissão de Dirtetora de Escola, nível DASMA-01, para exercer suas funções na Escola Municipal Professor Gregório Wessler, vinculada à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, conforme Solicitação Administrativa.
PORTARIA Nº. 0094 / 2015 DE 03 de MARCO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas

atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

Contratar ESMAEL MICHELETO NANDI, para, a partir desta data, exercer a função de Estagiário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal do Planejamento e Urbanismo, até 31/12/2016, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0095 / 2015 DE 03 de MARCO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

Conceder férias regulamentares a EDNA DE BONA ASCARI FABI-ZACK, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício no Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS, no período de 15/03/2015 a 14/04/2015, referente ao período aquisitivo de 10/03/2012 a 09/03/2013, conforme solicitação.

PORTARIA Nº.0096 / 2015 DE 03 de MARCO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 6.º da Lei Municipal nº 991/2000, de 04.04.2000,

Cessar, a partir de 04/03/2015, os efeitos da portaria nº 007/2013, de 01/01/2013, que nomeia CARLOS ALBERTO MEURER MULLER para ocupar o Cargo Comissionado de Secretário Municipal do Esporte e Turismo, nível DAS-01, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal.

PORTARIA Nº. 0097 / 2015 DE 03 de MARCO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 31.º da Lei Municipal nº 990/2000 de 04/04/2000

Contratar, em caráter temporário, GIZANE CARARA PONCIANO, para ocupar o cargo de Professor (ACT), nível II, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Escola Municipal Professor Gregório Wessler a partir desta data, vinculado à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, em substituição a Jane Blasius Faust, designada para exercer cargo comissionado e por não existir candidato aprovado em Processo Seletivo, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº.0098 / 2015 DE 03 de MARCO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

Prorrogar, pelo prazo de 180 dias, ou até a realização de Concurso Público para provimento de cargo efetivo, os efeitos da portaria nº 243/2014, de 01/09/2014, que contrata VANDERLEI DA CONCEIÇÃO, para ocupar o cargo de Servente de Obras, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ter exercício na Secretaria dos Transportes e Obras, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS.

PORTARIA Nº.0099 / 2015 DE 03 de MARCO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000, e Lei Municipal nº 1650, de 23/02/2010,

Prorrogar, pelo prazo de 180 dias, ou até a realização de Concurso Público para provimento de cargo efetivo, os efeitos da portaria nº 257/2014, de

04/09/2014, que contrata DAIANI LESSA DA SILVA, para ocupar o cargo de Psicólogo, código 1.01, carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para ter exercício no CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), vinculado à Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS.

PORTARIA Nº. 0100 / 2015 DE 03 de MARCO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

Contratar VOLDINARA GONÇALVES NEVES, para, no período a partir desta data até 31/12/2016, exercer a função de Estagiário, com carga

horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, vinculado a Secretaria Municipal

da Família e Desenvolvimento Social, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA N 115-2015-CON. MUN. MEIO AMBIENTE

PORTARIA Nº 115/2015

DE 23 De março de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 1.103/2001, de 27 de novembro de 2001,

RESOLVE

Nomear os membros integrantes do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA para atuarem no período de 23 de março de 2015 a 22 de março de 2017, ficando assim constituído:

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Titular: Helio Alberton Junior

Suplente: Jiseli Kons

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

Titular: Célia Kulkamp Meurer

Suplente: Márcio Borba Blasius

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Titular: Dioni Kuhnen Salvador

Suplente: Josiane Hereck Bussolo

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Titular: Jane Bonin

Suplente: Edinara Hereck Bussolo

REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Titular: Daiana Beltrame Müller

Suplente: Ana Paula Galvan Momm

REPRESENTANTES DOS COMERCIANTES - CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE GRÃO-PARÁ - CDL

Titular: Valdiléia Ballmann

Suplente: Bianca Bussolo Alberton

CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Titular: Edilson Guizoni Wessler

Suplente: Valecio Bussolo

ENTIDADE COMUNITÁRIA DEVIDAMENTE CONSTITUÍDA E

REGISTRADA - CENTRO COMUNITÁRIO SANTO ESTANISLAU

Titular: Flávio Heidmann Junkes

Suplente: Alberto Zeling Szlachta

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A. - EPAGRI

Titular: Emanuel Ramos Viquetti

Suplente: Sônia Maria Brüning Ascari

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES - APP DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIO PATINHAS

Titular: Alcione Maira Furtado

Suplente: Neide Leal Weber

POLÍCIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL DA 3ª COMPANHIA DO BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL

Titular: 2º Sargento PM Jorge Euclides

Suplente: Soldado PM Zaverson Soares Remor

REPRESENTANTES DOS INDUSTRIÁRIOS

Titular: Almeci Momm

Suplente: Vitor Ascari

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
23 de março de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em 23 de março de 2015.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Guaraciaba**PREFEITURA****MINUTA EDITAL DE CREDENCIAMENTO 05.15 SERVIÇOS MÉDICOS ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA**

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 05/2015

Processo Licitatório nº 31/2015 - Inexigibilidade de Licitação nº 09/2015

O Município de Guaraciaba, SC, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 11.355.924/0001-27, com sede a Rua Presidente Kennedy, nº 455, Centro, município de Guaraciaba, SC, representado neste ato pela sua Ordenadora, Sra Sirlei Maria Scalco Ceretta, com a autoridade que lhe é atribuída pela Lei 8.666/93, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar CREDENCIAMENTO para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO HOSPITALARES PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS NA ÁREA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA DESTINADO O ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE GUARACIABA/SC. Para tanto, estará recebendo até as 14h00min do dia 15 de abril de 2015, na Prefeitura Municipal de GUARACIABA, no Departamento de Compras e Licitações, sito a Rua Ademir de Barros, nº 85, Guaraciaba - SC, os requerimentos e documentos pertinentes ao credenciamento de acordo com o presente Edital. A análise da documentação para o referido credenciamento ocorrerá no dia 15 de abril de 2015, a partir das 14h00min, no mesmo local e endereço anteriormente citado e permanecerá aberto aos demais interessados até 30/11/2015.

Guaraciaba 31 de março de 2015.

Sirlei Maria Scalco Ceretta

Ordenadora do FMS

MINUTA EDITAL DE TOMADA DE PREÇO 02.15 AQUISIÇÃO DE GALPÃO INDUSTRIAL EM PRÉ-MOLDADO E METÁLICOPREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABASC,
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº02/2015.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 50/15, Edital de Tomada de Preços Nº 02/15, Objeto: AQUISIÇÃO DE GALPÃO EM PRÉ-MOLDADO E METÁLICO MEDINDO 20X30M; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 17/04/15; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 17/04/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademir de Barros 85, Guaraciaba - SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 31 de março 2015.

Roque Luiz meneghini,

Prefeito Municipal

Guaramirim**PREFEITURA****DECRETO Nº. 434/2015**

DECRETO Nº. 434/2015
Designa Gestor do Contrato nº. 46/2014-PMG.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67 §§ 1º e 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado o servidor público municipal Marcelo Moratoni, matrícula 350010, Engenheiro Civil, para acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato Nº. 46/2014-PMG, de 11/08/2014, e seus Termos Aditivos, celebrados entre o Município de Guaramirim e a Empresa Normal Geologia e Geotecnia F/C Ltda.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 31 de março de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 232/2015

PORTARIA Nº. 232/2015
NOMEIA membros para compor a Comissão de Avaliação de Amostras para o processo de licitação nº. 09/2015 - FMS, que tem como objeto a aquisição de fraldas.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros para a Comissão de Avaliação de Amostras para o processo de licitação nº. 09/2015 - FMS, que tem como objeto a aquisição de fraldas:

- Adriana R. S. de Andrade;
- Michelle Bettoni Hambus;
- Tanisse Amorim Ferrari Chaves.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 31 de março de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL**LEI COMPLEMENTAR Nº 084/2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 084/2015
Altera o Anexo III da Lei Complementar Nº 007/2001 de 23 de novembro de 2001.

Evaldo João Junckes, Presidente da Câmara Municipal de Guaramirim, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 49 da Lei Orgânica do Município de Guaramirim e o Inciso II do Art. 46 da Lei do Regimento Interno da Câmara de Vereadores:

Faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica alterado o nível de vencimentos do cargo abaixo relacionado do Anexo III - Quadro Permanente, Grupo OAG - Atividades Operacionais e de Administração Geral:

Código	Nome do Cargo	Nível de Vencimentos
20080	Inspetor de Produtos de Origem Animal	63 a 76

Art. 2º - As demais disposições da Lei Complementar nº 007/2001 permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim - SC, 31 de Março de 2015.
Evaldo João Junckes
Presidente da Câmara Municipal de Guaramirim

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 23

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 23/2015 - Pregão Presencial Nº. 15/2015.

Objeto: Aquisição de Uniforme Escolar (camiseta, calça legging e calça colegial) para serem utilizados pela Rede Municipal de Ensino do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 15/04/2015 (08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 31 de março de 2015.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

DECRETO MUNICIPAL 046_2015

Decreto Municipal 046/2015

PROMOVE DESDOBRAMENTO DE LOTE URBANO

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Legislação em Vigor, e, em especial a Lei Municipal nº 753/87 de 07 de Agosto de 1987, em seu capítulo I, Artigo 2º, Parágrafo 3º e Art. 9º, alterado pela Lei 1.811/2006 de 24 de abril de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica AUTORIZADO o DESDOBRAMENTO do LOTE URBANO NÚMERO 76 (Setenta e seis), da quadra nº. 58 (Cinquenta e oito), com área de 1.000,0m² (Hum mil metros quadrados), sem acessões, situado na Rua Octávio Reinoldo Diehl, Esquina com a Rua Rui Barbosa, na cidade de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, objeto da matrícula nº 3.257, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, SC. Com o parcelamento do solo as áreas passam a ter as seguintes descrições:

ÁREA PRIMITIVA: (MAT. 3.257)

LOTE URBANO NÚMERO 76 (Setenta e seis), da quadra nº. 58 (Cinquenta e oito), com área de 1.000,00m² (Hum mil metros quadrados), sem acessões, situado na Rua Octávio Reinoldo Diehl, esquina com a Rua Rui Barbosa, na cidade de Guarujá do Sul, SC, com as seguintes confrontações:

NORTE, Com a Rua Octávio Reinoldo Diehl, medindo 20,00 metros;

SUL, Com a Chácara nº 52, medindo 20,00 metros;

LESTE, Com o antigo Lote urbano 75, hoje Rua Rui Barbosa, (decreto Municipal 22/2008), medindo 50,00 metros.

OESTE, Com o Lote Urbano nº 77, medindo 50,00 metros;

ÁREA REMANESCENTE

LOTE FORMADO PELA PARTE DO LOTE URBANO NÚMERO 76 (Setenta e seis), da quadra nº. 58 (Cinquenta e oito), com área de 700,00m² (Setecentos metros quadrados), sem acessões, situado na Rua Rui Barbosa, na cidade de Guarujá do Sul, SC, com as seguintes confrontações:

NORTE, Com a parte desdobrada do lote urbano nº 76, medindo 20,00 metros;

SUL, Com a Chácara nº 52, medindo 20,00 metros;

LESTE, Com Rua Rui Barbosa, medindo 35,00 metros.

OESTE, Com o Lote Urbano nº 77, medindo 35,00 metros;

ÁREA DESDOBRADA

LOTE FORMADO PELA PARTE DO LOTE URBANO NÚMERO 76 (Setenta e seis), da quadra nº. 58 (Cinquenta e oito), com área de 300,00m² (Trezentos metros quadrados), sem acessões, situado na Rua Octávio Reinoldo Diehl, esquina com a Rua Rui Barbosa, na cidade de Guarujá do Sul, SC, com as seguintes confrontações:

NORTE, Com a Rua Octávio Reinoldo Diehl, medindo 20,00 metros;

SUL, Com a parte remanescente do lote urbano nº 76, medindo 20,00 metros;

LESTE, Com Rua Rui Barbosa, medindo 15,00 metros.

OESTE, Com o Lote Urbano nº 77, medindo 15,00 metros;

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal 037/2015 de 09 de março de 2015, entrando em vigor o presente Decreto Administrativo, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC, em 23 de Março de 2015

63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

José Carlos Foiatto

Prefeito Municipal

- Certificamos que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data Supra.

Rosa Isabel Montagner

Secretária da Administração e Fazenda

DECRETO MUNICIPAL 048_2015

Decreto Municipal nº 48/2015

Declara de Interesse Público e Social a realização de limpeza, em área urbana, localizada na calha da sanga Esperança e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em especial seu artigo 63, inciso V; combinado com os artigos 2º e o art. 4º, § 3º, inciso I, da Resolução 369, de 28 de março de 2006, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), combinado com o Art. 8º da Lei Federal 12.651 de 25 de maio de 2012:

CONSIDERANDO:

a) As obras de asfaltamento de parte da GRS 080, futuro prolongamento da Rua Maranhão, rua esta que dará acesso à nova Escola de Educação Básica Professora Elza Mancelos de Moura;

b) Que na altura em que a sanga Esperança, atravessa a Rodovia Municipal GRS 080, a sua calha necessita de limpeza, para dar uma maior vazão de água, principalmente nas fortes chuvas, o que vem ocasionando transbordamento da referida sanga;

c) A necessidade de urgência no atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos e particulares;

d) A limpeza da sanga Esperança, é uma medida eficiente e impedirá futuras inundações, beneficiando todos os membros da sociedade, localizados nas imediações daquela área;

e) Que a medida vem de encontro aos princípios que regem a administração pública, dentre eles a eficácia e eficiência na atividade administrativa;

f) Que na arquitetura e no urbanismo, a acessibilidade tem sido uma preocupação constante nas últimas décadas. Atualmente estão em andamento obras e serviços de adequação do espaço urbano e dos edifícios às necessidades de inclusão de toda população, visando eliminar os obstáculos existentes ao acesso, modernizando e incorporando essas pessoas ao convívio social, possibilitando o ir e vir.

g) Que para a escola entrar em funcionamento, é necessário dar condições de acesso, adequado, tanto para pessoas e veículos de passeio e ônibus escolares;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de interesse público e social, a realização de limpeza, em área urbana, localizada na calha da sanga esperança, na Rodovia Municipal GRS 080 futuro prolongamento da Rua Maranhão, num trecho de 35,0 metros de comprimento por 2,0 metros de largura, totalizando uma área de 70,0m², conforme projeto anexo.

Art. 2º O presente Decreto de interesse público e social é feito em caráter de urgência.

Art. 3º Para cobrir as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados recursos do orçamento municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC,
em 25 de Março de 2015

63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

José Carlos Foiatto

Prefeito Municipal

- Certificamos que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data Supra.

Rosa Isabel Montagner

Secretária da Administração e Fazenda

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº 009/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 009/2015 DE 23/03/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratada: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina -Epagri

OBJETO: Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

VALOR 10 parcelas de R\$ 1.500,00 mensais

PRAZO: 31/12/2015

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2015, conforme Lei Orçamentária anual.

Herval d'Oeste (SC), 23 de março de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito

Luiz Carlos Coelho

Gerente Regional - EPAGRI

CONTRATO Nº 010/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 010/2015 DE 30/03/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratada: Andrade Construções Ltda.

OBJETO: Execução de sistema de esgotamento sanitário no município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra.

VALOR: R\$ 3.642.169,32

PRAZO: 31/12/2015

RECURSOS: PAC - Governo Federal- FUNASA Termo de Compromisso nº 234/2014

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2015, conforme Lei Orçamentária Anual.

Herval d'Oeste (SC), 30 de março de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito

Simar José Rosa

Sócio Administrador (Contratada)

PORTARIA Nº 462/2015

PORTARIA Nº 462/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 36 (trinta e seis) dias de Licença Prêmio, à servidora SIRLANDA MARIA RODRIGUES PASINATO (Matr. 2572), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 10, Referência "A", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2014, para serem gozadas a contar de 31 de março de 2015 a 05 de maio de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 31 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 463/2015

PORTARIA Nº 463/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Alterar os efeitos da Portaria Nº 306/2015, da Servidora MONICA LUCIA COSTA FELL (Matr. 3776), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Educação Infantil, sendo que a mesma passará a substituir a Servidora Sirlanda Maria Rodrigues Pasinato, que se encontra em gozo de licença prêmio, a contar de 31 de março de 2015 até 05 de maio de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 31 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 464/2015

PORTARIA Nº 464/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 31 de março de 2015, da Servidora MARCIA JUSSARA S. ZAGONEL (Matr. 97), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo

de Supervisor Escolar, Nível 12, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo XI da LC Nº 316/2013, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 31 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 465/2015

PORTARIA Nº 465/2015

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

RETIFICAR o percentual de Incorporação de Adicional de Insalubridade, do percentual de 18,84% para o percentual de 18,00% sobre o menor vencimento pago pelo Município para cargo de provimento efetivo, referente ao período aquisitivo compreendido entre Abril de 2002 a Março de 2011, concedido ao Servidor ANTONIO DUTRA CONCEIÇÃO (Matr. 1405), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas II, Nível - 8, Classe "E", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal; conforme dispõe as Leis Complementares nº 006/1994, nº 191/2005 e nº 197/2006, através das Portarias nº 879/2009, nº 398/2010, nº 479/2010, nº 679/2010, nº 436/2011 e nº 847/2011, que ora ficam alteradas.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Herval d' Oeste (SC), em 31 de Março de 2015.

NELSON GUINDANI
Prefeito

PORTARIA Nº 466/2015

PORTARIA Nº 466/2015

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

CONCEDER Aposentadoria Voluntária por Idade - Comum, à Servidora Pública Municipal IRACI TREVISOL e DECLARAR a vacância do cargo ocupado, o qual exercia as funções inerentes ao cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais - do Quadro Geral de Carreira deste Município, Matrícula nº 940, Nível 3, Referência "F", 40 horas semanais; com fundamento nos termos do Art. 40, § 1º, III, "b" da Constituição Federal e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005; a partir de 01 de abril de 2015.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste (SC), 01 de Abril de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito de Herval d'Oeste

TERMO ADITIVO Nº016/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA
CNPJ/MF 83.665.141/0001-50
Empresa: Setep Construções S/A
Endereço: Rua Francisco Martinhago, nº 258
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 016/2015 DE 30 De março de 2015

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a Setep Construções S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 83.665.141/0001-50, estabelecida na Rua Francisco Martinhago, nº 258, Bairro Mina do Mato, na Cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhor Ademir Locks, brasileiro, portador CPF nº 290.608.429-87 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 040/2014, que tem por objeto a PAVIMENTAÇÃO E RECAPEAMENTO EM CBUQ DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, em decorrência do Processo Licitatório nº 024/2014, na Modalidade de Concorrência Pública para Obras e Serviços de Engenharia nº 01/2014 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo contratual bem como o prazo de execução da ordem de serviço nº 005/2014 até 12/06/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, § 1º inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar, bem como pareceres técnico e jurídico.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

A publicação deste Termo Aditivo supre a necessidade de emissão de nova ordem de serviço, para a realização dos serviços previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 040/2014, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 30 de março de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito
CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:

Gilberto José Durigon
CPF: 737.459.529-87

Mariana Colusso Fabrin
CPF: 052.051.949-36

TERMO DE REAJUSTE Nº006/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
"FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE"
CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAÇADOR
"REUNIDAS TURISMO S/A"
CNPJ/MF Nº 04.176.082/0001-80
Rua Dr. Herculano Coelho de Souza, nº 555
CONTRATADA

TERMO de reajuste Nº 006/2015 DE 06 De março de 2015

Pelo presente instrumento, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 17.799.033/0001-46 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa REUNIDAS TURISMO S/A, Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida na Rua Dr. Herculano Coelho de Souza, nº 555, - Bairro Reunidas - Município de Caçador - Estado do Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 04.176.082/0001-80, neste ato representado por seu Diretor Financeiro, Rui Caramori, brasileiro, casado, portadora do CPF nº 170.895.909-25, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo a ata de Registro de Preços nº 021/2014, que tem por objeto fornecimento de passagens de ônibus intermunicipais para doação à municípios, conforme benefícios aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social, e para pacientes que necessitem de deslocamento a outras localidades para tratamento de saúde, encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 meses, em decorrência do Processo Licitatório nº 0079/2014, na Modalidade de Pregão Presencial nº 033/2014 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - Do Objeto

O Presente termo tem por objeto a revisão dos valores contratados para o fornecimento de passagens de ônibus intermunicipais no importe de +6,50%, em virtude da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, o qual foi devidamente comprovado e justificado no processo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES

Considerando que a Contratada comprova documentalmente no pedido que o produto citado efetivamente sofreu alteração de preço, será concedido reajuste a tais itens, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDA- DE	VALOR ATUAL UNITA- RIO	VALOR COM REAJUS- TE
1	PASSAGEM DE ONIBUS DE CHAPECO A JOAÇABA	UN	45,85	48,83
2	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A CHAPECO	UN	42,42	45,18
3	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A CONCORDIA	UN	24,23	25,80
4	PASSAGEM DE ONIBUS DE CONCORDIA A JOAÇABA	UN	25,55	27,21
5	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A FLORIANOPOLIS	UN	116,13	123,68
6	PASSAGEM DE ONIBUS DE FLORIANOPOLIS A JOAÇABA	UN	117,23	124,85
7	PASSAGEM DE ONIBUS DE LAGES A JOAÇABA	UN	57,01	60,72
8	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A LAGES	UN	54,81	58,37
9	PASSAGEM DE ONIBUS DE BLUMENAU A JOAÇABA	UN	86,53	92,15
10	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A BLUMENAU	UN	83,93	89,39
11	PASSAGEM DE ONIBUS DE CURITIBA A JOAÇABA	UN	74,73	79,59
12	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A CURITIBA	UN	71,57	76,22
13	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOINVILLE A JOAÇABA	UN	106,73	113,67
14	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A JOINVILLE	UN	105,03	111,86
15	PASSAGEM DE ONIBUS DE CAÇADOR A JOAÇABA	UN	29,47	31,39
16	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A CAÇADOR	UN	29,75	31,68
17	PASSAGEM DE ONIBUS DE SAO PAULO A JOAÇABA	UN	141,14	150,31
18	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A SAO PAULO	UN	137,39	146,32
19	PASSAGEM DE ONIBUS DE ERECHIM A JOAÇABA	UN	25,55	27,21
20	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A ERECHIM	UN	24,48	26,07
21	PASSAGEM DE ONIBUS DE VIDEIRA A JOAÇABA	UN	17,97	19,14

22	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A VIDEIRA	UN	18,34	19,53
23	PASSAGEM DE ONIBUS DE CATANDUVAS A JOAÇABA	UN	17,87	19,03
24	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A CATANDUVAS	UN	18,27	19,46
25	PASSAGEM DE ONIBUS DE ERVAL VELHO A JOAÇABA	UN	5,99	6,38
26	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A ERVAL VELHO	UN	6,50	6,92
27	PASSAGEM DE ONIBUS DE IBICARE A JOAÇABA	UN	6,15	6,55
28	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A IBICARE	UN	6,95	7,40
29	PASSAGEM DE ONIBUS DE XANXERE A JOAÇABA	UN	33,39	35,56
30	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A XANXERE	UN	33,65	35,84
31	PASSAGEM DE ONIBUS DE ITAJAI A JOAÇABA	UN	99,22	105,67
32	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A ITAJAI	UN	95,84	102,07
33	PASSAGEM DE ONIBUS DE CURITIBANOS À JOAÇABA;	UN	31,91	33,98
34	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA À CURITIBANOS;	UN	32,19	34,28
35	PASSAGEM DE ÔNIBUS DE JOAÇABA À JARAGUA DO SUL	UN	97,40	103,73
36	PASSAGEM DE ÔNIBUS DE JARAGUÁ DO SUL À JOAÇABA	UN	99,10	105,54

Este reajuste passa a vigorar após a assinatura e publicação deste Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 40 inciso XI e no artigo 65, inciso II, alínea d da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA - Das Disposições Finais

A publicação deste Termo Aditivo supre a necessidade de emissão de nova ordem de serviço, para a realização dos serviços previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas da ARP Nº 0021/2014, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 06 de março de 2015.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Rui Caramori Diretor Financeiro CPF: 170.895.909-25 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

TERMO DE REAJUSTE Nº007/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
"PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
"Liz Serviços Online Ltda"
CNPJ/MF Nº 03.725.725/0001-35
Rua 220, nº 200 - Meia Praia
CONTRATADA

TERMO de reajuste Nº 007/2015 DE 13 De março de 2015
Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Liz Serviços Online Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida na Rua 220, nº 200 - Meia Praia - Município de Itapema - Estado de Santa Catarina inscrita no CNPJ sob nº 03.725.725/0001-35, neste ato representado por seu sócio administrador, Senhor Carlito Mello de Liz, brasileiro, casado, portadora do CPF nº 181.488.089-53, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo do Contrato nº 014/2014, que tem por objeto cessão de uso de software, consistentes na divulgação, publicação e gerenciamento do compêndio dos atos oficiais, de efeito externo, em decorrência do Processo Licitatório nº 0019/2014, na Modalidade de Inexigibilidade de licitação nº 002/2014 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - Do Objeto

O Presente termo tem por objeto a revisão dos valores contratados para cessão de uso de software no importe de +2,144 %, (IGP-M - FGV) em virtude da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, o qual foi devidamente comprovado e justificado no processo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES

Considerando que a Contratada comprova documentalmente no pedido que o produto citado no item 02 efetivamente sofreu alteração de preço, será concedido reajuste a tais itens, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR ATUAL	VALOR COM REAJUSTE
1	Cessão de uso de software	UND	R\$ 2.008,77	R\$ 2.051,84

Este reajuste passa a vigorar após a assinatura e publicação deste Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 40 inciso XI e no artigo 65, inciso II, alínea d da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA - Das Disposições Finais

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 014/2014, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 13 de março de 2015.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Contratante		Carlito Mello de Liz Sócio Administrador CPF: 181.488.089-53 Contratada
Testemunhas:		
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87		Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

Ibiam

PREFEITURA

CONTRATO Nº 010 2015 - RH

CONTRATO Nº 010/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço por tempo determinado, que entre si celebram, como contratante o município de Ibiam, CNPJ 01.612.745/0001-74, neste ato representado pelo Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal, e como contratado, o Sr. FABIANO SCORTEGAGNA DUPCZAK, brasileiro, solteiro, Médico, CI 4.928.485, CPF nº 050.996.969-02, CRMSC 16766, residente no município de Tangará/SC, mediante as seguintes cláusulas, firmam o presente contrato:

Cláusula Primeira - O Município, com amparo no inciso VII, do art. 88, alínea a, do inciso III, do art. 23, ambos da Lei Orgânica Municipal; mais o que consta no art. 1º e inc. VII - § 1º, do art. 2º, da Lei Municipal nº 112, de 05.01.1999, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 283, de 03.06.2005; e considerando que os candidatos classificados no Concurso Público aberto pelo Edital nº 001, de 05.04.2013, desistiram de assumir a vaga; bem como o resultado do Processo Seletivo nº 001, de 11.02.2015, homologado pelo Decreto nº 2.770, de 13.03.2015; e com base no Prejulgado nº 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, contrata o Sr. FABIANO SCORTEGAGNA DUPCZAK, para exercer as funções do cargo de MÉDICO, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais a serem desenvolvidas junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Cláusula Segunda - O contratado receberá os vencimentos de R\$ 17.588,49 (dezessete mil, quinhentos e oitenta e oito reais e quarenta e nove centavos), conforme Anexo Único, da Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

§ 1º - O contratado receberá adicional de insalubridade correspondente a 20% (vinte por cento) do piso salarial dos funcionários do município, conforme art. 62, da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 326, de 30.08.2006, bem como Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT, de 02.01.2014 e Decreto nº 2722, de 27.11.2014.

§ 2º - O contratado será regido pelo regime jurídico especial de que trata a Lei nº 112, de 05.01.1999 e filiado ao Regime Geral da Previdência Social.

Cláusula Terceira - O presente contrato terá início no ato da sua assinatura e término previsto para 13.03.2016 ou até que cesse o motivo que deu causa à contratação ou ainda com o preenchimento da vaga mediante realização de Concurso Público.

Cláusula Quarta - Poderá haver a prorrogação do contrato, pelo prazo de até 01 (um) ano, desde que persistam os motivos da contratação.

Cláusula Quinta - A rescisão do presente contrato poderá ocorrer antecipadamente nos casos previstos no Artigo 12, da Lei Municipal nº 112, de 05 de janeiro de 1999.

Cláusula Sexta - Os encargos decorrentes deste contrato, serão suportados pela rubrica orçamentária:
Órgão: 03 - Fundos Municipais

Unidade orçamentária: 0301 - Fundo Municipal da Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 1001 - Saúde com Qualidade

Projeto/atividade: 2039 - Manutenção das atividades da saúde

Elemento de Despesa: 31900000 - 0102 - Aplicações Diretas

Projeto/atividade: 2041 - Manutenção piso de atenção básica variável

Elemento de Despesa: 31900000 - 1138 - Aplicações Diretas

Cláusula Sétima - O presente contrato fundamenta-se na Lei Municipal 112, de 05 de janeiro de 1999, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 283, de 03 de junho de 2005, Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997 e alterações posteriores, Processo Seletivo - Edital nº 001, de 11 de fevereiro de 2015, Decreto municipal nº 2.770, de 13 de março de 2015 e Artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal.

Cláusula Oitava - As partes elegem o foro da Comarca de Tangará para dirimir questões relacionadas a este contrato.

E por estarem, certos, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma para que produza os efeitos legais e jurídicos, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 18 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CPF - 497.720.319-49

FABIANO SCORTEGAGNA DUPCZAK

CPF nº 050.996.969-02

CRMSC 16766

Testemunhas:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

CPF -807.451.729-20

ERICA THOMÉ LAIDNES

CPF - 006.854.259-32

EVANDRO CARLOS DOS SANTOS

Advogado - OAB/SC 13.747

DECRETO Nº 2774/2015

DECRETO Nº 2.774, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA CONSELHO DE BOLSA DE ESTUDO A ESTUDANTES DO MUNICÍPIO DE IBIAM

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as disposições da Lei nº 0015/97 com nova redação pela Lei nº 401/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Conselho de Bolsa de Estudo a Estudantes do município de Ibiam, de acordo com a Lei Municipal nº 0015/97, composto pelas seguintes pessoas:

TAMARA ELIZE BITARELLO PIOVESAN - Presidente;

RODRIGO FELICETTI PEROSA - Secretário;

TATIANA SOUZA DO AMARAL - Membro.

Art. 2º- A Comissão Municipal de Estudantes de Ibiam, terá a incumbência de analisar a documentação apresentada pelos estudantes de acordo com a legislação em vigor, e encaminhar à Secretária da Educação os relatórios e documentos previstos nos regulamentos vigentes.

Art. 3º- O mandato dos membros do Conselho de Bolsa de Estudos a Estudantes do Município de Ibiã será de dois anos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 209/2014.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM/SC, 23 DE MARÇO DE 2015.
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA
SEC. MUNICIPAL DA ADM. E FAZENDA

EDITAL ELEIÇÃO CONSELHO TUTELAR 2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE IBIAM

PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO

I - Vagas: 05 (cinco) Conselheiros(as) Tutelares Titulares

05 (cinco) Conselheiros(as) Tutelares Suplentes

II - Remuneração: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) mensais

III - Carga horária: 40 (quarenta) horas semanais

IV - Inscrições: de 06.04.2015 a 03.06.2015, das 07h30min as 11h30min e das 13h00min as 17h00min, na sede da Prefeitura Municipal

V - Data da prova: 26.07.2015, às 08h30min, no Centro Educacional Eliziane Titon

VI - Eleição: 04.10.2015, das 08h00min as 17h00min

VII - Edital completo estará disponível no site: www.ibiam.sc.gov.br

EDITAL SME 01/2015 - BOLSA DE ESTUDOS

EDITAL SME-001/2015

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA BOLSAS DE ESTUDO PARA 2015 - 1º Semestre e 2º Semestre

ALUNOS DE CURSO SUPERIOR, TÉCNICOPROFISSIONALIZANTE OU SUPLETIVO

(leis 15/97, 401/09, Decreto 2618/14, Decreto 2774/15)

O Município de Ibiã, através da Secretaria Municipal da Educação, torna público que estarão abertas as inscrições para bolsas de estudo, a serem concedidas pela Secretaria Municipal da Educação, no primeiro e segundo semestre de 2015, para alunos regularmente matriculados e residentes no Município de Ibiã com bom desempenho, incluídos nos critérios adiante estabelecidos.

1. DA INSCRIÇÃO

As inscrições estarão abertas no período de 01 de abril de 2015 a 15 de abril de 2015, para o Primeiro Semestre e de 30 de julho de 2015 a 14 de Agosto de 2015 para o Segundo Semestre. A ficha de inscrição/requerimento estará disponível no site do Município www.ibiam.sc.gov.br e deverá ser entregue, juntamente com a documentação solicitada, na Secretaria Municipal da Educação no horário de 8h30min às 11h30h e das 13h às 17h.

2. DA DOCUMENTAÇÃO

No site do Município estará publicada a lista de toda a documentação a ser apresentada à Secretaria Municipal da Educação. Nenhum documento pessoal original deverá ser anexado ao processo

de solicitação de bolsa de estudo, somente cópia dos mesmos.

3. DAS BOLSAS DE ESTUDO

Serão oferecidas bolsas de estudo para o 1º semestre de 2015 e 2º Semestre de 2015, no valor correspondente até 30% do salário mínimo 2015 (R\$ 236,40), não podendo o valor da bolsa exceder a 50% (cinquenta por cento) ao valor da mensalidade. Poderá ser de até 100% (cem por cento) do valor da mensalidade a bolsa concedida a estudantes comprovadamente carentes.

- Critérios para concessão:

- a) estar regularmente matriculado no 1º ou 2º semestre de 2015;
- b) ter residência no município de Ibiã;
- c) não ter sido reprovado em nenhuma disciplina no último semestre cursado;

☐ Critérios de Exclusão de Concessão:

Será automaticamente excluído do processo o:

- a) Estudante que não residir no Município de Ibiã;
- b) Estudante que freqüentar em outros Municípios cursos existentes no Município de Ibiã;
- c) Estudante que tenha Concluído outro curso Superior e/ou profissionalizante;
- d) Estudante que receba bolsa de estudos de qualquer outra entidade ou órgão;
- e) Estudante bolsista que não tiver frequência igual ou superior a 90%;
- f) Estudante bolsista que não atingir índice de aproveitamento superior a 50% da pontuação e for reprovado.

- Do Ressarcimento dos valores percebidos:

- a) O Estudante que desistir do curso no decorrer do ano letivo, salvo motivos justificados, reembolsará e/ou ressarcirá o município de Ibiã, dos valores recebidos atualizados.

4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) Os alunos selecionados, terão até o dia 15 (quinze) do mês do pagamento, ou primeiro dia útil caso seja feriado ou final de semana, para apresentar no protocolo da Prefeitura Municipal o boleto bancário com seu respectivo comprovante de pagamento, para análise e aprovação de valores, que serão repassados para conta pessoal do Aluno, conforme cronograma fixado pelo Município de Ibiã.

Em relação a mensalidades do mês de Fevereiro e Março de 2015, serão quitadas pelo Município de Ibiã, desde que aprovadas, juntamente com a do mês de Abril de 2015.

- b) O Valor que o Município considerará como pago pelo Estudante, é o valor pago da mensalidade, sem qualquer acréscimo de juros e multa.

- c) A constatação de quaisquer anormalidades quanto às informações fornecidas acarretará o cancelamento imediato da concessão da bolsa, assim como o ressarcimento do benefício concedido.

- d) Informações falsas, fraudes ou qualquer artifício utilizado com a intenção de burlar os termos deste Edital, uma vez detectadas, serão comunicadas ao Ministério Público para fins de apuração da responsabilidade civil e criminal.

- e) Visando a maior transparência do presente processo, serão

publicados no site do Município relação nominal de todos os inscritos e, ao final, de todos os alunos contemplados.

f) Qualquer pessoa, durante todo o período de vigência da bolsa, independente de identificação, poderá formalizar denúncia, dirigida à Secretaria Municipal da Educação, ou ao Conselho, relatando irregularidade na concessão de bolsa.

O Estudante denunciado será notificado para prestar esclarecimentos e/ou documentos ao Conselho, em dia e hora determinados, sendo todos os atos e diligências realizadas, registrada em processo interno para apuração da denúncia.

Se procedente a denúncia, após a oportunidade do contraditório e da ampla defesa, o beneficiado terá a Bolsa de Estudo encerrada, ficando obrigado a restituir os valores recebidos, de forma atualizada.

O Estudante que for excluído do processo por informações inverídicas, conforme apuração prevista no procedimento acima, ficará impedido de participar de novos processos de concessão de bolsa de estudo.

g) O aluno é obrigado a manter atualizado seu endereço residencial, telefones de contato e e-mail.

h) Ao se inscrever neste programa, o aluno fica ciente das regras estabelecidas por este Edital, e declara estar de acordo com as normas deste edital e da legislação do Município de Ibiã, não cabendo, portanto, qualquer tipo de recurso ou contestação posterior por parte do mesmo.

i) Serão indeferidos, automaticamente, pedidos de Bolsa de Estudo, que, mesmo estando completos, forem entregues fora do prazo estabelecido para inscrição.

j) O Estudante poderá obter esclarecimentos e informações adicionais sobre o Programa de Concessão de Bolsa de Estudos, protocolando o seu pedido no Protocolo da Prefeitura Municipal, até dois dias antes do prazo de encerramento das inscrições.

k) Os casos não previstos por este Edital serão julgados pelo Conselho de Bolsa de Estudo, com homologação e aprovação da Secretaria Municipal da Educação.

Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Ibiã, 31 de março de 2015.

LUCIANA M. T. BALEN
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
Relação de Documentos para Cadastro dos Estudantes

ITEM	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO
1	Requerimento conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal da Educação.	
2	Cópia CPF, Identidade.	
3	Declaração de residência com reconhecimento de assinatura em cartório acompanhada de cópia de comprovante de água, ou luz, ou telefone, bem como cópia de contrato de aluguel.	

4	Documento(s) fornecido(s) pela Entidade comprovando a regularidade da matrícula, frequência, fase do curso que está frequentando e o valor da mensalidade. Para alunos, a partir do segundo semestre/período/fase do curso, será exigido cópia do histórico escolar.	
5	Declaração se é beneficiário de outras bolsas e se comprometendo em comunicar e pedir a suspensão da bolsa do Município de Ibiã, no momento que for beneficiado com outra.	
6	Declaração se comprometendo em comunicar a Prefeitura nos casos de: trancamento de matrícula, mudança de curso, desistência ou reprovação.	
7	Declaração sobre ter conhecimento de que ao desistir reembolsará o município sobre o valor recebido atualizado.	
8	Declaração sobre a conta bancária pessoal do aluno para ser depositado o valor da Bolsa, e declarando ter conhecimento que transferências bancárias para outros bancos que não seja Banco do Brasil, será debitado o valor cobrado pela banco relativo à transferência bancária;	
9	Declaração sobre o prazo para entrega do boleto.	
10	Declaração sobre Não ter concluído nenhum curso superior, técnico profissionalizante ou supletivo.	

À
Secretaria Municipal da Educação
Ibiã - SC

Prezada Secretária,

REQUERIMENTO

.....
Nome do Requerente da Bolsa

Natural de, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado em
....., telefone ..
....., vem requerer a Vossa Senhoria bolsa de estudos para o ano de 2015 - Semestre, de acordo com as leis nº. 015/97 e 401/2009, e junta os seguintes documentos:

Cópia CPF, Identidade.	
Declaração de residência com reconhecimento de assinatura em cartório acompanhada de cópia de comprovante de água, ou luz, ou telefone, bem como cópia de contrato de aluguel se for o caso.	
Documento(s) fornecido(s) pela Entidade comprovando a regularidade da matrícula, frequência, fase do curso que está frequentando e o valor da mensalidade.	
Documento que comprove a aprovação/reprovação das disciplinas cursadas no semestre anterior.	
Para alunos iniciantes, a partir do segundo semestre/período/fase do curso, será exigido cópia do histórico escolar.	

Declaração se é beneficiário de outras bolsas e se comprometendo em comunicar e pedir a suspensão da bolsa do Município de Ibiam, no momento que for beneficiado com outra.	
Declaração se comprometendo em comunicar a Prefeitura nos casos de: trancamento de matrícula, mudança de curso, desistência ou reprovação.	
Declaração sobre ter conhecimento de que ao desistir reembolsará o município sobre o valor recebido.	
Declaração sobre a conta bancária pessoal do aluno para ser depositado o valor da Bolsa, e declarando ter conhecimento que transferências bancárias para outros bancos que não seja Banco do Brasil, será debitado o valor cobrado pela banco relativo à transferência bancária;	
Declaração sobre o prazo para entrega do boleto.	
Declaração sobre ter ou não concluído curso superior, técnico profissionalizante ou supletivo anterior ao pedido da bolsa.	

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Ibiam/SC,dede 2015.

Assinatura do Aluno Bolsista

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Declaro sob as penas da Lei nº. 7.115/83, e para fins de requerer a bolsa de estudos à Secretaria Municipal de Educação/ Município de Ibiam, que resido em:

Rua/Av. : _____

Bairro: _____ Município: _____ UF _____

Por ser a expressão da verdade, e para todos os efeitos legais, declaro ainda que assumo inteira responsabilidade sobre os dados contidos na presente declaração.

Ibiam/SC, dede 2015.

Ass. do aluno
.....
(reconhecer firma em cartório)

AUTORIZAÇÃO PARA DEPÓSITO

Autorizo o Município de Ibiam, depositar o valor mensal correspondente à bolsa de estudos na minha conta bancária nº agência nº. do banco e DECLARO ter conhecimento que a transferência para contas bancárias que não sejam Banco do Brasil S/A será automaticamente debitado na conta do bolsista o valor cobrado relativo à transferência bancária.

Ibiam,/SC / de 2015.

Nome Legível: _____

Assinatura: _____

DECLARAÇÃO

Declaro para fins de benefício da bolsa de estudos do município de Ibiam, estar ciente SOBRE:

Prazo para entrega do boleto quitado: o boleto com seu respectivo comprovante deverá ser entregue, cfe edital, até décimo quinto (15) dia de cada mês e que a entrega fora do prazo estabelecido resultará na perda do benefício referente ao mês ;
Estar ciente que a Secretaria Municipal da Educação deverá ser comunicada sobre trancamento de matrícula, desistência ou transferência de curso.
Estar ciente que ao desistir do curso, o aluno deverá reembolsar o Município de Ibiam sobre o valor recebido atualizado.
Declaro estar ciente das penalidades cabíveis.

Ibiam/SC / de 2015.

Ass. Aluno: _____

Assinatura do Responsável: _____

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que NÃO concluí nenhum curso superior, técnico profissionalizante ou supletivo em período anterior à solicitação da bolsa de estudos.

Ibiam, de abril de 2015.

Assinatura do Aluno

Nome legível

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que NÃO recebo bolsa de estudos de nenhuma outra entidade/instituição de ensino, e se vier a receber me comprometo em comunicar a Secretaria Municipal de Educação para suspender imediatamente o repasse feito pelo Município de Ibiam.

Ibiam, de abril de 2015.

Assinatura do Aluno

Nome legível

Imbituba**PREFEITURA****EDITAL SEAGP Nº 031/2015**

EDITAL SEAGP Nº 031/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2014, divulgado através do Edital nº 001/2014, de 10 de outubro de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014, de 05 de Janeiro de 2015, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2014, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 01 de Abril a 30 de Abril de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 01 de abril de 2015.
Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 031/2015
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Geólogo
Rafael Lehnen

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL PMI/CERSP/ PSS/ CASA LAR Nº 05/2015

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL PMI/CERSP/ PSS/ CASA LAR Nº 05/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA EM EXERCÍCIO, Senhor ELÍSIO SGROTT, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado realizado para o preenchimento dos empregos públicos temporários existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura, conforme Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991 e as Leis Complementares n.º 3.135, de 25 de julho de 2007; 3.330, de 30 de abril de 2008; 3.436, de 22 de janeiro de 2009, e por recomendação da Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP, HOMOLOGA o resultado final do Processo Seletivo Simplificado objeto do EDITAL PMI/CERSP/ PSS/ CASA LAR Nº 05/2015. Determina, por sua vez, a publicação no órgão oficial, no site da Prefeitura Municipal de Imbituba, no DOM - Diário Oficial dos Municípios, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Imbituba, 31 de março de 2015.

Elísio Sgrott
Prefeito Municipal
(Em exercício)

PORTARIA PMI/GGP Nº 207/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 207, de 01 de abril de 2015.

Dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei nº 2.141, de 14 de maio de 2001, considerando ainda, o disposto no Processo Administrativo nº 1.555, de 04 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora, ROSANE SILVA, inscrita no CPF sob o n.º 813.263.439-04, Servente Merendeira, matrícula n.º 6225, LICENÇA SEM VENCIMENTOS, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 01 de abril de 2015, ficando impossibilitado qualquer contratação para suprir o presente afastamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 01 de abril de 2015.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PUBLICAÇÃO DE 2ª REUNIÃO PÚBLICA DA CONCORRÊNCIA 15/2014(PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
CONCORRENCIA Nº 15/2014
PROCESSO Nº 170/2014

Convocação para Segunda Reunião Pública

Comunicamos aos interessados que a Subcomissão Técnica da Concorrência nº 15/2014 julgou as propostas técnicas - envelopes 01 e 03. A Comissão Permanente de Licitação realizará a Segunda Reunião Pública, para abrir o envelope nº 02, a fim de identificar os licitantes participantes, de acordo com as propostas apresentadas, e proclamar o resultado de julgamento das propostas técnicas no dia 07 de abril de 2015, às 17:15 horas, na sede da Diretoria de Licitações da Prefeitura Municipal de Imbituba, na Rua Ernani Cotrin, 601, Centro.

Imbituba, 01 de abril de 2015.

Dilson Petrassem Junior
Presidente da Comissão de Licitação

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015 (SEMUSA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEMUSA

PROCESSO Nº 24/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 15 de abril de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para possível aquisição de material de consumo ambulatorial (enfermagem) para uso da secretaria municipal de saúde.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 01 de abril de 2015.

Maria Martins dos Passos Souza
Secretaria Municipal de Saúde

Indaial**PREFEITURA****ATA Nº 014/2015**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2015

EDITAL DE PREGÃO Nº 021/2015-10430

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2015

Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e quinze, de um lado o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS - OGRP; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo Licitatório nº 048/2015 - Edital de Pregão nº 021/2015-10430, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR REGISTRADO:

1.1. COMPANHIA ULTRAGAZ S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 61.602.199/0232-44, estabelecida à Rua Antônio Freder, nº 1655 - Bairro Brigadeiro, no município de Canoas - Estado do Rio Grande do Sul.

2. DO OBJETO:

2.1. Constitui-se como objeto da presente Ata, o registro de preços para a aquisição de cargas de gás P13 e P45 para as unidades administrativas, escolas, UEIs e convênios, conforme quantitativos e condições do quadro a seguir:

ITEM	QUANT	UNID	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES
01	1.244	Unid.	Carga de gás completa, tipo GLP, em botijão P13.
02	960	Unid.	Carga de gás completa, tipo GLP, em botijão P45.

3. VALORES REGISTRADOS:

3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

3.1.1. Empresa Companhia Ultragaz S.A.:

Item 01 - valor unitário de R\$ 31,52 (trinta e um reais e cinquenta e dois centavos), perfazendo valor total de R\$ 39.210,88 (trinta e nove mil, duzentos e dez reais e oitenta e oito centavos).

Item 02 - valor unitário de R\$ 139,61 (cento e trinta e nove reais e sessenta e um centavos), perfazendo valor total de R\$ 134.025,60 (cento e trinta e quatro mil e vinte e cinco reais e sessenta centavos).

PERFAZENDO UM VALOR TOTAL HOMOLOGADO DE R\$ 173.236,48 (cento e setenta e três mil, duzentos e trinta e seis reais e quarenta

e oito centavos).

3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

4. REAJUSTE DE PREÇOS:

4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.

4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:

5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.

5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.

5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.

5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

6. FISCALIZAÇÃO:

6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.

6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

7. PRAZO DE VALIDADE:

7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.

8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;

8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;

8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;

8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;

8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.

8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 048/2015 - Edital de Pregão nº 021/2015-10430.

9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:

9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.

9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.

9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

10. SANÇÕES:

10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.

10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:

a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;

b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por

inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;

c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;

d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;

e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;

f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;

g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.

10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".

10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;

b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

11. RESCISÃO DA ATA:

11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:

a) descumprir as condições da ata de registro de preços;

b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,

d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.

11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art.

110 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.

12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços, sem autorização expressa da OGRP.

13. FORO:

13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção;
- j) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
- k) Decreto Municipal no 654/2014.

15. AS PARTES:

15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 25 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDIAIAL Sérgio Almir dos Santos Prefeito Municipal	COMPANHIA ULTRAGAZ S.A. Herbert da Silva Esteves Supervisor Comercial

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

CONTRATO Nº 072/2015

CONTRATO Nº 072/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL E A EMPRESA PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA, NA FORMA ABAIXO.

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DEPALNEJAMENTO E HABITAÇÃO (DEMUTTIN), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 79.485.892/0001-18, com sede na rua Alberto Francisco Junkes, nº 55, bairro Santa Terezinha, na cidade de Gaspar - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Mário Jorge de Souza, brasileiro, sócio/diretor, inscrito no CPF sob 312.809.609/06 e Cédula de Identidade nº 614.210-9, residente à Rua Itapema, nº 54, na cidade Gaspar - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. O presente contrato se regula pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, tendo em vista a adjudicação e homologação do resultado, bem como aos termos da proposta que apresentou, no Processo Licitatório nº 013/2015 - Edital de Tomada de Preços nº 002/2015-10430.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preço unitário, de acordo com o art. 6º da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente contrato, a construção/ execução de ondulações transversais em vias públicas, compreendendo área total de 1.110,00 m2, faixas de pedestres elevadas, compreendendo área total de 1.050,00 m2, conforme anexos VI e VII do edital mencionado na Cláusula Primeira.

3.1.1. A CONTRATADA fornecerá toda a mão-de-obra e os materiais necessários para a execução da obra, de acordo com os projetos, memorial descritivo e orçamento da mesma.

3.2. As obras serão executadas nas vias públicas pavimentadas da área urbana do município de Indaial.

CLÁUSULA QUARTA: EXECUÇÃO DA OBRA/SERVIÇOS

4.1. Para todos os efeitos a CONTRATADA será a responsável pela execução do contrato de acordo com as disposições nas legislações afins.

4.2. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

4.2.1. Eventuais divergências nas especificações e/ou anexos deverão ser resolvidas pela fiscalização da CONTRATANTE.

4.3. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

4.4. A CONTRATANTE se reserva no direito de fornecer qualquer tipo de material, equipamento ou executar em parte ou no todo qualquer serviço inerente a obra, desde que esta não esteja prevista na planilha de preços da proposta da CONTRATADA.

4.5. A CONTRATADA será responsável pelo controle e manutenção do tráfego de veículos nos locais das obras, bem como pela sinalização dos mesmos tanto no período diurno quanto noturno. Sendo que se algum acidente ocorrer em virtude de falha na sinalização a CONTRATADA será a responsável para todos os efeitos.

4.6. A CONTRATADA terá que respeitar todas as Leis e Normas de execução de obras em vias e logradouros públicos do Município de Indaial, bem como todas as normas de execução propostas pela ABNT.

4.7. Constatado qualquer erro ou imperícia na execução, será de responsabilidade da CONTRATADA a correção, revisão e/ou nova execução das partes impugnadas.

4.8. A CONTRATADA se obriga a executar eventuais serviços não constantes deste contrato, mas considerados essenciais ao desenvolvimento dos serviços, sem, no entanto, modificar e/ou descaracterizar o objeto do contrato. Estes serviços serão pagos através de orçamento elaborado pela CONTRATADA após aprovação pela CONTRATANTE, antes do início destes serviços.

4.9. Quando for entregue a obra, a CONTRATADA terá que realizar a limpeza total do canteiro de obras.

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. As obras serão executadas conforme demanda, pelo prazo de 25 de março de 2015 até 25 de março de 2016.

5.1.1. A assinatura da ordem de serviços ocorrerá em até 30 (trinta) dias, justificadamente podendo ser prorrogado por igual período, contados a partir da data de assinatura do contrato.

5.2. Ocorrendo impedimento ou paralisação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente, por Termo Aditivo, por igual tempo ao que ficou paralisado.

CLÁUSULA SEXTA: SUBCONTRATAÇÃO DA OBRA

6.1. É terminante proibida a subcontratação de qualquer etapa e/ou parcela dos serviços objeto presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR DO CONTRATO

7.1. O valor total do presente contrato é de R\$197.887,81 (cento e noventa e sete mil oitocentos e oitenta reais e oitenta e um centavos), conforme planilha de quantidade e preços unitários e totais, anexo ao presente contrato.

7.1.1. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução das obras, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista

e previdenciária, da infortunística do trabalho e responsabilidades de civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completa das obras, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA: FORMA DE PAGAMENTO

8.1. Os pagamentos serão mensais. A cada 30 (trinta) dias, sendo que no dia seguinte do término do período, a CONTRATADA apresentará a medição dos serviços realizados no período, juntamente com a cópia dos boletins diários da obra.

8.1.1. A Fiscalização efetuará a conferência das planilhas, efetuando eventuais correções, e atestando a execução dos mesmos. Findo o período, a medição será realizada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis. No caso de correção da planilha, a CONTRATADA deverá apresentar nova planilha de medição devidamente corrigida.

8.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar até o 2º (segundo) dia corrido da aprovação da medição, nota fiscal correspondente aos valores dos serviços executados, conforme planilha aprovada.

8.1.3. Estes pagamentos decorrentes dos serviços realmente executados serão efetuados no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de apresentação da nota fiscal, desde que compatível com a medição realizada pela CONTRATANTE.

8.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

8.3. Para recebimento dos pagamentos a CONTRATADA terá que apresentar junto com a nota fiscal, cópia das guias de pagamento do INSS e FGTS relativos aos funcionários que atuaram na execução do objeto do contrato.

8.4. Dos pagamentos realizados, serão retidos na fonte o INSS, o IR (Imposto de Renda), e o ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza).

8.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

8.6. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue:

Banco do Brasil
Agência 0921-0
Conta 7070-X

CLÁUSULA NONA: REAJUSTE DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

9.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

9.1.1. REAJUSTE DE PREÇOS:

9.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato serão

reajustados pelo INCC - Índice Nacional de Custos da Construção, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses da data de realização do orçamento básico do edital que originou o presente contrato, de acordo com o art. 3º, § 1º da Lei Federal nº 10.192/01.

9.1.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

9.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA DÉCIMA: RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1. As despesas provenientes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015, e as respectivas para o exercício de 2016:

- 21.01.006.181.021.2306.339039990000.01000000 - Recurso Próprio
- 21.01.006.181.021.2306.339039990000.01120000 - Convênio de Trânsito
- 21.01.006.181.021.2306.339039990000.01000004 - DEMUTTIN II

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: ADITIVOS

11.1. Tendo em vista o critério do regime de contrato, empreitada pelo preço unitário, serão admitidos Termos Aditivos para alteração das quantidades utilizadas, de acordo com as medições realizadas, dos materiais efetivamente utilizados.

11.1.1. Ocorrendo a alteração do projeto, será avaliada pela Fiscalização e o Preposto responsável pela medição das obras e serviços a necessidade de alteração do valor da obra e/ou serviços.

11.2. Termos Aditivos para alteração do cronograma da obra serão efetuados de acordo com o item 5.2 do presente contrato e a legislação correlata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: AS BUILT

12.1. Não será aplicado "as built" na execução deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FISCALIZAÇÃO

13.1. Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE ou a terceiros, todos os trabalhos contratados estarão sujeitos à mais ampla e irrestrita fiscalização da CONTRATANTE, a qualquer hora, em toda a área abrangida pelo canteiro, por seus representantes devidamente credenciados.

13.2. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, com profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo das obras e serviços, assim como o acompanhamento do desenvolvimento da execução.

13.3. À fiscalização compete:

13.3.1. O encaminhamento e controle da execução das obras e serviços, as avaliações e medições dos serviços, até a sua conclusão, observadas todas as condições expressas nos documentos

que compõe o contrato;

13.3.2. Proceder as medições com a presença e a participação da CONTRATADA, cabendo a esta encaminhar à CONTRATANTE os respectivos faturamentos nos prazos previstos;

13.4. Constatada a inoperância, desleixo, incapacidade ou ato desabonador, praticado pela CONTRATADA, ou seu representante ou de seus subcontratados, a CONTRATANTE poderá recomendar o afastamento e/ou realocação do preposto ou de qualquer empregado, bem como de subcontratados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECEBIMENTO DA OBRA

14.1. Na data em que considerar concluídos os serviços, a CONTRATADA notificará a CONTRATANTE que vistoriará as obras e, verificando plena conformidade com os projetos, plantas, detalhes e especificações aprovadas para execução, bem como limpeza da obra, lavrará, no prazo de 15 (quinze) dias, o Termo de Aceitação Provisória, assinado também pela CONTRATADA.

14.1.1. Os trabalhos que conforme critério do edital não apresentarem as condições estabelecidas, mas cujas desconformidades sejam de pequena monta, serão rejeitados, sem prejuízo da Aceitação Provisória, que conterà a ressalva, cabendo a CONTRATADA todos os ônus e encargos da reparação que deverá se efetivar dentro do prazo de observação de 20 (vinte) dias corridos.

14.1.2. No caso da não aceitação provisória, a CONTRATADA deverá tomar todas as providências para sanar os problemas que determinaram a não aceitação, no prazo a ser fixado pela CONTRATANTE, sem prejuízo de aplicação, pela CONTRATANTE, das penalidades previstas nas disposições contratuais que lhe forem aplicáveis.

14.1.3. Não sendo realizadas, na sua totalidade, as reparações exigidas pela CONTRATANTE, esta poderá ingressar em juízo com a competente ação de perdas e danos, sem prejuízo das multas estabelecidas neste contrato e seus anexos.

14.2. Decorrido o prazo de 90 (noventa) dias de observação das obras, a CONTRATADA poderá requerer a Aceitação Definitiva das mesmas.

14.3. A Aceitação Definitiva só será concedida quando a obra estiver totalmente concluída, após vistoria que a comprove, ocasião em que será lavrado e assinado o Termo de Aceitação e Recebimento Definitivo, com mútua e geral quitação.

14.4. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

CLÁUSULA QUINTA: EXECUÇÃO DO CONTRATO -

15.1. A CONTRATADA terá que apresentar no prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, os seguintes elementos:

15.1.1. Registro do contrato junto ao CREA e/ou CAU, bem como cópia da ART de execução;

15.1.1.1. Caso a empresa seja sediada em outro Estado é necessário o visto do CREA/SC e a quitação da anuidade do corrente exercício no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

15.1.2. Relação com os nomes e registros dos profissionais responsáveis pela execução das obras;

15.2. A CONTRATADA deverá apresentar durante a realização das

obras, sempre que for solicitada, regularidade fiscal com todos os tributos e taxas a ele atribuído.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. São obrigações da CONTRATANTE, sem que a elas se limitem:

16.1.1. Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao desenvolvimento das obras;

16.1.2. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste contrato;

16.1.3. Garantir à CONTRATADA a fidelidade das informações e acesso à documentação técnica para que os serviços se desenvolvessem sem percalços e no prazo acordado;

16.1.4. Apresentação da Comissão de Fiscalização das Obras, com a devida credencial de identificação. Comissão essa, que poderá ser modificada a critério da CONTRATANTE.

16.1.5. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. São obrigações da CONTRATADA, sem que a elas se limitem:

17.1.1. Respeitar todas as Leis e as Normas de execução de obras em vias e logradouros públicos do Município de Indaial, bem como todas as normas de execução propostas pela ABNT;

17.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, dentro de prazos viáveis, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções encontrados nas obras decorrentes dos serviços efetuados;

17.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

17.1.4. Comunicar à CONTRATANTE, o engenheiro preposto que representará a CONTRATADA na execução do contrato, na data da Ordem de Início dos Serviços;

17.1.5. Fornecer a pedido da CONTRATANTE, solução técnica alternativa, desde que tecnicamente similar ou superior a solução anteriormente proposta;

17.1.6. Responsabilizar-se pelo controle de qualidade dos serviços e dos materiais que fornecer para serem utilizados na obra, apresentando o resumo dos ensaios de controle tecnológico, dos serviços de engenharia, sujeitos a controle laboratorial, executados pela CONTRATADA, durante o período da medição;

17.1.7. Permitir e facilitar a inspeção ao local das obras, pela fiscalização, em qualquer dia e hora, devendo prestar as informações e esclarecimentos solicitados, pelos técnicos da CONTRATANTE, entre ela, dos ensaios propriamente ditos, citados no item anterior;

17.1.8. Elaboração e disponibilização do Diário de Obra, devidamente assinado pelo responsável preposto pela CONTRATADA e com discriminação de todas as ocorrências da obra para o acompanhamento de sua execução, que deverá ser entregue à Comissão de Fiscalização;

17.1.9. Quitação de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

17.1.10. Acatar solicitação da CONTRATANTE de afastamento e/ou dispensa de empregado e/ou equipamentos cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento dos serviços, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;

17.1.10.1. Constituem motivos para afastamento e/ou dispensa de empregado, os constantes no art. 482 da Lei Federal nº 5.452/43.

17.1.11. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

17.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 013/2015 - Edital de Tomada de Preços nº 002/2015-10430;

17.1.13. Realizar a guarda e manutenção das obras, equipamentos e materiais até o recebimento definitivo pela CONTRATANTE;

17.1.14. Se necessário, realizar o controle e manutenção do tráfego de veículos nos locais dos serviços, bem como pela sinalização dos mesmos tanto no período diurno quanto noturno, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, sendo que se algum acidente ocorrer em virtude de falha na sinalização a CONTRATADA será a responsável para todos os efeitos; e,

17.1.15. Assegurar a realização das obras conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: ALTERAÇÃO CONTRATUAL

18.1. O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

18.1.1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

18.1.2. Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

18.1.3. Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

18.1.4. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

18.1.5. Possíveis supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes;

18.1.6. Para restabelecer a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma da Cláusula Nona do presente contrato.

18.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes serão pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: RESCISÃO CONTRATUAL

19.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

19.1.1. Liquidação judicial ou extrajudicial, concordata, falência, protesto, recuperação judicial, concurso de credores, transformações, cisões ou fusões;

19.1.2. Caso o contrato venha a ser objeto de qualquer espécie de transações, tais como transferências, cauções ou outras sem a prévia autorização da CONTRATANTE;

19.1.3. Caso a obra não seja concluída 30 (trinta) dias após o prazo contratual, injustificadamente;

19.1.4. Paralisações dos serviços, atraso na execução das obras ou conclusão fora do prazo previsto;

19.1.5. Imperícia, negligência, imprudência, ou desídia na observância das condições técnicas estabelecidas no contrato e seus anexos, ou na execução das obras.

19.1.6. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

19.1.7. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

19.1.8. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

19.1.9. O cometimento reiterado de faltas na sua execução de modo a prejudicar o andamento normal das obras;

19.1.10. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

19.1.11. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado, conforme o caso;

19.1.12. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

19.1.13. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

19.1.14. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

19.1.15. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação

da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

19.1.16. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

19.1.17. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

19.1.18. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 20.4 do presente contrato.

19.2. A rescisão do contrato poderá ser:

19.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos previstos nos itens 19.1.1 à 19.1.14 e 19.1.16 à 19.1.18.

19.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

19.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

19.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

19.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 19.1.9 à 19.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

19.5. Rescindido o Contrato, tem a CONTRATADA o prazo de 10 (dez) dias, a contar do acerto final de contas, para se retirar do local das obras e deixá-lo inteiramente desimpedido.

19.6. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DAS SANÇÕES

20.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, ou por atos lesivos à Administração Pública Municipal, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas, ou notificação prévia para a correção de erros.

20.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,1% (um décimo percentual) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado.

b) - No valor de 1% (um por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências.

c) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Sétima, desde que não previstos em outras cláusulas.

d) - No valor de 2,5% (dois por cento e cinco décimos) do valor do contrato no caso de execução de serviços em desacordo com o projeto sem autorização expressa da CONTRATANTE, ou fora dos padrões da ABNT;

e) - No valor de 3% (três por cento) do valor do contrato por inobservância da cláusula sexta deste contrato.

f) - No valor de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de recusa do reparo do serviço mal executado apontado pela Fiscalização;

g) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de abandono do canteiro de obras sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE.

i) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

20.1.3. Suspensão de Participação, em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos seguintes casos:

a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do orçamento básico do edital; e,

b) - Quaisquer dos motivos expostos nas alíneas "g" e "h", do item 20.1.2.

20.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,

c) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.1.5. Além das sanções previstas nos itens 20.1.1 à 20.1.4, a Administração poderá aplicar quaisquer outras sanções previstas na Lei Federal no 8.666/93 e na Lei Federal no 12.846/13.

20.2. As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

20.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Constituição Federal de 1988, e a legislação correlata.

20.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato, ou a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, prevalecendo o limite do último.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

21.2. Fica acordado que, conforme previsão legal, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta da CONTRATADA.

21.3. A CONTRATADA responderá, durante o prazo irredutível de

cinco anos, pela solidez e segurança da obra/serviço, assim em razão dos materiais, como do solo, conforme dispõe o art. 618 do Código Civil Brasileiro.

21.4. A responsabilidade técnica pela execução dos serviços objeto deste contrato, será(ão) do(s) profissional(is) indicado(s) como qualificação técnica na licitação.

21.5. Passam a integrar o presente Contrato, independente de transcrição, todos os documentos e informações da proposta de preços da CONTRATADA, apresentados no Processo Licitatório nº 013/2015 - Edital de Tomada de Preços nº 002/2015-10430.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DO FORO

22.1. As partes elegem, em comum acordo, o Foro da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura persistirem após esgotarem todas as tentativas de composição amigável, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

23.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção;
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal;
- l) - Normas Técnicas para Obras e Serviços de Engenharia da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;
- m) - Lei Federal nº 5.194/66. Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo;
- n) - Lei Federal nº 12.378/10. Regula o exercício de Arquitetura e Urbanismo, cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo no Brasil; e,
- o) - Lei Federal nº 6.496/77. Institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: AS PARTES

24.1. E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma,

para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 25 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA Mário Jorge de Souza Contratada
--	--

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABBITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNI- CÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215
---	--

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

EDITAL Nº 05/2015 - PAVIMENTAÇÃO - SISTEMA MUTIRÃO DA RUA ARFEU DOS SANTOS

Indaial, 24 de março de 2015

EDITAL Nº 05/2015

O Prefeito de Indaial, Sérgio Almir dos Santos, torna público de acordo com o estabelecido na Lei Complementar 79/2007 de 18 de dezembro de 2007, Lei Municipal 4580/2011, Lei nº 4841 de 29 de agosto de 2013 e Decreto Municipal 2472/2012, orçamento contendo custos da pavimentação com lajota tijolão de concreto - Sistema Mutirão da Rua Arfeu dos Santos, Bairro dos Estados, totalizando 2.770,46 m² de pavimentação de lajota tijolão de concreto, e 540,89 metros lineares de testadas com meio-fio de concreto (270,64 metros de extensão), importando a obra em R\$ 197.166,39 (cento e noventa e sete mil, cento e sessenta e seis reais e trinta e nove centavos), iniciando na lateral da propriedade de Carla da Silva pelo lado direito e na propriedade de Mirles Terezinha Andreatta pelo lado esquerdo, terminando na propriedade de Osnildo Zavaglio e Rosane de Fátima Antunes pelo lado direito e na propriedade de Eva Aparecida da Silva Nunes E Sidnei da Silva Nunes pelo lado esquerdo.

MEMORIAL DESCRITIVO

MEMORIAL DESCRITIVO

1. MATERIAL

- 1.1 - Fornecimento de lajota tijolão de concreto;
- 1.2 - Fornecimento de meio-fio de concreto;
- 1.3 - Areia para colchão de assentamento de lajota tijolão de concreto;
- 1.4 - Tijolos maciços para confecção de caixas coletoras;
- 1.5 - Grelha para caixa coletora;
- 1.6 - Tubos de concreto diâmetro de 30cm;
- 1.7 - Cimento para rejunte.

2. MÃO-DE-OBRA

- 2.1 - Colocação de lajota tijolão de concreto com prep. do colchão

para assentamento das sarjetas;
 2.2 - Colocação de meio-fio com rejunte das fugas;
 2.3 - Colocação de tubos pluviais e sanitários;
 2.4 - Confeção de caixas coletoras;
 2.5 - Abertura de vala para colocação de tubos;
 2.6 - Preparo da cancha para colocação de lajota tijolão de concreto;
 2.7 - Caminhão para retirada de barro excedente;
 2.8 - Caminhão para transporte de macadame para apiloamento de vala com tubos;
 2.9 - Rolo compactador;
 2.10 - Carregadeira para barro excedente

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	UNIT.	TOTAL R\$
1. MATERIAL				
1.1 – Fornecimento de lajota tijolão de concreto	m²	2.770,46	32,14	89.042,58
1.2 – Fornecimento de meio-fio de concreto	m	540,89	16,30	8.816,51
1.3 – Colchão de Areia	m³	575,7434	50,20	28.902,32
1.4 – Tijolo comum para confecção de caixa coletora	unid.	500,00	0,50	250,00
1.5 – Grelha para Caixa Coletora	peça	2,00	48,00	96,00
1.6 – Cimento para rejunte	saco	5,00	18,00	90,00
1.7 – Tubos de concreto diâmetro de 30 cm	m	40,00	13,30	532,00
TOTAL ITEM 01 =			R\$	127.729,41
2. MÃO-DE-OBRA				
2.1 – Exec. de pav. c/ prep. de colchão de areia	m²	2.770,46	18,85	52.223,17
2.2 – Colocação de meio-fio com rejunte de fugas	m	540,89	8,53	4.613,79
2.3 – Execução de caixa coletora	unid.	14,00	80,00	1.120,00
2.4 – Máquina p/ abertura de valas p/ coloc. de tubos	h	8,00	80,00	640,00
2.5 – Colocação de tubos de concreto diâmetro 30cm	m	40,00	15,00	600,00
2.6 – Máquina para preparação de cancha	h	24,00	240,00	5.760,00
2.7 – Rolo compactador	h	8,00	80,00	640,00
2.8– Transporte de material excedente	h	16,00	80,00	1.280,00
2.9– Carregadeira	h	24,00	80,00	1.920,00
2.10 – Transporte de material para apiloamento da vala	h	8,00	80,00	640,00
TOTAL ITEM 02 =			R\$	69.436,96
TOTAL GERAL ITEM 01 E 02 =			R\$	197.166,37
3. CUSTOS DA OBRA				
3.1 Participações dos moradores				179.223,89
3.2 – Participações do Poder Público				
3.2.1 – Testadas/Emboamentos				4.374,48
3.2.2 – Infraestrutura e melhorias				13.568,00
TOTAL ITEM 03 =			R\$	197.166,37
DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR PROPRIETÁRIOS				
		ÁREA	TESTADA	
PROPRIETÁRIOS		(m²)	(m)	TOTAL
LADO DIREITO				
CARLA DA SILVA		126,00	25,20	8.350,02
MORGANA MALKOVSKI/ROGÉRIO MALKOVSKI		60,00	12,00	3.976,20
JURANDIR BUSE		60,00	12,00	3.976,20
REVALDINO ALVES DE OLIVEIRA		60,00	12,00	3.976,20
ALBERTINO NERCI BRUNO		60,00	12,00	3.976,20
CECILIA SALVADOR		60,00	12,00	3.976,20
ARLINDO DE ALCÂNTARA		60,00	12,00	3.976,20
JOÃO ANGELINO MIRANDA		60,00	12,00	3.976,20

CLEIDINEIA MARIA BUDKE	60,00	12,00	3.976,20
CLEBERSON VOLNEI BUDKE	60,00	12,00	3.976,20
ELIZEU BUDKE	60,00	12,00	3.976,20
LUIS CARLOS BUDKE	60,00	12,00	3.976,20
MARIO SCHMOLLER	60,00	12,00	3.976,20
HILARIO ANDRÉ	60,00	12,00	3.976,20
OSNILDO ANTONOVICZ	60,00	12,00	3.976,20
CRISTIANE MARIA PIZATTO	60,00	12,00	3.976,20
RONI KURTH	60,00	12,00	3.976,20
SOLANGE NOVACK	60,00	12,00	3.976,20
FRANCISCO DOS SANTOS DE SOUZA	60,00	12,00	3.976,20
LEONARDO FELIPE GONÇALVES MAZZOLLI	60,00	12,00	3.976,20
OSNILDO ZAVAGLIO E ROSANE FATIMA ANTUNES	87,20	17,44	5.778,74
MUNICIPIO DE INDAIAL - VIRADOURO	37,01		2.452,65
MUNICIPIO DE INDAIAL - EMBOCAMENTO	29,00		1.921,83
LADO ESQUERDO			
MIRLES TEREZINHA ANDREATTA	130,00	26,00	8.615,10
NEUSA RIBEIRO DA SILVA DA ROSA	60,00	12,00	3.976,20
DIOGO RAFAEL HOEPPERS /GILMAR WRESS	60,00	12,00	3.976,20
ANALICE ROSA CAETANO	60,00	12,00	3.976,20
DARCI BEUMLER	60,00	12,00	3.976,20
VENERANDA TESTONI	60,00	12,00	3.976,20
IDO SEHN	60,00	12,00	3.976,20
MIGUEL ALBINO KESTRING	60,00	12,00	3.976,20
RAIMUNDA ARAUJO SOUZA	60,00	12,00	3.976,20
JOÃO SUCHARA	60,00	12,00	3.976,20
ROSANGELA DOS SANTOS AMORIM	60,00	12,00	3.976,20
ANGELO CELESTE BORGES DO AMARAL	60,00	12,00	3.976,20
JOÃO CASTELANI	60,00	12,00	3.976,20
GERALDO EVANGELISTA FERREIRA	60,00	12,00	3.976,20
ARLINDO SCHULZ	60,00	12,00	3.976,20
ARLINDO SCHULZ	60,00	12,00	3.976,20
DILETA FERRARI	60,00	12,00	3.976,20
ANDERSON RIBEIRO DA SILVA	60,00	12,00	3.976,20
FABRICIO JOSÉ RICARDO	60,00	12,00	3.976,20
IDAIR CANDIDO DE SOUZA	60,20	12,04	3.989,45
EVA APARECIDA DA SILVA NUNES/SIDNEI DA SILVA NUNES	81,05	16,21	5.371,18
	TOTAL R\$:		183.598,37

Ficam notificados todos os proprietários beneficiados, supramencionados, que não aderiram ao sistema mutirão para, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar quaisquer elementos dos custos apresentados.

MODALIDADE DE PAGAMENTO

1. Vencimento 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação para pagamento total ou 1ª parcela.
2. Em 12 (doze) parcelas, conforme artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013, incidindo juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o saldo devedor, conforme Art. 407 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal) e artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013.
3. O não pagamento implicará:
 - 3.1 - MULTA: conforme Art. 458 e 459 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal)
 - 3.2 - JUROS: conforme Art. 62 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal) artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013.
 - 3.3 - CORREÇÃO MONETÁRIA: conforme Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal).

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
PREFEITO

TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 281/2014
TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 281/2014

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDIAIAL - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 15.275.465/0001-22, com sede na Rua Professor Max Humpl, nº 1.139, sala Comercial, bairro Salto do Norte, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Evandro da Silva, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 037.381.209/47 e da Cédula de Identidade nº 426.232-8, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.1, do contrato original, que tem como objeto a aquisição de móveis, eletrodomésticos e equipamentos de informática, conforme quantitativos e especificações, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo deste Contrato será de 23 de março de 2015 até 20 de junho de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 23 de março 2015.

MUNICÍPIO DE INDIAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME Evandro da Silva Contratada

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Lindomar Lindner Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNI- CÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Iomerê

PREFEITURA

PORTARIA 2537/2015

PORTARIA Nº 2537 DE 25 De março de 2015

Nomeia Comissão de Acompanhamento de Processo Seletivo Nº 001/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Nomear membros para comporem a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo - Edital 001/2015.

PRESIDENTE : IRIBERTO ANT. VOLPATO

MEMBROS: ROSELENE PELLE

JORDANA ZANFERRARI COLLE

CARLA CANDIAGO

MARCIO OSS

Art. 2º - Designar a Amarp - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe para elaborar, aplicar, corrigir as provas e elaborar o quadro de classificação.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 25 de março de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretario de Administração e Finanças

PORTARIA 2538/2015

PORTARIA Nº 2538 DE 30 DE MARÇO DE 2015.

Exonera servidor público

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a solicitação do servidor:

RESOLVE

Art. 1º Exonera, a pedido, a servidora LEONICE KAISER BUFFON, inscrito no CPF nº 022.569.289-93 do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 30 de março de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretario de Administração e Finanças

PORTARIA 2539/2015

PORTARIA Nº 2539 DE 30 DE MARÇO DE 2015

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal Eduardo Mario Zanini pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 03/01/2014 a 02/01/2015 a contar de 06/04/2015 a 05/05/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 30 de março de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2540/2015

PORTARIA Nº 2540 DE 30 DE MARÇO DE 2015

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora municipal SUELEN CAMILA GOTTSSELING ZAMBONI pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 09/09/2013 a 08/09/2014 a contar de 06/04/2015 a 05/05/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 30 de março de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2541/2015

-PORTARIA Nº 2541 DE 30 DE MARÇO DE 2015

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora municipal ADIRCE THOMAZI pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/10/2013 a 30/09/2014 a contar de 13/04/2015 a 12/05/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 30 de março de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim**PREFEITURA****DECRETO Nº 2138**

Decreto nº 2138 de 31 de Março de 2015

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ DIRETOR LOCAL PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DA DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

Valdir Zanella, Prefeito do município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam pelo presente decreto alterados os nomes dos designados, para comporem o Comitê Diretor local, a participar e acompanhar a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, bem como aponta o órgão de controle social:

I. Gilmar Antonio da Rosa - Engenheiro Agrônomo da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - Coordenador;

II. Claudete Spricigo Zanella - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - membro;

III. Janiel Giron - Biólogo - Agente de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde - membro;

IV. Gessi Antunes de Campo - Assistente Social - CRAS - membro;

V. Marisa Pick Baller - Professora - Secretaria de Educação - membro;

Art. 2º - Fica indicado como Órgão de Controle Social, o COMCI - Conselho Municipal da Cidade, criado pela Lei nº 1436/2006, de 11 de outubro de 2006.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ipumirim, 31 de março de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito Municipal

EDITAL Nº 027/2015

EDITAL Nº 027/2015 DE 31 DE MARÇO DE 2015.

CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS - PMGIRS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - SC, no uso de suas atribuições, nos termos da subseção III da Lei Complementar nº 003/2002 de 27 de setembro de 2002, e suas alterações torna público, pelo presente Edital a realização da Audiência Pública Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos - PMGIRS.

Art. 1º - Fica convocada a população ipumirinese para a realização da Audiência Pública Municipal do Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos - PMGIRS, a ser realizada em 24/04/2015, com início às 09:00 horas, tendo como local o Auditório da Câmara de Vereadores, sita à Rua Bento Gonçalves, 220, Centro.

Art. 2º - A presente Audiência Pública visa apresentar e validar o planejamento das ações levantados na META 04 - do PMGIRS.

Art. 3º - O presente Edital será publicado no Diário Oficial dos

Municípios - DOM, podendo ser acessado por meio da página do município www.ipumirim.sc.gov.br.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, o presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim SC, 31 de março de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO EDITAL PL 22, PP-09

RETIFICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 22/2015, MODALIDADE DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 09/2015.

Laudecir Francio, Presidente da Comissão Permanente de Licitações, no uso de suas atribuições:

Considerando a alteração do preço a ser apresentado na proposta comercial, faz-se a necessidade de retificação edital, a saber:

ALTERAÇÃO DE PREÇO

1 - Fica alterados os valores referente ao item 08 e 09 do lote 02 do objeto do edital supra transcrito, conforme segue tabela anexa abaixo.

Lote: 2		Obs: lote 02			
Item 8	Fralda geriátrica descartável, TAM. M. para uso adulto,	UN	150,00	R\$ 39,90	R\$ 5,985,00
Item 9	Fralda geriátrica descartável, tam. G para uso adulto,	UN	150,00	R\$ 39,90	R\$ 5,985,00

2- Em função da alteração de valores da proposta fica alterado a data da abertura para o dia 14/04/2015, no mesmo horário e local para entrega e abertura dos envelopes do certame sobredito.

3- As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

4 - Revogadas as disposições em contrário, comunica-se as empresas interessadas em participar do certame licitatório.

Ipumirim, 30 de março de 2015

Laudecir Francio

Presidente da Comissão de Licitações

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PL 19 PP-08

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 8/2015 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 19/2015 Data do Processo: 16/03/2015
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 19/2015
b) Licitação Nr.: 8/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 31/03/2015
e) Objeto da Licitação: aquisição de central telefonica, destinado as atividades da Secretaria de Administração, conforme descrição e características ao anexo III do edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	------------	------------	----------------	---------------

SATI TELECOM LTDA (6111)

1 : Central telefônica com capacidade inicial instalada conforme descrição abaixo:	UN	1,00	0,0000	28.700,00	28.700,00
30 Linhas Digitais E1 DDR; 06 Linhas analógicas; 08 Canais IP para Interligação com a Saúde 48 ramais analógicos 02 ramais digitais 128 ramais IPS 01 Console para telefonista com no mínimo 48 teclas 01 Terminal Para Telefonista com no mínimo 24 Teclas 01 Sistema para Tarifação com senha por usuário 01 Gateway com 02 ramais ip para Assistência Social. 01 Gateway com 02 ramais ip para Creche. 01 Gateway com 02 ramais ip para o Núcleo Claudino. 01 Gateway com 02 ramais ip para a Secretaria de Urbanismo.					

Total do Fornecedor: 28.700,00

Total Geral: 28.700,00

Ipumirim, 31 de Março de 2015.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**ANULAÇÃO**

Lei Complementar Nº 98/2015

EMENTA: "INSTITUI ABONO SALARIAL PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DA CÂMARA DE VEREADORES DE IRINEÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art. 1º - Concede abono ao Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais da Câmara de Vereadores no valor de R\$ 51,80, fazendo com que o salário atual R\$ 736,20, seja equiparado ao salário mínimo nacional.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo efeitos retroativos a data da implementação da correção do salário mínimo nacional vigente, que poderão ser pagos em folha suplementar;

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrários.

Irineópolis-SC, 09 de fevereiro de 2015.

SANDRA RENATE P MAYDL

PRESIDENTE

CONTRATO Nº 001-2015

Contrato nº 001/2015

Contratante : CÂMARA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

Contratado: Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre a Câmara de Vereadores de Irineópolis e o Radio Nirvana FM Ltda.

Objeto do Contrato: O objetivo do presente contrato é a contratação de serviços de radiodifusão para divulgação de programa semanal da contratante. O horário do programa terá um tempo de 15 (quinze) minutos e será aos sábados das 12h45min (doze horas e quarenta e cinco minutos) às 13h00min (treze horas).

Valor Total: R\$ 6.930,00 (seis mil novecentos e trinta reais).

Vigência : até o dia 19 de Dezembro de 2015.

Itá**PREFEITURA****EDITAL 003 - PROCESSO SELETIVO 002/2015**

EDITAL 003 DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 031/2006, que "dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências" torna público, para o conhecimento dos interessados, a Homologação das Inscrições do Processo Seletivo 002/2015, objetivando a formação de cadastro reserva para a contratação em caráter temporário de estagiários para atuação nas diversas secretarias da Administração Municipal.

Inscrições Homologadas

Inscrição nº	Nome
001	Genuir José Andrioli Junior
002	Fernanda Scheneider Maba
003	Cristiane Silvia Mertins Marcanzoni
004	Macson Rodio
005	Ian Rick Bartniski
006	Jonathan Daniel Moreira
007	André Luis Tombini
008	Cristiane Mara Dallelaste Telles
010	Claudia Michele Brandt
011	Igor Luan Hartmann
012	Raissa de Freitas Schmoller Raspini
013	Amanda Paula Roy Pereira da Silva
014	Paulo Vinicius Hassemer
015	Willian Romildo Gehardt Nietiedt
016	Claudia Regina Buche
017	Milena Jussara Pedroso
018	Gabriel Alves da Silva
019	Luana Kellen Bedin
020	Janieli Canal
021	Arian Luis Zeni
022	Erica Tamires Jesus de Carvalho
023	Paola Cristina Antunes
024	Tatiane Armelinda Guedes
025	Tales Vieira Wienke
027	Alessandra Hall
028	Juliana Gollo
029	Andrei de Souza Golo
030	Darlei de Souza Golo
031	Luiz Gabriel Bittencourt
032	Kiria Poliana Bittencourt
033	Janiel Marcelo Minski
034	Lilian Rafaela Minella
036	Amanda Porn

037	Yuri Bisol Castilho
038	Samara da Silva Dahmer
039	Juliano Fedrizzi
040	Elisei Luis Golo
041	Anderson Rhoden
042	Ana Maria Rhoden
043	Indiara Giombelli

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

Inscrição nº	Nome
009	*Aline Inaraí da Costa
026	*Willian Wagner de Brito Coura
035	**João Vitor Gonçalves Correia

*Documentação incompleta;

**Estudante do Ensino Fundamental;

Itá/SC, 31 de março de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

EDITAL 031 - PROCESSO SELETIVO 017/2014

EDITAL 031 - CONVOCAÇÃO EM CARATER EMERGENCIAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 017/2014 - 21ª CHAMADA 31/03/2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 031/2006, que "dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências" convoca os abaixo relacionados classificados no Processo Seletivo 017/2014, homologado pelo Decreto 005/2015 de 12 de janeiro de 2015, para comparecerem no dia 31 de MARÇO 2015, às 8h, ESTE CHAMAMENTO SERÁ PARA SUPRIR EM CARATER EMERGENCIAL E TEMPORÁRIO A NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE CLASSE ATÉ QUE O RESULTADO FINAL PS 001/2015 SEJA HOMOLOGADO na Secretaria Municipal de Educação, cito a Rua Principal, nº16 - Vila Gerasul, Itá/SC.

Professor Educação Infantil, Séries Iniciais e
Finais do Ensino Fundamental

Auxiliar de Classe (20h) - 3 vaga

Nome	Assinatura
Simone Brand	
Sandra Antunes	

Itá, 30 de março de 2015

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal de Itá

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 56, DE 30 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 56, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

Aprova a Instrução Normativa nº 03/2015, do Controle Interno do Município de Itapiranga e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o inciso V do art. 59, c/c a alínea "o" do inciso I do art. 75, ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando a Lei Complementar n. 47/2012;

D e c r e t a:

Art. 1º Fica aprovada a Instrução Normativa SCI nº. 03/2015, de responsabilidade da Coordenação do Controle Interno, constante do Anexo Único do presente Decreto, que dispõe sobre orientações e procedimentos a serem adotados para concessão e prestação de contas dos recursos concedidos a título de subvenções, auxílios e contribuições a entidades.

Art.2º Caberá à Coordenação do Controle Interno a divulgação da Instrução Normativa ora aprovada.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na presente data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 30 de março de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 56, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA CONTROLE INTERNO	
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2015	DATA DA VIGÊNCIA: 02/04/2015
ASSUNTO: CONCESSÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS CONCEDIDOS A TÍTULO DE SUBVENÇÕES, AUXÍLIOS E CONTRIBUI- ÇÕES A ENTIDADES	
SETORES ENVOLVIDOS: TODAS AS SECRETARIAS	

Considerando o disposto na Normativa TC-14/2012, de 13 de Junho de 2012, que estabelece critérios para a organização da prestação de contas de recursos concedidos a qualquer título e dispõe sobre o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento;

Considerando o disposto na Lei Complementar n. 47/2012, que estabelece a possibilidade de regulamentação sobre normas de controle interno através de Instruções Normativas de aplicabilidade a todos os órgãos da administração Municipal;

Considerando a necessidade de fortalecer o controle interno no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º O responsável pela gestão de dinheiro público deve demonstrar que os recursos foram aplicados em conformidade com as leis, regulamentos e normas emanadas das autoridades administrativas competentes e nas finalidades a que se destinavam, por meio da respectiva prestação de contas, em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 58 da Constituição do Estado.

§ 1º A concessão de recursos públicos para entidades privadas sem fins lucrativos ou a outros entes da federação fica submetida exclusivamente ao atendimento de necessidade coletiva ou interesse público devidamente demonstrado e justificado, e deve observar os princípios da legalidade, da publicidade, da impessoalidade, da eficiência, da moralidade e da economicidade.

§ 2º Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I - convênio: acordo que disciplina a transferência de recurso financeiro e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública Municipal direta ou indireta e, de outro, entidade privada sem fins lucrativos, outro ente da federação ou consórcio público, visando à execução de programas e ações de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação;

II - proponente: entidade privada sem fins lucrativos, ente da federação ou consórcio público que manifeste interesse em firmar convênio, por meio de proposta de trabalho;

III - concedente: órgão ou entidade da administração pública municipal direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, previstos em seu orçamento destinados à execução do objeto do convênio;

IV - conveniente: entidade privada sem fins lucrativos, ente da federação ou consórcio com o qual a administração municipal pactue a execução de programas e ações mediante a celebração de convênio;

V - interveniente: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer esfera de governo, ou entidade privada sem fins lucrativos, que participe do convênio para auxiliar no acompanhamento e na fiscalização ou assumir outras obrigações não financeiras em nome próprio;

VI - ente da federação: União, Estados, Distrito Federal e Municípios, incluída a administração indireta;

VII - consórcio público: pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005;

VIII - dirigente: aquele que possua vínculo com entidade privada sem fins lucrativos assim entendidos presidente, tesoureiro e diretores administrativo e financeiro com poder decisório;

IX - valor do convênio: valor a ser repassado pelo concedente mais a contrapartida;

X - contrapartida: recursos financeiros ou bens e serviços economicamente mensuráveis com que o conveniente irá participar do convênio, se for o caso;

XI - objeto: produto do convênio, observados o plano de trabalho e a finalidade do convênio;

XII - obra: construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de bem;

XIII - orçamento prévio: documento apresentado quando o objeto do convênio envolver aquisição de bens ou prestação de serviços devendo conter os valores pesquisados em, no mínimo, três fornecedores;

XIV - projeto básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra ou serviço de engenharia e a definição dos métodos e do prazo de execução;

XV - padronização: estabelecimento de critérios a serem seguidos

nos convênios com objeto idêntico, especialmente quanto às características do objeto e ao seu custo;

XVI - etapas: ações que serão desenvolvidas durante a vigência do convênio, formuladas em ordem cronológica de execução;

XVII - tarefas: divisões existentes na execução de uma etapa.

§ 3º Os dirigentes indicados no § 2º, inciso VIII, bem como outros que tenham concorrido para o dano, respondem solidariamente por prejuízo causado ao erário na aplicação dos recursos concedidos a qualquer título.

§ 4º As entidades sem fins lucrativos que recebam recursos públicos para realização de ações de interesse público ficam sujeitas às disposições da Lei (federal) n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, regulamentando os procedimentos de acesso às informações no que se refere à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo da prestação de contas correspondente.

CAPÍTULO II

DA CONCESSÃO DE RECURSOS A TÍTULO DE SUBVENÇÕES, AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES

Art. 2º A concessão de recursos a título de subvenções, auxílios e contribuições será aprovada pela autoridade administrativa competente com base em parecer fundamentado do órgão concedente que demonstre:

I - a conveniência da concessão do recurso, nos termos do art. 16 da Lei (federal) n. 4.320/64;

II - a compatibilidade entre os objetivos e/ou finalidades estatutárias da entidade beneficiária com o objeto do repasse;

III - a capacidade técnica e operacional do proponente para executar o objeto;

IV - o regular exercício das atividades estatutárias da entidade beneficiária;

V - o interesse público do objeto e os benefícios econômicos e sociais a serem obtidos;

VI - a compatibilidade entre os quantitativos de bens e serviços a serem adquiridos e o objeto proposto;

VII - a compatibilidade entre os valores solicitados, o plano de trabalho e os preços de mercado.

Art. 3º Para cada projeto será constituído processo específico ao qual serão anexadas as respectivas prestações de contas.

§ 1º O processo administrativo de concessão deve ser instruído com os documentos discriminados no Anexo I.

§ 2º O plano de trabalho apresentado pelo proponente deve conter, no mínimo, as informações constantes do Anexo II.

§ 3º Quando o repasse tiver por objeto a realização de obra, devem constar também do processo os documentos discriminados no Anexo III.

§ 4º Quando o objeto envolver a contratação de serviços, especialmente os de assessoria, assistência, consultoria, produção, capacitação e congêneres, devem ser detalhadas as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando-se a quantidade e o custo individual.

Art. 4º As subvenções destinadas a entidades de assistência social serão repassadas exclusivamente àquelas que detenham certificação emitida por Conselho de Assistência Social, nos termos da legislação própria.

Art. 5º O representante legal da entidade beneficiária deve manter atualizado seu cadastro junto ao órgão concedente, informando especialmente as alterações de endereço, seu e da entidade.

Art. 6º O repasse de recursos de que trata este Capítulo deve ser feito depois de formalizado o respectivo termo de ajuste (convênio), cuja eficácia fica condicionada à publicação do respectivo extrato no órgão de imprensa oficial do concedente.

§ 1º O termo de ajuste deve conter, no mínimo, o conteúdo

indicado no Anexo IV.

§ 2º É dever do órgão repassador dos recursos acompanhar a execução do objeto do convênio conforme plano de trabalho.

Art. 7º A concessão de subvenção social deve ser restrita às entidades sem fins lucrativos dedicadas à prestação de serviços de assistência social, médica, educacional ou cultural, nos termos da Lei (federal) n. 4.320/64 e conforme dispuser a legislação do ente, que comprovem regular exercício de suas atividades, bem como a compatibilidade entre as finalidades estatutárias e o objeto do repasse.

Art. 8º Não serão concedidos recursos a título de subvenções, auxílios e contribuições:

I - para instalação, organização ou fundação de instituições;

II - à pessoa física ou jurídica que:

- a) deixar de prestar contas nos prazos estabelecidos;
- b) aplicar os recursos em desacordo com a legislação em vigor;
- c) tenha dado causa à perda, extravio, dano ou prejuízo ao erário;
- d) tenha praticado atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos relacionados à aplicação de recursos públicos;
- e) dentro do prazo fixado, tenha deixado de atender a notificação de órgão de controle interno ou do Tribunal de Contas para regularizar a prestação de contas.

CAPÍTULO III

DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS CONCEDIDOS A TÍTULO DE SUBVENÇÕES, AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES

Art. 9º Os recursos concedidos a título de subvenções, auxílios e contribuições devem ser depositados em conta bancária específica e vinculada aberta em instituição financeira oficial, e movimentados por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário. Parágrafo único. A movimentação por cheques nominais, cruzados e individualizados por credor e a realização de saques para pagamentos em espécie serão admitidos apenas quando não for possível a movimentação na forma do caput, devendo esta circunstância ser justificada na prestação de contas.

Art. 10. A conta bancária deve ser identificada com o nome da entidade recebedora dos recursos, acrescido da expressão "Subvenção", "Auxílio" ou "Contribuição" e do nome da unidade concedente.

Art. 11. Quando o prazo previsto para utilização for superior a 30 (trinta) dias, os recursos devem ser obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo lastreado em títulos da dívida pública federal.

Parágrafo único. Os rendimentos da aplicação financeira devem ser empregados no objeto ou devolvidos ao concedente, conforme estabelecido no termo de ajuste, ficando sujeitos às mesmas regras de prestação de contas dos recursos transferidos.

Art. 12. A transferência dos recursos obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho.

Parágrafo único. Em havendo contrapartida esta deverá ser depositada na conta do convênio.

Art.13. A liberação das parcelas do convênio será suspensa no caso de descumprimento pelo conveniente de qualquer cláusula do convênio, especialmente quando verificado:

- I - irregularidade na aplicação dos recursos;
- II - atrasos não justificados no cumprimento das etapas programadas;
- III - desvio de finalidade no objeto do convênio;
- IV - a ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial, na forma da legislação aplicável à matéria.

CAPÍTULO IV

DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DA DESPESA REALIZADA COM RECURSOS DE SUBVENÇÕES, AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES

Art. 14. Constituem comprovantes regulares da despesa custeada com recursos repassados a título de subvenções, auxílios e contribuições os documentos fiscais definidos na legislação tributária, originais e em primeira via, folha de pagamento e guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos.

§ 1º O documento fiscal, para fins de comprovação de despesa, deve indicar:

I - a data de emissão, o nome, o endereço do destinatário e o número do registro no CNPJ;

II - a descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, não sendo admitidas descrições genéricas;

III - os valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação.

§ 2º Quando não for possível discriminar adequadamente os bens ou serviços no documento fiscal, o emitente deverá fornecer termo complementando as informações para que fiquem claramente evidenciados todos os elementos caracterizadores da despesa e demonstrada sua vinculação com o objeto do repasse.

§ 3º Os documentos fiscais relativos a combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos devem conter, também, a identificação do número da placa, adotando-se procedimento análogo nas despesas em que seja possível controle semelhante.

§ 4º Os documentos comprobatórios das despesas deverão conter referência ao termo de ajuste e ao seu número, bem como declaração do responsável certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado.

§ 5º Nos casos em que o conveniente for entidade privada sem fins lucrativos, a prestação de contas deverá ser feita com os documentos comprobatórios originais. Em sendo a conveniente ente da Administração Pública deverá apresentar cópia autenticada dos documentos.

Art. 15. Os comprovantes de despesa devem ser preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade.

Art. 16. Admite-se a apresentação de recibo apenas quando se tratar de Prestação de serviços por contribuinte que não esteja obrigado a emitir documento fiscal, na forma da legislação tributária.

Parágrafo único. O recibo conterá, no mínimo, a descrição precisa e específica dos serviços prestados, nome, endereço, número do documento de identidade e do CPF do emitente, valor pago, de forma numérica e por extenso, e a discriminação das deduções efetuadas, se for o caso.

Art. 17. As folhas de pagamento devem conter o nome, cargo, número de matrícula e CPF do empregado, valor e descrição de cada parcela da remuneração, descontos, valor líquido a pagar, período de competência, comprovação do depósito bancário em favor do credor e assinatura dos responsáveis.

§ 1º Quando os recursos concedidos se destinarem a pagamento de pessoal, o concedente deve exigir, no mínimo, a comprovação do recolhimento da contribuição previdenciária (INSS) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

§ 2º Quando a prestação de contas não contiver os comprovantes exigidos no § 1º, o concedente deverá exigir a apresentação e, caso não atendido, informar o fato aos órgãos federais de fiscalização.

Art. 18. Os comprovantes de despesa com publicidade serão acompanhados dos seguintes documentos:

- I - memorial descritivo da campanha de publicidade quando relativa à criação ou produção;

- II - cópia da autorização de divulgação e/ou do contrato de publicidade;
- III - exemplar do material impresso, em se tratando de publicidade escrita;
- IV - cópia do áudio ou vídeo da matéria veiculada e comprovante da emissora indicando as datas e horários das inserções quando se tratar de publicidade radiofônica ou televisiva;
- V - cópia da tabela oficial de preços do veículo de divulgação e demonstrativo da procedência dos valores cobrados.

CAPÍTULO V DAS VEDAÇÕES

Art. 19. O convênio deverá ser executado em estrita observância às cláusulas avençadas e às normas pertinentes, sendo vedado:

- I - a alteração do objeto do convênio;
 - II - a realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
 - II - o pagamento, inclusive com os recursos da contrapartida, se houver, de gratificação, serviços de consultoria, assistência técnica e congêneres a servidor ou empregado que pertença aos quadros de pessoal do concedente, do conveniente e do interveniente;
 - IV - a utilização dos recursos em desacordo ao previsto no plano de trabalho, ainda que em caráter de emergência;
 - V - a realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência do convênio;
 - VI - o pagamento a fornecedor em data posterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizado pelo concedente e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento;
 - VII - a realização de despesas com tarifas bancárias, multas, juros, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
 - VIII - a realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e
 - IX - o pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo ou pensionista do conveniente ou do interveniente com os recursos do convênio, quando o conveniente for ente da federação.
- Parágrafo único. Não constitui alteração do objeto a ampliação ou redução dos quantitativos previstos no plano de trabalho, desde que não prejudique a funcionalidade do objeto e seja autorizado pelo concedente.

Art. 20. Fica o concedente proibido de firmar convênio e de realizar repasse da primeira parcela ou parcela única a convenientes que:

- I - não apresentarem prestação de contas de recursos anteriormente recebidos;
- II - tenham prestação de contas anterior reprovada, por qualquer motivo;
- III - estejam em qualquer outra situação de inadimplência, mora ou irregularidade para com a administração municipal.

CAPÍTULO VI DA ALTERAÇÃO DOS ATOS

Art. 21. O convênio poderá ser alterado por meio de termo aditivo ou de apostilamento.

Art. 22. A proposta de termo aditivo deverá ser apresentada no mínimo 30 (trinta) dias antes de expirado o prazo de vigência do convênio, devendo ser analisada pelos setores técnico e jurídico e aprovada pelo titular do órgão ou entidade concedente.

Art. 23. As alterações por meio de apostilamento não poderão modificar o valor e a vigência do convênio, podendo ser realizadas de ofício ou mediante solicitação do conveniente.

§ 1º Poderão ser realizadas por apostilamento as alterações

relativas a:

- I - fonte de recursos e natureza da despesa;
- II - cronograma de desembolso;
- III - etapas e tarefas; e
- IV - bens e serviços, desde que não alterem a finalidade do convênio.

§ 2º A proposta de apostilamento deverá ser apresentada no mínimo 30 (trinta) dias antes de expirado o prazo de vigência do convênio, devendo ser analisada pelo setor técnico e aprovada pelo titular do órgão ou entidade concedente.

§ 3º As alterações por meio de apostilamento ficam dispensadas da publicação.

CAPÍTULO VII DA PUBLICIDADE

Art. 24. A eficácia do convênio e de seus aditivos está condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, que deverá ser providenciada no prazo de até 20 (vinte) dias contados da sua assinatura.

§ 1º A data de publicação determina o início da vigência do convênio.

§ 2º A publicação dos termos aditivos deverá ocorrer dentro do período de vigência do convênio.

CAPÍTULO VIII DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Art. 25. O concedente acompanhará e fiscalizará a execução do convênio de forma a verificar a regularidade dos atos praticados e a execução do objeto conforme o plano de trabalho.

Parágrafo único. O concedente deverá realizar fiscalização in loco para verificar a execução do objeto conveniado.

Art. 26. No acompanhamento e fiscalização do objeto, o concedente deverá verificar:

- I - a regularidade da aplicação dos recursos;
- II - a compatibilidade entre a execução do objeto e os pagamentos efetuados pelo conveniente; e
- III - o cumprimento das etapas e tarefas do plano de trabalho.

CAPÍTULO IX DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS CONCEDIDOS A TÍTULO DE SUBVENÇÕES, AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES

Art. 27. A prestação de contas deve ser composta de forma individualizada de acordo com a finalidade do repasse e corresponderá ao valor do recurso concedido.

§ 1º Quando o repasse for realizado em parcelas, para cada parcela repassada haverá um processo de prestação de contas que será anexado ao processo de concessão.

§ 2º Integram a prestação de contas e sujeitam-se às mesmas regras dos recursos concedidos os recursos concernentes à contrapartida financeira ao encargo do proponente, quando for o caso.

§ 3º A prestação de contas de recursos concedidos a título de subvenções, auxílios e contribuições deve conter os documentos discriminados no Anexo V a esta Instrução Normativa.

§ 4º Na contratação de serviços, especialmente os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres; segurança e vigilância, devem ser detalhadas as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando-se as quantidades e os custos unitário e total, bem como as justificativas da escolha.

§ 5º As aquisições e as contratações realizadas pelas entidades privadas atenderão aos princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade, da transparência e da economicidade.

§ 6º A prestação de contas de despesas com cursos, palestras, seminários, work shop e congêneres será acompanhada de relação contendo o nome dos participantes, o número de inscrição no

Cadastro de Pessoa Física - CPF, e respectivas assinaturas, bem como o nome do palestrante, temas abordados, a carga horária, local e data de realização e outros elementos capazes de comprovar a realização do objeto.

§ 7º No caso de despesas com locação de veículo para transporte de pessoas, a prestação de contas será acompanhada de relação dos passageiros transportados, fornecida pelo transportador contratado.

§ 8º Quando o objeto envolver a locação de imóveis, bens móveis, materiais ou equipamentos, tais como equipamentos de sonorização e iluminação, palcos e outras estruturas para eventos, a prestação de contas será acompanhada dos contratos de locação e de memorial descritivo fornecido pelo contratado que especifique o tipo de estrutura e equipamentos utilizados, quantidades, marcas, potência, prazo de locação e demais informações que permitam sua perfeita identificação.

§ 9º Quando o objeto incluir a aquisição de materiais para distribuição gratuita, a prestação de contas será acompanhada de relação na qual conste o nome, o número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF, ou Registro Geral - RG, endereço dos beneficiários, e suas assinaturas e elementos comprobatórios da distribuição, como matérias jornalísticas, registro fotográfico, filmagem, dentre outros.

§ 10. Quando o objeto envolver também a aplicação de recursos oriundos de outras fontes (municipais, estaduais, federais, patrocínios privados, ou outros), na prestação de contas deverão ser demonstrados tais valores, sua finalidade e a aplicação.

Art. 28. Incumbe ao concedente analisar a aplicação dos recursos transferidos ao conveniente e se manifestar, fundamentadamente, sobre:

I - regular aplicação dos recursos no objeto;

II - observância na aplicação dos recursos dos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade e impessoalidade e das normas regulamentares editadas pelo concedente.

III - cumprimento do plano de trabalho e das disposições conveniadas;

IV - regularidade dos documentos comprobatórios da despesa e da composição da prestação de contas;

V - execução total ou parcial do objeto;

VI - aplicação total ou parcial da contrapartida, quando caso;

VII - devolução ao concedente de eventual saldo de recursos não aplicados no objeto do repasse, inclusive os decorrentes de receitas de aplicações financeiras;

VIII - atingimento da finalidade pactuada; e

IX - outros aspectos relevantes.

§ 1º O concedente deverá concluir pela regularidade, regularidade com ressalva ou irregularidade da prestação de contas por meio de parecer técnico fundamentado.

§ 2º No caso de irregularidade na prestação de contas, o responsável pelo parecer de que trata o caput deverá fazer a correta identificação dos responsáveis e a quantificação do dano, com a indicação das parcelas eventualmente recolhidas e dos critérios para atualização do valor do débito.

Art. 29. Após analisadas na forma do artigo anterior, as prestações de contas serão encaminhadas ao órgão de controle interno para elaboração de parecer e, posteriormente, à autoridade administrativa competente para pronunciamento.

§ 1º Para os fins do caput, considera-se:

a) parecer do controle interno: o documento pelo qual o órgão se manifesta acerca do exame da prestação de contas, dos procedimentos utilizados para esta finalidade e das intercorrências no processo, manifestando-se sobre o cumprimento das normas legais e regulamentares, indicando eventuais irregularidades ou ilegalidades constatadas, devendo manifestar a sua concordância ou não com a conclusão da análise feita pelo concedente na forma do disposto no art. anterior;

b) pronunciamento da autoridade administrativa: o documento

pelo qual o dirigente máximo da entidade ou autoridade de nível hierárquico equivalente, atesta haver tomado conhecimento dos fatos apurados e indica as medidas adotadas para o saneamento das deficiências e irregularidades constatadas.

§ 2º As prestações de contas de subvenções, auxílios e contribuições consideradas regulares permanecerão arquivadas no órgão concedente.

Art. 30. As prestações de contas dos recursos concedidos a título de subvenções, auxílios e contribuições devem ser apresentadas ao órgão repassador dos recursos no prazo estipulado no Instrumento de Convenio.

Art. 31. Constatada a ausência da prestação de contas, o ordenador de despesa deverá adotar providências administrativas visando regularizar a situação, observando-se os prazos previstos em regulamento.

Parágrafo único. Persistindo a ausência da prestação de contas, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá instaurar Tomada de Contas Especial na forma do regulamento próprio do ente e de Instrução Normativa do Tribunal de Contas.

CAPÍTULO X DA RESCISÃO DOS ATOS

Art. 32. Constituem motivos para a rescisão do convênio:

I - o inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;

II - a constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado; e

III - a verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial, na forma da legislação vigente.

Parágrafo único. Quando da extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao órgão repassador dos recursos no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento.

CAPÍTULO XI DA DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS

Art. 33. O conveniente deverá restituir, atualizado monetariamente desde a data do recebimento e acrescido de juros de mora desde a data do inadimplemento:

I - os recursos transferidos, quando:

a) não executado o objeto conveniado;

b) não atingida sua finalidade; ou

c) não apresentada a prestação de contas;

II - o recurso, quando:

a) utilizado em desacordo com o previsto no convênio;

b) apurado e constatado irregularidade; ou

c) não comprovada sua regular aplicação.

Art. 34. Integram a presente Instrução Normativa os seguintes Anexos:

Anexo I - Documentos que devem integrar o processo de concessão de subvenções, auxílios e contribuições.

Anexo II - Informações que devem ser inseridas no plano de trabalho da entidade recebedora de subvenções, auxílios e contribuições.

Anexo III - Documentos complementares que devem integrar o processo de concessão de auxílios e contribuições destinados à realização de obras.

Anexo IV - Conteúdo mínimo do termo de ajuste.

Anexo V - Documentos que devem acompanhar a prestação de contas de recursos concedidos a título de subvenções, auxílios e contribuições.

Anexo VI - Capa da Prestação da Contas.

Anexo VII - Modelo de balancete de prestação de contas.

Anexo VIII - Declaração atendimento objeto convênio.
 Anexo IX - Parecer do Conselho Fiscal.
 Anexo X - Modelo de Plano de Trabalho.

Art. 35. Esta Instrução Normativa entrará em vigor a partir do dia 02 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga(SC), 30 de março de 2015.

Nadir T. Etges
 Coordenadora de Controle Interno
 CPF: 831.973.899-72 Mat: 1455/05

ANEXO I DOCUMENTOS QUE DEVEM INTEGRAR O PROCESSO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÕES, AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES

I	Solicitação ao dirigente máximo do concedente;
II	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
III	Comprovante de endereço da entidade e do seu representante legal;
IV	Cópia autenticada do RG e do CPF do presidente e tesoureiro da entidade ou do ocupante de cargo equivalente;
V	Cópia do estatuto e de suas alterações, devidamente registrados no cartório competente;
VI	Cópia autenticada da ata da última assembleia que elegeu o corpo dirigente da entidade, registrada no cartório competente;
VII	Cópia do alvará de funcionamento fornecido pela Prefeitura Municipal;
VIII	Atestado de funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a doze meses;
IX	Comprovante de abertura de conta corrente vinculada ao projeto;
X	Plano de trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade interessada; (Modelo Anexo X).
XI	Certificação de entidade beneficente de assistência social, emitida por Conselho de Assistência Social, nos termos da legislação, se for o caso;
XII	Cópia da Lei de utilidade pública, quando exigida pela legislação do concedente;
XIII	Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço
XIV	Certidão Negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união
XV	Certidão Negativa de Débitos Estaduais
XVI	Certidão Negativa quanto a Contribuições Previdenciárias
XVII	Certidão Negativa de Débitos Municipais
XVIII	Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;
XIX	Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V, da Lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos.

ANEXO II INFORMAÇÕES QUE DEVEM SER INSERIDAS NO PLANO DE TRABALHO DA ENTIDADE RECEBEDORA DE SUBVENÇÕES, AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES

I	Identificação e credenciais do proponente, objetivos sociais da entidade, com informações relativas à capacidade técnica e operacional para a execução do objeto;
II	Descrição do título, do objeto e da finalidade do projeto, de modo a permitir a identificação precisa do que se pretende realizar ou obter;
III	Justificativa contendo a caracterização do interesse público do objeto, evidenciando os benefícios econômicos e sociais a serem obtidos;
IV	Especificação de todas as demais fontes de recursos que irão financiar o objeto, com os valores estimados, se for o caso
V	Plano de aplicação com orçamento detalhado dos bens e serviços a serem adquiridos ou contratados
VI	Cronograma físico de execução;
VII	Cronograma financeiro de desembolso;
VIII	Especificação completa dos bens a serem adquiridos, bem como dos serviços a serem contratados, discriminando os seus valores de acordo com orçamento prévio, devendo anexar no mínimo 03 orçamentos de fornecedores ou prestadores que comprovem o valor de mercado dos bens ou serviços;

ANEXO III DOCUMENTOS COMPLEMENTARES QUE DEVEM INTEGRAR O PROCESSO DE CONCESSÃO DE AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE OBRAS

I	Certidão emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis comprovando a propriedade plena do imóvel com data não superior a trinta dias, nos casos em que o repasse tiver como objeto a execução de obras ou benfeitorias no mesmo, inclusive para a contratação de projeto arquitetônico;
II	Licença ambiental prévia e, se for o caso, outras licenças expedidas pelos órgãos ambientais competentes, quando o contrato envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais, conforme previsto na legislação federal e estadual aplicável;
III	Alvarás e licenças municipais necessários à realização de obras, expedidos pelos órgãos municipais competentes;
IV	Registro fotográfico das condições atuais;
V	Projeto básico, conforme definido na Lei Federal sobre licitações e contratos, que poderá ser dispensado pela autoridade competente no caso de objeto padronizado. O Projeto Básico deverá conter o orçamento detalhado do custo global da obra ou do serviço de engenharia, fundamentado em quantitativos de serviços e fenômenos propriamente avaliados.
VI	Anotação de Responsabilidade Técnica ou Registro de Responsabilidade Técnica

ANEXO IV CONTEÚDO MÍNIMO DO TERMO DE AJUSTE

I	Objeto e finalidade do convênio;
II	Obrigações das partes;
III	Valor total a ser transferido, com a indicação da fonte de recursos, detalhando o valor das parcelas do exercício em curso e as previstas para exercícios futuros, se for o caso;
IV	Valor da contrapartida, quando houver, seu detalhamento e a forma de sua aplicação;
V	Forma pela qual a execução física do objeto será acompanhada pelo concedente;
VI	Obrigações do beneficiário de manter atualizado seu cadastro junto ao concedente;

VII	Prerrogativa do concedente de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;
VIII	Obrigação do beneficiário de identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;
IX	Compromisso do beneficiário de movimentar os recursos na conta bancária específica;
X	Proibição do beneficiário de repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pela legislação própria do concedente;
XI	Obrigação do beneficiário de prestar contas dos recursos recebidos e da contrapartida;
XII	Orientação acerca da forma da prestação de contas, dos prazos, indicação expressa da documentação que deve integrar a prestação de contas e outros elementos que facilitem ao responsável cumprir adequadamente a obrigação de prestação das contas;
XIII	Hipóteses de rescisão;
XIV	Direito de propriedade dos bens remanescentes na data da conclusão, rescisão ou extinção do ajuste, se houver;
XV	Vigência do ajuste, fixada de acordo com o prazo previsto para a execução do objeto;
XVI	Obrigatoriedade de devolução dos recursos e dos rendimentos da aplicação financeira, nos casos previstos; e
XVII	Indicação do foro competente para dirimir conflitos decorrentes de sua execução.

ANEXO V

DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS CONCEDIDOS A TÍTULO DE SUBVENÇÕES, AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES

I	Capa de apresentação (Modelo Anexo VI)
II	Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas, assinado pelo Presidente da Instituição ou responsável;
III	Balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro; (Modelo Anexo VII)
IV	Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada, em caso de entidade privada sem fins lucrativos; (Modelo Anexo IX)
VI	Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
VII	Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
VIII	Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
IX	Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário.
X	Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
XI	Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas; (Modelo Anexo VIII)

XII	Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
XIII	Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução. O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha. (modelo anexo III)
IX	Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e Registro de Responsabilidade Técnica – RRT de execução e fiscalização e laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro ou arquiteto responsável em caso de obras;
X	Comprovantes de pagamento dos encargos tributários incidentes sobre cada etapa executada das obras, reformas e serviços, quando houver;
XI	Fotografias dos bens permanentes adquiridos e das obras executadas, quando for o caso;
XII	Relação em que conste o nome e CPF dos participantes, suas assinaturas, o nome do palestrante, o tema abordado, a carga horária e o local e data, em caso de despesas relativas a palestras ou eventos similares;
XIII	Relatório de abastecimento de combustível contendo, no mínimo, informações em ordem cronológica extraídas do documento fiscal sobre identificação da placa do veículo, numeração do hodômetro, data, quantidade e valores unitários e totais de cada abastecimento;
XIV	Relação dos passageiros fornecida pela empresa contratada, no caso de locação de veículo para transporte de pessoas;
XV	Cópia do termo de recebimento provisório ou definitivo a que se refere o art. 73, inciso I, alíneas "a" e "b", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em caso de obras;
XVI	Certidões no Cadastro Específico do INSS (CEI) no caso de obras, na forma da legislação vigente;
XVII	Manifestação do controle interno do conveniente quanto à regular aplicação dos recursos no objeto do convênio, em caso de ente da federação;
XVII	Outros documentos que o setor técnico entender necessários para comprovação da correta e regular aplicação dos recursos, bem como aqueles previstos no termo de convênio.

ANEXO VI

(Capa da Prestação da Contas)

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Termo de convênio nº / , celebrado entre o MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA e ENTIDADE, visando (descrever objeto do convênio), no valor de R\$(.....).

01 - A SER PREENCHIDO PELA INSTITUIÇÃO RECEBEDORA DOS

RECURSOS

PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	MÊS DEPÓSITO:	
RECEBEDOR DE RECURSOS:		
MUNICÍPIO:	CNPJ:	
EMPENHO Nº:	DATA DEPÓSITO:	VALOR:

DECLARAÇÃO DO RECEBEDOR DE RECURSOS

Declaramos, de acordo com a Instrução Normativa SCI Nº 03/2015, que os recursos recebidos foram regularmente empregados, na conformidade da Lei, cuja prestação de contas foi montada conforme requisitos da Instrução Normativa supra, sendo que todos os documentos de despesas estão legíveis e devidamente assinados.

Em

Presidente (Nome)	Tesoureiro (Nome)
CPF :	CPF:

ANEXO VII

MODELO DE BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO ATENDIMENTO OBJETO CONVÊNIO

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro, de acordo com a Instrução Normativa SCI N. 03/2015, que os recursos da ordem de R\$ (.....), oriundos do MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, nos termos do Convênio nº., foram devidamente aplicados (descrever o objeto do Convênio)

E, por ser verdade, dato e firmo a presente.

Local e data

Nome presidente
CPF:

ANEXO IX

MODELO DE PARECER DO CONSELHO FISCAL

Declaramos, para cumprimento do disposto na Instrução Normativa SCI N. 03/2015, que o Conselho Fiscal da (nome da entidade) é de parecer favorável à presente prestação de contas, quanto à correta aplicação dos recursos conforme objeto do Convênio e ao atendimento da finalidade pactuada.

Itapiranga - SC

Nome, cpf e assinatura dos membros do Conselho

ANEXO X

MODELO DE PLANO DE TRABALHO

1 - DADOS CADASTRAIS

Conveniente					C.N.P.J	
Endereço						
Município Guaraciaba	U.FSC	C.E.P 89920-000	DDD/Telefone		E-mail	
Conta Corrente	Banco		Agência	Praça de Pagamento		
Nome do Responsável						
C.P.F				C.I./Órgão Expedidor		
Cargo			Função			
Endereço					CEP	

2 - RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Entidade:	C.N.P.J:	
Nome do Responsável	Função	CPF
CI/Órgão Expedidor	Cargo	Matrícula
Endereço	Cidade	C.E.P.

3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto	Período de Execução	
	Início	Término
Identificação do Objeto		
Justificativa da Proposição:		

4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICO (META, ETAPA OU FASE)

Meta	Etapa	Descrição	Indicador Físico		Duração	
			Unid. de medida	Quant.	Início	Término
1	1					
2	1					
3	1					
Total geral						

5 - PLANO DE APLICAÇÃO (EM R\$)

Natureza da Despesa		Valor	
Código	Especificação	Concedente	Proponente
Total Geral			

Meta	Etapas	3 – Especificação	Valor Total R\$
1	1		
2	1		
3	1		

6 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO (R\$ 1,00) CONCEDENTE

Meta						
1	Jan/....	Fev/....	Mar/.....	Abr/.....	Mai/.....	Jun/.....
	Jul/....	Ago/.....	Set/.....	Out/....	Nov/....	Dez/....

7 - DEFERIMENTO SOLICITADO-

Na qualidade de representante legal do conveniente, peço deferimento ao que ora é solicitado para fins de desenvolver o Plano de Trabalho.

_____, _____/_____/_____

 conveniente Con-

8 - MANIFESTAÇÃO DO CONCEDENTE

Deferido, aprovo o presente Plano de Trabalho	
_____, ____/____/____	
Local e Data	Ordenador de Despesa
_____, ____/____/____	
Local e Data	Prefeito Municipal
Indeferido	
_____, ____/____/____	
Local e Data	Ordenador de Despesa
_____, ____/____/____	
Local e Data	Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE 004/2015 - CAMARA DE VEREADORES

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
 CAMARA DE VEREADORES

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2015

OBJETO: Contratação de serviços de imprensa escrita para divulgação dos atos oficiais e institucionais da Câmara de Vereadores de Itapiranga, para o ano de 2015, conforme edital de credenciamento nº 002/2015.

Contratado: Empresa Jornalística Força do Oeste Ltda.

Vigência: 31/12/2015

Fundamento: Caput do artigo 25 da Lei nº 8.666.

Itapiranga - SC., 23 de março de 2015.

Gabriel Celuppi

Presidente da Câmara

de Vereadores

INEXIGIBILIDADE 005/2015 - CAMARA DE VEREADORES

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
 CAMARA DE VEREADORES

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2015

OBJETO: Contratação de serviços de imprensa escrita para divulgação dos atos oficiais e institucionais da Câmara de Vereadores de Itapiranga, para o ano de 2015, conforme edital de credenciamento nº 002/2015.

Contratado: Empresa Jornalística Jornal Expressão Ltda.

Vigência: 31/12/2015

Fundamento: Caput do artigo 25 da Lei nº 8.666.

Itapiranga - SC., 23 de março de 2015.

Gabriel Celuppi

Presidente da Câmara

de Vereadores

INEXIGIBILIDADE 006/2015 - CAMARA DE VEREADORES

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
 CAMARA DE VEREADORES

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2015

OBJETO: Contratação de serviços de radiofusão para divulgação de atos oficiais, avisos e informações da Câmara de Vereadores, para o ano de 2015, conforme edital de credenciamento nº 003/2015.

Contratado: Radio Itapiranga Ltda.

Vigência: 31/12/2015

Fundamento: Caput do artigo 25 da Lei nº 8.666.

Itapiranga - SC., 24 de março de 2015.

Gabriel Celuppi

Presidente da Câmara

de Vereadores

INEXIGIBILIDADE Nº 007/2015 - CAMARA DE VEREADORES

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CAMARA DE VEREADORES

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2015

OBJETO: Contratação de serviços de radiofusão para divulgação de atos oficiais, avisos e informações da Câmara de Vereadores, para o ano de 2015, conforme edital de credenciamento nº 003/2015.
Contratado: Associação Rádio Comunitária de Itapiranga
Vigência: 31/12/2015
Fundamento: Caput do artigo 25 da Lei nº 8.666.

Itapiranga - SC., 24 de março de 2015.
Gabriel Celuppi
Presidente da Câmara
de Vereadores

PREGAO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 008/2015 - CAMARA DE VEREADORES

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2015

A Câmara de Vereadores do Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 08/2015, cujo objeto é aquisição de equipamentos diversos destinados para manutenção das atividades da Câmara de Vereadores. Entrega da documentação e proposta até às 17:15 horas do dia 20 de abril de 2015. Maiores informações, podem ser obtidas na Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga, ou pelo telefone (49) 3677-0448.

Itapiranga - SC., 30 de março de 2015.
Gabriel A. Celuppi
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

PREGAO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2015 - CAMARA DE VEREADORES

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2015

A Câmara de Vereadores do Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 09/2015, cujo objeto é contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de passagens aéreas.. Entrega da documentação e proposta até às 18:00 horas do dia 20 de abril de 2015. Maiores informações, podem ser obtidas na Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga, ou pelo telefone (49) 3677-0448.

Itapiranga - SC., 30 de março de 2015.
Gabriel A. Celuppi
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

PREGÃO Nº 73/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 73/2015

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 73/2015, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços para treinamento de equipes de competição do departamento de esportes do município de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 14 de abril de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga - SC, 31 de março de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS Nº 72/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E
SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 72/2015

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 72/2015, cujo objeto é a execução em regime de empreitada global por preço unitário (com fornecimento de materiais e mão de obra), do projeto para reforma do ginásio de esportes da Escola Municipal Peperi Guaçu, da Secretaria de Educação desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 17 de abril de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br.

Itapiranga - SC., 31 de março de 2015
Milton Simon
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 2423/2015 NOMEIA CHEFE DA DIVISÃO DE CADASTRO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO, DO ÓRGÃO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2423/2015

Data: 30 de março de 2015.

NOMEIA CHEFIA DA DIVISÃO DE CADASTRO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO, DO ÓRGÃO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1 Fica nomeado o SR. AMARILDO JOSÉ ZAGONEL, no cargo de Chefe da Divisão de Cadastro Mobiliário e Imobiliário, do Órgão tributário Municipal.

Art. 2 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 30 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2420/2015 – DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2420/2015

Data: 26 de março de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso III da Lei Municipal nº 559/2014 - LOA 2015, e considerando CI/DO/19/2015, de 26 de março de 2015,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por superávit financeiro do exercício anterior, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$ 332.369,82 (Trezentos e trinta e três mil trezentos e sessenta e nove reais e oitenta e dois centavos), conforme segue:

Suplementações

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.01 Ensino Fundamental

01203610021.1030 Construção / Ampliação e Reforma

34490 Aplicações Diretas (428) DR 63600 R\$ 327.859,07

01203610021.2093 Merenda Escolar

33390 Aplicações Diretas (417) DR 63701 R\$ 4.510,75

Total das Suplementações R\$ 332.369,82

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 26 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2421/2015 – DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2421/2015

Data: 30 de março de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso I da Lei Municipal nº 559/2014 - LOA 2015, e considerando CI/DO/16/2015, de 24 de março de 2015,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por anulação de dotação dentro da mesma funcional programática, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), conforme segue:

Suplementação

15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

0802430005.2124 Manutenção do Abrigo Provisório

33390 Aplicações Diretas (239) DR 1000 R\$ 45.000,00

Anulação

5.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

0802430005.2124 Manutenção do Abrigo Provisório

34490 Aplicações Diretas (249) DR 10000 R\$ 45.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 30 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2422/2015 – EXTINGUE A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPOÁ - FUNSITA

DECRETO MUNICIPAL Nº 2422/2015

Data: 30 de março de 2015.

EXTINGUE A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPOÁ - FUNSITA

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1 Fica extinta a Fundação Municipal de Saúde de Itapoá - FUNSITA, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 30 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº25/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº25/2015

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: ELIANA DO ROCIO GUSSO MEI, com sede na Rua Abrahão Bittencourt Neto (1.050), 231/1, Balneário Paese, nesta cidade de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.035.698/0001-95, representada neste ato por seu representante legal, a Sra. ELIANA DO ROCIO GUSSO, portadora do CNPF/MF sob nº 393.507.629-00 e CI.RG sob nº 2203001 SSP/PR.

Licitação: CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2015 - INEXIGIBILIDADE Nº 02/2015 - PROCESSO Nº 07/2015.

Objeto: CREDENCIAMENTO de veículos de mídia eletrônica, de cunho jornalístico, para prestação de serviços de publicidade governamental destinada à divulgação institucional, de utilidade pública, de atos, programas, obras, serviços e campanhas de caráter educativo, informativo ou de orientação social, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) por unidade de serviço/mês e até R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 27/03/2015

PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato terá início imediato à assinatura e a sua vigência está condicionada à vigência do Edital de Chamamento Público nº 01/2015, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, II da Lei nº 8.666/93.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 30 de março de 2015.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 26/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº26/2015

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: FATIMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06139399/0001-72, com sede à Rua 29 de Dezembro, nº 765, CEP: 89.198-000, na cidade de Rio do Campo, representada neste ato por sócio, o Sr. MARCOS JOSÉ ANDRJEVSKI, portador do CNPF/MF sob o nº 543.624.794-00 e CI.RG sob o nº 4.446.736-4 SESP/PR.

Licitação: PREGÃO Nº 16/2015 - PROCESSO Nº 30/2015

Objeto: Aquisição de 01 (uma) roçadeira trincha articulada, conforme especificações constantes no edital.

VALOR R\$: 28.024,00 (vinte e seis mil trezentos e noventa e um reais e noventa e seis centavos).

DATA DA ASSINATURA: 30/03/2015

PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu término está condicionado a entrega do objeto e prestação dos serviços, ou até 31/12/2015.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 31 de março de 2015.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº19/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº19/2015

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: Empresa TELAS SCHMITT LTDA-ME, com sede à Rua Pedro Gusso, nº282, Bairro: Novo Mundo, na cidade de Curitiba/PR, CEP: 81.050-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 11.481.765/0001-07 e Inscrição Estadual nº 9050775701, representada neste ato pelo sócio administrador Sr. CLAUDIO JOSÉ SCHMITT, portador do CNPF/MF nº 819.335.509-10 e do CI.RG nº 5.148.914-4 SSP/PR.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015 - PROCESSO Nº 16/2015.

Objeto: Aquisição de telas alambreado revestido com PVC para manutenção e reforma do campo municipal, onde esta localizada a sede da Secretaria de Esporte e Lazer, conforme especificações constantes no anexo V do edital.

VALOR R\$: 12.487,16 (Doze mil quatrocentos e oitenta e sete reais e dezesseis centavos).

DATA DA ASSINATURA: 17/03/2015

PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato iniciará na data de assinatura, e o seu término está condicionado à entrega do total do objeto, ou até 31/12/2015.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 30 de março de 2015.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

RH - PORTARIA Nº 0819/2015

PORTARIA Nº 0819/2015.

De: 02 de março de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

SANDRA TERESINHA SPECK PACHECO, matrícula 570974, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, para a referência Nível IV - H, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0822/2015

PORTARIA Nº 0822/2015

De: 02 de março de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 042/2014 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). MARCIA ODETE DA SILVA, matrícula 1232134, na função de PROF. SUP. INC. ACT 20H, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0823/2015

PORTARIA Nº 0823/2015

De: 02 de março de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 042/2014 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). MARIANE PEREIRA NERES DE MORAES SERAFINA RIBEIRO DOS SANTOS, matrícula 1284150, na função de PROF. N.H. ACT 20H, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0824/2015

PORTARIA Nº 0824/2015

De: 02 de março de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 022/2014 da Secretaria de Saúde,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). DEBORA SOARES GOMES, matrícula 1240080, na função de TÉCNICO DE

ENFERMAGEM I, da Secretaria de Saúde.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0825/2015

PORTARIA Nº 0825/2015

De: 02 de março de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 007/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). ZELIANE THAIS DA SILVA, matrícula 11632364, na função de MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0826/2015

PORTARIA Nº 0826/2015

De: 02 de março de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 042/2014 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). MATEUS ALVES DA SILVA, matrícula 1274180, na função de PROF. SUP. INC. ACT 40H, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0827/2015

PORTARIA Nº 0827/2015

De: 03 de março de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 042/2014 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). ELAINE CRISTINA NEMOTO, matrícula 1234978, na função de PROF. SUP. INC. ACT 40H, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0828/2015

PORTARIA Nº 0828/2015

De: 03 de março de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 014/2013 da Secretaria de Saúde,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). ZILMA GOMES DA SILVA, matrícula 2747, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, da Secretaria de Saúde.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0829/2015

PORTARIA Nº 0829/2015.

De: 03 de março de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) DAVID OTAVIO BUSS, matrícula 11617586, investido (a) na função de MOTORISTA, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 076/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 03 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0830/2015

PORTARIA Nº 0830/2015.

De: 03 de março de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

MADALENA DA SILVA COSTA, matrícula 605174, ocupante do cargo de SERVENTE ESCOLAR, para a referência Nível I - I, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0831/2015

PORTARIA Nº 0831/2015.

De: 03 de março de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

LOURDES TREVIZAN, matrícula 605190, ocupante do cargo de SERVENTE ESCOLAR, para a referência Nível I - I, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0832/2015

PORTARIA Nº 0832/2015.

De: 04 de março de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) RAFAELE MARIN GOMES, matrícula 1237152, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 076/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0833/2015

PORTARIA Nº 0833/2015.

De: 04 de março de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) TEREZINHA DO CARMO ALVES CZARNECKI, matrícula 607800, investido (a) na função de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 076/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0834/2015

PORTARIA Nº 0834/2015.

De: 04 de março de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) ALEXSSANDRA DA SILVA BARBOSA PEREIRA, matrícula 1285688, investido (a) na função de TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 076/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0835/2015

PORTARIA Nº 0835/2015

De: 04 de março de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 042/2014 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). GIANE DO ROSARIO GOMES, matrícula 1273809, na função de PROF. SUP. INC. ACT 40H, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0836/2015

PORTARIA Nº 0836/2015

De: 05 de março de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 042/2014 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). BRUNA DA SILVA GRABOWSKI, matrícula 738115, na função de PROF. SUP. INC. ACT 20H, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 05 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0837/2015

PORTARIA Nº 0837/2015

De: 05 de março de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 011/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). TANIA APARECIDA HAUPT, matrícula 11632429, na função de PROF. N. SUP. ACT 20H, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 05 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0838/2015

PORTARIA Nº 0838/2015

De: 06 de março de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 042/2014 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). REGINA GLÓRIA DOS SANTOS MARTINS, matrícula 1246402, na função de PROF. SUP. INC. ACT 20H, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 06 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0839/2015

PORTARIA Nº 0839/2015

De: 09 de março de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 014/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). ELIZANGELA DA SILVA WROBEL, matrícula 11634847, na função de PROF. SUP. INC. ACT 20HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0840/2015

PORTARIA Nº 0840/2015.

De: 09 de março de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) EUZA CAMARGO DOS SANTOS, matrícula 11629495, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 076/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0841/2015

PORTARIA Nº 0841/2015.

De: 09 de março de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) LUCYANA BERNARDIN ARNHOLD, matrícula 1280503, investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 076/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0842/2015

PORTARIA Nº 0842/2015.

De: 09 de março de 2015.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 09 de março de 2015 à 07 de maio de 2015 (60 dias + 30 de pecúnia), ao(a) servidor(a) JOSÉ ERALDO ARAÚJO, matrícula 2569, investido(a) no cargo de FISCAL DE TRIBUTOS II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0843/2015

PORTARIA Nº 0843/2015

De: 09 de março de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 09 de março de 2015 a 28 de março de 2015, ao (a) servidor (a) JOÃO GARCIA DE SOUZA, matrícula 1341, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE CONTABILIDADE II, na Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0844/2015

PORTARIA Nº 0844/2015

De: 09 de março de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 09 de março de 2015 a 28 de março de 2015, ao (a) servidor (a) AMARILDO JOSÉ ZAGONEL, matrícula 1821, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0845/2015

PORTARIA Nº 0845/2015

De: 09 de março de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 09 de março de 2015 a 28 de março de 2015, ao (a) servidor (a) ROSILDA APARECIDA BOLDORI, matrícula 607762, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, no Gabinete do Prefeito, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0846/2015

PORTARIA Nº 0846/2015

De: 09 de março de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 09 de março de 2015 a 28 de março de 2015, ao (a) servidor (a) SERGIO ROBERTO DOS SANTOS, matrícula 615579, investido (a) no cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0847/2015

PORTARIA Nº 0847/2015.

De: 08 de março de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) ANDREA BATISTA DIAS, matrícula 604720, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - E, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 08 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0848/2015

PORTARIA Nº 0848/2015.

De: 09 de março de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

ROSILDA APARECIDA BOLDORI, matrícula 607762, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, para a referência Nível VI - F, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0849/2015

PORTARIA Nº 0849/2015.

De: 10 de março de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) MARCIA REGINA DE SOUZA RIBEIRO, matrícula 727326, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 076/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0850/2015

PORTARIA Nº 0850/2015

De: 11 de março de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 022/2014 da Secretaria de Saúde,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). IVANI SOUZA LEDOUX BAYER, matrícula 602566, na função de TÉCNICO DE

ENFERMAGEM I, da Secretaria de Saúde.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 11 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0851/2015

PORTARIA Nº 0851/2015.

De: 11 de março de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

ROSANA MARIA DE LIMA BRAUER, matrícula 620165, ocupante do cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, para a referência Nível II - C, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 11 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0852/2015

PORTARIA Nº 0852/2015.

De: 12 de março de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

ANGELA NERES DO ROSÁRIO, matrícula 607592, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, para a referência Nível I - F, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 12 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0853/2015

PORTARIA Nº 0853/2015

De: 13 de março de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 011/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). ANDREIA DA SILVA OLIVEIRA COELHO, matrícula 11634065, na função de PROF. N. SUP. ACT 40H, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 13 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0854/2015

PORTARIA Nº 0854/2015.

De: 15 de março de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) JESSICA SPECK DOS SANTOS, matrícula 1201158, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 076/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0855/2015

PORTARIA Nº 0855/2015

De: 15 de março de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 15 de março de 2015 a 03 de abril de 2015, ao (a) servidor (a) MARCIO GIOVANI GUIESELLER, matrícula 2070, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Administração e Finanças, integrante

no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0856/2015

PORTARIA Nº 0856/2015

De: 15 de março de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 15 de março de 2015 a 13 de abril de 2015, ao (a) servidor (a) IVONE JOSEFINA BOGO, matrícula 2097, investido (a) no cargo de COZINHEIRA, no Departamento de Cultura, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0857/2015

PORTARIA Nº 0857/2015.

De: 16 de março de 2015.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 16 de março de 2015 à 14 de maio de 2015 (60 dias + 30 de pecúnia), ao(a) servidor(a) ELIANE NASCIMENTO SOUZA, matrícula 605875, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0858/2015

PORTARIA Nº 0858/2015.

De: 16 de março de 2015.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 16 de março de 2015 à 14 de abril de 2015 (30 dias), ao(a) servidor(a) CLAURENICE RAMOS DE JESUS, matrícula 605859, investido(a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0859/2015

PORTARIA Nº 0859/2015.

De: 16 de março de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) MARIA LÚCIA ZIMERMANN, matrícula 604135, ocupante do cargo de SERVENTE ESCOLAR, para a referência Nível I - M, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0860/2015

PORTARIA Nº 0860/2015.

De: 16 de março de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) MARCIA ODETE DA SILVA, matrícula 1232134, investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 076/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0861/2015

PORTARIA Nº 0861/2015

De: 16 de março de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 16 de março de 2015 a 04 de abril de 2015, ao (a) servidor (a) ROSETTE ALVES RODRIGUES KORNETOFF, matrícula 4545, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0862/2015

PORTARIA Nº 0862/2015

De: 16 de março de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 16 de março de 2015 a 04 de abril de 2015, ao (a) servidor (a) EDER ELOY KWIATKOSKI,

matrícula 624195, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0863/2015

PORTARIA Nº 0863/2015
De: 16 de março de 2015.
CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 042/2014 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). FABIANE ALVES DA SILVEIRA, matrícula 1256319, na função de PROF. SUP. INC. ACT 40H, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0864/2015

PORTARIA Nº 0864/2015
De: 16 de março de 2015.
Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 16 de março de 2015 a 04 de abril de 2015, ao (a) servidor (a) KEVIN KRAUSE, matrícula 1278088, investido (a) na função de TÉCNICO DE RADIOLOGIA I, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0865/2015

PORTARIA Nº 0865/2015
De: 17 de março de 2015.
CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 003/2015 da Secretaria de Saúde,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). JESSICA SPECK DO SANTOS, matrícula 1201158, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, da Secretaria de Saúde.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0866/2015

PORTARIA Nº 0866/2015
De: 17 de março de 2015.
CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 042/2014 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). DANIELE DA SILVA DE LIMA, matrícula 1237802, na função de PROF. SUP. INC. ACT 20H, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0867/2015

PORTARIA Nº 0867/2015

De: 18 de março de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 042/2014 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). ANDERSON DOS SANTOS FERMINO, matrícula 1287974, na função de PROF. SUP. INC. ACT 40H, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 18 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0868/2015

PORTARIA Nº 0868/2015

De: 19 de março de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 042/2014 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). ANDREIA CRISTINA DA SILVA FERREIRA, matrícula 11630515, na função de PROF. SUP. INC. ACT 40H, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 19 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0869/2015

PORTARIA Nº 0869/2015

De: 19 de março de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 042/2014 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). QUÉZIA MACHADO ECHTERHOFF, matrícula 1255215, na função de PROF. N.H. ACT 40H, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 19 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0870/2015

PORTARIA Nº 0870/2015

De: 19 de março de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 042/2014 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). MARCIA FERREIRA FRANCO FERMINO, matrícula 11634812, na função de PROF. SUP. INC. ACT 40H, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 19 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0871/2015

PORTARIA Nº 0871/2015

De: 19 de março de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 017/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). GABRIELA INES KUMMER, matrícula 1200461, na função de PROF. SUP. INC. ACT 30HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 19 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0872/2015

PORTARIA Nº 0872/2015.

De: 19 de março de 2015.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A), A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica exonerado (a) a pedido, o (a) servidor (a) MAHARA HERMOGENES, matrícula 1181025, ocupante do cargo de PROFESSOR I 20HS, lotado (a) na Secretaria de Educação, conforme Lei Municipal 76/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 19 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0873/2015

PORTARIA Nº 0873/2015

De: 20 de março de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 015/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). LINDOMAR SILVA DE JESUS, matrícula 11634820, na função de SUPERVISOR ESCOLAR ACT, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 20 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0874/2015

PORTARIA Nº 0874/2015

De: 20 de março de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 023/2014 da Secretaria de Saúde,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). SIRLEI CRISTINA DOS SANTOS ALVES, matrícula 1267671, na função de ENFERMEIRO I, da Secretaria de Saúde.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 20 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0875/2015

PORTARIA Nº 0875/2015

De: 20 de março de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 20 de março de 2015 a 18 de abril de 2015, ao (a) servidor (a) APARECIDA DONIZETE DA SILVA, matrícula 604585, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 20 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0876/2015

PORTARIA Nº 0876/2015

De: 23 de março de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 23 de março de 2015 a 11 de abril de 2015, ao (a) servidor (a) EUCLIDES GOULART SANCHES, matrícula 590886, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 23 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0877/2015

PORTARIA Nº 0877/2015

De: 23 de março de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 011/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). JESSICA HOLTZ, matrícula 726478, na função de PROF. N. SUP. ACT 40H, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 23 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0878/2015

PORTARIA Nº 0878/2015

De: 24 de março de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 018/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). MARIA LÚCIA CORDEIRO, matrícula 605271, na função de PROF. N. SUP. ACT 20HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 24 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0879/2015

PORTARIA Nº 0879/2015

De: 25 de março de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 051/2014 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). LUIZ HENRIQUE NUNES DA SILVA, matrícula 1232240, na função de PROF. N.H. ACT 20H, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 25 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0880/2015

PORTARIA Nº 0880/2015.

De: 25 de março de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

SOLANGE MARIA ROSA, matrícula 580279, ocupante do cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, para a referência Nível II - D, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 25 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0881/2015

PORTARIA Nº 0881/2015.

De: 25 de março de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA, matrícula 3212, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, para a referência Nível VI - E, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 25 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0882/2015

PORTARIA Nº 0882/2015.

De: 25 de março de 2015.

Dispõe sobre retificação:

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Em vista de erro constatado na Portaria nº 0807/2015, de 02 de março de 2015, da servidora CARLA APARECIDA RUSISKA.

Retifica-se:

ARTIGO 1º - Onde lê-se: fica concedida Licença Prêmio por assiduidade, a partir de 02 de março de 2015 à 30 de abril de 2015 (30 dias + 30 de pecúnia), leia-se: fica concedida Licença Prêmio por assiduidade, a partir de 02 de março à 30 de abril de 2015 (60 dias + 30 de pecúnia). As demais informações contidas na mesma, por este ato ratificada.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 25 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0883/2015

PORTARIA Nº 0883/2015.

De: 25 de março de 2015.

Dispõe sobre retificação:

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Em vista de erro constatado na Portaria nº 0586/2015, de 02 de fevereiro de 2015, do servidor JUELICIO LUIZ PEREIRA.

Retifica-se:

ARTIGO 1º - Onde lê-se: na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, leia-se: na função de ADMINISTRADOR ESCOLAR ACT. As demais informações contidas na mesma, por este ato ratificada.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 02.02.15.

Itapoá - SC, 25 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

SECRETARIA DE SAÚDE: CLASSIFICAÇÃO PARCIAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 016/2015 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DA BARRA DO SAÍ.

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 016/2015 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS) DA LOCALIDADE DA BARRA DO SAÍ

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais, torna público a Classificação Parcial do Processo Seletivo Simplificado para o cargo de Agente Comunitário de Saúde da localidade da Barra do Saí.

CLASS.	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1ª	Vanessa Pereira Schmoeller	90
2º	Luciana da Silva Porcino	84
3º	Leticia da Silva Bucoff Gonçalves	76
4º	Marilize Nunes de Jesus da Silva	74
5º	Luciane Alves dos Santos	74
6º	Patricia de Oliveira	66
7ª	Beatriz da Graça	60

Itapoá, 31 de Março de 2015.

Marciane Rech

Enfermeira Coordenadora ESF

Joseane Maria Soares de Lima

Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz

Agente Administrativo II

SECRETARIA DE SAÚDE: CONVOCAÇÃO Nº 001/2015 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 013/2015 RECEPCIONISTA

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2015

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 013/2015
RECEPCIONISTA

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata SUELI EULALIA QUADROS para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

1. Cédula de Identidade (RG) ;
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto recente ;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.
10. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
11. Certidão de Nascimento dos Filhos ;
12. Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
13. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
14. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
15. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
16. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
17. Tipagem sanguínea;
18. Laudo médico;

19. Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: _____;

Cristian Angelo Grassi
Secretário da Saúde
Itapoá, 31 de Março de 2015.

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.716 DE 12 DE JANEIRO 2015 - REPUBLICADO

Decreto Nº 4.716 de 12 de janeiro 2015

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 15, inciso I e II e artigo 16 da Lei Municipal 4.567 de 23/12/2014 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 140.568,03 (cento e quarenta mil, quinhentos e sessenta e oito reais e três centavos) destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 02 ASSESSORIA DO GABINETE DO PREFEITO

Unidade orçamentária: 01 Assessoria do Gabinete do Prefeito

Proj./Atividade:2.127Consórcio Públ. Intermunicipal Multifinanciarial Meio Oeste contestado	
Modalidade Aplicação: 3.3.93.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000-199	

Valor: R\$ 12.000,00

Proj./Atividade: 2.023 Manutenção da Gerencia de Eventos	
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.000.000000-22	

Valor: R\$ 128.566,03

Art. 2º O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com recurso proveniente da anulação das dotações abaixo descritas:

Órgão: 02 ASSESSORIA DO GABINETE DO PREFEITO

Unidade orçamentária: 01 Assessoria do Gabinete do Prefeito

Proj./Atividade:2.127Consórcio Públ. Intermunicipal Multifinanciarial Meio Oeste contestado	
Modalidade Aplicação: 3.1.71.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000-197	

Valor: R\$ 1.000,00

Modalidade Aplicação: 3.3.71.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000-198	
--	--

Valor: R\$ 10.000,00

Modalidade Aplicação: 4.4.71.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000-200	
--	--

Valor: R\$ 1.000,00

Proj./Atividade: 2.023 Manutenção da Gerencia de Eventos	
Modalidade Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.00.01.000.000000-21	

Valor: R\$ 128.566,03

Art. 3º: Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação abaixo identificada, no valor de R\$ 55.678,56 (cinquenta e cinco mil,

seiscentos e setenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), por conta do superávit financeiro dos recursos do FUNDEB-:

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação
Proj./Atividade: 2.048 Manutenção das Atividades de Educação Infantil
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0018.000000-216
Valor: R\$ 55.678,56

Art. 4º: Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação abaixo identificada, no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), por conta do provável excesso de arrecadação dos recursos oriundos do Estado de Turismo, Cultura e Esporte, conforme proposta nº 13783, para custear despesas com a realização do desfile das escolas de samba do carnaval 2015.

Órgão: 02 ASSESSORIA DO GABINETE DO PREFEITO
Unidade orçamentária: 01 Assessoria do Gabinete do Prefeito

Proj./Atividade: 2.023 Manutenção da Gerencia de Eventos	
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064.000000-217	

Valor: R\$ 300.000,00

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 12 de janeiro de 2015
RAFAEL LASKE

DECRETO Nº 4.718 DE 16 DE JANEIRO 2015 - REPUBLICADO

Decreto Nº 4.718 de 16 de janeiro 2015
Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 15, inciso I e II e artigo 16 da Lei Municipal 4.567 de 23/12/2014 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO

Unidade orçamentária: 05 Gerência de Meio ambiente	
Proj./Atividade: 2.082 Manutenção das Atividades de Preservação e Proteção ambiental	
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-17	

Valor: R\$ 3.000,00

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura
Proj./Atividade: 2.084 Manutenção do Trânsito- Polícia Militar

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0010.000000-116	
---	--

Valor: R\$ 1.000,00

Órgão: 20 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Desenv.Sustentável
Proj./Atividade: 2.115 Manutenção da Frota Agrícola

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-173	
---	--

Valor: R\$ 20.000,00

Art. 2º O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com recurso proveniente da anulação das dotações abaixo descritas:

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO

Unidade orçamentária: 05 Gerência de Meio ambiente	
Proj./Atividade: 2.082 Manutenção das Atividades de Preservação e Proteção ambiental	
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-18	

Valor: R\$ 3.000,00

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura
Proj./Atividade: 2.084 Manutenção do Trânsito- Polícia Militar

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0010.000000-117	
---	--

Valor: R\$ 1.000,00

Órgão: 20 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Desenv.Sustentável
Proj./Atividade: 2.115 Manutenção da Frota Agrícola

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-174	
---	--

Valor: R\$ 20.000,00

Art. 3º: Fica aberto crédito adicional suplementar nas dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos do Salário Educação:

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação
Proj./Atividade: 2.047 Manutenção das Atividades do ensino fundamental
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0036.000000-218
Valor: R\$ 50.000,00

Proj./Atividade: 2.048 Manutenção das Atividades de Educação Infantil
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0036.000000-219
Valor: R\$ 50.000,00

Proj./Atividade: 2.049 Manutenção do Transporte Escolar Ens. fundamental
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0036.000000-220
Valor: R\$ 50.000,00

Art. 4º: Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação abaixo identificada, no valor de R\$ 24.526,64 (vinte e quatro mil, quinhentos e vinte e seis reais e sessenta e quatro centavos), proveniente do

excesso de arrecadação dos recursos ordinários do município, referente ao repasse do município de Herval d'Oeste, para execução dos serviços de monitoramento da área do entorno e do sistema de tratamento de afluentes do aterro sanitário situado na Linha Duas Casas:

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO

Unidade orçamentária: 05 Gerência de Meio ambiente

Proj./Atividade: 2.082 Manutenção das Atividades de Preservação e Proteção ambiental

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-17
Valor: R\$ 2.526,64

Art. 5º: Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação abaixo identificada, no valor de R\$ 26.865,36 (vinte e seis mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e trinta e seis centavos), proveniente do excesso de arrecadação dos recursos ordinários do município, referente ao repasse do município de Herval d'Oeste e do município de Luzerna, para execução de serviços, materiais e equipamentos necessários para a manutenção corretiva e preventiva do sistema de monitoramento urbano composto de câmaras de vídeo :

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura

Proj./Atividade: 2.116 Manutenção das Câmaras de Segurança

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-121
Valor: R\$ 26.865,36

Art. 6º: Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação abaixo identificada, no valor de R\$ 1.462.500,00 (Hum milhão, quatrocentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais), proveniente do excesso de arrecadação dos recursos de emenda parlamentar e o valor de R\$ 56.588,83 de contrapartida do convênio, com recursos do superávit financeiro dos recursos ordinários do município, para construção do Ginásio de Esportes no Bairro Santa Tereza:

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura

Proj./Atividade: 1.077 Construção do Ginásio de Esportes no Bairro Santa Tereza

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0034.000000-222

Valor: R\$ 1.462.500,00

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000-224

Valor: R\$ 56.488,83

Art. 7º: Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação abaixo identificada, no valor de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais), proveniente do excesso de arrecadação dos recursos do Estado, para obras de pavimentação asfáltica:

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura

Proj./Atividade: 1.025 Pavimentação e Conservação de Vias Públicas

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0064.000000-221

Valor: R\$ 950.000,00

Art. 8º: Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação abaixo identificada, no valor de R\$ 2.513.348,17 (dois milhões, quinhentos e treze mil, trezentos e quarenta e oito reais e dezessete centavos), proveniente do excesso de arrecadação dos recursos do Estado, para execução construção do Centro de Inovação:

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura

Proj./Atividade: 1.075 Construção do Centro de Inovação do Município de Joaçaba

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0034.000000-223

Valor: R\$ 2.513.348,17

Art. 9º Fica aberto um crédito adicional suplementar na importância de R\$ 302.214,63 (trezentos e dois mil, duzentos e quatorze reais e sessenta e três centavos), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente, proveniente do provável excesso de arrecadação de recursos de convênios do Estado:

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade orçamentária: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Proj./Atividade: 1.070 - OBRAS DE DRENAGEM, CONTENÇÃO E CANALIZAÇÃO.

Modalidade Aplicação:

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0064.000000-225

Valor: R\$ 302.214,63

Art. 10º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 16 de janeiro de 2015

RAFAEL LASKE

DECRETO Nº 4.723 DE 26 DE JANEIRO 2015 - REPUBLICADO

Decreto Nº 4.723 de 26 de janeiro 2015

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 15, inciso I e II e artigo 16 da Lei Municipal 4.567 de 23/12/2014 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 43.600,00 (quarenta e três mil e Seiscentos reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Proj./Atividade: 2.048 Manutenção da das Atividades do Ensino Infantil

Modalidade Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0001.000000-227

Valor: R\$ 27.600,00

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura

Proj./Atividade: 2.043 Manutenção de Prédios Públicos

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-144

Valor: R\$ 6.000,00

Proj./Atividade: 1.046 Implantação e Recuperação de Rede Pluvial

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-131

Valor: R\$ 10.000,00

Art. 2º O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com recurso proveniente da anulação das dotações abaixo descritas:

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação
Proj./Atividade: 2.048 Manutenção da das Atividades do Ensino Infantil

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000-102

Valor: R\$ 27.600,00

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura
Proj./Atividade: 2.043 Manutenção de Prédios Públicos

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-145

Valor: R\$ 6.000,00

Proj./Atividade: 1.046 Implantação e Recuperação de Rede Pluvial

Modalidade Aplicação:
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-132

Valor: R\$ 10.000,00

Art. 3º: Fica aberto crédito adicional suplementar nas dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 22.218,15 (vinte e dois mil, duzentos e dezoito reais e quinze centavos), por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos do Salário Educação:

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação
Proj./Atividade: 2.049 Manutenção do Transporte Escolar Ens. fundamental
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0036.000000-220
Valor: R\$ 22.218,15

Art. 4º: Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação abaixo identificada, no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos da CO-SIP- Contribuição Para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública:

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura
Proj./Atividade: 2.039 Manutenção e Expansão do Sistema de Iluminação Pública

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0008.000000-226

Valor: R\$ 180.000,00

Art. 5º: Fica aberto crédito adicional suplementar nas dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 1.879.494,85 (um milhão, oitocentos e setenta e nove mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e oitenta e cinco centavos) proveniente do superávit financeiro dos recursos ordinários do município:

Órgão: 02 ASSESSORIA DO GABINETE DO PREFEITO
Unidade orçamentária: 01 Assessoria do Gabinete do Prefeito

Proj./Atividade: 2.020 Manutenção do Gabinete do Prefeito

Modalidade Aplicação:
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000-236

Valor: R\$ 60.000,00

Unidade orçamentária: 09 Junta de Serviço Militar

Proj./Atividade: 2.032 Manutenção da Junta do Serviço Militar e do Tiro de Guerra

Modalidade Aplicação:
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000-239

Valor: R\$ 14.950,00

Órgão: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA
Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Gestão Financeira

Proj./Atividade: 2.029 Manutenção da Secretaria de Gestão Financeira

Modalidade Aplicação:
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000-230

Valor: R\$ 120.000,00

Proj./Atividade: 2.030 Encargos Gerais do Município

Modalidade Aplicação:
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000-231

Valor: R\$ 50.000,00

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura
Proj./Atividade: 1.025 Pavimentação e Conservação de Vias Públicas

Modalidade Aplicação:
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000-229

Valor: R\$ 271.532,59

Proj./Atividade: 1.063 Construção de Parque Para Lazer e Esportes

Modalidade Aplicação:
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000-228

Valor: R\$ 1.356.709,97

Proj./Atividade: 2.038 Manutenção do Convênio da Rádio Patrulha

Modalidade Aplicação:
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000-234

Valor: R\$ 6.302,29

Art. 6º: Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação abaixo identificada, no valor de R\$ 33.942,83 (trinta e três mil, novecentos e quarenta e dois reais e oitenta e três centavos) por conta do Superávit financeiro das multas de trânsito no município:

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura
Proj./Atividade: 2.084 Manutenção do Trânsito- Polícia Militar

Modalidade Aplicação:
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0010.000000-233

Valor: R\$ 13.942,83

Proj./Atividade: 2.085 Manutenção do Trânsito- Polícia Civil

Modalidade Aplicação:
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0011.000000-232

Valor: R\$ 20.000,00

Art. 7º: Fica aberto crédito adicional suplementar nas dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 11,76 (onze reais e setenta e seis centavos), por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos do PNAE:

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Unidade orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação
 Proj./Atividade: 2.049 Manutenção da Alimentação Escolar Ens. fundamental
 Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0037.000000-235
 Valor: R\$ 11,76

Art. 8º: Fica aberto crédito adicional suplementar nas dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais) por conta do Superavit financeiro dos recursos provenientes do FNDE -Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação:

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Unidade orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação
 Proj./Atividade: 1.039 Aquisição de Equipamento e Material Permanente Ed.Infantil
 Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0037.000000-237
 Valor: R\$ 40.000,00

Proj./Atividade: 2.048 Manutenção da das Atividades do Ensino Infantil
 Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0037.000000-238
 Valor: R\$ 16.000,00

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 26 de janeiro de 2015

RAFAEL LASKE

DECRETO Nº 4.733 DE 02 DE MARÇO 2015 - REPUBLICADO

Decreto Nº 4.733 de 02 de março 2015
 Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 15, inciso II e artigo 16 da Lei Municipal 4.567 de 23/12/2014 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação abaixo identificada, no valor de R\$ 34.989,33 (trinta e quatro mil, novecentos e oitenta e nove reais e trinta e três centavos), por conta do provável excesso de arrecadação dos recursos oriundos da Secretaria de Estado do desenvolvimento Regional de Joaçaba e o Município de Joaçaba, através do Convênio nº 214TR002563:

Órgão: 02 ASSESSORIA DO GABINETE DO PREFEITO
 Unidade orçamentária: 13- Gerência de cultura
 Proj./Atividade: 2.003 Manutenção das Atividades Culturais
 Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064.000000-240
 Valor: R\$ 34.989,33

Art. 2º: Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação abaixo identificada, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por conta do Superavit financeiro das multas de trânsito no município:

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
 Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura
 Proj./Atividade: 2.085 Manutenção do Trânsito- Polícia Civil

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0011.000000-232	
---	--

Valor: R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 02 de março de 2015
 RAFAEL LASKE
 Prefeito

DECRETO Nº 4.736 DE 06 DE MARÇO 2015 - REPUBLICADO

Decreto Nº 4.736 de 06 de março 2015
 Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 15, inciso II e artigo 16 da Lei Municipal 4.567 de 23/12/2014 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 210.335,40 (duzentos e dez, trezentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos) destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA
 Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Gestão Financeira

Proj./Atividade: 0.000 Amortização, Juros e Encargos da Dívida Interna - Prefeitura	
Modalidade Aplicação: 4.6.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-68	

Valor: R\$ 200.135,40

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
 Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura
 Proj./Atividade: 2.043 Manutenção Prédios Públicos

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-144	
---	--

Valor: R\$ 10.200,00

Art. 2º O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com recurso proveniente da anulação das dotações abaixo descritas:

Órgão: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA
 Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Gestão Financeira

Proj./Atividade: 0.000 Amortização, Juros e Encargos da Dívida Interna - Prefeitura	
Modalidade Aplicação: 3.2.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-66	

Valor: R\$ 200.135,40

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
 Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura
 Proj./Atividade: 2.043 Manutenção Prédios Públicos

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-145	
---	--

Valor: R\$ 10.200,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 02 de março de 2015
RAFAEL LASKE**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - 002/2015 -**
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
002/2015

Diante da impossibilidade de notificação via correios e na residência do lançamento tributário, notificamos o contribuinte 38351 - RODRIGO BUENO PORTOLAN, que foi efetuado o lançamento complementar do Imposto Territorial Urbano, exercício de 2014, cujo valor é de R\$ 368,90. Conforme constatado diferença de cobrança de alíquota, sendo o correto 1,7% e tributado sobre 1,1% conforme determina o Artigo 11, Lei Complementar 031/97 (Código Tributário Municipal); verificado também que o referido imóvel foi tributado com o valor do m² de R\$ 14,53 e o correto a ser tributado é de R\$ 69,68 de acordo com a Lei Complementar nº 251 de 06 de Setembro de 2013, em seu Artigo 1ª. O imóvel referido na notificação é na Rua C (Brisas do Vale), S/N, Bairro Flor da Serra no Loteamento Brisas do Vale Residencial Parque, número do imóvel é 34613, conforme apurado na Notificação de Lançamento nº 093/2015.

Valores e maiores informações estão à disposição no Setor de Cadastro/IPTU da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Joaçaba, em 27 de março de 2015.
Iria Flávia Rodriguez Torrico
Secretaria de Gestão FinanceiraEduardo Barbosa
Chefe do Setor de Cadastro/IPTU**EXTRATO CONTRATO 75/2015/FMS**

EXTRATO CONTRATO Nº 75/2015/FMS

PL 05/2015/FMS - DL 01/2015/FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: MARIA ALVANI FIORENTIN VOLPATO

OBJETO: a locação de imóvel de propriedade da LOCADORA, compreendendo uma sala comercial denominada Loja nº 01, localizada no pavimento térreo do Condomínio Edifício Wilmar Volpato, situado na Avenida Santa Terezinha, nº 1.728, bairro Menino Deus, matrícula nº 30.549 - Registro de Imóveis 1º Ofício, destinado à instalação de Unidade de Saúde.

VALOR CONTRATADO:

R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais), sendo R\$ 1.300,00 mensais.

VIGÊNCIA: 12 meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.122 - BLATB - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA

16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 - Aplicações diretas

FISCAL DO CONTRATO: Eliane Aparecida Ceron Vier.

DATA DE ASSINATURA: 24/03/2015.

ADEMIR LUIZ RIGHI
Secretário Municipal de Saúde
MUNICÍPIO DE JOAÇABA**EXTRATO PL 32/2015/PMJ - PP 22/2015/PMJ**

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015/PMJ

Objeto: Registro de Preços para contratação eventual e futura de viagens especiais destinadas ao transporte da delegação do Município para participação em eventos e competições a nível regional, estadual e interestadual. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 17/04/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 17/04/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 31 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

EXTRATO PL 33/2015/PMJ - PP 23/2015/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015/PMJ

Objeto: Aquisição de fossas sépticas destinadas à complementação das obras de construção de 74 (setenta e quatro) unidades habitacionais no Município de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 29/04/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 29/04/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 31 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

VENILTON ROGÉRIO TELES

Secretário

EXTRATO PL 34/2015/PMJ - PP 24/2015/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015/PMJ

Objeto: Aquisição de esquadrias metálicas (janelas de ferro) destinadas à complementação das obras de construção de 74 (setenta e quatro) unidades habitacionais no Município de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 30/04/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 30/04/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 31 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

VENILTON ROGÉRIO TELES - Secretário

EXTRATO PL 6/2015/FMAS - PP 5/2015/FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2015/FMAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2015/FMAS

Objeto: Registro de Preços de locação de brinquedos infláveis e mecânicos para área externa, com disponibilização de monitores, destinados aos eventos organizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba, SC. Data da abertura: Dia 28/04/2015, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 28/04/2015, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 27 de março de 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MÁRIO WOLFART

Secretário

PORTARIA N.º 4160

PORTARIA Nº 4.160 DE 30 DE MARÇO DE 2015

"RETIFICAR PORTARIA N.º 4.111/2015".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º RETIFICAR PORTARIA N.º 4.111/2015 na qual PRORROGA o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos do processo administrativo disciplinar instaurado pela portaria n.º 3.664/2015 com a finalidade de que se apure o pagamento irregular de regência de classe a professores que não atuam efetivamente no magistério municipal, na forma estabelecida no art. 55 da Lei Complementar n.º 210/2011, conforme documentação encaminhada pela procuradoria jurídica.

Onde lê-se: com a finalidade de que se apure o pagamento irregular de regência de classe a professores que não atuam efetivamente no magistério municipal, na forma estabelecida no art. 55 da Lei Complementar n.º 210/2011, conforme documentação encaminhada pela procuradoria jurídica. Leia-se: que se apure o pagamento irregular de regência de classe dos seguintes professores: EMERSON VIEIRA, NEI TESSER e VALERIA TEREZINHA FERREIRA.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 30 de março de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4161

PORTARIA Nº 4.161 DE 30 DE MARÇO DE 2015

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, o(a) Senhor(a) RONIE RODRIGO URNAU, do cargo de PROFESSOR Nível I (Licenciatura), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, pedido protocolado através de documento protocolado em 28 de março de 2015, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º - Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34 § I da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 30 de março de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de março de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4162

PORTARIA Nº 4.162 DE 31 DE MARÇO DE 2015
"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR EM VIRTUDE DE SUA APOSENTADORIA, o(a) Senhor(a) ELISABETE MARQUART DORL, do cargo de Médico, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e n.º 211 de 05 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34, IV da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 31 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4163

PORTARIA Nº 4.163 DE 31 DE MARÇO DE 2015
"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR EM VIRTUDE DE SUA APOSENTADORIA, o(a) Senhor(a) OLIRICA DAPPER, do cargo de Auxiliar de Serviços Internos, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e n.º 211 de 05 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34, IV da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 31 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4164

PORTARIA Nº 4.164 DE 31 DE MARÇO DE 2015
"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir da data de 31/03/2015, do(a) Sr.(a) SAMANTHA REINELLI BERNARDINI PEIXOTO, Enfermeira - ESF, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 059 de 06 de junho de 2002, que instituiu o Quadro de Pessoal, para atendimento do Programa de Saúde da Família-PSF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde-PACS e por ter sido classificada em teste para emprego público com base na Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto de 2008.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 31 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4165

PORTARIA Nº 4.165 DE 31 DE MARÇO DE 2015
"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) LUIZ LOVATEL, Operador de Máquinas, conforme requerimento protocolado sob n.º 128.675 de 01 de março de 2013, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 31 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4166

PORTARIA N.º 4.166 DE 31 DE MARÇO DE 2015

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) ROSANE MARIA CERON, Telefonista/Recepcionista, conforme requerimento protocolado sob n.º 128.924 de 15 de março de 2013, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 31 de março de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4167

PORTARIA N.º 4.167 DE 31 DE MARÇO DE 2015

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) JANA TERESINHA PINTO PILGER, Técnico de Administração, conforme requerimento protocolado sob n.º 129.424 de 22 de abril de 2013, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 31 de março de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4168

PORTARIA N.º 4.168 DE 31 DE MARÇO DE 2015

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) JAQUELINE MARGARETH SINTLINGER, Técnico de Enfermagem, conforme requerimento protocolado sob n.º 129.461 de 25 de abril de 2013, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 31 de março de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4169

PORTARIA N.º 4.169 DE 31 DE MARÇO DE 2015

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) LEONARDO ANTONELLO, Professor Nível III (Mestrado), conforme requerimento protocolado sob n.º 129.839 de 29 de maio de 2013, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 31 de março de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO 019/2015 - EXONERAÇÃO CI**

RESOLUÇÃO Nº 019/2015 DE 31 DE MARÇO DE 2015
"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A)
QUE ESPECIFICA"

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC),
no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, incisos
XVII e XXXIV do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - EXONERAR o(a) Servidor(a) MARCIO ROBERTO PICCOLI,
Contador, das funções de Coordenador do Controle Interno, de
acordo com a Lei Complementar 295 de 17 de março de 2004.

Art. 2º - Esta Resolução produzirá efeitos a partir 1º de abril de
2015.

Joaçaba, 31 de abril de 2015.
LUIZ VASTRES
Presidente

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

RESOLUÇÃO 020/2015 - NOMEIA CI - JEAN

RESOLUÇÃO Nº 020/2015 DE 1º DE ABRIL DE 2015
"NOMEIA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR QUE
ESPECIFICA".

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC),
no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, incisos
XVII e XXXIV do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - NOMEAR o Servidor JEAN CARLOS DA SILVA, Secretário/
Recepcionista, para as funções de Coordenador do Controle In-
terno, de acordo com a Lei Complementar 295 de 17 de março
de 2004.

Art.2º - Esta Resolução produzirá efeitos a partir 1º de abril de
2015.

Joaçaba, 1º de abril de 2015.
LUIZ VASTRES
Presidente

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

SIMAE - JOAÇABA**PORTARIA JHL 66/2015**

PORTARIA SIMAE. JHL - Nº 066/2015 01.04.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Ser-
viço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste
e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear de acordo com a Lei Complementar 76/2003,
tendo em vista a aprovação no Concurso Público realizado confor-
me Edital nº 001/2015 e a classificação em primeiro lugar, na for-
ma do Art. 4º da Lei Complementar nº 193/10 de 06 de setembro
de 2010 e nos termos do § 1º, do art. 13, da LC n. 76/2003, do
Município de Joaçaba-SC, a Sra.: Caryane Ferreira Ribeiro, para o
Cargo de Auxiliar Administrativo, Padrão-3, Nível-1, Referência-A,
lotado na Diretoria Administrativa, do Quadro de Pessoal desta
Autarquia, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Mu-
nicípio de Joaçaba, com vencimentos a partir da data da tomada
de Posse.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,
obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de
Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 01 de abril de 2015.
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

Diante da necessidade dos serviços, tendo em vista a aprovação
em 1º Lugar de Caryane Ferreira Ribeiro no Concurso Público de
que trata o Edital SIMAE n.º 001/2015, para o Cargo de Auxi-
liar Administrativo de acordo com a Portaria JHL-064/2015 de
26/03/2015, que homologa resultado final do Concurso, comuni-
camos que V.Sª deverá comparecer ao escritório do SIMAE, sito
à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC, no prazo de 30 (trinta)
dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar
posse no cargo para o qual prestou concurso.

Lages

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 139/2015 PML



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXECUTIVO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

CONTRATO Nº 139/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: D'AGOSTINE INDUSTRIA DE CONCRETO LTDA inscrita no CNPJ n.º 01.534.826/0001-01, com sede Est Martins Felix Berta, 3098 – Rubem Berta – Porto Alegre/RS CEP 90.001-970.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Prefeito em Exercício, o Sr. **Antonio Arcanjo Duarte**, doravante denominado **CONTRATANTE**, a Empresa, **D'AGOSTINE INDUSTRIA DE CONCRETO LTDA**, representada neste ato pelo Sr. **Waldir D'Agostini**, portador do CPF nº 193.332.260-87, doravante denominado **CONTRATADO**, resolvem celebrar este Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 06/2015, correlato a Pregão Presencial nº 04/2015, aberto em 02/03/2015 e homologado em 19/03/2015, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Artefatos de Cimento, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 48 (quarenta e oito) horas a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) da Secretaria Requisitante, no(s) endereço(s) nela(s) indicado(s), delimitado(s) ao perímetro urbano;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2015.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais/serviço será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, conforme medições e autorizada pelo Secretário da Fazenda.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 659.001,00 (seiscentos e cinquenta e nove mil e um real), sendo:

LOTE:5**D'AGOSTINI INDUSTRIA DE CONCRETO LTDA (18545)**

7	TAMPA 100X100X8 CM, FCK 25 MPA - Marca: D'AGOSTINI	UN	350,00	0,0000	160,87	56.304,50
8	TAMPA 100X100X13 CM, FCK 25 MPA - Marca: D'AGOSTINI	UN	350,00	0,0000	232,95	81.532,50
9	TAMPA 100X60X13CM. FCK 25 MPA - Marca: D'AGOSTINI	UN	300,00	0,0000	157,50	47.250,00
10	TAMPA 120X120X13CM. FCK 25 MPA - Marca: D'AGOSTINI	UN	100,00	0,0000	321,28	32.128,00
11	TAMPA 120X60X13CM. FCK 25 MPA - Marca: D'AGOSTINI	UN	100,00	0,0000	203,35	20.335,00

12	TAMPA 80X80X08CM, FCK 25 MPA - Marca: D'AGOSTINI	UN	100,00	0,0000	124,51	12.451,00
Total do Fornecedor:						250.001,00

LOTE:**6****D'AGOSTINI INDUSTRIA DE CONCRETO LTDA (18545)**

13	GRELHA DE CONCRETO ARMADO 50X80X13CM COM 2 MALHAS 3/8 10X10 - Marca: D'AGOSTINI	UN	1.000,00	0,0000	147,90	147.900,00
14	GRELHA DE CONCRETO ARMADO 100X50X13CM COM 2 MALHAS 3/8 10X10 - Marca: D'AGOSTINI	UN	1.000,00	0,0000	261,10	261.100,00
Total do Fornecedor:						409.000,00

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) PAGAMENTO(S)

4.1 Será (ão) efetuado(s) em 20 (vinte) dias da(s) entrega(s) dos produtos à vista da(s) nota(s) fiscal(is) decorrente(s);

4.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo.

CLÁUSULA QUINTA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

5.1 O(s) valor(es) ofertado(s) na proposta poderá(ão) ser revisto(s), desde que devidamente requerido(s), demonstrado(s) através de planilha(s), plenamente justificado(s) e aprovado(s) pelo Contratante;

5.2 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira é o IGP-M.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os produtos, objeto desta licitação, serão adquiridos com recursos provisionados na conta: Obras de Pavimentação e Infraestrutura Urbana. Código de Despesa n° 98 e Elemento de Despesa n° 33903400, ano base 2015. Fonte de Recursos: Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital, de seu(s) Anexo(s) e do presente Contrato;

7.2 Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em **assinar/devolver** o contrato dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

7.3 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.4 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1° do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 Emitir o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data da Homologação;

8.2 Encaminhar ao adjudicatário o Termo do Contrato, em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da data da sua emissão;

8.3 Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no Edital;

8.4 Exercer ampla e permanente fiscalização durante a execução do(s) serviço(s), objeto deste Edital.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO

9.1 Provisório, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

9.2 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 Consoante o disposto no art. 77 da Lei 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento;

10.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

10.3. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

10.4 No caso de o convocado não assinar o Contrato ou, *deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo* estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da sua Proposta de Preços e das demais sanções previstas em lei, o Município se reserva ao direito de convocar outro Licitante, observada a ordem de classificação e o direito de preferência para ME ou EPP e, assim sucessivamente, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o Licitante para obtenção de preço menor;

10.5 Quando o prejuízo causado pela contratada exceder ao previsto na cláusula penal, poderá a Administração exigir indenização suplementar, valendo a cláusula penal como mínimo da indenização, nos termos do parágrafo único do Art. 416 do Código Civil;

10.6 A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846/2013, ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

O prazo de duração fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura, até 31/12/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

12.2 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DIREITO DE RESERVA

13.1 O Município de Lages, reserva-se ao direito, de revogar o certame por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;

13.2 Receber o(s) produto(s) provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

13.3 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

14.1 O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 10.520/02, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 7.014/03, na Lei Complementar 123/2006, subsidiariamente na Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

14.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA;

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 18 de Março de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

Álvaro João Mondadori Júnior
Secretaria Municipal de Infraestrutura

Mauricio Batalha Machado
Procurador Geral do Município

Waldir D'Agostini
D'Agostine Industria De Concreto LTDA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 02/2015
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 02/2015
ATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de inexigibilidade de Licitação sob n.º 02/2015, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - (CIGA), inscrito no CNPJ sob n.º 09.427.503/0001-12, com sede a Rua: Santos Saraiva, nº 1.546 - Bairro: Estreito; CEP: 88.070-101; Florianópolis/SC, para publicações legais na imprensa oficial - Diário Oficial dos Municípios, pelo valor de R\$ 3.762,00 (três mil, setecentos e sessenta e dois reais) mensais.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 17 de março de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 17 março de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

RERRATIFICAÇÃO Nº 03 PP 28-2015 PML
RERRATIFICAÇÃO Nº 03

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2015 PML
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL - SMP, ACESSO MÓVEL A INTERNET POR VIA DE PACOTES DE DADOS PARA SMARTPHONES, POR MEIO DE APARELHOS MÓVEIS DO TIPO MODEM USB, GESTOR ON-LINE, E TARIFA ZERO INTRA-GRUPO.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido de esclarecimento, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados que houveram algumas alterações no edital em comento. Um novo edital com todas as alterações, será disponibilizado no site: www.lages.sc.gov.br
As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 31 de março de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO Nº 04 CC 03-2015 PML
RERRATIFICAÇÃO Nº 04

ASSUNTO: EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 03/2015 PML
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE MÃO DE OBRA, DE 9.181,98 (NOVE MIL CENTO E OITENTA E UM UNIDADES E NOVENTA E OITO CENTÉSIMOS) DE UNIDADE DE SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - USIP, PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS EM REDE DE DISTRIBUIÇÃO E PARA EXPANSÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE LAGES.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido de esclarecimento, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fizeram necessárias no Anexo II - Termo de Referência do edital em comento:

Leia-se: Item 02 - Atendimento das reclamações via telefone disponibilizado através de central tipo call-center
Quantidade 12 meses Valor Máximo Unitário: 8.009,02 Valor Máximo Total: 96.108,24

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 15:30 horas do dia 06/04/2015, para às 09:00 do dia 06/05/2015.

As demais cláusulas, permanecem inalteradas.

Lages, 31 de março de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO PE 05-2015 SMS
RERRATIFICAÇÃO Nº 03

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2015SMS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE LEITES ESPECIAIS PARA SAÚDE DA CRIANÇA, DEMANDAS JUDICIAIS E PROGRAMA DA AIDS, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES PRESCRITAS NO ANEXO I DO EDITAL.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido de esclarecimento, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados que houveram algumas alterações no edital em comento. Um novo edital com todas as alterações, será disponibilizado no site: www.lages.sc.gov.br
Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 09:00 horas do dia 09/04/2015, para às 09:00 do dia 22/04/2015

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 31 de março de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO PP 42-2015 PML
RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2015 PML
OBJETO:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS DO MUNICÍPIO.

O Município de Lages, presente os efeitos dos princípios básicos da publicidade e da legalidade, com fulcro no disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna público aos interessados, o adiantamento do horário de abertura da sessão pública, marcada para às 10:30 horas do dia 23/04/2015, para às 09:00 horas do dia 14/04/2015.

As demais cláusulas, permanecem inalteradas.

Lages, 31 de março de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

CONTAS PÚBLICAS Nº01

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	472.140.000,00	472.140.000,00	65.116.789,06	13,79	65.116.789,06	13,79
RECEITAS CORRENTES	426.450.000,00	426.450.000,00	63.125.503,71	14,80	63.125.503,71	14,80
RECEITA TRIBUTÁRIA	50.323.000,00	50.323.000,00	6.135.555,32	12,19	6.135.555,32	12,19
IMPOSTOS	47.110.000,00	47.110.000,00	5.639.681,19	11,97	5.639.681,19	11,97
TAXAS	3.000.000,00	3.000.000,00	495.874,13	16,53	495.874,13	16,53
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	213.000,00	213.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	24.134.000,00	24.134.000,00	3.454.485,89	14,31	3.454.485,89	14,31
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	12.434.000,00	12.434.000,00	1.712.777,36	13,77	1.712.777,36	13,77
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	11.700.000,00	11.700.000,00	1.741.708,53	14,89	1.741.708,53	14,89
RECEITA PATRIMONIAL	4.689.795,00	4.689.795,00	949.521,05	20,25	949.521,05	20,25
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	343.495,00	343.495,00	69.879,17	20,34	69.879,17	20,34
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	4.301.300,00	4.301.300,00	879.641,88	20,45	879.641,88	20,45
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	44.223.660,00	44.223.660,00	6.569.877,60	14,86	6.569.877,60	14,86
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	275.957.395,00	275.957.395,00	43.545.068,59	15,78	43.545.068,59	15,78
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	275.510.395,00	275.510.395,00	43.469.768,59	15,78	43.469.768,59	15,78
Transferências de Instituições Privadas	150.000,00	150.000,00	45.300,00	30,20	45.300,00	30,20
Transf. de Pessoas	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Conv.	197.000,00	197.000,00	30.000,00	15,23	30.000,00	15,23
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	27.122.150,00	27.122.150,00	2.470.995,26	9,11	2.470.995,26	9,11
Multas e Juros de Mora	6.027.170,00	6.027.170,00	950.344,86	15,77	950.344,86	15,77
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.648.300,00	1.648.300,00	392.859,02	23,83	392.859,02	23,83
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	11.145.600,00	11.145.600,00	1.093.959,10	9,82	1.093.959,10	9,82
RECEITAS DIVERSAS	8.301.080,00	8.301.080,00	33.832,28	0,41	33.832,28	0,41
RECEITAS DE CAPITAL	45.690.000,00	45.690.000,00	1.991.285,35	4,36	1.991.285,35	4,36
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.390.000,00	10.390.000,00	346.261,05	3,33	346.261,05	3,33
Operações de Crédito Internas	10.390.000,00	10.390.000,00	346.261,05	3,33	346.261,05	3,33
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	250.000,00	0,00	250.000,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	250.000,00	0,00	250.000,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	35.300.000,00	35.300.000,00	1.395.024,30	3,95	1.395.024,30	3,95
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	126.238,81	0,00	126.238,81	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	35.300.000,00	35.300.000,00	1.268.785,49	3,59	1.268.785,49	3,59

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES Contribuições para o RPPS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	21.460.000,00	21.460.000,00	1.573.962,73	7,33	1.573.962,73	7,33	19.886.037,27
	21.460.000,00	21.460.000,00	1.573.962,73	7,33	1.573.962,73	7,33	19.886.037,27
	21.460.000,00	21.460.000,00	1.573.962,73	7,33	1.573.962,73	7,33	19.886.037,27
	60.000,00	60.000,00	1.048,73	1,75	1.048,73	1,75	58.951,27
	21.400.000,00	21.400.000,00	1.572.914,00	7,35	1.572.914,00	7,35	19.827.086,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	493.600.000,00	493.600.000,00	66.690.751,79	13,51	66.690.751,79	13,51	426.909.248,21
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	493.600.000,00	493.600.000,00	66.690.751,79	13,51	66.690.751,79	13,51	426.909.248,21
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	493.600.000,00	493.600.000,00	66.690.751,79	13,51	66.690.751,79	13,51	426.909.248,21
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (h) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (i)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	472.565.935,00	472.565.935,00	180.789.301,17	180.789.301,17	291.776.633,83	52.925.532,60	52.925.532,60	419.640.402,40	45.034.896,74
DESPESAS CORRENTES	391.544.542,50	391.544.542,50	147.119.904,07	147.119.904,07	341.294.882,99	50.249.659,51	50.249.659,51	341.294.882,99	42.915.370,20
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	171.618.935,00	171.618.935,00	26.406.872,48	26.406.872,48	145.212.062,52	26.105.818,25	26.105.818,25	145.513.116,75	25.283.402,50

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	472.565.935,00	472.565.935,00	180.789.301,17	180.789.301,17	291.776.633,83	52.925.532,60	52.925.532,60	419.640.402,40	45.034.896,74
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.597.500,00	1.597.500,00	1.586.500,00	1.586.500,00	11.000,00	275.447,68	275.447,68	1.322.052,32	266.419,81
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	218.328.107,50	218.328.107,50	119.126.531,59	119.126.531,59	99.201.575,91	23.868.393,58	23.868.393,58	194.459.713,92	17.365.547,89
DESPESAS DE CAPITAL	80.994.767,50	80.994.767,50	33.669.397,10	33.669.397,10	47.325.370,40	2.675.873,09	2.675.873,09	78.318.894,41	2.119.526,54
INVESTIMENTOS	66.494.767,50	66.494.767,50	25.539.262,84	25.539.262,84	40.955.504,66	1.290.087,79	1.290.087,79	65.204.679,71	1.048.748,29
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	14.500.000,00	14.500.000,00	8.130.134,26	8.130.134,26	6.369.865,74	1.385.785,30	1.385.785,30	13.114.214,70	1.070.778,25
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.625,00	26.625,00	0,00	0,00	26.625,00	0,00	0,00	26.625,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	21.034.065,00	21.034.065,00	2.277.244,17	2.277.244,17	18.756.820,83	2.277.244,17	2.277.244,17	18.756.820,83	1.155.307,70
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.034.065,00	21.034.065,00	2.277.244,17	2.277.244,17	18.756.820,83	2.277.244,17	2.277.244,17	18.756.820,83	1.155.307,70
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	493.600.000,00	493.600.000,00	183.066.545,34	183.066.545,34	310.533.454,66	55.202.776,77	55.202.776,77	493.600.000,00	46.190.204,44
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	493.600.000,00	493.600.000,00	183.066.545,34	183.066.545,34	310.533.454,66	55.202.776,77	55.202.776,77	493.600.000,00	46.190.204,44
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	11.487.975,02	-	66.690.751,79
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	493.600.000,00	493.600.000,00	183.066.545,34	183.066.545,34	-	55.202.776,77	66.690.751,79	-	112.880.956,23

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 4.519.945,28

FONTE:

Continua 3/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

LAGES , 31/03/2015

ANTONIO ARCANJO DUARTE
Prefeito Municipal em Exercício

MATEUS LUNARDI
Secretário da Fazenda

LUNAR NETO SOUZA
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

CONTAS PÚBLICAS Nº02

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	472.565.935,00	472.565.935,00	180.789.301,17	180.789.301,17	98,76	52.925.532,60	52.925.532,60	95,87
Legislativa	11.800.000,00	11.800.000,00	2.070.134,98	2.070.134,98	1,13	1.282.590,07	1.282.590,07	2,32
Ação Legislativa	11.800.000,00	11.800.000,00	2.070.134,98	2.070.134,98	1,13	1.282.590,07	1.282.590,07	2,32
Judiciária	2.091.717,50	2.091.717,50	442.624,76	442.624,76	0,24	378.911,71	378.911,71	0,69
Defesa do Interesse Público No Processo Judiciário	2.091.717,50	2.091.717,50	442.624,76	442.624,76	0,24	378.911,71	378.911,71	0,69
Administração	40.510.517,50	40.510.517,50	8.956.161,07	8.956.161,07	4,89	5.600.886,35	5.600.886,35	10,15
Planejamento e Orçamento	2.786.625,00	2.786.625,00	554.900,62	554.900,62	0,30	446.620,93	446.620,93	0,81
Administração Geral	18.590.392,50	18.590.392,50	4.105.212,09	4.105.212,09	2,24	2.288.495,83	2.288.495,83	4,15
Administração Financeira	1.470.000,00	1.470.000,00	1.432.921,01	1.432.921,01	0,78	219.810,88	219.810,88	0,40
Controle Interno	588.150,00	588.150,00	88.699,17	88.699,17	0,05	80.866,38	80.866,38	0,15
Normatização e Fiscalização	5.330.000,00	5.330.000,00	744.270,06	744.270,06	0,41	741.102,42	741.102,42	1,34
Administração de Recursos	8.824.050,00	8.824.050,00	1.838.304,72	1.838.304,72	1,00	1.744.906,51	1.744.906,51	3,16
Comunicação Social	2.921.300,00	2.921.300,00	191.853,40	191.853,40	0,10	79.083,40	79.083,40	0,14
Segurança Pública	1.902.000,00	1.902.000,00	263.575,21	263.575,21	0,14	87.087,51	87.087,51	0,16
Policimento	480.000,00	480.000,00	44.673,63	44.673,63	0,02	41.433,73	41.433,73	0,08
Defesa Civil	1.422.000,00	1.422.000,00	218.901,58	218.901,58	0,12	45.653,78	45.653,78	0,08
Assistência Social	15.211.700,00	15.211.700,00	3.016.011,77	3.016.011,77	1,65	2.038.286,72	2.038.286,72	3,69
Assistência ao Idoso	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	262.000,00	262.000,00	7.000,00	7.000,00	0,00	6.515,00	6.515,00	0,01
Assistência Comunitária	14.904.700,00	14.904.700,00	3.009.011,77	3.009.011,77	1,64	2.031.771,72	2.031.771,72	3,68
Previdência Social	42.499.000,00	42.499.000,00	27.520.430,58	27.520.430,58	15,03	4.817.559,83	4.817.559,83	8,73
Previdência do Regime Estatutário	42.499.000,00	42.499.000,00	27.520.430,58	27.520.430,58	15,03	4.817.559,83	4.817.559,83	8,73
Saúde	109.761.570,00	109.761.570,00	55.711.004,54	55.711.004,54	30,43	15.791.467,10	15.791.467,10	28,61
Atenção Básica	54.524.620,00	54.524.620,00	12.921.989,45	12.921.989,45	7,06	7.650.862,32	7.650.862,32	13,86
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	53.182.512,00	53.182.512,00	42.420.166,96	42.420.166,96	23,17	8.014.245,54	8.014.245,54	14,52
Suporte Profilático e Terapêutico	1.047.800,00	1.047.800,00	229.470,59	229.470,59	0,13	65.027,94	65.027,94	0,12
Vigilância Sanitária	1.006.638,00	1.006.638,00	139.377,54	139.377,54	0,08	61.331,30	61.331,30	0,11
Educação	98.580.125,00	98.580.125,00	22.502.896,69	22.502.896,69	12,29	13.095.885,41	13.095.885,41	23,72
Ensino Fundamental	95.610.125,00	95.610.125,00	21.299.666,50	21.299.666,50	11,63	13.013.528,62	13.013.528,62	23,57
Ensino Superior	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	2.920.000,00	2.920.000,00	1.203.230,19	1.203.230,19	0,66	82.356,79	82.356,79	0,15
Cultura	3.770.630,00	3.770.630,00	493.491,15	493.491,15	0,27	345.032,44	345.032,44	0,63
Difusão Cultural	3.770.630,00	3.770.630,00	493.491,15	493.491,15	0,27	345.032,44	345.032,44	0,63
Direitos da Cidadania	285.000,00	285.000,00	7.682,54	7.682,54	0,00	1.815,92	1.815,92	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	285.000,00	285.000,00	7.682,54	7.682,54	0,00	1.815,92	1.815,92	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LAGES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/Total b)			% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Urbanismo	472.565.935,00	472.565.935,00	180.789.301,17	98,76	291.776.633,83	52.925.532,60	95,87	419.640.402,40
Serviços Urbanos	7.200.000,00	7.200.000,00	5.602.910,00	3,06	1.597.090,00	946.534,41	1,71	6.253.465,59
Habituação	1.845.155,00	1.845.155,00	357.755,37	0,20	1.487.399,63	194.148,73	0,35	1.651.006,27
Habituação Urbana	1.845.155,00	1.845.155,00	357.755,37	0,20	1.487.399,63	194.148,73	0,35	1.651.006,27
Saneamento	78.615.100,00	78.615.100,00	32.396.285,33	17,70	46.218.814,67	2.876.930,88	5,21	75.738.169,12
Saneamento Básico Urbano	78.615.100,00	78.615.100,00	32.396.285,33	17,70	46.218.814,67	2.876.930,88	5,21	75.738.169,12
Gestão Ambiental	7.896.000,00	7.896.000,00	2.063.331,92	1,13	5.832.668,08	1.124.071,62	2,04	6.771.928,38
Preservação e Conservação Ambiental	7.896.000,00	7.896.000,00	2.063.331,92	1,13	5.832.668,08	1.124.071,62	2,04	6.771.928,38
Agricultura	4.030.000,00	4.030.000,00	1.773.950,28	0,97	2.256.049,72	440.344,10	0,80	3.589.655,90
Extensão Rural	4.030.000,00	4.030.000,00	1.773.950,28	0,97	2.256.049,72	440.344,10	0,80	3.589.655,90
Indústria	213.000,00	213.000,00	0,00	0,00	213.000,00	0,00	0,00	213.000,00
Produção Industrial	213.000,00	213.000,00	0,00	0,00	213.000,00	0,00	0,00	213.000,00
Comércio e Serviços	8.883.795,00	8.883.795,00	418.489,88	0,23	8.465.305,12	278.661,79	0,50	8.605.133,21
Promoção Comercial	7.629.480,00	7.629.480,00	228.305,32	0,12	7.401.174,68	160.674,32	0,29	7.468.805,68
Comercialização	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
Turismo	1.234.315,00	1.234.315,00	190.184,56	0,10	1.044.130,44	117.987,47	0,21	1.116.327,53
Transporte	13.898.400,00	13.898.400,00	3.517.348,78	1,92	10.381.051,22	1.216.029,68	2,20	12.682.370,32
Transporte Aéreo	170.000,00	170.000,00	94.289,85	0,05	75.710,15	10.810,68	0,02	159.189,32
Transporte Rodoviário	13.728.400,00	13.728.400,00	3.423.058,93	1,87	10.305.341,07	1.205.219,00	2,18	12.523.181,00
Desporto e Lazer	3.348.100,00	3.348.100,00	518.627,63	0,28	2.829.472,37	292.302,23	0,53	3.055.797,77
Desporto Comunitário	3.248.100,00	3.248.100,00	518.627,63	0,28	2.729.472,37	292.302,23	0,53	2.955.797,77
Lazer	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
Encargos Especiais	20.197.500,00	20.197.500,00	13.156.588,69	7,19	7.040.911,31	2.116.986,10	3,83	18.080.513,90
Serviço da Dívida Interna	16.097.500,00	16.097.500,00	9.716.634,26	5,31	6.380.865,74	1.661.232,98	3,01	14.436.267,02
Outras Transferências	2.400.000,00	2.400.000,00	2.400.000,00	1,31	0,00	369.639,32	0,67	2.030.360,68
Outros Encargos Especiais	1.700.000,00	1.700.000,00	1.039.954,43	0,57	660.045,57	86.113,80	0,16	1.613.886,20
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.625,00	26.625,00	0,00	0,00	26.625,00	0,00	0,00	26.625,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	21.034.065,00	21.034.065,00	2.277.244,17	1,24	18.756.820,83	2.277.244,17	4,13	18.756.820,83
Ação Legislativa	200.000,00	200.000,00	19.103,13	0,01	180.896,87	19.103,13	0,03	180.896,87
Judiciária	155.000,00	155.000,00	14.770,16	0,01	140.229,84	14.770,16	0,03	140.229,84
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	155.000,00	155.000,00	14.770,16	0,01	140.229,84	14.770,16	0,03	140.229,84
Administração	2.543.740,00	2.543.740,00	274.849,40	0,15	2.268.890,60	274.849,40	0,50	2.268.890,60
Planejamento e Orçamento	319.500,00	319.500,00	32.929,09	0,02	286.570,91	32.929,09	0,06	286.570,91

Continua 2/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/Total b)			% (d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Administração	21.034.065,00	21.034.065,00	2.277.244,17	1,24	18.756.820,83	2.277.244,17	4,13	18.756.820,83
Administração Geral	2.543.740,00	2.543.740,00	274.849,40	0,15	2.268.890,60	274.849,40	0,50	2.268.890,60
Controle Interno	901.050,00	901.050,00	95.960,99	0,05	805.089,01	95.960,99	0,17	805.089,01
Normalização e Fiscalização	53.250,00	53.250,00	4.978,58	0,00	48.271,42	4.978,58	0,01	48.271,42
Administração de Receitas	550.000,00	550.000,00	62.885,15	0,03	487.114,85	62.885,15	0,11	487.114,85
Assistência Social	719.940,00	719.940,00	78.095,59	0,04	641.844,41	78.095,59	0,14	641.844,41
Assistência Comunitária	600.000,00	600.000,00	58.152,71	0,03	541.847,29	58.152,71	0,11	541.847,29
Saúde	3.995.000,00	3.995.000,00	392.293,78	0,21	3.602.706,22	392.293,78	0,71	3.602.706,22
Atenção Básica	3.995.000,00	3.995.000,00	392.293,78	0,21	3.602.706,22	392.293,78	0,71	3.602.706,22
Educação	12.075.000,00	12.075.000,00	1.371.320,25	0,75	10.703.679,75	1.371.320,25	2,48	10.703.679,75
Ensino Fundamental	12.075.000,00	12.075.000,00	1.371.320,25	0,75	10.703.679,75	1.371.320,25	2,48	10.703.679,75
Cultura	100.000,00	100.000,00	12.151,51	0,01	87.848,49	12.151,51	0,02	87.848,49
Diffusão Cultural	100.000,00	100.000,00	12.151,51	0,01	87.848,49	12.151,51	0,02	87.848,49
Habitação	67.095,00	67.095,00	6.279,25	0,00	60.815,75	6.279,25	0,01	60.815,75
Habitação Urbana	67.095,00	67.095,00	6.279,25	0,00	60.815,75	6.279,25	0,01	60.815,75
Saneamento	62.000,00	62.000,00	0,00	0,00	62.000,00	0,00	0,00	62.000,00
Saneamento Básico Urbano	62.000,00	62.000,00	0,00	0,00	62.000,00	0,00	0,00	62.000,00
Gestão Ambiental	555.000,00	555.000,00	69.280,91	0,04	485.719,09	69.280,91	0,13	485.719,09
Preservação e Conservação Ambiental	555.000,00	555.000,00	69.280,91	0,04	485.719,09	69.280,91	0,13	485.719,09
Agricultura	110.000,00	110.000,00	9.477,98	0,01	100.522,02	9.477,98	0,02	100.522,02
Extensão Rural	110.000,00	110.000,00	9.477,98	0,01	100.522,02	9.477,98	0,02	100.522,02
Comércio e Serviços	76.680,00	76.680,00	5.803,74	0,00	70.876,26	5.803,74	0,01	70.876,26
Promoção Comercial	51.120,00	51.120,00	4.578,66	0,00	46.541,34	4.578,66	0,01	46.541,34
Turismo	25.560,00	25.560,00	1.225,08	0,00	24.334,92	1.225,08	0,00	24.334,92
Transporte	420.000,00	420.000,00	39.138,58	0,02	380.861,42	39.138,58	0,07	380.861,42
Transporte Rodoviário	420.000,00	420.000,00	39.138,58	0,02	380.861,42	39.138,58	0,07	380.861,42

Continua 3/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/Total b)			% (d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	21.034.065,00	21.034.065,00	2.277.244,17	1,24	18.756.820,83	2.277.244,17	4,13	18.756.820,83
Desporto e Lazer	74.550,00	74.550,00	4.622,77	0,00	69.927,23	4.622,77	0,01	69.927,23
Desporto Comunitário	74.550,00	74.550,00	4.622,77	0,00	69.927,23	4.622,77	0,01	69.927,23
TOTAL (III) = (I + II)	493.600.000,00	493.600.000,00	183.066.545,34	100,00	310.533.454,66	55.202.776,77	100,00	438.397.223,23

FONTE:

LAGES , 31/03/2015

ANTONIO ARCANJO DUARTE
Prefeito Municipal em Exercício

MATEUS LUNARDI
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

CONTAS PÚBLICAS Nº03

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ANUAL 2016
	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agô/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015		
RECEITAS CORRENTES (I)	33.722.503,82	33.698.892,84	34.221.692,56	30.947.477,76	32.532.700,08	33.301.710,22	33.760.796,82	35.272.232,15	37.693.764,92	42.645.298,55	35.574.355,42	32.414.376,15	444.763.450,00	
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.351.594,52	3.351.594,52	3.357.036,31	3.254.557,69	3.267.615,92	3.341.599,40	3.341.599,40	3.196.439,64	3.196.439,64	3.196.439,64	3.216.895,33	41.830.710,48	50.320.000,00	
IPTU	586.408,09	586.408,09	200.978,65	200.978,65	224.217,87	142.725,88	168.480,37	138.039,65	115.528,51	128.975,17	10.069,95	1.325,87	9.000.000,00	
IRRF	796.395,15	696.662,29	612.045,67	692.602,28	772.961,92	676.586,05	630.169,69	632.007,85	1.160.935,32	403.547,32	516.641,03	8.362.121,91	8.510.000,00	
I.S.S.	1.626.943,81	1.929.219,00	1.911.346,20	1.900.482,03	1.819.887,92	1.994.489,09	1.996.835,09	1.988.849,18	2.072.171,46	920.430,62	2.087.016,30	1.975.395,52	24.400.000,00	
I.T.B.I.	355.201,91	471.948,59	373.453,08	435.236,14	435.236,14	401.699,39	358.195,74	422.606,57	422.606,57	309.331,50	336.017,90	4.812.427,33	5.000.000,00	
Receitas Tributárias	1.004.522,80	1.038.149,82	1.035.469,32	1.050.045,65	103.572,46	92.847,49	94.744,49	78.157,42	84.022,11	101.157,47	103.750,02	2.489.583,06	3.214.000,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.893.693,47	1.628.162,82	1.695.664,23	1.636.478,16	1.657.735,15	2.205.246,97	1.789.555,98	1.780.433,35	1.780.433,35	1.906.445,99	1.743.925,90	1.710.595,99	24.310.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL	384.198,27	665.655,49	763.222,95	368.914,55	535.087,76	656.360,94	441.374,72	555.417,71	482.485,69	413.190,36	548.711,41	400.809,64	4.889.750,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	2.577.376,01	2.550.424,22	2.422.023,90	2.402.023,90	2.902.927,22	2.690.636,15	2.929.071,82	2.901.319,43	2.889.954,31	3.206.323,96	3.418.924,11	30.715.793,99	41.643.200,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	27.788.000,96	23.940.078,44	24.333.490,59	22.612.872,22	22.612.872,22	23.048.405,32	23.760.945,86	25.150.226,74	25.402.903,92	28.825.252,86	22.818.485,17	220.523.132,76	303.800.180,00	
Cota-Parte do FPM	3.301.471,45	3.768.073,82	5.021.421,63	3.765.742,11	3.234.296,04	3.929.419,36	3.444.201,84	3.255.125,25	4.308.574,92	4.732.653,97	5.338.646,37	49.326.162,71	53.900.000,00	
Cota-Parte do L.C.M.S.	6.370.252,16	6.207.177,18	6.938.546,51	6.401.190,96	6.240.961,57	6.946.151,91	6.898.336,18	7.611.413,96	7.914.477,62	7.089.338,18	6.310.264,22	79.410.332,38	94.000.000,00	
Cota-Parte do IPVA	1.066.940	1.321.919,53	1.390.988,88	1.303.670,49	1.597.639,21	1.368.997,36	1.392.915,07	1.639.634,32	1.087.077,01	794.843,31	697.976,27	14.264.120,35	14.850.000,00	
Cota-Parte do ITR	8.875,17	4.786,01	4.016,68	108.679,17	6.455,35	12.112,04	117.790,47	656.006,00	83.014,94	763.928,86	44.679,68	1.131.544,47	1.700.000,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.962.921,50	7.962.921,50	6.627.932,40	5.890.942,27	7.503.993,11	6.762.937,19	7.197.193,63	7.917.987,97	7.917.987,97	7.953.532,14	8.217,80	8.217,80	1.700.000,00	
Transferências da LC 61/1989	87.281,18	94.966,03	103.281,13	98.376,32	100.065,21	104.176,91	98.035,85	104.988,18	120.557,70	118.955,39	147.731,48	87.893,23	1.171.500,00	
Transferências da LC 87/1996	0,00	27.883,55	27.883,55	27.883,55	27.883,55	27.883,55	27.883,55	27.883,55	27.883,55	55.767,10	0,00	27.883,55	30.000.000,00	
TRANSFERÊNCIAS DE FUNDOS	4.428.246,02	4.461.728,53	4.878.497,83	4.516.894,35	4.274.906,55	4.572.987,34	4.686.698,24	4.875.750,36	5.000.315,83	5.057.147,57	5.046.633,47	4.867.175,37	60.615.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.261.493,17	1.390.033,66	1.481.162,26	1.222.631,54	1.456.615,91	1.359.261,44	1.527.998,08	1.676.356,08	2.400.421,97	4.224.255,87	1.054.317,95	20.469.072,22	20.375.275,00	
DEDUÇÕES (II)	3.307.357,00	3.108.727,72	3.491.916,22	3.165.707,73	2.986,670,58	3.621.986,23	3.254.926,26	3.317.599,97	3.316.235,01	3.670.251,08	3.432.595,73	40.231.465,30	43.705.785,00	
Compensação Financ. entre Regimes Previdenciários	362.766,34	118.036,35	221.488,97	118.590,30	118,413,68	573.959,98	185.613,34	145.538,52	136.323,15	295.461,46	129.329,25	175.748,70	1.500.000,00	
Contab. para o Plano de Regime do Servidor	681.594,56	703.754,36	666.071,52	700.062,88	700.062,88	711.404,86	714.944,86	788.694,69	730.207,37	716.394,86	691.144,55	8.552.682,15	10.694.000,00	
Deução da Receita Para Formação do FUNDEB	2.172.965,10	2.284.957,01	2.565.411,86	2.341.108,91	2.170.174,04	2.336.593,92	2.354.468,06	2.493.918,47	2.649.704,49	2.622.124,93	2.641.911,93	23.141.282,93	31.272.785,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	30.515.146,82	30.590.165,22	30.729.776,33	27.790.707,03	29.545.029,50	29.679.720,99	30.505.869,56	31.954.632,18	33.378.529,91	38.973.007,47	32.111.779,69	28.580.940,38	401.056.655,00	
PONTE														

LAGES . 31/03/2015

. 31/03/2015

ANTONIO ARCANJO DUARTE
Prefeito Municipal em Exercício

LUNARA NETO SOUZA
Contadora CRC/SC - 02990810-3

CONTAS PÚBLICAS Nº04

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	20.281.000,00	20.281.000,00	2.945.982,55	3.270.689,91
RECEITAS CORRENTES	20.281.000,00	20.281.000,00	2.945.982,55	3.270.689,91
Receita de Contribuições dos Segurados	10.934.000,00	10.934.000,00	1.407.499,41	2.018.225,07
Pessoal Civil	10.934.000,00	10.934.000,00	1.407.499,41	2.018.225,07
Ativo	10.532.000,00	10.532.000,00	1.342.311,88	1.966.947,39
Inativo	400.000,00	400.000,00	65.187,53	51.277,68
Pensionista	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	1.500.000,00	1.500.000,00	305.277,95	0,00
Recarga Patrimonial	2.780.000,00	2.780.000,00	431.023,86	496.182,79
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	2.780.000,00	2.780.000,00	431.023,86	496.182,79
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	5.067.000,00	5.067.000,00	802.181,33	756.282,05
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	5.067.000,00	5.067.000,00	802.181,33	756.282,05
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	21.460.000,00	21.460.000,00	1.573.962,73	3.127.287,67
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	41.741.000,00	41.741.000,00	4.519.945,28	6.397.977,58
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	4.256.421,45	4.212.297,73
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	80.792,43	36.668,71
Despesas Correntes	0,00	0,00	77.691,93	33.568,21
Despesas de Capital	0,00	0,00	3.100,50	3.100,50
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	4.175.629,02	4.175.629,02
			0,00	Continua 1/4

Município de LAGES - SC

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	4.175.629,02	0,00	4.175.629,02
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	4.175.629,02	0,00	4.175.629,02
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	4.256.421,45	0,00	4.212.297,73
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	41.741.000,00	41.741.000,00	-	-	4.519.945,28	2.185.679,85
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
APORTES REALIZADOS						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						0,00
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA						
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2015		2014	
Caixa			0,00		0,00	
			Continua 2/4			

Município de LAGES - SC

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2015		2014	
	363.200,92 20.025.186,39 0,00		0,17 17.649.923,14 0,00	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	21.460.000,00	21.460.000,00	1.573.962,73	3.127.287,67
RECEITAS CORRENTES (VIII)	21.460.000,00	21.460.000,00	1.573.962,73	3.127.287,67
Recarga de Contribuições Patronais	21.460.000,00	21.460.000,00	1.573.962,73	3.127.287,67
Pessoal Civil	21.460.000,00	21.460.000,00	1.573.962,73	3.127.287,67
Ativo	21.460.000,00	21.460.000,00	1.573.962,73	3.127.287,67
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	21.460.000,00	21.460.000,00	1.573.962,73	3.127.287,67

Continua 3/4

Município de LAGES - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

LAGES , 31/03/2015

ANTONIO ARCANJO DUARTE	MATEUS LUNARDI	LUNARA NETO SOUZA
Prefeito Municipal em Exercício	Secretário da Fazenda	Contadora CRC/SC - 029908/O-3

CONTAS PÚBLICAS Nº05

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	59.973.335,78	59.973.335,78	52.211.628,45
DEDUÇÕES (II)	15.561.594,11	15.561.594,11	16.142.951,96
Disponibilidade de Caixa Bruta	42.892.191,82	42.892.191,82	34.823.203,31
Demais Haveres Financeiros	221.561,73	221.561,73	389.125,91
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	27.552.159,44	27.552.159,44	19.069.377,26
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	44.411.741,67	44.411.741,67	36.068.676,49
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	44.411.741,67	44.411.741,67	36.068.676,49

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2015 (C - A)
VALOR	-8.343.065,18	-8.343.065,18

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	563.380,28

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	19.707.536,10	19.707.536,10	20.088.387,48
Disponibilidade de Caixa Bruta	17.469,15	17.469,15	63.201,09
Investimentos	19.690.066,95	19.690.066,95	20.025.186,39
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-19.707.536,10	-19.707.536,10	-20.088.387,48
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-19.707.536,10	-19.707.536,10	-20.088.387,48

FONTE:

LAGES , 31/03/2015

ANTONIO ARCANJO DUARTE
Prefeito Municipal em Exercício

MATEUS LUNARDI
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

CONTAS PÚBLICAS Nº06

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	443.608.700,00	63.819.824,56	73.595.054,18
Receita Tributária	50.323.000,00	6.135.555,32	10.592.804,93
I.P.T.U.	9.000.000,00	11.335,72	4.613.248,35
I.S.S.	24.400.000,00	4.062.812,82	3.155.968,56
I.T.B.I.	5.200.000,00	645.344,30	717.765,87
I.R.R.F.	8.510.000,00	920.188,35	1.150.201,38
Outras Receitas Tributárias	3.213.000,00	495.874,13	955.620,77
Receita de Contribuição	45.594.000,00	5.028.448,62	6.746.547,90
Receitas Previdenciárias	33.894.000,00	3.286.740,09	5.145.512,74
Outras Contribuições	11.700.000,00	1.741.708,53	1.601.035,16
Receita Patrimonial Líquida	388.495,00	69.879,17	80.249,36
Receita Patrimonial	4.689.795,00	949.521,05	999.146,40
(-) Aplicações Financeiras	4.301.300,00	879.641,88	918.897,04
Transferências Correntes	275.957.395,00	43.545.068,59	45.664.698,79
F.P.M.	43.045.000,00	8.454.786,84	8.622.000,70
I.C.M.S.	67.610.000,00	10.719.682,10	10.305.394,59
Convênios	197.000,00	30.000,00	0,00
Outras Transferências Correntes	165.105.395,00	24.340.599,65	26.737.303,50
Demais Receitas Correntes	71.345.810,00	9.040.872,86	10.510.753,20
Dívida Ativa	11.145.600,00	1.093.959,10	1.458.143,23
Diversas Receitas Correntes	60.200.210,00	7.946.913,76	9.052.609,97
RECEITAS DE CAPITAL (II)	45.690.000,00	1.991.285,35	1.285.457,37
Operações de Crédito (III)	10.390.000,00	346.261,05	173.951,78
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	250.000,00	0,00
Transferências de Capital	35.300.000,00	1.395.024,30	1.111.505,59
Convênios	35.300.000,00	1.268.785,49	1.111.505,59
Outras Transferências de Capital	0,00	126.238,81	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	35.300.000,00	1.395.024,30	1.111.505,59
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	478.908.700,00	65.214.848,86	74.706.559,77

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	412.578.607,50	149.397.148,24	61.412.358,35	52.526.903,68	48.707.797,60
Pessoal e Encargos Sociais	192.653.000,00	28.684.116,65	25.853.687,84	28.383.062,42	25.853.687,84
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.597.500,00	1.586.500,00	1.331.345,88	275.447,68	242.195,04
Outras Despesas Correntes	218.328.107,50	119.126.531,59	34.227.324,63	23.868.393,58	22.611.914,72
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	410.981.107,50	147.810.648,24	60.081.012,47	52.251.456,00	48.465.602,56
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	80.994.767,50	33.669.397,10	49.872.715,55	2.675.873,09	8.292.140,94
Investimentos	66.494.767,50	25.539.262,84	40.764.691,96	1.290.087,79	6.207.326,36
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	14.500.000,00	8.130.134,26	9.108.023,59	1.385.785,30	2.084.814,58
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	66.494.767,50	25.539.262,84	40.764.691,96	1.290.087,79	6.207.326,36
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	26.625,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	477.502.500,00	173.349.911,08	100.845.704,43	53.541.543,79	54.672.928,92
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	1.406.200,00	-108.135.062,22	-26.139.144,66	11.673.305,07	20.033.630,85
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Superávit Primário	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	500.319,25

FONTE:

LAGES , 31/03/2015

ANTONIO ARCANJO DUARTE
Prefeito Municipal em Exercício

MATEUS LUNARDI
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

CONTAS PÚBLICAS Nº07

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

	PODER/ÓRGÃO		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014	Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)		
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)													
EXECUTIVO													
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.209.302,00	26.236.031,13	18.190.883,93	166.610,46	9.087.838,75	37.993,29	11.734.857,40	5.777.991,94	4.494.920,34	247.086,25	7.030.844,10	16.118.692,85	
AUDITORIA GERAL E CONTROLE INTERNO	1.209.302,00	24.551.290,34	16.690.593,82	4.096,80	9.075.911,72	37.993,29	10.385.608,54	4.645.944,68	3.367.444,90	222.459,51	6.833.697,42	15.906.609,14	
DEFESA CIVIL	0,00	105.200,22	4.310,22	0,00	100.890,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.890,00	
ENCARGOS GERAIS	0,00	452.948,83	354.040,40	0,00	98.908,43	0,00	546.103,24	485.005,95	413.976,82	0,00	132.126,42	231.034,85	
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES	0,00	490.969,01	312.020,25	30,00	178.918,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	178.918,76	
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES	0,00	460.187,55	359.530,96	0,00	101.656,59	0,00	111.288,11	81.514,83	69.455,89	674,28	41.158,94	142.815,53	
FUNDAÇÃO DE ESPORTES	0,00	344.685,34	172.317,08	3.500,00	168.868,26	0,00	84.028,82	17.485,57	9.060,09	52.188,00	22.780,73	191.648,99	
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	928.560,59	727.533,90	0,00	201.026,69	0,00	643.252,07	314.024,45	242.470,37	106,32	400.675,38	601.702,07	
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOM	0,00	215.725,10	153.225,10	0,00	62.500,00	0,00	185.418,58	178.442,08	83.484,93	2.642,21	98.291,44	161.791,44	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	5.396.066,95	4.735.422,43	0,00	650.674,52	0,00	1.406.937,49	1.072.184,33	745.035,70	11.427,55	650.474,24	1.301.148,76	
GABINETE DO PREFEITO	85.440,00	113.011,90	95.854,31	0,00	102.597,59	0,00	86.012,82	38.010,50	38.010,50	0,00	48.002,32	150.599,91	
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	63.824,63	9.554,63	0,00	54.270,00	0,00	14.987,20	14.323,00	993,20	0,00	13.994,00	68.284,00	
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SERV. PÚBLICOS	154.821,49	0,00	0,00	0,00	154.821,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	154.821,49	
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	57.350,50	1.596.642,85	1.032.955,80	556,80	620.480,75	0,00	298.382,62	196.237,63	120.734,00	11.432,68	166.215,94	786.696,69	
SECRETARIA DA AGRICULTURA E PESCA	0,00	454.162,39	355.394,65	0,00	98.767,74	0,00	627.553,40	171.906,53	152.368,50	0,00	475.194,90	573.962,64	
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	0,00	3.696.980,03	3.522.252,21	0,00	144.727,82	37.993,29	1.197.614,20	683.389,06	613.940,31	306,00	621.361,18	766.089,00	
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - FUNED	70.282,55	0,00	0,00	0,00	70.282,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.282,55	
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	486.682,43	177.395,89	0,00	309.286,54	0,00	57.435,69	55.580,35	13.397,60	1.855,34	42.182,75	351.449,29	
SECRETARIA DA HABITAÇÃO	0,00	591.237,06	168.550,09	0,00	424.687,77	0,00	7.783,89	815,85	815,85	0,00	6.968,04	431.695,81	
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	0,00	5.214.403,11	2.610.989,27	0,00	2.603.413,84	0,00	4.504.554,91	864.242,61	608.518,58	141.099,13	3.754.987,20	6.358.401,04	
SECRETARIA DE OBRAS	390.549,45	0,00	0,00	0,00	114.476,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	114.476,39	
SECRETARIA DE SEGURANÇA DE ORDEM PÚBLIC.	0,00	99.592,32	99.592,32	0,00	0,00	0,00	182.077,66	165.680,26	165.680,26	0,00	16.337,40	16.337,40	
SECRETARIA DE TURISMO	456.680,00	355.281,74	348.618,68	0,00	463.343,05	0,00	71.006,14	70.756,14	56.845,00	0,00	14.163,14	477.506,20	
SECRETARIA DE DESENV. ECON. TRAB. E RENDA	0,00	14.040,88	9.434,88	0,00	4.606,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.606,00	
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚ	0,00	3.431.254,91	1.108.705,99	0,00	2.322.548,92	0,00	361.208,70	236.343,54	32.657,30	798,00	327.783,40	2.650.332,32	
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO	0,00	89.851,70	89.851,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO	24.178,01	0,00	0,00	0,00	24.178,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.178,01	
SEMSA SECRET. MUNIC. DE AGUAS E SANEAMEN	0,00	1.674.740,79	1.500.290,11	0,00	11.927,03	0,00	1.349.248,86	1.132.047,26	1.127.475,44	24.626,74	197.146,68	208.073,71	
SEMSA - SEC. MUNIC. DE AGUAS E SANEAMEN	0,00	1.674.740,79	1.500.290,11	0,00	11.927,03	0,00	1.349.248,86	1.132.047,26	1.127.475,44	24.626,74	197.146,68	208.073,71	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)													
EXECUTIVO													
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	418.765,85	418.765,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AUDITORIA GERAL E CONTROLE INTERNO	0,00	2.462,71	2.462,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES	0,00	5.918,24	5.918,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDAÇÃO DE ESPORTES	0,00	3.468,14	3.468,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	29.033,62	29.033,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	196.828,51	196.828,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
GABINETE DO PREFEITO	0,00	10.414,97	10.414,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	7.344,51	7.344,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	0,00	11.509,00	11.509,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DA AGRICULTURA E PESCA	0,00	4.704,50	4.704,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	38.977,32	38.977,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DA HABITAÇÃO	0,00	3.123,57	3.123,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	0,00	19.800,14	19.800,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DE SEGURANÇA DE ORDEM PÚBLIC.	0,00	31.231,02	31.231,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DE TURISMO	0,00	534,86	534,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DO DESENV. ECON. TRAB. E RENDA	0,00	2.048,76	2.048,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚ	0,00	34.924,05	34.924,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

PODER/ÓRGÃO		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				
EXECUTIVO		-	418.765,85	418.765,85	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		0,00	418.765,85	418.765,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO		0,00	16.411,94	16.411,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):		1.209.302,00	26.654.796,98	18.609.649,78	166.610,45	9.087.838,75	37.993,29	11.734.857,40	5.777.991,94	4.494.920,34	247.086,25	7.030.844,10
												16.118.682,85

FONTE:

LAGES , 31/03/2015

ANTONIO ARCANJO DUARTE Prefeito Municipal em Exercício	MATEUS LUNARDI Secretário da Fazenda	LUNARA NETO SOLIZA Contadora CRCSC - 029609/O-3
---	---	--

CONTAS PÚBLICAS Nº08

MUNICÍPIO DE LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	18.844.175,00	18.844.175,00	2.299.512,01	2.299.512,01	12,20
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	8.757.550,00	8.757.550,00	79.519,31	79.519,31	0,91
1.1.1- IPTU	7.650.000,00	7.650.000,00	9.635,21	9.635,21	0,13
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	13.175,00	13.175,00	20.730,30	20.730,30	157,35
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	931.875,00	931.875,00	47.272,29	47.272,29	5,07
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	162.500,00	162.500,00	1.881,51	1.881,51	1,16
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.300.000,00	1.300.000,00	161.335,94	161.335,94	12,41
1.2.1- ITBI	1.300.000,00	1.300.000,00	161.335,94	161.335,94	12,41
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	6.659.125,00	6.659.125,00	1.690.581,35	1.690.581,35	25,39
1.3.1- ISS	6.100.000,00	6.100.000,00	1.625.125,92	1.625.125,92	26,64
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	87.862,50	87.862,50	18.221,95	18.221,95	20,74
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	386.062,50	386.062,50	38.816,67	38.816,67	10,05
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	85.200,00	85.200,00	8.416,81	8.416,81	9,88
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.127.500,00	2.127.500,00	368.075,41	368.075,41	17,30
1.4.1- IRRF	2.127.500,00	2.127.500,00	368.075,41	368.075,41	17,30
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	80.311.500,00	80.311.500,00	14.582.136,99	14.582.136,99	18,16
2.1- Cota-Parte FPM	53.800.000,00	53.800.000,00	10.568.483,42	10.568.483,42	19,64
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	53.800.000,00	53.800.000,00	10.568.483,42	10.568.483,42	19,64
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	21.127.500,00	21.127.500,00	3.349.900,67	3.349.900,67	15,86
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPF-Exportação	1.171.500,00	1.171.500,00	235.624,71	235.624,71	20,11
2.5- Cota-Parte ITR	425.000,00	425.000,00	13.224,45	13.224,45	3,11
2.6- Cota-Parte IPVA	3.712.500,00	3.712.500,00	414.903,74	414.903,74	11,18
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	99.155.675,00	99.155.675,00	16.881.649,00	16.881.649,00	17,03
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	9.116.050,00	9.116.050,00	1.314.660,42	1.314.660,42	14,42
5.1- Transferências do Salário-Educação	5.600.000,00	5.600.000,00	1.298.789,38	1.298.789,38	23,19
5.2- Transferências Diretas - PDDE	5.350,00	5.350,00	5.461,07	5.461,07	102,08
5.3- Transferências Diretas - FNAE	2.005.000,00	2.005.000,00	3.846,57	3.846,57	0,19
5.4- Transferências Diretas - FNATE	65.700,00	65.700,00	6.563,40	6.563,40	9,99
5.5- Outras Transferências do FNDE	1.440.000,00	1.440.000,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	197.000,00	197.000,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	197.000,00	197.000,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	133.125,00	133.125,00	60.238,81	60.238,81	45,25
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	9.446.175,00	9.446.175,00	1.374.899,23	1.374.899,23	14,56
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	31.272.785,00	31.272.785,00	5.183.244,14	5.183.244,14	16,57
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	10.755.000,00	10.755.000,00	2.113.696,58	2.113.696,58	19,65
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	16.900.000,00	16.900.000,00	2.679.920,30	2.679.920,30	15,86
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	73.485,00	73.485,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPF-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	234.300,00	234.300,00	47.124,94	47.124,94	20,11
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	340.000,00	340.000,00	10.579,53	10.579,53	3,11
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	2.970.000,00	2.970.000,00	331.922,79	331.922,79	11,18
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	60.715.000,00	60.715.000,00	9.749.338,54	9.749.338,54	16,06
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	60.615.000,00	60.615.000,00	9.714.108,84	9.714.108,84	16,03
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	100.000,00	100.000,00	35.229,70	35.229,70	35,23
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	29.342.215,00	29.342.215,00	4.530.864,70	4.530.864,70	15,44
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	54.295.000,00	54.295.000,00	8.079.804,39	8.079.804,39	14,88
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	54.295.000,00	54.295.000,00	8.079.804,39	8.079.804,39	14,88
14- OUTRAS DESPESAS	6.420.000,00	6.420.000,00	1.063.979,55	1.063.979,55	16,57
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	6.420.000,00	6.420.000,00	1.063.979,55	1.063.979,55	16,57
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	60.715.000,00	60.715.000,00	9.143.783,94	9.143.783,94	15,06
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					9.143.783,94
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					82,88
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					10,91
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					6,21
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	24.788.918,75	24.788.918,75	4.220.412,25	4.220.412,25	17,03
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.180.000,00	4.180.000,00	272.933,11	272.933,11	6,53
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	97.112.075,00	97.112.075,00	13.446.564,43	13.446.564,43	13,85
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	60.715.000,00	60.715.000,00	9.143.783,94	9.143.783,94	15,06
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	36.397.075,00	36.397.075,00	4.302.780,49	4.302.780,49	11,82
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	101.292.075,00	101.292.075,00	13.719.497,54	13.719.497,54	13,54
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					4.530.864,70
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					35.229,70
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					306,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					4.566.400,40
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					9.153.097,14
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					54,22
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	5.600.000,00	5.600.000,00	620.120,48	620.120,48	11,07
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.713.050,00	3.713.050,00	127.587,64	127.587,64	3,44
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	9.313.050,00	9.313.050,00	747.708,12	747.708,12	8,03
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	110.605.125,00	110.605.125,00	14.467.205,66	14.467.205,66	13,08

MUNICÍPIO DE LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	99.698,88	306,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	99.698,88	306,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	9.714.108,84	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	9.714.108,84	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	9.714.108,84	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	35.229,70	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	35.229,70	0,00

LAGES , 31/03/2015

ANTONIO ARCANJO DUARTE
Prefeito Municipal em Exercício

MATEUS LUNARDI
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

CONTAS PÚBLICAS Nº09

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	10.390.000,00	346.261,05			10.043.738,95
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	80.994.767,50	33.669.397,10	2.675.873,09	0,00	47.325.370,40
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	80.994.767,50	33.669.397,10	2.675.873,09	0,00	47.325.370,40
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-70.604.767,50	-33.323.136,05	-	-	-37.281.631,45

FONTE:

LAGES , 31/03/2015

ANTONIO ARCANJO DUARTE
Prefeito Municipal em Exercício

MATEUS LUNARDI
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

CONTAS PÚBLICAS Nº11

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	250.000,00	-250.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	250.000,00	-250.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	250.000,00	-250.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO APAGAR (g) = (d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.198.892,57	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.886.953,03	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	311.939,54	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.198.892,57	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	-5.948.892,57	-5.948.892,57

FONTE:

LAGES , 31/03/2015

ANTONIO ARCANJO DUARTE
Prefeito Municipal em Exercício

MATEUS LUNARDI
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

CONTAS PÚBLICAS Nº12

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
						Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)					0,00	0,00	0,00		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)					0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II					0,00	0,00	0,00		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE									
				PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
						Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS				0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)									
DOTAÇÃO INICIAL				DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
					Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS CORRENTES				112.792.420,00	112.792.420,00	56.027.292,70	49,67	16.131.781,69	14,30
Pessoal e Encargos Sociais				41.089.585,00	41.089.585,00	6.305.009,46	15,34	6.305.009,46	15,34
Outras Despesas Correntes				71.702.835,00	71.702.835,00	49.722.283,24	69,34	9.826.772,23	13,70
DESPESAS DE CAPITAL				943.150,00	943.150,00	76.005,62	8,06	51.979,19	5,51
Investimentos				943.150,00	943.150,00	76.005,62	8,06	51.979,19	5,51

Continua 1/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	(f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	943.150,00	943.150,00	76.005,62	8,06	51.979,19	5,51
Investimentos	943.150,00	943.150,00	76.005,62	8,06	51.979,19	5,51
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	113.735.570,00	113.735.570,00	56.103.298,32	49,33	16.183.760,88	14,23
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	(h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	32.686.563,00	32.686.563,00	13.491.063,13	24,05	2.990.690,67	18,48
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	32.686.563,00	32.686.563,00	13.491.063,13	24,05	2.990.690,67	18,48
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	32.686.563,00	32.686.563,00	13.491.063,13	24,05	2.990.690,67	18,48
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	81.039.007,00	81.039.007,00	42.612.235,19	75,95	13.193.070,21	81,52
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						0,00
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII] - (15 x IIIb)/100] 6						
						13.193.070,21

Continua 2/4

Município de LAGES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
Inscritos em 2014	1.406.937,49	66.733,58	1.341.203,91		0,00
TOTAL	1.406.937,49	66.733,58	1.341.203,91		0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)				
0,00			0,00		0,00
TOTAL (VIII)	0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)				
-	-				-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	(l/Total j)*100	Até Bimestre (m) % (m/Total m)*100
Atenção Básica	58.519.620,00	58.519.620,00	13.314.283,23	23,73	8.043.156,10
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	53.182.512,00	53.182.512,00	42.420.166,96	75,61	8.014.245,54
Suporte Profilático e Terapêutico	1.047.800,00	1.047.800,00	229.470,59	0,41	65.027,94
Vigilância Sanitária	1.006.638,00	1.006.638,00	139.377,54	0,25	61.331,30
TOTAL	113.756.570,00	113.756.570,00	56.103.298,32	100,00	16.183.760,88

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
² O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
³ O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $V/(h+i) - ((i5 \times IIIb)/100j)$

Continuação 3/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

LAGES , 31/03/2015

ANTONIO ARCANJO DUARTE
Prefeito Municipal em Exercício

MATEUS LUNARDI
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA
Contadora CRC/SC - 029908

CONTAS PÚBLICAS Nº13

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

LAGES , 31/03/2015

ANTONIO ARCANJO DUARTE
Prefeito Municipal em Exercício

MATEUS LUNARDI
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

CONTAS PÚBLICAS Nº14

Município de LAGES - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	493.600.000,00
Previsão Atualizada		—	493.600.000,00
Receitas Realizadas		66.690.751,79	66.690.751,79
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	0,00
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	493.600.000,00
Créditos Adicionais		—	0,00
Dotação Atualizada		—	493.600.000,00
Despesas Empenhadas		183.066.545,34	183.066.545,34
Despesas Liquidadas		55.202.776,77	55.202.776,77
Superavit Orçamentário		—	11.487.975,02
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		183.066.545,34	183.066.545,34
Despesas Liquidadas		55.202.776,77	55.202.776,77
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			374.828.656,09
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		4.519.945,28	4.519.945,28
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		4.519.945,28	4.519.945,28
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
			% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		8.798.500,00	-8.343.065,18
Resultado Primário		0,00	11.673.305,07
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre
			Pagamento até o Bimestre
			Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		11.772.850,69	247.086,25
EXECUTIVO		11.772.850,69	4.494.920,34
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		27.864.098,98	166.610,45
EXECUTIVO		27.864.098,98	18.609.649,78
TOTAL:		39.636.949,67	413.696,70
			23.104.570,12
			16.118.682,85
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		9.153.097,14	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		8.079.804,39	60%
Liquidadas		8.079.804,39	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		346.261,05	10.043.738,95
Despesa de Capital Líquida		2.675.873,09	78.318.894,41

Continua 1/2

Município de LAGES - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			250.000,00	-250.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre		Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	13.193.070,21		15,00	0,00
Liquidadas	13.193.070,21			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

LAGES , 31/03/2015

ANTONIO ARCANJO DUARTE
 Prefeito Municipal em Exercício

MATEUS LUNARDI
 Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA
 Contadora CRC/SC - 029906

Lauro Muller

PREFEITURA

DECRETO Nº 034/2015

DECRETO Nº 034/2015.

NOMEIA COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para comporem a Comissão para elaboração do Plano Municipal de Educação, os senhores abaixo designados:

- COORDENAÇÃO GERAL

Reginalda Rossi Cittadin
Vanderléia Alves
Karla Adriana Dandolini Masiero
Célia do Nascimento
Enrica Aparecida Silva e Silva

- COMISSÃO TÉCNICA

Carla Aparecida Dias
Larissa Fernandes Dias
Heloisa Gonçalves Fontanella
Flora da Silva Gomes Madeira
Clemar Pacheco

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 31 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planejamento

EDITAL DE PREGAO Nº39/2015 PMLM

EDITAL DE PREGAO Nº39/2015 PMLM

PROCESSO Nº39/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 14 de abril de 2015 às 08:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão para contratação de empresas do ramo pertinente para a aquisição de lixeiras para as demandas do Município de Lauro Muller/SC, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 31 de março de 2015.

Leandro Stangherlin
Pregoeiro Municipal

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº38/2015 PMLM/ 12/FMS

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº38/2015 PMLM/ 12/FMS

PROCESSO Nº38/2015 / 12/FMS

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER E FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que hoveram alterações referentes à especificação dos item 1,2 e 8 do seu termo de referencia:

Onde Le-se: "Embalagem em tambor de 200 litros."

Leia-se: "Embalagem em tambor de 20 litros."

A abertura do processo permanece no dia 08 de abril de 2015 às 10:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, com objeto, contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de lubrificantes, para manter a frota de veículos, maquinas e equipamentos pertencente à Prefeitura Municipal de Lauro Muller durante o exercício de 2015, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 31 de março de 2015.

Leandro Stangherlin
Pregoeiro Municipal

Lebon Regis

PREFEITURA

RREO_1º_BIMESTRE_2015.



MUNICIPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro



RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			Em Reais	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	23.540.720,90	23.540.720,90	3.754.196,47	15,95	3.754.196,47	15,95	19.786.524,43
RECEITAS CORRENTES	23.460.118,50	23.460.118,50	3.754.196,47	16,00	3.754.196,47	16,00	19.705.922,03
RECEITA TRIBUTÁRIA	795.657,00	795.657,00	81.360,39	10,23	81.360,39	10,23	714.296,61
Impostos	641.470,00	641.470,00	48.831,55	7,77	48.831,55	7,77	591.638,45
Taxas	153.180,00	153.180,00	32.528,84	31,31	31.528,84	31,31	69.158,16
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	53.500,00	53.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.500,00
Contribuições Sociais	236.470,00	236.470,00	4.102,75	1,73	4.102,75	1,73	232.367,25
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	236.470,00	236.470,00	4.102,75	1,73	4.102,75	1,73	232.367,25
RECEITA PATRIMONIAL	21.432,05	21.432,05	38.222,39	178,34	38.222,39	178,34	-16.790,34
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	21.432,05	21.432,05	38.222,39	178,34	38.222,39	178,34	-16.790,34
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.260.279,45	22.260.279,45	3.597.233,76	16,16	3.597.233,76	16,16	18.663.045,69
Transferências Intergovernamentais	21.911.311,31	21.911.311,31	3.588.277,68	16,38	3.588.277,68	16,38	18.323.033,63
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	348.968,14	348.968,14	8.956,08	2,57	8.956,08	2,57	340.012,06
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICIPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)						Continuação	
						Em Reais	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES						22,75	113.002,82
Multas e Juros de Mora	146.280,00	33.277,18	22,75	33.277,18	22,75	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	50.000,00	5.016,31	10,03	5.016,31	10,03	0,00	44.983,69
Recetta da Dívida Ativa	1.070,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.070,00
Recetas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	81.000,00	17.319,35	21,38	17.319,35	21,38	0,00	63.680,65
Recetas Correntes Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	14.210,00	10.941,52	77,00	10.941,52	77,00	0,00	3.268,48
OPERÇÕES DE CRÉDITO	80.602,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.602,40
Operações de Crédito Internas	32,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32,10
Operações de Crédito Externas	32,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32,10
ALIEAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	6.420,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.420,00
Alienação de Bens Imóveis	6.420,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.420,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	74.150,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.150,30
Transferências de Instituições Privadas	70.620,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.620,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instit. Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	3.530,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.530,30
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Ativa Prov. da Amortiz. Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	23.540.720,90	3.754.196,47	15,95	3.754.196,47	15,95	0,00	19.786.524,43
OPERÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	23.540.720,90	3.754.196,47	15,95	3.754.196,47	15,95	0,00	19.786.524,43
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	23.540.720,90	3.754.196,47	15,95	3.754.196,47	15,95	0,00	19.786.524,43

Continua 2 / 4



MUNICIPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

Em Reais

SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionais)

Superávit Financeiro
Reabertura de Créditos Adicionais

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	SALDO (i) = (e-h)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	23.540.720,90	25.055.720,90	3.783.487,76	3.783.487,76	21.272.233,14	2.387.714,37	2.387.714,37	2.180.714,44	22.668.006,53
DESPESAS CORRENTES	21.952.277,53	21.987.277,53	3.695.638,84	3.695.638,84	18.271.638,69	2.302.744,85	2.302.744,85	2.095.744,92	19.664.532,68
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.880.400,90	10.880.400,90	1.716.685,77	1.716.685,77	9.163.715,13	1.563.306,40	1.563.306,40	1.522.530,16	9.317.094,50
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	401.892,00	401.892,00	54.561,55	54.561,55	347.330,45	54.561,55	54.561,55	54.561,55	347.330,45
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.669.884,63	10.684.984,63	1.924.391,52	1.924.391,52	8.760.593,11	684.876,90	684.876,90	518.653,21	10.000.107,73
DESPESAS DE CAPITAL	1.577.743,37	3.077.743,37	87.848,92	87.848,92	2.989.894,45	84.969,52	84.969,52	84.969,52	2.992.773,85
INVESTIMENTOS	1.032.043,37	2.532.043,37	14.516,40	14.516,40	2.517.526,97	11.637,00	11.637,00	11.637,00	2.520.406,37
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	545.700,00	545.700,00	73.332,52	73.332,52	472.367,48	73.332,52	73.332,52	73.332,52	472.367,48
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.700,00	10.700,00	0,00	0,00	10.700,00	0,00	0,00	0,00	10.700,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	23.540.720,90	25.055.720,90	3.783.487,76	3.783.487,76	21.272.233,14	2.387.714,37	2.387.714,37	2.180.714,44	22.668.006,53
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	23.540.720,90	25.055.720,90	3.783.487,76	3.783.487,76	21.272.233,14	2.387.714,37	2.387.714,37	2.180.714,44	22.668.006,53
SUPERÁVIT (XIII)									
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	23.540.720,90	25.055.720,90	3.783.487,76	3.783.487,76	21.272.233,14	2.387.714,37	2.387.714,37	2.180.714,44	21.301.524,43

FONTE: Sistema e-Pública (1230-0696-150). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/03/2015 e hora de emissão: 09:03.

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL
CHEFIA DO EXECUTIVO

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
SECRETARIA
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ADAIR DA SILVA MATTOS
TECNICO CONTABIL
CRC/SC 16.115/O-7

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR
CONTROLE INTERNO



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro



RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO			DESPESAS LIQUIDADAS			Em Reais	
			No Bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)	No Bimestre	Até o bimestre (c) = (a - b)	% (d/total d)	No Bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	(e) = (a - d)	SALDO
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	23.540.720,90	25.055.720,90	3.783.487,76	3.783.487,76	100,00	21.272.233,14	2.387.714,37	100,00	2.387.714,37	2.387.714,37	100,00	22.668.006,53	
LEGISLATIVA	1.070.000,00	1.070.000,00	0,00	0,00	0,00	1.070.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.070.000,00	
Ação Legislativa	1.070.000,00	1.070.000,00	0,00	0,00	0,00	1.070.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.070.000,00	
ADMINISTRAÇÃO	1.416.642,61	1.416.642,61	385.438,26	385.438,26	10,19	1.031.204,35	311.548,73	13,05	311.548,73	311.548,73	13,05	1.105.093,88	
Planejamento e Orçamento	85.028,97	85.028,97	0,00	0,00	0,00	85.028,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.028,97	
Administração Geral	1.331.613,64	1.331.613,64	385.438,26	385.438,26	10,19	946.175,38	311.548,73	13,05	311.548,73	311.548,73	13,05	1.020.064,91	
SEGURANÇA PÚBLICA	152.720,00	167.720,00	26.463,90	26.463,90	0,70	141.256,10	21.544,28	0,90	21.544,28	21.544,28	0,90	146.175,72	
Policimento	120.720,00	120.720,00	12.432,40	12.432,40	0,33	108.287,60	7.691,40	0,32	7.691,40	7.691,40	0,32	113.028,60	
Defesa Civil	32.000,00	47.000,00	14.031,50	14.031,50	0,37	32.968,50	13.852,88	0,58	13.852,88	13.852,88	0,58	33.147,12	
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.107.735,00	1.107.735,00	181.928,20	181.928,20	4,81	925.806,80	156.491,23	6,55	156.491,23	156.491,23	6,55	951.243,77	
Assistência ao Portador de Deficiência	18.190,00	18.190,00	0,00	0,00	0,00	18.190,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.190,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	172.901,00	172.901,00	64.536,16	64.536,16	1,71	108.364,84	62.595,87	2,62	62.595,87	62.595,87	2,62	110.305,13	
Assistência Comunitária	916.644,00	916.644,00	117.392,04	117.392,04	3,10	799.251,96	93.895,36	3,93	93.895,36	93.895,36	3,93	822.748,64	
SAÚDE	5.795.330,30	5.795.330,30	1.298.572,19	1.298.572,19	34,32	4.496.758,11	703.408,11	29,46	703.408,11	703.408,11	29,46	5.091.922,19	
Atenção Básica	4.113.256,20	4.113.256,20	1.055.675,22	1.055.675,22	27,90	3.057.580,98	462.469,84	19,37	462.469,84	462.469,84	19,37	3.650.786,36	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.682.074,10	1.682.074,10	242.896,97	242.896,97	6,42	1.439.177,13	240.938,27	10,09	240.938,27	240.938,27	10,09	1.441.135,83	
EDUCAÇÃO	9.944.809,99	9.944.809,99	1.230.018,44	1.230.018,44	32,51	8.714.791,55	803.459,29	33,65	803.459,29	803.459,29	33,65	9.141.350,70	
Alimentação e Nutrição	228.514,92	228.514,92	100.928,11	100.928,11	2,67	127.586,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	228.514,92	
Ensino Fundamental	9.254.094,37	9.254.094,37	1.027.636,69	1.027.636,69	27,16	8.226.457,68	736.373,77	30,84	736.373,77	736.373,77	30,84	8.517.720,60	
Ensino Superior	38.520,00	38.520,00	650,00	650,00	0,02	37.870,00	650,00	0,03	650,00	650,00	0,03	37.870,00	
Educação Infantil	405.690,00	405.690,00	100.803,64	100.803,64	2,66	304.886,36	66.435,52	2,78	66.435,52	66.435,52	2,78	339.254,48	
Educação de Jovens e Adultos	7.280,00	7.280,00	0,00	0,00	0,00	7.280,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.280,00	
Educação Especial	10.710,70	10.710,70	0,00	0,00	0,00	10.710,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.710,70	
CULTURA	2.140,00	2.140,00	0,00	0,00	0,00	2.140,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.140,00	
Difusão Cultural	2.140,00	2.140,00	0,00	0,00	0,00	2.140,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.140,00	
URBANISMO	1.398.580,95	2.898.580,95	200.657,83	200.657,83	5,30	2.697.923,12	101.422,98	4,25	101.422,98	101.422,98	4,25	2.797.157,97	
Infra-Estrutura Urbana	443.049,55	1.943.049,55	44.790,52	44.790,52	1,18	1.898.259,03	2.667,29	0,11	2.667,29	2.667,29	0,11	1.940.382,26	
Serviços Urbanos	955.531,40	955.531,40	155.867,31	155.867,31	4,12	799.664,09	98.755,69	4,14	98.755,69	98.755,69	4,14	856.775,71	
HABITAÇÃO	21.421,40	21.421,40	0,00	0,00	0,00	21.421,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.421,40	
Habitação Urbana	21.421,40	21.421,40	0,00	0,00	0,00	21.421,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.421,40	
SANEAMENTO	21.421,40	21.421,40	0,00	0,00	0,00	21.421,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.421,40	
Saneamento Básico Urbano	21.421,40	21.421,40	0,00	0,00	0,00	21.421,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.421,40	



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										Continuação
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)	
			No Bimestre	Até o bimestre (b)	%		Até o bimestre (d)	%		
										(b/total b)
GESTÃO AMBIENTAL	81.341,40	81.341,40	0,00	0,00	0,00	81.341,40	0,00	0,00	81.341,40	
Preservação e Conservação Ambiental	81.341,40	81.341,40	0,00	0,00	0,00	81.341,40	0,00	0,00	81.341,40	
AGRICULTURA	438.742,80	438.742,80	99.688,43	99.688,43	2,63	339.054,37	31.155,56	31.155,56	407.587,24	
Extensão Rural	438.742,80	438.742,80	99.688,43	99.688,43	2,63	339.054,37	31.155,56	31.155,56	407.587,24	
INDÚSTRIA	133.550,70	133.550,70	0,00	0,00	0,00	133.550,70	0,00	0,00	133.550,70	
Promoção Industrial	133.550,70	133.550,70	0,00	0,00	0,00	133.550,70	0,00	0,00	133.550,70	
COMÉRCIO E SERVIÇOS	14.980,00	14.980,00	39,00	39,00	0,00	14.941,00	0,00	0,00	14.980,00	
Turismo	14.980,00	14.980,00	39,00	39,00	0,00	14.941,00	0,00	0,00	14.980,00	
TRANSPORTE	635.590,70	635.590,70	166.746,65	166.746,65	4,41	468.844,05	91.374,03	91.374,03	544.216,67	
Transporte Rodoviário	635.590,70	635.590,70	166.746,65	166.746,65	4,41	468.844,05	91.374,03	91.374,03	544.216,67	
DESPORTO E LAZER	186.921,65	186.921,65	12.665,33	12.665,33	0,33	174.256,32	8.052,33	8.052,33	178.869,32	
Desporto Comunitário	86.910,95	86.910,95	5.175,91	5.175,91	0,14	81.735,04	4.506,91	4.506,91	82.404,04	
Lazer	100.010,70	100.010,70	7.489,42	7.489,42	0,20	92.521,28	3.545,42	3.545,42	96.465,28	
ENCARGOS ESPECIAIS	1.108.092,00	1.108.092,00	181.269,53	181.269,53	4,79	926.822,47	159.257,83	159.257,83	948.834,17	
Outros Encargos Especiais	1.108.092,00	1.108.092,00	181.269,53	181.269,53	4,79	926.822,47	159.257,83	159.257,83	948.834,17	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.700,00	10.700,00	0,00	0,00	0,00	10.700,00	0,00	0,00	10.700,00	
Reserva de Contingência	10.700,00	10.700,00	0,00	0,00	0,00	10.700,00	0,00	0,00	10.700,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	23.540.720,90	25.055.720,90	3.783.487,76	3.783.487,76	100,00	21.272.233,14	2.387.714,37	2.387.714,37	22.668.006,53	

Continua 2 / 3



MUNICIPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Continuação

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)	No Bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (274-7877-559). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/03/2015 e hora de emissão: 09:06.

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL
CHEFIA DO EXECUTIVO

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
SECRETARIA
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ADAIR DA SILVA MATTOS
TECNICO CONTABIL
CRC/SC 16.115/O-7

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR
CONTROLE INTERNO



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses											
	Março/2014	Abril/2014	Maio/2014	Junho/2014	Julho/2014	Agosto/2014	Setembro/2014					
RECEITAS CORRENTES (I)	1.743.292,45	1.918.569,75	2.094.324,03	1.805.287,88	1.841.193,89	1.968.223,27	1.896.979,20					
Receita Tributária	71.875,89	41.499,33	48.097,53	33.204,10	89.293,79	140.786,00	51.003,53					
IPTU	20,81	0,00	28,14	0,00	30.173,98	86.818,37	11.658,43					
ISS	21.177,89	17.543,44	19.956,09	21.516,41	23.245,94	13.484,96	15.272,58					
ITBI	2.339,89	6.631,62	11.011,44	2.880,59	22.984,46	14.868,68	13.858,04					
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	1.789,00	1.077,02	985,61					
Outras Receitas Tributárias	48.343,30	17.324,27	17.101,86	8.807,10	11.100,41	24.536,97	9.228,87					
Receitas de Contribuições	16.868,68	3.153,16	32.465,11	2.758,21	0,00	3.919,81	47.501,01					
Receita Patrimonial	21.641,66	22.283,14	22.624,63	24.196,57	35.304,95	31.078,96	30.727,78					
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Transferências Correntes	1.614.862,17	1.835.248,67	1.975.717,18	1.723.371,44	1.695.658,84	1.774.044,33	1.726.373,15					
Cota-Parte FPM	502.391,05	573.394,80	764.119,07	573.039,99	492.168,85	597.901,41	524.110,57					
Cota-Parte do ICMS	340.908,51	332.530,99	338.015,26	342.924,72	318.674,74	334.324,83	358.477,94					
Cota-Parte do IPVA	43.504,56	53.452,11	53.609,47	46.734,30	55.206,02	50.861,38	54.213,01					
Cota-Parte do ITR	28,93	326,41	46,98	500,38	322,99	541,06	22.120,39					
Transferências da LC 87/1996	0,00	1.492,20	1.492,20	1.492,20	1.492,20	1.492,20	0,00					
Transferências da LC 61/1989	4.671,40	5.087,52	5.533,51	5.270,37	5.414,30	5.580,97	6.744,17					
Transferências do FUNDEB	476.906,01	480.511,80	525.396,25	497.199,96	460.391,78	491.123,07	502.583,01					
Outras Transferências Correntes	246.451,71	388.452,84	287.504,44	256.209,52	361.987,96	292.219,41	258.124,06					
Outras Receitas Correntes	18.044,05	16.385,45	15.419,58	21.757,56	20.936,31	18.394,17	41.373,73					
DEDUÇÕES (II)	178.300,68	193.256,62	232.563,10	193.992,19	174.655,58	198.140,17	193.133,00					
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	178.300,68	193.256,62	232.563,10	193.992,19	174.655,58	198.140,17	193.133,00					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.564.991,77	1.725.313,13	1.861.760,93	1.611.295,69	1.666.538,31	1.770.083,10	1.703.846,20					



MUNICIPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

Continuação

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses					
	Outubro/2014	Novembro/2014	Dezembro/2014	Janeiro/2015	Fevereiro/2015	Total Últimos 12 Meses
RECEITAS CORRENTES (I)	2.212.464,53	2.039.794,45	2.874.488,21	2.163.902,18	2.083.827,50	24.642.347,34
Receita Tributária	52.201,72	51.044,11	308.568,76	28.011,50	53.348,89	968.935,15
IPTU	8.518,19	4.479,62	4.206,48	564,00	0,00	146.468,02
ISS	24.179,67	33.552,90	79.473,34	21.367,18	17.583,48	308.347,88
ITBI	9.453,60	4.116,67	4.799,58	451,02	3.542,47	96.938,06
IRRF	981,32	1.246,32	94.332,53	2.567,78	3.755,62	106.735,20
Outras Receitas Tributárias	9.068,94	7.648,60	125.756,83	3.061,52	28.467,32	310.445,99
Receitas de Contribuições	34.130,44	3.325,11	368,35	2.105,36	1.997,39	148.592,63
Receita Patrimonial	27.344,16	23.856,89	20.757,32	19.259,67	18.962,72	298.038,45
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	2.076.832,66	1.934.427,18	2.527.458,67	2.096.251,55	1.994.515,42	22.974.761,26
Cota-Parte FPM	495.338,47	655.643,81	1.054.541,43	799.114,21	815.740,81	7.847.504,47
Cota-Parte do ICMS	369.591,25	407.758,90	392.762,04	407.444,81	363.215,98	4.306.629,97
Cota-Parte do IPVA	41.845,67	32.725,05	27.496,46	25.371,37	35.907,30	520.926,70
Cota-Parte do ITR	138.975,06	10.161,79	8.222,61	7.134,92	175,97	188.557,49
Transferências da LC 87/1996	1.492,20	1.492,20	2.984,40	0,00	0,00	13.429,80
Transferências da LC 61/1989	5.624,44	6.458,53	6.372,68	8.503,57	5.059,12	70.320,58
Transferências do FUNDEB	524.740,38	548.208,35	544.671,07	550.787,03	509.491,99	6.112.010,70
Outras Transferências Correntes	499.225,19	271.978,55	490.407,98	297.895,64	264.924,25	3.915.381,55
Outras Receitas Correntes	21.955,55	27.141,16	17.335,11	18.274,10	15.003,08	252.019,85
DEDUÇÕES (II)	210.573,21	222.847,84	231.602,81	249.513,55	244.019,66	2.522.598,41
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	210.573,21	222.847,84	231.602,81	249.513,55	244.019,66	2.522.598,41
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	2.001.891,32	1.816.946,61	2.642.885,40	1.914.388,63	1.839.807,84	23.460.118,50

FONTE: Sistema e-Pública (1785-3554-831). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/03/2015 e hora de emissão: 09:06.

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL
CHEFE DO EXECUTIVO

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
SECRETARIA
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ADAIR DA SILVA MATTOS
TECNICO CONTABIL
CRC/SC 16.115/O-7

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR
CONTROLE INTERNO



MUNICIPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro



RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

Em Reais

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a + b)	
	Inscritos			Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014	Em Exercícios Anteriores				Em 31 de dezembro de 2014						
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	960,42	715.898,90	676.161,98	3.372,88	37.324,46	0,00	317.003,29	64.718,10	64.718,10	64.718,10	411,32	251.873,87	289.198,33
EXECUTIVO													
Município de Lebon Régis	0,00	394.939,37	392.495,69	1.763,68	680,00	0,00	260.722,32	14.972,57	14.972,57	14.972,57	132,08	245.617,67	246.297,67
Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis	274,32	221.490,65	187.910,30	1.609,20	32.245,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.245,47
Fundo Municipal de Assistência Social de Lebon R	0,10	61.229,61	61.035,69	0,00	194,02	0,00	3.831,30	735,53	735,53	735,53	0,00	3.095,77	3.289,79
Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio d	686,00	38.239,27	34.720,30	0,00	4.204,97	0,00	52.449,67	49.010,00	49.010,00	49.010,00	279,24	3.160,43	7.365,40
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	960,42	715.898,90	676.161,98	3.372,88	37.324,46	0,00	317.003,29	64.718,10	64.718,10	64.718,10	411,32	251.873,87	289.198,33

Fonte: Sistema e-Pública (1581-0364-620). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/03/2015 e hora de emissão: 09:12.

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL
CHEFE DO EXECUTIVO

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
SECRETARIA
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ADAIR DA SILVA MATTOS
TECNICO CONTABIL
CRC/SC 16.115/O-7

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR
CONTROLE INTERNO



Município de LEBON RÉGIS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO A FEVEREIRO



RREO - ANEXO V (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (C)	Em 28 Feb 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.004.940,97	1.004.940,97	888.288,50
DEDUÇÕES (II)	2.457.112,17	2.457.112,17	3.996.579,43
Disponibilidade de Caixa bruta	3.173.971,49	3.173.971,49	4.019.953,45
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	13.950,44
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto precatórios)	716.859,32	716.859,32	37.324,46
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.452.171,20	-1.452.171,20	-3.108.290,93
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.452.171,20	-1.452.171,20	-3.108.290,93

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C-B)	Até o Bimestre (C-A)
VALOR	-1.656.119,73	-1.656.119,73

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL

META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-131.083,18
--	-------------

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Feb 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

LEBON REGIS, 30/03/2015

LUDUVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ADAIR DA SILVA MATTOS
CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/O-7

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR INTERNO



MUNICIPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro



RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Em Reais
		Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	23.438.686,45	3.715.974,08	4.063.074,77	
Receitas Tributárias	795.657,00	81.360,39	85.666,69	
IPTU	160.500,00	564,00	239,41	
ISS	270.000,00	38.950,66	35.452,28	
ITBI	74.900,00	3.993,49	7.047,24	
IRRF	135.000,00	6.323,40	0,00	
Outras Receitas Tributárias	155.257,00	31.528,84	42.927,76	
Receitas de Contribuições	236.470,00	4.102,75	34.348,81	
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	236.470,00	4.102,75	34.348,81	
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	21.432,05	38.222,39	36.754,51	
(-) Aplicações Financeiras	21.432,05	38.222,39	36.754,51	
Transferências Correntes	22.260.279,45	3.597.233,76	3.900.481,38	
FPM	7.313.251,80	1.291.884,07	1.312.025,94	
ICMS	4.217.620,70	616.528,84	551.464,42	
Convênios	348.968,14	8.956,08	455.893,75	
Outras Transferências Correntes	10.380.438,81	1.679.864,77	1.581.097,27	
Demais Receitas Correntes	146.280,00	33.277,18	42.577,89	
Dívida Ativa	81.000,00	17.319,35	16.140,49	
Diversas Receitas Correntes	65.280,00	15.957,83	26.437,40	
RECEITAS DE CAPITAL (II)	80.602,40	0,00	3.000,00	
Operações de Crédito (III)	32,10	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens (V)	6.420,00	0,00	0,00	
Transferência de Capital	74.150,30	0,00	3.000,00	
Convênios	3.530,30	0,00	0,00	
Outras Transferências de Capital	70.620,00	0,00	3.000,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	74.150,30	0,00	3.000,00	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	23.512.836,75	3.715.974,08	4.066.074,77	



MUNICIPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

Continuação

Em Reais

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	21.967.277,53	3.695.638,84	1.933.728,73	2.302.744,85	1.704.475,43
Pessoal e Encargos Sociais	10.880.400,90	1.716.685,77	1.033.722,45	1.563.306,40	1.033.722,45
Juros e Encargos da Dívida (IX)	401.892,00	54.561,55	64.522,53	54.561,55	64.522,53
Outras Despesas Correntes	10.684.984,63	1.924.391,52	835.483,75	684.876,90	606.230,45
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	21.565.385,53	3.641.077,29	1.869.206,20	2.248.183,30	1.639.952,90
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.077.743,37	87.848,92	382.183,86	84.969,52	149.744,86
Investimentos	2.532.043,37	14.516,40	281.342,38	11.637,00	49.903,38
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	-----	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquis. Títulos Capital já Integralizado (XIII)	-----	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	-----	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	545.700,00	73.332,52	100.841,48	73.332,52	99.841,48
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.532.043,37	14.516,40	281.342,38	11.637,00	49.903,38
Reserva de Contingência (XVI)	10.700,00	-----	-----	-----	-----
Reserva RPPS (XVII)	0,00	-----	-----	-----	-----
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	24.108.126,90	3.655.593,69	2.150.548,58	2.259.820,30	1.689.856,28
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-595.292,15	60.380,39	1.915.526,19	1.456.153,78	2.376.218,49
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-----	0,00	0,00	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					
Meta de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência				VALOR CORRENTE	
				919.677,85	

FONTE: Sistema e-Pública (1280-8698-584). Unidade Responsável: . Data da emissão: 26/03/2015 e hora de emissão: 16:43.

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL
CHEFIA DO EXECUTIVO

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
SECRETARIA
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ADAIR DA SILVA MATTOS
TECNICO CONTABIL
CRC/SC 16.115/O-7

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR
CONTROLE INTERNO



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro



RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
1-Receita de impostos	771.400,00	771.400,00	70.071,54	9,08
1.1-Receita resultante do IPTU	261.500,00	261.500,00	19.486,40	7,45
1.1.1-IPTU	160.500,00	160.500,00	564,00	0,35
1.1.2-Multas, Juros e outros encargos do IPTU	0,00	0,00	51,59	0,00
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	81.000,00	81.000,00	14.588,86	18,01
1.1.4-Multas, juros, Outros encargos Dívida Ativa do IPTU	20.000,00	20.000,00	4.281,95	21,41
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2-Receita resultante do ITBI	74.900,00	74.900,00	5.205,16	6,95
1.2.1-ITBI	74.900,00	74.900,00	3.993,49	5,33
1.2.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	1.211,67	0,00
1.2.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3-Receita resultante do ISS	300.000,00	300.000,00	39.056,58	13,02
1.3.1-ISS	270.000,00	270.000,00	38.950,66	14,43
1.3.2-Multas, Juros e Outros encargos do ISS	30.000,00	30.000,00	14,54	0,05
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	78,00	0,00
1.3.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ISS	0,00	0,00	13,38	0,00
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4-Receita resultante do IRRF	135.000,00	135.000,00	6.323,40	4,68
1.4.1-IRRF	135.000,00	135.000,00	6.323,40	4,68
1.4.2-Multas, Juros e Outros encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5-Receita resultante do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1-ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2-Receitas de transferências constitucionais e legais	15.245.892,50	15.245.892,50	2.467.668,06	16,19
2.1-Cota Parte FPM	9.389.051,80	9.389.051,80	1.614.855,02	17,20
2.1.1-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea b	9.068.051,80	9.068.051,80	1.614.855,02	17,81
2.1.2-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea d	321.000,00	321.000,00	0,00	0,00
2.2-Cota Parte ICMS	5.073.620,70	5.073.620,70	770.660,79	15,19
2.3-ICMS Desoner. L.C. nº 87/96	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
2.4-Cota Parte IPI-Exportação	64.200,00	64.200,00	13.562,69	21,13
2.5-Cota-Parte ITR	96.300,00	96.300,00	7.310,89	7,59
2.6-Cota-Parte IPVA	602.720,00	602.720,00	61.278,67	10,17
2.7-Cota-Parte IOF-Outro	0,00	0,00	0,00	0,00
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	16.017.292,50	16.017.292,50	2.537.739,60	15,84
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
4-Receita da aplicação financeira de outros recursos de impostos vinculados ao ensino	1.070,00	1.070,00	181,21	16,94
5-Transferências do FNDE	917.603,86	917.603,86	154.607,90	16,85
5.1-Transferências do Salário-Educação	588.500,00	588.500,00	146.948,66	24,97
5.2-Transferências Diretas - PDDE	700,00	700,00	420,00	60,00
5.3-Transferências Diretas - PNAE	174.624,00	174.624,00	0,00	0,00

1 / 4



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

R\$ 1,00

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

5.4-Transferências Diretas - PNATE	89.880,00	89.880,00	0,00	0,00
5.5-Outras transferências do FNDE	57.998,80	57.998,80	0,00	0,00
5.6-Aplicações financeiras de recursos do FNDE	5.901,06	5.901,06	7.239,24	122,68
6-Transferências de convênios	535,00	535,00	0,00	0,00
6.1-Transferências de convênios	535,00	535,00	0,00	0,00
6.2-Aplicações financeiras dos recursos de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7-Receita de Operações de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00
8-Outras receitas para financiamentos do ensino	0,00	0,00	0,00	0,00
9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)	919.208,86	919.208,86	154.789,11	16,84

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
10-Receitas destinadas ao FUNDEB	2.749.620,00	2.749.620,00	493.533,21	17,95
10.1-Cota Parte FPM (20% de 2.1.1)	1.754.800,00	1.754.800,00	322.970,95	18,41
10.2-Cota Parte ICMS (20% de 2.2)	856.000,00	856.000,00	154.131,95	18,01
10.3-ICMS Desoneração (20% de 2.3)	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00
10.4-Cota Parte IPI-Exportação (20% de 2.4)	12.840,00	12.840,00	2.712,55	21,13
10.5-Cota Parte ITR ou ITR destinado Fundeb (20% de (1.5 + 2.5))	19.260,00	19.260,00	1.462,17	7,59
10.6-Cota-Parte IPVA (20% de 2.6)	102.720,00	102.720,00	12.255,59	11,93
11-Receitas recebidas do FUNDEB	5.780.140,00	5.780.140,00	1.061.025,68	18,36
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	5.778.000,00	5.778.000,00	1.060.279,02	18,35
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financ. Recursos do FUNDEB	2.140,00	2.140,00	746,66	34,89
12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	3.028.380,00	3.028.380,00	566.745,81	18,71

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o bimestre (e)	% f=(e/d)x100	Até o bimestre (g)	% h=(g/d)x100	
13-PAGTO PROFISSIONAIS MAGISTÉRIO	4.045.670,00	4.045.670,00	655.752,63	16,21	587.294,56	14,52	0,00
13.1-Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2-Com Ensino Fundamental	4.045.670,00	4.045.670,00	655.752,63	16,21	587.294,56	14,52	0,00
14-OUTRAS DESPESAS	1.734.470,00	1.734.470,00	254.644,66	14,68	91.811,79	5,29	0,00
14.1-Com Educação Infantil	107.000,00	107.000,00	68.110,79	63,65	58.333,95	54,52	0,00
14.2-Com Ensino Fundamental	1.627.470,00	1.627.470,00	186.533,87	11,46	33.477,84	2,06	0,00
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	5.780.140,00	5.780.140,00	910.397,29	15,75	679.106,35	11,75	0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB

	Valor
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPON. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1- FUNDEB 60%	0,00
16.2- FUNDEB 40%	0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1- FUNDEB 60%	0,00
17.2- FUNDEB 40%	0,00
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	0,00
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) ¹	679.106,35
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	55,35
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	8,65
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100- (19.1 + 19.2)) %	36,00
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	Valor
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²	0,00

Continua 2 / 4



MUNICIPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				
			Até o Bimestre (b)		% c= (b/a)x100		
22-Impostos e transf. destinadas à MDE (25% de 3) ³	4.004.323,12	4.004.323,12	634.434,90		15,84		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x10	
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	296.390,00	296.390,00	97.915,68	33,04	66.435,52	22,41	0,00
23.1-Creche	296.390,00	296.390,00	97.915,68	33,04	66.435,52	22,41	0,00
23.1.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	107.000,00	107.000,00	68.110,79	63,65	58.333,95	54,52	0,00
23.1.2-Custeadas com outros recursos de impostos	189.390,00	189.390,00	29.804,89	15,74	8.101,57	4,28	0,00
23.2-Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2-Custeadas com outros recursos de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24-ENSINO FUNDAMENTAL	8.247.625,18	8.247.625,18	950.840,39	11,53	709.649,27	8,60	0,00
24.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	5.673.140,00	5.673.140,00	842.286,50	14,85	620.772,40	10,94	0,00
24.2-Custeadas com outros recursos de impostos	2.574.485,18	2.574.485,18	108.553,89	4,22	88.876,87	3,45	0,00
25-Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26-Ensino Superior	38.520,00	38.520,00	650,00	1,69	650,00	1,69	0,00
27-Ensino Profissional nao integrado ao ensino regular	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28-Outras	228.514,92	228.514,92	100.928,11	44,17	0,00	0,00	0,00
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	8.811.050,10	8.811.050,10	1.150.334,18	13,06	776.734,79	8,82	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							Valor
30-Resultado líquido das transferências do FUNDEB = (12)							566.745,81
31-Despesas custeadas com a complementação do FUNDEB no exercício							0,00
32-Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB até o bimestre = (50h)							2.140,00
33-Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do FUNDEB							0,00
34-Despesas custeadas com superávit financeiro, do exercício anterior, de outros recursos impostos							0,00
35-Restos a pagar inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino							0,00
36-Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com dispon financ de rec de impostos vinculados ao ensino = (46g)							1.606,15
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)							570.491,96
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))							205.592,83
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38) / (3) x 100) %							8,10
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x10	
40-Custeadas com aplic finan de outros rec de imposto vinculadas ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41-Custeadas com contrib social salário-educação	589.570,00	589.570,00	72.352,47	12,27	26.724,50	4,53	0,00
42-Custeadas com operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43-Custeadas com outras receitas para finan do ensino	544.189,89	544.189,89	7.331,79	1,35	0,00	0,00	0,00
44-TOTAL OUTRAS DESPESAS (40+41+42+43)	1.133.759,89	1.133.759,89	79.684,26	7,03	26.724,50	2,36	0,00
45-TOTAL GERAL DESPESAS COM MDE (29+44)	9.944.809,99	9.944.809,99	1.230.018,44	12,37	803.459,29	8,08	0,00
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM (g)	
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE					0,00	1.606,15	
46.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino					0,00	1.140,00	
46.2-Executadas com Recursos do FUNDEB					0,00	466,15	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS					VALOR		
					FUNDEF (h)	FUNDEF	
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014					8.894,85	0,00	
48-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE					1.060.279,02	0,00	
49-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE					580.973,72	0,00	

Continua 3 / 4

**MUNICIPIO DE LEBON REGIS**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

49.1-Orçamento do Exercício (+ extras)	572.178,91	0,00
49.2 Restos a Pagar (+ extras)	8.794,81	0,00
50-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.140,00	0,00
51-(=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	490.340,15	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1441-3549-420). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/03/2015 e hora de emissão: 13:56.

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL
CHEFIA DO EXECUTIVO

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
SECRETARIA
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ADAIR DA SILVA MATTOS
TECNICO CONTABIL
CRC/SC 16.115/O-7

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR
CONTROLE INTERNO



Município de LEBON RÉGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO A FEVEREIRO



RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)					
				Em Reais	
<u>RECEITAS</u>	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	32,10			32,10	
DESPESAS DE CAPITAL	1.500.032,10	0,00	0,00	0,00	1.500.032,10
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte					
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras					
DESPA DE CAPITAL LIQUIDA (II)	1.500.032,10	0,00	0,00	0,00	1.500.032,10
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	(a - d) -1.500.000,00	(b - e)	(b - e)	0,00	(c - f) -1.500.000,00

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força



Município de LEBON RÉGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO A FEVEREIRO



RREO - ANEXO IX (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)		SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
		Receita de Alienação	Rendimentos de Aplicação Financeira	
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	6.420,00	0,00	1.665,41	4.754,59
Alienação de Bens Móveis	6.420,00	0,00	1.665,41	4.754,59
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	6.420,00	0,00	0,00	6.420,00
Despesas de Capital	6.420,00	0,00	0,00	6.420,00
Investimentos	6.420,00	0,00	0,00	6.420,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2.014 (h)	2.015 (i) = (Ib - (IIe + IIIf))		SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)
VALOR (III)	148.768,92	1.665,41		150.434,33

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

LEBON RÉGIS, 27/03/2015

LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretaria de Administração e Finanças

ADAIR DA SILVA MATTOS
CRC/SC 16.115/0-7 Tec. Contabilidade

SERGIO INHAIA
Controlador Interno

Anexo XIV - Alienação



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro



RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	771.400,00	771.400,00	70.071,54	9,08
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	160.500,00	160.500,00	564,00	0,35
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	74.900,00	74.900,00	3.993,49	5,33
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	270.000,00	270.000,00	38.950,66	14,43
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	135.000,00	135.000,00	6.323,40	4,68
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	30.000,00	30.000,00	66,13	0,22
Dívida Ativa dos Impostos	81.000,00	81.000,00	15.878,53	19,60
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	20.000,00	20.000,00	4.295,33	21,48
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	14.924.892,50	14.924.892,50	2.467.668,06	16,53
Cota-parte FPM	9.068.051,80	9.068.051,80	1.614.855,02	17,81
Cota-parte ITR	96.300,00	96.300,00	7.310,89	7,59
Cota-parte IPVA	602.720,00	602.720,00	61.278,67	10,17
Cota-parte ICMS	5.073.620,70	5.073.620,70	770.660,79	15,19
Cota-parte do IPI - Exportação	64.200,00	64.200,00	13.562,69	21,13
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	15.696.292,50	15.696.292,50	2.537.739,60	16,17

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	2.611.366,41	2.611.366,41	370.622,71	14,19
Provenientes da União	2.030.888,40	2.030.888,40	323.914,76	15,95
Provenientes dos Estados	291.050,70	291.050,70	21.725,25	7,46
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	289.427,31	289.427,31	24.982,70	8,63
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	32,10	32,10	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.611.398,51	2.611.398,51	370.622,71	14,19

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PRECASSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)x100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)x100	
DESPESAS CORRENTES	5.403.348,36	5.403.348,36	1.297.912,19	24,02	702.748,11	13,01	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	2.539.037,90	2.539.037,90	495.098,57	19,50	461.078,21	18,16	0,00
Juros e Encargos da Dívida	10.700,00	10.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.853.610,46	2.853.610,46	802.813,62	28,13	241.669,90	8,47	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	368.227,94	368.227,94	660,00	0,18	660,00	0,18	0,00
Investimentos	357.527,94	357.527,94	660,00	0,18	660,00	0,18	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	10.700,00	10.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	5.771.576,30	5.771.576,30	1.298.572,19	22,50	703.408,11	12,19	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PRECASSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.323.009,10	2.323.009,10	429.152,59	33,05	280.340,21	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	2.321.939,10	2.321.939,10	429.152,59	33,05	280.340,21	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 3



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Outros Recursos	1.070,00	1.070,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.323.009,10	2.323.009,10	429.152,59	33,05	280.340,21	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	3.448.567,20	3.448.567,20	869.419,60	66,95	423.067,90	60,15	0,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIi / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%^{4 e 5} **16,67**

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VIi - (15 x IIIb)/100]⁶ **42.406,96**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em Exercícios Anteriores a 2011 (Somatório)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2011	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores a 2011 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2012	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2011	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2010	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores a 2010 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PRECESSADOS
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x100	
Atenção Básica	4.113.256,20	4.113.256,20	1.055.675,22	81,30	462.469,84	65,75	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.682.074,10	1.682.074,10	242.896,97	18,70	240.938,27	34,25	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3

**MUNICIPIO DE LEBON REGIS**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5.795.330,30	5.795.330,30	1.298.572,19	100,00	703.408,11	100,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1826-3429-857). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/03/2015 e hora de emissão: 14:05.

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "h+I"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total J".³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "h+I"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total K".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI(h+I) - (15 \times IIIb)/100]$.**LUDOVINO LABAS**PREFEITO MUNICIPAL
CHEFIA DO EXECUTIVO**CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI**SECRETARIA
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**ADAIR DA SILVA MATTOS**TECNICO CONTABIL
CRC/SC 16.115/O-7**SERGIO INHAIA**CONTROLADOR
CONTROLE INTERNO



MUNICIPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro



RREO - ANEXO 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22,25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31/12/2014 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		Saldo Total (c) = (a+b)							
		No bimestre	Até o bimestre(b)								
TOTAL DE ATIVOS											
Direitos Futuros											
Ativos Contabilizados na SPE											
Contrapartida para Provisões de PPP											
TOTAL DE PASSIVOS(I)											
Obrigações Não Relacionadas a Serviços											
Contrapartida para Ativos da SPE											
Provisões de PPP											
GARANTIAS DE PPP(II)											
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP(III)=(I-II)											
PASSIVOS CONTINGENTES											
Contraprestações Futuras											
Riscos Não Provisionados											
Outros Passivos Contingentes											
ATIVOS CONTINGENTES											
Serviços Futuros											
Outros Ativos Contingentes											
DESPESAS DE PPP	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Do Ente Federado (IV)											
Das Estatais Não-dependentes											
TOTAL DAS DESPESAS											
RECEITAS CORRENTES LÍQUIDA(RCL)(V)											
TOTAL DAS RECEITAS/RCL(%)(VI)=(IV)/(V)											

FONTE: Sistema e-Pública (2018-4725-353). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/03/2015 e hora de emissão: 14:18.

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL
CHEFIA DO EXECUTIVO

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
SECRETARIA
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ADAIR DA SILVA MATTOS
TECNICO CONTABIL
CRC/SC 16.115/O-7

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR
CONTROLE INTERNO



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro



LRF, Art. 48 – Anexo 14

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		23.540.720,90		
Previsão Atualizada		23.540.720,90		
Receitas Realizadas		3.754.196,47		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados por Créditos Adicionais)		0,00		
DESPESAS				
Dotação Inicial		23.540.720,90		
Créditos Adicionais		1.515.000,00		
Dotação Atualizada		25.055.720,90		
Despesas Empenhadas		3.783.487,76		
Despesas Liquidadas		2.387.714,37		
Despesas Pagas		2.180.714,44		
Superávit Orçamentário		1.366.482,10		
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		3.783.487,76		
Despesas Liquidadas		2.387.714,37		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		22.119.748,93		
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-131.083,18	-1.612.799,78	1.230,36
Resultado Primário		919.677,85	1.456.153,78	158,33
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	716.859,32	3.372,88	676.161,98	37.324,46
Poder Executivo	716.859,32	3.372,88	676.161,98	37.324,46
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	317.003,29	411,32	64.718,10	251.873,87
Poder Executivo	317.003,29	411,32	64.718,10	251.873,87
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.033.862,61	3.784,20	740.880,08	289.198,33
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de impostos em MDE		205.592,83	25,00	8,10
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		587.294,56	60,00	55,35
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	10,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		0,00	15,00	16,67
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE: Sistema e-Pública (1269-6601-709). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/03/2015 e hora de emissão: 14:22.

1 Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL
CHEFIA DO EXECUTIVO

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
SECRETARIA
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ADAIR DA SILVA MATTOS
TECNICO CONTABIL
CRC/SC 16.115/O-7

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR
CONTROLE INTERNO

Leoberto Leal**PREFEITURA****DECRETO Nº 030/2015**

DECRETO Nº 030, DE 27 DE MARÇO DE 2015

"Decreto Ponto Facultativo de Trabalho nas Repartições Públicas Municipais e da outras Providências".

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita municipal de Leoberto Leal/SC, no uso de suas atribuições legais, e com base no art.66, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo nas Repartições Públicas Municipais, no dia 02 (dois) de abril de 2015, quinta-feira, no período da tarde, sem prejuízo da prestação de serviço considerado essenciais devido à semana santa.

Parágrafo único: O atendimento dos serviços públicos essenciais deverá ser garantido pelos órgãos da Administração, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 2º Na secretária Municipal de Saúde, os serviços funcionarão sob regime de plantão, a ser disciplinado pelo responsável do Centro de Saúde Santa Paulina;

Art. 3º Permanece o Feriado nacional dia 03 (três) de abril (sexta-feira santa);

Art. 4º Caso haja necessidade, justificada por interesse público, calamidade pública, motivo fortuito ou de força maior, os servidores poderão ser convocados para trabalho;

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 27 de março de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Luzerna**PREFEITURA****CONTRATO FMAS Nº 002.15**

CONTRATO FMAS Nº 002.2015

CONTRATO DE LOCAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS DO ESPORTE CLUBE VITÓRIA PARA A PRÁTICA DE BOLÃO DESTINADAS AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS GRUPOS DE IDOSOS ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA/SC.

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.006.814/0001-48, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3. 427.769, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch s/n, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna/SC, CEP 89609-000, de ora em diante denominado LOCATÁRIO, e o ESPORTE CLUBE VITÓRIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 83.518.860/0001-49, situado na Avenida 16 de fevereiro, 127, Centro, em Luzerna/SC, CEP 89609-000, neste ato representado por seu Presidente, CELSO LUIZ MITTERER, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 1.511.558 e inscrito no CPF/MF sob o nº 460.804.659-49, residente e domiciliado, neste Município de Luzerna/SC, doravante denominada LOCADORA, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATO DE LOCAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS DO ESPORTE CLUBE VITÓRIA PARA A PRÁTICA DE BOLÃO DESTINADAS AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS GRUPOS DE IDOSOS ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA/SC, conforme Processo Licitatório nº 029/2015 Dispensa de Licitação Nº 008/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

O objeto do presente Contrato é a locação das dependências do Esporte Clube Vitória (CNPJ Nº 83.518.860/0001-49). A locação destina-se as atividades desenvolvidas pelos Grupos de Idosos, no que tange a treinos para bolão, sendo o imóvel locado destinado ao atendimento de finalidade precípua da administração, conforme processo licitatório nº 029/2015 dispensa de licitação nº 008/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DO PREÇO E PAGAMENTO**

2.1. O preço total da locação convencionado é de R\$ 4.320,00 (quatro mil trezentos e vinte reais), sendo que o pagamento será pago até o quinto dia útil de cada mês ao da prestação do serviço.
2.2 O valor somente será revisado quando houver alteração, devidamente comprovada, podendo ocorrer nos termos do art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado e protocolado pela LOCADORA.

**CLÁUSULA TERCEIRA
DO PRAZO E RESCISÃO**

O presente contrato vigorará da data de sua assinatura, até 31 de dezembro de 2015 e poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 e pelas formas do art.79 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES

O LOCATÁRIO obriga-se a não fazer modificações ou transformações no imóvel, sem autorização escrita do LOCADOR.

CLÁUSULA QUINTA DA DOTAÇÃO

As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Modalidade de Aplicação: aplicações diretas – outras despesas correntes

Dotação: 3.3.90.00.00

Elemento: 3.3.90.39.10 – locação de imóveis

Empenhamento ordinário

Atividade: 1201.08.241.002.2087 – administração e execução do fundo do Idoso

Reduzido: 022

Fonte: 00 – recurso ordinário

CLÁUSULA SEXTA DO FORO

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 23 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal
LOCATÁRIO

CELSON LUIZ MITTERER
ESPORTE CLUBE VITÓRIA
LOCADORA

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

CONTRATO FMAS Nº 003.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMAS Nº 003/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de março do ano de 2015, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS, órgão gestor, representado neste ato por seu Gestor WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretária da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - DOCES E SALGADOS LUZERNA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Francisco Lindner, nº 660, fundos, Centro, na cidade de Luzerna/SC, CEP 89609-000, inscrita no CNPJ sob o nº 00.532.632/0001-04, neste ato representada pelo sócio

administrador CÉSAR ANTONIO DAL VESCO, portador da cédula de identidade nº 857.212 SSPSC e inscrito no CPF sob o nº 448.258.709-53, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 025/2015, Pregão Presencial nº 014/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de gêneros alimentícios destinados aos Grupos da Terceira Idade do Município de Luzerna, em conformidade com as especificações em anexo do Edital, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	15,00	KG	Bolacha caseira sortida	13,00	195,00
2	46,00	KG	Bolo com recheio - diversos sabores, com prato para bolo e embalagem plástica	21,00	966,00
3	120,00	UN	Cuca grande (com farofa, banana, frutas, na parte de cima)	9,50	1.140,00
4	700,00	UN	Esfirra grande, de frango, carne-presunto e queijo, com cartuchos de papel individual.	3,10	2.170,00
5	50,00	KG.	Grostoli	13,00	650,00
6	2.000,00	UN	Sanduíches (contendo: pão tipo francês, apresuntado - queijo) embalagem plástica	2,75	5.500,00
7	50,00	KG	Pãozinho tipo francesinho	6,20	310,00
8	400,00	UN	Pastel assado com carne, frango, pizza - com cartuchos individuais.	3,10	1.240,00
9	800,00	UN	Sonho com recheio assado (doce de leite e goiabada) (grande, com cartuchos de papel individuais)	2,75	2.200,00
10	800,00	UN	Pastel frito grande, com carne, frango, pizza. (com cartuchos de papel individuais)	3,10	2.480,00
11	36,00	UN	Leite integral 1000 ml de boa qualidade	2,90	104,40

12	20,00	UN	Caixas de suco pronto para beber, 1000 ml, diversos sabores, bebida não gaseificada, não fermentada, produto pasteurizado e homogenizado. Não contém glúten.	4,40	88,00
13	400,00	UN	Refrigerante 2 litros de boa qualidade (água gaseificada, açúcar, suco natural de laranja, limão, uva, cola, 2,5%, aroma natural, acidulante ins330 e conservador 211	6,00	2.400,00

O FORNECEDOR 1 - DOCES E SALGADOS LUZERNA LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 19.443,40 (dezenove mil quatrocentos e quarenta e três reais e quarenta centavos);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega da mercadoria em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação, em dias de expediente, das 07h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30mins, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete dos alimentos solicitados.

1.4. O item 13 (refrigerante) deverá ser entregue refrigerado no local do encontro, conforme a solicitado pelo setor requisitante, devendo a entrega ser diária.

1.5. Todos os itens, descritos em anexo, deverão ser de 1ª (primeira) qualidade.

1.6. Os produtos, quando for o caso, deverão possuir inscrição junto ao Ministério da Agricultura e observar as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.7. Os produtos deverão possuir as datas de fabricação e validade, bem como deverão ser apresentados em embalagens adequadas, exigindo que o produto esteja dentro do prazo de validade.

1.8. O FORNECEDOR deverá trocar o alimento fornecido quando o mesmo, na ocasião do recebimento, apresentar defeito, estiver em desacordo com as especificações técnicas e em desacordo com a solicitação do Setor de Assistência Social, sem custos adicionais;

1.9. O FORNECEDOR deverá fornecer os produtos descritos no edital, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo Setor de Assistência Social.

1.10. Caberá ao FORNECEDOR obedecer ao objeto do edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

1.11. Aceite dos gêneros alimentícios não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, qualidade, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificados posteriormente, e pelas eventuais consequências delas decorrentes.

1.12. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.13. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda

atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.14. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art.65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias após o recebimento dos materiais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação de documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado no Edital e seus anexos e na Cláusula Primeira desta Ata;

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos

tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR a da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente

para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar a Ata decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa da Ata decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao Registro de Preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas,

assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO DE LUZERNA
Modalidade de Aplicação; Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
Elemento: 3.3.90.00.00
Atividade: 1201.08.241.002.2087 – Administração e Execução do Fundo do Idoso

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do §1º do art.65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 26 de março de 2015.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER GESTOR DO FMAS CONTRATANTE	CÉSAR ANTONIO DAL VESCO DOCES E SALGADOS LUZERNA LTDA FORNECEDOR 1
--	---

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

CONTRATO PML Nº 068.15

CONTRATO PML Nº 068/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 028/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2015

CONTRATAÇÃO DA EMPRESA EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO EM CONCRETO CICLÓPICO LEVEMENTE ARMADO, PARA ACESSO AO ABRIGO DE PASSAGEIROS LOCALIZADO NA RUA RUI BARBOSA ESQUINA COM A RUA SÃO FRANCISCO, NO MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3. 427.769, residente e domiciliado a Rua Beno Dresch, s/n, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna/SC, CEP 89609-000, de ora em diante denominado CONTRATANTE e o EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.178.641/0001-80, com endereço na Rua Orlando Willi Lotermann, 390, Bairro Bela Vista II, em Joaçaba/SC, representada por seu sócio-administrador, VILSON DA ROSA, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 11/R 858.366 SSP/SC e inscrita no CPF/MF sob nº 539.442.409-87, residente e domiciliado na Rua João Maria dos Santos, 53, Bairro Bela Vista II, em Joaçaba/SC, doravante denominado CONTRATADO, com fundamento no PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 028/2015 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2015, resolvem celebrar o presente contratação, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente contrato tem por fundamento a CONTRATAÇÃO DA EMPRESA EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO EM CONCRETO CICLÓPICO LEVEMENTE ARMADO, PARA ACESSO AO ABRIGO DE PASSAGEIROS LOCALIZADO NA RUA RUI BARBOSA ESQUINA COM A RUA SÃO FRANCISCO, NO MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

2.1. Executar os serviços e fornecer os equipamentos e materiais necessários para a construção de muro para acesso ao abrigo dos passageiros destinados ao cumprimento das normativas de mobilidade e acessibilidade urbana.

2.2. Iniciar os serviços imediatamente a data de emissão da Autorização de Fornecimento;

2.3. Entregar a obra, completamente executada, em até 30 (trinta) dias contados da data de emissão da Autorização de Fornecimento, conforme estabelece o cronograma físico-financeiro;

2.4. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

2.5. Promover a sinalização de advertência, de identificação e outras necessárias à execução dos serviços;

2.6. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

2.7. Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer;

2.8. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

2.9. Prestar a garantia por eventuais patologias construtivas decorrentes do emprego de materiais não especificados e/ou de mão-de-obra desqualificada, pelo prazo de 05 (cinco) anos contados do término da obra;

2.10. Facilitar todas as atividades de fiscalização da comissão;

2.11. Exigir do Município a emissão da Autorização de Fornecimento, para que proceda ao início da execução do objeto;

CLÁUSULA TERCEIRA DA DOTAÇÃO

3.1. As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária nº:

PREFEITURA DE LUZERNA

Modalidade de aplicação: 4.4.90.00.00 - investimentos

Elemento: 4.4.90.51.98 – obras contratadas

11- SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Projeto: 1101.15.451.0061.1053 – pavimentação e revitalização de ruas e passeios públicos

Reduzido: 101

Fonte 00 – recursos ordinários

Detalhamento 000000 – sem detalhamento

CLÁUSULA QUARTA DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O valor a ser pago para a execução dos serviços será de R\$ 10.054,00 (dez mil e cinquenta e quatro reais), sendo o pagamento efetuado em até 15 (quinze) dias contados da apresentação do documento fiscal devidamente atestado por servidor municipal competente, conforme aceite efetuado pela Assessoria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Luzerna.

CLÁUSULA QUINTA DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

5.1 O presente Contrato terá validade de 23 de março de 2015 a 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado em conformidade com o art. 57, § 1º, incisos II, III, IV e VI, da Lei nº 8.666/93.

5.2 O contrato somente terá sua validade se o CONTRATADO mantiver durante toda a sua vigência as mesmas condições da habilitação inicial.

5.3 A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

5.4 Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução do Contrato oriunda do presente Procedimento Licitatório Muriel Kirsch a quem foi entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste

edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA SEXTA DAS RESPONSABILIDADES

6.1 O CONTRATADO responsabiliza-se integral e exclusivamente pelas despesas realizadas durante a prestação do serviço pactuado, assim como por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, civis e tributários decorrentes das relações com empregados ou prepostos seus, sem qualquer responsabilidade solidária do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA DA RESCISÃO E INEXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto o CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato com fundamento nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 e pelas formas do art. 79 da Lei Federal 8.666/3 e suas alterações sendo que pela inexecução total ou parcial do contrato fica estipulada multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA OITAVA DO FORO

8.1 Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

8.2 E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 02 de março de 2014.

MOISÉS DIERSMANN PREFEITO DE LUZERNA CONTRATANTE	VILSON DA ROSA EMPREENHEIRA DE CONST. CIVIL OLIVEIRA LTDA CONTRATADA
--	---

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

CONTRATO PML Nº 069.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 069/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 021/2015

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 012/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de março do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretária da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - RENATA IAFRATE TRAVISANI EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Piratininga, nº 154, Anexo 156, Bairro Brás, no Município de São Paulo/SP, CEP 03.042-000, inscrita no CNPJ sob o nº 06.003.998/0001-64, neste ato representado por seu procurador RENATO JONAS DE MACEDO, brasileiro, maior e capaz, casado, técnico em eletrônica, cargo de consultor comercial, portador da cédula de identidade nº 16.304.466-1 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 085.169.728-36, residente e domiciliado a

Rua Cel. José Domingues de Vasconcelos, nº 253 - Apto nº 312 - Bloco C, Bairro Vila Ady-Anna, na cidade de São José dos Campos/ SP CEP 122.43-840, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 021/2015 na modalidade de Pregão Presencial nº 012/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de quimonos e equipamentos para a execução das aulas de Judô, para atender aos alunos da Rede Municipal de Educação, conforme especificações constantes no Anexo I, do Edital, constituindo-se em:

LOTE 01					
Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	50,00	UN	Tatames profissionais para judô; encaixe; tamanho 2,00x1, 00; 40 mm; dupla face bipolar (azul/vermelho); textura palha.	162,00	8.100,00

1.2. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 10 (dez) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. Os materiais deverão apresentar as características originais do fabricante - não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais;

1.5. Os materiais deverão ser de 1ª qualidade e estar de acordo com as normas e legislação pertinente para cada um.

1.6. Os materiais deverão ser entregues ao servidor responsável pelo Setor de Educação, Cultura e Esporte, nas dependências da Prefeitura de Luzerna, de segunda a sexta-feira, das 07h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.8. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA, ANATEL ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.10. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo

da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.11. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.12. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.13. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.14. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3.O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4.Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.5.Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6.Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7.Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8.O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado no Edital e seus anexos, em especial o descrito na Cláusula Primeira desta Ata de Registro de Preços;

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata, oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais a fim de comprovar o ser fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços

ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade: 0801.12.361.0031.2030 – Manutenção da Educação Básica Fundamental

Elemento: 3.3.90.00.00

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser

acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 24 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

RENATO JONAS DE MACEDO

RENATA IAFRATE TRAVISANI EPP

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

CONTRATO PML Nº 070.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 070/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 021/2015

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 012/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de março do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

2 - ANDRADE, PASSINI COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉTRICO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua João Caldart, nº 210, Centro, na cidade de Capinzal/SC, CEP 89665-000, inscrita no CNPJ sob o nº 12.526.833/0001-70, neste ato representada por seu sócio administrador JONATAS DE ANDRADE, brasileiro, solteiro, eletricitista, portador da cédula de identidade nº 4.621.469 e inscrito no CPF/MF sob o nº 041.737.319-8, doravante denominado FORNECEDOR 2;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 021/2015 na modalidade de Pregão Presencial nº 012/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de quimonos e equipamentos para a execução das aulas de Judô, para atender aos alunos da Rede Municipal

de Educação, conforme especificações constantes no Anexo I, do Edital, constituindo-se em:

LOTE 02					
Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
2	10,00	UN	Judoguis M00 alvejado branco - Sarja ref. Branco 100% algodão - largura 1,60 m; gramatura 318 grs/m2	102,3487	1.023,49
3	10,00	UN	Judoguis M0 alvejado branco - Sarja ref. Branco 100% algodão - largura 1,60m; gramatura 318 grs/m2)	102,3437	1.023,49
4	2,00	UN	Judoguis M2 traçado profissional azul - Tecido trançado ref. AF Branco Grosso 100% algodão - largura 1,60m - gramatura 1.225 grs/metro linear (765 grs/m2)	322,9449	645,89
5	2,00	UN	Judoguis M3 traçado profissional azul- Tecido Trançado ref. AF Branco Grosso 100% algodão - largura 1,60m - gramatura 1.225 grs/metro linear (765 grs/m2)	336,8564	673,71
6	2,00	UN	Judoguis A1 traçado profissional azul - Tecido Trançado ref. AF Branco Grosso 100% algodão - largura 1,60m - gramatura 1.225 grs/metro linear (765 grs/m2)	516,7118	1.033,42

1.2. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 10 (dez) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. Os materiais deverão apresentar as características originais do fabricante - não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais;

1.5. Os materiais deverão ser de 1ª qualidade e estar de acordo com as normas e legislação pertinente para cada um.

1.6. Os materiais deverão ser entregues ao servidor responsável pelo Setor de Educação, Cultura e Esporte, nas dependências da Prefeitura de Luzerna, de segunda a sexta-feira, das 07h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.8. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por

intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA, ANATEL ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.10. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.11. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.12. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.13. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.14. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3.O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4.Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.5.Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6.Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7.Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8.O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

**CLÁUSULA TERCEIRA
DOS PAGAMENTOS**

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

**CLÁUSULA QUARTA
DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado no Edital e seus anexos, em especial o descrito na Cláusula Primeira desta Ata de Registro de Preços;

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata, oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais a fim de comprovar o ser fornecimento.

**CLÁUSULA QUINTA
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas

contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**CLÁUSULA SEXTA
DAS ALTERAÇÕES**

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

**CLÁUSULA SÉTIMA
DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade: 0801.12.361.0031.2030 – Manutenção da Educação Básica Fundamental

Elemento: 3.3.90.00.00

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 24 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

JONATAS DE ANDRADE

ANDRADE, PASSINI COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉTRICO LTDA ME
FORNECEDOR 2

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO 0032015

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO DESTINADO A PROVER VAGAS TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2015 de 17 de março de 2015.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL, torna público o RESULTADO FINAL do Processo Seletivo destinado a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social do Município de Luzerna(SC):

Emprego Público: TÉCNICO DE ENFERMAGEM						
Ins-cr.	Candidato	Forma-ção	Horas de Curso	Tempo de Serviço	Pontuação Final	Colocação
02	Daiane Moresco Casado	6,00	3,00	1,00	10,0	1º
03	Geneci A. Garcia	6,00	---	2,00	8,00	2º
04	Inês C. S. Schneider	6,00	---	1,50	7,50	3º
01	Pablo I. Gamba Béjar	6,00	0,5	0,5	7,00	4º

Fica homologado o Resultado Final do PROCESSO SELETIVO destinado a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social do Município de Luzerna(SC), Edital nº 003/2015.

Luzerna(SC), 31 de março de 2015.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 025/2015 - PP 014/2015 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUZERNA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 0025/2015 - FMAS
Pregão Presencial nº 0014/2015 - FMAS

O Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social de Luzerna, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0025/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial
- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de gêneros alimentícios destinados aos Grupos da Terceira Idade do Município de Luzerna, em conformidade com as especificações em anexo.
- Proponente(s) Vencedora(s):
* DOCES E SALGADOS LUZERNA LTDA
- Valor total: R\$ 19.443,40

Luzerna (SC) 26 de março de 2015.
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
Gestor FMAS

EXTRATO DE LICITAÇÃO DESERTA - PL 026/2015 - PP 015/2015 - AREIA MÉDIA - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO – LICITAÇÃO DESERTA

Processo Licitatório 026/2015 – PML

Pregão nº 015/2015 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) Declarar Deserto o Processo Licitatório nº 026/2015, em função da ausência de qualquer empresa interessada no certame, inobstante tenha sido publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, na edição do dia 16 de março de 2015 e no site do Município a partir do dia 13 de março de 2015, para dar amplo conhecimento aos eventuais interessados.

Luzerna (SC), 27 de março de 2015.

MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

PL 030/2015 - PP 016/2015 - CONCRETO ASFÁLTICO USINADO À QUENTE - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 030/2015 - PML

Pregão Presencial nº 016/2015 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição, de forma parcelada, Concreto Asfáltico Usinado a Quente – C.A.U.Q., destinadas às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do perímetro urbano do Município de Luzerna (SC).

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14 horas do dia 14 de abril de 2015.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 14 de abril de 2015.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

PL 031/2015 - PP 017/2015 - AREIA - PML

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 031/2015 - PML

Pregão Presencial nº 017/2015 - PML

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição, de forma parcelada, de areia média, destinada a serviços, reparos e consertos realizados pelas diversas secretarias da Prefeitura de Luzerna/SC.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h do dia 15 de abril de 2015.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 15 de abril de 2015.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

RESOLUÇÃO CMDCA 001 2015

RESOLUÇÃO NORMATIVA 001/2015 - CMDCA

Dispõe sobre a abertura do Processo Eleitoral dos Membros do Conselho Tutelar do Município de Luzerna- Gestão 2016/2020, em obediência a Lei nº 12.696, Resolução 170/CONANDA às Leis Municipais nºs 045 e 269 e alterações posteriores e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -CMDCA de Luzerna/SC, no uso de suas atribuições legais, declara aberto o processo eletivo relativo a Gestão 2016/2020 dos membros do Conselho Tutelar do Município de Luzerna/SC e convoca os interessados a concorrer ao cargo para as inscrições que estarão abertas a partir do dia 01 de abril de 2015, nos termos das Leis Municipais nºs 045 e 269 e alterações posteriores.

Art.1º- As inscrições deverão ser realizadas na sede da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social de Luzerna /SC, sito a Avenida 16 de Fevereiro, 151- Sala 118 (Assessoria aos Conselhos) no prazo de 01 a 30 de abril de 2015, de segunda a sexta-feira, no horário das 14h às 17h.

Art.2º- Os interessados poderão acessar o sitio www.luzerna.sc.gov.br link: CONSELHOS para a impressão do requerimento e demais anexos e providenciar os documentos exigidos pela legislação em vigor.

Art.3º- Todas as intimações aos candidatos serão realizadas por meio do Diário Oficial do Município, onde serão publicados os Atos da Comissão Especial Eleitoral por meio de Resolução, as deliberações e as Resoluções Normativas do CMDCA, para ciência dos interessados.

Art.4º- A partir deste ato, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA institui a Plenária Permanente da Comissão Especial Eleitoral, a fim de deliberar sobre eventuais questões surgidas no desenrolar do processo eleitoral.

Luzerna(SC), 31 de março de 2015.

Elaine Weirich

PRESIDENTE DO CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA 002 2015

RESOLUÇÃO Nº 002/2015 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS

DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

Regulamenta o processo de escolha unificado dos candidatos a membros do Conselho Tutelar do Município de Luzerna/SC, e dá outras providências.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Luzerna/SC, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e nas Leis Municipais 045 e 269 e alterações posteriores, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Luzerna e dá outras providências.

DISPOSIÇÕES GERAIS:**1 Do Cargo e das Vagas**

1.1. A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

1.2. Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

1.3. Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

1.4. O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2 Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1. O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 269 de 22.03.2001 e alterações posteriores é assegurado o direito a:

I - vencimento de R\$ 1.533,26 (um mil, quinhentos e trinta e três reais e vinte e seis centavos) mensais, a qual corresponderá ao pagamento da carga horária de expediente, sobreaviso/plantão e reuniões, sendo revisado, anualmente, na mesma data e proporção em que for revisado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - cobertura previdenciária;

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade;

VI - gratificação natalina.

2.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de Conselheiro Tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3. A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4. A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Luzerna.

2.5. O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, das 7h45 às 11h45 e das 13h30 às 17h30 e ainda:

2.5.1. Plantão noturno das 17h45 às 7h45 do dia seguinte.

2.5.2. Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.5.3. Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala pelos Conselheiros.

3. Do Processo de Escolha

3.1. Das Inscrições

3.1.1. O registro das candidaturas a Conselheiro Tutelar será feito no período de 01/04/2015 a 30/04/2015, em dias úteis, no horário das 14h às 17h na sede da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social de Luzerna/SC, sito a Avenida 16 de fevereiro, 151, Sala 118 (Assessoria aos Conselhos).

3.1.2. A inscrição para o processo de escolha será individual, mediante a apresentação de requerimento e declarações padronizados (Anexos I: Requerimento, II: Declaração) que serão fornecidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA, aos quais serão juntadas cópias da Carteira de Identidade, do CPF e do Título de Eleitor do interessado e os demais documentos listados abaixo.

3.1.3. Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição: I. reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Criminais;

II. idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;

III. residir no município, demonstrada por comprovante de residência no mínimo há um ano anterior à publicação deste Edital;

IV. conclusão de ensino médio, comprovada através de Diploma de Conclusão do Ensino Médio

V. ter participado de palestra de capacitação sobre o Conselho Tutelar oferecido pelo CMDCA;

VI. ser aprovado em prova de conhecimentos específicos sobre o direito da criança e do adolescente e de conhecimentos básicos de informática.

3.2. O processo de escolha será presidido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), organizado e conduzido por Comissão Especial Eleitoral por ele indicada e sob a fiscalização do Ministério Público, compondo-se de três fases:

I. Participação em Palestra de Capacitação oferecida pelo CMDCA;

II. Prova escrita, formulada por comissão designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);

III. eleição por voto facultativo da sociedade.

§1º - A prova escrita será:

I. composta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com cinco alternativas cada uma e apenas uma delas correta;

II. sem consulta e seu conteúdo abordará questões referentes ao Estatuto da Criança e do Adolescente, SIPIA e conhecimentos de informática básica (internet, sistema operacional Windows e Office).

§2º- Serão considerados habilitados para a fase III (eleição), passando à condição de CANDIDATO os inscritos que obtiverem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de aproveitamento na prova escrita e que cumpridos os requisitos elencados nesta Resolução, tiver deferido o seu registro de candidatura.

§3º- Havendo empate serão considerados habilitados todos os candidatos que obtiverem a mesma nota mínima.

3.3. O candidato que desejar poderá comprovar sua experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, através do preenchimento do Anexo III acompanhado dos seguintes documentos:

I. Declaração da entidade onde prestou serviço de atendimento à criança e adolescente;

II. Cópia de certificados de capacitação e formação na área da criança e adolescente;

III. registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente;

§1º - A não comprovação da experiência não desclassifica o candidato ao pleito, apenas servirá para critério de desempate;

§2º - Caso haja necessidade, a Comissão Especial Eleitoral procederá a realização de diligência para constatação da veracidade dos documentos.

3.4. As inscrições indeferidas serão publicadas no Diário Oficial do Município para que os interessados, querendo, no prazo legal apresentem recurso a Comissão Especial Eleitoral.

3.5. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.6. O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

4. Da Publicação das Candidaturas

4.1.1. A relação de candidatos inscritos será publicada no Mural do átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

4.1.2. Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período constante no cronograma, no horário de atendimento ao público, na sede da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social - sala de Assessoria aos Conselhos.

4.1.2.1. O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período previsto no cronograma, no horário de atendimento ao público, na sede da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social - sala de Assessoria aos Conselhos.

4.1.2.2. A Comissão Especial Eleitoral terá o prazo constante do cronograma para apresentar resposta quanto às impugnações.

4.1.3. O Edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no Mural do átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

4.1.4. Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

5. Da Propaganda Eleitoral

5.1. Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

5.2. No processo eleitoral é vedado:

I. a propaganda eleitoral nos veículos de comunicação social, por meio de anúncios, luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer lugar público ou particular, admitindo-se apenas a realização de debates e entrevistas estabelecidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

II. na campanha eleitoral a confecção, utilização, distribuição por comitê, candidato, com ou sem a sua autorização, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor, incluindo jantares, almoços, bailes, churrascos, reuniões e afins.

III. a utilização de carros de som, alto-falantes, e quaisquer mecanismos de sonorização na campanha eleitoral, ficando sujeitos os responsáveis e os proprietários à apreensão dos equipamentos, nos termos do Código de Processo Penal.

5.3. É admitida a veiculação de propaganda eleitoral pela distribuição de folhetos, volantes e outros impressos, os quais devem ser editados sob a responsabilidade do candidato, que fará constar seu CPF em todas as unidades distribuídas, devendo constar dos "santinhos" apenas o nome e o número do candidato sem foto;

5.4. Nas hipóteses de abuso de poder econômico, o registro da candidatura do Conselheiro Tutelar será cassado, impedindo-se a nomeação, se eleito.

5.5. Além do estabelecido nos incisos I, II e III do item 5.2 considera-se ainda abuso de poder econômico no processo de escolha:

I. uso de instituições governamentais e não governamentais partidos políticos ou entidades religiosas para gerenciar a candidatura dos Conselheiros Tutelares;

II. promessa ou recompensa à população para participar do processo de escolha;

III. captação ilegal de votos;

5.6. Para efeito do inciso III do item 5.5, constitui-se captação ilegal de votos a candidato transportar eleitores, doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde a homologação da candidatura até o dia da eleição.

5.7. No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

5.8. Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

5.8.1. Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

5.8.2. Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor

5.8.3. Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem a determinada candidatura.

5.9. É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

5.10. Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

5.10.1. Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

5.10.2. O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.10.3. É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

5.10.4. É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

6. Da Eleição

6.1. A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário das 08h00 às 17h00, nos seguintes locais:

- Centro Comunitário de Vila Kennedy;
- Clube Primavera - Linha Leãozinho;
- Centro Comunitário de Linha Germano;
- Prefeitura Municipal de Luzerna.

6.2. A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

6.3. No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

6.3.1. O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

6.3.2. Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

6.3.2.1. A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

6.4. A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do

Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

6.5. O eleitor votará uma única vez em até 05 (cinco) candidatos na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

7. Do Voto

7.1 Os Conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

7.1.1. Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

7.1.2. O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indepassável.

7.1.3. O eleitor deverá assinalar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

8. Da Cédula Oficial

8.1. A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

8.1.1. Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

8.1.2. O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

8.2. Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

9. Das Mesas Receptoras

9.1. Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Especial Eleitoral.

9.2. Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

9.2.1. O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

9.2.2. O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

9.2.3. Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Especial Eleitoral.

9.3. A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Especial Eleitoral;

9.4. Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:

I. Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Especial Eleitoral;

II. Registrar na ata as impugnações dos votos;

9.4.1. Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata;

9.4.2. Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I. Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II. O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III. As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

10. Da Apuração

10.1. Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação;

10.2. Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente;
10.3. A apuração dar-se-á na Câmara de Vereadores de Luzerna, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Especial Eleitoral;
10.4. Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Especial Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas;
10.5. Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.
10.6. Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação;

10.7. No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição.

10.8. Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

11. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

11.1. O resultado da eleição será publicado em edital afixado na Mural do átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos;

11.2. Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar;
11.3. Os candidatos eleitos serão empossados pelo Prefeito Municipal;

11.4. A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016;

11.5. Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

11.6. Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

12. Disposições Finais

12.1. As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº 8069/1990 e na Lei Municipal nº 045 e alterações posteriores, sem prejuízo das demais leis afetas;

12.2. O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste Edital;

12.3. A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função;

12.4. As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este Edital;

12.5. Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público;

12.6. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

12.7. É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral;

12.8. O Conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município;

12.9. O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude;

12.10. Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba(SC) para dirimir

as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
12.11. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Elaine Weirich
Presidente do CMDCA

ANEXO I - REQUERIMENTO

Ilustríssimo Senhor Coordenador da Comissão Especial Eleitoral, eu Nome _____

Rua _____

Bairro _____

fone com. _____

fone residencial _____

Celular _____ e-mail _____

Estado Civil _____ Profissão _____

Escolaridade _____

RG nº _____ CPF _____ e

Título de Eleitor nº _____, venho requerer minha inscrição para participar do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Luzerna(SC), gestão 2016/2020. Juntando as declarações e os anexos padronizados pelo CMDCA e cópia dos documentos exigidos pelo artigo 3º da Resolução Normativa nº 002/2015 - CMDCA. Pede Deferimento.

Luzerna(SC), ____ de _____ de 2015.

Assinatura do Inscrito

ANEXO II - DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO

Eu, _____,

_____, portador do RG: _____

_____,

CPF nº _____

DECLARO, para fins de inscrição no processo de escolha dos membros dos Conselho Tutelar do Município de Luzerna/SC que:

1. Sou pessoa considerada idônea e de boa reputação;
2. Resido no Município de Luzerna/SC, há mais de um ano;
3. Estou no gozo de meus direitos políticos;
4. Concluí o curso de ensino médio;
5. Possuo conhecimentos de informática básica.

Luzerna/SC, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do Inscrito

Falsidade ideológica - Art. 299 do Código Penal: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos e multa, se o documento é público e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento particular.

ANEXO III

COMPROVAÇÃO DA EXPERIÊNCIA:

Nome do Candidato: _____

Natureza da entidade: GOVERNAMENTAL () NÃO GOVERNAMENTAL ()

Endereço da entidade:

telefone da entidade:

CNPJ:

Programa de Atendimento/Prestação de Serviços desenvolvidos pela entidade: _____

Responsável legal da entidade:
cargo/função do representante legal:

atividades exercidas pelo candidato na entidade: _____

As atividades desenvolvidas pelo candidato na entidade eram de forma: voluntária () remunerada ()

data de início da atividade do candidato na entidade: ____/____/____

data de desligamento do candidato na entidade: ____/____/____

_____ (SC), ____ de _____ de 2015.

Assinatura do responsável legal da entidade com firma reconhecida

ANEXO IV
CRONOGRAMA
CALENDÁRIO ELEITORAL PARA ESCOLHA
DOS CONSELHEIROS TUTELARES
Mandato - 2016/2020

Publicação do Edital	01/04/2015
Prazo de inscrições dos candidatos	01/04 a 30/04/2015
Período de análise das inscrições dos candidatos	04 a 08/05/2015
Publicação da relação dos candidatos habilitados para a prova.	11/05/2015
Impugnação de candidaturas	11 a 15/05/2015
Notificação dos candidatos impugnados para defesa	19 a 22/05/2015
Apresentação de defesa pelos candidatos impugnados	25 a 29/05/2015
Análise e decisão das impugnações	01 a 09/06/2015
Interposição de recurso	10 a 16/06/2015
Publicação da relação final dos candidatos habilitados para a prova e local da prova	17/06/2015
Palestra de Capacitação	Julho de 2015
Realização da Prova escrita	26/07/2015
Prazo de interposição de recurso do resultado da prova.	27 a 31/07/2015
Período de análise dos Recursos	03 a 07/08/2015
Publicação do resultado dos recursos e relação final dos candidatos habilitados ao pleito e início do período eleitoral	10/08/2015
Operacionalização da eleição (seleção das pessoas que trabalharão no pleito: solicitação da lista de eleitores junto ao TRE; confecção das cédulas; solicitação de apoio à Polícia Militar, divulgação dos locais de votação)	12/08/2015
Retirada dos formulários para credenciamento dos fiscais. (das 14h às 17h)	14 a 18/09/2015
Devolução dos formulários preenchidos e entrega dos crachás dos fiscais (14h às 17h)	21 a 30/09/2015

ELEIÇÃO (das 08h às 17h)	04/10/2015
Divulgação do resultado e prazos para recursos	Imediatamente após a apuração
Análise dos recursos	Até 24 horas após a apuração
Publicação do resultado dos recursos	06/10/2015
Publicação da homologação da Eleição, contendo a relação dos Conselheiros Tutelares Eleitos.	06/10/2015
Capacitação dos Novos Conselheiros	Novembro 2015
Posse dos Novos Conselheiros	10/01/2016.

Elaine Weirich
Presidente do CMDCA

Macieira

PREFEITURA

DECRETO 1483

DECRETO Nº 1483, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei nº 40, de 25/10/1993, que Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e suas alterações.

DECRETA:

Art.1º- Nomear os membros abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por 02 anos, a contar desta data:

Presidente: Leida Castanheiro Maurina

Vice Presidente: Mara Regina Szalyga

Secretaria: Rosane Bertotto

Representante da Escola Professora Cândida Bertotto Zucatti

Titular: Franciele Manenti Colaço

Suplente: Cleciane Rodrigues dos Santos

Representante da APPF Escola Professora Cândida Bertotto Zucatti

Titular: Bruna Dalmina

Suplente: Rose Mari Lemos

Representante da Policia Militar de Santa Catarina

Titular: Marcelo Padilha

Suplente: Felipe Popenmberg

Representante da APPF Escola Pequenos Brilhantes

Titular: Marlise Scapin

Suplente: Rejane Spanholo Abraão

Representante do Conselho de Assistência Social

Titular: Leida Castanheiro Maurina

Suplente: Lucila Carmen Serighelli

Representante da Associação da Terceira Idade Tempo de ser Feliz

Titular: Gertrudes Telegen

Suplente: José Serighelli

Representante da Conselho Municipal de Educação

Titular: Mara Regina Szalyga

Suplente: Karoline Santos de Oliveira

Representante da Escola Pequenos Brilhantes

Titular: Elaine Vicentin

Suplente: Fernanda Zilio

Representante do Poder Executivo

Titular: Ariane Spanholi Vigolo

Suplente: Giovana Betinelli

Titular: Silvana G Maffioletti

Suplente: Rosane Bertotto

Titular: Iana Spanholo Abraão

Suplente: Severino de Oliveira

Representante da APP Escola Albina Mosconi

Titular: Luciana Locatelli

Suplente: Edson Maurina

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando Decreto nº 1276/2013.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 31 de março de 2015.

EMERSON ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber;

CNPJ: 78.653.946/0005-78

JK PNEUS LTDA

Nota Fiscal nº. 15991 R\$ 3.872,00

Valor Total: R\$ 3.872,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é responsável pelo fornecimento de pneus destinados aos veículos da frota municipal, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 01 de abril de 2015.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº. 3837

DECRETO Nº. 3837

DE 27 De março de 2015

ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº. 3.830, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015, QUE FIXA PRAZO E CONDIÇÕES PARA REQUERIMENTO DE REVISÃO DE IPTU 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, ROBERTO AGENOR SCHOLZE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município:

Considerando o erro técnico de comunicação entre o Banco e a Gráfica responsável pela impressão dos carnês; e

Considerando a necessidade de alteração de prazo para entrega dos carnês a ser realizada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;

DECRETA

Art. 1º O caput do art. 1º do Decreto nº. 3.830, de 27 de fevereiro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica determinado que somente serão aceitos pedidos de revisão de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU até o vencimento da parcela única, ou seja, até dia 11 de maio de 2015, devendo o contribuinte se dirigir ao setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Mafra para requerer a revisão de lançamento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mafra, em 27 de Março de 2015.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

DÉBORA SCARDANZAN

Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº. 3838

DECRETO Nº. 3838

DE 27 De março de 2015

ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO Nº. 3.831, DE 10 DE MARÇO DE 2015, QUE FIXA PRAZO E CONDIÇÕES PARA O PAGAMENTO DO IPTU, ISS E TAXAS MUNICIPAIS DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, ROBERTO AGENOR SCHOLZE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município:

Considerando o erro técnico de comunicação entre o Banco e a Gráfica responsável pela impressão dos carnês; e

Considerando a necessidade de alteração de prazo para entrega dos carnês a ser realizada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;

DECRETA

Art. 1º O inciso II do art. 1º do Decreto nº. 3.816, de 17 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º ...

II - 11/05/2015: IPTU, vencimento da cota única, com desconto de 10% (dez por cento) e se parcelado conforme cronograma abaixo:

- a) Primeira Parcela - Vencimento em 11/05/2015;
- b) Segunda Parcela - Vencimento em 10/06/2015;
- c) Terceira Parcela - Vencimento em 11/07/2015;
- d) Quarta Parcela - Vencimento em 10/08/2015;
- e) Quinta Parcela - Vencimento em 10/09/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mafra, em 27 de Março de 2015.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

DÉBORA SCARDANZAN

Secretária Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/2015, de 31 de março de 2015.
DECRETA PONTO FACULTATIVO

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, VER. EDENILSON SCHELBAUER, no uso de suas atribuições, principalmente em face ao disposto no art. 32, II, IV e XIII da Lei Orgânica Municipal de Mafra;

Considerando os feriados de Paixão de Cristo (dia 03/04/2015) e da Páscoa (dia 05/04/2015),

DECRETA:

Art. 1º Fica considerado Ponto Facultativo na Câmara Municipal de Mafra no dia 02 de abril de 2015 (quinta-feira).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra/SC, 31 de março de 2015.
VER. EDENILSON SCHELBAUER
Presidente da Câmara

Maracajá**PREFEITURA****DECRETO LEGISLATIVO 002/2015**

DECRETO Nº 02 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.
NOMEIA COMISSÃO DE MENBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

O Presidente da Câmara Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, especialmente as conferidas através do Artigo 31, Inciso V, do Regimento Interno, obedecendo ao exposto no Artigo 51, caput, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883 de 8 de junho de 1994,

DECRETA:

Art. 1º Designa para compor a Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Maracajá, para todas as modalidades de licitações, com competência para processar e julgar habilitação preliminar, a inscrições em Licitações processadas pela Câmara Municipal, com mandato até 31 de dezembro de 2015, os seguintes membros:

- . Geovana Trevisol Teiteira, inscrita no CPF sob o nº 044.673.819-02, presidente;
- . Andreia Marques, inscrita no CPF nº 767.414.199-34, membro;
- . Elizabete Maria de Souza, inscrita no CPF nº 039.962.509-75, membro;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá, Câmara Municipal de Maracajá, 18 de fevereiro de 2015.
Valdecir Idalino Stefeneti
Presidente

Maravilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 28/2015

DECRETO Nº 28, DE 25 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre nomeação do Coordenador de Saúde Bucal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada Lovane Teresinha Pavi Shappo - Técnica em Saúde Bucal, servidora pública Municipal, para exercer a função de Coordenadora de Saúde Bucal do Município de Maravilha/SC.

Art. 2º As atribuições inerentes à função de Coordenador, estão descritas no Anexo Único do presente Decreto.

Art. 3º A função de Coordenador fundamenta-se no Organograma da Secretaria Municipal da Saúde e está subordinada diretamente à gestão municipal da saúde.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 5º Revogam-se disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 145, de 6 de dezembro de 2013.

Maravilha - SC, 25 de março de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

ANEXO ÚNICO

ATRIBUIÇÕES GERAIS DE COORDENAÇÃO

- Coordenar a equipe e/ou grupo sob sua responsabilidade buscando a harmonização do mesmo através da valorização de todas as pessoas que o integram, apoiando-as, questionando-as e incentivando a comunicação e participação.
- Ajudar o grupo a integrar-se, unir-se, entender-se, perseverar e realizar seus projetos e objetivos.
- Auxiliar a Gestão Central, através da resolução de problemas individuais ou do grupo, evitando que assuntos de pequena importância cheguem ao Gestor Municipal, ou que ganhe proporções incompatíveis com a magnitude do problema.
- Estabelecer a comunicação entre os subordinados e a coordenação e entre a coordenação e o Gestor Municipal de forma ordenada, respeitando a hierarquia seja na área técnica, administrativa ou funcional.
- Estabelecer rotinas de trabalho e elaborar um calendário de reuniões periódicas com o grupo ou parte deste, com a finalidade de discutir problemas, definir prioridades e definir responsabilidade na execução de tarefas.
- Participar de reuniões, seminários, cursos etc. representando o município e/ou o setor em eventos específicos de cada área, buscando informações e servindo como multiplicador aos demais servidores, com vistas a implantação/implementação de novos

métodos e práticas inovadoras e resolutivas.

- Excetua-se da atribuições/competências das coordenações, demandas relativas a questões de ordem administrativas/financeiras como: aumento salarial, gratificações, pagamento de horas extras ou outros benefícios trabalhistas, sem o consentimento do Gestor. Pode entanto, discutir com o grupo e levar as demandas do setor, para discussão e avaliação com o Gestor municipal.

COORDENADOR DE SAÚDE BUCAL

- Coordenar as Ações de Saúde Bucal do município na Atenção Básica, vinculadas ou não à Estratégia Saúde da Família, buscando estabelecer rotinas de trabalho que contemplem o acesso dos usuários ao serviço, a continuidade do tratamento, o número de pessoas e procedimentos médios por turno de atendimento.
- Definir juntamente com os demais servidores, critérios técnicos/clínicos de prioridade no atendimento, em todos os níveis de atenção, com vistas a garantir a integralidade da assistência com equidade e resolutividade.
- Estabelecer mecanismos de regulação do acesso, controle da produção e avaliação da qualidade dos serviços prestados, visando o maior grau de satisfação de profissionais e usuários.
- Identificar possíveis problemas e buscar estratégias de resolução para que os profissionais prestem os serviços e usuários sejam atendidos de forma equânime em relação as áreas de atuação em que o número de habitantes versus a quantidade de profissionais seja diretamente proporcional à produção.
- Discutir com a equipe as rotinas de trabalho que contemplem todos os pontos de atenção, desde a promoção de saúde bucal em escolas, creches, APAE, idosos, gestantes e outros. O tratamento clínico ambulatorial e a protetização. Ainda o encaminhamento, quando for o caso, para os Centros e Especialidades Odontológicas (CEOs) de acordo com os protocolos clínicos estabelecidos.
- Elaborar, implantar e/ou implementar os Protocolos Clínicos existentes, a fim de permitir a padronização das ações e serviços de saúde bucal, respeitando as individualidades técnicas, evitando desvios padrão da parte operacional e administrativa.
- Ser o elo entre o Setor de Saúde Bucal, a gestão municipal e a comunidade, representando o município, quando for o caso, em reuniões, cursos, seminários e demais eventos da Saúde Bucal.

DECRETO Nº 29/2015

DECRETO Nº 29, DE 26 DE MARÇO DE 2015

Constitui comissão especial de acompanhamento e julgamento de Processo Administrativo e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída comissão especial de acompanhamento e julgamento do Processo Administrativo referente ao Procedimento Licitatório nº 4.229/2014, na modalidade de Pregão Presencial nº 035/2014, sendo composta pelos seguintes membros:

PRESIDENTE

Juliano Fagan

MEMBROS

Júlia Gabriela Schwerz

Carmem Dallacosta

Art. 2º A comissão tem prazo de 40 (quarenta) dias para concluir o Processo Administrativo.

Art. 3º Os serviços prestados pelos membros da Comissão são de caráter relevante não onerando os cofres públicos com qualquer despesa.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 26 de março de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 30/2015

DECRETO Nº 30, DE 27 DE MARÇO DE 2015

Aprova desdobro de lote urbano para fins de anexação e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente decreto aprovado o desdobro do imóvel: Lote Urbano nº (2), Lote Urbano nº (3) e Lote Urbano nº (4), todos da Quadra nº (01), situados no Loteamento "Colibri", nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha e, localizados no lado ímpar da Rua Euclides Mario Canalle, com as áreas respectivas de: (385,26 m², 349,96 m² e 432,96 m²); sem edificações; Objetos das Matrículas 20.503, 20.731 e 20.651, respectivamente, do Ofício de Registro de Imóveis, desta Comarca; de propriedade de Gilmarcio Gattelli, brasileiro, casado, soldador, portador da CI RG nº 13/R 4.157.972-SESP/SC, inscrito no CPF sob nº 032.026.269-30, residente e domiciliado na Rua Euclides Mario Canalle, nº 261, Bairro Madalozzo, nesta Cidade e Almir Kremer, brasileiro, casado, pedreiro, inscrito no CPF sob nº 384.358.619-53, residente e domiciliado na Rua Euclides Mario Canalle, nº 241, Bairro Madalozzo, nesta Cidade, que será desdobrado, e anexado, formando assim novos lotes urbanos, conforme descrição abaixo, mapa, memorial descritivo e ART assinados pela Engenheira Civil Dirlani Göttems Frömming, CREA-SC 076510-5, nas dimensões, denominações e confrontações abaixo discriminadas:

ÁREA A DESMEMBRAR:

Parte do Lote Urbano nº (3), da quadra nº (1), área desmembrada de 121,05 m², situado no Loteamento "Colibri", nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, localizado no lado ímpar da Rua Euclides Mario Canalle, distando 79,669 metros da esquina formada pela Rua Padre Réus, de propriedade de Almir Kremer, M. 20.731, sem edificações; Confrontando:- ao Noroeste, com parte do lote urbano nº (3) área remanescente, na extensão de 34,85 metros, de Almir Kremer, M. 20.731;- ao Sudeste, com o lote urbano nº (2), na extensão de 34,23 metros, de Gilmarcio Gattelli, M. 20.503;- ao Nordeste, por duas linhas, com parte da chácara rural nº (16), do Bloco "A", de Alternative Indústria e Comércio de Confecções Ltda, M. 18.791, na extensão de 1,41 metro, e outra, na extensão de 2,16 metros;- ao Sudoeste, com a Rua Euclides Mario Canalle, na extensão de 3,50 metros.

ÁREA REMANESCENTE:

Parte do Lote Urbano nº (3), da quadra nº (1), área remanescente de 228,91 m², situado no Loteamento "Colibri", nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, localizado no lado ímpar da

Rua Euclides Mario Canalle, distando 86,169 metros da esquina formada pela Rua Padre Réus, de propriedade de Almir Kremer, M. 20.731, sem edificações; Confrontando:- ao Noroeste, com o lote urbano nº (4), na extensão de 35,58 metros, de Almir Kremer, M. 20.651;- ao Sudeste, com parte do lote urbano nº (3) área desmembrada, na extensão de 34,85 metros, de Almir Kremer, M. 20.731;- ao Nordeste, com parte da chácara rural nº (16), do Bloco "A", de Alternative Indústria e Comércio de Confecções Ltda, M. 18.791, na extensão de 6,54 metros;- ao Sudoeste, com a Rua Euclides Mario Canalle, na extensão de 6,50 metros.

ANEXAÇÃO 01

Lote Urbano nº (4) e Parte do Lote Urbano nº (3), da quadra nº (1), situado no Loteamento "Colibri", nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha e, localizado no lado ímpar da Rua Euclides Mario Canalle, distando 67,719 metros da esquina formada pela Rua Padre Réus, com as áreas respectivas de: (432,90 m² e 228,91 m²), perfazendo a área total de "Seiscentos e sessenta e um metros e oitenta e sete centímetros quadrados" (661,87 m²), de propriedade de Almir Kremer, sem edificações; confrontando: ao Noroeste, com o lote urbano nº (5), na extensão de 36,92 metros, de Lorival Dalmagro, M. 20.517;- ao Sudeste, com o lote urbano nº (2) e parte do lote urbano nº (3), na extensão de 34,85 metros, de Gilmarcio Gattelli;- ao Nordeste: com parte da chácara rural nº (16), do Bloco "A", na extensão de 18,56 metros, de Alternative Indústria e Comércio de Confecções Ltda, M. 18.791;- ao Sudoeste, com a Rua Euclides Mario Canalle, na extensão de 18,45 metros.

ANEXAÇÃO 02

Lote Urbano nº (2) e Parte do Lote Urbano nº (3), da quadra nº (1), situado no Loteamento "Colibri", nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha e, localizado no lado ímpar da Rua Euclides Mario Canalle, distando 86,169 metros da esquina formada pela Rua Padre Réus, com as áreas respectivas de: (385,26 m² e 121,05 m²), perfazendo a área total de "Quinhentos e seis metros e trinta e um centímetros quadrados" (506,31 m²), sem edificação, de propriedade de Gilmarcio Gattelli, confrontando:- ao Noroeste, com o lote urbano nº (4) e parte do lote urbano nº (3), na extensão de 34,85 m, de Almir Kremer;- ao Sudeste, com o lote urbano nº (1), na extensão de 31,60 metros, de Jaime Roberto Orlandi, M. 19.950;- ao Nordeste, por duas linhas, com parte da chácara rural nº (16), do Bloco "A", uma na extensão de 1,41 metro, outra na extensão de 14,16 metros, totalizando 15,57 metros, de Alternative Indústria e Comércio de Confecções Ltda, M. 18.791;- ao Sudoeste, com a Rua Euclides Mario Canalle, na extensão de 15,21 metros.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 27 de março de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 32/2015

DECRETO Nº 32, DE 31 DE MARÇO DE 2015

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CODEM e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº 034, de 15 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeados os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico □ CODEM, denominados a seguir:

- Representante da Secretaria da Indústria Comércio e Turismo:
Gelson Rossetto - Presidente.
- Representante do Setor de Planejamento:
Berlin Marcos Felippin - Conselheiro.
- Procurador Geral do Município:
Igor Eduardo Damarem - Conselheiro.
- Representantes da Associação Empresarial:
Jeovany Folle e Márcio Adelar Ludke - Conselheiros.
- Representante da Unoesc:
Dilva Bertoldi Benvenuti - Conselheira.
- Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:
Gilson Luiz Farinon - Conselheiro.
- Representante dos Clubes de Serviços:
Célio de Souza - Conselheiro.

Art. 2º As funções dos membros deste Comitê não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado relevante serviço à promoção e preservação social.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 5º Revogam-se a disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 115, de 22 de setembro de 2014.

Maravilha - SC, 31 de março de 2015.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 003/2015

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA nº 003/2015

ROSIMAR MALDANER, Prefeita Municipal de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao que dispõe o Decreto Lei n.º 195/67 de 24 de fevereiro de 1967, Lei Municipal n.º 1942/93, Lei Complementar n.º 40/2011 de 19 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 058/2013 de 13 de novembro de 2013, faz saber a quem interessar possa, que o Município de Maravilha lança EDITAL DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário público municipal, dos valores parciais despendidos nas obras de pavimentação com pedra irregulares (calçamento), compreendendo a seguinte via pública da cidade de Maravilha:

1 DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA:

RUA SÃO JOSÉ: (trecho compreendido entre a estaca 0+00 até

19+17,20m, ou seja, da Rua Nidolfo Carlos Mattje até o final), totalizando uma área de (6.678,75m²).

2 MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O presente memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação com pedras de basalto irregulares (calçamento) em via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos no processo licitatório nº 1245/2012 na modalidade de Tomada de Preço n. 006/2012, e de acordo com o orçamento individual de cada trecho da obra efetuado pelo engenheiro civil Jorge Luiz Dummer.

As obras compreenderam os seguintes serviços:

1. Terraplenagem;
2. Drenagem pluvial;
3. Pavimentação;
4. Sinalização viária;
5. Passeio.

3 CUSTO TOTAL DA OBRA

O custo total para a realização da obra com as melhorias realizadas, de acordo com a planilha quantitativa e orçamentária publicada no Edital de Contribuição de melhoria nº. 004/2012 de 05 de junho de 2012 foi de R\$ 280.833,40 (duzentos e oitenta mil, oitocentos e trinta e três reais e quarenta centavos) com o custo de R\$ 42,05 (quarenta e dois reais e cinco centavos) por metro quadrado de área pavimentada.

4 DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra (item 3 do edital) computadas as despesas de estudo, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios dela decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis da zona de influência.

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de 10% (dez por cento) do valor da obra. O Município participa no custo da obra com a importância de 90% (noventa por cento) do valor da obra.

5 DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício da zona atingida tem como base à valorização dos imóveis, tendo como limite máximo o custo da obra da rua e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no respectivo imóvel, apurada mediante procedimento administrativo, realizado por comissão designada.

6 FORMAS DE PAGAMENTO

Os pagamentos poderão ser efetuados nas seguintes formas:

Em 03 (três) parcelas mensais consecutivas, com desconto de 15% (quinze por cento), ou em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas fixas sem desconto. O vencimento da primeira parcela será no dia 15 de junho de 2015.

7 OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convir.

8 DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste edital a relação dos imóveis abrangidos e a respectiva valorização, conforme anexo I do presente edital.

Os proprietários dos imóveis beneficiados com a obra de que trata este edital têm o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos

elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, durante o horário de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos e número de prestações.

9 DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte na Secretaria Municipal do Planejamento, Administração e Fazenda.

Maravilha, SC, 31 de março de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

ANEXO I

AO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 003/2015

Laudo de avaliação de imóveis, após a conclusão da Obra Pública (calçamento), localizados na RUA SÃO JOSÉ: (trecho compreendido entre a estaca 0+00 até 19+17,20m, ou seja, da Rua Nidolfo Carlos Mattje até o final), totalizando uma área de (6.678,75m²), com área total de (1.662,10m²), conforme parecer da Comissão Especial de Avaliação, designada através do Decreto Municipal nº 003, de 02 de janeiro de 2013.

Cadastro	Proprietário	Quadra	Lote	Valor venal territorial antes da obra	Valorização	Valor venal territorial após a obra (calçamento)	Valor da Contribuição de Melhoria
281700-0	Município de Maravilha	P/QD	93	R\$ 415.296,00	R\$ 28.805,27	R\$ 444.101,27	R\$ 2.880,53
282200-0	Teresinha Luci Seibert	81	12A1	R\$ 22.248,00	R\$ 1.543,14	R\$ 23.791,14	R\$ 154,31
282202-0	Marcos Ferreira de Salles/ Rosani Slys N. de Salles	81	12A2	R\$ 22.248,00	R\$ 1.543,14	R\$ 23.791,14	R\$ 154,31
282201-0	Carmes Maria Tecchio	81	12-B	R\$ 29.664,00	R\$ 2.057,52	R\$ 31.721,52	R\$ 205,75
282300-0	Ivanor Jaci Machado	81	11	R\$ 143.870,40	R\$ 9.978,97	R\$ 153.849,37	R\$ 997,90
282400-0	Adelar Ianke	81	96-A	R\$ 29.664,00	R\$ 2.057,52	R\$ 31.721,52	R\$ 205,75
282401-0	Cirinita Bruch / Z\Fatima A. Bueno	81	96-B	R\$ 29.664,00	R\$ 2.057,52	R\$ 31.721,52	R\$ 205,75
282402-0	Deonildo Jairo Glinke	81	96-C	R\$ 29.664,00	R\$ 2.057,52	R\$ 31.721,52	R\$ 205,75
282403-0	Esp. De Martha Bruch	81	96-D	R\$ 124.588,80	R\$ 8.641,58	R\$ 133.230,38	R\$ 864,16
282404-0	Sergio Bruch e Outros	81	96-E	R\$ 105.307,20	R\$ 7.304,19	R\$ 112.611,39	R\$ 730,42
282405-0	Pedro Vandesir Ripplinger	81	96-F	R\$ 29.664,00	R\$ 2.057,52	R\$ 31.721,52	R\$ 205,75
282406-0	João Pedro Nunes	81	96-G	R\$ 29.664,00	R\$ 2.057,52	R\$ 31.721,52	R\$ 205,75
282500-0	Luiz Walczacki	81	A/B 95	R\$ 79.722,00	R\$ 5.529,58	R\$ 85.251,58	R\$ 552,96
282502-0	Altair Claudio Wanscher, Laudemar de Souza, Neli T. Wanscher	81	95-C	R\$ 116.802,00	R\$ 8.101,48	R\$ 124.903,48	R\$ 810,15
282503-0	Moises Lima da Cruz e Jorge M.	81	95-D	R\$ 123.847,20	R\$ 8.590,14	R\$ 132.437,34	R\$ 859,01
282504-0	Pedro Bertolo	81	95-E-F	R\$ 81.576,00	R\$ 5.658,18	R\$ 87.234,18	R\$ 565,82
282600-0	Luiz Gnoatto	81	94	R\$ 357.451,20	R\$ 24.793,11	R\$ 382.244,31	R\$ 2.479,31
285900-0	Município de Maravilha	80	A p/6e7	R\$ 30.257,28	R\$ 2.098,67	R\$ 32.355,95	R\$ 209,87
285901-0	Darci Schimidt	80	B p/6e7	R\$ 27.408,05	R\$ 1.901,04	R\$ 29.309,09	R\$ 190,10
285902-0	Berberina Fatima Vargas Priebe	80	C p/6e7	R\$ 27.408,05	R\$ 1.901,04	R\$ 29.309,09	R\$ 190,10
285903-0	Adriane Wenzel	80	D p/6e7	R\$ 27.408,05	R\$ 1.901,04	R\$ 29.309,09	R\$ 190,10
285904-0	Ireno Irio Haack	80	E p/6e7	R\$ 27.408,05	R\$ 1.901,04	R\$ 29.309,09	R\$ 190,10
285905-0	Salette Emilia Braganholo	80	F p/6e7	R\$ 27.462,93	R\$ 1.904,85	R\$ 29.367,78	R\$ 190,49
286000-0	Ivanete Muler	80	G p/6e7	R\$ 34.399,86	R\$ 2.386,00	R\$ 36.785,86	R\$ 238,60
281508-0	Rui Eduardo Billig	79	91-I	R\$ 25.956,00	R\$ 1.800,33	R\$ 27.756,33	R\$ 180,03
281509-0	Alcino Gass	79	91-J	R\$ 25.956,00	R\$ 1.800,33	R\$ 27.756,33	R\$ 180,03
281510-0	Luis Carlos Carvalho	79	91-L	R\$ 25.956,00	R\$ 1.800,33	R\$ 27.756,33	R\$ 180,03
281511-0	José Rodrigues	79	91-M	R\$ 25.956,00	R\$ 1.800,33	R\$ 27.756,33	R\$ 180,03
281512-0	Nelson Fischer de Mattos	79	91-N	R\$ 25.956,00	R\$ 1.800,33	R\$ 27.756,33	R\$ 180,03
281513-0	Maria Geneci de Campos	79	91-O	R\$ 25.956,00	R\$ 1.800,33	R\$ 27.756,33	R\$ 180,03
281514-0	Clodomiro Alves Lima	79	91-P	R\$ 51.912,00	R\$ 3.600,66	R\$ 55.512,66	R\$ 360,07
281608-0	Armando Lang	79	92-I	R\$ 25.956,00	R\$ 1.800,33	R\$ 27.756,33	R\$ 180,03
281609-0	Nelci João Alves dos Santos	79	92-J	R\$ 25.956,00	R\$ 1.800,33	R\$ 27.756,33	R\$ 180,03

281610-0	Carlos Cesar Rukhaber	79	92-L	R\$ 25.956,00	R\$ 1.800,33	R\$ 27.756,33	R\$ 180,03
281611-0	Pedro Luiz Giehl	79	92-M	R\$ 25.956,00	R\$ 1.800,33	R\$ 27.756,33	R\$ 180,03
281612-0	Edilse Poncio dos Santos	79	92-N	R\$ 25.956,00	R\$ 1.800,33	R\$ 27.756,33	R\$ 180,03
281613-0	Rogério Drehmer e Mariana Magalski	79	92-O	R\$ 25.956,00	R\$ 1.800,33	R\$ 27.756,33	R\$ 180,03
281614-0	Janice Lindemann Hermann	79	92-P	R\$ 25.956,00	R\$ 1.800,33	R\$ 27.756,33	R\$ 180,03
281615-0	Ademar Cezar Wanscher	79	92-Q	R\$ 25.956,00	R\$ 1.800,33	R\$ 27.756,33	R\$ 180,03
285702-0	Lusimar Rosa da Silva	80	4-B	R\$ 22.248,00	R\$ 1.543,14	R\$ 23.791,14	R\$ 154,31
285703-0	Lusimar Rosa da Silva	80	C/4-5	R\$ 22.248,00	R\$ 1.543,14	R\$ 23.791,14	R\$ 154,31
285704-0	Clauder Piltz - Silvia Regina Crestani	80	D/4-5	R\$ 22.248,00	R\$ 1.543,14	R\$ 23.791,14	R\$ 154,31
285705-0	Sinesio Jose Konradt	80	E4-5	R\$ 22.248,00	R\$ 1.543,14	R\$ 23.791,14	R\$ 154,31
285706-0	Vanduir Gass	80	F4-5	R\$ 22.248,00	R\$ 1.543,14	R\$ 23.791,14	R\$ 154,31
285707-0	Salete Frumi / Sidnei Facco	80	G4-5	R\$ 22.248,00	R\$ 1.543,14	R\$ 23.791,14	R\$ 154,31
285708-0	Salete Frumi / Sidnei Facco	80	H4-5	R\$ 22.248,00	R\$ 1.543,14	R\$ 23.791,14	R\$ 154,31
285700-0	Claudir Muller	80	I4-5	R\$ 25.473,96	R\$ 1.766,89	R\$ 27.240,85	R\$ 176,69
271304-0	Sebastião Alves	78	53-E	R\$ 25.956,00	R\$ 1.800,33	R\$ 27.756,33	R\$ 180,03
271206-0	Anildo Herpich	78-A	52-G	R\$ 22.248,00	R\$ 1.543,14	R\$ 23.791,14	R\$ 154,31
271207-0	Lourenço Estanislau Schneider	78-A	52-H	R\$ 22.248,00	R\$ 1.543,14	R\$ 23.791,14	R\$ 154,31
271220-0	Salete Carbolim Ferreira	78	G	R\$ 22.248,00	R\$ 1.543,14	R\$ 23.791,14	R\$ 154,31
271401-0	Valdir Rodrigues França	78	54-B	R\$ 25.956,00	R\$ 1.800,33	R\$ 27.756,33	R\$ 180,03
271402-0	Município de Maravilha / Marlene de Fátima Amado	78	54-C	R\$ 25.956,00	R\$ 1.800,33	R\$ 27.756,33	R\$ 180,03
271403-0	Raul Ferraz Correa	78	54-D	R\$ 25.956,00	R\$ 1.800,33	R\$ 27.756,33	R\$ 180,03
271404-0	Município de Maravilha / Raimundo Luchini	78	54-E	R\$ 25.956,00	R\$ 1.800,33	R\$ 27.756,33	R\$ 180,03
271405-0	Arsemildo Antonio Kistenmacher	78	54-F	R\$ 25.956,00	R\$ 1.800,33	R\$ 27.756,33	R\$ 180,03
271406-0	Leandro José Schallenberger	78	54-G	R\$ 25.956,00	R\$ 1.800,33	R\$ 27.756,33	R\$ 180,03
271407-0	Rosimar Aldair Kopsel	78	54-H	R\$ 25.956,00	R\$ 1.800,33	R\$ 27.756,33	R\$ 180,03
271408-0	Município de Maravilha	78	54-I	R\$ 25.956,00	R\$ 1.800,33	R\$ 27.756,33	R\$ 180,03
271600-0	Dovilio Leida	82	57	R\$ 345.956,40	R\$ 23.995,82	R\$ 369.952,22	R\$ 2.399,58
271700-0	Gilmar Zanatta	82	56	R\$ 442.364,40	R\$ 30.682,76	R\$ 473.047,16	R\$ 3.068,28
271800-0	Francisco dos Santos	82	55-A	R\$ 56.732,40	R\$ 3.935,01	R\$ 60.667,41	R\$ 393,50
271801-0	Jorge Schwerz	82	55-B	R\$ 54.841,32	R\$ 3.803,84	R\$ 58.645,16	R\$ 380,38
271802-0	Marli Alves	82	55-C	R\$ 28.922,40	R\$ 2.006,08	R\$ 30.928,48	R\$ 200,61
271803-0	Iracema Olinda do Nascimento e Filhos	82	55-D	R\$ 29.886,48	R\$ 2.072,95	R\$ 31.959,43	R\$ 207,30
271500-0	Maria Kviatkoski	82	58-A	R\$ 66.744,00	R\$ 4.629,42	R\$ 71.373,42	R\$ 462,94
271501-0	Juliana Fischer de Mattos	82	58-B	R\$ 44.496,00	R\$ 3.086,28	R\$ 47.582,28	R\$ 308,63
271502-0	Bruno Selmo Graeff e Áurea Maria Graeff	82	58-C	R\$ 54.693,00	R\$ 3.793,55	R\$ 58.486,55	R\$ 379,36
271503-0	Maria Rabuske	82	58-D	R\$ 54.693,00	R\$ 3.793,55	R\$ 58.486,55	R\$ 379,36

ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTARIO

Página: 1 de 4
31/03/2015 08:07

Prefeitura Municipal de Maravilha-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RECEITAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS				R\$ 1,00	
	INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	%	Até o Bimestre (c)	%	SALDO	
							(a-c)	(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	57.107.900,00	57.107.900,00	9.351.654,01	16,38	9.351.654,01	16,38	47.756.245,99	
Receitas Correntes	57.107.900,00	57.107.900,00	8.973.706,16	15,71	8.973.706,16	15,71	48.134.193,84	
Recetta Tributária	9.180.000,00	9.180.000,00	1.207.851,53	13,16	1.207.851,53	13,16	7.972.148,47	
Impostos	7.900.000,00	7.900.000,00	1.058.443,62	13,40	1.058.443,62	13,40	6.841.556,38	
Taxas	1.160.000,00	1.160.000,00	146.689,89	12,65	146.689,89	12,65	1.013.310,11	
Contribuição de Melhoria	120.000,00	120.000,00	2.718,02	2,27	2.718,02	2,27	117.281,98	
Recetta De Contribuicões	750.000,00	750.000,00	151.351,51	20,18	151.351,51	20,18	598.648,49	
Cosip	750.000,00	750.000,00	151.351,51	20,18	151.351,51	20,18	598.648,49	
Recetta Patrimonial	600.000,00	600.000,00	88.440,04	14,74	88.440,04	14,74	511.559,96	
Receltas Imobiliárias	300.000,00	300.000,00	10.098,42	3,37	10.098,42	3,37	289.901,58	
Receltas De Valores Mobiliarios	300.000,00	300.000,00	78.341,62	26,11	78.341,62	26,11	221.658,38	
Recetta Agropecuaria	120.000,00	120.000,00	19.165,30	15,97	19.165,30	15,97	100.834,70	
Outras Receltas Agropecuarias	120.000,00	120.000,00	19.165,30	15,97	19.165,30	15,97	100.834,70	
Transferencias Correntes	44.087.900,00	44.087.900,00	7.306.804,21	16,57	7.306.804,21	16,57	36.781.095,79	
Transferencias Intergovernamentais	43.737.900,00	43.737.900,00	7.305.934,38	16,70	7.305.934,38	16,70	36.431.965,62	
Transferencias De Institucões Privadas	25.000,00	25.000,00	-	-	-	-	25.000,00	
Transferencias De Pessoas	25.000,00	25.000,00	869,83	3,48	869,83	3,48	24.130,17	
Transferencias De Convenios	300.000,00	300.000,00	-	-	-	-	300.000,00	
Outras Receltas Correntes	2.370.000,00	2.370.000,00	200.093,57	8,44	200.093,57	8,44	2.169.906,43	
Multas E Juros De Mora	1.600.000,00	1.600.000,00	85.640,26	5,35	85.640,26	5,35	1.514.359,74	
Recetta Da Divida Ativa	300.000,00	300.000,00	61.376,32	20,46	61.376,32	20,46	238.623,68	
Receltas Correntes Diversas	470.000,00	470.000,00	53.076,99	11,29	53.076,99	11,29	416.923,01	
Receltas De Capital	-	-	377.947,85	-	377.947,85	-	-377.947,85	
Transferencias De Capital	-	-	377.947,85	-	377.947,85	-	-377.947,85	
Transferencias Intergovernamentais	-	-	377.947,85	-	377.947,85	-	-377.947,85	

Prefeitura Municipal de Maravilha-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO (LRF - Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)		R\$ 1,00				
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS(III)=(I+II)	57.107.900,00	57.107.900,00	9.351.654,01	16,38	9.351.654,01	16,38
OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)	57.107.900,00	57.107.900,00	9.351.654,01	16,38	9.351.654,01	16,38
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	-
TOTAL(VII)=(V+VI)	57.107.900,00	57.107.900,00	9.351.654,01	16,38	9.351.654,01	16,38
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	-	-	59.879,35	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-	59.879,35	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-

Prefeitura Municipal de Maravilha-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	57.107.900,00	69.225.653,22	12.339.255,50	12.339.255,50	56.886.397,72	8.527.471,76	8.527.471,76	60.698.181,46	6.883.249,19
Despesas Correntes	47.929.911,32	47.842.790,67	9.613.492,84	9.613.492,84	38.229.297,83	7.861.796,87	7.861.796,87	39.980.993,80	6.192.396,76
Pessoal E Encargos Sociais	27.063.031,44	27.112.910,79	4.683.701,09	4.683.701,09	22.429.209,70	4.863.116,68	4.863.116,68	22.249.794,11	4.278.560,29
Juros E Encargos Da Dívida	400.000,00	400.000,00	26.835,69	26.835,69	373.164,31	26.769,89	26.769,89	373.230,11	26.769,89
Outras Despesas Correntes	20.466.879,88	20.329.879,88	4.902.956,06	4.902.956,06	15.426.923,82	2.971.910,30	2.971.910,30	17.357.969,58	1.887.066,58
Despesas De Capital	9.043.325,12	21.848.193,99	2.725.762,66	2.725.762,66	19.122.436,33	1.041.245,63	1.041.245,63	20.806.953,36	690.852,43
Investimentos	7.443.325,12	20.248.193,99	2.548.462,90	2.548.462,90	17.699.736,09	866.605,69	866.605,69	19.381.593,30	516.212,49
Inversões Financeiras	350.000,00	350.000,00	-	-	350.000,00	-	-	350.000,00	-
Amortização/Refinanciamento Da Dívida	1.250.000,00	1.250.000,00	177.299,76	177.299,76	1.072.700,24	174.639,94	174.639,94	1.075.360,06	174.639,94
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	134.663,56	134.663,56	-	-	134.663,56	-	-	134.663,56	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS(XI)=(VIII+IX)	57.107.900,00	69.225.653,22	12.339.255,50	12.339.255,50	56.886.397,72	8.527.471,76	8.527.471,76	60.698.181,46	6.883.249,19
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO(XII)=(XI+X)	57.107.900,00	69.225.653,22	12.339.255,50	12.339.255,50	56.886.397,72	8.527.471,76	8.527.471,76	60.698.181,46	6.883.249,19
SUPERÁVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	824.182,25	-	-
TOTAL(XIV)=(XI+XII)	57.107.900,00	69.225.653,22	12.339.255,50	12.339.255,50	56.886.397,72	8.527.471,76	9.351.654,01	59.873.999,21	6.883.249,19

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 31/Mar/2015, 08h e 07m.

ROSIMAR MALDANER CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI ADRIANA DIAS

Página: 4 de 4
31/03/2015 08:07

Prefeitura Municipal de Maravilha-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO II(LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

Prefeita Municipal

Contador CRC/SC 22.406/O-0

Controle Interno

ANEXO 2 - DESPESAS POR FUNÇÕESPágina: 1 de 2
31/03/2015 08:16

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')			FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO				R\$ 1,00			
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		SALDO	Despesas Liquidadas		Saldo		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		(c)=(a-b)	No Bimestre		Até o Bimestre (d)	(e)=(a-d)
				(b/total b)			(d/Total d)			
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	57.107.900,00	69.225.653,22	12.339.255,50	100,00	56.886.397,72	8.527.471,76	100,00	60.698.181,46		
Legislativa	2.362.359,44	2.362.359,44	254.895,64	2,07	2.107.463,80	205.889,14	2,41	2.156.470,30		
Ação Legislativa	2.362.359,44	2.362.359,44	254.895,64	2,07	2.107.463,80	205.889,14	2,41	2.156.470,30		
Administração	4.156.822,00	4.156.822,00	977.413,80	7,92	3.179.408,20	600.382,62	7,04	3.556.439,38		
Administração Geral	3.565.050,00	3.565.050,00	856.612,84	6,94	2.708.437,16	498.361,29	5,84	3.066.688,71		
Administração Financeira	591.772,00	591.772,00	120.800,96	0,98	470.971,04	102.021,33	1,20	489.750,67		
Segurança Pública	1.270.000,00	1.270.000,00	99.068,88	0,80	1.170.931,12	66.925,14	0,78	1.203.074,86		
Policimento	420.000,00	420.000,00	41.341,38	0,34	378.658,62	22.066,71	0,26	397.933,29		
Defesa Civil	50.000,00	50.000,00	1.655,00	0,01	48.345,00	1.655,00	0,02	48.345,00		
Infra-Estrutura Urbana	800.000,00	800.000,00	56.072,50	0,45	743.927,50	43.203,43	0,51	756.796,57		
Assistência Social	3.001.915,00	3.001.915,00	680.565,68	5,52	2.321.349,32	383.373,29	4,50	2.618.541,71		
Assistência à Criança e ao Adolescente	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00	350.000,00		
Assistência Comunitária	2.651.915,00	2.651.915,00	680.565,68	5,52	1.971.349,32	383.373,29	4,50	2.268.541,71		
Saúde	14.280.400,00	23.396.503,43	2.707.086,87	21,94	20.689.416,56	2.181.423,17	25,58	21.215.080,26		
Atenção Básica	10.302.900,00	10.372.510,42	1.966.135,17	15,93	8.406.375,25	1.541.557,79	18,08	8.830.952,63		
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.687.500,00	3.687.500,00	666.296,35	5,40	3.021.203,65	571.283,33	6,70	3.116.216,67		
Vigilância Sanitária	290.000,00	9.336.493,01	74.655,35	0,61	9.261.837,66	68.582,05	0,80	9.267.910,96		
Educação	14.807.160,00	14.857.039,35	2.892.635,46	23,44	11.964.403,89	2.408.765,43	28,25	12.448.273,92		
Alimentação e Nutrição	680.000,00	680.000,00	72.137,94	0,58	607.862,06	45.614,42	0,53	634.385,58		
Ensino Fundamental	8.375.000,00	8.375.000,00	1.241.597,92	10,06	7.133.402,08	1.085.417,94	12,73	7.289.582,06		
Ensino Superior	96.000,00	96.000,00	0,00	0,00	96.000,00	0,00	0,00	96.000,00		
Educação Infantil	5.656.160,00	5.706.039,35	1.578.899,60	12,80	4.127.139,75	1.277.733,07	14,98	4.428.306,28		
Cultura	812.040,00	812.040,00	97.636,19	0,79	714.403,81	36.248,27	0,43	775.791,73		
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	230.000,00	230.000,00	0,00	0,00	230.000,00	0,00	0,00	230.000,00		
Difusão Cultural	582.040,00	582.040,00	97.636,19	0,79	484.403,81	36.248,27	0,43	545.791,73		
Urbanismo	4.225.200,00	5.855.720,44	1.254.638,58	10,17	4.601.081,86	1.056.511,81	12,39	4.799.208,63		
Planejamento e Orçamento	280.000,00	280.000,00	61.423,77	0,50	218.576,23	56.313,39	0,66	223.686,61		
Infra-Estrutura Urbana	865.200,00	2.495.720,44	435.075,40	3,53	2.060.645,04	417.220,22	4,89	2.078.500,22		
Serviços Urbanos	3.080.000,00	3.080.000,00	758.139,41	6,14	2.321.860,59	582.978,20	6,84	2.497.021,80		
Habitação	300.000,00	300.000,00	19.034,02	0,15	280.965,98	14.808,40	0,17	285.191,60		
Administração Geral	150.000,00	150.000,00	2.884,02	0,02	147.115,98	158,40	0,00	149.841,60		
Habitação Urbana	150.000,00	150.000,00	16.150,00	0,13	133.850,00	14.650,00	0,17	135.350,00		
Gestão Ambiental	80.000,00	80.000,00	5.400,00	0,04	74.600,00	5.400,00	0,06	74.600,00		

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')										R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação		Despesas Empenhadas			SALDO	Despesas Liquidadas		Saldo	
	Inicial	Atualizada	Até o Bimestre		%		No Bimestre	Até o Bimestre		
			(a)	(b)						(b)total b)
Preservação e Conservação Ambiental	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	
Recursos Hídricos	65.000,00	65.000,00	5.400,00	5.400,00	0,04	59.600,00	5.400,00	5.400,00	0,06	
Agricultura	4.045.200,00	4.635.200,00	1.163.121,20	1.163.121,20	9,43	3.472.078,80	518.563,95	518.563,95	6,08	
Promoção da Produção Animal	630.000,00	630.000,00	200.179,51	200.179,51	1,62	429.820,49	200.179,51	200.179,51	2,35	
Extensão Rural	3.415.200,00	4.005.200,00	962.941,69	962.941,69	7,80	3.042.258,31	318.384,44	318.384,44	3,73	
Indústria	930.000,00	930.000,00	82.499,13	82.499,13	0,67	847.500,87	37.871,00	37.871,00	0,44	
Promoção Industrial	930.000,00	930.000,00	82.499,13	82.499,13	0,67	847.500,87	37.871,00	37.871,00	0,44	
Comércio e Serviços	1.155.100,00	1.155.100,00	142.706,50	142.706,50	1,16	1.012.393,50	27.468,00	27.468,00	0,32	
Extensão Rural	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção Comercial	325.000,00	325.000,00	82.811,50	82.811,50	0,67	242.188,50	18.168,00	18.168,00	0,21	
Turismo	790.100,00	790.100,00	59.895,00	59.895,00	0,49	730.205,00	9.300,00	9.300,00	0,11	
Transporte	935.000,00	935.000,00	200.371,33	200.371,33	1,62	734.628,67	150.192,80	150.192,80	1,76	
Transporte Rodoviário	935.000,00	935.000,00	200.371,33	200.371,33	1,62	734.628,67	150.192,80	150.192,80	1,76	
Desporto e Lazer	812.040,00	1.543.290,00	1.134.263,59	1.134.263,59	9,19	409.026,41	208.908,58	208.908,58	2,45	
Desporto Comunitário	812.040,00	1.543.290,00	1.134.263,59	1.134.263,59	9,19	409.026,41	208.908,58	208.908,58	2,45	
Encargos Especiais	3.800.000,00	3.800.000,00	627.918,63	627.918,63	5,09	3.172.081,37	624.740,16	624.740,16	7,33	
Refinanciamento da Dívida Interna	1.500.000,00	1.500.000,00	201.251,43	201.251,43	1,63	1.298.748,57	201.251,43	201.251,43	2,36	
Outros Encargos Especiais	2.300.000,00	2.300.000,00	426.667,20	426.667,20	3,46	1.873.332,80	423.488,73	423.488,73	4,97	
Reserva de Contingência	134.663,56	134.663,56	0,00	0,00	0,00	134.663,56	0,00	0,00	0,00	
Reserva de Contingência	134.663,56	134.663,56	0,00	0,00	0,00	134.663,56	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III)=(I+II)	57.107.900,00	69.225.653,22	12.339.255,50	12.339.255,50	100,00	56.886.397,72	8.527.471,76	8.527.471,76	100,00	
FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 31/Mar/2015, 08h e 09m.										

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 31/Mar/2015, 08h e 09m.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI
Contador CRC/SC 22.406/O-0

ADRIANA DIAS
Controle Interno

ANEXO 8 - DESPESAS COM ENSINO

Página: 1 de 7
31/03/2015 08:19

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				RECEITAS REALIZADAS	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)				Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA				
1-RECEITAS DE IMPOSTOS					
1.1-Receita Resultante do imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	8.130.000,00	8.130.000,00		1.095.218,91	13,47
1.1.1-IPTU	1.870.000,00	1.870.000,00		84.197,19	4,50
1.1.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.700.000,00	1.700.000,00		68.420,14	4,02
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	-	-		-	
1.1.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	170.000,00	170.000,00		22.236,22	13,08
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	-	-		-	
1.2-Receita Resultante do imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.800.000,00	1.800.000,00		6.459,17	
1.2.1-ITBI	1.800.000,00	1.800.000,00		295.285,79	16,40
1.2.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	-		295.285,79	16,40
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	-	-		-	
1.2.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	-		-	
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	-	-		-	
1.3-Receita Resultante do imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.460.000,00	3.460.000,00		556.534,63	16,08
1.3.1-ISS	3.400.000,00	3.400.000,00		543.026,85	15,97
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	-		-	
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	60.000,00	60.000,00		14.539,07	24,23
1.3.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	-		-	
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	-	-		1.031,29	
1.4-Receita Resultante do imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.000.000,00	1.000.000,00		159.201,30	15,92
1.4.1-IRRF	1.000.000,00	1.000.000,00		159.201,30	15,92
1.4.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	-		-	
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	-	-		-	
1.4.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	-		-	
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	-	-		-	
1.5-Receita Resultante do imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153 §4º, inciso III)	-	-		-	
1.5.1-ITR	-	-		-	
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	-		-	
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	-	-		-	
1.5.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	-		-	
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	-	-		-	

Página: 2 de 7
31/03/2015 08:19

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)					R\$ 1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%
			Até o Bimestre (b)	(c)=(b/a)x100	
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS					17,19
2.1-Cota-Parte FPM	18.582.000,00	18.582.000,00	3.193.436,43		
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	-	-	-		
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	-	-		
2.2-Cota-Parte ICMS	15.000.000,00	15.000.000,00	2.815.129,20		18,77
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	50.000,00	50.000,00	-		-
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	230.000,00	230.000,00	49.170,27		21,38
2.5-Cota-Parte ITR	2.000,00	2.000,00	424,45		21,22
2.6-Cota-Parte IPVA	3.300.000,00	3.300.000,00	328.712,51		9,96
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	-	-	-		
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	26.712.000,00	26.712.000,00	4.288.655,34		16,06

Página: 3 de 7
31/03/2015 08:19

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.355.000,00	1.355.000,00	320.982,47	23,69
5.1 - Transferências do Salário-Educação	1.000.000,00	1.000.000,00	252.592,44	25,26
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	-	-	-	-
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	-	-	-	-
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	-	-	-	-
5.5 - Outras Transferências do FNDE	355.000,00	355.000,00	68.390,03	19,26
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	-	-	-
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	-	-	-
6.1 - Transferências de Convênios	-	-	-	-
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	-	-	-
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	300.000,00	300.000,00	-	-
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	1.655.000,00	1.655.000,00	320.982,47	19,39

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	6.716.400,00	6.716.400,00	1.203.888,05	17,92
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.1.1)	3.000.000,00	3.000.000,00	565.199,18	18,84
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.2)	3.000.000,00	3.000.000,00	563.025,69	18,77
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.3)	10.000,00	10.000,00	-	-
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.4)	46.000,00	46.000,00	9.833,46	21,38
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB-(0% de (1.5 + 2.5))	400,00	400,00	84,87	21,22
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.6)	660.000,00	660.000,00	65.742,35	9,96
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	8.500.000,00	8.500.000,00	1.348.329,30	15,86
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	8.500.000,00	8.500.000,00	1.348.329,30	15,86
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	-
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	-	-	-
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10)¹	1.783.600,00	1.783.600,00	144.441,25	8,10

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	%(f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	%(h)=(g/d)x100
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	8.000.000,00	8.049.879,35	1.320.293,56	16,40	1.320.293,56	16,40
13.1-Com Educação Infantil	3.800.000,00	3.849.879,35	802.903,67	20,86	802.903,67	20,86
13.2-Com Ensino Fundamental	4.200.000,00	4.200.000,00	517.389,89	12,32	517.389,89	12,32
14-OUTRAS DESPESAS	500.000,00	500.000,00	149.695,22	29,94	-	-
14.1-Com Educação Infantil	250.000,00	250.000,00	149.695,22	59,88	-	-
14.2-Com Ensino Fundamental	250.000,00	250.000,00	-	-	-	-
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)	8.500.000,00	8.549.879,35	1.469.988,78	17,19	1.320.293,56	15,44
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB						
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB						-
17.1 - FUNDEB 60%						-
17.2 - FUNDEB 40%						-
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)						-
INDICADORES DO FUNDEB						
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						1.320.293,56
19.1-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL¹ (13-(16.1+17.1))/(11x100)%						97,92
19.2-MÁXIMO DE 40% EM DESPESA COM MDE, QUE NÃO REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (14-(16.2+17.2))/(11x100)%						-
19.3-MÁXIMO DE 5% NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO (100-(19.1+19.2))%						2,08

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

VALOR

20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS -145.052,20

21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015*

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	6.678.000,00	6.678.000,00	1.072.163,84	16,06

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	5.616.160,00	5.666.039,35	1.578.899,60	27,87	1.139.532,05	20,11
23.1-Creche	5.616.160,00	5.616.160,00	1.529.020,25	27,23	1.089.652,70	19,40
23.1.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.050.000,00	4.050.000,00	902.719,54	22,29	753.024,32	18,59
23.1.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.566.160,00	1.566.160,00	626.300,71	39,99	336.628,38	21,49
23.2-Pré-Escola	-	49.879,35	49.879,35	100,00	49.879,35	100,00
23.2.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	49.879,35	49.879,35	100,00	49.879,35	100,00
23.2.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	-	-	-	-	-	-
24-ENSINO FUNDAMENTAL	7.040.000,00	7.040.000,00	1.159.110,74	16,46	1.004.070,76	14,26
24.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.450.000,00	4.450.000,00	517.389,89	11,63	517.389,89	11,63
24.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.590.000,00	2.590.000,00	641.720,85	24,78	486.680,87	18,79
25-ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-	-
26-ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-	-	-
27-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-	-	-
28-OUTRAS	-	-	-	-	-	-
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	12.656.160,00	12.706.039,35	2.738.010,34	21,55	2.143.602,81	16,87

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)		R\$ 1,00
DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL		VALOR
30-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)		144.441,25
31-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO		-
32-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)		-
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		-
34-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS		-
35-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4		-
36-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)		-
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)		144.441,25
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24) -(37))		1.999.161,56
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE 5 ((38)/(3)*100)%		46,62

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-
41-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	1.000.000,00	1.000.000,00	82.487,18	8,25	81.347,18
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-
43-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	375.000,00	375.000,00	-	-	-
44-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	1.375.000,00	1.375.000,00	82.487,18	6,00	81.347,18
45-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	14.031.160,00	14.081.039,35	2.820.497,52	20,03	2.224.949,99
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2015	
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			-	-	-
46.1-EXECUTADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			-	-	-
46.2-EXECUTADAS COM RECURSOS DO FUNDEB			-	-	-

Página: 7 de 7
31/03/2015 08:19

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB		R\$ 1,00
	VALOR	
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	-	
48-(+)INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.348.329,30	
49-(-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.493.349,14	
49.1-Orçamentário do Exercício	1.348.296,94	
49.2-Restos a Pagar	145.052,20	
50-(+)RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	-	
51-(=)SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	-145.019,84	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 31/Mar/2015, 08h e 19m.

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³Caput do artigo 212 da CF/1988.

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art.121,V.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI
Contador CRC/SC 22.406/O-0

ADRIANA DIAS
Controle Interno

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução Administrativa nº 04, de 6 de março de 2015.**

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 04, de 06 de março de 2015.
INSTITUI O PROGRAMA A ESCOLA NO LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES, Infrassubscrito, na forma do Inciso I do artigo nº 46 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, baixa a seguinte Resolução nº 04/2015, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica por esta Resolução Instituída a terceira edição do programa "Escola no Legislativo Municipal", de caráter informativo e instrutivo, com o objetivo de promover a interação entre a Câmara de Vereadores e a Escola, permitindo aos estudantes a oportunidade de conhecerem de perto o processo legislativo e democrático, mediante a participação em jornada simulada de atividade parlamentar na Casa de Leis.

§ 1º Toda a semana o Poder Legislativo municipal receberá a visita de alunos das escolas de nosso município, os quais receberão informações ligadas ao funcionamento do Legislativo, ações dos edis, competências, atribuições e representatividade, ocuparão os lugares dos nobres Edis, apresentarão reivindicações, entre outros.

§ 2º Ao final da explanação cada aluno receberá uma cartilha intitulada "A Câmara de Vereadores e você e o Vereador a base da democracia", será editada matéria no Sítio da Câmara Municipal destacando a escola que nos visitou no dia, com fotografias demonstrando o aluno ocupando o lugar do Vereador titular com destaque para a reivindicação apresentada, os demais colegas, Os Professores que acompanham a turma e por fim será servido um lanche.

Art. 2º Ao término do período de visitas dos alunos na Casa Legislativa, as escolas promoverão concurso interno de redação com o título A CÂMARA DE VEREADORES E VOCÊ, onde será escolhida a melhor redação de cada escola para ser apresentada durante uma sessão ordinária da Câmara onde nesta oportunidade os vencedores receberão troféus/certificado.

Art. 3º O Programa "Escola no Legislativo Municipal" será coordenado pela Diretoria Geral de Expediente da Câmara de Vereadores, e contará com o apoio da Mesa Diretora e Bancadas Partidárias e a colaboração da equipe de servidores do Poder Legislativo Municipal.

Art. 4º As despesas decorrentes da realização deste programa correrão por conta do orçamento da Câmara.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revoga-se a Resolução Administrativa n. 011 de 11 de agosto de 2006

Sala da Presidência, aos 06 dias do mês de março de 2015.
ODAIR JOSÉ BATISTELLO
PRESIDENTE

Resolução Administrativa nº 04/2015.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 04, de 06 de março de 2015.
INSTITUI O PROGRAMA A ESCOLA NO LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES, Infrassubscrito, na forma do Inciso I do artigo nº 46 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, baixa a seguinte Resolução nº 04/2015, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica por esta Resolução Instituída a terceira edição do programa "Escola no Legislativo Municipal", de caráter informativo e instrutivo, com o objetivo de promover a interação entre a Câmara de Vereadores e a Escola, permitindo aos estudantes a oportunidade de conhecerem de perto o processo legislativo e democrático, mediante a participação em jornada simulada de atividade parlamentar na Casa de Leis.

§ 1º Toda a semana o Poder Legislativo municipal receberá a visita de alunos das escolas de nosso município, os quais receberão informações ligadas ao funcionamento do Legislativo, ações dos edis, competências, atribuições e representatividade, ocuparão os lugares dos nobres Edis, apresentarão reivindicações, entre outros.

§ 2º Ao final da explanação cada aluno receberá uma cartilha intitulada "A Câmara de Vereadores e você e o Vereador a base da democracia", será editada matéria no Sítio da Câmara Municipal destacando a escola que nos visitou no dia, com fotografias demonstrando o aluno ocupando o lugar do Vereador titular com destaque para a reivindicação apresentada, os demais colegas, Os Professores que acompanham a turma e por fim será servido um lanche.

Art. 2º Ao término do período de visitas dos alunos na Casa Legislativa, as escolas promoverão concurso interno de redação com o título A CÂMARA DE VEREADORES E VOCÊ, onde será escolhida a melhor redação de cada escola para ser apresentada durante uma sessão ordinária da Câmara onde nesta oportunidade os vencedores receberão troféus/certificado.

Art. 3º O Programa "Escola no Legislativo Municipal" será coordenado pela Diretoria Geral de Expediente da Câmara de Vereadores, e contará com o apoio da Mesa Diretora e Bancadas Partidárias e a colaboração da equipe de servidores do Poder Legislativo Municipal.

Art. 4º As despesas decorrentes da realização deste programa correrão por conta do orçamento da Câmara.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revoga-se a Resolução Administrativa n. 011 de 11 de agosto de 2006

Sala da Presidência, aos 06 dias do mês de março de 2015.
ODAIR JOSÉ BATISTELLO
PRESIDENTE

Resolução Administrativa nº 4, de 6 de março de 2015.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 04, de 06 de março de 2015.
INSTITUI O PROGRAMA A ESCOLA NO LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES, Infrassubscrito, na forma do Inciso I do artigo nº 46 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, baixa a seguinte Resolução nº 04/2015, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica por esta Resolução Instituída a terceira edição do programa "Escola no Legislativo Municipal", de caráter informativo e instrutivo, com o objetivo de promover a interação entre a Câmara de Vereadores e a Escola, permitindo aos estudantes a oportunidade de conhecerem de perto o processo legislativo e democrático, mediante a participação em jornada simulada de atividade parlamentar na Casa de Leis.

§ 1º Toda a semana o Poder Legislativo municipal receberá a visita de alunos das escolas de nosso município, os quais receberão informações ligadas ao funcionamento do Legislativo, ações dos edis, competências, atribuições e representatividade, ocuparão os lugares dos nobres Edis, apresentarão reivindicações, entre outros.

§ 2º Ao final da explanação cada aluno receberá uma cartilha intitulada "A Câmara de Vereadores e você e o Vereador a base da democracia", será editada matéria no Sítio da Câmara Municipal destacando a escola que nos visitou no dia, com fotografias demonstrando o aluno ocupando o lugar do Vereador titular com destaque para a reivindicação apresentada, os demais colegas, Os Professores que acompanham a turma e por fim será servido um lanche.

Art. 2º Ao término do período de visitas dos alunos na Casa Legislativa, as escolas promoverão concurso interno de redação com o título A CÂMARA DE VEREADORES E VOCÊ, onde será escolhida a melhor redação de cada escola para ser apresentada durante uma sessão ordinária da Câmara onde nesta oportunidade os vencedores receberão troféus/certificado.

Art. 3º O Programa "Escola no Legislativo Municipal" será coordenado pela Diretoria Geral de Expediente da Câmara de Vereadores, e contará com o apoio da Mesa Diretora e Bancadas Partidárias e a colaboração da equipe de servidores do Poder Legislativo Municipal.

Art. 4º As despesas decorrentes da realização deste programa correrão por conta do orçamento da Câmara.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revoga-se a Resolução Administrativa n. 011 de 11 de agosto de 2006

Sala da Presidência, aos 06 dias do mês de março de 2015.

ODAIR JOSÉ BATISTELLO
PRESIDENTE

Massaranduba**PREFEITURA****DECRETO Nº. 3086 DE 27 DE MARÇO DE 2015**

DECRETO Nº. 3086 DE 27 DE MARÇO DE 2015
Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 8.682,41 (Oito mil, seiscentos e oitenta e dois reais e quarenta e um centavos) conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.302.0190.2103 - Manutenção da Unidade Hospitalar
0602 - 33900000 - Aplicações Diretas
0602 - 36301 - Trans.f Convênios Estado- Saúde R\$ 1.829,65
0602 - 44900000 - Aplicações Diretas
0602 - 36301 - Trans.f Convênios Estado- Saúde R\$ 6.852,76

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 27 de Março de 2015
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

CO 10.2015 - AGRIC. FAMILIAR - COOPER ITAPOCÚ

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 10/2015

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

Processo Licitatório nº. 12/2015

Chamada Pública nº. 1/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA.

CONTRATADO: COOPERATIVA DE PROD. FAMILIAR DO VALE DO ITAPOCÚ - COOPER ITAPOCÚ.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Escolas de Ensino Fundamental, Pré-Escolares e Centros de Educação Infantil do Município de Massaranduba (SC),

Vigência: até 31 de dezembro de 2015

Valor: R\$ 193.934,10 (cento e noventa e três mil, novecentos e trinta e quatro reais e dez centavos)

Massaranduba, 24 de Março de 2015.

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito

CO 11.2015 - AGRIC. FAMILIAR - COOPER COPAJAS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 11/2015

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

Processo Licitatório nº. 12/2015

Chamada Pública nº. 1/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA.

CONTRATADO: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE JARAGUÁ DO SUL - COPAJAS

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Escolas de Ensino Fundamental, Pré-Escolares e Centros de Educação Infantil do Município de Massaranduba (SC),

Vigência: até 31 de dezembro de 2015.

Valor: R\$ 61.070,00 (sessenta e um mil e setenta reais),

Massaranduba, 24 de Março de 2015.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

CO 12.2015 - CONTAS SERVIDORES - CXA ECON. FEDERAL

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 12/2015

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

Processo Licitatório nº. 14/2015

Pregão Presencial nº. 11/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA.

CONTRATADO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

OBJETO: prestação de serviços bancários, com exclusividade, para pagamento de salários/proventos dos servidores/funcionários ativos, inativos, contratados temporariamente, comissionados, estagiários e pensionistas da Administração Direta e Indireta.

Vigência: 48 (quarenta e oito) meses.

Valor: R\$ 481.000,00 (quatrocentos e oitenta e um mil reais)

Massaranduba, 30 de Março de 2015.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

CO 44.2014 - AD 44.4 - UBS BENJAMIN CONSTANT -VB

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 44 / 2014

QUARTO TERMO ADITIVO 44 / 4

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

Processo Licitatório nº. 24/2014- FMS

Tomada de Preços O. S. Engª nº.01/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP

OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão-de-obra inerentes a reforma e ampliação de USB - Unidade Básica de Saúde, na localidade de Benjamin Constant, conforme projeto e planilha orçamentária. Área total de 215,85m2.

Valor: R\$ 6.497,40 (seis mil, quatrocentos e noventa e sete reais e quarenta centavos)

Massaranduba, 30 de Março de 2015.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

SUZANE E. F. REINKE

Gestora

Meleiro**PREFEITURA****LEI Nº 1655/2014**

LEI Nº 1655/2014

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2015 DO MUNICÍPIO DE MELEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no art. 165, inciso II, da Constituição Federal e em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2015, serão elaboradas e executadas observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I - as metas fiscais, incluindo as disposições sobre as metas de Resultado Primário, Resultado Nominal e demais Relatórios de Gestão e metas estabelecidas pela LRF;

II - as prioridades e metas da administração municipal para o exercício de 2015 extraídas do Plano Plurianual para 2014/2017;

III - a estrutura dos orçamentos da Prefeitura e dos Fundos Municipais;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária e relativa à arrecadação;

VIII - as disposições gerais.

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2015 e nos três exercícios anteriores, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 estão identificadas no ANEXO I desta Lei, e que conterà ainda os seguintes demonstrativos:

I - Anexo I - Metas Fiscais Consolidadas;

II - Anexo I.1 - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2015;

III - Anexo I.2 - Demonstrativo de Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas no exercício anterior;

IV - Anexo I.3 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais da Receita;

V - Anexo I.3.1 - Memória e Metodologia de Cálculo das Principais Fontes de Receita;

VI - Anexo I.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais da Despesa;

VII - Anexo I.4.1 - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;

VIII- Anexo I.5 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;

IX - Anexo I.6 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;

X - Anexo I.7 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;

XI - Anexo I.8 - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido e Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos;

XII - Anexo I.9 - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

XIII - Anexo I.10 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

XIV - Anexo II - Planilhas das Prioridades e Metas;

XV- Anexo III - Demonstrativo dos Riscos Fiscais;

XVI - Anexo IV - Demonstrativo da Priorização de Recursos para Obras em Andamento e Conservação do Patrimônio Público;

XVII - Anexo V - Relatório dos Projetos em Execução e Obras com necessidade de Conservação;

XVIII - Anexo VI - Demonstrativo da Compatibilização das Metas Físicas e Fiscais.

Parágrafo Único: O Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social e o Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal, não se aplicam, em função da adoção pelo Município do Regime Geral da Previdência Social;

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2015

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS II e VI de que trata o artigo 2º desta Lei.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações,

limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária: aquela prevista para ingressar no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física: a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscrito.

XI - receita não financeira, receita total do exercício, excluídas aquelas provenientes de operações de crédito, de alienação de ativos, de aplicações no mercado financeiro e de amortização de empréstimos;

XII - despesa não financeira, despesa total do exercício, excluídas aquelas referentes a juros e amortização da dívida, concessão de empréstimos e aquisição de títulos de capital já integralizado.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais e estes, com a identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 303/2005 e alterações posteriores.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, será identificada por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos Municipais e o SAMAE, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e ao Orçamento Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº. 163/2001, STN nº 303/2005 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº. 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 8/85);

V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 08/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática,

Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. (Art. 5º, II da LRF);

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF);

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2015. (Art. 5º, III);

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2015. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2015. (Art. 8º e 50, I da LRF).

§ 1º O Orçamento Geral do Município poderá ser apresentado por modalidade de aplicação, evidenciando as Fontes de Recursos, na forma prevista nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 2º Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central a Prefeitura Municipal e como Unidade Gestora o SAMAE e cada Fundo com orçamento e contabilidade próprios.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada Projeto/Atividade.

§ 4º O orçamento do SAMAE e dos Fundos Municipais descentralizados por força legal, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 5º Os Fundos Municipais cujo funcionamento orçamentário e financeiro de menor volume não exigir sua descentralização, a critério de seus Gestores e do Chefe do Poder Executivo Municipal, poderão integrar ao orçamento geral da Prefeitura, apresentado em destaque as respectivas receitas e despesas a eles vinculadas. Art. 8º - A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentário conterá as informações básicas sobre a forma utilizada para as estimativas das receitas e as fixações das despesas.

Art. 9º - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "1.00" - Ordinários, do orçamento fiscal.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 - Os Orçamentos para o exercício de 2015 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos e Autarquia. (Art. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Parágrafo Único: O Orçamento Municipal conterá dotações específicas para atendimento do disposto no artigo 100 da Constituição Federal.

Art. 11 - Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Artigo 7º, X desta Lei (QDD).

§ 1º Os Fundos Municipais e o SAMAE serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a Agente Político ou servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais e do SAMAE deverá ser demonstrada também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a Agente Político ou servidor Municipal.

Art. 12 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2015 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo Único: O Poder Executivo Municipal colocará à disposição dos interessados legalmente constituídos, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF).

Art. 13 - Se a receita estimada para 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as

estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Poder Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações: (Art. 9º da LRF).

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito e alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - Dotação para material de consumo e serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único: Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação, para implementação, ou não, do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15 - A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo I.10 do artigo 2º desta Lei, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 16 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO III desta Lei. (Art. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício anterior.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 17 - Os orçamentos para o exercício de 2015 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, proporcionalmente ao montante estabelecido no Plano Plurianual. (Art. 5º, III da LRF)

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para atendimento de despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº. 42/99, art. 5º, Portaria STN nº. 163/2001, art. 8º e atendimento dos riscos fiscais demonstrados no ANEXO III desta Lei. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem ao final de cada mês, poderão, excepcionalmente, serem utilizados na proporção de 1/12 do saldo, mediante autorização legislativa, para abertura de créditos

adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 18 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 19 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação; a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 20 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2015 com dotações vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer, ou estiver garantido, o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, § único e 50 I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº. 101/2000;

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual, os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada, cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50 I da LRF);

§ 3º - Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito especial ou suplementar.

Art. 21 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2015, constantes do Anexo I.9, do art. 2º desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I da LRF).

Art. 22 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá em qualquer caso de autorização em Lei específica. (Art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

§ 1º - Não se aplicam os dispositivos desse artigo, para os casos das contribuições devidas às entidades municipalistas e consórcios intermunicipais em que o Município for associado ou consorciado.

§ 2º - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, ou até 23 de dezembro de 2015, o que ocorrer primeiro, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF).

Art. 23 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 farão parte do processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único: Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2015, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF)

Art. 24 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF)

Parágrafo Único: As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº. 02/2001, estão demonstrados nos Anexos IV e V desta Lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 25 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando previstos recursos na Lei orçamentária e firmados por convênios, acordos ou ajustes previamente autorizados pelo Poder Legislativo. (Art. 62 da LRF)

Art. 26 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

Art. 27 - A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº. 163/2001 e alterações posteriores.

Parágrafo Único: A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos orçamentários de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto/Atividade ou Operação Especial, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal, com autorização expressa na Lei Orçamentária Anual. (Art. 167, VI da CF).

Art. 28 - Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2015 e constantes desta Lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 29 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão expressos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino básico, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Parágrafo Único: Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 30 - Os programas priorizados por esta Lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - Anexo VI, e contemplados na Lei Orçamentária para 2015, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar

o cumprimento dos seus objetivos, corrigirem desvios, avaliar gastos e o cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 31 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 32 - A Lei Orçamentária de 2015 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento estabelecido pelo Senado Federal e demais disposições pertinentes, na forma prescrita na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 33 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 34 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 32 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta Lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 35 - O Poder Executivo e o Poder Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão em 2015, criar cargos e funções, alterar a estrutura administrativa ou de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, concederem vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da Lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo Único: Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei do orçamento para 2015 ou em créditos adicionais.

Art. 36 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, § único, V da LRF).

§ 1º - Quando as despesas com pessoal excederem ao limite prudencial estabelecido na LRF, poderão ser realizadas horas extras somente para os serviços de transporte escolar e transporte de enfermos, bem como para o atendimento de calamidade pública ou situação de emergência, devidamente homologadas pela Defesa Civil Estadual.

§ 2º - Em qualquer circunstância, serão realizadas horas extras somente com prévia autorização da autoridade competente, justificado o interesse público e comprovada a excepcionalidade da despesa.

Art. 37 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 19 e 20 da LRF)

I - eliminação de vantagens temporárias concedidas a servidores;
II - eliminação das despesas com horas extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
V - acordo para demissão voluntária, em conformidade com a legislação municipal.

Art. 38 - Para efeito desta Lei e dos registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra, referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Meleiro, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único: Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não os "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39 - O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes. (Art. 14 da LRF).

Art. 40 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, § 3º da LRF)

Art. 41 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

Art. 42 - Alteração de alíquotas, bases de cálculo e normas tributárias do Município não poderão ser realizadas pela Administração Municipal sem prévia autorização legislativa, verificados os princípios constitucionais vigentes.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até ao final do exercício de 2014.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o final do exercício financeiro de 2014, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44 - O Poder Executivo Municipal, autorizado em Lei própria,

poderá conceder incentivos e benefícios econômico-fiscais a empresas para a instalação de novas indústrias e/ou ampliação das unidades já instaladas, desde que sejam comprovadas vantagens sociais entre outras, a geração de emprego e renda, bem como, de incremento de recursos do retorno de tributos federais, estaduais e municipais ao próprio Município.

Art. 45 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, e de situações provenientes de atos considerados involuntários ao ordenador primário das despesas municipais.

Art. 46 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios e/ou similares com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para execução de obras ou aquisição de equipamentos, materiais ou serviços de interesse do Município ou não, durante o exercício de 2015.

Art. 47 - Por Ato próprio do Chefe do Poder Executivo, as Destinações de Recursos poderão ser alteradas, bem como inseridas novas fontes de recurso e despesa orçamentária correspondente, desde que a modalidade esteja prevista no Projeto/Atividade, em especial quando originárias de intervenções do Tribunal de Contas e da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 48 - Fica inserida na Lei Municipal n.º 1604/2013 - PPA 2014 a 2017, a Ação 2.056 - Manutenção do PMAQ, no Programa 4 - Saúde para Todos, com o valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), sendo R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) de recursos provenientes de recursos próprios e R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) de recursos de convênios.

§ 1º. Para suprir a inserção da ação de que trata o caput deste artigo será anulado o valor correspondente na ação 2.050 - Manutenção das Ações Básicas de Saúde, no Programa 4 - Saúde para Todos, proveniente de recursos próprios e acrescido na estimativa de receitas o valor de R\$ 210.000,00 provenientes de recursos vinculados da Atenção Básica.

§ 2º. A Ação 2.056 - Manutenção do PMAQ, passa integrar a partir de 2015 as metas físicas e financeiras do PPA 2014/2017.

Art. 49 - Ficam autorizados os ajustes necessários nos Anexos do Plano Plurianual 2014/2017, que se fizerem necessárias em função dos valores constantes dos Anexos da presente Lei.

Parágrafo Único: Os valores do Plano Plurianual 2014/2017 para o exercício de 2015 em diante, bem como as metas físicas, passam a vigorar com a redação dos Anexos da presente Lei, no que couber.

Art. 50 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos durante o exercício de 2015.

Meleiro/SC, 26 de agosto de 2014.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

DECRETO Nº. 038/2015

DECRETO nº. 038/2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, BENS IMÓVEIS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, c/c art. 5º, XXIII e art. 170 da CF e art. 40 do Dec. 3.365/41, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. É declarado de utilidade pública para fins de aquisição por doação, compra ou desapropriação, amigável ou judicial, para fins de alargamento da Rua São Judas Tadeu, à seguintes área:

“Um terreno urbano com área de 43,57 (quarenta e três metros quadrados e cinquenta e sete centímetros quadrados) sito na rua São Judas Tadeu, centro na cidade de Meleiro-SC, desta Comarca, com formato retangular, com as seguintes medidas confrontações: sul, com a Rua São Judas Tadeu, com (43,57) metros; Norte, com a área remanescente, com (43,57) metros; extrema ao Oeste, com a Nobre Engenharia e Construção Ltda, com (1,00) metros e ao Leste com Ezio Pelegrini, com (1,00) metros, parte do imóvel da matrícula sob nº 14.908, Cadastro no Cartório de Imóveis da Comarca de Turvo-SC. Proprietário MARIA ELENA LUIZ JOSÉ, para fins de indenização.”

Art. 2º. Fica o Município Expropriante autorizado a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão de posse do imóvel a que se refere este Decreto, nos termos do artigo 15 do Decreto n.º 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária 4.4.9.00. 00.00.00.00.0080 - Aplicação Direta do Orçamento Vigente.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de março de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

DECRETO Nº. 039/2015.

DECRETO nº. 039/2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, BENS IMÓVEIS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, c/c art. 5º, XXIII e art. 170 da CF e art. 40 do Dec. 3.365/41, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. É declarado de utilidade pública para fins de aquisição por doação, compra ou desapropriação, amigável ou judicial, para fins de alargamento da Rua São Judas Tadeu, à seguintes área:

“Um terreno urbano com área de 84,00m² (oitenta e quatro metros quadrados) sito na rua São Judas Tadeu, centro na cidade de Meleiro-SC, desta Comarca, com formato retangular, com as seguintes medidas confrontações: sul, com a Rua São Judas Tadeu, com (84,00) metros; Norte, com a área remanescente, com

(84,00) metros; extrema ao Oeste, com o Jovelino da Silva, com (1,00) metros e ao Leste com Maria Elena Luiz José, com (1,00) metros, parte do imóvel da matrícula sob nº 26.441, Cadastro no Cartório de Imóveis da Comarca de Turvo-SC. Proprietário NOBRE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, para fins de indenização.”

Art. 2º. Fica o Município Expropriante autorizado a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão de posse do imóvel a que se refere este Decreto, nos termos do artigo 15 do Decreto n.º 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária 4.4.9.00. 00.00.00.00.0080 - Aplicação Direta do Orçamento Vigente.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de março de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

PORTARIA N.º 134/2015

PORTARIA n.º 134/2015

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora ÉRICA CIVIDINI SCARDUELI, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini, em substituição à servidora Rosimeri Zanelatto Martinello, em virtude de Licença sem Vencimentos, até o término das aulas.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Março de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 135/2015

PORTARIA n.º 135/2015

TRATA DA NOMEAÇÃO DE ASSESSORA EM PLANEJAMENTO EDUCACIONAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei nº 1409/2009, de 28 de Dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

NOMEAR

Art. 1.º A Senhora SONIA DA CUNHA VIANA, para ocupar o cargo de Assessora em Planejamento Educacional, nível de referência MAG 180, com carga horária de 40 horas, do quadro de pessoal comissionado da Prefeitura Municipal de Meleiro, a partir da presente data.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Março de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 136/2015

PORTARIA n.º 136/2015

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita CAMILA RODRIGUES, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em virtude do retorno da servidora Maria Rosângela Bordignon Dal Pont da Licença Prêmio.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 072/2015 e nº 120/2015.

Meleiro, 31 de Março de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 137/2015

PORTARIA n.º 137/2015

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, ao servidor público municipal ALMIR PEDRO PEREIRA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 30 de janeiro de 2005 a 28 de janeiro de 2010, conforme dispõe o caput do artigo 96 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Março de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 138/2015

PORTARIA n.º 138/2015

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, ao servidor público municipal ADILTON PESSETI CONTI, ocupante do cargo de Motorista, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 27 de fevereiro de 2010 a 25 de fevereiro de 2015, conforme dispõe o caput do artigo 96 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Março de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 139/2015

PORTARIA n.º 139/2015

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, ao servidor público municipal ENEDIR MIZEGESKI CARVALHO, ocupante do cargo de Motorista, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 30 de janeiro de 2005 a 28 de janeiro de 2010, conforme dispõe o caput do artigo 96 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Março de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 140/2015

PORTARIA n.º 140/2015

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhorita PATRICIA MEZZARI SAVI, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole, em substituição à servidora Ana Paula de Luca Vieira, que ocupa a função de Coordenadora Geral do Ensino Fundamental, até o término das aulas.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Março de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 141/2015

PORTARIA n.º 141/2015

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhorita FRANCIELI CONSENSO TONETTO, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini, em substituição ao servidor Jorge Luiz Carvalho Coral, em virtude do mesmo estar à disposição na Secretaria da Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole, até o término das aulas.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Março de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0108/2015

DECRETO Nº 0108/2015 DE 31.03.2015.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE EDINÉIA KELLY KATH PARA O CARGO DE EDUCADOR SOCIAL ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, em especial de conformidade com as leis municipais 971/90, 1.513/2002, 1.597/2005, 1.883/2009, 2.003/2011 e 2.198/2015, em especial Processo Seletivo nº 002/2015 homologado pelo Decreto nº 009/2015 em 07.01.2015,

Considerando as disposições do Edital de Processo Seletivo 002/2014 visando a seleção e contratação em caráter temporário de excepcional interesse público para o cargo de Educador Social, objetivando a manutenção das atividades do Departamento Municipal de Assistência Social, especialmente do programa sócio educativo: serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, conforme termo de convênio com o governo federal e programas municipais,

Considerando a necessidade de Educador Social, para atendimento das crianças e adolescentes nas atividades desenvolvidas pelo Município junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Cultivar do Município de Modelo/SC,

Considerando a chamada dos classificados conforme ordem de classificação no respectivo processo seletivo,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, a Sra. EDINÉIA KELLY KATH, portadora do CPF nº 056.092.609-06, RG nº 5.372.206, para exercer as funções do cargo de EDUCADOR SOCIAL ACT, para atuação com 20 horas semanais, turno vespertino, com lotação no Departamento Municipal de Assistência Social e atribuição de exercício no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Cultivar, visando atender serviços essenciais de acordo com as disposições do Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 025/2015, anexo integrante deste Decreto.

Art. 2º - A vigência do contrato é de 01.04.2015 a 11.12.2015, percebendo os vencimentos previstos em Lei Municipal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 31 de março de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:
Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 025/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrito no CNPJ sob nº 83.021.832/0001-11, com sede à Rua do Comércio, nº 1304, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RICARDO LUIS MALDANER

CONTRATADO: EDINÉIA KELLY KATH, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 056.092.609-06, RG nº 5.372.206, residente e domiciliada na Rua 12 de outubro, 168, Centro - município de Modelo/SC CEP 89.872-000.

OBJETO: Contratação para desempenho das funções previstas em Lei do cargo de EDUCADOR SOCIAL.

LOCAL DE TRABALHO: Atribuição de exercício no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Cultivar e lotação no Departamento Municipal de Assistência Social do município de Modelo/SC.

FUNDAMENTAÇÃO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público, objetivando a manutenção das atividades do Departamento Municipal de Promoção Social, especialmente do programa sócio educativo: serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, conforme termo de convênio com o governo federal e programas municipais. A contratação possui embasamento na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa, e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 1.597/2005, 1.883/2009, 2.003/2011 e 2.198/2015, e em especial Processo Seletivo nº 002/2014.

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 01 de abril de 2015. Término: 11 de dezembro de 2015. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.040,31 (Um mil e quarenta reais e trinta e um centavos). Vencimento previsto em Lei Municipal - Quadro PETI ACT - Cargos Temporários de Excepcional Interesse Público.

TURNO, JORNADA E HORÁRIO DE TRABALHO: A jornada de trabalho da contratada é de 20 (vinte) horas semanais, no turno vespertino e será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Assistência Social.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito de Admissão Temporária de Excepcional Interesse Público. SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e conforme Lei Municipal 1.347/1999.

DEVERES DO CONTRATADO: A Contratada vincula-se aos deveres funcionais, na forma deste Contrato, aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares.

EXTINÇÃO/RESCISÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação ou a qualquer tempo por iniciativa do Município, observado o excepcional interesse público, ou por iniciativa do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais e não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressalvadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional. A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, salvo os

casos devidamente justificados.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Modelo/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Modelo/SC, aos 31 de março de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER EDINÉIA KELLY KATH
Prefeito Municipal Contratada

Testemunhas:

1. _____

2. _____

EXTRATO DE CONTRATO 41/15

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato nº 41/2015

Processo Licitatório: 84/2015

Contratado: PRÉ MOLDADOS MARAVILHA LTDA

Valor: R\$ 24.495,00

O Senhor Prefeito Municipal de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato n.41/2015, tendo por objetivo a aquisição de registro de preços para eventual aquisição de tubos de concreto para manutenção das atividades do Departamento de Obras e Serviços Urbanos e DMER do Município de Modelo - SC

Modelo (SC), 30 de março de 2015

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 42/15

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato nº 42/2015

Processo Licitatório: 84/2015

Contratado: ARTEFATOS DE CIMENTO CESCO LTDA ME

Valor: R\$ 17.650,00

O Senhor Prefeito Municipal de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato n.42/2015, tendo por objetivo a aquisição de registro de preços para eventual aquisição de tubos de concreto para manutenção das atividades do Departamento de Obras e Serviços Urbanos e DMER do Município de Modelo - SC

Modelo (SC), 30 de março de 2015

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 43/15

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato nº 43/2015

Processo Licitatório: 84/2015

Contratado: GLOBAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

Valor: 13.000,00

O Senhor Prefeito Municipal de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato n.43/2015, tendo por objetivo a aquisição de registro de preços para eventual aquisição de tubos de concreto para manutenção das atividades do Departamento de Obras e Serviços Urbanos e DMER do Município de modelo - SC

Modelo (SC), 30 de março de 2015

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 44/15

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato nº 44/2015

Processo Licitatório: 1444/2015

Contratado: Alecxandro Machado Euzebio ME,

Valor: R\$59.250,00

O Senhor Prefeito Municipal de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato n.44/2015, tendo por objetivo a eventual contratação de serviço terceirizado de máquinas para corte, transporte e colheita de silagem para agricultores do Município de Modelo - SC

Modelo (SC), 30 de março de 2015

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADM.19/2015

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato: 19/2015

Contratada: ERNO DARI CONRADO

Valor: R\$ 2.100,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato n.019/2015, com o objetivo da aquisição, por parte do município, de cascalho a ser retirado do imóvel de propriedade do vendedor localizado na Linha Pedra Furada, interior, Município de Modelo -SC. Onde que o município pagará R\$7,00 a carga de cascalho, no total de R\$700,00, correspondente a 300 cargas. O pagamento será efetivado de conformidade com a necessidade do vendedor e da disponibilidade de maquinas da municipalidade.

Modelo (SC), 31 de março de 2015

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 035/2015

PORTARIA Nº 035/2015 de 30.03.2015.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando em especial a programação de férias dos respectivos departamentos e requerimentos dos servidores,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Públicos Municipais relacionados abaixo, férias a que fazem jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Cleunice Maria Hoss Schuh	24.04.2013 a 23.04.2014	06.04.2015 a 15.04.2015 (10 dias)
Elizete Pavalicini Rauber	24.04.2013 a 23.04.2014	06.04.2015 a 15.04.2015 (10 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 30 de março de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

Navegantes

PREFEITURA

ATA II ABERTURA PROPOSTA DE PREÇO Nº 13/2015 PMN

ATA II ABERTURA PROPOSTA DE PREÇO Nº 13/2015

Reaberto o certame conforme agendado anteriormente às 17 horas, com a presença dos representantes da BALTT e CR ARTEF, deu-se início a abertura dos envelopes de propostas dos licitantes anteriormente habilitados, foi constatado que o vencedor da licitação foi a CR ARTEF com o valor global de R\$ 7.544.582,14 momento em que encerra a sessão e encaminha-se os autos à autoridade competente.

DOUGLAS LEMOS - - PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FERNANDA HASSMANN CONSTANCIO- - MEMBRO

JOZESITE DOS SANTOS -- MEMBRO

LEILA MENGARDA -- MEMBRO

RAUL COUTO NETO -- MEMBRO

NAVEGANTES, 30 DE MARÇO DE 2015

ATA I E II - PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015 PMN

Ata I, II - Pregão Presencial nº 41/2015 PMN

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DOS LICITANTES PJ SERV. , CELSO RICARDO, HIBISCOS, NERA, MARCELI, ILSEU, CLAUDIO BONINI TODOS DEVIDAMENTE CREDENCIADOS, NA OCASIÃO FOI FORNECIDO OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO PARA VERIFICAÇÃO DOS LICITANTES, NÃO HAVENDO APONTAMENTOS PASSOU-SE PARA A PROXIMA ETAPA, ANTES FOI INFORMADO QUE ERAM BENEFICIARIOS DA LEI 123/2006 (ME/EPP) OS LICITANTES PJ SERV. , CELSO RICARDO, HIBISCOS, NERA , EM SEGUIDA FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTAS DOS LICITANTES, E APÓS PASSOU-SE PARA ETAPA DE LANCES, NESTA ETAPA ALGUNS ITENS AS ME/EPP TIVERAM O BENEFICIO SOBRE OS PRODUTORES RURAIS, O QUE FOI QUESTIONADO PELO LICITANTE CLAUDIO, REFERENTE A ESTE QUESTIONAMENTO O PREGOEIRO IRA VERIFICAR COM O JURÍDICO E NO RETORNO DA SESSÃO IRÁ DAR O PARECER DO JURÍDICO, AS 11:52 O PREGOEIRO SUSPENDEU A SESSÃO E AGENDOU O RETORNO PARA AS 14HORAS NO MESMO LOCAL E DIA onde também será aberto os envelopes de habilitação..

REABERTA A SESSÃO , AS 14 HORAS, O PREGOEIRO INFORMOU AOS LICITANTES QUE OS VENCEDORES DA ETAPA DE LANCES QUE ERAM ME/EPP E QUE USARAM TAL BENEFICIO, CONTINUARIAM COMO VENCEDORES EM RESPEITO A LEI 123/2006, APOS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO, E CONSTATADO QUE TODOS ATENDERAM COM O EXIGIDO NO EDITAL, COM EXCEÇÃO DO LICITANTE CLAUDIO BONINI QUE FOI INABILITADO POR NÃO TER APRESENTADO ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA, DESTA FORMA OS ITENS QUE O MESMO GANHOU PASSOU PARA OS SEGUNDOS COLOCADOS, NA OCASIÃO O PREGOEIRO INFORMOU QUE A S AMOSTRAS DEVERÃO SER ENTREGUES NA SECRETARIA DE OBRAS SITO RUA - ARNALDO PASSOS SN, CENTRO, AO LADO DO FORUM DE NAVEGANTES. TAMBEM FOI INFORMADO QUE AS AMOSTRAS PODERIAM SER ENTREGUES EM QUANTIDADE MENOR ex: o licitante que ganhou o item 50 kilos de ureia poderá entregar um saco de amostra de 5 kg, o licitante que ganhou o item 200 metros de mangueira poderá entregar 5 metros de mangueira, etc. FINALIZANDO NO ITENS 13,38 O LICITANTE VENCEDOR PODERÁ APRESENTAR SÓ UMA AMOSTRA POIS CONFORME INFORMAÇÃO DOS LICITANTES ESTE ITENS SÃO IGUAIS.

OBS. NÃO HOUVE MENÇÃO DE RECURSOS

Navegantes 30 de março de 2015
Douglas Lemos
Pregoeiro

ATA PREGÃO PRESENCIAL 55/2015. PMN

ATA PREGÃO PRESENCIAL 55/2015. PMN

AO(S) 30 DE MARÇO DE 2015, ÀS 14:00 HORAS, NA SEDE DA(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 71 DE 29 DE JANEIRO DE 2015.

ESTIVERAM PRESENTES NO ATO DE ABERTURA, O PREGOEIRO A EQUIPE DE APOIO E REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESAS: FAFES COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (310), TECNOAL COMERCIAL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (2862), JEAN CARLOS PEREIRA NUNES - ME (5736), COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP (9710), DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANCA LTDA - EPP (9929), INTEGRA COMERCIAL EIRELI - EPP (10243), PJ SERVICOS E COMERCIO EIRELI - ME (10831), AGROCOMERCIAL QUIT SUL LTDA (13413), MANA REFEICOES LTDA (14051), LICISUL COMERCIAL LTDA - ME (14343), COMERCIAL IZIDORIO LTDA - ME (14633), DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA - ME (14634). INICIALMENTE PROCEDEU-SE A LEITURA DO TEOR DAS MESMAS COM OS ESCLARECIMENTOS E ANÁLISE NECESSÁRIOS, POR ORDEM DE ENTRADA E, RUBRICADAS TODA A DOCUMENTAÇÃO ATINENTE, TENDO O SEGUINTE PARECER DA COMISSÃO:

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DAS EMPRESAS TECNOAL, LICISUL, DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA, DISTRIBUIDORA OLIVEIRA, COMERCIAL IZIDORIO, MANÁ REFEIÇÕES, AGROCOMERCIAL QUIT SUL, COMERCIAL STORINNY, FAFES COM DE ALIMENTOS, JEAN CARLOS PEREIRA NUNES, INTEGRA COMERCIAL, PJ SERVIÇOS E COMERCIO, SENDO AS EMPRESAS FAFES, MANÁ, STORINNY E AGRO COMERCIAL QUIT SUL NÃO SÃO ENQUADRADAS COMO ME/EPP. A EMPRESA NEW WAY NÃO TEVE REPRESENTANTE PRESENTE. APÓS O CREDENCIAMENTO E ASSINATURA PELOS LICITANTES, FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTAS. ONDE SE CONSTATOU QUE AS EMPRESAS JEAN CARLOS E INTEGRA, TIVERAM SUAS PROPOSTAS DESCLASSIFICADAS POR NÃO APRESENTAREM DATA DE VALIDADE DA PROPOSTA, CONFORME SOLICITADO NO EDITAL. LOGO EM SEGUIDA FOI ABERTA A SESSÃO DE LANCES. COM A VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA AGROCOMERCIAL QUIT SUL NÃO APRESENTOU A CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE FGTS, SENDO, PORTANTO DESCLASSIFICADA. AS DEMAIS EMPRESAS APRESENTARAM DOCUMENTAÇÃO CONF. SOLICITADA NO EDITAL.

NÃO HAVENDO INTENÇÃO DE INTERPOR RECURSOS ENCERRA-SE A PRESENTE SESSÃO E ENCAMINHA-SE A AUTORIDADE COMPETENTE.

MARIA BENEDITA CORREA -- PREGOEIRO
EIRA SUBSTITUTA

DOUGLAS LEMOS - - PREGOEIRO

CARLA CLAUDINO - - EQUIPE DE APOIO.

FRANCIELA JUSTINO - - EQUIPE DE APOIO.

PEDRO PAULO DA COSTA - - EQUIPE DE APOIO.

JOSEZITE DOS SANTOS --EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 30 DE MARÇO DE 2015.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 59/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES (VIDROS, PORTAS, JANELAS, GRADES, TELAS DE PROTEÇÃO E PORTÕES EM ALUMÍNIO) DEVIDAMENTE INSTALADOS, PARA ATENDIMENTO À PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 14/04/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 14/04/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 31 de março de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 62/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE AGUA MINERAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES BÁSICAS DA PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 14/04/2015 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 14/04/2015 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 31 de março de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

CARTA DE CONVOCAÇÃO

Navegantes, 01 de abril de 2015.

Ilmo Sr.

FELIPE PAULO DE MIRANDA

NESTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para tratar da NOMEAÇÃO através do CONCURSO PÚBLICO de nº 001/2014, para o cargo de VIGIA. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determina-se a perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

Alessandra Muller

Diretoria de Gestão em RH

DECISAO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 17/2014 ROGERIO PINHEIRO LEAL NUNES

DECISAO Procedimento Administrativo nº 17/2014
ROGERIO PINHEIRO LEAL NUNES

1. Do Relatório

O Sr. ROGERIO PINHEIRO LEAL NUNES- inscrito portador da Cédula de identidade RG nº 4.412.405 SSP/SC, inscrito no CPF sob nº939.522.879-20, residente e domiciliado na Rua: Malvina Sacavem Couto, nº 63, Bairro: Centro, Navegantes-SC, ganhador de Incentivo Cultural, conforme o Projeto aprovado na seleção 2011 da lei Municipal de Incentivo a cultura de Navegantes, estabelecido pela Lei 1496/2002.

Versa o presente, sobre descumprimento por parte do Sr. Rogerio contra este Ente Publico, em entregar a prestação de Contas do Projeto Navegantes aprovado 20 de julho de 2011, foi aberto por esta Administração, um processo administrativo de nº17/2014, mediante ao alegado pela CI nº 053/2014 Enviada a procuradoria jurídica solicitando abertura de processo para apurar as possíveis irregularidades, este departamento de processos administrativos enviou uma notificação de numero nº017, intimando o sr. Rogerio a prestar contas a esta municipalidade quanto aos documentos faltantes da prestação de contas que deveria ter sido realizada ao Conselho Municipal de Cultura , fato este que não ocorreu em tempo hábil, solicitando a Secretaria abertura do presente processo. Foram apurados os fatos e constatados os descumprimentos, chegando por fim a esta Decisão Administrativa.

O Sr. Rogerio recebeu a notificação no dia 22 de Abril de 2014, para que o mesmo prestasse esclarecimentos e apresentasse documentos comprobatórios sobre o uso do recurso, garantindo assim o direito a ampla defesa e o contraditório, conforme prevê o artigo 5º, inc. LV da Constituição Federal, sob pena de arcar com todas as possíveis penalidades previstas em lei, foi instaurado, por este departamento de processos administrativos, o processo de nº 17/2014, perfazendo a juntada das CI's, Notificações, e-mails, Lei , autorizações, decretos , CD , documentário, AR, etc. Contudo, cabe a esta Administração, a análise dos fatos.

2. Da Decisão

Diante dos fatos e fundamentos ora aduzidos, e trazidos a este encarregado para deliberação, decide esta Administração que:

2.1 Ficou apurado pela Secretaria de Administração Publica, que o Sr. Rogerio realmente fez o projeto ora aprovado por lei, contudo na sua prestação de Contas conseguiu comprovar apenas o valor de 10.000,00 dez mil reais através de dois cheques nominais emitidos na época da execução do documentário, bem como notas fiscais exigidas por este departamento foi solicitada para anexar a prestação de contas, restando um saldo de 6.000,00 seis mil reais que não foram comprovados os gastos, pois o mesmo não solicitava notas fiscais, nem cupom de serviço, para provar os gastos.

2.2 Foi dado ao Sr. Rogerio o direito a ampla defesa e o contraditório, através da Notificação nº 17/2014. A qual foi devidamente respondida e anexados documentos comprobatórios, faltantes na prestação de Contas.

2.3 Tendo em vista a efetiva comprovação nos autos da responsabilidade deste ente publico em garantir a supremacia do interesse publico, ante todo exposto, com base em lei, decidi o que segue;

2.4 Isto Posto, DETERMINAMOS que seja Devolvido aos cofres públicos o montante apurado na exordial, total de R\$ 6.000,00 (Seis mil Reais) o qual poderá ser parcelado conforme legislação vigente e as condições financeiras do administrado, ganhador do incentivo cultural, Conforme LEI Nº 9.784 , DE 29/01/ 1999. O cumprimento desta determinação deverá ser formalizado através de

uma Decisão Proferida pela Fundação Cultural, juntamente com o Conselho Municipal de Cultura, com o CONAC Comissão Navegantina de Avaliação de Projetos Culturais, Secretaria de finanças, Secretaria Desenvolvimento Econômico e Receita, normatizando a forma a ser realizada a devida devolução, Decisão que deverá ser devidamente publicada e enviada por AR para o administrado, Sr. Rogerio Pinheiro Leal Nunes, diante de todos os fatos e fundamentos expostos, julga-se procedente esta Decisão Administrativa do PA nº 17/2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito de Navegantes

BENILDE PERAO
Secretária de Administração e Logística

Douglas Lemos
Josezite dos Santos
Raul Couto Neto
Fernanda Hassmann Constâncio
Leila Mengarda
Funcionários Públicos

Anna Claudia Gaya Costa
Encarregada Processo Administrativo

Navegantes, 25 de Março de 2015.

LEI 2978 CONSOLIDA E ALTERA LEGISLAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

LEI N º 2978 DE 31 DE MARÇO DE 2015

CONSOLIDA E ALTERA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação.

Art. 2 º São linhas de ação da política de atendimento aos direitos da criança e adolescente no âmbito municipal:

I - políticas sociais básicas;

II - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem;

III - serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

IV - serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;

V - proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente;

VI - políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes;

VII - campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

Art. 3º São órgãos da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente:

- I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II - Conselho Tutelar;
- III - Todas as Secretarias Municipais que atuam direta ou indiretamente com a promoção, defesa, controle, efetivação e garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 4º O município poderá criar os programas e serviços, estabelecer consórcios intermunicipais e convênios com entidades para atendimento da criança e do adolescente.

§ 1º Os programas serão classificados como de proteção ou socioeducativos e destinar-se-ão à (ao):

- I - orientação e apoio sociofamiliar;
- II - apoio socioeducativo em meio aberto;
- III - colocação familiar;
- IV - acolhimento institucional;

V - prestação de serviços à comunidade

VI - liberdade assistida;

VII - semiliberdade;

VIII - internação.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 5º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo, consultivo, normativo e controlador da política de atendimento, devendo ser observada a composição paritária de seus membros, nos termos do art. 88, inciso II da lei federal nº 8.069/90.

Art. 6º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto de 10 (dez) membros, sendo:

- I - 01 (um) representante da Secretaria da Educação;
- II - 01 (um) representante da Secretaria de Assistência Social
- III - 01 (um) representante da Secretaria de Finanças;
- IV - 01 (um) representante da Secretaria da Criança, do Adolescente e da Juventude
- V - 01 (um) representante da Secretaria da Saúde;
- VI - 05 (cinco) representantes de entidades não governamentais de defesa de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

§ 1º Os conselheiros representantes das secretarias municipais serão nomeados e indicados pelo Prefeito, dentre pessoas com poder de decisão, no prazo de 10 (dez) dias contados da solicitação.

§ 2º As entidades não governamentais deverão reunir-se em fórum próprio para escolher seus representantes a fim de comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante convocação por Edital publicado na imprensa, com ciência ao Ministério Público, no prazo estabelecido no parágrafo anterior, para nomeação pelo Prefeito e posse pelo conselho.

§ 3º A designação dos membros do Conselho compreenderá a dos respectivos suplentes.

§ 4º Os membros do Conselho e os respectivos suplentes exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitindo-se a recondução por períodos iguais e sucessivos.

§ 5º A função de membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

§ 6º A posse do Conselho far-se-á pelo Presidente do Conselho anterior.

Art. 7º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- I - Formular a política municipal dos direitos da criança e do adolescente;
- II - Deliberar na formulação das políticas sociais básicas de interesse das crianças e do adolescente;

III - Deliberar sobre a conveniência e oportunidade de implementação de programas e serviços.

IV - Elaborar seu Regimento Interno;

V - Dar posse aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar.

VI - Gerir recursos do Fundo da Infância e da Adolescência (FIA), alocando os recursos para os programas e ações das entidades governamentais e não governamentais relacionadas à política municipal da infância e adolescência;

VII - Participar das discussões acerca da elaboração do orçamento municipal destinado à assistência social, saúde e educação da criança e do adolescente, bem como ao funcionamento do Conselho Tutelar, propondo as modificações necessárias, se for o caso, à execução da política formulada;

VIII - Apoiar ações que visem à destinação de recursos e espaços públicos para projetos culturais, esportivos, profissionalizantes e de lazer voltados para a criança e o adolescente;

IX - Proceder à inscrição de programas de proteção e socioeducativos de entidades governamentais e não governamentais na forma dos artigos 90 e 91 da lei federal nº 8.069/90;

X - Elaborar anualmente o PLANO DE AÇÃO que contenha os programas a serem implementados no âmbito da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e adolescente com as respectivas metas considerando-se os resultados obtidos nos diagnósticos realizados, observando-se os prazos legais estabelecidos pelo orçamento.

XI - Elaborar anualmente o PLANO DE APLICAÇÃO dos recursos do FIA, considerando-se as metas estabelecidas para o período no Plano de Ação.

XII - Propor a criação de novos conselhos tutelares após a verificação e apuração da necessidade;

XIII - Cumprir e fazer cumprir, em âmbito municipal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, as Constituições Estadual e Federal e a Lei Orgânica do Município;

XIV - Incentivar e apoiar a realização de capacitações, estudos e pesquisas no campo da promoção, orientação, proteção integral e defesa da criança e do adolescente;

XV - Incentivar a atualização permanente dos servidores das instituições governamentais e não governamentais envolvidas no atendimento à família, à criança e ao adolescente, respeitando a descentralização político-administrativa contemplada na Constituição Federal;

XVI - Dar o devido encaminhamento às denúncias de violação dos direitos da criança e do adolescente que lhe forem formuladas, controlando e fiscalizando a execução das medidas necessárias à sua apuração;

XVII - Fiscalizar serviços e programas de prevenção e atendimento biopsicossocial à criança e ao adolescente nos casos de vítima de negligência, maus tratos, exploração sexual, tortura, pressão psicológica ou intoxicação por efeitos de entorpecentes e drogas afins;

XVIII - Oferecer subsídios para a elaboração de legislação atinente aos interesses da criança e do adolescente.

XIX - Propor junto ao Poder Executivo municipal o percentual e a dotação orçamentária a ser destinada à execução das políticas sociais básicas de saúde, da educação, da cultura, do esporte, do lazer, da justiça, do saneamento básico, da habitação, do trabalho e das políticas assistenciais destinadas à criança e ao adolescente e acompanhar a sua aplicação;

XX - Analisar propostas acerca da remuneração dos membros do Conselho Tutelar;

XXI - mobilizar a sociedade para participar no processo de elaboração e implementação da política de promoção, proteção, defesa e atendimento da criança e do adolescente, bem como na fiscalização dos recursos do FIA.

Art. 8º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá dispor de Secretária Executiva para o suporte

administrativo necessário ao seu funcionamento, utilizando-se de instalações, recursos financeiros e funcionários disponibilizados pelo Município de Navegantes.

Parágrafo Único: As despesas atinentes à manutenção do Conselho dos Diretos da Criança e do Adolescente correrão por conta de dotação orçamentária vinculada à Secretaria da Criança, do Adolescente e da Juventude.

Art. 9º Fica estabelecido o Fundo da Infância e da Adolescência (FIA) como captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do qual é órgão vinculado.

Parágrafo Único: O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente administrará o fundo, gerenciando recursos a ele destinados para o atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente que deverão ser assim constituídos:

I - Pelos recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Pelas doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

III - Pelos valores provenientes de multas decorrentes de condenações em ações civis ou de imposições de penalidades administrativas previstas nos artigos 214, 229, 237 a 240, 242 a 258 da lei federal nº 8.069/90.

V - Pelas rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capital e pela transferência de recursos próprios do orçamento do município;

Art. 10 Compete à Secretaria Municipal de Finanças:

I - Registrar os recursos orçamentários do FIA ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes pelo Município, Estado ou pela União;

II - Registrar os recursos captados pelo Município através de convênios ou por doações ao FIA;

III - Manter o controle escritural, da execução financeira e orçamentária dos recursos do FIA, bem como de suas aplicações financeiras, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - Liberar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, segundo Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - Promover o ressarcimento de despesas, os adiantamentos e diárias aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente quando a serviço, observando-se a legislação específica do Poder Executivo Municipal;

VI - Realizar semestralmente ou sempre que solicitada as prestações de contas dos recursos do FIA ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Art. 11 O FIA será regulamentado por Resolução homologada por Decreto do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO III

DO CONSELHO TUTELAR

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12 O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 131, Lei Federal 8.069/90), e vinculado administrativamente ao órgão municipal de atuação correlata, qual seja, à Secretaria de Assistência Social.

§ 1º Constará da Lei Orçamentária Municipal a previsão dos recursos necessários ao seu funcionamento.

§ 2º O Conselheiro Tutelar não possui vínculo empregatício com o município.

Art. 13 O Conselho Tutelar é composto de 5 (cinco) membros escolhidos pela comunidade local. Todos os candidatos que participarem do pleito, a partir do 6º (sexto) mais votado, serão considerados suplentes.

§ 1º Sempre que necessária a convocação de suplente e não havendo nenhum na lista, cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar processo de escolha para preencher o cargo vago e definir novos suplentes, pelo tempo restante do mandato dos demais membros.

§ 2º Os suplentes serão imediatamente convocados por ordem de classificação, nos casos de:

I - licenças, férias e afastamentos a que fazem jus os titulares;

II - vacância, por renúncia, destituição ou perda da função, falecimento ou outras hipóteses de afastamento definitivo.

§ 3º Aplicam-se às situações de licença e vacância, no que couberem, as normas de pessoal da Administração Pública Municipal.

Art. 14 O servidor público municipal que vier a exercer mandato de Conselheiro Tutelar, cuja jornada de trabalho for igual ou superior a 20 horas semanais, ficará licenciado do seu cargo efetivo, podendo, entretanto, optar por sua remuneração.

Parágrafo Único: O tempo de serviço que o servidor efetivo vier a prestar como Conselheiro Tutelar será computado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

Art. 15 O Conselho Tutelar funcionará em sua sede, nos dias úteis, das 8 às 12 horas e das 13h30min. às 17h30min., e nos demais dias e horários, em regime de plantão ou sobreaviso, para os casos emergenciais.

§ 1º O Poder Público Municipal garantirá a estrutura necessária ao seu funcionamento, como uma sede, mobiliário, equipamento de informática, telefone, veículo, pessoal de apoio administrativo, além de outros.

§ 2º Será feita ampla divulgação do seu endereço físico e eletrônico e do seu número de telefone.

Art. 16 A jornada de trabalho do Conselheiro Tutelar é de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: O Regimento Interno do Conselho Tutelar definirá a dinâmica de atendimento, explicitando os procedimentos a serem neles adotados e deverá ser aprovado pelo COMDCAN.

Art. 17 O exercício da função de Conselheiro Tutelar exige - além da carga horária semanal de trabalho, seja no expediente diário, seja no plantão ou sobreaviso - a participação, a critério da maioria dos membros do Conselho Tutelar, em reuniões de trabalho fora da sede do Conselho e a presença em atos públicos.

SEÇÃO II

DA REMUNERAÇÃO

Art. 18 A remuneração do Conselheiro Tutelar será de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), sendo reajustada nos mesmos índices e nas mesmas datas dos reajustes gerais concedidos ao funcionalismo público municipal.

Art. 19 O Conselheiro Tutelar terá assegurada a percepção de todos os direitos assegurados na Constituição Federal aos trabalhadores em geral, especialmente:

I - gratificação natalina;

II - férias anuais remuneradas com 1/3 a mais de salário;

III - licença gestante;

IV - licença paternidade;

V - licença para tratamento de saúde;

VI - inclusão no regime geral da Previdência Social.

Parágrafo Único: Na hipótese de um Conselheiro Tutelar adotar criança ou adolescente, aplicar-se-ão as normas da lei federal nº 10.421 de 15.04.2002.

SEÇÃO III DAS ATRIBUIÇÕES E DOS DEVERES

Art. 20 Compete aos Conselheiros Tutelares, sem prejuízo de outras atribuições definidas no Regimento Interno do Conselho:

I - cumprir o disposto no art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.090/1990);

II - zelar pelo efetivo atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

III - assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV - zelar pelos princípios da autonomia do Conselho Tutelar e da permanência das suas ações, nos termos da legislação federal, e suplementarmente, da legislação municipal.

SEÇÃO IV DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS

Art. 21 São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos no ato da inscrição;

III - residir no município há pelo menos 5 (cinco) anos;

IV - comprovação de conclusão de Ensino Médio;

V - participar, com frequência de 100%, de curso prévio promovido gratuitamente pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sobre a política de atendimento à criança e ao adolescente;

VI - estar em pleno gozo dos direitos políticos;

VII - não ter sido reeleito como Conselheiro Tutelar nos últimos 6 (seis) anos;

VIII - Dar cumprimento às regras, prazos, condições e documentos exigidos em Edital que visa a eleição dos Conselheiros Tutelares.

§ 1º Ao candidatar-se à função de Conselheiro Tutelar, o membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá simultaneamente pedir seu afastamento desse Conselho.

§ 2º Os impedimentos de exercício de Conselheiro Tutelar devem obedecer o que consta no Art. 140 e seu Parágrafo Único da Lei 8.069/90.

Art. 22 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Navegantes, ocorrerá em consonância com o disposto no § 1º do Art.139 da Lei Federal nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente e será realizado a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

Art. 23 Os Conselheiros Tutelares serão escolhidos pelo voto direto, secreto, universal e facultativo dos cidadãos-eleitores do município, em processo realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a fiscalização do Ministério Público.

§ 1º A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente instituirá a Comissão Especial Eleitoral, que deverá ser constituída por conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observada a composição paritária entre os mesmos.

Art. 24 Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente definir a forma de escolha e de registro das candidaturas, o prazo para impugnações, proclamar os resultados e dar posse aos escolhidos, tudo com ampla publicidade.

Art. 25 No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato:

I - doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

II - abuso do Poder Econômico na propaganda feita através dos

veículos de comunicação social;

III - fazer propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto, nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário, ou detentor de concessão de moradia.

Art. 26 A violação do disposto no art.25 desta lei acarretará a cassação do registro da candidatura.

Art. 27 Admite-se a realização de debates e entrevistas.

SEÇÃO V DO MANDATO

Art. 28 O mandato do Conselheiro Tutelar será de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução (art. 132, Lei 8.069/90).

Art. 29 O Conselheiro Tutelar perderá o mandato nos seguintes casos:

I. Infração, no exercício das funções, das normas contidas na Lei nº8.060/90;

II. Condenação por crime ou contravenção penal incompatível com o exercício da função, com decisão transitada em julgado;

III. Abandono da função por período superior a 30 (trinta) dias;

IV. Inassiduidade habitual injustificada;

V. Improbidade administrativa;

VI. Ofensa física, em serviço, a outro Conselheiro Tutelar, servidor público ou a particular;

VII. Conduta incompatível com o exercício do mandato;

VIII. Exercício ilegal de cargos, empregos, funções públicas ou atividades privadas;

IX. Reincidência em duas faltas punidas com suspensão;

X. Excesso no exercício da função, de modo a exorbitar de suas atribuições, abusando da autoridade que lhe foi conferida;

XI. Exercer ou concorrer a cargo eletivo;

XII. Receber a qualquer título honorários no exercício de suas funções, exceto os previstos em lei;

XIII. Exercer advocacia na comarca, no segmento dos direitos da criança e do adolescente;

XIV. Utilização do cargo e das atribuições de Conselheiro Tutelar para obtenção de vantagem de qualquer natureza, em proveito próprio ou de outrem;

XV. Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

XVI. Exercício de atividades político-partidárias.

SEÇÃO VI DAS PENALIDADES

Art. 30 A qualquer tempo o Conselheiro Tutelar pode ter seu mandato suspenso ou cassado, no caso de descumprimento de suas atribuições, prática de atos ilícitos ou conduta incompatível com a confiança outorgada pela comunidade.

§ 1º As conclusões do procedimento administrativo devem ser remetidas ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, que em plenária, deliberará acerca da aplicação da penalidade de suspensão ou perda de mandato.

§ 2º Aplicada a penalidade pelo CMDCA, este declarará vago o cargo, quando for o caso, situação em que será convocado o primeiro suplente, inclusive quando a suspensão exceder a 10 (dez) dias.

§ 3º Quando a violação cometida pelo Conselheiro Tutelar constituir ilícito penal, caberá aos responsáveis pela apuração oferecer notícia de tal fato ao Ministério Público para as providências cabíveis.

Art. 31 O processo disciplinar para apurar os fatos e aplicar penalidade a Conselheiro Tutelar que praticar falta funcional será conduzido por Comissão especialmente designada, formada por 1 (um) representante do Executivo Municipal indicado pelo chefe do Executivo Municipal, 2 (dois) representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, um governamental

e outro não-governamental e 1 (um) representante do próprio Conselho Tutelar, de todos sendo exigido conhecimento acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 1º Os representantes indicados serão, respectivamente:

I - o representante do Executivo, pelo Prefeito;

II - o representante governamental do CMDCA, pela maioria dos conselheiros governamentais, e o representante não governamental pela maioria dos conselheiros não governamentais do referido Conselho;

III - o representante do Conselho Tutelar, pela maioria dos conselheiros tutelares, neste caso estando impedido de votar o indicado.

§ 2º O representante do Executivo deverá ser bacharel em Direito, indicado pela Procuradoria Geral do Município.

Art. 32 São previstas as seguintes penalidades disciplinares:

I. Advertência;

II. Suspensão;

III. Perda do mandato.

Art. 33 Na aplicação das penalidades, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem, as circunstâncias agravantes e atenuantes e os antecedentes funcionais do Conselheiro Tutelar.

Art. 34 A advertência será aplicada por escrito nos casos de inobservância dos deveres do Conselho Tutelar previstos na Lei nº8.069/90 bem como transcrito no Regimento Interno do Conselho, que não justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

Art. 35 A suspensão será aplicada em caso de reincidência nas faltas punidas com advertência, não podendo exceder 90 (noventa) dias.

Parágrafo Único: Durante o período de suspensão, o Conselheiro Tutelar não receberá a respectiva remuneração.

Art. 36 A perda do mandato ocorrerá nos casos conforme o art. 29 desta lei.

Art. 37 Da sindicância, que se concluirá no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, se necessário, poderá resultar:

I - o Arquivamento;

II - a aplicação da penalidade de advertência ou suspensão;

III - instauração do processo disciplinar.

Art.38 Como medida cautelar e a fim de que o Conselheiro não venha a interferir na apuração de irregularidade, poderá, a autoridade competente, determinar o seu afastamento do exercício da função pelo prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Art. 39 O CMDCA, pela maioria absoluta de seus membros (metade mais um dos membros), decidirá o caso.

§ 1º Para aplicar a penalidade mais grave, que é a de perda da função pública de Conselheiro Tutelar, faz-se necessária a maioria qualificada de 2/3 (dois terços) de todos os seus membros.

§ 2º Da decisão que aplicar qualquer medida disciplinar, em 10 (dez) dias, poderá ser apresentado recurso à plenária do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NAVEGANTES - CMDCA, de cuja decisão final não caberá qualquer outro recurso administrativo, dando-se então publicidade e comunicando-se ao denunciante.

§ 3º Constatada a prática de crime ou contravenção penal, o fato será ainda informado ao Ministério Público, com cópia da decisão final.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 40 Fica prorrogado o mandato dos atuais conselheiros até o dia 9 de janeiro de 2016.

Art. 41 Para atender às despesas decorrentes desta lei, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 42 Esta lei poderá ser regulamentada, no que couber, mediante Decreto.

Art. 43 Esta lei entra em vigor na data da sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 31 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI COMPLEMENTAR 238 REPASSE AO FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N.º 238 DE 31 DE MARÇO DE 2015
DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE REPASSES FINANCEIROS DE RECURSOS DO FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA (FIA) A ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º Fica, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, autorizado a realizar repasses financeiros do Fundo da Infância e da Adolescência (FIA), por meio de subvenções, auxílios e/ou contribuições, a entidades privadas sem fins lucrativos, nos termos e condições estabelecidas nesta lei.

Art. 2º Os repasses destinam-se ao financiamento direto de projetos que atendam à política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, apresentados por entidades privadas sem fins lucrativos e de utilidade pública municipal, consideradas relevantes para o desenvolvimento da criança e do adolescente no âmbito Municipal, na forma e nos limites estabelecidos por esta lei.

Art. 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no seu PLANO DE APLICAÇÃO, fixará, anualmente, por meio de Resolução, o montante de recursos do FIA a ser destinado para as entidades e critérios que garantam que os projetos apoiados sejam executados nos termos do art. 2º desta lei, prevendo, inclusive, valor limite por projeto a ser aprovado.

§ 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará Edital anual visando à inscrição de projetos.

§ 2º O Edital deverá estabelecer, de forma clara, os prazos, as condições e as formas para apresentação dos projetos, documentos necessários, entidades que podem pleitear os recursos, requisitos mínimos, bem como critérios claros e objetivos de avaliação e seleção dos projetos.

Art. 4º Fica determinada a criação, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Comissão de Avaliação e Seleção, formada por 2 (dois) membros representantes Governamentais e por 2 (dois) membros representantes não governamentais, indicados pelo próprio Conselho e nomeados por Decreto pelo Poder Executivo Municipal, sendo presidida pelo Presidente do referido Conselho ou por alguém por ele indicado.

Parágrafo Único: A Comissão de Avaliação e Seleção ficará incumbida da avaliação e seleção dos projetos a serem apoiados, observando os critérios estabelecidos no Edital, em conformidade com o § 2º do art. 3º desta lei.

Art. 5º Os interessados na obtenção de recursos do FIA deverão apresentar seus projetos na Secretaria do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente nos prazos estabelecidos no Edital, devidamente protocolados, que os encaminhará à Comissão de Avaliação e Seleção.

§ 1º Os Critérios mínimos para apresentação dos projetos serão:

I - Entrega de documentos nos prazos previstos no Edital;

II - O proponente poderá protocolar apenas 01 (um) projeto;

III - Identificação de todos os dados do proponente;

IV - Identificação da área de atuação do projeto;

V - Detalhamento no Plano de Trabalho do Projeto (Objetivo, Metas, Justificativa, Execução, Plano de Aplicação dos Recursos, Contrapartidas, Divulgação, Orçamentos), conforme resolução expedida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VI - Declarações e Termos de Compromisso assinados;

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

VII - Cumprimento de todas as etapas e exigências do Edital

§ 2º O responsável pelo projeto deverá ser pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública e que comprove domicílio e atuação no Município de Navegantes há, pelo menos, dois anos.

Art. 6º Os projetos deverão, necessariamente, conter cronograma de execução físico-financeira e plano de aplicação dos recursos, que habilitará o proponente ao recebimento do financiamento parcial, se for o caso, após a prestação de contas de cada etapa.

Art. 7º Ao término da execução do projeto, o beneficiário deverá apresentar prestação de contas dos recursos recebidos em conformidade com o plano de aplicação, observando-se as normas municipais de controle interno editadas.

§ 1º As prestações de contas deverão ser protocoladas na Secretaria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente nos prazos fixados no Edital, que fará a análise quanto à execução dos projetos em conformidade com a política municipal da criança e do adolescente, bem como dos resultados obtidos.

§ 2º Analisadas as prestações de contas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, estas serão encaminhadas à Secretaria Municipal de Gestão e Controle para análise e emissão de Parecer em conformidade com as Instruções Normativas de Controle Interno nº 002 e nº 003 de 2011.

§ 3º O beneficiário, para o recebimento de novos recursos, ficará condicionado à aprovação, por parte do Chefe do Poder Executivo, da prestação de contas apresentada num prazo máximo de 60 dias.

§ 4º Além das sanções penais cabíveis, o empreendedor que não comprovar a aplicação dos recursos nos prazos e na forma estipulada nesta lei sofrerá sanções administrativas, será inscrito em dívida ativa perante a Fazenda Municipal e excluído de qualquer

projeto apoiado pelo FIA, por um período de dois anos após o cumprimento dessas obrigações.

Art. 8º Dos projetos financiados nos termos desta lei deverão constar identificação do Município (brasão oficial), bem como o apoio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do FIA como financiadores do projeto.

Art. 9º É de livre acesso toda e qualquer documentação referente ao projeto.

Art. 10 Aplicar-se-ão aos projetos de que trata esta lei às normas legais de controle, prestação e tomada de contas pelos órgãos de controle interno da Município de Navegantes, sem prejuízo da competência específica do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 11 Esta lei complementar poderá ser regulamentada, no que couber, mediante Decreto.

Art. 12 Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 31 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1171 NOMEIA SECRETÁRIA EXECUTIVA PARA OS CONSELHOS MUNICIPAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n.º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1171 DE 31 DE MARÇO DE 2015

NOMEIA SECRETÁRIA EXECUTIVA PARA OS CONSELHOS MUNICIPAIS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60,

RESOLVE:

I NOMEAR a senhora Maria Solange Pereira Fornari como Secretária Executiva de todos os Conselhos Municipais de Navegantes.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/2/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 31 de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.
3184-3523 E 3547-3604/2015**

PORTARIA Nº. 3184 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. LENIR SCHEIDT CANDIDO, sob matrícula nº 542/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "23 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3185 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. LUCIANA BATISTA VIEIRA, sob matrícula nº 475/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Orientadora Escolar, posicionando-se na Referência "26 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3186 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003.

RESOLVE:

I - Promover, a Srª. APARECIDA SAGAZ DE MELLO, sob matrícula nº 459/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Consultora Educacional, posicionando-se na Referência "25 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3187 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003.

RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARLENE SOUZA COUTO, sob matrícula nº 199/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "22 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3188 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003.

RESOLVE:

I - Promover, o Sr. PEDRO OLIVEIRA DA SILVA, sob matrícula nº 497/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Administrador Escolar, posicionando-se na Referência “21 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3189 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003.

RESOLVE:

I - Promover, a Srª. SANDRA RUBIA FERNANDES ROSA, sob matrícula nº 208/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “24 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com

seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3190 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. SILVANA FERNANDES, sob matrícula nº 604/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “22 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3191 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ADRIANA ADELAIDE BORBA DE SOUZA, sob matrícula nº 826/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “22 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar

011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3192 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ADRIANA FERNANDES ROSA, sob matrícula nº 701/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “20 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3193 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MERI ROSANE LAURENÇO DA SILVA, sob matrícula nº 711/06 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Supervisora Escolar, posicionando-se na Referência “22 A”, referente ao

período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3194 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. JACQUELINE TERESINHA REGIS MAIS, sob matrícula nº 539/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “21 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3195 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ELISANGELA REGIS, sob matrícula nº 655/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “16 A”, referente ao período trabalhado de

2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3197 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. CILMARA BENTO VIEIRA, sob matrícula nº 848/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “20 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3198 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ODEIA DE JESUS COELHO, sob matrícula nº 2641/05 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira,

Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3199 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. EDINEIA MONICA DE ANDRADE, sob matrícula nº 19770/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3200 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. BENTA CRISTINA SOUZA, sob matrícula nº 4526/05 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar

011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3202 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. REGINA CELIA CORREIA, sob matrícula nº 215/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "26 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3203 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. TEREZA CRISTINA SOCORRO SANTOS, sob matrícula nº 229/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "25 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira,

Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3204 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. CLAUDIA DENISE A. BARBOSA DE BRITTO, sob matrícula nº 239/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "24 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3205 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ROSANGELA OLIVEIRA MACELAN RAMSDORF, sob matrícula nº 627/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "21 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar

011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3206 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. JESSANA NICOLETTI PEREIRA, sob matrícula nº 748/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “19 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3207 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ANA LUCIA SAES AGULHARI, sob matrícula nº 2220/09 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Orientadora Escolar, posicionando-se na Referência “06 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3208 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARILOURDES DE OLIVEIRA ANDRADE MATHIOLA, sob matrícula nº 1935/11 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Orientadora Escolar, posicionando-se na Referência “04 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3209 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. PATRICIA DA SILVA HONORATO, sob matrícula nº 648/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por

desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "22 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3210 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ROSIMERI ROLIN MOURA, sob matrícula nº 798/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "20 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3211 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003.

RESOLVE:

I - Promover, a Srª. SANDRA MARIA MEDEIROS, sob matrícula nº 1461/13 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "05 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3212 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003.

RESOLVE:

I - Promover, a Srª. SALETE APARECIDA COUTO PEIXER, sob matrícula nº 503/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "27 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3213 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003.

RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARIA TEREZINHA MARCOS, sob matrícula nº 486/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "22 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3214 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. CYNTHIA ROSANGELA DE SOUZA, sob matrícula nº 1177/15 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Supervisora Escolar, posicionando-se na Referência "04 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3215 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ANA PAULA ROCHA PASSOS, sob matrícula nº 704/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "21 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3216 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. JOSANE VIEIRA BENTO, sob matrícula nº 474/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "29 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3217 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. CLAUDIA MARIA SERAFIM, sob matrícula nº 210/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “25 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3218 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, o Sr. EUCLIDES MENDES, sob matrícula nº 185/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professor, posicionando-se na Referência “19 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3219 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO, sob matrícula nº 619/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “23 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3220 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. SILVANA MARIA LIBORIO, sob matrícula nº 271/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “24 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3221 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. SILVIA HELENA MAÇANEIRO, sob matrícula nº 284/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "25 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3222 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. NEUSETTE MADALENA SLOMSKI CATARINA, sob matrícula nº 4389/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "05 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3223 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MONICA LEAL CUNHA, sob matrícula nº 614/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "23 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3224 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ADRIANA CRISTIANE GAYA, sob matrícula nº 636/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "20 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3225 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ROSIMARE ROSA DE SOUZA, sob matrícula nº 628/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Supervisora Escolar, posicionando-se na Referência "14 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3226 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ROSANE APARECIDA PEREZ CAPELLA, sob matrícula nº 541/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "22 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3227 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. CATIA CILENE FERREIRA DOS SANTOS, sob matrícula nº 194/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "24 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3228 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MARA SILVIA FERREIRA, sob matrícula nº 477/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Orientadora Escolar, posicionando-se na Referência "24 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3229 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. FRANCISCA ENIR P. DA SILVA, sob matrícula nº 470/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Supervisora Escolar, posicionando-se na Referência “24 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3230 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. JEANNIE ANACLETO RENGEL, sob matrícula nº 574/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “22 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3231 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARCIA REGINA C. SOUZA, sob matrícula nº 699/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “19 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3232 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARIS STELLA CORREA CORSONI, sob matrícula nº 626/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “20 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3233 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ANA GRAZIELA DE SOUZA DA LUZ, sob matrícula nº 1661/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "13 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3234 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, o Sr. CHARLES SOARES, sob matrícula nº 570/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Supervisor Escolar, posicionando-se na Referência "03 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3235 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. DALVA SAGAS MEDEIROS, sob matrícula nº 666/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Supervisora Escolar, posicionando-se na Referência "14 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3236 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, o Sr. ERIBERTO HONORATO NUNES, sob matrícula nº 1825/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professor, posicionando-se na Referência "14 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3237 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. GRAZIELA MARIA ZIMERMANN DA SILVA, sob matrícula nº 1726/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "14 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3238 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. JULIANA DE SOUZA, sob matrícula nº 731/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "14 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3239 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MAIRA RITA CORREA, sob matrícula nº 1813/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "14 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3240 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARCIA DA COSTA OLIVEIRA LIBORIO, sob matrícula nº 1154/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Supervisora Escolar, posicionando-se na Referência "14 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3241 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MARIA DE FATIMA SIMÕES DE MOURA, sob matrícula nº 1829/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "14 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3242 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. NEUZA MARIA DOS SANTOS DIAS, sob matrícula nº 1821/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "14 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3243 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. OLGA HENRIQUETA FURTADO, sob matrícula nº 894/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "14 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3244 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. RONISE DE AZEVEDO, sob matrícula nº 1597/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "12 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3245 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ROSANE RONCALIO, sob matrícula nº 1152/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Supervisora Escolar, posicionando-se na Referência "13 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3246 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ROSI CLEIA DE SOUZA, sob matrícula nº 1814/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "13 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3247 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. SONIA VIEIRA COSTA, sob matrícula nº 1147/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Supervisora Escolar, posicionando-se na Referência "13 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3248 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. LENITA DE SOUZA GAYA, sob matrícula nº 1890/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Supervisora Escolar, posicionando-se na Referência "12 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3249 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. REGINA CELIA SILVA SANTOS RODRIGUES, sob matrícula nº 1664/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “10 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3250 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ADRIANA DA SILVA POLI, sob matrícula nº 1065/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “12 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3251 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. CLAUDINE DENISE SOUZA, sob matrícula nº 1018/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “10 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3252 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. CLEONICE ANGELINA CRIVELETO ZANOTTO, sob matrícula nº 1499/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Supervisora Escolar, posicionando-se na Referência “12 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3253 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. DANIELA BORTOLATTO RANGUET, sob matrícula nº 1810/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "11 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3254 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. DIRCE MARQUES, sob matrícula nº 993/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "10 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3255 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. DORIS KOLHER DE SOUZA, sob matrícula nº 1653/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Supervisora Escolar, posicionando-se na Referência "12 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3256 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. GISELE TOLEDO CRUZ, sob matrícula nº 984/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "12 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3257 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. IDILZAMAR FRANCISCO PACHECO, sob matrícula nº 891/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "16 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3258 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MARIA OTILIA FURTADO, sob matrícula nº 1882/07 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "11 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3259 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MARILI CORREA GUILHERME, sob matrícula nº 2404/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "12 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3260 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MARILIA MOSER, sob matrícula nº 1734/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "12 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3261 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MERIELE NASCIMENTO, sob matrícula nº 1521/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "12 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3262 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MIRIAN ERAIDES FAUSTINO, sob matrícula nº 1427/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "11 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3263 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. NEROZILDA PINHEIRO FERREIRA, sob matrícula nº 1093/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "09 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3264 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ODEIA DE JESUS COELHO, sob matrícula nº 2641/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "09 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3265 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. SUSANA MARIA LIBORIO, sob matrícula nº 2230/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "12 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3266 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. KELLY CRISTINA GAYA NASCIMENTO, sob matrícula nº 2778/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "11 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3267 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. LILIAN MURARA CALDEIRA, sob matrícula nº 2407/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "06 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3268 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MARIZA MARIA AMORIM, sob matrícula nº 204/06 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "06 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3269 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Sr^a. ADRIANA BORTOLATO GUAREZI FELET, sob matrícula nº 1707/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "07 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3270 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Sr^a. ALINE WANA DE SOUZA, sob matrícula nº 1802/10 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Administradora Escolar, posicionando-se na Referência "09 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3271 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, o Sr. AMERICO DUARTE MEDINA, sob matrícula nº 3534/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professor, posicionando-se na Referência "07 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3272 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Sr^a. CLARICE ALVES DE MIRANDA, sob matrícula nº 3510/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "06 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3273 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. CLAUDETE NOVAIS ALVES, sob matrícula nº 1016/07 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "09 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3274 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, o Sr. CLEZIO BEZ, sob matrícula nº 1211/09 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professor, posicionando-se na Referência "08 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3275 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ELIANE APARECIDA DA LUZ, sob matrícula nº 1662/06 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "08 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3276 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ELIZABETH ZIMERMANN, sob matrícula nº 1688/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "07 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3277 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. FERNANDA YARA APARECIDA DE SOUZA C. CABRAL, sob matrícula nº 1545/07 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "07 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3278 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, o Sr. FLAVIO COSTA, sob matrícula nº 1996/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professor, posicionando-se na Referência "08 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3279 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. GILÇA ONELIA DE JESUS, sob matrícula nº 1519/07 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "09 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3280 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. GRACIANE MARA SALLES VENANCIO, sob matrícula nº 1459/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "09 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3281 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. LIDIANE HELENA CRISPIM CABRAL, sob matrícula nº 998/05 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “09 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3282 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. LUCIA REGINA CARDOSO DA COSTA MULLER, sob matrícula nº 855/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “07 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3283 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. LUCILEIA MARTINS FAJARDO, sob matrícula nº 1794/07 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “09 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3284 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARCIA FERNANDES RODRIGUES, sob matrícula nº 1286/12 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Orientadora Escolar, posicionando-se na Referência “05 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3285 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MARI ANGELA ROCHA FERREIRA, sob matrícula nº 3506/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Orientadora Escolar, posicionando-se na Referência "08 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3286 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MARIA LOSANGELA MACIEL NASCIMENTO, sob matrícula nº 1712/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "09 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3287 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MARIJARA PINTO, sob matrícula nº 991/05 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "07 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3288 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MARLI VIANA BOERA, sob matrícula nº 812/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Orientadora Escolar, posicionando-se na Referência "09 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3289 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARTA ENI DUTRA, sob matrícula nº 1178/07 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "08 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3290 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ROSEMARY KERTICHKA, sob matrícula nº 1024/05 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "09 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3291 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. SIMONE LEFFER DA SILVA, sob matrícula nº 1003/07 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "06 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3292 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. SUELI COUTO FERNANDES, sob matrícula nº 716/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "09 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3293 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. SUSIMERY MULLER, sob matrícula nº 2851/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “07 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3294 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. TATIANA ROSEMERI BARTEL GALVEZ, sob matrícula nº 1104/05 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “08 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3295 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. VALDEREZ GIOVANI DE OLIVEIRA, sob matrícula nº 2855/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “07 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3296 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. VIVIANE BERKENBROCH RAMOS, sob matrícula nº 1547/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3297 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. DAGLIE MARGARET DA SILVA, sob matrícula nº 2676/06 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "09 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3298 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ELIZA AURELIA ROMÃO, sob matrícula nº 2812/05 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "08 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3299 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. JANETE CORDEIRO GUZATTO, sob matrícula nº 2680/09 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "06 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3300 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ANA CRISTINA DOS SANTOS, sob matrícula nº 2477/05 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "08 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3301 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. BRUNA PERÃO, sob matrícula nº 2495/08 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "07 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3302 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. CLAUDIA APARECIDA DE GEORGE, sob matrícula nº 1659/08 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "07 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3303 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. DANUBIA ALEXANDRA TORRES, sob matrícula nº 3657/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "08 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3304 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. EDICLEIA LEIRIA DA SILVA, sob matrícula nº 465/08 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "08 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3305 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ELIANE CIDRAL DA SILVA, sob matrícula nº 997/08 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "03 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3306 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ELISANGELA MARIA ANACLETO, sob matrícula nº 2231/06 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "06 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3307 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, o Sr. HARRY KREUTZFELD JUNIOR, sob matrícula nº 3222/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professor, posicionando-se na Referência "06 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3308 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, o Sr. JOÃO EVANGELISTA CHAGAS SANTOS NETO, sob matrícula nº 2666/05 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professor, posicionando-se na Referência "07 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3309 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. LUCIANA APARECIDA PERES BERNADO, sob matrícula nº 879/08 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “07 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3310 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. LUCIANA DOS PASSOS BENTO, sob matrícula nº 1811/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “13 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3311 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. LUCIANA ISABEL BORGES, sob matrícula nº 1225/08 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “07 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3312 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. LUCILIA DE SOUZA, sob matrícula nº 1706/06 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “05 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3313 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MARIA JULIANA DA SILVA, sob matrícula nº 2264/07 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "08 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3314 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MARIA LUCIANA DE OLIVEIRA, sob matrícula nº 3072/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "08 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3315 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MARIA LUIZA KEUNECKE BALTAZAR, sob matrícula nº 1678/10 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "07 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3316 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MARIA REGINA DE MELLO, sob matrícula nº 2683/05 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "06 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3317 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MARILECIA VIEIRA, sob matrícula nº 3098/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "07 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3318 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MARILEUZA MORAES GOMES, sob matrícula nº 1151/06 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "06 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de janeiro de 2015.

PORTARIA Nº. 3319 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MARISTELA DE FATIMA ALVES DOS SANTOS, sob matrícula nº 1077/07 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "08 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3320 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ROSANGELA CAMILO ARCENO, sob matrícula nº 585/07 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "08 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3321 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ROSCLER CASTELLAIN DE ANDRADE DE SOUZA, sob matrícula nº 2673/06 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "08 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3322 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. SOLEIDE VALTRICK, sob matrícula nº 2065/06 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "08 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3323 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. SUSANA MARIA LIBORIO, sob matrícula nº 2230/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "08 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3324 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. VALERIA REGINA DE CAMARGO MARTINS, sob matrícula nº 1951/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Orientadora Escolar, posicionando-se na Referência "05 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3325 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. VANESSA BERNARDES PRESOTTO HRESCAK, sob matrícula nº 3996/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "07 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3326 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. VIVIANE PIERRE DOS PASSOS, sob matrícula nº 1439/08 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "07 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3327 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ANA RUBIA DO AMARAL ROSA, sob matrícula nº 2911/08 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "06 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3328 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, o Sr. ANDERSON DO ROSARIO, sob matrícula nº 4080/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professor, posicionando-se na Referência "04 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3329 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ANDREA BURGONOV, sob matrícula nº 1004/08 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "03 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3330 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. CRISTIANE CLERIA BENTO, sob matrícula nº 1793/10 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "06 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3331 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. EDIMARA AYRES BARBOSA, sob matrícula nº 2766/10 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "06 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3332 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ELIANE APARECIDA DA LUZ, sob matrícula nº 1662/10 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "05 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3333 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ELIANE FALLETTI DE ARAUJO VERGUEIRO, sob matrícula nº 3134/05 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "06 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3334 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ELIZABETE PALUMBO DA SILVA, sob matrícula nº 1005/06 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "06 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3335 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ERICA SOARES DA SILVA, sob matrícula nº 2671/06 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "06 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3336 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. FABRICIA GISELE PEREIRA, sob matrícula nº 3143/06 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "06 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3337 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. FERNANDA CRISTINA LOPES, sob matrícula nº 4376/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "06 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3338 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. JULIANA CRISTINA JUTTEL, sob matrícula nº 3624/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "06 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3339 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. LARA CRISTINA DE JESUS, sob matrícula nº 2526/10 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "05 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3340 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. LUDIMILA GAYA PRETI, sob matrícula nº 1798/08 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "06 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3341 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MARCIA JULIANA ASSOLARI, sob matrícula nº 2211/10 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "05 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3342 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MARGARETE DA ROSA BRUSTOLIN, sob matrícula nº 2360/09 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "05 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3343 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MARILEIA MOURA, sob matrícula nº 2365/10 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "06 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3344 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MICHELLE PINHEIRO OLIVEIRA SALES, sob matrícula nº 3870/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "03 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3345 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, o Sr. RODRIGO PEDRO DIAS, sob matrícula nº 4055/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professor, posicionando-se na Referência "04 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3346 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ROSIMERE APARECIDA DE FREITAS, sob matrícula nº 4254/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "03 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3347 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. SILVIA TAIS ALVES BARBOSA SILVA, sob matrícula nº 1000/10 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "02 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3348 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. VILMA BERNARDES DE SOUZA, sob matrícula nº 3561/06 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "06 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3349 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, o Sr. VOLMAR ADRIANO JUNIOR, sob matrícula nº 3528/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professor, posicionando-se na Referência "04 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3350 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ADENISE APARECIDA MAFRA SOARES, sob matrícula nº 2249/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "04 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3351 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ALBERTINA MAZZI FLORES, sob matrícula nº 4493/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "04 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3352 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ANA CRISTINA DE MORAES BRAZ, sob matrícula nº 3746/05 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "03 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3353 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ANDREA CRISTINA DAS NEVES, sob matrícula nº 637/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3354 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ANDREIA GERALDO, sob matrícula nº 1852/10 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3355 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ANDREIA PIRATH, sob matrícula nº 4452/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “06 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3356 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ANELISA SANTOS GAYA, sob matrícula nº 1739/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3357 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ANNE LISE PEREIRA LEOPOLDINO, sob matrícula nº 4446/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "04 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3358 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ARICELI VITTI, sob matrícula nº 4450/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "04 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3359 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. BETANIA PERÃO DOS PASSOS, sob matrícula nº 1009/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "03 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3360 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. BRUNA PERÃO, sob matrícula nº 2495/10 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "04 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3361 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. CLAUDIA APARECIDA DE GEORGE, sob matrícula nº 1659/10 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "07 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3362 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. CLEIDE DAS NEVES SILVA, sob matrícula nº 4489/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "06 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3363 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. DAIANE ZUMACK, sob matrícula nº 2450/05 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "04 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3364 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. DANUBIA ALEXANDRA TORRES, sob matrícula nº 3657/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "06 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3365 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. DIRCE MARQUES, sob matrícula nº 993/08 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "04 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3366 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ELAINE CRISTINA ROMÃO, sob matrícula nº 1287/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "04 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3367 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ELIZABETH ZIMERMANN, sob matrícula nº 1688/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "03 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3368 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. GEOVANA PEREIRA DE SOUZA, sob matrícula nº 3315/06 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "06 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3369 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. GIANE DA SILVA PATRICIO, sob matrícula nº 1153/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3370 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. GRACIANE MARA SALLES VENANCIO, sob matrícula nº 1459/05 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “06 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3371 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. GRAZIELA APARECIDA VENTURA, sob matrícula nº 4448/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “06 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3372 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. JOANA MARIA DA SILVA WALKER, sob matrícula nº 4488/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “06 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3373 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, o Sr. JOÃO EVANGELISTA CHAGAS SANTOS NETO, sob matrícula nº 2666/06 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professor, posicionando-se na Referência "04 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3374 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, o Sr. JOHNNY JOSE TOMELIN, sob matrícula nº 2947/05 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professor, posicionando-se na Referência "04 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3375 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. KATIA MARIA DOS SANTOS, sob matrícula nº 2271/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "04 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3376 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. LEIDE DAS NEVES SILVA, sob matrícula nº 4476/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "06 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3377 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. LEILA LEOCADIA SOUZA, sob matrícula nº 3752/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “06 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3378 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. LUCIANA APARECIDA PERES BERNARDO, sob matrícula nº 879/10 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “06 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3379 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. LUCIANA ISABEL BORGES, sob matrícula nº 1225/10 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “04 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3380 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. LUCILEIA MARTINS FAJARDO, sob matrícula nº 1794/09 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “06 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3381 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARIA ESTELA KUHN, sob matrícula nº 4505/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3382 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARIA LOSANGELA MACIEL NASCIMENTO, sob matrícula nº 1712/05 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “06 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3383 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARIA LUIZA KEUNECKE BALTAZAR, sob matrícula nº 1678/12 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “04 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3384 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARILEIA DA SILVA MEDEIROS, sob matrícula nº 2822/08 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “04 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3385 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MARINEI LEAL DE SOUZA, sob matrícula nº 987/10 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "06 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3386 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MARISA CORREA, sob matrícula nº 2867/08 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "04 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3387 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MARLI MAFRA ROSA, sob matrícula nº 1451/05 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "06 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3388 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MERIELE NASCIMENTO, sob matrícula nº 1521/09 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "06 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3389 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, o Sr. MICHAEL DAVID DA COSTA, sob matrícula nº 4509/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professor, posicionando-se na Referência “06 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3390 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. NAGELA TATIANE VIEIRA, sob matrícula nº 2996/05 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “06 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3391 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. NARA JOSE PEREIRA, sob matrícula nº 4453/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “04 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3392 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. REGINA CELIA SILVA SANTOS RODRIGUES, sob matrícula nº 1664/11 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3393 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Sr^a. ROSANGELA ANVERSI TRAMONTIM, sob matrícula nº 999/06 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “04 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3394 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Sr^a. ROSEMARY CATANEO FERREIRA, sob matrícula nº 3775/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “04 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3395 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Sr^a. SANDRA MERY BRANDL HEMMER, sob matrícula nº 3310/05 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “05 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3396 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, o Sr. SEBASTIÃO DELAMAR DE SOUZA TORRES, sob matrícula nº 4042/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professor, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3397 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. SELMA SUZETE CIPRIANO, sob matrícula nº 2573/07 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "03 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3398 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. SILVANA VIVIANE VIEIRA, sob matrícula nº 218/08 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "06 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3399 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. SUSANA DOS PASSOS DE SOUZA, sob matrícula nº 1803/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "03 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3400 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. VALIRIA CAVIGLIA, sob matrícula nº 2417/13 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "06 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3401 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. VANESSA BERNARDES PRESOTTO HRESCAK, sob matrícula nº 3996/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "04 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3402 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ALEXANDRA ROVER, sob matrícula nº 1449/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Supervisora Escolar, posicionando-se na Referência "02 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3403 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ANA MATILDE DA SILVA, sob matrícula nº 2228/11 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "02 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3404 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ANDREA CARLA PIMENTA, sob matrícula nº 3073/06 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "05 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3405 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ANTONIO APARICIO SAGAS, sob matrícula nº 2277/09 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "05 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3406 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. CARLA GISELE DE OLIVEIRA, sob matrícula nº 1235/10 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "05 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3407 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. DAGLIE MARGARET DA SILVA, sob matrícula nº 2676/09 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "05 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3408 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. DANIELA ANTONIO PEREIRA, sob matrícula nº 2856/10 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "02 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3409 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ELIANE APARECIDA DA LUZ, sob matrícula nº 1662/12 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “04 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3410 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. FÁBIANA PATRÍCIA RODRIGUES PORRAO, sob matrícula nº 1099/10 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “04 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3411 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. GISELI ZIMMERMANN, sob matrícula nº 2275/06 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “05 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3412 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. GRAZIELA CRISTIANE CORREA, sob matrícula nº 1162/07 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Supervisora Escolar, posicionando-se na Referência “05 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3413 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, o Sr. HARRY KREUTZFELD JUNIOR, sob matrícula nº 3222/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professor, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3414 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. KARLA ROSANA DA SILVA, sob matrícula nº 1654/11 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “04 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3415 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. KATIA ROSANGELA B. DA COSTA, sob matrícula nº 985/14 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Supervisora Escolar, posicionando-se na Referência “05 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3416 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. LOURDES DE FATIMA WALTRICK DIAS CALDEIRA, sob matrícula nº 1705/13 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “05 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3417 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. LUCIANA DOS PASSOS BENTO, sob matrícula nº 1811/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “04 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3418 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. LUCIANA MACHADO NOVAIS, sob matrícula nº 2468/10 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “04 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3419 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. LUCIANI PIVATTO DOS SANTOS MAFRA, sob matrícula nº 2668/09 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3420 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. LUCINEIA PIERRE DOS PASSOS, sob matrícula nº 1078/10 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Orientadora Escolar, posicionando-se na Referência “21 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3421 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, o Sr. LUIZ ANTONIO RODRIGO CAMILO, sob matrícula nº 2681/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professor, posicionando-se na Referência "03 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3422 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MARIA JULIANA DA SILVA, sob matrícula nº 2264/10 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "05 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3423 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, o Sr. ROBERTO NICOLodi, sob matrícula nº 3233/06 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professor, posicionando-se na Referência "02 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3424 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ROSANA DE LOURDES GONÇALVES SILVEIRA, sob matrícula nº 2919/05 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "05 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3425 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Sr^a. ROSILDA APARECIDA DA COSTA, sob matrícula nº 1452/07 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “05 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3426 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Sr^a. RUBIA LOTH TEIXEIRA, sob matrícula nº 2273/07 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Orientadora Escolar, posicionando-se na Referência “04 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3427 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Sr^a. SCHEILA ADRIANA DO CARMO, sob matrícula nº 2842/09 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “04 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3428 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Sr^a. SIMONE DE LIMA ROMÃO PEREIRA, sob matrícula nº 2217/09 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “05 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3429 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. SÍNITA REGINA COUTO RODRIGUES, sob matrícula nº 216/05 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3430 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. SOLEIDE VALTRICK, sob matrícula nº 2065/09 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “05 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3431 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. TATHIANA CORREA STERN SOARES, sob matrícula nº 4020/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Orientadora Escolar, posicionando-se na Referência “05 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3432 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ZILDA SANTOS DE LIRA ALMEIDA, sob matrícula nº 2825/10 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “04 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3433 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ANA MATILDE DA SILVA, sob matrícula nº 2228/12 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3434 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ELIETE AMARO, sob matrícula nº 1426/11 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3435 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ELISANGELA INACIO, sob matrícula nº 1285/17 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3436 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. VANI FRANCISCA INACIO, sob matrícula nº 631/13 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3437 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. CLAUDIANE PIERRE, sob matrícula nº 667/14 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3438 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ANA MARIA ANGIOLETTI, sob matrícula nº 603/13 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3439 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ANDREIA STEFAN, sob matrícula nº 3723/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3440 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. CLEIA RAMOS, sob matrícula nº 1834/06 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3441 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. CLOTILDE RAMOS, sob matrícula nº 1657/10 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "03 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3442 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ELISANDRA PEREIRA BENTO, sob matrícula nº 849/05 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "03 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3443 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. GISLENE RODRIGUES, sob matrícula nº 4312/08 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "03 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3444 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. IRENE CATANEO, sob matrícula nº 16747/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "03 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3445 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. JANILCE ORTENCIA RAULINO, sob matrícula nº 2565/08 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3446 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. JANINI LAURECI ALBANO FRANCISCO, sob matrícula nº 4036/05 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3447 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. JOCELENE LEAL DE SOUZA, sob matrícula nº 1542/16 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3448 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, o Sr. JONATHAN CESAR MAIA, sob matrícula nº 3576/05 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professor, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3449 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. JOYCE DA SILVA POPOVSK, sob matrícula nº 4928/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "03 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3450 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. LUCIANA TRAMONTIN NOLLI, sob matrícula nº 1246/09 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "03 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3451 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MARIA FATIMA DA SILVA RIBEIRO, sob matrícula nº 2366/14 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "03 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3452 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MARIA LUCIANA DE OLIVEIRA, sob matrícula nº 3072/08 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "02 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3453 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MARILUCIA DE OLIVEIRA SAID, sob matrícula nº 4177/06 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "03 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3454 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MIRIAM VIEIRA B, sob matrícula nº 2050/08 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "03 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3455 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. RITA DE CASSIA DA CUNHA BITTENCOURT, sob matrícula nº 1015/08 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "03 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3456 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ROSA MARIA DUARTE AMORIM, sob matrícula nº 16746/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "03 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3457 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. SABRINA GRACIELA APARECIDA DE SOUZA CARTURANO, sob matrícula nº 3219/08 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "02 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3458 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. SALETE DE FATIMA DA LUZ AGLIARDI, sob matrícula nº 2691/12 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "02 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, -- de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3459 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. SAMANTHA GABRIELA FARIA DA SILVA, sob matrícula nº 4057/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "03 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3460 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. SUZETE BENTA DO NASCIMENTO, sob matrícula nº 2757/11 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "03 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3461 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. GISELE RODRIGUES, sob matrícula nº 4312/10 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3462 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARIA OTILIA FURTADO, sob matrícula nº 1882/13 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3463 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ADRIANE MOREIRA DA CONCEIÇÃO SANTANA, sob matrícula nº 4468/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3464 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ALINE PAULA PEREIRA, sob matrícula nº 19780/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3465 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ANA PAULA DA SILVA I, sob matrícula nº 19800/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3466 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ANA REGINA CLAUDINO, sob matrícula nº 3859/08 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3467 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ANDREIA SCHMITT PONTALDI, sob matrícula nº 16732/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3468 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ARIANE DA COSTA MENDES, sob matrícula nº 3810/06 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3469 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. CAMILA FERREIRA, sob matrícula nº 20028/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "02 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3470 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. CARIN DAIANA SALOMÃO, sob matrícula nº 3876/16 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "03 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3471 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, o Sr. CARLOS ARIOLI, sob matrícula nº 17122/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professor, posicionando-se na Referência "02 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3472 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. CELIA DZIN OLEGARIO, sob matrícula nº 19812/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "03 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3473 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. CINTIA SOUZA DA SILVA, sob matrícula nº 4075/05 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3474 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. CONCEÇA MARIA DA COSTA NETA, sob matrícula nº 462/06 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3475 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. CRISTIANE DA ROSA LAGUNA, sob matrícula nº 4475/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3476 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ELIETE TEODORO DAMASCENO CAETANO DE CAMA, sob matrícula nº 16092/05 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3477 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ELIZABETE KLIMKE DO NASCIMENTO, sob matrícula nº 20056/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3478 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ELZA ANICETO DA SILVA, sob matrícula nº 19749/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3479 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, o Sr. FABIANO VIANNA FILARDO, sob matrícula nº 4673/08 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professor, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3480 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, o Sr. FABRICIO MATTOS RODRIGUES, sob matrícula nº 1719/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professor, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3481 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. FERNANDA CRISTINA LOPES, sob matrícula nº 4376/08 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3482 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. FERNANDA GALVEZ NOCETTI, sob matrícula nº 3691/07 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3483 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. FERNANDA MICHAELI DE SOUZA, sob matrícula nº 19732/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3484 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. FRANCIELE CANDIDO, sob matrícula nº 19778/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3485 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. GISELE DE FATIMA BALDO, sob matrícula nº 17083/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3486 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. GISELE DILMA LUCIANO MORAES, sob matrícula nº 16993/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3487 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. JAQUELINE MELLIES DA CONCEIÇÃO, sob matrícula nº 19820/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, -- de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3488 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. JAQUELINE SCHIOCHET, sob matrícula nº 19775/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3489 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. JOICE LARGURA OLIVEIRA, sob matrícula nº 1160/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3490 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, o Sr. JONATHAN CESAR MAIA, sob matrícula nº 3576/07 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professor, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3491 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. JOSILENE YANSAN DE JESUS, sob matrícula nº 19822/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3492 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. JOYCE KARINA BALERA, sob matrícula nº 20087/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3493 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. JULIANA TESTONI THEISS, sob matrícula nº 4538/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3494 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, o Sr. JUNIOMAR NASCIMENTO DA SILVA, sob matrícula nº 4853/05 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3495 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. KALINKA METTE FEYTH, sob matrícula nº 19801/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3496 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. KAREN ELIANE CARLOS, sob matrícula nº 3928/08 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3497 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. KARINA RIBEIRO DE ANDRADE, sob matrícula nº 19736/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3498 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. KATIA MARIA DOS SANTOS, sob matrícula nº 2271/07 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3499 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. LETICIA MARIA NARDI, sob matrícula nº 19821/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3500 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. LUCIANA MACHADO NOVAIS, sob matrícula nº 2468/13 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3501 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. LUDIMILA GAYA PRETI, sob matrícula nº 1798/12 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3502 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. LUIZ FERNANDO VALSANI, sob matrícula nº 16843/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3503 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARGARETE DA ROSA BRUSTOLIN, sob matrícula nº 2360/13 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3504 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARIA BERNARDETE DA SILVA SANTOS, sob matrícula nº 14294/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3505 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARIA DA PAZ ALVES ROMÃO, sob matrícula nº 19746/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3506 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARIANGELA PEDROZO DE OLIVEIRA, sob matrícula nº 19750/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3507 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARICLEIDE DOS SANTOS LAURINDO, sob matrícula nº 17125/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3508 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARIE LUISE CAMPOS SAGAS, sob matrícula nº 19779/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3509 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARILIA MOSER, sob matrícula nº 1734/08 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3510 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, o Sr. MARIO JOSE TRINDADE DA CRUZ, sob matrícula nº 20087/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professor, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3511 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MIRELLA SHELLIGAN MAIA RIBEIRO, sob matrícula nº 3590/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3512 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, o Sr. ORLANDO NAVARRO, sob matrícula nº 4026/06 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professor, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3513 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ROSEMARY CATANEO FERREIRA, sob matrícula nº 3775/08 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "03 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3514 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. SHERON LUBNA BECK, sob matrícula nº 16724/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "02 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3515 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. SIRLEI TEREZINHA WOLFART, sob matrícula nº 16752/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "03 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3516 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. SIRLEY CRISTINE MEDEIROS, sob matrícula nº 16833/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "03 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3517 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. TATHIANA ELIZA GONÇALVES FABENI, sob matrícula nº 19782/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3518 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. TEREZINHA FEUSER STASUN, sob matrícula nº 19747/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3519 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. VALCILETE VALCIDES GRAPP DEOLA, sob matrícula nº 20051/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3520 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, o Sr. VALDEMIR CHAGAS SANTOS JUNIOR, sob matrícula nº 1260/11 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professor, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3521 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. VANESSA CAROLINE FRANCO, sob matrícula nº 4465/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "02 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3522 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. VIVIAN CARDOSO DA SILVA, sob matrícula nº 4654/09 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "03 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3523 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. VIVIANI TAIMARA BERNARDES GALVEZ, sob matrícula nº 17895/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "03 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3547 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ROSANGELA MARIA DA SILVA, sob matrícula nº 1469/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Orientadora Escolar, posicionando-se na Referência "12 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3548 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. CRISTIANE FELICIO, sob matrícula nº 463/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Orientadora Escolar, posicionando-se na Referência "28 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3549 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ADRIANA RODRIGUES LUZ MACARINI, sob matrícula nº 454/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Supervisora Escolar, posicionando-se na Referência "25 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3550 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. RITA DE CASSIA DA SILVA, sob matrícula nº 577/05 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por

desempenho, de forma horizontal no cargo de Consultora Educacional, posicionando-se na Referência "08 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3551 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARIA DE LOURDES ANTUNES, sob matrícula nº 2003/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Consultora Educacional, posicionando-se na Referência "09 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3552 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, o Sr. SERGIO SOARES, sob matrícula nº 1026/05 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Consultor Educacional, posicionando-se na Referência "07 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com

seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3553 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. RAFAELA FERNANDA MENDES, sob matrícula nº 2470/13 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3554 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. PRISCILA CRISTINA REGIS, sob matrícula nº 61907/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3555 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. PATRICIA MENGARDA, sob matrícula nº 1453/07 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “06 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3556 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. PATRICIA DUARTE CIDRAL, sob matrícula nº 4528/09 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3557 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MORGANA APARECIDA GONÇALVES, sob matrícula nº 61903/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "02 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3558 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARISTELA REISER ROSA, sob matrícula nº 2265/10 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "04 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3559 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de

Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARISTELA FELICIO MACARINI, sob matrícula nº 488/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "29 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3560 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARILEIA DA SILVA MEDEIROS, sob matrícula nº 2822/08 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "04 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3561 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARCIA ANDREA GERVASIO, sob matrícula nº 18762/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "02 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3562 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. LEDAIR REGINA DOS SANTOS MATHIOLA, sob matrícula nº 1051/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3563 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. JOSIANE RODRIGUES DOS SANTOS, sob matrícula nº 3430/09 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com

seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3564 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. JANETE MARIA PEGORARO BARON, sob matrícula nº 859/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “14 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3565 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. INDIANARA DOS PASSOS RITA, sob matrícula nº 4451/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “01 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as

disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3566 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. SOLANGE DOS SANTOS, sob matrícula nº 3444/08 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "02 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 19 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3567 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. SILVANETE BEZERRA DE OLIVEIRA, sob matrícula nº 2324/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "02 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE

2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3568 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. SHIRLEY SCHNEIDER SCHREIBER DA COSTA, sob matrícula nº 3647/14 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "02 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 19 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3569 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MARILDA MARIA DE SOUZA, sob matrícula nº 1173/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "05 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3570 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MARIA DOLORES RODRIGUES DA SILVA, sob matrícula nº 2193/08 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "02 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 19 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3571 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MARIA INES PACHECO, sob matrícula nº 1730/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "09 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3572 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ALEXSANDRA FERREIRA DO VALLE, sob matrícula nº 3331/06 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "02 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 19 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3573 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ANA CLAUDIA DE SOUZA COSTA, sob matrícula nº 455/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "27 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3574 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ANA LUCIA DOS SANTOS COELHO, sob matrícula nº 1228/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "12 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3575 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ALINE GARCIA LAZZARIS, sob matrícula nº 61906/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "02 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data
Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3576 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ANA MARIA CORREIA DA SILVA, sob matrícula nº 457/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "30 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3577 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. HILAIRE MOURA RODRIGUES MARTINS, sob matrícula nº 61959/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "02 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3578 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. HELOISA DEMETRIO, sob matrícula nº 4520/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "02 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3579 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. GISLAINE ROCHA, sob matrícula nº 2401/11 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "02 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3580 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. GIOVANA SCABURI KRAISCH, sob matrícula nº 471/08 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "04 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3581 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. FERNANDA DOS SANTOS, sob matrícula nº 1665/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "06 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3582 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. FERNANDA DOS SANTOS, sob matrícula nº 1665/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "12 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira,

Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3583 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. FABIANA FRANCISCO BOLSONI, sob matrícula nº 1504/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "05 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3584 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. EUSIMARE COELHO DE SOUZA, sob matrícula nº 1574/06 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "09 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3585 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. TELMA BEATRIZ DE SOUZA BALDANÇA, sob matrícula nº 453/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "12 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3586 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. TATIANA DE MELLO BORGES JOAQUIM, sob matrícula nº 2667/07 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "04 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3587 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. CATIA REGINA DA COSTA, sob matrícula nº 461/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "29 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3588 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. BENILDE PERÃO, sob matrícula nº 460/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "24 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data
Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3589 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ANA PAULA ESPINDOLA REGIS, sob matrícula nº 3341/14 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "02 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3590 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. SARA LUIZ, sob matrícula nº 2675/11 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "02 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data
Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3591 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ROSEMERE FARIAS DA SILVA, sob matrícula nº 3427/09 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "02 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3592 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ROSANGELEI POSSAMAI DOS SANTOS, sob matrícula nº 18231/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "02 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3593 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ELAINE ATANAZIO GUAREZI, sob matrícula nº 1163/08 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "08 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3594 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. DENISAURA OTOWICZ DA SILVA, sob matrícula nº 4668/07 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "02 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3595 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. SELONI APARECIDA RAMOS, sob matrícula nº 2941/10 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3596 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. JULIANA DA SILVA JUTTEL, sob matrícula nº 3220/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “03 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3597 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ALICE DA SILVA, sob matrícula nº 4289/09 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3599 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. VIVIANE DOS SANTOS SIMAO, sob matrícula nº 3565/14 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência “02 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3600 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. JOICE CARDOSO, sob matrícula nº 20036/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "02 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3601 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MARIA ISABEL DE OLIVEIRA, sob matrícula nº 2909/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professora, posicionando-se na Referência "06 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3602 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, o Sr. VALDEMIR CHAGAS SANTOS JUNIOR, sob matrícula nº 1260/09 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professor, posicionando-se na Referência "08 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3603 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, o Sr. EMIR ANTONIO CECYN, sob matrícula nº 61904/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professor, posicionando-se na Referência "02 A", referente ao período trabalhado de 2012/2014.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PORTARIA Nº. 3604 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, o Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, sob matrícula nº 499/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Professor, posicionando-se na Referência “27 A”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. 808-836 E 880-912/2015

PORTARIA Nº. 808 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ADAINA TAMIRES PACHECO, sob matrícula nº 4918/06 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência “B”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 809 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. CARMEN HAERTEL, sob matrícula nº 4473/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência “C”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 810 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. TEREZINHA KNAK, sob matrícula nº 4131/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência “D”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 811 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. TATIANE DA ROSA MIRANDA, sob matrícula nº 3529/06 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência “C”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 812 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. SIMONE APARECIDA AMES, sob matrícula nº 4531/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência “C”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 813 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. SHIRLEI FRANCISCO LISBOA, sob matrícula nº 3230/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência “D”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 814 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. PRISCILA FATIMA GOMES DE MEIRA, sob matrícula nº 4653/07 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência “B”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 815 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. PAMELLA CRISTINA RIBEIRO, sob matrícula nº 61914/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência “B”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015 , revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 816 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. OLEANI CARAGNATO, sob matrícula nº 16927/05 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência “B”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015 , revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 817 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. NEUSA FLORES, sob matrícula nº 3750/05 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência “C”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015 , revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 818 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. NADIA APARECIDA FRANCISCO, sob matrícula nº 4513/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência “C”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015 , revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 819 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARILZA DO CARMO MOSCHINI DELFINO, sob matrícula nº 16980/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência “B”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015 , revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 820 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARIA APARECIDA DE ARAUJO, sob matrícula nº 3236/06 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência “C”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015 , revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 821 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARCIA REGINA SILVANO, sob matrícula nº 3597/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência “D”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015 , revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 822 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. LEIA MARIA RIGHETTO REGANHAM, sob matrícula nº 61918/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência “B”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015 , revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 823 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de

Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Sr^a. LEDINA CELINA DOS SANTOS VALENTIM, sob matrícula nº 4492/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência "C", referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015 , revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 824 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Sr^a. KATIA CILENE HOFMANN BALDANÇA, sob matrícula nº 4129/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência "D", referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015 , revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 825 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Sr^a. JAQUELINE SANTOS MELO, sob matrícula nº

61915/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência "B", referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015 , revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 826 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Sr^a. ISABELLA EMILIO REBELLO, sob matrícula nº 4065/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência "C", referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015 , revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 827 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Sr^a. GILIANE PRESTES DA SILVA DE BARBA, sob matrícula nº 61840/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência "B",

referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015 , revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 828 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ENEDIR CAVIGLIA, sob matrícula nº 2857/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência “E”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015 , revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 829 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ELIANA APARECIDA LORENÇO ALVES, sob matrícula nº 1767/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência “C”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira,

Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015 , revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 830 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. DAYANA PATRICIA CORREIA, sob matrícula nº 18127/05 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência “B”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015 , revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 831 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. DAIANI CRISTINA ROSA GONÇALVES, sob matrícula nº 61837/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência “B”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015 ,

revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 09 de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 832 DE 09 DE MARÇO DE 2015.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. DAIANE MARKOWOSKI, sob matrícula nº 4981/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência "B", referente ao período trabalhado de 2013/2015.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015 , revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 09 de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 833 DE 09 DE MARÇO DE 2015.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. CLAUDINETE DAS NEVES, sob matrícula nº 16741/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência "B", referente ao período trabalhado de 2013/2015.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015 , revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 09 de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 834 DE 09 DE MARÇO DE 2015.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. CENIR SUELI BETTEGA DA SILVA, sob matrícula nº 2845/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência "F", referente ao período trabalhado de 2013/2015.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015 , revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 09 de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 835 DE 09 DE MARÇO DE 2015.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. ANDREA KRAISCH SOARES, sob matrícula nº 2858/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência "E", referente ao período trabalhado de 2013/2015.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015 , revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 836 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, o Sr. JOÃO CARLOS PINTO, sob matrícula nº 3825/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Vigia, posicionando-se na Referência “A”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 880 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. VERA LUCIA PRESTES FORTES, sob matrícula nº 3356/09 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando-se na Referência “B”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 881 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. TEREZINHA APARECIDA DE SOUZA JACO, sob matrícula nº 4525/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando-se na Referência “D”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 882 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. SOLANGE APARECIDA CRUZ SOUZA, sob matrícula nº 4483/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando-se na Referência “C”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 883 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. SHIRLEY RODRIGUES RONCALIO, sob matrícula nº 3254/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando-se na Referência “C”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 884 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. SANDRA REGINA DA SILVA A, sob matrícula nº 4529/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando-se na Referência “D”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 885 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. RUTE MENDES DA SILVA CRISTOVÃO, sob matrícula nº 20106/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando-se na Referência “B”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 886 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ROSE CELISTA LIBORIO, sob matrícula nº 4462/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando-se na Referência “C”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 887 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de

Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. REGINA AMARO, sob matrícula nº 4269/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando-se na Referência "C", referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 888 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. OLGA MARLI EMILIO, sob matrícula nº 3416/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando-se na Referência "C", referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 889 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. NOELI MARIA HOFFMANN DE SOUZA, sob

matrícula nº 3404/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando-se na Referência "C", referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 890 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARLI BASSI, sob matrícula nº 4170/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando-se na Referência "D", referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 891 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARIA TEREZINHA ROSA, sob matrícula nº 3829/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando-se na Referência "C", referente ao período

trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 892 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARIA TEREZA DE SOUZA, sob matrícula nº 4211/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando-se na Referência “C”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 893 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARIA JOSE POLICARPO, sob matrícula nº 4582/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando-se na Referência “C”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira,

Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 894 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARIA DO CARMO SANTOS, sob matrícula nº 3587/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando-se na Referência “D”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 895 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARIA DE LOURDES HERMOGENES, sob matrícula nº 3559/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando-se na Referência “C”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas

as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 10 de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 896 DE 10 DE MARÇO DE 2015.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. MARIA BERNARDETE DE AMORIM LUZ, sob matrícula nº 50970/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando-se na Referência "B", referente ao período trabalhado de 2013/2015.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 10 de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 897 DE 10 DE MARÇO DE 2015.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. LUIZA APARECIDA CAMPOS DUARTE, sob matrícula nº 3394/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando-se na Referência "D", referente ao período trabalhado de 2013/2015.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 10 de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 898 DE 10 DE MARÇO DE 2015.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. LOURDES RENGEL, sob matrícula nº 3927/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando-se na Referência "C", referente ao período trabalhado de 2013/2015.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 10 de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 899 DE 10 DE MARÇO DE 2015.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:
I - Promover, a Srª. LORENI MARIA CARDOSO SOUZA, sob matrícula nº 3756/05 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando-se na Referência "C", referente ao período trabalhado de 2013/2015.
II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.
III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 900 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. LENIR FELICIO, sob matrícula nº 4486/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando-se na Referência “C”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 901 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. JUÇARA BAZOTTI, sob matrícula nº 4491/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando-se na Referência “C”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 902 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. IRACI DE OLIVEIRA PILAR, sob matrícula nº 3849/03 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando-se na Referência “C”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 903 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ILENIR LUIZA MARQUES FERREIRA, sob matrícula nº 4176/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando-se na Referência “D”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 904 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ELZA NASCIMENTO NEVES, sob matrícula nº 3936/05 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando-se na Referência “C”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 905 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ELISABETH SCHETZ, sob matrícula nº 4023/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando-se na Referência “C”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 906 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. DOMENIA PERPETUA CORREIA DA SILVA, sob matrícula nº 16722/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando-se na Referência “C”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 907 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. CLEUSA APARECIDA DE SOUZA ANTUNES, sob matrícula nº 3821/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando-se na Referência “B”, referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 908 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de

Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. CLARICE APARECIDA DE OLIVEIRA ANTUNES, sob matrícula nº 61941/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando-se na Referência "B", referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 909 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. CILENE MARIA DA SILVA I, sob matrícula nº 16744/01 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando-se na Referência "C", referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 910 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. CHARLETE SOARES, sob matrícula nº 17542/02

no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando-se na Referência "B", referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 911 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ARLETE RODRIGUES DE MIRA FAUSTINO, sob matrícula nº 3247/04 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando-se na Referência "C", referente ao período trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 912 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003. RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ADRIANA RODRIGUES DE MIRA, sob matrícula nº 4197/02 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando-se na Referência "C", referente ao período

trabalhado de 2013/2015.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de março de 2015.

Nova Trento

PREFEITURA

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2015

CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES

O Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, com base no art. 5º, da Lei Municipal nº 2.553/2014, de 21 de outubro de 2014, torna público que, em virtude do não comparecimento dos Convocados pelo Processo Seletivo nº 10/2014, necessita contratar em caráter de URGÊNCIA:

- 01 (um) Motorista II, em caráter temporário:

a) Remuneração: R\$ 1.400,00 + Insalubridade de 40% sobre o salário mínimo + 25% Adc. Noturno;

b) Carga Horária: 40h / Semanais;

c) Lotação: Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário (Ambulância - Aguti);

d) Prazo do Contrato: até 60 (sessenta) dias;

e) Regime Jurídico: Estatutário (ACT);

f) Regime Previdenciário: Vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

g) Forma de Seleção: Títulos e Documentos.

As inscrições serão realizadas através de formulário próprio (Anexo I), a ser preenchido pessoalmente pelo candidato. Os interessados deverão manifestar seu interesse no setor de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Nova Trento, do dia 31 de março de 2015 a 02 de abril de 2015, das 13:30h as 17:00h, munidos dos seguintes documentos:

- Cópia do RG;

- Cópia do CPF;

- Cópia do Título Eleitoral;

- Cópia da Carteira de Trabalho e inscrição no PIS/PASEP;

- Cópia do Comprovante de Residência;

- Cópia do Comprovante da última eleição, em regularidade com a justiça eleitoral;

- Cópia da Certidão de Serviço Militar (Masculino);

- Cópia do Diploma (Ensino Fundamental/ Médio/ Superior);

- Cópia de Certificados/Diplomas de cursos na área;

- Cópia do Comprovante do Órgão de Classe (Médico Plantonista/ Técnico de Enfermagem).

A análise curricular será realizada pela Comissão de Chamamento Público, e dar-se-á mediante somatório de pontos entre 0 (zero) a 10 (dez), por títulos adquiridos.

Havendo empate entre os classificados, o critério de desempate será a maior idade. O resultado da classificação será publicado no dia 03 de abril de 2015, no mural e no site oficial da Prefeitura (www.novatreto.sc.gov.br) e no DOM/SC.

Mais informações pelo telefone: (48) 3267-3236, ou comparecer ao setor de RH da Prefeitura Municipal de Nova Trento.

Nova Trento, 30 de março de 2015.

Gian Francesco Voltolini

PREFEITO MUNICIPAL

(ANEXO I)
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Prefeitura Municipal de Nova Trento

Inscrição para Chamamento Público nº 007/2015

Nº de Inscrição: ____/____ (Preenchimento pela Prefeitura)

Nome do Candidato:

Cargo:

RG:

Data de Nasc.:

Sexo: M() F()

CPF:

Título Eleitoral:

Estado Civil:

E-mail:

Endereço:

Bairro:

Município:

Estado:

Fone:

Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Chamamento Público. Responsabilizo-me pelas informações aqui prestadas, inclusive pela fidelidade das cópias dos documentos apresentados.

Local e Data:

Assinatura do Candidato

TÍTULOS DE ESPECIALIZAÇÃO

Nomenclatura	Instituição	Data início e conclusão

Ficha de Inscrição

Chamamento Público nº 007/2015

Número da Inscrição: ____/____

Nome do(a) Candidato(a):

Cargo:

Local e Data:

Assinatura do Candidato

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 006/2014

Origem: Processo Licitatório n.º 004/2014 - Modalidade: Pregão Presencial nº 002/2014; Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: ADWWENNCY CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA., com sede à Rua Manoel Loureiro, nº 999, Bairro Barreiros, município de São José-SC, registrada no CNPJ nº 05.402.278/0001-09. Objeto do Contrato: Primeiro aditivo de Prazo. Prorroga validade até 07/02/2016. Valor por 12 meses: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

Nova Trento, 20 de janeiro de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO TA 001 AO CA Nº 059/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº : 001 ao Contrato Administrativo Nº: 059/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: ALCIDES DE OLIVEIRA PEDREIRAS ME

Vigência : Início: 31/03/2015 Término: 27/08/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2014

Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, consistindo na prorrogação do prazo para mais 150 (cento e cinquenta) dias, ou seja até 27/08/2015, podendo ser prorrogado por interesse da administração pública

Novo Horizonte/SC, em 31 de Março de 2015

Eli Mariott

Prefeito Municipal

EXTRATO TA Nº 011 AO CA Nº 061/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº : 011 ao Contrato Administrativo Nº: 061/2013

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: C.A.S. TRANSPORTES LTDA ME

Valor : 6.800,56 (seis mil e oitocentos reais e cinquenta e seis centavos)

Vigência : Início: 31/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2013

Recursos : 40.01-042-12.361.0005-2.012.3.3.90.00-110-Man. Transporte Escolar Ensino Fundamental; 40.01-043-12.361.0005-2.012.3.3.90.00-116-Man. Transporte Escolar Ensino Fundamental; 40.01-044-12.361.0005-2.012.3.3.90.00-130-Man. Transporte Escolar Ensino Fundamental; 40.01-045-12.361.0005-2.012.3.3.90.00-134-Man. Transporte Escolar Ensino Fundamental; 40.01-051-12.362.0006-2.015.3.3.90.00-109-Manutenção Ensino Médio; 40.01-052-12.362.0006-2.015.3.3.90.00-134-Manutenção Ensino Médio; 40.01-053-12.364.0007-2.016.3.3.90.00-109-Manutenção Ensino Superior

Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste no acréscimo da quilometragem diária dos itinerários constantes dos itens 07, 11 e 19, relacionados na CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Contratação de empresas prestadoras de serviços de Transporte Escolar para alunos do Município de Novo Horizonte, referente o ano letivo de 2015.

Novo Horizonte/SC, em 31 de Março de 2015

Eli Mariott

Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº001/2015

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº001/2015

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, homologa e torna publico a nota e classificação geral dos candidatos aprovados no Concurso Público nº001/2015:

MÉDICO DA SAÚDE DA FAMÍLIA

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
070	BEATRIZ BRIGIDO DE SOUZA	13/09/1990	7,6	1º LUGAR
068	BRUNELLA FLOES PUPO	10/05/1990	6,4	2º LUGAR
105	EDILENE NUNES DA SILVA	29/01/1986	6,0	3º LUGAR
060	MAIRA OLIVEIRA BITENCOURT	10/11/1988	5,2	4º LUGAR
088	CAROLINA FARACO PERUCHI	26/02/1991	5,2	5º LUGAR

COZINHEIRO

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
014	ROSILÉIA SANGALET-TI ANTUNES	29/05/1980	9,2	1º LUGAR
022	JUCEMARA TEIXEIRA	31/05/1985	9,2	2º LUGAR
086	CAMILA PIZONI	04/02/1991	9,2	3º LUGAR
043	SOLENI R MARIA BONETTI BIANCO	20/11/1956	8,8	4º LUGAR
021	JUDIT ANTUNES ROCHA	01/11/1963	8,8	5º LUGAR
033	SUZETE BONETTI	01/03/1966	8,8	6º LUGAR
118	SILVIA CELSOLINA SILVA SATURNINO	01/01/1984	8,8	7º LUGAR
029	JACIRA MELLO DIAMANTINA MATOS	09/12/1986	8,8	8º LUGAR
103	VILMA BORGES CESCONETTO	10/08/1963	8,4	9º LUGAR
111	MARIA ESTELA COSTA	11/06/1972	8,4	10º LUGAR
071	DAIANE DA SILVA PACHECO DE OLIVEIRA	05/06/1985	8,4	11º LUGAR
120	IVANA DELINA NUNES	05/03/1972	8,0	12º LUGAR
073	JULIA GRACIELA MACHADO	05/01/1981	8,0	13º LUGAR
066	MARIA DE LOURDES LONGO	17/05/1958	7,6	14º LUGAR
009	ANA PAULA DO NASCIMENTO	27/09/1983	7,6	15º LUGAR

079	VANDA SCHLICKMANN BECKER	01/10/1964	7,2	16º LUGAR
028	ROSIANE FIGUEIREDO NUNES	13/07/1978	7,2	17º LUGAR
037	MARINETE MACHADO SALVADOR	29/05/1980	6,8	18º LUGAR
002	ROSILENE PIZZOLO DE GOES	10/03/1977	6,4	19º LUGAR
047	ANGELINA COSTA MATTEI RADOVANSKI	12/02/1978	6,4	20º LUGAR
062	ROSELI FONTANELA CANEVER ANTUNES	04/02/1987	6,0	21º LUGAR
061	MADALENA JEREMIAS BURATTO	27/06/1961	5,6	22º LUGAR
024	MARIA APARECIDA FELISBINO	21/10/1968	5,2	23º LUGAR
046	ROSANA MARTINS GARCIA SCURSELI	27/08/1969	5,2	24º LUGAR
063	MARIA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA	08/12/1971	5,2	25º LUGAR
026	ROSINETE MORAES MANOEL GERALDO	01/08/1976	5,2	26º LUGAR
087	ROSIMERI CARDOSO	24/01/1980	5,2	27º LUGAR
057	MARCIA MACHADO	14/07/1982	5,2	28º LUGAR

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
011	JESIANE DE JESUS RICARDO	07/03/1988	8,8	1º LUGAR
007	NATALIA FABRE MENDES	09/11/1991	8,8	2º LUGAR
025	JANICE MENDES	25/06/1978	8,4	3º LUGAR
032	ROSINETI CAMILO SALVALAGIO GALVANI	05/08/1981	8,4	4º LUGAR
005	LUCILANI PEREIRA WARMEING	27/01/1984	8,4	5º LUGAR
083	GLÓRIA MARIA HONÓRIO VOLPATO	06/01/1985	8,4	6º LUGAR
003	JHENIFER TARTARI OURIQUES	05/11/1987	8,4	7º LUGAR
035	MARIA DE FATIMA BENEDET	21/04/1960	8,0	8º LUGAR
093	ALCIONETE APARECIDA PEREIRA VARGASKI	11/04/1971	8,0	9º LUGAR
048	MARLI APARECIDA DE SOUZA	02/11/1978	7,6	10º LUGAR
114	MARIA HELENA MONTEIRO ALVES DE SOUZA	25/09/1983	7,6	11º LUGAR
042	EDILENE ARAUJO CRUZ	14/03/1988	7,6	12º LUGAR
081	LEIDI LAURA DA CRUZ LUCIANO	07/01/1980	7,2	13º LUGAR
038	SUELI DA SILVA BORGES	04/07/1973	6,8	14º LUGAR
050	MISLAINE VIEIRA MAZUCO	09/01/1979	6,8	15º LUGAR
023	MICHELLI SILVA GEREMIAS	03/05/1985	6,8	16º LUGAR
102	DANIELA MARTINHO DO PRADO	01/10/1994	6,8	17º LUGAR

072	MARINA SIQUEIRA RABELO	17/06/1991	6,8	18º LUGAR
101	MARIANA DA SILVA SILVEIRA	16/11/1984	6,4	19º LUGAR
096	LUCIANE CRISTINA FABRO	14/03/1985	6,4	20º LUGAR
055	CLEUSA MARIA DE SOUZA	20/08/1968	6,0	21º LUGAR
065	MARILEIA COSTA	20/04/1975	6,0	22º LUGAR
020	ANGELA MARIA ADRIANO	20/02/1976	6,0	23º LUGAR
104	DILVINA MACHADO DE SOUZA SOBRINHA	09/06/1986	6,0	24º LUGAR
017	ALESSANDRA FERRAZ DE SANTANA	17/11/1977	5,6	25º LUGAR
040	CRISTIANI ANDRE PEDRO	19/07/1982	5,6	26º LUGAR
016	MARIA ELIZABETE DENGÓ DE OLIVEIRA MANIQUE	25/10/1983	5,6	27º LUGAR
090	DAIANE CAMPOS	07/06/1987	5,6	28º LUGAR
115	GISLAINE DA SILVA DE SOUZA	18/02/1987	5,2	29º LUGAR
109	EDIANA MACHADO	06/09/1985	5,2	30º LUGAR

Ficam homologadas as notas e a classificação dos candidatos aprovados deste Concurso Público, conforme estabelecido no Edital nº001/2015.

Orleans, 01 de abril de 2015.
MARCO ANTONIO BERTONCINE CASCAES
Prefeito de Orleans

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº003/2015

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, homologa e torna publico a nota e classificação geral dos candidatos aprovados, no Processo Seletivo nº 003/2015:

MÉDICO VETERINÁRIO

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
001	CRISTINA DA SILVA GALVANE	09/04/1980	6,8	1º LUGAR
003	HENRIQUE DEBIASI PISONI	12/05/1990	6,8	2º LUGAR
004	WAGNER ALBERTON BEGER	03/06/1990	6,4	3º LUGAR
002	ERICA DELLA GUSTINA	07/10/1984	5,6	4º LUGAR
005	RODRIGO LOTIN GONZAGA	21/12/1991	5,2	5º LUGAR

Ficam homologadas as notas e a classificação dos candidatos aprovados deste Processo Seletivo, conforme estabelecido no Edital nº003/2015.

Orleans, 01 de abril de 2015.
MARCO ANTONIO BERTONCINE CASCAES
Prefeito de Orleans

Ouro Verde

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO RE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO III DE VALOR AO CONTRATO Nº. 0057/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE.

CONTRATADO: REMOVE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA.

Objeto: Contratação de empreiteira para execução de serviços de construção, pelo sistema de empreitada global, com fornecimento de materiais necessários e mão de obra, destinado a Conclusão de Unidade Básica de Saúde, na Rua João Maria Conrado nº414, Centro, na Cidade de Ouro Verde/SC.Valor certo e ajustado de R\$:25.362,03 (vinte e cinco mil trezentos e sessenta e dois reais e três centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93.

Ouro Verde, 31 de março de 2015.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal.

EXTRATO CONTRATOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0031/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: PROTEGE + CURSOS E MATERIAIS DE SEGURANÇA LTDA-ME

Objeto: aquisição de forma parcelada de EPI's para as secretarias de Educação, Administração, Agricultura, Saúde e Infra - estrutura do Município de Ouro Verde /SC.Valor certo e ajustado de R\$:8.503,10 (oito mil quinhentos e três reais e dez centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 27 de março de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0032/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - EPP

Objeto: aquisição de forma parcelada de EPI's para as secretarias de Educação, Administração, Agricultura, Saúde e Infra - estrutura do Município de Ouro Verde /SC.Valor certo e ajustado de R\$:5.731,45 (cinco mil setecentos e trinta e um reais e quarenta e cinco centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 27 de março de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0033/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: PROTEGE + CURSOS E MATERIAIS DE SEGURANÇA LTDA-ME

Objeto: aquisição de forma parcelada de EPI's para as secretarias de Educação, Administração, Agricultura, Saúde e Infra - estrutura do Município de Ouro Verde /SC.Valor certo e ajustado de R\$:2.883,00 (dois mil oitocentos e oitenta e três reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93.

Ouro Verde, 27 de março de 2015.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0034/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: PROTEGE + CURSOS E MATERIAIS DE SEGURANÇA LTDA-ME

Objeto: aquisição de forma parcelada de EPI's para as secretarias de Educação, Administração, Agricultura, Saúde e Infra - estrutura do Município de Ouro Verde /SC.Valor certo e ajustado de R\$:1.216,30 (Hum mil duzentos e dezesseis reais e trinta centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 27 de março de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0035/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - EPP

Objeto: aquisição de forma parcelada de EPI's para as secretarias de Educação, Administração, Agricultura, Saúde e Infra - estrutura do Município de Ouro Verde /SC.Valor certo e ajustado de R\$:177,00 (cento e setenta e sete reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93.

Ouro Verde, 27 de março de 2015.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 0874/2015.

PORTARIA Nº. 0874/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora GISELY NIENKOETTER, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, removida para CEI Interação - da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 19 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0802/2015.

PORTARIA Nº. 0802/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3667 de 25 de novembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado o servidor THIAGO FRANCISCO DE OLIVEIRA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/12/2014 a 01/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0808/2015.

PORTARIA Nº. 0808/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para ROSICLEIA MARIA DE AZEVEDO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 02/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0815/2015.

PORTARIA Nº. 0815/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO RUAN SOARES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013 e Convenio de Cooperação Técnica nº. 043/2013, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 12/02/2015 a 31/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0816/2015.

PORTARIA Nº. 0816/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LUCIA BUSSOLO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013 e Convenio de Cooperação Técnica nº. 043/2013, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 09/02/2015 a 31/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0817/2015.

PORTARIA Nº. 0817/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ANA CAROLINA SCHMITZ, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 12/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0836/2015.

PORTARIA Nº. 0836/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO KATIA AFONSO DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013 e Convênio de Cooperação Técnica nº. 043/2013, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 12/02/2015 a 31/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0846/2015.

PORTARIA Nº. 0846/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de fevereiro de 2015.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	VALOR	ESCOLA
211074-6	Heluise Marions de Abreu de Souza	R\$ 950,00	Diretor CEI Criança Feliz

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0801/2015.

PORTARIA Nº. 0801/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA, a servidora EDELANE HEIDEMANN, de Encarregada da Procuradoria Geral do Município, Nível FG I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, a contar de 01/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0803/2015.

PORTARIA Nº. 0803/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, REGIANE NUNES BORGES DA SILVA, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/02/2015, face ao término da LTS.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0804/2015.

PORTARIA Nº. 0804/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO NEIDE LUZIA AMARAL, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 20/12/2014 a 18/12/2015, face ao TAC.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0805/2015.

PORTARIA Nº. 0805/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo III. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de fevereiro de 2015.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
802097-7	Andreza Patrícia Zluhan	R\$ 414,00
3745215-2	Lisandra Mello da Silva	R\$ 414,00
3745263-1	Maria Gabriela Abreu	R\$ 414,00
800423-1	Milene Domingues Batista Santini	R\$ 597,00
123024-2	Rodnei Alves	R\$ 258,00
3745094-1	Wedson da Cruz	R\$ 500,00

ANEXO II

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
123351-1	Adriana da Rosa Liberato Sotero	R\$500,00	R\$1000,00

ANEXO III

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
800789-3	Alessandra Mendes	R\$ 570,00
802047-14	Giane Reginade Oliveira	R\$ 415,00
121977-2	Rosicleia Maria de Azevedo	R\$ 569,00
122507-2	Rosilda Maria Goulart Schutz	R\$ 569,00
124563-2	Silvana Darci de Souza	R\$ 570,00

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0806/2015.

PORTARIA Nº. 0806/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para ALESSANDRA MENDES, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 02/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0807/2015.

PORTARIA Nº. 0807/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para GIANE REGINA DE OLIVEIRA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 02/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0809/2015.

PORTARIA Nº. 0809/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para ROSILDA MARIA GOU-LART SCHUTZ, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 02/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0810/2015.

PORTARIA Nº. 0810/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3813 de 10 de dezembro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado o servidor VALDECIR AVILA DIAS, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/01/2015 a 03/01/2016.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0811/2015.

PORTARIA Nº. 0811/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para SILVANIA DARCI DE SOUZA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 02/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0812/2015.

PORTARIA Nº. 0812/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional Definitiva de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora LUANA MAGALI PATRICIO, matrícula nº. 122635-3, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0813/2015.

PORTARIA Nº. 0813/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de fevereiro de 2015.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	VALOR	ESCOLA
122536-2	Márcia Joanildes Antero Ferreira	R\$ 950,00	Diretor CEI Maria José de Medeiros

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0814/2015.

PORTARIA Nº. 0814/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade da servidora, conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Cessar Gratificação de Produtividade da servidora, conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de fevereiro de 2015.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
3745329	Alexei Magier Kachava	80%

ANEXO II

MATRICULA	NOME	DE
3745187	Eduardo Figueiredo Preger	80%

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0818/2015.

PORTARIA Nº. 0818/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RITA DE CASSIA DA SILVA, matrícula nº. 300097-2, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Turismo, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/03/2008 a 02/03/2013, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 18/02/2015 à 18/03/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2014.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0819/2015.

PORTARIA Nº. 0819/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora ISOLDE HELENA MOURA CARVALHO, matrícula nº. 800812-1 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 02/02/2015, de acordo com às folhas 39.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0820/2015.

PORTARIA Nº. 0820/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora ELIANE BERRETA, matrícula nº. 800712-1 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 06/02/2015, de acordo com às folhas 06.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0821/2015.

PORTARIA Nº. 0821/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora MÁRCIA BRUGGEMANN SPRICIGO, matrícula nº. 800712-1 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 06/02/2015, de acordo com às folhas 06.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0822/2015.

PORTARIA Nº. 0822/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO para RODRIGO TENFEN LEGAT, ocupante do cargo de Provisão em Comissão de Assessor, o percentual de 60% (sessenta por cento) do subsídio fixado para os cargos em comissão, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 096, de 15 de dezembro de 2001, a contar da data de admissão.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0823/2015.

PORTARIA Nº. 0823/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO para PRISCILA CARDOSO, ocupante

do cargo de Provisão em Comissão de Diretor, o percentual de 60% (sessenta por cento) do subsídio fixado para os cargos em comissão, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 096, de 15 de dezembro de 2001, a contar da data de admissão.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0824/2015.

PORTARIA Nº. 0824/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO para ANTONIO NUNES DA SILVA, ocupante do cargo de Provisão em Comissão de Diretor, o percentual de 60% (sessenta por cento) do subsídio fixado para os cargos em comissão, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 096, de 15 de dezembro de 2001, a contar da data de admissão.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0825/2015.

PORTARIA Nº. 0825/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO para JANAINA PEREIRA DA SILVA, ocupante do cargo de Provisão em Comissão de Diretor, o percentual de 60% (sessenta por cento) do subsídio fixado para os cargos em comissão, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 096, de 15 de dezembro de 2001, a contar da data de admissão.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0826/2015.

PORTARIA Nº. 0826/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO para ESTEFANO HUGO BROERING NETO, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Diretor, o percentual de 60% (sessenta por cento) do subsídio fixado para os cargos em comissão, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 096, de 15 de dezembro de 2001, a contar da data de admissão.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0827/2015.

PORTARIA Nº. 0827/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional Definitiva de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora EMILIA FILOMENA MARTINS, matrícula nº. 800028-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0828/2015.

PORTARIA Nº. 0828/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora MARIA REGINA MOREIRA, matrícula nº. 190037-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.
Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 06/02/2015, de acordo com às folhas 28.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0829/2015.

PORTARIA Nº. 0829/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO XENIA VANESSA DELGADO GUEVARA, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 18/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2014.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0830/2015.

PORTARIA Nº. 0830/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ELAINE CRISTINA MAÇANEIRO DOS SANTOS, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/03/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2014.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0831/2015.

PORTARIA Nº. 0831/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA DEFINITIVA de 30 (trinta) para 20 (vinte) horas/semanais, de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, do (a) servidor (a) KÁTIA APARECIDA ANTORIA RIBEIRO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeito a contar de 02/02/2015, de acordo com Edital nº. 006/SME/2014.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0832/2015.

PORTARIA Nº. 0832/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo III. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de fevereiro de 2015.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
800863-1	Adenilson Ramos	R\$ 400,00
401323-4	Adriana Antonia da Silva	R\$ 1000,00
801538-2	Adriana Freitas Costa	R\$ 400,00
400204-1	Adriana Nascimento de Souza	R\$ 1000,00
401293-1	Adriana Zelir Cesario	R\$ 400,00
401107-1	Alex Cristiano Kegler	R\$ 300,00
401419-1	Alexandra Amin Lineburger	R\$ 240,00
401549-2	Aline Horstmann	R\$ 240,00

121427-1	Ana Cristina da Cunha	R\$ 340,00
401602-1	Anderson Weiss Seidler	R\$ 300,00
402250-3	Andreia de Brito	R\$ 400,00
402239-8	Andreza dos Santos	R\$ 400,00
200309-1	Ângela Eger Cordeiro	R\$ 500,00
211027-1	Angelita Pereira	R\$ 1.000,00
500242-1	Antonio Ventura da Silva Filho	R\$ 300,00
401032-2	Camila Mirian da Silva	R\$ 1000,00
3745054-1	Carla Cristina de Souza Lima	R\$ 240,00
500451-1	Edson Lucas dos Santos	R\$ 300,00
801069-1	Elaine S. Serratine Ayres da Rocha	R\$ 850,00
801122-2	Eliziana Regina Flores Schmidt	R\$ 300,00
801054-1	Heldinar Martins	R\$ 1.000,00
129562-1	Jani Tadea Andrade Wiggers	R\$ 800,00
500445-5	Jocélio Jorge Pereira Warmeling	R\$ 400,00
500088-1	Jose Francisco Vieira da Rosa	R\$ 300,00
801457-2	Joziani Farias Pereira	R\$ 720,00
802360-4	Leci Cristina Macario Alves	R\$ 400,00
129284-1	Margareth Koerich Pierri	R\$ 724,96
801491-2	Maria Aparecida Garcia da Silva	R\$ 100,00
801531-2	Marlene Heiderscheidt	R\$ 400,00
500423-1	Nelson Pereira de Liz	R\$ 300,00
800942-1	Patrícia Liberato da Silva	R\$ 300,00
211113-1	Paula Regina Cruz Pessi	R\$ 1000,00
500372-4	Pedro Julio de Melo	R\$ 800,00
500284-1	Pedro Manoel de Souza	R\$ 300,00
801476-2	Tatiane da Silva	R\$ 100,00
500424-1	Tereza Angelina da Silva	R\$ 500,00
500945-1	Tiago Junior Caetano	R\$ 200,00
500453-1	Valdir Marino da Silva	R\$ 300,00
129891-1	Viviane Meyer	R\$ 500,00

ANEXO II

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
129717-2	Alexandre Matos	R\$503,00	R\$1000,00
100593-7	Andrea de Abreu	R\$490,00	R\$1400,00
210611-1	Andreia Medeiros Kloppel	R\$657,00	R\$1000,00
100623-2	Cecília Silveira Vilamil	R\$490,00	R\$1400,00
100613-1	Claudemir Osmar da Silva	R\$490,00	R\$1400,00
127275-3	Fátima Regina de Souza Ramos	R\$568,00	R\$1000,00
100317-1	Helaine Cristina da Silva	R\$490,00	R\$1400,00
100288-1	Igor Schutz dos Santos	R\$490,00	R\$1400,00
800920-1	Luci Terezinha Espindola Pierri	R\$500,00	R\$700,00
211026-1	Rafaela Maria Freitas	R\$642,00	R\$1000,00

ANEXO III

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
100405-5	Janaina Pereira da Silva	R\$ 1.000,00

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0833/2015.

PORTARIA Nº. 0833/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ELISANGELA MEURER, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013 e Convenio de Cooperação Técnica nº. 043/2013, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 11/02/2015 a 31/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0834/2015.

PORTARIA Nº. 0834/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO GEOVANA CARLA GONÇALVES LINS LIMA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013 e Convenio de Cooperação Técnica nº. 043/2013, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 12/02/2015 a 31/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0835/2015.

PORTARIA Nº. 0835/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ROSELENA LUIZ, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013 e Convenio de Cooperação Técnica nº. 043/2013, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 10/02/2015 a 31/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0837/2015.

PORTARIA Nº. 0837/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ROSA HELENA SILVA-NO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013 e Convenio de Cooperação Técnica nº. 043/2013, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 10/02/2015 a 31/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0838/2015.

PORTARIA Nº. 0838/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CESSAR GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTERIO para HELDINAR MARTINS, titular do cargo de Supervisor Escolar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 01/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0839/2015.

PORTARIA Nº. 0839/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA EXERCER FUNÇÃO EXECUTIVA DE CONFIANÇA, a servidora REGIANE DUGGEN MAURICIO, de Responsável pela Engenharia, Nível I, do Quadro de Pessoal da Administração Indireta desta Prefeitura, pelo período de 01/01/2015 á 31/01/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0840/2015.

PORTARIA Nº. 0840/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CESSAR GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTÉRIO para ANGELITA PEREIRA, titular do cargo de Técnico em Educação, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 01/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0841/2015.

PORTARIA Nº. 0841/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CESSAR GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTÉRIO para JANI TADEA ANDRADE WIEGERS, titular do cargo de

Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 01/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0842/2015.

PORTARIA Nº. 0842/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CESSAR GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTÉRIO para PAULA REGINA CRUZ PESSI, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 01/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0843/2015.

PORTARIA Nº. 0843/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE para HELUISE MARION DE ABREU DE SOUZA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 01/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0844/2015.

PORTARIA Nº. 0844/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA EXERCER FUNÇÃO EXECUTIVA DE CONFIANÇA, o servidor MÁRIO CILO VIEIRA ZAMBELLI, de Responsável pela Engenharia, Nível I, do Quadro de Pessoal da Administração Indireta desta Prefeitura, pelo período de 01/02/2015 á 28/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0845/2015.

PORTARIA Nº. 0845/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de fevereiro de 2015.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
370198-5	Cleiton Rafael Abreu	R\$ 400,00
402128-1	Cristina Maria Santos	R\$ 240,00
400286-3	Cynthia Cristiane Coelho Petry	R\$ 400,00
401423-1	Cynthia Takemori Bitencourt	R\$ 240,00
402104-1	Daiane Raupp Martins	R\$ 1000,00
401466-1	Dalvania Valdesia Barbosa	R\$ 240,00
401814-1	Darlan da Silva	R\$ 500,00
402157-1	Denise Asari Saito	R\$ 240,00
401617-1	Denise Gonçalves Pinheiro	R\$ 400,00
401949-1	Diego Tinoco	R\$ 1000,00
400308-3	Dione Lucia Prim Laurindo	R\$ 1000,00
401096-1	Fabiano Manoel Constante	R\$ 300,00
400938-1	Fabio Linder de Souza	R\$ 300,00
401609-1	Flavia Ferreira de Souza Madeira	R\$ 240,00
401922-3	Franciele da Silva Bruchado	R\$ 500,00

401431-1	Gabriel D´Oliveira da Silva	R\$ 240,00
402120-1	Geam Pedro Hammes	R\$ 240,00
401388-1	Hewerton Pereira dos Santos	R\$ 500,00
402123-1	Isaias Ciotta Pereira	R\$ 240,00
401789-2	Janaina Vitorino	R\$ 240,00
500917-1	João Otavio Cardoso Amante	R\$ 300,00
100445-2	João Roberto Engelke	R\$ 300,00
400220-2	Jocelia Enedina Martins	R\$ 1000,00
402221-2	Joice Maria da Silva Constante	R\$ 400,00
100427-1	Jonathas de Souza	R\$ 300,00
400038-1	Josiane Maria Espindola	R\$ 500,00
402225-1	Josielly Pinheiro Westphal	R\$ 400,00
400895-2	Josue Jose dos Santos	R\$ 300,00
400909-1	Luciane Probst	R\$ 400,00
400849-1	Luciano Eli	R\$ 300,00
401476-1	Luciano Valentim Antunes	R\$ 300,00
401008-1	Lucimara Aparecida Prim	R\$ 900,00
401478-1	Lucio Alves Filho	R\$ 300,00
400005-1	Luiz Carlos Antonio Jeremias	R\$ 400,00
402125-1	Marcos Paulo Costa	R\$ 300,00
400043-1	Maria Aparecida Lemos	R\$ 400,00
300125-2	Maria de Fátima Farias	R\$ 400,00
401474-2	Mariane Cristiane P. scavim	R\$ 600,00
401422-1	Melissa Andrea J. M. Cardoso Mezzari	R\$ 240,00
400401-1	Michele Cristina da Rosa	R\$ 700,00
401745-1	Michele do Nascimento	R\$ 240,00
401744-1	Nathalia Broering Borba	R\$ 240,00
400050-1	Neide Terezinha Andarde Scheidt	R\$ 400,00
401611-1	Pedro Assumpção Xavier	R\$ 240,00
401420-1	Rafaella Rodrigues Medeiros Jacques	R\$ 240,00
402030-1	Roberta de Brito Medeiros	R\$ 400,00
401481-1	Robson Inácio Coelho	R\$ 300,00
402229-1	Rosangela Terezinha Horstmann Alves	R\$ 1000,00
401242-2	Rosilaine da Rosa Hugen	R\$ 400,00

ANEXO II

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
100625-1	Priscila Cardoso	R\$ 490,00

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0847/2015.

PORTARIA Nº. 0847/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, RAQUEL ROSELI DE SOUZA JACOMELLI, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 18/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0848/2015.

PORTARIA Nº. 0848/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ALESSANDRA DE COSTA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 19/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0849/2015.

PORTARIA Nº. 0849/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, SIMONE ITSO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 18/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0850/2015.

PORTARIA Nº. 0850/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR LUCIA INEZ FREITAS MACHADO, titular do cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 13/02/2015, face ao termino da Licença.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0851/2015.

PORTARIA Nº. 0851/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo III. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de fevereiro de 2015.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
401522-3	Alex Sandro Folster	R\$ 500,00
801487-9	Andreia de Oliveira	R\$ 450,00

401467-1	Andrieli da Silva	R\$ 400,00
370166-3	Camila Beltrame Bagio	R\$ 400,00
400932-6	Cleber da Silva	R\$ 500,00
3745181-1	Cristiane de Oliveira Coelho	R\$ 400,00
500448-1	Delmo Jaci Sotero	R\$ 300,00
400023-1	Denize Silveira de Souza	R\$ 400,00
501133-1	Diego Laurinda	R\$ 300,00
400851-1	Elaine Mafra	R\$ 400,00
370200-6	Elizabete Zimmermann	R\$ 400,00
800193-2	Fabiana dos Anjos Pires	R\$ 1000,00
402310-5	Fernanda Boing Nienkoetter	R\$ 400,00
501137-1	Francisco de Assis Vieira	R\$ 300,00
3745164-1	Heloisa Maria Figueiredo	R\$ 400,00
500371-4	João Schmitz	R\$ 300,00
801005-2	Maria Eni Valente da Silva	R\$ 500,00
300124-1	Maria Gorete Machado	R\$ 400,00
400337-2	Maria Lucia Amarante P. de Ramirez	R\$ 800,00
300231-1	Maria Tereza Cardoso	R\$ 300,00
402236-8	Michelle Amaral de Souza	R\$ 400,00
500214-1	Onildo Jose de Souza	R\$ 800,00
401802-1	Rafael Hass	R\$ 300,00
300428-1	Renata Morfim da Silva	R\$ 400,00
210025-9	Rosana Gaidos	R\$ 800,00
800877-2	Rosana Maria Macario	R\$ 800,00
401810-2	Salesio de Azevedo	R\$ 600,00
800543-3	Sandra Cruz da Silva	R\$ 300,00
400102-1	Sandra Ribeiro de Abreu	R\$ 1000,00
401097-1	Sidnei Davi Carvalho	R\$ 300,00
800483-1	Sueli da Silva	R\$ 500,00
801101-1	Tamara de Souza Delfino da Rosa	R\$ 488,00
401432-1	Tatiana Andrade de Sousa	R\$ 240,00
402244-1	Valdecir Avila Dias	R\$ 400,00
500903-3	Valmir Paulo Oliveira	R\$ 400,00
500353-3	Valmir Santiago Vieira	R\$ 300,00
300215-2	Wanice Pierri	R\$ 360,00
3745182-1	Xênia Paula Martins Pamato	R\$ 400,00
401509-5	Zauri Antonio da Silva	R\$ 300,00
500425-1	Zelindro da Rosa Farias Neto	R\$ 300,00
300171-2	Zenilde Maria de Souza	R\$ 1000,00

ANEXO II

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
100593-7	Andrea de Abreu	R\$490,00	R\$1400,00
100623-2	Cecília Silveira Vilamil	R\$490,00	R\$1400,00
122165-1	Clarice Maria dos Santos Galvão	R\$565,00	R\$1000,00
100113-1	Claudemir Osmar da Silva	R\$490,00	R\$1400,00
100317-1	Helaine Cristina da Silva	R\$490,00	R\$1400,00

100288-1	Igor Schutz dos Santos	R\$1000,00	R\$1400,00
----------	------------------------	------------	------------

ANEXO III

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
100724-2	Maristela Aparecida da Silva Truppel	R\$ 1000,00

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0852/2015.

PORTARIA Nº. 0852/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3702 de 25 de novembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado o servidor RICHARD MELO KARKLIN, titular do cargo de Agente de Controle de Endemias, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 06/12/2014 a 11/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0853/2015.

PORTARIA Nº. 0853/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO SONIA MARIA GERALDO, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 19/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2014.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0854/2015.

PORTARIA Nº. 0854/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de fevereiro de 2015.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
402312	Alessandra Machado Sotero	20%
3745119-1	Ana Paula Schmidt	30%
3745156-1	Andrea da Costa Rankel	30%
3745352-1	Barbara Schmitz de Menezes	80%
3745344-1	Diego Vieira	68%
3745219-1	Dilene Rosa	30%
3745061-1	Giselle de Andrade de Barcelos	20%
3745253-1	Karoline Espindola Bastos	30%
3745343-1	Kim Mariano de Souza	68%
3745167-1	Lais Waltrick dos Santos	30%
3745155-1	Vanessa de Souza Nunes	30%
401853-3	Zenaide Terezinha de Lara	20%

ANEXO II

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
3745133-1	Julian Rodrigues Martins	30%	80%

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0855/2015.

PORTARIA Nº. 0855/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o art. 24, da Lei nº. 1683, de 08 de maio de 2003, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Afonso da Luz Loss	10	16	02/02/2015 a 18/12/2015
Adílio Xavier da Rosa Junior	32	24	02/02/2015 a 18/12/2015
Alissane Lia Tasca da Silveira	20	16	02/02/2015 a 18/12/2015
Ana Paula Pietro Nobre Montoro	20	24	02/02/2015 a 18/12/2015
Fernanda Sanchez Alves	40	32	02/02/2015 a 18/12/2015
Ivan Aune de Aguiar	16	20	02/02/2015 a 18/12/2015
Kátia Regina Hilleshein	32	16	02/02/2015 a 18/12/2015
Luciane Ferreira Cardoso	20	16	02/02/2015 a 18/12/2015
Odimar Lorensen	32	40	02/02/2015 a 18/12/2015
Marcelo Roberto da Silva	20	24	02/02/2015 a 18/12/2015
Márcia Zanon Benetti	10	16	02/02/2015 a 18/12/2015
Mariana Duarte Karasiak	20	24	02/02/2015 a 18/12/2015

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0856/2015.

PORTARIA Nº. 0856/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO para MARISTELA APARECIDA DA SILVA TRUPPEL, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Diretor, o percentual de 60% (sessenta por cento) do subsídio fixado para os cargos em comissão, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 096, de 15 de dezembro de 2001, a contar da data de admissão.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0857/2015.

PORTARIA Nº. 0857/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JAMI DE SOUZA DE MEDEIROS, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 18/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0858/2015.

PORTARIA Nº. 0858/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO PATRICIA CARLA BRITO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Orientador Educacional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Adriana Weingartner da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 06/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0859/2015.

PORTARIA Nº. 0859/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Jose Henrique Francisco dos Santos	00754342397

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0860/2015.

PORTARIA Nº. 0860/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR, para assinar PPP - Perfil Profissiográfico Profissional dos servidores do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura a servidor MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0861/2015.

PORTARIA Nº. 0861/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de fevereiro de 2015.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
6000002-1	Elisabete da Silva	R\$ 600,00
200009-1	Elisete Schmidt	R\$ 1000,00
402227-3	Francielli Carolini Machado	R\$ 500,00
300030-1	Ivana Scheidt	R\$ 700,00
800085-1	Nice Luchi	R\$ 400,00
500389-2	Rosilda da Silva de Souza	R\$ 300,00
300070-1	Rosimeri Hilda Coelho	R\$ 300,00

21031402	Silvia Regina Citadim	R\$ 1000,00
----------	-----------------------	-------------

ANEXO II

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
801843-2	Kelly Cristina da Silva Lohn	R\$414,00	R\$490,00
127572-2	Paulo Valério Mendonça da Silva	R\$570,00	R\$641,00

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0862/2015.

PORTARIA Nº. 0862/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA APARECIDA RACHADEL COTA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013 e Convenio de Cooperação Técnica nº. 043/2013, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 10/02/2015 a 31/12/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0863/2015.

PORTARIA Nº. 0863/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para DANIELA RODRIGUES FRANCESCHETTE, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de fevereiro de 2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0864/2015.

PORTARIA Nº. 0864/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ALEXSANDRO FARIAS CAPETRANA, titular do cargo de Socorrista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de setembro de 2014.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0865/2015.

PORTARIA Nº. 0865/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARIANA SCHEIDT, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 19/02/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0866/2015.

PORTARIA Nº. 0866/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para NELI MARIA SCHUTZ DA SILVA, matrícula nº. 300149-2, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Administração e Serviços Compartilhados, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de

01/03/1998 a 01/03/2003, por 02 (dois) meses e referente ao quinquênio de 01/03/2003 a 01/03/2008, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 19/02/2015 à 19/05/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0867/2015.

PORTARIA Nº. 0867/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para FERNANDA CRISTIANE ROSAR, matrícula nº. 800652-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 25/06/1999 a 25/06/2004, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 18/05/2015 à 18/07/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0868/2015.

PORTARIA Nº. 0868/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO o servidor FRANCISCO ANTONIO DE SOUZA MARTINS, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, removida para EB Mara Luzia Vieira Liberato - da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0869/2015.

PORTARIA Nº. 0869/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO o servidor ATANIL DE MEDEIROS WAGNER FILHO, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, removida para EB Neri Brasileiro Martins - da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0870/2015.

PORTARIA Nº. 0870/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DETERMINAR O AFASTAMENTO PREVENTIVO e ainda, proibição de se aproximar do Abrigo Institucional conforme determinação judicial de CATIUSCUA ALVES REYNAUD Matrícula nº 100677-2, titular do cargo de Monitor, de acordo com o Artigo 230, da Lei nº 096, de 15 de dezembro de 2010, pelo período de 30 (trinta) dias, podendo ser o prazo prorrogado.

Palhoça, SC, em 19 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0872/2015.

PORTARIA Nº. 0872/2015.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora DÓRIS CRISTINA DA SILVA, Matrícula nº. 801572-2, ocupante da categoria funcional de Auxiliar de Serviços Gerais, removida para o CEI Padre Réus da Secretaria de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 19 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0873/2015.

PORTARIA Nº. 0873/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora ELIANE BERRETA, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, removida para EB Nossa Senhora de Fátima - da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 19 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0875/2015.

PORTARIA Nº. 0875/2015.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora ANGELA LENI DA SILVA DE FARIAS, Matrícula nº. 802327-1, ocupante da categoria funcional de Merendeira, removida para o CEI Interação da Secretaria de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 19 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0876/2015.

PORTARIA Nº. 0876/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora CIBELE RAMOS DA SILVA, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, removida para CEI Vó Laura - da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital 005/SME/2015.

Palhoça, SC, em 19 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0877/2015.

PORTARIA Nº. 0877/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora CRISTIANE DE CORDOVA, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, removida para CAIC - da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital 005/SME/2015.

Palhoça, SC, em 19 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0878/2015.

PORTARIA Nº. 0878/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora MARIA APARECIDA BERRETA, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação e

Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, removida para CEI Anjinho da Guarda - da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital 005/SME/2015.

Palhoça, SC, em 19 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0879/2015.

PORTARIA Nº. 0879/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora SARAH CRISTINA PFLEGER, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, removida para CEI Bolinhas de Sabão - da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital 005/SME/2015.

Palhoça, SC, em 19 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0880/2015.

PORTARIA Nº. 0880/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora SIMONE KUHNEN MORAES, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, removida para CEI Bolinhas de Sabão - da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital 005/SME/2015.

Palhoça, SC, em 19 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0881/2015.

PORTARIA Nº. 0881/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora VIRGINIA APARECIDA FERREIRA, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, removida para CEI Bolinhas de Sabão - da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital 005/SME/2015.

Palhoça, SC, em 19 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0882/2015.

PORTARIA Nº. 0882/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO o servidor MARCO AURELIO BRASIL, Matrícula nº. 150084-1, ocupante da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, removida para a Secretaria de Infraestrutura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 19 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0883/2015.

PORTARIA Nº. 0883/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de fevereiro de 2015.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
400990-1	Carolina Machado Araujo	30%

Palhoça, SC, em 19 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0884/2015.

PORTARIA Nº. 0884/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, DIELA DE SOUZA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 20/02/2015.

Palhoça, SC, em 19 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0885/2015.

PORTARIA Nº. 0885/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ARLETE DE SOUZA FELIPPE, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 20/02/2015.

Palhoça, SC, em 19 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0886/2015.

PORTARIA Nº. 0886/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SILVIA MIRANDA HAMES, matrícula nº. 190056-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 14/02/2005 a 19/02/2010, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/03/2015 à 04/04/2015.

Palhoça, SC, em 19 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0887/2015.

PORTARIA Nº. 0887/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JEANE MARIA PEREIRA MARTINS, matrícula nº. 400109-1, titular do cargo de Fiscal da Vigilância Sanitária, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 13/01/2005 a 13/01/2010, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 19/02/2015 à 19/03/2015.

Palhoça, SC, em 06 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0888/2015.

PORTARIA Nº. 0888/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ANA CAROLINE NARCISO NAZARETH, matrícula nº. 802099-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 06 (seis) meses, a contar de 03/02/2015, de acordo com às folhas 17.

Palhoça, SC, em 19 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0889/2015.

PORTARIA Nº. 0889/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora LUCIA MARIA DA SILVA, matrícula nº. 802099-1, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 16/01/2015, de acordo com às folhas 02.

Palhoça, SC, em 19 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0890/2015.

PORTARIA Nº. 0890/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora EDNA KASZUBA, matrícula nº. 800926-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 06/02/2015, de acordo com às folhas 01.

Palhoça, SC, em 19 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0891/2015.

PORTARIA Nº. 0891/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora MICHELE PAULA SANTIAGO, matrícula nº. 801465-2, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 14/08/2014, de acordo com às folhas 03.

Palhoça, SC, em 19 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0892/2015.

PORTARIA Nº. 0892/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora URSULA MATOS MARTINS, matrícula nº. 800825-1 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 06/02/2015, de acordo com às folhas 01.

Palhoça, SC, em 19 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0893/2015.

PORTARIA Nº. 0893/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora FLAVIA CRISTINA GRAH DA SILVA, matrícula nº. 800825-1 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 01/12/2014, de acordo com às folhas 02.

Palhoça, SC, em 19 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0894/2015.

PORTARIA Nº. 0894/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO LEONARDO GHIZZO, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/03/2015.

Palhoça, SC, em 19 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0895/2015.

PORTARIA Nº. 0895/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ANDREIA LOURDES MACARIO, matrícula nº. 801486-1, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 06 (seis) meses, a contar de 03/02/2015, de acordo com às folhas 08.

Palhoça, SC, em 19 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0896/2015.

PORTARIA Nº. 0896/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta

Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora MÁRCIA BRUGGEMANN SPRICIGO, matrícula nº. 800938-1 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 01 (ano) ano, a contar de 06/02/2015, de acordo com às folhas 03.

Palhoça, SC, em 19 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0897/2015.

PORTARIA Nº. 0897/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora GISELI CRISTIANE GARCIA DE MEDEIROS, matrícula nº. 800411-1 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 02/02/2015, de acordo com às folhas 08.

Palhoça, SC, em 19 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0898/2015.

PORTARIA Nº. 0898/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora GISELY NIENKOETTER, matrícula nº. 802203-1 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 06 (seis) meses, a contar de 04/02/2015, de acordo com às folhas 01.

Palhoça, SC, em 19 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0899/2015.

PORTARIA Nº. 0899/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora LEA ROSA PERES SILVA, matrícula nº. 800622-1 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 13/02/2015, de acordo com às folhas 20.

Palhoça, SC, em 19 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0900/2015.

PORTARIA Nº. 0900/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora LAUDELINA MONICA DE SOUZA FORTUNATO, matrícula nº.

8011071 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 13/02/2015, de acordo com às folhas 06.

Palhoça, SC, em 19 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0901/2015.

PORTARIA Nº. 0901/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora IVANI ADELAIDE DA SILVA, matrícula nº. 800924-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 13/02/2015, de acordo com às folhas 34.

Palhoça, SC, em 19 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº113/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº113/2014 - Pregão Presencial 38/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de leites e suplementos alimentares para atendimento de ações Judiciais impetradas contra este Município e para atender o Programa DST, no fornecimento à crianças filhos de mães portadoras de HIV.

DATA: 26/09/2014 à 25/09/2015.

Nome da Empresa: MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 04.470.877/0001-05

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
------	------------	---------	----------------	----------------	-------------

Especificação: Leite em pó Nan comfor 1, fórmula infantil, lata com 400 gramas.

9	250,00	LATA	NAN COMFOR 1/NESTLÉ	R\$20,00	R\$5.000,00
---	--------	------	---------------------	----------	-------------

Especificação: Leite em pó Nan comfor 2, fórmula infantil, lata com 400 gramas.

10	550,00	LATA	NAN COMFOR 2/NESTLÉ	R\$19,00	R\$10.450,00
----	--------	------	---------------------	----------	--------------

Especificação: Leite em pó Nan pró 1, fórmula infantil, lata com 400 gramas. NESTLÉ

11	800,00	LATA	NAN 1 PRÓ/NESTLÉ	R\$23,00	R\$18.400,00
----	--------	------	------------------	----------	--------------

Especificação: Leite em pó Nan pró 2, fórmula infantil, lata com 400 gramas. NESTLÉ

12	600,00	LATA	NAN 2 PRÓ/NESTLÉ	R\$22,00	R\$13.200,00
----	--------	------	------------------	----------	--------------

Especificação: Leite em pó Nan sem Lactose, fórmula infantil, lata com 400 gramas. NESTLÉ

13	400,00	LATA	NAN SL /NESTLÉ	R\$35,00	R\$14.000,00
----	--------	------	----------------	----------	--------------

Especificação: Leite em pó Nan Soy, fórmula infantil, lata com 400 gramas. NESTLÉ

14	600,00	LATA	NAN SOY/NESTLÉ	R\$30,00	R\$18.000,00
----	--------	------	----------------	----------	--------------

Especificação: Leite em pó Nan AR, fórmula infantil, lata com 400 gramas. NESTLÉ

15	400,00	LATA	NAN AR/NESTLÉ	R\$19,00	R\$7.600,00
----	--------	------	---------------	----------	-------------

Especificação: Mucilon de Arroz com Aveia, cereal Infantil para complementar a alimentação, lata com 400 gramas. NESTLÉ

25	30,00	LATA	MUCILON/NESTLÉ	R\$9,00	R\$270,00
----	-------	------	----------------	---------	-----------

Especificação: Mucilon de Arroz, cereal infantil para complementar a alimentação, lata com 400 gramas. NESTLÉ

26	30,00	LATA	MUCILON/NESTLÉ	R\$9,00	R\$270,00
----	-------	------	----------------	---------	-----------

Especificação: Mucilon de Milho, é o cereal infantil para complementar a alimentação, lata com 400 gramas. NESTLÉ

27	60,00	LATA	MUCILON/NESTLÉ	R\$9,00	R\$540,00
----	-------	------	----------------	---------	-----------

Especificação: Mucilon Multicereais, cereal infantil para complementar a alimentação, lata com 400 gr. NESTLÉ

28	60,00	LATA	MUCILON/NESTLÉ	R\$9,00	R\$540,00
----	-------	------	----------------	---------	-----------

Especificação: Nestogeno 2, fórmula infantil, lata com 400 gramas. NESTLÉ

29	250,00	LATA	NESTOGENO 2/NESTLÉ	R\$13,00	R\$3.250,00
----	--------	------	--------------------	----------	-------------

Especificação: Fórmula infantil para crianças de 0 a 06 meses, contendo: soro de leite desmineralizado, lactose, leite desnatado, fibras alimentares, óleo de palma, coco e canola, concentrado proteico de soro de leite, óleo de milho, carbonato de cálcio, citrato de potássio, bitartarato de colina, cloreto de potássio, vitamina C, citrato de sódio, taurina, óxido de magnésio, sulfato ferroso, inositol, sulfato de zinco, vitaminas A e E, niacina, gluconato de cobre, sulfato de cobre, pantotenato de cálcio, beta caroteno, vitaminas B6 e B1, iodeto de potássio, ácido fólico, sulfato de manganês, selenito de sódio, vitamina D, biotina, vitamina K. Atendendo aos padrões do Codex Alimentarius FAO/OMS, embalagem deverá vir no mínimo com 400 gramas, prazo de validade mínima de 02 anos.

34 600000,00 GR NAN COMFOR 1/NESTLÉ R\$0,02
R\$12.000,00

Valor Total
(cento e três mil e quinhentos e vinte reais)

R\$103.520,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº114/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº114/2014 - Pregão Presencial 38/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de leites e suplementos alimentares para atendimento de ações Judiciais impetradas contra este Município e para atender o Programa DST, no fornecimento à crianças filhos de mães portadoras de HIV.
DATA: 26/09/2014 à 25/09/2015.

Nome da Empresa: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 06.035.038/0001-86

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
------	------------	---------	----------------	----------------	-------------

Especificação: Supra Soy sem Lactose, natural, lata com 300 gramas. JOSAPAR

32	100,00	LATA	Josapar	R\$17,91	R\$1.791,00
----	--------	------	---------	----------	-------------

Especificação: Trophic Fiber c/ 1000ml s/ sabor

33	450,00	LATA	Prodiet/TrhoficFiber	R\$19,50	R\$8.775,00
----	--------	------	----------------------	----------	-------------

Valor Total
(dez mil e quinhentos e sessenta e seis reais)
R\$10.566,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº115/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº115/2014 - Pregão Presencial 38/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de leites e suplementos alimentares para atendimento de ações Judiciais impetradas contra este Município e para atender o Programa DST, no fornecimento à crianças filhos de mães portadoras de HIV.
DATA: 26/09/2014 à 25/09/2015.

Nome da Empresa: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA
CNPJ: 03.612.312/0004-97

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
------	------------	---------	----------------	----------------	-------------

Especificação: Fortini em pó, sem sabor, suplemento infantil, lata com 400 gramas. SUPPORT

1	300,00	LATA	FORTINI	R\$35,20	R\$10.560,00
---	--------	------	---------	----------	--------------

Especificação: Leite Aptamil 1 em pó, fórmula infantil lata, com 400 gramas. DANONE

2	400,00	LATA	APTAMIL 1	R\$16,63	R\$6.652,00
---	--------	------	-----------	----------	-------------

Especificação: Leite Aptamil 2 em pó, fórmula infantil, lata com 400 gramas. DANONE

3	500,00	LATA	APTAMIL 2	R\$15,70	R\$7.850,00
---	--------	------	-----------	----------	-------------

Especificação: Leite Aptamil 3 em pó, fórmula infantil, lata com 400 gramas. DANONE.

4	300,00	LATA	APTAMIL 3	R\$19,15	R\$5.745,00
---	--------	------	-----------	----------	-------------

Especificação: Leite Aptamil Pepti em pó, fórmula infantil lata com 400 gramas. DANONE

5	300,00	LATA	APTAMIL PEPTI	R\$45,24	R\$13.572,00
---	--------	------	---------------	----------	--------------

Especificação: Leite Aptamil AR, em pó, fórmula infantil, lata com 400 gramas. DANONE

6	300,00	LATA	APTAMIL AR	R\$21,38	R\$6.414,00
---	--------	------	------------	----------	-------------

Especificação: Leite aptamil HA, lata com 400 gramas

7	300,00	LATA	APTAMIL HA	R\$27,46	R\$8.238,00
---	--------	------	------------	----------	-------------

Especificação: Leite Aptamil de Soja 2, fórmula infantil , lata com 400 gramas. DANONE

8	350,00	LATA	APTAMIL SOJA 2	R\$16,50	R\$5.775,00
---	--------	------	----------------	----------	-------------

Especificação: Leite em pó Neocate, lata com 400 gramas. DANONE

16	750,00	LATA	NEOCATE LCP	R\$149,00	R\$111.750,00
----	--------	------	-------------	-----------	---------------

Especificação: Leite em pó Pregomin Pepti, lata com 400 gramas. DANONE

23	400,00	LATA	PREGOMIN PEPTI	R\$76,20	R\$30.480,00
----	--------	------	----------------	----------	--------------

Especificação: Milupa 1, fórmula, infantil, lata com 400 gramas. DANONE.

24	600,00	LATA	MILUPA 1	R\$9,00	R\$5.400,00
----	--------	------	----------	---------	-------------

Especificação: Nutri drink max, sem sabor, lata com 350 gramas

30	500,00	LATA	NUTRIDRINK MAX	R\$36,80	R\$18.400,00
----	--------	------	----------------	----------	--------------

Valor Total
(duzentos e trinta mil e oitocentos e trinta e seis reais)
R\$230.836,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº116/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº116/2014 - Pregão Presencial 38/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de leites e suplementos alimentares para atendimento de ações Judiciais impetradas contra este Município e para atender o Programa DST, no fornecimento à crianças filhos de mães portadoras de HIV.
DATA: 26/09/2014 à 25/09/2015.

Nome da Empresa: BRUTHAN COMERCIAL LTDA

CNPJ: 02.625.813/0001-00

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
------	------------	---------	----------------	----------------	-------------

Especificação: Pregestimil, fórmula infantil, lata com 454 gramas. MEAD JOHNSON

31	100,00	LATA	PREGESTIMIL	R\$134,00	R\$13.400,00
----	--------	------	-------------	-----------	--------------

Valor Total
(treze mil e quatrocentos reais)
R\$13.400,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº117/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº117/2014 - Pregão Presencial 38/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: SCHEID E CASTRO DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de leites e suplementos alimentares para atendimento de ações Judiciais impetradas contra este Município e para atender o Programa DST, no fornecimento à crianças filhos de mães portadoras de HIV.

DATA: 26/09/2014 à 25/09/2015.

Nome da Empresa: SCHEID E CASTRO DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA

CNPJ: 05.912.018/0001-83

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
------	------------	---------	----------------	----------------	-------------

Especificação: Leite em pó Nutren Activa, sabor banana, lata com 400 gramas. NESTLÉ

19 200,00 LATA Nutren Active (ban) R\$29,50 R\$5.900,00

Especificação: Leite em pó Nutren Activa, sabor baunilha, lata com 400 gramas. NESTLÉ

20 200,00 LATA Nutren Active (baun) R\$29,50 R\$5.900,00

Especificação: Leite em pó Nutren Jr, lata com 400 gramas. NESTLÉ

21 300,00 LATA Nutren Jr. Pó R\$44,00 R\$13.200,00

Especificação: Leite em pó Peptamen Junior, lata com 430 gramas. NESTLÉ

22 400,00 LATA Peptamen Jr. Pó R\$174,00 R\$69.600,00

Valor Total

(noventa e quatro mil e seiscentos reais)

R\$94.600,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº118/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº118/2014 - Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI.

DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

Nome da Empresa: WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 08.725.154/0001-52

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
------	------------	---------	----------------	----------------	-------------

Especificação: Benzilpenicilina benzatina 600.000UI - pó p/ susp. injetável + diluente

31 3000,00 F/AM TEUTO R\$2,06 R\$6.180,00

Especificação: Prometazina 25mg

172 200000,00 COMP TEUTO R\$0,08 R\$15.000,00

Valor Total

(vinte e um mil e cento e oitenta reais)

R\$21.180,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº119/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº119/2014 - Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CRISTALIA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI.

DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

Nome da Empresa: CRISTÁLIA PRODUTOS FARMACEÚTICAS LTDA.

CNPJ: 44.734.671/0001-51

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
------	------------	---------	----------------	----------------	-------------

Especificação: Azatioprina 50 mg, caixa com 50 comp.

25 40,00 CX CRISTÁLIA R\$55,00 R\$2.200,00

Especificação: Clonazepam 2 mg

55 1700000,00 COMP CRISTÁLIA R\$0,07 R\$122.400,00

Especificação: Clorpromazina 100mg

63 150000,00 COMP CRISTÁLIA R\$0,16 R\$24.000,00

Especificação: Clorpromazina 25mg

64 60000,00 COMP CRISTÁLIA R\$0,17 R\$10.140,00

Especificação: Diazepam 5 mg

76 1100000,00 COMP CRISTÁLIA R\$0,04 R\$39.600,00

Especificação: Heparina sódica 5000UI/0,25ml - subcutânea.

110 2500,00 AMP CRISTÁLIA R\$3,40 R\$8.500,00

Especificação: Hidralazina 20mg c/1ml

111 2000,00 AMP CRISTÁLIA R\$3,49 R\$6.980,00

Especificação: Levomepromazina 100mg

126 150000,00 COMP CRISTÁLIA R\$0,51 R\$76.500,00

Especificação: Levomepromazina 40mg/ml, frs. c/ 20 ml

128 2000,00 FRS CRISTÁLIA R\$6,89 R\$13.780,00

Especificação: Tramadol 100mg, caixa com 10 comp.

201 160,00 CX CRISTÁLIA R\$12,20 R\$1.952,00

Valor Total

(trezentos e seis mil e cinquenta e dois reais)

R\$306.052,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº120/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº120/2014 - Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI.

DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

Nome da Empresa: VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 00.088.317/0001-21

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Metoprolol 1mg/mL c/5mL

148
800,00
AMP
ASTRAZENECA
R\$19,62
R\$15.696,00

Especificação: Tobramicina 3mg/mLsolução oftálmica - 5ml

198
6000,00
FRS
BIOSINTETICA
R\$2,70
R\$16.200,00

Valor Total
(trinta e um mil e oitocentos e noventa e seis reais)

R\$31.896,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº121/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº121/2014 - Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PRATI DONADUZZI CIA LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI.

DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

Nome da Empresa: PRATI DONADUZZI E CIA LTDA

CNPJ: 73.856.593/0001-66

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Albendazol 400mg.

10
25000,00
COMP
PRATTIDONADUZZI
R\$0,37
R\$9.250,00

Especificação: Albendazol 40mg/ml 10ml

11
15000,00
FRS
PRATTIDONADUZZI
R\$0,81
R\$12.150,00

Especificação: Alopurinol 300mg

14
100000,00
COMP
PRATTIDONADUZZI
R\$0,10
R\$10.000,00

Especificação: Amoxilina 250 mg/5ml com 60mL

16
20000,00
FRS
PRATTIDONADUZZI
R\$1,30
R\$26.000,00

Especificação: Ampicilina 500mg.

18
30000,00
COMP
PRATTIDONADUZZI
R\$0,10
R\$2.970,00

Especificação: Ampicilina 50mg/ml suspensão 60 ml

19
1000,00
FRS
PRATTIDONADUZZI
R\$1,57
R\$1.570,00

Especificação: Azitromicina 500 mg

26
60000,00

COMP
PRATTIDONADUZZI
R\$0,34
R\$20.100,00

Especificação: Ciprofloxacino 500 mg

53
150000,00
COMP
PRATTIDONADUZZI
R\$0,13
R\$19.200,00

Especificação: Cloridrato de verapamil 80 mg

61
200000,00
COMP
PRATTIDONADUZZI
R\$0,04
R\$8.800,00

Especificação: Digoxina elixir, frasco com 60 ml

80
500,00
FRS
PRATTIDONADUZZI
R\$4,77
R\$2.385,00

Especificação: Eritromicina 250mg/5ml-60ml.

93
3000,00
FRS
PRATTIDONADUZZI
R\$2,60
R\$7.800,00

Especificação: HALOPERIDOL GOTAS 20 ML

109
1000,00
FRS
PRATTIDONADUZZI
R\$2,30
R\$2.300,00

Especificação: Ibuprofeno 600 mg.

115
600000,00
COMP
PRATTIDONADUZZI
R\$0,08
R\$46.200,00

Especificação: Metformina 500mg.

142
1100000,00
COMP
PRATTIDONADUZZI
R\$0,04
R\$48.950,00

Especificação: Metronidazol 100mg/g gel vaginal 50 gramas, com

aplicador

147
5000,00
TB
PRATTIDONADUZZI
R\$3,15
R\$15.750,00

Especificação: METRONIDAZOL 4%, SUSP., FRS. C/ 100ml

149
2500,00
FRS
PRATTIDONADUZZI
R\$1,62
R\$4.050,00

Especificação: Nistatina creme vaginal 25.000UI, 50 gramas, com 07 aplicadores.

157
8000,00
BN
PRATTIDONADUZZI
R\$3,16
R\$25.280,00

Especificação: Prednisona 5mg

170
150000,00
COMP
PRATTIDONADUZZI
R\$0,06
R\$8.850,00

Especificação: Sulfametoxazol+Trimetoprima (400mg/80mg)

191
90000,00
COMP
PRATTIDONADUZZI
R\$0,06
R\$5.400,00

Valor Total
(duzentos e setenta e sete mil e cinco reais)

R\$277.005,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº122/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº122/2014 - Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DIMASTER COM. E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI.
DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

Nome da Empresa: DIMASTER COM. E PRODU. HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 02.520.829/0001-40

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Benzilpenicilina benzatina 1.200.000 UI - pó para suspensão injetável + diluente

30
8000,00
F/AM
TEUTO
R\$2,95
R\$23.600,00

Especificação: Cloridrato de biperideno 2 mg.

59
120000,00
COMP
CRISTÁLIA
R\$0,16
R\$19.080,00

Especificação: Digoxina 0,25 mg

79
130000,00
COMP
PHARLAB
R\$0,04
R\$4.550,00

Especificação: Ibuprofeno 50mg/ml 30ml.

114
9000,00
FRS
NATULAB
R\$0,75
R\$6.741,00

Especificação: Levomepromazina 25mg

127
150000,00
COMP
CRISTÁLIA
R\$0,22
R\$32.850,00

Especificação: Loratadina xpe, frs. c/ 100 ml

136
7000,00
FRS
PRATTIDONADUZZI
R\$1,76
R\$12.320,00

Especificação: Maleato de Enalapril 20mg

138
1000000,00
COMP

TEUTO
R\$0,05
R\$48.700,00

Especificação: Metoclopramida 10mg.

145
150000,00
COMP
BELFAR
R\$0,05
R\$8.085,00

Especificação: Sais para reidratação oral envelope com 10 gramas..

178
35000,00
ENV
NATULAB
R\$0,38
R\$13.265,00

Especificação: Sinvastatina 10mg comprimido

185
800000,00
COMP
SANVAL
R\$0,04
R\$31.200,00

Valor Total
(duzentos mil e trezentos e noventa e um reais)

R\$200.391,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº123/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº123/2014 - Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI.

DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

Nome da Empresa: DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA

CNPJ: 05.531.725/0001-20

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: AAS 100 mg

1
1800000,00
COMP
IMEC

R\$0,01
R\$18.900,00

Especificação: Captopril 25 mg.

39
2300000,00
COMP
SANVAL
R\$0,01
R\$33.810,00

Especificação: Carbidopa/Levodopa 25/250mg

41
30000,00
COMP
BRAINFARMA
R\$0,16
R\$4.725,00

Especificação: Carbonato de calcio 500mg + Vit D 200UI.

42
250000,00
COMP
IMEC
R\$0,12
R\$28.875,00

Especificação: Cinarizina 25mg

52
300000,00
COMP
BRAINFARMA
R\$0,06
R\$17.100,00

Especificação: Cloreto de sódio 9.0mg/ml+cloreto de benzalcônio 0,1mg/ml 30 ml.

57
7000,00
FRS
NATIVITA
R\$0,53
R\$3.675,00

Especificação: Cloridrato de ranitidina 50 mg, amp. c/ 2 ml, injetável

58
3000,00
AMP
TEUTO
R\$0,64
R\$1.920,00

Especificação: Cloridrato de fluoxetina 20 mg

60
1800000,00
COMP
TEUTO
R\$0,04
R\$79.380,00

Especificação: Colchichina 0,5mg

66
80000,00
COMP
MULTILAB
R\$0,22
R\$17.600,00

Especificação: Complexo B

68
300000,00
COMP
MEDQUIMICA
R\$0,04
R\$10.500,00

Especificação: Diazepam 10 mg, amp. c/ 2ml, solução injetável

75
5000,00
AMP
TEUTO
R\$0,54
R\$2.693,00

Especificação: Diclofenado sódico 50mg

78
500000,00
COMP
VITAMED
R\$0,02
R\$9.000,00

Especificação: Dimenidrinato 50 mg/ml+cloridrato de piridoxina 5 mg/ com 1ml (IM)

82
2500,00
AMP
UNIÃO QUIMICA
R\$1,28
R\$3.200,00

Especificação: Dipirona 50% sol. Oral gotas. Frasco com 10 ml

85
40000,00
FRS
FARMACE
R\$0,42
R\$16.800,00

Especificação: Espironolactona 25 mg,

95
300000,00
COMP
ASPEN
R\$0,08
R\$23.400,00

Especificação: Levonorgestrel 0,15mg + Etinilestradiol 0,03mg, cartela c/ 21 drg.

98
15000,00
CART

MABRA
R\$0,44
R\$6.615,00

Especificação: Fenitoina injetável 50 mg/ml, amp. c/ 5 ml

101
1000,00
AMP
TEUTO
R\$0,70
R\$703,50

Especificação: Fenobarbital 4% frasco com 20 ml

103
2000,00
FRS
UNIÃO QUIMICA
R\$3,00
R\$6.000,00

Especificação: Glibenclamida 5 mg

108
900000,00
COMP
MEDQUIMICA
R\$0,02
R\$20.430,00

Especificação: Etinilestradiol 0,035mg + Acetato de Ciproterona 2mg, cartela com 21 drgs

130
5000,00
CART
MABRA
R\$1,98
R\$9.922,50

Especificação: Neomicina Sulfato + Bacitracina - 10gr.

153
20000,00
BN
MUTILAB
R\$0,81
R\$16.170,00

Especificação: Norfloxacin 400mg.

160
70000,00
COMP
MEDQUIMICA
R\$0,12
R\$8.085,00

Especificação: Paracetamol 500mg.

163
1600000,00
COMP
HIPOLABOR
R\$0,03
R\$53.760,00

Especificação: Permetrina 10mg/ml loção, frasco 60 ml.

164
4500,00
FRS
NATIVITA
R\$1,04
R\$4.680,00

Especificação: Prednisona 20mg

171
200000,00
COMP
SANVAL
R\$0,10
R\$19.940,00

Especificação: RANITIDINA 150MG.

174
300000,00
COMP
MEDQUIMICA
R\$0,06
R\$18.900,00

Especificação: SINVASTATINA 40 MG

186
700000,00
COMP
SANVAL
R\$0,09
R\$66.150,00

Especificação: Sulfametaxazol + Trimetropina 40mg + 8mg/ml suspensão oral 50 mL

190
3000,00
FRS
TEUTO
R\$0,80
R\$2.400,00

Especificação: Sulfato ferroso 125mg frasco com 30 ml.

192
5000,00
FRS
HIPOLABOR
R\$0,50
R\$2.500,00

Especificação: Varfarina sódica 5 mg

203
3000,00
COMP
TEUTO
R\$0,08
R\$252,00

Especificação: Vitamina C 200mg/mL solução oral 20ml

209
5000,00
FRS
MEDQUIMICA

R\$0,84
R\$4.200,00

Valor Total
(quinhentos e doze mil e duzentos e oitenta e seis reais)

R\$512.286,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº124/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº124/2014 - Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI.

DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

Nome da Empresa: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA - FILIAL.

CNPJ: 67.729.178/0004-91

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: AAS 500 mg

2
20000,00
COMP
BALM-LABOR
R\$0,03
R\$640,00

Especificação: Adrenalina injetável 1ml

8
2000,00
AMP
HIPOLABOR
R\$1,10
R\$2.200,00

Especificação: Água destilada 20 ml, injetável

9
5000,00
AMP
SAMTEC
R\$0,23
R\$1.125,00

Especificação: Butilbrometo de escopolamina + dipirona 6,67mg/ml + 333,4mg/ml solução oral 20ml.

36
8000,00
FRS
FARMACE

R\$1,78
R\$14.240,00

Especificação: Butilbrometo de escopolamina 10 mg

37
150000,00
COMP
BELFAR
R\$0,23
R\$34.500,00

Especificação: Butilbrometo de escopolamina 20 mg, ampola c/ 1 ml

38
5000,00
AMP
HIPOLABOR
R\$1,45
R\$7.250,00

Especificação: Carbonato de Lítio 300mg

43
800000,00
COMP
HIPOLABOR
R\$0,09
R\$68.000,00

Especificação: Enantato de Noretisterona 50mg + Valerato de estradiol 5mg/ml, contraceptivo hormonal injetável, cartela c/ 01 seringa pré-carregada c/ 1ml + agulha p/ solução oleosa.

92
2000,00
AMP
MABRA
R\$4,80
R\$9.600,00

Especificação: Estrogênio Conjugado 0,625mg

97
30000,00
COMP
MABRA
R\$0,55
R\$16.500,00

Especificação: Fenobarbital 100 mg

102
300000,00
COMP
CRISTÁLIA
R\$0,08
R\$24.000,00

Especificação: Imipramina 25mg

116
350000,00
COMP
CRISTÁLIA
R\$0,13
R\$44.800,00

Especificação: Isossorbida mononitrato 40mg

124
150000,00
COMP
BALDACCI
R\$0,12
R\$17.250,00

Especificação: Glimepirida 4 mg c/30cp

129
100,00
CX
BALDACCI
R\$4,89
R\$489,00

Especificação: Lidocaína Spray 10%, frs. c/ 50ml

134
150,00
FRS
HIPOLABOR
R\$41,00
R\$6.150,00

Especificação: Loratadina 10 mg

135
250000,00
COMP
GEOLAB
R\$0,04
R\$11.000,00

Especificação: Metildopa 250 mg

143
100000,00
COMP
SANVAL
R\$0,11
R\$10.500,00

Especificação: Metildopa 500mg.

144
350000,00
COMP
TKS
R\$0,18
R\$63.000,00

Especificação: Propranolol 40mg.

173
900000,00
COMP
OSORIO DE MORAES
R\$0,01
R\$10.800,00

Especificação: Salbutamol 0,04% solução oral-100ml.

179
2000,00
FRS
HIPOLABOR

R\$0,68
R\$1.360,00

Valor Total
(trezentos e quarenta e três mil e quatrocentos e quatro reais)

R\$343.404,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº125/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº125/2014 - Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI.

DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

Nome da Empresa: NUNESFARMA DIST. DE PROD FARMACÊUTICOS LTDA MATRIZ

CNPJ: 75.014.167/0001-00

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Alphagan, frasco com 5 ml

12
110,00
FRS
ALLERGAN
R\$27,24
R\$2.996,36

Especificação: Carbamazepina 200mg

40
900000,00
COMP
HYPERMARCAS
R\$0,07
R\$65.700,00

Especificação: Fenilefrina 10 pcc, frasco com 5 ml

100
300,00
FRS
ALLERGAN
R\$6,55
R\$1.964,91

Especificação: Metoclopramida gts 4mg/ml-10ml.

146
12000,00
FRS
MARIOL
R\$0,45

R\$5.364,00

Especificação: Sulfato ferroso 40mg

193
700000,00
COMP
Medicamen
R\$0,02
R\$16.800,00

Valor Total
(noventa e dois mil, oitocentos e vinte e cinco reais e vinte e sete centavos)

R\$92.825,27

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº126/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº126/2014 - Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI.
DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

Nome da Empresa: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 00.802.002/0001-02

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Cetoconazol xampu

49
30,00
FRS
PRATIDONADUZZI
R\$4,20
R\$126,00

Especificação: CEFALOXINA 500MG.

67
350000,00
COMP
TEUTO
R\$0,15
R\$51.800,00

Especificação: Fentanil 78,5 mcg, ampolas 2 ml

104
500,00
AMP

UNIÃO QUIMICA

R\$0,80
R\$398,65

Especificação: Gel lubrificante 5g.

107
4000,00
UN
CARBOGEL
R\$0,41
R\$1.649,60

Especificação: Mebendazol 100mg

140
30000,00
COMP
SOBRAL
R\$0,03
R\$888,00

Valor Total
(cinquenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e dois reais e vinte e cinco centavos)

R\$54.862,25

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº127/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº127/2014 - Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI.
DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

Nome da Empresa: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 05.782.733/0001-49

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Acido Valpróico 250 mg

3
400000,00
COMP
ABBOTT
R\$0,18
R\$73.600,00

Especificação: Ácido Valpróico 500mg

4
400000,00
COMP

ABBOTT
R\$0,46
R\$184.000,00

Especificação: Depakote 250mg, caixa com 30 comp.

70
70,00
CX
ABBOTT
R\$13,50
R\$945,00

Especificação: Kolagenese pomada 30gr.

120
40,00
TB
ABBOTT
R\$12,09
R\$483,60

Especificação: Isossorbina mononitrato 20 mg

123
200000,00
COMP
ZYDUS
R\$0,05
R\$10.400,00

Especificação: Levotiroxina Sódica 50mcg.

133
300000,00
COMP
ABBOTT
R\$0,12
R\$35.400,00

Especificação: Noretisterona 0,35mg, cartela c/ 35 comp.

159
4000,00
CART
BIOLAB
R\$5,45
R\$21.800,00

Especificação: Ritmonorm 300mg, caixa com 10 comprimidos

176
140,00
CX
ABBOTT
R\$15,69
R\$2.196,60

Especificação: Salbutamol 2mg

180
40000,00
COMP
GLAXO
R\$0,14
R\$5.600,00

Especificação: Seretide diskus 50/500mcg com 28 doses

183
25,00
CX
GLAXO
R\$84,49
R\$2.112,25

Valor Total
(trezentos e trinta e seis mil, quinhentos e trinta e sete reais e quarenta e cinco centavos)

R\$336.537,45

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº128/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº128/2014 - Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI.
DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

Nome da Empresa: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 85.247.385/0001-49

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Anlodipino 10mg

20
250000,00
COMP
VITAPAN
R\$0,04
R\$8.975,00

Especificação: ANLODIPINO 5MG

21
1000000,00
COMP
VITAPAN
R\$0,02
R\$21.000,00

Especificação: Atenolol + clortalidona 100+25 mg, caixa com 28 comprimidos

24
35,00
CX
VITAPAN
R\$4,76
R\$166,60

Especificação: Azitromicina 600 mg suspensão

27
40000,00
FRS
PHARLAB
R\$2,18
R\$87.036,00

Especificação: Diclofenaco resinato 15mg/mL c/ 20mL

77
2000,00
FRS
VITAPAN
R\$1,61
R\$3.225,60

Especificação: NIMESULIDA 100 MG

155
700000,00
COMP
VITAPAN
R\$0,04
R\$27.300,00

Especificação: Nimesulida 50mg/ml, frasco com 15ml

156
4000,00
FRS
VITAPAN
R\$0,70
R\$2.815,60

Valor Total
(cento e cinquenta mil, quinhentos e dezoito reais e oitenta centavos)

R\$150.518,80

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº129/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº129/2014 - Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI.
DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

Nome da Empresa: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 06.035.038/0001-86

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Isossorbina dinitrato de 10 mg

122
200000,00
COMP
GERMED
R\$0,08
R\$16.000,00

Valor Total
(dezesesseis mil reais)

R\$16.000,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº130/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº130/2014 - Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: HOSPFAR INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI.
DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

Nome da Empresa: HOSPFAR IND E COM DE PROD HOSP LTDA

CNPJ: 26.921.908/0001-21

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Azopt 1% 5ml

28
70,00
FRS
ALCON
R\$32,80
R\$2.296,00

Especificação: Duovent N c/ 10 ml aerosol

88
60,00
FRS
BOEHRINGER
R\$7,64
R\$458,40

Especificação: Hyperium 1mg, caixa com 30 comprimidos.

113
30,00
CX
SERVIER
R\$44,10
R\$1.323,00

Especificação: Pradaxa 150mg c/30cp

169
30,00

CX
BOEHRINGER
R\$66,00
R\$1.980,00

Valor Total
(seis mil, cinquenta e sete reais e quarenta centavos)

R\$6.057,40

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº131/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº131/2014 - Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI.
DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

Nome da Empresa: CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 94.516.671/0002-34

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Aminofilina 100 mg

15
80000,00
COMP
VITAPAN
R\$0,03
R\$2.240,00

Especificação: Cetoconazol 200mg

47
90000,00
COMP
GEOLAB
R\$0,08
R\$7.200,00

Especificação: Deslanosídeo 0,2mg/mL IM, IV c/2mL

71
1500,00
AMP
UNIÃO QUIMICA
R\$1,10
R\$1.650,00

Especificação: Levotiroxina Sódica 100mcg.

131
300000,00
COMP

MERCK
R\$0,11
R\$32.400,00

Especificação: Sulfadiazina de prata creme 10mg/g 400 gramas

189
400,00
POTE
SILVESTRE LABS
R\$17,50
R\$7.000,00

Valor Total
(cinquenta mil e quatrocentos e noventa reais)

R\$50.490,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº132/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº132/2014 - Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI.
DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

CNPJ: 81.706.251/0001-98

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Amoxilina+Ac. Clavulamico 250+62,5mg/5ml susp. 75 ml

17
5500,00
FRS
SANDOZ
R\$4,45
R\$24.475,00

Especificação: Anticoncepcional trifásico - Triquilar

22
7000,00
CART
BAYER - SCHERING
R\$5,12
R\$35.840,00

Especificação: Benzilpenicilina procaína + potássica 300.000 UI + 100.000 U - solução injetável + diluente

32
2000,00

F/AM
NOVAFARMA
R\$3,55
R\$7.100,00

Especificação: Cefalexina 250 mg/5ml 60 ml

46
6000,00
FRS
TEUTO
R\$2,69
R\$16.140,00

Especificação: Cetoconazol 30 grama (creme)

48
13000,00
TB
HIPOLABOR
R\$0,98
R\$12.740,00

Especificação: Clopidogrel 75mg

56
100000,00
COMP
SANDOZ
R\$0,34
R\$33.900,00

Especificação: Eritromicina 500 mg

94
3500,00
COMP
PRATI
R\$0,39
R\$1.361,50

Especificação: Ezetimiba 10mg, caixa com 30 comp.

99
25,00
CX
BAYER/MSD/SCHERING
R\$68,90
R\$1.722,50

Especificação: Hidróxido de Alumínio 100ml

112
4500,00
FRS
NATIVITA
R\$1,29
R\$5.805,00

Especificação: Levotiroxina Sódica 25mcg.

132
300000,00
COMP
MERCK
R\$0,11
R\$34.200,00

Especificação: Mebendazol 20mg/ml - frs 30ml.

141
5000,00
FRS
NATULAB
R\$0,69
R\$3.445,00

Especificação: Nifedipino 20 mg

154
200000,00
COMP
HYPERMARCAS - BRAINF
R\$0,03
R\$5.400,00

Especificação: Polivitaminico 120mL (Vitaminas: A, C, D, E e do complexo B)

168
4000,00
FRS
NATURELIFE
R\$3,45
R\$13.800,00

Especificação: Retinol + colecalciferol + óxido de zinco, bisnaga com 45gr. (pomada de assadura)

175
23000,00
BN
VITAPAN
R\$1,68
R\$38.617,00

Especificação: Vitamina B1 100mg + B6 100mg + B12 5000mcg solução injetável IM, IV ampola 1 ml, caixa com 3 ampolas

208
600,00
CX
MERCK
R\$7,99
R\$4.794,00

Valor Total
(duzentos e trinta e nove mil e trezentos e quarenta reais)

R\$239.340,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº133/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº133/2014 - Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ELI LILLY DO BRASIL LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI. DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

Nome da Empresa: ELI LILLY DO BRASIL LTDA

CNPJ: 43.940.618/0001-44

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Cymbalta 60 mg, caixa com 28 comp.

69
35,00
CX
LILLY
R\$190,40
R\$6.664,00

Valor Total
(seis mil e seiscentos e sessenta e quatro reais)

R\$6.664,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº134/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº134/2014 - Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DHOSP DISTRIBUIDORA HOSPITALAR IMP E EXP LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI.
DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

Nome da Empresa: DHOSP DISTRIBUIDORA HOSPITALAR IMP E EXP LTDA

CNPJ: 08.076.127/0006-00

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Artrodar 50mg, caixa com 30 comprimidos

7
60,00
CX
TRB PHARMA
R\$73,49
R\$4.409,40

Especificação: Insulina Humana Novomix Penfil 70/30 100U/ml com 3ml, caixa com 05 refs

117
40,00
FRS
NOVO NORDISK
R\$128,50
R\$5.140,00

Especificação: Micofenolato de Mofetila 500mg, caixa com 50

comp.

150
90,00
CX
ACCORD
R\$324,55
R\$29.209,50

Valor Total
(trinta e oito mil, setecentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos)

R\$38.758,90

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº135/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº135/2014 - Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI.
DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

Nome da Empresa: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 03.652.030/0001-70

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Dexametasona 0,1% creme bisnaga c/ 10 mg

72
25000,00
BN
MULTILAB
R\$0,56
R\$14.000,00

Especificação: Petidina 50mg/ml solução injetável com 2 ml

165
1000,00
AMP
UNIÃO QUIMICA
R\$1,64
R\$1.640,00

Especificação: Timolol, maleato 0,5% solução oftalmologica, 5ml.

197
2000,00
FRS
TEUTO
R\$0,90
R\$1.800,00

Especificação: Zolpidem 10 mg, caixa com 20 comprimidos

211
60,00
CX
ZYDUS
R\$9,00
R\$540,00

Valor Total
(dezessete mil e novecentos e oitenta reais)

R\$17.980,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº136/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº136/2014 - Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CIRURGICA JAW COM. MAT. MEDICO HOSP. LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI.
DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

Nome da Empresa: CIRURGICA JAW COM. MAT. MÉDICO HOSP. LTDA

CNPJ: 79.250.676/0001-93

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Dimenidrinato 3mg/ml + cloridrato de piridoxina 5mg/ml+glicose 100 mg/ml + frutose 100mg/ml - 10mL EV

81
7000,00
AMP
DRAMIN B6 DL
R\$1,85
R\$12.946,50

Especificação: Saniskin loção 200ml

182
25,00
FRS
SANISKIN 200ML
R\$34,00
R\$850,00

Especificação: Venalot, caixa com 30 comprimidos

204
160,00
CX
VENALOT 15MG/90MG
R\$22,89
R\$3.662,40

Especificação: Vitamina A+D gotas 50.000 + 10.000UI c/15mL

207
10000,00
FRS
AD-TIL 10ML
R\$4,90
R\$49.000,00

Valor Total
(sessenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos)

R\$66.458,90

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº137/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº137/2014 - Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI.
DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

Nome da Empresa: ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 09.192.829/0001-08

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Carvedilol 6,25 mg

44
400000,00
COMP
Karvil / TORRENT
R\$0,07
R\$26.000,00

Valor Total
(vinte e seis mil reais)

R\$26.000,00

Papanduva

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 013/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 013/2015

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 014/2015 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 27/04/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa AJMN COMERCIO DE PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 11.487.989/0001-26, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando objetivo do registro de preços para a aquisição de materiais e reagentes para a execução de exames laboratoriais e especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 25.807,87 (vinte e cinco mil, oitocentos e sete reais e oitenta e sete centavos), referentes aos itens 04, 06, 07, 08, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 48, 50 e 66 objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 014/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura.

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item

2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 014/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO

4.1 - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido do objeto deste instrumentos e seus adendos.

4.2 - Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto da presente licitação.

4.3 - Formar o quadro de pessoal necessário ao fornecimento do objeto adjudicado, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusive as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

4.4 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho para o fornecimento do objeto.

4.5 - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do objeto.

CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

5.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

5.3 - Os materiais deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias após a solicitação do Fundo Municipal de Saúde, em sua sede, sito a Rua Jacob Schadeck nº 1207, centro, neste município.

5.4 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 014/2015 e seus anexos;

6.2 - Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 - Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a CONTRATADA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 - Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência do fornecimento dos serviços após a adjudicação da licitação;
- b) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias

ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

- 9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;
- 9.1.2 - quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 9.1.3 - quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, o objeto decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;
- 9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A contratada não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 27 de março de 2015.

_____ - Márcio Wisniewski - Pregoeiro
_____ - Erli Edvina Wunsche Bacellar -

Equipe de Apoio

_____ - Otávio Hunka - Equipe de Apoio
_____ - Eliton Luiz de Souza Prestes -

Equipe de Apoio

_____ - Jociane Marchesini - Pela Contratada

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

ERRATA - EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2014 PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

ERRATA

Na publicação do dia 30 de março de 2015, edição nº 1713 do Diário Oficial dos Municípios (DOM), página 600, referente a publicação do extrato do contrato nº 010/2014, onde lê-se: CONTRATO Nº 010/2014, Leia-se: CONTRATO Nº 010/2015.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

ERRATA - EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2014 PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

ERRATA

Na publicação do dia 30 de março de 2015, edição nº 1713 do Diário Oficial dos Municípios (DOM), página 600, referente a publicação do extrato do contrato nº 011/2014, onde lê-se: CONTRATO Nº 011/2014, Leia-se: CONTRATO Nº 011/2015.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 093/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 093/2014, de 21/11/2014. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor unitário para o item 01 Óleo Diesel, de 7,6916%, nas mesmas proporções do reajuste ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição do contratado, NF 322358 de 07/11/2014 e NF 339469 de 04/02/2015 da Petrobras Distribuidora, passando portando o preço unitário, registrado, do litro de Óleo Diesel, de R\$ R\$ 2.44 para R\$ 2.627. Contratado: SAFRA DIESEL LTDA.

Papanduva, 10 de fevereiro de 2015
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 029/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Primeiro Termo Aditivo ao contrato nº 029/2014, de 06/10/2014. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência, que a partir do presente, passará ser de 29 de março de 2015 até o dia 31 de dezembro de 2015. Fica acrescido no objeto do contrato 029/2013, o reajuste financeiro previsto na cláusula 6ª do contrato supra citado em 3,8499%, índice este apurado pelo IGPM acumulado dos últimos 12 meses. Contratado: INSTALADORA ELETRICA GUARAMIRIM LTDA EPP.

Papanduva, 23 de março de 2015
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Quarto Termo Aditivo ao contrato nº 004/2014, de 15/01/2014. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo, nos seguintes itens do contrato supra citado: item 01 do lote A de 25%, correspondente a 11,92 Kms; item 04 do lote A de 9,68%, correspondente a 8,7 Kms; item 06 do lote A de 10%, correspondente a 6,16 Kms. Conforme ofício nº 025/2014/SME, que solicita o referido aditivo, indica que o mesmo faz-se necessário devido as mudanças de locais dos inícios dos trajetos, conforme

detalhamento dos novos trajetos e a respectiva justificativa anexo ao ofício citado. Contratado: TRANS PINOTTI LTDA - EPP.

Papanduva, 02 de março de 2015
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Quinto Termo Aditivo ao contrato nº 006/2014, de 15/01/2014. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo, nos seguintes itens do contrato supra citado: item 14 do lote C de 25%, correspondente a 12,65 Kms; item 15 do lote C de 20,151%, correspondente a 9,35 Kms; item 16 do lote C de 25%, correspondente a 14,45 Kms; item 18 do lote C de 25%, correspondente a 15,50 Kms. Conforme ofício nº 024/2014/SME, que solicita o referido aditivo, indica que o mesmo faz-se necessário devido as mudanças de locais dos inícios dos trajetos, conforme detalhamento dos novos trajetos e a respectiva justificativa anexo ao ofício citado. Contratado: TRANSDEZIO LTDA.

Papanduva, 02 de março de 2015
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 049/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Quinto Termo Aditivo ao contrato nº 049/2013, de 26/03/2013. Objeto: Prorroga-se o prazo referido na cláusula segunda por mais 12 (doze) meses com início em 27 de março de 2015 e término em 27 de março de 2016. Fica acrescido no objeto do contrato 049/2013, o reajuste financeiro previsto na cláusula 3ª, item 3.7 do contrato supra citado em 3,8499%, índice este apurado pelo IGPM acumulado dos últimos 12 meses. Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA.

Papanduva, 23 de março de 2015
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 077/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Segundo Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 077/2014, de 19/08/2014. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor unitário para o item 25 conforme ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição da contratada, NFE 102394 15/08/2014 e NFE 112319 de 13/02/2015 da empresa fornecedora SANDOX DO BRASIL INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA, passando portando o preço unitário, registrado, do item 25 de R\$ 0,0560 para R\$ 0,0691. Contratado: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.

Papanduva, 05 de março de 2015
Marli dos Santos da Cunha Ramos
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Papanduva

Passo de Torres

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL LICITAÇÃO PR 34/2015 PMPT

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2015
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, DE ACORDO COM AS LEIS 10.520, DE 17/07/2002, SUBSIDIARIAMENTE PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 DE 21/06/93 E SUAS ALTERAÇÕES E ALTERAÇÕES POSTERIORES, TORNA PÚBLICO QUE SE ENCONTRA ABERTA A LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, DO TIPO "MENOR PREÇO POR LANCE", OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DO SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE PASSO DE TORRES, COM ENTREGAS DIARIAMENTE. A ÍNTEGRA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ESTARÁ À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS A PARTIR DESTA DATA, NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, NO HORÁRIO DAS 13 ÀS 19 HORAS, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, SITO NA AVENIDA BEIRA RIO, 20, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO. AS PROPOSTAS SERÃO RECEBIDAS ATÉ 14:30 HORAS DO DIA 14 DE ABRIL DE 2015, COM INÍCIO DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES E JULGAMENTO NA MESMA DATA E HORA.

PASSO DE TORRES, 31 DE MARÇO DE 2015.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
PREFEITO MUNICIPAL

LUCIA ALVES HESPANHOL
PREGOEIRA

Paulo Lopes

PREFEITURA

DECRETO Nº 08/2015

DECRETO Nº08/2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 6º da Lei 1.632/2014 - LOA,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas, no orçamento fiscal vigente, as dotações abaixo, no limite de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

1301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 60.000,00
10.301.0013.2.064 - Manutenção do Bloco de Média e Alta Complexidade R\$ 60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.2.14.002004 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação da fonte 0.2.14.002004 - MAC - no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 01 de abril de 2015.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 09/2015

DECRETO Nº 09/2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 6º da Lei 1.632/2014 - LOA,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas, no orçamento fiscal vigente, as dotações abaixo, no limite de R\$ 109.400,00 (cento e nove mil e quatrocentos reais), de acordo com as especificações seguintes:

1301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 109.400,00
10.301.0013.1.065 - Aquisição de Veículos e Equipamentos para a Saúde R\$ 72.800,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.70.002009 - Aplicações Diretas R\$ 72.800,00
10.301.0013.1.065 - Aquisição de Veículos e Equipamentos para a Saúde R\$ 36.600,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.70.002000 - Aplicações Diretas R\$ 36.600,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo superávit financeiro do exercício anterior da fonte 0.3.70.002009 - PMAQ - no valor de R\$ 72.800,00 (setenta e dois mil e oitocentos reais) e 0.370.0020000 - PAB - no valor de R\$ 36.600,00 (trinta e seis mil e seiscentos reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 01 de abril de 2015.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 02/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 02/2015

Concede Homenagem à Igreja Evangélica Assembleia de Deus, pelos seus 50 anos de Ministério no Município de Paulo Lopes.

Faço saber que a Câmara Municipal de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, que aprovo e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Artigo 1º - Fica concedida homenagem à Igreja Evangélica Assembleia de Deus pelos seus 50 (cinquenta) anos de Ministério no Município de Paulo Lopes, em razão dos incalculáveis benefícios proporcionados à comunidade religiosa.

Parágrafo Único - A homenagem dar-se-á oportunamente em Sessão Solene desta Casa, em 17 de abril de 2015, que será realizada às 19:00 horas no recinto do auditório Leonel de Oliveira, CERPALO.

Artigo 2º - As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente.

Artigo 3º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Lopes, 01 de abril de 2015.
OZIEL EVALDO SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes.

Publicado o presente Decreto Legislativo no Diário Oficial dos Municípios em 01 de abril de 2015.

Penha

PREFEITURA

CV03/2015 - FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2015 - FME

CARTA CONVITE Nº 03/2015 - FME

Objeto: Locação de Estrutura para uso da Fundação Municipal de Esportes nos eventos que ocorrerão no ano de 2015, conforme estabelecido neste edital e anexo I.

Abertura do Processo: 10/04/2015 às 11:00horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maurílio Pedro Leite - Presidente da Comissão Permanente de Licitação

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 31 de Março de 2015.

MÁRIO GUARACY DE SOUZA

Prefeito Municipal e.e

CV03/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº19/2015 - PMP

CARTA CONVITE Nº 03/2015 - PMP

Objeto: Locação de Estrutura para uso da Secretaria de Governo e Secretaria de Educação nos eventos que ocorrerão no ano de 2015, conforme estabelecido neste edital e anexo I.

Abertura do Processo: 10/04/2015 às 09h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maurílio Pedro Leite - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 31 de março de 2015.

MÁRIO GUARACY DE SOUZA

Prefeito Municipal e.e

DECRETO 2277

DECRETO Nº. 2277/2015

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL A SOCIEDADE CULTURAL BENEFICENTE ASSISTENCIAL ESPORTIVA SANTA LÍDIA".

Art. 1º - Fica autorizada a transferência de recursos financeiros a Sociedade Cultural Beneficente Assistencial Esportiva Santa Lídia, inscrita no CNPJ nº. 72.422.587/0001-38, no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), autorizada pelo art. 17 da Lei Municipal nº 2.734, de 10 de dezembro de 2014, art. 21 da Lei Municipal nº 2.724, de 23 de setembro de 2014 e Lei Municipal nº 2743, de 30 de março de 2015.

Art. 2º - A dotação decorrente com a execução do presente Decreto correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - Secretaria da Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Cultura

Programa de Trabalho: 13.392.0010

Atividade: 2.034 - Funcionamento e manutenção do Departamento de Cultura

Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00.0000/99 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 31 de março de 2015.

MÁRIO GUARACY DE SOUZA

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

DECRETO 2278

DECRETO Nº. 2278/2015

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ASSISTENCIAL DIVINO ESPÍRITO SANTO - ACADIES".

Art. 1º - Fica autorizada a transferência de recursos financeiros a Associação Cultural e Assistencial Divino Espírito Santo, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.002.395/0001-00, no valor de até R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), autorizada pelo art. 17 da Lei Municipal nº 2.734, de 10 de dezembro de 2014, art. 21 da Lei Municipal nº 2.724, de 23 de setembro de 2014 e Lei Municipal nº 2744, de 30 de março de 2015.

Art. 2º - A execução do presente Decreto correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - Secretaria da Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Cultura

Programa de Trabalho: 13.392.0010

Atividade: 2.034 - Funcionamento e manutenção do Departamento de Cultura

Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00.0000/99 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 31 de março de 2015.
MÁRIO GUARACY DE SOUZA
Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2279

DECRETO Nº. 2279/2015

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL A ASSOCIAÇÃO CULTURAL, BENEFICENTE E ASSISTENCIAL DOS PESCADORES EVANGÉLICOS DO GRAVATÁ - APEG".

Art. 1º - Fica autorizada a transferência de recursos financeiros a Associação Cultural, Beneficente e Assistencial dos Pescadores Evangélicos do Gravatá - APEG, inscrita sob CNPJ nº. 17.062.400/0001-24, no valor de até R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), autorizada pelo art. 17 da Lei Municipal nº 2.734, de 10 de dezembro de 2014, art. 21 da Lei Municipal nº 2.724, de 23 de setembro de 2014 e Lei Municipal nº 2745, de 30 de março de 2015.

Art. 2º - A dotação decorrente com a execução do presente Decreto correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - Secretaria da Educação e Cultura
Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Cultura
Programa de Trabalho: 13.392.0010
Atividade: 2.034 - Funcionamento e manutenção do Departamento de Cultura
Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00.0000/99 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 31 de março de 2015.
MÁRIO GUARACY DE SOUZA
Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2280

DECRETO Nº 2280/2015

MÁRIO GUARACY DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE PENHA E.E., NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, CONFORME AUTORIZAÇÃO PREVISTA NO INCISO I, ARTIGO 7º DA LEI FEDERAL Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 2734, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015.

Art.1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.825.772,86 (Um milhão oitocentos e vinte e cinco mil setecentos e setenta e dois reais e oitenta e seis centavos), autorizado pela Lei Municipal nº 2734, de 10.12.2014, destinados a reforçar as

seguintes dotações:

Órgão: 20 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 10.304.0014
Projeto: 1.009 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde
Fonte de Recursos: 0.3.0064.556 - Transferências do SUS/União (BIInv - Reformas)
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/88 - Aplicações Diretas
..... R\$ 8.901,19

Órgão: 20 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 10.301.0014
Atividade: 2.053 - CIS - Consórcio Intermunicipal de Saúde
Fonte de Recursos: 0.3.0000 - Recursos Ordinários - Superávit Financeiro
Elemento: 3.3.71.00.00.00.00.00/105 - Aplicações Diretas
..... R\$ 15.846,78
Elemento: 3.3.93.00.00.00.00.00/108 - Aplicações Diretas
..... R\$ 21.151,47

Órgão: 20 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 10.301.0014
Atividade: 2.054 - PAB Variável - Saúde Bucal
Fonte de Recursos: 0.3.0670.34 - Transferências do SUS/ Estado (ESB) - Superávit Financeiro
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/82 - Aplicações Diretas
..... R\$ 3.402,38
Fonte de Recursos: 0.3.0064.565 - Transferência do SUS/União - PSB - Superávit Financeiro
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/83 - Aplicações Diretas
..... R\$ 34.271,12
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/84 - Aplicações Diretas
..... R\$ 34.271,12

Órgão: 20 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 10.301.0014
Atividade: 2.055 - PAB Fixo - Ações Básicas de Saúde
Fonte de Recursos: 0.3.0064.3 - Transferências do SUS/União - Superávit Financeiro - PAB Fixo
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/79 - Aplicações Diretas
..... R\$ 136.250,87

Órgão: 20 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 10.301.0014
Atividade: 2.057 - PAB Variável - Saúde da Família
Fonte de Recursos: 0.3.0064.25 - Transferência do SUS/União - NASF - Superávit Financeiro
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/86 - Aplicações Diretas
..... R\$ 57.526,58
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/87 - Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00
Fonte de Recursos: 0.3.0670.33 - Transferências do SUS/Estado (ESF) - Superávit Financeiro
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/80 - Aplicações Diretas
..... R\$ 216.973,02
Fonte de Recursos: 0.3.0670.27 - Transferências do SUS/ Estado (NASF) - Superávit Financeiro
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/81 - Aplicações Diretas
..... R\$ 21.000,00

Órgão: 20 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 10.301.0014

Atividade: 2.058 - Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ
 Fonte de Recursos: 0.1.0064.30 - Transferências do SUS/União - PMAQ - Superávit Financeiro
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/30 - Aplicações Diretas
 R\$ 28.661,92
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/32 - Aplicações Diretas
 R\$ 42.000,00
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/34 - Aplicações Diretas
 R\$ 43.985,75
 Fonte de Recursos: 0.3.0064.30 - Transferências do SUS/União - PMAQ - Superávit Financeiro
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/85 - Aplicações Diretas
 R\$ 226.846,35

Órgão: 20 - Fundo Municipal de Saúde
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Programa de Trabalho: 10.301.0014
 Atividade: 2.059 - Mac - Manutenção Média e Alta Complexidade
 Fonte de Recursos: 0.3.0064.573 - Transferências do SUS/União - MAC - Superávit Financeiro
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/89 - Aplicações Diretas
 R\$ 36.481,07
 Fonte de Recursos: 0.3.0064.7 - Transferências do SUS/União - MAC - Rede Cegonha - Superávit Financeiro
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/90 - Aplicações Diretas
 R\$ 20.036,65
 Fonte de Recursos: 0.3.0670.588 - Transferências do SUS/Estado - MAC - Cirurgias Eletivas - Superávit Financeiro
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/91 - Aplicações Diretas
 R\$ 7.950,00
 Fonte de Recursos: 0.3.0670.589 - Transferências do SUS/estado - MAC - Consultas e Exames - Superávit Financeiro
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/92 - Aplicações Diretas
 R\$ 7.880,40

Órgão: 20 - Fundo Municipal de Saúde
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Programa de Trabalho: 10.304.0014
 Atividade: 2.060 - Funcionamento e Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária
 Fonte de Recursos: 0.3.0064.560 - Transferência do SUS/União - VISA - Superávit Financeiro
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/93 - Aplicações Diretas
 R\$ 58.270,06
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/94 - Aplicações Diretas
 R\$ 69.936,90
 Fonte de Recursos: 0.3.0002.1 - Recursos Ordinários - VISA - Superávit Financeiro
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/99 - Aplicações Diretas
 R\$ 42.368,34
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/100 - Aplicações Diretas
 R\$ 150.000,00

Órgão: 20 - Fundo Municipal de Saúde
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Programa de Trabalho: 10.301.0014
 Atividade: 2.061 - Núcleo de Prevenção de Violência e Acidentes
 Fonte de Recursos: 0.3.0064.22 - Transferência do SUS/União - Núcleo de Violências e Acidentes - Superávit Financeiro
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/101 - Aplicações Diretas
 R\$ 25.313,02

Órgão: 20 - Fundo Municipal de Saúde
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Programa de Trabalho: 10.301.0014
 Atividade: 2.062 - Incentivo à Política de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças e Agravos
 Fonte de Recursos: 0.3.0064.26 - Transferência do SUS/ União

- Prevenção de Doenças - Superávit Financeiro
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/102 - Aplicações Diretas
 R\$ 30.992,08

Órgão: 20 - Fundo Municipal de Saúde
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Programa de Trabalho: 10.301.0014
 Atividade: 2.063 - Funcionamento e Manutenção das Ações Epidemiológicas
 Fonte de Recursos: 0.3.0064.16 - Transferências do SUS/União - Epidemiologia - Superávit Financeiro
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/106 - Aplicações Diretas
 R\$ 39.015,47
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/107 - Aplicações Diretas
 R\$ 39.015,00
 Fonte de Recursos: 0.3.0064.581 - Transferências do SUS/União - Dengue - Superávit Financeiro
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/98 - Aplicações Diretas
 R\$ 12.907,21
 Fonte de Recursos: 0.3.0673.18 - Transferência do SUS/Estado - DST/AIDS - Superávit Financeiro
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/95 - Aplicações Diretas
 R\$ 6.453,32
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/96 - Aplicações Diretas
 R\$ 4.440,65
 Fonte de Recursos: 0.3.0673.21 - Transferência do SUS/Estado ECD - Superávit Financeiro
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/97 - Aplicações Diretas
 R\$ 10.178,00

Órgão: 20 - Fundo Municipal de Saúde
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Programa de Trabalho: 10.301.0014
 Atividade: 2.066 - Programa de Assistência Farmacêutica
 Fonte de Recursos: 0.3.0064.13 - Transferência do SUS/União - Farmácia Básica - Superávit Financeiro
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/103 - Aplicações Diretas
 R\$ 236.604,71
 Fonte de Recursos: 0.3.0673.63 - Transferência do SUS/Estado - Farmácia Básica - Superávit Financeiro
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/104 - Aplicações Diretas
 R\$ 36.841,43

Art.2º - Os recursos necessários para atendimento dos presentes créditos suplementares correrão por conta do:

I - Superávit financeiro do exercício anterior, oriundo de repasse do SUS - Estado para o Programa de Saúde, como segue:

a) Programa Saúde da Família - ESF
 R\$ 216.973,02
 b) Programa Saúde da Família - ESB
 R\$ 3.402,38
 c) NASF - Núcleos de Apoio à Saúde da Família
 R\$ 21.000,00
 d) Programa DST/AIDS
 R\$ 10.893,97
 e) Epidemiologia e Controle de Doenças
 R\$ 10.178,00
 f) Programa de Assistência Farmacêutica
 R\$ 36.841,43
 g) AC - Cirurgias Eletivas
 R\$ 7.950,00
 h) MAC - Consultas e Exames
 R\$ 7.880,40

 R\$ 315.119,20

II - Superávit financeiro do exercício anterior, oriundo de repasse

do SUS - União, como segue:

a) Programa de Requalificação de UBS - Reformas	R\$ 8.901,19
b) MAC - Manutenção Média e Alta Complexidade - Teto	R\$ 36.481,07
c) MAC - Manutenção Média e Alta Complexidade - Rede Cegonha	R\$ 20.036,65
d) PAB - Fixo - Ações Básicas de Saúde	R\$ 136.250,87
e) PAB Variável - Saúde Bucal	R\$ 68.542,24
f) NASF - Núcleos de Apoio à Saúde da Família	R\$ 157.526,58
g) Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ	R\$ 226.846,35
h) Vigilância Sanitária	R\$ 128.206,96
i) Núcleo de Prevenção a Violência e Acidentes	R\$ 25.313,02
j) Incentivo à Política Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças e Agravos	R\$ 30.992,08
k) Ações Epidemiológicas - Ações de dengue	R\$ 12.907,21
l) Vigilância Epidemiológica	R\$ 78.030,47
m) Programa de Assistência Farmacêutica	R\$ 236.604,71

	R\$ 1.166.639,40

III - Superávit financeiro do exercício anterior, oriundo de recursos próprios, como segue:

a) Taxa de Fiscalização do Programa de Vigilância Sanitária	R\$ 192.368,34
b) Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMFRI	R\$ 36.998,25

	R\$ 229.366,59

IV - do provável excesso de arrecadação a ocorrer no presente exercício, consoante no disposto no inciso II do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei 4320 de 17/03/1964:

a) Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ	R\$ 114.647,67
---	----------------

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 31 de Março de 2015.
MÁRIO GUARACY DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

LEI 2743

LEI Nº. 2743/2015

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL A SOCIEDADE CULTURAL BENEFICENTE ASSISTENCIAL ESPORTIVA SANTA LÍDIA".

MÁRIO GUARACY DE SOUZA, Prefeito do Município de Penha em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a transferência de recursos financeiros a Sociedade Cultural Beneficente Assistencial Esportiva Santa Lídia, inscrita no CNPJ nº. 72.422.587/0001-38, no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), autorizada pelo art. 17 da Lei Municipal nº 2.734, de 10 de dezembro de 2014 e art. 21 da Lei Municipal nº 2.724, de 23 de setembro de 2014.

Art. 2º - A dotação decorrente com a execução da presente Lei correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - Secretaria da Educação e Cultura
Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Cultura
Programa de Trabalho: 13.392.0010
Atividade: 2.034 - Funcionamento e manutenção do Departamento de Cultura
Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.0000/99 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 30 de março de 2015.
MÁRIO GUARACY DE SOUZA
Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

LEI 2744

LEI Nº. 2744/2015

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ASSISTENCIAL DIVINO ESPÍRITO SANTO - ACADIES".

MÁRIO GUARACY DE SOUZA, Prefeito do Município de Penha em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a transferência de recursos financeiros a Associação Cultural e Assistencial Divino Espírito Santo, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.002.395/0001-00, no valor de até R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), autorizada pelo art. 17 da Lei Municipal nº 2.734, de 10 de dezembro de 2014 e art. 21 da Lei Municipal nº 2.724, de 23 de setembro de 2014.

Art. 2º - A execução da presente Lei correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - Secretaria da Educação e Cultura
Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Cultura

Programa de Trabalho: 13.392.0010
 Atividade: 2.034 - Funcionamento e manutenção do Departamento de Cultura
 Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00.0000/99 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 30 de março de 2015.
 MÁRIO GUARACY DE SOUZA
 Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
 Secretária da Administração

LEI 2745

LEI Nº. 2745/2015

“DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL A ASSOCIAÇÃO CULTURAL, BENEFICENTE E ASSISTENCIAL DOS PESCADORES EVANGÉLICOS DO GRAVATÁ - APEG”.

MÁRIO GUARACY DE SOUZA, Prefeito do Município de Penha em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a transferência de recursos financeiros a Associação Cultural, Beneficente e Assistencial dos Pescadores Evangélicos do Gravata - APEG, inscrita sob CNPJ nº. 17.062.400/0001-24, no valor de até R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), autorizada pelo art. 17 da Lei Municipal nº 2.734, de 10 de dezembro de 2014 e art. 21 da Lei Municipal nº 2.724, de 23 de setembro de 2014.

Art. 2º - A dotação decorrente com a execução da presente Lei correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - Secretaria da Educação e Cultura
 Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Cultura
 Programa de Trabalho: 13.392.0010
 Atividade: 2.034 - Funcionamento e manutenção do Departamento de Cultura
 Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00.0000/99 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 30 de março de 2015.
 MÁRIO GUARACY DE SOUZA
 Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
 Secretária da Administração

PROCESSO SELETIVO 01/2014 FMAS - CONVOCAÇÃO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a)s candidato(a)s para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 10/04/2015, das 08:00hs às 12:00hs ou das 13:30hrs às 17:30hrs, conforme Edital de Processo Seletivo nº 01/2014 - FMAS.

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL - CRAS - 20 horas
 CLASSIFICAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
 004 0000347 DENISE KLOCK

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL - CREAS - 30 horas
 CLASSIFICAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
 004 0000253 ENEDINA POLESA DOS SANTOS

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA
 CLASSIFICAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
 031 0000042 CRISTINA CUGNIER

O(a)s candidato(a)s deverão apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00.
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual / Federal, passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato; pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde

que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não-cumprimento dos prazos, a não-apresentação da documentação prevista ou a não-comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 31 de março de 2015.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

Peritiba

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 2-2015

RESOLUÇÃO Nº 2-2015

"CRIA COMISSÃO ESPECIAL PARA ATENDER O DISPOSTO NO ARTIGO 4º DA LEI nº 2.020/2015"

CONSIDERANDO a aprovação e publicação da Lei nº 2.020/2015 que determina a criação de Comissão Especial desta Casa para a realização de Audiências Públicas para a escolha dos nomes a serem dados aos Bairros do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica criada a Comissão Especial para a Escolha de Nomenclaturas aos Bairros do Município de Peritiba.

Art. 2º A comissão será composta pelos Vereadores Mara Regina Hermes Petter (Presidente), Harto Teobaldo Finger (Vice Presidente) e Lodívio Finger (Membro).

Art. 3º A comissão terá por finalidade única e exclusiva a realização de Audiências Públicas para a escolha dos nomes a serem dados aos Bairros do Município de Peritiba.

Art. 4º O prazo para a entrega do Relatório Final dos trabalhos será de 150 (cento e cinquenta) dias a contar da publicação desta.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Peritiba, 30 de março de 2015.

Gilberto Maciel

Presidente da Mesa Diretora

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 025/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 025/2015
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 17/04/2015, licitação modalidade Pregão Presencial n. 025/2015, tendo como objeto, a aquisição de tinta para pintura das ruas, meios-fios, lixeiras, pontos de ônibus e corrimão no Município de Pinheiro Preto.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 17/04/2015, cujo credenciamento ocorrerá das 14:00 às 14:15 hr, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou através do site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 31 DE MARÇO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 026/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 026/2015
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 17/04/2015, licitação modalidade Pregão Presencial n. 026/2015, visando a contratação de empresa prestadora de serviços técnicos profissionais comuns na área elétrica, hidráulica e de manutenções em geral. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 17/04/2015, cujo credenciamento ocorrerá das 10:00 às 10:15 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 31 DE MARÇO DE 2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 103/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 103/2015
OBJETO: DESINSETIZAÇÃO GERAL DA UNIDADE DE SAÚDE.
DISPENSA DE LICITAÇÃO: 049/2015.
EMPRESA CONTRATADA: DEDETIZAÇÃO OSVALDIR LTDA-ME
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os Serviços de Desinsetização na unidade de saúde no valor de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).

DATA DO CONTRATO: 24 de março de 2015.
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

EDITAL CMDCA Nº 001/2015

AVISO DE EDITAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
EDITAL CMDCA Nº 001/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, através de sua presidente, faz saber a todos que se encontra aberto o registro (inscrições) das candidaturas a conselheiro tutelar do Município de Pinheiro Preto-SC, no período compreendido entre 06/04/2015 à 03/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

A integra do edital pode ser obtida no seguinte endereço eletrônico do Município: <http://www.pinheiropreto.sc.gov.br/>.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562-2007

PINHEIRO PRETO-SC, 31 DE MARÇO DE 2015
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N. 129, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA N. 129, DE 26 DE MARÇO DE 2015.
INSTITUI COMISSÃO TÉCNICA DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DE SERVIÇOS QUE ESPECIFICA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no § 2º do edital convocatório,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída comissão técnica de avaliação de qualidade de serviços de recauchutagem de pneus, de acordo com as especificações prevista no edital de licitação n.º 016/2015, modalidade Pregão Presencial, designando para compô-la os seguintes membros:

I - VALDEMAR BOGONI, Secretário de Transportes e Obras.

II - MAURILIO DENARDI, Diretor de Transportes e obras.

III - IDERALDO BEAL, Motorista.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 26 de março de 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO N.º 03/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSELHO MUNICIPAL de DIREITO da CRIANÇA e ADOLESCENTE

Av. ARTHUR COSTA E SILVA FONE/FAX:(49) 3562-2007

email: cras@pinheiropreto.sc.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 03/2015 Pinheiro Preto, 31 de março de 2015.

DISCIPLINA A APROVAÇÃO DA MINUTA DO EDITAL DA ELEIÇÃO UNIFICADA DO CONSELHO TUTELAR.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, através de seu Presidente, JURCELEI BERTHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal N.º 1.554 de 26 de novembro de 2010 e Decreto Executivo Municipal Nº 3.861, de 20 de agosto de 2013.

Considerando a decisão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente devidamente nomeado através do Decreto executivo Municipal N.º 3.861 de 20 de agosto de 2013 de cuja decisão está consignada em ata;

Considerando que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente , visa deliberar, fiscalizar, formular, acompanhar, definir, e regulamentar os serviços sociais desenvolvidos na área da assistência social no município de Pinheiro Preto, objetivando atender os usuários da Política de Assistência Social.

RESOLVE

Art.º. 1º. Aprovar a minuta do edital da eleição do Conselho Tutelar de Pinheiro Preto, a ser publicado até 04/04/2015, segundo dispõe o art. 7º, caput, da Resolução Conanda nº 170/2014, e, conforme recomendado pelo órgão do Ministério Público da Comarca de Tangará.

Art.º 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto - SC, 31 de março de 2015.

JURCELEI BERTHA

Presidente do CMDCA

Pomerode

PREFEITURA

EDITAL CMDCA Nº 001/2015

Edital CMDCA nº 001/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Pomerode.

O COORDENADOR DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 25 de Março de 2015, em sua sede localizada Rua 15 de Novembro, 234, Centro, Pomerode e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e na Lei Municipal 1.962 de 09 de Março de 2007, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Pomerode, e dá outras providências.

1 DO CARGO E DAS VAGAS

1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2 DA REMUNERAÇÃO, DA CARGA HORÁRIA E DO MANDATO

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 1.962/2007, é assegurado o direito a:

I - vencimento de R\$ 1.852,60 (hum mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e sessenta centavos), para uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - cobertura previdenciária;

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade;

VI - gratificação natalina.

VII - auxílio alimentação no valor de R\$ 170,00 (cento e setenta reais)

VIII - auxílio transporte no valor de R\$ 90,00 (noventa reais)

2.2 Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.5 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

2.5.1 Plantão noturno das 17h00min às 07h30min do dia seguinte.

2.5.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.5.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

3. DO PROCESSO DE ESCOLHA

3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 06/04/2015 a 03/06/15, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (13h00min às 16h00min), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada na Rua 15 de Novembro, 234, Centro, Pomerode, Telefone: (47) 3387-0662.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição: I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Criminais;

II - idade superior a vinte e um anos, comprovada por fotocópias autenticadas de RG, CPF e título de eleitor;

III - estar em dia com as obrigações eleitorais, comprovada através de Certidão de Quitação Eleitoral;

IV - residir no município, demonstrada por fotocópia autenticada do comprovante de residência (água, luz, telefone) dos três meses anteriores à publicação deste Edital;

V - conclusão de ensino médio, comprovada através de Fotocópia autenticada de Diploma de Conclusão do Ensino Médio;

VI - Possuir noções de informática, comprovada por fotocópia de certificado ou declaração;

VII - participação em 75% em curso específico sobre a política de atendimento à Infância e Adolescência ofertado pelo CMDCA;

VIII - aprovação em 60% na prova de conhecimentos gerais sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

IX - Requerimento, conforme Anexo II.

3.1.2.1 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.1.3 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.4 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.5 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.2 DA PUBLICAÇÃO DAS CANDIDATURAS

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 12/06/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Fórum desta Comarca e na Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação - SEDES para ciência pública.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 15/06/2015 a 19/06/2015, no horário de atendimento ao público (13h00min às 16h00min), na sede do Conselho Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente.

3.2.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 29/06/2015 a 03/07/2015, no horário de atendimento ao público (13h00min às 16h00min), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.2.2.2 A comissão eleitoral apresentará resposta quanto às impugnações até o dia 10/07/2015.

3.2.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 17/07/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Fórum desta Comarca, e Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação.

3.2.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

3.3 DAS ETAPAS DE CLASSIFICAÇÃO

3.3.1. Os candidatos a função de Conselheiro Tutelar deverão passar, obrigatoriamente, pelas seguintes etapas classificatórias e eliminatórias:

- a) inscrição;
- (b) participação e conclusão em curso específico sobre a política de atendimento à Infância e Adolescência ofertado pelo CMDCA, com carga horária de 7 horas;
- (c) prova escrita de conhecimentos gerais sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

3.3.1.1. A não participação e aprovação em qualquer uma das etapas do item 3.1. elimina automaticamente o candidato.

3.3.1.2 O curso terá duração de 7 (sete) horas, controlada através de lista de presença assinada a cada hora do curso, e será realizado no dia 19 de Julho de 2015 das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 16h00min nas dependências no Auditório da Prefeitura Municipal de Pomerode.

3.3.1.3 O candidato aprovado no curso específico estará habilitado a prestar prova escrita de conhecimentos gerais sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

3.3.1.4 A prova escrita de conhecimentos gerais sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente terá duração de até 3(três) horas e será constituída por 20 questões com peso de 0,5 pontos e será realizada no dia 26 de Julho de 2015 das 09h00min às 12h00min nas dependências do Auditório da Prefeitura Municipal de Pomerode.

3.3.1.5 Não serão permitidos atrasos nos horários acima expostos.

3.4 DA PROPAGANDA ELEITORAL

3.4.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.4.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.4.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.4.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.4.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.4.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.4.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos,

doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor

3.4.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.4.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, jornal, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos.

3.4.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.4.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.4.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.4.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.4.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.4.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

3.5 DA ELEIÇÃO

3.5.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 08h00min às 17h00min, no seguinte local:

- Teatro Municipal de Pomerode, situado a Rua Hermann Weege, nº 111, Centro, Pomerode.

3.5.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.5.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.5.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.5.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.5.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.5.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção

eleitoral.

3.5.6 O eleitor votará uma única vez em até cinco candidatos na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

3.6 DO VOTO

3.6.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.6.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.6.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.6.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

3.7 DA CÉDULA OFICIAL

3.7.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.7.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.7.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.7.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

3.8 DAS MESAS RECEPTORAS

3.8.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.8.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.8.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.8.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.8.2.3 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.8.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.8.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:
I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;
II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.8.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.8.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:
I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;
II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;
III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

3.9 DA APURAÇÃO

3.9.1 A apuração dar-se-á na sede do Teatro Municipal de Pomerode, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.9.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.9.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.9.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.9.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.9.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação

3.9.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato mais idoso.

4. DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 05/10/2015, em edital afixado no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Fórum desta Comarca e Diário Oficial dos Municípios, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação fornecida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 1.962/2007, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante

Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Pomerode para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 25 de Março de 2015.

Raphael R. Hoffmann

Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode

ANEXO I CRONOGRAMA

	Publicação do Edital no site da Prefeitura Municipal de Pomerode www.pomerode.sc.gov.br ; do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode www.cmdca.org.br ; Diário Oficial dos Municípios; Mural da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação – SEDES, Mural da Câmara Municipal de Vereadores e Mural da Prefeitura Municipal de Pomerode.
01.04.15	
06.04 à 03.06.15	Inscrições
05.06 a 11.06.15	Análise das inscrições
12.06.15	Publicação da relação dos candidatos
15.06 a 19.06.15	Impugnação de candidatura
22.06 a 26.06.15	Notificação dos candidatos impugnados para defesa
29.06 a 03.07.15	Apresentação da defesa pelo candidato impugnado
06.07 a 10.07.15	Análise e decisão das impugnações
13.07 a 16.07.15	Interposição de recurso
17.07.15	Publicação dos candidatos habilitação para o curso de formação
19.07.15	Curso específico sobre a política de atendimento à Infância e Adolescência fornecido através do CMDCA.
20.07.15	Publicação dos candidatos aprovados após curso específico
26.07.15	Aplicação de prova
28.07.15	Publicação da relação dos candidatos aprovados na prova escrita
29.07.15 a 31.07.15	Interposição e decisão de recursos referentes à prova aplicada
07.08.15	Publicação dos candidatos aprovados

18.09.15	Divulgação do Local de Votação
04.10.15	ELEIÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE POMERODE.
05.10.15	Publicação do resultado final.
10.01.16	Posse dos Conselheiros Tutelares eleitos.
11.01.16	Início efetivo das atividades dos Conselheiros Tutelares eleitos.

ANEXO II

ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DE POMERODE CADASTRAMENTO DE CANDIDATO

Nome: _____

Endereço: _____

Telefones de contato: _____

Email: _____

Número da Inscrição do candidato: _____

Foram entregues os seguintes documentos, em anexo:

- () Fotocópia autenticada RG.
- () Fotocópia autenticada do CPF.
- () Fotocópia autenticada do Título de Eleitor.
- () Certidão de Quitação Eleitoral.
- () Certidão de Antecedentes Criminais.
- () Fotocópia Autenticada do Certificado de Conclusão de Ensino médio.
- () Fotocópia autenticada do comprovante de residência (água, luz, telefone) dos três meses anteriores à publicação deste Edital.
- () Fotocópia de Certificado ou Declaração de noções básicas de informática.
- () Requerimento, conforme Anexo II

Pomerode, 25 de Março de 2015.

Assinatura do candidato: _____

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 003/2015

CONVÊNIO nº 003/2015. Conveniente: MUNICÍPIO DE POMERODE. Conveniada: SOCIEDADE BENEFICENTE SANTA MARIA MADALENA POSTEL - CENTRO EDUCACIONAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA. Objeto: Educação de qualidade acessível às crianças pomerodenses. Valor: R\$ 100.000,00 (Cem mil reais). Prazo: 31/12/2015.

Pomerode/SC, 31 de março de 2015.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

RESOLUÇÃO Nº 004/2015/COMAS

RESOLUÇÃO Nº 004/2015/COMAS

Altera a Resolução nº 013/2013/COMAS que dispõe sobre o reordenamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE - COMAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 206 de 25 de Maio de 2011 e em

conformidade com a deliberação da sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 23 de Março de 2015;

CONSIDERANDO a Lei Orgânica da Assistência Social, nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social - PNAS aprovada pela Resolução CNAS nº 145/2004, que dispõe sobre as diretrizes e princípios para a implementação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS.

CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica - NOB aprovada pela Resolução CNAS nº 33 de 12 de Dezembro de 2012, que dispõe sobre a operacionalização do Sistema Único da Assistência Social - SUAS.

CONSIDERANDO que a implementação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS exigiu e vem exigindo um conjunto de ações para o reordenamento dos serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social na perspectiva de aprimorar seu campo de proteção, assegurando sua especificidade ao tempo em que contribui com a intersetorialidade, que articula ações de proteções entre os entes federados e entidades e organizações de assistência social;

CONSIDERANDO que os benefícios eventuais da assistência social, previstos no artigo 22 da Lei Orgânica da Assistência Social, integram o conjunto de proteções da política de assistência social e, neste sentido, inserem-se no processo de reordenamento de modo a garantir o acesso à proteção social ampliando e qualificando as ações protetivas;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 6.307/2007 dispõe sobre os benefícios eventuais e define em seu artigo 9º que as "provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, integração nacional e das demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social";

CONSIDERANDO a necessidade de apoiar o reordenamento da prestação dos benefícios eventuais à luz das diretrizes nacionais sobre os benefícios eventuais - LOAS/1993, PNAS/2004, NOB/2012, Resolução CNAS nº 212/2006, Decreto nº 6307/2007 e outras normativas;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o Art. 6º, Parágrafo 2º da Resolução nº 013/2013/COMAS, do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode - COMAS, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º - (...)

§ 2º O benefício pode ser solicitado pelos pais ou responsável legal a partir do 7º mês de gestação até o 30º dia após o nascimento."

Art. 2º - Incluir o Parágrafo 7º no Art. 7º na Resolução nº 013/2013/COMAS, do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode - COMAS, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º - (...)

§ 7º O benefício pode ser requerido por:

I - Cônjuge

II - Filhos ou enteados capazes ou devidamente representados

III - Na ausência destes, outro membro da família."

Art. 3º - Incluir o Inciso V, no § 1º, no Art. 7º na Resolução nº 013/2013/COMAS, do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode - COMAS, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º - (...)

§ 1º (...)

V - Declaração do requerente de que o falecido não possui plano ou programa particular funerário, incluindo o seguro DPVAT."

Art. 4º - Alterar o Inciso IV, no § 2º, no Art. 8º na Resolução nº 013/2013/COMAS, do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode - COMAS, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º (...)

§ 2º (...)

IV - Comprovante de aluguel (contrato com firma reconhecida em cartório ou declaração assinada pelo dono do imóvel)."

Art. 5º - Alterar o Inciso II, no § 4º, no Art. 8º na Resolução nº 013/2013/COMAS, do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode - COMAS, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º (...)

§ 4º (...)

II - Auxílio foto para emissão de documentos

a) O auxílio foto para emissão de documentos será de acordo com o parecer da Assistente Social."

Art. 6º - Alterar a alínea a, do Inciso III, no § 4º, no Art. 8º na Resolução nº 013/2013/COMAS, do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode - COMAS, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º (...)

§ 4º (...)

III - (...)

a) O valor do auxílio alimentação será de acordo com o parecer da Assistente Social, sendo no máximo 6 (seis) concessões por ano, limitado a 1/2 salário mínimo vigente mensal, por família."

Art. 7º - Alterar o Inciso IV, no § 2º, no Art. 9º na Resolução nº 013/2013/COMAS, do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode - COMAS, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º (...)

§ 2º (...)

IV - Comprovante de aluguel (contrato com firma reconhecida em cartório ou declaração assinada pelo dono do imóvel)."

Art. 8º - Alterar o Inciso V, no § 4º, no Art. 9º na Resolução nº 013/2013/COMAS, do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode - COMAS, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º (...)

§ 4º (...)

V - Auxílio foto para emissão de documentos, conforme disposto no Art. 8, Parágrafo 4º, Inciso II."

Art. 9º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Resolução nº 19/2014/COMAS.

Pomerode (SC), 23 de Março de 2015.

Almir Biegging

Coordenador do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode

RESOLUÇÃO Nº 005/2015/CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 005/2015/CMDCA

Dispõe sobre a aprovação do Edital nº 001/2015 do CMDCA de Pomerode.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE POMERODE, reunido no dia 20 de Março de 2015, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe a Lei Municipal nº 1.962/07, aprova a presente Resolução, estabelecendo normas para a realização do processo de escolha mediante sufrágio universal e direto dos membros do Conselho Tutelar do Município:

CONSIDERANDO

- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos Tutelares.
- Lei nº 12.696, de 25 de Julho de 2012 que altera os arts. 132, 134, 135 e 139 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos Tutelares.
- Resolução nº 170, de 10 de Dezembro de 2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA;
- Lei Municipal nº 2.535, de 08 de Março de 2013 que altera a Lei Ordinária Municipal nº 1.962, de 09 de Março de 2007 e dá outras providências.

RESOLVE

Art. 1º - Aprovar o Edital nº 001/2015/CMDCA que dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Pomerode.

Art. 2º - Para a realização do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de Pomerode, será nomeada e integrada Comissão Especial Eleitoral, que ficará composta pelos seguintes conselheiros:

- I - Paola Nishimura - representante da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação - SEDES
- II - Carmen Ramlow - representante da Secretaria de Saúde
- III - Rudi Voigt - representante da Igreja Evangélica Luterana do Brasil - Congregação São João de Pomerode
- IV - Rejeane Rahn - representante da Associação Pelo Bem-Estar da Família - ABEFAM

Art. 3º - Caberá à Comissão Especial Eleitoral:

- I - Analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos;
- II - notificar os candidatos, concedendo-lhes o prazo para apresentação de defesa;
- III - realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo se necessário ouvir testemunhas eventualmente arroladas;
- IV - realizar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;
- V - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;
- VI - estimular e facilitar o encaminhamento de notificação de fatos que constituam violação das regras de divulgação do processo de escolha por parte dos candidatos ou à sua ordem;
- VII - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;
- VIII - providenciar a confecção das cédulas, conforme modelo a ser aprovado;

- IX- escolher e divulgar os locais do processo de escolha;
- X - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito;
- XI - solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;
- XII- divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha; e
- XII - resolver os casos omissos.

Art. 34 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 20 de Março de 2015.

Raphael R. Hoffmann

Coordenador do CMDCA de Pomerode

RESOLUÇÃO Nº 005/2015/COMAS

RESOLUÇÃO Nº 005/2015/COMAS

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Benefícios Eventuais entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social de Pomerode/SC (FMAS).

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE - COMAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 206 de 25 de Maio de 2011 e em conformidade com a deliberação da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode, realizada no dia 23 de Março de 2015;

CONSIDERANDO:

- A Lei Orgânica da Assistência Social, nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

- A Política Nacional de Assistência Social - PNAS aprovada pela Resolução CNAS nº 145/2004, que dispõe sobre as diretrizes e princípios para a implementação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS.

- A Norma Operacional Básica - NOB aprovada pela Resolução CNAS nº 33 de 12 de Dezembro de 2012, que dispõe sobre a operacionalização do Sistema Único da Assistência Social - SUAS.

- O Decreto nº 1.968 de 17 de Janeiro de 2014, que altera e revoga dispositivos do Decreto nº 3.316, de 2010, que dispõe sobre a prestação de contas de recursos financeiros transferidos do Fundo Estadual de Assistência Social aos Fundos Municipais de Assistência Social (FEAS/FMAS), e estabelece outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar com ressalvas a prestação de contas e a reprogramação dos recursos recebidos dos cofinanciamentos da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Benefícios Eventuais proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social em 2014, conforme documento anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 23 de Março de 2015.

Almir Biegging

Coordenador do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode - COMAS

RESOLUÇÃO Nº 006/2015/CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 006/2015/CMDCA

Convoca a IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE POMERODE, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Municipal nº 1.962/07, pelo Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.544/10 e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 20 de Março de 2015 e

CONSIDERANDO

- Resolução nº 166 de 5 de Junho de 2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que dispõe sobre a Convocação da X Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- Considerando a necessidade de garantir a implementação da Política e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, a partir do fortalecimento dos conselhos de direitos da criança e do adolescente.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode, a ser realizada no dia 29 de Abril de 2015, tendo como tema central: "Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes - Fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente."

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução, correrão por conta de dotação própria do orçamento do Fundo da Infância e da Adolescência de Pomerode - FIA.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 20 de Março de 2015.

Raphael R. Hoffmann

Coordenador do CMDCA de Pomerode

RESOLUÇÃO Nº 006/2015/COMAS

RESOLUÇÃO Nº 006/2015/COMAS

Dispõe sobre a aprovação do Parecer da Comissão de Financiamento de Assistência Social do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE - COMAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 206 de 25 de Maio de 2011 e em conformidade com a deliberação da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode, realizada no dia 23 de Março de 2015;

CONSIDERANDO:

- A Lei Orgânica da Assistência Social, nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

- A Política Nacional de Assistência Social - PNAS aprovada pela Resolução CNAS nº 145/2004, que dispõe sobre as diretrizes e princípios para a implementação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS.

- A Norma Operacional Básica - NOB aprovada pela Resolução CNAS nº 33 de 12 de Dezembro de 2012, que dispõe sobre a operacionalização do Sistema Único da Assistência Social - SUAS.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Parecer da Comissão de Financiamento de Assistência Social do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode, no que tange ao pagamento das determinações judiciais de acolhimento através da Assistência Social de Pomerode, conforme documento anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 25 de Março de 2015.

Almir Biegging

Coordenador do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode - COMAS

RESOLUÇÃO Nº 007/2015/CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 007/2015/CMDCA

Dispõe sobre a aprovação do pagamento de despesas com os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode - FIA.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE POMERODE, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei Municipal nº 1.962 de 09 de Março de 2007, pelo Regimento Interno aprovado através de Decreto Municipal nº 2.544 de 04 de Novembro de 2010 e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 20 de Março de 2015,

Considerando:

A competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o pagamento das despesas referente à criação de arte de certificado e impressão de 300 unidades de certificado para realização da IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode, que será realizada no dia 29 de Abril de 2015, no Clube Pomerode, no valor de R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais) com recursos do FIA de Pomerode.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 20 de Março de 2015.

Raphael R. Hoffmann

Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode

RESOLUÇÃO Nº 007/2015/COMAS

RESOLUÇÃO Nº 007/2015/COMAS

Nomeia Componentes para Mesa Coordenadora e Comissões do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE - COMAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 206 de 25 de Maio de 2011 e em conformidade com a deliberação da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode, realizada no dia 23 de Março de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Conselheiros para comporem a Mesa

Coordenadora do Conselho Municipal de Assistência Social:

- I - Coordenador Geral - Almir Bieging, representando a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pomerode - APAE
- II - Vice Coordenadora - Maria Carolina Mestre Vilaça, representando o Conselho Regional de Serviço Social - 12ª Região.
- III - Secretária - Loraine Aurélio, representante da Secretaria de Saúde.
- IV - Vice-Secretária - Rejeane Cristina Rahn, representando o Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS/SC.

Art. 2º - Nomear os Conselheiros para comporem a Comissão Permanente de Financiamento de Assistência Social - CPFAS:

- I - Loraine Aurélio, representante da Secretaria de Saúde.
- II - Maria Carolina Mestre Vilaça, representando o Conselho Regional de Serviço Social - 12ª Região.
- III - Janice da Rosa, representante da Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social - SECID.

Art. 3º - Nomear os Conselheiros para comporem a Comissão Permanente de Política de Assistência Social - CPPAS:

- I - Maria Carolina Mestre Vilaça, representando o Conselho Regional de Serviço Social - 12ª Região.
- III - Janice da Rosa, representante da Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social - SECID.
- III - Gisela Ewald, representante da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora.

Art. 4º - Nomear os Conselheiros para comporem a Comissão Permanente de Normas e Regulamentação - CPNR:

- I - Teodânia Hass Krahn, representante da Ordem de Advogados do Brasil - Subseção de Blumenau.
- II - Bernadete Lorenzi, representante da Secretaria de Saúde.
- III - Almir Bieging, representando da APAE de Pomerode.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Resolução nº 18/2014/COMAS.

Pomerode, 25 de Março de 2015.

Almir Bieging

Coordenador do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode

RESOLUÇÃO Nº 008/2015/CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 008/2015/CMDCA

Dispõe sobre a aprovação do pagamento de despesas com os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode - FIA.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE POMERODE, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei Municipal nº 1.962 de 09 de Março de 2007, pelo Regimento Interno aprovado através de Decreto Municipal nº 2.544 de 04 de Novembro de 2010 e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 20 de Março de 2015,

Considerando:

A competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o pagamento das despesas referente à contratação de Palestrante Sr. Luciano Betiate, que ministrará a Palestra da IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode, que será realizada no dia 29 de Abril de 2015, no Clube Pomerode, no valor de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais) com recursos do FIA de Pomerode.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 20 de Março de 2015.

Raphael R. Hoffmann

Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode

RESOLUÇÃO Nº 009/2015/CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 009/2015/CMDCA

Dispõe sobre a aprovação do pagamento de despesas com os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode - FIA.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE POMERODE, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei Municipal nº 1.962 de 09 de Março de 2007, pelo Regimento Interno aprovado através de Decreto Municipal nº 2.544 de 04 de Novembro de 2010 e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 20 de Março de 2015,

Considerando:

A competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o pagamento das despesas de inscrições referente à participação dos Conselheiros Tutelares Hélio Barbosa Fontes e Cintia Boni no Congresso Brasileiro de Guarda Compartilhada e Alienação Parental, que será realizado nos dias 17 e 18 de Abril de 2015, em Florianópolis, no valor de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais) com recursos do FIA de Pomerode.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 25 de Março de 2015.

Raphael R. Hoffmann

Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO 012/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 012/2015 FMS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 011/2015 FMS

O Município de Ponte Serrada, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, válido por 12 meses, para possível aquisição de armações para óculos e lentes diversas, conforme solicitação do Fundo Municipal de Saúde de Ponte Serrada. Recebimento de Envelopes: até as 07:50MIN do dia 22/04/2015. Abertura: às 08h00min horas do dia 22/04/2014.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 31 de março de 2014.
EDUARDO COPPINI

EXTRATO 039/2015

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA- SC

Processo licitatório nº 039/2015 Dispensa de Licitação nº 007/2015.

OBJETO: Locação de um imóvel urbano, em alvenaria com área edificada de 150 m² (cento e cinquenta metros quadrado) com registro na matrícula 4.583 no CRI de Ponte Serrada, utilizada como biblioteca pública Municipal localizada no centro, Rua Madre Maria Theodora nº 285.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

CONTRATADO: JOSEPHINA DAL PIVA MARINI

Endereço: Ponte Serrada - Santa Catarina CEP: 89.683-000

CNPJ 719.261.519-68

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso X, do artigo 24, da Lei n. 8666/93

Valor: R\$ 1.080,00 (Um mil e oitenta reais)

VIGÊNCIA: de 31 de Março a 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado.

Ponte Serrada/SC, 31 de março de 2015

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

RETIFICA 001 PROCESSO 030/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 030/2015 PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2015

O Município de Ponte Serrada torna público, a seguinte RETIFICA ao processo licitatório cujo objeto é a Contratação de árbitros para os jogos do campeonato municipal de Ponte Serrada, edição 2015. Aonde se lê: Recebimento de Envelopes: até as 07h50min do dia 08/04/2015. Abertura: às 08h00min horas do dia 08/04/2015.

Leia-se : Recebimento de Envelopes: até as 15h50min do dia 16/04/2015. Abertura: às 16h00min horas do dia 16/04/2015.

Os motivos da presente retifica-se encontram-se fundamentados

nos autos do processo.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 31 de março de 2015.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.280, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 1.280, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 18, DA LEI MUNICIPAL Nº 2108, DE 26/11/2013 - LOA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 800.091,92 (Oitocentos mil, noventa e um reais e noventa e dois centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO: 05 - Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos

Funcional-Programática: 15.452.0021

Atividade: 2.013 - Manutenção da Secretaria da Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 69 / 1000

Valor: R\$ 3.100,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 68 / 1000

Valor: R\$ 15.000,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 69 / 1000

Valor: R\$ 15.000,00

ÓRGÃO: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária: 02 - Gabinete do Vice Prefeito

Funcional-Programática: 04.122.0003

Atividade: 2.006 - Manutenção do Gabinete do Vice Prefeito

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 22 / 1000

Valor: R\$ 500,00

ÓRGÃO: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária: 01 - Gabinete do Prefeito

Funcional-Programática: 04.122.0003

Atividade: 2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 06 / 1000

Valor: R\$ 15.500,00

ÓRGÃO: 03 - Secretaria de Administração

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Administração

Funcional-Programática: 04.122.0003

Atividade: 2.008 - Manutenção das atividades da Secretaria de Administração

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 30 / 1000

Valor: R\$ 3.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 28 / 1000

Valor: R\$ 21.300,00

ÓRGÃO: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária: 01 - Gabinete do Prefeito

Funcional-Programática: 04.122.0003

Atividade: 2.007 - Indenização de Precatórios e Sentenças Judiciais

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 02 / 1000

Valor: R\$ 12.000,00

ÓRGÃO: 04 - Secretaria da Fazenda

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria da Fazenda

Funcional-Programática: 04.122.0003

Atividade: 0.002 - Amortização e Encargos da dívida Pública

Modalidade de Aplicação: 4.6.90.00.00.00.00.00 / 39 / 1000

Valor: R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 07 - Secretaria de Pesca e Aquicultura

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Pesca e Aquicultura

Funcional-Programática: 20.606.0024

Atividade: 2.019 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Pesca e Aquicultura

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 96 / 1000

Valor: R\$ 12.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 / 97 / 1000

Valor: R\$ 1.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 98 / 1000

Valor: R\$ 1.000,00

ÓRGÃO: 06 - Secretaria de Planejamento Urbano

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Planejamento Urbano

Funcional-Programática: 15.451.0003

Atividade: 2.018 - Convênio Trânsito/Polícia Militar

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 127 / 3054

Valor: R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 05 - Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos

Funcional-Programática: 15.452.0021

Atividade: 2.015 - Manutenção e Ampliação da rede de Iluminação Pública

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 119 / 3017

Valor: R\$ 80.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo

Funcional-Programática: 10.301.0010

Atividade: 2.056 - Manutenção do Fundo Municipal da Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 76 / 3002

Valor: R\$ 1.874,92

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 27 / 1002

Valor: R\$ 25.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 28 / 1064

Valor: R\$ 2.000,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 30 / 1002

Valor: R\$ 44.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo

Funcional-Programática: 10.304.0009

Atividade: 2.061 - Manut. Ações Básicas de Vigilância Sanitária

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 52 / 2061

Valor: R\$ 3.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo

Funcional-Programática: 10.301.0010

Atividade: 2.052 - Manutenção de Programa de Agentes Comunitários de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 20 / 1064

Valor: R\$ 5.200,00

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 17 / 1064

Valor: R\$ 30.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
 Funcional-Programática: 10.302.0012
 Atividade: 2.059 - Manutenção das Ações de Media e Alta Complexidade - MAC
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 77 / 1023
 Valor: R\$ 120.000,00
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 78 / 1002
 Valor: R\$ 42.600,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
 Funcional-Programática: 10.303.0011
 Atividade: 2.060 - Manutenção da Assistência Farmacêutica Básica
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 49 / 1002
 Valor: R\$ 1.000,00

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Funcional-Programática: 08.242.0005
 Atividade: 2.070 - Manutenção do Centro de Cidadania
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 5 / 1000
 Valor: R\$ 1.000,00

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Funcional-Programática: 08.244.0006
 Atividade: 2.033 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social e Média Complexidade
 Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 / 8 / 1000
 Valor: R\$ 4.600,00

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Funcional-Programática: 08.244.0006
 Atividade: 2.030 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica
 Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 / 15 / 1000
 Valor: R\$ 8.000,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-Programática: 12.365.0017
 Atividade: 2.023 - Manutenção da Educação Infantil
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 33 / 1018
 Valor: R\$ 118.000,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-Programática: 12.361.0014
 Atividade: 2.021 - Manutenção da Ensino Fundamental
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 14 / 1018
 Valor: R\$ 132.000,00
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 70 / 1000
 Valor: R\$ 2.090,00
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 17 / 1001
 Valor: R\$ 19.000,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-Programática: 08.243.0029
 Atividade: 2.069 - Manutenção do Conselho Tutelar
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 1 / 1000
 Valor: R\$ 9.000,00

ÓRGÃO: 14 - Fundo Municipal Reequipamento do Corpo de Bombeiros

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal Reequipamento do Corpo de Bombeiros
 Funcional-Programática: 06.182.0004
 Atividade: 2.037 - Manutenção do FUNREBOM
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 4 / 0995
 Valor: R\$ 600,00

ÓRGÃO: 20 - Fundação Municipal de Cultura
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Cultura
 Funcional-Programática: 13.392.0020
 Atividade: 2.045 - Manutenção da Fundação Municipal de Cultura
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 8 / 1000
 Valor: R\$ 1.100,00
 Atividade: 2.076 - Promoção e Apoio de Eventos Culturais
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 2 / 1000
 Valor: R\$ 5.500,00

ÓRGÃO: 12 - Fundação Municipal de Turismo
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Turismo
 Funcional-Programática: 23.695.0026
 Atividade: 2.068 - Promoção e Incentivo ao Turismo
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 28 / 1000
 Valor: R\$ 27.000,00

ÓRGÃO: 12 - Fundação Municipal de Turismo
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Turismo
 Funcional-Programática: 23.695.0025
 Atividade: 2.063 - Manutenção da Fundação Municipal de Turismo
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 18 / 1000
 Valor: R\$ 8.127,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes de Superávit financeiro no valor de R\$ 86.874,92 (Oitenta e seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e noventa e dois centavos), recursos de Excesso de Arrecadação verificado no período, observada a destinação por fonte de recurso, no valor de R\$ 369.790,00 (Trezentos e sessenta e nove mil e setecentos e noventa reais), recursos de Convênios no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais) e créditos autorizados com recursos provenientes da anulação parcial e total das dotações abaixo elencadas, totalizando R\$ 223.427,00 (Duzentos e vinte três mil e quatrocentos e vinte sete reais), observada a destinação por fonte de recurso.

ÓRGÃO: 05 - Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos
 Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos
 Funcional-Programática: 15.452.0021
 Atividade: 2.013 - Manutenção da Secretaria da Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 68 / 1000
 Valor: R\$ 3.100,00

ÓRGÃO: 02 - Gabinete do Prefeito
 Unidade Orçamentária: 02 - Gabinete do Vice Prefeito
 Funcional-Programática: 04.122.0003
 Atividade: 2.006 - Manutenção do Gabinete do Vice Prefeito
 Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 / 21 / 1000
 Valor: R\$ 500,00

ÓRGÃO: 02 - Gabinete do Prefeito
 Unidade Orçamentária: 01 - Gabinete do Prefeito
 Funcional-Programática: 04.122.0003
 Atividade: 2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 07 / 1000
 Valor: R\$ 15.500,00

ÓRGÃO: 04 - Secretaria da Fazenda
 Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria da Fazenda

Funcional-Programática: 04.122.0003
 Atividade: 0.002 - Amortização e Encargos da dívida Pública
 Modalidade de Aplicação: 3.2.90.00.00.00.00 / 38 / 1000
 Valor: R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 03 - Secretaria de Administração
 Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Administração
 Funcional-Programática: 04.122.0003
 Atividade: 2.008 - Manutenção das atividades da Secretaria de Administração
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 26 / 1000
 Valor: R\$ 15.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
 Funcional-Programática: 10.302.0012
 Atividade: 2.059 - Manutenção das Ações de Media e Alta Complexidade - MAC
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 73 / 1002
 Valor: R\$ 42.600,00

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Funcional-Programática: 08.242.0005
 Atividade: 2.070 - Manutenção do Centro de Cidadania
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 3 / 1000
 Valor: R\$ 1.000,00
 ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-Programática: 12.365.0014
 Atividade: 2.021 - Manutenção da Ensino Fundamental
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 18 / 1019
 Valor: R\$ 132.000,00

ÓRGÃO: 14 - Fundo Municipal Reequipamento do Corpo de Bombeiros
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal Reequipamento do Corpo de Bombeiros
 Funcional-Programática: 06.182.0004
 Atividade: 2.037 - Manutenção do FUNREBOM
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 3 / 0995
 Valor: R\$ 600,00

ÓRGÃO: 12 - Fundação Municipal de Turismo
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Turismo
 Funcional-Programática: 23.695.0025
 Atividade: 2.063 - Manutenção da Fundação Municipal de Turismo
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 20 / 1000
 Valor: R\$ 8.127,00
 Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 13 dias do mês de novembro de 2014.
 EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
 PREFEITO DE PORTO BELO

DECRETO Nº 1.291, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 1.291, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 18, da Lei Municipal nº 2108, de 26/11/2013 - LOA, e dá outras providências.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,
 DECRETA:

Art. 1º - Art. 1º - Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 1.600.549,15 (Um milhão seiscientos mil, quinhentos e quarenta e nove reais e quinze centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO: 05 - Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos
 Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos
 Funcional-Programática: 15.452.0021
 Atividade: 2.013 - Manutenção da Secretaria da Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 68 / 1000
 Valor: R\$ 58.100,00
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 69 / 1000
 Valor: R\$ 12.000,00

ÓRGÃO: 02 - Gabinete do Prefeito
 Unidade Orçamentária: 01 - Gabinete do Prefeito
 Funcional-Programática: 04.122.0003
 Atividade: 2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 06 / 1000
 Valor: R\$ 3.500,00

ÓRGÃO: 03 - Secretaria de Administração
 Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Administração
 Funcional-Programática: 04.122.0003
 Atividade: 2.008 - Manutenção das atividades da Secretaria de Administração
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 28 / 1000
 Valor: R\$ 28.750,00

ÓRGÃO: 02 - Gabinete do Prefeito
 Unidade Orçamentária: 01 - Gabinete do Prefeito
 Funcional-Programática: 04.122.0003
 Atividade: 2.004 - Manutenção do Orçamento Participativo
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 14 / 1000
 Valor: R\$ 900,00

ÓRGÃO: 04 - Secretaria da Fazenda
 Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria da Fazenda
 Funcional-Programática: 28.845.0097
 Atividade: 0.001 - Contribuição para a Formação do PASEP
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 40 / 1000
 Valor: R\$ 26.000,00

ÓRGÃO: 04 - Secretaria da Fazenda
 Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria da Fazenda
 Funcional-Programática: 28.843.0097
 Atividade: 0.002 - Amortização dos Encargos da Dívida Pública
 Modalidade de Aplicação: 4.6.90.00.00.00.00.00 / 39 / 1000
 Valor: R\$ 12.000,00

ÓRGÃO: 06 - Secretaria de Planejamento Urbano
 Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Planejamento Urbano
 Funcional-Programática: 06.182.0004
 Atividade: 2.017 - Convênio Trânsito/Polícia Civil
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 80 / 1055
 Valor: R\$ 3.000,00

ÓRGÃO: 07 - Secretaria de Pesca e Aquicultura
 Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Pesca e Aquicultura
 Funcional-Programática: 20.606.0024
 Atividade: 2.019 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Pesca e Aquicultura
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 96 / 1000
 Valor: R\$ 4.500,00
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 98 / 1000
 Valor: R\$ 1.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
 Funcional-Programática: 10.301.0010
 Atividade: 2.049 - Manutenção das Ações Básicas em Saúde Bucal
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 6 / 1002
 Valor: R\$ 3.197,00
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 4 / 1064
 Valor: R\$ 3.000,00
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 46 / 1065
 Valor: R\$ 45.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
 Funcional-Programática: 10.301.0010
 Atividade: 2.056 - Manutenção do Fundo Municipal da Saúde
 Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 / 26 / 1002
 Valor: R\$ 25.000,00
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 27 / 1002
 Valor: R\$ 14.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
 Funcional-Programática: 10.304.0009
 Atividade: 2.061 - Manut. Ações Básicas de Vigilância Sanitária
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 52 / 1002
 Valor: R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
 Funcional-Programática: 10.301.0010
 Atividade: 2.050 - Manutenção do Programa Estratégia de Saúde da Família - ESF
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 9 / 1002
 Valor: R\$ 25.500,00

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Funcional-Programática: 08.244.0006
 Atividade: 2.033 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social e Média Complexidade
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 42 / 1052
 Valor: R\$ 45.619,20

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Funcional-Programática: 08.244.0006
 Atividade: 2.030 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 41 / 1052
 Valor: R\$ 6.669,70
 Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 / 15 / 1000
 Valor: R\$ 3.000,00
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 13 / 1000
 Valor: R\$ 24.600,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-Programática: 08.243.0029
 Atividade: 2.069 - Manutenção do Conselho Tutelar
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 1 / 1000
 Valor: R\$ 10.750,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-Programática: 12.361.0014

Atividade: 2.021 - Manutenção da Ensino Fundamental
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 13 / 1001
 Valor: R\$ 550.000,00
 Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 / 16 / 1001
 Valor: R\$ 44.550,00
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 14 / 1018
 Valor: R\$ 52.600,00
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 17 / 1001
 Valor: R\$ 12.100,00
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 69 / 1000
 Valor: R\$ 2.200,00
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 21 / 1001
 Valor: R\$ 30,00
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 15 / 1019
 Valor: R\$ 19.083,25

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-Programática: 12.365.0017
 Atividade: 2.023 - Manutenção da Educação Infantil
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 32 / 1001
 Valor: R\$ 12.000,00
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 33 / 1018
 Valor: R\$ 399.000,00
 Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 / 35 / 1001
 Valor: R\$ 1.950,00
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 34 / 1019
 Valor: R\$ 35.950,00
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 38 / 1058
 Valor: R\$ 7.000,00

ÓRGÃO: 19 - Fundação Municipal de Esportes
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Esportes
 Funcional-Programática: 13.392.0020
 Atividade: 2.047 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 5 / 1000
 Valor: R\$ 28.500,00
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 8 / 1000
 Valor: R\$ 500,00
 Atividade: 2.046 - Manutenção de Campos de Futebol/Quardras de Esportivas
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 3 / 1000
 Valor: R\$ 800,00

ÓRGÃO: 20 - Fundação Municipal de Cultura
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Cultura
 Funcional-Programática: 13.392.0020
 Atividade: 2.045 - Manutenção da Fundação Municipal de Cultura
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 6 / 1000
 Valor: R\$ 18.700,00
 Atividade: 2.076 - Promoção e Apoio de Eventos Culturais
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 2 / 1000
 Valor: R\$ 700,00

ÓRGÃO: 12 - Fundação Municipal de Turismo
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Turismo
 Funcional-Programática: 23.695.0026
 Atividade: 2.068 - Promoção e Incentivo ao Turismo
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 28 / 1000
 Valor: R\$ 22.100,00

ÓRGÃO: 12 - Fundação Municipal de Turismo
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Turismo
 Funcional-Programática: 23.695.0025
 Atividade: 2.063 - Manutenção da Fundação Municipal de Turismo
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 20 / 1000
 Valor: R\$ 5.000,00
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 16 / 1000
 Valor: R\$ 11.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 / 17 / 1000

Valor: R\$ 700,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 20 / 1000

Valor: R\$ 500,00

ÓRGÃO: 22 - Fundação Municipal de Meio Ambiente

Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Meio Ambiente

Funcional-Programática: 18.541.0030

Atividade: 2.041 - Manutenção da Fundação Municipal de Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 5 / 1000

Valor: R\$ 1.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 / 6 / 1000

Valor: R\$ 500,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 7 / 1000

Valor: R\$ 8.000,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com recursos de Excesso de Arrecadação verificado no período, observada a destinação por fonte de recurso, no valor de R\$ 1.487.438,90 (Um milhão quatrocentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e trinta e oito reais e noventa centavos) e créditos autorizados com recursos provenientes da anulação parcial e total das dotações abaixo elencadas, totalizando R\$ 113.110,25 (Cento e treze mil, cento e dez reais e vinte cinco centavos), observada a destinação por fonte de recurso.

ÓRGÃO: 04 - Secretaria da Fazenda

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria da Fazenda

Funcional-Programática: 28.843.0097

Atividade: 0.002 - Amortização dos Encargos da Dívida Pública

Modalidade de Aplicação: 3.2.90.00.00.00.00.00 / 38 / 1000

Valor: R\$ 12.000,00

ÓRGÃO: 06 - Secretaria de Planejamento Urbano

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Planejamento Urbano

Funcional-Programática: 06.182.0004

Atividade: 2.017 - Convênio Trânsito/Polícia Civil

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 81 / 1055

Valor: R\$ 3.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo

Funcional-Programática: 10.301.0010

Atividade: 2.049 - Manutenção das Ações Básicas em Saúde Bucal

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 8 / 1002

Valor: R\$ 2.197,00

Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 / 5 / 1002

Valor: R\$ 1.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 7 / 1064

Valor: R\$ 3.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo

Funcional-Programática: 10.302.0012

Atividade: 2.059 - Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade MAC

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 47 / 1065

Valor: R\$ 45.000,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação

Funcional-Programática: 12.361.0014

Atividade: 2.021 - Manutenção da Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 69 / 1000

Valor: R\$ 2.200,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 21 / 1001

Valor: R\$ 30,00

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 15 / 1019

Valor: R\$ 19.083,25

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação

Funcional-Programática: 12.365.0017

Atividade: 2.023 - Manutenção da Educação Infantil

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 42 / 1058

Valor: R\$ 7.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 37 / 1019

Valor: R\$ 5.300,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 36 / 1001

Valor: R\$ 12.000,00

ÓRGÃO: 19 - Fundação Municipal de Esportes

Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Esportes

Funcional-Programática: 13.392.0020

Atividade: 2.046 - Manutenção de Campos de Futebol/Quadras de Esportivas

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 4 / 1000

Valor: R\$ 800,00

ÓRGÃO: 12 - Fundação Municipal de Turismo

Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Turismo

Funcional-Programática: 23.695.0025

Atividade: 2.063 - Manutenção da Fundação Municipal de Turismo

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 18 / 1000

Valor: R\$ 500,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 02 dias do mês de dezembro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

DECRETO Nº 1.310, DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

DECRETO Nº 1.310, DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 2251, DE 22/01/2015, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 7.125.912,20 (Sete milhões, cento e vinte e cinco mil, novecentos e doze reais e vinte centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 05 - Secretaria de Transporte, Obras e Serv. Públicos

Unidade orçamentária: 01 - Secretaria de Transporte, Obras e Serv. Públicos

Funcional-programática: 15.451.0021

Projeto: 1.007 - Pavimentação e Urbanização de Ruas e Avenidas

Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.506 4/95

Valor: R\$ 982.838,63

Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.503 4/46

Valor: R\$ 6.143.073,57

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com recursos de Convênios, proveniente do Programa Transferência Pacto Pelos Municípios, do Governo Estadual, gerido pelo

FUNDAM, no valor de R\$ 982.838,63 e recursos do Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística, através do Ministério do Turismo com intermédio da Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 6.143.073,57.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 26 dias do mês de janeiro de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO EM EXERCÍCIO

RESOLUÇÃO 01/2015, DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

RESOLUÇÃO Nº 001 /2015.

Dispõe sobre o uso de recursos do FIA para pagamento de material informativo para a campanha família Acolhedora no município de Porto Belo - SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, Porto Belo - SC, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei Municipal 1482/06, no exercício de sua função deliberativa e controladora das ações da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Porto Belo - SC, conforme deliberação da reunião ordinária do dia cinco de março do ano de 2015 informa:

CONSIDERANDO a necessidade e relevância de disseminar informações sobre o serviço de família acolhedora no município de Porto Belo,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o uso de recurso do FIA - Fundo da Infância e Adolescência, no valor de R\$ 1.100,00 (Hum mil e cem reais) para pagamento da impressão de material informativo para divulgação do programa Família Acolhedora no município de Porto Belo - SC.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, 30 de março de 2015.

LAUDICEIA A C POLUCENO

Coordenadora Geral

CMDCA - Porto Belo

RESOLUÇÃO 02/2015, DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

RESOLUÇÃO Nº 002 /2015

Dispõe sobre a organização da agenda das reuniões do CMDCA para o ano em vigência.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, Porto Belo - SC, no uso de suas atribuições previstas na

Lei Federal 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei Municipal 1482/06, no exercício de sua função deliberativa e controladora das ações da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Porto Belo - SC, conforme deliberação da reunião ordinária do dia cinco de março do ano de 2015 informa:

Art. 1º. As reuniões ordinárias do CMDCA acontecerão às primeiras terças - feiras de cada mês, no horário das 9h, no Centro de Cidadania situado a Avenida Governador Celso Ramos, 57 - Vila Nova, Porto Belo SC.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, 30 de março de 2015.

LAUDICEIA A C POLUCENO

Coordenadora Geral

CMDCA - Porto Belo

RESOLUÇÃO 03/2015, DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

RESOLUÇÃO Nº 003 /2015

Dispõe sobre a comissão para elaboração do edital de projetos a serem financiados pelo Fundo da Infância e Adolescência do município de Porto Belo.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, Porto Belo - SC, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei Municipal 1482/06, no exercício de sua função deliberativa e controladora das ações da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Porto Belo - SC, conforme deliberação da reunião ordinária do dia cinco de março do ano de 2015 informa:

CONSIDERANDO a necessidade e relevância de publicação de edital para inscrição de projetos financiados pelo Fundo da Infância e Adolescência.

RESOLVE,

Art. 1º. Instituir a comissão para elaboração do edital com participação dos conselheiros:

Ana Maria Spessato

Fabiana Kretzer

Laudiceia A C Poluceno

Soraia J. Depin

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, 30 de março de 2015.

LAUDICEIA A C POLUCENO

Coordenadora Geral

CMDCA - Porto Belo

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO 035/2015

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 035/2015 - Prefeitura
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 042/2013 - Prefeitura
Partes: Município de Porto União e Centro de Integração de Estudantes - Estágios CIN.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

Prorroga-se o aludido contrato superior por mais 24 meses.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 20 de março de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 006/2015

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2015
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 006/2015

Caracterização da Situação: O município necessita locar uma área de terras onde está localizado o Aterro Sanitário Municipal.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a locação de área de terra, onde está localizado o Aterro Sanitário Municipal.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a área de terras matriculada sob o número 730 do Registro de Imóveis de Porto União, de propriedade da Sra. Gertud Emma Blattmann, uma vez que o aterro já está implantado naquele local.

Do Preço: O valor a ser pago será de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) mensais, conforme comprovam as declarações em anexo, está dentro do valor de mercado.

Do Prazo: O período de locação será de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período se houver interesse das partes.

Do reajuste: Os valores serão reajustados após o período de 12 meses, com base nos percentuais do IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado), ou qualquer outro índice editado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE ou por órgão oficial, no caso de extinção do IGP-M.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias N.º:

Órgão - 0200- Poder Executivo

Unidade - 0207 - Secr. Mun. Transportes, Obras e Servs. Públicos

Atividade - 2018 Manutenção Serviços de limpeza pública

Modalidade - 3390-100 - Aplicações diretas

Cód. 52

Complemento - 33903615 Locação de imóveis

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93.

Porto União, 25 de março de 2015.

VANESSA NALON DOS SANTOS

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Decreto 644/2015

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 010/2015 - PREFEITURA

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 023/2015- Prefeitura
Pregão Presencial 010/2015
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Luis Antunes de Lima & Cia Ltda.

Porto União SC, 16 de março de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

DECRETO 025

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 - Fone 47 3545-1133
www.pousoredondo.sc.gov.br
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 025/2015 DE 27/03/2015.

INSTITUI QUEBRA De ORDEM CRONOLÓGICA DE VENCIMENTO PARA PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES DO CORRENTE EXERCÍCIO E DE RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAIR GOULART Prefeita Municipal de Pouso Redondo, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, VIII, combinado com o art. 98, "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento na Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964, que estabelece "Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal", e

CONSIDERANDO que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, e m que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas e resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a inscrição em Restos a Pagar (art. 1º, §1º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000),

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 5º, da Lei Federal n. 8666/93, cada Unidade da Administração, nos pagamentos de suas obrigações, deve obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades,

CONSIDERANDO que essa ordem só pode ser alterada quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente,

CONSIDERANDO o comprometimento das disponibilidades financeiras verificada em janeiro do corrente, decorrente da existência de despesas de competência do exercício de 2014, com a identificação de atrasos de adimplemento de obrigações em prazo superior a 360 (trezentos e sessenta) dias,

CONSIDERANDO a necessidade de atender à contrapartida financeira de obras que estão sendo executadas com recursos do Governo Federal e de operações de crédito, que deixou de ser efetuada no exercício de 2014,

CONSIDERANDO que o Município já iniciou o processo de análise, revisão e redução de despesas, visando o aperfeiçoamento da gestão pública para restabelecer a normalidade nos pagamentos e atender de forma eficiente a comunidade,

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve fixar critérios objetivos para a quitação dos seus débitos e pagamentos prioritários aos pequenos credores,

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído Quebra de ordem cronológica para o Pagamento de Débitos de Exercício Financeiro Anterior e, com recursos do Tesouro Municipal, inscritos em restos a pagar, referentes ao

exercício de 2014, que se encontram devidamente empenhados e/ou liquidados até 31 de dezembro de 2014.

Parágrafo único. Fica o Secretário Municipal de Finanças autorizado a efetuar o pagamento das obrigações vencidas referentes aos exercícios de 2014, mediante avaliação prévia da situação financeira e fluxo de caixa do Município, quebrando a ordem cronológica de vencimento das faturas, nos termos do artigo 5º, da Lei Federal 8.666/93.

Art. 2º. Observada a ordem cronológica dos vencimentos em cada uma das situações, a Secretaria Municipal de Finanças promoverá a liquidação dos restos a pagar, de acordo com a disponibilidade de caixa, efetuando pagamento do menor para o maior valor consecutivamente.

§ 1º - Liquidados os valores de fornecedores no limite de valor de até R\$ 1.000,00 (um mil reais), dar-se-á o início ao o pagamento de fornecedores, com créditos superiores a partir de R\$ 1.001,00 (um mil e um real).

Art. 3º Ficam excluídos da quebra de ordem cronológica o pagamento dos credores cujas despesas contenham caráter contínuo e/ou emergencial e imprescindíveis à continuidade do serviço público.

Art. 4º. A Secretaria Municipal de Finanças poderá editar normas complementares necessárias à execução deste decreto.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 27 de março de 2015.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PROCESSO 010 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
PROCESSO Nº. 10/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2015

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 09:00 Horas do dia 14.04.2015, para PUBLICAÇÕES DOS ATOS MUNICIPAIS (JORNAL): LEIS, DECRETOS, PORTARIAS, CONTRATOS, DISTRATOS, TERMOS ADITIVOS, CONVÊNIOS, RELATÓRIOS DA LRF, PRESTAÇÕES DE CONTAS E OUTROS.. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 31 de Março de 2015.

Nair Goulart
Prefeita Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

CONTRATO NR. 44/2015

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 44/2015

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR EIRELLI EPP
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a aquisição de medicamentos para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social do Município de Presidente Castello Branco/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2015.
VALOR R\$:	R\$ 118.283,30 (cento e dezoito mil, duzentos e oitenta e três reais, com trinta centavos).
DATA:	25/03/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Marisa Petkov Talini
Secretária Municipal de Saúde e Bem-Estar Social

CONTRATO NR. 45/2015

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 45/2015

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	BRUNO M. FAVERO PRODUTOS FARMACÊUTICOS EIRELI EPP
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a aquisição de medicamentos para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social do Município de Presidente Castello Branco/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2015.
VALOR R\$:	R\$ 115.095,90 (cento e quinze mil, noventa e cinco reais, com noventa centavos).
DATA:	25/03/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Marisa Petkov Talini
Secretária Municipal de Saúde e Bem-Estar Social

CONTRATO NR. 46/2015

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 46/2015

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a aquisição de medicamentos para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social do Município de Presidente Castello Branco/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2015.
VALOR R\$:	R\$ 38.152,00 (trinta e oito mil, cento e cinquenta e dois reais).
DATA:	25/03/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Marisa Petkov Talini
Secretária Municipal de Saúde e Bem-Estar Social

CONTRATO NR. 47/2015

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 47/2015

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a aquisição de medicamentos para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social do Município de Presidente Castello Branco/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2015.
VALOR R\$:	R\$ 8.488,00 (oito mil, quatrocentos e oitenta e oito reais).
DATA:	25/03/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Marisa Petkov Talini
Secretária Municipal de Saúde e Bem-Estar Social

CONTRATO NR. 48/2015

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 48/2015

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a aquisição de medicamentos para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social do Município de Presidente Castello Branco/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2015.

VALOR R\$:	R\$ 7.784,50 (sete mil, setecentos e oitenta e quatro reais, com cinquenta centavos).
DATA:	25/03/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Marisa Petkov Talini
Secretária Municipal de Saúde e Bem-Estar Social

CONTRATO NR. 49/2015

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 49/2015

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a aquisição de medicamentos para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social do Município de Presidente Castello Branco/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2015.
VALOR R\$:	R\$ 12.132,70 (doze mil, cento e trinta e dois reais, com setenta centavos).
DATA:	25/03/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Marisa Petkov Talini
Secretária Municipal de Saúde e Bem-Estar Social

CONTRATO NR. 50/2015

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 50/2015

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a aquisição de medicamentos para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social do Município de Presidente Castello Branco/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2015.
VALOR R\$:	R\$ 97.573,80 (noventa e sete mil, quinhentos e setenta e três reais, com oitenta centavos).
DATA:	25/03/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Marisa Petkov Talini
Secretária Municipal de Saúde e Bem-Estar Social

CONTRATO NR. 51/2015

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 51/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	BELLENZIER PNEUS LTDA
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de Pneus Novos e Câmaras de Ar Novas, destinados a manutenção dos veículos e maquinários da Frota Municipal, para o exercício de 2015.
VALOR R\$:	R\$ 41.875,00 (quarenta e um mil, oitocentos e setenta e cinco reais).
DATA:	27/03/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

CONTRATO NR. 52/2015

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 52/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de Câmaras de Ar Novas e Colarinhos Novos, destinados a manutenção dos veículos e maquinários da Frota Municipal, para o exercício de 2015.
VALOR R\$:	R\$ 7.340,00 (sete mil, trezentos e quarenta reais).
DATA:	27/03/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

CONTRATO NR. 53/2015

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 53/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	GRK COMÉRCIO DE PNEUS LTDA
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de Pneus Novos e Colarinhos Novos, destinados a manutenção dos veículos e maquinários da Frota Municipal, para o exercício de 2015.
VALOR R\$:	R\$ 5.850,00 (cinco mil, oitocentos e cinquenta reais).
DATA:	27/03/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

CONTRATO NR. 54/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 54/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	JOAÇABA PNEUS LTDA
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de Pneus Novos e Câmaras de Ar Novas, destinados a manutenção dos veículos e maquinários da Frota Municipal, para o exercício de 2015.
VALOR R\$:	R\$ 102.406,00 (cento e dois mil, quatrocentos e seis reais).
DATA:	27/03/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

CONTRATO NR. 55/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 55/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	MODELO PNEUS LTDA
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de Pneus Novos, destinados a manutenção dos veículos e maquinários da Frota Municipal, para o exercício de 2015.
VALOR R\$:	R\$ 12.078,00 (doze mil e setenta e oito reais).
DATA:	27/03/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

CONTRATO NR. 56/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 56/2015

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	GRK COMÉRCIO DE PNEUS LTDA
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de Pneus Novos, destinados a manutenção dos veículos da Frota do Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC, para o exercício de 2015.
VALOR R\$:	R\$ 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais).
DATA:	27/03/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Marisa Petkov Talini
Secretária Municipal de Saúde e Bem-Estar Social

CONTRATO NR. 57/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 57/2015

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	MODELO PNEUS LTDA
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de Pneus Novos, destinados a manutenção dos veículos da Frota do Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC, para o exercício de 2015.
VALOR R\$:	R\$ 5.844,00 (cinco mil, oitocentos e quarenta e quatro reais).
DATA:	27/03/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Marisa Petkov Talini
Secretária Municipal de Saúde e Bem-Estar Social

CONTRATO NR. 58/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 58/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADO:	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO - COPERCASTELLO
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, para o preparo da merenda escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, para o ano letivo de 2015, do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR R\$:	R\$ 11.596,10 (onze mil, quinhentos e noventa e seis reais, com dez centavos).
DATA:	31/03/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

ALINE CRISTIANE VICENTI CONTEZINI - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 63/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ALINE CRISTIANE VICENTI CONTEZINI, portador(a) do CPF nº 070.503.449-66, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 63/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 63/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ALINE CRISTIANE VICENTI CONTEZINI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 019/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2015

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, execução por empreitada por preço unitário do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a contratação de empresa para execução de obras para drenagem pluvial, pavimentações asfálticas e lajotas, sinalização viária e dos passeios em paver nas seguintes vias: Ruas Guilherme Meriz, Otto Teske, Bairro Rainha e Ruas Porto Seguro, Recando Alegre e Salvador, Bairro Laranjeiras

em Rio do Sul, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Recopy Fotocopiadora, localizado na Al. Aristiliano Ramos, 816, Centro, no horário comercial, fone, 47 3522-2125, sendo o custo por conta do interessado.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até as 09:00 horas do dia 04 de maio de 2015, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do dia 04 de maio de 2015, na Sala de Reuniões do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 30 de março de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 264/2015 - EDIO SCHNEIDER

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 264/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) EDIO SCHNEIDER, portador(a) do CPF nº 601.167.739-87, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Alfredo Schneider, nº 58 □ Apto. 103 - Bairro Canta Galo □ Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Instrutor de Atividade Física, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.617,51 (Três mil seiscentos e dezessete reais e cinquenta e um centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único □ De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/04/2015 e encerrando-se em 30/04/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de março de 2015.

GIVANILDO SILVA	EDIO SCHNEIDER
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 265/2015 - ELIANE KLOCK CHIARELLI

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 265/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIANE KLOCK CHIARELLI portador(a) do CPF nº 573.784.289-49, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua 1º de Julho, nº 10 □ Apto. 202 - Bairro Centro - Laurentino - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Assistente Social, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria de Assistência Social e Habitação □ CASC □ ACESSUAS - PRONATEC.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.617,51 (três mil seiscentos e dezessete reais e cinquenta e um centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único □ De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/04/2015 e encerrando-se em 30/04/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de março de 2015.

GIVANILDO SILVA	ELIANE KLOCK CHIARELLI
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 266/2015 - MAURICIO MUTSCHLER

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 266/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MAURICIO MUTSCHLER, portador(a) do CPF nº 003.373.099-73, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Bahia, nº 273, Bairro Eugênio Schneider - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Geografia, nível III, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Willy Schleumer (20h) e Centro Educacional Guilherme Butzke, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.164,34 (Três mil cento e sessenta e quatro reais e trinta e quatro centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único □ De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/04/2015 e encerrando-se em 30/04/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo

sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de março de 2015.

GIVANILDO SILVA	MAURICIO MUTSCHLER
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

LEI 5.569

LEI Nº 5.569, de 30 de março de 2015.

“DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DO EXAME DE OXIMETRIA DE PULSO, TESTE DO CORAÇÃOZINHO, EM TODOS OS RECÉM NASCIDOS NOS HOSPITAIS DE RIO DO SUL”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	O exame de Oximetria de Pulso, teste do coraçãozinho, deverá integrar o rol de exames obrigatórios a serem realizados nos recém-nascidos atendidos nos hospitais de Rio do Sul.
----------	---

Art. 2º-	O exame deverá ser realizado nos membros superiores e inferiores dos recém nascidos, após as suas primeiras 24 (vinte e quatro) horas de vida, quando a criança ainda estiver no berçário e antes da alta hospitalar.
----------	---

Art. 3º-	Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
----------	--

GABINETE DO PREFEITO

30 de março de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

LEI 5.570

LEI Nº 5.570, de 30 de março de 2015.

“ALTERA O INCISO II E OS §§ 1º E 2º DO ART. 11 DA LEI Nº 3796, DE 26 DE JUNHO DE 2002, QUE DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO CONSOANTE ART. 73 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, E REVOGA AS LEIS Nº 2721/93, 2753/93 E 2878/94”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Ficam alterados o inciso III e os §§ 1º e 2º da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público consoante art. 73 da Lei Orgânica do município de Rio do Sul e revoga as Leis nº 2.721/93, 2.753/93 e 2.878/94, que passam a vigorar com a seguinte redação: “Art. 11. ... [...] III - licença gestante e licença gestante especial; [...] § 1º A licença para tratamento de saúde não poderá extrapolar o período de vigência do respectivo contrato. § 2º Para a concessão da licença gestante, da licença gestante especial e da licença para tratamento de saúde, aplicar-se-ão, no que couber, normas estabelecidas pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.” (NR)
----------	--

Art. 2º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

GABINETE DO PREFEITO

30 de março de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

PORTARIA N. 0210/RH

PORTARIA N. 0210/RH

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Nomear, a servidora PATRICIA NICOLLADELLI GILI, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, para a partir de 10/02/2015, exercer as atribuições do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Orçamento da Secretaria Municipal de Fazenda, com opção pelo vencimento do cargo comissionado, fundamentado no § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de fevereiro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lso

TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2015

TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2015

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, OBJETIVANDO A CESSÃO DE PESSOAL.

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01 - Centro, nesta cidade de Rio do Sul - SC, doravante denominado CONVENIENTE, neste ato representado pelo Prefeito em exercício, Exmo. Sr. GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, e de outro, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.787.604/0001-82, com sede na Avenida 7 de Setembro, nº 467 - Centro, nesta cidade de Rio do Sul, doravante denominada CONVENIADA, neste ato representada pelo Presidente, Sr. DALMIR DA SILVA, resolvem por mútuo acordo, celebrar o presente TERMO DE CONVÊNIO, com fulcro na Lei Municipal nº 5.568, de 25 de março de 2015, e art. 37, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e demais legislações correlatas vigentes, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Convênio viabilizar a cessão, pelo CONVENIENTE, da servidora GLAUCE MARIA DE OLIVEIRA PINHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de FONOAUDIOLOGIA, com jornada de 30 (trinta) horas semanais e vinculada a Administração Direta do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, visando a melhoria dos serviços de competência da CONVENIADA no âmbito da educação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

a) ceder servidora municipal para o exercício de suas respectivas funções junto à CONVENIADA;

b) arcar com despesas de remuneração e encargos trabalhistas e previdenciários da servidora cedida.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

A CONVENIADA obriga-se a:

a) orientar a servidora cedida, de acordo com o serviço a ser desempenhado pela mesma;

b) observar rigorosamente as condições de trabalho estipuladas pelo CONVENIENTE no que tange à jornada, carga horária semanal e função, sendo vedado o labor sobre jornada sem autorização prévia do CONVENIENTE;

c) enviar mensalmente, folha de frequência da servidora cedida, constante da mesma todas as faltas eventualmente ocorridas e demais ocorrências do período.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Termo de Convênio é de 12 (doze) meses, a contar da data de 1º de janeiro de 2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente Termo de Convênio poderá a qualquer tempo ser denunciado, por qualquer das partes, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias. Constituem motivo para a rescisão administrativa do Convênio:

a) o não cumprimento ou o cumprimento irregular de suas cláusulas;

b) a modificação da finalidade ou da estrutura do Termo de Convênio, que prejudique a execução do mesmo;

c) a inobservância de qualquer das cláusulas, condições ou obrigações estabelecidas neste instrumento, que facultará à parte prejudicada considerá-lo rescindido de pleno direito, independente de qualquer ação ou notificação judicial.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul para dirimir os conflitos de interesses decorrentes da execução do presente Termo de Convênio.

E, por estarem as partes de comum acordo com as cláusulas, termos e condições do presente instrumento, firmam-no em 04 (quatro) vias de igual teor e um só efeito, na presença de duas testemunhas, após terem lido e assinado.

Rio do Sul (SC), 26 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO Prefeito do Município de Rio do Sul	DALMIR DA SILVA Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE
---	--

Testemunhas:

Daniel Juppá da Silva CPF: 054.890.789-79	Frederico Machado Heissler CPF: 035.329.749-67
--	---

TOMADA DE PREÇOS 040/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 040/2015

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, execução por empreitada por preço unitário do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para execução das obras de construção do Parque Ecológico Farol, localizado no Bairro Canta Galo em Rio do Sul, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Recopy Fotocopiadora, localizado na Al. Aristiliano Ramos, 816, Centro, no horário comercial, fone, 47 3522-2125, sendo o custo por conta do interessado.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até as 09:00 horas do dia 17 de abril de 2015, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do dia 17 de abril de 2015, na Sala de Reuniões do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 31 de março de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.377, DE 30 DE MARÇO DE 2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1377, DE 30 DE MARÇO DE 2015.
Homologa Termo de Convênio nº 6 de 2015, que entre si celebram o município de Rio do Sul, através do Fundo Municipal de Assistência Social e a Conferência São Vicente de Paulo.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Convênio nº 6 de 2015, que entre si celebram o município de Rio do Sul, através do Fundo Municipal de Assistência Social e a Conferência São Vicente de Paulo, que tem por objetivo contratar o Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade referente ao acolhimento institucional na modalidade de abrigo para idosos.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 30 de março de 2015.
JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA

PORTARIA Nº 831/2015

PORTARIA No 831, DE 31 DE MARÇO DE 2015
Confirma conclusão de Estágio Probatório e dispõe sobre a promoção da servidora Juliana Eleutério Carvalho

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

Art. 1º Fica confirmada a conclusão e aprovação do Estágio Probatório da servidora Juliana Eleutério Carvalho, ocupante do cargo de Técnica Legislativa - Área Legislativa, matrícula nº 8451-1, tendo alcançado de acordo com o disposto no artigo 20, § 1º, inciso III, da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010 - Estatuto dos servidores Públicos Municipais e artigo 11, inciso III, da Resolução nº 619, de 31 de maio de 2011, alterada pela Resolução nº 647, de 03 de abril de 2012, a pontuação mínima exigida.

Art. 2º A servidora acima referida será considerada estável em seu cargo, a partir desta data.

Art. 3º Fica promovida a servidora Juliana Eleutério Carvalho, da classe "A" para a classe "B", da Categoria Funcional de Técnica Legislativa - Área Legislativa do Quadro de Cargos de Provimento efetivo da Câmara Municipal de Rio do Sul, de conformidade com o disposto no artigo 18 da Lei Complementar nº 224, de 15 de fevereiro de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 31 de março de 2015.
GIOVANI NASCIMENTO
Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI
Diretora Administrativa

Salto Veloso**PREFEITURA****DECRETO Nº 016/2015 - DE 27 DE MARÇO DE 2015**

DECRETO Nº 016/2015 - DE 27 DE MARÇO DE 2015.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE , SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.526/2014 de 19/12/2014;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 13.220,00 (Treze Mil Duzentos e Vinte Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2022 - MANUT. DAS ATIV. ADM. E FINANEIRAS
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 13.220,00
Fonte: 1100.00000
RED: 6

Art. 2º. Para Suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor na anulação da seguinte Dotação Orçamentaria:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2022 - MANUT. DAS ATIV. ADM. E FINANEIRAS
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 7.500,00
Fonte: 1100.00000
RED: 10

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2022 - MANUT. DAS ATIV. ADM. E FINANEIRAS
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 5.720,00
Fonte: 1100.00000
RED: 11

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Salto Veloso - SC, 27 de Março de 2015.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 02/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO
EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 02/2015

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que, considerando o feriado do dia 03 de abril de 2015 (sexta-feira santa), o procedimento de chamamento público, anteriormente marcada para 03/04 às 15:00 horas, terá nova data para realização.

Objeto: Chamamento público para cadastro de fornecedores de gêneros alimentícios através do programa da Agricultura Familiar.
Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 06/04/2014 às 15:00 horas.

Maiores informações, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 31 de março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que, considerando o feriado do dia 03 de abril de 2015 (sexta-feira santa), a licitação, anteriormente marcada para 03/04 às 09:00 horas, terá nova data para realização. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de aulas na Casa da Cultura.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 06/04/2014 às 09:00 horas.

Maiores informações, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 31 de março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que, considerando o feriado do dia 03 de abril de 2015 (sexta-feira santa), a licitação, anteriormente marcada para 03/04 às 14:00 horas, terá nova data para realização.

Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais de construção.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 07/04/2014 às 09:00 horas.

Maiores informações, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 31 de março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL 30/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo Nº. 39/2015.

Edital: PREGÃO Nº. 30/2015.

Objeto: Prestação de serviço de segurança para os dias 16 e 20 de abril de 2015, nos eventos em comemoração as festividades do 21º Aniversário do Município de Santiago do Sul, conforme autorizado pela Lei Municipal Nº.773/2015 de 16 de março de 2015. Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 14 de abril de 2015. Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 14 de abril de 2015. O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br.

SANTIAGO DO SUL, 30 de março de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

PREFEITO MUNICIPAL

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 30/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2015

MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 14:00 horas do dia 24 de abril de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO VAN PARA TRANSPORTE DE PACIENTE CONFORME ESPECIFICAÇÃO ANEXA.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 27 de março de 2015.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

MAURO SIQUEIRA RAMOS

Pregoeiro

DECRETO Nº 906/2015

DECRETO Nº 0906, DE 25 DE MARÇO DE 2015

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores, Vanessa Regina Brandenburg, Oswaldo José Candatten, Ivo Henning Filho, Igor Weiss e Rosane Fiedler para, sob a presidência da primeira, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Concorrência Pública nº 004/2015 - EMHAB, a realizar-se às 14:00 horas, do dia 28 de abril de 2015, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº 907/2015

DECRETO Nº 0907, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VINGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 - Administração Geral

Atividade: 2.051 - Gestão dos Serviços Públicos

(244) 4.4.90.51.00.00.00 100 - Obras e Instalações.... R\$ 15.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 2.016 - Gestão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

(387) 4.4.90.52.00.00.00 100 - Equip. Material Permanente.... R\$ 6.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 - Administração Geral

Atividade: 2.051 - Gestão dos Serviços Públicos

(236) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo.... R\$ 15.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 2.016 - Gestão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

(381) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ.... R\$6.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 909/2015

DECRETO Nº 0909, DE 30 DE MARÇO DE 2015

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam homologadas as Resoluções nº 062 e nº 063, datadas de 09 de março de 2015, do Conselho Municipal de Educação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de março de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 062, DE 09 DE MARÇO DE 2015
AUTORIZAÇÃO PROVISÓRIA DE FUNCIONAMENTO DO CEIM BERÇÁRIO MAGIA DO BEBÊ

O Conselho Municipal de Educação do Município de São Bento do Sul, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei nº 2893 de 19 de outubro de 2011 e em conformidade com o artigo 19 da Resolução/CME nº 048/2012, faz saber que, em sessão plenária ocorrida no dia 04 de março de 2015,

RESOLVEU:

Art. 1º - Conceder autorização provisória de funcionamento do Centro de Educação Infantil Municipal Berçário Magia do Bebê, localizado na Rua Wenzel Kahlhofer, nº 71 - Centro, São Bento do Sul.

Art. 2º - A autorização definitiva de funcionamento deverá ser solicitada pelo requerente no prazo de seis meses, impreterivelmente, em conformidade com a Resolução/CME nº 048/2012.

São Bento do Sul, 09 de março de 2015.

Sueli dos Santos Lima
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 063, DE 09 DE MARÇO DE 2015
AUTORIZAÇÃO PROVISÓRIA DE FUNCIONAMENTO DA EBM ANNELIZE BECKHAUSER MALLON

O Conselho Municipal de Educação do Município de São Bento do Sul, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei nº 2893 de 19 de outubro de 2011 e em conformidade com a Resolução/CME nº 001/2004, faz saber que, em sessão plenária ocorrida no dia 04 de março de 2015,

RESOLVEU:

Art. 1º - Conceder autorização provisória de funcionamento da Escola Básica Municipal Annelize Beckhauser Mallon, localizada na Rua Dr. Hans Dieter Schmidt, nº 115 - Bairro Centenário, São Bento do Sul.

Art. 2º - Considerando que as obras de reforma do prédio ainda encontram-se em andamento, a autorização definitiva de funcionamento deverá ser solicitada pelo requerente no prazo de seis meses.

São Bento do Sul, 09 de março de 2015.

Sueli dos Santos Lima
Presidente

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 03/2015 FC

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL
Largo Hugo Fischer, 33 - Centro
Fone/Fax: (47) 3631-6043
89.280-364 - SÃO BENTO DO SUL - SC
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 03/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTE DE GRUPOS FOLCLÓRICOS DE Nº 028/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL E A EMPRESA LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA, EM 2 DE DEZEMBRO DE 2014, CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2014 DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL. Considerando o Contrato nº 028/2014 que

consiste na prestação de serviços de transporte com motorista e combustível para transporte de grupos folclóricos de São Bento do Sul. Considerando que o valor do combustível sofreu um reajuste de 12,35% desde o início do contrato; considerando a cláusula sexta do contrato - DO REAJUSTE e o parecer jurídico nº 97/2015; Considerando que do serviço previsto no contrato de 1.948 (hum mil, novecentos e quarenta e oito) quilômetros, apenas 209 (duzentos e nove) foram necessários até o momento, pois a quilometragem depende das apresentações dos grupos folclóricos de São Bento do Sul em outras cidades; e o término da vigência do Contrato nº 028/2014 no dia 31 de março de 2015, faz-se necessário prorrogar a vigência do Contrato com base no Art. 57, § 1º, inciso III da Lei 8.666/93, onde prevê-se a prorrogação em prazo para interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração; e na Cláusula Sétima - Da Vigência do referido Contrato, nos seguintes termos: Parágrafo 1º - Fica prorrogada a vigência do Contrato por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 01 de abril de 2015 e com término em 29 de julho de 2015. Parágrafo 2º - Fica alterado a partir de 01 de abril de 2015 o valor do quilômetro rodado de R\$ 3,90 (três reais e noventa centavos) para R\$ 4,38 (quatro reais e trinta e oito centavos). Parágrafo 3º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 02 de dezembro de 2014, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 25 de março de 2015.

Ass: BRAULIO HANTSCHER, pela Fundação Cultural
HEINS WALDEMAR PAREY, pela Contratada.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 28/2015 FMS

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 28/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS (VALE TRANSPORTE) PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PELO PERÍODO DE ABRIL A DEZEMBRO DE 2015.

CONTRATADO: REUNIDAS TURISMO S/A

VALOR: R\$ 18.423,48.

SÃO BENTO DO SUL, 30 de março de 2015.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS - DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO
DEODATO RAUL HRUSCHKA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 28/2015 FMS

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 25 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS (VALE TRANSPORTE) PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PELO PERÍODO DE ABRIL A DEZEMBRO DE 2015.

II - Contratado: REUNIDAS TURISMO S/A

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A inexigibilidade de licitação se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela empresa contratada ser a única concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal a fazer as linhas São Bento - Mafra, São Bento - Campo Alegre, São Bento - Rio Negrinho e São Bento - Rio Preto, sendo, portanto, inviável a competição.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada é a

única concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal a fazer as linhas São Bento - Mafra, São Bento - Campo Alegre, São Bento - Rio Negrinho e São Bento - Rio Preto.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 18.423,48 (Dezoito Mil Quatrocentos e Vinte e Três Reais e Quarenta e Oito Centavos) é o praticado no mercado.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Secretário Municipal de Saúde, Deodato Raul Hruschka.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
Diretor de Suprimentos e Patrimônio
RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias.

DEODATO RAUL HRUSCHKA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

LEI Nº 3484/2015

LEI Nº 3484, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA REPASSE DE CONTRIBUIÇÃO PARA SOCIEDADE VARSÓVIA

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a repassar à Sociedade Varsóvia, associação sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 79.367.439/0001-07, o valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), em parcela única.

Art. 2º O valor repassado destina-se a custear locação da Sociedade Bandeirantes para realização da 18ª Festa Polonesa, no dia 17 de maio do corrente ano, de acordo com o plano de trabalho constante no Processo Administrativo nº 1054/2015.

Art. 3º A prestação de contas dos recursos repassados deverá ser feita junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 - que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e firmar convênio com o Município de São Bento do Sul, e o Decreto nº 0098/2013 - que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º O beneficiário prestará contas dos recursos em até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento, sob pena de ressarcimento ao município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de março de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

LISTAGEM DE PORTARIAS Nº 004/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 8462, de 25 de março de 2015. Revoga Portaria nº 8225/2015 que nomeou servidora pública Josiane Randig Stiegler, no cargo de Atendente Educativo, por não comparecimento em tempo hábil.

Portaria nº 8463, de 25 de março de 2015. Conclusão de Estágio

Probatório, período de 16/02/2012 a 15/02/2015. Karen Lili Fechner. Assistente Social. SEMAS.

Portaria nº 8464, de 25 de março de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período de 01/03/2012 a 01/03/2015. Elisabeth Maria Nardelli de Oliveira. Psicólogo. SEMAS.

Portaria nº 8465, de 25 de março de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período de 09/03/2012 a 16/03/2015. Cassiano Robert. Terapeuta Ocupacional. SEMUS.

Portaria nº 8466, de 25 de março de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período de 15/03/2012 a 19/03/2015. Solange Aparecida Cardoso da Silva. Enfermeira. SEMUS.

Portaria nº 8470, de 26 de março de 2015. Demite Servidor Temporário, por término de contrato. Lindomar Siqueira. Auxiliar de Operações. SEMOB.

Portaria nº 8471, de 26 de março de 2015. Demite Servidor Temporário, por término de contrato. Carmem Ressel. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 8472, de 26 de março de 2015. Demite Servidor Temporário, por término de contrato. Eduardo Felipe Melchiorretto. Médico Urologista. SEMUS.

Portaria nº 8473, de 26 de março de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido. Cintia Rodrigues Skonieczny. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 8474, de 26 de março de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido. Orlando Lietz. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 8475, de 26 de março de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido. Veronica de Cassia Gomes. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 8476, de 26 de março de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido. Celismar Aparecida Sbardelotto da Silva. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 8477, de 26 de março de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido. Joyce Madruga Jorge. Professor Anos Finais - Português/Inglês. SEMED.

Portaria nº 8478, de 26 de março de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido. Margareth Aparecida Alves Rosa Hinke. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 8479, de 26 de março de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido. Anna Paula Pereira. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 8480, de 26 de março de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido. Claudia Blonokuski. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 8481, de 26 de março de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido. Daiane Ramos. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 8482, de 26 de março de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido. Josane Linhares. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 8483, de 26 de março de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido. Andréia Battistella. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 8484, de 26 de março de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido. Rosilei Alberti. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 8485, de 26 de março de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido. Silvana Aparecida Krauss Granza. Auxiliar de Serviços. SEMAS.

Portaria nº 8486, de 26 de março de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido. Viviane Cristina Leandro Gonçalves Herbst. SEMED.

Portaria nº 8487, de 26 de março de 2015. Exonera Servidor Público, a pedido. José Vanderlei Dziedicz. Auxiliar de Operações. SECAD.

Portaria nº 8488, de 26 de março de 2015. Exonera Servidor Público, a pedido. Andressa Krutzsch. Auxiliar Administrativo. FMD.

Portaria nº 8489, de 26 de março de 2015. Exonera Servidor Público, a pedido. Maria Josselia Gruber de Souza. Instrutor de Recreação. SEMAS.

Portaria nº 8490, de 26 de março de 2015. Exonera Coordenador de Serviços Administrativos, a pedido. Agata Schmitt. SEPLU.

Portaria nº 8491, de 26 de março de 2015. Declara Vago Cargo de Professor Anos Finais, a partir de 23 de março de 2015, ocupado pela servidora Marilin Alice Pfuezenreuter Garbe, com fulcro no art. 47, V, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 8492, de 26 de março de 2015. Declara Vago cargo de Professor Anos Iniciais, a partir de 23 de março de 2015, ocupado pela servidora Rosimeri Hannemann da Silva, com fulcro no art. 47, V, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 8494, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 10 de março de 2015. Aline Souza Lima. Atendente Educativo. 30 horas semanais. EBM Adélia Lutz. SEMED.

Portaria nº 8495, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 11 de março de 2015. Sabrina de Bairros. Atendente Educativo. 30 horas semanais. PEM Sossego da Mãe. SEMED.

Portaria nº 8496, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 11 de março de 2015. Thaline Vanessa Droszak. Atendente Educativo. CEIM Neide Lobermayer. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 8497, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 16 de março de 2015. Carolina Schroeder. Atendente Educativo. 30 horas semanais. CEIM Raio de Sol. SEMED.

Portaria nº 8498, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 23 de março de 2015. Karin Elaine Wagner de Lima. Atendente Educativo. 30 horas semanais. EBM Rodolfo Berti. SEMED.

Portaria nº 8499, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 23 de março de 2015. Elaine Artmann. Atendente Educativo. EBM Carlos Doestch. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 8500, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 23 de março de 2015. Silvia do Socorro Nogueira Girardi. Atendente Educativo. 30 horas semanais. CEIM Pica Pau. SEMED.

Portaria nº 8501, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 23 de março de 2015. Vanessa Pereira de Freitas. Atendente Educativo. 30 horas semanais. CEIM Tico e Teco. SEMED.

Portaria nº 8502, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 25 de março de 2015. Leonice Rodrigues Ribeiro Lenzi. Atendente Educativo. 30 horas semanais. EBM Alexandre Pfeiffer. SEMED.

Portaria nº 8503, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 05 de março de 2015. Roseli Bueno de Oliveira Pinto. Auxiliar de Serviços. Centro Administrativo. 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 8504, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 09 de março de 2015. Leonilde de Fatima Motta. Auxiliar de Serviços. EBM Adélia Lutz. 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 8505, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 11 de março de 2015. Sandra da Luz. Auxiliar de Serviços. EBM Aracy Hansen. 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 8506, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 12 de março de 2015. Angelina Gomes. Auxiliar de Serviços. 40 horas semanais. CEIM Trenzinho Maluco. SEMED.

Portaria nº 8507, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 12 de março de 2015. Daiane Ramos. Auxiliar de Serviços. EMEJA. 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 8508, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 17 de março de 2015. Rosangela Aparecida Moreira. Auxiliar de Serviços. 40 horas semanais. EBM Antonio Tremli. SEMED.

Portaria nº 8509, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 17 de março de 2015. Rose Aparecida Ferreira. Auxiliar de Serviços. 40 horas semanais. EBM Emilio Engel. SEMED.

Portaria nº 8510, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 18 de março de 2015. Lucimara Ferreira de Souza. Auxiliar de Serviços. 40 horas semanais. EBM Carlos Doetsch. SEMED.

Portaria nº 8511, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 18 de março de 2015. Lucileide Aparecida Moreira. Auxiliar de Serviços. 40 horas semanais. CEIM Pica Pau. SEMED.

Portaria nº 8512, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 19 de março de 2015. Ana Carolina Pinheiro. Auxiliar de Serviços. EBM Emilio Engel. 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 8513, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 05 de março de 2015. Adjany Fernandes da Silva Junior. Professor Educação Infantil. 40 horas semanais. EBM Maria Ferreira Ziemann e CEIM Estrela Guia. SEMED.

Portaria nº 8514, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 05 de março de 2015. Silvana de Cassia Ferreira. Professor Anos Finais - Oficina de Esportes. EBM Newton Mendes. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 8515, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 09 de março de 2015. Juliana Maria Prazmoski. Professor Educação Infantil. CEIM Algodão Doce. 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 8516, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 09 de março de 2015. Janete Maria Grosskopf Meister. Professor Educação Especial. 40 horas semanais. EBM Hercilio Malinowsky e EBM Lucia Tschoeke. SEMED.

Portaria nº 8517, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 12 de março de 2015. Rozeli Maria Ferreira. Professor Anos Finais - Ciências. 20 horas semanais. EBM Sophia Schwedler. SEMED.

Portaria nº 8518, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 12 de março de 2015. Luciane Aparecida Roiek. Professor Anos Finais - Educação Física. PEM Abelinha Feliz. 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 8519, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 12 de março de 2015. Annie Evelyn de Lima. Professor Anos Finais - Educação Física. CEIM Pica Pau e PEM Abelinha Feliz. SEMED.

Portaria nº 8520, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 16 de março de 2015. Sirley Teresinha Ruckl. Professor Educação Infantil. CEIM Raio de Sol. 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 8521, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 19 de março de 2015. Gabriele Hanstchel Alves. Professor Anos Finais - Artes. PEM Criança Feliz. 10 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 8522, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 23 de março de 2015. Patricia Britto Siqueira Machado. Professor Educação Infantil. CEIM Estrela Guia e EBM Emilio Engel. 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 8523, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 23 de março de 2015. Matilde Eufrasio Partoski. Professor Anos Iniciais. EBM Ladir dos Santos. 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 8524, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 23 de março de 2015. Matilde Eufrasio Partoski. Professor Anos Iniciais. 20 horas semanais. EBM Rodolfo Berti. SEMED.

Portaria nº 8525, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 23 de março de 2015. Aline Guesser. Professor Educação Infantil. 40 horas semanais. EBM Denise Harms. SEMED.

Portaria nº 8526, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 23 de março de 2015. Rosilei Alberti. Professor Anos Finais - Artes. PEM Ernesto Venera dos Santos e EBM Ilona Tschoeke. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 8527, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 24 de março de 2015. Vivian Kaszubowsky. Professor Anos Finais - Oficina de Informática. EBM Lucia Tschoeke. 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 8528, de 26 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 25 de março de 2015. André Mateus Chapiesky. Professor Anos Finais - Matemática. EBM Henrique Schwartz. SEMED.

Portaria nº 8638, de 27 de março de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 26 de março de 2015. Marcia Regina Scomasson. Auxiliar Administrativo. Grupo Ocupacional 03. Nível I. Classe A. SEMUS.

Portaria nº 8639, de 27 de março de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 26 de março de 2015. Alcindo Antonio Borges. Técnico em Enfermagem. Grupo Ocupacional 04. Nível I. Classe A. SEMUS.

Portaria nº 8640, de 27 de março de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 26 de março de 2015. Diana Flavia Harmel. Farmacêutico. Grupo Ocupacional 05. Nível I. Classe A. SEMUS.

Portaria nº 8641, de 27 de março de 2015. Revoga Portaria nº 8640/2015 que nomeou servidora pública Diana Flavia Harmel, no cargo de Farmacêutico, por desistência espontânea em 27 de março de 2015.

São Bento do Sul, 01 de abril de 2015.
FERNANDO TURECK
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 8467/2015

PORTARIA Nº 8467, DE 25 DE MARÇO DE 2015
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor ANTÔNIO WILSON MULLER, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais:

- FORD/Courier, placas MDS 2627
- Pick-up Corsa, placas MAU 5782
- Toyota Bandeirantes, placas LZT 0941
- FIAT/Pampa, placas LZB 3357
- Toyota, placas LZW 2572

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de março de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8468/2015

PORTARIA Nº 8468, DE 26 DE MARÇO DE 2015
Corrige Portaria nº 7260/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CORRIGIR a Portaria nº 7260/2015, que declarou vago o cargo de Assistente Administrativo ocupado pela servidora LIAMAR POSTAI SCHWALBE, no tocante a data, passando de "a partir de 20 de janeiro de 2015" para "a partir de 19 de janeiro de 2015".

São Bento do Sul, 26 de março de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8469/2015

PORTARIA Nº 8469, DE 26 DE MARÇO DE 2015
Corrige Portaria nº 7259/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CORRIGIR a Portaria nº 7259/2015, que declarou vago o cargo de Atendente Educativo ocupado pela servidora CACILDA TERESA FLEISCHMANN BECKERT, no tocante a data, passando de "a partir de 20 de janeiro de 2015" para "a partir de 19 de janeiro de 2015".

São Bento do Sul, 26 de março de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8637/2015

PORTARIA Nº 8637, DE 27 DE MARÇO DE 2015
Revoga Portaria nº 3381/2008

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 23 de março de 2015, a Portaria nº 3381/2008 que cedeu a servidora pública municipal MARIA BECKER, ocupante do cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, para prestar serviços junto a 21ª Delegacia Regional de Polícia Civil, salientando que, no período de 01 de setembro de 2009 a 20 de março de 2015, a referida servidora prestou serviços junto ao Fórum da Comarca de São Bento do Sul, conforme ofícios nº 060/2009 e nº 22/2015.

São Bento do Sul, 27 de março de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8642/2015

PORTARIA Nº 8642, DE 27 DE MARÇO DE 2015

Altera a Portaria nº 5424, de 09 de maio de 2014, que Nomeia Membros do Conselho da Cidade de São Bento do Sul - CONCI-DADE

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 1680, de 10 de outubro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º. O art. 1º da Portaria nº 5424 de 09 de maio de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

I - Representantes do Poder Público:

b) representantes da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo:

1. Cassio Luiz Zschoerper - Titular e Ricardo Callado - Suplente; e

2. Marcelo Levandowski - Titular e Anderson Hinke - Suplente;

(...)"

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de março de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO 26/2015

Credenciamento nº 26/2015

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 26/2015

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá a partir das 08:00 horas do dia 01 de abril de 2015, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, os documentos referente:

DO OBJETO: Credenciamento de cooperativas para destinação final de resíduos recicláveis coletados no município de São Bento do Sul-SC.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 31 de março de 2015.
OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 22/2015 - REPUBLICAÇÃO
REPUBLICAÇÃO

Carta-convite nº 22/2015
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL
Processo Administrativo Nº 22/2015
MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 14:00 horas do dia 09 de abril de 2015, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Contratação de serviços para execução de implantação de rede de recalque (emissário) do loteamento Santa Fé - Rua Alberto Torres - São Bento do Sul - SC (SES Bacia do Rio Negrinho).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(47) 4.4.90.51.00.00 - Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário - Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00.

São Bento do Sul, 31 de março de 2015.
OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

AVISO N.38/2015 - DISPENSA

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Processo Adm. Nº.:38/2015
Edital:Dispensa de Lic p/compras e Serv. N. 38/2015
Tipo : Preço compatível ao praticado no Mercado
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GENE-ROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR CFME EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.003/2015
Justificativa: Fundamentada no art 14 ,§ 1º da Lei n.119147/2009
.Vigência: até 31.12.2015

SAO CARLOS, 31 DE MARÇO DE 2015-
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

EDITAL CHAMADA PUB N.03/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
AVISO DE EDITAL CHAMAMENTO PUBLICO
EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO N.03/2015.

Chamamento público para fins de cadastramento para grupos formais e informais .

A Prefeitura Municipal de São Carlos torna público que estará realizando a inscrição para cadastramento de grupos formais e informais da Agricultura Familiar e Empreendedores Familiares Rurais
até às08:30 horas do dia 28 DE ABRIL DE 2015

São Carlos,-SC, em 31 de março de 2015-
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

São Domingos

PREFEITURA

DEC 1917 DE 25 02 15 EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLADI ROTTAVA

DECRETO Nº 1917, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº. 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº. 042, de 04/04/12 atualizada e pela Lei Complementar 045, de 06/11/12 atualizada; e:

- Considerando requerimento protocolado de nº433/2015, solicitando exoneração do cargo;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido o servidor público municipal Cladir Rottava, cargo de Motorista (ACT), deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 1407, de 19 de fevereiro 2013.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 25 de março de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1918 DE 25 02 15 EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOÃO MARIA WALENDORFF

DECRETO Nº 1918, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº. 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº. 042, de 04/04/12 atualizada e pela Lei Complementar 045, de 06/11/12 atualizada; e:

- Considerando requerimento protocolado de nº 437/2015, solicitando exoneração do cargo;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido o servidor público municipal João Maria Walendorff, cargo de Motorista (ACT), deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 1039, de 09 de março de 2011, no que diz respeito ao servidor.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 25 de março de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1919 DE 25 02 15 EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JACIR MARMENTINI

DECRETO Nº 1919, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº. 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº. 042, de 04/04/12 atualizada e pela Lei Complementar 045, de 06/11/12 atualizada; e:

- Considerando requerimento protocolado de nº429/2015, solicitando exoneração do cargo;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido o servidor público municipal Jacir Marmentini cargo de Motorista (ACT), deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 1084, de 07 de junho 2011.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 25 de março de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1920 DE 27 03 15 DISPENSA A PEDIDO PROFESSORA ADMITIDA E CARATER TEMPORÁRIO ACT DEOCLEIA APARECIDA SPANHOL

DECRETO Nº 1920, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a extinção de vínculo de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90; pela Lei 1.132/1998, pelas Leis Complementares Municipais nº 0017 de 21/12/07; nº 0018 de 28/01/08 atualizada, nº 0042 de 04/04/2012 atualizada, nº 0043, de 26/07/12 e nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

- Considerando requerimento apresentado no setor de pessoal, solicitando a dispensa;

DECRETA:

Art. 1º Fica extinto o vínculo da servidora Deocléia Aparecida Spanhol ocupante do cargo de Professor PD/D-IV, 40 horas semanais, admitida em caráter temporário (ACT), deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Fica extinto o contrato nº 019/2015 firmado entre o Município de São Domingos e a servidora Deocléia Aparecida Spanhol,

admitida em caráter temporário (ACT).

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 27 de março de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1924 DE 30 03 15 DISPENSA A PEDIDO PROFESSORA ADMITIDA E CARATER TEMPORÁRIO ACT ANA CLAUDIA GAUER ARRUDA

DECRETO Nº 1924, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a extinção de vínculo de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90; pela Lei 1.132/1998, pelas Leis Complementares Municipais nº 0017 de 21/12/07; nº 0018 de 28/01/08 atualizada, nº 0042 de 04/04/2012 atualizada, nº 0043, de 26/07/12 e nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

- Considerando requerimento apresentado no setor de pessoal, solicitando a dispensa;

DECRETA:

Art. 1º Fica extinto o vínculo da servidora Ana Claudia Gauer Arruda ocupante do cargo de Professor PD/C-III, 20 horas semanais, admitida em caráter temporário (ACT), deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Fica extinto o contrato nº 021/2015 firmado entre o Município de São Domingos e a servidora Ana Claudia Gauer Arruda, admitida em caráter temporário (ACT).

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 30 de março de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PUBLICAÇÕES RREO - ANEXO 12

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APLICAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.336.825,00	1.336.825,00	130.747,98	9,78
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	288.750,00	288.750,00	9.002,13	3,12
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	295.000,00	295.000,00	18.242,91	6,18
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	660.000,00	660.000,00	76.826,57	11,64
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	60.000,00	60.000,00	20.548,82	34,25
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.100,00	2.100,00	844,95	40,24
Divida Ativa dos Impostos	22.575,00	22.575,00	4.049,72	17,94
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	8.400,00	8.400,00	1.232,88	14,68
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	14.631.750,00	14.631.750,00	2.565.596,75	17,53
Cota-Parte FPM	6.216.000,00	6.216.000,00	1.211.141,28	19,48
Cota-Parte ITR	14.700,00	14.700,00	111,39	0,76
Cota-Parte IPVA	913.500,00	913.500,00	101.107,69	11,07
Cota-Parte ICMS	7.350.000,00	7.350.000,00	1.231.752,26	16,76
Cota-Parte IP-Exportação	105.000,00	105.000,00	21.474,13	20,45
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	32.550,00	32.550,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	32.550,00	32.550,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	15.968.575,00	15.968.575,00	2.696.334,73	16,89

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	6.238.725,00	6.238.725,00	2.212.599,77	35,47	730.979,02	11,72
Pessoal e Encargos Sociais	3.123.700,00	3.123.700,00	369.286,56	11,82	369.286,55	11,82
Outras Despesas Correntes	3.115.025,00	3.115.025,00	1.843.313,21	59,17	361.692,47	11,61
DESPESAS DE CAPITAL	5.548.200,00	5.548.200,00	44.497,97	0,80	0,00	0,00
Investimentos	5.548.200,00	5.548.200,00	44.497,97	0,80	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL		5.548.200,00	5.548.200,00	44.497,97	0,80	0,00	0,00
Investimentos		5.548.200,00	5.548.200,00	44.497,97	0,80	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)		11.786.925,00	11.786.925,00	2.257.097,74	19,15	730.979,02	6,20
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS		7.042.575,00	7.042.575,00	686.616,30	30,42	238.766,44	32,66
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS		2.692.575,00	2.692.575,00	686.616,30	30,42	238.766,44	32,66
Recursos de Operações de Crédito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos		4.350.000,00	4.350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹		-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)		7.042.575,00	7.042.575,00	686.616,30	30,42	238.766,44	32,66
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)		4.744.350,00	4.744.350,00	1.570.481,44	69,58	492.212,58	67,34
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS							
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5							
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]³							
87.762,37							

Continua 2/4

Município de SAO DOMINGOS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)				
	0,00	0,00		0,00		
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
	LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)				
	-	-		-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	11.036.000,00	11.036.000,00	1.979.748,40	87,36	642.468,29	87,80
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	686.000,00	686.000,00	272.438,34	12,02	88.931,73	12,15
Vigilância Sanitária	44.625,00	44.625,00	13.911,00	0,61	329,00	0,04
Vigilância Epidemiológica	29.400,00	29.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	11.796.025,00	11.796.025,00	2.266.097,74	100,00	731.729,02	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h-i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

SAO DOMINGOS, 31/03/2015

ALCIMAR DE OLIVEIRA PREFEITO MUNICIPAL	ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO CONTADORA CRC/SC 034400/O-9	JUCELANE FORNARI LORE COORDENADORA DE CON
---	--	--

PUBLICAÇÕES RREO - ANEXO 1

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	76.330.000,00	76.330.000,00	3.628.651,49	4,75	3.628.651,49	4,75	72.701.348,51
RECEITAS CORRENTES	21.600.758,96	21.600.758,96	3.251.618,98	15,05	3.251.618,98	15,05	18.349.139,98
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.770.450,00	1.770.450,00	196.497,80	11,10	196.497,80	11,10	1.573.952,20
IMPOSTOS	1.303.750,00	1.303.750,00	124.620,43	9,56	124.620,43	9,56	1.179.129,57
TAXAS	366.700,00	366.700,00	71.877,37	19,60	71.877,37	19,60	294.822,63
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	210.000,00	210.000,00	40.169,14	19,13	40.169,14	19,13	169.830,86
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	210.000,00	210.000,00	40.169,14	19,13	40.169,14	19,13	169.830,86
RECEITA PATRIMONIAL	201.025,00	201.025,00	39.455,31	19,63	39.455,31	19,63	161.569,69
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	201.025,00	201.025,00	39.455,31	19,63	39.455,31	19,63	161.569,69
RECEITA AGROPECUÁRIA	42.000,00	42.000,00	6.091,00	14,50	6.091,00	14,50	35.909,00
Outras Receitas Agropecuárias	42.000,00	42.000,00	6.091,00	14,50	6.091,00	14,50	35.909,00
RECEITA DE SERVIÇOS	15.750,00	15.750,00	2.377,23	15,09	2.377,23	15,09	13.372,77
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.836.125,00	18.836.125,00	2.948.241,93	15,65	2.948.241,93	15,65	15.887.883,07
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	18.366.125,00	18.366.125,00	2.948.241,93	16,05	2.948.241,93	16,05	15.417.883,07
Transf. de Conv.	470.000,00	470.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	470.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	525.408,96	525.408,96	18.786,57	3,58	18.786,57	3,58	506.622,39
Multas e Juros de Mora	55.050,00	55.050,00	9.132,08	16,59	9.132,08	16,59	45.917,92
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22.050,00	22.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.050,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	48.825,00	48.825,00	8.490,20	17,39	8.490,20	17,39	40.334,80
RECEITAS DIVERSAS	399.483,96	399.483,96	1.164,29	0,29	1.164,29	0,29	398.319,67
RECEITAS DE CAPITAL	54.729.241,04	54.729.241,04	377.032,51	0,69	377.032,51	0,69	54.352.208,53
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00
Operações de Crédito Internas	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	692,93	0,00	692,93	0,00	-692,93
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	51.729.241,04	51.729.241,04	376.339,58	0,73	376.339,58	0,73	51.352.901,46
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	51.729.241,04	51.729.241,04	376.339,58	0,73	376.339,58	0,73	51.352.901,46
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	76.330.000,00	76.330.000,00	3.628.651,49	4,75	3.628.651,49	4,75	72.701.348,51
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	76.330.000,00	76.330.000,00	3.628.651,49	4,75	3.628.651,49	4,75
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	76.330.000,00	76.330.000,00	3.628.651,49	4,75	3.628.651,49	4,75
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	605.353,64	—	—	48.636,26	—
Superávit Financeiro	—	605.353,64	—	—	48.636,26	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	76.330.000,00	77.179.103,64	25.555.177,28	25.555.177,28	51.623.926,36	2.545.579,96	2.545.579,96	74.633.523,68	2.329.997,43
DESPESAS CORRENTES	20.298.100,90	20.464.302,06	5.311.299,82	5.311.299,82	18.109.159,26	2.355.142,80	2.355.142,80	18.109.159,26	2.139.560,27
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.874.627,30	10.892.625,64	1.409.946,82	1.409.946,82	9.482.678,82	1.406.976,81	1.406.976,81	9.485.648,83	1.273.898,44
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	37.800,00	37.800,00	18.141,97	18.141,97	19.658,03	18.141,97	18.141,97	19.658,03	18.141,97
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.385.673,60	9.533.876,42	3.883.211,03	3.883.211,03	5.650.665,39	930.024,02	930.024,02	8.603.852,40	847.519,86
DESPESAS DE CAPITAL	56.016.899,10	56.699.801,58	20.243.877,46	20.243.877,46	36.364.581,50	190.437,16	190.437,16	56.509.364,42	190.437,16
INVESTIMENTOS	55.916.099,10	56.599.001,58	20.234.420,08	20.234.420,08	36.364.581,50	180.979,78	180.979,78	56.418.021,80	180.979,78
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	100.800,00	100.800,00	9.457,38	9.457,38	91.342,62	9.457,38	9.457,38	91.342,62	9.457,38
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—

SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	76.330.000,00	77.179.103,64	25.555.177,28	25.555.177,28	51.623.926,36	2.545.579,96	2.545.579,96	77.179.103,64	2.329.997,43
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	76.330.000,00	77.179.103,64	25.555.177,28	25.555.177,28	51.623.926,36	2.545.579,96	2.545.579,96	77.179.103,64	2.329.997,43
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.083.071,53	—	3.628.651,49
TOTAL (XIV) = (XI + XIII)	76.330.000,00	77.179.103,64	25.555.177,28	25.555.177,28	—	2.545.579,96	3.628.651,49	—	5.958.648,92

FONTE:

SAO DOMINGOS, 31/03/2015

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

JUCELANE FORNARI LORENZI
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

PUBLICAÇÕES RREO - ANEXO 11

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	27,42	-27,42
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	0,00	27,42	-27,42
TOTAL	0,00	27,42	-27,42

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO APAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	27,42	27,42

FONTE:

SAO DOMINGOS, 31/03/2015

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

JUCELANE FORNARI LORENZINI
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

PUBLICAÇÕES RREO - ANEXO 13

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

SAO DOMINGOS, 31/03/2015

ALCIMAR DE OLIVEIRA PREFEITO MUNICIPAL	ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO CONTADORA CRC/SC 034400/O-9	JUCELANE FORNARI LORENZI COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO
---	--	--

PUBLICAÇÕES RREO - ANEXO 2

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				(b/Total b)			(d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	76.330.000,00	77.179.103,64	25.555.177,28	100,00	51.623,926,36	2.545.579,96	100,00	74.633.523,68
Legislativa	799.470,00	799.470,00	122.114,91	0,48	677.355,09	92.195,67	3,62	707.274,33
Ação Legislativa	799.470,00	799.470,00	122.114,91	0,48	677.355,09	92.195,67	3,62	707.274,33
Essencial à Justiça	500.000,00	500.000,00	4.800,00	0,02	495.200,00	600,00	0,02	499.400,00
Administração Geral	500.000,00	500.000,00	4.800,00	0,02	495.200,00	600,00	0,02	499.400,00
Administração	3.437.483,96	3.924.983,96	1.193.324,37	4,67	2.731.659,59	296.065,49	11,63	3.628.918,47
Administração Geral	3.437.483,96	3.924.983,96	1.193.324,37	4,67	2.731.659,59	296.065,49	11,63	3.628.918,47
Defesa Nacional	82.250,00	82.250,00	0,00	0,00	82.250,00	0,00	0,00	82.250,00
Defesa Civil	82.250,00	82.250,00	0,00	0,00	82.250,00	0,00	0,00	82.250,00
Segurança Pública	115.500,00	115.500,00	8.810,02	0,03	106.689,98	1.815,63	0,07	113.684,37
Policiamento	115.500,00	115.500,00	8.810,02	0,03	106.689,98	1.815,63	0,07	113.684,37
Assistência Social	3.749.200,70	3.749.200,70	764.896,91	2,99	2.984.303,79	137.716,32	5,41	3.611.484,38
Assistência ao Idoso	1.120.000,00	1.120.000,00	0,00	0,00	1.120.000,00	0,00	0,00	1.120.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	97.700,00	97.700,00	22.102,43	0,09	75.597,57	10.168,14	0,40	87.531,86
Assistência Comunitária	2.531.500,70	2.531.500,70	742.794,48	2,91	1.788.706,22	127.548,18	5,01	2.403.952,52
Saúde	11.796.025,00	11.796.025,00	2.266.097,74	8,87	9.529.927,26	731.729,02	28,75	11.064.295,98
Atenção Básica	11.036.000,00	11.036.000,00	1.979.748,40	7,75	9.056.251,60	642.468,29	25,24	10.393.531,71
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	686.000,00	686.000,00	272.438,34	1,07	413.561,66	88.931,73	3,49	597.068,27
Vigilância Sanitária	44.625,00	44.625,00	13.911,00	0,05	30.714,00	329,00	0,01	44.296,00
Vigilância Epidemiológica	29.400,00	29.400,00	0,00	0,00	29.400,00	0,00	0,00	29.400,00
Educação	5.113.150,00	5.195.354,56	658.158,07	2,58	4.537.196,49	463.836,57	18,22	4.731.517,99
Alimentação e Nutrição	160.000,00	160.000,00	13.720,95	0,05	146.279,05	13.720,95	0,54	146.279,05
Ensino Fundamental	3.515.000,00	3.597.204,56	548.398,09	2,15	3.048.806,47	380.587,96	14,95	3.216.616,60
Ensino Superior	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00
Educação Infantil	1.213.150,00	1.213.150,00	96.039,03	0,38	1.117.110,97	69.527,66	2,73	1.143.622,34
Educação Básica	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
Cultura	198.750,00	198.750,00	0,00	0,00	198.750,00	0,00	0,00	198.750,00
Difusão Cultural	198.750,00	198.750,00	0,00	0,00	198.750,00	0,00	0,00	198.750,00
Urbanismo	23.898.070,34	24.085.912,82	6.643.877,59	26,00	17.442.035,23	296.702,25	11,66	23.789.210,57
Infra-Estrutura Urbana	14.969.965,14	15.157.807,62	5.910.761,69	23,13	9.247.045,93	0,00	0,00	15.157.807,62
Serviços Urbanos	3.918.105,20	3.918.105,20	733.115,90	2,87	3.184.989,30	296.702,25	11,66	3.621.402,95
Transporte Rodoviário	5.010.000,00	5.010.000,00	0,00	0,00	5.010.000,00	0,00	0,00	5.010.000,00
Habitação	2.215.250,00	2.232.006,60	34.775,75	0,14	2.197.230,85	15.104,93	0,59	2.216.901,67
Habitação Urbana	2.215.250,00	2.232.006,60	34.775,75	0,14	2.197.230,85	15.104,93	0,59	2.216.901,67

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/Total b)			% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Saneamento	76.330.000,00	77.179.103,64	25.555.177,28	100,00	51.623.926,36	2.545.579,96	100,00	74.633.523,68
Saneamento Básico Urbano	10.090.000,00	10.090.000,00	8.299.454,43	32,48	1.790.545,57	0,00	0,00	10.090.000,00
Agricultura	10.090.000,00	10.090.000,00	8.299.454,43	32,48	1.790.545,57	0,00	0,00	10.090.000,00
Extensão Rural	3.549.000,00	3.549.000,00	517.329,19	2,02	3.031.670,81	159.414,43	6,26	3.389.585,57
Indústria	3.549.000,00	3.549.000,00	517.329,19	2,02	3.031.670,81	159.414,43	6,26	3.389.585,57
Promoção Industrial	710.000,00	710.000,00	0,00	0,00	710.000,00	0,00	0,00	710.000,00
Desporto e Lazer	710.000,00	710.000,00	0,00	0,00	710.000,00	0,00	0,00	710.000,00
Turismo	9.538.250,00	9.613.050,00	4.827.856,11	18,89	4.785.193,89	283.504,69	11,14	9.329.545,31
Desporto Comunitário	378.250,00	378.250,00	122.009,62	0,48	256.240,38	6.735,00	0,26	371.515,00
Encargos Especiais	9.160.000,00	9.234.800,00	4.705.846,49	18,41	4.528.953,51	276.769,69	10,87	8.958.030,31
Outros Encargos Especiais	522.600,00	522.600,00	213.682,19	0,84	308.917,81	66.894,96	2,63	455.705,04
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	522.600,00	522.600,00	213.682,19	0,84	308.917,81	66.894,96	2,63	455.705,04
	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	76.330.000,00	77.179.103,64	25.555.177,28	100,00	51.623.926,36	2.545.579,96	100,00	74.633.523,68

FONTE:

SAO DOMINGOS, 31/03/2015

ALCIMAR DE OLIVEIRA PREFEITO MUNICIPAL	ELENIR TERESINHA AGNOLETTO CONTADORA CRC/SC 034400/O-9	JUCELANE FORNARI LORENZI COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO
---	---	--

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

PUBLICAÇÕES RREO - ANEXO 3

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015	R\$ 1,00	
		Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015			TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)																
RECEITA TRIBUTÁRIA																
IPT.U.																
IR.R.F.																
I.S.S.																
I.T.E.U.																
Outras Receitas Tributárias																
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES																
RECEITA PATRIMONIAL																
RECEITA AGROPECUÁRIA																
RECEITA INDUSTRIAL																
RECEITA DE SERVIÇOS																
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES																
Cota-Parte do FPM.																
Cota-Parte do IC.M.S.																
Cota-Parte do IPVA.																
Cota-Parte do ITR.																
Outras Transferências Correntes																
Transferências da LC 61/1989																
Transferências da LC 87/1996																
Transferências do FUNDEB																
OUTRAS RECEITAS CORRENTES																
DEDUÇÕES (II)																
Ded. Cota-Parte IPJE-Exp p/ Formação FUNDEB																
Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB																
Dedução da Recolita Para Formação do FUNDEB																
Dedução de Recolita para Formação do FUNDEB - IPVA																
Dedução de Recolita p/ Formação do FUNDEB - ITR																
Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB																
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)																

FONTE:
SAO DOMINGOS, 31/03/2015

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORIA GRC/SC 034400-9

JUCILEANE FORNARI LORENZI
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

PUBLICAÇÕES RREO - ANEXO 5

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	94.376,68	94.376,68	399.323,43
DEDUÇÕES (II)	3.238.972,19	3.238.972,19	4.371.001,54
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.881.605,96	3.881.605,96	5.228.243,53
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	642.633,77	642.633,77	857.241,99
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.144.595,51	-3.144.595,51	-3.971.678,11
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-3.144.595,51	-3.144.595,51	-3.971.678,11

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2015 (C - A)
VALOR	-827.082,60	-827.082,60

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SAO DOMINGOS, 31/03/2015

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

JUCELANE FORNARI LORENZI
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

PUBLICAÇÕES RREO - ANEXO 6

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	21.399.733,96	3.212.163,67	3.291.784,05
Receita Tributária	1.770.450,00	196.497,80	219.063,89
I.P.T.U.	288.750,00	9.002,13	1.790,83
I.S.S.	660.000,00	76.826,57	108.674,99
I.T.B.I.	295.000,00	18.242,91	37.501,20
I.R.R.F.	60.000,00	20.548,82	8.678,98
Outras Receitas Tributárias	466.700,00	71.877,37	62.417,89
Receita de Contribuição	210.000,00	40.169,14	31.286,40
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	210.000,00	40.169,14	31.286,40
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	201.025,00	39.455,31	47.896,06
(-) Aplicações Financeiras	201.025,00	39.455,31	47.896,06
Transferências Correntes	18.836.125,00	2.948.241,93	2.983.825,08
F.P.M.	4.972.800,00	968.913,09	984.019,48
I.C.M.S.	5.880.000,00	985.401,99	923.317,93
Convênios	470.000,00	0,00	9.752,33
Outras Transferências Correntes	7.513.325,00	993.926,85	1.066.735,34
Demais Receitas Correntes	583.158,96	27.254,80	57.608,68
Dívida Ativa	48.825,00	8.490,20	8.536,50
Diversas Receitas Correntes	534.333,96	18.764,60	49.072,18
RECEITAS DE CAPITAL (II)	54.729.241,04	377.032,51	296.274,81
Operações de Crédito (III)	3.000.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	692,93	834,99
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	51.729.241,04	376.339,58	295.439,82
Convênios	51.729.241,04	376.339,58	295.439,82
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	51.729.241,04	376.339,58	295.439,82
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	73.128.975,00	3.588.503,25	3.587.223,87

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	20.464.302,06	5.311.299,82	5.041.166,17	2.355.142,80	2.113.792,13
Pessoal e Encargos Sociais	10.892.625,64	1.409.946,82	1.256.245,90	1.406.976,81	1.141.333,81
Juros e Encargos da Dívida (IX)	37.800,00	18.141,97	692,47	18.141,97	692,47
Outras Despesas Correntes	9.533.876,42	3.883.211,03	3.784.227,80	930.024,02	971.765,85
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	20.426.502,06	5.293.157,85	5.040.473,70	2.337.000,83	2.113.099,66
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	56.699.801,58	20.243.877,46	2.803.327,95	190.437,16	225.505,70
Investimentos	56.599.001,58	20.234.420,08	2.795.189,83	180.979,78	217.367,58
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	100.800,00	9.457,38	8.138,12	9.457,38	8.138,12
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	56.599.001,58	20.234.420,08	2.795.189,83	180.979,78	217.367,58
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	15.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	77.040.503,64	25.527.577,93	7.835.663,53	2.517.980,61	2.330.467,24
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.911.528,64	-21.939.074,68	-4.248.439,66	1.070.522,64	1.256.756,63
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

SAO DOMINGOS, 31/03/2015

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

JUCELANE FORNARI LORENZI
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

PUBLICAÇÕES RREO - ANEXO 7

Município de SÃO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				RP NÃO PROCESSADOS							
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	642.633,77	-	-	642.633,77	-	-	-	-	-	-	642.633,77
EXECUTIVO	0,00	642.633,77	0,00	0,00	642.633,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	642.633,77
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	363.523,65	0,00	0,00	363.523,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	363.523,65
FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL	0,00	21.821,77	0,00	0,00	21.821,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.821,77
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE	0,00	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	0,00	186.849,00	0,00	0,00	186.849,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	186.849,00
SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	0,00	439,35	0,00	0,00	439,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	439,35
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	642.633,77	0,00	0,00	642.633,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	642.633,77

FONTE:

SAO DOMINGOS, 31/03/2015

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPALELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADOR(A) CRO/SC 034400/O-9JUCELANE FORNARI LORENZI
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

PUBLICAÇÕES RREO - ANEXO 8

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.336.825,00	1.336.825,00	130.747,98	9,78
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	318.150,00	318.150,00	12.993,78	4,08
1.1.1- IPTU	288.750,00	288.750,00	9.002,13	3,12
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.050,00	1.050,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	21.000,00	21.000,00	2.984,97	14,21
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	7.350,00	7.350,00	1.006,68	13,70
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	295.000,00	295.000,00	18.242,91	6,18
1.2.1- ITBI	295.000,00	295.000,00	18.242,91	6,18
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	663.675,00	663.675,00	78.962,47	11,90
1.3.1- ISS	660.000,00	660.000,00	76.826,57	11,64
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.050,00	1.050,00	844,95	80,47
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.575,00	1.575,00	1.064,75	67,60
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.050,00	1.050,00	226,20	21,54
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	60.000,00	60.000,00	20.548,82	34,25
1.4.1- IRRF	60.000,00	60.000,00	20.548,82	34,25
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	14.631.750,00	14.631.750,00	2.565.586,75	17,53
2.1- Cota-Parte FPM	6.216.000,00	6.216.000,00	1.211.141,28	19,48
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.216.000,00	6.216.000,00	1.211.141,28	19,48
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.350.000,00	7.350.000,00	1.231.752,26	16,76
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	32.550,00	32.550,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPVA-Exportação	105.000,00	105.000,00	21.474,13	20,45
2.5- Cota-Parte ITR	14.700,00	14.700,00	111,39	0,76
2.6- Cota-Parte IPVA	913.500,00	913.500,00	101.107,69	11,07
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	15.968.575,00	15.968.575,00	2.696.334,73	16,89
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	538.000,00	538.000,00	63.839,81	11,87
5.1- Transferências do Salário-Educação	270.000,00	270.000,00	60.705,44	22,48
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	68.000,00	68.000,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	120.000,00	120.000,00	1.710,00	1,43
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	1.424,37	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	7.000.000,00	7.000.000,00	114.004,58	1,63
6.1- Transferências de Convênios	7.000.000,00	7.000.000,00	114.004,58	1,63
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.150,00	3.150,00	3.725,62	118,27
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	7.541.150,00	7.541.150,00	181.569,91	2,41
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.926.350,00	2.926.350,00	513.116,92	17,53
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.243.200,00	1.243.200,00	242.228,19	19,48
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.470.000,00	1.470.000,00	246.350,27	16,76
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	6.510,00	6.510,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPVA-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	21.000,00	21.000,00	4.294,81	20,45
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	2.940,00	2.940,00	22,26	0,76
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	182.700,00	182.700,00	20.221,39	11,07
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.569.000,00	2.569.000,00	429.806,27	16,73
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.550.000,00	2.550.000,00	427.350,88	16,76
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	19.000,00	19.000,00	2.455,39	12,92
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-376.350,00	-376.350,00	-85.766,04	22,79
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.797.000,00	1.797.000,00	280.937,03	15,63	280.937,03	15,63
13.1- Com Educação Infantil	492.000,00	492.000,00	60.869,41	12,37	60.869,41	12,37
13.2- Com Ensino Fundamental	1.305.000,00	1.305.000,00	220.067,62	16,86	220.067,62	16,86
14- OUTRAS DESPESAS	342.000,00	342.000,00	53.896,03	15,76	2.680,00	0,78
14.1- Com Educação Infantil	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	212.000,00	212.000,00	53.896,03	25,42	2.680,00	1,26
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.139.000,00	2.139.000,00	334.835,06	15,65	283.617,03	13,26
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						283.617,03
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						65,36
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						0,62
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						34,01
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	3.992.143,75	3.992.143,75	674.083,68	16,89		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	920.000,00	920.000,00	95.239,03	10,35	69.527,66	7,56
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.457.000,00	2.457.000,00	494.411,82	20,12	392.273,91	15,97
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.517.000,00	1.517.000,00	273.965,65	18,06	222.747,62	14,68
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	940.000,00	940.000,00	220.446,17	23,45	169.526,29	18,03
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.377.000,00	3.377.000,00	589.650,85	17,46	461.801,57	13,67
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-85.766,04
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						-
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						2.455,39
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						-83.310,65
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						545.112,22
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						20,22
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	273.150,00	273.150,00	4.301,00	1,57	2.035,00	0,75
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	7.268.000,00	7.350.204,56	4.150.255,84	56,46	178.944,78	2,43
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	7.541.150,00	7.623.354,56	4.154.556,84	58,04	180.979,78	3,18
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	10.918.150,00	11.000.354,56	4.744.207,69	75,50	642.781,35	16,85

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	74.644,56	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	427.350,88	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	264.547,50	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	264.547,50	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.455,39	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	239.903,33	0,00

SÃO DOMINGOS, 31/03/2015

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

JUCELANE FERNARI LORENZI
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

PUBLICAÇÕES RREO ANEXO 9

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)					
	3.000.000,00	0,00			3.000.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	56.699.801,58	20.243.877,46	190.437,16	0,00	36.455.924,12
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	56.699.801,58	20.243.877,46	190.437,16	0,00	36.455.924,12
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-53.699.801,58	-20.243.877,46	-	-	-33.455.924,12

FONTE:

SAO DOMINGOS, 31/03/2015

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

JUCELANE FORNARI LORENZI
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNC

PUBLICAÇÕES RREO- ANEXO 14

Município de SAO DOMINGOS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		76.330.000,00		
Previsão Atualizada		76.330.000,00		
Receitas Realizadas		3.628.651,49		
Déficit Orçamentário		5.958.648,92		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		48.636,26		
DESPESAS				
Dotação Inicial		76.330.000,00		
Créditos Adicionais		849.103,64		
Dotação Atualizada		77.179.103,64		
Despesas Empenhadas		25.555.177,28		
Despesas Liquidadas		3.628.651,49		
Despesas pagas		5.958.648,92		
Superavit Orçamentário		1.083.071,53		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		25.555.177,28		
Despesas Liquidadas		2.545.579,96		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		20.769.850,37		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-1.041.690,82	0,00
Resultado Primário		0,00	1.070.522,64	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	642.633,77	0,00	0,00	642.633,77
EXECUTIVO	642.633,77	0,00	0,00	642.633,77
TOTAL:	642.633,77	0,00	0,00	642.633,77
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		545.112,22	25%	20,22
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		280.937,03	60%	65,36
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	3.000.000,00	
Despesa de Capital Líquida		190.437,16	56.509.364,42	

Continua 1/2

Município de SAO DOMINGOS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	15,00		0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SAO DOMINGOS, 31/03/2015

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

JUCELANE FORNARI LORENZI
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

São Joaquim

PREFEITURA

CONTRATOS 1º TRIMESTRE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
EXTRATO CONTRATUAL

“Contrato Nº.: 001/2015

Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
Contratada...: SERRA SUL ENGENHARIA E CONSTRUcoes LTDA - EPP

Valor : 114.613,41 (cento e quatorze mil seiscentos e treze reais e quarenta e um centavos)

Vigência : Início: 19/01/2015 Término: 18/06/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa especializada para ampliação de Três salas de aula da E.E.B.M JOÃO INACIO DE MELLO.”
São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

“Contrato Nº.: 02/2015

Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
Contratada...: SASSO COMÉRCIO DE PEÇAS E SERV P/ VEICULOS LTDA ME

Valor : 1.600,00 (um mil e seiscentos reais)

Vigência : Início: 21/01/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de Serviço de vistoria de veículos da frota do transporte escolar da Secretaria Municipal de Educação”
São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

“Contrato Nº.: 05/2015

Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
Contratada...: SERRA SUL ENGENHARIA E CONSTRUcoes LTDA - EPP

Valor : 142.275,92 (cento e quarenta e dois mil duzentos e setenta e cinco reais e noventa e dois centavos)

Vigência : Início: 29/01/2015 Término: 28/07/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 7/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de Empresa para ampliação e reforma da Escola Básica Municipal Domingos Pereira Portela”
São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

“Contrato Nº.: 06/2015

Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
Contratada...: ROBERTO FEHRENBACH & CIA LTDA - ME

Valor : 2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 04/02/2015 Término: 27/02/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 3/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação do Sr. Roberto Fehrenbach para Ministrar Palestra no Evento de Formação Continuada para Profissionais da Educação da Rede Municipal com o Tema: É Preciso Saber Viver

“

São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

“Contrato Nº.: 11/2015

Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
Contratada...: EDIANE APARECIDA DA ROSA 03521076938

Valor : 2.592,00 (dois mil quinhentos e noventa e dois reais)

Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação da Sra. Ediane Aparecida da Rosa para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015”

São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

“Contrato Nº.: 13/2015

Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
Contratada...: DEBORA ANDRADE SCHUERMAN 10565301977

Valor : 6.660,00 (seis mil seiscentos e sessenta reais)

Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação da Empresa Débora Andrade Schuermann para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015”

São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

“Contrato Nº.: 15/2015

Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
Contratada...: DEBORA ANDRADE SCHUERMAN 10565301977

Valor : 7.590,00 (sete mil quinhentos e noventa reais)

Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 03/03/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 9/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação da Empresa Débora Andrade Schuermann para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015”

São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

“Contrato Nº.: 14/2015

Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
Contratada...: CLAUDEMIR DE OLIVEIRA 03579128965

Valor : 4.723,20 (quatro mil setecentos e vinte e três reais e vinte centavos)

Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação da Empresa Claudemir de Oliveira

para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"

São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº.: 10/2015

Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM

Contratada.: ANTONIO BORGES MARTINS 30002087987

Valor : 4.368,00 (quatro mil trezentos e sessenta e oito reais)

Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação do Senhor Antonio Borges Martins para transporte escolar emergencial"

São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº.: 12/2015

Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM

Contratada.: ANTONIO DONIZETE DE MACEDO 82725187915

Valor : 720,00 (setecentos e vinte reais)

Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação do Senhor Antonio Donizete de Macedo para transporte escolar emergencial"

São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº.: 17/2015

Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM

Contratada.: ELIZETE APARECIDA OLIVEIRA 02317188960

Valor : 7.998,00 (sete mil novecentos e noventa e oito reais)

Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 11/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação da Empresa Elizete Aparecida Oliveira para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"

São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº.: 16/2015

Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM

Contratada.: CLAUDEMIR DE OLIVEIRA 03579128965

Valor : 2.184,00 (dois mil cento e oitenta e quatro reais)

Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 10/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação da Empresa Claudemir de Oliveira para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"

São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº.: 18/2015

Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM

Contratada.: GLORIA CORREIA SEIFERT 01502856980

Valor : 2.880,00 (dois mil oitocentos e oitenta reais)

Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 12/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação da Empresa Glória Correia Seifert para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"

São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº.: 21/2015

Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM

Contratada.: JOAO ARLINDO CARBONAR 56902387915

Valor : 7.906,08 (sete mil novecentos e seis reais e oito centavos)

Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 03/03/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 15/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação da Empresa João Arlindo Carbonar 56902387915 para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"

São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº.: 22/2015

Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM

Contratada.: JOAO SIDNEI MENDONCA KISTER 03251694979

Valor : 7.921,80 (sete mil novecentos e vinte e um reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 06/03/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 16/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação da Empresa João Sidnei Mendonça Kister para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"

São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº.: 23/2015

Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM

Contratada.: JOAQUIM DA SILVA 94675465900

Valor : 3.120,00 (três mil cento e vinte reais)

Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 17/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação da Empresa Joaquim da Silva para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"

São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº.: 25/2015

Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: JONAS ANDREI LUBAVE 05560658910
 Valor : 3.456,00 (três mil quatrocentos e cinquenta e seis reais)
 Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 18/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação da Empresa Jonas Andrei Lubave para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº.: 26/2015
 Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: JORGE DE QUADRA BARBOSA 55273769000
 Valor : 2.496,00 (dois mil quatrocentos e noventa e seis reais)
 Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 19/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação da Empresa Jorge Quadra Barbosa para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº.: 27/2015
 Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: JOAO VALDIR VERTUOSO 01475523971
 Valor : 3.780,00 (três mil setecentos e oitenta reais)
 Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 21/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação da Empresa João Valdir Vertuoso para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº.: 29/2015
 Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: MAICON JEAN SOUZA GODINHO 07167975931
 Valor : 6.138,00 (seis mil cento e trinta e oito reais)
 Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 22/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação da Empresa Maicon Jean Souza Godinho para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº.: 30/2015
 Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: DAVID PADILHA ALVES 41781147949
 Valor : 5.460,00 (cinco mil quatrocentos e sessenta reais)

Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 23/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação da empresa David Padilha Alves 41781147949 para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº.: 28/2015
 Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: DAVID PADILHA ALVES 41781147949
 Valor : 4.758,00 (quatro mil setecentos e cinquenta e oito reais)
 Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 20/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação da empresa David Padilha Alves 41781147949 para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº.: 31/2015
 Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: JOSE DANIEL DE SENA MATHIAS 02092168916
 Valor : 1.152,00 (um mil cento e cinquenta e dois reais)
 Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 24/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação da Empresa Jose Daniel de Sena Mathias para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº.: 33/2015
 Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: JOSE EVANDRO HUGEN 00124434924
 Valor : 7.866,00 (sete mil oitocentos e sessenta e seis reais)
 Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 26/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação da Empresa José Evandro Hugén para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº.: 36/2015
 Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: LAURO CANDIDO GODINHO 21575568934
 Valor : 7.488,00 (sete mil quatrocentos e oitenta e oito reais)
 Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.:

<p>30/2015 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação da Empresa Lauro Candido Godinho para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015" São Joaquim, 31 de Março de 2015</p>	<p>Objeto : Contratação da Empresa Jose Paulo Jesuíno para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015" São Joaquim, 31 de Março de 2015</p>
<p>Adriana Baesso - Presidente da Comissão</p>	<p>Adriana Baesso - Presidente da Comissão</p>
<p>----- "Contrato Nº..: 37/2015 Contratante..: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM Contratada...: OSMAR ARTISMO PINTO 93850360920 Valor : 1.094,40 (um mil e noventa e quatro reais e quarenta centavos) Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 31/2015 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação da Empresa Osmar Artismo Pinto para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015" São Joaquim, 31 de Março de 2015</p>	<p>----- "Contrato Nº..: 40/2015 Contratante..: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM Contratada...: DEISE DANIELE GODINHO PIRES 02624873902 Valor : 7.638,40 (sete mil seiscentos e trinta e oito reais e quarenta centavos) Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 04/03/2015 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 34/2015 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação da Empresa Deise Daniele Godinho Pires para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015" São Joaquim, 31 de Março de 2015</p>
<p>Adriana Baesso - Presidente da Comissão</p>	<p>Adriana Baesso - Presidente da Comissão</p>
<p>----- "Contrato Nº..: 38/2015 Contratante..: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM Contratada...: PEDRO FERNANDES DA SILVA 39883485972 Valor : 2.772,00 (dois mil setecentos e setenta e dois reais) Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 32/2015 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação da Empresa Pedro Fernandes da Silva para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015" São Joaquim, 31 de Março de 2015</p>	<p>----- "Contrato Nº..: 32/2015 Contratante..: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM Contratada...: DALMO CÓRDOVA DE SOUZA Valor : 1.872,00 (um mil oitocentos e setenta e dois reais) Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 25/2015 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação do Sr Dalmo Córdova de Souza para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015" São Joaquim, 31 de Março de 2015</p>
<p>Adriana Baesso - Presidente da Comissão</p>	<p>Adriana Baesso - Presidente da Comissão</p>
<p>----- "Contrato Nº..: 39/2015 Contratante..: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM Contratada...: SEBASTIAO VIEIRA BORGES 15483479904 Valor : 7.956,00 (sete mil novecentos e cinquenta e seis reais) Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 05/03/2015 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 33/2015 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação da Empresa Sebastião Vieira Borges para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015" São Joaquim, 31 de Março de 2015</p>	<p>----- "Contrato Nº..: 41/2015 Contratante..: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM Contratada...: MARCIANO DA SILVA RODRIGUES 03390283943 Valor : 2.196,00 (dois mil cento e noventa e seis reais) Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 35/2015 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação da Empresa Marciano da Silva Rodrigues para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015" São Joaquim, 31 de Março de 2015</p>
<p>Adriana Baesso - Presidente da Comissão</p>	<p>Adriana Baesso - Presidente da Comissão</p>
<p>----- "Contrato Nº..: 35/2015 Contratante..: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM Contratada...: JOSE PAULO JESUINO 62668960959 Valor : 5.850,00 (cinco mil oitocentos e cinquenta reais) Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 28/2015 Recursos : Dotação:</p>	<p>----- "Contrato Nº..: 34/2015 Contratante..: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM Contratada...: CAETANO COSTA TOMAZ Valor : 648,00 (seiscentos e quarenta e oito reais) Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 27/2015 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação do Sr Caetano costa Tomaz para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015" São Joaquim, 31 de Março de 2015</p>

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº.: 42/2015
Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
Contratada....: ADRIANA APARECIDA ARRUDA FRONZA
73635014915
Valor : 7.905,00 (sete mil novecentos e cinco reais)
Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 04/03/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.:
36/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação da Empresa Adriana Aparecida Arru-
da Fronza para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter
emergencial conforme Decreto 049/2015"
São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº.: 43/2015
Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
Contratada....: ALUIZIO ARRUDA CAMARGO 83444840900
Valor : 7.911,20 (sete mil novecentos e onze reais e vinte
centavos)
Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 02/03/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.:
37/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação da Empresa Aluizio Arruda Camargo
para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial
conforme Decreto 049/2015"
São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº.: 44/2015
Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
Contratada....: HERNESTO DOS SANTOS VIEIRA
Valor : 720,00 (setecentos e vinte reais)
Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.:
38/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação da Empresa Hernesto dos Santos
Vieira para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emer-
gencial conforme Decreto 049/2015"
São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº.: 45/2015
Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
Contratada....: LAURI MENDONCA RIBEIRO 03873509938
Valor : 6.736,80 (seis mil setecentos e trinta e seis reais e
oitenta centavos)
Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.:
39/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação da Empresa Lauri Mendonça Ribeiro
para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial
conforme Decreto 049/2015"
São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº.: 03/2015
Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
Contratada....: SUELEN AMARAL
Valor : 1.000,00 (um mil reais)
Vigência : Início: 27/01/2015 Término: 06/02/2015
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação do Grupo de Dança Dance Comigo
para apresentação do JASJ"
São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº.: 46/2015
Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
Contratada....: ADILON NUNES ZANETE 17980453972
Valor : 5.649,80 (cinco mil seiscentos e quarenta e nove
reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.:
40/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação da Empresa Adilon Nunes Zanete
para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial
conforme Decreto 049/2015"
São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº.: 47/2015
Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
Contratada....: JOSE VALDECI CARDOSO 59391090982
Valor : 7.392,00 (sete mil trezentos e noventa e dois re-
ais)
Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.:
41/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação da Empresa José Valdeci Cardoso
para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial
conforme Decreto 049/2015"
São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº.: 49/2015
Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
Contratada....: EDMARCIO ABATT COSTA -ME
Valor : 7.773,25 (sete mil setecentos e setenta e três
reais e vinte e cinco centavos)
Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 06/03/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.:
42/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação da Empresa Edimarcio Abatt Costa
para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial
conforme Decreto 049/2015"
São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº.: 51/2015
Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM

Contratada...: ALEXSANDRA CAVALHEIRO VARGAS 04635312992
 Valor : 2.995,20 (dois mil novecentos e noventa e cinco reais e vinte centavos)
 Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 44/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação da Empresa Alexsandra Cavalheiro Vargas para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

 "Contrato Nº..: 53/2015
 Contratante..: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: JOAO JORGE DOS SANTOS 62516450915
 Valor : 7.854,60 (sete mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e sessenta centavos)
 Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 06/03/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 46/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação da João Jorge dos Santos para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

 "Contrato Nº..: 54/2015
 Contratante..: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: ROMUALDO RAMA NUNES 03900299986
 Valor : 4.204,80 (quatro mil duzentos e quatro reais e oitenta centavos)
 Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 47/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação da Empresa Romualdo Rama Nunes para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015

“
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

 "Contrato Nº..: 48/2015
 Contratante..: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: LUCAS MATEUS RODRIGUES
 Valor : 5.304,00 (cinco mil trezentos e quatro reais)
 Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 29/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação do Sr Lucas Matheus Rodrigues para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

 "Contrato Nº..: 50/2015
 Contratante..: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM

Contratada...: JANIR GUEDES DE SOUZA
 Valor : 3.456,00 (três mil quatrocentos e cinquenta e seis reais)
 Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 43/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação da empresa Janir Guedes de Souza para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

 "Contrato Nº..: 52/2015
 Contratante..: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: Renita Foscarini
 Valor : 820,80 (oitocentos e vinte reais e oitenta centavos)
 Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 45/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação da Renita Foscarini para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

 "Contrato Nº..: 55/2015
 Contratante..: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: ADRIANO DE SOUZA 00932472907
 Valor : 864,00 (oitocentos e sessenta e quatro reais)
 Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 48/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação da Empresa Adriano de Souza para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

 "Contrato Nº..: 56/2015
 Contratante..: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: TEOFILO DA SILVA DEMECIANO 17948479953
 Valor : 6.708,00 (seis mil setecentos e oito reais)
 Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 50/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação da Empresa Teófilo da Silva Demeciano para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

 "Contrato Nº..: 58/2015
 Contratante..: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: EDMARCIO ABATT COSTA -ME
 Valor : 7.771,86 (sete mil setecentos e setenta e um reais e oitenta e seis centavos)

Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 52/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação da Empresa Edimárcio Abatt Costa para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

 "Contrato Nº.: 63/2015
 Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: JANI FERNANDO NETO
 Valor : 1.440,00 (um mil quatrocentos e quarenta reais)
 Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 57/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação Sr.Jani Fernando Neto para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

 "Contrato Nº.: 59/2015
 Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: DIONIZIO ANDRADE DA SILVA
 Valor : 4.528,80 (quatro mil quinhentos e vinte e oito reais e oitenta centavos)
 Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 51/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação da Srª Dionisio Andrade da Silva para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

 "Contrato Nº.: 57/2015
 Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: REGINA PEREIRA DE SOUZA
 Valor : 496,80 (quatrocentos e noventa e seis reais e oitenta centavos)
 Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 49/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação da Srª Regina Pereira Souza para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

 "Contrato Nº.: 60/2015
 Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: CLAUDELIR DE SOUZA DE GUIMARÃES
 Valor : 864,00 (oitocentos e sessenta e quatro reais)
 Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 55/2015

Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação do Sr. Claudelir Souza Guimarães para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

 "Contrato Nº.: 62/2015
 Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: VALDECI MARAFIGO SEIFERT
 Valor : 972,00 (novecentos e setenta e dois reais)
 Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 56/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação da Sr Valdeci Marafigo Seifert para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

 "Contrato Nº.: 61/2015
 Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: DENIZE DOS SANTOS
 Valor : 1.152,00 (um mil cento e cinquenta e dois reais)
 Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 54/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação da Srª Denize dos Santos para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

 "Contrato Nº.: 64/2015
 Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: JOSE CARLOS ANTUNES
 Valor : 4.368,00 (quatro mil trezentos e sessenta e oito reais)
 Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 59/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação Sr. José Carlos Antunes para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

 "Contrato Nº.: 65/2015
 Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: JOSE VALDECI PADILHA
 Valor : 4.789,20 (quatro mil setecentos e oitenta e nove reais e vinte centavos)
 Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 60/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação Sr. José Valdeci Padilha para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme

Decreto 049/2015"
São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

-----"Contrato Nº...:
67/2015
Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
Contratada...: MARCELO OLIVEIRA PEREIRA
Valor : 504,00 (quinhentos e quatro reais)
Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 61/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação Sr. Marcelo Oliveira Pereira para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"
São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

-----"Contrato Nº...:
66/2015
Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
Contratada...: JOAQUIM DA SILVA AQUES
Valor : 7.176,00 (sete mil cento e setenta e seis reais)
Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 58/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação do Sr Joaquim da Silva Aques para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"
São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº...: 68/2015
Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
Contratada...: RONI OLIVEIRA ANDRADE
Valor : 648,00 (seiscentos e quarenta e oito reais)
Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 62/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação Sr. Roni de Oliveira Andrade para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"
São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº...: 69/2015
Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
Contratada...: LAERTE BERNADINO DE SOUZA
Valor : 864,00 (oitocentos e sessenta e quatro reais)
Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 63/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação da Sr Laerte Bernadino de Souza para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"
São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº...: 70/2015
Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
Contratada...: JOAQUIM GARCIA DOS SANTOS
Valor : 950,40 (novecentos e cinquenta reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 09/03/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 64/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação da Sr Joaquim Garcia dos Santos para prestar serviço de Transporte Escolar em caráter emergencial conforme Decreto 049/2015"
São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

-----"Aditivo Nº :
204/2014 1º adit - Contrato Nº: 204/2014
Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
Contratada...: EJSJ EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA CONSTR. CIVIL LTD
Valor : 3.999,00 (três mil novecentos e noventa e nove reais)
Vigência : Início: 11/02/2015 Término: 11/02/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 37/2014
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (29) Saldo: 123.225,38
Objeto : Contratação de serviço de Pintura e pequenos reparos com materiais inclusos, para a escola Jurema Hugem Palma"
São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Aditivo Nº : 42/2014 3º aditi - Contrato Nº: 42/2014
Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
Contratada...: NAZARE DE FATIMA DUTRA CORREIA & CIA LTDA
Valor : 2.033,42 (dois mil e trinta e três reais e quarenta e dois centavos)
Vigência : Início: 02/02/2015 Término: 05/02/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de combustível para o Fundo Municipal de Educação "
São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

-----"Contrato Nº...:
72/2015
Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
Contratada...: VERGINIA DOS SANTOS - A BOLA ME
Valor : 500,00 (quinhentos reais)
Vigência : Início: 25/02/2015 Término: 27/02/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 66/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação da Empresa Verginia dos Santos - A Bola ME - para decoração durante os jogos Abertos no Ginásio de esportes Juraci Santos"
São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Aditivo Nº : 001/2015 2º ADIT - Contrato Nº: 001/2015
Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
Contratada...: SERRA SUL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

- EPP
 Valor : 11.164,16 (onze mil cento e sessenta e quatro reais e dezesseis centavos)
 Vigência : Início: 25/03/2015 Término: 18/06/2015
 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2014
 Recursos : Dotação: 2.005.3.3.90.00.00.00.00 (12) Saldo: 112.402,33
 Objeto : Contratação de empresa especializada para ampliação de Três salas de aula da E.E.B.M JOÃO INACIO DE MELLO." São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

 "Contrato Nº.: 129/2015
 Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: TEREZINA OLIVEIRA PEREIRA
 Valor : 1.381,00 (um mil trezentos e oitenta e um reais)
 Vigência : Início: 27/03/2015 Término: 25/03/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios e Produtos Orgânicos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)." São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

 "Contrato Nº.: 131/2015
 Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: ANA MARIA BRUNNING DE OLIVEIRA
 Valor : 19.530,80 (dezenove mil quinhentos e trinta reais e oitenta centavos)
 Vigência : Início: 27/03/2015 Término: 25/03/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios e Produtos Orgânicos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)." São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

 "Contrato Nº.: 133/2015
 Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: JOELCE DA ROSA DAMAS
 Valor : 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)
 Vigência : Início: 27/03/2015 Término: 25/03/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios e Produtos Orgânicos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)." São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

 "Contrato Nº.: 135/2015
 Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM

Contratada...: JONAS ANDREI LUBAVE 05560658910
 Valor : 1.050,40 (um mil e cinquenta reais e quarenta centavos)
 Vigência : Início: 27/03/2015 Término: 25/03/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios e Produtos Orgânicos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)." São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

 "Contrato Nº.: 137/2015
 Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: DONIZETE ANTUNES LUBAVE
 Valor : 17.368,43 (dezesete mil trezentos e sessenta e oito reais e quarenta e três centavos)
 Vigência : Início: 27/03/2015 Término: 25/03/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios e Produtos Orgânicos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)." São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

 "Contrato Nº.: 139/2015
 Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: ALDORI GUIMARÃES OLIVEIRA
 Valor : 4.970,00 (quatro mil novecentos e setenta reais)
 Vigência : Início: 27/03/2015 Término: 25/03/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios e Produtos Orgânicos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)." São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

 "Contrato Nº.: 140/2015
 Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: VANDERLEI MACHADO DE OLIVEIRA
 Valor : 19.436,85 (dezenove mil quatrocentos e trinta e seis reais e oitenta e cinco centavos)
 Vigência : Início: 27/03/2015 Término: 25/03/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios e Produtos Orgânicos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)." São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Aditivo Nº : 001/2015 1º adit - Contrato Nº: 001/2015
 Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: SERRA SUL ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - EPP
 Valor : 7.129,26 (sete mil cento e vinte e nove reais e vinte e seis centavos)
 Vigência : Início: 25/03/2015 Término: 18/06/2015
 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa especializada para ampliação de Três salas de aula da E.E.B.M JOÃO INACIO DE MELLO." São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº.: 130/2015
 Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: NATALINO MARTINS
 Valor : 19.436,85 (dezenove mil quatrocentos e trinta e seis reais e oitenta e cinco centavos)
 Vigência : Início: 27/03/2015 Término: 25/03/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios e Produtos Orgânicos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)." São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº.: 132/2015
 Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: NILSON MUNIZ NETO
 Valor : 10.361,92 (dez mil trezentos e sessenta e um reais e noventa e dois centavos)
 Vigência : Início: 27/03/2015 Término: 25/03/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios e Produtos Orgânicos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)." São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº.: 134/2015
 Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: Elaine Cristina Salesio
 Valor : 9.026,37 (nove mil e vinte e seis reais e trinta e sete centavos)
 Vigência : Início: 27/03/2015 Término: 25/03/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios e Produtos Orgânicos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)." São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº.: 136/2015
 Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: DARLON SOUZA CARVALHO
 Valor : 6.681,40 (seis mil seiscentos e oitenta e um reais e quarenta centavos)
 Vigência : Início: 27/03/2015 Término: 25/03/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios e Produtos Orgânicos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)." São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº.: 138/2015
 Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: DEIVID THOMAS MACIEL
 Valor : 8.714,83 (oito mil setecentos e quatorze reais e oitenta e três centavos)
 Vigência : Início: 27/03/2015 Término: 25/03/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios e Produtos Orgânicos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)." São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº.: 147/2015
 Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: YOUSEF ALI HUSEIN
 Valor : 7.850,00 (sete mil oitocentos e cinquenta reais)
 Vigência : Início: 31/03/2015 Término: 22/12/2015
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 6/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação do Sr. Yousef Ali Husein para ministrar aulas de teatro" São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº.: 141/2015
 Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: JOÃO REICHERT
 Valor : 6.000,00 (seis mil reais)
 Vigência : Início: 27/03/2015 Término: 25/03/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios e Produtos Orgânicos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)." São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

"Contrato Nº.: 142/2015
 Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: ELAINE CRISTINA VICENTE
 Valor : 5.569,50 (cinco mil quinhentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos)
 Vigência : Início: 27/03/2015 Término: 25/03/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios e Produtos Orgânicos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)."
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

-----"Contrato Nº.:
 143/2015
 Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: LUIZ COSTA MACHADO
 Valor : 13.821,17 (treze mil oitocentos e vinte e um reais e dezessete centavos)
 Vigência : Início: 27/03/2015 Término: 25/03/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios e Produtos Orgânicos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)."
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

-----"Contrato Nº.: 144/2015
 Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: RAFAEL SANTOS BORGES
 Valor : 7.884,16 (sete mil oitocentos e oitenta e quatro reais e dezesseis centavos)
 Vigência : Início: 27/03/2015 Término: 25/03/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios e Produtos Orgânicos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)."
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

-----"Contrato Nº.: 145/2015
 Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: DALCELON DONIZETE DE SOUZA CARVALHO
 Valor : 5.491,46 (cinco mil quatrocentos e noventa e um reais e quarenta e seis centavos)
 Vigência : Início: 27/03/2015 Término: 25/03/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios e Produtos Orgânicos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)."
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

-----"Contrato Nº.:
 146/2015
 Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: SEBASTIÃO DE LIMA PEREIRA
 Valor : 1.200,50 (um mil e duzentos reais e cinquenta centavos)
 Vigência : Início: 27/03/2015 Término: 25/03/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios e Produtos Orgânicos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)."
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

Adriana Baesso - Presidente da Comissão

 ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM
 EXTRATO CONTRATUAL

-----"Contrato Nº.: 09/2014
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: COMPANHIA ULTRAGÁS S.A
 Valor : 2.640,00 (dois mil seiscentos e quarenta reais)
 Vigência : Início: 18/03/2015 Término: 18/05/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aquisição de gás de cozinha para o Fundo Municipal de Saude."
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

-----"Aditivo Nº : 05/2014 2º aditi - Contrato Nº: 05/2014
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: NAZARE DE FATIMA DUTRA CORREIA & CIA LTDA
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 02/02/2015 Término: 05/03/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Compra de combustível para Secretaria de Saúde"
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

-----"Contrato Nº.:
 03/2015
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: NEVATUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA
 Valor : 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais)
 Vigência : Início: 25/02/2015 Término: 25/02/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa de Transporte coletivos de São Joaquim a Lages para pacientes do SUS."
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

 ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM
 EXTRATO CONTRATUAL

-----"Aditivo Nº :
 29/2014 - Contrato Nº: 29/2014
 Contratante.: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM
 Contratada...: EDERSON RODRIGUES WALTRICK 04577402998
 Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 21/01/2015 Término: 27/05/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa para construção de rampa do prédio do CRAS e garagem da Secretaria Municipal de Assistência Social.”
 “Aditivo Nº : 29/2014 2º aditi - Contrato Nº: 29/2014
 Contratante..: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM
 Contratada...: EDERSON RODRIGUES WALTRICK 04577402998
 Valor : 2.185,12 (dois mil cento e oitenta e cinco reais e doze centavos)
 Vigência : Início: 13/03/2015 Término: 27/05/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2014
 Recursos : Dotação: 2.020.3.3.90.00.00.00.00 (42) Saldo: 8.092,85
 Objeto : Contratação de empresa para construção de rampa do prédio do CRAS e garagem da Secretaria Municipal de Assistência Social.”
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 EXTRATO CONTRATUAL

“Contrato Nº.: 07/2015
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: CISAMA - CONSORCIO INT.DE SANEAMENTO BASICO, MEIO
 Valor : 31.900,80 (trinta e um mil e novecentos reais e oitenta centavos)
 Vigência : Início: 29/01/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 2/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Rateio CISAMA”
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

“Contrato Nº.: 001/2015
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: ALINEA CONSULT CONTABIL LTDA
 Valor : 66.152,00 (sessenta e seis mil cento e cinquenta e dois reais)
 Vigência : Início: 09/01/2015 Término: 08/01/2016
 Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de prestação de serviço técnicos especializados de consultoria e assessoria aplicada ao setor público para acompanhamento e orientação nas áreas financeiras, orçamentária, contábil, controle interno e patrimonial, sendo as orientações da consultoria realizadas diretamente aos funcionários do setor de contabilidade e/ ou financeiro, com observância a transição e implantação do PCASP.”
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

“Aditivo Nº : 64/2014 - Contrato Nº: 64/2014
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: KONRAD SUL COMERCIO DE CAMINHÕES LTDA
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 14/01/2015 Término: 31/07/2015
 Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 3/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários para Secretaria Municipal de Obras”

São Joaquim, 31 de Março de 2015

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

“Aditivo Nº : 89/2014 - Contrato Nº: 89/2014
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: LUSA COMERCIO DE VEICULOS LTDA
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 14/01/2015 Término: 11/08/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 51/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários para Secretaria Municipal de Obras”
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

“Aditivo Nº : 10/2014 2ª aditi - Contrato Nº: 10/2014
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: NAZARE DE FATIMA DUTRA CORREIA & CIA LTDA
 Valor : 6.964,10 (seis mil novecentos e sessenta e quatro reais e dez centavos)
 Vigência : Início: 02/02/2015 Término: 28/02/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aquisição de combustível para diversas secretarias.”
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

“Contrato Nº.: 05/2015
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: URBANO E CIA LTDA
 Valor : 63.962,15 (sessenta e três mil novecentos e sessenta e dois reais e quinze centavos)
 Vigência : Início: 24/02/2015 Término: 10/02/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aquisição de Mão de Obra Mecânica, Mão de obra Torno, solda e oxigênio “
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

“Aditivo Nº : 32/2010 - Contrato Nº: 32/2010
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: SERRANA ENGENHARIA LTDA
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 01/03/2015 Término: 16/03/2015
 Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2010
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa especializada em limpeza pública para a execução de serviços de engenharia sanitária”
 São Joaquim, 31 de Março de 2015

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

“Contrato Nº.: 16/2015
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: PARANA EQUIPAMENTOS S.A
 Valor : 10.017,14 (dez mil e dezessete reais e quatorze centavos)

Vigência : Início: 27/03/2015 Término: 26/05/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 11/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação da Empresa Paraná Equipamentos S/A para conserto da Retroescavadeira Caterpillar 416E que ainda se encontra em garantia.”
São Joaquim, 31 de Março de 2015

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

PREGÃO 17/2015 AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 45/2015

PREGÃO PRESENCIAL 17/2015 - REGISTRO DE PREÇO

COM RESERVA DE ATÉ 25% PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: Aquisição de Gás de cozinha P-13 e P-45 para diversas Secretarias Municipais

Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 16/04/2015 às 14:00 horas

Valor estimado: R\$ 124.334,50

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 31 de março de 2015.

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

PREGÃO 18/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 46/2015

Pregão Presencial 18/2015

Objeto: Aquisição de ferramenta e materiais para oficina, borra-charia, chapeação e tornearia e EPI para serem utilizadas nas Secretarias de Obras e Agricultura..

Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 14/04/2015 às 09:30 horas

Valor estimado: R\$: 173.976,67

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 13 de fevereiro de 2015

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

PROCESSO 86/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 86/2015

Pregão Presencial 09/2015

Objeto: Aquisição de material pedagógico apostilas para educação infantil 4 e 5 anos com assessoria pedagógica para os professores e portal educacional para os 13 Centros de Educação Infantil de São Joaquim-SC, para o ano letivo de 2015.

Tipo: Menor preço global por lote

Abertura: 13/04/2015 09:30 horas

Valor estimado: R\$ 61.526,40

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 31 de março de 2015

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

ABERTURA DA CARTA CONVITE Nº 002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA CARTA CONVITE Nº 002/2015 - Processo nº 130/2015. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra e material para execução do muro de contenção de concreto armado e recomposição de lajotas sextavadas na servidão Rodolfo José Vienesse, no bairro São Luiz, em São José/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 16h00min do dia 10 de abril de 2015. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 16h30min do dia 10 de abril de 2015, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2015 - Processo nº 073/2015. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão de obra para execução de aumento na altura de muro de alvenaria e drenagem do CEM Vila Formosa, no bairro Forquilhas em São José/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 16 de abril de 2015. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 16 de abril de 2015, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2015

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 068/2015 - TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2015.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços com fornecimento de materiais para pavimentação e gradis em ferro do terreno da UBS Vista Bela, no bairro Areias, Município de São José/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL), designada pelo Decreto nº 3.764/2015, reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe.

EMPRESAS LICITANTES

- VECOM CONSTRUÇÕES EIRELI EPP;
- DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME;
- MUNDIAL SERVIÇOS LTDA EPP;

- EMPREITEIRA PAVICON LTDA.

Os representantes das empresas não estiveram presentes na sessão pública. Ato contínuo, os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitações.

É o relatório.

1 - ANÁLISE DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Licitações concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, não sendo constatada nenhuma irregularidade na documentação das empresas participantes.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e no regramento contido no Edital, a comissão RESOLVE:

HABILITAR AS EMPRESAS

- VECOM CONSTRUÇÕES EIRELI EPP;
- DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME;
- MUNDIAL SERVIÇOS LTDA EPP;
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA.

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM), no dia 01/04/2015, contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação por parte dos licitantes, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 13/04/2015, às 14h e 30min, no Centro Administrativo do Município de São José.

São José, 30 de março de 2015.

Carlos Schmidt	Paulo Dutra
Presidente da CPL	Membro da CPL

Rejane Magali dos S. Medeiros	Kety Silva Trierveiler
Membro da CPL	Membro da CPL

Ramon S. Campos Martins
Membro da CPL

DECRETO Nº 4192/2015

DECRETO Nº 4192/2015
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. NEIDE TEREZINHA DOS SANTOS para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de março de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4193/2015

DECRETO Nº 4193/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. CARLA FERNANDA DA SILVA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4194/2015

DECRETO Nº 4194/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. KARINA COELHO INÁCIO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4195/2015

DECRETO Nº 4195/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. ADRIANA ERNESTINA JUNKES para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4196/2015

DECRETO Nº 4196/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. GERALDA NUNES DA SILVA POLICARPO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4197/2015

DECRETO Nº 4197/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. FABIANA SERPA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4198/2015

DECRETO Nº 4198/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. VANESSA COELHO DELA VEDOVA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4199/2015

DECRETO Nº 4199/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. JANE DILDEY para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4200/2015

DECRETO Nº 4200/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. ANA CAROLINE DA SILVA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4201/2015

DECRETO Nº 4201/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. SILVIA CRISTINA MOTTA MONEGATE para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4202/2015

DECRETO Nº 4202/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. EMANUELLA ESPINDOLA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4203/2015

DECRETO Nº 4203/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. VERA LUCIA DIRCE CABRAL DE MELO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4204/2015

DECRETO Nº 4204/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. RAFAELA MEDEIROS para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4205/2015

DECRETO Nº 4205/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. LUCIANA MARIA DA SILVA DA CRUZ para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4206/2015

DECRETO Nº 4206/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. JÉSSICA FERNANDA DA SILVA VENTURA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4207/2015

DECRETO Nº 4207/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. LAURA FURTADO DAMARIA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4208/2015

DECRETO Nº 4208/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. JULIANA PEREIRA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4209/2015

DECRETO Nº 4209/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. PAULO ROBERTO RIEDEL FILHO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4210/2015

DECRETO Nº 4210/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. MARIA FRANCISCA DA SILVA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4211/2015

DECRETO Nº 4211/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4212/2015

DECRETO Nº 4212/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. LUCIANA DOS ANJOS SCHMITZ para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica, com carga horária de 20 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4213/2015

DECRETO Nº 4213/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. ANA CAROLINA DE OLIVEIRA PRE-SADO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica, com carga horária de 20 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4214/2015

DECRETO Nº 4214/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. DIEGO TABANO MARTUCCI para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Fiscalização Sanitária, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4215/2015

DECRETO Nº 4215/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. FABRÍCIO REQUIA PARZIANELLO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Arquiteto, com carga horária de 30 horas semanais, com lotação na Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4218/2015

DECRETO Nº 4218/2015

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital N.º 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam admitidos os seguintes servidores contratados por processo seletivo, exercentes de funções temporárias:

	Servidor	Função	Secretaria	Carga Horária Contratação
I	Álvaro de Oliveira Tavares	Motorista	Secretaria de Educação	40h/s
II	Leonel Nilson Petersen	Motorista	Secretaria de Educação	40h/s

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4219/2015

DECRETO Nº 4219/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público

referente ao Edital N.º 001/2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. RUGENIA MARIA DUARTE ROSA PIRES para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4220/2015

DECRETO Nº 4220/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 001/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. DAYANA FERNANDES DA SILVA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Contador, com carga horária de 30 horas semanais, com lotação na Secretaria de Finanças.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4221/2015

DECRETO Nº 4221/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 001/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. RAFAEL CARLOS DOS SANTOS para ocupar o cargo de provimento efetivo de Motorista de Ônibus e Micro-ônibus, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4222/2015

DECRETO Nº 4222/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. VIVIAN DA CAS ENGELKE para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica, com carga horária de 20 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4223/2015

DECRETO Nº 4223/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. DIEGO ASSUNÇÃO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico, com carga horária de 20 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4225/2015

DECRETO Nº 4225/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 001/2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. LETICIA DA SILVA MARCELINO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo,

com carga horária de 30 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4228/2015

DECRETO Nº 4228/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. CAROLINE CHIMENDES para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4229/2015

DECRETO Nº 4229/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. EVELIN PADILHA CORRÊA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4230/2015

DECRETO Nº 4230/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. RUTE APARECIDA MARTINS para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4231/2015

DECRETO Nº 4231/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. ARIANA ANTUNES PEREPELICIA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4232/2015

DECRETO Nº 4232/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. ARIADNE MACHADO RASCHCOWET-ZKI para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica, com carga horária de 20 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4233/2015

DECRETO Nº 4233/2015
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora PRISCILA KELLY MARTINS do cargo de Coordenador de Saúde da Mulher - CCM-5, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4234/2015

DECRETO Nº 4234/2015
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada PRISCILA KELLY MARTINS para exercer o cargo de Coordenador de Saúde Mental - CCM 5, com lotação na Secretaria de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4235/2015

DECRETO Nº 4235/2015
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor JOSÉ CARLOS ARCENO do cargo de Coordenador de Dengue e Febre Amarela - CCM 5, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4236/2015

DECRETO Nº 4236/2015
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada JOICE FERNANDES para o cargo em comissão de Coordenador de Saúde da Mulher - CCM 5, com lotação na Secretaria da Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4237/2015

DECRETO Nº 4237/2015
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o servidor LISSANDRO WILHEM para exercer o cargo em comissão de Vice Reitor Administrativo - CCM 9, com lotação na Fundação Municipal Educacional, nos termos da Lei Complementar nº 017/2005.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4240/2015

DECRETO Nº 4240/2015
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora KEILA CRISTINA ARRUDA VILLAMAYOR GONZALEZ do cargo de Assessor Técnico de Pesquisa e Pós-Graduação - CCM 8, com lotação na Fundação Educacional de São José.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4241/2015

DECRETO Nº 4241/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada KEILA CRISTINA ARRUDA VILLAMAYOR GONZALEZ para exercer o cargo de Assessor Técnico de Graduação - CCM 8, com lotação na Fundação Educacional de São José, nos termos da Lei Complementar nº 017/2005.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4242/2015

DECRETO Nº 4242/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada ELISABETE CAVILHA RAMOS para exercer o cargo de Assessor Técnico de Pesquisa e Pós-Graduação - CCM 8, com lotação na Fundação Educacional de São José, nos termos da Lei Complementar nº 017/2005.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

PORTARIA - SA - Nº 260/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 260/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sra. JANAINA IDELZINA BATISTA ROCHA, matrícula n.º 34848-1, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Professor (a), Licença Maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 12.03.15 à 07.09.15.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de Março de 2015.

WALDEMAR BORNHAUSEN NETO

Secretário de Administração

PORTARIA - SA - Nº 261/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 261/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sra. JULIANA CORDEIRO, matrícula n.º 32475-2, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Técnico em Enfermagem, Licença Maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 25.02.15 à 23.08.15.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 25 de Fevereiro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de Março de 2015.

WALDEMAR BORNHAUSEN NETO

Secretário de Administração

PORTARIA - SA - Nº 262/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 262/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) JUCILDA SANTOS, matrícula n.º 24506-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Ensino. Licença para Tratamento de Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias, de 10.03.2015 à 23.04.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de Março de 2015.

WALDEMAR BORNHAUSEN NETO

Secretário de Administração

PORTARIA - SA - Nº 263/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 263/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) DAYSE MARIA MARTINS DA CRUZ, matrícula n.º 13959-9, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Orientadora Educacional. Licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 19.03.2015 à 16.06.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de Março de 2015.
WALDEMAR BORNHAUSEN NETO
Secretário de Administração

PORTARIA - SA - Nº 264/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 264/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). HUGO SERGIO MARQUES JUNIOR, matrícula n.º 19032-2, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Guarda Municipal. Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 10.03.2015 à 08.04.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 24 de Março de 2015.
WALDEMAR BORNHAUSEN NETO
Secretário de Administração

PORTARIA - SA - Nº 265/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 265/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARCOS FIRMINO DE MORAES, matrícula n.º 22708-0, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Agente de Fiscalização de Transporte Coletivo. Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 07.03.2015 à 05.04.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 24 de Março de 2015.
WALDEMAR BORNHAUSEN NETO
Secretário de Administração

PORTARIA - SA - Nº 266/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 266/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MILTON VANDERLEI SUPPI, matrícula n.º 30649-5, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Médico. Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 09.03.2015 à 07.05.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 24 de Março de 2015.
WALDEMAR BORNHAUSEN NETO
Secretário de Administração

PORTARIA - SA - Nº 267/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 267/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). FABRÍCIA GRISARD, matrícula n.º 39316-9, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário. Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 20.03.2015 à 18.04.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 24 de Março de 2015.
WALDEMAR BORNHAUSEN NETO
Secretário de Administração

PORTARIA - SA - Nº 268/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 268/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). HELIANE TEREZINHA DA SILVA MARTINS, matrícula n.º 39501-3, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário. Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 14.03.2015 à 12.05.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 24 de Março de 2015.
WALDEMAR BORNHAUSEN NETO
Secretário de Administração

PORTARIA - SA - Nº 269/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 269/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). CLEVIS DE MELO, matrícula n.º 39529-3, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário. Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 05.03.2015 à 03.04.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 24 de Março de 2015.
WALDEMAR BORNHAUSEN NETO
Secretário de Administração

PORTARIA - SA - Nº 270/2015

PORTARIA- SA - Nº 270/2015

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I - Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) IZAURA DAIANE GUEDES DA ROSA, matrícula nº 15755-4, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Guarda Municipal, entrará em Licença Prêmio por 30 (trinta) dias a partir de 23.03.2015, referente ao período aquisitivo 2004/2009.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de Março de 2015.
WALDEMAR BORNHAUSEN NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 007/2015/SF

PORTARIA Nº 007/2015/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.466/2015 e o Decreto nº 4.006/2015, de 12 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 32 e 36, da Lei Municipal nº 5.466/2015, na importância de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

02.00 - GABINETE DA PREFEITA

02.07 - CHEFIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

02.07.04.124.0107.2.458 - Funcionamento e Manutenção da Chefia de Controle Interno e Auditoria

105 - 3.1.90.16.00.00.0080 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil,

Recursos Próprios R\$ 8.000,00

Total desta Atividade R\$ 8.000,00

Total do Órgão R\$ 8.000,00

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.365.0103.2.039 - Funcionamento e Manutenção dos Centros de Educação Infantil

359 - 3.1.90.16.00.00.0098 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil,

Recursos da Valorização do Magistério - 60% - FUNDEB R\$ 8.000,00

Total desta Atividade R\$ 8.000,00

Total do Órgão R\$ 8.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 16.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito

Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

02.00 - GABINETE DA PREFEITA

02.07 - CHEFIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

02.07.04.124.0107.2.458 - Funcionamento e Manutenção da Chefia de Controle Interno e Auditoria

104 - 3.1.90.11.00.00.0080 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,

Recursos Próprios R\$ 5.979,35

114 - 3.3.90.47.00.00.0080 - Obrigações Tributárias e Contributivas,

Recursos Próprios R\$ 2.020,65

Total desta Atividade R\$ 8.000,00

Total do Órgão R\$ 8.000,00

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.365.0103.2.039 - Funcionamento e Manutenção dos Centros de Educação Infantil

362 - 3.1.91.13.00.00.0098 - Obrigações Patronais, Recursos da Valorização do Magistério - 60% - FUNDEB

R\$ 8.000,00

Total desta Atividade R\$ 8.000,00

Total do Órgão R\$ 8.000,00

Total da Anulação R\$ 16.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de março de 2015.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

RESOLUÇÃO Nº 08/2015/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 08/2015/CMAS

APROVA ENTREGA DE MOÇÃO DE REPUDIO A GESTÃO ANTERIOR (2009/2012) DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REFERENTE A DEVOLUÇÃO DE RECURSOS DO CONVÊNIO SICONV ORIONÓPOLIS E APAE.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José- CMAS/ SJ, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/2005 e conforme aprovado na Reunião Plenária Extraordinária de 27 de fevereiro de 2015;

CONSIDERANDO a Lei 8.742/93 de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social em seu artigo 6º que trata das ações na área da Assistência Social;

CONSIDERANDO o Art. 26 inciso V do Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social de São José, no qual define que cabe aos Conselheiros apresentar moções ou proposições sobre assuntos de interesse da Assistência Social;

CONSIDERANDO a Resolução 004/2015/CMAS que dispõe sobre o parecer do Conselho Municipal de Assistência Social sobre o convênio Siconv nº 743605 de 2010 que têm como objetivo a aquisição de material de consumo para Apae;

CONSIDERANDO a Resolução 005/2015/CMAS que dispõe sobre o parecer do Conselho Municipal de Assistência Social sobre o Convênio Siconv nº 742297 de 2010 que têm como objetivo a

aquisição de material de consumo para a Orionópolis;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a entrega de Moção de Repúdio a Gestão Anterior (2009/2012) da Secretaria de Assistência Social, que não realizou os procedimentos necessários para a manutenção de dois convênios e que culminaram com a devolução parcial de recursos do Convênio 743605/2010 SICONV, no valor de 96.630,07 o qual tinha como objeto a "aquisição de material de consumo" para a Apae de São José/SC, bem como, a devolução de recursos referentes ao convênio 742297/2010 SICONV, no valor de 117.716,99 o qual tinha como objeto a "aquisição de material de consumo" para Orionópolis Catarinense;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 3º - Publique-se na forma da Lei.

São José (SC), 27 de fevereiro de 2015.

CESAR MAXIMILIANO SIMÕES

Conselheiro Presidente

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.566, DE 31 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 5.566, DE 31 DE MARÇO DE 2015
"DECRETA PONTO FACULTATIVO".

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições do seu cargo e de acordo com o inciso IX do Art.69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado PONTO FACULTATIVO nas repartições públicas municipais, no dia 02 de Abril de 2015, no período vespertino, em virtude do Feriado de Páscoa.

Parágrafo primeiro. Os serviços emergenciais na área da saúde estarão de plantão para qualquer eventualidade, junto à Associação Beneficente Hospitalar de Cedro.

Parágrafo segundo. Os serviços emergenciais prestados pelo SEMAE, para eventualidades relacionadas ao abastecimento de água, serão prestados pelo plantão previamente estabelecido pelo órgão.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 31 de Março de 2015.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2015, PR Nº 032/2015.

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 14/04/2015, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2015, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2015. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste - SC, 01 de abril de 2015.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/2015 FMAS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 1/14

Processo Nº.: 1/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2015

No dia 31 do mês de Março do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.124/0001-82, com sede administrativa localizada na RUA SÃO LUIZ, Nº210, bairro CENTRO, CEP nº. 89879-000, nesta cidade de São Miguel da Boa Vista/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, o Sr(a). VALMIR CESAR SCHROTER, inscrito no CPF sob o nº. 781.836.939-20, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 1/2015, Processo Licitatório nº. 1/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) Aquisições de gêneros alimentícios para os programas realizados pelo Fundo Municipal de Assistência Social, com as quantidades estimadas, para entrega no período de um ano após a assinatura do, conforme requisição. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
2878	ALINE FATIMA KOCH ME	1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 15, 17, 19, 26, 28, 29, 33, 34, 36, 39, 40, 43, 46, 49, 51, 52, 53, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 70, 75, 76, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 90, 91, 99, 102, 107, 108, 112, 114, 116, 117, 120, 121
1075	EVA CARMEN METZ - ME	16, 23, 38, 56, 64, 68, 69, 74, 79, 89, 92, 93, 96, 98, 104, 105, 110
3036	LUCIANA SPERANDEI - ME	
2566	SCS COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA ME.	5, 6, 10, 12, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 30, 31, 32, 35, 37, 41, 42, 44, 45, 47, 48, 50, 54, 55, 58, 67, 71, 72, 73, 77, 78, 84, 85, 88, 94, 95, 100, 101, 103, 106, 109, 111, 118, 119

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ALINE FATIMA KOCH ME	19.376.012/0001-43	JOSÉ KOCH	430.341.879-04
EVA CARMEN METZ - ME	06.213.613/0001-93	EVA CARMEM METZ	758.615.429-53
LUCIANA SPERANDEI - ME	13.745.325/0001-45	FABIANO RICARDO ROVERSI	043.087.509-62
SCS COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA ME.	13.995.853/0001-52	CRISTIANO SCHIMELFENIG	077.835.629-90

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Aquisições de gêneros alimentícios para os programas realizados pelo Fundo Municipal de Assistência Social, com as quantidades estimadas, para entrega no período de um ano após a assinatura do, conforme requisição.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 2/14

Processo Nº.: 1/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

Fornecedor: 10 5 - EVA CARMEN MET - ME						
Item	Especi ca o	Unid	Marca	antidade	Pre o Unit rio	Pre o Tota
16	Agua mineral galão 20 litros - com retorno do garrafão, contendo composição química, sem gás, registro no ministério da saúde, contendo informações nutricionais, data de fabricação e de validade, serviço de atendimento ao cliente.	un	danferana	100,000	10,8500	1.085,00
23	Biscoito integral - integral, rico em fibras, à base de farelo de trigo, recomendado para portadores de diabetes mellitus, pacote com 400 gramas, embalagem tipo 3 em 1, de boa qualidade. Com data de fabricação recente e validade de no mínimo 6 meses.	Pct	prodasa	5,000	3,9900	19,95
38	Colorau - pacotes de 500g, em plástico de polietileno, resistente, com data de fabricação recente e data de validade. Entregue conforme o cronograma da Merenda Escolar.	un	dona francisca	20,000	2,7900	55,80
56	Linguiça frescal - Linguiça frescal, tipo toscana de carne suína pura e limpa, de 1ª qualidade, em gomos uniformes e padronizados, adicionada de condimentos naturais, embalada a vácuo, em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, contendo aproximadamente 5kg, acondicionado em caixas lacradas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF e atender as especificações técnicas da NTA 05 do Decreto Estadual nº 12.486 de 20/10/1978. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega na unidade requisitante.	Kg	lamb	250,000	13,7400	3.435,00
64	Massa fina para sopa - à base de ovos. De boa qualidade, em embalagens de plástico, de 500 gramas. Com data de fabricação recente e prazo de validade de 6 meses.	Pct	todeschini	10,000	3,4600	34,60
68	Mel - mel de abelha puro, límpido, fresco, sem conservantes e aditivos, em embalagem contendo 500 gramas, com registro no Ministério da Agricultura e data de envase recente.	un	3 cocoqueiros	8,000	10,7800	86,24
69	Melado - de cana, batido, fresco, em adequadas condições para consumo. Acondicionado em embalagens plásticas de até 2Kg. Com data de fabricação recente e prazo de validade de até 6 meses.	Kg	incotril	12,000	11,6900	140,28
74	Óleo de soja - embalagem de 900ml, com data de fabricação e validade de no mínimo 12 meses. Registro no Ministério da Saúde. Sem amassados.	un	cocamar	100,000	3,7900	379,00
79	Peito de frango - tipo filezinho, em pedaços de tamanho médio, sem osso, de 1ª qualidade, em pacotes de 1kg, contendo selo de inspeção, em embalagens plásticas resistentes e lacradas. Entregue congelada. Contendo em seu rótulo: espécie do produto, data da embalagem, validade e peso, sem tempero. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	Kg	copacol	130,000	10,8000	1.404,00
89	Sal refinado - pacote de 1kg, em saco plástico transparente, resistente, com solda íntegra. Com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 24 meses.	un	zizo	20,000	1,3900	27,80
92	Vinagre - de vinho, em embalagens de 750 ml.	un	koler	60,000	2,7800	166,80
93	COXA E SOBRECORA DE FRANGO, sem dorso, in natura, deve estar acondicionada em embalagem individuais, intacta, de polipropileno, constando peso, data de processamento, carimbo de inspeção Estadual ou Federal e procedência da carne. Com prazo de validade de no mínimo seis meses e data da fabricação de, no máximo trinta dias de fabricação.	Kg	copacol	400,000	5,3900	2.156,00
96	Fermento em pó biológico - sachê com 125 gramas, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses, com registro no Ministério da Saúde.	un	good instant	5,000	4,8400	24,20
98	Crema de leite, homogeneizado, embalagem tetra pak, com 200 gramas, lacrada, com informações nutricionais, serviço de atendimento ao cliente, data de fabricação e validade, ingredientes, e Registro no Ministério da Agricultura. Validade não inferior a 06 meses da data da entrega.	un	tirol	25,000	2,6400	66,00
104	ERVA MATE P/ CHIMARÃO, 1KG, ILEX PARAGUAIENSIS, NATURAL, EMBALAGEM LACRADA, COM INFORMAÇÕES AO CLIENTE.	un	boa	50,000	9,8800	494,00
105	Salame - de 1ª qualidade, contendo selo de inspeção, em embalagem adequada contendo data de fabricação e de validade, informações nutricionais, e ingredientes.	Kg	lamb	20,000	19,7400	394,80

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 3/14

Processo Nº.: 1/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

Fornecedor: 10 5 - EVA CARMEN MET - ME

Item	Especi íca o	Unid	Marca	antidade	Pre o Unit rio	Pre o Tota
110	Brigadeiro embalagem em polipropileno com tampa contendo 1 kg, composto de leite pasteurizado, padronizado, açúcar, xarope de glicose, cacau em pó, amido de mandioca, sabor de chocolate, com selo de inspeção do ministério da agricultura, com validade não inferior a 3 meses da data de entrega.	un	melren	10,000	10,6900	106,90

Fornecedor: 25 - SCS COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA ME.

Item	Especi íca o	Unid	Marca	antidade	Pre o Unit rio	Pre o Tota
5	Açúcar cristal - origem vegetal, sacarose de cana de açúcar, embalagem plástica contendo 5 kg, transparente, resistente. Deve constar data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses. Com registro no ministério da Saúde.	Pct	ESTRELA	100,000	7,8000	780,00
6	Açúcar mascavo - derivado de cana, limpo, em adequadas condições para o consumo. Entregue em embalagem plásticas adequados para o produto de até 2kg. Com data de fabricação recente e prazo de validade de até 6 meses ou conforme padrão exigido pelas normas do produto.	Kg	DE CASA	10,000	7,7800	77,80
10	Amido de milho - pacotes de 1kg, em polietileno, 100% amido de milho. Deve constar data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses. Com registro no Ministério da Saúde.	un	DAJU	4,000	3,8500	15,40
12	Arroz - pacote com 5 kg, subgrupo Parabolizado, classe longo fino, com registro no Ministério da Saúde. Data de fabricação recente e validade de no mínimo 12 meses.	Pct	FAZENDA	120,000	10,5800	1.269,60
20	Biscoito caseiro - à base de leite, ovos, fresco, de boa qualidade, sabores diversos. Embalagens de plástico, com data de fabricação recente. Com peso identificado.	Kg	OESTE	50,000	11,4000	570,00
21	Biscoito Doce tipo Maria - a base de: farinha de trigo/açúcar/ gordura vegetal hidrogenada/ amido de milho/açúcar invertido/ soro de leite/ sal /fermento químico, embalagem tipo 3 em 1. Pacote com 400 gramas, de boa qualidade. Com data de fabricação recente e validade de no mínimo 6 meses.	Pct	PRODASA	40,000	2,7800	111,20
22	Biscoito doce sortido - o produto deve apresentar-se íntegro, com sabor e odor agradável. Embalados em pacotes de 370g até 400 g. Prazo de validade: 12 meses; data de fabricação: máximo 30 dias.	Pct	PRODASA	20,000	3,3000	66,00
24	Biscoito salgado tipo cream cracker - a base de: farinha de trigo/gordura vegetal hidrogenada/ açúcar/amido de milho sal refinado/fermento/leite ou soro/outros, embalagem tipo 3 em 1. Embalados em pacotes de 400g, de 1ª qualidade. Deve constar na embalagem a data de fabricação e prazo de validade dentro do limite.	Pct	PRODASA	200,000	4,1000	820,00
25	Biscoito salgado de gergelim - a base de: farinha de trigo/gergelim/gordura vegetal hidrogenada/açúcar/amido de milho sal refinado/fermento/leite ou soro/outros, embalagem tipo 3 em 1. Embalados em pacotes de 400g, de 1ª qualidade. Deve constar na embalagem a data de fabricação e prazo de validade dentro do limite.	Pct	PRODASA	200,000	4,4000	880,00
27	Café - solúvel granulado de boa qualidade. Unidades de 200g em embalagem de vidro lacrado.	un	AMIGO	35,000	8,6500	302,75
30	Carne bovina moída - de 1ª qualidade, em pacotes de 1 a 2kg, coxão mole ou patinho, acondicionada em embalagens apropriada, lacradas, contendo de 1 a 2kg, manipulada por açougue com inspeção e alvará de funcionamento. Entregue resfriada in natura conforme o cronograma da Alimentação Escolar.	Kg	FRIGOLASTE	180,000	13,8000	2.484,00
31	Carne bovina pedaços - picada em cubos de tamanho médio, de 1ª qualidade, em pacotes de 1 a 2kg, coxão mole ou patinho, acondicionada em embalagens apropriada, lacradas, contendo de 1 a 2kg, manipulada por açougue com inspeção e alvará de funcionamento. Entregue resfriada in natura conforme o cronograma da Alimentação Escolar.	Kg	FRIBOTH	250,000	15,8000	3.950,00
32	Carne suína - de 1ª qualidade, em pacotes de 1 a 2kg, resfriada, limpa, aspecto: próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa, cor: própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas, odor próprio, tipo de corte: em bifes, acondicionada em embalagens apropriada, lacradas, manipulada por açougue com inspeção e alvará de funcionamento. Entregue resfriada in natura conforme o cronograma da Alimentação Escolar.	Kg	FRIBOTH	250,000	9,8000	2.450,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 4/14

Processo Nº.: 1/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

Fornecedor: 25 - SCS COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA ME.

Item	Especi ca o	Unid	Marca	antidade	Pre o Unit rio	Pre o Tota
35	Chá de caixinha - caixa com 15 saquinhos de 10g. sabores: endro, camomila, hortelã, marcela, cidreira. Com data de fabricação e prazo de validade.	un	PRENDA	50,000	1,4500	72,50
37	Coco ralado desidratado - acondicionado em embalagem aluminizada, pacote de 100 gramas, 1º qualidade.	un	INCAS	20,000	2,4500	49,00
41	Cuca - de panificação, com recheio de sabores diversos, tamanho médio para 12 a 14 pedaços. De 1ª qualidade, fresca, entregue acondicionada em embalagens de plástico.	un	MORADA DO	200,000	4,4000	880,00
42	Doce de frutas cremoso - embalagens contendo 1kg, composição 100% polpa de frutas. Com registro no Controle de Produtos Agropecuários (COPAS). Com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 4 meses. Sabores: morango e uva.	un	AUREA	20,000	6,8000	136,00
44	Ervilha em conserva - drenada, apresentação, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiar aos mesmos e deverão estar isentos de ranço e de outras características indesejáveis, embalagens com peso líquido de até 280 gramas.	un	QUERO	100,000	1,8800	188,00
45	Extrato de tomate - de boa qualidade, em embalagem resistente de 520g. Com data de fabricação recente e prazo de validade.	un	QUERO	30,000	3,6900	110,70
47	Farinha de trigo especial - pacotes de 5 kg contendo 100% trigo integral, glúten natural de trigo, sem aditivo químico. Contendo instruções de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses.	Pct	FLOR DO OE!	50,000	8,6500	432,50
48	Feijão preto - tipo 1, embalagem contendo 01 kg, grãos inteiros, sem sujidades, embalagens plásticas, transparente, resistente. Com data de fabricação recente e prazo de validade.	un	REI DA MESA	40,000	3,8000	152,00
50	File de peixe - filés de tilápia, sem espinhos, porções de tamanho médio, de 1ª qualidade, em pacotes de 1 a 5kg, contendo selo de inspeção, em embalagens plásticas resistentes e lacradas. Entregue congelado em embalagem própria para alimentos.	Kg	RIO VIVO	50,000	15,8000	790,00
54	Leite longa vida integral - integral, pasteurizado homogeneizado, padronizado, estabilizantes: citrato de sódio, trifosfato de sódio, difosfato de sódio e monofosfato de sódio; teor de matéria gorda mínimo de 3% de gordura; embalagem Tipo Tetra-Pack, UHT, com registro no Ministério da Agricultura, com prazo de validade e data de envase.	Lts	PIRACANJUB	200,000	2,4000	480,00
55	Lentilha - classe misturada, tipo 1, embalagem plástica transparente, sem presença de grãos mofados. Pacote de 500 gramas. Data de fabricação recente e validade de no mínimo 6 meses.	Pct	DAJU	10,000	3,8500	38,50
58	Macarrão caseiro - com ovos (pacote 1 Kg). Feita de forma artesanal, produção em padaria e utilizando produtos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nas massas industrializadas. As embalagens devem ser de plástico transparente e fechado. Entregue sob refrigeração, com informação nutricional do produto e com data de fabricação recente.	Kg	DIVINA	100,000	4,8000	480,00
67	Massa para pizza: fabricada em padaria, com espessura aproximada de 2 cm, retangular (45x58), fresca com aspecto e odor agradável, mantida sob refrigeração entregue pré assada com data de fabricação recente e prazo de validade não inferior a 6 meses da data de entrega.	un	MORADA DO	40,000	3,4000	136,00
71	Milho para pipoca - acondicionado em embalagem plástica, pacote com 500 gramas, 1ª qualidade.	Pct	PINDUCA	20,000	2,7000	54,00
72	Milho verde em conserva - apresentação, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiar aos mesmos e deverão estar isentos de ranço e de outras características indesejáveis, com verniz sanitário, com peso líquido de até 280 gramas.	un	QUERO	180,000	2,0000	360,00
73	Mortadela - de frango, sem cubos de gordura, unidades de 1 kg, sabor e odor característicos, devidamente registrados no Ministério da Agricultura e inspeção sanitária. Contendo data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 5 meses.	Kg	PEPERI	30,000	5,8000	174,00
77	Pão francês - de leite, cada unidade contendo 60 gramas aproximadamente, superfície macia, lisa, brilhante, com miolo consistente e sedoso. Acondicionado em embalagem plástica especial para alimentos, transparente, resistente e íntegra. Data de produção do dia da entrega. Isento de mofos. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	un	MORADA DO	5.000,000	0,3400	1.700,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 5/14

Processo Nº.: 1/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

Fornecedor: 25 - SCS COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA ME.

Item	Especi ca o	Unid	Marca	antidade	Pre o Unit rio	Pre o Tota
78	Pão fatiado - pão de forma de massa leve, farinha de trigo/fermento/sal/açúcar, gordura tipo vegetal e água, com casca, fatiado. Acondicionado em pacotes com aproximadamente 500 gramas. Embalagens com aproximadamente 20 fatias. A embalagem deverá conter nome do produto com data de fabricação recente e validade do produto. Entregue conforme cronograma da Alimentação Escolar.	un	MORADA DO	80,000	3,8000	304,00
84	Polvilho azedo, fecunda de mandioca, embalagem com 500 gramas, lacrada, tipo01, com informações nutricionais, serviço de atendimento ao cliente, data de fabricação e validade. Validade não inferior a 06 meses da data da entrega.	un	PRATA	70,000	2,6500	185,50
85	Queijo Mussarela - Queijo, tipo mussarela, de 1ª qualidade, entregue em embalagens de 2 kg com ingredientes de leite, conservação 0 a 10°C. Produto próprio para o consumo humano e em conformidade com a legislação sanitária em vigor. Apresentação em barra, acondicionada em embalagem plástica apropriada, transparente, limpa, resistente e inviolável. A embalagem original deverá ser a vácuo e conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade de produto, número do registro no M87inistério da Agricultura/SIF/DIPOA, carimbo de inspeção do SIF e atender as especificações técnicas da ANVISA e Inmetro. Prazo de validade mínima de 90 dias a partir da data de entrega. Conservação em ambiente refrigerado. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar	Kg	ANITA	50,000	14,8000	740,00
88	Sagu - pacote de 500gramas, grupo mandioca, tipo 1, classe pérola. Data de fabricação recente e prazo de validade de no mínimo 6 meses.	un	PRATA	40,000	2,7500	110,00
94	Refrigerante - Garrafa pet de 2 lt, informações nutricionais, data de fabricação e validade, serviço de atendimento ao cliente.	un	SCHIN	200,000	3,7900	758,00
95	Biscoito Waffer embalagem lacrada de 115g, composto de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácidos fólicos, açúcar, gordura vegetal, amido, óleo de soja, sal, emulsificante, lecitina de soja, fermento químico, bicarbonato de sódio, aromatizante acidulante e ácidos cítricos, sabores variados.	un	RACINE	100,000	1,4500	145,00
100	SALSICHA A GRANEL, 1KG, COM INSPEÇÃO, EMBALAGEM ADEQUADA.	Kg	NAT	50,000	6,9000	345,00
101	SALGADO CASEIRO, FORMATO DE PALITO, EM BANDEJAS, 1KG	Kg	MORADA DO	25,000	12,8000	320,00
103	Caldo de galinha - 57g, em embalagem lacrada, contendo informações nutricionais, data de fabricação e de validade, serviço de atendimento ao cliente.	un	APTI	6,000	2,4000	14,40
106	Chocolate (bom-bom) - embalagem contendo 1kg recheado com castanha de caju, contendo informações nutricionais, data de fabricação e de validade, serviço de atendimento ao cliente.	un	AMOR CARIO	30,000	24,7000	741,00
109	Bombom sortido, embalagem em caixa de 400 gramas, lacrada, com informações nutricionais, serviço de atendimento ao cliente, data de fabricação e validade, ingredientes. Validade não inferior a 06 meses da data da entrega.	un	GAROTO	400,000	8,7000	3.480,00
111	Sorvete diversos sabores, em embalagem de polipropileno com tampa de 80g e 160 ml, a base de leite, com colher para o consumo incluso, com validade mínima de 6 meses da data de entrega.	un	SORVETONE	200,000	2,2800	456,00
118	Dispenser para papel toalha interfoliados, 2 ou 3 Dobras, frente em Plástico, baixa densidade /alta resistência, medidas com altura de 32 cm / Largura 26.7 cm / Profundidade 12.8 cm, cor frente branca / base bege, sistema de abertura travas laterais acionados por pressão, para fixação em parede, instalado.	un	PREMISSE	4,000	44,5000	178,00
119	Dispenser para sabonete líquido, com reservatório que permite o reabastecimento, constituído em plástico com alta resistência ao impacto, sistema de fechamento que dispensa chave, sistema aceita refil ou reservatório para abastecer, tecla aperte com limite de curso, visor central transparente, com fita adesiva dupla-face para instalação em azulejos, dimensões com 12cm de profundidade, 11cm de largura e 26cm de altura cor branco, instalado.	un	PREMISSE	4,000	27,3000	109,20

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 6/14

Processo Nº.: 1/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

Fornecedor: 2 - ALINE FATIMA OC ME						
Item	Especi ca o	Unid	Marca	antidade	Pre o Unit rio	Pre o Tota
1	Abacaxi - unidades de tamanho grande, grau médio de amadurecimento. De 1ª qualidade, limpos, não batido e não amassado, sem rupturas e/ou pancadas na casca.	un	avai	20,000	4,0000	80,00
2	Acelga - frescas, novas e não amassadas. De 1ª qualidade, limpas, sem barro, acondicionadas em embalagens de plástico resistente, contendo etiqueta com peso. Entregue conforme cronograma da Merenda Escolar.	un	real	50,000	4,8500	242,50
3	Achocolatado em pó - pacote de 1kg, instantâneo. Deverá ser acondicionado em pacotes de polietileno atóxico. Deverá constar data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses. Rendimento, instruções de preparo e conservação na embalagem.	un	apti	20,000	8,6000	172,00
4	Açúcar baunilha - pacote de 500 gramas, instantâneo. Acondicionado em embalagens de polietileno atóxico. Deverá constar data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses. Rendimento, instruções de preparo e conservação descritas na embalagem.	un	apti	4,000	4,7500	19,00
7	Adoçante dietético líquido - adoçante dietético líquido a base de sucralose, recomendado para dietas de ingestão controlada de açúcares. Embalagens de aproximadamente 25ml.	un	assugrin	5,000	8,7500	43,75
8	Alface - frescas, novas e não amassadas. De 1ª qualidade, limpas, sem barro, acondicionadas em embalagens de plástico resistente, contendo etiqueta com peso. Entregue conforme cronograma da Merenda Escolar.	un	crespa	200,000	1,9900	398,00
9	Alho - de boa qualidade. Deve apresentar característica bem formada, livre de danos fisiológicos, pragas e doenças.	Kg	rocho	7,000	18,4000	128,80
15	Banana Caturra - de 1ª qualidade e classificada. Deve apresentar característica bem formada, livre de danos fisiológicos, pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de maturidade. Acondicionada em caixas (plásticas ou com revestimento plástico). Entregue conforme cronograma da Merenda Escolar.	Kg	catarina	500,000	1,8800	940,00
17	Batata Inglesa - de boa qualidade. Deve apresentar característica bem formada, livre de danos fisiológicos, pragas e doenças.	Kg	sul	100,000	2,4900	249,00
19	Beterraba - nova, de 1ª qualidade, especial, grau médio de amadurecimento, limpas, sem barro, acondicionadas em embalagens de plástico resistente, contendo etiqueta com peso. Entregue conforme cronograma da Merenda Escolar.	Kg	rocho	50,000	2,9800	149,00
26	Brócolis, maços novos, limpos, sem barro, de primeira qualidade. Deve apresentar característica bem formada, livre de danos fisiológicos, pragas e doenças.	un	real	80,000	4,9400	395,20
28	CANELA EM PÓ- EM EMBALAGEM DE PLASTICO DE 30 GRAMAS, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MINIMO 6 MESES	un	apti	11,000	1,8500	20,35
29	Canela em rama - em embalagem de plástico de 15 gramas, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses.	un	apti	4,000	1,4000	5,60
33	Cebola - de boa qualidade. Deve apresentar característica bem formada, livre de danos fisiológicos, pragas e doenças. Entregue em embalagens plásticas com peso identificado.	Kg	criola	100,000	2,5000	250,00
34	Cenoura	Kg	minerira	20,000	2,9900	59,80
36	Chuchu - novos, limpos, sem barros, de primeira qualidade. Deve apresentar característica bem formada, livre de danos fisiológicos, pragas e doenças. Grau médio de amadurecimento. Entregue em embalagens plásticas com o peso identificado.	Kg	real	30,000	2,9000	87,00
39	Couve flor - unidades novas, de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, limpas, sem barro, acondicionadas em embalagens de plástico resistente, contendo etiqueta com peso. Entregue conforme cronograma da Merenda Escolar.	un	real	100,000	4,8500	485,00
40	Cravo - em embalagem de plástico de 15 gramas, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses.	un	apti	10,000	1,4400	14,40
43	Erva doce - em embalagem de plástico de 15 a 20 gramas, 1ª qualidade, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses.	un	apti	15,000	1,4400	21,60
46	Farinha de milho - pacotes de 1kg. Composição 100% milho, cor amarelo, não pré-cozido, em embalagens plásticas, transparente, resistente, com solda íntegra e reforçada. Com data de fabricação recente e prazo de validade.	un	biazoli	50,000	1,7400	87,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 7/14

Processo Nº.: 1/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

Fornecedor: 2 - ALINE FATIMA OC ME						
Item	Especi ca o	Unid	Marca	antidade	Pre o Unit rio	Pre o Tota
49	Fermento em pó químico - lata de 250gramas, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 4 meses, com registro no Ministério da Saúde	un	real	5,000	3,7800	18,90
51	Gelatina - em pó, embalagem de polietileno, contendo 1kg cada pacote. Com data de fabricação e validade não inferior a 180 dias. Sabores: pêssego, morango, limão, abacaxi e cereja.	Kg	apti	30,000	12,1500	364,50
52	Gelatina diet - pó para sobremesa de gelatina com restrição de açúcar, recomendada para portadores de diabetes mellitus, em pó, embalagem de polietileno, contendo aproximadamente 12g cada pacote. Sabores diversos.	un	apti	5,000	2,0500	10,25
53	Laranja - limpas, grau médio de amadurecimento, tipo umbigo, não amassada e não batida.	Kg	valencia	175,000	2,4000	420,00
57	Maçã Vermelha - tamanho médio, nova, de 1ª qualidade, especial, grau médio de amadurecimento, não batidas nem amassadas. Não pode conter fruta com sarda, e/ou granizadas, devem ser sãs, sem rupturas e/ou pancadas na casca. Entregues encarteladas.	Kg	gala	175,000	4,7000	822,50
59	Macarrão integral - macarrão de sêmola de trigo durum importada e farelo de trigo, fonte de fibras e proteínas, alimento recomendado para portadores de diabetes mellitus. Embalagens de 500g. Data de fabricação recente e validade de no mínimo 6 meses.	Pct	orquidea	5,000	4,9900	24,95
60	Mamão - de 1ª qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, doce e não amassado e não batido. Unidades de aproximadamente 2Kg	Kg	real	175,000	3,9500	691,25
61	Mandioca - frescas, descascadas e limpas. Livre de danos fisiológicos e fungos.	Kg	real	50,000	3,9500	197,50
62	Manga - unidades íntegras, frescas e limpas, 1º qualidade, tamanho médio, sem machucados e maduras.	Kg	real	30,000	4,4000	132,00
63	Margarina - 40% lipídeos, em embalagens de 500gramas. Com registro no Ministério da Agricultura e prazo de validade de 6 meses	un	prime	10,000	3,8000	38,00
70	MELANCIA - UNIDADES DE TAMANHO MÉDIO, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO. DE BOA QUALIDADE, LIMPAS, NÃO BATIDA E NÃO AMASSADA, DEVEM SER SÃS, SEM RUPTURAS E/OU PANCADAS NA CASCA.	Kg	real	100,000	1,8000	180,00
75	Orégano - em embalagem de plástico de 5 gramas, com data de no mínimo 6 meses.	un	apti	20,000	1,4400	28,80
76	Ovo de galinha - grandes, fresco, casca firme e homogênea, liso, limpo, sem rachadura. Embalagem primária: caixa com 12 (doze) unidades. no rótulo da embalagem deverão estar impressas de forma clara e indelével as seguintes informações: identificação do produto inclusive a classificação e a marca, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido, registro da inspeção sanitária.	Dz	carminati	100,000	3,5000	350,00
80	Pepino in natura- 1ª qualidade, unidades íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações, acondicionadas em embalagem apropriada para alimentos.	Kg	real	50,000	3,9500	197,50
81	Pimentão - verde, vermelho e amarelo novo, inteiro, de tamanho médio, de 1ª qualidade e íntegro, devem estar bem formados, limpo, com coloração uniforme, livre de danos mecânicos, de pragas.	Kg	verde	15,000	4,0000	60,00
82	Pó para pudim - em pó, embalagem de polietileno, contendo 1kg cada pacote. Com data de fabricação e validade não inferior a 180 dias. Sabores: côco, pêssego, morango, abacaxi e cereja.	Kg	apti	30,000	8,6800	260,40
83	Pó para pudim diet, pó para pudim para dietas de ingestão controladas de açúcares. Sabores diversos. Embalagens de 30g.	un	apti	20,000	2,7500	55,00
86	Repolho - limpos, frescos, de boa qualidade. Unidades de aproximadamente 2kg. Deve apresentar característica bem formada, livre de danos fisiológicos, pragas e doenças.	Kg	verde	60,000	4,8500	291,00
87	Rúcula - fresca, limpa, nova 1ª qualidade, as folhas devem estar com aspecto de produto fresco, ou seja, brilhantes, firmes, sem áreas escuras e sem folhas murchas, acondicionada em embalagens específicas para alimentos.	un	real	100,000	1,5000	150,00
90	Tempero Verde - salsa e cebolinha verde entregue em maços frescos, limpos, livres de danos fisiológicos.	un	real	80,000	2,4500	196,00
91	Tomate - de 1ª qualidade, tipo longa vida. Deve apresentar característica bem formada, livre de danos fisiológicos, pragas e doenças. Grau médio de amadurecimento.	Kg	longa vida	200,000	4,9500	990,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 8/14

Processo Nº.: 1/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

Fornecedor: 2 - ALINE FATIMA OC ME						
Item	Especi ica o	Unid	Marca	antidade	Pre o Unit rio	Pre o Tota
99	LICOR DE GROSELIA CONCENTRADO, LIQUIDO, NÃO ALCOLICO, 900ML.	un	celli	15,000	5,2500	78,75
102	VINHO TINTO, GARRAFA 750ML, COM REGISTRO NO MINISTERIO AGRIC	un	porto mouro	15,000	8,8000	132,00
107	Bala - sortidas, pacote lacrado de 250g, contendo informações nutricionais, data de fabricação e de validade, serviço de atendimento ao cliente.	un	pietrobon	50,000	2,7500	137,50
108	Pirulito, sortidos, embalagem com 200 gramas lacrada, com informações nutricionais, serviço de atendimento ao cliente, data de fabricação e validade, ingredientes. Validade não inferior a 06 meses da data da entrega.	un	berbau	50,000	2,8800	144,00
112	Chiclete (goma de mascar), caixa com 228 gramas, e 40 unidades, sabores diversos.	un	blong	16,000	5,9000	94,40
114	Gomas em embalagem lacrada de 240g, sabores diversos, com validade mínima de 6 meses da data de entrega	un	docile	20,000	2,5000	50,00
116	Balde - Plástico 15L, plástico não reciclado, cabo em aço.	un	arqplast	10,000	9,8000	98,00
117	Chaleira com capacidade para 2 litros, totalmente feito em aço inox, não solta nenhum resíduo, altamente durável e higiênico. Possui cabo de material especial, que não deixa o calor passar e tampa com encaixe especial, que não deixa vaziar e cair na hora de servir.	un	art'nox	2,000	38,7000	77,40
120	Forma de bolo - retangular, alta, 24x34x6cm em alumínio.	un	inox	4,000	17,9000	71,60
121	RECARGA DE GAS DE COZINHA 13KG, C/ CERTIFICADO DO IMETRO.	un	supergasbraz	20,000	50,0000	1.000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Página: 9/14

Processo Nº.: 1/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Página: 10/14

Processo Nº.: 1/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

CLÁUSULA ÚNICA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Página: 11/14

Processo Nº.: 1/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

CLÁUSULA SE TA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO LOCAL E PRA O DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Página: 12/14

Processo Nº.: 1/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACR SCIMOS E SUPRESS ES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA D CIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 13/14
Processo Nº.: 1/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

CLÁUSULA D CIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA D CIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA D CIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel da Boa Vista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 14/14
Processo Nº.: 1/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Miguel da Boa Vista, 31 de Março de 2015.

VALMIR CESAR SC ROTHER
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Empresas Participantes:

ALINE FATIMA KOCH ME

CNPJ: 19.376.012/0001-43

EVA CARMEN METZ - ME

CNPJ: 06.213.613/0001-93

LUCIANA SPERANDEI - ME

CNPJ: 13.745.325/0001-45

SCS COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA ME.

CNPJ: 13.995.853/0001-52

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.276/2015 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, IMÓVEL LOCALIZADO NA ZONA URBANA DESTE MUNICÍPIO PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.276/2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, IMÓVEL LOCALIZADO NA ZONA URBANA DESTE MUNICÍPIO PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado De Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V, do artigo 72 da Lei Orgânica Municipal, fundamentado ainda no art. 5º, 'm' do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de julho de 1941, e:

Considerando que há necessidade de ampliação do Aeroporto Hélio Wasun, localizado na Linha Cruzinhas.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, para fins de desapropriação dos seguintes imóveis:

I - MATRÍCULA Nº 31.192- DATA:31 de julho de 2001.

PARTE DO LOTE RURAL Nº27 com área de 58.370,40m², PARTE DO BLOCO Nº47 e PARTE DO LOTE RURAL Nº 22 com área de 910.371,85m², num total de 968.742,25m², sem construção, sitos nos Blocos 1 e 2 da Secção Famoso, Linha Cruzinhas, município de São Miguel do Oeste - SC, confrontando em conjunto: ao norte, com eixo da Rua "A", que divide com as chácaras nºs79,127,128,129,130,131, Rua "E", e das chácaras nºs151 e 169; ao oeste, com o mesmo bloco nº 47, de propriedade do Município de São Miguel do Oeste, por linha seca medindo 181,73 metros; novamente norte, com os mesmos blocos nº47 e lote rural nº27, de propriedade do Município de São Miguel do Oeste, por linha seca medindo 162,01 metros, ao noroeste, com o mesmo lote rural nº27, de propriedade do município de São Miguel do Oeste, por linha seca medindo 246,59 metros; ao sudoeste, com uma sanga, que divide com parte do lote rural nº 27-B, de propriedade de Bock e Cia Ltda, com o lote nº 27-A, de propriedade do Cetresmo; novamente ao oeste, com o lote rural nº 27-A, de propriedade do Cetresmo, por linha seca; novamente ao sudoeste, por 02(duas) linhas secas, com o mesmo bloco nº 47 e mesmo lote rural nº 22, de propriedade do Cetresmo, ao sul, com o mesmo lote rural nº 22, de propriedade do Cetresmo e de Rineu Gransotto; ao leste, com o mesmo bloco nº47 e lote rural nº 22, de propriedade do Município de São Miguel do Oeste (Aeroporto), por linha seca; novamente ao norte e novamente ao leste, com mesmo bloco nº 47, por 02 (duas) linhas secas, de propriedade do Município de São Miguel do Oeste(Aeroporto) - CC do INCRA; 815306 016381-2; área total 116,8 há; nº de mods:5,84; FMP: 3,0ha, PROPRIETÁRIO: RINEU GRANSOTTO, CPF 004.737.589-20, RG 13/R 93.213-SSI-SC.

II - MATRICULA Nº 27.019 - de 10 de maio de 1996.

PARTE DOS LOTES RURAIS Nºs 21,e 22, com área total de 120.000m², sem construção, sito em Secção Famoso, Linha Cruzinhas, município de São Miguel do Oeste - SC, confrontando em conjunto: ao norte, com o mesmo lote nº 22, que divide com o município de São Miguel do Oeste - SC, com linha seca de Rineu Gransotto e prefeitura municipal de São Miguel do Oeste - SC.(Aeroporto); ao oeste, com o eixo da BR 386/SC, que liga São Miguel do Oeste à Descanso; ao sul, com o mesmo lote nº 21, por linha seca de Laurindo Tomazelli; ao leste, com o mesmo lote nº 21, por

linha seca de Irineu Schuch; novamente ao norte, com o mesmo lote nº 22, por linha seca, da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste (Aeroporto). CC DO INCRA -815.101.013.617-0: área total de 15,0ha: nº mods. 0,72;FMP.2,0ha. PROPRIETÁRIO - RINEU GRANSOTTO.

Art. 2º A declaração de Utilidade Pública, objetiva o estudo de área para a ampliação do Aeroporto Hélio Wasun, localizada na Linha Cruzinhas, neste município de São Miguel do Oeste-SC.

Art. 3º Ficam os órgãos competentes da Administração Pública Municipal, autorizados a tomar as medidas administrativas necessárias para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,

Em 19 de março de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretaria de Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.283/2015 - 1º FICA AUTORIZADO O CORTE DE 01 (UMA) ÁRVORE, DA ESPÉCIE CIPRESTE, LOCALIZADA NA RUA WILLY BARTH,3482, BAIRRO SÃO GOTARDO, NESTE MUNICÍPIO, DEVIDO AO FATO DE ESTAR DANIFICANDO O PASSEIO PÚBLICO, E TAMBÉM POR ESTAR MUITO PRÓXIMO DA RODOVIA, PODENDO CAUSAR RISCO À SEGURANÇA.

DECRETO Nº 8.283/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 178, da Lei Municipal nº 1.358 de 11 de dezembro de 1981;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o corte de 01 (uma) árvore, da espécie Cipreste, localizada na Rua Willy Barth,3482, Bairro São Gotardo, neste Município, devido ao fato de estar danificando o passeio público, e também por estar muito próximo da rodovia, podendo causar risco à segurança.

Art. 2º Como medida compensadora, a árvore em questão deverá ser substituída, por outro exemplar, devendo ser plantada mais afastada do meio - fio sendo sugeridas as espécies de Manacá da Serra, Canela, ou outras espécies nativas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 26 de março de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.284/2015 - DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.284/2015

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e,

CONSIDERANDO, que a licitação nº 42/2015, modalidade de Pregão Presencial nº 22 de 19/03/2015, da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste - SC, que tem como objeto a chamada pública para contratação de horas máquinas para atender incentivos econômicos nos setores da Indústria, Comércio e prestadores de serviço no município de São Miguel do Oeste - SC, para o exercício de 2015.

CONSIDERANDO, que a discriminação exigida do maquinário licitado, será adequada aos mesmos padrões técnicos dos equipamentos da municipalidade;

CONSIDERANDO, que a administração pública tem o poder/dever de rever seus atos a qualquer momento.

RESOLVE:

Art. 1º. REVOGAR o Processo Licitatório nº 42/2015, modalidade Pregão Presencial nº 22 de 19/03/2015, da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste-SC, com fundamento no art. 49, da Lei n. 8.666/93.

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 16 de março de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária de Administração

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.285/2015 - FICA APROVADO O DESDOBRAMENTO, DE PARTE DO LOTE URBANO Nº 7, COM ÁREA DE 88,12M2 E DE PARTE DO LOTE URBANO Nº 8, COM ÁREA DE 892,90M2, PERFAZENDO UM TOTAL DE 981,02M2, LOCALIZADOS NA RUA PADRE AURÉLIO CANZI ESQUINA COM A RUA PROCÓPIO RODRIGUES DA SILVA, LOTEAMENTO ARNO AUGUST
DECRETO Nº 8.285/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Desdobramento, de parte do lote urbano nº 7, com área de 88,12m2 e de parte do lote urbano nº 8, com área de 892,90m2, perfazendo um total de 981,02m2, localizados na Rua Padre Aurélio Canzi esquina com a Rua Procópio Rodrigues da Silva, Loteamento Arno Augusto Lohmann, Bairro São Sebastião no município de São Miguel do Oeste - SC, de propriedade de Orelia Alba, Inscrito na matrícula nº 32.861, passam a ter as seguintes confrontações:

Desdobramento

Parte do lote urbano nº 8, com área de 308,39m2, confrontando: ao Norte, com parte do mesmo lote urbano nº 8, por linha seca de 22,51m; ao Nordeste, com parte do mesmo lote urbano nº 8, por linha seca de 9,47m; ao Sudeste, com parte do mesmo lote urbano nº 8, por linhas secas de 7,47metros e 13,34m; ao Sudoeste, com a Rua Padre Aurélio Canzi, numa extensão 18,79m.

Remanescente:

Parte do lote urbano nº 7, com área de 88,12m2 e parte do lote urbano nº 8, com área de 584,51m2, perfazendo um total de 672,63m2, confrontando-se em conjunto: ao Noroeste, com parte do mesmo lote urbano nº 8, por duas linhas secas de 13,34metros e 7,47m; ao Norte, com parte dos mesmos lotes urbanos n.º 8 e 7, por linha seca de 14,67m; ao Leste, com parte do mesmo lote urbano nº 7, por linha seca de 23,60m; ao Sul, com a Rua Procópio Rodrigues da Silva, numa extensão de 32,80m; ao Noroeste e Sudoeste, com a Rua Padre Aurélio Canzi, por duas linhas secas, respectivamente, de 8,00m e 7,82m.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.

Em, 26 de março de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária de Administração

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.286/2015 - FICA APROVADO O DESDOBRAMENTO, DOS LOTES URBANOS Nº 33 E 34, COM ÁREAS RESPECTIVAS DE 448,00M2 E 384,00M2, PERFAZENDO UM TOTAL DE 832,00M2, SITUADOS NO LOTEAMENTO KASA ENGENHARIA, BAIRRO SAGRADO CORAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE PROPRIEDADE DE MARIA CLÉLIA

DECRETO Nº 8.286/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Desdobramento, dos lotes urbanos nº 33 e 34, com áreas respectivas de 448,00m2 e 384,00m2, perfazendo um total de 832,00m2, situados no Loteamento Kasa Engenharia, Bairro Sagrado Coração no município de São Miguel do Oeste - SC, de propriedade de Maria Clélia Lanius, Inscrito na matrícula nº 23.212, passam a ter as seguintes confrontações:

Desdobramento:

Parte do lote urbano nº 33, com área de 189,70m2, confrontando-se: ao Norte, com a Rua Itaberaba, medindo 13,55metros; ao Leste, com parte do lote urbano nº 32, por linha seca medindo 14,00metros; ao Sul, com parte do lote urbano nº 34, por linha seca medindo 13,55metros; ao Oeste, com parte do mesmo lote urbano nº 33, por linha seca medindo 14,00metros.

Parte do lote urbano nº 34, com área de 162,60m2, confrontando-se: ao Norte, com parte do lote urbano nº 33, por linha seca medindo 13,55metros; ao Leste, com parte do lote urbano nº 32, por linha seca medindo 12,00metros; ao Sul, com parte do lote urbano nº 35, por linha seca medindo 13,55metros; ao Oeste, com parte do mesmo lote urbano nº 34, por linha seca medindo 12,00metros.

Remembramento:

Parte do lote urbano nº 33, com área de 189,70m2 e parte do lote urbano nº 34, com área de 162,60m2, perfazendo um total de 352,30m2, confrontando em conjunto: ao Norte, com a Rua Itaberaba, medindo 13,55metros; ao Leste, com parte do lote urbano nº 32, por linha seca medindo 26,00metros; ao Sul, com parte do lote urbano nº 35, por linha seca medindo 13,55metros; ao Oeste, com parte dos mesmos lotes urbanos nº 33 e 34, por linha seca medindo 26,00metros.

Remanescente:

Parte do lote urbano nº 33, com área de 258,30m2, confrontando-se: ao Norte, com a Rua Itaberaba, medindo 18,45metros; ao Leste, com parte do mesmo lote urbano nº 33, por linha seca medindo 14,00metros; ao Sul, com parte do lote urbano nº 34, por linha seca medindo 18,45metros; ao Oeste, com a Rua Pedro Mello, medindo 14,00metros.

Parte do lote urbano nº 34, com área de 221,40m2, confrontando-se: ao Norte, com parte do lote urbano nº 33, por linha seca medindo 18,45metros; ao Leste, com parte do mesmo lote urbano nº 34, por linha seca medindo 12,00metros; ao Sul, com parte do lote urbano nº 35, por linha seca medindo 18,45metros; ao Oeste, com a Rua Pedro Mello, medindo 12,00metros.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.

Em, 26 de março de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária de Administração

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.287/2015 - FICA APROVADO O DESDOBRAMENTO, DE LOTE URBANO LETRA "J", COM ÁREA DE 587,375M2, LOCALIZADOS NA RUA EDUARDO JOÃO AGOSTINI, BAIRRO AGOSTINI, PERÍMETRO URBANO, NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE PROPRIEDADE DE GENI GEMA MOSENA E MARGARETI LAIR MOSENA ,INSCRITO NA MATRI

DECRETO Nº 8.287/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Desdobramento, de lote urbano Letra "J", com área de 587,375m2, localizados na Rua Eduardo João Agostini, Bairro Agostini, perímetro urbano, no município de São Miguel do Oeste - SC, de propriedade de Geni Gema Mosena e Margareti Lair mosena ,Inscrito na matrícula nº 25.149, passam a ter as seguintes confrontações:

Desdobramento:

Parte do lote urbano Letra "J", com área de 283,00m2, confrontando: ao Norte, com parte do lote urbano nº 52, Fração "B", por linha seca medindo 21,729metros; ao Leste, com parte do mesmo lote urbano Letra "J", por linha seca medindo 12,064metros; ao Sul, com parte do lote urbano Letra "I", medindo 21,633metros; ao Oeste, com a Rua Eduardo João Agostini, medindo 14,10metros.

Parte do lote urbano Letra "J", com área de 304,375m2, confrontando: ao Norte, com parte do lote urbano nº 52, Fração "B", por linha seca medindo 28,491metros; ao Leste, com lote urbano Letra "A" e com parte do lote urbano Letra "E", por linha seca medindo 9,395metros; ao Sul, com os lotes urbanos Letras "F", "G" e com parte do lote urbano Letra "I", por linha seca medindo 28,367metros; ao Oeste, com parte do mesmo lote urbano Letra "J", por linha seca medindo 12,064metros.

Remembramento:

Parte do lote urbano Letra "J", com área de 304,375m2 e parte do lote urbano nº 52, Fração "B", com área de 405,53m2, perfazendo um total de 709,905m2, confrontando em conjunto: ao Norte, com parte dos lotes urbanos nº 48 e 49, por linha seca medindo 17,50metros; ao Leste, com os lotes urbanos nº 44, Letra "A, e com parte do lote urbano Letra "E", por linha seca medindo 28,005metros; ao Sul, com os lotes urbanos Letras "F", "G" e com parte do lote urbano Letra "I", por linha seca medindo 28,367metros; ao Oeste, com parte do mesmo lote urbano Letra "J", por linha seca medindo 12,064metros; novamente ao Sul, com parte do lote urbano Letra "J", por linha seca medindo, 21,729metros; novamente ao Oeste, com a Rua Eduardo João Agostini, medindo 2,90metros; novamente ao Norte, com parte do mesmo lote urbano nº 52, Fração "A", por linha seca medindo 32,64metros; novamente ao Oeste, com parte do mesmo lote urbano nº 52, Fração "A", por linha seca medindo 14,06metros.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.

Em, 26 de março de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

LEI COMPLEMENTAR Nº 024/2015 - ALTERA O SUB-ITEM 2.4 E EXTINGUE O SUB-ITEM 2.3, AMBOS DO ITEM 2 DO ANEXO II – DIMENSÃO DAS VIAS EXISTENTES, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 024/2015

ALTERA O SUB-ITEM 2.4 E EXTINGUE O SUB-ITEM 2.3, AMBOS DO ITEM 2 DO ANEXO II - DIMENSÃO DAS VIAS EXISTENTES, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterado o Sub-item 2.4 do Item 2 do Anexo II - Dimensão das Vias Existentes, da Lei Complementar nº 003/2011, estendendo a dimensão da Rua Oiapoque desde a Av. Salgado até o Km 90,491 da SC 492, passando o texto a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO II - DIMENSÃO DAS VIAS EXISTENTES

ANEXO II- RELAÇÃO DAS VIAS ESTRUTURAIS,				
ARTERIAIS E COLETORAS				
A - VIAS EXISTENTES				
DENOMINAÇÕES	DIMENSÕES (METROS)			TRECHOS
	VIA	CAIXA	PASSEIO	
1 - ESTRUTURAIS				
.....			
.....
(2.4) RUA OIAPOQUE	20,00	14,00	3,00	RUA SALGADO FILHO ATÉ O KM 90,491 da SC 492

Art. 2º Fica extinto o Sub-item 2.3 do Item 2 do Anexo II - Dimensão das Vias Existentes, da Lei Complementar nº 003/2011.

Art.3º. Esta lei entra em vigor na data de sua aplicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 26 de março de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

LEI Nº 7.107/2015 - APROVA O PROJETO DE SUBDIVISÃO DE ÁREAS DE TERRAS SITUADAS NO PERÍMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, DE PROPRIEDADE DE JAIR LOCATELLI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 7.107/2015

APROVA O PROJETO DE SUBDIVISÃO DE ÁREAS DE TERRAS SITUADAS NO PERÍMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE PROPRIEDADE DE JAIR LOCATELLI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica aprovado o projeto da subdivisão de Parte do Lote Rural nº 62, com área de 62.500,00m², sem construções, sito em 2º perímetro, Secção veado, Município de São Miguel do Oeste, de propriedade de Jair Locatelli, confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Rural nº 63, por linha seca; Ao Leste com o Lote Rural nº 58, por linha seca; Ao Sul, com parte do mesmo Lote Rural nº 62, por linha seca; e Ao Oeste, com parte do Lote Rural nº 62, por linha seca, ficando subdividido o referido imóvel na forma de loteamento.

Art. 2º O projeto de subdivisão de que trata o artigo anterior, passa a vigorar com o seguinte fracionamento e distribuição de áreas:

I - 39.309,525m², referente a área total do empreendimento;
 II - 24.219,836m², referente a área de lotes;
 III - 8.768,42m², referente a área de vias públicas;
 IV - 23.190,475m², destinados para área de preservação permanente - APP;
 V - 2.376,937m², destinados a área de uso institucional;
 VI - 3.944,332m², referente a área verde.

Art. 3º A subdivisão de que trata a presente lei, passa a se denominar de "LOTEAMENTO JAIR LOCATELLI".

Art. 4º Os lotes, ora criados, passarão a ter as seguintes áreas e descrições:

I- Lote Urbano nº 01, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 322,877m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua "A", por linha seca medindo 17,91 m; Ao Leste, com o Lote Rural nº 58, por linha seca medindo 25.599 m; Ao Sul, com parte do Lote Rural nº 62, por linha seca medindo 9,00 m e Ao Oeste, com o Lote "02", por linha seca medindo 24,00 m.

II - Lote Urbano nº 02, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua "A", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "01", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com parte do Lote Rural nº 62, por linha

XXV - Lote Urbano nº 25, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua "A", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "24", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com parte do Lote Rural nº 62, por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "26", por linha seca medindo 24,00 m.

XXVI - Lote Urbano nº 26, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua "A", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "25", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com parte do Lote Rural nº 62, por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "27", por linha seca medindo 24,00 m.

XXVII - Lote Urbano nº 27, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua "A", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "26", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com parte do Lote Rural nº 62, por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "28", por linha seca medindo 24,00 m.

XXVIII - Lote Urbano nº 28, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua "A", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "27", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com parte do Lote Rural nº 62, por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "29", por linha seca medindo 24,00 m.

XXIX - Lote Urbano nº 29, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua "A", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "28", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com parte do Lote Rural nº 62, por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "30", por linha seca medindo 24,00 m.

XXX - Lote Urbano nº 30, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 306,635m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua "A", por linha seca medindo 8,00 m; Ao Leste, com o Lote "29", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com parte do Lote Rural nº 62, por linha seca medindo 13,00 m, Ao Oeste, com a Rua "D", por linha seca medindo 19,00 m, e Ao noroeste, com a esquina das Ruas "A" e Rua "D" numa linha curva de raio de 5,00 m.

XXXI - Lote Urbano nº 31, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 421,32m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote "45" e Lote "46", por linha seca medindo 22,008 m; Ao Leste, com o lote rural nº 58, por linha seca medindo 25.599 m; Ao Sul, com a Rua "A", por linha seca medindo 13,102 m e Ao Oeste, com o Lote "32", por linha seca medindo 24,00 m.

XXXII - Lote Urbano nº 32, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote "47", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "31", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com a Rua "A", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "33", por linha seca medindo 24,00 m.

XXXIII - Lote Urbano nº 33, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote "48", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "32", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com a Rua "A", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "34", por linha seca medindo 24,00 m.

XXXIV - Lote Urbano nº 34, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote "49", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "33", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com a Rua "A", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "35", por linha seca medindo 24,00 m.

XXXV - Lote Urbano nº 35, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote "50", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "34", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com a Rua "A", por linha seca

medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "36", por linha seca medindo 24,00 m.

XXVI - Lote Urbano nº 36, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote "51", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "35", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com a Rua "A", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "37", por linha seca medindo 24,00 m.

XXXVII - Lote Urbano nº 37, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote "52", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "36", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com a Rua "A", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "38", por linha seca medindo 24,00 m.

XXXVIII - Lote Urbano nº 38, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote "53", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "37", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com a Rua "A", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "39", por linha seca medindo 24,00 m.

XXXIX - Lote Urbano nº 39, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote "54", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "38", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com a Rua "A", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "40", por linha seca medindo 24,00 m.

XL - Lote Urbano nº 40, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote "55", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "39", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com a Rua "A", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "41", por linha seca medindo 24,00 m.

XLI - Lote Urbano nº 41, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote "56", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "40", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com a Rua "A", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "42", por linha seca medindo 24,00 m.

XLII - Lote Urbano nº 42, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote "57", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "41", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com a Rua "A", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "43", por linha seca medindo 24,00 m.

XLIII - Lote Urbano nº 43, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote "58", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "42", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com a Rua "A", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "44", por linha seca medindo 24,00 m.

XLIV - Lote Urbano nº 44, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 306,635m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote "59", por linha seca medindo 13,00 m; Ao Leste, com o Lote "43", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com a Rua "A", por linha seca medindo 8,00 m, Ao Oeste, com a Rua "C", por linha seca medindo 19,00 m, e Ao sudoeste, com a esquina das Ruas "A" e Rua "C" numa linha curva de raio de 5,00 m.

XLV - Lote Urbano nº 45, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 395,074m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua "B", por

linha seca medindo 20,915 m; Ao Leste, com o lote rural nº 58, por linha seca medindo 25,599 m; Ao Sul, com o Lote "31", por linha seca medindo 12,01 m e Ao Oeste, com o Lote "46", por linha seca medindo 24,00 m.

XLVI - Lote Urbano nº 46, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua "B", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "45", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com o Lote "31", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "47", por linha seca medindo 24,00 m.

XLVII - Lote Urbano nº 47, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua "B", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "46", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com o Lote "32", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "48", por linha seca medindo 24,00 m.

XLVIII - Lote Urbano nº 48, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua "B", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "47", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com o Lote "33", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "49", por linha seca medindo 24,00 m.

XLIX - Lote Urbano nº 49, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua "B", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "48", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com o Lote "34", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "50", por linha seca medindo 24,00 m.

L - Lote Urbano nº 50, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua "B", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "49", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com o Lote "35", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "51", por linha seca medindo 24,00 m.

LI - Lote Urbano nº 51, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua "B", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "50", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com o Lote "36", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "52", por linha seca medindo 24,00 m.

LII - Lote Urbano nº 52, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua "B", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "51", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com o Lote "37", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "53", por linha seca medindo 24,00 m.

LIII - Lote Urbano nº 53, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua "B", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "52", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com o Lote "38", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "54", por linha seca medindo 24,00 m.

LIV - Lote Urbano nº 54, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua "B", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "53", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com o Lote "39", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "55", por linha seca medindo 24,00 m.

LV - Lote Urbano nº 55, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua "B", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "54", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com o Lote "40", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "56", por linha seca medindo 24,00 m.

LVI - Lote Urbano nº 56, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua "B", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "55", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com o Lote "41", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "57", por linha seca medindo 24,00 m.

LVII - Lote Urbano nº 57, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua "B", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "56", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com o Lote "42", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "58", por linha seca medindo 24,00 m.

LVIII - Lote Urbano nº 58, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua "B", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "57", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com o Lote "43", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "59", por linha seca medindo 24,00 m.

LIX - Lote Urbano nº 59, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 306,635m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua "B", por linha seca medindo 8,00 m; Ao Leste, com o Lote "58", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com a Rua "B", por linha seca medindo 13,00 m, Ao Oeste, com a Rua "C", por linha seca medindo 19,00 m, e Ao noroeste, com a esquina das Ruas "B" e Rua "C" numa linha curva de raio de 5,00 m.

LX - Lote Urbano nº 60, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 336,359m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Rural 63, por linha seca medindo 18,76 m; Ao Leste, com o lote rural nº 58, por linha seca medindo 24,856 m; Ao Sul, com a Rua "B", por linha seca medindo 10,11 m e Ao Oeste, com o Lote "61", por linha seca medindo 23,303 m.

LXI - Lote Urbano nº 61, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 233,033m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Rural 63, por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o lote "60", por linha seca medindo 23,303 m; Ao Sul, com a Rua "B", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "62", por linha seca medindo 23,303 m.

LXII - Lote Urbano nº 62, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 233,033m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Rural 63, por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o lote "61", por linha seca medindo 23,303 m; Ao Sul, com a Rua "B", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "63", por linha seca medindo 23,303 m.

LXIII - Lote Urbano nº 63, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 233,033m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Rural 63, por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o lote "62", por linha seca medindo 23,303 m; Ao Sul, com a Rua "B", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "64", por linha seca medindo 23,303 m.

LXIV - Lote Urbano nº 64, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 233,033m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Rural 63, por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o lote "63", por linha seca medindo 23,303 m; Ao Sul, com a Rua "B", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "65", por linha seca medindo 23,303 m.

LXV - Lote Urbano nº 65, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 233,033m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Rural 63, por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o lote "64", por linha seca medindo 23,303 m; Ao Sul, com a Rua "B", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "66", por linha seca medindo 23,303 m.

LXVI - Lote Urbano nº 66, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 233,033m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Rural 63, por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o lote "65", por linha seca medindo 23,303 m; Ao Sul, com a Rua "B", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "67", por linha seca medindo 23,303 m.

LXVII - Lote Urbano nº 67, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 233,033m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Rural 63, por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o lote "66", por linha seca medindo 23,303 m; Ao Sul, com a Rua "B", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "68", por linha seca medindo 23,303 m.

LXVIII - Lote Urbano nº 68, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 233,033m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Rural 63, por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o lote "67", por linha seca medindo 23,303 m; Ao Sul, com a Rua "B", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "69", por linha seca medindo 23,303 m.

LXIX - Lote Urbano nº 69, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 233,033m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Rural 63, por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o lote "68", por linha seca medindo 23,303 m; Ao Sul, com a Rua "B", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "70", por linha seca medindo 23,303 m.

LXX - Lote Urbano nº 70, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 233,033m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Rural 63, por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o lote "69", por linha seca medindo 23,303 m; Ao Sul, com a Rua "B", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "71", por linha seca medindo 23,303 m.

LXXI - Lote Urbano nº 71, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 233,033m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Rural 63, por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o lote "70", por linha seca medindo 23,303 m; Ao Sul, com a Rua "B", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "72", por linha seca medindo 23,303 m.

LXXII - Lote Urbano nº 72, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 233,033m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Rural 63, por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o lote "71", por linha seca medindo 23,303 m; Ao Sul, com a Rua "B", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "73" (Área institucional), por linha seca medindo 23,303 m.

LXXIII - Lote Urbano nº 73, Área Institucional do Loteamento Jair Locatelli, com área de 582,583m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Rural 63, por linha seca medindo 25,00 m; Ao Leste, com o lote "72", por linha seca medindo 23,303 m; Ao Sul, com a Rua "B", por linha seca medindo 25,00 m e Ao Oeste, com o Lote "74" (Área institucional), por linha seca medindo 23,303 m.

LXXXIV - Lote Urbano nº 74, Área Institucional do Loteamento Jair Locatelli, com área de 1.794,354m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Rural 63, por linha seca medindo 77,00 m; Ao Leste, com o lote "73" (Área Institucional), por linha seca medindo 23,303 m; Ao Sul, com a Rua "B", por linha seca medindo 28,00 m e com área verde por linha seca medindo 49,00 m, e Ao Oeste, com a Área Verde, por linha seca medindo 23,303 m.

LXXV - Lote Urbano nº 75, do Loteamento Jair Locatelli, com área

de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com Área Verde, por linha seca medindo 24,00 m; Ao Leste, com a Rua "C", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Sul, com o Lote "76", por linha seca medindo 24,00 m e Ao Oeste, com a Área Verde, por linha seca medindo 10,00 m.

LXXVI - Lote Urbano nº 76, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote "75", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Leste, com a Rua "C", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Sul, com o Lote "77" e Lote "78", por linha seca medindo 24,00 m e Ao Oeste, com a Área Verde, por linha seca medindo 10,00 m.

LXXVII - Lote Urbano nº 77, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 384,635m², confrontando-se: Ao Norte, com o parte do Lote "76", por linha seca medindo 13,00 m; Ao Leste, com a Rua "C", por linha seca medindo 25,00 m; Ao sudeste, com a esquina das Ruas "A" e Rua "C" numa linha curva de raio de 5,00 m, Ao Sul, com a Rua "A", por linha seca medindo 8,00 m, Ao Oeste, com o Lote "78", por linha seca medindo 30,00 m.

LXXVIII - Lote Urbano nº 78, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 330,00m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote "76", por linha seca medindo 11,00 m; Ao Leste, com o Lote "77", por linha seca medindo 30,00 m; Ao Sul, com a Rua "A", por linha seca medindo 11,00 m e Ao Oeste, com o Lote "79" e Área Verde, por linha seca medindo 30,00 m.

LXXIX - Lote Urbano nº 79, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Área Verde, por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "78", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com a Rua "A", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "80", por linha seca medindo 24,00 m.

LXXX - Lote Urbano nº 80, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Área Verde, por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "79", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com a Rua "A", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "81", por linha seca medindo 24,00 m.

LXXXI - Lote Urbano nº 81, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Área Verde, por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "80", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com a Rua "A", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "82", por linha seca medindo 24,00 m.

LXXXII - Lote Urbano nº 82, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Área Verde, por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "81", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com a Rua "A", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "83", por linha seca medindo 24,00 m.

LXXXIII - Lote Urbano nº 83, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Área Verde, por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "82", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com a Rua "A", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "84", por linha seca medindo 24,00 m.

LXXXIV - Lote Urbano nº 84, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Área Verde, por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "83", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com a Rua "A", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "85", por linha seca medindo 24,00 m.

LXXXV - Lote Urbano nº 85, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Área Verde, por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "84", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com a Rua "A", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "86", por linha seca medindo 24,00 m.

LXXXVI - Lote Urbano nº 86, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Área Verde, por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "85", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com a Rua "A", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "87", por linha seca medindo 24,00 m.

LXXXVII - Lote Urbano nº 87, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Área Verde, por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "86", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com a Rua "A", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "88", por linha seca medindo 24,00 m.

LXXXVIII - Lote Urbano nº 88, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Área Verde, por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "87", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com a Rua "A", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "89", por linha seca medindo 24,00 m.

LXXXIX - Lote Urbano nº 89, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Área Verde, por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "88", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com a Rua "A", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "90", por linha seca medindo 24,00 m.

XC - Lote Urbano nº 90, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a APP (Área de Preservação Permanente), por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "89", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com a Rua "A", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "91", por linha seca medindo 24,00 m.

XCI - Lote Urbano nº 91, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a APP (Área de Preservação Permanente), por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "90", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com a Rua "A", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "92", por linha seca medindo 24,00 m.

XCII - Lote Urbano nº 92, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a APP (Área de Preservação Permanente), por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "91", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com a Rua "A", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "93", por linha seca medindo 24,00 m.

XCIII - Lote Urbano nº 93, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a APP (Área de Preservação Permanente), por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "92", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com a Rua "A", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com o Lote "94", por linha seca medindo 24,00 m.

XCIV - Lote Urbano nº 94, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 240,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a APP (Área de Preservação Permanente), por linha seca medindo 10,00 m; Ao Leste, com o Lote "93", por linha seca medindo 24,00 m; Ao Sul, com a Rua "A", por linha seca medindo 10,00 m e Ao Oeste, com a APP (Área de Preservação Permanente), por linha seca medindo 24,00 m.

XCV - Lote Urbano nº 95, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 300,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a APP (Área de Preservação Permanente), por linha seca medindo 30,00 m; Ao Leste, com a Rua "D", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Sul, com o Lote "96", por linha seca medindo 30,00 m e Ao Oeste, com a APP (Área de Preservação Permanente), por linha seca medindo 10,00 m.

XCVI - Lote Urbano nº 96, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 300,00m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote "95", por linha seca medindo 30,00 m; Ao Leste, com a Rua "D", por linha seca medindo 10,00 m; Ao Sul, com o Lote "97", por linha seca medindo 30,00 m e Ao Oeste, com a APP (Área de Preservação Permanente), por linha seca medindo 10,00 m.

XCVII - Lote Urbano nº 97, do Loteamento Jair Locatelli, com área de 540,00m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote "96", por linha seca medindo 30,00 m; Ao Leste, com a Rua "D", por linha seca medindo 18,00 m; Ao Sul, com Parte do Lote rural nº 62, por linha seca medindo 30,00 m e Ao Oeste, com a APP (Área de Preservação Permanente), por linha seca medindo 18,00 m.

XCVIII - Lote Urbano destinado à Área Verde do Loteamento Jair Locatelli, com área de 3.944,332m², confrontando-se: Ao Norte, com Parte do Lote rural nº 63, por linha seca medindo 17,00 m; Ao Leste, com o Lote "74 - Área institucional", por linha seca medindo 23,303 m; novamente Ao Norte, com o Lote "74 - Área institucional", por linha seca medindo 49,00 m; novamente Ao leste, com a Rua "C", por linha seca medindo 12,00 m, Ao Sul, com o Lote nº "75", por linha seca medindo 24,00 m, novamente Ao Leste, com os Lotes nº "75", "76" e p/ Lote nº "78", por linha seca medindo 26,00 m, novamente Ao Sul, com os Lotes nº "79", "80", "81", "82", "83", "84", "85", "86", "87", "88" e "89", por linha seca medindo 110,00 m, Ao oeste, com a APP (Área de Preservação Permanente), por linha seca medindo 3,93 m, Ao Noroeste, com a APP (Área de Preservação Permanente), por linha seca medindo 63,85 m, novamente Ao Norte, com a APP (Área de Preservação Permanente), por linha seca medindo 14,00 m, novamente Ao Oeste, com a APP (Área de Preservação Permanente), por linha seca medindo 23,303 m.

Art. 5º A área destinada às ruas, passará ao domínio público após o devido registro do loteamento junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste, ficando, porém, o proprietário do loteamento responsável perante o Município, se por ventura houver falta de área nas ruas, conforme planta apresentada e anexa ao projeto, isentando o Município de qualquer indenização de qualquer natureza, inclusive perante á terceiros compradores.

Art. 6º Com referência a abertura de ruas, terraplenagem e compactação das vias e cascalhamento, incluindo passeios, demarcação de lotes, logradouros, execução de obras de escoamento de águas pluviais, instalação de rede de energia elétrica, água potável e recomposição de área verde, fica a cargo do proprietário, que tem o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para regularizar, obedecendo as normas estabelecidas pela Prefeitura, CASAN, CELESC e FATMA.

Art. 7. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 26 de março de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 48/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2015
TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2015

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Sr. Prefeito Municipal o Sr. João Carlos Valar, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais e tudo mais que se fizer necessário para pavimentação com pedras irregulares nas Ruas: Sete de Setembro, Osvaldo Aranha, Hélio Wassun, perímetro urbano, cfe Contrato de Repasse n. 803022/2014/Ministério das Cidades/Caixa, de acordo com o Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos partes integrantes deste Processo Licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 28 de abril de 2015.

Abertura: às 09 hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 30 de março de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 49/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2015
TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2015

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Sr. Prefeito Municipal o Sr. João Carlos Valar, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais e tudo mais que se fizer necessário para pavimentação com pedras irregulares nas Ruas: Parte da Rua Sete de Setembro e Rua Guilhermina Fiorini, perímetro urbano, de acordo com o Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos partes integrantes deste Processo Licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 09h45min do dia 28 de abril de 2015.

Abertura: às 10 hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 30 de março de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

**AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 35/2015
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS****AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA Avisa da abertura do Processo nº 35/2015 MODALIDADE: Pregão Presencial - Registro de Preços.

1. Objeto: Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos e maquinários do Município, que se encontram descritos no anexo I, por 'homem/hora mecânico', com o fornecimento de peças pelo contratado, sem exclusividade, mediante apresentação e aprovação prévia do orçamento das peças.

Data e hora de abertura da sessão: dia 15/04/2015 às 09h
Credenciamento e entrega dos envelopes: até 08h45min do dia 15/04/2015.

TIPO: Menor Preço por Item.

RETIRADA DO EDITAL: Sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, das 08h às 11h30min e das 13h às 17h, ou através do email: compras@pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone (48) 3277-0122 R: 203.

São Pedro de Alcântara, 27/03/2015.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 36/2015
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS****AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA Avisa da abertura do Processo nº 36/2015 MODALIDADE: Pregão Presencial - Registro de Preços.

1. Objeto: Aquisição parcelada e estimada de material para a construção, manutenção e reparos em Pontes, Cercas e Mata Burro deste Município, conforme especificação e quantitativos do ANEXO I do Edital.

Data e hora de abertura da sessão: dia 17/04/2015 às 10h
Credenciamento e entrega dos envelopes: até 09h45min do dia 17/04/2015.

TIPO: Menor Preço por Item.

RETIRADA DO EDITAL: Sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, das 08h às 12h e das 13h às 17h, ou através do email: compras@pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone (48) 3277-0122 R: 203.

São Pedro de Alcântara, 27/03/2015.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 37/2015
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO
DE PREÇOS****AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA Avisa da abertura do Processo nº 37/2015 MODALIDADE: Pregão Presencial - Registro de Preços.

1. Objeto: A presente licitação tem como objeto a Contratação de fornecedor especializado para prestação de serviços de lavagem de veículos para os veículos oficiais, considerados "veículos pequenos, médios e grandes e motocicleta" da frota do Município, Fundo Municipal de Saúde e viaturas das Polícias Civil e Militar, englobando todas as Secretarias e Coordenadorias, conforme termo de referencia no anexo a este Edital

Data e hora de abertura da sessão: dia 16/04/2015 às 09h
Credenciamento e entrega dos envelopes: até 08h45min do dia 16/04/2015.

TIPO: Menor Preço por Item.

RETIRADA DO EDITAL: Sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, das 08h às 11h30min e das 13h às 17h, ou através do email: compras@pmspa.sc.gov.br
MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone (48) 3277-0122 R: 203.

São Pedro de Alcântara, 27/03/2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 018/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000
- Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 018/2015

CONCEDE PONTO FACULTATIVO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 45, inciso IV, da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - No dia 02 (dois) de abril de dois mil e quinze, será Ponto Facultativo aos Servidores Públicos Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 26 de março de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

DECRETO Nº 015/2015

DECRETO nº 015/2015

Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso IV do artigo 45 da Lei Orgânica:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei Municipal nº 794/2013, conforme RESOLUÇÃO CMDCA/SPA/SC Nº 002/2015, anexo integrante deste decreto.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 23 de março de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 016/2015

DECRETO nº 016/2015

Aprova o Regimento Interno do Conselho Tutelar, e dá outras providências.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso IV do artigo 45 da Lei Orgânica:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Tutelar, criado pela Lei Municipal nº 794/2013, conforme RESOLUÇÃO CMDCA/SPA/SC Nº 003/2015, anexo integrante deste decreto.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 23 de março de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº019/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº019/2015

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 929/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

04.01.12.365.4-2.016- Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil R\$ 35.000,00

Anula:

3.1.90.00.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Suplementa:

3.1.91.00.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 26 de março de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº17/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº17/2015

FICA CANCELADO O RESTOS A PAGAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA ABAIXO IDENTIFICADOS.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal,

DECRETA:

Art.1º - Fica cancelado o Restos a Pagar da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, abaixo relacionados:

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.10.2.077 - Funcionamento e Manutenção da Coordenação de Obras

Empenho nº738/2014 - BRITAGEM VOGELSANGER LTDA - no valor de R\$171,19 (cento e setenta e um reais e dezenove centavos).

Empenho nº737/2014 - BRITAGEM VOGELSANGER LTDA- no valor de R\$1.071,83 (um mil, setenta e um reais e oitenta e três centavos).

Motivo: LICITAÇÃO VENCIDA - CANCELAMENTO ATRAVES DA C.I 037/2015.

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 24 de março de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

EDITAL CMI/SPA/SC N. 02, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Edital CMI/SPA/SC n. 02, de 27 de março de 2015.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DOS INSCRITOS - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL/ COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

O Conselho Municipal do Idoso de São Pedro de Alcântara, TORNA PÚBLICA a Primeira Relação dos Inscritos para concorrer a uma das vagas de Representante da Sociedade Civil do Conselho Municipal do Idoso de São Pedro de Alcântara, Triênio 2015/2018.

CATEGORIA : Entidades do meio rural ou urbano.

Candidatos:

1 - Valdemiro Pedro Pflieger

2 - Izelina Vieira da Silva

3 - Paulo Fuck

4 - Ermelinda Hasckel Schmidt

5 - Evani Schmitt Bittencourt

6 - Vilma Schmitt Junckes

CATEGORIA : Entidades ou Grupos de Idosos.

Candidatos:

1 - Adelaíde Lofy Kniss

2 - Ambrosinha Martinha da Silva

3 - Maria Madalena Coelho

4 - Mônica Veber Ventura

CATEGORIA: Trabalhadores na área do idoso.

Candidatos:

1 - Adailton Hack

2 - Antônio Valetim Joënk

A partir da data de publicação do presente edital, será iniciado o prazo de 3 dias para impugnação dos inscritos, o que ocorrerá perante a Comissão Organizadora do Conselho Municipal do Idoso, no endereço Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 001 - Centro - São Pedro de Alcântara - 1º andar sala da Assistência Social.

São Pedro de Alcântara, 27 de março de 2015.

Dayana Cristina Costa

Presidente do Conselho Municipal do Idoso

PORTARIA N.º 146/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 146/2015

Revoga a Portaria nº. 140/2015 que concede férias ao servidor JEFFERSON MÁRIO SANTANA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, inciso XVI, da Lei Orgânica do Município, e considerando a supremacia do interesse público,

RESOLVE:

Art. 1.º- Revogar a Portaria nº. 140/2015 que concede férias do servidor JEFFERSON MÁRIO SANTANA, devido a necessidade de prestação de serviços jurídicos junto a Administração Municipal.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de março de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 147/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000
- Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 147/2015

Concede licença para tratamento de saúde a servidora JEANE DOS PASSOS, ocupante do cargo de Professor Auxiliar de Sala, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora JEANE DOS PASSOS, pelo período de 10 (dez) dias, a contar da data de 07/03/2015, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07/03/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de março de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 148/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000
- Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 148/2015

Concede licença para tratamento de saúde a servidora MARILENE PETRY KOERICH, ocupante do cargo de Professora III, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora MARILENE PETRY KOERICH, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar da data de 07/03/2015, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07/03/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de março de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 149/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 149/2015

Concede licença para tratamento de saúde a servidora SCHEILA CRISTINA SCHMITZ, ocupante do cargo de Professora III, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora SCHEILA CRISTINA SCHMITZ, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de 22/03/2015, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22/03/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 26 de março de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 151/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 151/2015

Exonera EZILDA GERALDINA COELHO do cargo de Professora I Auxiliar de Sala.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar EZILDA GERALDINA COELHO do cargo de Professor I - Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 046/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 31 de março de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 152/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 152/2015

Concede licença para tratamento de saúde a servidora JANETE MARTINS DA GAMA VEBER, ocupante do cargo de Agente de Vigilância Epidemiológica, lotada na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar n.º. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde à servidora JANETE MARTINS DA GAMA VEBER, pelo período de 60 (sessenta) dias a contar da data de 16/03/2015, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16/03/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 31 de março de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º. 150/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º. 150/2015

NOMEIA MEMBRO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear em substituição permanente da Comissão de Avaliação do Estágio Probatório, a servidora SOLENE CLOTILDE KUHN HOFFMANN, matrícula n.º. 2407, inscrita no CPF/MF sob o n.º. 779.731.199-49, no lugar da servidora JOSELAINE CRISTINA STEIN.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 26 de março de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

Schroeder**PREFEITURA****EXTRATO DO CONTRATO N.º. 74/2015 - PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato n.º. 74/2015 - PMS

Processo de licitação n.º. 36/2015-PMS - Pregão Presencial n.º. 21/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n.º. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n.º. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: EDITORA DO VALE LTDA., inscrita no CNPJ sob o no 04.555.612/0001-00, estabelecida na Rua 25 de julho, n.º 1936, sala 01, Bairro Vila Nova, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89259-000.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada para publicidade de programas, serviços e campanhas de caráter educativo, elaboração e divulgação de informativos de orientação social para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de empresa especializada para publicidade de programas, serviços e campanhas de caráter educativo, elaboração e divulgação de informativos de orientação social da Prefeitura de Schroeder, em jornal de circulação no vale do Itapocú, especialmente em Schroeder e com comprovação da tiragem exigida. Inclui-se: Redação, diagramação, arte final, fotolitagem, impressão e distribuição de exemplares, prestação de suporte em inaugurações, desfiles, eventos, cerimoniais e coleta de dados para divulgação da Prefeitura de Schroeder. A veiculação deverá ser de 1500 jornais por edição, para circulação municipal, com no mínimo de 26cm X 34cm a página, em papel jornal, com no mínimo de três páginas, impressão frente e verso e capa com impressão em cores, com entrega quinzenal, sendo duas edições mensais a serem entregues de abril a Dezembro/2015.	09	Meses	4.450,00	40.050,00
TOTAL R\$ A					40.050,00

Valor do contrato: R\$ 40.050,00 (quarenta mil e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 31/03/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 75/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 75/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 61/2015-PMS - Dispensa de Licitação nº. 23/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ZOZ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 12.234.873/0001-48, estabelecida na Rua Erich Froehner nº. 91, sala 01, Schroeder I, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000

Objeto: Constitui o presente contrato a Aquisição de fossa séptica e filtro anaeróbico, para atender as necessidades da Secretaria de

Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDA-DE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Conjunto de fossa séptica e filtro anaeróbico. Diâmetro de 80cm. Fornecer conexões. Com entrega no local solicitado.	Unidade	04	669,00	2.676,00
TOTAL R\$					2.676,00

Valor do contrato: R\$ 2.676,00 (dois mil seiscentos e setenta e seis reais)

Data da Assinatura: 31/03/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 76/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 76/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 26/2015-PMS - Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 14/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 02.811.258/0001-01, estabelecida na Rodovia Antonio Heil nº7200, km 21, Limoeiro, na cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.352-502.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de extintores novos, recargas e suportes para atender as necessidades da Secretaria de Saúde; Secretaria de Assistência Social; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Aquisição e instalação de extintor novo - PÓ QUÍMICO 4kg, inclui placas de sinalização em PVC : "Extintores" e "Proibido colocar materiais" e suporte.	2	Unidade	91,00	182,00
02	Aquisição e instalação de extintor novo - GÁS CARBÔNICO 4kg, inclui placas de sinalização em PVC : "Extintores" e "Proibido colocar materiais" e suporte.	5	Unidade	315,00	1.575,00

03	Recarga - Pó Químico 4kg (inclui teste hidrostático (reteste) caso necessário)	66	Unidade	29,00	1.914,00
04	Recarga - Água Pressurizada 10L (inclui teste hidrostático (reteste) caso necessário)	44	Unidade	29,50	1.298,00
05	Recarga Gás Carbonico 4 kg (inclui teste hidrostático (reteste) caso necessário)	27	Unidade	41,00	1.107,00
06	Recarga Gás Carbonico 6 kg (inclui teste hidrostático (reteste) caso necessário)	7	Unidade	54,00	378,00
07	Recarga - Pó Químico 6kg (inclui teste hidrostático (reteste) caso necessário)	1	Unidade	39,00	39,00
08	Suporte de piso para Extintor (P4 e P6) tipo tripé. Material: Vergalhão redondo de aço. Acabamento: Bicromatizado. Utilizado para sustentação de extintores no solo tipo Pó 4Kg e 6Kg.	1	Unidade	40,00	40,00
TOTAL R\$					6.533,00

Valor do contrato: R\$ 6.533,00 (seis mil quinhentos e trinta e três reais)

Data da Assinatura: 31/03/2015 - Vigência: 31/03/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 77/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 77/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 62/2015-PMS - Dispensa de Licitação nº. 24/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: GRAFICA E EDITORA CORREIO DO POVO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.945.050/0001-53, estabelecida na Avenida Waldemar Grubba nº. 1400, sala 01 e 03, Bairro Baependi, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.256-500

Objeto: Constitui o presente contrato a assinatura do Jornal O Correio do Povo, destinadas para as Unidades Escolares do Ensino Fundamental, Educação Infantil, Creches Municipais, Biblioteca Pública, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNI-DADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	ASSINATURA ANUAL " JORNAL O CORREIO DO POVO" - ENSINO FUNDAMENTAL	7	UNI-DADE	360,00	2.520,00

02	ASSINATURA ANUAL " JORNAL O CORREIO DO POVO" - EDUCAÇÃO INFANTIL	3	UNI-DADE	360,00	1.080,00
03	ASSINATURA ANUAL " JORNAL O CORREIO DO POVO" - CRECHES MUNICIPAIS	3	UNI-DADE	360,00	1.080,00
04	ASSINATURA ANUAL " JORNAL O CORREIO DO POVO" - BIBLIOTECA PUBLICA CRUZ E SOUSA	1	UNI-DADE	360,00	360,00
05	ASSINATURA ANUAL " JORNAL O CORREIO DO POVO" - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	1	UNI-DADE	360,00	360,00
06	ASSINATURA ANUAL " JORNAL O CORREIO DO POVO" - GABINETE DO PREFEITO	1	UNI-DADE	360,00	360,00
TOTAL R\$					5.760,00

Valor do contrato: R\$ 5.760,00 (cinco mil setecentos e sessenta reais)

Data da Assinatura: 31/03/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

I ERRATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 13/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

I ERRATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 13/2015-PMS

Dispensa de Licitação nº. 13/2015-PMS

Processo nº. 41/2015-PMS

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de valor referente à Dispensa de Licitação nº. 13/2015-PMS, para o Aquisição de passagem aérea de Curitiba/PR à Brasília/DF para atender as necessidades do Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, publicada no DOM/SC, na data de 11/03/2015, edição nº 1.700, paginas 348 e 349 ficando assim determinado: Leia-se:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	Voo 1079 - gol, saída dia 12/03/2015 às 20h18min, de Brasília/DF (Presidente Juscelino Kubitschek), com destino a Curitiba/PR (Afonso Pena).	Unidade	01	561,82	561,82
VALOR R\$ TOTAL					1.058,36

Valor total: R\$ 1.058,36 (Um mil e cinquenta e oito reais e trinta e seis centavos).

Schroeder, 31 de março de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 14/2015-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Página: 1/4

Número do Registro de Preços: 17/2015 Data do Registro: 31/03/2015 Válido até: 31/03/2016						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de extintores novos, recargas e suportes para atender as necessidades da Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saneamento						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	Aquisição e instalação de extintor novo - PÓ QUÍMICO 4kg, inclui placas de sinalização em PVC; "Extintores" e "Proibido colocar materiais" e suporte.	UN	BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LT (12634)	FERCAM	0	91,0000
2	Aquisição e instalação de extintor novo - GÁS CARBÔNICO 4kg, inclui placas de sinalização em PVC; "Extintores" e "Proibido colocar materiais" e suporte.	UN	BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LT (12634)	PROTEGE	0	315,0000
3	Recarga - Pó Químico 4kg (inclui teste hidrostático (refeste) caso necessário)	UN	BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LT (12634)	BRUSFOGO	0	29,0000
4	Recarga - Água Pressurizada 10L (inclui teste hidrostático (refeste) caso necessário)	UN	BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LT (12634)	BRUSFOGO	0	29,5000
5	Recarga Gás Carbonico 4 kg (inclui teste hidrostático (refeste) caso necessário)	UN	BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LT (12634)	BRUSFOGO	0	41,0000
6	Recarga Gás Carbonico 6 kg (inclui teste hidrostático (refeste) caso necessário)	UN	BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LT (12634)	BRUSFOGO	0	54,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 31/03/2015		Válido até: 31/03/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de extintores novos, recargas e suportes para atender as necessidades da Secretaria de Saúde; Secretaria de Assistência Social; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saneamento							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

7	Recarga - Pó Químico 6kg (inclui teste hidrostático (reteste) caso necessário)	UN	EXTINVILLE COMERCIO DE EXTINTORES LTDA. - EPP (13043)		0	55,0000	2
			BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LT (12634)	BRUSFOGO	0	39,0000	1
			EXTINVILLE COMERCIO DE EXTINTORES LTDA. - EPP (13043)		0	40,0000	2
8	Suporte de piso para Extintor (P4 e P6) tipo tripé. Material: Vergalhão redondo de aço. Acabamento: Eletrozincado. Utilizado para sustentação de extintores no solo tipo Pó 4Kg e 6Kg.	UN	BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LT (12634)	MC METAL	0	40,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 31/03/2015		Válido até: 31/03/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de extintores novos, recargas e suportes para atender as necessidades da Secretaria de Saúde; Secretaria de Assistência Social; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saneamento							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EXTINVILLE COMERCIO DE EXTINTORES LTDA. - EPP (13043)		0	45,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 31/03/2015		Válido até: 31/03/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de extintores novos, recargas e suportes para atender as necessidades da Secretaria de Saúde; Secretaria de Assistência Social; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saneamento							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2015

PROCESSO Nº 26/2015

- (12634) - BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LT
- (13043) - EXTINVILLE COMERCIO DE EXTINTORES LTDA - EPP

Schroeder, 31 de Março de 2015.

DISPENSA 23/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 23/2015 - DL****Processo Nr.: 61/2015
Data: 31/03/2015**

Folha: 1/2

Fornecedor: ZOZ COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME
Endereço: R ERICH FROEHNRE,91 - SALA 01
Cidade: Schroeder - SC
CNPJ: 12.234.873/0001-48

Código: 13042

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de fossa séptica e filtro anaeróbico, para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	4,00	Conjunto de fossa séptica e filtro anaeróbico. Diâmetro de 80cm. Fornecer conexões. Com entrega no local solicitado.	UN	669,00	2.676,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Considerando que a instalação de fossa séptica e filtro anaeróbico é requisito necessário para liberação do Habite-se.

Considerando que o Município de Schroeder é responsável pela infraestrutura básica nas unidades residenciais fornecidas através do projeto "kits casa modular", conforme Art. 5º "V", da Instrução Normativa Nº 01, de 30 de Janeiro de 2014 - Secretaria do Estado da Defesa Civil.

Tendo em vista a ausência de pregão objetivando a compra de sistema de fossa séptica e filtro anaeróbico e considerando que o valor em questão é inferior ao máximo permitido pela lei de licitações, solicitamos a presente dispensa.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 31 de Março de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 23/2015 - DL**

Processo Nr.: 61/2015
Data: 31/03/2015

Folha: 2/2

30/03/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 30 de Março de 2015

Valor da Despesa: 2.676,00 (dois mil seiscentos e setenta e seis reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA 24/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 24/2015 - DL**

Processo Nr.: 62/2015
Data: 31/03/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: GRÁFICA E EDITORA CORREIO DO POVO LTDA
Endereço: AV PREF WALDEMAR GRUBBA 1400 SALA 1 E3
Cidade: JARAGUA DO SUL - SC
CNPJ: 08.945.050/0001-53

Código: 10543

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Assinatura do Jornal O Correio do Povo, destinadas para as Unidades Escolares do Ensino Fundamental, Educação Infantil, Creches Municipais, Biblioteca Pública, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	7,00	ASSINATURA ANUAL JORNAL O CORREIO DO POVO - ENSINO FUNDAMENTAL	UN	360,00	2.520,00
2	3,00	ASSINATURA ANUAL JORNAL O CORREIO DO POVO - ENSINO INFANTIL	UN	360,00	1.080,00
3	3,00	ASSINATURA ANUAL JORNAL O CORREIO DO POVO - CRECHES MUNICIPAIS	UN	360,00	1.080,00
4	1,00	ASSINATURA ANUAL JORNAL O CORREIO DO POVO - BIBLIOTECA PÚBLICA CRUZ E SOUZA	UN	360,00	360,00
5	1,00	ASSINATURA ANUAL JORNAL O CORREIO DO POVO - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	UN	360,00	360,00
6	1,00	ASSINATURA ANUAL JORNAL O CORREIO DO POVO - GABINETE DO PREFEITO	UN	360,00	360,00

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

PARA UTILIZAÇÃO COMO MATERIAL DE PESQUISA E LEITURA, NAS UNIDADES ESCOLARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL (03) AO CUSTO DE R\$ 1.080,00; CRECHES MUNICIPAIS (03) AO CUSTO DE R\$ 1.080,00; ENSINO FUNDAMENTAL (07) AO CUSTO DE R\$ 2.520,00, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (01) AO CUSTO DE R\$ 360,00, BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL CRUZ E SOUSA (01) AO CUSTO DE R\$ 360,00 E GABINETE DO PREFEITO (01) AO CUSTO DE R\$ 360,00. TOTALIZANDO 16 ASSINATURAS AO CUSTO TOTAL DE R\$ 5.760,00

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 31 de Março de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 24/2015 - DL**

Processo Nr.: 62/2015
Data: 31/03/2015

Folha: 2/2

27/03/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 27 de Março de 2015

Valor da Despesa: 5.760,00 (cinco mil setecentos e sessenta reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 075/2015

DECRETO Nº 075/2015 DE 30 DE MARÇO DE 2015.

"Dispõe sobre Prorrogação dos Processos Licitatórios nº 06/2015 e nº 13/2015, e dá outras providências".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal

CONSIDERANDO:

Que no dia 02 de abril de 2015 foi Decretado Ponto Facultativo os Processos Licitatórios nº 06/2015 e nº 13/2015 foram prorrogados.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam prorrogados para o dia 06 de abril de 2015 os processos licitatórios na modalidade pregão presencial nº 06/2015 para as 10h15min horas e o pregão presencial nº 13/2015 para às 14h00min.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de março de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e Publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

EDITAL CONSELHO TUTELAR Nº 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Lei federal: Nº8.069/90 - Lei Municipal Nº605/2003.

EDITAL Nº001/2015 - CMDCA

Abre as inscrições para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Serra Alta/SC para preencher as vagas do Colegiado no período de 06 de Abril à 20 de Maio de 2015, estabelece o calendário eleitoral, e dá outras providências.

O CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com as atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal CT nº 961/2013 de 17.07.2013, de acordo com o Art. 139 da Lei Federal nº 8.069/90 e a resolução 170/2014 do CONANDA, TORNA PÚBLICO que está aberto o Processo de Escolha do Colegiado do Conselho Tutelar do Município de Serra Alta/SC,

A divulgação destes e dos demais editais, das resoluções, relativos às etapas do processo de escolha estarão publicados no Diário Oficial e afixados na Secretaria Municipal de Assistência Social e no site oficial da Prefeitura Municipal www.serraalta.sc.gov.br. É obrigação do candidato acompanhar todos os editais e resoluções referentes ao andamento do processo eleitoral.

CAPÍTULO I - DA ORGANIZAÇÃO

1.1. Da Comissão Especial Eleitoral (CEE):

Fica criada a Comissão Especial Eleitoral, formada pelos Conselheiros de Direitos da Criança e do Adolescente: Liane Teresinha de Almeida (governamental), Alex Cerezolli (governamental), Idinéia Cecato (Governamental), Daniela Zanella Donida (não-governamental), Leocir Antunes (Não-governamental) e Vanessa Ficagna (não-governamental).

1.1.2 Das atribuições da Comissão Especial Eleitoral:

1.1.2.1 A comissão especial eleitoral ficará encarregada de analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 03 (Três) dias contados da publicação, candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

1.1.2.2 Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à comissão especial eleitoral: I - notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa; e

II - realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

1.1.2.3 Das decisões da comissão especial eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

1.1.2.4 Esgotada a fase recursal, a comissão especial eleitoral fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

1.1.2.5 Cabe ainda à comissão especial eleitoral:

I - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

II - estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

III - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

IV - providenciar a confecção das cédulas de votação, conforme modelo a ser aprovado;

V - escolher e divulgar os locais de votação;

VI - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia da votação, na forma da resolução regulamentadora do pleito.

CAPÍTULO II - DAS VAGAS, MANDATO, FUNÇÃO E REMUNERAÇÃO

2.1. Das Vagas:

2.1.1 Serão eleitos conselheiros tutelares para compor o quadro de vagas sendo 05 vagas para titulares e 05 vagas para suplência do conselho tutelar, sendo estes chamados pela ordem, a substituir os conselheiros titulares nos casos previstos na Lei.

2.2. Do Mandato:

2.2.1 O mandato será de 10 Janeiro de 2016 até 09 de janeiro de 2020.

2.3. Do exercício da função:

2.3.1. O conselheiro deverá ter disponibilidade para o cumprimento

de vinte (20) horas semanais de trabalho, além dos plantões para os quais for escalado.

2.3.2. Além da jornada de trabalho de 20 horas semanais, o conselheiro (a) ficará de sobreaviso em noites, no horário de almoço, feriados, sábados e domingos, de acordo com escala de revezamento.

2.3.3. O exercício da função de conselheiro tutelar exige, além da carga horária semanal de trabalho, seja no expediente diário, seja no plantão ou sobreaviso, sua participação, de reuniões de trabalho fora da sede do conselho e sua eventual presença em atos públicos.

2.3.4. O Conselheiro eleito, se servidor público, será cedido ao Conselho Tutelar, por ato de disposição do Chefe do Executivo Municipal.

2.4. Da Remuneração:

2.4.1. A remuneração de cada Conselheiro Tutelar Titular será equivalente a R\$818,63 (Oitocentos e dezoito reais e sessenta e três centavos) Valor Bruto, correspondente à carga horária de 20 horas semanais, sobreavisos, plantões, participação em curso de capacitação, orientações, atos solenes e outras atividades pertinentes à função de Conselheiro Tutelar, de acordo com o previsto nesta Lei Municipal nº 961/2013 de 17 de julho de 2013, e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

2.4.2. O Conselheiro Tutelar terá assegurada a percepção de todos os direitos assegurados na Constituição Federal aos trabalhadores em geral, especialmente:

I - Cobertura previdenciária;

II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III - licença-maternidade;

IV - licença-paternidade;

V - gratificação natalina;

Parágrafo Único - No caso de adoção pelo Conselheiro Tutelar será aplicada a Lei Federal nº 10.421/02.

2.4.3 A nomeação para membro do Conselho Tutelar não caracteriza qualquer forma de vínculo de emprego ou de cargo, não adquirindo, ao término de seu mandato direito a efetivação ou estabilidade.

2.4.4 Os direitos ou obrigações dos Conselheiros Tutelares ou dos suplentes quando em exercício, no que couber, são os decorrentes do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, além dos direitos e atribuições previstos no Título V, Capítulo II, da Lei nº 8.069/90.

2.4.5. O Conselheiro Tutelar, se servidor público municipal, poderá optar pelos vencimentos fixados para o conselho tutelar ou pelos auferidos em órgão de origem.

CAPITULO III- DOS REQUISITOS PARA CONCORRER AO CARGO

3.1 Dos requisitos mínimos indispensáveis:

3.1.1 Poderão concorrer a uma das vagas os candidatos que preencherem os seguintes requisitos/critérios:

I - Reconhecida idoneidade moral;

II - Idade superior a 21 (vinte e um anos);

III - Residente no Município;

IV Escolaridade mínima de 2º Grau Completo (ensino médio completo no momento da inscrição).

V - Participar, com frequência de 100%, de curso prévio, promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA sobre a política de atendimento à criança e ao adolescente.

VI - Estar em regularidade com a Justiça Eleitoral.

CAPITULO IV- DA INSCRIÇÃO

4.1 Do período e local de inscrição:

4.1.1. A inscrição dos candidatos será realizada das 07h30min às 11h30min e das 13h15min às 17h15min, no período de 06/04/2015 à 20/05/2015, na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

4.2 Dos documentos necessários para a inscrição:

4.2.1 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Carteira de identidade (original e cópia) para comprovação da idade mínima exigida (21 anos de idade);

- CPF;

- Reconhecida Idoneidade Moral comprovada por certidão Negativa de antecedentes Penais expedida pela Comarca de Modelo;

- Comprovante atual de residência;

- Certificado de conclusão do nível médio;

- Comprovante de que está em dia com a Justiça Eleitoral. Retirar em (www.tse.jus.br);

- Título de Eleitor;

- Requerimento solicitando a inscrição no processo de escolha, assinado pelo candidato, acompanhado da documentação acima requerida. (Modelo disponível no local da inscrição).

4.2.2. Os documentos dos candidatos serão entregues juntamente com Requerimento de Inscrição (Anexo II) e Ficha de Inscrição do Candidato (Anexo III) na Secretaria Municipal de Assistência Social

4.2.3 No momento da inscrição somente será verificado se todos os documentos exigidos forem entregues, que posteriormente serão avaliados pela Comissão Especial Eleitoral, que analisará se todos os requisitos foram comprovados documentalmente.

4.2.4 Não será admitida a entrega ou substituição de qualquer documento após o ato da inscrição.

4.3 Da divulgação das inscrições deferidas e indeferidas:

4.3.1 Encerrado o prazo para as inscrições, a Comissão Especial Eleitoral irá deferir ou indeferir as inscrições e publicará em resolução a relação dos candidatos, na Secretaria Municipal de Assistência Social e no site oficial www.serraalta.sc.gov.br.

4.3.2 Terá sua candidatura indeferida o candidato que não apresentar a documentação no prazo solicitado assim como, apresentar documentos que não comprovem os requisitos exigidos.

4.3.3 Caso não tenha o número mínimo de 08 inscrições deferidas na data de encerramento das inscrições, será prorrogada para mais 10 dias úteis as inscrições.

4.4 Da Impugnação das inscrições:

4.4.1 A partir da publicação das inscrições deferidas, qualquer cidadão, o Ministério Público ou o próprio CMDCA, a contar da data da publicação, poderá a apresentar, através de ofício, pedido de impugnação de candidatura, devidamente fundamentado com base nos critérios da inscrição do candidato, o qual deve ser protocolado na Secretaria Municipal da Assistência Social, no período de 03 dias.

4.4.2 Oferecida a impugnação, a Comissão Especial Eleitoral dará ciência formal e imediata ao candidato em prazo não superior a 24 horas.

4.4.3 O candidato terá 24 horas contados da sua intimação para manifestar-se sobre a impugnação.

4.4.4. Transcorridos os prazos a Comissão Especial Eleitoral analisará, no prazo de 24 horas, os pedidos de impugnação/defesa se houverem, emitindo relatório com parecer sobre o mérito, dando ciência da sua decisão ao candidato.

4.4.5 Ao candidato, cuja impugnação tiver sido acolhida pela Comissão Especial Eleitoral, caberá recurso de mais 24 horas sem prejuízo das medidas judiciais previstas na legislação.

4.4.6 Findo o prazo aberto para a apresentação de impugnações e defesas, a Comissão Especial Eleitoral fará a divulgação, por resolução, a relação dos (as) candidatos (as) aptos a participarem da próxima etapa, que é o curso prévio de capacitação.

CAPÍTULO V - DOS IMPEDIMENTOS

5.1 Serão impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar, os conjugues, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.2 Em caso de candidaturas de pessoas com grau de parentesco previsto neste artigo será considerada a ordem de inscrição.

5.3 Estende-se o impedimento do conselheiro, em relação à Autoridade Judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude em exercício na Comarca (art. 140 do ECA).

5.4 Os atuais membros do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente a partir de sua inscrição nos termos deste edital, devem afastar-se das funções inerentes a atual representação até o resultado final do processo de escolha.

CAPÍTULO VI - DA CAPACITAÇÃO

6.1 É obrigatório, quando do processo de escolha dos Conselheiros Tutelares a realização de curso prévio de treinamento de capacitação dos candidatos aptos, promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente sobre a política de atendimento à criança e adolescente.

6.2 O curso de treinamento e prova de conhecimento será realizado no dia 15 de Junho de 2015, das 19:00 hs as 22:00 hs, junto à secretaria Municipal de Assistência Social do município.

6.3 Os candidatos que não realizarem o curso de capacitação com 100% de frequência, não poderão participar da fase de eleição, estando automaticamente, excluído do processo de eleição de Conselheiro Tutelar.

6.4 A relação com o nome dos candidatos que realizaram o curso e estão aptos a participarem do processo de eleição/votação, será afixada na Secretaria Municipal de Assistência Social, além do site oficial do Município.

CAPÍTULO VII - Do PROCESSO DE ESCOLHA

7.1 O processo de escolha será realizado sob a presidência do CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) do município de Serra Alta e da Comissão Especial Eleitoral, sob fiscalização do Ministério Público da Comarca de Modelo SC.

7.2 Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos pelo voto direto, secreto, facultativo de todos os eleitores do município, conforme resolução 139/2011 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.

7.3 Cada eleitor terá direito a votar em um único candidato.

7.4 A eleição será realizada no dia 04/10/2015, no horário

compreendido entre 09:00hs às 15:00hs, tendo como local a Sala anexa a Secretaria Municipal da Assistência Social em Serra Alta/SC.

7.5 Será utilizada para votação, Cédula Eleitoral Específica com espaço para o eleitor somente assinalar com "x" o candidato da sua escolha;

7.6 Nas cabines de votação serão afixadas listas com o nome;

7.7 Serão considerados nulos os votos que contiverem rasuras e tiverem mais de um candidato assinalado.

7.8 Será exigido no ato da votação: título de eleitor e Documento com foto.

7.9 O Chefe do Poder Executivo publicará Decreto, nomeando os Conselheiros Tutelares Titulares e Suplentes, que entrarão em exercício em 10/01/2016.

CAPÍTULO VIII - DA CONDUTA DURANTE A ELEIÇÃO

8.1 Não será tolerado, por parte dos candidatos:

I - oferecimento, promessa ou solicitação de dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza;

II - promoção de atos que prejudiquem a higiene e a estética urbana ou contravenha a postura municipal ou a qualquer outra restrição de direito;

III - promoção de transporte de eleitores;

IV - promoção de "boca de urna", dificultando a decisão do eleitor.

8.1.1 O candidato que realizar qualquer uma das ações contidas no artigo 8.1, itens I, II, III e IV, acarretará na perda de sua candidatura, não podendo assumir a vaga de Conselheiro Tutelar.

8.2 Será permitido:

I - o convencimento do eleitor anterior a data da eleição para que este compareça ao local de votação e vote, considerando que neste pleito o voto é facultativo.

CAPÍTULO IX - DO RESULTADO DAS ELEIÇÕES

9.1 Concluída a apuração dos votos que começará logo após o encerramento da votação, o Presidente do CMDCA proclamará o resultado da escolha, determinando a publicação do resultado em Resolução que será afixada na Secretaria Municipal de Assistência Social e site Oficial da Prefeitura Municipal E Publicada no Diário Oficial.

9.2 Havendo empate no número de votos, será considerado eleito:

I - o candidato mais idoso;

II - se ainda assim prevalecer o empate, o candidato eleito será conhecido por sorteio, realizado no mesmo local da apuração.

9.3 Os 5 (Cinco) primeiros mais votados serão os membros titulares do Conselho Tutelar e a partir do 6º (Sexto) mais votado, serão considerados suplentes, para mandato de 10/01/2016 à 09/01/2020, respeitando o direito de uma recondução conforme artigo 132 da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

10.1 O cronograma poderá sofrer alterações caso haja necessidade detectada pela Comissão Especial Eleitoral, sendo estas publicadas com antecedência.

10.2 Todos os atos relativos ao processo eleitoral serão acompanhados e fiscalizados pelo Ministério Público.

10.3 A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a aceitação tácita das condições do processo, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, das quais não poderá alegar desconhecimento.

10.4 A não exatidão das afirmativas ou irregularidades nos documentos, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial por ocasião da investidura, acarretarão a nulidade da inscrição, com todas as suas decorrências, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, civil ou criminal.

10.5 O candidato deverá manter atualizado seu endereço, desde a inscrição até a publicação dos resultados finais junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

10.6 O não atendimento, pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital, implicará sua eliminação do processo, a qualquer tempo.

10.7 É vedado aos candidatos a conselheiro tutelar, exercer mandato político eletivo. Para concorrer a cargo eletivo político, deverá renunciar ao cargo de conselheiro tutelar.

10.8 As despesas do processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares serão custeadas pelo Governo Municipal.

10.9 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral (CEE), nomeada pelo CMDCA.

CAPITULO XI - DO CRONOGRAMA

O processo de escolha seguirá o cronograma constante no anexo I deste edital.

Serra Alta (SC) 01 de Abril de 2015.

LIANE TERESINHA DE ALMEIDA
Presidente CMDCA

ANEXO I - CALENDÁRIO ELEITORAL:

Fica estabelecido o seguinte calendário eleitoral:

- 01/04/2015 - Publicação do Edital;
- 06/04/2015 à 20/05/2015 - Inscrição dos Candidatos;
- 21/05/2015 à 03/06/2015 - Em caso de Prorrogação do Prazo;
- 08/06/2015 - Publicação da resolução com a relação de candidatos inscritos e abertura do prazo de 03 (Três) dias para impugnação;
- 08/06/2015 à 10/06/2015 - Prazo para Impugnação;
- 11/06/2015 - Publicação de lista de candidatos com inscrição indeferida;
- 11/06/2015 - Prazo para interpor recurso da lista de candidatos com inscrição INDEFERIDA;
- 12/06/2015, a partir das 16:00 horas - Publicação de candidatos aptos a participar da capacitação prévia;
- 15/06/2015 - Capacitação e Prova de Conhecimento;
- 16/06/2015 - Divulgação da lista de candidatos aptos a participar da eleição;
- 04/10/2015 - Eleição; das 9:00 Horas á 15:00 horas, sem fechar ao meio dia;
- 10/01/2016 - Posse e início dos trabalhos.

ANEXO II - REQUERIMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
Serra Alta - SC

Ilmo Senhor
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos
da Criança e do Adolescente - CMDCA

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Eu, _____
brasileiro(a), Estado Civil _____ Identidade n.º _____

CPF n.º _____. Vem mui respeitosamente à presença do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente requerer minha inscrição para participar do processo de escolha do Conselho Tutelar de Serra Alta e para tanto anexo os seguintes documentos:

- Carteira de identidade (original e cópia) para comprovação da idade mínima exigida (21 anos de idade);
- CPF;
- Reconhecida Idoneidade Moral comprovada por certidão Negativa de antecedentes Penais expedida pela Promotoria na Comarca de Modelo;
- Comprovante atual de residência;
- Certificado de conclusão do nível médio;
- Comprovante de que está em dia com a Justiça Eleitoral (site tribunal Superior Eleitoral)
- Título de Eleitor.

Nestes Termos, Pede Deferimento

Serra Alta, SC, ____/____/____

SOLICITANTE

ANEXO III - FICHA DE INSCRIÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

FICHA DE INSCRIÇÃO

INSCRIÇÃO Nº _____

NOME DO CANDIDATO: _____

APELIDO: _____

PROFISSÃO: _____

DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____.

NATURALIDADE: _____

FILIAÇÃO: _____

ESTADO CIVIL: _____

SEXO: _____

Nº CPF: _____ RG: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____

CIDADE: _____

TELEFONE: (49) _____

RESIDE NO MUNICÍPIO HÁ QUANTO TEMPO?

ESCOLARIDADE: _____

DATA: ____/____/____.

ASSINATURA

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO:

Nome do candidato: _____

RG Nº _____

Data e hora do curso e Prova de Conhecimento: 15 de Junho de 2015, às 19:00 Horas;

Local: Secretaria Municipal de Assistência Social;

Obs: Este comprovante deverá ser apresentado no dia da prova juntamente com a carteira de Identidade.

Assinatura do Responsável pela Inscrição

EXTRATO CONTRATUAL Nº 019/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.: 19/2015	
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
	MOACIR BONACINA MEI.
	O CONTRATADO obriga-se a prestar os serviços, com profissional que exerce a função de instrutor de música, com aulas de canto e violão, estimulando a participação do público, infantil, juvenil, adulto e idoso, desenvolvendo essa atividade de canto de maneira criativa e promovendo a interação entre as pessoas de várias idades, exercendo uma carga horária semanal de 20 horas.
Contratada	Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 011/2015 – PMSA, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.
Objeto.....	
	Receberá o CONTRATADO pelos serviços citados na Cláusula Primeira, a importância total de R\$ 14.175,00 (Quatorze mil, cento e setenta e cinco reais), valor bruto, a serem pagos, mediante apresentação de Nota Fiscal emitida em favor do Município de Serra Alta, até o segundo dia útil ao mês subsequente, com estrita observância na ordem cronológica de pagamento, distribuído por todo o Contrato em 09 (nove) parcelas mensais de iguais valores de R\$ 1.575,00 (Hum mil, quinhentos e setenta e cinco reais).
Valor.....:	

01/04/2015 á 31/12/2015.

Orçamento vigente 2015:

05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Vigência.... 05.02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

2.700 – Manutenção das Atividades Culturais - 3.3.90.00

Dotação..... Despesa 50– DR 0001

SERRA ALTA/SC, 01 de abril de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL Nº 020/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.: 20/2015	
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
	MARLI FULBER MEI.
	A CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços, com profissional habilitado para exercer a função de instrutora de aulas de danças típicas italiana que envolve crianças de várias idades, sendo infantil, juvenil e adulto. Deverá organizar eventos relacionados a dança, apresentações culturais, representando o município de serra alta em festivais, com carga horária semanal de 10 horas.
Contratada	Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 011/2015 – PMSA, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.
Objeto.....	
	Receberá a CONTRATADA pelos serviços citados na Cláusula Primeira, a importância total de R\$ 14.175,00 (Quatorze mil, cento e setenta e cinco reais), valor bruto, a serem pagos, mediante apresentação de Nota Fiscal emitida em favor do Município de Serra Alta, até o segundo dia útil ao mês subsequente, com estrita observância na ordem cronológica de pagamento, distribuído por todo o Contrato em 09 (nove) parcelas mensais de iguais valores de R\$ 1.575,00 (Hum mil, quinhentos e setenta e cinco reais).
Valor.....:	
	01/04/2015 á 31/12/2015.
	Orçamento vigente 2015:
	05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Vigência....	05.02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA
	2.700 – Manutenção das Atividades Culturais - 3.3.90.00
Dotação.....	Despesa 50– DR 0001
SERRA ALTA/SC, 01 de abril de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO CONTRATUAL Nº 021/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	21/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
	EMERSON BACK MEI
	O CONTRATADO obriga-se a prestar os serviços, com profissional habilitado para exercer a função de monitor de atividades esportivas, sendo responsável pelo treinamento nas modalidades de futsal, voleibol, futebol suíço, de todas as categorias de base e adulto nos naipes masculino e feminino do município de Serra Alta, deverá organizar atividades e eventos relacionado ao esporte, que são promovidos pelo referido departamento em especial proporcionar a participação de equipes em campeonatos para representar o município de Serra Alta. Habilitação necessária: formação em educação física (bacharelado ou licenciatura plena) com especialização em treinamento desportivo; registro no conselho estadual de educação física, com carga horária semanal de 40 horas.
Contratada	Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 011/2015 – PMSA, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.
Objeto.....	
	Receberá o CONTRATADO pelos serviços citados na Cláusula Primeira, a importância total de R\$ 34.200,00 (Trinta e quatro mil e duzentos reais), valor bruto, a serem pagos, mediante apresentação de Nota Fiscal emitida em favor do Município de Serra Alta, até o segundo dia útil ao mês subsequente, com estrita observância na ordem cronológica de pagamento, distribuído por todo o Contrato em 09 (nove) parcelas mensais de iguais valores de R\$ 3.800,00 (Três mil e oitocentos reais).
Valor.....:	
	01/04/2015 á 31/12/2015.
	Orçamento vigente 2015:
	05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
	05.03 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES
Vigência....	2.600 – Apoio ao Esporte Amador - 3.3.90.00
	Despesa 54 – DR 0001
Dotação.....	
SERRA ALTA/SC, 01 de abril de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO CONTRATUAL Nº 022/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	22/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
	KASSIELI CERIZOLLI CESCO
Contratada	A CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços, de instrutora de aulas de dança livre, hip-hop e patinação artística com criações de coreografias relacionadas na área com a realização de projetos culturais, apresentações em festivais, desenvolvendo a atividade de dança e patinação de maneira criativa de modo a propiciar a interação entre o público de várias idades desde o infantil até o juvenil e adulto, com a carga horária semanal de 20 horas.
Objeto.....	Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 011/2015 – PMSA, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.
	Receberá a CONTRATADA pelos serviços citados na Cláusula Primeira, a importância total de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), valor bruto, a serem pagos, mediante apresentação de Nota Fiscal emitida em favor do Município de Serra Alta, até o segundo dia útil ao mês subsequente, com estrita observância na ordem cronológica de pagamento, distribuído por todo o Contrato em 09 (nove) parcelas mensais de iguais valores de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais).
Valor.....:	
	01/04/2015 á 31/12/2015.
	Orçamento vigente 2015:
	05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Vigência....	05.02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA
	2.700 – Manutenção das Atividades Culturais - 3.3.90.00
Dotação.....	Despesa 50– DR 0001
SERRA ALTA/SC, 01 de abril de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO EDITAL CONSELHO TUTELAR Nº 001/2015

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR Nº 001/2015

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e o Adolescente em conformidade com as atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal CT nº 961/2013 de 17.07.2013, de acordo com o Art. 139 da Lei Federal nº 8.069/90 e a resolução 170/2014 do CONANDA, TORNA PÚBLICO que está aberto o Processo de Escolha do Colegiado do Conselho Tutelar do Município de Serra Alta/SC. CARGO/VAGAS: 05 Vagas para conselheiros tutelares titulares e 05 vagas para conselheiros tutelares suplentes. INSCRIÇÕES: De 06/04/2015 à 20/05/2015. As exigências para a realização das inscrições e dados inerentes constam no edital. Os candidatos poderão obter a íntegra do edital e informações na Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Serra Alta/SC, no horário de expediente, das 7:30 às 11:30 e 13:15 às 17:15 horas.

Serra Alta/SC 01 de Abril de 2015.
 LIANE TERESINHA DE ALMEIDA
 Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
 AVISO DE LICITAÇÃO:
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Aquisição de TUBOS DE CONCRETO ARMADO e TUBO PVC SOLDÁVEL para drenagem e canalização de águas pluviais, reparo e manutenção de redes, entre outros serviços necessários, conforme a necessidade do Município, atendendo a demanda da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 17 de Abril de 2015.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 17 de Abril de 2015.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830,

nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA, 01 de abril de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 107/2013

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 107/2013

PRIMEIRO ADITAMENTO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARES SOB O REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro,- Cep: 89871-000, inscrito no CNPJ sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seuPREFEITO MUNICIPAL, FRANCISCO ARTUR BOTH, portador do CPF nº 353.597.570-00 e RG nº 6011000632.

CONTRATADA: A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA, Pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, com sede na Rua João Pessoa, nº 134, Município de Criciúma/SC, neste ato representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Júnior, residente e domiciliado à Rua Araranguá, nº 205, apto 1004, centro, na Cidade de Criciúma - SC, portador do RG, sob. nº 4.109.423, e inscrito no CPF, sob nº 004.770.259-19,, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por Contrato Social.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente TERMO ADITIVO em decorrência do Processo de Licitação Nº. 007/2013, PREGÃO PRESENCIAL Nº050/2013, homologado em 05/11/2013, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº 043/20017, Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.0 Fica alterado o Item "1.1 da Cláusula Primeira- DO OBJETO e Cláusula Terceira DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO" relativo ao contrato nº 107/2013, com fundamentação legal no artigo 65, II, "d" da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO"

1.1 Pelo presente instrumento fica acrescentado a locação, para uso temporário e não exclusivo, em favor do CONTRATANTE, do(s) aplicativos(s) de LEGISLAÇÃO com acessos simultâneos, em ambiente Windows, utilizando banco de dados relacional, conforme funcionalidades descritas no Anexo I.

1.1. Também faz parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:

- Manutenção legal e corretiva durante o período contratual.
- Configuração e parametrização conforme procedimentos da entidade.
- Treinamento de implantação para os servidores responsáveis pela utilização do(s) aplicativo(s) contratado(s).
- Suporte técnico operacional, exclusivamente no(s) aplicativo(s) contratado(s).
- Serviços de alterações específicas da entidade, quando solicitado.
- Serviços de treinamento de reciclagem, quando solicitado.

"CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO"

3.1- A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a partir do mês de abril via boleto bancário os seguintes valores pela locação do aplicativo Legislação:

a) Pelo licenciamento do(s) aplicativos(s):

ITEM	QTDE	UN	APLICATIVOS	USUÁRIOS	VALOR MEN-SAL R\$	VALOR TOTAL R\$
	31	Mês	Legislação	02	270,00	8.370,00

b) Pela prestação de serviços de suporte técnico:

ITEM	QTDE	UN	SERVIÇOS	PARCELAS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	01	Serv.	Implantação e Treinamento	1	412,00	412,00
VALOR TOTAL R\$			412,00			

c) O valor total do presente aditamento contratual perfaz um montante de R\$ 8.782,00 (Oito mil, setecentos e oitenta e dois reais).

d) O faturamento do licenciamento terá início a partir da cessão do direito de uso, através da liberação de chaves e senhas de acesso.

e) O pagamento da licença de uso será efetuado todo dia primeiro do mês subsequente ao licenciamento do(s) aplicativo(s), mediante apresentação da nota fiscal e boleto bancário.

f) O pagamento pelos serviços de suporte técnico será efetuado em parcela única, em até 15(quinze) dias da conclusão dos respectivos serviços e mediante apresentação da nota fiscal e boleto bancário.

g) Em caso de atraso, incidirão sobre o valor das locações multa de 2% (dois por cento), mais juros de 1% (hum por cento) ao mês, a título de compensação financeira, desde o dia subsequente ao do vencimento até o do seu efetivo pagamento.

h) Os valores contratados serão corrigidos automaticamente a cada 12 (doze) meses, contados da data limite de apresentação das propostas de preços conforme § 1º, Art. 3º, da lei nº 10.192/2001, com base no IGP-M (FGV) apurado no período de

referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época.

i) As despesas decorrentes do licenciamento do Aplicativo objeto do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente: Projeto Atividade: 03.01.2.300 - Manutenção da Administração Geral - 33.90.00 / DR 0001.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA PUBLICAÇÃO

2.1. A publicação resumida deste instrumento será efetivada pela CONTRATANTE conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93, no Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

3.1. Os demais Itens e Cláusulas do Contrato Administrativo que a este deu causa, ficam ratificados permanecendo inalterados em sua íntegra, e com plena eficácia, e do qual o presente termo aditivo passa a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito. E, por assim estarem justos e acertados, passam a assinar o presente Aditivo ao Contrato Administrativo 107/2013, elaborado em três vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, na presença de duas testemunhas, também signatárias deste instrumento.

Serra Alta, 01 de abril de 2015.
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
FRANCISCO ARTUR BOTH
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.
Daniela Ramos Silva
CONTRATADA

BETHA SISTEMAS LTDA.
Ernesto Muniz de Souza Jr.
CONTRATADA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ
OAB/SC 32.515

Testemunhas

VANDERLI RUI DE GASPARI DELMAR FRANTZ
CPF: 418.827.760-20 CPF:607.108.969-72

ANEXO I - DAS CARACTERÍSTICAS

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 107/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

1. LEGISLAÇÃO

1.1. Permitir cadastrar, armazenar e manipular textos e documentos, utilizando os seguintes editores: Microsoft Word, Lotus WordPro, Corel WordPerfect.

1.2. Possibilitar o cadastro dos textos consolidados para cada ato, sem sobrepor o texto original.

1.3. Permitir o cadastro dos atos alterados, vinculando ao ato original.

1.4. Permitir pesquisas facilitadas para se encontrar um ato específico, por assunto, autor, datas, situação, palavra, frase, etc. mostrando-o para visualização ou impressão.

1.5. Permitir o cadastro dos locais de publicação do Ato.

1.6. Permitir pré-definir modelos de documentos conforme o tipo do Ato.

1.7. Permitir pesquisas facilitadas para se encontrar um ato específico, por assunto, autor, data, palavra ou frase mostrando-o para visualização ou impressão.

1.8. Permitir a proteção na consulta dos textos das proposições, evitando a edição (proteção parcial) ou até mesmo a cópia (proteção total) dos mesmos.

1.9. Permitir configurar as permissões dos usuários por tipo de ato, para inserir, alterar ou excluir atos.

1.10. Possuir relatórios cadastrais de assuntos, autoridades e atos.

Serra Alta, 01 de abril de 2015.
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
FRANCISCO ARTUR BOTH
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.
Daniela Ramos Silva
CONTRATADA

ETHA SISTEMAS LTDA.
Ernesto Muniz de Souza Jr.
CONTRATADA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ
OAB/SC 32.515

Testemunhas

VANDERLI RUI DE GASPARI DELMAR FRANTZ
CPF: 418.827.760-20 CPF:607.108.969-72

EXTRATO PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2015 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015 - FMS

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Aquisição de Próteses Dentárias para distribuição gratuita pela Secretaria de Saúde aos municípios Serraltenses que necessitam, atendendo ao Programa Saúde Bucal Saudável para adultos, nos termos da legislação municipal vigente.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 16 de Abril de 2015.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 16 de Abril de 2015.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830,

nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

SERRA ALTA, 27 de março de 2015.
FRANCISCO ARTUR BOTH
PREFEITO DE SERRA ALTA

Siderópolis

PREFEITURA

12-16/2015 INEXIGIBILIDADE FARMACIAS

Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que estará realizando inexigibilidade de licitação em conformidade com o "caput" do art. 25 da Lei 8.666/93 e Edital de Credenciamento n. 01/2015 para CONTRATAÇÃO DE FARMÁCIAS e/ou DROGARIAS para fornecimento de medicamentos constantes no guia de farmácia (disponível no site da ANVISA) destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade, grave ou de urgência, e ainda por ordem judicial, dos quais a Secretaria Municipal de Saúde não possua em estoques do Município de Siderópolis, observados os prazos e procedimentos descritos no instrumento convocatório e seus anexos.

farmácias / drogarias Credenciadas:

Proc.12/2015 - IL.03/2015 - FARMACIA SÃO LUIZ ORIONE LTDA

Proc.13/2015 - IL.04/2015 - SIDERAFARMA LTDA ME

Proc.14/2015 - IL.05/2015 - DROGASIDER COMERCIO DE MED. LTDA ME

Proc.15/2015 - IL.06/2015 - FARMACIA DOMINGOS E ROSSA LTDA ME

Proc.16/2015 - IL.07/2015 - AMBROFARMA COM. DE MEDICAMENTOS LTDA ME

VALOR GLOBAL: O valor Global será de no máximo R\$ 3.666,00 reais mensais, para cada credenciado, conforme serviço prestado, comprovado pelas guias de requisição entregues aos Municípios.

VIGÊNCIA: até 31/12/2015, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93.

Siderópolis, 31 de março de 2015.

Helio Roberto Cesa

Prefeito Municipal

CONVÊNIO 02/2015

Data	Conveniente	Conveniada	Objeto	Valor Global	Vigência
02/01/2015	MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS	ASAME - ASSOCIAÇÃO SIDEROPOLITANA DOS AMIGOS DO ESPORTE	O presente Convênio tem como objeto a transferência de recursos financeiros, até o limite previsto na Lei Orçamentária Anual, com o objetivo de executar os programas, projetos e ações esportivas.	Estimado em dotação orçamentária	31/12/2015

Convênio nº02/2015

CONVÊNIO 03/2015

Data	Conveniente	Conveniada	Objeto	Valor Global	Vigência
02/01/2015	MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS	AFABESS - ASSOCIAÇÃO FEMININA DE BEM ESTAR SOCIAL DE SIDERÓPOLIS	O presente Convênio tem como objeto a transferência de recursos financeiros até o montante previsto na Lei Orçamentária Anual, com o objetivo de executar os programas e projetos sociais.	Estimado em dotação orçamentária	31/12/2015

Convênio nº03/2015

CONVÊNIO 04/2015

Data	Conveniente	Conveniada	Objeto	Valor Global	Vigência
02/01/2015	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SIDERÓPOLIS	Constitui objeto deste convênio, a cooperação técnico-financeira para a execução do programa: PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA.	R\$9.097,32 (nove mil, noventa e sete reais e trinta e dois centavos)	31/12/2015

Convênio nº04/2015

CONVÊNIO 05/2015

Data	Conveniente	Conveniado	Objeto	Valor Global	Vigência
02/01/2015	MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SIDERÓPOLIS	1.1. O presente Convênio tem como objeto a cooperação técnica e financeira, com a cedência de profissionais, manutenção da entidade e para a execução do programa de apoio aos alunos portadores de necessidades especiais de nosso município.	R\$36.000,00 (trinta e seis mil reais)	31/12/2015

Convênio nº05/2015

CONVÊNIO 06/2015

Data	Conveniente	Conveniado	Objeto	Valor Global	Vigência
02/01/2015	MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS, através do Fundo Municipal de Saúde.	O INSTITUTO DE DEFESA DOS DIREITOS DOS ANIMAIS DE SIDERÓPOLIS	O presente Convênio tem como objeto a cooperação técnica e financeira, para desenvolver ações educativas de informação, sensibilização e conscientização sobre o Direito dos Animais, tais como: guarda responsável, importância da castração dos animais domésticos (caninos e felinos), prevenção aos crimes de abandono e maus tratos contra os animais em nosso município.	R\$32.000,00 (trinta e dois mil reais)	31/12/2015

Convênio nº06/2015

CONVÊNIO 07/2015

Data	Conveniente	Conveniado	Objeto	Valor Global	Vigência
02/01/2015	MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS	CENTRO TERAPÊUTICO SIDERÓPOLIS - CTS	O presente Convênio tem como objeto o auxílio financeiro com a finalidade de promover a manutenção da entidade que tem por finalidade principal oferecer tratamento a usuários de substâncias psicoativas.	R\$36.000,00 (trinta e seis mil reais)	31/12/2015

Convênio nº07/2015

Tigrinhos

PREFEITURA

EDITAL CMDCA Nº 01/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

Edital CMDCA nº 01/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Tigrinhos - SC

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 17 de Março de 2015, em sua sede localizada na Av: Felipe Baczinski, sala anexa ao Centro de Referência de Assistência Social - CRAS - e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e da Lei Municipal 690/2013, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Tigrinhos - SC, e dá outras providências.

1 Do Cargo e das Vagas

1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2 Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 690/2013, é assegurado o direito a:

I - vencimento de R\$ 769,10 (SETECENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS E DEZ CENTAVOS), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - décimo terceiro salário;

III - férias anuais remuneradas com 1/3 a mais do salário;

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade;

VI - licença para tratamento de saúde;

VII - inclusão no Regime Geral da Previdência Social.

2.2 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.3 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 7h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00.

2.3.1 Plantão noturno das 17h00 às 7h30 do dia seguinte.

2.3.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.3.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

3. Do Processo de Escolha

3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período de 01 de abril de 2015 a 01 de junho de 2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (7h30 às 17h30), no

Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, localizada na Avenida Felipe Baczinski.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição: I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II - idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento ou documento de identidade.

III - residir no município, demonstrada por comprovante de residência;

IV - conclusão de ensino médio, comprovada através de Diploma de Conclusão do Ensino Médio;

V - estar em gozo com os direitos políticos.

3.1.3 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.4 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.5 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 09 de junho de 2015, no Mural da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 10 de junho de 2015 a 19 de junho de 2015, no horário de atendimento ao público (7h30 às 17h), no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

3.2.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 24 de junho de 2015 a 30 de junho de 2015, no horário de atendimento ao público (7h30 às 17h), no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

3.2.2.2 A comissão eleitoral terá o período de apresentar resposta quanto às impugnações até o dia 02 de julho de 2015 até as 17h.

3.2.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 02 de julho de 2015, no Mural da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

3.2.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

3.3 Da Propaganda

3.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.3.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.3.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

3.4 Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 08 horas às 17 horas, no seguinte local:

- Centro de Referência de Assistência Social- CRAS

3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.4.6 O eleitor votará uma única vez em um candidato na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

3.5 Do Voto

3.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e

direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.5.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indepassável.

3.5.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do candidato escolhido.

3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.6.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.1 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos: I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração dar-se-á no Centro de Referência de Assistência Social- CRAS, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.8.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de

Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.
 3.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir grau de escolaridade superior;
 3.8.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 06 de outubro de 2015, em de edital afixado na Mural da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.
 4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo
 4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.
 4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.
 4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.
 4.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 690/2013, sem prejuízo das demais leis afetas.
 5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.
 5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.
 5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.
 5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
 5.7 É responsabilidade de o candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.
 5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.
 5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.
 5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha/SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Tigrinhos/SC, 01 de abril de 2015.

Cristiani Gislaine Müller

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA - DE TIGRINHOS/SC.

Anexo I

Cronograma

CALENDÁRIO DAS ELEIÇÕES 2015	
01/04/2015	PUBLICAÇÃO DO EDITAL
01/04/2015 A 01/06/2015	INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS
09/06/2015	REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL
09/06/2015	PUBLICAÇÃO DOS CANDIDATOS APTOS A ELEIÇÃO
10/06/2015 A 19/06/2015	PRAZO PARA ENCAMINHAMENTO, POR QUALQUER CIDADÃO, DE PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DOS CANDIDATOS.
22/06/2015	REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL
22/06/2015 E 23/06/2015	PRAZO PARA O CMDCA OFICIAR OS CANDIDATOS COM PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO
24/06/2015 A 30/06/2015	DATA PARA QUE OS CANDIDATOS, COM PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO, APRESENTAREM SUA MANIFESTAÇÃO.
02/07/2015	NOVA PUBLICAÇÃO DOS CANDIDATOS
04/10/2015	ELEIÇÃO DAS 8H ÀS 17H
04/10/2015	APURAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO
06/10/2015	DIVULGAÇÃO OFICIAL NA IMPRENSA DO RESULTADO DA ELEIÇÃO
10/01/2016	PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS.

LEI MUNICIPAL 790/2015

LEI MUNICIPAL Nº. 790/2015, DE 31 DE MARÇO DE 2015.
 INSERE NOVA REDAÇÃO AO ART. 6º, §1º, DA LEI MUNICIPAL Nº 690/2013, DE 15 DE MARÇO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE O CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 6º § 1º, da Lei Municipal nº. 690/2013, de 15 de março de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição Presidencial. Com posse em 10 de Janeiro do ano posterior.

Art. 2º. - A presente Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 31 DE MARÇO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
 PREFEITO MUNICIPAL

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 66/2015

DECRETO Nº 66, de 30 de março de 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO 2015 DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.737 de 02 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Timbé do Sul, conforme abaixo discriminado, no valor total de R\$ 1.000,00 (um mil reais):

11.01 - Secretaria de Assistência Social e habitação
2.013 - Manutenção do Departamento de Promoção Social
3.3.90.00.00.00.00.0080(122) - Aplicações diretas
..... R\$ 1.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação parcial das seguintes dotações:

11.01 - Secretaria de Assistência Social e habitação
2.013 - Manutenção do Departamento de Promoção Social
3.3.50.00.00.00.00.0080(120) - Aplicações diretas
..... R\$ 1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 30 de março de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DO CONTRATO 30/2015

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 30/2015

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Josiel Tonetto

Objeto: Prestação de serviços de instrutor de informática para os alunos do município de Timbé do Sul que participam do projeto Novo Amanhecer.

Valor: R\$ 778,00 (setecentos e setenta e oito reais) mensal.

Vigência: de 11/03/2015 a 10/12/2015

EXTRATO DO CONTRATO 31/2015

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 31/2015

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Gabriel de Souza Ramos

Objeto: Prestação de serviços de professor de dança de inverno artística para crianças e jovens (de 06 a 17 anos) da rede municipal de ensino.

Valor: R\$ 778,00 (setecentos e setenta e oito reais) mensal.

Vigência: de 11/03/2015 a 10/12/2015

EXTRATO DO CONTRATO 32/2015

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 32/2015

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Helizandro Venson ME

Objeto: Fornecimento parcelado de pneus para reposição nos veículos e máquinas da Administração Municipal.

Valor: R\$ 79.442,00 (setenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e dois reais) global estimado.

Vigência: de 13/03/2015 a 31/12/2015

EXTRATO DO CONTRATO 33/2015

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 33/2015

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Mercantil PP de Lubrificantes Ltda

Objeto: Fornecimento parcelado de óleos lubrificantes, hidráulicos, graxas, filtros e produtos de limpeza para manutenção da frota de máquinas e veículos da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul/SC, para o ano de 2015.

Valor: R\$ 70.117,10 (setenta mil, cento e dezessete reais e dez centavos)

global estimado.

Vigência: de 23/03/2015 a 31/12/2015

EXTRATO DO CONTRATO 34/2015

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 34/2015

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Rosimeri Santos da Silva

Objeto: Prestação de serviços de monitora de artesanato e culinária para os alunos do município de Timbé do Sul que participam do projeto Novo Amanhecer.

Valor: R\$ 668,75 (seiscentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos) mensal.

Vigência: de 25/03/2015 a 25/11/2015

EXTRATO DO CONTRATO 35/2015

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 35/2015

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Dijanpel Papelaria Ltda ME

Objeto: Fornecimento parcelado de material escolar e de expediente para manutenção da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, do Projeto Novo Amanhecer, da Secretaria de Administração e Finanças, do CRAS e do PETI, para o ano de 2015.

Valor: R\$ 75.847,96 (setenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e sete reais e noventa e seis centavos) global estimado

Vigência: de 25/03/2015 a 31/12/2015

LEI Nº 1.749/2015

LEI. Nº 1.749 DE 31 DE MARÇO DE 2015

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E O CONSELHO TUTELAR.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

**TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º- Esta lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e as normas gerais à sua adequada aplicação.

Art. 2º- O atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Timbé do Sul/SC será feito através das políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e outras, assegurando-se em todas elas o tratamento com dignidade e respeito a liberdade e a convivência familiar e comunitária, num conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais.

Art. 3º- Aos que dela necessitam será prestada a assistência social em caráter supletivo.

Parágrafo único - É vedada a criação de programas de caráter compensatório na ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas do Município, sem prévia manifestação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 4º- Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente expedir normas para organização e funcionamento dos serviços que se fizerem necessárias, tais como:

I - serviços especiais de prevenção, atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligências, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

II - serviço de identificação e localização de pais, responsáveis de crianças e/ou adolescentes desaparecidos;

III- proteção jurídico-social aos que dela necessitarem, por meio de entidade de defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

IV- programas sócios educativos, tais como:

- a) orientação e apoio sócio-familiar;
- b) apoio sócio-educativo em meio aberto;
- c) colocação familiar;

- d) abrigo;
- e) liberdade assistida;
- f) semi-liberdade;
- g) internação.

Parágrafo Único - O Município poderá criar os programas e serviços a que aludem o inciso IV, do art. 4º desta lei ou estabelecer consórcio intermunicipal para atendimento regionalizado, instituindo e mantendo entidades governamentais e não governamentais de atendimento, mediante prévia autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**TÍTULO II
DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO****CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 5º- A Política de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente será garantida através dos seguintes órgãos:

I- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II- Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III- Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**CAPÍTULO II
DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE****SEÇÃO I
DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO CONSELHO**

Art. 6º- Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), como órgão deliberativo, consultivo e controlador das ações em todos os níveis, conforme prescreve o art. 88, da Lei nº 8.069/90.

Parágrafo Único - Os atos normativos e decisórios emanados do CMDCA, serão formalizados sob a denominação de Resolução.

**SEÇÃO II
DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO (CMDCA)**

Art. 7º- Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I- Acompanhar, monitorar e avaliar as políticas no seu âmbito;

II- Divulgar e promover as políticas e práticas bem-sucedidas;

III- Difundir junto à sociedade local a concepção de criança e adolescente como sujeitos de direitos e pessoas em situação especial de desenvolvimento, e o paradigma de proteção integral como prioridade absoluta;

IV- Conhecer a realidade de seu território e elaborar o seu plano de ação;

V- Definir prioridades de enfrentamento dos problemas mais urgentes;

VI- Propor e acompanhar o reordenamento institucional, buscando o funcionamento articulado em rede das estruturas públicas governamentais e das organizações das sociedades;

VII- Promover e apoiar campanhas educativas sobre os direitos da criança e do adolescente;

VIII- Propor a elaboração de estudos e pesquisas com vistas a promover, subsidiar e dar mais efetividade às políticas;

IX- Participar e acompanhar a elaboração, aprovação do PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária Anual), indicando modificações necessárias à consecução dos objetivos da política dos direitos da criança e do adolescente;

X- Gerir o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente no sentido de definir a utilização dos respectivos recursos por meio de plano de aplicação.

XI- Fomentar a integração do Judiciário, Ministério Público, Defensoria e Segurança Pública na apuração dos casos de denúncias e reclamações formuladas por qualquer pessoa ou entidade que versem sobre ameaça ou violação de direitos da criança e do adolescente;

XII- Atuar como instância de apoio no nível local nos casos de petições, denúncias e reclamações formuladas por pessoa ou entidade, acolhendo-as e dando encaminhamento aos órgãos competentes;

XIII- Integrar-se com outros órgãos executores de políticas públicas direcionadas à criança e ao adolescente e demais Conselhos setoriais;

XIV- Registrar as organizações da sociedade civil sediadas em sua base territorial que prestem atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, executando os programas a que se refere o art.90, caput, e, o que couber, as medidas previstas nos artigos 101, 112 e 129 da Lei nº8.069/90;

XV- Inscreve os programas de criança, adolescentes e suas respectivas famílias em execução na sua base territorial por entidades governamentais e organizadas da sociedade civil;

XVI- Recadastrar as entidades e os programas em execução, certificando-se de sua contínua adequação à política traçada para a promoção dos direitos dos conselheiros tutelares;

XVII- Regulamentar, organizar, coordenar o processo de escolha dos conselheiros tutelares, seguindo as determinações da lei em vigor;

XVIII- Instaurar sindicância para apurar eventual falta grave cometida por conselheiro tutelar no exercício de suas funções, observando a legislação municipal pertinente ao processo de sindicância ou administrativo/disciplinar, de acordo com a resolução nº75/2001 do CONANDA.

XIX- Elaborar e aprovar o seu regimento interno, com a aprovação de dois terços do total de seus membros.

XX- Dar posse aos membros do Conselho Tutelar e conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo regulamento previdenciário e declarar vago o posto por perda de mandato, nas hipóteses previstas nesta lei;

XXI- Estimular e incentivar a atualização permanente dos servidores das instituições governamentais e não governamentais envolvidas no atendimento à família, criança e ao adolescente.

SEÇÃO III DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 8º- O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será composto de 06 (seis) membros, sendo:

I- 03 (três) membros titulares e seus respectivos suplentes, representantes da área governamental, de livre escolha e nomeação do Prefeito Municipal, conforme abaixo:

a) Secretaria Municipal da Saúde;

b) Secretaria Municipal Assistência Social e Habitação;

c) Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte.

II- 03 (três) representantes titulares e seus respectivos suplentes de entidades não governamentais indicados pelas entidades, de sua livre escolha, e após, nomeados pelo Prefeito Municipal.

§1º- Em caso de extinção de alguma das entidades, o representante será escolhido pela entidade que suceder.

§2º- Para exercício da função de conselheiro são exigidos os seguintes requisitos:

I- reconhecida idoneidade moral;

II- idade superior a 21 anos;

III- residir no município de Timbê do Sul.

§3º- Os Conselheiros do Direito da Criança e do Adolescente serão empossados através decreto do Prefeito Municipal de Timbê do Sul.

Art. 9º- O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, sendo facultada uma única recondução, sendo o seu exercício considerado de serviço público relevante e não remunerado, conforme a resolução do CONANDA nº 105/2005, art.10, parágrafo único.

§1º- A substituição do conselheiro poderá ser efetuada a qualquer tempo.

§2º- Os membros da diretoria serão eleitos pelo Conselho dentre seus membros, em reunião plenária e com quorum mínimo de dois terços, para um mandato de 02 (dois) anos, facultada uma reeleição.

CAPÍTULO III DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

SEÇÃO I DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO FUNDO

Art. 10- Fica criado o Fundo Municipal da Infância e Adolescência (FIA), para captar e aplicar os recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao qual é órgão vinculado.

Art. 11- O Fundo Municipal da Infância e do Adolescente obedece, para os efeitos, as normas da Contabilidade Pública, em especial as disposições da Lei nº 4.320/64, sendo que suas características básicas são as que seguem:

a) Vinculado ao Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente;

b) Não possui personalidade jurídica;

c) Integra ao orçamento público, para todos efeitos, sujeito às regras gerais de execução orçamentária;

d) Conta bancária específica para movimentação dos recursos;

e) Orçamento que possibilite a execução dos planos apresentados

pelo CMDCA;

f) O ordenador das despesas, do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será o Prefeito Municipal ou quem o mesmo indicar, que assinará os balancetes e demais atos, bem como, os cheques, ordens bancárias em conjunto com o tesoureiro da Prefeitura.

SEÇÃO II DA ADMINISTRAÇÃO E COMPETÊNCIA DO FUNDO

Art. 12 - Compete ao Fundo Municipal da Criança e Adolescente:

I- Registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos pelo Estado ou pela União em benefício das crianças e dos adolescentes;

II- Registrar os recursos captados pelo Município através de convênios, ou por doações ao Fundo;

III- Manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no Município, nos termos de resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV- Liberar recursos a serem aplicados em benefício de crianças e adolescentes, nos termos das resoluções o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V- Administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, segundo as resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VI- Publicar, semestralmente, no periódico Municipal de maior circulação, ou na falta deste, em edital fixado no mural da Prefeitura, todas as resoluções do Conselho Municipal dos Direitos, com relação ao FIA.

Art. 13- A dotação orçamentária do Fundo será regulamentada por resolução expedida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conjunto com o Poder Executivo.

Art. 14- São recursos do fundo:

I- Recursos públicos que lhes forem destinados, provenientes de doações, auxílio, contribuições, subvenções, consignados no Orçamento da União, do Estado e do próprio município;

II- Doações de pessoas físicas e jurídicas, sejam elas de bens materiais, imóveis ou recursos financeiros;

III- Destinações de receitas dedutíveis de Imposto de Renda, com incentivos fiscais, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações pertinentes;

IV- Contribuições de governos estrangeiros e de organismos internacionais multilaterais;

V- Resultado de aplicações no mercado financeiro, observada a legislação pertinente;

VI- Recursos provenientes de multas, concursos de prognósticos, dentre outros que lhe forem destinados;

VII- Produto das aplicações dos recursos disponíveis, vendas de materiais e eventos realizados;

VIII- Receitas provenientes de convênios, acordos, contratos realizados entre o município e entidades governamentais ou não

governamentais, que tenha destinação específica.

CAPITULO IV DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SEÇÃO I DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO CONSELHO

Art. 15- Fica criado o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e Adolescente, órgão permanente, autônomo e não jurisdicional encarregado de zelar em nome da comunidade, pelo cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes, na forma da Lei Federal nº 8.069/90 e suas alterações (arts. 131 e 136).

§1º - Entende-se como de natureza funcional, a autonomia do Conselho Tutelar, ou seja, em matéria técnica de sua competência, cabe tomar decisões e aplicar medidas, sem qualquer interferência externa.

§2º- As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser modificadas por ele próprio (arts. 99 e 100, ECA) ou pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse (art. 137, ECA).

Art. 16- O conselho tutelar será composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local através de eleição direta, para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.

Art. 17- Em caso de vacância do cargo, será convocado o respectivo suplente eleito por ordem decrescente de votação.

Art. 18- Compete aos conselheiros tutelares zelar, em nome da comunidade municipal, pelo atendimento dos direitos da criança e do adolescente, cumprindo as atribuições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

SEÇÃO II DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS

Art. 19- São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:

I - Reconhecida idoneidade moral;

II- Idade superior a 21 anos;

III- Residir no Município de Timbé do Sul

IV- Ensino médio completo

Art. 20- Os Conselheiros Tutelares do Município de Timbé do Sul serão eleitos pelo voto facultativo dos eleitores cadastrados junto ao Tribunal Regional Eleitoral que compõem as seções eleitorais do Município de Timbé do Sul/SC.

Art. 21- A organização do processo eleitoral, será de responsabilidade do Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente, coordenado pelo presidente do referido conselho e fiscalizado pelo Ministério Público.

Art. 22- Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente o lançamento do Edital de Convocação das eleições para escolha dos membros do Conselho Tutelar, o qual irá disciplinar sobre o local, data e hora das eleições, registro das candidaturas em forma individual, apuração dos votos, prazo para impugnações, proclamação e posse dos conselheiros escolhidos.

Art. 23- O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, fará

ampla divulgação do edital, em jornal de circulação regional, diário oficial do estado de Santa Catarina, fixados em mural publico da Prefeitura e da Câmara de Vereadores, site oficial do Município, escolas e Fórum da Comarca de Turvo.

SEÇÃO III DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS

Art. 24- O exercício da função de Conselheiro, constituirá serviço relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Art. 25- Os membros escolhidos para o exercício da função de Conselheiro Tutelar não serão considerados funcionários efetivos do quadro de pessoal da Administração Municipal, mas farão jus a remuneração equivalente a 01 (um) salário mínimo mensal e, terão cobertura previdenciária, gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal, licença-maternidade, licença-paternidade e gratificação natalina, conforme art. 134, seus incisos e parágrafo único da Lei nº 12.696/12.

SEÇÃO IV DA DIREÇÃO DO CONSELHO

Art. 26- Os Conselheiros Tutelares, por votação direta, escolherão entre si, um presidente e um secretário através do voto por maioria absoluta, os quais serão responsáveis pela direção do Conselho.

§1º- O mandato dos diretores do Conselho terá a duração de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

§2º- Na ausência do Presidente, este será substituído pelo Secretário do Conselho.

§3º- Na vacância de qualquer um dos cargos será eleito novo presidente ou secretário até completar o mandato do substituído.

§4º- Os cargos acima descritos não estão sujeito a gratificações ou remuneração extra.

Art. 27- São atribuições do Presidente:

I- Presidir as reuniões plenárias, tomando parte das discussões e votações com direito a voto;

II- Convocar sessões ordinárias e extraordinárias;

III- Representar o Conselho Tutelar;

IV- Assinar correspondência oficial do Conselho Tutelar;

V- Propor ao representante legal do órgão ao qual está vinculada, a designação ou veto, ouvido a plenária, de funcionários e auxiliares ao funcionamento do Conselho Tutelar;

VI- Zelar, com os demais conselheiros, pela fiel aplicação e respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente;

VII- Proceder abertura e encerramento de todos os livros usados pelo Conselho, rubricando todas as folhas.

Art. 28- São atribuições do Secretário:

I- redigir e assinar atas e resoluções com os demais os conselheiros presentes na sessão;

II- redigir e assinar as correspondências oficiais juntamente com

o Presidente;

III- manter sob sua guarda livros, fichas, documentos e papeis do Conselho Tutelar;

IV- prestar as informações que lhe forem requisitas e expedir certidões, respeitando os artigos 146 e 147 do ECA.

SEÇÃO V DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DOS CONSELHEIROS

Art. 29- O Conselho Tutelar elaborará o seu Regimento Interno, submetendo-o à aprovação do CMDA.

Art. 30- Constará da Lei Orçamentária Municipal, previsão de recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar.

Art. 31- O Chefe do Poder Executivo, ouvido o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar, providenciará por meio de decreto, local e horário adequado para o seu funcionamento, bem como todo apoio de pessoal e outros meios necessários para o bom funcionamento.

Parágrafo único- A atuação do Conselho Tutelar será contínua e ininterrupta, atendendo os casos urgentes em qualquer dia e horário, na forma do decreto do Poder Executivo.

Art. 32- Não há hierarquia entre os conselheiros, cada qual tem sua competência e área de atuação, e deve trabalhar de forma harmônica e integrada para que o Sistema de Proteção Integral possa ser efetivamente implementado.

Art. 33- O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo e seus membros não se classificam como servidores municipais ocupantes de cargos ou empregos públicos, exercendo apenas função pública temporária sujeita a mandato.

SEÇÃO VII DA PERDA DO MANDATO E DOS IMPEDIMENTOS DOS CONSELHEIROS

Art. 34- Perderá automaticamente o mandato o conselheiro tutelar que for condenado por sentença irrecorrível pela prática de crime ou contravenção, ou que deixar de residir no Município de Timbé do Sul.

Art. 35- Poderá ainda ser cassado o mandato de Conselheiro Tutelar em caso de grave desídia no cumprimento dos deveres de seu cargo, apurando-se o fato através de inquérito administrativo cuja instauração dependerá do voto da maioria absoluta dos membros do CMDCA e desde que haja votação favorável à cassação pela maioria qualificada de dois terços (2/3) do colegiado pleno, facultada a ampla defesa.

Art. 36- Em caso de morte ou renúncia de qualquer membro do Conselho Tutelar, o CMDCA declarará vago o cargo e convocará o respectivo suplente por ordem de votação.

Art. 37- São impedidos de servir no mesmo conselho, marido e mulher; ascendentes e descendentes; sogro e genro ou nora; irmãos; cunhados, durante o cunhadio; tio e sobrinho; padrasto e madrasta e enteado.

Parágrafo Único - Entende-se o impedimento do Conselheiro, na forma deste artigo, em relação a autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca.

Art. 38- Os impedimentos, a cassação e a perda de mandato

que trata esta sessão VII, seguirá a Resolução do CONANDA nº 105/2005, arts.11 e 12 e seus parágrafos.

TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 39- No prazo máximo de 30 dias da publicação desta Lei por convocação do Chefe do Poder Executivo Municipal, os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente se reunirão para elaborar o Regimento Interno dos Conselhos.

Art. 40º- Os conselheiros tutelares que atuam no município terão mandato limitado até a posse daqueles escolhidos no primeiro processo unificado, que ocorrerá no ano de 2015, conforme disposições previstas na Lei nº 12.696/12, art. 139, §1º.

Art. 41º- Os conselheiros eleitos pela primeira vez em 2013 e 2014 poderão concorrer a reeleição unificada no pleito de 04 de outubro de 2015 e a subsequente, conforme a resolução 152/2012 do CONANDA, que trata da transição para fins de regulamentação do processo de escolha unificado dos conselheiros tutelares em todo território nacional.

Art. 42- Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as Leis Municipais nº 599/91, 1.098/2001, 934/97, 1.083/2001, 1.302/2005, 1.422/2007, 1.429/2007 e 1.473/2009, seus Decretos e Portarias regulamentadores.

Art. 43- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó do Sul, 31 de março de 2015.

Éclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 40 DE 26 DE MARÇO DE 2015.

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 40 DE 26 DE MARÇO DE 2015.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 345, de 13 de dezembro de 2007, certifica que:

Está APROVADO o DESMEMBRAMENTO denominado "VGZ ADMINISTRADORA DE BENS LTDA", situado no lado ímpar da Rua Pomeranos, esquina formada com o lado ímpar da Rua Criciúma, nesta Cidade, com a área de 5.721,17m² (Cinco mil, setecentos e vinte e um metros e dezessete décimos quadrados), processo D-004/2015 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente VGZ ADMINISTRADORA DE BENS LTDA, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 1.328, em data de 10/03/2015 e da aprovação técnica exarada pelo profissional.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 17.231, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.05.020.1319.001, sendo constituído:

De 05 lotes numerados de 01 (um) a 05 (cinco), abaixo transcritos:

01 - Lote nº 01 (um) - com área de 1.157,96m² (Hum mil, cento e cinquenta e sete metros e noventa e seis décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Pomeranos, esquina formada com o lado ímpar da Rua Criciúma; estremando na frente em 23,38 metros com o lado ímpar da Rua Pomeranos; fundos estrema em 29,71 metros com o lote nº 02; lado direito estrema em 38,35 metros com terras de Waldir Ladehoff, matrícula nº 2.078, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 33,84 metros com o lado ímpar da Rua Criciúma, e em 9,78 metros na curva de transição formada com o lado ímpar da Rua Criciúma;

02 - Lote nº 02 (dois) - com área de 1.069,41m² (Hum mil, sessenta e nove metros e quarenta e um décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Criciúma, distando pelo lado direito do imóvel, 40,22 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Pomeranos; estremando na frente em 36,00 metros com o lado ímpar da Rua Criciúma; fundos estrema em 36,00 metros com terras de Waldir Ladehoff, matrícula nº 2.078, livro 2; lado direito estrema em 29,71 metros com o lote nº 01; e, lado esquerdo estrema em 29,71 metros com o lote nº 03;

03 - Lote nº 03 (três) - com área de 475,30m² (Quatrocentos e setenta e cinco metros e trinta décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Criciúma, distando pelo lado direito do imóvel, 76,22 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Pomeranos; estremando na frente em 16,00 metros com o lado ímpar da Rua Criciúma; fundos estrema em 16,00 metros com terras de Waldir Ladehoff, matrícula nº 2.078, livro 2; lado direito Continuação da Certidão nº 040/2015, fls. 02.

estrema em 29,71 metros com o lote nº 02; e, lado esquerdo estrema em 29,71 metros com o lote nº 04;

04 - Lote nº 04 (quatro) - com área de 1.455,61m² (Hum mil,

quatrocentos e cinquenta e cinco metros e sessenta e um décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Criciúma, distando pelo lado direito do imóvel, 92,22 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Pomeranos; estremando na frente em 49,00 metros com o lado ímpar da Rua Criciúma; fundos estrema em 49,00 metros com terras de Waldir Ladehoff, matrícula nº 2.078, livro 2; lado direito estrema em 29,71 metros com o lote nº 03; e, lado esquerdo estrema em 29,71 metros com o lote nº 05;

05 - Lote nº 05 (cinco) - com área de 1.562,89m² (Hum mil, quinhentos e sessenta e dois metros e oitenta e nove décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Criciúma, distando pelo lado direito do imóvel, 141,22 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Pomeranos; estremando na frente em 58,38 metros com o lado ímpar da Rua Criciúma; fundos estrema em 46,84 metros com terras de Waldir Ladehoff, matrícula nº 2.078, livro 2; lado direito estrema em 29,71 metros com o lote nº 04; e, lado esquerdo estrema em 31,87 metros com a margem esquerda do Ribeirão Pomeranos. Neste imóvel fica reservada a área de 956,11m², destinada à Área de Preservação Permanente, conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012; estremando na frente, em 31,87 metros com terras do proprietário; fundos, estrema em 31,87 metros com a margem esquerda do Ribeirão Pomeranos; lado esquerdo, estrema em 32,18 metros com o lado ímpar da Rua Criciúma; e, lado direito, estrema em 32,18 metros com terras de Waldir Ladehoff, matrícula nº 2.078, livro 2.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar nº 335/2007 e do Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 26 de março de 2015.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Município de Timbó

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 41 DE 27 DE MARÇO DE 2015

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 41 DE 27 DE MARÇO DE 2015.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 345, de 13 de dezembro de 2007, certifica que:

Está APROVADO o DESMEMBRAMENTO denominado "EDMUND BUTZKE", situado no lado par da Rua Marechal Deodoro, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 16,42 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Mônaco, nesta Cidade, com a área de 2.231,18m² (Dois mil, duzentos e trinta e um metros e dezoito décimos quadrados), processo D-003/2015 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente EDMUND BUTZKE, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 1.105, em data de 03/03/2015 e da aprovação técnica exarada pelo profissional.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob

o nº 24.868, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.04.007.1153.001, sendo constituído:

De 02 lotes numerados de 01 (um) e 02 (dois) e mais uma área remanescente, abaixo transcritos:

01 - Lote nº 01 (um) - com área de 124,35m² (Cento e vinte e quatro metros e trinta e cinco décimos quadrados), situado no lado par da Rua Marechal Deodoro, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 16,42 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Mônaco; estremando na frente em linha curva de 4,08 metros com o lado par da Rua Marechal Deodoro; fundos estrema em 4,00 metros com o lote nº 02; lado direito estrema em 30,69 metros com a área remanescente; e, lado esquerdo estrema em 31,50 metros com terras de Alaor Jose Lenzi, matrícula nº 10.346, livro 2. Este lote deverá ser anexado ao imóvel confrontante matriculado sob nº 10.346, livro 2, de propriedade de Alaor Jose Lenzi;

02 - Lotes nº 02 (dois) - com área de 1.127,72m² (Hum mil, cento e vinte e sete metros e setenta e dois décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Mônaco, distando pelo lado direito do imóvel, 35,63 metros da esquina formada com o lado par da Rua Marechal Deodoro; estremando na frente em 38,30 metros com o lado ímpar da Rua Mônaco; fundos estrema em 17,57 metros com terras de Erwin Anton Bucher Filho, matrícula nº 2.724, livro 2; lado direito estrema em 20,00 metros, sendo em 16,00 metros com terras de Alaor Jose Lenzi, matrícula nº 10.346, livro 2, e em 4,00 metros com o lote nº 01, em 20,81 metros e em 20,52 metros com a área remanescente; e, lado esquerdo estrema em 40,78 metros com terras de Alaor Jose Lenzi, matrícula nº 10.347, livro 2;

03 - Área Remanescente - com área de 979,11m² (Novecentos e setenta e nove metros e onze décimos quadrados), situado no lado par da Rua Marechal Deodoro, distando pelo continuação da Certidão nº. 041/2015, fls. 02.

lado esquerdo do imóvel, 20,50 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Mônaco; estremando na frente em linha curva de 19,07 metros com o lado par da Rua Marechal Deodoro; fundos estrema em 20,52 metros com o lote nº 02; lado direito estrema em 48,97 metros com terras de Erwin Anton Bucher Filho, matrícula nº 2.724, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 51,50 metros, sendo em 30,69 metros com o lote nº 01 e em 20,81 metros com o lote nº 02. Edificado com a casa residencial de alvenaria sob nº 988.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar nº. 335/2007 e do Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 27 de março de 2015.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Município de Timbó

CERTIDÃO Nº 39 DE 26 DE MARÇO DE 2015

CERTIDÃO Nº 39 DE 26 DE MARÇO DE 2015

ALTERA dispositivo da Certidão nº 030, de 23 de janeiro de 2015, com a seguinte descrição:

"Lote 01 (um) - com área de 1.948,30m² (Hum mil, novecentos e quarenta e oito metros e trinta decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Pomeranos, esquina formada com o lado ímpar da Rua Friedrich Grether; estremando na frente em 8,56 metros e em 3,00 metros com lado ímpar da Rua Pomeranos; fundos estrema em 10,30 metros e em 6,96 metros com o lote nº 04; lado direito estrema em 4,12 metros, em 50,18 metros e em 77,29 metros com o lote nº 02; e, lado esquerdo estrema em 51,62 metros e em 72,66 metros com o lado ímpar da Rua Friedrich Grether e em 9,85 metros na curva de transição formada com o lado ímpar da Rua Friedrich Grether. Neste imóvel fica reservada a área de 501,75m², constante da faixa de 30,00 metros ao longo do ribeirão Pomeranos, destinada à Área de Preservação Permanente, conforme Lei nº 4.771 de 15/09/1965; estremando na frente, em 16,50 metros com terras do proprietário; fundos, estrema em linha quebrada de 10,30 metros e em 6,96 metros com o lote nº 04; lado direito, estrema em 34,58 metros com o lote nº 02; e, lado esquerdo, estrema em 32,99 metros com o lado ímpar da Rua Friedrich Grether;

Lote 02 (dois) - com área de 3.318,12m² (Três mil, trezentos e dezoito metros e doze decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Pomeranos, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 11,56 metros da curva de transição formada com o lado ímpar da Rua Friedrich Grether; estremando na frente em 17,57 metros com lado ímpar da Rua Pomeranos; fundos estrema em 27,31 metros com o lote nº 04; lado direito estrema em 3,97 metros, em 50,38 metros e em 76,73 metros com o lote nº 03; e, lado esquerdo estrema em 4,12 metros, em 50,18 metros e em 77,29 metros com o lote nº 01. Neste imóvel fica reservada a área de 843,24m², constante da faixa de 30,00 metros ao longo do ribeirão Pomeranos, destinada à Área de Preservação Permanente, conforme Lei nº 4.771 de 15/09/1965; estremando na frente, em 28,55 metros com terras do proprietário; fundos, estrema em 27,31 metros com o lote nº 04; lado direito, estrema em 34,69 metros com o lote nº 03; e, lado esquerdo, estrema em 34,58 metros com o lote nº 01. Neste imóvel encontra-se edificada a casa de enxaimel, em alvenaria, um pavimento, contendo 163,07m² de área construída, sob nº 1.411, edificada desde 1890;

Lote 03 (três) - com área de 2.848,78m² (Dois mil, oitocentos e quarenta e oito metros e setenta e oito decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Pomeranos, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 29,13 metros da curva de transição formada com o lado ímpar da Rua Friedrich Grether; estremando na frente em 2,00 metros e em 13,00 metros com o lado ímpar da Rua Pomeranos; fundos estrema em 29,03 metros, sendo em 4,74 metros com o Ribeirão Pomeranos e em 24,29 metros com o lote nº 04; lado direito estrema em 38,64 metros com terras de Diva Henkels, Kathia Suely Henkels e Sandra Nara Henkels, matrícula nº 4.460, livro 2, em 26,87 metros, sendo em 22,86 metros com terras de Diva Henkels, Kathia Suely Henkels e Sandra Nara Henkels, matrícula nº 4.460, livro 2 e em 4,01 metros com terras de Dablio Participações Ltda, matrícula nº 1.161, livro 2 e em 74,59 metros com terras de Dablio Participações Ltda, matrícula nº 1.161, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 3,97 metros, em 50,38 metros e em 76,73 metros com o lote nº 02. Neste imóvel fica reservada a área de

Continuação da Certidão n.º 039/2015, fls. 02.

840,64m², constante da faixa de 30,00 metros ao longo do ribeirão Pomeranos, destinada à Área de Preservação Permanente, conforme Lei nº 4.771 de 15/09/1965; estremando na frente, em 27,06 metros com terras do proprietário; fundos, estrema em 4,74

metros com o Ribeirão Pomeranos e em 24,29 metros com o lote nº 04; lado direito, estrema em 38,51 metros com terras de Dablio Participações Ltda, matrícula nº 1.161, livro 2; e, lado esquerdo, estrema em 34,69 metros com o lote nº 02;

Lote 05 (cinco) - com área de 926,21m² (Novecentos e vinte e seis metros e vinte e um decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Friedrich Grether, distante pelo lado direito do imóvel, 185,89 metros da curva de transição formada com o lado ímpar da Rua Pomeranos; estremando na frente em 17,50 metros com lado ímpar da Rua Friedrich Grether; fundos estrema em 17,50 metros com o lote nº 41 de propriedade de Anselmo Riffel, matrícula nº 5.025, livro 2; lado direito estrema em 53,96 com o lote nº 04; e, lado esquerdo estrema em 52,21 metros com o lote nº 06. Neste imóvel fica reservada a área de 184,28m², de formato triangular, constante da faixa de 30,00 metros ao longo do ribeirão Pomeranos, destinada à Área de Preservação Permanente, conforme Lei nº 4.771 de 15/09/1965; estremando na frente, em 26,01 metros com terras do proprietário; fundos estrema em 17,50 metros com o lote nº 41 de propriedade de Anselmo Riffel, matrícula nº 5.025, livro 2, e; lado direito, estrema em 21,19 metros com o lote nº 04;

Lote 06 (seis) - com área de 890,40m² (Oitocentos e noventa metros e quarenta decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Friedrich Grether, distante pelo lado direito do imóvel, 203,39 metros da curva de transição formada com o lado ímpar da Rua Pomeranos; estremando na frente em 17,50 metros com o lado ímpar da Rua Friedrich Grether; fundos estrema em 17,30 metros com o lote nº 41 de propriedade de Anselmo Riffel, matrícula nº 5.025, livro 2; lado direito estrema em 52,21 metros com o lote nº 05; e, lado esquerdo estrema em 50,48 metros, sendo em 33,40 metros com o lote nº 08 de propriedade de Solange Maristela Beber, matrícula nº 13.076, livro 2 e em 17,08 metros com o lote nº 41 de propriedade de Anselmo Riffel, matrícula nº 5.025, livro 2;" Ficam ratificados os demais termos.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 26 de março de 2015.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Município de Timbó

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 03 2015 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2015

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

CONTRATADO: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de atividades postais para coleta, transporte e entrega de documentos no âmbito nacional.

VALOR TOTAL: R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses.

Timbó, 31 de Março de 2015

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO 1994

DECRETO Nº 1.994/2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 40.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

05 - Secretaria de Transportes e Obras

02 - Desenvolvimento Urbano

Projeto: 2214

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.105 R\$ 40.000,00

Artigo 2º - Para fazer frente aos créditos constantes no artigo anterior ficam utilizados os recursos do superávit financeiro do exercício anterior.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 25/03/2015

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

EXTRATO DE CONTRATO Nº 25/2015

EXTRATO DE CONTRATO 25/2015

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: COMÉRCIO E TRANSPORTES ALTENBURGUER LTDA ME

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa(s) para prestação de serviços de jardinagem nas áreas de domínio público compreendendo toda parte de manutenção, fornecimento de mudas de flores e demais itens, em conformidade com as especificações do Anexo I, durante o exercício financeiro de 2015.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as seguintes dotações orçamentárias: 05.02.2216.3.3.90.00.00.00.00.00.

VALOR: O valor total ora contratado é de R\$ 84.766,00 (Oitenta e quatro mil, setecentos e sessenta e seis mil reais), de acordo com os itens vencedores do Processo de Licitação nº 06/2015, conforme Anexo I.

DATA ASSINATURA: 27/03/2015.

TREZE TÍLIAS, 27 de Março de 2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 26/2015

EXTRATO DE CONTRATO 26/2015

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: FLORICULTURA THALER LTDA ME

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa(s) para prestação de serviços de jardinagem nas áreas de domínio público compreendendo toda parte de manutenção, fornecimento de mudas de flores e demais itens, em conformidade com as especificações do Anexo I, durante o exercício financeiro de 2015.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as seguintes dotações orçamentárias: 05.02.2216.3.3.90.00.00.00.00.00.

VALOR: O valor total ora contratado é de R\$ 106.250,00 (Cento e seis mil, duzentos e cinquenta reais), de acordo com os itens vencedores do Processo de Licitação nº 06/2015, conforme Anexo I.

DATA ASSINATURA: 27/03/2015.

TREZE TÍLIAS, 27 de Março de 2015.

LEI 1855

LEI Nº 1.855/2015

"CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL AO CENTRO CULTURAL DONA LEOPOLDINA ABRE CRÉDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Com a finalidade específica e exclusiva de colaborar no custeio das atividades de manutenção fica o Poder Executivo autorizado a conceder ao Centro Cultural Dona Leopoldina, CNPJ Nº 78.482.429/0001-50 subvenção social no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) divididos em 10 parcelas mensais, iguais e sucessivas cuja liberação fica condicionada à apresentação das certidões negativas de débitos, Federais, Estaduais e municipais.

Art. 2º A entidade beneficiada deverá Prestar Contas, até o 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela dos recursos recebidos, conforme Lei 4320/64

Art. 3º É vedada a redistribuição dos recursos de que trata esta Lei a outras entidades congêneres ou não.

Art. 4º O saldo eventualmente não aplicado deverá ser revertido aos cofres públicos até 31 de janeiro do exercício seguinte ao do recebimento.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei onerarão a dotação orçamentária constante na abertura de crédito especial:

Suplementa:

07 - Secretaria de Cultura e Esportes

01 - Serviços de Cultura

Atividade: 2015 - Despesas com Atividades Culturais

Modalidade de aplicação: 3.3.50.00.00 (Subvenções Sociais)

Valor R\$ 15.000,00

Anula:

7 - Secretaria de Cultura e Esportes

01 - Serviços de Cultura

Atividade: 2015 - Manutenção dos Serviços de Cultura

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00

Valor R\$ 15.000,00

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias, SC, 18 de março de 2015.
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária da Administração e Fazenda

LEI 1856

LEI Nº 1.856/2015.

CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL À ASSOCIAÇÃO CULTURAL AUSTRIACA BANDA DOS TIROLESES, ABRE CRÉDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Com a finalidade específica e exclusiva de colaborar no custeio das atividades de manutenção, fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Associação Cultural Austríaca Banda dos Tiroleses, subvenção social no valor de R\$ 89.500,00 (oitenta e nove mil e quinhentos reais), dividida em 10 parcelas iguais e sucessivas, cuja liberação fica condicionada à apresentação das certidões negativas de débitos, na forma legal.

Art. 2º A entidade beneficiada deverá prestar contas até 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, conforme o estabelecido na Lei Federal 4320/64 e Decreto Municipal nº. 1.871/2014.

Art. 3º É vedada a redistribuição dos recursos de que trata esta Lei a outras entidades congêneres ou não.

Art. 4º O saldo eventualmente não aplicado deverá ser revertido aos cofres públicos até 31 de janeiro do exercício seguinte ao do recebimento.

Art. 5º A título de contrapartida a Associação Cultural Austríaca Banda dos Tiroleses, se compromete a efetuar no mínimo 03 (três) apresentações públicas, gratuitas, em eventos promovidos pelo Município de Treze Tílias.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei onerarão a dotação orçamentária resultante da abertura de crédito especial, por conta das operações de suplementação e anulação de crédito, conforme especificado abaixo:

Suplementa:

07 - Secretaria de Cultura e Esportes

01 - Serviços de Cultura

Atividade: 2015 - Despesas com Atividades Culturais

Modalidade de aplicação: 3.3.50.00.00 (Subvenções Sociais)

Valor: R\$ 89.500,00 (oitenta e nove mil e quinhentos reais).

Anula:

7 - Secretaria de Cultura e Esportes

01 - Serviços de Cultura

Atividade: 2312 - Manutenção Fundo de Cultura

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00

Valor: R\$ 89.500,00 (oitenta e nove mil e quinhentos reais).

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação sendo revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias, SC, 18 de março de 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária da Administração e Fazenda

LEI 1857

LEI Nº 1.857/2015

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO CULTURAL AUSTRIACA BANDA DOS TIROLESES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com a Associação Cultural Austríaca Banda dos Tiroleses, nos termos da minuta anexa e que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º. O objeto do convênio de que trata o artigo anterior é a cessão do espaço público (Praça de Alimentação) localizado no Centro de Eventos situado junto às margens da Rodovia SC 465 Próximo ao Distrito Industrial de Treze Tílias para a venda de bebidas na III Expo Tílias, evento realizado pelo Município de Treze Tílias no período compreendido entre 24 a 26 de abril de 2015.

Art. 3º O conveniado poderá explorar o serviço de venda de bebidas repassando ao Município conveniente a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Art.4º . O Espaço cedido para a exploração da venda de bebidas objeto do presente convênio será exclusivamente na PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO.

Art. 5º O conveniado deverá apresentar prestação de contas referente à cessão do espaço público no prazo de até 30 (trinta) dias após a data do término do evento.

Art.65º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias/SC, 18 de março de 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária da Administração e Fazenda

CONVÊNIO Nº 04/2015

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS/SC, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 82777251000141, com endereço na Praça Ministro Andreas Thaler, nº. 25, centro, CEP 89650-000, Treze Tílias/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, MAURO DRESCH e a Associação Cultural Austríaca Banda dos Tiroleses, CNPJ 04.056.302/0001-32, com endereço na Avenida Antônio Carlos Altenburger nº 46 representado por sua Presidente Sra. Fernanda Fiedler, CPF 062.222.259-77, visando à cessão de espaço (Praça de Alimentação) localizado no Centro de Eventos situado às margens da Rodovia SC 465 próximo ao Distrito Industrial de

Treze Tílias para exploração da venda de bebidas no evento ExpoTílias/2015.

Aos 18 dias do mês de março de 2015, o MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS e a Associação Cultural Austríaca Banda dos Tiroleses resolvem nos termos da Lei nº 1.857/2015, celebrar o presente Convênio, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a cessão de espaço localizado no Centro de Eventos localizado junto às margens da Rodovia SC 465 próximo ao Distrito Industrial junto à Praça de Alimentação para a exploração da venda de bebidas no evento ExpoTílias nos dias 24 a 26 de abril de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO CONVENIENTE

- I - Divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;
- II - Ceder o espaço mencionado na cláusula primeira deste convênio;
- III - Montar a estrutura do stand no local na Praça de Alimentação;
- IV - Assumir a responsabilidade realização do evento;
- V - Fiscalizar a execução dos termos do presente convênio, bem como, atos de vigilância sanitária;
- VI - Efetuar a análise da prestação de contas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIADO

- I - Efetuar a venda de bebidas na ExpoTílias/2015, contratando a fornecedora dos produtos;
- II - Responsabilizar-se pelo pagamento à fornecedora;
- III - Oferecer, ao menos, os seguintes tipos de bebidas: Chopp, cerveja, água e refrigerantes;
- IV - Cumprir as normas de vigilância sanitária;
- V - Dispor de 08 atendentes para a venda de bebidas e caixa durante os dias de realização do evento;
- VI - Apresentar a prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias após o término do evento, composta do balancete, notas fiscais comprobatórias das despesas e declaração do responsável, no documento comprobatório da despesa, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado;

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor na data da publicação da Lei que o ampara, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Joaçaba/SC Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Treze Tílias/SC 18 de março de 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

FERNANDA FIEDLER

Presidente da Associação Cultural Austríaca Banda dos Tiroleses

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

LEI COMPLEMENTAR 82

LEI COMPLEMENTAR Nº 82/2015.

Dispõe sobre alteração do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, cria CARGO E VAGAS, estabelece padrões de vencimentos e CARGA HORÁRIA e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado, para integrar o quadro de funcionários do Município de Treze Tílias/SC, constante do Anexo I da Lei Complementar nº 39/2011, os seguintes cargos:

- I - Fonoaudiólogo;
- II - Nutricionista; e
- III - Orientador Social.

Art. 2º. Ficam criadas vagas para os cargos de Instrutor de Artes e Ofícios, com diferentes cargas horárias, Motorista de Veículos Pesados, Auxiliar de Serviços Gerais e Cozinheiro, conforme disposto no Anexo I da presente Lei que altera o Anexo I da Lei Complementar nº 39/2011.

Art. 3º. O Anexo I que trata dos "Cargos e Classes da Parte Permanente do Quadro de Pessoal" da Lei Complementar 39/2011 passa a vigorar com a redação que lhe dá o Anexo I da presente Lei.

Art. 4º. O Anexo VI da Lei Complementar 039/2011, passa a vigorar acrescido das tabelas contidas no Anexo II da presente Lei, que tratam das atribuições do Cargo de Orientador Social, Fonoaudióloga e Nutricionista.

Art. 5º. Na Tabela de Vencimento, do Anexo IV da Lei Complementar nº 39/2011, o Nível IV passa a vigorar acrescido dos Níveis IV-A, IV-B, e IV-C, de acordo com carga horária, passando a vigorar conforme o disposto no Anexo III da presente Lei Complementar.

Art. 6º. O vencimento do cargo de Orientador Social é o constante no Nível IV, do Anexo IV, da Lei Complementar nº 39/2011 e suas alterações, conforme disposto no Anexo III da presente Lei Complementar.

Art. 7º. Os vencimentos dos cargos de Fonoaudiólogo, de 20 horas e 40 horas semanais e Nutricionista, de 20 horas semanais, são os constantes nos Níveis IX, X, XI, do Anexo IV da Lei Complementar nº 39/2011 e sua alterações, conforme disposto no Anexo III da presente Lei Complementar.

Parágrafo único. Fica acrescido aos Níveis IX, X e XI, do Anexo IV da Lei Complementar nº 39/2011, os Níveis IX-A, X-A e XI-A, para os vencimentos dos cargos de Fonoaudiólogo e Nutricionista, de 20 horas semanais, conforme disposto no Anexo III da presente Lei Complementar.

Art. 8º. As despesas decorrentes da execução da presente lei

serão suportadas por dotação orçamentária própria.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias/SC, 18 de março de 2015.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei complementar no Diário Oficial dos Municípios

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária da Administração e Fazenda

ANEXO I

ANEXO I - Cargos e Classes de Cargos da Parte Permanente do Quadro de Pessoal

Grupo Ocupacional	Cargo	Classes dos Cargos	Nível de Vencimento	Carga Horária Semanal	Quantitativo por áreas de atuação/ especialização/ formação	
Nível Superior	Técnico Municipal de Nível Superior	I	IX	40h	22	Administração/ Administração Pública Arquitetura Urbanística Biblioteconomia Ciências Contábeis Controlador Interno
		II	X	40h	06	Enfermagem Engenharia Agrônoma Engenharia Ambiental Engenharia Civil Farmácia/Bioquímica Fisioterapia Fonoaudiologia Nutrição Psicologia Serviço Social Terapia Ocupacional Turismo
		III	XI	40h	03	
Nível Superior	Técnico Municipal de Nível Superior	I A	IX A	20h	02	Fonoaudiologia
		II A	X A	20h	02	
		III A	XI A	20h	02	
Nível Superior	Técnico Municipal de Nível Superior	I A	IX A	20h	01	Nutricionista
		II A	X A	20h	01	
		III A	XI A	20h	01	
Nível Superior	Técnico Municipal de Nível Superior	I	IX	20h	03	Direito Medicina Veterinária
		II	X	20h	01	
		III	XI	20h	01	
Nível Superior	Técnico Municipal de Nível Superior em Fiscalização	I	X	40h	04	Fiscalização de Receitas Tributárias Fiscalização de Obras e Posturas
		II	XI	40h	02	
		III	XII	40h	01	
Nível Superior	Técnico Municipal de Nível Superior em Controladoria Interna	I	X	40h	01	Ciências Contábeis
		II	XI	40h	01	
		III	XII	40h	01	
Nível Superior	Técnico Municipal de Nível Superior em Saúde	I	XIII	40h	04	Odontologia
		II	XIV	40h	01	
		III	XV	40h	01	

Nível Superior	Técnico Municipal de Nível Superior em Saúde	I	XIII	20h	03	Medicina
		II	XIV	20h	01	
		III	XV	20h	01	
Nível Superior	Técnico Municipal de Nível Superior em Medicina da Família		XV	40h	05	Medicina

ANEXO I - Cargos e Classes de Cargos da Parte Permanente do Quadro de Pessoal

Grupo Ocupacional	Cargo	Classes dos Cargos	Nível de Vencimento	Carga Horária Semanal	Quantitativo por áreas de atuação/ especialização/ formação	
Nível Técnico	Técnico Municipal de Nível Médio	I	VI	40h	14	Administração Agropecuária Contabilidade Enfermagem
		II	VII	40h	05	Finanças Higiene Dental
		III	VIII	40h	02	Informática Segurança do Trabalho Vigilância Sanitária
Apoio Administrativo Contábil-Financeiro	Agente Administrativo	I	III	40h	10	Administrativo/Contábil/Financeiro
		II	IV	40h	02	
		III	V	40h	01	
Apoio à Saúde	Agente de Combate às Endemias		II	40h	03	
	Auxiliar de Consultório Dentário		II	40h	04	
Apoio à Educação, Cultura e Ação Social	Instrutor de Artes e Ofícios		IV	40h	10	
			IV A	30h	05	
			IV B	20h	05	
			IV C	10h	05	
	Treinador de Modalidades Esportivas		IV	20h	05	
	Orientador Social		IV	40h	01	
Serviços Gerais	Auxiliar de Serviços Gerais		I	40h	40	
	Cozinheiro		II	40h	10	

ANEXO I - Cargos e Classes de Cargos da Parte Permanente do Quadro de Pessoal

Grupo Ocupacional	Cargo	Classes dos Cargos	Nível de Vencimento	Carga Horária Semanal	Quantitativo	Áreas de atuação/ especialização/ áreas de formação
Obras e Serviços Públicos	Artífice de Obras e Serviços Públicos		IV	40h	06	
	Auxiliar de Obras e Serviços Públicos		I	40h	20	
	Operador de Máquinas		V	40h	15	
Transportes	Motorista de Veículos Leves		IV	40h	10	
	Motorista de Veículos Pesados		V	40h	15	

ANEXO II

GRUPO OCUPACIONAL - NÍVEL SUPERIOR

1. Cargo: TÉCNICO MUNICIPAL DE NÍVEL SUPERIOR

(...)

7. Atribuições típicas

(...)

- CARGO DE FONOAUDIÓLOGO PARA ATUAR NA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Cabe ao fonoaudiólogo, desenvolver ações, em parceria com os educadores, que contribuam para a promoção, aprimoramento, e prevenção de alterações dos aspectos relacionados à audição, linguagem (oral e escrita), motricidade oral e voz e que favoreçam e otimizem o processo de ensino e aprendizagem, o que poderá ser feito por meio de: Capacitação e assessoria, podendo ser realizadas por meio de esclarecimentos, palestras, orientação, estudo de casos entre outros; Planejamento, desenvolvimento e execução de programas fonoaudiológicos; Orientações quanto ao uso da linguagem, motricidade oral, audição e voz; Observações e triagens fonoaudiológicas, com posterior devolutiva e orientação aos pais, professores e equipe técnica, sendo esta realizada como instrumento complementar e de auxílio para o levantamento e caracterização do perfil da comunidade escolar e acompanhamento da efetividade das ações realizadas e não como forma de captação de clientes. Ações no ambiente que favoreçam as condições adequadas para o processo de ensino e aprendizagem; Contribuições na realização do planejamento e das práticas pedagógicas da instituição.

- CARGO DE FONOAUDIÓLOGO PARA ATUAR NA SECRETARIA DE SAÚDE

Participar dos grupos de gestantes para orientar sobre amamentação e hábitos orais inadequados do bebê; participar dos grupos de envelhecimento ativo com o objetivo de orientar ações que favoreçam a comunicação oral e habilidades cognitivas, auditivas e vocais; participar de grupos e/ou desenvolver ações que favoreçam o desenvolvimento infantil, no que diz respeito às suas áreas de atuação; orientar agentes comunitários de saúde, para coletar dados e repassar orientação referente à comunicação dos usuários e detecção de sinais indicadores de alterações da comunicação humana; desenvolver atividades de promoção à saúde e da comunicação, por meio da abordagem de temas como saúde materno infantil, desenvolvimento infantil, saúde auditiva, saúde mental, saúde vocal e saúde do idoso; realizar visitas domiciliares, para elencar fatores ambientais e familiares que possam gerar alterações na comunicação humana; realizar atividades em instituições educacionais; participar das entidades representativas da população (conselho gestor, popular); realizar com a equipe campanhas de aleitamento materno, saúde auditiva, saúde vocal, envelhecimento ativo e comunicação humana, testes preventivos em recém-nascidos; realizar atendimentos clínicos individuais conforme encaminhamentos da Secretaria Municipal da Saúde ou outras Secretarias solicitantes, etc

GRUPO OCUPACIONAL

APOIO À EDUCAÇÃO e CULTURA

(...)

1. Cargo: ORIENTADOR SOCIAL

2. Descrição sintética: Planejar atividades dos programas de promoção, proteção e defesa de direitos de crianças, adolescentes e idosos, bem como orientar de forma individual ou em pequenos grupos, orientando, conduzindo e acompanhando os atendimentos, sob supervisão da equipe técnica de referência do CRAS. Mediação dos processos grupais, próprios dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, ofertados no CRAS.

3. Requisito para provimento:

Instrução: Magistério e/ou licenciatura. O diploma de licenciatura confere o adicional de 10% sobre o salário base.

4. Recrutamento:

Externo – no mercado de trabalho, mediante concurso público ou teste seletivo.

5. Perspectiva de desenvolvimento funcional:

Progressão: para o padrão de vencimento imediatamente superior ao cargo que ocupa.

6. Atribuições típicas:

1. Coordenar e acompanhar as atividades realizadas no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS para as crianças de 0 a 6 anos, 07 a 14, adolescentes de 15 a 17 anos e idosos acima de 60 anos;
2. Assegurar que a lista de presença seja atualizada diariamente com o nome dos usuários;
3. Participar da organização e planejamento dos eventos realizados no CRAS;
4. Elaborar a lista dos materiais necessários para atender as oficinas do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos do CRAS;
5. Dar suporte às crianças, aos jovens, adultos, idosos e familiares, esclarecendo dúvidas e prestando informações quanto ao funcionamento e regras da instituição, a fim de apoiar os mesmos no processo de aprendizagem e desenvolvimento;
6. Elaborar e disponibilizar relatórios para a Secretaria Municipal de Assistência Social e Ministério de Desenvolvimento Social, informando sobre os atendimentos e andamento das atividades, bem como o aproveitamento dos participantes nos programas disponibilizados no CRAS, visando à avaliação e aperfeiçoamento do Programa;
7. Zelar pela conservação dos bens patrimoniais, solicitando reparo e/ou reposição, sempre que necessário;
8. Apoiar a equipe técnica em assuntos inerentes à sua área de atuação, apresentando problemas e irregularidades, a fim de subsidiar a definição de procedimentos e ações a serem adotadas;
9. Participação de reuniões sistemáticas de planejamento de atividades e de avaliação do processo de trabalho com a equipe de referência do CRAS.

ANEXO III

Tabela de Vencimentos –Cargo de Instrutor de Artes e Ofícios - Variação = 3%

Carga Horária – 30 horas Semanais

	Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Téc. Mun. Nível Médio (30 horas semanais)	IV A	961,20	990,03	1.019,73	1.050,32	1.081,83	1.114,29	1.147,72	1.182,15	1.217,61	1.254,14
Téc. Mun. Nível Médio (30 horas semanais)	IV A	1.291,77	1.330,52	1.370,44	1.411,55	1.453,90	1.497,51	1.542,44	1.588,71	1.636,37	1.685,46
Téc. Mun. Nível Médio (30 horas semanais)	IV A	1.736,03	1.788,11	1.841,75	1.897,00	1.953,92	2.012,53	2.072,91	2.135,10	2.199,15	2.265,12

ANEXO III

Tabela de Vencimentos –Cargo de Instrutor de Artes e Ofícios - Variação = 3%

Carga Horária – 20 horas Semanais

	Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Téc. Mun. Nível Médio (20 horas semanais)	IVB	640,80	660,02	679,82	700,21	721,22	742,86	765,14	788,10	811,74	836,09
Téc. Mun. Nível Médio (20 horas semanais)	IVB	861,18	887,01	913,62	941,03	969,26	998,34	1.028,29	1.059,14	1.090,91	1.123,64
Téc. Mun. Nível Médio (20 horas semanais)	IVB	1.157,35	1.192,07	1.227,83	1.264,62	1.302,61	1.341,69	1.381,94	1.423,40	1.466,10	1.510,08

ANEXO III

Tabela de Vencimentos –Cargo de Instrutor de Artes e Ofícios - Variação = 3%

Carga Horária – 10 horas Semanais

	Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Téc. Mun. Nível Médio (10 horas semanais)	IVC	320,40	330,01	339,91	350,11	360,61	371,43	382,57	394,05	405,87	418,05
Téc. Mun. Nível Médio (10 horas semanais)	IVC	430,59	443,51	456,81	470,52	484,63	499,17	514,15	529,57	545,46	561,82
Téc. Mun. Nível Médio (10 horas semanais)	IVC	578,68	596,04	613,92	632,34	651,31	670,85	690,98	711,70	733,05	755,04

ANEXO III

Tabela de Vencimentos – Cargos de Nível Elementar e Intermediário – Variação 3%											
Cargos	Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
	I										
	II										
	III										
Agente Administrativo II, Artífice de Obras e Serviços Públicos, Instrutor de Artes e Ofícios, Motorista de Veículos Leves, Treinador de Modalidades Esportivas e Orientador Social	IV	1.281,60	1.320,29	1.360,19	1401,31	1443,62	1487,15	1.531,89	1.577,82	1.624,99	1.673,35
	V										
	VI										
	VII										

ANEXO III

Tabela de Vencimentos - Cargos de Nível Superior em Fonoaudiologia - Variação = 3%											
	Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Téc. Mun. Nível Superior em Fonoaudiologia (40 horas semanais)	IX	2.875,15	2.961,00	3.049,26	3.141,14	3.235,48	3.332,18	3.432,54	3.535,30	3.641,70	3.750,52
Téc. Mun. Nível Superior em Fonoaudiologia (40 horas semanais)	X	3.862,92	3.979,03	4.098,73	4.222,05	4.349,00	4.479,58	4.613,79	4.751,61	4.894,30	5.040,59
Téc. Mun. Nível Superior em Fonoaudiologia (40 horas semanais)	XI	5.191,71	5.347,69	5.508,50	5.674,14	5.844,62	6.019,93	6.200,08	6.386,27	6.577,31	6.774,38

ANEXO III

Tabela de Vencimentos - Cargos de Nível Superior em Fonoaudiologia - Variação = 3%											
	Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Téc. Mun. Nível Superior em Fonoaudiologia e Nutricionista (20 horas semanais)	IX A	1.437,57	1.480,69	1.525,11	1.570,87	1.617,99	1.666,52	1.716,52	1.768,02	1.821,06	1.875,69
Téc. Mun. Nível Superior em Fonoaudiologia e Nutricionista (20 horas semanais)	X A	1.931,96	1.989,92	2.049,62	2.111,10	2.174,44	2.239,67	2.306,86	2.376,06	2.447,34	2.520,76
Téc. Mun. Nível Superior em Fonoaudiologia e Nutricionista (20 horas semanais)	XI A	2.596,39	2.674,28	2.754,51	2.837,14	2.922,26	3.009,92	3.100,22	3.193,23	3.289,03	3.387,70

Trombudo Central

PREFEITURA

DECRETO 020/15

DECRETO 020/15 DE 13 DE MARÇO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL DO PROGRAMA DE 2015.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal 1862/14 de 16 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

10 SECRETARIA DA CULTURA E DO TURISMO
10.01 DEPARTAMENTO DA CULTURA
10.01.13.391.0011.2.039-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária e do excesso de arrecadação:

10 SECRETARIA DA CULTURA E DO TURISMO
10.01 DEPARTAMENTO DA CULTURA
10.01.13.391.0011.2.039-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 13 de Março de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

DECRETO 021/15

DECRETO 021/15 DE 13 DE MARÇO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL DO PROGRAMA DE 2015.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal 1862/14 de 16 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
04.02 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA
04.02.12.361.0004.1.005-4.4.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 150.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária e do excesso de arrecadação:

Subtrair excesso de arrecadação R\$ 150.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 13 de Março de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

LEI 1869

LEI 1869 DE 30 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL A EFETUAR O PROTESTO DE CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA, DISPENSA O AJUIZAMENTO DE EXECUÇÕES FISCAIS DE BAIXO VALOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 32 da Lei Orgânica do Município...

FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a enviar para protesto, as certidões de dívida ativa dos créditos tributários e não tributários do Município, constituídos na forma da legislação em vigor, independentemente do valor, bem como os títulos executivos judiciais condenatórios de quantia certa transitados em julgado. Parágrafo único. A cobrança da dívida ativa poderá ser efetivada administrativamente, judicialmente ou por meio de protesto, podendo ser adotada uma ou outra isolada ou cumulativamente, sem benefício de ordem.

Art. 2º Compete ao Município de Trombudo Central, por meio da Secretaria de Administração e Finanças, levar a protesto os seguintes títulos:

I - a Certidão da Dívida Ativa (CDA) emitida pela Fazenda Pública Municipal em favor do Município de Trombudo Central, independentemente do valor do crédito, e cujos efeitos do protesto alcançarão, também, os responsáveis tributários apontados no artigo 135 da Lei Federal nº 5.172, de 25.10.1966 (Código Tributário Nacional), desde que seus nomes constem da Certidão de Dívida Ativa;

II - a sentença judicial condenatória de quantia certa em favor do Município de Trombudo Central, desde que transitada em julgado, independentemente do valor do crédito.

§ 1º Efetivado o protesto sem que o devedor tenha, no prazo legal, quitado o débito, Secretaria de Administração e Finanças fica autorizada a ajuizar a ação executiva do título em favor do Município, ou, sendo o caso, a requerer o prosseguimento da fase de cumprimento de sentença, com todos os valores devidamente atualizados, sem prejuízo da manutenção do protesto no cartório competente.

§ 2º Uma vez quitado integralmente ou parcelado o débito pelo devedor, inclusive dos honorários advocatícios dos emolumentos cartorários e das custas judiciais, o Município de Trombudo Central requererá a baixa do protesto ao Tabelionato de Protesto de Títulos e Documentos, bem como a extinção ou a suspensão da ação de execução eventualmente ajuizada.

§ 3º Na hipótese de descumprimento do parcelamento o Município

de Trombudo Central fica autorizado a levar a protesto a integralidade do valor remanescente apurado e devido.

§ 4º Sem prejuízo do disposto no § 3º, as parcelas inadimplidas de parcelamentos concedidos pela Administração Tributária poderão ser levadas a protesto, individualmente, mediante expedição de certidão específica relativa à parcela não paga.

Art. 3º Cabe à Secretaria de Administração e Finanças efetuar o controle de legalidade dos títulos que serão levados a protesto nos termos da legislação vigente.

Art. 4º O Município de Trombudo Central fica autorizado a efetuar o protesto dos respectivos títulos, nas ações de execução fiscal em curso, bem como nas sentenças judiciais que se encontram em fase de cumprimento de sentença na data da publicação desta lei, observado o disposto no artigo 2º.

Art. 5º Somente ocorrerá o cancelamento do protesto após o pagamento total da dívida, incluídas as custas judiciais, honorários advocatícios e emolumentos cartorários ou o parcelamento daquela.

Art. 6º Fica a Secretaria de Administração e Finanças autorizada a não ajuizar execuções de créditos tributários de baixo valor, considerando-se como tal o montante correspondente ao salário mínimo nacional.

Parágrafo Único. O limite previsto no caput deve ser considerado em relação a cada sujeito passivo, depois de somados todos os débitos que possuía inscritos em dívida ativa do Município.

Art. 7º A autorização de que trata o art. 6º não impede a cobrança administrativa, o protesto extrajudicial, bem como inscrição do devedor no cadastro de inadimplentes Municipal.

Art. 8º Os créditos tributários ou não tributários, inscritos em dívida ativa, os quais não estejam em situação de suspensão ou interrupção prescricional, após o decurso do prazo de 05 (cinco) anos de sua constituição definitiva, cujas execuções não tenham sido ajuizadas, por força do valor mínimo para tanto exigido, ou por falta de requisito formal, serão cancelados.

Art. 9º O chefe do executivo poderá, mediante Decreto, regulamentar o disposto nesta Lei.

Parágrafo Único. Cabe ao Secretário Municipal de Administração e Finanças, mediante Portaria, a expedição de normas complementares para o cumprimento desta Lei e seu regulamento.

Art. 10º O Convênio a ser firmado com os Cartórios de Protesto locais regulará a remessa e retirada dos títulos, bem como dos respectivos valores.

§ 1º Os tabelionatos fornecerão ao Município de Trombudo Central, mensalmente ou quando solicitado, certidão, em forma de relação, dos protestos vigentes, dos retirados e dos cancelamentos efetuados, com a nota de se cuidar de informação reservada, da qual não se poderá dar publicidade pela imprensa ou outro meio, nem mesmo parcialmente.

§ 2º A certidão na forma de relação será fornecida gratuitamente, sem nenhum ônus para o Município de Trombudo Central, e os tabelionatos serão responsáveis pelas informações que enviarem.

§ 3º A apresentação ao protesto poderá ser realizada por meio eletrônico.

Art. 11º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 30 de Março de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

LEI 1870

LEI 1870 DE 30 DE MARÇO DE 2015.

ALTERA A LEI MUNICIPAL 1.584/2009, PARA OS EFEITOS DOS §§ 3º E 4º DO ARTIGO 100 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ATUALIZANDO A DEFINIÇÃO DO DÉBITO DE PEQUENO VALOR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e, eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Altera o artigo 1º, da Lei Municipal n. 1.584/2009, que passa a ter a seguinte redação:

“Para efeito do que dispõem os §§ 3º e 4º do artigo 100 da Constituição da República Federativa do Brasil e do artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, atualiza-se a definição de débito de pequeno valor prevista na Lei Municipal n. 1.584/2009, passando-se a considerar de pequeno valor os débitos e obrigações da Fazenda Pública Municipal consignada em precatórios judiciais, que têm valor igual ou inferior a 06 (seis) salários mínimos” (N.R.).

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, revogada a redação anterior do artigo 1º da Lei Municipal 1.584/2009.

Trombudo Central, 30 de Março de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

LEI 1871

LEI 1871 DE 30 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS A ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DE TROMBUDO CENTRAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e, eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar para a ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DE TROMBUDO CENTRAL, CNPJ Nº 10.677.139/0001-28 o valor de R\$ 6.700,00 (seis mil e setecentos reais), a título de subvenção social, tendo como finalidade a manutenção da continuidade das atividades educativas dos associados.

Art. 2º - O repasse será efetuado junto à conta corrente da Associação no decorrer do exercício de 2015.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária:

0301 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
2003 - Manutenção da Estrutura Burocrática da Secretaria da Administração

3.3.50 - Aplicações Diretas

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 30 de Março de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 191/15

PORTARIA 191/15 DE 30 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora pública municipal Sra. DIAIR SCHNEIDER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira, licença para tratamento de saúde pelo prazo de 20 (vinte) dias, conforme atestado médico emitido em 21 de Março de 2015, apresentado junto ao Departamento de Pessoal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos à data de 21 de Março de 2015, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 30 de Março de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 192/15

PORTARIA 192/15 DE 30 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE DIÁRIA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1845 de 29 de Julho de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º - Fixar em R\$ 1.505,00 (um mil, quinhentos e cinco reais) referente a 3½ (três diárias e meia), para custeio de estadia e alimentação ao servidor público municipal Sr. ELIO RAMOS, que estará em treinamento no Curso de Capacitação em Cadastro de Imóveis Rurais, relacionado ao novo SNCR-WEB e nova Declaração Eletrônica, no INCRA - Superintendência Regional de Santa Catarina, entre os dias 30 de Março a 02 de Abril do corrente ano, no Município de São José - SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 30 de Março de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretárias de Administração e Finanças

PORTARIA 193/15

PORTARIA 193/15 DE 30 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base no Artigo 86 da Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora pública municipal Sra. LUANA APARECIDA GOEDERT HASSE, ocupante do cargo de Agente Político de Secretária Municipal da Assistência Social e Habitação, licença Gestação pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, conforme atestado médico emitido em 18 de Março de 2015.

Art. 2º - A Licença de que trata o Artigo Primeiro, será custeado integralmente pelo Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Assinatura, com efeitos retroativos à data de 18 de Março de 2015, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 30 de Março de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

PORTARIA 194/15

PORTARIA 194/15 DE 30 DE MARÇO DE 2015.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora pública municipal Sra. HANELORE HEDLER, Vice Prefeita, a responder pela Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação, enquanto perdurar o afastamento da servidora pública municipal titular Sra. LUANA APARECIDA GOEDERT HASSE.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 30 de Março de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

PORTARIA 195/15

PORTARIA 195/15 DE 30 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE DIÁRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

RESOLVE:

Art. 1º - Fixar em R\$ 645,00 (seiscentos e quarenta e cinco reais) referente a 01½ (uma diária e meia), para custeio de hospedagem e alimentação ao servidor público municipal Sr. ALESIO JUNG, que estará entregando amostras de água coleta, procedendo calibração e aferição de equipamentos e aquisição de reagentes para monitoramento na coleta de amostras e, participando de capacitação do novo sistema gerenciador de ambiente laboratorial - GAL, nos dias 07 e 08 do mês de Abril do corrente ano, no Município de Florianópolis - SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 30 de Março de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume, na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária da Saúde Interina

Tunápolis**PREFEITURA****ERRATA REGISTRO 05.2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS

Errata do Processo de Licitação nº 50/2015 cujo o objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS, DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, PARA O ANO 2015, ONDE SE LÊ: REGISTRO DE PREÇO N.05/2015, LEIA-SE: REGISTRO DE PREÇO nº 06/2015. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo, telefone (0xx49) 3632-11-22, 91365329.

Sheila Inês Bieger.

PREGOEIRA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2015

Edital de Pregão Presencial nº 09/2015

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, para CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, GEOMETRIA E BALANCEMANTO, CHAPARIAS COM PINTURA, POLIMENTO EM TODOS OS VEICULOS PERTENCENTES AO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE.

Entrega dos envelopes até às 8h30min do dia 16 de abril de 2015.

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Bruno José Heberle

Gestor do Fundo

Turvo

PREFEITURA

DECRETO 08/2015

DECRETO Nº 008/15, de 30 de Março de 2015.

FAZ DOAÇÃO DE TERRENO A EMPRESA CGC MÓVEIS DE MADEIRA LTDA - ME.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, usando das atribuições previstas no art. 2º da Lei nº 623/85, de 12.09.85 e deliberação da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico,

DECRETA

Art. 1º. Fica doado à Empresa CGC Móveis de Madeira Ltda -ME, CNPJ nº 20.405.852/0001-76, um terreno urbano, com área de 1.215,00 m² (um mil duzentos e quinze metros quadrados), sito em Morro Chato, neste Município, sendo o lote nº 01 da quadra 01, de formato retangular, na esquina da Rodovia Municipal TVO 354, medindo (30,00) metros de frente por (40,50) metros de frente a fundos, confrontando: frente ao sul com a Rua Projetada nº 01; fundos ao norte com o lote 02; leste com o lote 03 e oeste o lote 02 Rodovia Municipal TVO 354, conforme matrícula nº 24.096, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Turvo e um terreno urbano, com área de 1.215,00 m² (um mil, duzentos e quinze metros quadrados), sito em Morro Chato, neste Município, sendo o lote nº 02, da quadra 01, de formato retangular, distando (30,00) metros da esquina da Rodovia Municipal TVO 354, medindo (30,00) metros de frente por (40,50) metros de frente a fundos, confrontando: frente ao norte com a Rua nº 02; sul com o lote 01; leste com o lote 04 e oeste a Rodovia Municipal TVO 354, conforme matrícula nº 24.097, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Turvo.

Parágrafo Único. O referido imóvel destina-se à instalação de uma empresa para fabricação de móveis de madeira ou com predominância de madeira, conforme projeto aprovado pela Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º. A não utilização para os fins propostos e dentro dos prazos estabelecidos reverterá ao Município o referido imóvel, conforme prevê os artigos 8º, 9º e seus parágrafos únicos da Lei Municipal nº 623/85, de 12 de setembro de 1985.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário, em especial ao Decreto nº 069/14 de 29.12.2014.

Turvo(SC), 30 de março de 2015.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

DECRETO 09/2015

DECRETO Nº 009/15, de 31 de Março de 2015.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 22 da Lei nº 2.212/14 (Lei Diretrizes Orçamentária), de 21/10/2014. DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 6.977,00 (seis mil, novecentos e setenta e sete reais), assim classificados:
04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0028.2.005- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMIN. E FINANÇAS

3.3.71.00.00.00.00.00.0080 (010) - Transferência a Consórcios Públicos R\$ 6.977,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta de anulação parcial dos seguintes itens orçamentários:

3.1.71.00.00.00.00.00.0080 (007) - Transferência a Consórcios Públicos R\$ 2.927,00

4.4.71.00.00.00.00.00.0080 (012) - Transferência a Consórcios Públicos R\$ 4.050,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 31 de março de 2015.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

DECRETO 10/2015

DECRETO Nº 010/15, de 31 de Março de 2015.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.222/14 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2014. DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 525.000,00 (quinhentos e vinte e cinco mil reais), assim classificados:
07.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0007.1.004-VIAS URBANAS PAVIM. PAS. PÚBLICO E PRAÇA PÚBLICA

4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 (080) - Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

09.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
20.608.0030.2.020-MAN. DO PARQ. EXP. IRIS OLIVO/REAL. FESTA COLONO

4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 (112) - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação da Fonte 0080 no valor de R\$ 525.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 31 de março de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

DECRETO 11/2015

DECRETO Nº 011/15, de 31 de Março de 2015.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.222/14 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2014. DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 9.388,48 (nove mil, trezentos e oitenta e oito reais e quarenta e oito centavos), assim classificados:

06.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA ESPORTE E TURISMO

12.361.0034.2.010 - MANUTENÇÃO E FUNC.DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.90.00.00.00.00.00.03.0019.0 (120) - Aplicações Diretas R\$ 9.388,48

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do superávit financeiro de 2014 da fonte 0019 (fundeb 40%).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 31 de Março de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

DECRETO 12/2015

DECRETO Nº 012/15, de 31 de Março de 2015.

ABRE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE TURVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 2.235/15 de 26/03/2015. DECRETA

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional especial no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 179.300,00 (Cento e setenta e nove mil e trezentos reais) para ser utilizado na transferência ao CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES, assim classificados:

08.01 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL (Lei 2225/14)

08.244.0047.2.027 - Manutenção do Fundo Municipal de

Assistência Social

3.1.71.00.00.00.00.00.0.1.0080 ()- Aplicações Diretas R\$ 81.027,20

3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.0080 ()- Aplicações Diretas R\$ 73.703,80

4.4.71.00.00.00.00.00.0.1.0080 ()- Aplicações Diretas R\$ 24.569,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação da Fonte 0080 no valor de R\$ 179.300,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 31 de março de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

NOTIFICAÇÃO DE REPASSE 04/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REPASSES

A Administração Municipal de Turvo, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município de Turvo, que recebeu recursos federais conforme abaixo especificado:

- Termo de Compromisso nº TC/PAC 207039/2013

Objeto: Construção de Quadra escolar coberta com vestiário na Rua 324 e Rua José Roberto Trichês. - Projeto FNDE

Origem dos Recursos: FNDE

Valor da 3ª Parcela: R\$ 127.478,93

Valor da 4ª Parcela: R\$ 127.478,92

Data do repasse da 3ª e 4ª parcela: 26/03/2015

Turvo/SC, 26 de março de 2015.

CONTRATOS FMS JANEIRO_2015**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO

Folha: 1/5

CNPJ: 80.991.094/0001-47
RUA NEREU RAMOS,789
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Janeiro/2015.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

Contratado: HERCILIO PAZINI
C.P.F.: 018.357.509-15
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 2/2015 **Número do Processo:** 2/2015 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1/2015
Fundamento Legal:
Objeto: LOCAÇÃO DE UMA (01) CASA DE ALVENARIA COM AREA DE 334,25M² SITUADO NA RUA LEOBERTO LEAL, 687 NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE TURVO - SC PARA EXCLUSIVAMENTE PARA O FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE SAUDE DA FAMILIA - PSF.

Data da Assinatura: 05/01/2015
Data da Publicação no Diário Oficial:
Vigência: 05/01/2015 a 31/12/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho: 39
Valor: 7.578,00

Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: ASSOC.MUNIC.DO EXTREMO SUL SC.-AMESC
CNPJ: 83.871.210/0001-82
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 3/2015 **Número do Processo:** 3/2015 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 2/2015
Fundamento Legal:
Objeto: ESTE PROCESSO TEM POR FINALIDADE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS E EXAMES COMPLEMENTARES NÃO PRESTADOS PELO MUNICÍPIO E A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS FORNECIDOS PELO CIS/AMESC PARA ATENDIMENTO A POPULAÇÃO LOCAL DURANTE O EXECÍCIO DE 2015.

Data da Assinatura: 05/01/2015
Data da Publicação no Diário Oficial:
Vigência: 05/01/2015 a 31/12/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho: 54
Valor: 738.000,00

Forma de Pagamento: À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO**

Folha: 2/5

CNPJ: 80.991.094/0001-47
RUA NEREU RAMOS,789
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: NEWSYSTEM-COMERCIO DE RELOGIO PONTO LTDA -ME

CNPJ: 14.328.244/0001-02

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 4/2015

Número do Processo: 4/2015

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 3/2015

Fundamento Legal:

Objeto: "ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS RELÓGIOS PONTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO-SC."

Data da Assinatura: 05/01/2015

Data da Publicação no Diário Oficial:

Vigência: 05/01/2015 a 31/12/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho: 45

Valor: 2.208,00

Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: COLIX SOLUÇÕES PARA RESIDUOS LTDA.EPP

CNPJ: 05.869.279/0001-68

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 5/2015

Número do Processo: 5/2015

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 4/2015

Fundamento Legal:

Objeto: "ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE (LIXO HOSPITALAR). DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015."

Data da Assinatura: 05/01/2015

Data da Publicação no Diário Oficial:

Vigência: 05/01/2015 a 31/12/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho: 40

Valor: 16.128,00

Forma de Pagamento: À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO**

Folha: 3/5

CNPJ: 80.991.094/0001-47
RUA NEREU RAMOS,789
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** TEREZA PESCADOR RECCO**C.P.F.:** 017.848.049-59**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 6/2015**Número do Processo:** 6/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 5/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: LOCAÇÃO DE 02 (DUAS) SALAS COMERCIAIS DE ALVENARIA, SALA 01 COM ÁREA DE 89,80M² E SALA 02 COM ÁREA DE 86,66M², SITO NA RUA ÂNGELO ROVARIS, 1365 NO MUNICÍPIO DE TURVO/SC, DESTINADA EXCLUSIVAMENTE PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE TURVO.

Data da Assinatura: 05/01/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 05/01/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 42**Valor:** 14.400,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** CLAUDIO MANFREDINI**C.P.F.:** 144.885.079-72**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 7/2015**Número do Processo:** 7/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 6/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: "ESTE PROCESSO VISA A LOCAÇÃO DE 01 (UMA) SALA COM ÁREA DE 90m², SITUADA NA RUA DAVID ZACARON, N°520, SALA 02, BAIRRO CENTRO, NA CIDADE DE TURVO-SC, DESTINADA EXCLUSIVAMENTE PARA O FUNCIONAMENTO DA SALA DE FISIOTERAPIA MUNICIPAL."

Data da Assinatura: 05/01/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 05/01/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 43**Valor:** 8.688,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO**

Folha: 4/5

CNPJ: 80.991.094/0001-47
RUA NEREU RAMOS,789
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** WGS SISTEMAS LTDA**CNPJ:** 10.492.483/0001-42**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 8/2015**Número do Processo:** 8/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 7/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS É A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE ASSESSORIA NOS CONTROLES ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E ACOMPANHAMENTO DE DOCUMENTAÇÕES JUNTO AS REPARTIÇÕES PÚBLICAS NA CAPITAL DO ESTADO E 6ª REGIONAL DE SAÚDE.

Data da Assinatura: 05/01/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 05/01/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 44**Valor:** 6.600,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEL LTDA**CNPJ:** 03.075.558/0003-96**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 1/2015**Número do Processo:** 1/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 8/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: FORNECIMENTO PARCELADO E CONTINUO DE COMBUSTIVEIS (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10) PARA MANUTENÇÃO DOS VEICULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO-SC. DURANTE O EXERCICIO DE 2015.

Data da Assinatura: 20/01/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 20/01/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 47**Valor:** 444.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO**

Folha: 5/5

CNPJ: 80.991.094/0001-47
RUA NEREU RAMOS,789
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEL LTDA

CNPJ: 03.075.558/0003-96

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 1/2015

Número do Processo: 1/2015

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 9/2015

Fundamento Legal:

Objeto: FORNECIMENTO PARCELADO E CONTINUO DE COMBUSTIVEIS (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10) PARA MANUTENÇÃO DOS VEICULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO-SC. DURANTE O EXERCICIO DE 2015.

Data da Assinatura: 20/01/2015

Data da Publicação no Diário Oficial:

Vigência: 20/01/2015 a 31/12/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho: 46

Valor: 444.000,00

Forma de Pagamento: À Vista

CONTRATOS PMT FEVEREIRO_2015**ESTADO DE SANTA CATARINA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

Folha: 1/2

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Fevereiro/2015.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CIMENTUR - ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA**CNPJ:** 08.297.185/0001-50**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 11/2015**Número do Processo:** 11/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 15/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTE PROCESSO VISA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E BLOCOS DE CONCRETO MACIÇO PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM EM TRECHO DA RUA LUIZ MIRO FASCIN NO BAIRRO CIDADE ALTA MUNICÍPIO DE TURVO/SC..**Data da Assinatura:** 06/02/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 06/02/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 368**Valor:** 49.996,55**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** CIGA CONSORCIO DE INFORMATICA GESTAO PUB. MUNICIP**CNPJ:** 09.427.503/0001-12**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 16/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA**Data da Assinatura:** 06/02/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 06/02/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 682, 683**Valor:** 2.814,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 2/2

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Fevereiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: NELSON ALVES DA SILVA
CNPJ: 18.126.767/0001-27
Modalidade: Convite p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 9/2015 **Número do Processo:** 9/2015 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 14/2015
Fundamento Legal:
Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DE GINÁSIO DE ESPORTES ABEL BEZ BATTI PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE TURVO/SC.

Data da Assinatura: 06/02/2015
Data da Publicação no Diário Oficial:
Vigência: 06/02/2015 a 15/05/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho: 367
Valor: 145.783,00

Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: CASA DE REPOUSO SÃO JOSÉ LTDA
CNPJ: 05.948.389/0001-15
Modalidade:
Número da Licitação: **Número do Processo:** **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 18/2015
Fundamento Legal:
Objeto: A CONTRATADA obriga-se a abrigar e disponibilizar atendimento médico ao adolescente LEANDRO FERNANDES DOS SANTOS e a sua mãe MARIA DE FÁTIMA FERNANDES ANTONELLO, bem como responsabilizar-se pelo fornecimento de medicamentos que as pessoas acima mencionadas utilizarem enquanto estiverem abrigadas no estabelecimento da contratada.

Data da Assinatura: 06/02/2015
Data da Publicação no Diário Oficial:
Vigência: 06/02/2015 a 31/12/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho: 660
Valor: 61.688,00

Forma de Pagamento: À Vista

CONTRATOS PMT JANEIRO_2015**ESTADO DE SANTA CATARINA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

Folha: 1/7

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS, 588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Janeiro/2015.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

Contratado: NEWSYSTEM-COMERCIO DE RELOGIO PONTO LTDA -ME
CNPJ: 14.328.244/0001-02
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 6/2015 **Número do Processo:** 6/2015 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 4/2015
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DOS RELÓGIOS PONTOS DA PREFEITURA DE TURVO-SC PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

Data da Assinatura: 05/01/2015
Data da Publicação no Diário Oficial:
Vigência: 05/01/2015 a 31/12/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho: 104
Valor: 2.844,00

Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: SINDICATO TRABALHADORES RURAIS DE TURVO
CNPJ: 82.548.405/0001-23
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 4/2015 **Número do Processo:** 4/2015 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 2/2015
Fundamento Legal:
Objeto: O OBJETO DA LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COM ÁREA DE 234m² DE PROPRIEDADE DO LOCADOR, SITUADO NA RUA FREI GREGÓRIO DAL MONT, 1412, ALTOS DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TURVO, NESTA CIDADE, QUE SERÁ EXCLUSIVAMENTE PARA O FUNCIONAMENTO DO EJA (ensino de jovens e adultos).

Data da Assinatura: 05/01/2015
Data da Publicação no Diário Oficial:
Vigência: 05/01/2015 a 31/12/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho: 106, 118
Valor: 12.000,00

Forma de Pagamento: À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 2/7

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: TARSO CECONI
C.P.F.: 828.374.739-87
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 3/2015 **Número do Processo:** 3/2015 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1/2015
Fundamento Legal:
Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES, SITUADO NA RUA NEREU RAMOS 936, CENTRO NO MUNICÍPIO DE TURVO.

Data da Assinatura: 05/01/2015
Data da Publicação no Diário Oficial:
Vigência: 05/01/2015 a 31/12/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho: 107
Valor: 6.318,00

Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: JOANA MARIA BEZ BATTI
C.P.F.: 702.654.969-34
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 5/2015 **Número do Processo:** 5/2015 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 3/2015
Fundamento Legal:
Objeto: A LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA, PRÓPRIA PARA RESIDÊNCIA OU COMÉRCIO, DE PROPRIEDADE DA LOCADORA, SITUADA NA RUA FREI GREGÓRIO DAL MONT, 931, NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE TURVO/SC, QUE ESTÁ DESTINADO PARA O FUNCIONAMENTO DO CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE TURVO-SC.

Data da Assinatura: 05/01/2015
Data da Publicação no Diário Oficial:
Vigência: 05/01/2015 a 31/12/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho: 105
Valor: 4.500,00

Forma de Pagamento: À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 3/7

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** SUPER LIDER ALIMENTOS LTDA**CNPJ:** 07.605.075/0001-45**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 1/2015**Número do Processo:** 1/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 6/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO E CONTINUO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, GÁS DE COZINHA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

Data da Assinatura: 13/01/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 13/01/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 89, 90**Valor:** 328.498,50**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** PANIFICADORA COLONETTI LTDA ME**CNPJ:** 04.927.884/0001-85**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 1/2015**Número do Processo:** 1/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 8/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO E CONTINUO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, GÁS DE COZINHA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

Data da Assinatura: 13/01/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 13/01/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 87, 88**Valor:** 70.900,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 4/7

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** MARIA STELA BRISTOT BRINA ME**CNPJ:** 07.862.407/0001-77**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 1/2015**Número do Processo:** 1/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 5/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO E CONTINUO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, GÁS DE COZINHA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

Data da Assinatura: 13/01/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 13/01/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 91, 92, 93, 94**Valor:** 480.216,55**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP**CNPJ:** 01.980.629/0001-08**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 1/2015**Número do Processo:** 1/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 7/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO E CONTINUO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, GÁS DE COZINHA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

Data da Assinatura: 13/01/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 13/01/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 98, 99**Valor:** 27.775,20**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 5/7

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ORLEANS INFORMATICA LTDA ME**CNPJ:** 02.315.593/0001-00**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 1/2015**Número do Processo:** 1/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 9/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO E CONTINUO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, GÁS DE COZINHA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

Data da Assinatura: 13/01/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 13/01/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 95, 96, 97**Valor:** 16.699,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEL LTDA**CNPJ:** 03.075.558/0001-24**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 2/2015**Número do Processo:** 2/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 10/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: FORNECIMENTO PARCELADO E CONTINUO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S10 E ÓLEO DIESEL COMUM) PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO/SC, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015.

Data da Assinatura: 20/01/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 20/01/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 100, 101, 102, 103**Valor:** 890.200,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 6/7

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: CALDIERARO E SILVA SAUDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL L

CNPJ: 13.003.752/0001-58

Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 8/2015

Número do Processo: 8/2015

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 11/2015

Fundamento Legal:

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E SEGURANÇA DO TRABALHO, QUE SERÁ PRESTADO NA SEDE DA MESMA UMA TARDE POR SEMANA, OU DE ACORDO COM A NECESSIDADE E PROGRAMAÇÃO ESTABELECIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

Data da Assinatura: 27/01/2015

Data da Publicação no Diário Oficial:

Vigência: 27/01/2015 a 31/12/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho: 173

Valor: 15.960,00

Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: SETEP CONSTRUÇÕES S.A

CNPJ: 83.665.141/0001-50

Modalidade: Convite p/ Obras e Serv. Engenharia

Número da Licitação: 7/2015

Número do Processo: 7/2015

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 12/2015

Fundamento Legal:

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RUA RAUL MANFREDINI PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE TURVO - SC, COM EXTENSÃO DE 84,87 M. ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO DE CONFORMIDADE COM O ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANTA EM ANEXO.

Data da Assinatura: 27/01/2015

Data da Publicação no Diário Oficial:

Vigência: 27/01/2015 a 28/04/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho: 427

Valor: 38.361,72

Forma de Pagamento: À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 7/7

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: EMPRESA SANTA CATARINA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA

CNPJ: 05.568.964/0001-54

Modalidade:

Número da Licitação:

Número do Processo:

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 13/2015

Fundamento Legal:

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente contrato tem por objetivo prestar à CONTRATANTE, assessoria técnica na orientação e acompanhamento das demandas do município junto ao Governo Federal e Instituições Oficiais de Crédito no âmbito do Distrito Federal, na área de captação de recursos federais, com o objetivo de proporcionar melhorias nos serviços públicos, encurtando caminho entre os poderes municipal e federal.

Data da Assinatura: 27/01/2015

Data da Publicação no Diário Oficial:

Vigência: 27/01/2015 a 31/12/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho: 237

Valor: 7.980,00

Forma de Pagamento: À Vista

RREO_1BIM DE 2015



Município de TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	43.579.947,04	43.579.947,04	7.066.731,13	16,22	7.066.731,13	16,22	36.513.215,91
RECEITAS CORRENTES	38.460.786,18	38.460.786,18	4.812.054,10	12,51	4.812.054,10	12,51	33.648.732,08
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.930.236,94	2.930.236,94	555.235,53	18,95	555.235,53	18,95	2.375.001,41
IMPOSTOS	1.577.994,05	1.577.994,05	358.262,49	22,70	358.262,49	22,70	1.219.731,56
TAXAS	961.590,49	961.590,49	196.973,04	20,48	196.973,04	20,48	764.617,45
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	390.652,40	390.652,40	0,00	0,00	0,00	0,00	390.652,40
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	309.664,16	309.664,16	19.375,45	6,26	19.375,45	6,26	290.288,71
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	166.742,24	166.742,24	0,00	0,00	0,00	0,00	166.742,24
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	142.921,92	142.921,92	19.375,45	13,56	19.375,45	13,56	123.546,47
RECEITA PATRIMONIAL	78.222,19	78.222,19	1.911,56	2,44	1.911,56	2,44	76.310,63
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	78.222,19	78.222,19	1.911,56	2,44	1.911,56	2,44	76.310,63
RECEITA INDUSTRIAL	47.640,64	47.640,64	0,00	0,00	0,00	0,00	47.640,64
RECEITA DE SERVIÇOS	31.562,44	31.562,44	0,00	0,00	0,00	0,00	31.562,44
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	34.313.631,36	34.313.631,36	4.076.791,36	11,88	4.076.791,36	11,88	30.236.840,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	34.313.631,36	34.313.631,36	4.076.791,36	11,88	4.076.791,36	11,88	30.236.840,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	749.828,45	749.828,45	158.740,20	21,17	158.740,20	21,17	591.088,25
Multas e Juros de Mora	83.915,15	83.915,15	8.902,75	10,61	8.902,75	10,61	75.012,40
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	87.340,77	87.340,77	3.627,26	4,15	3.627,26	4,15	83.713,51
RECEITA DA DIVIDATIVA	200.476,58	200.476,58	29.721,35	14,83	29.721,35	14,83	170.755,23
RECEITAS DIVERSAS	378.095,95	378.095,95	116.488,84	30,81	116.488,84	30,81	261.607,11
RECEITAS DE CAPITAL	5.119.160,86	5.119.160,86	2.254.677,03	44,04	2.254.677,03	44,04	2.864.483,83
ALIENAÇÃO DE BENS	209.082,86	209.082,86	0,00	0,00	0,00	0,00	209.082,86
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	173.352,38	173.352,38	0,00	0,00	0,00	0,00	173.352,38
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	35.730,48	35.730,48	0,00	0,00	0,00	0,00	35.730,48
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.910.078,00	4.910.078,00	2.254.677,03	45,92	2.254.677,03	45,92	2.655.400,97
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	4.910.078,00	4.910.078,00	2.254.677,03	45,92	2.254.677,03	45,92	2.655.400,97
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	43.579.947,04	43.579.947,04	7.066.731,13	16,22	7.066.731,13	16,22	36.513.215,91
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Continua 1/3							



Município de TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	43.579.947,04	43.579.947,04	7.066.731,13	16,22	7.066.731,13	16,22
DEFCIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	43.579.947,04	43.579.947,04	7.066.731,13	16,22	7.066.731,13	16,22
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	3.287.000,00	—	—	34.015,33	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	3.287.000,00	—	—	34.015,33	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	43.579.947,04	51.751.947,04	18.790.335,13	18.790.335,13	32.961.611,91	4.302.045,06	4.302.045,06	47.449.901,98	3.674.357,59
DESPESAS CORRENTES	33.048.081,74	33.048.081,74	8.723.405,71	8.723.405,71	29.964.966,33	3.083.115,41	3.083.115,41	29.964.966,33	2.585.222,85
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.828.504,44	14.828.504,44	1.919.964,39	1.919.964,39	12.908.540,05	1.892.761,49	1.892.761,49	12.935.742,95	1.729.726,53
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	53.000,00	53.000,00	0,00	0,00	53.000,00	0,00	0,00	53.000,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.166.577,30	18.166.577,30	6.803.441,32	6.803.441,32	11.363.135,98	1.190.353,92	1.190.353,92	16.976.223,38	855.496,32
DESPESAS DE CAPITAL	10.508.044,98	18.680.044,98	10.066.929,42	10.066.929,42	17.461.115,33	1.218.929,65	1.218.929,65	17.461.115,33	1.089.134,74
INVESTIMENTOS	10.008.044,98	18.180.044,98	10.006.412,04	10.006.412,04	8.173.632,94	1.158.412,27	1.158.412,27	17.021.632,71	1.028.617,36
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	500.000,00	500.000,00	60.517,38	60.517,38	439.482,62	60.517,38	60.517,38	439.482,62	60.517,38
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	23.820,32	23.820,32	0,00	0,00	23.820,32	0,00	0,00	23.820,32	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	43.579.947,04	51.751.947,04	18.790.335,13	18.790.335,13	32.961.611,91	4.302.045,06	4.302.045,06	51.751.947,04	3.674.357,59
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3



Município de TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	43.579.947,04	51.751.947,04	18.790.335,13	18.790.335,13	32.961.611,91	4.302.045,06	4.302.045,06	51.751.947,04	3.674.357,59
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.764.686,07	—	7.066.731,13
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	43.579.947,04	51.751.947,04	18.790.335,13	18.790.335,13	—	4.302.045,06	7.066.731,13	—	10.741.088,72

FONTE:

TURVO , 31/03/2015

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controle Interno



Município de TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	209.082,86	0,00	209.082,86
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	35.730,48	0,00	35.730,48
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	173.352,38	0,00	173.352,38
TOTAL	209.082,86	0,00	209.082,86

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:



Município de TURVO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
					Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)				0,00	0,00	0,00		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)				0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II				0,00	0,00	0,00		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
					Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS				0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE				0,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				0,00	0,00	0,00		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
					Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES			5.268.200,00	5.268.200,00	1.498.080,61	28,44	731.036,76	13,88
Pessoal e Encargos Sociais			2.915.000,00	2.915.000,00	490.232,73	16,82	490.232,73	16,82
Outras Despesas Correntes			2.353.200,00	2.353.200,00	1.007.847,88	42,83	240.804,03	10,23
DESPESAS DE CAPITAL			538.755,11	538.755,11	63.757,13	11,83	0,00	0,00
Investimentos			538.755,11	538.755,11	63.757,13	11,83	0,00	0,00

Continua 1/4



Município de TURVO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	538.755,11	538.755,11	63.757,13	11,83	0,00	0,00
Investimentos	538.755,11	538.755,11	63.757,13	11,83	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	5.806.955,11	5.806.955,11	1.561.837,74	26,90	731.036,76	12,59
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.659.854,00	1.659.854,00	63.757,13	4,08	0,00	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.362.100,00	1.362.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	297.754,00	297.754,00	63.757,13	4,08	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	1.659.854,00	1.659.854,00	63.757,13	4,08	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	4.147.101,11	4.147.101,11	1.498.080,61	95,92	731.036,76	100,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						0,00
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]³						
						731.036,76

Continua 2/4



Município de TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL					
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (j)				
0,00	0,00		0,00		
0,00	0,00		0,00		
TOTAL (VIII)					
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (k)				
-	-		-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)					
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
6.575.455,11	6.575.455,11	2.317.837,74	100,00	807.121,23	100,00
6.575.455,11	6.575.455,11	2.317.837,74	100,00	807.121,23	100,00
TOTAL					

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI(h+i) - (15 \times II(b)/100)]$

Continua 3/4



Município de TURVO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4



Município de TURVO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

TURVO , 31/03/2015



Município de TURVO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		%	SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		%	SALDO
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)			No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)										
Legislativa	43.579.947,04	51.751.947,04	18.790.335,13	18.790.335,13	100,00	32.961.611,91	4.302.045,06	4.302.045,06	100,00	47.449.901,98
Ação Legislativa	1.590.000,00	1.590.000,00	269.543,70	269.543,70	1,43	1.320.456,30	140.901,88	140.901,88	3,28	1.449.098,12
Administração	2.317.204,95	2.317.204,95	645.672,20	645.672,20	3,44	1.671.532,75	374.237,93	374.237,93	8,70	1.942.967,02
Administração Geral	2.317.204,95	2.317.204,95	645.672,20	645.672,20	3,44	1.671.532,75	374.237,93	374.237,93	8,70	1.942.967,02
Segurança Pública	297.420,32	297.420,32	31.204,83	31.204,83	0,17	266.215,49	18.866,46	18.866,46	0,44	278.553,86
Policciamento	87.420,32	87.420,32	10.176,65	10.176,65	0,05	77.243,67	10.176,65	10.176,65	0,24	77.243,67
Defesa Civil	210.000,00	210.000,00	21.028,18	21.028,18	0,11	188.971,82	8.689,81	8.689,81	0,20	201.310,19
Assistência Social	964.725,46	964.725,46	111.710,47	111.710,47	0,59	853.014,99	55.132,23	55.132,23	1,28	909.593,23
Assistência à Criança e ao Adolescente	23.820,32	23.820,32	0,00	0,00	0,00	23.820,32	0,00	0,00	0,00	23.820,32
Assistência Comunitária	940.905,14	940.905,14	111.710,47	111.710,47	0,59	829.194,67	55.132,23	55.132,23	1,28	885.772,91
Saúde	7.087.316,14	7.087.316,14	2.490.581,90	2.490.581,90	13,25	4.596.734,24	849.054,59	849.054,59	19,74	6.238.261,55
Atenção Básica	6.803.772,75	6.803.772,75	2.334.243,25	2.334.243,25	12,42	4.469.529,50	823.526,74	823.526,74	19,14	5.980.246,01
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	283.543,39	283.543,39	156.338,65	156.338,65	0,83	127.204,74	25.527,85	25.527,85	0,59	258.015,54
Educação	15.493.932,64	15.698.932,64	3.520.359,35	3.520.359,35	18,73	12.178.573,29	1.040.211,08	1.040.211,08	24,18	14.658.721,56
Alimentação e Nutrição	996.764,06	996.764,06	874.484,15	874.484,15	4,65	122.279,91	33.717,94	33.717,94	0,78	963.046,12
Ensino Fundamental	9.344.955,10	9.549.955,10	2.182.963,29	2.182.963,29	11,62	7.366.991,81	613.855,92	613.855,92	14,27	8.936.099,18
Ensino Superior	344.500,00	344.500,00	5.185,79	5.185,79	0,03	339.314,21	5.185,79	5.185,79	0,12	339.314,21
Educação de Jovens e Adultos	4.461.841,20	4.461.841,20	430.498,75	430.498,75	2,29	4.031.342,45	371.610,00	371.610,00	8,64	4.090.231,20
Educação Especial	223.195,72	223.195,72	27.227,37	27.227,37	0,14	195.968,35	15.841,43	15.841,43	0,37	207.354,29
Cultura	122.676,56	122.676,56	0,00	0,00	0,00	122.676,56	0,00	0,00	0,00	122.676,56
Difusão Cultural	448.960,00	448.960,00	11.410,49	11.410,49	0,06	437.549,51	5.509,56	5.509,56	0,13	443.450,44
Urbanismo	2.630.949,68	5.507.949,68	4.254.282,16	4.254.282,16	22,64	1.253.667,52	624.228,47	624.228,47	14,51	4.883.721,21
Serviços Urbanos	2.630.949,68	5.507.949,68	4.254.282,16	4.254.282,16	22,64	1.253.667,52	624.228,47	624.228,47	14,51	4.883.721,21
Habitação	235.820,32	235.820,32	0,00	0,00	0,00	235.820,32	0,00	0,00	0,00	235.820,32
Habitação Urbana	235.820,32	235.820,32	0,00	0,00	0,00	235.820,32	0,00	0,00	0,00	235.820,32
Saneamento	2.204.800,00	4.494.800,00	4.265.266,86	4.265.266,86	22,70	229.533,14	391.299,07	391.299,07	9,10	4.103.500,93
Saneamento Básico Urbano	2.204.800,00	4.494.800,00	4.265.266,86	4.265.266,86	22,70	229.533,14	391.299,07	391.299,07	9,10	4.103.500,93
Agricultura	2.005.648,72	4.805.648,72	1.565.409,27	1.565.409,27	8,33	3.240.239,45	73.427,09	73.427,09	1,71	4.732.221,63
Promoção da Produção Vegetal	1.803.176,00	1.803.176,00	181.464,62	181.464,62	0,97	1.621.711,38	36.736,93	36.736,93	0,85	1.766.439,07
Promoção da Produção Agropecuária	202.472,72	3.002.472,72	1.383.944,65	1.383.944,65	7,37	1.618.528,07	36.690,16	36.690,16	0,85	2.965.782,56
Indústria	550.262,16	550.262,16	21.322,26	21.322,26	0,11	528.939,90	21.322,26	21.322,26	0,50	528.939,90
Promoção Industrial	550.262,16	550.262,16	21.322,26	21.322,26	0,11	528.939,90	21.322,26	21.322,26	0,50	528.939,90
Transporte	5.916.115,21	5.916.115,21	1.282.369,57	1.282.369,57	6,82	4.633.745,64	470.730,63	470.730,63	10,94	5.445.384,58
Transporte Rodoviário	5.916.115,21	5.916.115,21	1.282.369,57	1.282.369,57	6,82	4.633.745,64	470.730,63	470.730,63	10,94	5.445.384,58

Continua 1/2



Município de TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Desporto e Lazer	43.579.947,04	51.751.947,04	18.790.335,13	18.790.335,13	32.961.611,91	4.302.045,06	100,00	47.449.901,98
Desporto Comunitário	583.000,00	583.000,00	175.333,47	175.333,47	407.666,53	91.255,21	2,12	491.744,79
Encargos Especiais	583.000,00	583.000,00	175.333,47	175.333,47	407.666,53	91.255,21	2,12	491.744,79
Serviço da Dívida Interna	1.229.971,12	1.229.971,12	145.868,60	145.868,60	1.084.102,52	145.868,60	3,39	1.084.102,52
Outros Encargos Especiais	553.000,00	553.000,00	60.517,38	60.517,38	492.482,62	60.517,38	1,41	492.482,62
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	676.971,12	676.971,12	85.351,22	85.351,22	591.619,90	85.351,22	1,98	591.619,90
	23.820,32	23.820,32	0,00	0,00	23.820,32	0,00	0,00	23.820,32
TOTAL (III) = (I + II)	43.579.947,04	51.751.947,04	18.790.335,13	18.790.335,13	32.961.611,91	4.302.045,06	100,00	47.449.901,98

FONTE:

TURVO , 31/03/2015

RONALDO CARLESSI Prefeito Municipal	JUIR ANTONIO ROVARIS Contador CRC-SC 16.738/0-4	NESTOR RECO Controle Interno
--	--	---------------------------------

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



Município de TURVO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015	
	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015		TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	3.244.936,41	2.680.191,87	2.800.297,68	2.677.322,73	2.571.197,86	2.428.976,41	2.696.077,66	2.564.327,54	2.748.697,38	3.402.556,30	2.742.775,78	2.774.720,70	33.332.834,32	43.923.830,25
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.093.819,34	950.579,88	313.779,47	292.755,44	301.181,78	236.589,39	207.951,38	162.371,78	199.689,27	347.512,10	170.556,06	384.678,47	4.051.465,16	2.830.236,94
I.P.T.U.	507.135,26	77.231,18	65.994,95	55.256,53	58.182,03	3.976,09	3.335,57	3.959,39	2.650,88	6.892,68	5.862,01	96.287,54	886.156,11	901.000,00
I.R.R.F.	17.369,33	20.327,37	18.535,19	17.527,34	10.840,71	17.804,49	15.680,47	6.461,61	18.003,17	50.905,91	55.145,78	23.335,83	231.917,20	186.892,87
I.S.S.	100.745,57	104.026,91	93.215,47	123.420,80	122.164,84	132.148,60	113.712,57	97.722,34	117.763,96	143.855,00	88.316,97	81.794,65	1.318.884,65	278.101,18
I.T.B.I.	14.629,52	16.614,68	31.071,98	12.266,67	26.773,97	37.447,23	40.083,21	28.044,52	33.909,26	31.163,61	14.009,08	33.690,66	319.704,39	212.000,00
Outras Receitas Tributárias	443.942,66	132.379,54	105.391,88	84.284,10	83.220,23	45.210,98	35.199,56	26.183,92	27.362,00	114.694,90	47.402,22	149.570,82	1.294.802,81	1.352.242,89
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	18.851,24	19.800,57	17.772,78	16.235,86	16.106,30	15.749,39	15.415,22	11.831,22	11.950,82	15.566,05	9.898,40	9.477,05	178.514,90	309.664,16
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	2.400,00	1.028,73	22.279,31	41.942,55	3.221,39	0,00	7.024,35	101.404,93	202.834,04	1.911,56	0,00	384.046,86	78.222,19
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.071.664,10	2.262.205,56	2.388.019,10	2.206.703,65	2.055.679,54	2.136.453,93	2.181.815,10	2.208.912,53	2.377.261,05	2.724.054,39	2.534.278,00	2.247.953,74	27.375.000,69	39.376.675,43
Cota-Parte do FPM	502.391,05	729.207,14	764.119,07	573.039,99	492.168,85	597.901,41	524.110,57	495.338,47	655.643,81	1.054.541,43	799.114,21	815.740,81	7.996.316,81	12.720.000,00
Cota-Parte do ICMS	800.500,94	774.399,69	794.822,98	796.604,62	765.000,50	778.577,20	834.825,05	860.705,80	949.590,74	918.143,47	912.942,25	809.486,85	9.997.606,09	16.854.623,78
Cota-Parte do IPVA	137.871,73	156.631,71	190.127,26	155.476,47	142.735,99	141.230,16	148.840,89	140.883,70	95.126,29	61.349,94	58.989,05	101.808,74	1.530.771,93	1.085.117,19
Outras Transferências Correntes	248.487,81	221.394,53	182.114,38	278.597,03	276.633,53	220.261,85	260.346,15	278.987,73	233.213,30	261.540,34	339.561,25	137.250,79	2.948.388,69	3.447.831,23
Transferências da LC 61/1989	10.886,37	11.847,85	11.033,48	12.273,68	12.608,69	12.996,97	12.230,82	13.097,90	15.040,63	20.213,22	19.037,91	9.833,70	161.101,42	230.740,29
Transferências da LC 87/1996	0,00	3.477,45	3.477,45	3.477,45	3.477,45	3.477,45	3.477,45	3.477,45	3.477,45	2.771,53	0,00	0,00	30.591,13	130.381,72
Transferências do FUNDEB	371.489,75	372.219,40	412.167,72	385.145,86	362.754,89	381.489,44	393.316,44	406.740,11	404.659,24	405.070,94	404.496,26	373.719,54	4.689.279,59	4.889.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	70.601,73	45.206,06	99.697,60	139.268,47	146.595,69	36.962,31	278.645,96	174.387,66	49.641,31	103.819,72	26.120,76	132.610,44	1.303.556,71	749.828,45
DEDUÇÕES (II)	301.015,14	314.395,71	382.147,17	317.551,98	291.978,28	315.469,74	314.990,29	301.990,18	347.577,48	349.908,39	358.043,87	347.396,51	3.922.814,74	5.229.766,31
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	290.335,14	303.955,71	352.747,17	308.591,98	293.258,28	306.959,74	306.430,29	297.970,18	343.877,48	341.628,39	358.043,87	347.396,51	3.840.994,74	5.063.044,07
Outras Contribuições Sociais	10.680,00	10.440,00	9.400,00	8.960,00	8.720,00	8.600,00	8.520,00	4.120,00	4.100,00	8.280,00	0,00	0,00	81.820,00	166.742,24
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.943.921,27	2.365.796,16	2.438.150,51	2.359.770,75	2.279.997,58	2.113.516,67	2.381.127,37	2.262.337,36	2.400.719,90	3.052.647,91	2.384.729,91	2.427.324,19	29.410.019,58	38.294.043,94

FONTE:

TURVO, 31/03/2015

RONALDO CARLESSI
Prefeito MunicipalJUIR ANTONIO ROVARIS
Controlador CRC-SC 16.7380-4NESTOR RECO
Controlador Interno



Município de TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.206.706,23	2.206.706,23	2.146.188,85
DEDUÇÕES (II)	3.743.177,45	3.743.177,45	6.748.304,61
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.743.177,45	3.743.177,45	7.367.940,80
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	619.636,19
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.536.471,22	-1.536.471,22	-4.602.115,76
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.536.471,22	-1.536.471,22	-4.602.115,76

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2015 (C - A)
VALOR	-3.065.644,54	-3.065.644,54

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	400.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

TURVO , 31/03/2015

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controle Interno



Município de TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	38.382.563,99	4.810.142,54	4.674.810,53
Receita Tributária	2.930.236,94	555.235,53	568.634,94
I.P.T.U.	901.000,00	101.969,55	89.698,20
I.S.S.	278.101,18	170.111,59	135.080,10
I.T.B.I.	212.000,00	47.699,74	33.519,54
I.R.R.F.	186.892,87	38.481,61	35.717,89
Outras Receitas Tributárias	1.352.242,89	196.973,04	274.619,21
Receita de Contribuição	309.664,16	19.375,45	24.850,18
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	309.664,16	19.375,45	24.850,18
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	78.222,19	1.911,56	7.630,18
(-) Aplicações Financeiras	78.222,19	1.911,56	7.630,18
Transferências Correntes	34.313.631,36	4.076.791,36	3.983.248,17
F.P.M.	10.706.000,00	1.291.884,07	1.312.015,94
I.C.M.S.	14.098.623,78	1.377.948,22	1.285.434,93
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	9.509.007,58	1.406.959,07	1.385.797,30
Demais Receitas Correntes	829.031,53	158.740,20	98.077,24
Dívida Ativa	200.476,58	29.721,35	44.891,38
Diversas Receitas Correntes	628.554,95	129.018,85	53.185,86
RECEITAS DE CAPITAL (II)	5.119.160,86	2.254.677,03	850.906,99
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	209.082,86	0,00	0,00
Transferências de Capital	4.910.078,00	2.254.677,03	850.906,99
Convênios	4.910.078,00	2.254.677,03	850.906,99
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	4.910.078,00	2.254.677,03	850.906,99
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	43.292.641,99	7.064.819,57	5.525.717,52

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	33.048.081,74	8.723.405,71	7.073.206,19	3.083.115,41	3.000.962,73
Pessoal e Encargos Sociais	14.828.504,44	1.919.964,39	1.737.029,42	1.892.761,49	1.702.534,61
Juros e Encargos da Dívida (IX)	53.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	18.166.577,30	6.803.441,32	5.336.176,77	1.190.353,92	1.298.428,12
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	32.995.081,74	8.723.405,71	7.073.206,19	3.083.115,41	3.000.962,73
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	18.680.044,98	10.066.929,42	4.845.742,69	1.218.929,65	1.037.734,60
Investimentos	18.180.044,98	10.006.412,04	4.774.915,86	1.158.412,27	966.907,77
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	500.000,00	60.517,38	70.826,83	60.517,38	70.826,83
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	18.180.044,98	10.006.412,04	4.774.915,86	1.158.412,27	966.907,77
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	23.820,32	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	51.198.947,04	18.729.817,75	11.848.122,05	4.241.527,68	3.967.870,50
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-7.906.305,05	-11.664.998,18	-6.322.404,53	2.823.291,89	1.557.847,02
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00



Município de TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Superávit financeiro		-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais		-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	265.694,95

FONTE:

TURVO , 31/03/2015

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controle Interno



Município de TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RRFO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RP NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)	
	Inscritos			Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos			Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014	Em Exercícios Anteriores				Em 31 de Dezembro de 2014							
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

TURVO , 31/03/2015

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controle Interno



MUNICÍPIO DE TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1.00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.730.829,99	1.730.829,99	369.842,43	21,37
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.053.835,94	1.053.835,94	113.549,49	10,77
1.1.1- IPTU	901.000,00	901.000,00	101.969,55	11,32
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	152.835,94	152.835,94	11.579,94	7,58
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	212.000,00	212.000,00	47.699,74	22,50
1.2.1- ITBI	212.000,00	212.000,00	47.699,74	22,50
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	278.101,18	278.101,18	170.111,59	61,17
1.3.1- ISS	278.101,18	278.101,18	170.111,59	61,17
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	186.892,87	186.892,87	38.481,61	20,59
1.4.1- IRRF	186.892,87	186.892,87	38.481,61	20,59
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	31.039.844,20	31.039.844,20	3.527.203,90	11,36
2.1- Cota-Parte FPM	12.720.000,00	12.720.000,00	1.614.855,02	12,70
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	12.720.000,00	12.720.000,00	1.614.855,02	12,70
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	16.854.623,78	16.854.623,78	1.722.435,10	10,22
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	130.381,72	130.381,72	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	230.740,29	230.740,29	28.871,61	12,51
2.5- Cota-Parte ITR	18.981,22	18.981,22	244,38	1,29
2.6- Cota-Parte IPVA	1.085.117,19	1.085.117,19	160.797,79	14,82
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	32.770.674,19	32.770.674,19	3.897.046,33	11,89
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	900.000,00	900.000,00	209.001,60	23,22
5.1- Transferências do Salário-Educação	500.000,00	500.000,00	171.780,95	34,36
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	250.000,00	250.000,00	23.576,00	9,43
5.4- Transferências Diretas - PNATE	150.000,00	150.000,00	13.844,65	9,10
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	371.000,00	371.000,00	690,00	0,19
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.321.000,00	1.321.000,00	209.691,60	15,87
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.063.044,07	5.063.044,07	705.440,38	13,93
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.014.000,00	2.014.000,00	322.970,95	16,04
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.756.000,00	2.756.000,00	344.486,88	12,50
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	26.076,34	26.076,34	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	46.148,05	46.148,05	5.774,31	12,51
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	3.796,24	3.796,24	48,86	1,29
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	217.023,44	217.023,44	32.159,38	14,82
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.889.000,00	4.889.000,00	778.215,80	15,92
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.889.000,00	4.889.000,00	778.215,80	15,92
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-174.044,07	-174.044,07	72.775,42	-41,81
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				



MUNICÍPIO DE TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	4.200.000,00	4.200.000,00	469.218,88	11,17	469.218,88	11,17
13.1- Com Educação Infantil	1.550.000,00	1.550.000,00	211.911,30	13,67	211.911,30	13,67
13.2- Com Ensino Fundamental	2.650.000,00	2.650.000,00	257.307,58	9,71	257.307,58	9,71
14- OUTRAS DESPESAS	689.000,00	689.000,00	175.870,58	25,53	175.870,58	25,53
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	689.000,00	689.000,00	175.870,58	25,53	175.870,58	25,53
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.889.000,00	4.889.000,00	645.089,46	13,19	645.089,46	13,19
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						—
16.1 - FUNDEB 60%						—
16.2 - FUNDEB 40%						—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						645.089,46
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						60,29
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						22,60
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - ((19.1 + 19.2)) %						17,11
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						9.388,48
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	8.192.668,55	8.192.668,55	974.261,58	11,89		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.550.000,00	1.550.000,00	211.911,30	13,67	211.911,30	13,67
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	11.531.668,58	11.531.668,58	1.409.429,93	12,22	710.463,15	6,16
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.339.000,00	3.339.000,00	433.178,16	12,97	433.178,16	12,97
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	8.192.668,58	8.192.668,58	976.251,77	11,92	277.284,99	3,38
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	13.081.668,58	13.081.668,58	1.621.341,23	12,39	922.374,45	7,05
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						72.775,42
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						72.775,42
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						849.599,03
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %						21,80
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	500.000,00	500.000,00	285.000,00	57,00	65.288,25	13,06
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	821.000,00	1.026.000,00	925.644,18	90,22	13.716,15	1,34
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.321.000,00	1.526.000,00	1.210.644,18	147,22	79.004,40	14,39
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	14.402.668,58	14.607.668,58	2.831.985,41	159,61	1.001.378,85	21,45



MUNICÍPIO DE TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (j)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	778.215,80	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	778.215,80	0,00

TURVO, 31/03/2015

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controle Interno

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.



Município de TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00			0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	18.680.044,98	10.066.929,42	1.218.929,65	0,00	8.613.115,56
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	18.680.044,98	10.066.929,42	1.218.929,65	0,00	8.613.115,56
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-18.680.044,98	-10.066.929,42	-	-	-8.613.115,56

FONTE:

Urussanga**PREFEITURA****EXTRATO ADT 226/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Contrato: 226/2013

Data de assinatura: 31/03/2015

Processo de Licitação: 78/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: I-GEO ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA

CNPJ/CPF: 14.492.810/0001-17

Objeto: elaboração da planta de valores genéricos dos imóveis da área urbana do município e implantação de um sistemas de geoprocessamento.

Vigência prorrogada até 30/07/2015.

Vargeão**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO Nº 090/2015**

EXTRATO DE CONTRATO nº 090/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS CRUZ E BAHU LTDA - ME

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços laboratoriais com coleta e realização de exames com base na Tabela SUS (Sistema Único de Saúde), para a população do município de Vargeão, Estado de Santa Catarina, encaminhados através da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: O preço referente à prestação dos serviços de coleta e realização de exames laboratoriais serão aqueles constantes na Tabela Unificada de Procedimentos SUS do Ministério da Saúde.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Credenciamento nº 01/2015 e Contrato nº 090/2015.

Vargeão, SC, 31 de março de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº004/2015 EDITORA POSITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 001/2013 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC, E A EMPRESA EDITORA POSITIVO LTDA, QUE TEM POR OBJETO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS DO SISTEMA DE ENSINO APREDNE BRASIL.

Aos Dez (10) dias do mês de Março de 2015, de um lado o MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Coronel Vitorio, 966, Centro, cidade de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o n.º 75.771.253/0001-68, neste ato representada pela Prefeita Municipal, senhora Melania Aparecida Roman Meneghini, portadora da CIRG n.º 1.517.445 - SSP/SC e inscrito no CPF n.º 710.974.499-04, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a EDITORA POSITIVO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Senador Accioly Filho, 431, CIC, em Curitiba, Paraná, inscrita no CNPJ sob o n.º 79.719.613/0001-33, Inscrição Estadual n.º 10.114.735-51, neste ato representada por sua procuradora, Acedriana Vicente Sandi, portadora da CIRG n.º 5R253173-SSP-SC e inscrita no CPF n.º 730.153.859-68, conforme instrumento particular de procuração, que segue em anexo ao presente pacto, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm justo e acordado o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2013, referente ao fornecimento de material didático, devidamente autorizado pelo Processo de Inexigibilidade n.º 001/2013, que se regerá pela Lei n.º 8.666, de 21/06/93, e alterações posteriores e demais legislações pertinentes, e pelas Cláusulas e condições seguintes:

I - DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente aditivo tem por objeto o REAJUSTE dos valores contratuais em vigência, no período de 08 de Fevereiro de 2014 a 07 de Fevereiro de 2015, em conformidade com o disposto na Cláusula 11 do instrumento contratual original e nos termos do art. 65, § 8º da Lei n.º 8.666/93.

II - DO REAJUSTE

CLÁUSULA SEGUNDA - Conforme previsto na Cláusula 11 do Contrato Administrativo nº 001/2013, os valores unitários ficam reajustados em 7,68% (sete, vírgula, sessenta e oito por cento), com base na variação do INPC, ocorrida no período de 08/02/2014 a 07/02/2015, conforme tabela abaixo (Fonte: IBGE - Março/2015):

SÉRIE	Qtde	Valor Unitário 1º bimestre/2015	Índice reajuste - INPC Fevereiro/2015 (%)	Valor Unitário 2º, 3º e 4º bimestre/2015	Valor Coleção 2015	TOTAL
Grupo 1	0	206,56	7,68	222,42	206,56	0,00
Grupo 2	0	206,56	7,68	222,42	206,56	0,00
Grupo 3	0	136,27	7,68	146,74	283,01	0,00
Grupo 4	61	68,13	7,68	73,36	288,21	17.580,81
Grupo 5	61	68,13	7,68	73,36	288,21	17.580,81
1º ano	60	73,72	7,68	79,38	311,86	18.711,60
2º ano	53	73,72	7,68	79,38	311,86	16.528,58
3º ano	58	73,72	7,68	79,38	311,86	18.087,88
4º ano	60	73,72	7,68	79,38	311,86	18.711,60
5º ano	72	73,72	7,68	79,38	311,86	22.453,92
6º ano	0	77,88	7,68	83,86	329,46	0,00
7º ano	0	77,88	7,68	83,86	329,46	0,00
8º ano	0	77,88	7,68	83,86	329,46	0,00
9º ano	0	77,88	7,68	83,86	329,46	0,00
TOTAL	425					129.655,20

Fonte: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/ipca-inpc_201502_1.shtm

Acesso em: 11/02/2015

Parágrafo Único - Os valores fixados nesta Tabela vigoram no período de 08 de Fevereiro de 2015 a 07 de Fevereiro de 2016.

IV - DO VALOR

CLÁUSULA QUINTA - O valor do presente reajuste representa a importância de R\$ 7.059,12 (sete mil, cinquenta e nove reais e doze centavos), ficando o valor total estimado para 2015 do presente contrato atualizado em R\$ 129.655,20 (cento e vinte e nove mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos).

V - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SEXTA - As despesas com a execução deste instrumento, correrão à conta das Dotações Orçamentárias vigentes para o Exercício de 2015, aprovadas através da Lei Municipal nº 1.028/2014.

VI - DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - Ratificam-se as demais cláusulas e condições estabelecidas no instrumento do contrato original que não colidirem com as constantes do presente aditamento.

E por estarem assim justas e combinadas, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor o subscrevem.

Vargem Bonita, 10 de Março de 2015.

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA	EDITORA POSITIVO LTDA.
CONTRATANTE	CONTRATADA
Melania Aparecida Roman Meneghini	Acedriana Vicente Sandi

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.814/15

DECRETO N.º 11.814/15, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 4.080/15, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado por Jacir Augustinho Kunzler;

Considerando que o pedido dos requerentes, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais, conforme Parecer Técnico,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 01 (uma) área com 731,02 m² (setecentos e trinta e um metros e dois decímetros quadrados), de propriedade de Jacir Augustinho Kunzler, constante da matrícula nº 24.378, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira e remanescente na referida matrícula a área de 459,10 m² (quatrocentos e cinquenta e nove metros e dez decímetros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 4.080/15.

Art. 2º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando as disposições em contrário.

Videira, 23 de março de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.835/15

DECRETO Nº 11.835/15, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora BEATRIZ SCAPINELLO PERIN, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 006/2015,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº

41/2003, a servidora BEATRIZ SCAPINELLO PERIN, inscrita no CPF sob o 304.872.189-49, no RG nº 685.641 e no PIS/PASEP nº 101.11307.05-5, detentora da matrícula funcional nº 9005, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 4.680,23 (quatro mil seiscentos e oitenta reais e vinte e três centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 130/12 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.836/15

DECRETO Nº 11.836/15, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, ao servidor ALCINDO LUIZ POLEZO, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 004/2015,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentado por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, o servidor ALCINDO LUIZ POLEZO, inscrito no CPF sob o 386.089.449-87, no RG nº 494.008 e no PIS/PASEP nº 107.87916.59-2, detentor da matrícula funcional nº 873, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista III - Ônibus, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 3.426,69 (três mil, quatrocentos e vinte e seis reais e sessenta e nove centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 023/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 023/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foram nomeados, em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 002/2014:

CONVOCADA	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. LEODOMIR LUIZ MICHELON	OPERADOR DE MOTO-NIVELADORA	11.796/15, DE 18/03/2015
2. GILSON FIORELLI	MOTORISTA IV – CAMINHÕES E CAMINHONETES	11.797/15, DE 18/03/2015
3. ADILSON MENIN	MOTORISTA IV – CAMINHÕES E CAMINHONETES	11.798/15, DE 18/03/2015
4. AMARILDO DE ALMEIDA	MOTORISTA IV – CAMINHÕES E CAMINHONETES	11.799/15, DE 18/03/2015
5. FABIO LUIZ PERAZZOLI	MOTORISTA IV – CAMINHÕES E CAMINHONETES	11.800/15, DE 18/03/2015
6. WALDECIR DEODORO SOUZA	MOTORISTA IV – CAMINHÕES E CAMINHONETES	11.801/15, DE 18/03/2015
7. PAULO ROBERTO DA SILVA CAMPOS	MOTORISTA II – AMBULÂNCIA	11.802/15, DE 18/03/2015
8. RUDINEI AMIANO ZOLETTI	MOTORISTA II – AMBULÂNCIA	11.803/15, DE 18/03/2015
9. MARCIO TELLES RODRIGUES	MOTORISTA II – AMBULÂNCIA	11.804/15, DE 18/03/2015
10. ROBSON PEPES DO VALE	MOTORISTA II – AMBULÂNCIA	11.805/15, DE 18/03/2015
11. SILVIANI DAROL	MOTORISTA II – AMBULÂNCIA	11.806/15, DE 18/03/2015
12. JULIANA BITELLO DE SOUZA CANTELLI	AGENTE ADMINISTRATIVO II	11.809/15, DE 20/03/2015
13. MARIA ALICE VANZ	FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	11.817/15, DE 24/03/2015
14. VILSON LUIZ PANISSON JUNIOR	FISCAL DE POSTURAS	11.819/15, DE 24/03/2015
15. CAROLINA LUCHE-SI MACIEL	AGENTE ADMINISTRATIVO II	11.820/15, DE 24/03/2015
16. FERNANDA VIEIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO II	11.821/15, DE 24/03/2015

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a) Carteira de Trabalho;
- b) PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Comprovante de Residência;
- e) Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- f) Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- a) Avaliação Cardiológica;
- b) Avaliação Neurológica;
- c) RX Tórax;
- d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- e) Hemograma;
- f) VDRL;
- g) ABO RH;
- h) Glicemia;
- i) Ex. Quant. Urina;
- j) EPF;
- k) Avaliação Audiométrica;
- l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- m) Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 30 de Março de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 024/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 024/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o emprego público para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Concurso Público para Emprego Público - Edital nº 005/2012:

CONVOCADADA	EMPREGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. GRAZIELA MAYRA VIEIRA MEDAGLIA	ODONTÓLOGO - ESF	11.812/15, DE 20/03/2015

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a) Carteira de Trabalho;
- b) PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Comprovante de Residência;

- e) Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- f) Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- a) Avaliação Cardiológica;
- b) Avaliação Neurológica;
- c) RX Tórax;
- d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- e) Hemograma;
- f) VDRL;
- g) ABO RH;
- h) Glicemia;
- i) Ex. Quant. Urina;
- j) EPF;
- k) Avaliação Audiométrica;
- l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- m) Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 30 de Março de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0049/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0049/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0523/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: JOSÉ VALDECI RODRIGUES RAIZ

CPF: 019.969.109-65

OBJETO: Rescisão a pedido do contratado

VIGÊNCIA: A partir de 31 de março de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0051/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0051/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0570/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: KETTLIN SABRINE OZORIO

CPF: 095.549.449-42

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 09 de março de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0058/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0058/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0433/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JUSSARA MACIEL MARTINS

CPF: 069.930.539-00

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 18 de março de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0060/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0060/2015
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0693/13
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ANDREIA BEATRIZ DOS SANTOS
CPF: 059.916.469-70
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 19 de março de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0062/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0062/2015
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0166/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ALINE APARECIDA DA SILVA
CPF: 065.670.339-32
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 21 de março de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0063/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0063/2015
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0563/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ROZELI POLICENO
CPF: 004.788.199-27
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 23 de março de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0064/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0064/2015
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0071/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MIRIANE DA SILVA SERAFINI
CPF: 050.073.559-09
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 20 de março de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0065/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0065/2015
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0162/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FLAVIANE MARAFON BALEM CANÔNICA
CPF: 043.241.479-73
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 28 de março de 2015.

HOMOLOGAÇÃO PE 04/2014-FMS

O Município de Videira através do Fundo Municipal de Saúde, no mês 03/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2014
PROCESSO Nº 78/2014
HOMOLOGAÇÃO: 02/03/2015
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE APARELHOS ODONTOLÓGICOS PARA SEREM INSTALADOS NAS UNIDADES DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA E NA CENTRAL ODONTOLÓGICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
CONTRATADO: DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS

LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 842,38 (oitocentos e quarenta e dois reais e trinta e oito centavos)
CONTRATADO: L.M.LADEIRA & CIA LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 27.332,28 (vinte e sete mil trezentos e trinta e dois reais e vinte e oito centavos)

HOMOLOGAÇÃO PE 05/2014-PMV

O Município de Videira no mês 03/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2014
PROCESSO Nº 221/2014
HOMOLOGAÇÃO: 20/03/2015
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE LOUSAS DIGITAIS, CARTEIRAS INFORMATIZADAS, PROJETORES E OUTROS, PARA USO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E AS ESCOLAS MUNICIPAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
CONTRATADO: ERGO-MOBILI IND. E COM. DE MOVEIS LTDA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 212.637,00 (duzentos e doze mil seiscientos e trinta e sete reais)
CONTRATADO: CONCORDIA SISTEMAS LTDA - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 108.220,00 (cento e oito mil duzentos e vinte reais)

HOMOLOGAÇÃO PR 02/2015-FMAS

O Município de Videira, através do Fundo Municipal de Assistência Social, no mês 03/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015
PROCESSO Nº 2/2015
HOMOLOGAÇÃO: 06/03/2015
OBJETO: LOCAÇÃO DE PISCINAS PARA PRÁTICA ESPORTIVA DE HIDROGINÁSTICA PARA ATENDER AO PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA AO IDOSO DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.
CONTRATADO: GREMIO FLORESTA
VALOR DA DESPESA: R\$ 27.960,00 (vinte e sete mil novecentos e sessenta reais).

HOMOLOGAÇÃO PR 03/2015-FMS

O Município de Videira através do Fundo Municipal de Saúde, no mês 03/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015
PROCESSO Nº 05/2015
HOMOLOGAÇÃO: 10/03/2015
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA REALIZAR A ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA E MICROBIOLÓGICA EM AMOSTRAS DE ÁGUA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
CONTRATADO: TERRANÁLISES LABORATÓRIO DE ANÁLISES AMBIENTAIS LT
VALOR DA DESPESA: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

HOMOLOGAÇÃO PR 04/2015-PMV

O Município de Videira no mês 03/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015

PROCESSO Nº 09/2015

HOMOLOGAÇÃO: 11/03/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SÊMEN DE TOURO PARA SER UTILIZADO NO PROGRAMA DE MELHORAMENTO DO BOVINO DE LEITE PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

CONTRATADO: FRITZ COM.REPRES. DE SÊMEN BOVINO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 36.060,00 (trinta e seis mil e sessenta reais)

HOMOLOGAÇÃO PR 06/2015-FMS

O Município de Videira através do Fundo Municipal de Saúde, no mês 03/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015

PROCESSO Nº 09/2015

HOMOLOGAÇÃO: 13/03/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS, INCLUINDO A ENTREGA/INSTALAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DURANTE O PRAZO DE GARANTIA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO E AS DEMAIS UNIDADES BÁSICAS E AS ESTRATÉGIAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: DISMACENTER IND. E COM. DE MÓVEIS LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.089,00 (três mil e oitenta e nove reais)

CONTRATADO: COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.918,00 (dois mil novecentos e dezoito reais)

CONTRATADO: IRE INDUSTRIA E COM. DE MÓVEIS E TRANSPORTES LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

CONTRATADO: ANDRADE PASSINI COMÉRCIO DE MATERIAIS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.360,00 (um mil trezentos e sessenta reais)

CONTRATADO: VW COMERCIO ATACADISTA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos reais)

CONTRATADO: B. RAMPON E SCHAEGLER INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA - M

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.890,00 (três mil oitocentos e noventa reais)

CONTRATADO: ADOVANDRO LUIZ FRAPORTI - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.689,00 (seis mil seiscentos e oitenta e nove reais)

HOMOLOGAÇÃO PR 07/2015-FMS

O Município de Videira através do Fundo Municipal de Saúde, no mês 03/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2015

PROCESSO Nº 10/2015

HOMOLOGAÇÃO: 17/03/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO VEÍCULO DUCATO, PLACAS MHC 4238, FROTA 200, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: MECÂNICA ZAGO SB LTDA-ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta reais)

HOMOLOGAÇÃO PR 09/2015-FMS

O Município de Videira através do Fundo Municipal de Saúde, no mês 03/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015

PROCESSO Nº 12/2015

HOMOLOGAÇÃO: 20/03/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO COMPLETA DE EQUIPAMENTOS PARA SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO DA UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE.

CONTRATADO: ADAGIL CLIMATIZAÇÃO EIRELI

VALOR DA DESPESA: R\$ 167.000,00 (cento e sessenta e sete mil reais)

HOMOLOGAÇÃO PR 10/2015 - PMV

O Município de Videira no mês 03/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

PROCESSO Nº 18/2015

HOMOLOGAÇÃO: 02/03/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE CARNES DE IPTU 2015 PARA O DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS.

CONTRATADO: POSTMIX SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.650,00 (seis mil seiscentos e cinquenta reais)

HOMOLOGAÇÃO PR 10/2015-FMS

O Município de Videira através do Fundo Municipal de Saúde, no mês 03/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

PROCESSO Nº 13/2015

HOMOLOGAÇÃO: 23/03/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS NA UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, ESTRATÉGIAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA E SETORES DO PAME 24 HRS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 53.687,50 (cinquenta e três mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)

HOMOLOGAÇÃO PR 13/2015-PMV

O Município de Videira no mês 03/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015

PROCESSO Nº 25/2015

HOMOLOGAÇÃO: 05/03/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LAVAÇÃO E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D' ÁGUA, SENDO O ÓRGÃO GERENCIADOR O MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, EDUCAÇÃO E POLÍCIA MILITAR) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL).

CONTRATADO: DEDETIZADORA BARROS LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 24.197,50 (vinte e quatro mil cento e noventa e sete reais e cinquenta centavos)

HOMOLOGAÇÃO PR 15/2015-PMV

O Município de Videira no mês 03/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015

PROCESSO Nº 27/2015

HOMOLOGAÇÃO: 06/03/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE TOLDOS PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE).

CONTRATADO: SILVIO E. MENEGAZZO - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais)

CONTRATADO: ELIANE FENILI LINS EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 26.150,00 (vinte e seis mil cento e cinquenta reais)

HOMOLOGAÇÃO PR 16/2015-PMV

O Município de Videira no mês 03/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015

PROCESSO Nº 28/2015

HOMOLOGAÇÃO: 24/03/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO FURGÃO, ZERO QUILOMETRO, PARA SER UTILIZADO COMO BASE MÓVEL PELA POLÍCIA MILITAR DE VIDEIRA.

CONTRATADO: MECÂNICA ATLAS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 151.250,00 (cento e cinquenta e um mil duzentos e cinquenta reais)

HOMOLOGAÇÃO PR 17/2015-PMV

O Município de Videira no mês 03/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015

PROCESSO Nº 29/2015

HOMOLOGAÇÃO: 11/03/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MANGUEIRAS PARA SEREM UTILIZADAS NA MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE ÓLEO HIDRÁULICO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA.

CONTRATADO: VIDEMANG COMÉRCIO DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 65.170,00 (sessenta e cinco mil cento e setenta reais)

HOMOLOGAÇÃO PR 18/2015-PMV

O Município de Videira no mês 03/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015

PROCESSO Nº 30/2015

HOMOLOGAÇÃO: 16/03/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE BALANCEAMENTO E GEOMETRIA PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA, POLÍCIA CIVIL, MILITAR E MILITAR AMBIENTAL) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

CONTRATADO: COMERCIO DE PNEUS VIDEIRA LTDA - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 63.341,00 (sessenta e três mil trezentos e quarenta e um reais)

CONTRATADO: FM PNEUS LTDA - FILIAL

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.164,00 (dezesesseis mil cento e sessenta e quatro reais)

HOMOLOGAÇÃO PR 19/2015-PMV

O Município de Videira no mês 03/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015

PROCESSO Nº 32/2015

HOMOLOGAÇÃO: 12/03/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE PEDRA BRITA PARA SER UTILIZADA COMO BASE NA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

CONTRATADO: BRITAGEM GASPAR LTDA - FILIAL 02

VALOR DA DESPESA: R\$ 94.500,00 (noventa e quatro mil e quinhentos reais)

HOMOLOGAÇÃO PR 20/2015-PMV

O Município de Videira no mês 03/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015

PROCESSO Nº 35/2015

HOMOLOGAÇÃO: 17/03/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO CAMINHÃO IVECO DAILY, MHK 8299, FROTA 177, DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

CONTRATADO: RETÍFICA E AUTO PEÇAS DOCA EIRELI ME.

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais)

HOMOLOGAÇÃO PR 22/2015-PMV

O Município de Videira no mês 03/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015

PROCESSO Nº 38/2015 HOMOLOGAÇÃO: 17/03/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE TUBOS CIRCULARES DE CONCRETO ARMADO PARA SEREM UTILIZADOS NA CANALIZAÇÃO DE PEQUENOS CÓRREGOS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

CONTRATADO: CONCRETOS CRUZEIRO IND.COM.LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 22.860,00 (vinte e dois mil oitocentos e sessenta reais)

HOMOLOGAÇÃO PR 24/2015-PMV

O Município de Videira no mês 03/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015

PROCESSO Nº 41/2015

HOMOLOGAÇÃO: 20/03/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS DE VARRIÇÃO DE RUAS DA CIDADE, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

CONTRATADO: VIDEODOBRA INDÚSTRIA DE FURGÕES E COMÉRCIO DE AÇO LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.300,00 (dezesesseis mil trezentos reais)

CONTRATADO: JULIO SILVESTRI FILHO ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.268,00 (quatorze mil duzentos e sessenta e oito reais)

HOMOLOGAÇÃO PR 27/2015-PMV

O Município de Videira no mês 03/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015

PROCESSO Nº 44/2015

HOMOLOGAÇÃO: 26/03/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAR MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E LIMPEZAS DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DA POLÍCIA CIVIL.

CONTRATADO: ADAGIL CLIMATIZAÇÃO EIRELI

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

HOMOLOGAÇÃO PR 34/2015-PMV

O Município de Videira no mês 03/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2015

PROCESSO Nº 53/2015

HOMOLOGAÇÃO: 30/03/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E DESCUPINIZAÇÃO TENDO COMO ÓRGÃO GERENCIADOR O MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, INFRAESTRUTURA, ADMINISTRAÇÃO E POLÍCIA MILITAR) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

CONTRATADO: IVONETE DIAS DOS SANTOS MORESCO ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 34.900,00 (trinta e quatro mil e novecentos reais)

HOMOLOGAÇÃO TP 03/2015-PMV

O Município de Videira no mês 03/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

TOMADA DE PREÇO Nº 03/2015

PROCESSO Nº 31/2015

HOMOLOGAÇÃO: 26/03/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA PRESTAR SERVIÇO DE PINTURA NOS EQUIPAMENTOS (BRINQUEDOS) DE LAZER DA CIDADE DA CRIANÇA E NA PASSARELA SOBRE O RIO DO PEIXE, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA.

CONTRATADO: PALAZZO CONSTRUTORA LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 33.028,10 (trinta e três mil e vinte e oito reais e dez centavos)

PORTARIA Nº 0215/15

PORTARIA nº 0215/15

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, a servidora CLECIANE TARUHN TEDESCO, Professora, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 1º de agosto de 2011 até 01 de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2015.

Videira, 25 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0216/15

PORTARIA nº 0216/15

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, a servidora ANDREA APARECIDA BERTO, Agente Administrativo II, da referência "E" para a referência "F", relativa ao período de avaliação de 17 de setembro de 2013 até 17 de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus a 17 de março de 2015.

Videira, 25 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0217/15

PORTARIA nº 0217/15

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, a servidora DAUTINA DOS SANTOS PRADO FERLIN, Auxiliar de Enfermagem, da referência "L" para a referência "M", relativa ao período de avaliação de 01 de setembro de 2013 até 01 de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus a 01 de março de 2015.

Videira, 25 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0218/15

PORTARIA nº 0218/15

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor DIONISIO MOREIRA, Trabalhador Braçal, da referência "J" para a referência "L", relativa ao período de avaliação de 09 de setembro de 2013 até 09 de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus a 09 de março de 2015.

Videira, 25 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0219/15

PORTARIA nº 0219/15

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, a servidora ELIS REGINA BRUSCHI, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "L" para a referência "M", relativa ao período de avaliação de 03 de setembro de 2013 até 03 de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus a 03 de março de 2015.

Videira, 25 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0220/15

PORTARIA nº 0220/15

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, a servidora ELOA SANTA BOLZANI PIROLI, Atendente de Creche, da referência "J" para a referência "L", relativa ao período de avaliação de 06 de setembro de 2013 até 06 de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus a 06 de março de 2015.

Videira, 25 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0221/15

PORTARIA nº 0221/15

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, a servidora ILDETE DE FATIMA RODRIGUES ZIMMERMANN, Atendente de Creche, da referência "J" para a referência "L", relativa ao período de avaliação de 01 de setembro de 2013 até 01 de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus a 01 de março de 2015.

Videira, 25 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0222/15

PORTARIA nº 0222/15

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor ITACIR RIBEIRO, Trabalhador Braçal, da referência "J" para a referência "L", relativa ao período de avaliação de 01 de setembro de 2013 até 01 de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus a 01 de março de 2015.

Videira, 25 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0223/15

PORTARIA nº 0223/15

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, a servidora LUANA BARAUNA, Psicóloga, da referência "C" para a referência "D", relativa ao período de avaliação de 02 de setembro de 2013 até 02 de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus a 02 de março de 2015.

Videira, 25 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0224/15

PORTARIA nº 0224/15

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, a servidora LUANA BARAUNA, Psicóloga, da referência "C" para a referência "D", relativa ao período de avaliação de 02 de setembro de 2013 até 02 de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus a 02 de março de 2015.

Videira, 25 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0225/15

PORTARIA nº 0225/15

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, a servidora MARIA MARGARIDA RAMBO, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "J" para a referência "L", relativa ao período de avaliação de 16 de setembro de 2013 até 16 de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus a 16 de março de 2015.

Videira, 25 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0226/15

PORTARIA nº 0226/15

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, a servidora MARIZENE SALETE DE DEUS BOEIRA, Atendente de Creche, da referência "L" para a referência "M", relativa ao período de avaliação de 01 de setembro de 2013 até 01 de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus a 01 de março de 2015.

Videira, 25 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0227/15

PORTARIA nº 0227/15

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, a servidora MARLENE DO PRADO ZONTA, Auxiliar de Enfermagem, da referência "L" para a referência "M", relativa ao período de avaliação de 02 de setembro de 2013 até 02 de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus a 02 de março de 2015.

Videira, 25 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0228/15

PORTARIA nº 0228/15

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor VALMIR CORDEIRO DA SILVA, Trabalhador Braçal, da referência "J" para a referência "L", relativa ao período de avaliação de 16 de setembro de 2013 até 16 de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus a 16 de março de 2015.

Videira, 25 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0229/15

PORTARIA nº 0229/15

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, a servidora VANIA REDEMSKI, Atendente de Creche, da referência "L" para a referência "M", relativa ao período de avaliação de 03 de setembro de 2013 até 03 de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus a 03 de março de 2015.

Videira, 25 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0231/15

PORTARIA Nº 0231/15

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00003/12-5, nos assentos funcionais da servidora SÔNIA APARECIDA ROSTIROLA, detentora da matrícula funcional nº 1240, e do cargo de provimento efetivo de Monitora, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 4.576/2015,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais da servidora SÔNIA APARECIDA ROSTIROLA, detentora da matrícula nº 1240 e do cargo de provimento efetivo de Monitora, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00003/12-5, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0232/15

PORTARIA Nº 0232/15

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00011/15-2, nos assentos funcionais do servidor OLISSES BREZOLIN, detentor da matrícula funcional nº 2153, e do cargo de provimento efetivo de Trabalhador Braçal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 4.595/2015,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais do servidor OLISSES BREZOLIN, detentor da matrícula nº 2153 e do cargo de provimento efetivo de Trabalhador Braçal, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00011/15-2, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0233/15

PORTARIA nº 0233/15

Autoriza o Uso do Centro de Eventos Vitória - CEVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 4842/2015,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Centro de Eventos Vitória, pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Videira, no dia 29 de outubro de 2015, a fim de realizar XVII Arte Especial, no período noturno.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens

utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 25 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0234/15

PORTARIA nº 0234/15

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 8º, I, da Lei nº 2369/10, e a vista do que consta no Mem 027/15 DEPLD, do Departamento Pessoal;

RESOLVE

Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora JOCENEIA MARIA GELINSKI BORGES, Professora, a partir do dia 24 de março de 2015 até 21 de julho de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 24 de março de 2015.

Videira, 25 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0235/15

PORTARIA nº 0235/15

Altera a Composição da Comissão Permanente de Licitações

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e, no artigo 51, § 4º da Lei nº 8.666/93,

RESOLVE

Art. 1º Alterar a composição da Comissão Permanente de Licitações, a partir de 26 de março de 2015, que passa a ser a seguinte:

KALYNE DANIELEWICZ - Presidente

RAIMUNDA APARECIDA ZAGO BORBA - Chefe

LUCELIA FEDRIGO - Membro

DIONÍSIO ROBASKEWICZ NETO - Membro

MÁRCIA REGINA VANZ - Membro

Art. 2º A Comissão Permanente de Licitações solicitará aos órgãos do Município avaliações e pareceres técnicos, como subsídio no julgamento dos processos licitatórios nas modalidades da Lei nº 8.666/93, sempre que se fizerem necessários.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0024/15.

Videira, 26 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0236/15

PORTARIA nº 0236/15

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 11.501/2014, nomeada pela Portaria nº 1.452/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho da presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 28 de março de 2015, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 11.501/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 28 de março de 2015.

Videira, 27 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 40/2015 - PMV. 1. OBJETIVO: AQUISIÇÃO DE ETIQUETAS EM POLIESTER PARA SEREM UTILIZADOS PELO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 16:00 horas do dia 15/04/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 16:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 31de Março 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 41/2015 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE PEDRA PULMÃO PARA SER UTILIZADA COMO BASE PREPARATÓRIA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS PÚBLICAS, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 09:00 horas do dia 15/04/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 31de Março 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Vitor Meireles**PREFEITURA****ATA DE RETRANSMISSÃO DE CARGO**

ATA DE RETRANSMISSÃO DO CARGO DE PREFEITO MUNICIPAL

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, às oito horas, reuniram-se no Gabinete do Prefeito Municipal, no prédio da Prefeitura de Vitor Meireles - SC, os senhores Estevão Ruchinski e Lourival Lunelli para retransmissão do cargo do primeiro para o segundo, em virtude da participação do Prefeito, Lourival Lunelli no Projeto da Realização da Missão Oficial à Província de Trento, na Itália e à Universidade de Aveiro e Municípios em Portugal, organizado pela AMAVI, no período de treze de março do corrente ano a vinte e cinco. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Estevão Ruchinski reempossou o Senhor Lourival Lunelli ao cargo de Prefeito Municipal, onde ambos e os presentes no Ato assinaram o referido Termo de Posse.

Vitor Meireles (SC), em 26 de março de 2015.

Xavantina

PREFEITURA

CONTRATO Nº 053/2015 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: EDITORA POSITIVO LTDA.

Contrato nº: 053/2015 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA ALUNOS E PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 5º ANO), INCLUINDO MATERIAIS DIDÁTICOS IMPRESSOS, UM SERVIÇO DE APOIO PEDAGÓGICO, UMA FERRAMENTA DE GESTÃO E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL PARA ACOMPANHAR OS AVANÇOS DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL, UM PORTAL COM CONTEÚDOS EDUCACIONAIS E UMA FERRAMENTA PARA AVALIAR O DESEMPENHO DE ALUNOS DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, A SEREM UTILIZADOS NO ANO LETIVO DE 2015.

Data da Assinatura: 30/03/2015.

Vigência: 31/12/2015.

Valor do Contrato: R\$ 111.171,56 (cento e onze mil, cento e setenta e um reais e cinquenta e seis centavos).

CONVÊNIO Nº 015/2015 - PMXV

CONVÊNIO Nº 015/2015

1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 007/2015, DE 29/01/2015

O MUNICÍPIO DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 83.009.878/0001-15, com sede administrativa sita na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, portador da Cédula de Identidade RG nº 14/R 2.697.343 SSP-SC e inscrito no CPF/MF nº 827.815.679-49, doravante denominado MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO PINHALENSE, pessoa jurídica de direito privado, com sede Linha Pinhal Preto, s/n, na cidade de Xavantina, SC, devidamente inscrita no CNPJ nº 80.629.793/0001-41, aqui representada por seu Presidente, Senhor Neudi Canesso, inscrita no CPF nº 777.857.709-72 e Rg nº 2.693.146, doravante denominada ENTIDADE, ajustam celebrar o presente convênio, com fundamento na Lei nº 1.419, de 18 de Dezembro de 2014, sujeitando-se, no que couber às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, Instrução Normativa nº TC-14/2012, Instrução Normativa nº 001/2014, de 09 de abril de 2014, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela ENTIDADE e aprovado pelo MUNICÍPIO, bem como das cláusulas e condições seguintes resolvem aditar o convenio nº 007/2015.

Considerando o erro de digitação do número do CNPJ da ASSOCIAÇÃO PINHALENSE, pessoa jurídica de direito privado, com sede Linha Pinhal Preto, s/n, na cidade de Xavantina, SC, encontrado no termo de convenio nº 007/2015, o qual foi firmado em 29 de Janeiro de 2015.

RESOLVEM ADITAR O CONVÊNIO Nº 007/2015, NOS SEGUINTE TERMOS:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA CORREÇÃO DE ERRO DE DIGITAÇÃO:

Fica corrigido o erro de digitação apresentado no convenio nº 007 de 29 de janeiro de 2015, firmado entre o MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO PINHALENSE, pessoa jurídica de direito privado, com sede Linha Pinhal Preto, s/n, na cidade de Xavantina, SC, aqui devidamente corrigido e inscrito no CNPJ nº 80.629.793/0001-41, representada por seu Presidente, Senhor Neudi Canesso, inscrita no CPF nº 777.857.709-72 e Rg nº 2.693.146, doravante denominada ENTIDADE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

Continuam em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições previstas no convênio inicial.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Xavantina (SC), 17 de Março de 2015.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA	ASSOCIAÇÃO PINHALENSE
------------------------	-----------------------

Testemunhas:

01. _____

Nome: Joselino Luiz Naissinger

CPF: 047.840.569-39

02. _____

Nome: Arline Caon

CPF: 055.243.049-84

CONVÊNIO Nº 016/2015 - PMXV

CONVÊNIO Nº 016/2015

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE XAVANTINA e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE XAVANTINA, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnico-financeira.

O MUNICÍPIO DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 83.009.878/0001-15, com sede administrativa sita na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, portador da Cédula de Identidade RG nº 14/R 2.697.343 SSP-SC e inscrito no CPF/MF nº 827.815.679-49, doravante denominado MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE XAVANTINA, pessoa jurídica de direito privado, com sede Rua Praça Rio Branco, s/n, na cidade de Xavantina, SC, devidamente inscrita no CNPJ nº 05.741.050.0001-43, aqui representada por seu Presidente, Senhor Delmar Dal Bello, inscrito no CPF nº 004.939.129-16 e Rg nº 3.781.407, doravante denominada ENTIDADE, ajustam celebrar o presente convênio, com fundamento na Lei nº 1.419, de 18 de Dezembro de 2014, sujeitando-se, no que couber às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, Instrução Normativa nº TC-14/2012, Instrução Normativa nº 001/2014, de 09 de abril de 2014, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela ENTIDADE e aprovado pelo MUNICÍPIO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é o estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse à ENTIDADE, de recursos para aquisição de Telhas de Aluzinco Galvanizado para manutenção do telhado do centro comunitário, de acordo com a Lei Municipal nº 1.419, de 18 de Dezembro de 2014 e plano de trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é a contar de 25 de Março de 2015 até 31 de Maio de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS:

Para execução do presente convênio, o MUNICÍPIO transferirá recursos no valor total de até R\$ 17.100,00 (dezesete mil e cem reais), a serem pagos, conforme cronograma:

Nº Parcela	Valor R\$
01ª – Março de 2015	17.100,00

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Os recursos repassados pelo MUNICÍPIO integram a dotação orçamentária do Órgão/Unidade 12.01, Projeto Atividade 0.001, Elemento de Despesa 4.4.50.00.00.00.00, Código Reduzido 89.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE:

A CONVENIENTE obriga-se a:

- I - aplicar os recursos recebidos, bem como a contrapartida, conforme plano de aplicação aprovado pelo Município;
- II - ressarcir ao Município os recursos recebidos através deste convênio, bem como os rendimentos de aplicação financeira, quando comprovada a sua inadequada utilização ou saldo não utilizado;
- III - movimentar a realização das despesas em conta específica, dos recursos recebidos;
- IV - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;
- V - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas se for o caso;
- VI - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo Município;
- VII - prestar contas no prazo de sessenta dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira;
- VIII - Disponibilizar o espaço do centro comunitário da associação de forma gratuita, quando da realização de eventos por este órgão público;

Parágrafo único. Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente convênio, deverá a CONVENIENTE observar o prazo contido no item VII e atender o disposto na Instrução Normativa nº 001/2014, de 09 de abril de 2014, da Coordenadoria de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

O MUNICÍPIO compromete-se à:

- I - Liberar os recursos, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:
 - a) quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento da CONVENIENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas;
 - b) quando a CONVENIENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.
- II - Acompanhar a execução do objeto através de visitas in loco e fiscalizações periódicas;
- III - Assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será extinto:

- I - pela conclusão do seu objeto;
- II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de trinta dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de extinção, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao MUNICÍPIO,

no prazo improrrogável de trinta dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em três vias, perante as testemunhas abaixo firmadas.

Xavantina (SC), 25 de Março de 2015.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE XAVANTINA
------------------------	--------------------------------------

Testemunhas:

01. _____

Nome: Joselino Luiz Naissinger

CPF: 047.840.569-39

02. _____

Nome: Arline Caon

CPF: 055.243.049-84

CONVÊNIO Nº 017/2015 - PMXV

CONVÊNIO Nº 017/2015

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE XAVANTINA e o CONSELHO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE GUARARAPES, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnico-financeira.

O MUNICÍPIO DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 83.009.878/0001-15, com sede administrativa sita na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, portador da Cédula de Identidade RG nº 14/R 2.697.343 SSP-SC e inscrito no CPF/MF nº 827.815.679-49, doravante denominado MUNICÍPIO e o CONSELHO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE GUARARAPES, pessoa jurídica de direito privado, com sede Linha Guararapes, s/n, na cidade de Xavantina, SC, devidamente inscrita no CNPJ nº 02.910.353/0001-54, aqui representada por seu Presidente, Senhor Joraci Bergamin, inscrito no CPF nº 400.824.319-49 e Rg nº 841.262, doravante denominada ENTIDADE, ajustam celebrar o presente convênio, com fundamento na Lei nº 1.419, de 18 de Dezembro de 2014, sujeitando-se, no que couber às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, Instrução Normativa nº TC-14/2012, Instrução Normativa nº 001/2014, de 09 de abril de 2014, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela ENTIDADE e aprovado pelo MUNICÍPIO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é o estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse à ENTIDADE, de recursos para aquisição de mobiliário, bomba trifásica, caixa d'água, mangueira, conexões hidráulicas e elétricas, forno micro-ondas, ventilador e pratos de vidro, de acordo com a Lei Municipal nº 1.419, de 18 de Dezembro de 2014 e plano de trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é a contar de 27 de Março de 2015 até 31 de Maio de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS:

Para execução do presente convênio, o MUNICÍPIO transferirá recursos no valor total de até R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais), a serem pagos, conforme cronograma:

Nº Parcela	Valor R\$
01ª – Março de 2015	8.800,00

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Os recursos repassados pelo MUNICÍPIO integram a dotação orçamentária do Órgão/Unidade 12.01, Projeto Atividade 0.001, Elemento de Despesa 4.4.50.00.00.00.00.00, Código Reduzido 89.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE:

A CONVENIENTE obriga-se a:

- I - aplicar os recursos recebidos, bem como a contrapartida, conforme plano de aplicação aprovado pelo Município;
- II - ressarcir ao Município os recursos recebidos através deste convênio, bem como os rendimentos de aplicação financeira, quando comprovada a sua inadequada utilização ou saldo não utilizado;
- III - movimentar a realização das despesas em conta específica, dos recursos recebidos;
- IV - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;
- V - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas se for o caso;
- VI - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo Município;
- VII - prestar contas no prazo de sessenta dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira;
- VIII - Disponibilizar o espaço do centro comunitário da associação de forma gratuita, quando da realização de eventos por este órgão público;

Parágrafo único. Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente convênio, deverá a CONVENIENTE observar o prazo contido no item VII e atender o disposto na Instrução Normativa nº 001/2014, de 09 de abril de 2014, da Coordenadoria de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

O MUNICÍPIO compromete-se à:

- I - Liberar os recursos, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:
 - a) quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento da CONVENIENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas;
 - b) quando a CONVENIENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.
- II - Acompanhar a execução do objeto através de visitas in loco e fiscalizações periódicas;
- III - Assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será extinto:

- I - pela conclusão do seu objeto;
- II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de trinta dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte

prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de extinção, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao MUNICÍPIO, no prazo improrrogável de trinta dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em três vias, perante as testemunhas abaixo firmadas.

Xavantina (SC), 27 de Março de 2015.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA	CONSELHO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE GUARARAPES
------------------------	--

Testemunhas:

01. _____
Nome: Joselino Luiz Naissinger
CPF: 047.840.569-39

02. _____
Nome: Arline Caon
CPF: 055.243.049-84

DECRETO 037/2015

DECRETO Nº 037/2015

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE XAVANTINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a data de 03 de abril de 2015, onde é realizada a Sexta-Feira Santa, ou Sexta-Feira da Paixão de Cristo, é a Sexta-Feira antes do Domingo de Páscoa, data em que os cristãos lembram o julgamento, paixão, crucificação, morte e sepultura de Jesus Cristo, através de diversos ritos religiosos;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todas as repartições públicas municipais, na data de 02 de Abril de 2015, no período da tarde, em virtude da realização da Sexta-Feira Santa, no dia 03 de Abril de 2015.

§ 1º Na Secretaria Municipal de Saúde fica estabelecido o regime de plantão/sobreaviso durante esta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, SC, 27 de Março de 2015.
MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 101/2015

PORTARIA Nº 101/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias á Servidora Pública Municipal, Sra. MARINEUZA FACHINELLO GRANOSKI, ocupante do cargo comissionado de Diretor, referente ao período aquisitivo de 10/01/2013 à 09/01/2014, a contar do período de 23/03/2015 à 21/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), em 23 de Março de 2015.

MAURO JUNES POLETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 102/2015

PORTARIA Nº 102/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, Sr. EVANDRO JOSE GRANOSKI, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, referente ao período aquisitivo de 14/12/2012 à 13/12/2013, a contar do período de 23/03/2015 à 11/04/2015, sendo convertido 1/3 (um terço) em pecúnia.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), em 23 de Março de 2015.

MAURO JUNES POLETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 103/2015

PORTARIA Nº 103/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, Sr. VARLEI OZELAME, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro Nível Superior, referente ao período aquisitivo de 22/03/2012 à 21/03/2013, a contar do período de 23/03/2015 à 21/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), em 23 de Março de 2015.

MAURO JUNES POLETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 104/2015

PORTARIA Nº 104/2015

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DE CARATER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº782/02, e;

Considerando o termino da licença maternidade e o termo de rescisão do contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Servidora Pública Municipal, contratada em caráter temporário, SRA. KELIN CRISTINA DOS SANTOS, ocupante da função de Professor Normalista - Auxiliar 5º ano - Período Matutino, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 01 de Abril 2015.

MAURO JUNES POLETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 19-2015 PMXV - 01

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2015 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 19/2015 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa GILBERTO BERTINATTO & CIA LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 81.535.429/0001-85, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. GILBERTO BERTINATTO, portador do CPF nº 473.481.439-20, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 19/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de baterias para frota de veículos do Município de Xavantina e todos os Fundos.

ITEM	QUANTIDADE	UNID	PREÇO MÁXIMO EM R\$	ESPECIFICAÇÃO
2	30,00	UN	255,00	BATERIA 60 AMPERES DE AMBAS AS POLARIDADES, 1ª LINHA, CERTIFICADA PELO INMETRO (PIONEIRO, TUDOR, HELIAR, MOURA, BOSCH, CATERPPILAR).
3	15,00	UN	345,00	BATERIA 70 AMPERES DE AMBAS AS POLARIDADES, 1ª LINHA, CERTIFICADA PELO INMETRO (PIONEIRO, TUDOR, HELIAR, MOURA, BOSCH, CATERPPILAR).
4	50,00	UN	410,00	BATERIA 100 AMPERES DE AMBAS AS POLARIDADES, 1ª LINHA, CERTIFICADA PELO INMETRO (PIONEIRO, TUDOR, HELIAR, MOURA, BOSCH, CATERPPILAR).

Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 19/2015 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 31 de março de 2015.

GILBERTO BERTINATTO & CIA LTDA ME Gilberto Bertinatto	MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.
--	--

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 19-2015 PMXV - 02

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2015 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 19/2015 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa GIVANILDO ANTONIO DE BIASI ME, inscrita no CNPJ nº 05.637.851/0001-63, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. GIVANILDO ANTONIO DE BIASI, portador do CPF nº 022.856.809-96, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 19/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de baterias para frota de veículos do Município de Xavantina e todos os Fundos.

ITEM	QUANTIDADE	UNID	PREÇO MÁXIMO EM R\$	ESPECIFICAÇÃO
1	20,00	UN	220,00	BATERIA 40 AMPERES DE AMBAS AS POLARIDADES, 1ª LINHA, CERTIFICADA PELO INMETRO (PIONEIRO, TUDOR, HELIAR, MOURA, BOSCH, CATERPPILAR).
5	25,00	UN	565,00	BATERIA 150 AMPERES DE AMBAS AS POLARIDADES, 1ª LINHA, CERTIFICADA PELO INMETRO (PIONEIRO, TUDOR, HELIAR, MOURA, BOSCH, CATERPPILAR).
6	25,00	UN	685,00	BATERIA 180 AMPERES DE AMBAS AS POLARIDADES, 1ª LINHA, CERTIFICADA PELO INMETRO (PIONEIRO, TUDOR, HELIAR, MOURA, BOSCH, CATERPPILAR).

Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o

Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 19/2015 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 31 de março de 2015.

GIVANILDO ANTONIO DE BIASI ME Givanildo Antonio de Biasi	MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.
---	--

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE TOMADA DE PREÇO 003/2015 - PM

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE XAXIM

TOMADA DE PREÇO N. 003/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 073/2015

O Município de Xaxim - SC, comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a contratação de empresa especializada na área de engenharia, para execução de reforma do Escola Básica Municipal da Anita Garibaldi de Xaxim SC, conforme descrição completa no edital. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h:45min do dia 17 de abril de 2015, procedendo à abertura às 09h:00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 31 de março de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

Portaria 538

PORTARIA Nº 538/2015

De 30 de março de 2015

Instaura Processo Administrativo e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do artigo 66 de Lei Orgânica Municipal, art. 78, I, III, IV, V, XII, XVII, art. 87, III, IV, art. 88, I, II e III da Lei 8.666/93; e,

CONSIDERANDO o pactuado com a municipalidade conforme ajuste em contrato nº 0152/2014, baseado no processo licitatório 142/2014, modalidade Concorrência nº 003/2014.

CONSIDERANDO o Relatório recebido da Secretaria Municipal de Esportes, dando conta que o contratado, repetidamente, vem impedindo entrada e uso do Ginásio Pedro Ivo Campos por alunos dos programas esportivos do município, mormente crianças e adolescentes.

CONSIDERANDO que referida conduta fere o pactuado com a municipalidade conforme ajuste em contrato nº 0152/2014, especialmente da cláusula segunda, pertinente às obrigações do cessionário.

CONSIDERANDO que as condutas mencionadas ensejam a rescisão contratual unilateral diante do interesse público, pautado nas cláusulas contratuais, e na necessidade de aplicar a sanção punitiva, sempre com o intuito de beneficiar a coletividade.

CONSIDERANDO o que estipula o artigo 5º, LV da CF, que impõe que seja assegurado nos processos e atos administrativos o contraditório e a ampla defesa, isto porque, por ser ato vinculado, essa rescisão é passível de ataque pelo interessado que não concorde com a decisão do agente público.

CONSIDERANDO que o contraditório é oposição aos fatos apresentados por outrem, trazendo à tona os elementos que achar

conveniente para tanto, em meio à ampla divulgação dos fatos, documentos e dados que lhe disserem respeito à questão. A ampla defesa, a oportunidade de defesa técnica, por meio de advogado, que garanta ao contratado todos os meios, normas e provas necessárias à sua participação no processo administrativo.

CONSIDERANDO que os fatos narrados constituem motivação que nos possibilita a rescisão unilateral do contrato, assim, notificamos o Contratado para que possa tomar conhecimento dos fatos apontados como hábeis para rescindir seu contrato, e, de consequência, se defender dos mesmos apresentando razões de fato e de direito, bem como produzir as provas que comprovem suas alegações, esclarecer fatos pendentes e prestar informações que se fizerem necessárias, durante todo o procedimento administrativo, por ser imposição constitucional do devido processo legal.

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo para apurar os fatos narrados.

Art. 2º. Para presidir os trabalhos fica nomeada a seguinte Comissão Processante, composta por servidores efetivos, sendo presidida pelo primeiro:

- I - LiamaraTonello;
- II - CatianeCurtarelliSoccol;
- III - Sandra BressanZim;

Art. 3º. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias úteis para conclusão do Processo Administrativo.

Art. 4º. Determina-se à Comissão Processante o estrito cumprimento das disposições contidas na legislação de regência no que pertine à condução do processo administrativo, sobretudo no que diz respeito à observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 30 de março de 2015.
Idacir Antônio Orso
Prefeito Municipal

Rodrigo VeriatoMorás
Secretário Municipal de Administração

Portaria 539

PORTARIA Nº 539/2015

De 30 de março de 2015

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do artigo 66 de Lei Orgânica Municipal, artigos 177 e seguintes da Lei Municipal nº 1729, de 26 de dezembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar processo Administrativo Disciplinar em desfavor da Servidora matrícula nº 5464 E. R. M., lotada na Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de apurar possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do Processo Administrativo Disciplinar nº539/2015, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos, infringindo, em tese, o disposto no Artigo 163, III, e Artigo 168, V, do da Lei nº 1.729, de 26 de Dezembro de 1994.

Art. 2º. Para atuar no Processo Administrativo Disciplinar fica

nomeada a seguinte Comissão Processante, composta por servidores efetivos, sendo presidida pelo primeiro:

- I - Fabiane Paula GirotoRissi;
- II - CatianeCurtarelli;
- III - Pedro Rui Rodrigues;

Art. 3º Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias úteis para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do art. 200, caput, do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 4º.Determina-se à Comissão Processante o estrito cumprimento das disposições contidas na legislação de regência no pertinente à condução do processo administrativo disciplinar, sobretudo no que diz respeito à observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 30 de Março de 2015.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Rodrigo VeriatoMorás
Secretário Municipal de Administração

Associações

AMAVI

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015
REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Nilson Francisco Stainsack, Presidente da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI, no uso de suas atribuições, considerando a proclamação por parte do Pregoeiro e Equipe de Apoio do resultado final do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 01/2015 que tem como objeto a formalização de registro de preços para aquisição de gasolina comum, etanol, óleo lubrificante e serviços de troca de óleo e de lavagem para os veículos de propriedade da AMAVI, nos termos previstos no Edital e em seus Anexos e considerando ainda o constante no artigo 43, inciso VI da Lei 8.666/93 e no artigo 4º, inciso XXII da Lei 10.520/2002, HOMOLOGA o resultado da sobredita licitação.

Rio do Sul, 31 de março de 2015.
Nilson Francisco Stainsack
Presidente da AMAVI

FECAM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2015 – COAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2015 - COAS

A Presidente do Colegiado Estadual de Assistência Social - COAS da Federação Catarinense de Municípios - FECAM, JANICE MERIGO, Assistente Social, no uso de suas atribuições, CONVOCA os senhores e senhoras Assistentes Sociais das associações de municípios e/ou coordenadores dos Colegiados Regionais de Assistência Social, vinculados as 21 Associações de Municípios que compõe o Colegiado Estadual de Assistência Social, para reunião.

Data: 14 de abril de 2015
Hora: das 8h30 às 12h (manhã) e das 13h às 18h (tarde)

Local: Associação dos Municípios da Grande Florianópolis - GRANFPOLIS - Rua Cândido Ramos, nº 250, Capoeiras - Florianópolis/SC - CEP: 88.090-800. Tel.: (48) 3224-3668.

Ordem do dia:

1. Conferências da Criança e Adolescente e Idoso;
2. Eleição do Conselho Tutelar;
3. Benefícios Eventuais - operacionalização nos municípios critério alocação de recursos próprios e lei municipal;
4. Encontros Regionais com o Ministério Público;
5. Política do Idoso - conselho e fundo, presença do CEI;
6. Implantação do CRAS e bloqueio de recursos (Informe MDS);
7. Documento sobre as Emendas Parlamentares;
8. Cofinanciamento Estadual.

Informes:

1. Reunião com o CRESS - retorno da parceria;
2. Reunião com o CRP - retorno da parceria e das Rodas de Conversa;
3. Lei 13.019/2014, que trata sobre a adequação das entidades socioassistenciais - Seminário de maio.

Florianópolis, 31 de março de 2015.

JANICE MERIGO

Assistente Social da FECAM

Presidente do Colegiado Estadual - COAS

GRANFPOLIS

RESOLUÇÃO Nº 02/2015

RESOLUÇÃO Nº 02/2015.

O Presidente da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis no uso de suas atribuições estatutárias e tendo em vista a aprovação pelo PLENÁRIO da Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 12 de março de 2014, no Município de Florianópolis,

RESOLVE:

Art. 1º O cargo de ASSISTENTE SOCIAL, criado pela Resolução Nº 05/2014, com jornada de 30 (trinta) horas semanais, se enquadra de forma proporcional no Quadro de Carreira dos empregados da Associação cujas classes e níveis salariais são para 40 (quarenta) horas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial dos Municípios, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis(SC) em 31 de março de 2015.

ANTÔNIO DA SILVA

Prefeito Municipal de Canelinha

PRESIDENTE

Consórcios

AGIR

DECISÃO Nº 004/2015 - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 005/2015 - AGIR

DECISÃO Nº 004/2015

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 005/2014.

OBJETO: Reajuste tarifário dos serviços públicos prestados pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE.

SOLICITANTE: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE.

INTERESSADO: Município e SAMAE de Gaspar.

Relatório:

O Ofício nº 009/2015 de 11 de março de 2015, encaminhado pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE, solicitando revisão linear dos serviços e preços em 11,04% (onze vírgula zero quatro por cento), sendo 7,13% (sete vírgula treze por cento) de reajuste inflacionário mais 3,91% (três vírgula noventa e um por cento) para garantir investimentos constantes no Plano Municipal de Saneamento Básico daquele município, resultou na abertura do Procedimento Administrativo nº 005/2015.

O Parecer Administrativo nº 003/2015 emitido pela Diretoria Administrativa, em 30 do corrente mês e elaborado em harmonia com os setores de economia e financeiro, está pautado em tecnicismo pormenorizado, analisando com primor o pleito e seus números. Por isso, adota-se como relatório mínimo necessário, aquilo constante nos itens 1 - Dados do SAMAE de Gaspar e 2 - Do Plano Municipal de Saneamento Básico de Gaspar (PMSB). De outra banda, o Parecer Jurídico faz uma análise detalhada entre o que é um reajuste e uma revisão.

O pedido do SAMAE de Gaspar, na verdade é uma revisão, no mais amplo sentido da palavra, uma vez que não fica tão somente na recuperação inflacionária da tarifa, mas sim, pede uma revisão total da tarifa, com o que não há concordância por parte da análise técnica e jurídica. Por isso, esse o breve relatório ao invés de reprisar os argumentos técnicos apresentados que seria por demais repetitivo e sem utilidade prática e/ou eficácia. Assim, passo a decidir:

Decisão:

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE, solicita revisão linear dos serviços e preços em 11,04% (onze vírgula zero quatro por cento), sendo 7,13% (sete vírgula treze por cento) de reajuste inflacionário mais 3,91% (três vírgula noventa e um por cento) para garantir investimentos constantes no Plano Municipal de Saneamento Básico daquele município, como bem está analisado pelo Parecer Administrativo ao reportar-se ao Plano Municipal de Saneamento Básico vigente naquele município. O Quadro 1 - Dos Investimentos Estimados para Gaspar em 2015, dá a exata visão do pretendido e também, em complementação, os comentários fazem menção aos investimentos já efetuados. Ficou contabilmente demonstrado que ocorreu excesso de arrecadação e superávit financeiro de R\$ 1.245.746,47 (um milhão, duzentos e quarenta e cinco mil, setecentos e quarenta e seis reais e quarenta e sete centavos) no ano anterior.

Através das demonstrações financeiras (Quadro 4 e Quadro 5) e ainda a análise do fluxo de caixa (Quadro 7 e Quadro 8), denota-se a saúde da conta água do SAMAE de Gaspar, ficando provado o que é chamado de sobras para investimentos e ao mesmo tempo apontando a necessidade para uma gestão eficiente para os gastos.

Conclui, por isso, a análise técnica, que só o reajuste inflacionário

garante a viabilidade da tarifa e ainda fica preservada a capacidade de investimentos da Autarquia para o período 2015/2016. Importante destacar que toda análise que tem como foco o reajuste inflacionário, garante uma tarifa que preserva a capacidade de investimentos e ainda assim, atenta para a modicidade tarifária em favor dos usuários, aliada a regularidade e qualidade dos serviços.

Dessa forma, DEFERE-SE, parcialmente, o pedido apresentado, aplicando tão somente o reajuste linear que considera o período de março/2014 até fevereiro/2015, acarretando em um índice acumulado de 7,68% (sete vírgula, sessenta e oito por cento - arredondado), incidente sobre a tabela de preços e serviços e com alinhamento da data base da Autarquia para os próximos pleitos, observados os valores (índices) apontados no Quadro 12 - Evolução do INPC Março/2014 a Fevereiro/2015, do Parecer Administrativo nº 003/2015.

Por outro lado, para integral validação e reconhecimento do reajuste ora autorizado, que seja encaminhado a esta Agência, cópia da nova tabela tarifária, assim como das publicações realizadas pelo Município de Gaspar/SC e pelo SAMAE de Gaspar, em observação ao disposto no Artigo 39 da Lei Federal nº 11.245/2007, que estabelece: "Art. 39. As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões ser tornados públicos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à sua aplicação" (grifo nosso).

Por outro lado, também fica condicionada a validade do reajuste, ao cumprimento de ações que deverão ser observadas e aplicadas pelo SAMAE/Gaspar nos próximos doze (12) meses e a seguir elencados:

I - Que o SAMAE/Gaspar até o próximo pleito de revisão/reajuste, de acordo com as normas contábeis, registre a depreciação de seus ativos;

II - O SAMAE/Gaspar deverá, no prazo de trinta (30) dias, apresentar para a AGIR os cronogramas físico-financeiros dos investimentos pleiteados que são objeto deste reajuste para fiscalização, respeitado o PMSB;

III - A cada trimestre deverá o SAMAE/Gaspar remeter para a AGIR, documentação que permita a aferição dos cronogramas e seus investimentos;

IV - Que a Autarquia registre a conta de estoque no Balanço Patrimonial e desenvolva ações para recuperação dos créditos em dívida ativa.

Todas as exigências complementares acima serão objeto de avaliação e de análise no próximo pedido de revisão e/ou reajuste e o não atendimento e/ou cumprimento, poderá servir como redutor do índice a ser solicitado, salvo situações acordadas ou reconhecidas como não aplicáveis, após análise da AGIR.

Expeçam-se os demais atos legais necessários, bem como o encaminhamento desta Decisão e os respectivos pareceres, como de praxe, às partes interessadas.

A presente Decisão entra em vigor a partir de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), órgão oficial de publicidade da AGIR, além de também ser publicado no site, qual seja www.agir.sc.gov.br.

Não havendo manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, DETERMINA-SE O ARQUIVAMENTO deste procedimento administrativo. Essa a decisão.

Blumenau (SC), em 31 de março de 2015.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral.

DECRETO Nº 004/2015 - AGIR**AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO,
CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAI – AGIR****DECRETO Nº 004/2015**

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DA AGIR PARA O EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO TOMASELLI, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30 Inciso XI e pelo Artigo 84 e seus parágrafos do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

Considerando a regulamentação do Inciso X do Artigo 37 da Constituição Federal disciplinando a Revisão Geral Anual, de forma a assegurar aos servidores da AGIR a aplicação do direito constitucionalmente assegurado;

Considerando que a revisão geral anual foi discutida e aprovada pela Assembleia Geral Ordinária da AGIR, realizada aos 13.02.2015;

Considerando o disposto no Anexo I – Quadro Geral de Cargos Permanentes, Anexo I-A – Quadro de Cargo Eletivo, Anexo I-B – Quadro de Cargo Comissionado e Anexo III – Tabela de Referências Salariais, do Estatuto do Consórcio Público;

Considerando a exigência de rigoroso controle no gasto para cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, e à efetiva gestão das despesas do Consórcio Público;

DECRETA:

Art. 1º - Para o exercício de 2015 a revisão geral dos vencimentos será de 8,18% (oito vírgula dezoito por cento), sendo 7,68% a título de reajuste e correspondente a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de março de 2014 a fevereiro de 2015, e o percentual de 0,5% a título de revisão;

Parágrafo único: A revisão geral se estende aos vencimentos de todos os servidores da AGIR, sejam os efetivos, eletivos, temporários, em comissão e aos estagiários, sem distinção de índices; além de estender-se aos valores do auxílio alimentação dos servidores da AGIR, bem como



**AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO,
CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAI – AGIR**

ao valor do jeton devido aos conselheiros presentes nas reuniões do Comitê de Regulação da AGIR, conforme evidenciado no quadro abaixo:

Categoria	Valor 2014	Valor 2015
Estagiário 20 horas semanais	R\$ 457,18	R\$ 494,58
Estagiário 30 horas semanais	R\$ 683,02	R\$ 738,89
Auxílio alimentação	R\$ 276,00	R\$ 298,58
Jeton Comitê de Regulação da AGIR	R\$ 250,00	R\$ 270,45

Art. 2º - Os Anexos: I - Quadro Geral de Cargos Permanentes, I-A - Quadro de Cargo Eletivo, I-B – Quadro de Cargo Comissionado e III - Tabela de Referências Salariais (conforme anexo único integrante deste Decreto), ficam atualizados pelo referido índice da revisão geral anual (INPC) definido neste Decreto, em seu Artigo 1º.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a partir do dia 1º de março de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Blumenau (SC), em 11 de março de 2015.

FERNANDO TOMASELLI

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR.



**AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO,
CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAI – AGIR**

ANEXO ÚNICO AO DECRETO Nº 004/2015

**ANEXO I
QUADRO GERAL DE CARGOS PERMANENTES**

N.º de Cargos	Denominação do cargo	Ref. Venc. Inicial e Final	Carga horária Semanal.	Vencimento inicial em R\$	Habilitações Mínimas
01	Ouvidor	53 a 62	40 horas	3.572,17	Bacharel e/ou tecnólogo em Direito, Administração, Administração Pública, Secretariado Executivo, Processos Gerenciais e Gestão Pública, com curso na área de ouvidoria; portador de CNH categoria B.
01	Engenheiro Sanitarista e/ou Ambiental	68 a 77	40 horas	4.807,67	Bacharel em Engenharia Ambiental e/ou Sanitarista, registro no órgão competente e portador de CNH categoria B.
01	Engenheiro Civil e/ou Químico	68 a 77	40 horas	4.807,67	Bacharel em Engenharia Civil, e/ou Engenharia Química, registro no órgão competente e portador de CNH categoria B.
01	Economista	53 a 62	40 horas	3.572,17	Bacharel em Economia, registro no órgão competente e portador de CNH categoria B.
01	Contador	53 a 62	40 horas	3.572,17	Bacharel em Contabilidade, registro no órgão competente e portador de CNH categoria B.
01	Agente Técnico	52 a 61	40 horas	3.502,12	Bacharel e/ou tecnólogo em Processos Industriais, Gestão Ambiental, Saneamento, Eletroeletrônica, Controle Ambiental, Saneamento e Efluentes.
03	Agente Administrativo	52 a 61	40 horas	3.502,12	Bacharel e/ou tecnólogo em Administração, Administração Pública, Secretariado Executivo, Processos Gerenciais e Gestão Pública; portador de CNH categoria B.
02	Auxiliar Administrativo	01 a 10	40 horas	1.275,63	Nível médio completo e portador de CNH categoria B.

Rua: Alberto Stein, nº. 466 - Bairro: Velha, Blumenau / Santa Catarina
CEP: 89.036-200 - Fone (47) 3331-5827- CNPJ 11.762.843/0001-41
www.agir.sc.gov.br



**AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO,
CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAI – AGIR**

ANEXO I-A

QUADRO DE CARGO ELETIVO

N.º de cargos	Denominação do cargo	Ref. Venc. Inicial e Final	Carga horária Semanal	Vencimento inicial R\$	Habilitações Mínimas
01	Diretor Geral	117 a 126	40 horas	10.407,37	Nível superior completo, com especialização na área pública.

ANEXO I-B

QUADRO DE CARGO COMISSIONADO

N.º de cargos	Denominação do cargo	Ref. Venc. Inicial e Final	Carga horária Semanal	Vencimento inicial R\$	Habilitações Mínimas
01	Assessor Jurídico	89 a 98	40 horas	7.286,81	Bacharel em Direito e inscrição na OAB, com especialização em área afim.
01	Diretor Técnico	89 a 98	40 horas	7.286,81	Bacharel em Engenharia Civil, Engenharia Sanitária e/ou Ambiental e Engenharia Química; registro no órgão competente e com especialização em área afim.
01	Diretor Administrativo	89 a 98	40 horas	7.286,81	Bacharel ou tecnólogo em Administração, Administração Pública, Secretariado Executivo, Processos Gerenciais e Gestão Pública; registro na área competente, com especialização na área pública.

Rua: Alberto Stein, nº. 466 - Bairro: Velha, Blumenau / Santa Catarina
CEP: 89.036-200 - Fone (47) 3331-5827- CNPJ 11.762.843/0001-41
www.agir.sc.gov.br



**AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO,
CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAI – AGIR**

ANEXO III

TABELA DE REFERÊNCIAS SALARIAIS

Referência	Valor	Referência	Valor	Referência	Valor
1	1.275,63	42	2.872,96	83	6.470,48
2	1.301,12	43	2.930,42	84	6.599,89
3	1.327,15	44	2.989,04	85	6.731,90
4	1.353,71	45	3.048,82	86	6.866,52
5	1.380,78	46	3.109,79	87	7.003,87
6	1.408,40	47	3.171,98	88	7.143,94
7	1.436,54	48	3.235,41	89	7.286,81
8	1.465,28	49	3.300,14	90	7.432,54
9	1.494,59	50	3.366,13	100	7.581,20
10	1.524,47	51	3.433,46	101	7.732,83
11	1.554,98	52	3.502,12	102	7.887,48
12	1.586,07	53	3.572,17	103	8.045,24
13	1.617,80	54	3.643,61	104	8.206,13
14	1.650,15	55	3.716,48	105	8.370,25
15	1.683,16	56	3.790,82	106	8.537,66
16	1.716,82	57	3.866,62	107	8.708,43
17	1.751,16	58	3.943,96	108	8.882,57
18	1.786,17	59	4.022,84	109	9.060,24
19	1.821,90	60	4.103,30	110	9.241,44
20	1.858,35	61	4.185,35	111	9.426,26
21	1.895,51	62	4.269,05	112	9.614,80
22	1.933,41	63	4.354,44	113	9.807,08
23	1.972,09	64	4.441,55	114	10.003,23
24	2.011,53	65	4.530,37	116	10.203,30
25	2.051,76	66	4.620,98	117	10.407,37
26	2.092,80	67	4.713,40	118	10.615,50
27	2.134,65	68	4.807,67	119	10.827,82
28	2.177,34	69	4.903,82	120	11.044,38
29	2.220,90	70	5.001,90	121	11.265,27
30	2.265,32	71	5.101,93	122	11.490,57
31	2.310,63	72	5.203,97	123	11.720,39
32	2.356,83	73	5.308,05	124	11.954,80
33	2.403,97	74	5.414,21	125	12.193,90
34	2.452,04	75	5.522,49	126	12.437,77
35	2.501,08	76	5.632,93	127	12.686,52
36	2.551,10	77	5.745,60	128	12.940,25

Rua: Alberto Stein, nº. 466 - Bairro: Velha, Blumenau / Santa Catarina
CEP: 89.036-200 - Fone (47) 3331-5827- CNPJ 11.762.843/0001-41

www.agir.sc.gov.br



**AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO,
CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAI – AGIR**

Referência	Valor		Referência	Valor		Referência	Valor
37	2.602,14		78	5.860,51		129	13.199,05
38	2.654,16		79	5.977,72		130	13.463,03
39	2.707,26		80	6.097,28		131	13.732,28
40	2.761,40		81	6.219,22		132	14.006,93
41	2.816,62		82	6.343,60		133	14.287,07
						134	14.572,81
						135	14.864,27
						136	15.161,55
						137	15.464,79
						138	15.774,08
						139	16.089,55
						140	16.411,35

Rua: Alberto Stein, nº. 466 - Bairro: Velha, Blumenau / Santa Catarina
CEP: 89.036-200 - Fone (47) 3331-5827- CNPJ 11.762.843/0001-41
www.agir.sc.gov.br

ARIS**DECISÃO Nº 030/2015**

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 007/2015

TERMO DE NOTIFICAÇÃO N. 005/2015

INTERESSADO: CASAN - SAA do Município de Porto Belo

OBJETO: Falta de Controle da Qualidade da Água

Decisão nº 30/2015

I - Relatório:

A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS emitiu Termo de Notificação n. 005/2015 em face da CASAN, com o seguinte teor:

“III - DESCRIÇÃO DOS FATOS APURADOS

No dia 12 de janeiro de 2015 a equipe técnica da ARIS, formada na ocasião pelo Coordenador de Fiscalização da ARIS, Eng. Rafael Andrin Crestani e pelo Coordenador de Normatização da ARIS, Ciro Loureiro Rocha, fiscalizou o SAA de Porto Belo.

Conforme consta no Relatório de Fiscalização “RF-SAA-PORTO BELO-015” anexo a este, foi constatada uma nova não conformidade que também será apresentada no item IV deste Termo de Notificação.

IV. Não Conformidades Constatadas

Na tabela a seguir é apresentada a não conformidade constatada e o respectivo prazo para atendimento, que deverá ser respeitado pelo Prestador de serviços.

Tabela 01: Não conformidade e prazo para atendimento.

N.	NÃO CONFORMIDADE	PRAZO PARA ATENDIMENTO (em dias)
01	Deixar de realizar o controle de qualidade da água de acordo com a Portaria no 2.914/2011 do Ministério da Saúde.	Imediato

V. Determinações e Recomendações

O Prestador deverá encaminhar à ARIS a comprovação da respectiva regularização.”

Devidamente notificada em 22 de janeiro de 2015, a CASAN, apresentou manifestação (fls. 27/77).

As medidas corretivas tendentes a solucionar a não conformidade não foram realizadas pela Cia. Estadual, não justificando os motivos pelos quais deixou de realizar o controle da qualidade da água.

Assim, a não conformidades elencadas no Termo de Notificação nº 005/2015 não ensejaram respostas por parte da CASAN, nos moldes do artigo 9º da Resolução Normativa/ARIS nº 02/2011, conforme comprova o Parecer Técnico/ARIS nº 39/2015

Vieram os autos para análise da Direção Geral da ARIS, com despacho da Diretoria de Regulação (fls. 80) favorável a instauração de processo administrativo punitivo.

II - Mérito

A Notificação exarada pela ARIS tem como fundamento a falta de controle da qualidade da água, conforme previsto na Portaria/MS nº 2.914/2011.

Tem-se, de maneira incontestada, conduta reprovável da Cia. Estadual, ao deixar de realizar o controle da qualidade da água de acordo com a Portaria nº 2914/2011, do Ministério da Saúde em conjunto com o artigo 43 da Lei Federal nº 11.445/2007.

Portanto, não há outro caminho senão pela instauração de processo punitivo em face da CASAN, com fundamento no inciso IV, do parágrafo único, do artigo 11 da Resolução Normativa/ARIS nº 002/2011.

As penalidades passíveis de aplicação pela ARIS estão disciplinadas na Lei municipal n. 1.928/2011, que autorizou o ingresso do Município de Porto Belo e incorporou o Protocolo de Intenções da ARIS no ordenamento jurídico municipal. Do artigo 98 do Protocolo de Intenções da ARIS retira-se:

Art. 98. Pelo descumprimento das leis, contratos e normas instituídas pela ARIS, poderão ser aplicadas as seguintes sanções aos prestadores de serviços de saneamento básico:

I - advertência escrita;

II - multa;

III - suspensão de obra ou atividade;

IV - intervenção administrativa;

V - caducidade da concessão, permissão ou autorização.

Parágrafo único. As sanções previstas neste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente, e serão regulamentadas por resolução do Conselho de Regulação.

A ARIS, através de processo de consulta e audiência pública, disciplinou as penalidades aplicáveis aos prestadores de serviços, consoante disposto na Resolução/ARIS n. 003, de 25 de agosto de 2011:

Art. 4º - As infrações às disposições desta Resolução, bem como às normas legais, regulamentares e contratuais aplicáveis sujeitarão o infrator, conforme a sua natureza, às penalidades de:

I - advertência;

II - multa;

III - embargo de obra ou serviço;

IV - intervenção administrativa; e

V - declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual.

§ 1º - Na aplicação de qualquer penalidade, será estabelecido pela ARIS prazo para que o prestador de serviços proceda à adequação do serviço prestado ou da obra executada aos parâmetros definidos em lei, norma de regulação da ARIS ou contrato de programa ou concessão.

§ 2º - Na hipótese de descumprimento da penalidade de advertência, quer pela inobservância dos prazos fixados para a regularização das não conformidades quer pela reincidência, será aplicada multa cujos valores serão determinados mediante utilização de percentual sobre o valor do faturamento, correspondente às receitas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário relativas à exploração dos serviços outorgados durante o ano anterior à lavratura do Auto de Infração, limitada ao valor percentual máximo definido no contrato de programa ou concessão;

§ 3º - Na hipótese de inobservância da penalidade de advertência em que fique caracterizada grave ou reiterada inexecução total ou parcial do contrato de programa ou concessão, ou na hipótese de inobservância da penalidade de multa, será aplicada a penalidade de declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual.

Pelo texto normativo, percebe-se que as penalidades aplicáveis à espécie são: advertência, multa, embargo de obra ou serviço, intervenção administrativa e declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual.

Do texto normativo constante do § 2º do artigo 4º da Resolução/ARIS n. 003/2011, percebe-se que a penalidade de multa somente pode ser aplicada após a incidência da pena de advertência. Neste mesmo sentido parece caminhar o artigo 17 da mesma Resolução/ARIS, que assim dispõe:

Art. 17 - Na hipótese de descumprimento da penalidade de advertência, quer pela inobservância dos prazos fixados para a regularização das não-conformidades, quer pela reincidência, será aplicada multa correspondente à classificação da infração.

Parágrafo único - Considera-se reincidência a prática de infração tipificada no mesmo dispositivo regulamentar em que haja sido apenada anteriormente, no prazo de dois anos.

Desta forma, é caso de aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA, com fundamento nos artigos 4º, I; 14, XI e artigo 16 da Resolução/ARIS n. 003/2011.

III - Decisão

Diante do exposto, julga-se pela lavratura de Auto de Infração em face da CASAN, com a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA. Publique-se e autue-se nos autos do Procedimento Administrativo n. 007/2015.

Florianópolis, 31 de março de 2015.

Adir Faccio

Diretor-geral da ARIS

ERRATA DO ATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 003/2015

Errata do Ato de Inexigibilidade n.º 03/2015

CONSIDERANDO o equívoco publicado no DOM/SC Edição 1704, do dia 17/03/2015, Adir Faccio, Diretor Geral da ARIS, no uso de suas atribuições legais, altera:

Onde se lê: Ato de Inexigibilidade nº 02/2015.

Leia-se: Ato de Inexigibilidade nº 03/2015

Adir Faccio

Diretor geral da ARIS

OITAVO TERMO ADITIVO AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 005/2011

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 03/2011.

Oitavo termo aditivo ao contrato nº 03/2011, celebrado entre a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS e a empresa ADSERVIG VIGILÂNCIA LTDA.

A Agência Reguladora de Intermunicipal de Saneamento - ARIS, inscrita no CNPJ sob os números: 11.400.360/0001-05, estabelecida na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE, representada pelo Diretor Geral, Sr Adir Faccio e a empresa ADSERVIG VIGILÂNCIA LTDA, estabelecida na Rua Domingos Pedro Hermes, n. 1.109, Bairro Jardim das Acácias, São José/SC, inscrita no CNPJ sob o número 05.497.780/0001-40, doravante denominada CONTRATADA, representada pelo seu representante legal, Sr. Israel Fontanella da Silva, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, segundo as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DO PAGAMENTO:

A Cláusula quinta, subitem 5.1, passa a vigorar com a seguinte redação:

"5.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de R\$ 9.903,91 (nove mil novecentos e três reais e noventa e um centavos), a partir do mês de fevereiro".

Ficam mantidas e ratificadas as demais Cláusulas do Termo de Contrato ora aditado.

E, por assim estarem de pleno acordo, lavra-se o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinando as partes o presente aditivo na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Florianópolis, 26 de março de 2015.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

Israel Fontanella da Silva

Representante Legal da ADSERVIG

Clarice Terezinha Lenz

Coordenadora de Contabilidade da ARIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 014/2015 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 14/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2015

OBJETO: assinatura anual da Revista Conjuntura Econômica.

CONTRATADO: FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (IBRE/FGV)

CNPJ nº 33641663/0001-44

VALOR: R\$ 141,00 (cento e quarenta e um reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei nº 8.666/93.

Florianópolis, 31 de março de 2015.

ADIR FACCIO

Diretor geral da ARIS

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 001/2013

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 01/2013.

Quarto termo aditivo ao contrato nº 01/2013, celebrado entre a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS e a empresa ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA.

A Agência Reguladora de Intermunicipal de Saneamento - ARIS, inscrita no CNPJ sob o nº 11.400.360/0001-05, estabelecida na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE, representada pelo Diretor Geral, Sr Adir Faccio e a empresa Adservi Administradora de Serviços LTDA., estabelecida na Rua Domingos Pedro Hermes, 1.109, Bairro Jardim das Acácias, São José/SC, CNPJ nº 02.531.343/0001-08, doravante denominada CONTRATADA, representada pelo seu representante legal, Sr. Israel Fontanella da Silva, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, segundo as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA. DO OBJETO

A cláusula primeira, subitem 1.1, passa a vigorar com a seguinte redação:

“1.1. Este contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados, exercida, por três funcionários (auxiliar administrativo - técnico operacional), para a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, conforme especificações contidas no Anexo I, da Licitação Pregão nº 01/2013, parte integrante deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DO PAGAMENTO:

A cláusula quinta, subitem 5.1, passa a vigorar com a seguinte redação:

“5.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor unitário mensal de R\$ 5.267,79 (cinco mil, duzentos e sessenta e sete reais e setenta e nove centavos), a partir do mês de fevereiro”.

Ficam mantidas e ratificadas as demais Cláusulas do Termo de Contrato ora aditado.

E, por assim estarem de pleno acordo, lavra-se o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinando as partes o presente aditivo na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Florianópolis, 09 de fevereiro de 2015.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

Israel Fontanella da Silva

Representante Legal da ADSERVI

Clarice Terezinha Lenz

Coordenadora de Contabilidade da ARIS

Magnus Caramori

Procurador Jurídico da ARIS

CIDEMA**RESOLUÇÃO Nº 01/2015**

RESOLUÇÃO Nº 01/2015

CLEOMAR WEBER KUHN, Prefeito Municipal de São Carlos, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 17 do Estatuto Social:

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar por 2 (dois) anos a homologação do resultado final do Concurso Público nº 001/2013 do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA, conforme item 9.4 do Edital nº 001/2013, nos termos da Constituição Federal.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 26 de março de 2015.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito de São Carlos

Presidente do CIDEMA

CIGA**ATO DE DISPENSA Nº 07/2015**

ATO DE DISPENSA Nº 07/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 07/2015

OBJETO: Contratação de serviços de sublocação de parte do imóvel situado à Rua Santos Saraiva, n.º 1.546, Pavimento Térreo com sobreloja, AP/SL/LJ 01, Bloco Loja, Condomínio Residencial Mônaco, Bairro Estreito, CEP 88.070-101, nesta Capital, objeto do Contrato de Locação firmado pela FECAM e por Jotamar Construção e Incorporação Ltda., para abrigo da sede administrativa do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

JUSTIFICATIVA:

Considerando que, desde a sua constituição, em 2007, pela Federação Catarinense de Municípios (FECAM) e associações de municípios, este consórcio sempre esteve instalado em endereço comum à FECAM, haja vista a atuação cooperativa das entidades a ela vinculadas, em verdadeira representação do federalismo cooperativo, de índole constitucional, expresso no art. 241 da CRFB, bem como a conservação dessa atuação conjunta, de benefícios evidentes ao CIGA, condição natural para a obtenção de resultados eficientes às finalidades a que se propõe;

Considerando o Contrato de Locação, firmado pela FECAM e por Jotamar Construção e Incorporação Ltda., do imóvel situado à Rua Santos Saraiva, n.º 1.546, Pavimento Térreo com sobreloja, AP/SL/LJ 01, Bloco Loja, Condomínio Residencial Mônaco, Bairro Estreito, CEP 88.070-101, nesta Capital, que atualmente abriga a sede administrativa da FECAM e das entidades a ela vinculadas (CIGA, ARIS e EGEM);

Considerando a autorização, à FECAM, do proprietário do imóvel em questão, para sublocação, no todo ou em parte, às entidades a ela vinculadas, sem que tal autorização implique qualquer forma de cessão ou transferência dos direitos e obrigações oriundas do Contrato de Locação por eles celebrados, mantendo-se a relação jurídica entre locador e locatário (vide Cláusula I do Aditamento do Contrato de Locação firmado entre a FECAM e o proprietário do imóvel em questão);

Faz-se necessária a sublocação, por este Consórcio, de parte do imóvel não residencial que abriga, atualmente, a sede administrativa da FECAM e das entidades a ela ligadas, de modo inclusivo, o CIGA, até que se efetive a aquisição de novo espaço destinado às suas sedes, em conformidade com o Protocolo de Intenções n.º 01/2014, por todas, firmado.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso X, da Lei n.º 8.666/93.

CONTRATADO: Federação Catarinense de Municípios (FECAM).

CNPJ: 75.303.982/0001-90

VALOR GLOBAL: R\$ 40.500,00 (quarenta mil e quinhentos reais).

VALOR MENSAL: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

Florianópolis, 1º de abril de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 232 - FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM

Extrato de Contrato nº 232/2015

Processo de Licitação Nº 07/2015

Inexigibilidade de Licitação Nº 07/2015

CONTRATANTE: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

CONTRATADA: Federação Catarinense de Municípios - FECAM

CNPJ: 75.303.982/0001-90

OBJETO: Prestação de serviços de sublocação de parte do imóvel situado à Rua Santos Saraiva, n.º 1.546, Pavimento Térreo com sobreloja, AP/SL/LJ 01, Bloco Loja, Condomínio Residencial Mônaco, Bairro Estreito, CEP 88.070-101, nesta Capital, objeto do Contrato de Locação firmado pela FECAM e por Jotamar Construção e Incorporação Ltda., para abrigo da sede administrativa do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), conforme especifica a Justificativa de Dispensa de Licitação que passa a integrar o presente Termo.

Parágrafo Único. Das características do objeto: A área de parte da sala comercial a sublocar ao CIGA possui 66,16m² e localiza-se no mezanino, aos fundos. Em conjunto, duas vagas de garagem cobertas, localizadas no Pavimento Garagem desse prédio.

PREVISÃO LEGAL Art. 24, inciso X, da Lei n.º 8.666/93.

VALOR: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato entrará em 1º de abril de 2015 e vigorará até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, observado o interesse público e por conveniência das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57 da Lei n.º 8.666/93, mantidas todas as suas cláusulas e condições, se nenhuma das partes manifestarem, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sua intenção de por fim à locação.

Florianópolis, 1º de abril de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

RESOLUÇÃO CIGA Nº 83, DE 1º DE ABRIL DE 2015

Resolução nº 83, de 1º de abril de 2015

Altera o Orçamento do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) do exercício de 2015.

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), considerando o disposto no art. 4º da Resolução 81/2014.

RESOLVE:

Art. 1º Abrir crédito adicional suplementar no orçamento do CIGA no valor de R\$ 524.005,72 (quinhentos e vinte e quatro mil e cinco reais e setenta e dois centavos), por conta do Superávit do Exercício Anterior, suplementando as dotações abaixo descritas:

Órgão Unidade	Funcional	Projeto Atividade	Despesa	Fonte	Valor
01.01	04.122.0001	2.001	3.1.90	0.6.00	R\$ 120.000,00
01.01	04.122.0001	2.001	3.3.90	0.6.00	R\$ 100.000,00
01.01	04.122.0001	2.001	4.4.90	0.6.00	R\$ 30.000,00
01.02	19.126.0002	2.002	3.1.90	0.6.00	R\$ 96.303,44
01.02	19.126.0002	2.002	3.3.90	0.6.00	R\$ 140.571,40
01.02	19.126.0002	2.002	4.4.90	0.6.00	R\$ 37.130,88
TOTAL					R\$ 524.005,72

Art.2º. Esta Resolução entra em vigor na data de publicação.

Florianópolis, 1º de abril de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito de Braço do Trombudo

Presidente do CIGA

Consórcio CVC**RESOLUÇÃO N. 004/2015**

Resolução n. 004/2015

Dispõe sobre o provedor de pregão eletrônico a ser utilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC em suas futuras licitações.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, Sr. Mauri José Zucco, Prefeito Municipal de Coronel Freitas, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC;

RESOLVE:

Art. 1º O Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, poderá optar entre os provedores de pregão eletrônico BLL - Bolsa de Licitações e Leilões ou Cidade Compras para gerenciamento de seus pregões por meio eletrônico.

Art. 2º O Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC indicará no corpo do edital de cada licitação o provedor de pregão eletrônico a ser utilizado e seu respectivo endereço eletrônico. Desta forma o provedor a ser utilizado, poderá ser alterado a cada nova licitação.

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Coronel Freitas, SC, 31 de março de 2015.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC

Prefeito de Coronel Freitas - SC